



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 65ª SESSÃO À 71ª SESSÃO DA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA

VOLUME 29 Nº 19
20 DE MAIO A 31 DE MAIO

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS
BRASÍLIA – BRASIL
2005

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA (2005-2006)

| | |
|---------------------------|--|
| PRESIDENTE | Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL) |
| 1º VICE-PRESIDENTE | Senador TIÃO VIANA (PT-AC) |
| 2º VICE-PRESIDENTE | Senador ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) |
| 1º SECRETÁRIO | Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) |
| 2º SECRETÁRIO | Senador JOÃO ALBERTO DE SOUZA (PMDB-MA) |
| 3º SECRETÁRIO | Senador PAULO OCTÁVIO (PFL-DF) |
| 4º SECRETÁRIO | Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB-TO) |

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

| | |
|--------------------|-----------------------------------|
| 1º Senadora | SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) |
| 2º Senador | PAPALÉO PAES (PSDB-AP) |
| 3º Senador | ALVARO DIAS (PSDB-PR) |
| 4º Senador | AELTON FREITAS (PL-MG) |

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

| | | | |
|------|--------------------------|------|----------------------------|
| | BAHIA | | |
| PFL | Rodolpho Tourinho | PFL | Heráclito Fortes |
| PFL | Antonio Carlos Magalhães | PMDB | Mão Santa |
| PFL | César Borges | | RIO GRANDE DO NORTE |
| | RIO DE JANEIRO | PTB | Fernando Bezerra |
| PT | Roberto Saturnino | PMDB | Garibaldi Alves Filho |
| PL | Marcelo Crivella | PFL | José Agripino |
| PMDB | Sérgio Cabral | | SANTA CATARINA |
| | MARANHÃO | PFL | Jorge Bornhausen |
| PMDB | João Alberto Souza | PT | Ideli Salvatti |
| PFL | Edison Lobão | PSDB | Leonel Pavan |
| PFL | Roseana Sarney | | ALAGOAS |
| | PARÁ | PSOL | Heloísa Helena |
| PMDB | Luiz Otávio | PMDB | Renan Calheiros |
| PT | Ana Júlia Carepa | PSDB | Teotônio Vilela Filho |
| PSDB | Flexa Ribeiro | | SERGIPE |
| | PERNAMBUCO | PFL | Maria do Carmo Alves |
| PFL | José Jorge | PSDB | Almeida Lima |
| PFL | Marco Maciel | PSB | Antonio Carlos Valadares |
| PSDB | Sérgio Guerra | | AMAZONAS |
| | SÃO PAULO | PMDB | Gilberto Mestrinho |
| PT | Eduardo Suplicy | PSDB | Arthur Virgílio |
| PT | Aloizio Mercadante | PDT | Jefferson Peres |
| PFL | Romeu Tuma | | PARANÁ |
| | MINAS GERAIS | PSDB | Alvaro Dias |
| PL | Aelton Freitas | PT | Flávio Arns |
| PSDB | Eduardo Azeredo | PDT | Osmar Dias |
| PMDB | Hélio Costa | | ACRE |
| | GOIÁS | PT | Tião Viana |
| PMDB | Maguito Vilela | PSOL | Geraldo Mesquita Júnior |
| PFL | Demóstenes Torres | PT | Sibá Machado |
| PSDB | Lúcia Vânia | | MATO GROSSO DO SUL |
| | MATO GROSSO | PMDB | Juvêncio da Fonseca |
| PSDB | Antero Paes de Barros | PT | Delcídio Amaral |
| PFL | Jonas Pinheiro | PMDB | Ramez Tebet |
| PT | Serys Slhessarenko | | DISTRITO FEDERAL |
| | RIO GRANDE DO SUL | PMDB | Valmir Amaral |
| PMDB | Pedro Simon | PT | Cristovam Buarque |
| PT | Paulo Paim | PFL | Paulo Octávio |
| PTB | Sérgio Zambiasi | | TOCANTINS |
| | CEARÁ | PSDB | Eduardo Siqueira Campos |
| PSDB | Reginaldo Duarte | PL | João Ribeiro |
| PPS | Patrícia Saboya Gomes | PMDB | Leomar Quintanilha |
| PSDB | Tasso Jereissati | | AMAPÁ |
| | PARAÍBA | PMDB | José Sarney |
| PMDB | Ney Suassuna | PSB | João Capiberibe |
| PFL | Efraim Morais | PMDB | Papaléo Paes |
| PMDB | José Maranhão | | RONDÔNIA |
| | ESPÍRITO SANTO | PMDB | Amir Lando |
| PMDB | João Batista Motta | PT | Fátima Cleide |
| PMDB | Gerson Camata | PMDB | Valdir Raupp |
| PL | Francisco Pereira | | RORAIMA |
| | PIAUI | PTB | Mozarildo Cavalcanti |
| PMDB | Alberto Silva | PDT | Augusto Botelho |
| | | PMDB | Wirlande da Luz |

ÍNDICE TEMÁTICO

| | Pág. | | Pág. |
|---|------|--|------|
| ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | | | |
| A importância do Projeto de Parcerias Público Privadas, para investimentos em infra-estrutura. Senador Luiz Otávio. | 659 | que relata as ações do governo no combate à corrupção. Senadora Ideli Salvatti. | 146 |
| ARTIGO DE IMPRENSA | | Comenta sobre a matéria “Os grandes ser- tões” de Mauro Santana, publicado no Jornal do Brasil. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Roberto Saturnino. | 148 |
| Transcrição da matéria intitulada “Fundo do Poço”, publicada no jornal Folha de S.Paulo, edi- ção de 8 de maio de 2005. Senador Teotônio Vilela Filho. | 43 | Registro de matéria intitulada “Retificação de IR de Meirelles pode ter sido feita em computador da Receita”, publicada no jornal O Estado de S.Paulo, edição de 14 de abril do corrente. Senador Antero Paes de Barros. | 173 |
| Registro do editorial intitulado “Cargos e MPs”, publicado no jornal Folha de S.Paulo, edição de 10 de maio de 2005. Senador Almeida Lima. | 44 | Comentários sobre manchete do jornal Folha de S.Paulo, edição de 24 de maio de 2005, referente à pressão do governo pela retirada de assinaturas ao requerimento que permite a instalação da CPI dos Correios. Senador Pedro Simon. | 227 |
| Transcrição do editorial intitulado “Sem Em- prego”, publicado no jornal Folha de S.Paulo, edição de 7 de maio de 2005. Senador Sérgio Guerra. ... | 46 | Repúdio contra reportagem da revista IstoÉ, imputando-lhe falsas acusações através de mon- tagens de denúncias da época em que concorria à Prefeitura do Rio de Janeiro, em 2004. Senador Marcelo Crivella. | 229 |
| Transcrição das matérias “Lula fabrica nova crise” e “Em busca de juros baixos”, publicadas no jornal Correio Braziliense, edições de 27 e 28 de abril de 2005, respectivamente. Senador Reginaldo Duarte. | 47 | Comentários sobre manchete do jornal Folha de S.Paulo, edição de 24 de maio de 2005, sobre articulação do governo, no sentido de impedir a instalação da CPI dos Correios. Senador Antônio Carlos Magalhães. | 232 |
| Transcrição do artigo intitulado “Estradas con- tinuam à míngua”, de autoria da jornalista Cláudia Safatle, publicado no jornal Valor Econômico, edição de 13 de maio de 2005. Senador Flexa Ribeiro. ... | 51 | Comentários sobre matérias publicadas pelo jornal Folha de S.Paulo, a respeito do aumento na arrecadação do caixa partidário do Partido dos Tra- balhadores - PT. Senador José Jorge. | 233 |
| Transcrição, nos Anais do Senado, do artigo “Desmatamento da Amazônia já demonstra o fra- casso do Governo Lula na área do meio ambiente”, publicado no jornal O Estado de S.Paulo. Senador Arthur Virgílio. | 109 | Comentários à coluna do jornalista Clóvis Rossi, publicada hoje no jornal Folha de S.Paulo. Senador Jefferson Péres. | 240 |
| Cita matéria publicada no jornal O Globo, de 22 de maio, intitulada “No rastro dos corruptos”, que demonstra a determinação do Governo Lula no combate à corrupção no Brasil. Senador Tião Viana. | 112 | Transcrição de artigo do Jornal O Estado de S.Paulo sobre o desmatamento da região amazô- nica. Senador Arthur Virgílio. | 245 |
| Referências à matéria “No rastro dos Corrup- tos”, publicada neste domingo no jornal O Globo, | | Comentários ao Editorial “Entre a LRF e o investimento social”, publicado no jornal Gazeta Mercantil, edição de 24 de maio de 2005. Senador Teotônio Vilela Filho. | 327 |

| | Pág. | | Pág. |
|--|------|---|------|
| Registro do artigo “Um caso de assassinato empresarial”, publicado no jornal O Globo, edição do dia 23 de maio de 2005. Senador Sérgio Guerra. | 328 | Registro de artigo intitulado “Boquinha livre”, de autoria do jornalista Valdo Cruz, publicado no jornal Folha de S.Paulo, edição de 22 de maio de 2005. Senador Teotônio Vilela Filho. | 578 |
| Registro de editorial publicado no jornal O Estado de S.Paulo, edição de 25 de maio de 2005, a respeito da postura do Comissário Europeu do Comércio, Peter Mandelson, sobre a Amazônia. Senador Arthur Virgílio..... | 423 | Matéria intitulada “Ligações perigosas”, publicada na revista Veja, edição de 8 de maio de 2005. Senador Alvaro Dias. | 580 |
| Transcrição, nos Anais do Senado Federal, de matérias publicadas nos jornais Correio Braziliense, Folha de S.Paulo e O Globo, em suas edições de 12 de maio de 2005, e que dizem respeito à Reunião de Cúpula América do Sul-Países Árabes, realizada em Brasília. Senador Teotônio Vilela Filho. | 488 | Solicita transcrição de editorial sobre a CPI, intitulado “Ataque à Hidra” publicado no jornal A Tarde, de Salvador-BA. Senador Antônio Carlos Magalhães. | 656 |
| Transcrição, nos Anais do Senado Federal, de matéria intitulada “O ‘bombeiro’ Lula em Ação”, publicada no jornal Correio Braziliense, em sua edição de 22 de maio de 2005. Senador Antero Paes de Barros. | 495 | Comentário à matéria publicada no jornal New York Times, sobre o programa Fome Zero do governo Lula. Senador Demóstenes Torres. | 693 |
| Transcrição, nos Anais do Senado Federal, de artigo intitulado “O balanço final da Cúpula”, publicado no jornal O Estado de S.Paulo, em sua edição de 12 de maio de 2005. Senador Reginaldo Duarte. | 497 | Registro de artigo do jornalista Marcos Sá Corrêa, intitulado “No fogo para se queimar”, publicado no jornal O Estado de S.Paulo, edição de 26 de maio de 2005. Senador Alvaro Dias. | 696 |
| Transcrição, nos Anais do Senado Federal, de matéria intitulada “O PT também quer ser governo”, publicada na revista IstoÉ, na edição de 1º de maio de 2005. Senador Leonel Pavan. | 498 | ATUAÇÃO PARLAMENTAR | |
| Transcrição, nos Anais do Senado Federal, de matéria intitulada “Fundo do poço de incompetência”, publicada no jornal Folha de S.Paulo, em sua edição de 7 de maio de 2005. Senador Almeida Lima. | 502 | Anúncio da apresentação de projeto de lei que propõe uma nova política habitacional e elogios ao Dr. Márcio Antônio Rocha, estudioso do assunto. Senador Alvaro Dias. | 1 |
| Transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo intitulado “A pista é o uniforme”, de autoria do articulista Tales Alvarenga, publicado na revista Veja, em sua edição de 25 de maio de 2005. Senador Alvaro Dias. | 503 | Referências ao pronunciamento do Sr. Antonio Carlos Magalhães do dia 23 de maio de 2005. Senador Aloizio Mercadante. | 334 |
| Transcrição, nos Anais do Senado Federal, de matéria intitulada “Diga-me com quem anda...” e “Mesada de 400.000 reais para o PTB”, ambas publicadas na revista Veja, edição de 2 de maio de 2005. Senador Sérgio Guerra. | 505 | Reconhece no Senador Pedro Simon, apesar de ser membro da oposição, alguém que não deseja mal ao governo. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Cristovam Buarque. | 415 |
| Transcrição, nos Anais do Senado Federal, de matéria intitulada “Governos ausente, Estado capturado”, publicada no jornal Folha de S.Paulo, de 23 de maio de 2005. Senador Arthur Virgílio. .. | 509 | Acusa o Senador Eduardo Suplicy de ter quebrado a relação de confiança existente na bancada de senadores do PT. Senador Delcídio Amaral. ... | 555 |
| Registro de matéria do escritor João Ubaldo Ribeiro, intitulada “Somos um país corrupto”, publicada na revista Veja, edição de 18 de maio de 2005. Senador Sérgio Guerra. | 574 | Critica o Senador Eduardo Suplicy por ter quebrado a relação de confiança existente na bancada de senadores do PT ao ter assinado o requerimento solicitando a instalação da CPI dos Correios. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. Senadora Ideli Salvatti. | 556 |
| | | Critica o Senador Eduardo Suplicy por ter quebrado a relação de confiança existente na bancada de senadores do PT ao ter assinado o requerimento solicitando a instalação da CPI dos Correios. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. Senador Tião Viana. | 557 |
| | | Comenta acerca do ato do Senador Eduardo Suplicy ter assinado o requerimento solicitando a instalação da CPI dos Correios. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. Senador Paulo Paim. | 558 |
| | | Discorda no que concerne é que um Senador diga que só votará em uma matéria se for designado | |

| | Pág. | | Pág. |
|---|------|---|------|
| por aquele que o nomeou. Aparte ao Senador Ney Suassuna. Senador Eduardo Suplicy. | 565 | Antonio Tombini, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. Senador Romeu Tuma. . | 281 |
| Crítica ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, Deputado Antonio Carlos Biscaia, por retirar assinatura do requerimento de instalação da CPI dos Correios, manifestando-se pela inconstitucionalidade da mesma. Senador Antônio Carlos Magalhães. | 656 | Discute o Parecer nº 673, de 2005 da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 138, de 2005, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Alexandre Antonio Tombini, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. Senador José Agripino. . | 281 |
| AVISO | | CALAMIDADE PÚBLICA | |
| Aviso nº 491/2005, de 19 de maio, do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da Republica, encaminhando resposta ao Requerimento nº 197, de 2005, do Senador Arthur Virgílio. | 339 | Protesto pelo tratamento dispensado ao Nordeste, especialmente no que tange à não liberação dos recursos empenhados para socorrer as vítimas da seca no Estado da Paraíba. Senador Ney Suassuna. | 152 |
| Aviso nº 056/2005, de 13 de maio, do Ministro da Justiça, encaminhando resposta complementar ao Requerimento nº 800, de 2004, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. .. | 339 | CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR | |
| Aviso de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da Republica nº 391, de 2005, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1.597, de 2004, do Senador Alvaro Dias. | 607 | Justificativa no Projeto de lei 191, de 2005, de autoria de S.Exa., que altera o Código do Consumidor. Senador Antonio Carlos Valadares. | 650 |
| Aviso de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da Republica nº 516, de 2005, encaminhando resposta ao Requerimento nº 168, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros. | 607 | CONGRESSO NACIONAL | |
| BANCO CENTRAL | | Responsabilidade do Congresso Nacional na definição de prioridades sociais no Orçamento e na fiscalização do Poder Executivo. Senadora Heloísa Helena. | 42 |
| Discute o Parecer nº 673, de 2005 da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 138, de 2005, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Alexandre Antonio Tombini, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. Senador Aloizio Mercadante. ... | 280 | CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA | |
| Discute o Parecer nº 673, de 2005 da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 138, de 2005, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Alexandre Antonio Tombini, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. Senador José Jorge. | 280 | Encaminha para votação o Requerimento nº 566, de 2005, que requer à presidência que determine, ouvido o Plenário, a realização de novo processo de votação do nome do Sr. Alexandre de Moraes como representante da Câmara dos Deputados no Conselho Nacional de Justiça. Senador Romeu Tuma. | 251 |
| Discute o Parecer nº 673, de 2005 da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 138, de 2005, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Alexandre Antonio Tombini, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. Senador Arthur Virgílio. . | 281 | Encaminha para votação o Requerimento nº 566, de 2005, que requer à presidência que determine, ouvido o Plenário, a realização de novo processo de votação do nome do Sr. Alexandre de Moraes como representante da Câmara dos Deputados no Conselho Nacional de Justiça. Senador Alvaro Dias. | 252 |
| Discute o Parecer nº 673, de 2005 da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 138, de 2005, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Alexandre | | Faz referência ao Requerimento nº 566, de 2005, alegando que o procedimento da votação não será anulado, mas repetido. Senador Renan Calheiros. | 253 |
| | | Encaminha para votação o Requerimento nº 566, de 2005, que requer à presidência que determine, ouvido o Plenário, a realização de novo processo | |

| | Pág. | | Pág. |
|---|------|---|------|
| de votação do nome do Sr. Alexandre de Moraes como representante da Câmara dos Deputados no Conselho Nacional de Justiça. Senador Jefferson Péres. | 254 | processo de votação do nome do Sr. Alexandre de Moraes como representante da Câmara dos Deputados no Conselho Nacional de Justiça. Senador José Jorge. | 259 |
| Faz considerações acerca da votação do nome do Sr. Alexandre de Moraes como representante da Câmara dos Deputados no Conselho Nacional de Justiça. Senador Demóstenes Torres. ... | 254 | Encaminha para votação o Parece nº 519, de 2005, sobre o Ofício nº s/17, de 2005 (nº 87/2005, na origem), pelo qual o conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil submete à deliberação do Senado a escolha do Dr. Paulo Luiz Neto Lobo para compor o Conselho Nacional de Justiça. Senador Arthur Virgílio. | 262 |
| Encaminha para votação o Requerimento nº 566, de 2005, que requer à presidência que determine, ouvido o Plenário, a realização de novo processo de votação do nome do Sr. Alexandre de Moraes como representante da Câmara dos Deputados no Conselho Nacional de Justiça. Senador Roberto Saturnino. | 255 | Encaminha para votação o Parece nº 519, de 2005, sobre o Ofício nº s/17, de 2005 (nº 87/2005, na origem), pelo qual o conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil submete à deliberação do Senado a escolha do Dr. Paulo Luiz Neto Lobo para compor o Conselho Nacional de Justiça. Senador Amir Lando. | 263 |
| Encaminha para votação o Requerimento nº 566, de 2005, que requer à presidência que determine, ouvido o Plenário, a realização de novo processo de votação do nome do Sr. Alexandre de Moraes como representante da Câmara dos Deputados no Conselho Nacional de Justiça. Senadora Heloísa Helena. | 255 | Encaminha para votação o Parecer nº 520, de 2005, sobre o Ofício nº S/20, de 2005 (nº 157/2005, na origem), pelo qual o tribunal Superior do Trabalho submete à deliberação do Senador a escolha do Ministro Vantuil Abdala para compor o Conselho Nacional de Justiça. Senador Arthur Virgílio. | 265 |
| Encaminha para votação o Requerimento nº 566, de 2005, que requer à presidência que determine, ouvido o Plenário, a realização de novo processo de votação do nome do Sr. Alexandre de Moraes como representante da Câmara dos Deputados no Conselho Nacional de Justiça. Senador Delcídio Amaral. | 256 | Comenta acerca da importância da votação do Conselho Nacional de Justiça. Senador Arthur Virgílio. | 275 |
| Encaminha para votação o Requerimento nº 566, de 2005, que requer à presidência que determine, ouvido o Plenário, a realização de novo processo de votação do nome do Sr. Alexandre de Moraes como representante da Câmara dos Deputados no Conselho Nacional de Justiça. Senador Arthur Virgílio. | 256 | Faz considerações acerca do Conselho Nacional de Justiça. Senador Arthur Virgílio. | 279 |
| Encaminha para votação o Requerimento nº 566, de 2005, que requer à presidência que determine, ouvido o Plenário, a realização de novo processo de votação do nome do Sr. Alexandre de Moraes como representante da Câmara dos Deputados no Conselho Nacional de Justiça. Senador Arthur Virgílio. | 256 | CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA | |
| Encaminha para votação o Requerimento nº 566, de 2005, que requer à presidência que determine, ouvido o Plenário, a realização de novo processo de votação do nome do Sr. Alexandre de Moraes como representante da Câmara dos Deputados no Conselho Nacional de Justiça. Senador Edison Lobão. | 256 | Considerações sobre a indicação do Dr. Alexandre de Moraes para compor o Conselho Superior da Magistratura. Senador Aloizio Mercadante. | 335 |
| Encaminha para votação o Requerimento nº 566, de 2005, que requer à presidência que determine, ouvido o Plenário, a realização de novo processo de votação do nome do Sr. Alexandre de Moraes como representante da Câmara dos Deputados no Conselho Nacional de Justiça. Senador José Agripino. | 257 | CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO | |
| | | Falta de ação da Controladoria-Geral da União para fiscalizar a aplicação das verbas federais. Senador César Borges. | 372 |
| | | Comenta da falta de ação da Controladoria-Geral da União para fiscalizar a aplicação das verbas federais. Aparte ao Senador César Borges. Senador José Jorge. | 373 |
| | | Trabalho desenvolvido pela Controladoria-Geral da União no Governo Lula. Senadora Ana Júlia Carepa. | 387 |
| | | CORRUPÇÃO | |
| | | Comenta acerca da necessidade de se mostrar explicitamente os casos de corrupção e as suas | |

| | Pág. | | Pág. |
|--|------|---|------|
| resoluções. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senadora Serys Silhessarenko. | 148 | fim de tratar da questão da instalação da CPI dos Correios. Senador Eduardo Suplicy. | 169 |
| Comenta que as desigualdades sócias só existem por haver corrupção. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Almeida Lima. | 402 | Faz comentários acerca da reunião da bancada do PT que se reunirá para definir questões quem envolvem a instalação da CPI. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Almeida Lima. | 170 |
| Importância da apuração de fatos de corrupção em todas as esferas de governo. Senadora Heloísa Helena. | 487 | Protesto contra articulação dos líderes governistas para impedir a instalação da CPI dos Correios e faz relato sobre audiência realizada hoje na CPI da Terra, que comprova desvio de verbas federais destinadas à reforma agrária. Senador Alvaro Dias. .. | 230 |
| Alerta sobre a gravidade da corrupção no país. Senador Mão Santa. | 528 | Comenta a respeito de depoimento dado pelo Senador Almeida Lima na CPI acerca de sua gestão. Aparte ao Senador Alvaro Dias. Senador Almeida Lima. | 231 |
| Comentários à pesquisa do CNT/Sensus, divulgada hoje, que mostra que a corrupção é, para os brasileiros o principal motivo de vergonha do Brasil. Senador Mão Santa. | 695 | Comenta acerca da necessidade de instalação da CPI dos Correios. Senador José Agripino. | 247 |
| (CPI) | | Demonstra preocupação com as manobras do governo para retirar as assinaturas para instalação da CPI dos Correios. Senador José Jorge. | 368 |
| Importância da criação e instalação de CPIs destinadas a apurar denúncias de corrupção no atual Governo. Senadora Heloísa Helena. | 20 | Considerações sobre a CPI dos Correios. Senador Antônio Carlos Magalhães. | 371 |
| Expectativa de que todas as investigações propostas no âmbito do Parlamento tenham curso, a exemplo do início do funcionamento da CPI do Setor Elétrico na Câmara dos Deputados. Senador Arthur Virgílio. | 22 | Faz considerações acerca da CPI dos Correios e de Mauricio Marinho. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães. Senador Arthur Virgílio... | 371 |
| Sugere a instalação da CPI das privatizações. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Alvaro Dias. | 22 | Considerações sobre a CPI dos Correios. Senador César Borges. | 372 |
| Críticas ao rito da constituição de Comissões Parlamentares de Inquérito pelo Senado Federal. Senador Pedro Simon. | 25 | Considerações sobre a CPI dos Correios. Senador Antero Paes de Barros. | 381 |
| Inevitabilidade da instalação da CPI dos Correios. Senador Arthur Virgílio. | 106 | Considerações acerca das investigações da CPI dos Correios. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros. Senador Romeu Tuma. | 382 |
| Comenta da instalação da CPI que investigará casos de corrupção envolvendo o governo. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Paulo Paim. | 114 | Avaliação das ações do governo para impedir o funcionamento da CPI dos Correios. Senadora Heloísa Helena. | 394 |
| Defesa do Governo Lula, destacando o oportunismo da Oposição na maneira como conduz a questão da criação da CPI dos Correios, e alardeia a idéia de que todo o Governo é corrupto. Senador Cristovam Buarque. | 122 | Critica a posição do governo quanto ao andamento da CPI dos Correios e a retirada de assinaturas. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Antero Paes de Barros. | 396 |
| Comentários às declarações do Presidente Lula e do Ministro José Dirceu sobre a CPI que vai investigar suspeita de corrupção nos Correios. Senador José Jorge. | 130 | Critica o ato da retirada de assinaturas para instauração da CPI. Aparte ao Senador Almeida Lima. Senador Eduardo Azeredo. | 407 |
| Posicionamento sobre a instalação da CPI dos Correios. Senador Paulo Paim. | 142 | No que tange à instauração da CPI dos correios, comenta que seja feita uma investigação séria, para que todos os fatos sejam apurados. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo. Senador Eduardo Suplicy. | 409 |
| Considerações sobre a instalação da CPI dos Correios. Senador Efraim Morais. | 156 | Comenta acerca da retirada de assinatura do requerimento solicitando a instalação da CPI por parte dos integrantes do Partido dos Trabalhadores. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Antero Paes de Barros. | 415 |

| | Pág. | | Pág. |
|--|------|---|------|
| Anúncio da decisão de S.Exa. de assinar requerimento para instalação da CPI dos Correios. Senador Eduardo Suplicy. | 416 | Faz referência aos trabalhos exercidos pelas CPis. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães. Senador Eduardo Suplicy. | 564 |
| Saudação ao pronunciamento do Senador Eduardo Suplicy, que decidiu assinar o requerimento para abertura da CPI dos Correios. Senadora Heloísa Helena. | 420 | Parabeniza a atitude do Senador Eduardo Suplicy, pela assinatura do requerimento de criação da CPI dos Correios. Senador Ney Suassuna..... | 565 |
| Importância da efetividade dos trabalhos da “CPI dos Correios”, pois é instrumento precioso da democracia. Senadora Heloísa Helena. | 466 | Críticas as declarações do Ministro da Educação Tasso Genro em que critica os parlamentares do Partido dos Trabalhadores que assinaram o requerimento de criação da CPMI dos Correios. Senador Almeida Lima. | 566 |
| Conclama que os trabalhos da “CPI dos Correios” sejam o caminho para a busca da verdade. Senador Pedro Simon. | 469 | Transcrição, nos Anais, do requerimento que pede a inclusão de nomes dos senadores no Requerimento nº 03/2005 – CN, que cria a CPMI dos Correios. Senador Paulo Paim. | 567 |
| Faz considerações acerca da CPI dos correios. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador José Agripino. | 472 | Críticas as novas estratégias do governo para impedir a Comissão Parlamentar de Inquérito. Senadora Heloísa Helena. | 571 |
| Necessidade de que os trabalhos da “CPI dos Correios” sejam agilizados e investigados como clama a sociedade brasileira. Senador José Agripino. | 473 | Em defesa da instalação da CPI dos Correios e que a Relatoria para a oposição. Senador Jorge Bornhausen. | 643 |
| Justificativas pela sua postura em não assinar a “CPI dos Correios” e apela para que o Diretório Nacional do PT não puna os parlamentares que assinaram o requerimento de criação da referida CPI. Senador Cristovam Buarque. | 479 | Comunica que a instalação da CPI dos Correios não será impedida. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães. Senador José Agripino. | 657 |
| Defende realização de comissões parlamentares de inquérito CPis para apurar casos de corrupção denunciados pela imprensa. Senador Mão Santa. | 528 | Comunica que a Liderança da Minoria encaminhou ofício à Mesa indicando os senadores que irão compor a CPI dos Correios. Senador José Jorge. . | 665 |
| Considerações sobre notícia publicada no jornal Correio Braziliense a respeito de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios. Senador Wirlande da Luz. | 540 | Comenta acerca da carta que lhe foi enviada por Leonardo Boff cujo teor trata de sua decisão quanto à instalação da CPI dos Correios. Senador Eduardo Suplicy. | 687 |
| Comenta acerca das conseqüências da assinatura de S.Ex ^a que cria a CPI dos Correios. Senador Eduardo Suplicy. | 547 | (CPMI) | |
| Faz considerações acerca do fato de o Senador Eduardo Suplicy ter assinado o requerimento que cria a CPI dos Correios. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Heráclito Fortes. | 551 | Faz comentários acerca dos trabalhos realizados pela CPMI da Terra. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Alvaro Dias. | 228 |
| Comenta acerca do requerimento que solicitou a instalação da CPI dos Correios. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Paulo Paim. .. | 552 | Comenta do esforço que deve ser feito por parte dos integrantes da CPI para que as investigações tenham uma conclusão satisfatória. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Romeu Tuma. | 229 |
| Faz referência às razões que levaram S.Exa. a assinar o requerimento que cria a CPI dos Correios. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. Senador Eduardo Suplicy. | 558 | Comenta o quão seria importante se os membros do PT assinassem o requerimento solicitando a instalação da CPI. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Eduardo Suplicy. | 414 |
| Faz considerações acerca da importância das CPis. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Eduardo Suplicy. | 562 | Encaminhará documento com os nomes dos senadores integrantes dos Partidos dos Trabalhadores que se dispuseram a assinar o requerimento de criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, por consenso a decisão da bancada. Senador Paulo Paim. | 561 |
| Aplauso à atitude do Senador Eduardo Suplicy, que impôs sua assinatura no requerimento de criação de CPMI dos Correios. Senador Antônio Carlos Magalhães. | 563 | | |

| | Pág. | VII | Pág. |
|---|------|--|------|
| Comenta acerca da opinião popular sobre a CPMI dos Correios. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães. Senador Alvaro Dias. | 656 | trata da sistemática da criação de novos municípios. Senador João Alberto Souza. | 673 |
| Solicita que a investigação na CPMI dos Correios seja mais objetiva. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães. Senador Eduardo Suplicy. | 657 | DROGAS | |
| CRISE POLÍTICA | | Demonstra preocupação com o avanço do uso de drogas no país, especialmente no Estado do Espírito Santo. Senador Magno Malta. | 662 |
| Comentários a editorial do Jornal do Brasil, edição da semana passada, sobre os escândalos envolvendo a classe política brasileira. Senador Alvaro Dias. | 424 | Demonstra preocupação com o avanço do uso de drogas no país, especialmente no Estado do Espírito Santo. Aparte ao Senador Magno Malta. Senador Gerson Camata. | 662 |
| DATA COMEMORATIVA | | Defende a posição do Ministro da Cultura sobre a legalização das drogas. Aparte ao Senador Magno Malta. Senador Jefferson Péres. | 663 |
| Comemoração do Dia da Indústria. Senador Paulo Paim. | 383 | ECONOMIA POPULAR | |
| DESEMPREGO | | Solicita apoio para aprovação de projeto de lei complementar de autoria de S.Exa., que tem por objeto a certificação e a utilização de créditos oriundos de precatórios judiciais. Senador Almeida Lima. | 104 |
| Considerações sobre os índices de desemprego e os empréstimos para os aposentados. Senador Mão Santa. | 356 | EDUCAÇÃO | |
| DESENVOLVIMENTO REGIONAL | | Comentário sobre resultado de pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), sobre o ensino público no país e sobre a satisfação da aprovação, na Comissão de Educação, do Projeto de Lei do Senado 453/03, de sua autoria, que institui cota mínima para os estudantes de escolas públicas nas universidades públicas. Senador Paulo Paim. | 210 |
| Possibilidade de instalação, em Mato Grosso, da fábrica de uréia e amônia da Petrobrás. Senadora Serys Slhessarenko. | 13 | Critica o preconceito e a apologia do não-estudo. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Tasso Jereissati. | 248 |
| Justificação a projeto de lei de sua autoria, que cria o Fundo de Recuperação Econômica de Foz do Iguaçu (Funref). Senador Alvaro Dias. | 121 | Faz considerações acerca da importância da Educação. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Aloizio Mercadante. | 248 |
| Registro da assinatura de convênio entre os governos do Brasil e do Japão para aplicação de recursos no saneamento da bacia de Furnas, no sul de Minas Gerais. Senador Hélio Costa. | 213 | ELOGIOS | |
| Comenta acerca da importância para o Nordeste do projeto de transposição do Rio São Francisco. Senador Garibaldi Alves Filho. | 375 | Elogia o Senador Paulo Octávio no que diz respeito à sua transparência. Aparte ao Senador Paulo Octavio. Senador Cristovam Buarque. | 119 |
| DIREITOS HUMANOS | | Elogia o Senador Paulo Octávio no que diz respeito à sua transparência. Aparte ao Senador Paulo Octavio. Senador Pedro Simon. | 120 |
| Considerações acerca do trabalho escravo no país e defende as ações judiciais de descendentes de escravos que reivindicam compensação financeira pelos trabalhos forçados a que os negros foram submetidos no Brasil. Senador João Alberto Souza. ... | 538 | Elogia o Senador Paulo Octávio no que diz respeito à sua transparência. Aparte ao Senador Paulo Octavio. Senador Mão Santa. | 120 |
| DIVISÃO TERRITORIAL | | | |
| Considerações à proposta de emenda constitucional em tramitação no Senado Federal, que | | | |

VIII

| | Pág. | | Pág. |
|---|------|--|------|
| Faz elogios ao Senador José Sarney. Aparte ao Senador José Sarney. Senador Marco Maciel. | 136 | Posicionamento contrário ao pronunciamento do Senador Aloizio Mercadante. Senador Antônio Carlos Magalhães. | 166 |
| Elogia o Senador Paulo Paim por seu discurso em que defende o Partido dos trabalhos. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Cristovam Buarque. | 144 | Réplica ao pronunciamento do Senador Aloizio Mercadante, sobre a carga tributária. Senador Arthur Virgílio. | 239 |
| Elogios à decisão do Governo Federal de regulamentar as salvaguardas para entrada de produtos chineses. Senadora Ideli Salvatti. | 146 | Tréplica ao pronunciamento do Senador Arthur Virgílio, sobre a carga tributária. Senador Aloizio Mercadante. | 241 |
| Dirige elogios à Senadora Heloísa Helena por seu discurso cujo assunto é o andamento da CPI dos correios. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Almeida Lima. | 396 | Resposta ao pronunciamento do Aloizio Mercadante. Senador Arthur Virgílio. | 243 |
| Cumprimenta o Senador Cristovam Buarque por mostrar seu ponto de vista acerca da CPMI. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Paulo Paim. | 405 | Resposta ao pronunciamento do Arthur Virgílio. Senador Aloizio Mercadante. | 244 |
| Elogia o trabalho da Polícia Federal, que fez e faz uma boa atuação Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Mão Santa. | 572 | Considerações sobre o pronunciamento do Senador Delcídio Amaral, acerca da assinatura do Senador Eduardo Suplicy no requerimento de criação da CPI dos Correios. Senador Eduardo Suplicy. | 560 |
| Elogia o Senador Jorge Bornhausen por conduzir de forma tão tranqüila o discurso que trata de sua posição quanto à instalação da CPI. Aparte ao Senador Jorge Bornhausen. Senador Paulo Paim. | 644 | FINANCIAMENTO | |
| Elogia o Senador Nezinho Alencar por abordar os problemas enfrentados pelos produtores rurais. Aparte ao Senador Nezinho Alencar. Senador Ramez Tebet. | 672 | Faz considerações sobre o endividamento dos aposentados, através de empréstimos a juros altos oferecidos pelas instituições financeiras. Senador Ramez Tebet. | 541 |
| Cumprimenta o Senador Osmar Dias por seu discurso em que pede Apelo para solução da crise dos agricultores brasileiros. Senador Delcídio Amaral. | 692 | Faz considerações acerca dos altos empréstimos que tem de ser feitos pelos idosos para conseguirem arcar com as despesas. Aparte ao Senador Ramez Tebet. Senador Paulo Paim. | 542 |
| ENSINO SUPERIOR | | Faz considerações acerca das dificuldades financeiras pelas quais passam os idosos. Aparte ao Senador Ramez Tebet. Senadora Heloísa Helena. | 543 |
| Discursa em defesa da criação da Universidade Federal do Sertão Paraibano. Senador Efraim Morais. | 543 | GOIÂNIA | |
| ESPORTE | | Balanço do Governo Íris Rezende na prefeitura de Goiânia/GO. Senador Maguito Vilela. | 330 |
| Considerações sobre o Calendário Esportivo Nacional de 2005, do Ministério do Esporte. Senador Wirlande da Luz. | 426 | GOVERNO FEDERAL | |
| EXPLICAÇÃO PESSOAL | | Relações do Governo Federal com o Congresso Nacional. Senador Mão Santa. | 29 |
| Repúdio e esclarecimentos à denúncia da revista IstoÉ, que atribuiu a S.Exa. a apropriação indevida de recursos da Funcef, destinados à construção de apartamentos em Brasília. Senador Paulo Octávio. | 117 | Comenta que o governo manteve a política do parasitismo e da privatização, assim como os governos anteriores. Aparte ao Senador Mão Santa. Senadora Heloísa Helena. | 30 |
| | | Faz considerações a respeito do ex-Senador Arthur Virgílio Filho durante o governo Goulart. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Arthur Virgílio. | 31 |

| Pág. | Pág. |
|---|--|
| <p>Defesa da recondução do Dr. Cláudio Fonteles ao cargo de Procurador-Geral da República. Senador Cristovam Buarque. 32</p> <p>Sugere o recolhimento de assinaturas demonstrando solidariedade à recondução do Dr. Cláudio Fonteles ao cargo de Procurador-Geral da República. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Pedro Simon. 33</p> <p>Comenta a respeito da recondução do Dr. Cláudio Fonteles ao cargo de Procurador-Geral da República. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Alvaro Dias. 33</p> <p>Comenta acerca de seu descrédito do Governo Lula. Senador Alvaro Dias. 43</p> <p>Faz críticas quanto à atuação do Ministro José Dirceu. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Almeida Lima. 109</p> <p>Comenta sobre os casos de corrupção envolvendo o governo. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Alvaro Dias. 113</p> <p>Comenta sobre os casos de corrupção envolvendo o governo. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Mão Santa. 114</p> <p>Análise da política de alianças do atual Governo. Senador Cristovam Buarque. 122</p> <p>Faz considerações acerca da política de alianças do atual Governo. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Sérgio Guerra. 123</p> <p>Faz críticas quanto às declarações do Presidente Lula acerca da CPI que vai investigar suspeita de corrupção nos Correios. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Almeida Lima. 130</p> <p>Comenta acerca do tratamento dispensado pelo Partido dos Trabalhadores para se evitar as investigações de denúncias de corrupção em órgãos do Governo Federal. Senador José Agripino. 150</p> <p>Faz considerações acerca dos casos de corrupção que norteiam o governo. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Antônio Carlos Magalhães. 151</p> <p>Faz considerações acerca dos casos de corrupção no governo. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Mão Santa. 151</p> <p>Faz críticas ao PT e à atuação do Presidente Lula. Senador Efraim Morais. 157</p> <p>Comentário ao episódio da rejeição do nome Dr. Alexandre de Moraes, para compor o Conselho Superior da Magistratura. Senador Arthur Virgílio. 164</p> <p>Protesto contra a articulação da base do governo para a rejeição do nome do Dr Alexandre Moraes para integrar o Conselho Nacional de Justiça. Senador Romeu Tuma. 214</p> | <p>Faz comentário acerca da articulação da base do governo para a rejeição do nome do Dr Alexandre Moraes para integrar o Conselho Nacional de Justiça. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador José Jorge. 215</p> <p>Faz referência à votação do nome do Dr. Alexandre Moraes para integrar o conselho Nacional de Justiça. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Pedro Simon. 215</p> <p>Faz referência à votação do nome do Dr. Alexandre Moraes para integrar o conselho Nacional de Justiça. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Ramez Tebet. 216</p> <p>Comenta sobre o encaminhamento de um requerimento propondo a anulação da eleição do Dr. Alexandre Moraes, para integrar o Conselho Nacional de Justiça, devido irregularidade. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Alvaro Dias. . 216</p> <p>Comenta que não houve deliberação na votação do nome do Dr. Alexandre Moraes para integrar o Conselho Nacional de Justiça. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senadora Ideli Salvatti. 216</p> <p>Comenta sobre o requerimento solicitando a anulação da votação do nome do Dr. Alexandre Moraes para integrar o Conselho Nacional de Justiça. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Eduardo Suplicy. 217</p> <p>Solicitação uma nova votação do pedido do nome do Dr. Alexandre Moraes para integrar o Conselho Nacional de Justiça. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Ney Suassuna. 218</p> <p>Faz comentário acerca da articulação da base do governo para a rejeição do nome do Dr Alexandre Moraes para integrar o Conselho Nacional de Justiça. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senadora Heloísa Helena. 218</p> <p>Crítica ao Ministro Aldo Rebelo, por nota divulgada contra a oposição. Senador Antônio Carlos Magalhães. 232</p> <p>Considerações sobre movimentação do governo contra a instalação da CPI dos Correios. Senadora Heloísa Helena. 235</p> <p>Críticas à tentativa do Governo Federal de impedir a instalação da CPI dos Correios. Senador Arthur Virgílio. 236</p> <p>Comenta acerca da incompetência e inépcia gerencial do Governo Lula. Senador Efraim Morais. 363</p> <p>Crítica o Governo por não utilizar o orçamento de forma devida. Aparte ao Senador Efraim Morais. Senador José Jorge. 364</p> |

| | Pág. | | Pág. |
|---|------|--|------|
| Crítica o ato “abafa CPI” feito pelo Governo Federal. Aparte ao Senador César Borges. Senador Alvaro Dias. | 374 | de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor. Senador Aloizio Mercadante. | 302 |
| Crítica a atuação do Governo. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Mão Santa. | 395 | Discute o Parecer nº 680, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (PL nº 2.710, de 1992, na origem), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor. Senador Eduardo Suplicy. | 303 |
| Faz críticas quanto à atuação do Presidente Lula. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador José Agripino. | 397 | Discute o Parecer nº 680, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (PL nº 2.710, de 1992, na origem), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor. Senador Arthur Virgílio. | 303 |
| Comenta acerca da necessidade de estabelecer prioridades para uso do recurso público no Brasil. Senador Cristovam Buarque. | 402 | Elogia a criação do projeto que dispõe acerca do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Romeu Tuma. | 303 |
| Avaliação da atuação do governo do Partido dos Trabalhadores. Senador Almeida Lima. | 406 | Discute o Parecer nº 680, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (PL nº 2.710, de 1992, na origem), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor. Senadora Heloísa Helena. | 304 |
| Avaliação das manobras do governo para impedir a instalação da CPI dos Correios e dos prejuízos para o Congresso Nacional pela não criação da mesma. Senador Pedro Simon. | 411 | Discute o Parecer nº 680, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (PL nº 2.710, de 1992, na origem), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor. Senadora Lúcia Vânia. | 305 |
| Críticas ao Governo Federal pela redução na dotação prevista para a Polícia Rodoviária Federal em 2005. Senador Leonel Pavan. | 425 | Discute o Parecer nº 680, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (PL nº 2.710, de 1992, na origem), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor. Senadora Ana Júlia Carepa. | 306 |
| Críticas à política econômica do governo. Senador Mão Santa. | 528 | | |
| Dirige críticas ao Partido dos Trabalhadores. Senadora Heloísa Helena. | 554 | | |
| Comenta acerca da notícia publicada no jornal Folha de S.Paulo, sobre o mau uso dos recursos do fundo de pensão PREVI e a nomeação dos conselheiros com a intenção de atender sindicalistas. Senador Heráclito Fortes. | 569 | | |
| Luta do governo Lula no combate a corrupção. Senadora Ideli Salvatti. | 570 | | |
| Protesto sobre a falta de investimentos do Governo Federal. Senador César Borges. | 645 | | |
| Comenta acerca do descaso do Governo Federal. Aparte ao Senador César Borges. Senador Geraldo Mesquita Junior. | 645 | | |
| Louva o governo pelas conquistas que vem conquistando no campo econômico. Aparte ao Senador César Borges. Senador Sibá Machado. | 646 | | |
| Comenta acerca da propaganda enganosa que o governo faz em relação à agricultura. Aparte ao Senador Osmar Dias. Senadora Heloísa Helena. ... | 691 | | |
| Crítica o governo por não pôr em prática o Programa Fome Zero. Aparte ao Senador Demóstenes Torres. Senador Heráclito Fortes. | 693 | | |
| HABITAÇÃO | | | |
| Discute o Parecer nº 680, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (PL nº 2.710, de 1992, na origem), que dispõe sobre o Sistema Nacional | | | |

| Pág. | Pág. |
|---|---|
| de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor. Senador Maguato Vilela. | |
| 306 | e seu Conselho Gestor. Aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares. Senadora Ideli Salvatti. 312 |
| Discute o Parecer nº 680, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (PL nº 2.710, de 1992, na origem), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor. Senador Marcelo Crivella. | |
| 307 | Valoriza a luta pela moradia. Aparte ao Senador Antônio Carlos Valadares. Senadora Ana Júlia Carepa. 313 |
| Discute o Parecer nº 680, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (PL nº 2.710, de 1992, na origem), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor. Senador Ney Suassuna. | |
| 309 | Discute o Parecer nº 680, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (PL nº 2.710, de 1992, na origem), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor. Senador Pedro Simon. ... 313 |
| Discute o Parecer nº 680, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (PL nº 2.710, de 1992, na origem), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor. Senador José Agripino. .. | |
| 309 | Encaminha para votação o parecer nº 680, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (PL nº 2.710, de 1992, na origem), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor. Senadora Heloísa Helena. 314 |
| Discute o Parecer nº 680, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (PL nº 2.710, de 1992, na origem), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor. Senador Delcídio Amaral. | |
| 310 | Encaminha para votação o parecer nº 680, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (PL nº 2.710, de 1992, na origem), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor. Senador Arthur Virgílio. 315 |
| Discute o Parecer nº 680, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (PL nº 2.710, de 1992, na origem), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor. Senador Almeida Lima. | |
| 310 | Encaminha para votação o parecer nº 680, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (PL nº 2.710, de 1992, na origem), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor. Senador Almeida Lima. 316 |
| Discute o Parecer nº 680, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (PL nº 2.710, de 1992, na origem), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor. Senador Antônio Carlos Valadares. | |
| 312 | Encaminha para votação o parecer nº 680, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (PL nº 2.710, de 1992, na origem), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor. Senadora Ideli Salvatti. 316 |
| Faz considerações acerca da criação do projeto que dispõe acerca do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) | |
| | Comenta acerca da aprovação no Senado do projeto de lei de iniciativa popular que cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), beneficiando a população de baixa renda. Senadora Ideli Salvatti. 377 |
| | Elogios à aprovação do projeto de lei de iniciativa popular que cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), o Fundo Na- |

| | Pág. | | Pág. |
|---|------|---|------|
| cional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e institui seu conselho gestor. Senador Paulo Paim. | 383 | Faz referência ao empréstimo de US\$ 30 milhões pra o combate à pobreza no interior do Estado do Maranhão. Aparte ao Senador João Alberto Souza. Senador Edison Lobão. | 482 |
| Satisfação com aprovação, na última terça-feira, do projeto de lei de iniciativa popular que cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Senador Paulo Paim..... | 581 | Faz referência ao empréstimo de US\$ 30 milhões pra o combate à pobreza no interior do estado do Maranhão. Aparte ao Senador João Alberto Souza. Senador Marco Maciel. | 483 |
| Expansão do crédito imobiliário no governo Lula. Senadora Ideli Salvatti. | 669 | | |
| HOMENAGEM | | MENSAGEM | |
| Comemoração do Dia da Etnia Italiana e registro dos 130 anos da chegada dos “homens do vinho” ao Rio Grande do Sul. Senador Paulo Paim. | 52 | Mensagem nº 139, de 2005 (nº 290, na origem), de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts. 18, I, e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submete a apreciação dos membros do Congresso Nacional a escolha do Senhor João Batista Cruz, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné-Bissau. | 61 |
| Registro dos dez anos do Jornal do Senado. Senador José Sarney. | 241 | Mensagem nº 140, de 2005 (nº 291, na origem), de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts. 18, I, e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submete a apreciação dos membros do Congresso Nacional a escolha do Senhor Luiz Fernando Gouvêa de Athayde, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago. | 70 |
| Homenagem de pesar pelo falecimento do Desembargador Fernando Franco. Senador Antonio Carlos Valadares. | 383 | Mensagem nº 141, de 2005 (nº 297/2005, na origem), informando que o Presidente se ausentará do País no período de 22 a 29 de maio de 2005, para realizar visitas oficiais à República da Coreia (Seul), nos dias 23 a 25, e ao Japão (Tóquio), nos dias 26 e 27, e (Nagoia), no dia 28. | 83 |
| Homenagem à TV Senado. Senador Romeu Tuma. | 385 | Mensagem nº 142, de 2005 (nº 299/2005, na origem), de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com o art. 10 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, submete o nome do Senhor Cláudio Maiorovich Pessanha Henriques para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. | 84 |
| Homenagem ao Professor Jeter Jorge Bertolotti, natural de Caxias do Sul, indicado para concorrer ao Prêmio Kalinga para a Popularização da Ciência, criado em 1952 pela Unesco, órgão das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura. Senador Pedro Simon. | 425 | Mensagem nº 144, de 2005 (nº 289/2005, na origem), restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2004 (nº 3.407/2000, na casa de origem), que declara o arquiteto Oscar Niemeyer Patrono da Arquitetura Brasileira, sancionado e | |
| Comemoração do Dia do Geógrafo, congratulações aos membros da Associação dos Geógrafos Brasileiros - OGB. Senador Sibá Machado. | 667 | | |
| JUDICIÁRIO | | | |
| Faz comentários acerca das desigualdades no poder do Judiciário. Aparte ao Senador Marco Maciel. Senador Mão Santa. | 140 | | |
| LEGISLAÇÃO COMERCIAL | | | |
| Faz comentários acerca do estudo do Banco Mundial relativo à burocracia do Estado brasileiro. Senador Delcídio Amaral. | 144 | | |
| Satisfação com a entrada em vigor, no próximo mês, da Lei de Recuperação de Empresas. Senadora Lucia Vânia. | 511 | | |
| MARANHÃO | | | |
| Comenta acerca da inoperância do Governo do Maranhão no sentido de viabilizar empréstimo do Banco Mundial para o combate à pobreza rural naquele Estado. Senador João Alberto Souza. | 481 | | |

| | Pág. | | Pág. |
|--|------|--|------|
| transformado na Lei nº 11.117, de 18 de maio de 2005. | 587 | Federal a indicação do Senhor Alexandre Antonio Tombini, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. Senador Rodolpho Tourinho. | 194 |
| MINAS GERAIS | | Parecer nº 674, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 122, de 2005, da Presidência da Republica (nº 389/2004, na origem), que encaminha ao Senado Federal a programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 2004. Senador Delcídio Amaral. | 195 |
| Aplauda a iniciativa do Governador de Minas Gerais, Aécio Neves, que anunciou um conjunto de obras estruturais no valor de R\$ 270 milhões para Belo Horizonte/MG. Senador Eduardo Azeredo. | 408 | Parecer nº 675, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a mensagem nº 135, de 2005, da Presidência da Republica (Mensagem nº 262, de 2005, na origem), que encaminha ao Senado Federal a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2004. Senador Delcídio Amaral. | 198 |
| MULHER | | Parecer nº 676, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem, sobre a Mensagem nº 136, de 2005, da Presidência da Republica nº 262/2005, na origem), que encaminha ao Senado Federal a programação monetária relativa ao primeiro trimestre de 2005. Senador Delcídio Amaral. | 199 |
| Elogios à pesquisa de opinião realizada pelo Senado Federal sobre a violência doméstica contra mulheres no país. Senador Wirlande da Luz. | 540 | Parecer nº 677, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 137, de 2005, da Presidência da Republica (Aviso nº 10, de 2005, da Presidência do Banco Central do Brasil, na origem), que encaminha ao Senado Federal a programação monetária relativa ao segundo trimestre de 2005. Senador Delcídio Amaral. | 202 |
| OFÍCIO | | Parecer nº 678, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (PL nº 2.710, de 1992, na origem), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor. Senador Marcelo Crivella. | 284 |
| Ofício de Ministro de Estado nº 11/2005, de 5 de maio, do ministro das Relações Exteriores, encaminhando resposta ao Requerimento nº 175, de 2005, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. | 89 | Parecer nº 679, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (PL nº 2.710, de 1992, na origem), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor. Senador Garibaldi Alves Filho. | 297 |
| Ofício de Ministro de Estado nº 77/2005, de 18 de maio, do Ministro do Desenvolvimento, Industria e Comercio Exterior, encaminhando resposta ao Requerimento nº 79, de 2005, do Senador Arthur Virgílio. | 89 | Parecer nº 680, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (PL nº 2.710, de 1992, na origem), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor. Senadora Ideli Salvatti. | 301 |
| Ofício de Ministro de Estado nº 83/2005, de 18 de maio, do Ministro do Desenvolvimento, Industria e Comercio Exterior, encaminhando resposta ao Requerimento nº 24, de 2005, Senador Arthur Virgílio. | 89 | | |
| Ofício do Ministro de Estado da Defesa nº 4.387, de 2005, de 20 de maio, do Ministro da Defesa, encaminhando resposta ao Requerimento nº 23, de 2005, do Senador Arthur Virgílio. | 339 | | |
| PARECER | | | |
| Parecer nº 672, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 2005 (nº 685/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas entre os Governos da República Federativa do Brasil e da Republica Federativa do Brasil e da Republica Cooperativista da Guiana, celebrado em Brasília, 7 de fevereiro de 2003. Senador Mozarildo Cavalcanti. | 6 | | |
| Parecer nº 673, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 138, de 2005, que submete à apreciação do Senado | | | |

| | Pág. | | Pág. |
|---|------|---|------|
| Parecer nº 681, de 2005, (Comissão Diretora) redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (nº 2.710, de 1992, na casa de origem). Senador Tião Viana. | 317 | | |
| Parecer nº 682, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e cidadania, sobre o Ofício “S” nº 27, de 1999, do Senhor Ministro Presidente do STF, encaminhando ao Presidente do Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, cópia do acórdão prolatado nos autos do Recurso Extraordinário nº 140773-5/210-SP, que declarou a inconstitucionalidade da Lei nº 2.200, de 3-6-1983, que acrescentou o § 4º ao artigo 27 da Lei nº 1.444, de 13-12-1966, ambas do Município de Sorocaba (SP), e em parte, a execução do art. 12 da Lei ordinária federal nº 5.868, de 12-12-1972, no ponto em que revogou o art. 15 do Decreto-Lei nº 57, de 18-11-1966. Senador Antônio Carlos Valadares. | 339 | Parecer nº 687, de 2005, da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/39, de 2005, de indicação do Senhor Luciano Chagas da Silva para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. Senador Antônio Carlos Magalhães. | 595 |
| Parecer nº 683, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e cidadania, sobre o Ofício “S” nº 40, de 2000, do Senhor Ministro Presidente do STF, encaminhando ao Presidente do Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, cópia do acórdão prolatado nos autos do Recurso Extraordinário nº 232.896-3, que declarou a inconstitucionalidade da disposição inscrita no artigo 15 da Medida Provisória nº 1.212, de 28 de novembro de 1995 – “aplicando-se aos fatos geradores ocorridos a partir de 10 de outubro de 1995” – e de igual disposição inscrita nas medidas provisórias reeditas e na Lei 9.715, de 25 de novembro de 1998, artigo 18. Senador Antônio Carlos Valadares. | 344 | Parecer nº 688, de 2005, da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/40, de 2005, de indicação do Senhor Saint’Clair Luiz do Nascimento Junior para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. Senador Antônio Carlos Magalhães. | 596 |
| Parecer nº 684, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2005 (nº 520/2003, na Casa de Origem), que cria o âmbito do Ministério da Cultura o Prêmio de Artes Plásticas Marcantonio Vilaça e dá outras providências. Senador Cristovam Buarque. | 351 | Parecer nº 689, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 102, de 2005 (nº 1.361, de 2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ação Candeias FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Candeias, Estado da Bahia. Senador Demóstenes Torres. | 598 |
| Parecer nº 685, de 2005, da Comissão de Relações Econômicas, sobre o Aviso nº 34, de 2004 (aviso nº 2.140/2004, na origem) que versa sobre irregularidades no recolhimento do ICMS pela Petrobrás, no Estado do Mato Grosso do Sul, de acordo com o previsto na Resolução nº 69, de 1998, do Senado Federal (TC-011.582/2003-6). Senador Aelton Freitas. | 516 | Parecer nº 690, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 104, de 2005 (nº 1.318, de 2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Telecomunicações Góis Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itamaraju, Estado da Bahia. Senador Demóstenes Torres. ... | 601 |
| Parecer nº 686, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça de Cidadania, sobre o Ofício S/38, de 2005, de indicação do Senhor Paulo Sergio Prata Rezende para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. Senador Pedro Simon. | 593 | Parecer nº 691, de 2005, da Comissão Diretora, que dá redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 2005. Senador Tião Viana. | 682 |
| | | Parecer nº 692, de 2005, da Comissão Diretora, que dá redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 242, de 2005. Senador Tião Viana. | 683 |
| | | Parecer nº 693, de 2005, da Comissão Diretora, que dá redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 243, de 2005. Senador Tião Viana. | 683 |
| | | Parecer nº 694, de 2005, da Comissão Diretora, que dá redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 2005. Senador Tião Viana. | 684 |
| | | POLÍTICA AGRÍCOLA | |
| | | Preocupação com a crise que atinge os produtores brasileiros de coco. Senador Renan Calheiros. . | 132 |
| | | Apelo ao Ministro da Fazenda para a liberação de financiamento aos produtores de cacau do Estado da Bahia. Senador Antônio Carlos Magalhães. | 141 |
| | | Comenta acerca da importação de arroz da Argentina e do Uruguai. Senador Sérgio Zambiasi. | 421 |
| | | Registra participação no primeiro Encontro de Habitação para Agricultura Familiar, realizado | |

| Pág. | Pág. |
|--|------|
| no município de Cordilheira Alta - SC, no dia 27 de maio de 2005, e ressalta o programa habitacional para agricultores familiares oferecido pelo Governo Federal. Senadora Ideli Salvatti. | 146 |
| 530 | |
| Transcrição, nos Anais, da Carta Aberta do 1º Encontro de Habitação para a Agricultura Familiar, realizado no dia de 27 de maio de 2005. Senadora Ideli Salvatti. | 148 |
| 530 | |
| Faz comentários acerca do seguro agrícola. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Paulo Paim. | 383 |
| 531 | |
| Protesto contra importação de arroz do Uruguai e Argentina e apóia às reivindicações dos produtores de arroz. Senador Paulo Paim. | 649 |
| 641 | |
| Comenta a difícil situação pela qual estão passando os produtores rurais do país. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Nezinho Alencar. . | 661 |
| 643 | |
| Defende vantagens comparativas para quem vive da plantação de fumo. Senador Tião Viana. .. | 661 |
| 647 | |
| Apelo para solução dos problemas dos pecuaristas e agricultores brasileiros. Senador Nezinho Alencar..... | |
| 671 | |
| Comenta acerca da necessidade de se criar um seguro para os produtores rurais, por não saberem se haverá frustração da safra. Aparte ao Senador Nezinho Alencar. Senador Maguito Vilela. .. | |
| 672 | |
| Comenta acerca da necessidade de se criar uma política agrícola que alavanque a agricultura. Aparte ao Senador Nezinho Alencar. Senador Alvaro Dias. | |
| 672 | |
| Necessidade de se adotar medidas com vistas a ajudar o grande prejuízo do setor primário. Aparte ao Senador Nezinho Alencar. Senador Leomar Quintanilha. | |
| 673 | |
| Apelo para solução da crise dos agricultores brasileiros. Senador Osmar Dias. | |
| 688 | |
| Comenta da necessidade de se das mais assistência aos agricultores. Aparte ao Senador Osmar Dias. Senador Sérgio Guerra. | |
| 690 | |
| Comenta acerca da crise do setor agropecuário brasileiro. Senador Leomar Quintanilha. | |
| 733 | |
| POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO | |
| Necessidade de estudar grandes questões nacionais e planejar o futuro do país a longo prazo. Senador Ney Suassuna. | 13 |
| 664 | |
| POLÍTICA DE TRANSPORTES | |
| Solenidade de início das obras da Agenda Portos, no Porto de São Francisco do Sul, em San- | |
| ta Catarina, no qual serão revitalizados mais dez portos brasileiros. Senadora Ideli Salvatti. | 14 |
| Comenta acerca da infra-estrutura do País. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Delcídio Amaral. | 14 |
| Movimento para a construção do anel rodoviário metropolitano de Porto Alegre. Senador Paulo Paim..... | 148 |
| 383 | |
| Comenta acerca da situação de abandono das comunidades das Vilas Extrema e Nova Califórnia, na divisa dos estados do Acre e Rondônia que causou um protesto da comunidade interrompendo o tráfego na BR-364. Senador Sibá Machado. | 383 |
| Solicita que seja reunida a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e a de Assuntos Econômicos, para esclarecer como foram empregados os recursos distribuídos para recuperação das estradas. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães. Senador Heráclito Fortes. | 649 |
| 661 | |
| POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE | |
| Preocupação com o desmatamento da Amazônia, principalmente o ocorrido em Mato Grosso. Senadora Serys Slhessarenko. | 13 |
| 672 | |
| Comenta sobre o desmatamento da Amazônia. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. Senador Alvaro Dias. | 14 |
| 672 | |
| Solicitação de apoio logístico da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal à realização, em Curitiba/PR, de duas conferências da ONU sobre biodiversidade e biossegurança. Senador Alvaro Dias. | 34 |
| 673 | |
| Promete ao Senador Alvaro Dias, apoio da Comissão de relações exteriores de defesa nacional do Senado, às conferências da ONU sobre biodiversidade e biossegurança que serão realizadas em Curitiba/PR. Senador Cristovam Buarque. | 34 |
| 688 | |
| Comenta sobre o crescimento do desmatamento na Amazônia. Senador Arthur Virgílio. | 53 |
| 690 | |
| Declarações da Ministra Marina Silva sobre o desmatamento na Amazônia. Senador José Jorge. | 130 |
| 733 | |
| Faz defesa do Governador do Estado do Mato Grosso, Blairo Maggi, apontado por setores da Oposição, como responsável pelo desmatamento no Estado. Senador Jonas Pinheiro. | 153 |
| 664 | |
| Faz Defesa do Governador do Estado do Mato Grosso, Blairo Maggi, apontado por setores da Oposição, como responsável pelo desmatamento no Estado. Aparte ao Senador Jonas Pinheiro. Senador Antônio Carlos Magalhães. | 154 |
| 664 | |
| Defesa do Governador do Estado do Mato Grosso, Blairo Maggi, apontado por setores da | |

| | Pág. | | Pág. |
|--|------|---|------|
| Oposição, como responsável pelo desmatamento no Estado. Aparte ao Senador Jonas Pinheiro. Senador José Agripino. | 155 | Referências ao pronunciamento do Senador Cristovam Buarque que trata da condução da atual política econômica. Senador Arthur Virgílio. | 36 |
| Comenta da necessidade da votação da MP do Código Florestal. Aparte ao Senador Jonas Pinheiro. Senador José Agripino. | 155 | Comenta sobre os aspectos da política econômica do Governo Lula que comprometem o desenvolvimento do País. Senadora Heloísa Helena. | 38 |
| Crítica às manifestações do Comissário Europeu para o Comércio, Peter Mandelson, sobre a necessidade de se internacionalizar a Amazônia. Senador Sibá Machado. | 357 | Equívocos do Governo Lula que impedem a promoção do crescimento econômico. Senador Alvaro Dias. | 39 |
| Crítica às manifestações do Comissário Europeu para o Comércio, Peter Mandelson, sobre a necessidade de se internacionalizar a Amazônia. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senadora Ideli Salvatti. | 358 | Críticas à política econômica do Governo Lula. Senador Mão Santa. | 107 |
| Comenta acerca da proteção que deve ser feita na Amazônia. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senador Romeu Tuma. | 359 | Reflexões sobre a constante alta da taxa SELIC, por decisão do Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil - COPOM. Senador Papaléo Paes. | 111 |
| Comenta acerca da preservação que deve ser feita na Amazônia. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senadora Serys Shessarenko. | 359 | Reflexões sobre a elevada taxa de juros praticada pelo Banco Central do Brasil e a fantástica e impagável dívida brasileira. Senador Pedro Simon. | 125 |
| Comenta acerca da transposição do rio São Francisco. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. Senador Eduardo Azeredo. | 399 | Considerações sobre os indicadores da economia brasileira, apesar dos últimos acontecimentos políticos. Senadora Ideli Salvatti. | 570 |
| Comenta acerca da questão da reciclagem de pneus no país. Senador Edison Lobão. | 483 | Crítica a obsessão de aumento do superávit do país. Aparte ao Senador César Borges. Senador Ramez Tebet. | 646 |
| Comenta acerca da questão da reciclagem de pneus no país. Aparte ao Senador Edison Lobão. Senador José Agripino. | 484 | | |
| Preocupação frente aos dados divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, sobre o desmatamento da Amazônia. Senador Edison Lobão. | 536 | POLÍTICA ENERGÉTICA | |
| Defesa de uma política de desenvolvimento sustentável para a Amazônia, para coibir o desmatamento da região. Senador João Capiberibe. | 667 | Preocupação com a questão do gás natural e os recentes acontecimentos na Bolívia. Senador Rodolpho Tourinho. | 398 |
| Alerta para o alto índice de desmatamento na Amazônia. Aparte ao Senador João Capiberibe. Senador Jefferson Péres. | 668 | | |
| Comenta da necessidade de um aparato para coibir a ação dos que, fora da lei, provocam o desmatamento da Amazônia. Aparte ao Senador João Capiberibe. Senador Sibá Machado. | 668 | POLÍTICA EXTERNA | |
| Considerações sobre a devastação da Amazônia. Senador Alvaro Dias. | 696 | Prejuízos aos interesses do Brasil e também à integração sul-americana com a taxação dos royalties das riquezas minerais pelo Congresso boliviano. Senador Ramez Tebet. | 162 |
| | | Faz considerações acerca do gasoduto Bolívia/Brasil. Aparte ao Senador Ramez Tebet. Senador Delcídio Amaral. | 163 |
| POLÍTICA ECONÔMICA | | Proposta da realização de dois jogos de futebol da Seleção Brasileira com a seleção mista da Coreia do Sul e outro com a seleção da Coreia do Norte, visando à reunificação e pacificação entre a relação entre ambas as Coreias. Senador Eduardo Suplicy. | 169 |
| Demonstra preocupação com a condução da atual política econômica. Senador Cristovam Buarque. | 35 | Registro de que as exportações brasileiras para a América Latina superam as vendas para os Estados Unidos e as expectativas para a viagem do Presidente Lula ao Japão e à Coreia. Senadora Ideli Salvatti. | 377 |

| Pág. | Pág. |
|--|------|
| Comenta acerca da mudança do Brasil no cenário político-econômico mundial. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Roberto Saturnino. | 379 |
| Comenta da importância da Cúpula Árabe, na qual o Presidente Lula esteve presente. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Ney Suassuna. | 379 |
| Comenta acerca de sua preferência da construção de uma siderúrgica no Pará, já que é de lá que o minério de ferro é retirado. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senadora Ana Júlia Carepa. | 379 |
| Comenta acerca da possibilidade de se promover uma partida de futebol entre as seleções do Brasil e uma mista envolvendo as duas Coreias como meio de se promover a confraternização entre os coreanos do sul e do norte. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Eduardo Suplicy. | 414 |
| Comenta acerca das turbulências nas relações entre Brasil e Argentina. Senador Sérgio Zambiasi. | 421 |
| Comenta acerca da criação do Parlamento do Mercosul. Senador Sérgio Zambiasi. | 421 |
| Questionamentos acerca da política externa brasileira e comenta sobre a importância da consolidação do Mercosul. Senador Marco Maciel. ... | 476 |
| Aponta política econômica Chilena como exemplo a ser seguido pelo Brasil. Senador Mão Santa. | 528 |
| POLÍTICA FISCAL | |
| Comenta sobre a recente majoração da taxa básica de juros pelo Comitê de Política Monetária - Copom. Senador Arthur Virgílio. | 34 |
| Refuta as afirmações de que a carga tributária aumentou no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Senador Aloizio Mercadante. | 238 |
| Comenta acerca da carga tributária e as sanções fiscais indiretas. Senador Augusto Botelho. . | 331 |
| POLÍTICA FUNDIÁRIA | |
| Saudações à publicação no Diário Oficial da União do decreto que institui o grupo de trabalho que destina a proceder a regularização das terras do Estado do Amapá. Senador José Sarney. | 133 |
| POLÍTICA INTERNACIONAL | |
| Comenta que não devem ser aceitos “palpites” de outros países de como a Amazônia deve ser tratada. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senador Ney Suassuna. | 359 |
| Lamenta rejeição da Constituição Européia pela França. Senador Pedro Simon. | 534 |
| Comenta acerca da rejeição da Constituição Européia pela França. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Marco Maciel. | 535 |
| POLÍTICA ORÇAMENTÁRIA | |
| Discute o Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 2055, que aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2004. Senador Delcídio Amaral. | 679 |
| Discute o Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 2055, que aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2004. Senadora Heloísa Helena. | 680 |
| Discute o Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 2055, que aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2004. Senador Almeida Lima. | 680 |
| Discute o Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 2055, que aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2004. Senador Garibaldi Alves Filho. | 681 |
| POLÍTICA PARTIDÁRIA | |
| Indicação dos membros do PSDB para compor as comissões parlamentares de inquérito que estão para ser instaladas no âmbito do Senado Federal ou do Congresso Nacional. Senador Arthur Virgílio. | 3 |
| Considerações sobre a punição imposta pelo Partido dos Trabalhadores ao Deputado Virgílio Guimarães. Senador Arthur Virgílio. | 106 |
| Faz comentários acerca da estrutura partidária. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador José Jorge. | 124 |
| Registro da realização do Encontro da Internacional Democrata de Centro, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro. Senador Marco Maciel. | 139 |
| Discussão da questão do <i>aggiornamento</i> do Partido da Frente Liberal. Senador Marco Maciel. | 139 |
| Comenta acerca da reunião em que a bancada do PT resolverá assuntos referentes às orientações do Diretório Nacional. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Delcídio Amaral. | 144 |
| Critica a politização da discussão em torno do Sr. Alexandre de Moraes, um erro danoso para a implantação do Conselho Nacional de Justiça. Senador Arthur Virgílio. | 168 |
| Comenta acerca da necessidade de um entendimento entre governo e oposição. Aparte ao | |

XVIII

| | Pág. | | Pág. |
|---|------|--|------|
| Senador Cristovam Buarque. Senador Eduardo Azeredo. | 403 | Faz considerações acerca da votação da “PEC Paralela” no Senado que trata da contribuição à previdência social. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senadora Ideli Salvatti. | 143 |
| POLÍTICA SALARIAL | | Faz considerações acerca da votação da “PEC Paralela” no Senado que trata da contribuição à previdência social. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Ramez Tebet. | 143 |
| Preocupação com os baixos salários dos militares. Senador Almeida Lima. | 406 | Comenta sobre o Projeto de Lei nº 58 que garante ao idoso e pensionista o recebimento do mesmo número de salários mínimos que recebia à época da aposentadoria. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Paulo Paim. | 357 |
| POLÍTICA SANITÁRIA | | Análise das alterações feitas pela Câmara dos Deputados à PEC Paralela que trata da contribuição à Previdência Social. Senador Rodolpho Tourinho. | 398 |
| Apoio ao Projeto de Lei do Senado 155, de 2005, de autoria do Senador Gerson Camata, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências. Senador César Borges. ... | 160 | Pede esclarecimentos quanto à PEC Paralela que trata da contribuição à Previdência Social. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. Senador Paulo Paim. | 400 |
| POLÍTICA SOCIAL | | PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO | |
| Comenta da necessidade de mudança na política social do Governo. Senador Cristovam Buarque. | 41 | Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 2005, que aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2004. Senador Delcídio Amaral. | 196 |
| Elogios ao trabalho da Dra. Fernanda Bianchini, apresentado no Programa Faustão, da Rede Globo de Televisão, que mostrou um corpo de balé integrado por cegos. Senador Antônio Carlos Magalhães. | 141 | Projeto de Decreto Legislativo nº 242, de 2005, que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2004. Senador Luiz Otávio. | 199 |
| Considerações sobre o Programa Bolsa-Família. Senador Eduardo Suplicy. | 416 | Projeto de Decreto Legislativo nº 243, de 2005, que aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2005. Senador Delcídio Amaral. | 201 |
| Reflexão sobre a violência social. Senador Sérgio Zambiasi. | 697 | Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 2005, que aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2005. Senador Delcídio Amaral. | 203 |
| POLÍTICA SÓCIO ECONÔMICA | | Projeto de Decreto Legislativo nº 245, de 2005, (nº 1.487/2004, na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Vale do Ipanema FM de Águas Belas – PE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas Belas, Estado de Pernambuco. | 428 |
| Comenta sobre o Desemprego no Brasil. Senador Ney Suassuna. | 324 | Projeto de Decreto Legislativo nº 246, de 2005, (nº 1.489/2004, na Câmara dos Deputados) que aprova ao to que outorga permissão a Radio FM Nevasca Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Joaquim, Estado de Santa Catarina. | 432 |
| Críticas aos constantes aumentos da taxa de juros do país. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Pedro Simon. | 529 | Projeto de Decreto Legislativo nº 247, de 2005, (nº 1.490, de 2004, na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que autoriza a Associação | |
| Críticas ao Governo Federal por comemorar índices de crescimento econômico do país, comprovando crescimento muito aquém dos demais países. Senador Alvaro Dias. | 666 | | |
| POLÍTICA URBANA | | | |
| Comenta acerca da necessidade de uma ação conjunta dos diferentes níveis de governo para debelar os graves problemas urbanos que afligem a população brasileira. Senador Nezinho Alencar. .. | 325 | | |
| PREVIDÊNCIA SOCIAL | | | |
| Expectativas com a votação da “PEC Paralela” no Senado que trata da contribuição à previdência social. Senador Paulo Paim. | 142 | | |

de Radiodifusão e Jornalismo Comunitário Popular de Samambaia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Samambaia, Distrito Federal.

438

Projeto de Decreto Legislativo nº 248, de 2005, (nº 1.493, de 2004, na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultura Pirangiense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pirangi, Estado de São Paulo.

441

Projeto de Decreto Legislativo nº 249, de 2005, (nº 1.495, de 2004, na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que renova a permissão outorgada à rádio Estereosom de Limeira Ltda., para explorar serviço radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Limeira, Estado de São Paulo.

444

Projeto de Decreto Legislativo nº 250, de 2005, (nº 1.521, de 2004, na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que outorga permissão a Rádio Imbituba Ltda., para explorar serviço radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Imbituba, Estado de Santa Catarina.

460

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2005 (nº 4.904/2001, na Casa de origem), que cria o serviço de Distribuição de Sinais de TV Aberta – DTVA. ...

4

Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2005 (nº 5.239, de 2001, na Casa de origem), que dá nova redação ao parágrafo único, remunerado como § 1º e acrescenta § 2º ao art. 25 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1996, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC e dá outras providências.

608

Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2005 (nº 2.674/2003, na Casa de origem), que altera o caput do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.040, de 21 de outubro de 1969, que dispõe sobre os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, regula a eleição de seus membros, e dá outras providências.

609

Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2005 (nº 2.485, de 2003, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 12 do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, que cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Técnico em Contabilidade, e dá outras providências.

611

Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2005 (nº 1.438, de 2003, na Casa de origem), que altera a redação do inciso VI do art. do 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (acrescenta ao princí-

pio da gratuidade do ensino público a vedação de cobrança e taxas de qualquer natureza).

612

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2005 (nº 392/2003, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Alfeo Almeida Velozo” o trecho da rodovia BR-376 entre o entroncamento com a rodovia BR-163 e a cidade de Fátima do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul.

613

Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2005 (nº 276/2003, na Casa de origem), que altera o caput do art. 11 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências (substitui a expressão “atendimento médico” por “atendimento integral à saúde”).....

614

Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2005 (nº 6.233/2002, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (determina que a pessoa que for retirada cautelosamente da moradia comum, por maus tratos, opressão ou abuso sexual contra criança ou adolescente, está obrigada a prestar alimento). ...

615

Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2005 (nº 5.124/2001, na Casa de origem), que denomina Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em fortaleza, Estado do Ceará.

616

Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2005 (nº 4.889/2001, na Casa de origem), que altera a redação do caput do art. 66 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que institui o Código de Proteção e Defesa do Consumidor (inclui o ato de descumprir data de entrega de validade entre as possíveis condutas do fornecedor).

617

Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2005 (nº 4.538, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 134 da Lei nº 5.969, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil (dispõe sobre o impedimento do juiz).

618

Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2005 (nº 2.354/2000, na Casa de origem), que exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guajará-Mirim, e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.

620

PROJETO DE LEI DO SENADO

Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2005, que institui o novo programa Social da Habitação no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências. Senador Alvaro Dias.

| | Pág. | | Pág. |
|---|------|--|------|
| Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2005, que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo de Recuperação Econômica de Foz do Iguaçu (FUNREF) e dá outras providências. Senador Alvaro Dias. | 90 | Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2005, que altera as Leis nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 10.962, de 11 de outubro de 2004, para, entre outras providências, considerar como prática abusiva à oferta à venda ou a venda de produtos ou serviços mediante a sistemática de pagamento a prazo pelo preço à vista. Senador Antonio Carlos Valadares. . | 604 |
| Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2005, que altera o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, para definir como crime de responsabilidade a aplicação indevida de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que implique na suspensão do oferecimento da merenda escolar. Senador Cristovam Buarque. | 91 | Projeto de Lei do Senado nº 192, de 2005, que altera o § 3º do art. 54 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para exigir que os caracteres impressos em contrato de adesão observem padrão mínimo de medida tipográfica. Senador Paulo Paim. | 674 |
| Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2005, que estabelece que os benefícios da Previdência Social sejam reajustados com o mesmo percentual aplicado ao salário mínimo. Senadora Serys Slhessarenko. | 93 | Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2005, que altera os arts. 246 e 247 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral, e dá outras providências. Senador Paulo Paim. | 675 |
| Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2005, que acrescenta § 1º e 2º ao art. 3º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para dispor sobre a frequência, pelos beneficiários do Seguro-Desemprego, de cursos de qualificação, requalificação, adaptação, reciclagem ou prestação de serviços voluntários e dá outras providências. Senador César Borges. .. | 184 | Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2005 – Complementar, que acrescenta parágrafo ao 1º artigo da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para excluir do benefício do sigilo bancário as pessoas que menciona. Senador Pedro Simon. | 677 |
| Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2005, que altera a redação do art. 13, da Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998. Senador Marcelo Crivella. | 185 | PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO | |
| Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2005, que modifica os §§ 4º e 5º do art. 273, e acrescenta os arts. 273-A, 273-8, 273-C e 273-D à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para permitir a estabilização da tutela antecipada. Senador Antero Paes de Barros. | 188 | Projeto de Resolução nº 16, de 2005, que suspende a execução da Lei nº 2.200, de 3 de junho de 1983, que acrescentou o § 4º ao art. 27 da Lei nº 1.444, de 13 de dezembro de 1996, ambas do Município de Sorocaba/São Paulo, e, em parte, a execução do art. 12 da Lei Ordinária federal nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, no ponto em que revogou o art. 15 do Decreto-Lei nº 57, 18 de novembro de 1966. Senador Antônio Carlos Magalhães. | 341 |
| Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2005, que institui o ano de 2008 como “Ano Nacional Machado de Assis”. Senador Marco Maciel. | 190 | Projeto de Resolução do Senado nº 17, de 2005, que suspende a execução de parte do art. 15 da Medida Provisória nº 1.212, de 28 de novembro de 1995, e de igual disposição constante das medidas provisórias reeditadas, bem como, de parte de art. 18 da Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998. Senador Demóstenes Torres. | 346 |
| Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2005, que dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação, por parte das pessoas jurídicas de direito privado, concessionárias ou permissionárias de serviço público de relação de seus membros, sócios ou associados, à pessoa jurídica de direito público interno concedente ou permitente. Senador Hélio Costa. | 190 | PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO | |
| Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2005, que altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados para reduzir alíquotas de veículos automotores de baixo consumo de combustível. Senador João Alberto Souza. | 353 | Proposta de Emenda à Constituição nº 25, de 2005, que altera a repartição com Municípios da receita estadual. Senador Antero Paes de Barros. | 636 |
| Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2005, que institui a data de 6 de junho como o “Dia Nacional do Teste do Pezinho”. Senador Flavio Arns. | 354 | Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2005, que insere os parágrafos 1º a 3º no artigo 168 da Constituição Federal, limitando a dotação orçamentária para o Poder Legislativo Federal e estaduais. Senador Antero Paes de Barros. | 639 |

| | Pág. | XXI | Pág. |
|---|------|--|------|
| RAÇA | | | |
| Faz comentários acerca do racismo. Aparte ao Senador João Alberto Souza. Senador Paulo Paim. | 539 | crescimento de 6,23% em 2004. Senador Arthur Virgílio. | 13 |
| RECURSO | | Requerimento nº 549, de 2005, que requer ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, informações relativas à estrutura administrativa do Governo Federal. Senador Pedro Simon. . | 94 |
| Recurso nº 2, de 2005, que nos termos do disposto nos §§ 3º e 4º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, solicitamos que o PLS nº 226, de 2004, que “dispõe sobre a regulamentação das profissões de enólogo e técnico em Enologia”, seja submetido à apreciação pelo plenário dessa Casa. Senador Wirlande da Luz. | 4 | Requerimento nº 550, de 2005, que requer voto de Pesar pelo falecimento do artista circense Waldemar Seyssel, o Palhaço Arrelia, ocorrido no dia 23 de maio de 2005. Senador Arthur Virgílio. . | 95 |
| REFORMA POLÍTICA | | Requerimento nº 551, de 2005, que com fulcro no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requer a inserção em ata de voto de aplauso ao jornalista e historiador Pedro Rocha Jucá pelo aniversário de circulação e manutenção na internet do site Varanda Cuiabana, primeiro periódico virtual da cultura mato-grossense, ocorrido no dia 14 de fevereiro de 2005, que pode ser acessado, de qualquer parte do mundo. Senadora Serys Slhessarenko. ... | 95 |
| Considerações sobre a reforma política. Senadora Heloísa Helena. | 20 | Requerimento nº 552, de 2005, que com fulcro no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que requer a inserção em ata de voto de aplauso ao jornalista Alberto Dines pelo duplo aniversário do Observatório da Imprensa: que está presente na internet há 9 anos e há 7 anos na versão televisionada, e que agora de prepara para mais um desafio, a versão radiofônica. Senadora Serys Slhessarenko. | 100 |
| REGIMENTO INTERNO | | Requerimento nº 553, de 2005, que nos termos do art. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requer homenagens pelo falecimento do Sr. Antonio Roberto Pelegrino, médico e jornalista, no dia 23 de maio de 2005. Senador Antônio Carlos Magalhães. | 156 |
| Fundamentação de questão de ordem, também formulada na sessão de ontem pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, no sentido de declarar nula de pleno direito a votação que impôs rejeição ao nome do jurista Alexandre de Moraes para o Conselho Nacional de Justiça. Senador Alvaro Dias. . | 19 | Requerimento nº 554, de 2005, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao Ex ^{mo} Sr. D. Cláudio Hummes, Cardeal-Arcebispo de São Paulo, pelo transcurso dos trinta anos de sua ordenação episcopal. Senador Romeu Tuma. | 191 |
| Sugere que haja convocação em julho, abrindo mão de qualquer remuneração. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senadora Heloísa Helena. | 25 | Requerimento nº 555, de 2005, que requer, nos termos do Parágrafo 2º do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja instado o Ministério de Minas e Energia a prestar informações acerca do programa denominado “Luz para todos” que está sendo implementado pelo Governo Federal nos estados. Senador Geraldo Mesquita Júnior. | 192 |
| Sugere a prorrogação da sessão do dia 23 de maio de 2005, afim de que todos que estavam inscritos possam fazer uso da palavra. Senador César Borges. | 157 | Requerimento nº 556, de 2005, que solicita tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado n ^{os} 195, de 2002; 207, 339 e 361, de 2004. Senador Tasso Jereissati. | 192 |
| Sugere que seja feita a votação de todos os nomes ligados ao Conselho Nacional de Justiça. Senador Arthur Virgílio. | 273 | | |
| Considerações acerca da comissão instalada para promover a reforma do Regimento Interno do Senado Federal. Senador Marco Maciel. | 410 | | |
| REQUERIMENTO | | | |
| Requerimento nº 547, de 2005, que requer voto de pesar pelo falecimento, em Belém, da Senhora Luna de Souza Flexa Ribeiro, mãe do Senador Flexa Ribeiro. Senador Arthur Virgílio. | 13 | | |
| Requerimento nº 548, de 2005, que requer informações à Ministra do Meio Ambiente, acerca dos dados sobre a devastação da Amazônia, com | | | |

| | Pág. | | Pág. |
|---|------|--|------|
| Requerimento nº 557, de 2005, que requer, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno, inserção em ata de voto de profundo pesar, apresentação de condolências à família e ao Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, pelo falecimento do Senhor Fernando Ribeiro Franco, ocorrido no dia 23 de maio de 2005, na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe. Senador Almeida Lima. | 192 | de profundo pesar, apresentação de condolências à família e à Câmara de Vereadores do Município de Tobias Barreto, Sergipe, pelo falecimento do Prefeito Dr. José Ailton Andrade, ocorrido no dia 23 de maio de 2005. Senador Antonio Carlos Valadares. | 250 |
| Requerimento nº 558, de 2005, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 488, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Desenvolvimento Regional e Turismo. Senador Leonel Pavan. | 193 | Requerimento nº 565, de 2005, que requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de profundo pesar, apresentação de condolências à família e ao Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe pelo falecimento do Desembargador Fernando Ribeiro Franco, ocorrido em 23 de maio de 2005. Senador Antônio Carlos Valadares. | 251 |
| Requerimento nº 559, de 2005, que requer a retirada do Requerimento nº 515, de 2005, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 367, de 2004, além das comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização de Controle. Senador Delcídio Amaral. | 193 | Requerimento nº 566, de 2005, que requer à presidência que determine, ouvido o Plenário, a realização de novo processo de votação do nome do Sr. Alexandre de Moraes como representante da Câmara dos Deputados no Conselho Nacional de Justiça. Senador Romeu Tuma. | 251 |
| Requerimento nº 560, de 2005, que requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e dos artigos 13 e 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a necessária autorização para participar em Paris, França da Semana da Amazônia, no período de 25 de maio a 01 de junho de 2005. Senador Arthur Virgílio. | 193 | Requerimento nº 567, de 2005, que requer com urgência, nos termos do art. 336 do Regimento Interno, para o PDS nº 131 de 2005. Senador Mozarildo Cavalcanti. | 283 |
| Requerimento nº 561, de 2005, que requer, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 53 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a realização de Sessão Especial conjunta do Congresso Nacional no dia 9 de junho de 2005, às 10:00 horas, para Comemoração do “Dia Internacional do Meio Ambiente”. Senadora Serys Slhessarenko. | 249 | Requerimento nº 568, de 2005, que requer o adiamento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 12/2004, que “acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”, a fim de que seja feita na Sessão do dia 14 de junho 2005. Senador Delcídio Amaral. | 323 |
| Requerimento nº 562, de 2005, que requer, nos termos dos artigos 74, inciso II e 75 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de comissão externa, composta de três senadores, com o objetivo de avaliar as recentes alterações no marco regulatório para o gás boliviano e suas repercussões no Brasil. Senador Ramez Tebet. ... | 250 | Requerimento nº 569, de 2005, que requer, nos termos do art. 256, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Requerimento nº 544, de 2004. Senador Delcídio Amaral. | 324 |
| Requerimento nº 563, de 2005, que Requer, nos termos regimentais, ouvido o Plenário, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado João Falcão Ferraz, ocorrido no dia 23 de maio de 2005, apresentação de condolências à viúva Srª Ana Lúcia de Godoy Ferraz, à Assembleia Legislativa, e ao Governador do Estado de Pernambuco. Senador Marco Maciel. | 250 | Requerimento nº 570, de 2005, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação. Senador Hélio Costa. | 324 |
| Requerimento nº 564, de 2005, que requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto | | Requerimento nº 571, de 2005, que requer, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o PLC nº 27, de 2005 – Prêmio de Artes Plásticas Marcantônio Vilaça. Senador Delcídio Amaral. ... | 392 |
| | | Requerimento nº 572, de 2005, que requer, nos termos do art. 43 do Regimento Interno do Senado Federal, seu afastamento dos trabalhos da Casa pelo período de 130 (cento e trinta dias), a partir de 1º de junho de 2005, para tratamento de saúde, conforme laudo da Junta Médica do Senado Federal. Senador João Alberto Souza. | 573 |
| | | Requerimento nº 573, de 2005, que requer, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial no dia 10 de junho de 2005, em função do Dia Mundial | |

| | Pág. | | Pág. |
|--|------|--|------|
| pela Erradicação do Trabalho Infantil, que aconteceu no dia 12 de junho, e com o intuito de destacar a necessidade de continuar a luta para abolir esta tragédia no Brasil. Senador Cristovam Buarque. .. | 574 | Gravidade da alta taxa de mortalidade infantil no país. Senador César Borges. | 160 |
| Requerimento nº 574, de 2005, que requer, que sobre o PLS nº 177/2002, “que altera a Lei nº 7.998/90, com vistas a estabelecer que o FAT financie estágio remunerado em empresas e universidades”, seja ouvida também a comissão de Assuntos Econômicos, sobre seus aspectos financeiros, além das comissões constantes do despacho inicial. Senador Delcídio Amaral. | 587 | Alerta para o aumento da obesidade no país. Senador Augusto Botelho. | 545 |
| Requerimento nº 575, de 2005, que requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de congratulações aos membros da AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros - pelo Dia do Geógrafo ocorrido no dia 29 de maio. Senador Sibá Machado. | 587 | Comenta acerca do aumento da obesidade no país. Aparte ao Senador Augusto Botelho. Senador Leomar Quintanilha. | 546 |
| Requerimento nº 576, de 2005, que requer, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para tratamento de saúde, no período de 31 de maio a 28 de setembro de 2005, conforme laudo médico anexo. Senador Antero Paes de Barros. | 695 | Ressalta visita do Ministro da Saúde, Humberto Costa, ao Senado Federal, para tratar da votação do projeto de decreto legislativo que ratifica a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. Senador Tião Viana. | 647 |
| Requerimento nº 577, de 2005, que requer, nos termos do art. 56, inciso II, da Constituição Federal e art. 43, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, licença para tratar de interesses particulares, no dia 29 de setembro de 2005. Senador Antero Paes de Barros. | 695 | | |
| RONDÔNIA | | | |
| Comenta acerca da necessidade do governo de Rondônia realizar obras em Vila Extrema e Nova Califórnia. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senador Valdir Raupp. | 650 | SEGURANÇA PÚBLICA | |
| SÃO PAULO | | | |
| Comenta acerca do crescimento do PIB paulista e da baixa da taxa de desemprego em São Paulo. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Aloizio Mercadante. | 248 | Condena o procedimento adotado pela Polícia Federal, na violação dos princípios básicos do Estado de Direito, para prisões feitas no Estado de Alagoas daqueles, que segundo noticiário da Imprensa, participaram em fraudes contra a merenda escolar. Senador Teotônio Vilela Filho. | 59 |
| SAUDAÇÃO | | | |
| Saudações ao Dr. Saint’Clair Luiz do Nascimento Júnior, representante do Estado do Espírito Santo, eleito para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. Senador Luiz Otávio. | 659 | Reestruturação da Febem, promovida pelo governo do Estado de São Paulo. Senador Romeu Tuma. | 214 |
| SAÚDE | | | |
| | | SENADO FEDERAL | |
| | | Reclama da falha no sistema de som durante as sessões. Aparte ao Senador César Borges. Senador Ramez Tebet. | 646 |
| | | SOLIDARIEDADE | |
| | | Mostra-se solidário ao Senador Paulo Octavio no que concerne à denúncia da revista IstoÉ, que atribuiu a esse Senador a apropriação indevida de recursos da Funcef, destinados à construção de apartamentos em Brasília. Aparte ao Senador Paulo Octavio. Senador Marco Maciel. | 118 |
| | | Demonstra sua solidariedade ao posicionamento do Senador Eduardo Suplicy para a criação da CPMI dos Correios. Senador José Agripino. ... | 561 |
| | | VOTAÇÃO | |
| | | Comenta sua estranheza em relação à reabertura da questão acerca da votação do Sr. Alexandre de Moraes como representante da Câmara dos Deputados no Conselho Nacional de Justiça, visto já ter ocorrido a votação. Senador Geraldo Mesquita Junior. | 253 |

Ata da 65ª Sessão Não Deliberativa, em 20 de maio de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mão Santa e Alvaro Dias

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Consultando a lista de oradores inscritos, concedemos a palavra ao Senador do Estado do Paraná, do PSDB, Dr. Alvaro Dias.

Havendo **quorum**, está iniciada a sessão, com a presença dos Senadores Reginaldo Duarte e do Líder do PSDB, Arthur Virgílio.

S. Ex^a, de acordo com o Regimento Interno, poderá fazer uso da palavra por dez minutos, com prorrogação de cinco minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu levantaria uma questão de ordem para apresentar explicações. No entanto, como V. Ex^a, generosamente, conceda-me a palavra, ofereço explicações desta tribuna.

Meu gabinete tem recebido telefonemas, desde cedo, relativamente a uma notícia que dá conta que um Parlamentar de nome de Álvaro Dias retirara a assinatura do requerimento que propõe a CPI dos Correios. Evidentemente não sou eu esse Parlamentar. É um homônimo, Deputado Federal do Rio Grande do Norte, aliás o mais votado naquele Estado – não pelo nome, Senador Mão Santa, mas foi o Deputado Federal mais votado do Rio Grande do Norte, pelo PDT. E a imprensa divulga hoje que ele retirou sua assinatura desse requerimento.

Senador Arthur Virgílio, que aqui está, Líder do meu Partido sabe que é mais fácil o Sargento Garcia prender o Zorro do que eu retirar uma assinatura de qualquer documento, sobretudo de uma CPI que pretende investigar corrupção no Governo Lula. Aliás, a nossa postura de contemporização com o Presidente em relação à corrupção ou à sua omissão, à sua conivência, à sua complacência e à sua cumplicidade tem sido motivo de discurso que faço aqui quase que semanalmente.

Portanto, faço esse esclarecimento, em respeito àqueles que leram, no dia de hoje, essa notícia nos jornais do País. Não há, repito, hipótese de, em tem-

po algum, retirar a assinatura de qualquer documento que apresente, sobretudo quando se tratar de Comissão Parlamentar de Inquérito, que considero um instrumento precioso do Parlamento no cumprimento do dever de fiscalizar. A investigação política através da Comissão Parlamentar de Inquérito é fundamental no combate à corrupção no País.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero mudar de assunto, porque nem só desse tema devemos viver nestes dias. Trago um tema da maior relevância para o Brasil. A política habitacional tem sido, no Governo Lula, outro desastre.

Segundo relatório da ONU, faltam integração e abrangência à política habitacional do Brasil. O diagnóstico foi feito pelo Relator especial da ONU para Moradia Adequada, Miloon Kothari, quando de sua visita ao Brasil, em 2004, e apresentado à Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, em fevereiro último, em Genebra, na Suíça.

O diagnóstico não foi nada alentador: o déficit habitacional do Brasil é estimado em 7 milhões de unidades habitacionais, das quais 80% estão em áreas urbanas.

O Relator especial da Comissão de Direitos Humanos da ONU destaca que os financiamentos habitacionais no Brasil devem se concentrar nos segmentos pobres e vulneráveis da população.

O alto déficit habitacional também é um reflexo do alto número de famílias de baixa renda que vive em assentamentos informais e coabitações familiares.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a falta de moradia, o déficit habitacional e a impropriedade das habitações – um conjunto de problemas que afeta, sobretudo, o contingente dos brasileiros menos favorecidos – levaram-me a apresentar um projeto de lei em favor da população de baixa renda, instituindo um novo programa social da habitação.

E presto da tribuna uma homenagem ao inspirador desse projeto, o Dr. Márcio Antônio Rocha, Juiz Federal de Curitiba, Capital do Paraná, estudioso do assunto e que está prestes a lançar um livro a respeito da questão habitacional.

Antes de dissertar sobre o projeto, faço um primeiro apelo aos Senadores, não em homenagem a

este Senador, que é o porta-voz desta aspiração neste momento, como tantos outros Parlamentares têm sido na defesa de uma política habitacional compatível com a realidade social brasileira, mas ao inspirador da idéia, o Dr. Márcio Antônio Rocha, pela sua dedicação aos estudos deste tema, pelo fato de investigar constantemente, de buscar alternativas, tentando contribuir, com sugestões preciosas, para que o povo brasileiro possa ter acesso à moradia digna.

As minhas homenagens ao Dr. Márcio Antônio Rocha. Sei que seu livro, assim que concluído, será uma peça da maior importância para os estudos desta Casa do Congresso Nacional.

Desde já, recomendamos aos colegas Parlamentares a obra do Dr. Márcio, a fim de que subsídios importantes sejam recolhidos no debate deste assunto no Congresso Nacional.

Ressalto, Sr. Presidente, que no novo programa que estamos propondo por meio desse projeto, os contratos de financiamentos a mutuários e a empreendimentos imobiliários que atendam aos limites operacionais do programa terão taxa máxima de juros de 10% ao ano, sendo livre a adoção de taxas inferiores.

Destaco ainda, que o mutuário de baixa renda que contrair um financiamento habitacional junto ao programa social da habitação, instituído pelo projeto de lei que tenho a satisfação de apresentar, gozará de isenção de juros pelo período de 3 a 5 anos.

A despeito de o Congresso Nacional ter sido sensível aprovando leis com foco no financiamento habitacional da moradia da população de baixa renda, a dificuldade do mutuário diz respeito à renda e ao custo dos financiamentos.

Eu próprio, Sr. Presidente, em outras oportunidades, apresentei tentativas não bem-sucedidas nesta área e creio que agora, pela competência do estudo realizado pelo Dr. Márcio, seja possível...

O Dr. Carreiro aqui me informa que o Deputado Álvaro Dias*, na Câmara dos Deputados, não retirou a sua assinatura. S. Ex^a assinou, acrescentou a sua assinatura. Então, a imprensa se equivocou ao divulgar que o Deputado retirou a sua assinatura. Evidentemente, preocupado com a repercussão do fato, procurei desta tribuna esclarecer.

Portanto, os aplausos ao Deputado Álvaro Dias, o mais votado do Rio Grande do Norte, pelo PDT, que mais uma vez corresponde às expectativas do seu eleitorado, assinando a CPI dos Correios e não retirando esta assinatura.

Portanto, Senador Mão Santa, o nome continua preservado.

Obrigado, Dr. Carreiro.

Continuo, Sr. Presidente, depois dessa interrupção, para dizer que, em outras oportunidades, apresentei propostas tentando minimizar os efeitos das taxas de juros cobradas pelo Sistema Financeiro Habitacional. Esta, no entanto, é uma tentativa mais competente porque fruto de um estudo de profundidade, realizado por um especialista.

Tramitam em ambas as Casas do Congresso Nacional projetos que buscam resolver o problema, mas todos dependem de novas fontes de recursos e, inclusive, de recursos orçamentários, ficando à mercê do crescimento do País.

Sr. Presidente, neste momento, surge esta oportunidade para a mudança definitiva dos rumos da política habitacional brasileira.

Pela primeira vez, em décadas de Sistema Financeiro da Habitação, existem mais recursos do que obras e contratos disponíveis para serem financiados.

Não há, portanto, como não destacar a ineficácia do Governo, que não consegue sequer aplicar os recursos disponíveis existentes, nem mesmo numa área fundamental como a habitação.

Como há recursos, mais recursos do que obras, os recursos estão disponíveis para ser utilizados. Onde existe sobra de recurso é mais do que salutar sua destinação ética – utilizar tais recursos em um programa que favoreça a população em vez de recolhê-los ao Banco Central ou redirecioná-los às instituições financeiras para um mero superávit contábil.

Ao apresentar o projeto, buscamos o seguinte: que o Congresso Nacional, aproveitando-se dos mesmos mecanismos utilizados pela Resolução do Banco Central nº 3.295/2005, venha a parametrizar o destino das sobras de recursos de 2005, e dos anos seguintes, dando sentido social à liberação para disponibilidade desses mesmos recursos pelos bancos.

O cálculo concernente à sobra de recursos, segundo dados da Cebic/Abecip, para os anos de 2006 e 2007, são respectivamente R\$15.612.572,00 e R\$15.881.774,00. Tais recursos não incluem, ainda, os disponíveis na Caixa Econômica Federal.

Portanto, estamos apontando a fonte e revelando que os recursos existem. São recursos substanciais, significativos, que podem alavancar um grande programa habitacional no País para atender sobretudo à população mais empobrecida.

Extraíndo-se o que se pretende aplicar neste ano (e provavelmente em 2006 e 2007), algo próximo a R\$5 bilhões, todo o restante já estará aplicado em Selic e, portanto, com um custo governamental já existente e sem nenhum benefício do povo. Se não estão aplicados em Selic ou títulos públicos,

tais recursos estão aplicados no mercado de faixas livres com riscos aos recursos dos poupadores.

Portanto, Sr. Presidente, ao concluir o tema, faço mais uma vez um apelo a esta Casa: desejamos a aprovação desta proposta. Certamente, os legalistas discutirão a constitucionalidade e a juridicidade da matéria. Que discutam realmente e aprofundem o debate sobre essas questões, porque devemos preservar a Constituição. Os Senadores devem ser guardiões da Carta Magna. Não têm sido não; esta não tem sido a lição. A lição tem sido deplorável – de afronta à Constituição a cada medida provisória desnecessária encaminhada pelo Presidente da República.

Não estamos pedindo que afrontem a Constituição em nome da aprovação de um projeto de interesse social como este. Pedimos respeito a esta proposta, que não é pessoal, mas proveniente de estudos que exigiram dedicação e tempo do Dr. Márcio Antonio Rocha, que ouviu outros especialistas para concluir com a apresentação desta sugestão.

Então, o apelo que faço, num primeiro momento, é de que os Srs. Parlamentares se dediquem ao estudo desta proposição, para que, ao final, se ela for rejeitada, que o seja com argumentos de bom senso e juridicamente perfeitos. Creio, Sr. Presidente, que uma proposta como esta não pode ser rejeitada. Que ela seja aprovada, em nome do interesse social, para atender à demanda de moradias no País. Ao lado do emprego, o direito à moradia, infelizmente, tem sido negado a milhões de brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pois não. Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Liderança do PSDB encaminha os seguintes nomes para comporem as comissões parlamentares de inquérito que estão para ser instaladas no âmbito do Senado ou do Congresso Nacional.

Vamos lá, Sr. Presidente. Começemos pelas mais inócuas para as mais acaloradas. Inócuas não, pois todas são relevantes, mas as que não envolvem corrupção são as primeiras; depois, aquelas que envolvem diretamente essa figura da corrupção.

Primeiro, Comissão Especial Mista destinada a, no prazo de 90 dias, analisar e consolidar as propostas legislativas de Redivisão Territorial. Então, os membros titulares indicados pelo PSDB são os Senadores Flexa Ribeiro e Almeida Lima; os suplentes, Senadores Eduardo Azeredo e Leonel Pavan;

Para a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países, e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior, o PSDB indica como membros titulares a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Leonel Pavan; e suplentes, os Senadores Eduardo Azeredo e Reginaldo Duarte;

Essas são no âmbito do Congresso Nacional.

Para a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a, no âmbito do Senado Federal, investigar o envolvimento em propina e corrupção do Subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil, Sr. Waldomiro Diniz da Silva, indicamos como membros titulares os Senadores Alvaro Dias e Almeida Lima; e suplentes, os Senadores Arthur Virgílio e Sérgio Guerra;

Para a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar, também no âmbito do Senado, as privatizações realizadas no Brasil, indicamos, como titulares, os Senadores Sérgio Guerra e Tasso Jereissati e, como suplentes, os Senadores Arthur Virgílio e Leonel Pavan.

Sr. Presidente, hoje li uma notícia, estarrecedora para mim, de que o Presidente Severino Cavalcanti estaria agora fazendo funcionar na Câmara a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a privatização do setor elétrico. Aqui propus – a iniciativa foi do PSDB – a investigação sobre todas as privatizações ocorridas no Governo Fernando Henrique Cardoso; porém, fiquei preocupado porque vi ali uma certa ilação do tipo: insistam na CPI dos Correios que vocês vão ver instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito das Privatizações.

Então, é bom que façam lá na Câmara quaisquer que queiram, porque aqui no Senado faremos quaisquer que queiramos. O PSDB quer a investigação dos seus oito anos e das suas privatizações e o PSDB não abre mão de investigar Waldomiro Diniz e suas ligações para dentro e para fora do Palácio do Planalto e de investigar essa podridão dos Correios e Telégrafos. Ou seja, não vamos passar para os nossos filhos e netos a idéia de um Parlamento afeito a chantagens e a troca de favores espúrios. Queremos que a verdade apareça, sob pena de fazermos a mais medíocre das passagens históricas que possa registrar a civilização brasileira, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Aguardamos por escrito a indicação dos nomes que serão encaminhados à Mesa Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Recurso nº 2, de 2005**, interposto no prazo regimental, no sentido de que seja submetido ao Plenário o **Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2004**, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi e outros Srs. Senadores, que *dispõe sobre a regulamentação das profissões de Enólogo e Técnico em Enologia*.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, de acordo com o disposto no art. 235, II, **c**, do Regimento Interno.

É o seguinte o recurso recebido:

RECURSO Nº 2, DE 2005

Nos termos do disposto nos §§ 3º e 4º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, solicitamos que o PLS nº 226, de 2004, que “dispõe sobre a regulamentação das profissões de Enólogo e Técnico em Enologia”, seja submetido à apreciação pelo Plenário dessa Casa.

Sala das Sessões, 20 de maio de 2005. –

Handwritten signatures and notes of various senators, including names like Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, and others, with some text written in the margins.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sobre a mesa, projeto recebido da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI A CÂMARA Nº 36, DE 2005

(Nº 4.904/2001, na Casa de origem)

Cria o Serviço de Distribuição de Sinais de TV Aberta – DTVA.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei cria o Serviço de Distribuição de Sinais de TV Aberta – DTVA.

Art. 2º Fica criado o Serviço de Distribuição de Sinais de TV aberta – DTVA, destinado a distribuir, via cabo, sem exclusividade, os sinais das emissoras brasileiras de televisão aberta.

Art. 3º Da entidade prestadora do DTVA não poderão participar como sócios, acionistas ou cotistas as prestadoras de serviço de telecomunicações, de radiodifusão, de qualquer serviço de televisão por assinatura, nem seus respectivos sócios, acionistas ou cotistas, bem como suas controladoras, controladas ou coligadas.

Art. 4º Para receber a autorização para o DTVA, que será gratuita, os interessados deverão apresentar a documentação relativa a habilitação jurídica, qua-

lificação econômico-financeira e regularidade fiscal, conforme definido em regulamento.

Art. 5º As entidades que estejam prestando o serviço ou que o tiverem prestado em algum momento, a partir de 1º de janeiro de 1994, e atendam aos dispositivos desta Lei, terão direito à autorização, que deverá ser expedida pelo Poder Executivo 90 (noventa) dias após a apresentação dos documentos previstos no art. 4º desta lei.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI Nº 4.904, DE 2001

Cria o serviço de Distribuição de Sinais de TV Aberta – DTVA.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei cria o Serviço de Distribuição de Sinais de TV Aberta – DTVA.

Art. 2º Fica criado o Serviço de Distribuição de Sinais de TV Aberta – DTVA, destinado a distribuir, via cabo, sem exclusividade os sinais das emissoras brasileiras de televisão aberta.

Art. 3º Da entidade prestadora do DTVA não poderão participar como sócios acionistas ou cotistas as prestadoras de serviços de telecomunicações, de radiodifusão, de qualquer serviço de televisão por assinatura, nem seus respectivos sócios acionistas ou cotistas, bem como suas controladoras, controladas ou coligadas.

Art. 4º Para receber a autorização para DTVA, que será gratuita, os interessados deverão apresentar a documentação relativa à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal conforme definido em regulamento.

Art. 5º As entidades que estejam prestando o serviço ou que o tiverem prestado em algum momento, a partir de 1º de janeiro de 1994, e atendam aos dispositivos desta lei, terão direito à autorização, que deverá ser expedida pelo Poder Executivo noventa dias após a apresentação dos documentos previstos no artigo 3º desta lei.

Art. 6º Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua regulamentação.

Justificação

Com a edição da Lei da TV Cabo (Lei nº 8.977, de 6 de dezembro de 1995) quase todos os prestadores do Serviço de Distribuição de Sinais de TV por Meios Físicos – DISTV, regulado pela Portaria nº 250, de 13 de dezembro de 1989, do Ministério das Comunicações, foram postos à margem da lei. Isto porque a maioria

deles não teve condições para enquadrar-se nas disposições do artigo 42 da nova lei e, assim, ter sua autorização de DISTV transformada em concessão do Serviço de TV a Cabo.

É muito fácil entender por que isto ocorreu. A maioria dos prestadores de DISTV era constituída por pequenas empresas que fazia a distribuição via cabo dos sinais da TV aberta em áreas de sombra, onde aqueles sinais não chegam. Seu equipamento era constituído, basicamente, pela antena parabólica que captava o sinal das televisões abertas e o distribuía, via cabo, aos assinantes, cobrando por isto mensalidades entre R\$ 5,00 e R\$ 10,00. São conhecidos no mercado como “antenistas”.

Com o advento da Lei de TV a Cabo, os que não puderam enquadrar-se como exploradores do Serviço de TV a Cabo passaram à ilegalidade, estão tendo seus equipamentos lacrados e são processados por crime de exercício ilegal de serviços de telecomunicações.

É absolutamente injusta a situação criada. Os “antenistas” prestam um inestimável serviço à população, especialmente a da baixa renda, sua principal clientela. São cidadãos que não podem pagar um serviço de televisão por assinatura e que, sem os “antenistas” não têm acesso à televisão, por estarem localizados em áreas de sombra dos sinais da TV aberta nas grandes cidades (atrás de morros) ou em pequenas comunidades do interior.

É este mercado, desprezado pelas redes de televisão aberta e por assinatura, que os “antenistas” querem atender, assumindo até mesmo o risco de ver sua clientela desaparecer no momento em que as televisões abertas cobrirem com bom sinal a respectiva área.

Para muitos pode parecer que se trata de algo absurdamente insignificante para merecer a edição de uma lei. Cálculos da ABETELMIM – Associação Brasileira de Empresas de Telecomunicação, Melhoramentos de Imagens e Atividades Afins, a entidade que congrega as empresas do setor, indicam para o serviço um faturamento anual de 1,3 bilhão de reais e o emprego de 120 mil pessoas, algo bastante significativo, portanto.

Por estes motivos entendemos ser necessário regular o serviço por lei e denominamos “Serviço de Distribuição de Sinais de TV ABERTA – DTVA”, destinado a distribuir, via cabo, os sinais das emissoras brasileiras de televisão aberta.

Para preservar a sua característica de serviço a ser prestado por pequenos operadores, vedamos seu acesso às prestadoras de serviços de telecomunicação, de radiodifusão, ou de televisão por assinatura.

Também previmos que os antigos prestadores do serviço terão direito à autorização mediante a apresentação da documentação relativa à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal.

Por estes motivos, esperamos contar com o apoio de todos os ilustres Parlamentares para a aprovação do nosso projeto.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2001, – Deputado Salvador Zimbaldi.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Educação e de Serviços de Infra-Estrutura.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O projeto que acaba de ser lido vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Educação e de Serviços de Infra-Estrutura.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 672, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 2005 (nº 685/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Cooperativista da Guiana, celebrado em Brasília, 7 de fevereiro de 2003.

Relator: Senador **Mozarildo Cavalcanti**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 2005, que aprova o texto do Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Cooperativista da Guiana, celebrado em Brasília, em 7 de fevereiro de 2003.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, o Presidente da República submete à apreciação parlamentar o texto deste ato internacional.

O diploma legal em tela foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 3 de março de 2005, tendo, naquela Casa, passado pelo crivo das Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, de Viação e de Transportes e de Constituição e Justiça e de Redação.

Segundo a Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores que acompanha a presente mensagem, a celebração do Acordo em apreço inscreve-se no objetivo de fortalecimento da integração do continente sul-americano. Nesse sentido, adota mecanismos regulatórios de serviços de transporte que completem a interconexão física e contribuam para a ampliação dos laços econômicos e comerciais com os países vizinhos. Informa ainda, o documento, que o Brasil já assinou instrumento análogo com a Venezuela.

O diploma internacional em apreço contém 23 artigos e quatro anexos. Seus termos aplicam-se ao transporte rodoviário internacional de passageiros e carga entre os Estados Partes, tanto em transporte direto como em trânsito a terceiros países.

O art. 3º autoriza a entrada e saída de veículos dos Estados Partes que transportem passageiros ou carga através dos pontos habilitados na fronteira, com base na reciprocidade, de conformidade com as leis e regulamentos existentes em cada país e nas condições estabelecidas no presente Acordo.

O art. 4º veda a realização de transporte doméstico, por transportadores autorizados de uma Parte Contratante, em território da outra, sob pena de cassação da autorização para o transporte internacional.

Estabelece o art. 8º que cada Parte aplicará em seu território aos transportadores, veículos e tripulações da outra Parte, as mesmas disposições legais que aplicam aos do seu próprio país. Assim, cada Parte deverá manter a outra Parte informada sobre as dimensões, pesos máximos e demais normas técnicas exigidas em seu território para a circulação interna de veículos. Entretanto, os veículos deverão efetuar a passagem de fronteira unicamente nos pontos habilitados pelas Partes, que deverão ser aqueles que ofereçam melhores condições de operação e os menores custos de transporte (arts. 9º e 10).

O art. 15 dispõe que os transportadores estarão obrigados a segurar os riscos de transporte, em relação a terceiros e à tripulação, comprometendo-se cada parte a adotar medidas legislativas internas que permitam a emissão de certificados de apólices de seguro com validade internacional.

Foram designados como Organismos Nacionais Competentes responsáveis pelo cumprimento do Acordo em tela a Agência Nacional de Transportes, no Brasil, e o “Ministry of Home Affairs”, na Guiana. Ademais, as Partes constituirão uma Comissão, que deverá reunir-se anualmente, para avaliar periodicamente a execução do Acordo (art. 19).

Quanto aos anexos já mencionados acima, o Anexo 1 regula questões referentes à emissão de per-

missões, a dispensa do pagamento de direitos e taxas relativas à circulação e licenciamento de veículos, e o reconhecimento à outra Parte do direito de exercer inspeção mecânica dos veículos habilitados.

O Anexo II trata de aspectos de seguros, enquanto que o Anexo III disciplina as questões migratórias das empresas transportadoras e da tripulação.

O Anexo IV, sobre Assuntos Aduaneiros, define a terminologia empregada e os procedimentos para suspensão de gravames à importação ou à exportação, bem como as formalidades a serem observadas nas fronteiras. Cabe observar que o Anexo IV contém um apêndice que especifica as condições mínimas a serem atendidas pelos dispositivos de segurança aduaneira, como lacres e cintas.

II – Análise

O presente Acordo reflete o desejo do Brasil e da Guiana de fortalecer as suas relações de amizade e de estreitamento de seus vínculos, e tem por objetivo facilitar o intercâmbio entre os dois países, estabelecendo regras para o transporte rodoviário e eliminando barreiras ao fluxo de mercadorias.

Corroborando, ademais, a importância conferida pelo Governo brasileiro às iniciativas conducentes ao estreitamento dos laços econômicos e culturais entre o Brasil e os países fronteiriços.

No contexto da integração sul-americana, o Acordo ora em apreciação reveste-se também de grande importância, porquanto o Brasil tem procurado expandir e aprimorar os laços de cooperação com os países amazônicos, entre eles a Guiana. Particular atenção têm recebido as iniciativas de integração viária e energética, que se afiguram essenciais para dinamizar as respectivas economias e favorecer a aproximação entre suas sociedades. A adoção de instrumentos internacionais que facilitem o ingresso e o trânsito rodoviário entre os dois países, de veículos e mercadorias, contribui sobremaneira para que se aprofunde o intercâmbio bilateral e a cooperação entre eles.

Do Acordo em pauta resultarão, sem qualquer dúvida, iniciativas conducentes ao almejado fortalecimento e dinamização das relações diplomáticas entre o Brasil e a Guiana, beneficiando também a nossa aproximação com outros países da região amazônica.

III – Voto

Por todo o exposto, opinamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 2005, que aprova o texto do Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas entre os Governos da República Federativa do Brasil

e da República Cooperativista da Guiana, celebrado em Brasília, em 7 de fevereiro de 2003.

Sala da Comissão, 19 de maio de 2005. –

Assinaram o Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 131, de 2005 os Seguintes Senadores:

Cristovam Buarque, Presidente – **Mozarildo Cavalcanti**, Relator – **Jefferson Péres** – **Roberto Saturnino** – **Eduardo Suplicy** – **João Batista Motta** – **Heraclito Fortes** – **Pedro Simon** – **Marcelo Crivella** – **José Agripino** – **Ana Júlia Carepa** – **Rodolpho Tourinho** – **Eduardo Azeredo**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 180, DE 2005

Institui o novo Programa Social da Habitação no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído em favor da população de baixa renda o novo Programa Social da Habitação (PSH).

Art. 2º No PSH os contratos de financiamento a mutuários e a empreendimentos imobiliários que atendam aos limites operacionais do programa terão taxa máxima de juros de 10% a.a., sendo livre a adoção de taxas inferiores.

Art. 3º Os mutuários de baixa renda que contraírem financiamentos habitacionais junto ao PSH gozarão de isenção de juros pelo período de 3 a 5 anos.

§ 1º Entende-se por mutuário de baixa renda aquele que sozinho, ou com seu cônjuge, apresente renda, isolada ou comum, equivalente a no máximo dez salários mínimos.

§ 2º Caberá ao Ministério das Cidades estabelecer os critérios para definição, por região, das faixas de renda que gozarão de maior ou menor prazo de isenção de juros, bem como do valor máximo do imóvel sujeito a financiamento pelo PSH.

Art 4º Durante o período de isenção o valor das prestações pagas pelos mutuários serão contabilizadas como amortização do saldo devedor.

§ 1º O valor da prestação contratual será equivalente a 30% da renda líquida dos mutuários e o valor apurado permanecerá sem diminuições até a solução integral do saldo devedor.

Parágrafo único. Sendo os recursos oriundos do FGTS, a totalidade dos recursos a que se refere este artigo será aplicada em títulos públicos.

Art. 10. O Conselho Monetário poderá substituir total ou parcialmente o fator de multiplicação pelo asseguramento às instituições da disponibilidade, total ou parcial, dos valores provenientes dos pagamentos de prestações feitos pelos mutuários, enquanto perdurar o período de isenção.

Art. 11. As instituições financeiras não serão obrigadas a operarem financiamentos com base nesta lei, bem como poderão operar apenas parte dos recursos de que detenham as disponibilidades em cada ano.

Art. 12. Nas hipóteses do artigo 11 deverão as instituições financeiras, na primeira quinzena do ano civil, comunicar ao Banco Central se aplicarão a totalidade das disponibilidades de poupança de que forem depositárias e, não sendo a totalidade, indicarão a quantia a ser aplicada.

Parágrafo único. A quantia que não for aplicada em financiamentos habitacionais em desatenção ao informado, conforme parte final do **caput** deste artigo, será obrigatoriamente no exercício seguinte objeto do repasse interfinanceiro previsto.

Art. 13. A parcela de recursos não aplicada pela instituição financeira será objeto de encaixe obrigatório junto ao Banco Central, que os repassará via depósito interfinanceiro a qualquer outra instituição financeira interessada em aplicar recursos nos moldes desta lei.

§ 1º O encaixe perdurará até que se vença o período de isenção, referentemente aos recursos recebidos dos mutuários nessa fase, ou, quanto ao restante, até o momento em que forem, nos termos da Lei nº 9.514/97, securitizados pela instituição financeira receptora do repasse.

§ 2º Com relação aos recursos recebidos dos mutuários após o período de isenção, não securitizados, o encaixe será diminuído na proporção dos pagamentos mensais feitos pelos mutuários, devendo ser direcionados para financiamentos habitacionais nos termos desta lei.

Art. 14. Os recursos serão transferidos para a instituição financeira que aceite operar com os mesmos parâmetros fixados de acordo com o termos do artigo 9º, e em existindo mais de uma instituição pretendente, mediante leilão eletrônico, sendo deferidos àquela que aceite operar com o menor multiplicador.

Parágrafo único – Será de responsabilidade da instituição financeira receptora dos recursos os ônus financeiros quanto à remuneração e correção monetária dos recursos advindos da poupança.

Art. 15. Assim que especificados os parâmetros do artigo 9º, o Banco Central encaminhará, em 15 dias, relatório público aos Presidentes da Câmara e do Senado que permita o acompanhamento das razões da fixação de determinado fator de multiplicação

e qual a rentabilidade da carteira que o multiplicador pretende estabelecer.

§ 1º O Presidente da República de ofício, ou por provocação do Presidente de qualquer uma das Casas do Congresso Nacional poderá determinar que o Conselho Monetário Nacional proceda de acordo com o artigo 13, estabelecendo leilão eletrônico para a totalidade dos recursos disponíveis à habitação, junto às instituições financeiras, caso considere elevados os fatores de multiplicação.

§ 2º A rentabilidade indicada no relatório do Banco Central é enunciativa, não vincula a administração, nem enseja responsabilidade patrimonial de qualquer ordem por parte da União quanto a sua ocorrência no curso contratual.

Art. 16. Os recursos a que se referem esta lei, advindos da poupança, dizem respeito à totalidade dos recursos que atualmente estão direcionados ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

§ 1º Esta lei aplica-se também aos recursos que atualmente não se enquadram nos recursos destinados ao SFH, e que forem liberados por força de eventual diminuição dos atuais percentuais de encaixe obrigatório no Banco Central e para disponibilidades das instituições financeiras, conforme atualmente estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 17. Todo o recurso aplicado nos termos desta lei, que for objeto de securitização prevista na Lei nº 9.514/97, deverá a partir da emissão dos títulos ser contabilizada como recurso disponível, e portanto, submetido a novas operações de financiamento habitacional.

Art. 18. Os recursos destinados à habitação, oriundos do orçamento público, do Fundo de Amparo ao Trabalhador, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, que ainda não estejam contratados ou vinculados a obras específicas serão aplicados nos termos desta lei.

Art. 19. As empresas que assinarem termo de asseguramento do emprego do mutuário pelo período de isenção, poderão destinar, via depósito direto, em conta indicada pela instituição financeira, os valores do FGTS recolhidos pelo Empregador e Empregado, os quais serão contabilizados como amortização do saldo devedor do mutuário.

§ 1º Em caso, de desligamento sem justa causa no período de isenção, incorrerá o Empregador com multa contratual equivalente a soma dos valores referidos no **caput** multiplicada pelo número de meses faltantes para o fim da isenção.

§ 2º Havendo dispensa sem justa causa após o período de isenção, os valores pagos nesse período

não contarão para efeito de multa devida pela dispensa injustificada.

Art. 20. Os Ministérios das Cidades e do Planejamento procederão a estudos conjuntos visando o aproveitamento, preferencialmente em parcerias público privadas a que se refere a Lei nº 1.079/04, dos recursos arrecadados com a oferta de títulos públicos destinados a compor a rentabilidade das carteiras dos Bancos, nos termos desta lei.

Art. 21. As instituições financeiras somente terão acesso a recursos proveniente do fator de multiplicação a partir da data de assinatura do contrato com o mutuário, e na sua proporção.

Art. 22. Somente poderão utilizar os benefícios do PSH as pessoas que não sejam proprietárias de outro imóvel residencial, ou que não tenham sido proprietárias, compromissárias compradoras ou adquirentes de outro imóvel, isolada ou conjuntamente com outrem, nos últimos cinco anos, verificados mediante declaração do mutuário,

§ 1º A declaração falsa a respeito das circunstâncias referidas no **caput** configura crime de falsidade ideológica, punida nos termos do Código Penal.

Art. 23. Cada mutuário, isolada ou conjuntamente com o cônjuge, somente poderá adquirir ou compromissar-se na aquisição de um único imóvel com recursos do PSH, devendo nele residir pelo período de isenção, salvo transferência do emprego para outro município.

Art. 24. Sem prejuízo do processo penal respectivo, a verificação da existência das condições vedadas nos arts. 22 e 23, enseja multa legal de 10% sobre os valores financiados com recursos do PSH, e a imediata execução judicial da multa e do valor do saldo devedor existente.

§ 1º A garantia contratual se estende de pleno direito para o valor da multa.

§ 2º Quando a execução versar sobre a multa legal e o saldo devedor, terão prioridade de atendimento os valores relativos ao saldo devedor e após a multa até o limite do valor apurado no leilão.

§ 3º o valor da multa legal será doado pela instituição financeira, após homologação da destinação pelo juízo da execução e ouvido representante do Ministério Público, a instituições de cuidado a idosos, crianças ou qualquer outra instituição de caráter social sem fins lucrativos.

§ 4º Atendidos os §§ 2º e 3º consideram-se quitados todos os valores contratuais entre credor e mutuário.

Art. 25. Terão prioridade nas contratações de financiamentos desta lei os mutuários que convivam

com filhos menores, deficientes ou idosos que residam com os adquirentes.

Art. 26. Observada a Lei nº 10.931/2004, poderão ser contratados financiamentos habitacionais junto ao PSH para imóveis ainda em construção.

Art. 27. Esta lei entra em vigor 30 dias após a sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Justificação

É do conhecimento público, e de constante preocupação de todos os senadores e deputados federais, a situação do financiamento habitacional brasileiro, notadamente em relação à moradia para a população de baixa renda.

O Congresso Nacional, sensível ao problema, aprovou a Lei nº 9.514/97, criando o SFI, a Lei nº 10.188/2001, instituindo o Programa de Arrendamento Residencial e a Lei nº 10.931/04, dispondo sobre o Patrimônio de Afetação Essa legislação representa inegável avanço no regramento do setor, buscando, a primeira, a criação do mercado secundário, via securitização de recebíveis, diminuindo com isso o custo das instituições financeiras manterem os créditos imobiliários engessados durante o longo período do financiamento imobiliário. Por sua vez a Lei nº 10.931/2001, buscou mais transparência e segurança para os financiamentos à produção, criando através do patrimônio de afetação, uma segregação na contabilidade das empresas construtoras. Com isso, isola-se cada empreendimento imobiliário na contabilidade da empresa, impondo o direcionamento dos valores de financiamento ao exclusivo término das obras, evitando-se a contaminação da saúde dos empreendimentos por eventuais insucessos empresariais diversos. Já a lei de criação do Programa de Arrendamento Residencial também teve o cuidado de não induzir os déficits de tal programa para o patrimônio da Caixa Econômica Federal. Ainda, direcionou recursos de fundos públicos e orçamentários a esse que tem sido a única ferramenta a enfrentar o déficit de moradias para baixa renda, ferramenta essa limitada por sua própria natureza e fonte dos recursos.

Embora o mutuário participe indiretamente dos ganhos de segurança no sistema, tal legislação, pode-se afirmar, atende prioritariamente aos aspectos contábeis/financeiros existentes na relação construtoras e agentes financeiros, e agentes financeiros e mercado financeiro.

Do lado exclusivo do mutuário, é de se ressaltar que mencionada legislação impôs as figuras da "alienação fiduciária" e do "arrendamento residencial" que ensejam ao mutuário com dificuldades de pagamento,

a incômoda qualidade de “posseiro” ou “esbulhador possessório”, sujeito à retirada liminar, a ser determinada por um juiz (art. 30, da Lei nº 9.514/97 e art. 9º da Lei nº 10.188/2001).

Está portanto carente a população de uma medida legislativa que venha ao encontro dos interesses dos mutuários, para que o benefício lhes concedido também reflita na segurança das relações contratuais inerentes à aquisição da moradia, eleita direito social nos termos do art. 6º, da Constituição Federal.

Atualmente, a dificuldade do mutuário diz respeito à renda e ao custo dos financiamentos, aspectos que não são os objetivos principais referidos. O conforto que pode o Congresso Nacional trazer aos mutuários, portanto, deve estar correlacionado a essa dificuldade, que afeta mais de 6 milhões de famílias necessitadas de moradias.

Existem, em ambas as casas do Congresso Nacional, diversos projetos procurando atender a essa dificuldade, porém todos dependem de novas fontes de recursos, e inclusive de recursos orçamentários, o que os torna dependentes do lento crescimento econômico brasileiro.

Ocorre que surge neste momento oportunidade única para a mudança definitiva dos rumos da política habitacional, pois pela primeira vez em décadas de SFH, existem mais recursos que obras e contratos disponíveis para serem financiados.

Esse dado, impondo movimento de afogadilho no Banco Central, está claramente anunciado na Nota Técnica daquela autarquia à Res. nº 3.259/2005, **verbis** “Ocorre que, para atender a exigibilidade de aplicação mínima dos depósitos de poupança, conforme descrito no item anterior, estimava-se para 2005 a necessidade de contratação de novos financiamento entre R\$8 bilhões e R\$12 bilhões. Mesmo considerando a projeção mais baixa, de R\$8 bilhões, a necessidade de concessão de novos financiamentos para o ano de 2005 representaria aumento de 166% em relação à demanda de novos financiamentos para o ano de 2005 representaria aumento de 166% em relação à demanda de novos financiamentos registrada para o ano de 2004. Apesar de significativa recuperação de economia em 2004 (...) dificilmente o crescimento da demanda por crédito imobiliário em 2005 se daria no ritmo necessário para absorver oferta tão elevada de recursos. (...) O excesso de oferta de crédito imobiliário poderia levar as instituições integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo ao simples recolhimento de valores ao Banco Central do Brasil por absoluta incapacidade de concessão de financiamentos”. (Fonte site www.bancocentral.gov.br)

Portanto, é fato: existe sobra de recursos. Temos três alternativas de uso dessa enorme quantia: utilizá-la de um programa que aproveite esse quadro único em favor da população, recolher as sobras ao Banco Central ou entregá-la às instituições financeiras para o simples aumento de seus já elevados lucros (via aplicação de tais recursos em faixa livre ou títulos públicos). Conforme anuncia a Nota Técnica a opção do Banco Central, em debates que incluiu a participação dos Bancos e excluiu a participação do Congresso Nacional, foi de privilegiar os lucros do setor financeiro. Anote-se que enquanto o Congresso Nacional curava pessoalmente de impor os percentuais de aplicação e encaixe da poupança (art. 28, da Lei nº 10.150/2000), e ainda não o havia delegado ao Conselho Monetário, o excesso de recursos jamais teve esse divórcio com as carências sociais do povo e portanto nunca fora direcionada a sua maior parte à rentabilidade de Bancos.

Ocorre que estado envolvidas cifras apenas da poupança de mais de R\$12 bilhões em 2005, outros tantos bilhões em 2006 e 2007, a sobra de recursos deve ser reordenada em formato de um novo programa de financiamento habitacional ao Brasil. E é justamente a este Congresso Nacional único excluído do debate conforme referida nota técnica, que cabe debater medidas cujo ano no tempo supere os mandatos do Poder Executivo, estabelecendo assim, nos exatos termos do art 48, inciso IV da Constituição Federal a decisão da Nação sobre os – “planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento” – notadamente quando envolvidos recursos angariados na poupança popular.

Assim, aproveitando-se dos mesmos mecanismos utilizados pela Resolução nº 3.259/2005, portanto já autenticados pelo Banco Central e Associações de Bancos como legítimas ferramentas do sistema financeiro, por meio do projeto de lei que ora se apresenta busca-se que o Congresso Nacional venha a parametrizar o destino de sobras de recursos de 2005, e dos anos seguintes, dando sentido social à liberação para disponibilidade desses mesmos recursos pelos Bancos.

Pelo projeto de lei, ao momento em que aplicam as sobras de recursos (que sempre foram recolhidas ao Banco Central), – instituições financeiras deixam que os mutuários ao efetuarem o pagamento de suas prestações, pelo prazo de 3 a 5 atos, revertam tais valores exclusivamente à amortização do seus financiamentos. Com isso, enquanto os Bancos compensam-se por meio de aplicação de valores que deveriam ser recolhidos ao Banco Central, os mutuários conseguem quitar perto de 50% de seus financiamentos durante o período de isenção de juros. E, portanto, quando forem

exigidos juros contratuais do mutuário, esses incidirão sobre uma base de cálculo reduzida próxima à metade. Medida simples, sem novos custos orçamentários e que dará à população o conforto necessário à aquisição de sua moradia.

Conforme estudos elaborados na Comissão de Altos Estudos da Justiça Federal, demonstra-se que não é apenas ao mutuário que o período de isenção é benéfico. Aos Bancos lhes interessa a isenção, pois no período a rentabilidade contratual se estabelece sem riscos, dependendo única e exclusivamente das próprias decisões sobre a espécie de aplicação financeira que elegerem. Por outro lado, a garantia hipotecária levanta-se com força integral, dado que perto de 15% do financiamento quita-se a cada 12 meses de isenção de juros.

Para o País a isenção também é importante. Por meio dela os recursos hoje disponíveis não ficarão retidos em contratos de 15, 18 ou 20 anos, e com possíveis saldos devedores vultosos, e com tentativas no futuro de serem lançados à conta de recursos públicos. Ensejando a quitação de perto de 50% dos saldos devedores no prazo de isenção, a cada 3 ou 5 anos metade de tudo que se empresta hoje voltará a financiar novos mutuários, novas obras, gerando implemento na arrecadação de tributos e geração constante de empregos dos quais depende o sucesso econômico deste Brasil. Penso que é mais que oportuna a intervenção deste Senado, por meio do projeto que ora apresento, em atendimento aos interesses da Nação Brasileira e de seus inúmeros cidadãos que vivem sem condições de moradia digna.

Sala das Sessões, 20 de maio de 2005. – Senador **Alvaro Dias**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.514, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1997

Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências.

O Presidente da República,
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Do Sistema de Financiamento Imobiliário

SEÇÃO I Da finalidade

Art. 1º O Sistema de Financiamento Imobiliário – SFI tem por finalidade promover o financiamento

imobiliário em geral, segundo condições compatíveis com as da formação dos fundos respectivos.

.....
Art. 30. E assegurada ao fiduciário, seu cessionário ou sucessores, inclusive o adquirente do imóvel por força do público leilão de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 27, a reintegração na posse do imóvel, que será concedida liminarmente, para desocupação em sessenta dias, desde que comprovada, na forma do disposto no art. 26, a consolidação da propriedade em seu nome.

.....
LEI Nº 11.079, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004

Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.

Mensagem de veto

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º Esta lei institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. Esta lei se aplica aos órgãos da Administração Pública direta, aos fundos especiais, às autarquias, às fundações públicas, às empresas públicas, às sociedades de economia mista e às demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 2º Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.

§ 1º Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

§ 2º Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

.....
LEI Nº 10.931, DE 2 DE AGOSTO DE 2004

Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de

Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, altera o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, as Leis nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, nº 4.728, de 14 de julho de 1965, e nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Do Regime Especial Tributário do Patrimônio de Afetação

Art. 1º Fica instituído o regime especial de tributação aplicável às incorporações imobiliárias, em caráter opcional e irrevogável enquanto perdurarem direitos de crédito ou obrigações do incorporador junto aos adquirentes dos imóveis que compõem a incorporação.

Art. 2º A opção pelo regime especial de tributação de que trata o art. 1º será efetivada quando atendidos os seguintes requisitos:

I – entrega do termo de opção ao regime especial de tributação na unidade competente da Secretaria da Receita Federal, conforme regulamentação a ser estabelecida; e

II – afetação do terreno e das acessões objeto da incorporação imobiliária, conforme disposto nos arts. 31-A a 31-E da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964.

Art. 3º O terreno e as acessões objeto da incorporação imobiliária sujeitas ao

.....
LEI Nº 10.188, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2001

Cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra e dá outras providências.

Vide texto compilado

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 2.135-24, de 2001, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art. 1º Fica instituído o Programa de Arrendamento Residencial para atendimento exclusivo da necessidade de moradia da população de baixa renda,

sob a forma de arrendamento residencial com opção de compra.

Parágrafo único. A Caixa Econômica Federal será agente gestor do Programa.

§ 1º A gestão do Programa cabe ao Ministério das Cidades e sua operacionalização à Caixa Econômica Federal – CEF. (Redação dada pela Lei nº 10.859, de 2004)

§ 2º Os Ministros de Estado das Cidades e da Fazenda fixarão, em ato conjunto, a remuneração da CEF pelas atividades exercidas no âmbito do Programa. (Incluído pela Lei nº 10.859, de 2004)

.....
Art. 9º Na hipótese de inadimplemento no arrendamento, findo o prazo da notificação ou interpelação, sem pagamento dos encargos em atraso, fica configurado o esbulho possessório que autoriza o arrendador a propor a competente ação de reintegração de posse.

.....
LEI Nº 10.150, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2000

Dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS; altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências.

Mensagem de Veto nº 2.007

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º As dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, junto às instituições financiadoras, relativas a saldos devedores remanescentes da liquidação de contratos de financiamento habitacional, firmados com mutuários finais do Sistema Financeiro da Habitação – SFH, poderão ser objeto de novação, a ser celebrada entre cada credor e a União, nos termos desta lei.

§ 1º Para os efeitos desta lei consideram-se:

.....
Art. 28. Compete ao CMN dispor sobre a aplicação dos recursos provenientes da captação em depósitos de poupança pelas entidades integrantes do SBPE, nos termos da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.

Parágrafo único. Ficam convalidados todos os atos do CMN que dispuseram sobre a aplicação dos recursos de que trata o **caput**.

(*Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, cabendo a última a decisão terminativa.*)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 547, DE 2005

Requer Voto de Pesar pelo falecimento, em Belém, da Senhora Luna de Souza Flexa Ribeiro, mãe do Senador Flexa Ribeiro.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 18 de maio de 2005, em Belém – PA, da Exma. Senhora Luna de Souza Flexa Ribeiro, mãe do Senador Flexa Ribeiro.

Requeiro mais que este voto seja Levado ao conhecimento do Senador Flexa Ribeiro e de seus familiares.

Justificação

O Voto de Pesar proposto justifica-se. O falecimento da Senhora Luna de Souza Flexa Ribeiro a todos nos sensibiliza, mormente pelo apreço que temos ao nosso ilustre colega, Senador Flexa Ribeiro.

Sala das Sessões, 20 de maio de 2005. – **Arthur Virgílio** – Álvaro Dias – Heloísa Helena.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 548, DE 2005

Requer informações à Ministra do Meio Ambiente, acerca dos dados sobre a devastação da Amazônia, com crescimento de 6,23% em 2004.

Requeiro, de acordo com o art. 216, do Regimento Interno, combinado com o que dispõe o art 50, § 2º, da Constituição Federal, e considerando a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, que sejam solicitadas, a excelentíssima senhora Ministra do Meio Ambiente, informações acerca das notícias, com dados oficiais dos níveis de devastação da floresta Amazônica, com aumento de 6,23% no ano de 2004.

Indago especialmente:

1 – O Ministério do Meio Ambiente tem projetos para evitar a devastação?

2 – Em caso positivo, em que estágio se encontram esses projetos? foram aprovados pelo Governo?

3 – Há datas previstas para implantação de projetos, casos existam?

Justificação

Os jornais de 19 de maio de 2005 divulgam dados alarmantes, mostrando que a devastação da Floresta Amazônica prossegue em ritmo crescente, registrando percentual de 6,23% em 2004. Daí a necessidade de o Senado ser devidamente informado acerca da eventual existência de projetos para conter a destruição daquela área estratégica para o País.

Sala das Sessões, 20 de maio de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(*À Mesa para decisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, por cessão do Senador Eduardo Suplicy.

A Senadora Serys Slhessarenko é Senadora do PT pelo Estado de Mato Grosso.

A SRA. SERYS SLHESARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, hoje é manchete de vários jornais escritos, televisivos e de rádios o escândalo do desmatamento em Mato Grosso.

Embora eu vá apresentar alguns dados cuja fonte principal é o jornal **O Globo**, lembro que os mesmos se encontram também em outros jornais.

Nós, em Mato Grosso, ao mesmo tempo em que comemoramos a ida da fábrica de uréia e amônia da Petrobras, pela qual brigamos, para o nosso Estado, não podemos deixar de nos assustar, de nos espantar e de nos horrorizar verdadeiramente com a apuração da taxa de desmatamento na Amazônia, divulgada ontem, e anunciada hoje por toda a imprensa brasileira, pela Ministra Marina Silva, pelo Ministro Ciro Gomes e pelo Ministro Eduardo Campos.

É um verdadeiro horror o que o Governador Blairo Maggi está fazendo com as florestas de Mato Grosso. Os números mostram que está se desenvolvendo no Estado uma política de terra arrasada.

No período de agosto de 2003 a agosto de 2004 – atentem, V. Ex^{as}, um ano –, a estimativa é de que foram desmatados, nesses 12 meses, 26.140km², o

que representa um aumento de 6% em relação ao verificado entre os anos de 2002 e 2003.

O Governo tinha a expectativa de que houvesse um aumento de apenas 2% da taxa de desmatamento no período, de acordo com previsões do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. Mas se cinco dos sete Estados da Amazônia reduziram a taxa de desmatamento, em Mato Grosso e Rondônia registraram-se alta de 20% e 23% respectivamente.

Isso não acontece à toa. Sr^{as} e Srs. Senadores. Seríamos muito ingênuos para acreditar que tudo não seja criteriosamente planejado pelos inimigos da floresta. E os inimigos da floresta, em Mato Grosso, têm nome, sobrenome, CPF e endereço conhecido.

Vejam que houve queda na taxa de desmatamento nos Estados do Pará (2%), do Amazonas (39%), do Acre (18%), do Maranhão (26%) e de Tocantins (44%). Em Mato Grosso e Rondônia, todavia, há esse retrocesso, esse escândalo ambiental apontado pelos números.

O desmatamento de 26.140 km² na Amazônia brasileira, em um ano, é o segundo maior da história, perdendo apenas para 1995, quando foi registrado o recorde de 29.050 km².

Ao invés de melhorarmos em nossas estatísticas, ao invés de nos credenciarmos aos olhos do mundo, estamos sendo expostos de maneira vil por aqueles que só pensam na floresta como fonte de riqueza fácil, de faturamento a qualquer preço.

Segundo avaliação feita pelo Greenpeace, o desmatamento praticado na Amazônia nesse período é equivalente a mais de 8,6 mil campos de futebol em um único dia e é um duro golpe no programa de desenvolvimento sustentável da Amazônia.

O Greenpeace diz, ainda, que quase a metade do total desmatado na Amazônia Legal ocorreu em Mato Grosso, governado pelo maior exportador individual de soja do mundo, o Sr. Blairo Maggi.

Sim; enquanto as árvores caíam na floresta, o grupo Maggi comemorava aumentos de 28% no faturamento (US\$532 milhões, em 2003, contra US\$415 milhões, em 2002) e de 21% na área plantada (170 mil hectares, em 2003, contra 140 mil, em 2002).

Por isso, afirmo que esses índices tão escandalosos não acontecem à toa.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Com prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Ontem, estivemos no seu Estado – inclusive, justificamos a sua ausência por motivo de compromissos inadiáveis – e pudemos recolher subsídios importantes para um

diagnóstico que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra terá que apresentar ao final dos seus trabalhos. Estivemos na região do Alto Araguaia, entre o Xingu e o Araguaia, no Município de Confresa, ouvindo depoimentos importantes tratando da questão a que faz referência V. Ex^a, essa depredação do meio ambiente, essa devastação irresponsável que se faz em determinadas áreas neste País e também dando conta do abuso que se pratica contra pessoas humildes que desejam trabalhar. Conhecemos de perto a realidade do seu Estado, as nuances de cada região, em função das suas peculiaridades, e os contrastes gritantes entre uma região e outra. Estamos conseguindo uma fotografia da realidade agrária do País. No seu Estado, por exemplo, o Poder Público arrecadou 6 milhões de hectares, mais de 3 milhões de hectares não foram aproveitados para assentamentos. E, daquilo que se aproveitou – de acordo com a denúncia do Superintendente do Incra de Mato Grosso –, o Governo estadual, com a aprovação da Assembléia, estaria vendendo como áreas devolutas, como áreas públicas, pertencentes ao Estado, por um valor inferior àquele que o Governo Federal, por meio do Incra, paga para assentamentos. Dessa forma, não se faz reforma agrária no País.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Fica difícil.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Faço esse aparte a V. Ex^a pelo tema que está abordando: essa preocupação do mundo com o que ocorre nos campos do Brasil, uma preocupação que se justifica sim.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Senador Alvaro Dias, é muito importante o depoimento de V. Ex^a. Acredito que a estada da CPMI da Terra no Estado do Mato Grosso foi da maior relevância. A realização dessa audiência na Confresa foi muito importante porque lá os problemas com a terra são gravíssimos. Como dissemos, nós de lá os conhecemos de cor e salteado, mas é da maior relevância que pessoas como V. Ex^a tenham ido até lá e dêem depoimentos, como fez V. Ex^a agora. Isso, com certeza, nos fortalece na luta pela terra.

São aproximadamente 6,4 milhões de hectares de terras públicas, dos quais 3,2 milhões – ou 3,4 milhões, não sei – foram regularizados da forma como V. Ex^a citou: vendidos a preço muito mais baixo. Quanto aos 3 milhões de hectares que ainda restam, o Incra está tentando resgatar as terras públicas que estão nas mãos de grandes proprietários, de forma absolutamente irregular. Essa questão tem que ser realmente vista com a seriedade merecida e devida para que se possa fazer a reforma agrária, sem ter que pagar preços

elevados pela desapropriação. V. Ex^a tem toda razão e apresenta dados absolutamente corretos.

Eu gostaria de parar de falar da questão das florestas porque preciso comentar outro assunto extremamente importante. Anunciei, no início do meu discurso, que, em Mato Grosso, estamos comemorando a possível ida da fábrica de uréia e amônia da Petrobras para o nosso Estado, mas não poderíamos deixar de falar sobre como está sendo feita a destruição das florestas no Mato Grosso no apogeu da notícia sobre o desmatamento. E o depoimento do Senador Alvaro Dias torna desnecessária a finalização do nosso discurso, uma vez que S. Ex^a dá um depoimento, de viva voz, de que esteve ontem no meu Estado e testemunhou, por meio dos depoimentos mais variados – tenho certeza disso –, a gravidade do problema do desmatamento em Mato Grosso.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como anunciei no início da minha fala, estamos aqui para comemorar a notícia de que a Petrobras está finalizando estudos para implantação de mais um grande projeto industrial na Região Centro-Oeste, que pode vir a carrear, ao longo de cinco anos, investimentos de até US\$1 bilhão, gerando mais de 70 mil empregos e contribuindo para um grande impulso econômico em toda essa Região tão produtiva e tão estratégica para o desenvolvimento do nosso País, que é o Centro-Oeste.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Ainda tenho mais cinco minutos, Sr. Presidente.

Quando alguns vivem o dia-a-dia da política apenas interessados em chafurdar na politicagem, em criar ambientes de crise, em arrastar o nosso Parlamento e o nosso Governo para um pretenso impasse, como se não existisse, acima de nós, um País, uma Nação que se movimenta e busca caminhos inovadores, é bom saber que a Petrobras abre esse tipo de perspectiva para nossa querida Região Centro-Oeste.

Sim, neste momento em que muitos falam em crise e se angustiam com as perspectivas do futuro, devo dizer que as perspectivas que a Petrobras abre para o Centro-Oeste e, muito particularmente, para o Mato Grosso são altamente alvissareiras.

As informações que tenho são as de que esse grande projeto, que está tendo seu estudo de implementação finalizado pela Petrobras, será o que podemos chamar de uma separadora de gás, um grande e arrojado pólo-gás químico que aproveitará o gás natural importado da Bolívia para a produção de uréia e amônia, que são componentes empregados com

grande destaque na moderna indústria de fertilizantes e são componentes que nosso País ainda estaria tendo que importar, trazer de outros países, em expressiva escala.

Essa é, portanto, uma notícia que muito me entusiasma, que entusiasma a todos nós, que vivemos, trabalhamos e lutamos pelo progresso de Mato Grosso. Estamos vendo agora, neste período ímpar da administração de nosso companheiro Lula, nosso Governo, por meio da Petrobras, essa empresa altamente comprometida com os interesses nacionais, despontar com um investimento que tem todas as possibilidades de se estabelecer no território de Mato Grosso.

Vejam só que bela notícia para todos aqueles e todas aquelas que lutam, que penam, que se movimentam diariamente com o objetivo de fazer de Mato Grosso um Estado modelo para este Brasil. Fico muito satisfeita em poder falar aqui dessa boa nova.

Digo aqui, Senador Mão Santa, a V. Ex^a, que vive citando seguidamente passagens bíblicas, que, quando o anjo Gabriel apareceu para anunciar o nascimento de Jesus Cristo, disse que estava ali para anunciar boas novas para todo o povo. E essa notícia sobre a possibilidade de instalação dessa grande fábrica da Petrobras em Mato Grosso é uma boa nova para o meu Estado e para toda a Região Centro-Oeste.

Fiquei muito contente, quando soube, pelo Secretário de Indústria, Comércio, Minas e Energia de Mato Grosso, Dr. Alexandre Furlan, e do Subsecretário Epaminondas Mattos Conceição, do trabalho persistente que aquela Secretaria vem desenvolvendo para que esses investimentos da Petrobras sejam agilizados e para que possamos, no mais curto prazo, dizer que o que é ainda hoje projeto, o que é ainda hoje intenção da Petrobras e do Governo Federal haverá de se transformar em realidade palpável, para não só demonstrar o compromisso do Governo Lula com o desenvolvimento e o progresso de nosso Estado, da nossa Região Centro-Oeste, mas principalmente para ofertar ao nosso povo uma nova realidade de vida, uma nova perspectiva de sobrevivência.

Se Mato Grosso é responsável hoje pela maior produção agrícola do País, e nossa lavoura assombra o mundo com a escala extraordinária de nossa produção, nada mais justo do que contar com a perspectiva de que esses investimentos da Petrobras serão feitos em Cuiabá, em Santo Antônio do Leverger ou em Cáceres, cidades que estão sendo estudadas pela Petrobras, mas certamente esse investimento será feito no território de Mato Grosso.

Se lá em Mato Grosso temos ainda uma grande riqueza de água; se lá em Mato Grosso estamos lutando pela implantação de uma ferrovia que facilitará que se

transporte para outras Regiões do País, e principalmente para o Triângulo Mineiro, essa formidável produção de matéria-prima para fertilizantes que a Petrobras pretende desenvolver; se lá em Mato Grosso está o maior rebanho bovino do País; se lá em Mato Grosso temos um povo corajoso, capaz, sempre disposto a conquistar, pelo trabalho, melhores condições de vida para si e para suas famílias, nada mais justo do que a instalação dessa fábrica em nosso Estado.

O que sabemos é que a Petrobras vinha desenvolvendo seus estudos já há algum tempo. Pelo que conta o Subsecretário de Indústria e Comércio de Mato Grosso, Dr. Epaminondas Conceição, já faz mais de um ano que técnicos da empresa têm percorrido as terras de Mato Grosso para identificar as melhores opções para a implementação desse seu megaprojeto. Agora esses estudos estão chegando ao final, e a empresa terá que definir em que cidade investirá, mas precisamos, queremos e acreditamos que será em Mato Grosso.

Temos lá ainda, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, muitas dificuldades a superar, mesmo com a chegada da fábrica da Petrobras. Mas essa obra, no entanto, surge como um grande impulso para o nosso Estado.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Peço apenas mais uns minutinhos.

Nos próximos dias, temos certeza de que as Bancadas Federal e Estadual de Mato Grosso, bem como representantes do empresariado, de entidades sindicais e de organizações do Estado de um modo geral, com a presença do Sr. Governador, estaremos na sede da Petrobras, com o nosso companheiro, Senador José Eduardo Dutra, para dizer que Mato Grosso está preparado para um novo ciclo de sua vida econômica, que começará certamente a partir da implantação dessa importante planta industrial que será a nova fábrica de fertilizantes da Petrobras.

É esse também um projeto muito importante porque vem igualmente consolidar nossa parceria com a Bolívia, contribuindo para a consolidação do Mercosul.

(Interrupção do som.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Por meio dessa parceria, investiremos cada vez mais na utilização da nossa matriz energética.

Como Presidente da Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Sustentável e Apoio às Agendas 21 Locais aqui no Congresso, devo lembrar que o

gás natural é um combustível limpo, cuja utilização contribui para a preservação do nosso meio ambiente.

Não vou poder ler todo o meu discurso, mas anunciaríamos que a amônia sintética industrializada poderá, em larga escala, ser usada no processamento de muitos produtos, em torno de duas dezenas. Não vou lê-los.

Eu gostaria de finalizar dizendo que a Bancada Federal de Mato Grosso, composta de Senadoras e Senadores e Deputadas e Deputados Federais – aliás, Mato Grosso, Sr. Presidente, tem a maior Bancada feminina do País no Congresso Nacional –, que é bastante dinâmica, está mobilizada e esteve há poucos dias no Ministério dos Transportes. O Governador do Estado e todas as forças vivas da sociedade mato-grossense estarão, junto ao Presidente da Petrobras, envidando todos os esforços para que essa grande fábrica de fertilizantes que será construída pela Petrobras seja edificada em Mato Grosso. Temos tudo para que isso ocorra em Cuiabá, em Santo Antônio do Leverger ou em Cáceres.

Muito obrigada.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DA SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ao mesmo tempo em que comemoramos e brigamos pela ida da fábrica de uréia e amônia da Petrobras para Mato Grosso, não podemos deixar de assustar-nos, de espantar-nos, de horrorizar-nos, verdadeiramente, com a apuração da taxa de desmatamento na Amazônia, divulgada no dia de ontem pela Ministra Marina, pelo Ministro Ciro Gomes e pelo Ministro Eduardo Campos.

É um verdadeiro horror o que o Governador Blairo Maggi está fazendo com as florestas de Mato Grosso: os números mostram que está se desenvolvendo lá em Mato Grosso uma política de terra arrasada.

Os dados que vou aqui divulgar estão publicados na edição de hoje do jornal **O Globo**, mas aparecem em diversas reportagens, em toda a mídia nacional e internacional. São dados realmente assustadores.

O levantamento feito pelo Governo Federal nos mostra que, no período de agosto de 2003 a agosto de 2004, a estimativa é a de que foram desmatados nesses 12 meses, 26.140 quilômetros quadrados, o que representa um aumento de 6% em relação ao verificado entre os anos de 2002 e 2003.

O Governo tinha a expectativa de que houvesse um aumento de apenas 2% da taxa de desmatamento no período, de acordo com previsões do Instituto Na-

cional de Pesquisas Espaciais (INPE), mas se cinco dos sete Estados da Amazônia reduziram a taxa de desmatamento, em Mato Grosso e Rondônia se registraram altas de 20% e 23% respectivamente. Um verdadeiro horror!

Isso não acontece à toa. Seríamos muito ingênuos em acreditar que tudo não seja criteriosamente planejado pelos inimigos da floresta. E os inimigos da floresta, em Mato Grosso, têm nome, sobrenome, CPF e endereço conhecido. Recentemente, a articulista Tereza Cruvinel, nas páginas de **O Globo**, dizia que lá em Mato Grosso atuava um verdadeiro belzebu do desmatamento. E todos nós sabemos de quem ela falava. É o mesmo personagem que, na mídia internacional, já despontou como o inimigo das florestas, o destruidor supremo da Natureza em nosso País.

Vejam que houve queda na taxa de desmatamento nos Estados do Pará (2%), do Amazonas (39%), do Acre (18%), do Maranhão (26%) e de Tocantins (44%).

Em Mato Grosso e Rondônia, todavia, há esse retrocesso, esse escândalo ambiental que os números estão mostrando.

O desmatamento de 26.140 quilômetros quadrados na Amazônia brasileira em um ano é o segundo maior da História, perdendo apenas para 1995, quando foi registrado o recorde de 29.050 quilômetros quadrados.

Ao invés de melhorarmos em nossas estatísticas, ao invés de nos credenciarmos aos olhos do mundo, estamos sendo expostos de maneira vil por aqueles que só pensam na floresta como fonte de riqueza fácil, de faturamento a qualquer preço.

Segundo avaliação feita pelo Greenpeace, e divulgada pelo **O Globo**, o desmatamento praticado na Amazônia neste período é equivalente a mais de 8,6 mil campos de futebol desmatados em um único dia e é um duro golpe no programa de desenvolvimento sustentável da Amazônia.

O Greenpeace diz ainda que quase a metade do total desmatado na Amazônia Legal ocorreu no Mato Grosso, governado pelo maior produtor individual de soja do mundo, Blairo Maggi.

Sim, enquanto as árvores caíam na floresta, o grupo do agronegócio de Maggi comemorava aumentos de 28% no faturamento (US\$532 milhões em 2003, contra US\$415 milhões em 2002) e de 21% na área plantada (170 mil hectares em 2003 contra 140 mil em 2002).

É por isso que afirmo que esses índices tão escandalosos não acontecem à toa. Tudo isso é resultado da ação do inimigo da floresta, do belzebu do desmatamento.

Segundo a ONG WWF-Brasil, a área desmatada é pouco menor que a do Estado de Alagoas. Com isso, 17,3% da cobertura florestal da Amazônia brasileira já foi destruída. Parte do potencial florestal brasileiro corre, portanto, o risco de desaparecer antes mesmo de se tornar conhecido.

A destruição de florestas também tem impacto direto sobre a emissão de gás carbônico e as mudanças climáticas. O Brasil é responsável por 2,51% das emissões de gás carbônico, sem incluir o percentual de queimadas. Quando incluído, o número sobe para 5,38% (segundo dados de 2000 do World Resources Institute), o que eleva a posição do Brasil de oitavo para quinto país emissor. Só as queimadas geram 370 milhões de toneladas de carbono a cada ano.

O outro assunto que me traz à tribuna, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é a notícia, a ser comemorada, de que a Petrobras está finalizando estudos para a implantação de mais um grande projeto industrial na região Centro-Oeste.

É um projeto que pode vir a carrear, ao longo de cinco anos, investimentos de até US\$1 bilhão, gerando mais de 70 mil empregos e contribuindo para um grande impulso econômico em toda essa Região tão produtiva, tão estratégica para o desenvolvimento do nosso País, que é a Região Centro-Oeste.

Quando alguns vivem o dia-a-dia da política apenas interessados em chafurdar na politicagem, em criar ambientes de crise, em arrastar o nosso Parlamento e o nosso Governo para um pretenso impasse, como se não existisse acima de nós um País, uma Nação que se movimenta e busca caminhos inovadores, é bom saber que a Petrobras abre esse tipo de perspectiva para a nossa querida Região Centro Oeste.

Sim, neste momento em que muitos falam em crise, neste momento em que muitos se angustiam com as perspectivas do futuro, devo dizer que as perspectivas que a Petrobras abre para o Centro Oeste e, muito particularmente, para Mato Grosso são perspectivas altamente alvissareiras.

As informações que tenho é de que esse grande projeto, que está tendo o seu estudo de implementação finalizado pela Petrobras, será o que podemos chamar de uma separadora de gás – um grande e arrojado pólo-gás químico que vai aproveitar o gás natural importado da Bolívia para a produção de uréia e amônia, componentes empregados com grande destaque na moderna indústria de fertilizantes que o nosso País ainda estaria tendo que importar, trazer de outros países, em expressiva escala.

Essa é, portanto, uma notícia que muito me entusiasma, que entusiasma todos nós que vivemos, trabalhamos e lutamos pelo progresso de Mato Grosso

– e que estamos vendo agora, neste período ímpar da administração do nosso companheiro, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o nosso Governo, através da Petrobras, essa empresa altamente comprometida com os interesses nacionais, despontar com um investimento que tem todas as possibilidades de se estabelecer no território de Mato Grosso.

Vejam só que bela notícia para todos aqueles e todas aquelas que lutam, que penam, que se movimentam diariamente, com o objetivo de fazer de Mato Grosso um Estado modelo para este Brasil. Fico muito satisfeita em poder falar aqui desta boa nova. Quando o anjo Gabriel apareceu para anunciar o nascimento de Jesus Cristo, ele disse alguma coisa assim, que estava ali para anunciar boas novas para todo o povo. E essa notícia da nova fábrica da Petrobrás é, sem dúvida nenhuma, uma boa nova para quem vive na região Centro-Oeste, porque onde quer que venha a se instalar, ela surgirá para dotar de um novo impulso o nosso ciclo de desenvolvimento, beneficiando a nossa pecuária, a nossa produção agrícola, e garantindo, certamente, uma melhoria das condições de vida de toda a nossa população.

Fiquei muito contente quando soube, através do Secretário de Indústria e Comércio do Estado de Mato Grosso, Alexandre Furlan, e do Subsecretário, Epaminondas Mattos Conceição, do trabalho persistente que aquela secretaria vem desenvolvendo para que esses investimentos da Petrobras sejam agilizados e possamos, no mais curto prazo de tempo, dizer que o que é ainda hoje projeto, o que é ainda hoje é intenção da Petrobras e do Governo Federal, haverá de se transformar em realidade palpável para não só demonstrar o compromisso do Governo Lula com o desenvolvimento e o progresso de nosso Estado, mas principalmente para ofertar ao nosso povo uma nova realidade de vida, uma nova perspectiva de sobrevivência.

Se Mato Grosso é responsável hoje pela maior produção agrícola do País, e nossa lavoura assombra o mundo com a escala extraordinária de nossa produção, nada mais justo do que contar com a perspectiva de que esses investimentos da Petrobras serão feitos lá em Cuiabá, ou lá em Santo Antônio do Leverger, ou lá em Cáceres, cidades que estão sendo estudadas pela Petrobrás. Mas certamente esse investimento será feito no território de Mato Grosso, contribuindo para um desempenho cada vez mais notável da Petrobras e também para que novos horizontes de vida se abram para os trabalhadores e as trabalhadoras de nosso Estado.

Se lá em Mato Grosso temos também uma grande riqueza de água, se lá em Mato Grosso estamos lutando pela implantação de uma ferrovia que facilitará o

transporte, para outras regiões do País e principalmente para o Triângulo Mineiro, dessa formidável produção de matéria-prima para fertilizantes que a Petrobrás pretende desenvolver, se lá em Mato Grosso está o maior rebanho bovino do País, se lá em Mato Grosso temos um povo corajoso, capaz, sempre disposto a conquistar, pelo trabalho, melhores condições de vida para si e para suas famílias, nada mais justo do que essa fábrica venha a se instalar em Mato Grosso.

O que sabemos é que a Petrobras vinha desenvolvendo os seus estudos na surdina. Pelo que conta o Subsecretário de Indústria e Comércio de Mato Grosso, Epaminondas Conceição, já faz mais de um ano que técnicos da empresa têm percorrido as terras de Mato Grosso para identificar as melhores opções para a implementação desse seu megaprojeto. Mas agora que esses estudos vão chegando ao seu final, e agora que a empresa terá que definir se investe em Campo Grande ou numa das três cidades que citei aqui – Cuiabá, Santo Antônio ou Cáceres –, nada mais justo do que ocuparmos esta tribuna para dizer que a melhor opção é o Mato Grosso, esse Estado-pólo que se transformou na grande locomotiva do desenvolvimento nacional, à custa da pesquisa, do investimento produtivo, da parceria entre os mato-grossenses e os sulistas que para lá se transferiram, visando à construção de um ambiente de convivência que tem tudo para se firmar como um modelo exemplar para o Brasil e para o mundo.

Temos lá ainda muitas dificuldades a superar, mas, com a chegada da fábrica da Petrobras, as coisas haverão de ficar mais fáceis. Uma obra como essa surge como um grande impulso, como o reconhecimento de todo esse dedicado trabalho que vem sendo feito em Mato Grosso.

Nós próximos dias, em companhia do Governador Blairo Maggi, de nossa Bancada federal, de nossa Bancada estadual, de representantes do empresariado e de entidades sindicais, estaremos visitando o Presidente da Petrobras, o nosso companheiro Senador José Eduardo Dutra, para dizer que Mato Grosso está preparado para um novo ciclo de vida econômica, que começará certamente a partir da implantação dessa importante planta industrial que será a nova fábrica de fertilizantes da Petrobras.

E esse é um projeto também muito importante porque vem também consolidar nossa parceria com a Bolívia, contribuindo para a consolidação do Mercosul. Através dessa parceria, vamos investir cada vez mais na utilização do País e na depuração de nossa matriz energética. Como Presidente da Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Sustentável e Apoio às Agendas 21 Locais, aqui no Congresso, devo lem-

brar que é o gás natural um combustível limpo, cuja utilização contribui para preservação do nosso meio ambiente.

Pelo planejamento do Governo federal, até 2010 o gás natural deverá participar com 13% da energia consumida no País. Não é pouco, mas é preciso lembrar que em países como Estados Unidos, a participação do gás natural é de 26,7%. Na Argentina o percentual sobe para 51%. Uma posição que defendo é que a utilização do gás natural pode não acabar com a dependência brasileira atual em relação ao petróleo internacional, mas dará um novo rumo à economia do País, sem dúvida nenhuma. Quanto mais utilizarmos o gás natural, mais estaremos reafirmando nosso compromisso com a Ecologia, com um outro mundo possível, onde as pessoas humanas possam viver harmonicamente com a natureza. Vamos fazer do Brasil um País ecologicamente correto.

A produção de amônia sintética é feita utilizando-se o gás natural como fonte de hidrogênio, uma vez que aquele possui uma percentagem relativamente grande deste, uma vantagem no processo da amônia. O gás natural é inicialmente transformado em gás de síntese e, posteriormente, numa seqüência de tratamentos térmicos, elevação de pressão, trocas químicas e catalíticas, a mistura contém apenas hidrogênio, nitrogênio e traços de metano, argônio e outros gases inertes, sendo então processada e transformada em amônia (NH₃). Em processamento adicional, a amônia é convertida em uréia e outros fertilizantes.

Mas a amônia tem uma grande utilização industrial, podendo ser usada: no processamento químico de fertilizantes; na manufatura de explosivos; na refrigeração de sistemas de compressão e absorção; na extração de certos metais como cobre, níquel e molibdênio de seus minérios; como inibidor de corrosão nas refinarias de petróleo e plantas de gás natural; na indústria da borracha para estabilização do látex natural e sintético; combinada com o cloro para purificação de água de abastecimento doméstico e industrial; na manufatura de farmacêuticos, loções, cosméticos, substâncias usadas na limpeza dentária, amônia para uso doméstico, detergentes e material de limpeza; na indústria de fertilizantes para aplicação direta e como bloqueador na manufatura de soluções fertilizantes de nitrogênio, de uréia, nitrato de amônia, sulfato de amônia e fosfatos; na produção de ácido nítrico e em fibras e plásticos industriais para a produção de acrilonitrila, hexametilenodiamina, tolueno e outros; na produção de Papel e celulose; na metalurgia.

A fábrica que a Petrobras vai implantar no Centro Oeste é vital porque o Brasil é importador de adubos nitrogenados fabricados a partir da amônia. E o

gás natural, matéria-prima básica para fabricação da amônia, hoje chega em grande abundância, através do gasoduto Brasil-Bolívia, a Cuiabá.

Falo de tudo com muita satisfação, porque estou convencida de que essa será uma grande conquista para Mato Grosso, para toda a Região Centro-Oeste, para todo o nosso País.

Pretendemos atuar, junto ao comando da Petrobras, junto à Presidência da República, para garantir a efetivação dessa conquista. Esse é um compromisso que temos para com o povo de Mato Grosso e pretendemos honrá-lo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está concedida a palavra para uma questão de ordem ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, falarei com base no art. 403 e seguintes do Regimento Interno.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem, o Senador Antonio Carlos Magalhães, de forma lúcida, levantou questão de ordem sobre o procedimento adotado pela Mesa quando da votação do nome do Sr. Alexandre de Moraes para o Conselho Nacional de Justiça. E citou o art. 46 do Regimento da Casa, que estabelece, na linha de sucessão, aqueles que devem presidir a sessão, inclusive os Suplentes da Mesa. Na ausência destes, assume a Presidência o Senador mais idoso, conforme o §4º do art. 46.

O Senador Demóstenes Torres, ao contraditar a questão de ordem do Senador Antonio Carlos Magalhães, alegou que nenhum dos integrantes da Mesa se fazia presente naquela oportunidade. Sou Suplente da Mesa e estava presente, Sr. Presidente. Outros membros da Mesa também estavam participando daquela sessão, e nenhum dos integrantes foi convocado para presidi-la. O Senador Demóstenes Torres a presidiu com correção absoluta, com a competência reconhecida e com inteligência privilegiada e cumpriu o Regimento ao dirigir aquela votação específica, porque só presidiu a sessão no momento daquela deliberação. E o fez corretamente, repito. Portanto, nada a contestar em relação à postura e ao comportamento do Senador Demóstenes Torres, que merece todo o respeito da Casa, naquela discussão e votação da matéria.

Mas, Sr. Presidente, houve uma irregularidade. O Senador Tião Viana, que presidia a sessão no dia de ontem, quando a questão de ordem foi suscitada pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, reconheceu

a irregularidade e a acolheu como protesto, como reclamação. Não estamos apresentando um protesto ou uma reclamação neste momento. Estamos encaminhando a V. Ex^a e à Mesa um pedido de anulação daquela votação.

Não queremos discutir os méritos do indicado pela Câmara dos Deputados e rejeitado pelo Senado Federal, num equívoco imperdoável, porque sobre os méritos dele aqui já se pronunciou o Senado Federal, por meio das suas mais expressivas Lideranças. Com relação àquele que foi rejeitado, não discutimos a sua dignidade, a sua honradez, o seu preparo, a sua inteligência, a sua competência, os serviços já prestados à Justiça do País. Não discutimos isso. Ele foi rejeitado não em função de eventuais deméritos; ele foi rejeitado em função da excelência dos seus méritos. Não poderíamos encontrar nome mais acreditado, autorizado e preparado para exercer a função que a ele seria delegada.

Não estou evidentemente propondo que o nome dele retorne. Não nos cabe fazer isso, como disse o Senador José Agripino no dia de ontem. Cabe ao Governo, que cometeu o equívoco, por meio da sua Bancada, que praticou essa inominável injustiça, se desejar, se entender conveniente, propor à Câmara dos Deputados o mesmo nome para a sua aprovação ou não.

Portanto, não nos cabe resolver essa situação. Estamos suscitando essa questão de ordem, encaminhando à Mesa essa solicitação, porque entendemos estar nula de pleno direito a votação que impôs rejeição ao nome do eminente jurista.

Caberá recurso ao Plenário, e, se houver a negativa da Mesa – vamos consultar o nosso Líder Arthur Virgílio sobre a conveniência dessa iniciativa –, recorreremos ao Plenário, obviamente com a recomendação de que a Mesa submeta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a matéria para a apreciação da jurisprudência dessa providência que estamos anunciando antecipadamente.

Aproveito a oportunidade, já que, no momento, não a tive, para, da mesma forma, protestar contra a atitude daqueles que, de forma sorrateira, numa postura de vindita, rejeitaram um nome ilustre, de um jurista extremamente preparado, capaz de honrar a condição de integrante do Conselho Nacional de Justiça.

Naturalmente, como o Presidente titular não se encontra presidindo a Mesa, aguardaremos a decisão da mesma sobre essa proposta que apresentamos de anulação da votação referida.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, aguardamos a sua solicitação por escrito, o seu requerimento, e o encaminharemos, por intermédio do nosso Secretário Executivo, Raimun-

do Carreiro Silva, ao Presidente da Mesa Diretora para as soluções cabíveis.

Pessoalmente, concordo com todas as argumentações do ilustre Senador.

Obediente à Bandeira, Ordem e Progresso, e para que não ocorra problema com o Regimento Interno, eu gostaria de ceder a palavra neste instante ao Senador Pedro Simon. Mas, assim como S. Ex^a está dentro do meu coração e do povo do Brasil, está enquadrado no art. 17 do Regimento Interno, que significa que usou muito a palavra durante a semana. O Senador Paulo Paim, o Senador Cristovam Buarque e eu só poderemos usar da palavra quando não houver mais oradores inscritos.

Assim, concedemos a palavra à oradora inscrita, Senadora Heloísa Helena, do Estado do Alagoas, fundadora do P-SOL.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, fui fundadora de outros também, que me trazem amarga lembrança, é verdade! Mas a vida continua.

Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, durante esses meses – não apenas durante esses meses, porque, infelizmente, o problema da corrupção no País não é um debate dos últimos meses –, passou a ser alardeada de forma mais concreta para a sociedade a corrupção no atual Governo. Há muitos membros importantes do partido hegemônico e do atual Governo que consolidaram as suas vidas políticas com a bandeira da ética. Então, é evidente que, ao existir um abismo entre o que se apregoou ao longo da história de vida e a realidade objetiva e concreta do Governo atual, isso mexe muito mais com mentes e corações espalhados no Brasil, porque acaba legitimando, no imaginário popular, a velha e conhecida – e muitas vezes importante e conseqüente – afirmação de que todos os políticos são iguais, de que são uma coisa no palanque e outra na administração, uma coisa na oposição e outra no governo.

Como se nada disso fosse bastante, há denúncias gravíssimas de corrupção, desde a articulação com setores vinculados à podridão do narcotráfico até o financiamento ilegal de campanhas eleitorais e crimes contra a Administração Pública: a intermediação de interesses privados, a exploração de prestígio, o tráfico de influência e tudo aquilo que está descrito no Código Penal como crime contra a Administração Pública.

Isso deveria, mas, infelizmente, não dá cadeia. Muitos dos conhecidos envolvidos em crimes contra a Administração Pública são bem recebidos nos salões da *high society* brasileira, quando deveriam estar, de

fato, vendo o sol nascer quadrado nos presídios do País. No entanto, como sabemos todos nós, infelizmente, para os presídios – como dizia, ontem, o Senador Pedro Simon – vão apenas os pobres, os oprimidos, os marginalizados ou os pequenos camundongos, porque as grandes ratazanas ficam bem protegidas pela estrutura da elite política e econômica do País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto a repetir que a comissão parlamentar de inquérito é o único instrumento que o Congresso Nacional tem para cumprir a sua nobre tarefa de fiscalizar os atos do Executivo. Nenhum outro procedimento é capaz de fazê-lo. Mesmo havendo Comissão de Fiscalização e Controle e a possibilidade de abertura de procedimentos investigatórios, o único instrumento para, de fato, fiscalizar os atos do Executivo é a comissão parlamentar de inquérito. Ela é tão importante que a Constituição lhe delega poder de investigação próprio das autoridades judiciais, justamente para que o Congresso possa cumprir a sua tarefa nobre de fiscalizar os atos do Executivo.

Como se não bastassem o detalhamento, as minúcias da corrupção, da promiscuidade entre o Executivo, o Legislativo e o poder econômico, tudo isso que nos envergonha, os jornais de ontem e de hoje começam um novo detalhamento das minúcias e articulações que estão sendo feitas pela base de bajulação ou por representantes importantes do Governo Federal para esvaziar a CPI, retirando nomes de Parlamentares, Deputados e Senadores.

Pelo menos que eu saiba, nenhum Senador patrocinou, ainda, a atitude covarde de retirar o seu nome do requerimento, e espero que isso não venha a ocorrer; mas o detalhamento, o cinismo e a dissimulação com que as pessoas tratam um tema como esse é algo absolutamente vexatório.

Para mim, é mais dolorido, dá mais tristeza do que indignação até, ver determinadas personalidades sendo parte desse jogo sujo de articulação promíscua para retirar nomes de Parlamentares do requerimento da Comissão Parlamentar de Inquérito. Isso é muito triste, como o são, do mesmo modo, alguns discursos feitos na Casa, supostamente vinculando a golpismo político a criação de uma comissão parlamentar de inquérito.

É tão recente, Senador Mão Santa, a História deste País. Quando militava no Partido dos Trabalhadores, fui parte de grandes manifestações e articulações, com palavras de ordem que nunca vi como golpistas, pois expressavam determinado momento da política nacional. Todos lembram do “Xô, Sarney”, “Fora, Collor” e “Fora, Fernando Henrique”. Hoje, as mesmas pessoas que patrocinavam não apenas articulações para a

concretização de CPIs, mas palavras de ordem com muito mais impacto público, submetem-se a este jogo sujo, vexatório, vergonhoso, de articular a retirada de nomes para enfraquecer e inviabilizar a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Isso é muito ruim porque, no imaginário popular, a participação, a existência das instâncias de decisão política já são extremamente negativas. Sei que não vivemos, de fato, numa democracia, porque sem justiça social não há democracia – vivenciamos muito mais uma ditadura do capital financeiro, dos parasitas sem pátria, do que uma democracia de fato –, mas a nossa participação é feita em nome da democracia representativa – que também sei que não existe em plenitude ainda, basta ver os financiamentos de campanha, as articulações promíscuas que são estabelecidas entre o poder político e o poder econômico, e a promiscuidade entre o Executivo e o Congresso Nacional, espalhados pelo Brasil todo.

Não é à toa que a reforma política, agora, consolida-se em mais uma farsa, até porque todo o seu debate tem um cinismo inimaginável. Usam palavras sedutoras para o imaginário popular, como fidelidade partidária e fortalecimento dos partidos, mas o que se vê é só o jogo da conveniência política. Quando falam em fidelidade partidária, usam o velho, conhecido e condenável troca-troca dos partidos para se justificar; no entanto, não se trata de fidelidade ao programa do partido, mas ao chicote do líder ou das cúpulas partidárias, que mudam de concepção ideológica e programática conforme a conveniência de se lambuzarem no banquete farto do poder. Portanto, de fidelidade partidária, isso nada tem.

O debate da reforma política, hoje, é uma farsa submetida simplesmente às conveniências do jogo eleitoral de 2006, para acabar com a verticalização e, portanto, viabilizar um aliança em torno da candidatura para reeleição do Presidente Lula. Não se debatem a permeabilidade necessária para que, cada vez mais, a sociedade possa exercer o mecanismo de controle social; a permeabilidade das estruturas políticas em relação à diminuição do número de assinaturas necessárias para projetos de origem popular; e a necessidade de rediscussão dos mecanismos de plebiscito.

É quase impossível que se aprove um plebiscito sobre aquilo que é o coração do sistema, ou sobre a questão da dívida externa e da política econômica.

É muito ruim este momento que estamos vivendo, porque, cada vez mais, a opinião pública despreza as instâncias de decisão política. Por mais que detestemos muitos dos ratos de terno e gravata que representam o poder político nacionalmente, por mais que a população tenha ojeriza pela política de uma forma em

geral, é nas instâncias de decisão política e de poder que se define a vida em sociedade. Todas as normas estabelecidas na vida em sociedade, sejam elas para melhorar a vida da população de uma forma geral ou não, são decididas e concretizadas pelas instâncias de decisão política e de poder. Então, não é justo que, mais uma vez, tenhamos que agüentar isso.

Como se não bastassem as minúcias e o detalhamento da corrupção vergonhosa, dos crimes contra a Administração Pública, ainda temos que identificar nos jornais as articulações feitas pela base de bajulação do Governo, pelo Palácio do Planalto, para, numa demonstração vexatória de promiscuidade política, viabilizar mecanismos para que os Parlamentares retirem os seus nomes do requerimento para a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Fica aqui o meu protesto. Espero, realmente, que o Congresso Nacional, que Senadores e Deputados que assinaram a Comissão Parlamentar de Inquérito não percam a vergonha por completo e não se submetam a essa verdadeira promiscuidade, a esse jogo sujo estabelecido pela base de bajulação do Palácio do Planalto para impedir a concretização de uma comissão parlamentar de inquérito.

É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao orador inscrito, Senador Arthur Virgílio, do Estado do Amazonas, do PSDB, do qual é Líder, e com muito competência.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Muito obrigado. Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a imprensa registra que é irreversível a instalação, e, portanto, o funcionamento, da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigará o escândalo dos Correios e Telégrafos.

O Presidente Lula, com suas apressadas demonstrações de boa vontade a todos os seus aliados, vai erodindo a base de sua credibilidade moral, e os sinais são a cada momento mais intrigantes, mais preocupantes.

Hoje, leio nos jornais que a Câmara, finalmente, colocará a funcionar a Comissão Parlamentar de Inquérito que se destinaria ou se destinará a investigar as privatizações do setor elétrico processadas no Governo passado. Até então – é bom que se diga, e a verdade é para ser proclamada –, essa Comissão de Inquérito, destinada a investigar o período Fernando Henrique Cardoso, não funcionou, Senadora Heloísa Helena, explicitamente porque a Base do Governo obstruiu sua instalação.

E vou contar a V. Ex^a, ao Senador Alvaro Dias e ao Senador Pedro Simon um episódio que não tem por

que não fazê-lo. O Deputado Pauderney Avelino, do PFL Amazonas, esteve comigo aqui outro dia e me relatou. Uma Deputada do meu Estado queria dar presença para que se instalasse a tal CPI. O Líder do Governo naquela Casa, Deputado Arlindo Chinaglia, teria dito à Deputada para não fazer isso. E S. Ex^a, de maneira delicada, teria dito assim: “Mas eu quero saber as razões. Por quê?” Ele teria se voltado a ela de maneira dura: “Não lhe devo satisfações, moça. Vou falar com o seu Líder. Eu estou dizendo que não e pronto” – algo parecido com isso. Isso chegou ao conhecimento do Ministro Aldo Rebelo, da Articulação Política.

Se a Deputada, que é tradicional adversária minha, tradicional adversária do Presidente Fernando Henrique, queria fazer aquilo que era destinação da sua vida, que era investigar o Governo Fernando Henrique, não o fez porque foi impedida pela Liderança do Governo na Câmara dos Deputados. Esse é um fato. Já não temos por que ficar agora fazendo segredos, fazendo uma espécie de sociedade secreta aqui, sem uns contarem os segredos dos outros.

Hoje leio que, a par de ser irreversível a instalação da CPI dos Correios, agora, sim, sairia a tal CPI da Câmara para investigar o período Fernando Henrique. Meu Deus, é bom pontuarmos que não há espaço para a mais mínima concessão à chamada chantagem política. E vou dizer agora com a autoridade de quem, Líder do Governo Fernando Henrique e Ministro daquele Governo, confia na probidade do seu Presidente e não está nem um pouco preocupado se, porventura, alguns dos seus auxiliares, em algum momento, faltou com a probidade. Podem instalar a CPI para investigar as privatizações, podem convocar quaisquer pessoas daquele período. A política que vou adotar é exatamente a que vem de um ditado da minha avó, tão antigo e tão eficaz: quem for podre que literalmente se quebre. Portanto, não vamos trocar nada. Já disse outro dia que não vamos fazer essa política mesquinha do troca-troca. Querem instalar uma CPI na Câmara, muito bem. Aqui, faço até a cobrança das CPIs que estão pendentes no Senado.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a mesmo recolheu assinaturas há poucos dias para a instalação de uma CPI para investigar as privatizações. Portanto, há má informação. Eu vi ontem – e V. Ex^a faz bem ao se referir ao fato – um Vice-Líder do Governo, numa postura de chantagem...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Esquisita. Aqui para nós, esquisita.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Estapafúrdia. Se querem e se gostam tanto de CPI, vamos instalar a CPI das privatizações. Bem faz V. Ex^a ao apoiar a instalação da CPI das privatizações. Não há nenhum

problema. Queremos realmente transparência absoluta em relação a todos os Governos, independentemente de siglas partidárias. O que há hoje é uma denúncia constante de uma relação promíscua entre o Poder Executivo e sua base de sustentação política no Congresso Nacional. Trata-se de uma barganha desonesta. Isso é o que temos que esclarecer agora. A sociedade está exigindo, neste momento, esse esclarecimento. E é isso que V. Ex^a propõe e que nós apoiamos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço, Senador Alvaro Dias, pois V. Ex^a desenha a expressão da verdade.

Acredito que a maioria esmagadora dos guardas de trânsito do País é composta por pessoas honestas. Mas essa conversa do Governo é aquela conversa de motorista bêbado com guarda de trânsito propinado: “Finge que não estou bêbado e que não infringi as regras de trânsito que eu molho a sua mão”. Não aceito isso. Recuso-me a trabalhar nesse nível.

Portanto, darei conta do que estamos propondo e cobrando. Está, vergonhosamente, **sub judice** a CPI dos Bingos, de iniciativa do Senador Magno Malta, da Base do Governo, que vem obtendo brilhante pronunciamento do Supremo Tribunal Federal, com cinco votos a zero a favor da obrigatoriedade da instalação da CPI, querendo ou não os Líderes partidários e a Mesa Diretora da Casa.

Não vou me referir sequer a essa CPI, mas a outras que estão aqui, como a CPI específica do Waldomiro Diniz, recolhida, pessoalmente, por mim, com número mais do que suficiente para sua instalação, e que aguarda indicação pelas Lideranças de todos os partidos dos nomes que irão compô-la. Não acredito que se recusem os Líderes partidários a apor os nomes para, depois, o Supremo dar um novo puxão de orelha no Senado Federal, não acredito.

Os nomes do PSDB e do PDT estão indicados, os do PFL suponho que já o estejam. Aguardo, portanto, o pronunciamento do restante da Casa. Ao mesmo tempo e por uma questão de justiça mesmo, propus e recolhi pessoalmente as assinaturas, recolhi as duas assinaturas em conjunto, propus a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar todas as privatizações operadas no Governo Fernando Henrique Cardoso. Todas as privatizações: da Companhia Siderúrgica Nacional, da Companhia Vale do Rio Doce, as do setor elétrico, as do setor não elétrico, as do setor paraelétrico, as do setor pré-elétrico, as do setor pós-elétrico, as do setor quase elétrico, as do setor demasiadamente elétrico, a do setor da cadeira elétrica, da cadeira não elétrica, todos os setores de privatização naquele Governo, para que a máscara da hipocrisia, de uma vez por todas, desabe da face de

cada hipócrita deste País. Esta é a verdade que tem de ser colocada. E aqui também não deram os nomes para essa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então, daqui, publicamente, para consumo da Nação brasileira, da imprensa brasileira, dos telespectadores da TV Senado, das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, digo que não vamos trocar nada por nada, instalem quaisquer CPIs que queiram, onde quer que queiram. Vamos instalar aqui todas as CPIs que julgarmos necessárias para o funcionamento da Casa em sua plenitude.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não vi nenhuma dificuldade para se instaurar aqui a CPI proposta pelo Senador Hélio Costa, e já demos os nomes também, aquela que investiga, e é muito meritória, a situação dos brasileiros ilegais residentes nos Estados Unidos. Essa não mexe com o Governo, foi a coisa mais fácil do mundo. Há outra, do Senador Mozarildo Cavalcanti, sobre redivisão territorial, meritória também, mas que não mexe com o Governo diretamente; é um tema de estudo, que dá ensejo a belíssimos seminários e a conclusões muito boas para o País. Todos assinaram, não houve nenhum problema. Quando se bate na questão da investigação sobre o Governo, aí a mula empaca, a coisa não anda, há toda essa vergonhosa operação de retirada de nomes. E, quando eles percebem que existem 220 assinaturas...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – De quanto tempo disponho, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Cinco minutos de prorrogação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

Há 220 assinaturas de Deputados. Conseguiram tirar cinco do PL, não sei se vão conseguir retirar outras 50 ou 60, não sei se vão conseguir cobrar uma desmoralização tão no atacado. A cobrança da desmoralização no varejo, estamos acostumados a ver, mas a desmoralização no atacado é um negócio complicado. Existe a inflação no varejo e no atacado: são coisas diferentes, até para se avaliar o futuro da inflação brasileira. Então, a desmoralização no varejo é assim: fulaninho tira assinatura, porque há aquele cargo ali, na delegacia não sei de quê. Agora, no atacado, não acredito. Acredito que essa manobra protelatória vai fazer com que mais Senadores e Deputados assinem a CPI. Ontem perderam o apoio do Partido Verde, até porque estão tratando mal a Amazônia: muito discurso, muita retórica e muita concessão ao desmatamento

desordenado numa região que já estava encontrando o seu percentual razoável, com vistas a prolongar a sua existência futuro a dentro, numa região que é tão estratégica, tão essencial para o País.

Portanto, estamos aqui, enfadonhamente nós, as mesmas pessoas que vêm ao plenário às sextas-feiras, nós, cansativamente nós. Não digo abusivamente: estamos aqui cumprindo com o dever. Não dormi, cheguei de Manaus ainda há pouco, vim direto para cá, preocupado. Minha preocupação era a de que estivesse alguém do Governo presidindo, e, sem os quatro Senadores iniciais, já se fecharia a sessão. É o Congresso se tornando incômodo, Senador Pedro Simon. Congresso fechado. Feriadão! Na semana que vem há um feriadão. Que coisa boa para quem está cansado! Que coisa boa para o Governo! Eles devem estar dando hip hurra, porque não funciona o Senado Federal na semana que vem, nem a Câmara dos Deputados. Eles vão planejar, na calada da noite, as suas solertes manobras, para sei lá o quê, chegar a que objetivo, quando o debate, nesta Casa, deveria ser translúcido, transparente, e engrandecer as tradições de Rui Barbosa, de respeito à democracia.

Mas, não, o Congresso aberto passou a ser uma coisa incômoda para um Governo que hoje é presidido por alguém que não consegue demitir, não consegue nomear, perdoa todo mundo, dá o benefício da dúvida a político, a todos, metendo-se a Supremo Tribunal Federal. Quem tem de julgar em última instância é o Supremo Tribunal Federal; quem tem de julgar, às vezes, em primeira instância, quando há uma suspeita, é o Presidente da República. Esse é que tem de dizer o seguinte: “O cidadão fulano de tal tem direito ao benefício da dúvida até o Supremo Tribunal Federal dizer se é culpado ou não”. O Presidente da República tem de dizer se fulano ou beltrano de tal incomodam ou não seu Governo; se incomodam, Sua Excelência tem de livrar-se dessas pessoas, ter a coragem de um recomeço.

O que vemos é um Governo sem iniciativa. Vai nomear quem? “Quem quer ser nomeado por este Governo?” é a primeira pergunta. A segunda, “Vai nomear quem, se não tem coragem de enfrentar os seus aliados?”. Está cerceado, ilhado, recebendo proteção, ora de uns, ora de outros, daqueles aliados que chegam e dizem: “Presidente, fique tranqüilo, que nós garantimos”. E não garantem coisa alguma; na hora do voto, derrotam o Presidente sistematicamente. Se há um projeto de Sua Excelência para desmoralizar o Congresso, há um projeto de setores do Congresso para erodir a credibilidade do Presidente da República, que está ilhado, sitiado. No **Jornal do Brasil**, hoje, há uma manchete: “Presidente sitiado”. O Presi-

dente está sitiado pela sua dependência em relação a aliados fisiológicos e acaba ficando sitiado também pela combatividade de uma Oposição que não quer sitiá-lo, que aplaudiria seu gesto de fazer uma reforma ministerial ampla, colocando pessoas decentes e competentes num ministério que não funciona ou que não responde concretamente no quesito da ética e em certos casos.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Encerro, Sr. Presidente, dizendo que a Oposição cobra a instalação da CPI e confia no Congresso Nacional.

Não lamento o feriadão que vem por aí, não lamento. Lamento um Governo que se escuda em feriados: “Esvaziamos o Congresso, graças a Deus!” é o pensamento do Governo, “Graças a Deus!”. Devem estar, agora, rezando todas as ave-marias e todos os padre-nossos, porque o Congresso, na semana que vem, não funcionará na plenitude. E devem estar dizendo assim, Senadora Heloísa Helena...

Diz a Senadora que Deus não costuma atender a essas safadezas, o que é verdade. E seria bom darmos uma lição e estarmos presentes, para mostrarmos que temos compromisso com o funcionamento do Congresso em qualquer circunstância.

Encerro, dizendo uma última coisa: lá vem junho, lá vem o mês de julho. Não há nenhuma razão para a convocação extraordinária.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Fique V. Ex^a tranqüilo, porque vou prorrogar seu tempo por mais dois minutos: um minuto em homenagem à grandeza de V. Ex^a, que faz uma grande oposição, e outro, à grandeza do Estado que representa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a a generosidade, Sr. Presidente.

Não há nenhuma razão para o Congresso, que vive atravancado por medidas provisórias e que tem um Governo que boicota as votações, porque não quer votar a reforma tributária, dar-se ao disprante de aceitar uma convocação extraordinária remunerada, que vai consumir recursos públicos, para, ao final, Deputados e Senadores não votarem as matérias de efetivo interesse nacional, porque o Governo não nos permite fazê-lo.

Já sabemos que em julho não vai funcionar também.

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ou seja, é o Governo do “para depois”, do adiamento.

Ouço a Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Vou falar bem rapidinho, contando com a condescendência do Senador Mão Santa. Eu conversava com o Senador Alvaro Dias a respeito disso. Seria muito importante que houvesse a convocação do Congresso em julho. Nós, Senadores, que a estivéssemos propondo, faríamos um abaixo-assinado, abrindo mão de qualquer remuneração a que supostamente tivéssemos direito. Há denúncias de corrupção, crise na política econômica, problemas gravíssimos no País todo. Eu também quero descansar, porque estou com problemas de saúde. Gostaria de descansar, mas é inadmissível a paralisação, em julho, do Congresso Nacional, simplesmente como parte dos esconderijos sujos montados por alguns para o Governo. Seria excelente se todos os Parlamentares abrissem mão de qualquer remuneração extra que pudesse haver na convocação extraordinária, e estaríamos aqui, como qualquer outro trabalhador, com o salário mensal, que, por sinal, já é muito alto. Sem nenhum recurso para a convocação extraordinária, sem nenhuma verba extra, sem nenhum salário extra, estaríamos aqui cumprindo a nossa obrigação de fiscalizar os atos do Executivo, de legislar, de adiantar a pauta, que está pendente. Saúdo V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Encerro, Senadora Heloísa Helena, encampando a proposta e me dispondo a começar já com uma lista, para ver quais são os Senadores que assinam a autoconvocação, abrindo mão de quaisquer vantagens pecuniárias, ou seja, deixando bem claro que, se não é para votar, é para manter este foro de discussões aberto, para manter aberta a perspectiva de a Nação fazer a cobrança sobre a erosão da base ética de um Governo que nasceu com a marca de proteger a ética e a honradez na vida pública brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedemos a palavra ao Senador do PMDB do Estado do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, meu Líder, condecorado por ter levantado sua voz várias vezes em defesa da democracia e do povo brasileiro.

S. Ex^a tem dez minutos, de acordo com o Regimento, cinco de prorrogação e, se for pelo meu coração, vamos prorrogar até a sessão para ouvi-lo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na legislatura passada chegamos a fazer, nas sexta-feira, a transformação da sessão numa espécie de debate aberto. Na verdade, eram poucos os que vinham, mas não que viessem

os da Oposição e não viessem os do Governo, não! Vinham os do Governo e vinham os da Oposição.

É uma pena que V. Ex^a não estivesse aqui, pois teria um papel muito especial. Naquelas sessões, debatíamos um determinado assunto e o levávamos ao esgotamento.

Agora não; agora parece que é uma deliberação do Governo não estar presente. Não consigo entender! Já fui governo; já fui oposição. A Oposição pode ir embora, desaparecer, não ligar, não dar quórum. Agora, o Governo tem a obrigação de ter um Parlamentar sentado aqui permanentemente quando o Congresso estiver funcionando.

Tudo bem que eles não queiram que funcione o Congresso. Tudo bem, pois, se o momento é tão pesado, se as manchetes são tão ruins, funcionar o Congresso para quê? Tudo bem; não dão quórum. Mas, no momento em que, mesmo não dando **quorum**, há Congresso, aqui tem de estar sentado um Parlamentar do PT ou da Base do Governo; alguém tem que estar aqui para responder, para tomar conhecimento. É o mínimo que tem que acontecer; é o mínimo que se possa imaginar.

Então, vem aqui o Líder do PSDB, levanta uma série de fatos, os mais duros, e não tem ninguém do PT para responder, para dizer: “Não; não é por aí. A questão é diferente!” Lamento isso.

Mas quero dizer, Sr. Presidente, que estamos às vésperas de ter uma decisão muito importante, com todo esse debate sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu concordo com o ilustre Líder do PSDB, pois acho que o Parlamentar tem que ter o mínimo de bom senso, o mínimo de comportamento que o mantenha com direito a ter o respeito da opinião pública.

Se a CPMI solicitada tivesse quatro assinaturas a mais, retirar-se-iam as quatro e estaria resolvido. Vamos fazer um esforço e vamos retirar as quatro. Todavia, tem um número expressivo, uma maioria: aqui no Senado, quarenta e tantas; na Câmara, o dobro do necessário. E o Governo se expõe a sair por aí pedindo para retirar quatro assinaturas?

Então, pelo amor de Deus, será que as Lideranças não entendem? Se fosse para fazer, como já aconteceu, o Governo entraria, colocaria a máquina para funcionar, um rolo compressor e derrubaria a comissão. É horrível? É horrível. Mas, agora, fazer o negócio e conseguir que quatro saiam e a comissão continue é falta de equilíbrio; é falta de lógica.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não, Senador.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Simon, V. Ex^a me dá ensejo a fazer uma conjectura. Se o Governo consegue retirar, digamos, 50, 60 assinaturas, já temos aí provavelmente material para uma outra comissão parlamentar de inquérito: a comissão da retirada de assinaturas.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pior é que é verdade.

Estamos às vésperas de um acontecimento muito importante. Considero a decisão mais importante deste ano no Congresso Nacional. O Presidente do Senado tomou uma decisão triste, melancólica. Com a solicitação de uma comissão parlamentar de inquérito, os Líderes do PMDB, do PT e não sei mais quem não indicaram os nomes. E o Presidente do Senado, com a maior tranqüilidade, disse que também não indicava.

Estou nesta Casa – acho que sou o mais antigo, já fechando 24 anos – e cansei de ver criarem-se comissões parlamentares de inquérito, e onde uma bancada não indicava, o Presidente indicava. Baseado em que? Baseado numa lacuna que tem no nosso Regimento Interno, lacuna esta que ninguém nunca se preocupou em resolver porque foi sempre resolvida com a aplicação de um outro artigo do Regimento, que dispõe que as lacunas do Regimento do Senado serão resolvidas com a aplicação subsidiária do Regimento Comum, o Regimento do Congresso Nacional ou com o da Câmara dos Deputados. E o Regimento Interno do Congresso Nacional e o da Câmara dos Deputados dispõem que, se os líderes não indicarem, cabe ao Presidente indicar. Isso foi sempre assim. Só o Dr. José Sarney resolveu não fazer isto.

Então, nós e vários do PSDB e do PFL entramos com vários pedidos para uma decisão no Supremo. Nós e o ilustre jurista Werner Becker e sua esposa, na nossa exposição, fomos muito claros. Nós não entramos com pedido de liminar. Por que não? Para mostrar que esse assunto é tão sério que não estamos preocupados com aquela CPI. Estávamos preocupados com o fato de que aquela decisão do Presidente Sarney estava matando o instituto da CPI. O que aconteceu? Os Líderes da Bancada de apoio ao Governo não indicaram os nomes e, pura e simplesmente, soltaram uma nota. Meu Deus, queria eu poder pedir para retirá-la dos Anais, porque é a nota mais vexatória de que me lembro de ter visto. Os Líderes declararam que somente haverá CPI no Senado quando eles acharem que deve ter! O artigo da Constituição, que estabelece que a CPI é um direito das minorias, de que um terço dos membros podem convocar uma CPI, os Líderes rasgaram. E o Presidente do Senado botou no fogo o que sobrou.

Quando a Constituição dispõe que um terço dos membros pode convocar – vamos esclarecer –, ela não

quer dizer que o um terço vai convocar e decidir o que fazer, ou que a minoria vai condenar um determinado fato. É claro que não! Um terço convoca e instala a CPI. Ela funciona. Agora, o Governo tem a maioria. O Governo pode não convocar o fulano; o Governo pode fazer o que bem entende com a sua Bancada. Foi um dos votos mais bonitos que eu vi o Relator proferir até hoje. Foram três horas; mas três horas de conteúdo. O Relator não deixou pedra sobre pedra Dr. Sarney não deve ter dormido aquela noite, mostrando a importância e o significado da CPI; mostrando que não era uma questão de Regimento Interno.

E até aí, meu nobre Líder, somos competentes; nós todos, não entramos na questão do Regimento Interno, não falamos em Regimento Interno, dizendo que compete ao Presidente do Senado nomear baseado no Regimento Interno da Câmara e do Senado. Se fizéssemos isso, o Supremo iria dizer: é questão interna do Regimento Interno, não se toca. Não! Entramos com um artigo da Constituição que estabelece que compete a um terço, à minoria, criar; e há uma decisão do Presidente do Senado não criando. Logo, rasgando a Constituição. Então, o Presidente do Senado não cumpriu a Constituição e não o Regimento Interno. Foi isso que deu caldo. Um a zero com o relator; dois a zero; três a zero; quatro a zero. O ilustre Senador diz o seguinte: vim aqui para votar contra, mas o parecer do Procurador foi tão profundo e a análise do jurista Werner Becker foi de tanto conteúdo que peço vistas para analisar o meu voto, dando a entender com toda clareza que vai votar a favor.

Mas está passando o tempo, e eu pediria aos meus amigos, com muito respeito, a S. Ex^{as}, os Srs. Ministros do Supremo Tribunal Federal, que decidissem logo essa matéria. No meio dessa confusão que está aí, que essa matéria fosse decidida de uma vez por todas, porque ela é muito importante. Eu diria que essas CPIs que estão se constituindo são necessárias porque o Governo não tomou providências. Aquele caso grave do funcionário da Casa Civil, que apareceu na televisão – e apareceu de maneira clara, falando, contando o esquema de tudo o que estava acontecendo com o bingo. A única coisa que se poderia dizer é que tinha um revólver na sua sala e que o estava fazendo sob coação, mas não foi o que aconteceu.

O Governo disse que iria tomar providências, que a polícia iria agir. Vai fazer um ano, e que providência foi tomada? O Governo Lula poderia fazer isso.

Quando fui governador, saía uma denúncia no jornal, e eu mandava apurar. Na dúvida, afastava para ver o que estava acontecendo. Fiz isso mais de uma vez. E não precisava nem ir o deputado da Oposição para a tribuna. A imprensa publicava; se o fato parecia

de suspeição, eu afastava o funcionário, fazia a investigação, e ele voltava ou não.

O Governo passou um ano e não fez nada. Vi na televisão os vice-Líderes do PT. Tenho um carinho enorme por um deles, que apareceu dizendo que não precisava porque o Governo tomaria providências, e a polícia estava investigando. Com que autoridade eles dizem isso? Se lá naquela hora do Waldomiro, a polícia tivesse investigado, apurado e mostrado o inquérito, seria ótimo. O Governo está funcionando para quê? A comissão parlamentar de inquérito existe quando tem um fato que não está sendo investigado.

Tenho respeito e carinho pelo Lula. Mas quem está orientando o Governo Lula? Sei que, em termos de economia, é o Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco Central.

Tenho um projeto de lei tramitando há dois anos, dizendo que é um absurdo que o Conselho Monetário Nacional seja composto de três pessoas: o Ministro da Fazenda, o Ministro do Planejamento e o Presidente do Banco Central. Três que são duas, porque o Presidente do Banco Central é sujeito ao Ministro da Fazenda. Ontem, o Conselho da República se reuniu e reconheceu serem necessárias mais pessoas no Conselho.

Em matéria de economia, são o Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco Central. Mas, no restante, quem orienta o Governo? Com quem o Governo se cerca? A quem o Governo escuta? Até o Sarney, no governo dele, volta e meia, reunia-se lá no Amazonas; levava seu ministério para ficar dois dias discutindo os planos. O Plano Cruzado, primeiro deu certo; depois, deu errado, mas ele tentou fazer.

O Governo atual tem 35 ministros. Em primeiro lugar, 35 ministros não é ministério, é... Não sei que outro país do mundo tem um número tão grande de ministros; não sei. Quais são os conselheiros? Quem tem direito de opinar? Imagino que, antes de ter aumentado os juros, o Palocci deve ter falado: Presidente Lula, vamos aumentar mais uma vez os juros. A quem o Presidente Lula consulta para saber se está certo ou errado? O próprio Lula já deu uma declaração categórica à imprensa, com manchete, dizendo que reconhece que aumentar os juros não é a única fórmula que existe para terminar com a inflação. Ele já disse isso. A quem ele consultou?

Agora, nessa questão dos Correios, estão dizendo que o fulano de tal é amigo do Lula. Uma das coisas que me preocupa hoje, perdoe-me, Senador Arthur Virgílio, também me preocupava no Governo de Fernando Henrique. Dizia que convivi com Fernando Henrique a vida inteira e não sabia que ele tinha tanto amigo. É claro que a maioria dos amigos apareceu quando

ele se sentou na cadeira de Presidente. Aí os amigos aparecem, e com o Lula está sendo assim.

É o amigo tal, e o outro amigo, e aquele com quem ele passou as férias na praia. O Governo não é feito de amigos, e acho que a palavra amigo não deveria ser citada quando se fala no Presidente.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Nem parceiro.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Nem companheiro.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Presidente considera todos companheiros.

Hoje de manhã... – desculpe, mas não sou disso. Sou um homem franciscano, mas detesto carola. Geralmente, os carolas que conheço, eram uma coisa por dentro e outra por fora. Tenho muita restrição a isso. Mas há um texto do qual nunca me esqueço. O extraordinário Deputado Brito Velho, uma das pessoas mais dignas, mais honestas e mais fantásticas que conheci, quando me elegi governador, estava na missa ao meu lado e disse: “Esse texto não é para ti. O texto para ti é este aqui”. E me entregou este, que, casualmente, é o texto da missa de hoje. Vejam se não é para pedir para o Lula ler. Livro do Eclesiástico:

⁵Uma palavra amena multiplica os amigos e acalma os inimigos; uma língua afável multiplica as saudações. ⁶Sejam numerosos os que te saúdam, mas teus conselheiros, um entre mil. ⁷Se queres adquirir um amigo, adquire-o na provação [nas três vezes em que o Lula perdeu, e não na hora da vitória]; e não te apresses em confiar nele. ⁸Porque há amigo de ocasião, que não persevera no dia da aflição. ⁹Há amigo que passa para a inimidade, e que revela as desavenças para te envergonhar. ¹⁰Há amigo que é companheiro de mesa e que não persevera no dia da necessidade. ¹¹Quando fores bem-sucedido, ele será como teu igual e, sem cerimônia, dará ordens a teus criados. ¹²Mas, se fores humilhado, ele estará contra ti e se esconderá da tua presença. ¹³Afasta-te dos teus inimigos e toma cuidado com os amigos. ¹⁴Um amigo fiel é poderosa proteção: quem o encontrou, encontrou um tesouro. ¹⁵Ao amigo fiel não há nada que se compare, é um bem inestimável. ¹⁶Um amigo fiel é um bálsamo de vida; os que temem o Senhor vão encontrá-lo. ¹⁷Quem teme o Senhor, conduz bem a sua amizade: como ele é, tal será o seu amigo.”

Vejam que coisa fantástica. Que coisa fantástica para o Lula, Presidente da República, ler e pensar. Ele

está com a caneta, ele é o Presidente da República. Daqui a pouco, vem alguém e diz que quer ser embaixador em Cuba e vai ser embaixador em Cuba. Daqui a pouco, vem alguém e pede não-sei-quê, e está lá não-sei-quê. Não pode ser assim. Não pode ser.

Eu diria para o Lula hoje – juro pelos meus filhos... Se me perguntassem, na minha opinião, quem considero hoje o melhor amigo do Lula, eu diria o Procurador-Geral da República. O melhor amigo do Presidente da República, quem está ajudando mais o Presidente da República, quem está tentando salvar o Presidente da República é o Procurador-Geral da República. É esse. Na hora em que o PFL entrou com o mandado, que tinha conteúdo e lógica... Por que tinha conteúdo e lógica? O Presidente da República, em pronunciamento feito no Palácio do Governo, na frente de uma série de pessoas, disse que um importante homem do seu Governo, o Presidente do BNDES, informara que, lá no seu setor, foi investigar e verificou que houve corrupção muito grande nas privatizações. O Presidente da República perguntou-lhe se já havia falado para alguém sobre isso. Ele lhe respondeu: “Não, ainda não falei para ninguém. Estou falando para o senhor em primeiro lugar, Sr. Presidente”. E lhe disse: “Então, não fala para mais ninguém. Não quero tocar nesse assunto agora”.

O Nixon teve de renunciar. Quando descobriram a invasão e a gravação na sede do Partido Democrata, perguntaram se ele sabia de algo, e ele respondeu que não tinha tomado conhecimento, que não sabia de nada e que não tinha nada a ver com aquilo. Depois, verificaram que Nixon sabia. Pelo fato de ele saber, ele renunciou para não ser cassado.

O ato do Presidente é grave. Mas, cá entre nós, não passa pela nossa cabeça que o Lula queria abafar o assunto ou que fez o negócio de má-fé. Mas o fato era o fato. Se fosse outro Procurador, podia apresentar a denúncia, e haveria agora um inquérito que sei eu lá como terminaria. O que ele fez? Arquivou, porque achava que não somava para o Brasil. Ele entrou no espírito do Presidente e disse que não era a intenção do Presidente querer esconder ou encobrir, praticando um gesto de grandeza – não digo de amigo, pois um amigo não faria melhor.

Da mesma maneira que, quando manda dar 15 dias e depois denuncia o Ministro da Previdência...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Presidente do Banco Central e o Ministro da Previdência já tinham de ser demitidos. O Presidente Lula disse: “Não vou demitir ninguém pelo jornal, pela televisão. Vou ler jornais e vou demitir? Não faço isso”. Tudo bem, não

faz isso. Mas, na hora em que o Procurador-Geral da República denuncia e na hora em que o Ministro do Supremo Tribunal Federal aceita a denúncia, ele está sendo processado.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O que o Presidente está esperando? Que ele seja condenado? Então, quem vai demitir é o Supremo Tribunal Federal. Por amor de Deus! Já devia ter demitido. Amigo do Presidente Lula é o Procurador! E digo mais: quanta coisa não está acontecendo, quanta coisa pior não está acontecendo de medo do Procurador! Porque eles sabem que esse Procurador não é um “engaveteiro”, como foi Geraldo Brindeiro, que ele não deixa nada na gaveta. Se algo aparece, em jato ele denuncia.

Se o Presidente Lula não está tendo a coragem nem a força de demitir, de tomar posição, de mostrar que é a favor da ética, da moral e da dignidade e que não aceita as coisas erradas, quem está fazendo o papel do Presidente Lula, quem o está substituindo é o Procurador-Geral da República.

Muito Ministro, muito homem de autarquia, muita gente no Governo não faz coisa errada por medo do Procurador, porque sabe que, para o Procurador, não há ninguém, nem Chefe da Casa Civil nem nada. Se existe, ele denuncia. Por isso, o meu medo. A partir do dia 30 de junho, o que vai acontecer?

Volto a dizer o que disse ontem. Perdoe-me, Sr. Presidente, mas quero dizer apenas isto: o Procurador-Geral da República é franciscano. Quando São Francisco estava no fim da vida, reuniu o comando dos franciscanos, e o pessoal achou que ele os estava reunindo para dar as últimas orientações, como ele iria querer o enterro dele. E disse: eu os reuni, porque temos de reconhecer que fizemos muito pouco; temos muito a fazer, vamos ao trabalho. Levantou-se e saiu a trabalhar.

Ao franciscano que está lá na Procuradoria, que disse que não aceita ficar, eu digo: se Lula o convidar, ele é obrigado a aceitar, porque, como franciscano, ele não pode dizer “já terminei a minha missão, já fiz a minha parte”. Pelo bem da Nação, ele tem obrigação de aceitar.

Mas quero ver se, até o dia 30 de junho, o Lula vai ou não convidar o Procurador para ficar. É esse o desafio que tem. Pode até o Procurador não aceitar. Pode até depois dizer que ele que combine, que faça um convite meio frio com o Governo. Mas, como amigo do Lula, eu digo: convide! Convide, para não ficar na desmoralização de dizer “tirei esse” sem saber quem vem depois.

Só vou conceder o aparte ao Senador Mão Santa, Sr. Presidente, e termino.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Gostaria apenas de dizer que São Francisco está aí na tribuna, a reencarnação. E São Francisco disse: “Onde houver erro, que eu leve a verdade”. V. Ex^a trouxe a verdade da política brasileira.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

Que o Lula entenda seus amigos!

Encerro dizendo: eu me considero amigo do Lula, gosto do Lula, rezo pelo Lula, quero bem ao Lula. Penso que, se o Lula for mal, o Brasil vai terminar perdendo o direito de ter esperança, e isso não é bom. Por isso, o Presidente Lula tem a nossa torcida.

Obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 3º Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, do Piauí, do PMDB.

S. Ex^a dispõe de dez minutos, com a prorrogação de cinco minutos, se o desejar.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiros e brasileiras aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, Senador Arthur Virgílio, aqui ouvimos grandes oradores. Lembro-me de que Cícero disse: “Nunca fale depois de um grande orador”. E vamos falar depois do melhor orador. Mas não falo só da oratória: palavras, palavras e palavras, o exemplo, virtudes. Senadora Heloísa Helena, que lê aí os sermões do Padre Antonio Vieira, palavra sem exemplo é um tiro sem bala. O exemplo arrasta, o exemplo nos faz estar aqui nesta luta, o exemplo da luta de Pedro Simon.

Senador Pedro Simon, lá das Alagoas, grandeza de Estado, de história, a Senadora Heloísa Helena ouviu isto – e nós estamos para ouvir, Senador Alvaro Dias: “Não me deixem só”. Lembra, Senadora Heloísa Helena? Lá, o Collor, o Presidente das Alagoas, quando viu o negócio, disse assim. “Não me deixem só”. É o que Lula pode começar a dizer.

O PDT não é um partido qualquer não. Senador Pedro Simon, V. Ex^a disse: eu gosto do Lula. Eu não, eu gosto é da Adalgisa. Senadora Heloísa Helena, mulher, eu só tenho uma, mas partido a gente tem que ter um, não é? Então, eu tinha um bocado de amantes para

governar o Estado do Piauí. É o pluripartidarismo. E o PDT é uma amante perigosa de quem sempre gostei muito, com quem sempre convivi.

Brizola era aquela figura extraordinária. Brizola resume o Rio Grande do Sul, o gaúcho, a Farroupilha, os Lanceiros Negros, Bento Gonçalves, Getúlio, Goulart, Pedro Simon, Paulo Paim, Sérgio Zambiasi. E as mulheres? Lindas. Uma Miss Brasil foi de lá, não foi?

O PDT foi o primeiro que largou, com o Brizola vivo. “Não me deixem só”. Depois, foi o PPS, filho do PC, do Partidão, dos comunistas, Roberto Freire. E Ciro estava lá, quente, mas largou. Agora, o PV, a natureza... Como disse Sófocles, muitas são as maravilhas, mas a mais maravilhosa é o ser humano, homens e mulheres quando se unem para o amor, para perpetuar a espécie. Desse Partido da natureza, Gabeira foi o primeiro que disse que tinha um sonho, mas não era um sonho, era um pesadelo.

Zequinha Sarney é o Líder do PV. Vejam como as coisas estão acontecendo! Gilberto Gil está lá. “Não me deixem só!”

Agora vou contestar o meu mestre, Senador Pedro Simon. Não pensem que atingi aquilo que Leonardo da Vinci disse: “mau discípulo é o que suplanta o mestre”. De maneira nenhuma. Mas Pedro Simon disse, com aquele papo furado: “Lula é gente boa, o Lula é bom”. O Presidente não é gente boa, nem melhor nem mais simpático do que o Zezinho. Focalizem o Zezinho. Eu duvido, brasileiras e brasileiros! Olhem a simpatia, olhem a gentileza, olhem a educação, olhem a maneira de se portar! É gente boa. Eu não conheço melhor. Ele traz até coisas demais: oferece um cafezinho, traz até uns biscoitos escondidos, não é Heloísa Helena? A gente acaba engordando. O Zezinho é gente boa! Aliás, eu tenho outro que também é muito bom: o meu motorista, Marcos. Ô, cabra bom! Eu durmo e ele me leva. Eu tomo umas e, quando chego em casa: “Senador!”. Ô, gente boa!

Quem daria melhor Presidente da República: Zezinho, Marcos, meu grande motorista, ou Lula? Eu votei no Lula. Mas, hoje, sou muito mais o Zezinho e o Marcos.

V. Ex^a leu Dom Quixote de La Mancha. Aliás, falou para o Lula palavras do Eclesiastes. Pregador. Que coisa bonita! Mas eu queria ao menos que o Presidente ficasse na primeira linha da Bíblia, que diz: “Comerás o pão com o suor do teu rosto”. Ô, Lula, essa é uma mensagem de Deus aos governantes para propiciar trabalho. Só tem uma saída: o trabalho.

Por que é que ele está ali, Senador Pedro Simon? Porque ele disse: a primazia é do trabalho e do trabalhador. O trabalho e o trabalhador é que fazem a riqueza. E aqui a primazia no Brasil é do FMI, do BID,

do Bird, o Banco Mundial. São aqueles que a Senadora Heloisa Helena chamou de os gigolôs das panças enriquecidas pelo trabalho dos outros. Comerás o pão com o suor do teu rosto, Senador Alvaro Dias. Quando é que um banqueiro sua? Quando? *Donde?* como se diz em castelhano e em espanhol? Eu só sei de um lugar em que esses banqueiros suam: é quando fazem sauna, para emagrecer, num hotel. No mais, é ganhando dinheiro, desobedecendo as leis de Deus, de Rui Barbosa.

Então, está na hora de pensar esse negócio de que o Lula é bonzinho. Não, Senador Pedro Simon, V. Ex^a pode gostar dele; eu gosto mesmo é da Adalgisa e do povo. Sou mais o Zezinho. “Diga-me com quem andas e eu te direi quem és.” As más companhias do Lula estão aí. Um quadro vale por dez mil palavras.

E é generoso? Tenho as minhas dúvidas. Aprendi com a minha mãe, terceira franciscana – dei um livro para a Heloisa Helena –, que a caridade começa com os de casa. Olha, franciscano, irmão, eu disse que não deviam ter dado para os Senadores estes computadores *notebook*, deviam ter dado uma Bíblia para cada um. Está no Provérbio 22 que o valor, a integridade, a dignidade, o bom nome valem muito mais do que ouro e do que prata.

A Sr^a Heloisa Helena (P-SOL – AL) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eles não enxergam isso, Senadora Heloisa Helena. Eu votei, sonhei, trabalhei. Para facilitar ao Governo, disse ao Líder Mercadante, um rapaz bom, mais arejado – **errare humanum est** –, um rapaz que tem uma luz intelectual: se quer que o PMDB esteja presente no governo, vamos levar o nosso símbolo, o nosso nome maior, basta um, que simboliza tudo, porque este é o Partido que nasceu de Ulysses, de Teotônio, de Tancredo e de Juscelino, cassado aqui: Pedro Simon. E S. Ex^a concordou, para o bem da verdade, achou boa a idéia, mas o núcleo duro, não. Vetou o nome de Pedro Simon e aprovou os que estão aí. Essa é a verdade.

De verdade em verdade vos digo. E eu digo: trabalhador! Getúlio! Aqui, neste Congresso, um homem se levantou-se e disse: “Será mentira?”, quando diziam que tudo era mentira. Aí, Senador Pedro Simon, há 50 anos, em junho de 1954, inspirado, o grande orador Afonso Arinos – diziam que tudo era mentira, como o Duda Goebbels Mendonça, por meio da mídia, afirma que tudo o que dissemos é mentira – disse: será mentira a viúva, o órfão, o sangue, o finado major da Aeronáutica, o mar de lamas?

Não tem nada de mentira. V. Ex^a trouxe a verdade, como disse São Francisco: onde houver erro que eu leve a verdade. E V. Ex^a foi um franciscano aqui.

Concedo um aparte à Senadora Heloisa Helena.

A Sr^a Heloisa Helena (P-SOL – AL) – Senador Mão Santa, não vou entrar em alguns detalhes do pronunciamento de V. Ex^a, mas, como V. Ex^a se referiu ao Collor, embora ele tenha nascido no Rio de Janeiro, ficou muito conhecido nacionalmente como alagoano, e gostaria de fazer uma pequena observação para que fique registrada nos Anais da Casa. Não tenho nenhuma relação com ele, nunca o vi, mas é importante que seja dito que toda a tropa de choque do Collor, toda a podre, corrupta, cínica e dissimulada tropa de choque do Collor é hoje membro do Governo Lula. Então, é importante que seja dito que o Governo Lula continuou cedendo espaço para o parasitismo e para a privatização do espaço brasileiro a toda a tropa de choque do Collor – fora, evidentemente, os que já morreram. Dos que estão vivos, toda a tropa de choque de Collor é parte do Governo Lula. Ela é da base de bajulação do Governo Lula. Ela se apropria de cargos, prestígio e poder pelo Governo Lula. Portanto, o Presidente Lula, infelizmente, continua delegando à tropa de choque do Collor – a toda ela – espaço para continuar parasitando e privatizando o aparelho do Estado brasileiro.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu peço à Mesa Diretora que publique na íntegra as palavras de Heloisa Helena.

Mas Shakespeare dizia que não tem bom nem mal, é a interpretação. Collor permitiu uma CPI. Este Governo tem esse pecado maior. Eu acho que viu no que deu e está fugindo da CPI como o diabo da cruz. Essa é a verdade! Mas digo ao PMDB, ao MDB – e não vou falar no encantado do fundo do mar, Ulysses – que ouça a voz rouca das ruas. Ressuscitar Tancredo, Teotônio, Juscelino... Todos eles estão simbolizados ali, em Pedro Simon.

Ontem, a Fundação Ulysses Guimarães, por iniciativa do seu Presidente Moreira Franco, fez um recadastramento dos filiados, em solidariedade ao pré-candidato a Presidente, Garotinho.

Quero dizer que o PMDB está aí. E hoje, está bem dividido: uns estão atrelados ao PT, ao Governo; e outros, como nós, que entendemos que a democracia só é forte se tiver partidos fortes, estamos lutando para que não se assassine o PMDB, porque estaremos comprometendo a democracia, que não é do PT; é nossa. É do povo que foi às ruas, sofrido, e gritou: “Liberdade, igualdade e fraternidade!” Estamos nessa luta muito difícil.

No meu Piauí, penso que não existe jeito. Eles já se entregaram. Mas, há esperança de luta. “Piauí, terra querida, Filha do sol do Equador”. Na luta, o seu filho é o primeiro que chega. E ali chegamos para ex-

pulsar os portugueses do território nacional na batalha gloriosa de Jenipapo em Campo Maior.

Senador Arthur Virgílio, como disse Leonardo da Vinci, líder do Renascimento, mau discípulo é o que não suplanta o mestre. Eu vi, eu estudei o discurso de Arthur Virgílio, o pai, o cassado, o humilhado. Mas, como está escrito, os humilhados serão exaltados, e Arthur Virgílio pai é exaltado com a presença desse líder – tinha de ser amazônida, porque é muito grande – para simbolizar a grandeza de um homem público.

Concedo a V. Ex^a o aparte solicitado.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Quando V. Ex^a, Senador Mão Santa, cita de maneira sempre generosa o meu pai, o falecido Senador Arthur Virgílio Filho, recordo-me de um episódio dele que, certamente, interessará muito à lembrança do Senador Pedro Simon. Meu pai era Líder do PTB de João Goulart e percebeu que, da sua Bancada de Senadores, praticamente todos se dispunham a votar a legitimação de Castello Branco como delegado da Ditadura que se implantava à Presidência da República. Dois Senadores votaram contra a eleição de Castelo: um, que não tinha ligação alguma com Jango, Josaphat Marinho; e outro, meu pai, que tinha toda ligação com Jango, até por que era seu Líder – além de ser Líder do PTB era Líder do Governo no Senado Federal. Meu pai, de repente, viu-se em uma reunião de Deputados e Senadores da Bancada petebista, e notou que havia na Câmara uma forte resistência. Muitos queriam resistir ao golpe que se implantava e muitos já estavam dentro do golpe. Depois, na sessão do Senado, quando votou contra Castelo e renunciou à Liderança do PTB, ele disse que não poderia liderar o PTB porque era um líder sem liderados, na medida em que não havia mais liderados. Estava sozinho, portanto, passou a ser minoria. Ele se virou para determinado Deputado que dizia que a posição dele não estava sendo hábil e disse que sua posição poderia não estar sendo a mais hábil, mas seguramente era a mais moral. Disse, ainda, que João Goulart – cuja honestidade ele afiançava, avalizava – ficou com a fama de ter tido em seu Governo focos de corrupção e que, precisamente, as figuras que causaram esse prejuízo moral ao Governo dele eram aquelas que, como aquele Deputado, apressaram-se em aderir ao regime de força. Ou seja, aqueles que estavam resistindo pagariam todas as penas do Ato Institucional nº 1, mas não havia sido elas que criaram qualquer constrangimento moral para o Governo Goulart. As que criaram constrangimentos morais, acrescentou, com práticas de aproveitamento, de aparelhamento de institutos de previdência, aquela coisa toda, essas todas já estavam muito bem aninhadas no colo do novo regime. Meu pai disse, então, concluindo, que tudo que

ele esperava, até para que o regime durasse pouco, era que essas pessoas fossem bastante influentes no novo regime, porque, quanto mais influentes fossem, mais cedo desmoralizariam aquele regime que vinha para cassar a liberdade do Brasil. Ou seja, era algo incrível, que se aplicaria muito bem ao Presidente Lula neste momento. O Senador Simon falava dos amigos do Presidente. Nós, da Oposição, não somos amigos; cumprimos o dever de alertar. O Sr. Fonteles tem sido amigo, sim. A melhor forma de revelar a gratidão pela lembrança do nome dele é fazer o que está fazendo. A Oposição cumpre o seu dever. Em vez de se aninhar em cargos da Petrobras está aqui para apontar os defeitos do Governo, até porque perdeu a eleição para a Presidência da República. Vários de nós aqui temos as nossas razões – cada um no seu canto, cada um no seu segmento ideológico – para fazer Oposição, mas o fato é que o Presidente está se iludindo com figuras que hoje o endeusam, até porque ele tem a caneta. Amanhã, depois de causarem eles a dissolução moral desse Governo, em esse Governo perdendo a substância e a força e em saindo da Presidência o Presidente República execrado pelas urnas, essas figuras serão as primeiras a deixar o Presidente Lula e serão as primeiras a procurar aderir ao novo Governo. Ou seja, repete-se a história que meu pai, àquela época, visualizou. É bem verdade que meu pai foi cassado, passou por todos os percalços, e eles não. Mas há uma cassação grave, que é uma certa cassação da história. Alguns não dão importância a isso, mas há uma certa cassação moral, aquela história de poder ou não poder andar de cabeça erguida. Entendo que pessoas como V. Ex^a privilegiam muito o andar de cabeça erguida e, portanto, o fato de nunca serem cassados moralmente.

(Interrupção do som.)

Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Concluo, Sr. Presidente. Nada como a história recente para elucidar as dúvidas que se repetem, quem sabe, sob a forma de farsa ou de tragédia – espero que não de tragédia – a história recente deste País.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, queria dizer que seu pai está aprovado no livro de Deus, quando a sua presença confirma a todos nós que “árvore boa dá bons frutos”. V. Ex^a se apresenta para o Brasil.

Senadora Heloísa Helena, atentai bem para a nossa admiração. Entendo que para se fazer oposição é preciso ter coragem – Ulysses disse que, sem a coragem, acabam-se todas as virtudes – e vida limpa. Então, é isso que apresentamos.

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, conceda-me um minuto, aquele minuto em que Cristo fez o Pai Nosso e foi feliz. E que o Espírito Santo caia aqui.

Há casos mal resolvidos. Existe até uma música de amor que diz “amor mal resolvido”. E um caso mal resolvido é a situação dos vereadores. Senador Pedro Simon, ninguém que está vivo entende melhor a política do que V. Ex^a, mas quero lembrar Valéry Giscard d’Estaing, que ganhou as eleições da França depois de um belo governo de sete anos. No segundo turno, Senador Cristovam Buarque, François Mitterrand bateu na questão do desemprego – uma fórmula – e perdeu. Foram perguntar o que faria, e ele respondeu que seria vereador em sua cidade. Isso define a grandeza do vereador na democracia.

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente Senador Alvaro Dias, do Paraná, peça a sua generosidade.

O caso é mal resolvido. Foi um tumulto como agora, no caso de Alexandre de Moraes.

Depois de o Senado, Senadora Heloísa Helena, exaustivamente, com sensibilidade e responsabilidade administrativa, buscar um ínfimo aumento para o salário mínimo, a Câmara, liderada pelo núcleo duro, ajoelhou-se e tentou desmoralizar um trabalho sério do Senado, derrubando esse aumento de R\$15,00.

Nesse tumulto, não houve um estudo; houve, como Sancho Pança disse, confusão, insatisfação. O Executivo não faz obra; no Legislativo, não fazemos leis, e o Judiciário, que não julga bem, fez, da cabeça dele, essa lei.

Então, temos o dever de reestudar e de reavaliar a situação do vereador do Brasil, que é um caso mal resolvido.

Essas são as nossas palavras, com o agradecimento ao Estado do Paraná, tão bem aqui agigantado – não apenas representado – por V. Ex^a, pela generosidade.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a merece, Senador Mão Santa.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

S. Ex^a dispõe de 10 minutos. Se desejar, pode-se prorrogar o tempo por mais cinco minutos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Bom-dia, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores! Creio que nem precisarei dos dez minutos, Sr. Presidente, porque vim aqui apenas secundar um discurso proferido ontem pelo Senador Pedro Simon.

Eu vim secundar um apelo que o Senador Pedro Simon fez ontem e fazer uma proposta com base no seu discurso, Senador Pedro Simon, se V. Ex^a aceitar secundá-la.

Relembro que, ontem, o Senador Pedro Simon fez aqui um apelo a duas pessoas: um apelo ao Presidente da República e um outro ao Procurador-Geral da República, Cláudio Fonteles. Ao primeiro, ao Presidente, S. Ex^a fez um apelo para que convide o Procurador-Geral Cláudio Fonteles a continuar no cargo pelo próximo período; e, ao Procurador, um pedido para que S. Ex^a entenda que, neste momento da história do Brasil, mais generosidade do que sair e recusar um novo mandato seria S. Ex^a aceitar continuar no cargo, se for convidado.

Senador Pedro Simon, quero secundar esses dois apelos, explicá-los e fazer uma proposta. A explicação, para mim, é simples: em cada momento da vida pública, da política, precisamos de símbolos. São os símbolos que nos mantêm unidos – não é à toa que há bandeiras em todas as partes –, e há símbolos em torno das pessoas. Hoje, Cláudio Fonteles representa um símbolo; o símbolo de um Ministério Público independente, capaz de enfrentar com altivez todos os desafios dos problemas de ordem legal e moral que ocorrem no País. A sua substituição – eu me atreveria a dizer – por qualquer pessoa, pelo menos durante alguns meses, quebrará esse simbolismo da presença dele. Por isso, a saída dele neste momento da história do Brasil, de tantas desconfianças e de tanta impaciência do povo, não será um fato positivo para o Governo nem para a sociedade brasileira.

Senador Pedro Simon, em primeiro lugar, apóio os seus dois pedidos. Mas eu queria ir mais longe: eu queria que apresentássemos um apelo coletivo, assinado por todos os Senadores, dirigido, em primeiro lugar, ao Presidente da República e, em segundo lugar, ao Procurador-Geral da República, Cláudio Fonteles.

Assinamos CPI para investigar denúncias, Senador Mão Santa. Por que não fazemos uma carta solicitando a manutenção no cargo de uma figura que hoje simboliza a luta pela moralidade? Eu gostaria que o Senador Mão Santa, como Presidente desta Mesa, encontrasse os caminhos regimentais para tentar vencer todo o Senado, cada um dos Senadores, a assinarem um documento nesse sentido. Se assinamos tantos requerimentos de CPI para investigar casos, devemos também assinar uma carta no sentido de pedir ao Presidente da República que defenda a prorrogação do mandato de Cláudio Fonteles. Para isso, obviamente, é preciso que haja um sinal do próprio Procurador, virando a página em que S. Ex^a disse que queria um só

mandato e aceitando, diante de manifestações como esta que proponho aqui, continuar no cargo.

Passo a palavra ao Senador Pedro Simon para o seu aparte.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – É muito feliz e muito oportuna a sua manifestação. Creio que tem razão V. Ex^a. Fala um, falam dois, falam três; os discursos poderiam ter reflexo e poderiam ter resposta, mas não tiveram. Então, seria muito importante se essa idéia fosse transformada num documento, o qual os Senadores assinassem, endereçados, o primeiro, ao Presidente da República; e o segundo, ao Procurador-Geral, manifestando a nossa vontade. Tenho a convicção de que esse é um movimento positivo. Assinamos tantos requerimentos para CPI e tanto manifesto para protesto! Vamos fazer um manifesto positivo, vamos nos manifestar – como diz V. Ex^a, estou apenas referendando e concordando com as suas palavras –, colher as assinaturas e vamos fazê-las chegar à mão do Presidente e à mão do Procurador. Creio que ninguém melhor do que V. Ex^a para tomar a iniciativa de redigir o texto; e todos nós o assinaríamos e o levaríamos a cada um dos nossos colegas para que esse texto, segunda ou terça-feira, estivesse pronto. Penso que V. Ex^a pode levar adiante a sua feliz idéia e pode colocar no papel o texto. E nós todos, a partir de hoje, segunda ou terça-feira, haveremos de fazê-lo chegar, da melhor forma, às mãos do Presidente da República. Talvez até, não sei, conseguíssemos a chance de uma audiência com o Presidente para lhe entregarmos em mão este documento. É feliz a iniciativa de V. Ex^a, e creio que V. Ex^a deve levá-la adiante: colocá-la no papel, e colheremos as assinaturas em conjunto. Meus cumprimentos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Senador, aceito a sua sugestão e trarei um modelo dessa carta segunda-feira, com a condição de que V. Ex^a seja o primeiro a assiná-la, porque a idéia foi sua. Ouvi ontem no seu discurso.

Quis vir aqui deixar claro que esta é uma sugestão que visa contribuir para acalmar a impaciência que hoje existe diante do comportamento de nós todos, políticos, não apenas daqueles que estão em cargos no Governo.

Então, trarei essa minuta como uma contribuição para saber se isso é possível. Se for, creio que terá sido uma boa contribuição do Senado.

Concedo um aparte ao Senador Alvaro, que o pediu.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Cristovam, quero apenas apoiar a proposta de V. Ex^a e do Senador Pedro Simon; e creio que posso falar em nome de todo o PSDB – a presença nesta Casa do

Senador Arthur Virgílio me autoriza a isso. Realmente, essa atitude ocorreria em um momento de tanto achincalhe relativamente à postura ética do Governo, de tantas denúncias sobre cumplicidade com corrupção, de complacência excessiva! A proposta de recondução de um Procurador da República que marca a sua presença no exercício da função com tanta dignidade, com tanta honradez e competência, certamente significaria agregar alguns pontos a favor do Presidente e do seu Governo. Nós, da Oposição, nos somando a V. Ex^a, que é da Base de apoio ao Governo, defendemos essa iniciativa com o objetivo de contribuir para que o Governo possa melhorar a sua imagem. É um ganho a favor da boa imagem a permanência do Procurador Cláudio Fonteles. Queremos contribuir exatamente nos solidarizando a esta proposta, numa demonstração de que queremos o bem do Governo. Como disse o Senador Pedro Simon, queremos o bem do Presidente Lula, apenas não podemos ser cúmplices de atitudes que não se compatibilizam com as expectativas desta Nação. E, certamente, um convite formal ao Procurador-Geral da República para permanecer seria a compatibilização da vontade política do Presidente com uma aspiração nacional por moralização da atividade pública no País.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Senador Alvaro Dias, agradeço. Falo em meu nome pessoal apenas, mas V. Ex^a, pela Liderança, fala, de certa maneira, em nome da Oposição.

Penso, Senador Pedro Simon, Senadora Heloísa Helena, que seria uma bela chance de algo suprapartidário partir do Senado. Hoje, é tão difícil haver alguma coisa, suprapartidariamente feita, enfocando o interesse nacional, seja pelas discordâncias que temos, algumas profundas, outras superficiais, seja pelas nossas relações pessoais, que esse seria um belo gesto que o Brasil inteiro, a meu ver, admiraria e de que o País se beneficiaria.

Por isso, vou cumprir a sugestão que me fez o Senador Pedro Simon. Com o maior prazer, em algumas linhas, elaborarei uma minuta dessa carta e trarei para que, juntos, os que aqui estamos possamos formalizar esse documento para encaminhar ao Presidente da República e, obviamente também, porque sem isso não vai adiantar, ao próprio Dr. Cláudio Fonteles.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha para dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Alvaro Dias, 3º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador pelo Estado do Paraná, Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas fazer uma comunicação à Casa, aproveitando a presença do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Cristovam Buarque.

Hoje, o Presidente da República comunica, oficialmente, que Curitiba sediará duas conferências da ONU sobre biodiversidade e biossegurança, as quais acontecerão pela primeira vez no Brasil. A cidade de Curitiba receberá seis mil representantes de 196 países, e a expectativa é de que cerca de 80 Chefes de Estado participem das conferências.

Registro o fato com muita alegria, com muita satisfação, e solicito ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Cristovam Buarque, que, com a sua eficiência, possa contribuir para mobilizar todos os esforços a fim de que o Prefeito Beto Richa, de Curitiba, conte com o apoio logístico necessário para que o evento tenha a magnitude que realmente enseja.

Comunico esse fato relevante exatamente porque tive a satisfação de participar do empenho realizado para viabilizar a escolha de Curitiba, que concorreu com outras cinco cidades para sediar esse evento da ONU.

Portanto, manifesto a minha satisfação, com a certeza de que o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Cristovam Buarque, envidará todos os esforços para que o apoio logístico seja à altura desse evento.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, concedo a palavra, de acordo com o Regimento, ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo apenas dizer que, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, levarei a proposta àquele Colegiado. Tenho certeza de que ela será aprovada por unanimidade, da mesma maneira que apoiamos o Governo Federal no caso da Cúpula América do Sul – Países Árabes. Esse foi um evento suprapartidário, que contou, inclusive, com o respaldo dos Senadores Arthur Virgílio, a quem agradeço, José Jorge e Marco Maciel. O próprio Bloco de Oposição deu um apoio suprapartidário à realização dessa reunião.

Da mesma maneira, vamos apoiar a reunião das Nações Unidas nessa cidade tão simpática que é Curitiba.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa – PMDB – PI) – Concedo a palavra, como Líder, ao Senador Arthur Virgílio, do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a recente majoração da taxa básica de juros, ou seja, da Selic, é desnecessária, segundo análise de pelos menos metade do chamado mercado feita há três ou quatro meses. Essa foi a nona majoração consecutiva e terá reflexos no aumento da dívida pública, no crescimento econômico do País, na atividade industrial e na atividade comercial. Os reflexos danosos de cada aumento é percebido três, quatro, cinco ou seis meses depois.

Tudo isso nos leva a fazer uma meditação muito curta: olhando apenas a inflação de curto prazo e não vislumbrando a inflação de médio e de longo prazo, o Brasil, antes de ter a sua taxa Selic no patamar de 19,75%, antes, portanto, da última majoração, estava em primeiro lugar no *ranking* mundial das taxas básicas de juros, à altura de 19,5%. Agora, confirmou a sua primeira colocação com 19,75%.

A taxa média anual em 2005, antes da majoração, era de 18,9%. Agora, ultrapassa em alguma coisa os 19%.

Mais ainda, Sr. Presidente, e que interessa bastante: no *ranking* das taxas de juros reais, ou seja, quando se desconta da Selic a projeção da inflação para os próximos 12 meses, o Brasil estava em primeiro lugar, antes da majoração, com 13,3%. Após a majoração, está com alguma coisa perto de 13,5% de juros reais. Em segundo lugar vem a Turquia, que venceu recentemente uma crise sistêmica terrível, devastadora, com menos da metade dos juros reais praticados no Brasil: 6.6%. Em terceiro lugar, a Hungria, com 5.3%.

Chama a atenção o fato de que a Argentina, que tem dificuldades terríveis pela frente, pois não resolveu seus problemas, já pratica uma taxa de juros básicos de 3.2% e tem juros reais negativos.

Digo isso, Sr. Presidente, porque estamos percebendo uma excessiva ortodoxia do Copom, o Comitê de Política Monetária. Isso leva, primeiramente, a dar força a teses heterodoxas que terminam minimizando a importância do combate à inflação. Em segundo lugar, há efeitos práticos sobre empregos, projetos sociais e sobre o desenvolvimento da vida brasileira como um todo.

Não consigo entender essa dicotomia do Governo, que gasta mal, que gasta muito em diárias, em “aerolula”, que gasta muito em custeio da máquina, que reforma o gabinete do Ministro da Cultura a um custo

de R\$9 milhões e, ao mesmo tempo, tem essa atitude em relação aos juros, o que demonstra que alguma coisa de grave acontecerá nos próximos tempos, porque não dá para continuar desse jeito.

Senador Cristovam, uma pessoa que já teve responsabilidade pública e que tem muita consciência do que se passa pelos mercados chegou a me dizer: “Será que eles estão fazendo algo” – que neste momento eu até denuncio – “por excessiva ortodoxia” – e isso é grave, porque custa emprego, a falência de alguém, a vida de tantos – “ou será que estão fazendo isso numa jogada político-eleitoral, do tipo arrocha tudo agora e, a partir de um certo momento, rebaixa-se todos os meses 0,25% até o dia da eleição, mostrando, dando a entender que, após a reeleição do Presidente Lula, continuaria o rebaixamento dos juros.

A primeira hipótese é lamentável, porque a excessiva ortodoxia está atrapalhando um desempenho mais favorável da economia brasileira já neste ano e ameaçando complicar os indicadores para 2006. A segunda hipótese é monstruosa, porque, se o Copom é heterodoxo, eu não gostaria de vê-lo influenciado pela cabeça do nosso Goebbels, do nosso Duda Mendonça. Eu não gostaria de ter no Copom Duda Mendonça decidindo como se trabalha agora política de juros. Porque, se isso é verdade, é um novo escândalo. Se é verdade que pensam isso, é um novo escândalo. Ou seja, sacrificam a sociedade agora, de maneira brutal, feroz, para depois começar um processo de distensão para dar a sensação de que, em tendo um novo governo, aquilo ali continuaria a acontecer indefinidamente, até se chegar a patamares que seriam os desejáveis, os praticados por países com condições semelhantes ou até piores do que as do Brasil. A Venezuela, por exemplo, tem juros altíssimos, porém mais baixos do que os do Brasil, mas tem a questão do petróleo lá. Mas países com situação pior do que a do Brasil praticam juros bem diferentes dos nossos.

Eu queria trazer à Casa essa preocupação e essa meditação, porque se há um assunto que exige apuro técnico é esse. E, se tem brincadeira marqueteira aí, isso é de uma gravidade enorme, porque significa sacrificar pessoas, empresas e empregos agora, para depois dar a sensação de um afrouxamento que facilitaria a vida do candidato.

Então, eu diria neste momento “não” à excessiva ortodoxia do Copom e diria “não” com muita indignação a essa possibilidade monstruosa de estarem programando o arrocho agora, para depois reduzirem aquilo que aumentaram. Eles voltariam ao **status quo ante**, aos pouquinhos, dizendo: “Olhem, nós, agora, já estamos em condições de baixar”; eles que aumentaram sem ter a necessidade de fazê-lo. Se o Brasil tivesse

juros reais, Sr. Presidente – porque tem juros reais de 6,6% –, de 9%, não acredito que houvesse fuga de capitais. Se tivesse juros reais de 7,5%, não acredito que houvesse fuga de capitais. Se tivesse juros reais de 12%, não acredito houvesse fuga de capitais. Se tivesse juros reais de 11,7% ou algo em torno disso, não acredito que houvesse fuga de capitais, até porque há países que não estão vivendo o drama de fuga de capitais. Na Hungria, são 5,3% de juros reais. São juros elevados, até porque, se os compararmos com a taxa de juros da Índia, que está em torno de 0,6%, podemos verificar, então, que o juro real da Hungria – 5,3% – é um juro real atraente até para o capital ‘motel’, até para o capital que vai e volta, que passa uma noite e volta.

Então, ficam essas duas inquietações, Senador Cristovam Buarque, para nos alertarmos e não cairmos, enquanto Congresso, enquanto Nação, no que pode ser um excessivo radicalismo ou um lamentável golpe político.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Entendo que teremos um debate democrático e qualificado.

Portanto, concedo a palavra, pela ordem, ao único representante do PT para, com muito estoicismo, defender o seu Partido.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador, democrático. Qualificado, eu não posso dizer, porque aí seria uma pretensão. Agora, preocupado, sem dúvida. Lembro que nunca fui crítico da política econômica, porque eu não tenho outra para pôr no lugar. Isso eu faço desde o tempo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. O meu discurso não mudou nada de lá até aqui.

No que se refere à taxa de juros, Senador Arthur Virgílio, não tenho dúvida de que é estratosférica, exagerada. Mas não sei se ela é ou não necessária. Não sei. Não tenho dados suficientes. Agora, por que preocupado? Preocupado porque, de fato, estamos chegando a um ponto muito grave da credibilidade entre nós, políticos.

Por exemplo, o Senador Arthur Virgílio, com toda a responsabilidade de Senador, suscita uma hipótese em que eu não quero acreditar – mas, se S. Ex^a o faz, tem razões, pois não faria isso levemente –, a hipótese absurda de que se manipule a taxa de juros sob a forma política, seja para baixá-la perto da eleição, seja para fazer populismo de ter uma taxa baixa, voltando a inflação.

Agora, Senador Arthur Virgílio, o pior é que, ouvindo aqui o seu discurso, fiquei pensando. E se as pessoas acharem que o Senador Arthur Virgílio está

falando isso porque, quando as taxas baixarem, a Oposição vai poder dizer que baixou por razões eleitorais? É uma dúvida que começamos a generalizar. Dúvida em relação ao Governo manipular a taxa de juros e dúvida se o Senador Arthur Virgílio não estaria manipulando a manipulação da taxa de juros. Isso é prova de uma grande desconfiança mútua entre todos nós, que é real, não é irreal. Não é, em nenhuma hipótese, irreal. É algo real.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a, de acordo com o art. 14, já tem garantida a palavra, uma vez que foi citado. Vamos continuar com o debate democrático, qualifica e, agora, preocupado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – É absolutamente real, e concluo – e o real não é nenhum trocadilho. Agora, isso me leva a ter uma preocupação maior ainda do que com a taxa de juros. Refiro-me à taxa de credibilidade de todos nós: de nós, diante da opinião pública, e de nós, entre Parlamentares. Acho que essa taxa de credibilidade é que está tão baixa que a preocupação nossa é de elevá-la, ao mesmo tempo em que acho que deve ser uma preocupação baixar a taxa de juros responsabilmente, tanto do ponto de vista de que ela seja a menor possível para gerar emprego e a maior possível para não trazer de volta a inflação, como também que ela nunca seja instrumento de manipulação. Aliás, por essa razão, defendo – e sou talvez uma voz quase única no meu Partido – a autonomia do Banco Central. E o faço porque um Presidente da República tem direito de ter todas as tentações do mundo, menos duas: o que ele deixa ser impresso nos jornais e o quanto ele deixa ser impresso na Casa da Moeda.

Sou absolutamente responsável do ponto de vista fiscal, sempre fui, mas tenho medo de ser Presidente com o Banco Central na minha mão, porque vou explodir de dinheiro para colocar na educação. E, como quero uma boa educação com estabilidade monetária, não quero ter o poder de emissão de moeda, não quero ter o poder sobre a taxa de juros. Essas são decisões que têm de ser tomadas à luz da técnica. E não tenho outra forma a não ser acreditar que a decisão sobre a taxa de juros está sendo tomada corretamente. Mas me preocupa que haja razões para a preocupação do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, de acordo com art. 14 do Regimento Interno, ao Senador Arthur Virgílio, dando andamento ao debate democrático, qualificado e preocupado do Senado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Peço a palavra pela Liderança do P-SOL, Sr. Presidente, após o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, comungo em grande parte com o arrazado do Senador Cristovam Buarque. Tanto quanto S. Ex^a, também entendo que rebaixar os juros não é um gesto de vontade.

Percebemos muito voluntarismo em pessoas tanto próximas a V. Ex^a quanto próximas a mim próprio. Percebemos, inclusive nos empresários, quase que uma reação pavloviana. Aumentaram os juros e eles não querem saber se precisava ou não. Sempre dizem que não foi bom ter havido o aumento. Depois, se deu certo a política do Governo, dizem que o Governo está de parabéns. Se não deu, eles então estão com a razão. É aquela história da profecia auto-realizável, enfim, se ela tem duas vertentes.

Portanto, estou convencido de que o Brasil tem um drama que faz a taxa de juros básica ir caindo, caindo e, quando chega à altura de 13% – que foi o mínimo que vi nesses últimos dez anos, no mês de junho de 1997, se não me engano –, sobe.

Temos visto outro patamar: 16%, 17%. Vai descendo, descendo e chega a esse patamar; depois os governos não encontram mais condição técnica de continuar o rebaixamento. Isso se deve ao passado de moratória ou, quem sabe, à desconfiança que pesa sobre os títulos brasileiros, em função de uma porção de indicadores da nossa economia, mas também – V. Ex^a talvez concorde comigo – ao fato de que uma economia que, por qualquer razão e num certo círculo vicioso, precisa praticar juros altos necessariamente termina criando desconfiança sobre a capacidade de pagamento dos títulos – no caso, brasileiros – para quem está vindo de fora para dentro. Na medida em que sou obrigado a praticar juros altos, meu credor diz: cobro juros altos, porque ele tem dificuldade em pagar. Ao mesmo tempo, cobro juros altos desse pessoal e não sei se, cobrando juros altos e mais altos, um dia não vão chegar ao *default*, a não me pagar.

Preocupo-me, portanto, com o fato de que, na parca análise que posso fazer e na acurada análise que faz a minha assessoria, estamos, há alguns meses, registrando que o mais sensato não seria sequer o rebaixamento, mas a parada técnica, para se dar uma olhada no quadro; para se observar o comportamento da inflação, já que o grosso de seu incremento tem sido com base em preços administrados; para se olhar a inflação no atacado e no varejo. Trata-se de uma parada técnica, para vermos se a inflação explode. Se explodir, quem sabe virá o remédio de os juros se elevarem outra

vez. Se com a parada técnica a inflação se comportar do mesmo jeito, ficará provada a desnecessidade do aumento da taxa Selic. E o Copom, mês após mês, tem aumentado os juros – mês após mês!

Metade do mercado diz que o Governo não vai aumentar os juros; a outra, que vai aumentá-los. Mas estou convencido de que 100% dessas forças do chamado mercado não estão pedindo ao Governo para aumentar os juros; ao contrário, estão até preocupadas com o fato de ele os estar aumentando e criando essa situação que, **in extremis**, será de desconfiança sobre a capacidade do Brasil de pagar títulos, até porque quem trabalha com juros altos demais se expõe a uma condição de devedor, de dúvida cada vez maior.

Portanto, essa é a preocupação que trago. Sou a favor do Banco Central independente, tenho defendido isso na minha Bancada. E, na minha Bancada, não há grandes problemas. Quanto à outra parte que V. Ex^a trabalhou com muita inteligência – e, de fato, isso poderia acontecer –, o Senador Arthur Virgílio está, digamos, prevenindo, colocando uma vacina, deixando registrada sua palavra de que o Governo, se e quando começar a rebaixar a taxa básica de juros, terá trabalhado com leviandade os aumentos, para desqualificar os rebaixamentos da taxa de juros.

Tenho a impressão de que, se isso acontecesse, a minha importância seria nenhuma, a minha voz seria engolida pelo clima de otimismo. E, até se ficasse caracterizado que eu tivesse agido de má-fé nesse momento, isso não teria a menor importância no rol das coisas. O que importaria mesmo seria sabermos, primeiro, se o Governo estava obrando com justeza, ao aumentar as taxas de juros; segundo, se estava sendo demasiadamente rigoroso, mesmo sem a presença do FMI aqui, querendo ser o primeiro aluno da classe, aquele que fica na primeira carteira e ainda dedura os que estão fazendo alarido lá atrás. Isso é grave, porque é uma ortodoxia excessiva, que custa ao setor produtivo empregos e oportunidades e faz o Brasil jogar fora a janela de oportunidades aberta com essa conjuntura internacional, que há 30 anos não se revelava tão favorável, ou seja, com excesso de liquidez e, inclusive, com muito dinheiro drenado para as economias emergentes; com a economia da América do Norte crescendo, puxada pelos Estados Unidos; com a economia da Ásia crescendo, puxada pela China; com a economia da União Européia crescendo menos, mas crescendo; com a América Latina crescendo, e o Brasil também, embora menos.

Essa janela de oportunidades pode ter sido jogada fora, até por atitudes como essa. Não sou do tipo que fala para não aumentar juros de jeito nenhum. Penso que, se precisar, aumenta-se, joga-se com o

instrumento da austeridade monetária. Mas aumentar desnecessariamente, apenas para o Governo fazer crescer sua taxa de credibilidade perante os mercados, para dizer que é bambambã, que paga preços de impopularidade, mas faz o que tem de fazer? Essa imagem de xerife até já foi passada, no começo, pelo Ministro Antônio Palocci. Isso já deu a S. Ex^a credibilidade bastante, para ser recebido em todos os salões do sistema financeiro mundial.

Pergunto-me se não está havendo excesso de ortodoxia. Fui alertado para isso por uma figura de proa do sistema financeiro, que me disse que, como eu, não aumentaria os juros; que não faria isso neste momento, porque entende desnecessário; que teria dado uma parada técnica. Será que não há aí um certo populismo embutido? Será que não estão querendo, depois, baixar a taxa de juros aos pouquinhos, até para voltar ao patamar do qual não deveriam ter partido? Será que não é isso que está em jogo? Será que não é uma manobra eleitoreira?

Nos dois casos, a heterodoxia custa muito, social e economicamente, para o País, se excessiva. Por outro lado, o grave, Presidente Mão Santa e Senador Cristovam Buarque, é que, se é uma jogada eleitoreira, é algo de uma gravidade brutal, porque nos faz voltar ao patamar onde talvez tivéssemos de ter ficado, quem sabe, pelo apego ao realismo, mas dando a impressão de que esse conta-gotas sugeriria que, de dezembro deste ano a setembro do ano que vem, a taxa de juros seria reduzida todos os meses, e depois as pessoas votariam, dizendo que, em outubro, novembro, dezembro e janeiro, em todo o período de funcionamento do eventual segundo mandato, haveria rebaixamento da taxa de juros. E lá vem a desilusão, porque, ao chegar janeiro, havendo um problema qualquer, o Presidente aumentará a taxa de novo, mas não terá um terceiro mandato, para acenar para as pessoas sob a forma da renovação da esperança.

Então, tudo de que tenho medo é a excessiva ortodoxia do Copom e uma certa intromissão do *marketing* na feitura, na composição dessa política, que, ao meu ver, deve ser técnica, baseada em um Banco Central, tanto quanto percebe o Senador Cristovam Buarque, independente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Heloísa Helena, para participar deste debate democrático e qualificado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que me inscreva para falar pela Liderança da Minoria.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, vou falar pela Liderança do P-SOL, para não manipular o Regimento e entrar no debate, usando a palavra pela ordem.

Ontem, eu já tinha falado sobre a política econômica, mas acabei entrando no debate pela intervenção do Senador Cristovam Buarque, que respeito inteiramente, até porque S. Ex^a, como aqui disse, por ter dúvidas em relação a uma política econômica substitutiva à atualmente adotada – eu era militante do Partido no qual S. Ex^a ainda milita também –, sabe que esse sempre foi um debate histórico interno. Até testemunho que o Senador Cristovam Buarque sempre agiu exatamente dessa forma.

Por que entro no debate? Eu dizia ontem, Senador Cristovam Buarque, que, se eu tivesse sido Líder do PT no Senado e Líder da Oposição ao Governo Fernando Henrique por bravata, demagogia eleitoralista ou vigarice política, eu ficaria muito tranqüila diante do debate da política econômica e das contradições éticas do Governo. Entretanto, eu o fui por concepção programática e não apenas ideológica, por compreender que existe outro tipo de modelo de política econômica possível, que não necessariamente significa o aprofundamento do projeto neoliberal, a desestruturação dos parques produtivos e do aparelho de Estado. Existem outros modelos, que recentemente vêm sendo adotados, em vez da legitimação da verborragia da patifaria neoliberal, que significa a desestruturação do aparelho do Estado, ou pela diminuição de gastos públicos, ou pela privatização e alargamento da riqueza nacional para o capital financeiro. Outros países vêm fazendo isso. Não é à toa que o próprio Fundo Monetário Internacional, em documentos apresentados apenas pelos técnicos, mas que não representam a posição do Fundo, já demonstrou que os países que mais cresceram economicamente e promoveram mais investimentos nas políticas públicas, incluindo as políticas sociais, foram aqueles que não se submeteram a esse comprometimento cada vez maior do orçamento público para jogar na lama da especulação.

Outros países fizeram isso recentemente. Além de alongar o perfil da dívida pública interna, repacturaram a dívida pública e diminuíram a política de juros, porque, como já foi dito aqui, ao aumentar a dívida

pública, aumenta o comprometimento das receitas líquidas não apenas do Governo Federal, mas dos Governos Municipais e dos Governos Estaduais para pagar os juros dos serviços da dívida, a questão do controle de capitais – e aí sou contra a autonomia do Banco Central.

Então, entendo que existe um outro tipo de modelo econômico, que vai, inclusive, da diminuição da política de juros, que significa não apenas a diminuição do montante da dívida, porque, quando aumenta a dívida pública, significa que alguém paga. E quem paga? Quando aumenta a carga tributária, o setor empresarial vem aqui fazer pressão. Muitas vezes não vai nem pelo aumento da carga tributária, vai pelo repasse para o preço das mercadorias ou pelo desemprego, porque esse aumento da política de juros não tem significado um freio da inflação. Talvez até pelo descrédito do setor produtivo isso já significa repassar aos preços antecipadamente aquilo que acaba sendo repassado com o aumento da política de juros, porque, quando aumentam os juros, significa que os insumos para o preço da mercadoria acabam aumentando também; e, quando aumenta, ou ele repassa ao preço da mercadoria, ou ele desemprega para manter a faixa de lucro, e aí vira uma roda extremamente danosa para a grande maioria da população. E essa política econômica é a continuidade da política econômica do Governo Fernando Henrique.

Alguém poderá dizer: mas o aumento da inflação dar-se-á também pelo aumento das taxas, que poderiam ser administradas pelo Governo nas tarifas públicas. Por que o Governo não rompe, unilateralmente, com uma ordem jurídica vigente? Em função da manutenção dos contratos, em nome do equilíbrio econômico e financeiro, onde prestadores de serviços, que acabam viabilizando aumento das tarifas públicas, têm um contrato que foi firmado ainda no processo de privatização e que o atual Governo podia, como manda a lei, em nome do interesse público, romper unilateralmente para que não houvesse essa banga geral.

Entendo que é absolutamente possível outro tipo de política econômica. Agora, jogar na lama da especulação mais da metade da riqueza nacional, isso é uma infâmia! Sou absolutamente favorável à responsabilidade fiscal, à gestão responsável do Orçamento público, e a responsabilidade fiscal não pode ser vista como o que está acontecendo. O que existe é uma grande irresponsabilidade fiscal. Porque, quando você privilegia a utilização da arrecadação pública, do Orçamento

público, da riqueza nacional para encher a pança dos banqueiros e minimiza todo o impacto do aparelho do Estado em relação ao setor público, isso é que é uma infâmia. Irresponsabilidade fiscal é encher a pança dos banqueiros e não ter dinheiro para a saúde, para a educação, para a segurança pública, para a moradia, para investimentos em infra-estrutura, para aquilo que é da essência do aparelho de Estado.

E para quem é que sobra efetivamente?

O superávit e a política de juros, independentemente de qualquer manipulação política que possa estar havendo, que o Senador Arthur Virgílio aqui levantou, essa política de aumento de juros, a construção do superávit às custas do contingenciamento, da contenção, da não execução orçamentária promovem crimes que jamais serão superados na vida de uma pessoa. Porque, quando a pessoa não tem emprego, vai para a marginalidade; quando não tem educação, não tem saúde, as marcas que a ausência do aparelho de Estado, das políticas públicas e das políticas sociais deixam na alma, na vida, no corpo e na dignidade da pessoa não são reconstruídas quando o Governo resolve diminuir o superávit, diminuir a política de juros ou fazer a liberação do Orçamento. Não são reconstruídas. Portanto, é um crime contra a humanidade quando se estabelece um tipo de política econômica simplesmente refém dos interesses do capital financeiro, desses senhores parasitas sem pátria, que não se sensibilizam com a dor, a miséria e o sofrimento da grande maioria do povo brasileiro.

Acabei fazendo uma intervenção, Sr. Presidente, só para dizer que tenho absoluta convicção, não da verdade absoluta, porque ninguém tem, mas me sentiria muito mais tranqüila se eu não acreditasse que é possível um outro tipo de política econômica, que vai desde a redução da taxa de juros, do aumento dos gastos públicos para aquilo que dinamiza a economia, gera emprego, gera renda, fortalece a vida e a dignidade das pessoas mais pobres, o controle de capitais, tudo aquilo que ao longo da história apresentávamos – alguns, como verdade absoluta, para contraditar e fazer a oposição veemente ao Governo Fernando Henrique, por bravata, vigarice política e demagogia eleitoralista; outros, por convicção, inclusive, dentro do próprio PT, como o Senador Cristovam. Várias vezes esse debate foi feito nos fóruns partidários.

Então, sinto-me muito mais triste, num misto de tristeza e indignação porque, embora não sejamos nenhum de nós donos da verdade absoluta, não

entendo o pensamento único, o aprofundamento do projeto neoliberal e essa política econômica como a única alternativa possível para viabilizar os rumos e o desenvolvimento econômico de um país.

Portanto, Sr. Presidente, deixo registrada a nossa opinião também.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedemos a palavra, pela Liderança da Minoria, ao Senador do Paraná Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, atendo um apelo de V. Ex^a e participo deste debate até aqui qualificado – espero, evidentemente, não reduzir essa qualificação com minha modesta participação – para, sobretudo, ressaltar a preocupação do Senador Arthur Virgílio, Líder do meu Partido. Tem sentido a preocupação de S. Ex^a, de natureza político-eleitoral, embora seja uma suposição, mas uma suposição com fundadas razões, que, esperamos, seja desmentida pelo tempo.

No entanto, as preocupações do Senador Arthur Virgílio são mais significativas quando de natureza econômica e social, porque a elevação das taxas de juros impacta fortemente a dívida pública do País, avolumando-a de forma significativa.

É possível que pensem: mas 0,5% de elevação da taxa de juros não significa grande coisa, grande impacto! Ledo engano, pois 0,5% – o Senador Cristovam Buarque sabe disto – significa um aumento de dívida pública da ordem de R\$5 bilhões por ano. É claro que é uma conseqüência devastadora para a economia do País a elevação extremamente perniciosa da dívida pública a cada ato do Copom aumentando o percentual da taxa Selic.

Isso provoca outra comemoração indevida do Governo: o aumento do fluxo de capital externo. Há uma injeção de dólar no País. Essa é a razão da valorização do real em relação ao dólar, ou da queda do dólar em relação ao real, nessa mobilidade cambial. Esse ingresso de dólares no País não implica investimentos produtivos, geradores de emprego e de renda, mas, sim, um embalo na especulação financeira, estabelecendo uma rotatividade já conhecida. São recursos que ingressam e que voltam, não contribuem para o aquecimento da economia. Ou seja, não fazem com que a roda da economia gire com maior força e velocidade, promovendo desenvolvimento.

Portanto, é uma comemoração ilusória sob o ponto de vista do crescimento econômico.

A outra comemoração que se ouve é relativamente ao fato de o Governo ter abandonado o FMI. O Governo desatrelou o País do Fundo Monetário Internacional. Na verdade, em matéria de atrelamento às políticas originadas em Washington, o Governo avançou, porque instituiu o seu próprio fundo monetário internacional. Aqui há um FMI doméstico, porque a política econômica adotada não é outra; é aquela imposta pelo Fundo Monetário Internacional.

Tanto se combateu a política do governo passado. Dentro do próprio PSDB, havia esse combate. O Partido estava dividido. Uma corrente do PSDB, liderada inclusive por José Serra, hoje Prefeito de São Paulo, pretendia a retomada do crescimento econômico, uma alteração no conceito de política econômica – aliás, definida pelo PT à época como neoliberal, devastadora para os interesses sociais do País.

Havia, portanto, já a conclusão de que a primeira etapa estava vencida, e o Governo deveria partir para uma outra etapa: a segunda e mais importante etapa do projeto, que seria a retomada do desenvolvimento econômico. Exatamente esta foi a proposta do candidato Lula durante a campanha eleitoral: uma política desenvolvimentista, mudando totalmente a rota da política até então exercitada pelo Governo Fernando Henrique Cardoso.

A promessa não está sendo cumprida, e, ao contrário, permanece a mesma política, já considerada superada. O candidato Serra já anunciava a mudança e dizia que, caso eleito, a política econômica seria desenvolvimentista, porque aquela política de contenção e de ajuste fiscal já havia cumprido a sua tarefa, a da estabilização da economia. Portanto, na contramão da promessa da campanha, o Governo Lula adota, com muito mais rigor, a mesma política econômica de antes, que tem inspiração, sim, em Washington.

Portanto, é balela afirmar que o Governo Lula rompeu com o Fundo Monetário Internacional. Foi um aluno tão disciplinado e obediente que superou o mestre e instituiu aqui uma espécie de fundo monetário internacional brasileiro, mais rigoroso do que aquele com sede em Washington.

A elevação das taxas de juros explica cabalmente nossa afirmativa.

Outra comemoração indevida da parte do Governo diz respeito ao crescimento econômico. Não sei por que cargas d'água o Governo comemorou tanto o índice de 5,2% de crescimento econômico no ano passado. Na verdade, temos que dividi-lo por dois: crescimento

zero, em 2003; crescimento de 5,2% em 2004, média de crescimento ao redor de 2,5% – um crescimento pífio, um crescimento medíocre, incapaz de atender às expectativas sociais do povo brasileiro, na contramão, portanto, das promessas da campanha eleitoral.

Se compararmos com os países emergentes, ficamos muito distanciados. Se compararmos com a média do crescimento da economia mundial, ficaremos também distanciados, porque este crescimento no ano passado foi de 7,2%. Se compararmos com os nossos irmãos da América Latina, ficaremos também muito distantes. A Argentina cresceu 10% em um ano, 9% no outro, somando 19% de crescimento contra 5,2% do Brasil. Não nos podemos conformar.

A propaganda do crescimento econômico pelo Governo brasileiro é, portanto, uma propaganda enganosa, até porque nem mesmo esse pífio crescimento se deve ao Governo brasileiro ou à sua política econômica. É um crescimento vegetativo que vem na esteira do bom momento da economia mundial. Aliás, o Governo brasileiro desperdiça oportunidades preciosas de crescimento. Não podemos comparar o crescimento neste momento da economia mundial com o crescimento que o País obtinha antes, quando vivíamos um cenário internacional diferente, com crescimento econômico muito aquém daquele que se verificou nos últimos dois anos.

O superávit primário que alcança o Governo brasileiro é recorde porque a arrecadação é recorde. É uma arrecadação à custa do sacrifício nacional, Senador Cristovam Buarque. É uma arrecadação devida a uma carga tributária escorchante, que se elevou significativamente no Governo Lula, na contramão também dos compromissos assumidos durante a campanha, depois da campanha, pela imprensa e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, pelo Ministro Antonio Palocci. Enfim, em inúmeras oportunidades, reiterou-se o compromisso de que, no Governo Lula, não haveria o incremento da carga tributária, e nós já estamos ao redor – embora as estatísticas sejam sempre inconfiáveis, essas são mais confiáveis porque muito mais alcançáveis pelos instrumentos de que dispõem os órgãos públicos para aferição – de 38% do PIB de carga tributária no Brasil. Sem dúvida, é muito maior do que a média da carga tributária mundial, uma das maiores do mundo.

Há uma diferença – como bem salientou a Senadora Heloísa Helena: como o Governo aplica muito mal essa arrecadação, nós nos empobrecemos. A crise

social se avoluma, os bolsões de miséria aumentam, a saúde pública é uma lástima, a educação sofre retrocessos. O Governo alcançaria um superávit primário ainda superior se soubesse aplicar, com competência, o que arrecada. Não aplica com competência porque desperdiça e gasta com custeio mais do que deveria gastar. E não aplica com competência porque investe mal. Os investimentos produtivos ficam muito aquém das possibilidades orçamentárias. Aliás, a execução orçamentária é uma lástima também no Governo Lula.

Portanto, para concluir, Sr. Presidente, porque realmente prefiro manter o debate qualificado, e sei que o Senador Cristovam Buarque ainda falará, gostaria de dizer que esses compromissos desrespeitados pelo Governo Lula não podem ser esquecidos. Eles não são esquecidos pela Oposição, mas certamente não são também esquecidos pelos eleitores do País.

Apontei aqui quatro itens da propaganda enganosa do Governo: a comemoração do superávit primário; o afluxo de capital externo no nosso País, como decorrência das altas taxas de juros; a instituição de um FMI doméstico; e a comemoração abusada e desautorizada do crescimento econômico, porque é um crescimento econômico, comparativamente aos demais países, medíocre, que significa muito mais o desperdício de oportunidades de um país que tem potencialidades extraordinárias para crescer muito mais do que vem crescendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, do PT.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sem querer abusar do tempo porque já estamos a esta hora aqui, não posso deixar de continuar um debate que, a meu ver, é agradável e, eu diria, rico, quando vimos os debates desta semana inteira no Senado.

Quero, em primeiro lugar, dizer que posso estar completamente errado, mas não estou incoerente. Agradeço à Senadora Heloísa Helena por ter lembrado isso. Em 1998, escandalizei o meu Partido ao defender que, se eleito, o Lula deveria manter o Malan por 100 dias. Hoje, digo que, se por acaso, Deus nos livre, o Presidente Lula perder, o próximo Presidente precisa manter o Palocci por 100 dias pelo menos. E vou dizer que isso é uma reflexão que me põe à esquerda da Senadora Heloísa Helena. Sabe por que,

Senadora? Porque a minha crítica ao Governo Lula hoje, do meu Partido, é que mesmo com essa política econômica poderíamos ter uma política educacional melhor, porque temos orçamento. Se quisermos tocar em privilégios, temos os recursos. Veja bem. Para fazer a revolução educacional, que venho defendendo sob o nome de Federalização da Educação Básica, precisamos de R\$7 bilhões. O Orçamento tem 700. Ainda que tivéssemos a parte que vai para pagar a dívida por não ter condições, supondo, de renegociar, só há dinheiro para isso.

A verdade é que defendemos aqui a diminuição da taxa de juros, que não vamos conseguir, porque não depende do Senado, e não discutimos a política orçamentária. Hoje, revolução se faz na política orçamentária. A *sierra maestra*, hoje, é a Comissão de Orçamento e não estamos botando roupa de guerrilheiro para tomar aquela Comissão de Orçamento. É ali onde dizemos para onde vai a riqueza do setor público, que, neste País, já é elevadíssima pela imensa carga fiscal existente.

Quero lembrar que a África do Sul teve um presidente revolucionário, o Presidente Mandela, que não mexeu na política econômica. O Presidente Mandela manteve a política econômica dos brancos porque não tinha outra, mas fez a revolução. A revolução da África do Sul foi uma revolução legal: negros e brancos passaram a poder andar na mesma calçada.

Penso que, hoje, a revolução brasileira seria pobres e ricos entrarem na mesma escola. E isso é possível com R\$7 bilhões, que este Senado talvez não se debruce para alocar.

Li que, dentro de mais algumas semanas, vai chegar aqui o Fundep, que vai alocar R\$1 bilhão, no outro ano R\$2 bilhões, R\$3 bilhões e R\$4 bilhões. Devíamos pedir desculpas por isso e não comemorar, já disse ao Ministro Tarso Genro uma vez. Temos que pedir desculpas – R\$154 bilhões, que é o gasto atual em Educação Básica, nos ombros dos Estados e Municípios – por colocarmos mais R\$1 bilhão, o que não dá para nada.

Mas penso, Senador, que mesmo com essa política econômica, mesmo com os banqueiros americanos aqui, teríamos dinheiro para fazer a revolução.

Outro ponto, concentrar o debate na economia, de certa forma, é ficar preso ao que dizia o Ministro Delfim Neto, que vamos ter que crescer para depois distribuir. Hoje, dá para distribuir mesmo sem crescer. No Haiti não dá, mas no Brasil, sim. Já tem o que dis-

tribuir neste País. Para mim, distribuir não é pela renda, mas pelo acesso aos serviços.

Por isso que tivemos a discordância no salário mínimo. Volto a insistir que o aumento que se pode ao salário mínimo é pequeno para dar um efeito, mas uma boa escola para os filhos, acabar a fila nos hospitais, colocar água e esgoto em todas as casas, isso é possível, e isso custaria no Brasil em torno de R\$40 bilhões, um programa de erradicação da pobreza em 10, 15 anos. E R\$40 bilhões é possível, mas se não for, aí sim traremos a diminuição do superávit fiscal. Mas ao invés de começar a reduzir o superávit fiscal, que pode terminar servindo para comprar mais aviões, para justificar armas, aumento de salário nosso, prefiro que não baixe o superávit. Se vai reduzir o superávit para ir para os mesmos que há 500 anos ganham renda neste País, inclusive nós, porque fazemos parte dessa minoria, para mim tanto faz deixar o superávit ou não. No entanto, se são necessários R\$40 bilhões para erradicar a pobreza e o único lugar para se tirar é do superávit, aí vou ser aliado na briga para diminuir o superávit. Mas, invertendo a ordem da justificativa, não é diminuir o superávit porque é grande, mas diminuir o superávit porque ele não permite atender às necessidades dos pobres.

Para concluir, quero dizer que, hoje, o neoliberalismo deixou uma brecha muito pequena para aqueles que querem mudar a realidade. E considero que é a brecha do social, especialmente da educação, no resto estamos amarrados. Por exemplo, rompimento unilateral, hoje, Senadora, é uma temeridade, a não ser quando não tem mais jeito, como é o caso da Argentina, que não fez uma ruptura unilateral, a Argentina fez uma ruptura social, interna e econômica muito grave, pois não tinha como pagar e disse: não vamos pagar mais. No caso do Brasil, isso traria consequências muitos graves.

Mas, insisto, se quisermos nos debruçar no Orçamento, que vai chegar aqui em breve, prontinho, para aprovarmos, sem nem saber o que se está aprovando, como foi no ano passado, com seriedade, com lupa e olhos do povo, com um pé na aritmética e o outro na utopia, há recursos, sim, para dar um grande salto social no Brasil. Esta é minha maior crítica ao Governo Lula: não estar dando esse salto social, mesmo com uma economia que já o permite.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena,

para encerrar o debate qualificado, democrático e preocupado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a fala do Senador Cristovam Buarque, para qualquer pessoa de bom senso, independente de convicções ideológicas ou filiação partidária, aumenta, apenas contribui para caracterizar o Governo como o pior.

Se o problema não é de inserção do Brasil no mundo globalizado, refém dos interesses comerciais das grandes nações ou dos interesses dos gigolôs do Fundo Monetário Internacional. Se o problema não é esse, então é um problema mais grave ainda, porque, mesmo com o que está previsto no Orçamento, mesmo que estejamos todos nós, como sempre estivemos – alguns poucos de nós, é verdade –, como guerrilheiros, na Comissão de Orçamento, para alocar mais recursos para a área de políticas públicas e de políticas sociais, ainda assim o Governo não libera o recurso. E pior ainda, porque o atual Governo repete o Governo anterior e monta um verdadeiro balcão de negócios sujos para liberar recursos, não conforme a necessidade, a dor e o problema do povo, mas conforme as conveniências políticas de quem vota aqui, sendo ou não da base de bajulação do Governo. O problema é pior ainda – claro que continuo...

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – Por isso que eu disse que estou à esquerda da Senadora, porque é mais grave do que a crítica da Senadora, que se concentra muito na economia. Minha crítica é mais profunda. Mesmo com essa economia daria para fazer coisas que o Governo não está fazendo.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas é porque mexer na política econômica é mexer no coração do sistema. Não é algo simples mais da metade da riqueza nacional ir para meia dúzia, Senador Cristovam. Isso também é mexer na área social, é mexer na distribuição de renda, na distribuição de riqueza. Não é justo que, nesses últimos três anos, o Brasil tenha entregado mais dois novos bilionários. E não é justo porque essa política econômica de concentração de renda viabiliza que 0,005% das famílias nacionais concentre 40% da renda. Então, quando dizemos mexer na política econômica, não é na velha ótica de crescer para distribuir, não tem nada a ver, é distribuir para crescer. E distribuir significa também dinamizar a economia local, gerar emprego, gerar renda, distribuir também pelo acesso às políticas públicas, às políticas sociais,

quer seja na educação, quer seja na reforma agrária, quer seja na reforma urbana, quer seja na saúde, em toda área de política social. Isso é essencial. É mexer na política econômica também.

É evidente que a crítica feita e absolutamente justa é a que se faz não apenas pela definição das prioridades sociais no Orçamento, mas pela omissão e cumplicidade vexatória e vergonhosa, especialmente nossa, do Congresso Nacional, em não fiscalizar o Executivo. Fazemos de conta que aprovamos o Orçamento, primeiro, porque não aprovamos, mas garimpamos recursos. Quando queremos alocar recursos para educação infantil ou para creches, tiramos de outro lugar porque há um percentual intocável para pagar juros e serviços da dívida. Vamos garimpar recursos e tiramos da Aeronáutica, do Gabinete Civil, de não sei onde. Não fazemos orçamento público, mas uma verdadeira garimpagem orçamentária, porque não existe, infelizmente, uma definição desta Casa para tratar o orçamento da forma como deveria ser tratado, à luz do interesse social e das políticas públicas de uma forma em geral.

A crítica é absolutamente conseqüente, e V. Ex^a tem razão. Infelizmente, a nossa omissão e a nossa cumplicidade permitem que o Governo não cumpra ao menos o que foi colocado no Orçamento. Em todas as áreas ocorre isso.

Tem razão V. Ex^a quando alude ao Fundeb, que está sendo alardeado, cantado em verso e prosa, como se fosse um instrumento de viabilização. Esse tipo de recurso criou uma polêmica dentro das áreas da educação, que estão brigando entre si por um percentual maior desse pouco dinheiro. A educação fundamental não quer perder, a educação infantil quer ter uma parte, assim como o ensino médio, o ensino profissionalizante e o ensino de jovens e adultos. Ao invés de discutir o Orçamento ou o Fundo da Educação Básica, todos passam a uma nova disputa em relação à migalha estabelecida pelo Governo para o Fundeb.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de comunicar a V. Ex^a que encaminhei, por escrito, o requerimento que propõe a anulação da votação relativa à indicação do nome do Dr. Alexandre de Moraes para o Conselho Nacional de Justiça, em função das irregularidades apontadas.

Eu gostaria apenas de concluir o debate qualificado, como V. Ex^a o definiu, travado aqui hoje, aproveitando a palavra “credibilidade”, presente no discurso do Senador Cristovam Buarque, e propondo ao Governo substituir, para combater a inflação, a elevação de taxas de juros por credibilidade.

Credibilidade combate inflação. Governo com credibilidade contém o processo inflacionário com segurança. De outra parte, governo que admite a corrupção como regra e que é complacente, conivente com a corrupção e cúmplice dela perde credibilidade. Sem credibilidade, nenhum projeto, nenhum programa, nenhuma meta de governo podem ser alcançados. Somente com credibilidade, um governo tem adesão popular para suas iniciativas. O combate à inflação, sobretudo, exige credibilidade. Certamente, o resultado seria muito mais significativo do que a elevação da taxa básica de juros.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os Srs. Senadores Teotônio Vilela Filho, Almeida Lima, Sérgio Guerra, Reginaldo Duarte, Flexa Ribeiro, Paulo Paim e Arthur Virgílio enviaram discurso à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210, ambos do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado Fundo do Poço, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 8 de maio do corrente, na sua editoria “Opinião”.

O texto mostra como o Governo é incompetente na administração, na política externa, nos juros altos e na articulação política. O PT quer transformar o Ministro Aldo Rebelo em bode expiatório, crucificando um homem público correto que está no meio da arrogância e da prepotência do petismo.

Para concluir, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

| | | | | | |
|--------------------------|------|----------|-----------|----------|---------|
| JORNAL | DIA: | MÊS/ANO: | EDITORIA: | CADERNO: | PÁGINA: |
| FOLHA DE S. PAULO | 08 | Maio/05 | Opinião | A | 2A |

FUNDO DO POÇO

DUAS NOVAS derrotas do governo no Congresso Nacional levaram o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a considerar que a capacidade de articulação política de seu governo “chegou ao fundo poço”.

No primeiro revés, ocorrido na Câmara, o candidato apoiado pela situação para representar a Casa no Conselho Nacional de Justiça foi derrotado por Alexandre de Moraes, secretário da Justiça do governo Geraldo Alckmin. No segundo, que teve lugar no Senado, a base governista não impediu uma inesperada convocação do ministro da Casa Civil, José Dirceu, para esclarecimentos sobre a abertura de capital da Infraero.

Os dois episódios, ainda que em si não sejam catastróficos, deixaram a nu, mais uma vez, a difícil situação política do governo, que começou a se delinear após os resultados das eleições municipais e se deteriorou

com a ruidosa derrota, na disputa pela presidência da Câmara, para o deputado Severino Cavalcanti (PP-PE).

O quadro de descontrole parecia indicar que a reforma ministerial seria uma alternativa para o Planalto recobrar a iniciativa no Legislativo. O inconveniente ultimato dirigido ao presidente Lula pelo novo comandante da Câmara, que exigiu a indicação de um apadrinhado para o ministério, veio, porém, mudar o roteiro. A reforma foi engavetada, resumindo-se à indicação de um petista para o Planejamento e a um afago no novo presidente do Senado, Renan Calheiros, com a colocação do senador Romero Jucá na Previdência.

O gesto pode ter preservado a autoridade do presidente, mas não representou nenhum progresso na capacidade de articulação da base governista, que vem representando na Câ-

mara o patético papel de obstruir votações, sem conseguir avançar em temas relevantes para o país e para os próprios interesses políticos do Executivo. Os sinais, portanto, são de que dificilmente o governo conseguirá reequilibrar as ações sem retornar à agenda da reforma ministerial.

O problema é que o nome a receber o benefício continua a ser o mesmo que tem causado arrepios no Planalto, o “companheiro” Severino Cavalcanti. Visto como arrogante, mau pagador e paulista em demasia por considerável parcela dos congressistas, o governo paga o preço de seus erros de avaliação e coordenação, enquanto se afiguram cada vez mais custosas as negociações com vistas a atrair o PMDB para uma aliança em 2006. Resta saber se o poço a que se referiu o presidente não vai se revelar ainda mais profundo.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o editorial intitulado “Cargos e MPs”, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** do último dia 10 de maio do corrente.

O editorial deixa à mostra duas práticas muito comuns na administração petista: o reaparelhamento da máquina pública com militantes petistas e o uso abusivo na edição de Medidas Provisórias.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requiro que o editorial acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento. Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALMEIDA LIMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A 2 terça-feira, 10 de maio de 2005

FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ★ ★ ★
Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S/A

Presidente: LUÍS FRIAS

Diretor Editorial: OTAVIO FRIAS FILHO

Superintendentes: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO

Editora-executiva: ELEONORA DE LUCENA

Conselho Editorial: LUIS ALBERTO BAHIA, ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JANIO DE FREITAS, GILBERTO DIMENSTEIN, LUÍS NASSIF, CLÓVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUÍS FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (SECRETÁRIO)

EDITORIAIS

E-mail: editoriais@uol.com.br

CARGOS E MPs

A NOTÍCIA de que o governo federal, desde sua posse, criou nada menos de 19.409 cargos por medidas provisórias suscita ao menos duas ordens de consideração. Em primeiro lugar, a um ritmo de 700 novos postos por mês, vai-se promovendo um aumento de despesas incompatível com as restrições financeiras de um Estado que há anos encontra graves dificuldades para investir nas áreas de sua competência. Basta citar como exemplo a infra-estrutura do país, que, apesar das renovadas promessas governamentais, continua em péssima situação.

Embora o governo procure justificar os novos cargos pela necessidade de "reaparelhamento" da máquina pública, a impressão generalizada é a de que, na realidade, continua em curso o conhecido e criticável processo de aparelhamento da estrutura estatal por militantes petistas. Por mais que a equipe econômica venha cumprindo com sobras as metas de superávit primário, sabe-se que isso não basta nem sequer para saldar os compromissos com os juros da dívida pública, o que deveria compelir o Executivo a mover um grande esforço de racionalização administrativa.

É lamentável que, em vez disso, o caminho escolhido seja transferir o ônus para a sociedade por intermédio de aumentos da carga tributária, enquanto se sanciona por MP o inchaço da esfera federal. Quando o presidente Lula foi eleito, havia 809.865 servidores do Executivo federal na ativa. Em dezembro de 2004, esse número já havia aumentado 9,16%, passando a 884.091.

O outro aspecto a chamar a atenção no caso diz respeito ao uso abusivo da medida provisória, que tem criado seguidos embaraços para a agenda do Legislativo — como se para isso já não bastasse a exasperante incompetência do Planalto na coordenação de sua base aliada.

É preciso que as lideranças políticas do país se empenhem na busca de uma alternativa à atual sistemática de tramitação das MPs, de modo a assegurar que os critérios de urgência e relevância sejam observados e que a pauta do Congresso — em parte por omissão dos próprios parlamentares — não se encontre a todo instante trancada pelo ímpeto do Executivo em legislar, não raro em causa própria, como nessa enxurrada de novos cargos.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o editorial intitulado “Sem emprego”, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** de 07 de maio do corrente.

O Programa Primeiro Emprego do Presidente Lula acabou se transformando em um grande fracasso. A meta era garantir 250 mil empregos para iniciantes até o final de 2004, mas não passou de 5.300, incluindo outras modalidades, como o estágio. O que o Presidente ainda não percebeu é que ao invés de ficar prometendo, e não cumprindo, o primeiro emprego deveria proporcionar um sis-

tema educacional eficiente que preparasse esses jovens para as dificuldades do mercado de trabalho.

Para concluir, Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A 2 sábado, 7 de maio de 2005

FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ★ ★ ★

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S/A

Presidente: LUÍS FRIAS

Diretor Editorial: OTAVIO FRIAS FILHO

Superintendentes: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO

Editora-executiva: ELEONORA DE LUCENA

Conselho Editorial: LUIS ALBERTO BAHIA, ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JANIO DE FREITAS, GILBERTO DIMENSTEIN, LUÍS NASSIF, CLÓVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUÍS FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (SECRETÁRIO)

EDITORIAIS

E-mail: editoriais@uol.com.br

SEM EMPREGO

VAI-SE revelando um retumbante fracasso aquele que se anunciou como o principal projeto do governo Luiz Inácio Lula da Silva para estimular a contratação de jovens, o programa Primeiro Emprego. A iniciativa foi anunciada em 30 de junho de 2003, em cerimônia no Palácio do Planalto, e veio a ser sancionada em 22 de outubro daquele ano.

Na época, a revista “A mudança já começou”, editada pelo governo, anunciou que “22 mil vagas já estão sendo oferecidas por grandes empresas”. A meta era garantir 250 mil postos de trabalho para iniciantes até o final do ano passado. Segundo o balanço oficial, entretanto, eles não passaram de 5.300, considerando, além do emprego formal, outras modalidades, como estágios.

Uma das principais linhas do projeto é subsidiar empresas em dia com o fisco dispostas a contratar jovens de baixa renda durante um ano, sem que isso implique a demissão de um outro trabalhador — proposta que não prosperou. Mesmo com o afrouxamento de algumas dessas exigências, a iniciativa continuou esbarrando na realidade do mercado

sem conseguir atingir seus objetivos.

Agora, o governo anuncia que pretende investir com mais vigor em cursos de qualificação de jovens entre 16 e 24 anos, que seriam ministrados sobretudo por organizações não-governamentais. A meta fixada para esses cursos é empregar entre 30% e 40% de seus alunos.

Não é demais lembrar que já havia legislação no país estipulando a contratação de aprendizes acima de 14 anos de modo a qualificá-los para futuras ocupações. Teria sido mais razoável se, em vez de se concentrar no Primeiro Emprego, o governo tivesse cuidado de verificar o cumprimento do que já era previsto em lei.

Ainda que assim fizesse, o caminho para enfrentar a deterioração do mercado de trabalho precisa ir muito além de ações focalizadas e paliativas. A falta de oportunidades e o despreparo dos jovens estão associados às carências do sistema educacional, a anos de baixo crescimento e às modificações no perfil da economia. Sem políticas sólidas para mudar esse quadro, vai ser muito difícil melhorar as perspectivas de um jovem encontrar seu primeiro emprego. //

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para comentar as últimas declarações do Presidente Lula sobre a questão dos juros no Brasil. Ao transferir a responsabilidade das altas taxas de juros para o comodismo do consumidor, o Presidente da República desrespeitou a população brasileira.

Sr. Presidente, pela oportunidade do assunto e para deixar registrado para o futuro mais este deslize

do Presidente Lula e suas repercussões, requeiro que as matérias abaixo relacionadas sejam consideradas parte integrante deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Lula fabrica NOVA CRISE

PRESIDENTE IGNORA RECLAMAÇÕES DE EMPRESÁRIOS E DA CLASSE MÉDIA E DIZ QUE ALTAS TAXAS DE JUROS NÃO AFETAM A ECONOMIA

LILIAN TAHAN
DA EQUIPE DO CORREIO

Pelo segundo dia consecutivo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva desqualificou as críticas de empresários e da classe média às altas taxas de juros praticadas no país. Ao discursar, de improviso, no lançamento da Primeira Edição Especial dos Melhores Cafés do Brasil, ontem, no Hotel Blue Tree, o presidente afirmou que o aumento da taxa não interfere no dinamismo da economia. Segundo Lula, "as pessoas reclamam, mas na verdade o mercado interno e o varejo continuam a crescer e os supermercados estão vendendo muito".

Na segunda-feira, durante solenidade de lançamento do programa de microcrédito, no Palácio do Planalto, Lula chegou a transferir a responsabilidade das altas taxas de juros para o "comodismo" do consumidor, sugerindo que em vez de se queixar as pessoas devam aproveitar as instituições financeiras.

Na interpretação do presidente, o crescimento da economia, independentemente dos juros, se deve a medidas adotadas pelo governo de injetar dinheiro no mercado. Ele citou a liberação de dinheiro por crédito consignado e o programa de microcrédito, além dos empréstimos bancários a juros de 1,5% para os aposentados, como exemplos de ações capazes de solucionar o problema da falta de dinheiro no mercado.

"Não tenho dúvida que no final do ano serão mais alguns bilhões de reais que estarão no mercado, e que não estavam em nenhuma codificação dessas que a gente costuma ler nesses manuais de economia". Ao citar a taxa básica de juros (Selic), Lula desconsiderou o aumento de 0,25% do Comitê de Política Monetária (Copom) na última quarta-feira. "É por isso que, mesmo com a taxa Selic a 19,25% (a corrente é 19,5%) que o mercado interno continua a crescer, que o varejo está crescendo, que os supermercados estão vendendo muito, porque as pessoas estão tendo possibilidade de acesso a dinheiro que antes não tinham."

Reação

O otimismo de Lula não foi compartilhado por empresários. O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, afirmou ontem que as medidas citadas pelo presidente como solução para o crescimento da economia brasileira não vão resolver o problema do Brasil. "Não é uma linha nova de financiamento para pessoas físicas, que representa 0,5% do PIB brasileiro, que vai resolver o

problema do país. Nada justifica o cheque especial custar 7% ou 8% ao mês quando a meta de inflação para o ano é de 5,1 pontos percentuais."

Num tom de desaprovação, Skaf rebateu as afirmações feitas por Lula por dois dias seguidos, especialmente a análise de que as pessoas são acomodadas por não buscarem taxas mais baixas no mercado bancário. Ele lembrou que o "conselho" dado por Lula está fora da realidade. "Sabemos

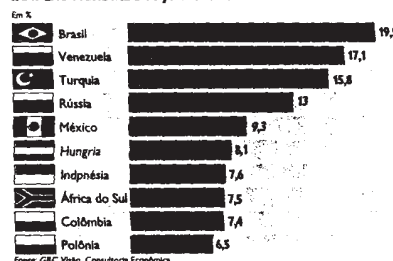
"(O BRASILEIRO) É INCAPAZ DE LEVANTAR O TRASEIRO DE UMA CADEIRA E IR AO BANCO OU AO COMPUTADOR FAZER A TRANSFERÊNCIA PARA UM BANCO BARATO"

Luiz Inácio Lula da Silva
(segunda-feira)

muito bem que, na prática, essa concorrência não existe. As pessoas físicas e jurídicas, num país em que o crédito é 27% do PIB, ficam limitadas. Quem paga juros paga porque é obrigado, porque não tem alternativa. Ninguém tem o prazer de gastar um tostão no cheque especial e pagar uma fortuna de juros", afirmou.

A Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) destacou ontem que as taxas de juros não diferem muito conforme o banco e que é inútil pesquisar taxas. "A

CAMPÊO MUNDIAL DOS JUROS ALTOS



margem de lucro dos bancos é baixa, de 7,5%. Portanto, as instituições não têm como dar grandes descontos. Não adianta sair pesquisando, as taxas são praticamente iguais em todos os bancos", disse Roberto Luís Troster, economista-chefe da Febraban.

"Fazer pressão"

Um dos principais críticos da postura da equipe econômica de manter os juros altos, o vice-presidente e ministro da Defesa, José Alencar, mudou o tom dos

ataques. Ontem, Alencar saiu em socorro de Lula e concordou com a visão presidencial de que cabe à sociedade "fazer pressão" contra as altas taxas de juros cobradas pelo sistema financeiro brasileiro. "Não vamos tabelar as taxas cobradas pelos bancos. Quem tem que se defender é quem paga."

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, outro crítico contumaz da rígida política monetária, também

"AS PESSOAS RECLAMAM (DOS JUROS), MAS NA VERDADE O MERCADO INTERNO E O VAREJO CONTINUAM A CRESCER E OS SUPERMERCADOS ESTÃO VENENDO MUITO"

Luiz Inácio Lula da Silva
(terça-feira)

saiu em defesa de Lula. "Realmente, as pessoas precisam se levantar e tomar uma atitude", disse o ministro, reclamando que a população só se mobiliza contra alguma coisa, nunca a favor. "Quando há uma ameaça como a Medida Provisória 232 (que aumentava impostos de alguns setores), há uma mobilização maciça; quando existem no Congresso 500 projetos, muitos deles essenciais para o desenvolvimento e o crescimento, a mobilização da sociedade é

O MAIOR DESLIZE

Na avaliação de especialistas ouvidos pelo Correio, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva errou em forma e em conteúdo ao declarar que está nas mãos da classe média pagar juros mais baixos. A afirmação foi feita anteontem em solenidade de lançamento de um programa de microcrédito no Palácio do Planalto. Segundo cientistas políticos, Lula foi leviano ao dizer que o problema dos juros se resolve a partir de uma simples busca por taxas mais baixas no mercado bancário e deselegante ao sugerir que as pessoas "levantem o traseiro" e deixem de reclamar sem fazer nada.

"O presidente demonstra não ter conhecimento de como a operação está. Trocar de banco não é como trocar de supermercado. Lula sequer sabia que não se migra de uma instituição financeira por outra por meio da internet", critica a cientista política Lúcia Hipólito. Durante o discurso na segunda-feira, o presidente sugeriu que a operação é tão simples a ponto de ser realizada pela rede de computadores. Para a especialista, "Lula simplifica onde não pode simplificar e demonstra completo desconhecimento sobre os assuntos", observa.

Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio (PUC-RJ), Gaudêncio Torquato interpreta que, ao convocar a classe média a não se acomodar, o presidente transfere uma responsabilidade do governo para as pessoas que não têm a mesma oportunidade de decisão. "Quem tem o poder da caneta é o governo. É o presidente que pode mudar os rumos da política econômica e diminuir a taxa de juros se quiser, mas Lula não tem coragem de assumir as próprias medidas, transferindo as consequências negativas para a população", analisa.

A lingüista Lucília Garcez, que é uma defensora da linguagem coloquial usada pelo presidente, diz que Lula está ultrapassando o limite da elegância. "O problema não é simplificar, mas a gente espera de um presidente que não transgrida a ponto de perder o bom-gosto", critica. (LT)

muito tênue", desabafou Furlan.

Ele disse que, quando tem um objetivo, o setor privado normalmente luta pelo que quer, mas às vezes a acomodação prevalece. Um exemplo citado pelo ministro foi o da política de comércio exterior do governo Fernando Henrique: "O governo e o setor privado realmente se encontravam acomodados, com raras exceções. Tanto é que foi possível alcançar uma meta arrojada, de US\$ 100 bilhões de exportações, com 22 meses de antecedência".

Em busca de juros baixos

Ao contrário do que disse Lula, brasileiro tira traseiro da cadeira e busca melhores opções oferecidas pelo mercado financeiro

MARCELO TOKARSKI
DA EQUIPE DO CORREIO

O consumidor vem dando provas de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi no mínimo infeliz ao dizer, na última segunda-feira, que o brasileiro é acomodado ao não "levantar o traseiro" da cadeira em busca de juros mais baixos. Dados divulgados ontem pelo Banco Central (BC) comprovam justamente o contrário. Basta haver uma modalidade de crédito mais barata que a procura cresce vertiginosamente.

Impulsionado pelo próprio governo Lula, o empréstimo com desconto em folha, cujos juros são, no mínimo, metade dos de outras modalidades, teve um crescimento de 16% entre fevereiro e março, quando atingiu R\$ 15,421 bilhões. De acordo com os dados do BC, os juros do empréstimo consignado são de 37,1% ao ano, contra 74,4% do crédito direto pessoal, 146,10% do cheque especial e taxas ainda mais salgadas nos cartões de crédito.

"O crédito consignado é muito importante, pois tira o brasileiro da mão dos agiotas e também permite que ele use esses empréstimos para quitar dívidas mais caras, como o cheque especial e o cartão de crédito", afirma Carlos

Thadeu de Freitas Gomes, ex-diretor do BC e economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio (CNC). "É uma prova de que o presidente Lula está equivocado. O que falta é uma maior oferta de juros mais baixos."

Segundo o BC, as taxas do crédito com desconto em folha são menores em função da garantia (as prestações são descontadas do salário ou da aposentadoria do consumidor) e da alta concorrência entre os bancos. Desde janeiro do ano passado, os juros dessa modalidade recuaram 4,3 pontos percentuais. O resultado é que a participação desta modalidade no volume total de crédito pessoal saiu de 21% em janeiro de 2004 para 31% em março de 2005. Para os economistas, sinal de que as pessoas estão sim procurando juros mais baixos.

Impulsionadas pelo boom no empréstimo com desconto em folha, as operações de crédito acumulam uma alta de 21% nos últimos 12 meses, chegando a R\$ 506 bilhões em março. Sobre fevereiro, o crescimento foi de 1,6%, apesar de mais um alta nas taxas cobradas do consumidor (leia texto na página 11).

O montante já equivale a 26,7% do Produto Interno Bruto (PIB), a soma de todas as riquezas produzidas no país. É o melhor desempenho desde de maio de 2002, quando o crédito representava 26,8% do PIB. No entanto, ainda é muito baixo, se comparado a países desenvolvidos ou em desenvolvimento. "Nas economias industrializadas, essa taxa

fica entre 35% e 40%. Nos emergentes, chega a 60%. No Brasil, seu crescimento é limitado pelos altos juros", explica o economista Alex Agostini, da GRC Visão.

Cartões em baixa

Entre todas as operações de crédito, a única que registrou redução no volume foi o cartão de crédito, justamente a que cobra juros mais altos. "O volume de empréstimos do cartão de crédito teve queda de 4,1% em março, em parte, por esta troca entre as modalidades de crédito", justificou o chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes. Ou seja, o consumidor usa outras fontes de crédito para pagar dívidas do cheque especial ou do cartão, que têm juros bem mais salgados.

Queda no rendimento

DA REDAÇÃO

O crescimento da procura por empréstimos está diretamente ligado ao declínio da renda no Brasil. Em outras palavras, os brasileiros procuram nos bancos o dinheiro que não recebem em suas ocupações, seja para investir ou satisfazer desejos de consumo.

vulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sobre emprego no país, a consultoria GRC Visão calculou a trajetória do rendimento médio real dos brasileiros nos últimos anos.

O resultado foi uma triste constatação. O rendimento médio já foi de R\$ 1.170 entre 1996 e 1998, 23,9% maior que o atual.

"Apesar do rendimento médio manter sua trajetória ascendente desde dezembro de 2004, o valor atual é praticamente o mesmo da implantação do Plano Real", afirma o estudo.

Esse rendimento médio, hoje de R\$ 945,2, é muito pouco superior ao registrado em julho de 1994, quando valia R\$ 935,1. Dez anos e nove meses depois, a renda cresceu apenas 1,1%. "A busca pelo crédito se dá em função da renda deprimida", afirma o economista Alex Agostini, da GRC Visão.

Pesquisa do IBGE mostra que mais de três milhões de trabalhadores ganha abaixo de um salário mínimo. As estatísticas mostram também que o percentual dos brasileiros com renda abaixo do mínimo cresceu nos últimos anos. Em março de 2002, esse percentual atingia 11,1%; no ano seguinte, pulou para 14,4%; e em março do ano passado, chegou a 16,2%.

POVO FALA // VOCÊ CONCORDA COM O QUE LULA DISSE: O BRASILEIRO PAGA JUROS ALTOS POR QUE NÃO PROCURA MELHORES CONDIÇÕES?

JAQUELINE VIANA,
23 anos, analista de TI

O presidente não pode fazer uma afirmação dessas sem saber a verdade. Eu estou sempre buscando melhores condições. Foi uma afirmação generalizada, como se todas as pessoas fossem iguais. O presidente fala muito.

ERICK FERMANDE OLIVEIRA,
21 anos, corretor

Não existe essa opção sugerida pelo Lula, porque entre os bancos parece que os serviços são tabelados, pois as condições oferecidas são quase iguais. Além disso, com tantas taxas, mudar para um outro banco pode significar prejuízo.

CAMILA HENRIQUE,
27 anos, bolsista

Não. A questão é mais complicada. O governo é que precisa adotar uma política de juros mais baixos. Todos nós já levantamos o traseiro diariamente para enfrentar o dia-a-dia. O presidente tem sido muito infeliz no que diz.

JOÃO MARTINS VALÉRIO,
51 anos, administrador de empresas

Lula tem razão. As pessoas, em geral, não correm atrás das coisas para colher melhores frutos. Concordo que há muito comodismo. Quem mais reclama e mais precisa não tem o ímpeto de buscar o que quer.

JANDUI NUNES,
34 anos, taxista

Não é assim. O que falta mesmo é uma atitude do governo, pois é justamente quem estipula juros altos para a economia. Portanto, falta meter a mão para mudar isso. Porque quem paga a conta é sempre o povo.

ESDRAS HUGO CAVALCANTI,
63 anos, consultor

Não. O presidente foi muito infeliz no que disse. Quem pode fazer a diferença parece não ter vontade de participar dessa decisões. Foi uma tentativa de minimizar a angústia das pessoas, que não sabem como mudar a situação.

Fotos: Daniel Ferreira/CP

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro do artigo intitulado “Estradas continuam à míngua”, de autoria da jornalista Cláudia Safatle, Diretora Adjunta de Redação do jornal **Valor Econômico**, publicado nesse jornal em sua edição de 13 de maio do corrente.

O artigo mostra que “estrada não é uma prioridade do governo federal” e que, “até este momento, o governo Lula não licitou um quilômetro sequer de concessão de exploração de rodovias”.

Ainda segunda a jornalista, “a continuar o ritmo de liberação de verbas para recuperação e construção de

estradas e a lentidão no que se refere às concessões, Lula chegará ao final do mandato sem ter corrigido o que julgou ser o seu segundo erro: não ter conseguido tapar os buracos das estradas brasileiras”.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A2 | Valor | Sexta-feira e fim de semana, 13, 14 e 15 de maio de 2005



Estradas continuam à míngua

Estrada não é uma prioridade do governo federal. Ou, até agora, é apenas em tese. O Ministério dos Transportes, que no ano passado fez um enorme esforço para limpar os passivos com as empresas de construção pesada, de mais de R\$ 1,2 bilhão de compromissos que vinham desde 2002, só neste ano já acumula cerca de R\$ 500 milhões de débitos, dado que a liberação de recursos pelo Tesouro Nacional não tem sido compatível, mês a mês, com os pagamentos que o ministério tem a fazer. A rigor, são R\$ 350 milhões de passivos já processados, ou seja, a obra foi executada, o serviço medido e está apto a ser pago, mas ainda não o foi. Além desses, há outros cerca de R\$ 150 milhões de obras concluídas e medições feitas, que já estão chegando ao sistema (Siafi).

Até este momento, o governo Lula não licitou um quilômetro sequer de concessão de exploração de rodovias. No dia 17, o Conselho Nacional de Desestatização (CND) deverá, finalmente, aprovar a modelagem para as concessões de 3.059 Km de estradas a serem licitadas, segundo informações oficiais, no que será o primeiro bloco de licitações, passados 28 meses do início do mandato.

Aprovada a modelagem — leilões em duas etapas, num “mix” de menor valor da tarifa e maior valor da outorga — ela será submetida ao TCU, que tem 45 dias para se pronunciar. Numa hipótese otimista, os leilões poderão ser realizados em setembro, envolvendo trechos da BR-153/SP, BR-116/PR/SC, BR-393/RJ, BR-101, na divisa do RJ com Espírito Santo, BR-381/MG/SP, BR-116/SP/PR, BR-116/376/101, de Curitiba a Florianópolis, e BR-101/ES.

“Está tudo parado nessa área”, reclama o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Paulo Safady Simão. “O governo diz que tem dinheiro, mas não paga, empenha, mas não libera”, queixa-se o diretor de uma grande empresa de construção pesada. O Ministério dos Transportes não contesta essa percepção.

O ano começou com certa animação, mas o novo acúmulo de dívidas com as construtoras está deixando as empresas apreensivas e levando-as a desacelerar as obras. Razão pela qual o ministro Alfredo do Nascimento, dos Transportes, já conversou com o presidente Lula e abriu, nos últimos dias, negociação com a área econômica para adequar o fluxo financeiro

mensal aos compromissos a pagar.

No papel, mesmo no decreto de contingenciamento, a situação não é tão dramática. Ao contrário, o limite de recursos para empenho de investimentos este ano é de R\$ 3,603 bilhões, cerca de R\$ 1 bilhão a mais do que no ano passado. O que, tendo em vista o quadro de restrição fiscal, é um ga-

nho. Considerando os recursos para custeio, esse valor sobe para R\$ 4,239 bilhões. Dos investimentos, R\$ 1,383 bilhão já foi empenhado. No entanto, a liberação do dinheiro é a conta-gotas. Apenas R\$ 44 milhões do total empenhado foram pagos até ontem.

Simultaneamente ao pagamento de empenhos novos, que está lento, os restos a pagar de 2002 para cá somam R\$ 1,27 bilhão, sendo R\$ 1,2 bilhão de investimentos e o restante, de custeio. Desses, só R\$ 174,8 milhões foram processados até o fim do ano passado, sendo que R\$ 102,2 milhões foram pagos, e o restante é uma conta a pagar. A conta de restos a pagar em custeio e investimentos, que ficou para este ano, é de R\$ 1,09 bilhão. Desses, foram pagos até o momento apenas R\$ 102,1 milhões.

O zelo do Ministério dos Transportes para limpar os passivos acumulados de 2002 para cá, em 2004, no valor de R\$ 1,2 bilhão, foi uma resposta do governo à constatação de que essa dívida havia tirado o oxigênio das empresas que, mesmo diante da oferta de novos empenhos no ano passado, não se mobilizaram para tocar as obras, segundo relato de uma qualificada fonte oficial. Tratava-se, portanto de “restabelecer a credibilidade do ministério”, disse a fonte, especialista no setor. Na medida em que o endividamento começa a crescer novamente, “está havendo um travamento das obras”.

Há um atenuante nessa área, que são os projetos-piloto negociados previamente com o FMI, cujos investimentos são vistos como rentáveis e, portanto, reduzem a meta de superávit primário dos 4,25% para 4,1% do PIB nos próximos três anos.

Para os transportes, foram selecionadas obras correspondentes a R\$ 2,1 bilhões, que constam do total liberado para empenho (R\$ 4,239 bilhões) e são recursos que não podem ser contingenciados. Esses são investimentos que deverão ser realizados nos próximos três anos. Para os demais, não há qualquer garantia.

A meta aprovada pelo presidente em outubro do ano passado era investir na recuperação de 25% das rodovias com mais de dez anos até março de 2005, ou seja, 7 mil Km, objetivo que dobra para 14 mil Km para todo o ano. A primeira não foi cumprida.

Estudos feitos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e apresentados recentemente ao ministro Nascimento, apontaram a necessidade de investimentos anuais de US\$ 3 bilhões na malha rodoviária do país, nos próximos cinco anos, para que o Brasil tenha restituída sua infra-estrutura de transportes e disponha de logística adequada ao crescimento da economia.

O orçamento do ministério está muito aquém desse valor e, ainda assim, não é executado por causa, sobretudo, da necessidade de o governo produzir o superávit primário das contas públicas, que foi, inclusive, reforçada no primeiro quadrimestre deste ano, quando a meta saltou para cerca de R\$ 27 bilhões, ou seja, R\$ 7 bilhões a mais do que no mesmo período do ano anterior.

Quando concedeu sua primeira entrevista coletiva, Lula admitiu que seu governo cometeu erros. A pedido de um jornalista, citou três: o fato de o governo não ter trabalhado mais para eleger seu candidato à presidência da Câmara dos Deputados; a não-realização de obras para recuperação das rodovias; e o peso excessivo que recaiu sobre a política monetária no combate à inflação.

A continuar o ritmo de liberação de verbas para recuperação e construção de estradas e a lentidão no que se refere às concessões, Lula chegará ao final do mandato sem ter corrigido o que julgou ser o seu segundo erro: não ter conseguido tapar os buracos das estradas brasileiras.

Governo acumula dívidas com empreiteiras

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, há 130 anos, os “homens do vinho”, como eram chamados por alguns os imigrantes italianos, começaram a chegar ao Rio Grande do Sul. Pessoas que ocupavam, em sua maioria, as terras altas, região da Serra Gaúcha.

O ano era 1875, e as primeiras colônias italianas começaram a ser formadas. Os italianos que chegavam começaram a povoar as regiões de Conde’Eu e Dona Isabel, hoje conhecidos por nós como as cidades de Garibaldi e Bento Gonçalves, respectivamente. Áreas limitadas pelo rio Caí, os campos de Vacaria e o município de Triunfo e cortadas pelo caminho dos tropeiros. Também nesta data surgiu a Colônia de Caxias – minha terra natal-, e, dois anos depois, a de Silveira Martins, próximo a Santa Maria.

De acordo com nossos historiadores, essas quatro colônias foram o núcleo básico da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Foi a partir delas que outras colônias, outras cidades foram surgindo.

É importante lembrarmos que esses cidadãos italianos não encontraram facilidades ao chegar aqui. Tiveram que desbravar a terra que adquiriram.

Histórias como as dos pais do Sr. Antônio Ferrari – que neste ano completa 101 anos – nos emocionam. Filho de imigrantes que chegaram ao Estado, em 1877, Antônio constituiu família e trabalhou por nosso estado. Pai de dez filhos, tem 76 netos, 132 bisnetos, nove trinets e dois tetranets. Doou para seu município terreno que obteve com seu trabalho e, assim, contribuiu com a educação.

No local hoje temos a Escola Liberato Salzano, na cidade de mesmo nome. A trajetória deste senhor e de sua família é semelhante a de muitos outros cidadãos gaúchos de descendência italiana.

Pessoas que, como dissemos anteriormente, ao chegarem no Rio Grande do Sul, batalharam muito e contribuíram imensamente para o crescimento da região. Fato que pode ser representado por um trecho da conhecida canção:

Merica, Merica”: “(...) à América nós chegamos. Não encontramos nem palha nem feno. Dormimos sem nada no chão. Como os animais repousamos. A América é comprida e larga. É formada por montes

e planícies. E com engenho de nossos italianos. Construimos vilas e cidades.

Criavam porcos, vacas, galinhas. Produziam queijo, salame, toucinho. Plantavam, inicialmente para subsistência, milho, trigo, feijão, batata, mandioca, trigo, hortaliças e, principalmente, videiras.

O cultivo das uvas nos levou a ser um dos maiores produtores de vinho do país. Levou o Rio Grande do Sul a ser reconhecido pela quantidade e principalmente pela qualidade desse produto, hoje reconhecido mundialmente.

A variedade de uvas trazidas para cá pelos primeiros imigrantes italianos contribuiu no aperfeiçoamento desse produto que inicialmente não era tão qualificado.

Aqui voltamos a fazer um apelo: precisamos olhar para trás. Ver a enorme contribuição dessas pessoas na economia de nosso estado e, percebendo isso, olhar para o nosso presente. Para a crise que os produtores de vinho estão enfrentando.

É de fundamental importância pensarmos em promover e divulgar o vinho nacional. Com isso ampliaremos o mercado interno e externo e estaremos reconhecendo a qualidade de nossos vinhos. Não podemos permitir que o setor seja inviabilizado.

Os produtores nacionais reclamam da invasão de produtos oriundos de países que formam o Mercosul – especialmente os argentinos –, livres de imposto de importação. O setor reivindica que todo o vinho importado seja tributado. O objetivo dessa medida é viabilizar o aumento dos impostos gerando mais arrecadação de tributos e terminando com a concorrência desleal entre os vinhos nacionais e importados.

No ano passado, de acordo com dados publicados no início do mês no jornal **Zero Hora**, foram vendidos 11,2 milhões de litros do vinho argentino. Para este ano a expectativa é de que 20 milhões de litros sejam vendidos.

Nossa serra, região que acolheu nossos primeiros imigrantes italianos, tem na base de sua economia o cultivo da uva. Cerca de 16 mil famílias dependem da comercialização do vinho nacional. Então, vamos olhar com carinho para esse problema.

Amanhã, 20 de maio, comemoramos o Dia da Etnia Italiana. Por que então não lembrarmos das contribuições desse povo para o nosso Estado, mais, para nosso país?

Contribuições econômicas como citamos, mas também sociais e culturais. Afinal, os imigrantes conservaram seus costumes, seus hábitos alimentares, sua língua, suas festas, seus jogos e suas canções.

Quem de nós não ouviu falar no jeito italiano de ser? Quem de nós não se refere a esse povo como batalhador e trabalhador? Quem não identifica essas pessoas com a alegria dos brasileiros? Vamos mais além, quem há de dizer que os primeiros imigrantes, orgulhosos de sua terra natal, não adotaram nosso país como sua verdadeira pátria?

Neste 20 de maio saudamos a todos esses brasileiros. Afinal, nosso País é como é justamente pela mistura de povos, de raças, de etnias e de culturas.

Salve nossos imigrantes! Salve nossos gaúchos! Salve o povo brasileiro!

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) –

O GOVERNO LULA ANDA EM PASSO DE URUBU MALANDRO E NÃO DEFENDE A AMAZÔNIA

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, coincidentemente com os primeiros dois anos do Governo Lula, a Amazônia atingiu, no período 2003/2004, o segundo maior desmatamento da história.

A notícia estarrece e está em todos os jornais de hoje, mostrando que, em relação ao levantamento anterior, houve um crescimento de 6,23%, devastando nada menos que 26.130 quilômetros quadrados de mata.

E mais: ao menos 15% dessa perda da nossa floresta ocorreu numa nova frente de devastação, com 90 mil quilômetros de estradas clandestinas feitas por grileiros e madeireiros.

O que dizem as autoridades do Governo? A Ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, declarou-se surpresa e adiantou que sua expectativa era de um índice de 2%. Deu o triplo. E isso é grave. Mostra, no mínimo, uma certa acomodação, o que não é de se estranhar no Governo Lula.

E o Ministro Ciro Gomes, da Integração Nacional, revelou-se “inquieto”, mas brincou com a notícia: “o desflorestamento tem a velocidade de um carro!”

No jornal **Folha de S.Paulo**, os dados da destruição da floresta foram publicados no caderno de Ciências, mas, enquanto isso, permanecem engavetados no Palácio do Planalto projetos de aproveitamento ecologicamente correto da Amazônia.

Leio nesse jornal que a devastação já atinge uma área de 680 mil quilômetros quadrados. É uma área maior que os territórios da França e de Portugal.

Sr. Presidente, o Governo Lula é o próprio imobilismo. E o fato que aqui trago assume gravidade que, ao menos, deveria trazer uma explicação do Governo. Os dados são estarrecedores e registram recordes. Não há como não atribuir ao Governo peitista a responsabilidade pelo que ocorre.

O Governo Lula, isso é mais do que visto, faz avanços, porém em marcha a ré.

Não aceitamos na Amazônia o passo de urubu malandro, é o passo que semelha o andar lento do urubu, na boa definição semântica.

Na Amazônia, a região estratégica por excelência do Brasil, temos pressa. Não podemos nos conformar com a lentidão, que é a característica do Governo Lula.

Por isso, estou dirigindo à Ministra do Meio Ambiente requerimento pedindo explicações sobre se há projetos concretos que possam impedir a devastação da Amazônia. Se há projetos pró-Amazônia, que eles sejam tornados públicos.

Estou também anexando a este pronunciamento as matérias que, sobre o assunto, estão publicadas hoje pelos jornais **Folha de S.Paulo** e **O Estado de S. Paulo**.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

VERSÃO TEXTO

O ESTADO DE S. PAULO

VIDA&

Sexta-feira, 20 de Maio de 2005

Amazônia: devastação deve ser maior

Cálculos que resultaram no número da área desmatada divulgado anteontem não incluíram dados de Roraima e do Amapá

Cristina Amorim

Herton Escobar

O desmatamento da Amazônia Legal que ocorreu no período 2003-2004 pode ser maior do que os 26.130 quilômetros quadrados divulgados anteontem pelo Ministério do Meio Ambiente, em Brasília. A falta dos números referentes a dois Estados - Roraima e Amapá - e a ausência de detalhamento da ação de madeireiras podem provocar, segundo especialistas ouvidos pelo Estado, uma variação no número absoluto de área devastada, que já atinge 18%.

As informações de Roraima e Amapá serão computadas na próxima etapa do trabalho, que fornecerá o número consolidado do índice. "Não é que não haja desmatamento nos dois Estados", explica o analista Dalton Valeriano, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). "Como precisávamos de uma estimativa robusta, nos concentramos nas mais de cem imagens críticas e deixamos de lado Roraima e Amapá."

A metodologia utilizada pelo Inpe para gerar os dados preliminares é baseada em imagens das áreas críticas de desmatamento, que cobriram nesse período 93% da Amazônia Legal, e demonstra apenas os locais onde houve o chamado "corte raso", ou seja, a retirada total de cobertura vegetal.

Contudo, antes do corte raso, é prática na Amazônia a ação de madeireiros que derrubam apenas as árvores com valor econômico, deixando o resto para trás. Esse tipo de desmatamento não provoca uma mudança facilmente visível na cobertura vegetal e não engrossa os dados usados pelo governo. "O Inpe considera desmatamento a retirada total da mata. Há um tipo mais sutil, que rareia a floresta e a deixa suscetível à ação de grileiros, que se seguem aos madeireiros", explica o analista ambiental Judicael Clevelario Junior, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Dados divulgados pelo instituto na semana passada indicam que quatro Estados do norte amazônico - Amazonas, Pará, Roraima e Amapá - podem formar um "novo arco do desmatamento" movido pelos madeireiros, segundo a análise de impressões passadas por órgãos oficiais de 27 municípios. "Essa nova frente de retirada de árvores não é clara o suficiente para formar uma mancha, dando um aviso (ao Inpe), mas é bom dar ouvidos ao que está acontecendo ali", afirma Clevelario.

Para Carlos Souza Junior, secretário-executivo do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), a análise feita pelo IBGE é "interessante" como radiografia da Amazônia. "É outro indicador de áreas vulneráveis, bastante útil para mapear os locais que correm mais risco de alteração." O Imazon tem tentado monitorar não apenas o corte raso, mas outras variáveis que influenciam a derrubada de árvores, como a atuação de madeireiros, grileiros e setor agropecuário. Uma análise do instituto demonstra que mais da metade da Amazônia (53%) apresenta sinais de pressão econômica, de acordo com dados recolhidos até 2002.

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, voltou ontem a reconhecer a gravidade da situação. "(A taxa de desmatamento) É um número inaceitável, para o governo e para todos os cidadãos deste país", disse durante participação na Semana da Mata Atlântica, em Campos do Jordão. Não se tratou, entretanto, de um mea-culpa. Marina, ex-seringueira da Amazônia, relacionou uma série de medidas adotadas pelo governo, apontou a redução no ritmo de crescimento do desmatamento e disse que "é impossível reverter um processo de séculos em apenas dois anos".

Pelo lado positivo, observou a ministra, a taxa de aumento anual - que era de 27% no período 2001-2002, herdada pela pasta no primeiro ano do governo - caiu para 6% no período 2003-2004, apesar do aumento na taxa de crescimento econômico, de 1% para 5%, que pôs ainda mais pressão sobre a floresta. "Claro que a sociedade não vai comemorar desmatamento evitado, mas aconteceu." Ela citou a criação de 7,7 milhões de hectares em unidades de conservação em pontos estratégicos da Amazônia - "verdadeiras muralhas verdes frente a essa devastação", segundo a ministra.

As principais medidas de proteção - contidas no Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia - terão seus efeitos sentidos nos próximos anos, segundo o secretário de Biodiversidade e Florestas do ministério, João Paulo Capobianco. São mudanças estruturais, como o ordenamento territorial da região para combater a grilagem. "São medidas que requerem um tempo de maturação." Os dados divulgados esta semana vão até agosto de 2004, cinco meses após o lançamento do plano. A expectativa do ministério é de que o desmatamento caia em 2005.

O coordenador de ações na Amazônia do Greenpeace, Paulo Adário, contestou a justificativa: "Acontece que 70% do desmatamento registrado entre 2003 e 2004 ocorreu entre maio e julho, quando o grupo interministerial criado para cuidar do problema já estava trabalhando."

Anunciado com pompa em março de 2004, o grupo interministerial é liderado pelo chefe da Casa Civil, José Dirceu. "Logo no lançamento, ele afirmou que as primeiras atividades do grupo começariam em abril", recorda Adário. "Mas não foi bem assim."

FOLHA

Tel.: (11) 3224-3226
E-mail: ciencia@folha.com.br
Fax: (11) 3224-2285

Serviço de atendimento ao assinante:
Grande São Paulo: (11) 3224-1090
Demais localidades: 0800-775-8082

PÁGINA A 19 ★ SÃO PAULO, QUINTA-FEIRA, 19 DE MAIO DE 2005

AMBIENTE Estimativa para devastação da Amazônia para o período 2003-2004 ficou em 26.130 km², aumento de 6,23%

Desmatamento é o 2º mais alto da história

LUCIANA CONSTANTINO
DA SUCCURSAL DE BRASÍLIA

A estimativa de desmatamento na Amazônia para o período 2003-2004 ficou em 26.130 km², o que representa um crescimento de 6,23% em relação ao consolidado anterior. É o segundo maior número desde que o monitoramento começou a ser feito, em 1988. Fica atrás apenas do período 1994-1995, quando foram devastados 29.059 km².

A taxa de crescimento do último biênio também é bem maior do que a expectativa do governo, que estava em 2%. Segundo os dados divulgados ontem pelo Ministério do Meio Ambiente, a área devastada supera, inclusive, o período 2002-2003, até então o segundo maior da série histórica.

Ao divulgar a área confirmada de 2002-2003, o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) também anunciou uma alta: passou da estimativa de 23.750 km² para os 24.597 km².

Chamando o último aumento

da área desflorestada da Amazônia de "indesejável", a ministra Marina Silva (Meio Ambiente) citou o crescimento econômico de 2004 como um dos fatores que ajudam a impulsionar o problema e disse que as medidas do Plano de Controle e Prevenção ao Desmatamento, adotado no ano passado, ainda não começaram a ser percebidas integralmente.

Dos oito Estados monitorados, seis apresentaram queda na taxa de desmatamento. Apenas Mato Grosso e Rondônia continuam com o índice subindo. A expansão da área agrícola, principalmente soja, ainda é um dos fatores que contribuem para a alta. O município com maior aumento de devastação de área, em número absoluto, foi Aripuanã (MT).

"Não queremos justificar o número, que ainda continua alto. Queremos que ele caia. Mas houve o crescimento econômico de

5% e não podemos esquecer que a taxa de aumento do desmatamento chegou a 27% [em 2001-2002, comparado ao anterior]", disse Marina, após quase seis horas de reunião com técnicos e os colegas Ciro Gomes (Integração Nacional) e Eduardo Campos (Ciência e Tecnologia) para apresentar o balanço, fechado na véspera pelo Inpe.

"O que importa é que o crescimento é sistemático quando deveria ser declinante, porque há menos floresta para derrubar", disse o economista ambiental Carlos Young, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Pelos cálculos preliminares do Inpe, a devastação da Amazônia já atinge uma área de aproximadamente 680 mil km², o que é maior, por exemplo, que os territórios da França e de Portugal. Representa cerca de 38% do total da área de floresta monitorado

por meio das imagens de satélite. Por outro lado, o estoque de floresta primária ainda em pé é de 82% na região.

Comparações

O ministro Ciro Gomes comparou o ritmo de desflorestamento à velocidade de um carro. "Estamos inquietos com o número estimado, entretanto temos de ter clareza da questão. Tínhamos um carro correndo a 27 km/h e precisamos reduzir. Isso não se faz do dia para a noite. Chegamos a 6 km/h e continuamos nos esforçando."

Ciro Gomes também lembrou que o Inpe ampliou o número de imagens usadas para aumentar a precisão — de 75 para 103.

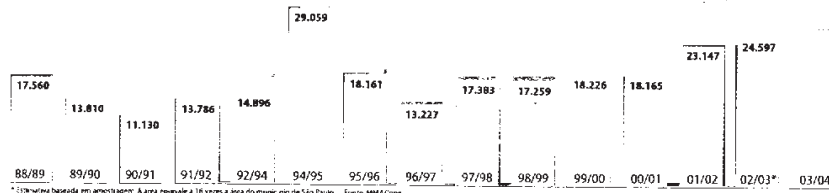
Marina lembrou a série de ações que o governo vem adotando no plano de controle e os resultados obtidos, como aumento nas infrações cadastradas, maior apreensão de madeira ilegal e instalação das bases de operação do Ibama em conjunto com Polícia Federal,

Rodoviária, Exército e Ministério do Trabalho. Ao citar o novo sistema para tornar disponíveis imagens on-line, o chamado Deter, Marina disse que essa é uma ação para integrar a sociedade. "Não podemos cantar em verso e prosa a preservação da Amazônia se não criarmos também uma cultura de preservação."

Para Nurit Bensusan, coordenadora de políticas públicas da ONG WWF-Brasil, os dados não surpreenderam e já demonstram a ineficácia do novo plano de combate ao desmatamento engendrado pelo governo. "O que ficou mais claro é a total ineficiência do plano. Essa coisa de grupo interministerial, nada funcionou", disse.

Para Bensusan, há uma disputa dentro do governo, com políticas contraditórias, "e, até agora, está claro que o MMA está perdendo. Nas ações que o ministério pode fazer sozinho, está se saindo bem, mas isso não está sendo suficiente".

→ FOLHA MAIS SOBRE O TEMA



FOLHA DE S. PAULO

Data: 19/05/05 Pág. 19

Amazônia tem segundo maior desmatamento da história

A estimativa de desmatamento na Amazônia no período 2003-2004 atingiu 26.130 km², o equivalente ao Estado de Alagoas. É o segundo maior número desde que o monitoramento começou a ser feito, em 1988, e representa um crescimento de 6,23% em relação

ao levantamento anterior.

Estudo revela que ao menos 15% da perda de floresta entre 2001 e 2003 ocorreu numa nova frente de devastação, com 90 mil km de estradas clandestinas feitas por grileiros e madeireiros.

Págs. A19 e A20

Vista aérea de região devastada no município de Vila Rica, no norte do Estado de Mato Grosso, um dos novos pontos de desmatamento na floresta

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar e não mais havendo oradores inscritos, vou encerrar esta 65ª Sessão não deliberativa, de 20 de maio de 2005, sexta-feira, que foi coordenada pelo nosso competente Secretário-Geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 23 minutos.)

DISCURSO DO SR. SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO ENVIADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO (NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 203, COMBINADO COM O INCISO I E O §2º DO ART. 210, AMBOS DO REGIMENTO INTERNO) NA SESSÃO DO DIA 18 DE MAIO DE 2005, QUE ORA SE REPUBLICA.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Polícia Federal prendeu essa semana, em Alagoas, prefeitos, ex-prefeitos, secretários municipais e empresários, acusados, segundo o noticiário da Imprensa, de participação em fraudes contra a merenda escolar. Condene-se com toda ênfase e energia qualquer tentativa de fraude, seja contra a merenda escolar ou o Fundef, seja contra prefeituras. Garanta-se, a qualquer custo, que o dinheiro público terá única e exclusiva aplicação para objetivos públicos, claros e transparentes. Prendam-se e punam-se todos os culpados.

Nenhum mandato, nenhum cargo público poderá servir nem de atenuante de culpa, muito menos de pretexto de impunidade. Ao contrário, o mandato público aumenta a responsabilidade pessoal no trato com os recursos públicos. O que não se perdoa num cidadão comum menos ainda se admite num mandatário popular.

O combate à fraude e à corrupção e a punição aos criminosos, quaisquer que sejam eles, a todos tem de mobilizar, mas a ninguém poderá permitir violar os princípios básicos do próprio Estado de Direito. E foi isso o que se teve em Alagoas: um espetáculo onde atropelou-se o direito e violentou-se a cidadania.

O que se viu em Alagoas não foi uma operação policial, foi uma execução pública. O que se viu, em Alagoas, não foi uma operação contra fraudes, foi um sumário fuzilamento moral, depois do qual não adianta nenhum julgamento. Todos já foram irremediavelmente condenados à pior e mais grave pena, que é a desmoralização perpétua.

Todos foram arrancados de suas casas ainda na madrugada, na presença de esposas e filhos em prantos. Foram algemados e jogados em camburões policiais. Alguns passaram pelo constrangimento adicional de enfrentarem corredores poloneses, enquanto as pequenas cidades do interior ferviam com a espetaculosidade da ação da Polícia Federal, que mobilizou 350 policiais, centenas de carros e até helicópteros.

Não sou advogado de defesa de nenhum dos presos. Até porque nenhum teve advogado, menos ainda defesa. Nenhum, aliás, teve sequer culpa formada. Nenhum foi ouvido, nenhum sabia, sequer, do que era acusado. Mas todos foram execrados, numa humilhação que poucas vezes a crônica policial de Alagoas terá registrado.

Dizem, e tudo o que se sabe é por ouvir dizer... Dizem que foram presos por ordem de um desembargador federal do Recife. A ordem judicial acobertaria qualquer violência e extravagância policial.

Não me cabe discutir ordens judiciais, sobretudo quando ninguém as conhece, a não ser um delegado de polícia, cujos propósitos ninguém conhece ao certo, mas cujos métodos todos devem contestar, sem dúvida. Mas me reservo o direito de lembrar que, ultimamente, o Brasil tem conhecido ordens judiciais não apenas discutíveis, mas absolutamente deploráveis. E registro, sem qualquer satisfação, que a ditadura também utilizava sentenças de juízes, militares embora, para coonestar sua brutalidade contra estudantes, profissionais liberais e dissidentes em geral.

O que distingue um estado de direito de um estado de arbítrio é o cumprimento de normas legais e de princípios jurídicos que protejam o cidadão e a cidadania contra o Poder do Estado e o arbítrio do Poder. É a observância de princípios jurídicos que distingue a civilização da barbárie, a democracia da ditadura.

É tudo o que não se teve no episódio de Alagoas. O espetáculo foi maior que o compromisso com a lei e, sobretudo, com o bom senso. Feriram-se os princípios jurídicos de defesa do cidadão, qualquer cidadão.

O mais grave na violação de princípios jurídicos é que, hoje, eles atingem acusados de uma fraude contra a merenda escolar, que ninguém nem sabe se são culpados ou não. Amanhã poderão penalizar um inocente, apenas vítima de uma rixa pessoal com algum delegado de polícia. A crônica policial e os arquivos jurídicos estão cheios de casos como esse. O risco do arbítrio é que ele não escolhe vítimas, apenas circunstâncias.

O lamentável, no estado de arbítrio, é que os princípios se aplicam apenas seletivamente. Diante da lei e do arbítrio, alguns são mais iguais que outros.

O Presidente do Banco Central do Brasil sofre pesadas acusações de ilícitos penais variados. Está sob investigação do Supremo Tribunal Federal, com sigilo fiscal já quebrado pelo próprio Supremo. Mas permanece no cargo, felizmente beneficiado pelo princípio jurídico inegociável de que todo cidadão tem direito à presunção da inocência. Por que executar o presidente do Banco Central antes que se defina se ele, de fato, é culpado? Por quê?

Ninguém defenderá a fraude e a corrupção. Todos exigirão que fraudadores e corruptos paguem, e paguem exemplarmente, por todos os seus crimes. Mas quem disse que os presos, ou todos eles, são culpados? Quem os julgou? Quem os ouviu? Quem analisou suas defesas?

Não faltará quem diga que os presos de Alagoas terão julgamento isento e justo. Que julgamento, se eles

todos já foram condenados à execração pública, Terão direito de defesa? Que defesa, se eles foram moralmente massacrados diante de suas famílias, de seus vizinhos e de seus conterrâneos? Que interesse terá, de agora em diante, qualquer sentença de absolvição que venham a conseguir? Que absolvição?

A única sentença que, de hoje em diante, pesará perpetuamente em suas vidas é o despacho silencioso da madrugada, que um desembargador assinou contra eles. Que absolvição apagará da memória de filhos pequenos e esposas atônitas a imagem de pais e maridos algemados na madrugada, arrancados da cama para corredores poloneses de humilhação e execração?

Fechem-se os processos. Arquivem-se os autos. Para que autos, para que processos? Encerrem-se os

juízos. Para que julgamentos? Para que defesa, para que contraditório, para que provas ou contraprovas? Todos os presos de Alagoas já foram condenados a penas perpétuas, indelévels, imprescritíveis.

Não tenho, ninguém tem elementos para julgar as prisões de Alagoas. Mas condeno os métodos utilizados. E pelos métodos usados, lamento essas prisões pelos presos sumariamente condenados, pelas famílias irremediavelmente punidas. Lamento por eles e elas, e lamento pelos princípios jurídicos e pelo Estado de Direito do próprio Brasil. O Brasil aprendeu muito pouco com seu longo período de ditadura e de arbítrio.

Era o que eu tinha a dizer!

Ata da 66ª Sessão Não Deliberativa, em 23 de maio de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Efraim Morais
Papaléo Paes, Alvaro Dias, Paulo Paim e Jonas Pinheiro.*

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagens que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 139, DE 2005

(Nº 290/250, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts. 18, I, e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor João Batista Cruz, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné-Bissau.

Os méritos do Ministro João Batista da Cruz que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 18 de maio de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 148/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 13 de maio de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal e com o disposto nos arts. 18, I e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor João Batista Cruz, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné-Bissau.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e **curriculum vitae** do Ministro João Batista Cruz que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim.**

INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE


MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE JOÃO BATISTA CRUZ

CPF.: 092.153.956-87

ID.: 6381 MRE

- 1944 Filho de João Cruz Gonçalves e Sebastiana Maria, nasce em 24 de junho, em Belo Horizonte/MG
- 1976 Terceiro Secretário, concurso, em 06 de fevereiro.
- 1976 Divisão de Cooperação Intelectual, assistente.
- 1977 Embaixada em Port-of-Spain, Encarregado de Negócios.
- 1978 Embaixada em Atenas, Terceiro, Segundo Secretário e Encarregado de Negócios durante a ausência do titular
- 1979 Segundo Secretário, por antiguidade, em 21 de junho.
- 1979 Embaixada em Trípoli, Encarregado de Negócios.
- 1980 Embaixada em Beirute, Encarregado de Negócios.
- 1980 Embaixada em Santiago, Segundo Secretário.
- 1983 Ordem Bernardo O'Higgins, Chile, Cavaleiro.
- 1984 Departamento de Cooperação e Divulgação Cultural, assessor.
- 1986 Departamento da África, assessor.
- 1986 Primeiro Secretário, por merecimento, em 13 de dezembro.
- 1987 Consulado-Geral em Montevidéu, Cônsul-Adjunto e Encarregado do Consulado na ausência do titular
- 1991 Embaixada em La Paz, Primeiro Secretário e Encarregado de Negócios na ausência do titular

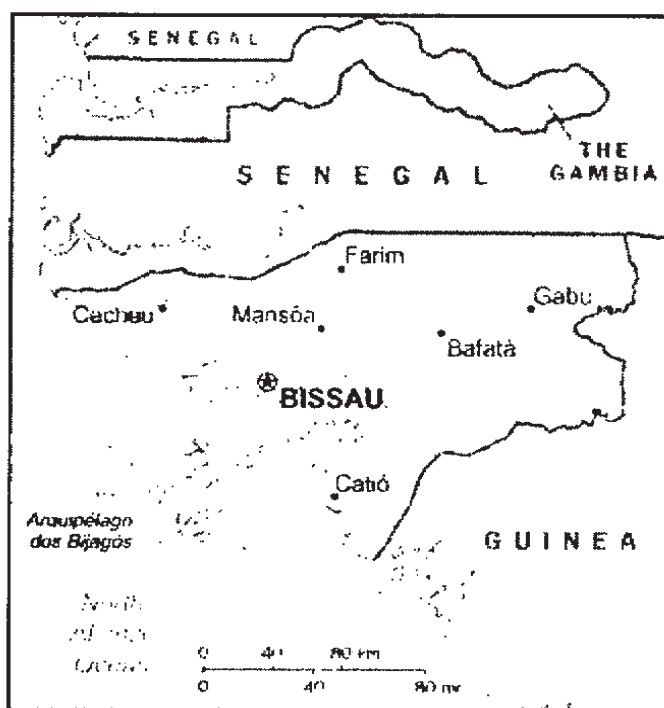
- 1991 Consulado Geral em Santa Cruz de la Sierra, Encarregado.
- 1992 Consulado em Cochabamba, Encarregado.
- 1993 Divisão de Instituições de Ensino e Pesquisa, chefe.
- 1994 Conselheiro, por merecimento, em 16 de dezembro.
- 1995 Embaixada em Roma, Conselheiro.
- 1995 Embaixada em Jacarta, Encarregado de Negócios.
- 1998 Consulado-Geral em Assunção, Cônsul-Geral Adjunto e Encarregado do Consulado na ausência do titular
- 2001 CAE, IRbr - O Paraguai Pós-Stroessner: Autoritarismo e Democracia.
- 2001 Ministro Segunda Classe, por merecimento, em dezembro
- 2002 Departamento da África e Oriente Próximo, assessor.
- 2002 "CPLP: Oportunidades e Perspectivas", editora IPRI/FUNAG.
- 2003 Embaixada na Guatemala - Encarregado de Negócios
- 2004 Embaixada em Dacar - Encarregado de Negócios
- 2005 Revista DEP - Diplomacia Estratégia e Política, co-editor.


CLAUDIA D'ANGELO
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral Política
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA
Divisão da África - II

INFORMAÇÃO BÁSICA

GUINÉ BISSAU - DADOS BÁSICOS



| | |
|-------------------------|---|
| NOME OFICIAL | REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU |
| CAPITAL | BISSAU |
| ÁREA | 36,125 KM2 |
| POPULAÇÃO | 1,4 MILHÃO ¹ |
| LÍNGUA | PORTUGUÊS, CRIOULO E 20 IDIOMAS NATIVOS |
| SISTEMA POLÍTICO | REPÚBLICA PARLAMENTARISTA |

¹ Estimativa para Julho de 2004.

| | |
|---|---------------------------|
| CHEFE DE ESTADO | HENRIQUE ROSA |
| CHEFE DE GOVERNO | CARLOS GOMES JÚNIOR |
| MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS | SAMBU SOARES |
| IDH | 0,373 – 166° LUGAR (2003) |
| PIB (PPP) | US \$1.164 BILHÕES (2003) |
| PIB PER CAPITA (PPP) | US \$900 (2003) |
| UNIDADE MONETÁRIA | FRANCO CFA |

POLÍTICA INTERNA

A história da Guiné Bissau está ligada à do arquipélago de Cabo Verde, outra ex-colônia portuguesa. Em 1956, o intelectual cabo-verdiano Amílcar Cabral fundou, no exílio, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), cujo ideal era a independência da Guiné Bissau e a união com Cabo Verde. A guerrilha contra a metrópole portuguesa teve início em 1961. Em 1973, Amílcar Cabral foi assassinado e os guineenses proclamaram a independência, reconhecida pelo governo português em 1974. Luís Cabral – irmão de Amílcar – assumiu a Presidência e instituiu um regime de orientação marxista liderado pelo PAIGC, o único partido legal.

Em 1980, Cabral foi deposto por um golpe de estado chefiado pelo General João Bernardo "Nino" Vieira, também veterano do partido. O golpe selou a separação entre o PAIGC da Guiné Bissau e o de Cabo Verde, abortando o processo de unificação dos dois países.

O processo de transição para a democracia começou em 1990. Em maio de 1991, o país adotou o pluripartidarismo. Apesar da abertura política, o Governo adiou as eleições até julho de 1994, quando o PAIGC obteve maioria na Assembléia Nacional, e "Nino" Vieira foi eleito presidente, em pleito considerado justo pelos observadores internacionais.

O mandato do Presidente "Nino" Vieira caracterizou-se por grave crise econômica e social. Nesse contexto, em junho de 1998, eclodiu uma crise civil na Guiné-Bissau, que levou à queda de "Nino" Vieira, à assinatura de um Acordo de Paz e à instalação de um Governo de Unidade Nacional, depois confirmado pela vontade popular, em eleições realizadas em Novembro de 1999 e Janeiro de 2000. Foi

eleito Presidente da República Koumba Ialá, líder do Partido da Renovação Social (PRS), que também foi vitorioso nas eleições legislativas.

O Presidente Koumba Ialá, eleito em 2000, não foi capaz de estabilizar o país e fortalecer as instituições nacionais. Em novembro de 2002, na seqüência da disputa em torno da promulgação de nova Constituição, que restringiria os poderes do Presidente, o mandatário guineense resolveu dissolver o Parlamento e convocar eleições legislativas antecipadas. Passaram a ocorrer, então, inúmeros casos de restrições à independência do Judiciário e à liberdade de imprensa, além de detenções arbitrárias de políticos da oposição. A administração do Estado era unanimemente apontada como ineficiente e corrupta, com atrasos no pagamento do funcionalismo público chegando a alcançar meses, e a economia do país permanecia paralisada. Em 14 de setembro de 2003, um golpe militar levou à deposição do Presidente Koumba Ialá (que depois renunciaria formalmente ao cargo).

Em 28 de setembro de 2003, após duas semanas de intensa negociação entre o Comitê Militar e as forças políticas domésticas, incluindo os partidos e a sociedade civil, bem como de movimentação diplomática, na qual a CPLP atuou em coordenação com Comunidade Econômica do Estados da África Ocidental (CEDEAO), foi assinada a Carta de Transição Política. Esse documento estabelece a organização do Estado até a realização das próximas eleições legislativas, que deveriam ocorrer num período de seis meses, e presidenciais, no máximo, até um ano após a instalação do novo Parlamento. Foram empossados como Presidente e Primeiro-Ministro de transição, respectivamente, os Senhores Henrique Rosa e Antônio Artur Sanhá, este posteriormente substituído por Carlos Gomes Júnior. Como os demais membros do governo de transição, não poderão ser candidatos a reeleição. Na ausência de um Parlamento, foi criado, para o período de transição, um Conselho Nacional de Transição

Apesar das dificuldades encontradas pelo governo de transição, recente relatório do Grupo Consultivo “Ad Hoc” do ECOSOC para a Guiné Bissau afirma que as metas estabelecidas no documento de transição política vêm sendo integralmente cumpridos, como a posse dos membros da Assembléia Nacional eleitos em 28 de março e a transferência do poder do Conselho Nacional de Transição para o governo que emergiu da nova relação de forças parlamentares. O Governo adotou, ademais, medidas voltadas à diminuição das tensões, com a libertação de militares detidos, sem julgamento, pelo anterior Governo, e o levantamento de restrições à livre movimentação de pessoas pelo território nacional. Na área

econômica, o novo Governo, ao reiterar o compromisso em manter boa governança, tem envidado esforços para assegurar melhores condições de transparência e rigor na gestão das contas públicas.

Entretanto, em 6 de outubro de 2004, ocorreu uma sublevação militar no país. Os militares sublevados, ex-integrantes da força de paz enviados pela Guiné-Bissau à Libéria, protestavam contra as precárias condições de vida nos quartéis e a suposta corrupção da alta cúpula das forças armadas. Eles exigiam o pagamento de salários de 2003 e aqueles devidos no contexto da operação de paz acordado com a Missão das Nações Unidas na Libéria (UNOMIL).

A revolta de 6 de outubro de 2004 terminou com o assassinato do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, General Veríssimo Correia Seabra e do responsável pelo setor de informações do exército, General Domingos Barros.

Ela representou um sério golpe à expectativa que vinha sendo depositada no processo de transição iniciado em 28 de setembro de 2003 e à administração do Presidente Henrique Rosa, até então, conforme foi mencionado, amplamente elogiada no sentido de que vinha recuperando parte da credibilidade perdida pela Guiné Bissau na última década, sobretudo durante o mandato do Presidente Koumba Ialá.

Assim, no plano político, foram cumpridos os compromissos constantes da Carta de Transição: eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Corte Suprema de Justiça (janeiro de 2004); realização das eleições legislativas (março de 2004); instalação da Assembléia Popular Nacional e conseqüente posse do novo governo, encabeçado pelo Primeiro Ministro Carlos Gomes Júnior (maio de 2004). Mais recentemente, foram indicados os membros da nova Comissão Nacional de Eleições, já com vistas às eleições presidenciais marcadas para o dia 19 de junho de 2005, que deverão concluir o processo de transição.

A recente crise militar não teve conseqüências políticas imediatas para o governo, mas demonstrou a precariedade de um esforço de estabilização baseado em instituições extremamente frágeis e em uma economia estagnada, fatores de discórdia numa sociedade habitualmente fragmentada. Ela evidenciou a necessidade de se atribuir prioridade máxima à reestruturação das Forças Armadas e de retirar-lhes o papel que vêm desempenhando de árbitro da vida política. Por fim, como defende o Brasil juntamente com outros países, a crise atual demonstra a necessidade de que se intensifique o apoio internacional à estabilização e a retomada do desenvolvimento do país, interrompido com a Guerra Civil de 1998.

O Banco Mundial poderá conceder US\$ 10 milhões, até julho de 2005, para reforçar o orçamento do Governo da Guiné-Bissau, mas condiciona a liberação dos recursos à estabilização política do país. A concretizar-se tal apoio, este se somaria aos 9 milhões de Euros que a União Européia deverá disponibilizar em agosto, igualmente destinados a cobrir o déficit orçamentário, de 27 milhões de Euros, previsto para 2005. O apoio do Banco Mundial ocorre no quadro da Reunião de Doadores, em fevereiro de 2005, em Lisboa.

ECONOMIA

A Guiné-Bissau é fortemente dependente de ajuda externa: 55% de seu orçamento vêm da assistência oficial de outros governos..

A agricultura é o setor mais dinâmico da economia e que emprega mais de 80% da força de trabalho. Grande parte da produção volta-se para a subsistência. Ainda assim, a Guiné Bissau é um dos poucos países da África em condições de exportar alimentos – como peixes, castanha de caju e algodão.

A situação econômica continua muito difícil, persistindo a estagnação observada após a guerra civil de 1998 a 1999. O Estado não tem recursos para pagar os funcionários públicos, dependendo de apoio financeiro externo até mesmo para pagar os salários dos militares.

O atual governo de transição vem obtendo bons resultados também no plano econômico, tendo preenchido os requisitos necessários para a retomada do diálogo com os principais organismos financeiros internacionais e com os representantes da comunidade doadora. Em dezembro de 2004 foi realizada, em Lisboa, a Conferência de Doadores.

POLÍTICA EXTERNA

A ação externa do país está voltada essencialmente para os objetivos básicos de maximizar e diversificar a ajuda externa, de que é extremamente dependente, e de promover a integração regional. Sendo país pequeno e pobre, vê num sistema multilateral reforçado uma oportunidade adicional para a obtenção da ajuda externa de que tanto necessita. Assim, a Guiné-Bissau tem manifestado interesse no fortalecimento do sistema de integração africano, integrando a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a União Africana (UA).

Seu mais importante parceiro é a União Européia (UE), não somente pela cooperação econômica e técnica diretamente prestada, como também pelo apoio na concessão de empréstimos, financiamentos e doações dos organismos econômicos multilaterais.

O país faz parte da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), que congrega também o Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Niger, Senegal e Togo.

RELAÇÕES COM O BRASIL

São amistosas e cooperativas, as relações do Brasil com a Guiné-Bissau. Embora ainda não muito expressiva, inclusive pelas dificuldades de interlocução com as autoridades e instituições locais, a cooperação prestada pelo Brasil nas áreas educacional, técnica e cultural é sempre bem acolhida.

O Governo brasileiro, ciente da necessidade de apoiar os esforços de democratização e estabilização do país, aprovou, em 2001, o estabelecimento de parceria especial com a Guiné-Bissau, buscando priorizar programas de cooperação com o país. projetos bilaterais. Destacam-se, nesse contexto, o “Apoio ao Programa de Doenças Sexualmente Transmissíveis e SIDA” e o “Centro de Formação Profissional e Promoção Social de Bissau (SENAI)”, já em fase de instalação.

O Brasil acaba de enviar à Guiné-Bissau missão do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, integrada por quatro funcionários, para dar apoio técnico às eleições presidenciais marcadas para o dia 19 de junho de 2005. Além de ter sido efetivada a doação de 25 computadores, a serem utilizados no cadastramento de eleitores e durante o próprio pleito.

Está também sob negociação programa de cooperação técnica na área militar, sob a responsabilidade do Ministério da Defesa do Brasil.

Por fim, vale mencionar a possibilidade de adoção de mecanismos de redução da dívida externa da Guiné Bissau com o Brasil. Em 2000 ela alcançava cerca de US\$ 6,331 milhões e a dívida vincenda subia a US\$ 20,068 milhões.

BALANÇA COMERCIAL BILATERAL

| Intercâmbio Comercial (USD mil) | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004² |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------------------|
| Exportações Brasileiras | 118,00 | 177,00 | 125,00 | 273,00 | 181,37 | 257,52 | 50,74 |
| Importações Brasileiras | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldo | 118,00 | 177,00 | 125,00 | 273,00 | 181,37 | 257,52 | 50,74 |
| Total do Comércio | 118,00 | 177,00 | 125,00 | 273,00 | 181,37 | 257,52 | 50,74 |

² Dados de janeiro - maio.

Aviso nº 482 – C. Civil

Em 18 de maio de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor João Batista Cruz, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné-Bissau.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

MENSAGEM Nº 140, DE 2005

(Nº 291/2005, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts. 18, I, e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Luiz Fernando Gouvea de Athayde, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro

Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago.

Os méritos do Embaixador Luiz Fernando Gouvea de Athayde que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 18 de maio de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 149/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 13 de maio de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal e com o disposto nos artigos 18, I e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 5º do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Luiz Fernando Gouvea de Athayde, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e curriculum vitae do Embaixador Luiz Fernando Gouvea de Athayde que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim**.

I N F O R M A Ç Ã O C U R R I C U L U M V I T A E


MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE LUIZ FERNANDO GOUVEA DE ATHAYDE

CPF.: 6206034704

ID.: 2558 MRE/DF

- 1945 Filho de Alair Athayde e Maria Elisa Gouvêa de Athayde, nasce em 03 de novembro, no Rio de Janeiro/RJ
- 1967 Letras pela UERJ/RJ, em 12 de dezembro
- 1968 CPCD- IRBr
- 1968 Terceiro Secretário, em 17 de outubro
- 1968 Divisão de Cooperação Técnica, assistente
- 1971 Delegação junto à UNESCO, Paris, Terceiro e Segundo Secretário
- 1972 Segundo Secretário, em 11 de maio
- 1975 Embaixada no México, Segundo Secretário
- 1976 Departamento de Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica, assessor
- 1977 Embaixada em Kingston, Encarregado de Negócios, missão transitória
- 1977 Divisão de Informação Comercial, assistente
- 1978 XI Feira Internacional de Santa Cruz de la Sierra, Diretor-Geral do Pavilhão
- 1978 EXPO BRASIL 78, I Exposição Industrial Brasileira na Austrália, Sydney, Diretor-Geral
- 1979 Consulado-Geral em Los Angeles, Cônsul-Adjunto e Encarregado do Consulado na ausência do titular
- 1979 Primeiro Secretário, por antiguidade, em 02 de março
- 1981 Embaixada em Quito, Primeiro Secretário
- 1984 Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, assessor
- 1985 Divisão de Informações Econômicas, Chefe
- 1985 Embaixada em Kingston, Primeiro Secretário, missão transitória
- 1986 Embaixada em Praia, Encarregado de Negócios, missão transitória
- 1986 Conselheiro, por merecimento, em 16 de dezembro
- 1987 Departamento Econômico, assessor
- 1987 "Resenha Econômica do Ministério das Relações Exteriores", Editor

- 1987 Embaixada em Nova Delhi, Conselheiro e Encarregado de Negócios na ausência do titular
- 1988 Embaixada em Nova Delhi, Encarregado de Negócios
- 1989 Consulado-Geral em Nova York, Cônsul-Geral adjunto e Chefe, substituto, do SECOM
- 1990 CAE-IRBr- A Tensão como Fator Determinante das Relações entre a Índia e o Paquistão: Estudo sobre suas causas e consequências. Subsídios para uma Visão Brasileira
- 1993 Divisão de Formação e Treinamento, Chefe
- 1993 Medalha "Mérito Santos-Dumont", Ministério da Aeronáutica, Brasil
- 1993 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 24 de junho
- 1994 Consulado-Geral em Toronto, Cônsul-Geral
- 2000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Assessoria de Assuntos Internacionais, Chefe
- 2001 Reunião do Grupo Revisor da Implementação do Mandato da Cúpula das Américas sobre Agricultura e Vida Rural, São José da Costa Rica, Chefe de delegação
- 2004 Secretaria de Estado das Relações Exteriores, à disposição da DP



CLAUDIA D'ANGELO

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

TRINIDAD E TOBAGO

Mapa da República de Trinidad e Tobago



Bandeira de Trinidad e Tobago



Trinidad e Tobago – Dados Básicos¹

| | |
|-----------------------|---|
| Nome oficial | República de Trinidad e Tobago |
| Capital | Port of Spain |
| Sistema de Governo | Democracia Parlamentar |
| Superfície | 5.128 km ² |
| População | 1.096.585 habitantes (Estimativa 2004) ² |
| Densidade demográfica | 213,84 habitantes por km ² |
| PIB | US\$ 10,3 bilhões (Estimativa 2003) |
| Renda per capita | US\$ 9.400,00 |

Perfil

As ilhas de Trinidad e Tobago, as duas mais meridionais da cadeia das Antilhas, foram descobertas por Cristóvão Colombo em 1498. Habitavam as ilhas pelo menos sete grupos aborígenes, dentre os quais os mais importantes correspondiam às etnias Aruaque e Caraíba, que foram praticamente dizimados, restando presença sem expressão demográfica.

Trinidad foi mantida sob soberania espanhola até 1797. Tendo em vista a rarefação populacional de então, em 1783, a coroa espanhola estabeleceu política de incentivo à imigração de católicos romanos, por meio da “Cédula Real de População”, que originou um fluxo migratório de maior expressão, quase todo composto por franceses da Europa e das Antilhas, foragidos da Revolução, além de negros libertos e escravos do Caribe francês. Esse aporte marcou a demografia e a cultura de Trinidad e Tobago. Ainda hoje, apesar do longo período colonial inglês e a posterior influência de seitas norte-americanas, verifica-se forte presença católica e preservação de posição economicamente privilegiada dos descendentes dos franceses.

Em 1797, uma expedição britânica derrotou as pequenas forças espanholas estacionadas na ilha. O Tratado de Amiens, em 1802, garantiu à Inglaterra a posse das duas ilhas, que a coroa inglesa uniu administrativamente em 1892. Durante o período colonial britânico, persistiu o tráfico de escravos para o trabalho nas plantações de cana-de-açúcar. Com a abolição da escravatura, em 1834, houve necessidade de se buscarem formas alternativas de trabalho e a imigração se diversificou: portugueses da Ilha da Madeira e outros europeus, ingleses, escoceses, irlandeses, franceses, alemães e

¹ Fonte – EIU. The Economist Intelligence Unit. Country Viewswire December 2004.

suiços. Em 1844, o Governo britânico iniciou a importação de mão-de-obra indiana em um sistema contratual de escravidão temporária atenuada, conhecido como “indenture work”², que vigorou até os primeiros anos do século XX. Os primeiros chineses chegaram em 1849, também no sistema de “indenture work”, mas seu fluxo migratório interrompeu-se em 1866. As correntes migratórias provenientes da Europa, da África, da Índia, da China e, mais recentemente, do Oriente Médio, configuraram Trinidad e Tobago como um país de complexa demografia, o que o distingue de outros países do Caribe anglófono, onde ocorre acentuada predominância de descendentes de africanos.

Novos arranjos coloniais concederam às ilhas gestão sobre os assuntos domésticos. O Movimento Nacional do Povo – PNM, fundado por Eric Williams, passou a dominar o Conselho Legislativo. Eric Williams assumiu o cargo de Ministro-Chefe e, em 1958, Trinidad e Tobago passou a integrar a Federação das Índias Ocidentais.

A independência ocorreu em 31 de agosto de 1962. O país tornou-se membro da Comunidade Britânica, com a Rainha Elizabeth II como Chefe de Estado, representada por um Governador-Geral.

Em 1976, os trinitários optaram pelo sistema republicano de Governo, permanecendo, porém, dentro da Comunidade. O Presidente da República passou a ser o Chefe de Estado.

A política interna de Trinidad e Tobago esteve dominada, de 1956 a 1986, pelo Movimento Nacional do Povo – PNM. O partido refletia os projetos nacionais de seu líder personalista, que conduziu o país à independência política. Williams governou até sua morte, em 1981, e manteve a oposição desarticulada, o que permitiu ao já então combalido PNM permanecer no poder até as eleições de 1986.

Em 1986, a derrota do PNM para a Aliança Nacional para a Reconstrução – NAR, do Primeiro-Ministro Arthur Robinson, marcou período de transição política, no qual afloraram nascentes lideranças, muitas delas reveladoras do processo de reequilíbrio étnico iniciado em décadas anteriores.

Evento de 1990 repercute até hoje na vida política de Trinidad e Tobago: membros da seita religiosa “Jamaat al-Muslimeen”, integrada essencialmente por negros convertidos ao islamismo, atacaram o edifício do Parlamento e tomaram como reféns os mais altos funcionários da administração pública. A tentativa golpista fracassou, pois as forças militares, com apoio dos EUA, do Reino Unido e

² <<http://www.infoplease.com/ipa/A0107443.html>> em 28 de janeiro de 2005.

dos demais membros da CARICOM, subjugaram o levante armado. A seita permanece, no entanto, ativa e o PNM tem sido acusado de apoiar o grupo por interesses eleitorais.

Na medida em que a NAR, em razão da sua incapacidade de lidar com os problemas sociais e econômicos, deixou paulatinamente de refletir o embate político bipolar entre as etnias africana e indiana, o PNM, agora liderado por Patrick Manning, voltou ao poder em 1991. O Congresso Nacional Unido – UNC começou, então, a despontar como partido defensor dos interesses da etnia indiana.

Em 1995, o Governo passou por momentos de crise política, que fizeram com que Patrick Manning adiantasse as eleições gerais para novembro daquele ano. O resultado das eleições foi contrário às expectativas de Manning, pois tanto o PNM quanto o UNC obtiveram o mesmo número de assentos no Parlamento. Negociações levaram à formação de um Governo de coalizão, liderado pelo Primeiro-Ministro Basdeo Panday (UNC), que designou Arthur Robinson (NAR) como Ministro Extraordinário. Panday foi o primeiro governante trinitário de ascendência indiana, defendendo uma política de "unidade", a despeito de diferenças étnicas e religiosas.

Em 1997, Arthur Robinson foi eleito Presidente da República. Teve seu mandato prorrogado até 2003, em função dos resultados das eleições gerais de 2001, nas quais se configurou novo empate entre o UNC e o PNM. Depois de longas negociações, Basdeo Panday foi substituído por Patrick Manning como Primeiro-Ministro. O Presidente Arthur Robinson foi substituído, em março de 2003, pelo atual Presidente da República, George Maxwell Richards.

Nas eleições gerais de outubro de 2002, o PNM obteve cômoda maioria (a mais significativa desde 1991) sobre o UNC, o que fez com que Manning fosse confirmado como Primeiro-Ministro por um prazo que poderá estender-se até a cinco anos. A vitória do PNM foi vista como devida menos aos méritos de Patrick Manning do que aos deméritos do UNC.

O maior desafio para a atual administração tem sido o crescimento da violência, traduzida sobretudo em seqüestros de empresários. Manning anunciou várias medidas para conter esses surtos de violência. As críticas ao governo provenientes, sobretudo, de empresários, centram-se principalmente em alegações de que as respostas a tais delitos por parte da administração são lentas e ineficazes.

Em 2003, foi divulgado plano para combater o crime organizado. Enquanto não consegue êxito no combate à violência, o Governo vem concentrando esforços também no aumento de gastos visando à melhoria da situação social e ao desenvolvimento econômico, aproveitando os resultados favoráveis da indústria energética. Um dos pontos mais destacados pelo governo, da plataforma do

PNM, é o "Visão 2020", por meio do qual o partido pretende transformar o país em uma nação do primeiro mundo.

Nos primeiros anos após a independência, a política externa de Trinidad e Tobago foi marcada pela presença de Eric Williams. Líder carismático, Williams, acumulava as funções de Primeiro-Ministro e Ministro das Relações Exteriores, e procurou exercer papel de relevo no contexto regional. Sua tarefa foi muito facilitada pela bonança dos petrodólares; Trinidad e Tobago passou a ser um dos pólos de liderança no Caribe anglófono, disputando posições com a Jamaica e irradiando influência sobre os outros Estados insulares de menor expressão.

Apesar da retórica independentista nas instâncias internacionais, de que é exemplo a então destacada atuação trinitária como membro do Movimento dos Não-Alinhados, a política exterior trinitária refletiu, em uma primeira fase, os especiais laços com a Grã-Bretanha herdados do sistema colonial e, mais recentemente, sua relação privilegiada com os Estados Unidos da América.

Procurando contrabalançar o que considera peso excessivo da presença comercial, política e cultural norte-americana, o Governo trinitário tem procurado estabelecer outros pólos de relacionamento, dentre os quais merecem destaque:

a) **Renovação dos laços com a Europa.** O país tem procurado manter um relacionamento especial com a Europa, em particular com a Grã-Bretanha. Em junho de 2000, o Acordo de Lomé foi substituído pelo Acordo de Cotonou, assinado no Benin entre a União Européia e setenta e sete Estados do Grupo ACP (Ásia, Caribe e Pacífico), formado em sua maioria por ex-colônias européias, que redefine as relações comerciais, políticas e econômicas entre a Europa e suas ex-colônias. Elemento chave para a concretização dessa meta é a promoção do papel do setor privado nas negociações.

b) **Estreitamento dos laços com o Canadá.** Tendo em vista especialmente os laços históricos e o relevante fluxo migratório trinitário para aquele país, o Governo de Trinidad e Tobago demonstra interesse no estreitamento dos laços entre Port of Spain e Ottawa, incentivando sua já expressiva presença comercial nas duas ilhas caribenhas. Os investimentos canadenses em Trinidad e Tobago elevam-se a US\$ 4 bilhões.

c) **Aproximação com a América do Sul.** O Governo trinitário demonstra grande interesse em um relacionamento mais estreito com o MERCOSUL, com natural ênfase, em termos bilaterais, na aproximação com o Brasil e a Argentina. Ao mesmo tempo, busca conseguir o apoio de Brasília à aspiração de ver sediado em Port of Spain o Secretariado da Área de Livre Comércio das Américas –

ALCA, tema prioritário da agenda diplomática da Chancelaria. Destacam-se as intensas relações entre Trinidad e Tobago e a Venezuela, país vizinho ao qual Port of Spain confere grande prioridade. Em agosto de 2003, o primeiro mandatário venezuelano afirmou que “devia a Trinidad e Tobago quinhentos mil anos de amor e gratidão”, referindo-se ao embarque de quinhentos mil barris de petróleo enviados por Trinidad e Tobago em 2002, no auge da crise política que quase estrangulou a economia venezuelana. Dias após a visita de Chávez a Port of Spain, foi assinado Memorandum de Entendimento para a unificação de exploração de jazidas de petróleo. Chávez declarou que o referido memorandum “pavimentaria o caminho de seu grande plano para a América Latina e os países caribenhos de estabelecer uma companhia multinacional de petróleo, a Petroamérica ou Petrosul, com suas reservas de gás e de petróleo”. Estuda-se a possibilidade de se construir um duto submarino para transporte de gás natural, com o que Trinidad e Tobago estaria em condições de fornecer o produto a quase toda a região.

d) **Estreitamento dos laços com a Índia.** O Governo trinitário tem tradicionalmente procurado maior aproximação com países de traços étnicos comuns. Na gestão do primeiro Chefe de Governo de etnia indiana, a Índia recebeu qualificada atenção.

e) **Relações com a República Popular da China.** As relações entre Port of Spain e Pequim têm-se desenvolvido em ritmo positivo há trinta anos. Existem acordos sobre bitributação e sobre promoção e proteção de investimentos. O asfalto ocupa lugar prioritário no intercâmbio comercial bilateral.

f) **Busca de diálogo com o continente africano.** Ainda no campo da aproximação com países de traços étnicos comuns, registra-se a busca de diálogo com países africanos, em especial com a Nigéria. As tentativas de aproximação trinitária não corresponderam de todo às expectativas de Port of Spain, em razão, principalmente, da limitada capacidade de resposta dos interlocutores africanos.

g) **Expectativa de liderança no Caribe.** O Governo trinitário aspira a um papel de preeminência no contexto geopolítico do Caribe, em especial no Caribe anglófono, onde compete com a Jamaica e Barbados como centro de referência para Estados de menor expressão. Assim, a Chancelaria trinitária promove participação ativa nos numerosos organismos sub-regionais, com ênfase para a CARICOM. Em um contexto regional mais abrangente, Trinidad e Tobago conseguiu obter que a sede do Secretariado da Associação dos Estados Caribenhos – AEC/ACS fosse instalada em Port of

Spain. Tais circunstâncias deram origem, em alguns setores, a um discurso segundo o qual Port of Spain seria a “capital diplomática do Caribe”.

h) **Relações multilaterais.** Trinidad e Tobago tem sempre professado apoio à ONU e à OEA, bem como às diversas organizações interamericanas. Seu interesse sobre os dois primeiros organismos foi, em 1989, aumentado pela candidatura de Nita Barrow, de Barbados, à presidência da AGNU, pela qual o país se empenhou, como também pela posse, em 1990, na Secretaria-Geral Adjunta da OEA, do então Embaixador trinitário em Caracas, Christopher Thomas, reeleito em 1995. O mesmo ocorreu por ocasião da candidatura de Julian Hunte à presidência da 58ª AGNU.

i) **Relações com os EUA.** Apesar do grande peso da presença comercial, política e cultural dos Estados Unidos, Trinidad e Tobago continua mantendo algumas diferenças de posição com Washington, como as que se observam nas discussões de alguns pontos de negociação sobre a ALCA, na resistência à pressão norte-americana para que seus militares sejam isentos de processos pelo Tribunal Penal Internacional e sobre as circunstâncias que envolveram o afastamento do ex-presidente Jean-Bertrand Aristide do Haiti.

j) **Relações com Barbados.** As relações com Barbados foram negativamente afetadas pela decisão deste último país de submeter a disputa sobre sua Zona Econômica Exclusiva ao Tribunal das Nações Unidas, em Hamburgo, sobre o Direito do Mar. Embora o litígio venha girando em torno de direitos de pesca, adquire contornos mais sérios pelo potencial de reservas de petróleo e gás na região. Tanto Barbados quanto a Guiana demonstram preocupação com a possibilidade de que o Tratado de Delimitação Marítima assinado entre Trinidad e Tobago e Venezuela em 1990 venha a infringir direitos em sua Zona Econômica Exclusiva – ZEE. Em março de 2004, os dois países ratificaram o acordo assinado em dezembro de 2003 sobre cooperação na ZEE.

A economia de Trinidad e Tobago é a mais diversificada e industrializada do Caribe anglófono, em função, sobretudo, das reservas de petróleo e de gás natural que atraem investimentos para indústrias do setor energético. O país possui também um dos maiores depósitos de asfalto do mundo, tendo sua indústria se desenvolvido a partir de 1991.

Historicamente, açúcar, cacau e tabaco foram os principais produtos da pauta de exportações trinitária. Atualmente, entretanto, a agricultura representa pequena parte do PIB de Trinidad e Tobago.

Nos anos 90, graças a medidas de privatização, ajuste fiscal e liberalização comercial, supervisionadas pelo FMI e pelo Banco Mundial, Trinidad e Tobago experimentou importante crescimento econômico: 3,2% em 1998, 7,1% em 1999, 6,9% em 2000, 5,0% em 2001, 3,1% em 2002 e 3,7% em 2003. Nos primeiros dez meses de 2003, a atividade econômica de Trinidad e Tobago aumentou devido, primariamente, ao setor energético.

O atual governo do PNM tem como uma de suas metas principais o aumento dos gastos sociais e de infra-estrutura, a partir de maior arrecadação de impostos no setor de energia.

Afetado em consequência dos atentados de 11 de setembro de 2001, o setor de turismo vem apresentando algum crescimento, embora não represente para Trinidad e Tobago o mesmo papel relevante que em outras economias caribenhas.

O Primeiro-Ministro Patrick Manning declarou que o ano de 2004 teria como tema principal o “delineamento do trajeto para 2020”, cuja primeira fase implica medidas nas áreas de educação, saúde, habitação, serviços sociais e segurança pública.

O comércio exterior de Trinidad e Tobago baseia-se quase exclusivamente no setor petrolífero. A falta de descoberta de novas reservas do produto nos últimos anos tem causado quedas na produção. Assim, o Governo trinitário passou a efetuar importantes investimentos em atividades exploratórias, além de ampliar a exploração do gás natural.

Principal parceiro comercial de Trinidad e Tobago, os EUA fornecem a maior parte das importações trinitárias e são destino de importante parcela das exportações do país.

A CARICOM também constitui importante mercado para as exportações de Trinidad e Tobago. Os principais países de destino na referida comunidade são Jamaica, Barbados e Guiana.

Trinidad e Tobago tem tido papel bastante importante na iniciativa de um mercado e economia únicos do Caribe (Caribbean Single Market and Economy – CSME). A implementação do CSME é aguardada para 2005. Em essência, o CSME consistirá em um bloco comercial, cujo objetivo é o de fortalecer a capacidade negociadora da região e permitir participação com maiores benefícios na ALCA. Um dos objetivos de um mercado único é o de maximizar as capacidades produtivas visando à penetração, com êxito, nos mercados externos.

Trinidad e Tobago tem procurado diversificar seus mercados. Nesse contexto, tem recentemente buscado uma aproximação mais significativa com o “North American Free Trade Agreement – NAFTA” e com o MERCOSUL. A Índia desponta como atraente alternativa de comércio, dado representar importante componente étnico na sociedade trinitária.

As importantes jazidas de asfalto a céu aberto com que conta o país fornecem produto que se destaca na pauta de exportações para a República Popular da China. Relativamente ao alumínio, cabe ressaltar a assinatura, em maio de 2004, de Memorando de Entendimento entre a ALCOA, a NATIONAL ENERGY CORPORATION trinitária e a Companhia venezuelana SURAL, para a construção de uma usina de fundição desse metal, com capacidade aproximada de 250.000 toneladas métricas e um custo estimado em US\$ 1 bilhão.

Relações com o Brasil

As relações bilaterais Brasil-Trinidad e Tobago têm início antes mesmo da independência trinitária, com a criação, em 1942, do Vice-Consulado do Brasil em Port of Spain, como parte do esforço conjunto aliado de guerra ao nazismo. Port of Spain era sede de importante base naval americana e os EUA construíram, na região centro-norte da então colônia britânica, uma base aérea integrada ao mesmo sistema das bases do litoral norte do Brasil. A estratégica posição de Trinidad e Tobago para o transporte marítimo entre os EUA e a América do Sul reflete-se no elevado número de ações militares em águas trinitárias durante a II Guerra Mundial, com o afundamento, inclusive, de alguns navios brasileiros.

A representação brasileira foi elevada à categoria de Consulado e, em 1965, três anos após a independência, para Embaixada. Na década de 1950, o relacionamento do Brasil com Trinidad e Tobago foi facilitado pelo fato de empresa de transporte aéreo fazer escala regular em vôos do Brasil para Nova York.

As relações bilaterais têm-se caracterizado pela cordialidade e pela busca de cooperação, tanto no plano bilateral quanto nos foros internacionais. O intercâmbio comercial é setor que apresenta perspectiva de crescimento, em vista da mudança que Trinidad e Tobago está procurando estabelecer em suas fontes de suprimento externo, de certa forma descobrindo o mercado exportador e importador brasileiro.

Outros setores, como cooperação técnica e turismo, apresentam acentuado potencial e muito poderiam contribuir para o adensamento do intercâmbio Brasil-Trinidad e Tobago.

A Comissão Mista Bilateral, cuja mais recente reunião realizou-se em abril de 1989, em Brasília, constitui o foro adequado para uma abordagem sistêmica do relacionamento Brasil-Trinidad e Tobago. A retomada dos seus trabalhos muito contribuiria para impulsionar as relações bilaterais.

Brasil e Trinidad e Tobago têm, na maioria das vezes, posições convergentes em temas internacionais. Nos foros multilaterais, ambos os países defendem os princípios básicos da convivência entre os Estados, como o respeito aos tratados, a solução pacífica das controvérsias, o repúdio ao uso ou à ameaça de uso da força e o fortalecimento das organizações internacionais.

Nas agências do sistema da ONU e do sistema interamericano, representantes brasileiros e trinitários têm adotado posição de franca cooperação. Nas eleições para esses foros, o Brasil tem, freqüentemente, recebido o apoio trinitário e, da mesma forma, apóia candidatos de Trinidad e Tobago. O Brasil apoiou, desde o início, o nome do Embaixador Christopher Thomas tanto para sua eleição, em 1989, para o cargo de Secretário-Geral Adjunto da OEA, como para sua reeleição, em junho de 1995. A posição trinitária de apoio a candidaturas institucionais do Brasil e de cidadãos brasileiros tem apenas variado quando a região caribenha apresenta um candidato próprio, mantendo-se Trinidad e Tobago fiel à solidariedade sub-regional. O Governo trinitário tem igualmente apoiado as posições de interesse do Brasil em diversos processos de negociação.

Trinidad e Tobago procura diversificar suas relações com os países do hemisfério, destacando-se seu interesse em privilegiar uma aproximação com o MERCOSUL e, especialmente, com o Brasil.

Conforme comenta o Embaixador de Trinidad e Tobago em Brasília, a visita realizada pelo Chanceler brasileiro a Port of Spain, no dia 13 de janeiro de 2005, foi um passo importante para elevar o patamar do relacionamento bilateral entre os dois países:

“However, with the recent visit to Trinidad and Tobago by Brazil’s Foreign Minister, doors may now be opened to improve, especially, the political relationship between the two countries”.¹¹

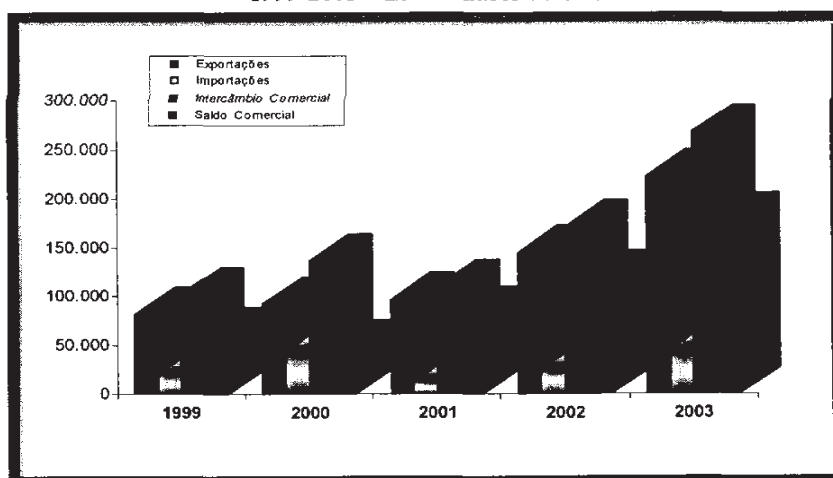
O intercâmbio comercial entre o Brasil e Trinidad e Tobago, sempre superior a 25% do total do intercâmbio com a CARICOM no período analisado, mostra acentuada tendência de crescimento, tendo alcançado, nos onze primeiros meses de 2004, valor próximo a meio bilhão de dólares. Ainda que continue sendo altamente superavitário para o lado brasileiro, é o mercado mais importante na área da Bacia do Caribe para a venda de produtos brasileiros. Os principais produtos exportados pelo Brasil são minério de ferro e combustíveis, enquanto que as vendas de Trinidad e Tobago se concentram em amoníaco anidro. Os dados relevantes são apresentados no quadro do intercâmbio comercial Brasil – Trinidad e Tobago, a seguir:

**Intercâmbio Comercial Brasil – Trinidad e Tobago
2000 – 2004 (parcial)**

| INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-TRINIDAD E TOBAGO⁽¹⁾ | 2000 | 2001 | 2002 | 2003⁽²⁾ |
|--|------------------|----------------|----------------|---------------------------|
| (US\$ mil. Tob) | | | | |
| Exportações | 92.566 | 96.906 | 144.678 | 223.089 |
| Variação em relação ao ano anterior | 13,40% | 4,69% | 49,30% | 54,20% |
| Part. (%) no total das exportações brasileiras para o CARICOM | 39,00% | 26,44% | 24,76% | 28,60% |
| Part. (%) no total das exportações brasileiras | 0,17% | 0,17% | 0,24% | 0,31% |
| Importações | 44.157 | 13.294 | 25.723 | 44.623 |
| Variação em relação ao ano anterior | 110,91% | -69,89% | 93,49% | 73,48% |
| Part. (%) total das importações brasileiras do CARICOM | 80,65% | 59,07% | 67,89% | 90,58% |
| Part. (%) total das importações brasileiras | 0,08% | 0,02% | 0,05% | 0,09% |
| Intercâmbio Comercial | 136.723 | 110.200 | 170.401 | 267.712 |
| Variação em relação ao ano anterior | 33,30% | -19,40% | 54,63% | 57,11% |
| Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-CARICOM | 46,81% | 28,33% | 27,39% | 32,29% |
| Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro | 0,12% | 0,10% | 0,16% | 0,22% |
| Saldo Comercial | 48.409 | 83.612 | 118.955 | 178.466 |
| <small>(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.</small> | | | | |
| <small>(2) Dados preliminares</small> | | | | |
| INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-TRINIDAD E TOBAGO⁽¹⁾ | 2003 | | 2004 | |
| (US\$ mil. Tob) | (Jan-Nov) | | | |
| Exportações | 199.018 | | 468.754 | |
| Variação em relação ao mesmo período do ano anterior | 62,8% | | 135,5% | |
| Part. (%) no total das exportações brasileiras para o CARICOM | 29,7% | | 43,1% | |
| Part. (%) no total das exportações brasileiras | 0,3% | | 0,5% | |
| Importações | 37.435 | | 42.445 | |
| Variação em relação ao mesmo período do ano anterior | 75,6% | | 13,4% | |
| Part. (%) total das importações brasileiras do CARICOM | 137,6% | | 58,1% | |
| Part. (%) total das importações brasileiras | 0,1% | | 0,1% | |
| Intercâmbio Comercial | 236.453 | | 511.199 | |
| Variação em relação ao mesmo período do ano anterior | 64,7% | | 116,2% | |
| Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-CARICOM | 33,9% | | 44,1% | |
| Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro | 0,2% | | 0,4% | |
| Saldo Comercial | 161.583 | | 426.309 | |
| <small>Fonte: MDIC/SECEX/Sistema ALICE</small> | | | | |
| <small>(1) Dados preliminares</small> | | | | |
| <small>Elaboração: MRE / DPR / DIC - Divisão de Informação Comercial, Janeiro / 2005.</small> | | | | |

Na Figura abaixo, a representação gráfica da evolução do intercâmbio comercial Brasil – Trinidad e Tobago.

Evolução do Intercâmbio Comercial Brasil – Trinidad e Tobago
1999-2003 – Em milhares de US\$



Elaboração: MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial.

Fonte: MDIC/SECEX/Sistema ALICE

ⁱ Contrato obrigando uma pessoa a trabalhar para outra por um dado período de tempo. Muito utilizado para trazer indianos para Trinidad, com promessa de retorno a seu país após o prazo do contrato.

ⁱⁱ “Contudo, com a recente visita a Trinidad e Tobago do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, as portas podem estar abertas para melhorar, de modo especial, a relação política entre os dois países.” - Embaixador Winston Clyde Moore, Representante Plenipotenciário da República de Trinidad e Tobago em Brasília. (tradução livre).

Aviso nº 483 – C. Civil

Em 18 de maio de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Luiz Fernando Gouvea de Athayde, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– As matérias vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, mensagem que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 141, DE 2005

(Nº 297/2005, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,
Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los de que me ausentarei do País no período de 22 a 29 de maio de 2005, para realizar visitas oficiais à República da Coreia (Seul), nos dias 23 a 25, e ao Japão (Tóquio), nos dias 26 e 27, e (Nagóia), no dia 28.

Brasília, 19 de maio de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Aviso nº 493 – C. Civil

Em 19 de maio de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Viagem.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunica que se ausentará do País no período de 22 a 29 de maio de 2005, para realizar visitas oficiais à República da Coreia (Seul), nos dias 23 a 25, e ao Japão (Tóquio), nos dias 26 e 27, e (Nagóia), no dia 28.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– O expediente que acaba de ser lido será anexado ao processado da Mensagem nº 11, de 2005, e vai à publicação.

Sobre a mesa, mensagem que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 142, DE 2005

(Nº 299/2005, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,
De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com o art. 10 da Lei nº

9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Brasília, 19 de maio de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 35/2005-MS

Brasília, 11 de maio de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à superior decisão de Vossa Excelência a recondução do Senhor Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques, no cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, decorrente do término do seu mandato, 13 de Junho de 2005.

Conforme documentação enviada à Chefia da Casa Civil por meio do Aviso nº 400/GM, e tendo em vista os expressos termos da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, considero atendidos os requisitos legais para o preenchimento do referido cargo.

Na expectativa de contar com a aquiescência de Vossa Excelência, tomo a liberdade de sugerir que o nome do indicado, com fundamento no inciso III, alínea f do art. 52 da Constituição Federal, seja submetido à aprovação prévia do Senado Federal.

Respeitosamente, - **Humberto Sérgio Costa Lima**.

CURRÍCULO

Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques

Brasília, 18 de maio de 2005

DADOS PESSOAIS

NOME: Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques

ENDEREÇO: SHIN QI 01 Conj. 03 Casa 01 – Lago Norte

CEP: 71505-030

TELEFONE RESIDENCIAL: (61) 468-6312

TELEFONE COMERCIAL: (61) 448--3177

FILIAÇÃO: Clywaldo Pessanha Henriques e Sara Maierovitch Pessanha Henriques

INSCRIÇÃO NO CRM: 10.940.193 – SSP/SP

CPF: 059.514.278-86

PASSAPORTE: CG 601813

MATRÍCULA SIAPE: 1304678

DATA NASCIMENTO: 28/07/1961

ESTADO CIVIL: Solteiro

PROFISSÃO: Médico

ID - 109.401.93 SSP/SP

Formação Educacional

- Mestre em Medicina na área de concentração em Medicina Preventiva. Dissertação apresentada em 16/06/92. Título: "A Vigilância Sanitária dos Portos: Experiência da Prevenção à Entrada da Cólera no Porto de Santos". Orientadora: Prof^a Dra. Marcília de Araújo Medrado Faria. Nota obtida: 10,0 com Distinção.
- Especialização em Administração Hospitalar e de Serviços de Saúde - Setor Público. Programa de Administração Hospitalar e de Saúde - Fundação Getúlio Vargas - Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Conclusão em 1987.
- Residência Médica em Medicina Preventiva e Social. Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (1985/1986).
- Graduação em Medicina. Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Conclusão em 1984.

Atividades Profissionais

- Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Ministério da Saúde, de 13 de junho de 2002 até 12 de novembro de 2003, responsável pelas áreas de tecnologias de serviços de saúde, tecnologias de produtos para a saúde e sangue e hemoderivados.
- Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Ministério da Saúde, de 13 de junho de 2002 até a presente data, responsável pelas áreas: Procuradoria, Corregedoria, Ouvidoria, Auditoria, Assessoria de Relações Institucionais, Gerência-Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde, Gerência-Geral de Sangue, outros Tecidos, Células e Órgãos, Gerência-Geral de Regulação Econômica e Monitoramento de Mercado, Núcleo de Assessoramento à Gestão Estratégica, Núcleo de Assessoramento em Comunicação Social e Institucional, Coordenação de Propriedade Intelectual, Comitê Setorial de Processos e Desburocratização, Comitê de Política de Recursos Humanos para Vigilância Sanitária.
- Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Ministério da Saúde, em exercício a partir de 16 de maio de 2003, responsável pelas áreas: Procuradoria, Corregedoria, Ouvidoria, Auditoria, Assessoria de Relações Institucionais, Gerência-Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde, Gerência-Geral de Sangue, outros Tecidos, Células e Órgãos, Gerência-Geral de Regulação Econômica e Monitoramento de Mercado, Núcleo de Assessoramento à Gestão Estratégica, Núcleo de Assessoramento em Comunicação Social e Institucional, Coordenação de Propriedade Intelectual, Comitê Setorial de Processos e Desburocratização, Comitê de Política de Recursos Humanos para Vigilância Sanitária.

- Diretor-adjunto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Ministério da Saúde (desde agosto de 1999), responsável pelas áreas de tecnologias de serviços de saúde, tecnologias de produtos para a saúde e sangue e hemoderivados.
- Médico da Prefeitura Municipal de Santos (plantonista - clínica médica; afastado junto à Anvisa).
- Médico Sanitarista do Núcleo de Endemias e Epidemias do Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de S.P. (desde fevereiro de 1997; afastado junto à Anvisa).
- Gerente do Hospital Geral de Itapeverica da Serra, público estadual, sob gestão do SECONCI - Organização Social de Saúde (jan. -abril/1999); coordenou também a equipe de implantação.
- Diretor do Hospital Municipal de Itanhaém - S.P. (fev-maio/1997).
- Secretário de Higiene e Saúde do Município de Santos (1993 / 1996).
- Implantou e coordenou o Centro de Controle de Doenças da Secretaria de Higiene e Saúde de Santos (1989/1993).
- Diretor do Grupo Técnico de Saúde Ambiental e do Trabalho do Centro de Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (1988/1989).
- Assistente Técnico de Direção do Escritório Regional de Saúde 1 da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, onde trabalhou na implantação e coordenou o Programa de Saúde do Trabalhador (1986/1987).
- Médico Sanitarista da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo desde 1986.

Consultorias

- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD/ Ministério da Saúde do Brasil - Centro Nacional de Epidemiologia: avaliação dos serviços de vigilância epidemiológica dos estados (1998).
- Serviço Social da Construção Civil e do Mobiliário do Estado de São Paulo - SECONCI: planejamento dos serviços do Hospital Estadual do Grajaú - SP (1998).
- Fundação Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo: Coordenação da equipe de planejamento e organização do Hospital Estadual de Itapeverica da Serra - SP (1998).
- Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, nas áreas de planejamento, avaliação e controle, programas, políticas de saúde e desenvolvimento dos trabalhadores em saúde (contratado por notória especialização 1997-98)

Outras Atividades

- Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Santos - 1994.
- Aulas ministradas em universidades: Universidade de São Paulo (Faculdades de Medicina e de Saúde Pública), Universidade Estadual de Campinas (Faculdade de Medicina), Universidade Federal do Maranhão (Curso de Especialização em Saúde Pública), Programa de Administração Hospitalar e de Serviços de Saúde (PROAHSA-HCFMUSP-FGV), Universidade Federal do Espírito Santo (Curso de Desenvolvimento para a Gestão Municipal), Universidade Nacional de Brasília (Curso de Especialização em Vigilância Sanitária), Escola Nacional de Saúde Pública (Curso de Especialização em Vigilância Sanitária e Curso de Especialização em Saúde Pública- UNISANTOS).
- Responsável pelo curso de Epidemiologia, ministrado aos alunos de Aprimoramento Profissional do Instituto de Saúde - SES-SP.
- Supervisão de estágio de alunos de Aprimoramento Profissional do Instituto de Saúde - SES-SP
- Monitoria de cursos de Epidemiologia Clínica e Metodologia Epidemiológica, módulos I e II, nas Universidades de São Paulo e Federal de Belo Horizonte.
- Monitoria do Treinamento Básico em Vigilância Epidemiológica SES-SP
- Co-organizador e autor de capítulos do livro "Contra a Maré à Beira-mar - A Experiência do SUS em Santos", 1ª Edição: Ed. Scritta, São Paulo, 1996; 2ª Edição: Ed. Hucitec, São Paulo, 1997.
- Membro da Comissão Bipartite Estadual do Estado de São Paulo (1994/1995). Participação também na Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Rio Grande do Sul e Comissão Intergestores Tripartite Nacional.

Reconhecimentos/Homenagens

- 4ª edição do *Prêmio Saúde Brasil* em 8 de dezembro de 2004, no Museu de Arte Moderna de São Paulo.
- Homenagem em encontro organizado pela Comunidade Marítima Portuária, e pelo Sindicato das Agências de Navegação Marítima e Atividades Afins do Estado do RJ/SINDARIO, em 22 de fevereiro de 2005 no Rio de Janeiro.

Brasília, 03 de maio de 2005.


Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques.

Aviso nº 495 - C. Civil.

Brasília, 19 de maio de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária — ANVISA.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado- Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....
III - aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

.....
f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

.....
LEI Nº 9.782, DE 26 DE JANEIRO DE 1999

Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.

.....
Art. 10. A gerência e a administração da Agência serão exercidas por uma Diretoria Colegiada, composta por até cinco membros, sendo um deles o seu Diretor-Presidente.

Parágrafo único. Os Diretores serão brasileiros, indicados e nomeados pelo Presidente da República após aprovação prévia do Senado Federal nos termos do art. 52, III, “f”, da Constituição Federal, para cumprimento de mandato de três anos, admitida uma única recondução.

.....
(À Comissão de Assuntos Sociais.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Sobre a mesa, ofícios de Ministros de Estado que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

**OFÍCIOS
DE MINISTRO DE ESTADO**

- Nº 11/2005, de 5 do corrente, do Ministro das Relações Exteriores, encaminhando resposta ao Requerimento nº 175, de 2005, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.
- Nº 77/2005, de 18 do corrente, do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando resposta ao Requerimento nº 79, de 2005, do Senador Arthur Virgílio; e
- Nº 83/2005, de 18 do corrente, do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando resposta ao Requerimento nº 24, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência comunica ao Plenário que o **Ofício nº S/37, de 2005** (nº 12/2005, na origem), dos Procuradores-Gerais de Justiça dos Ministérios Públicos Estaduais, vai ao Arquivo, uma vez que já foram escolhidas, dentre os nomes propostos, três indicações para, após sabatina da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e apreciação pelo Plenário do Senado, comporem o Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos do inciso III do art. 130-A da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência comunica ao Plenário que a Medida Provisória nº 250, de 2005, que “abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), para os fins que especifica”, será encaminhada, nos termos do §6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002 – CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, após o término do prazo para recebimento de emendas.

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

| MPV Nº 250 | |
|---|---|
| Publicação no DO | 20-5-2005 |
| Emendas | até 26-5-2005 (7º dia da publicação) |
| Prazo final na Comissão | 20-5-2005 a 2-6-2005 (14º dia) |
| Remessa do Processo à CDE | 2-6-2005 |
| Prazo na CD | de 3-6-2005 a 16-6-2005 (15º ao 28º dia) |
| Recebimento previsto no SF | 16-6-2005 |
| Prazo no SF | 17-6-2005 a 30-6-2005 (42º dia) |
| Se modificado, devolução à CD | 30-6-2005 |
| Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD | 1º-8-2005 a 3-8-2005 (43º ao 45º dia) |
| Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de | 4-8-2005 (46º dia) |
| Prazo final no Congresso | 18-8-2005 (60 dias) |

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 536, de 2005**, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 540/2005–TCU–Plenário, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam referentes ao pedido de reexame do Acórdão nº 1.590/2003–TCU–Plenário, interposto por Jairo da Cruz Ferreira e Ari Pereira da Cruz.

O expediente anexado ao processado do Requerimento nº 1.060, de 1996, vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI SENADO Nº 181, DE 2005

Autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo de Recuperação Econômica de Foz do Iguaçu (FUNREF) e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Fundo de Recuperação Econômica de Foz do Iguaçu (Funref), com o objetivo de prestar assistência financeira aos empreendimentos produtivos considerados de interesse para a recuperação econômica do Município de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná.

Art. 2º Constituem recursos do Fundo de Recuperação Econômica de Foz do Iguaçu:

I — dotações orçamentárias à conta de recursos do Tesouro Nacional;

II — dotações governamentais de origem estadual ou municipal, bem como auxílios, subvenções, contribuições, doações de entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras;

III — eventuais resultados de aplicações financeiras dos seus recursos;

IV — transferência de outros fundos;

V — outros recursos previstos em lei.

Parágrafo único. As disponibilidades financeiras do Fundo de Recuperação Econômica de Foz do Iguaçu ficarão depositadas na Conta Única do Tesouro Nacional.

Art. 3º O contribuinte do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica, domiciliado no Estado do Paraná, mediante indicação em sua declaração anual, poderá optar, até 2015, pela aplicação de 5% do imposto devido no Fundo de Recuperação Econômica de Foz do Iguaçu, na forma prescrita em seu regulamento.

Art. 4º O Fundo de Recuperação Econômica de Foz do Iguaçu terá como agentes operadores instituições financeiras oficiais federais, a serem definidas em ato do Poder Executivo.

Art. 5º O Poder Executivo fica autorizado a criar o Grupo Executivo para Recuperação Econômica de Foz do Iguaçu, com competência para fixar as diretrizes, critérios e prioridades para a aplicação dos recursos previstos nesta lei.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O município de Foz do Iguaçu, localizado na tríplce fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, foi vítima de políticas imprevidentes e imediatistas, que levaram à situação de decadência social e econômica, evidenciada, em passado recente, pela deprimente dependência do comércio de produtos contrabandeados.

Embora a dependência em relação ao comércio de bens contrabandeados tenta sido afastada pela adoção de medidas vigorosas por parte do Governo Federal, persiste a situação econômica aflitiva do município, com taxas de desemprego e de violência crescentes.

Muitos dos problemas existentes devem-se ao fato de não ter havido compensação realista ao município por ter cedido parte significativa de seu território para o tombamento, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), do Parque Nacional do Iguaçu e para a construção da usina

hidrelétrica de Itaipu. Com muito esforço, o município obteve os **royalties** da hidrelétrica, que atenuam suas enormes carências financeiras. Entretanto, o Parque Nacional do Iguaçu tornou-se uma imensa área que não gera receitas para o governo municipal, nem mesmo as decorrentes da visitação dos turistas.

O espaço territorial mínimo que restou a Foz do Iguaçu não é sequer compatível com a produção agrícola de subsistência. Ademais, não existe área condizente para a instalação de grandes fábricas.

Diante deste quadro, o município necessita de ajuda especial e concreta para se manter. Tal ajuda poderia se concretizar com a criação do Fundo de Recuperação Econômica de Foz do Iguaçu, cujos recursos adviriam da aplicação, por parte de pessoas jurídicas domiciliadas no Estado do Paraná, de até 5% do imposto sobre a renda por elas devido.

A instituição de um fundo de recuperação, embasado em incentivos fiscais, é plenamente defensável ante o histórico débito que a União tem para com Foz do Iguaçu. Também é compatível com os princípios presentes na Constituição Federal, que, em seu artigo 151, admite a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.

Sala das Sessões, 23 de maio de 2005 – Senador **Alvaro Dias**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

.....
Art. 151. É vedado à União:

I - instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do País;

II - tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes;

III - instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

.....
(À Comissão de Assuntos Econômicos,
em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 182, DE 2005

Altera o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, para definir como crime de responsabilidade a aplicação indevida de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que impliquem na suspensão do oferecimento da merenda escolar.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º do Decreto-Lei nº, 201, de 27 de fevereiro de 1967, passa a vigorar acrescido de inciso XXIV e de § 3º, com a seguinte redação:

“Art. 1º

.....
XXIV – aplicar indevidamente os recursos destinados à execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que implique a suspensão do oferecimento da merenda escolar, ou deixar de prestar contas dos recursos aplicados, no prazo e forma definidos pelas normas do Programa.

.....
§ 3º Na hipótese do inciso XXIV, a inabilitação para o exercício de cargo ou junção pública, a que se refere o § 2º tem prazo de oito anos. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, define, em seu art. 1º, as condutas que configuram crimes de responsabilidade dos prefeitos municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores. Pela presente proposição, acresce-se nova hipótese, que consiste em aplicar indevidamente os recursos destinados à execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que implique a suspensão do oferecimento da merenda escolar.

Esse Programa, de grande relevância social, garante recursos financeiros destinados à alimentação escolar dos alunos da educação infantil (creches e pré-escola) e do ensino fundamental matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Desse modo, atende às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, possibilitando o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes.

O PNAE tem amparo no art. 208 da Constituição Federal, segundo o qual o dever do Estado com a educação será efetivado mediante: a garantia de ensino fundamental, obrigatório e gratuito (inciso I); atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade (inciso IV); atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (inciso VII).

O programa funciona hoje de forma descentralizada, mediante repasse de recursos feito diretamente aos estados e municípios, com base no censo escolar do ano anterior ao do atendimento. Segundo dados do Ministério da Educação, para 2005, o orçamento do programa é de R\$ 1,14 bilhão, visando a atender 36,4 milhões de alunos.

Fundamental, portanto, que os recursos repassados aos municípios sejam adequadamente aplicados, a fim de cumprir os elevados propósitos do Programa. Para garantir certeza no emprego desses recursos, a proposta de alteração do Decreto-Lei 201, de 27 de fevereiro de 1967 visa impedir a suspensão da distribuição da merenda nos casos em que a autoridade política responsável deixar de atender às exigências de prestação de contas, evitando-se, desta forma, o sacrifício das crianças em nome da moralidade.

A presente proposição cria nova hipótese de crime de responsabilidade da autoridade municipal sempre que esta deixe de aplicar devidamente os recursos do PNAE, implicando a suspensão da distribuição da merenda escolar ou na prestação indevida das contas dos recursos aplicados. Ao invés de punir a criança com a interrupção no fornecimento da merenda, pune-se a autoridade com a suspensão de seu mandato e sua conseqüente inegibilidade.

Observe-se que, além da pena principal de detenção (§ 1º do art. 1º), serão aplicáveis as penas acessórias (§ 2º do art. 1º) de perda do cargo e inabilitação para o exercício de cargo ou função pública, efetivo ou de nomeação, sem prejuízo da reparação civil do dano causado ao patrimônio público ou particular. Mas, para a hipótese criada, o prazo para essa inabilitação passa a ser de oito anos (novo § 3º do art. 1º), em face das graves conseqüências advindas da suspensão do fornecimento da merenda escolar.

Pelas razões expostas, solicito o apoio dos ilustres Parlamentares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 23 de maio de 2005. – Senador **Cristovam Buarque**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria;

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

DECRETO-LEI Nº 201, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências.

Art. 1º São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:

I - apropriar-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-los em proveito próprio ou alheio;

II - utilizar-se, indevidamente, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos;

III - desviar, ou aplicar indevidamente, rendas ou verbas públicas;

IV - empregar subvenções, auxílios, empréstimos ou recursos de qualquer natureza, em desacordo com os planos ou programas a que se destinam;

V - ordenar ou efetuar despesas não autorizadas por lei, ou realizá-las em desacordo com as normas financeiras pertinentes;

VI - deixar de prestar contas anuais da administração financeira do Município a Câmara de Vereadores, ou ao órgão que a Constituição do Estado indicar, nos prazos e condições estabelecidos;

VII - Deixar de prestar contas, no devido tempo, ao órgão competente, da aplicação de recursos, empréstimos subvenções ou auxílios internos ou externos, recebidos a qualquer título;

VIII - Contrair empréstimo, emitir apólices, ou obrigar o Município por títulos de crédito, sem autorização da Câmara, ou em desacordo com a lei;

IX - Conceder empréstimo, auxílios ou subvenções sem autorização da Câmara, ou em desacordo com a lei;

X - Alienar ou onerar bens imóveis, ou rendas municipais, sem autorização da Câmara, ou em desacordo com a lei;

XI - Adquirir bens, ou realizar serviços e obras, sem concorrência ou coleta de preços, nos casos exigidos em lei;

XII - Antecipar ou inverter a ordem de pagamento a credores do Município, sem vantagem para o erário;

XIII - Nomear, admitir ou designar servidor, contra expressa disposição de lei;

XIV - Negar execução a lei federal, estadual ou municipal, ou deixar de cumprir ordem judicial, sem dar o motivo da recusa ou da impossibilidade, por escrito, à autoridade competente;

XV - Deixar de fornecer certidões de atos ou contratos municipais, dentro do prazo estabelecido em lei.

XVI — deixar de ordenar a redução do montante da dívida consolidada, nos prazos estabelecidos em lei, quando o montante ultrapassar o valor resultante da aplicação do limite máximo fixado pelo Senado Federal: (Inciso acrescido pela Lei nº 10.028, de 19-10-2000)

XVII — ordenar ou autorizar a abertura de crédito em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado Federal, sem fundamento na lei orçamentária ou na de crédito adicional ou com inobservância de prescrição legal; (Inciso acrescido pela Lei nº 10.028, de 19-10-2000)

XVIII — deixar de promover ou de ordenar, na forma da lei, o cancelamento, a amortização ou a constituição de reserva para anular os efeitos de operação de crédito realizada com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei: (Inciso acrescido pela Lei nº 10.028, de 19-10-2000)

XIX — deixar de promover ou de ordenar a liquidação integral de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária, inclusive os respectivos juros e demais encargos, até o encerramento do exercício financeiro; (Inciso acrescido pela Lei nº 10.028, de 19-10-2000)

XX — ordenar ou autorizar, em desacordo com a lei, a realização de operação de crédito com qualquer um dos demais entes da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que na forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida

contraída anteriormente; (Inciso acrescido pela Lei nº 10.028, de 19-10-2000)

XXI — captar recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido; (Inciso acrescido pela Lei nº 10.028, de 19-10-2000)

XXII — ordenar ou autorizar a destinação de recursos provenientes da emissão de títulos para finalidade diversa da prevista na lei que a autorizou; (Inciso acrescido pela Lei nº 10.028, de 19-10-2000)

XXIII — realizar ou receber transferência voluntária em desacordo com limite ou condição estabelecida em lei. (Inciso acrescido pela Lei nº 10.028, de 19-10-2000)

§ 1º Os crimes definidos neste artigo são de ação pública, punidos os dos itens I e II, com a pena de reclusão, de dois a doze anos, e os demais, com a pena de detenção, de três meses a três anos.

§ 2º A condenação definitiva em qualquer dos crimes definidos neste artigo, acarreta a perda de cargo e a inabilitação, pelo prazo de cinco anos, para o exercício de cargo ou função pública, eletivo ou de nomeação, sem prejuízo da reparação civil do dano causado ao patrimônio público ou particular.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 183, DE 2005

Estabelece que os benefícios da Previdência Social sejam reajustados com o mesmo percentual aplicado ao salário mínimo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 41 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com redação dada pelas Leis nºs 10.699, de 2003, 8.444, de 1992, 8.542, de 1992, 8.880, de 1994 e pela Medida Provisória nºs 2.187-13, de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 41. Os valores dos benefícios em manutenção serão reajustados, na mesma data de reajuste do salário mínimo e com o mesmo percentual, observados os seguintes critérios:

..... (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O governo vem promovendo um grande esforço no sentido de aumentar o poder aquisitivo do salário

mínimo, procurando atingir melhor distribuição de renda e redução da pobreza em nosso País.

Essas metas podem ser alcançadas mais facilmente se todos os benefícios da Previdência Social tiverem o mesmo reajuste do salário mínimo, incluindo a parcela a título de ganho real. Dessa maneira, o setor público, por intermédio do pagamento de aposentadorias, pensões e outros benefícios sociais e trabalhistas, estará impulsionando o processo redistributivo.

Assim, propomos essa alteração na legislação de forma a garantir que os benefícios pagos pela Previdência Social sejam majorados com o mesmo índice utilizado no incremento do salário mínimo.

Sala das Sessões, 23 de maio de 2005. – Senadora **Serys Slhessarenko**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

Art. 41. O reajustamento dos valores de benefícios obedecerá às seguintes normas:

LEI Nº 10.699, DE 9 DE JULHO DE 2003

Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2003, e dá outras providências.

LEI Nº 8.444, DE 20 DE JULHO DE 1992

Altera os arts. 30 e 58 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, e o art. 41 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social.

LEI Nº 8.542, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1992

Dispõe sobre a política nacional de salários e dá outras providências.

LEI Nº 8.880, DE 27 DE MAIO DE 1994

Dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica e o Sistema Monetário

Nacional institui a Unidade Real de Valor - URV e dá outras providências.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.187-13,
DE 24 DE AGOSTO DE 2001

Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social, e altera dispositivos das Leis nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 9.604, de 5 de fevereiro de 1998, 9.639, de 25 de maio de 1998, 9.717, de 27 de novembro de 1998, e 9.796, de 5 de maio de 1999, e dá outras providências.

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 549, DE 2005

Requer, ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, informações relativas à estrutura administrativa do Governo Federal.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros,

Com fundamento no disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e no inciso I, alínea a, do art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, requero a Vossa Excelência sejam solicitadas, ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Deputado Paulo Bernardo, as seguintes informações relativas à estrutura de pessoal dos órgãos da administração pública direta, indireta, suas autarquias, fundações, empresas públicas e de sociedade de economia mista:

1) Quais e quantas são, especificamente e em todos os órgãos da administração pública supracitados, as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo? Quais e quantas estão ocupadas e sendo exercidas?

2) Em relação aos mesmos órgãos da pergunta anterior, quais e quantos são os cargos em comissão? Destes, quantos são ocupados por servidores de carreira da administração pública? Quais e quantos destes cargos de livre nomeação e exoneração são ocupados por agentes públicos não vinculados à administração pública respectiva e referente ao cargo que exercem?

3) Em cada Função de Confiança e em cada Cargo Comissionado, qual o valor da remuneração respectiva.

Justificação

Objetivo, com este requerimento de informações destinado ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, hoje o titular responsável pela organização da máquina pública deve saber, com a maior precisão possível, qual é a verdadeira estrutura e a ocupação na máquina pública.

Hoje como infelizmente assim o foi em outros governos – a rigor isso vem desde a carta de Caminha –, vemos um verdadeiro loteamento dos cargos e funções públicas entre as diversas agremiações políticas que sustentam ou sustentariam e formariam a base político-institucional do Estado.

O princípio basilar de uma administração profissionalizada, estruturada em sólidas e valorizadas carreiras do serviço público tem sido desconsiderado e mais uma vez, a sociedade, que é o fim para o qual existe a máquina estatal, fica a mercê, em muitos casos, da simples voracidade em cima dos cargos, em detrimento das funções e atividades que seriam de obrigação do serviço público, e, o que é pior, é sempre vítima das inconstâncias e das descontinuidades das ações e programas públicos.

Ao final, lamentavelmente, ainda sempre se confunde gestão pública com programa de governo, ações pragmáticas e institucionais com a mais rasteira e fisiológica ação política.

Sala das Sessões, 23 de maio de 2005. – Senador **Pedro Simon**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 550, DE 2005

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do artista circense Waldemar Seyssel, o Palhaço Arrelia, ocorrido hoje, dia 23 de maio de 2005.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento interno, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento ocorrido hoje, dia 23 de maio de 2005, do artista circense Waldemar Seyssel, o Palhaço Arrelia, que durante mais de meio século, encantou o mundo infantil com sua arte. Arrelia nasceu em Jaguariaíva, Paraná. Era filho de Ferdinando Seyssel, também artista do Circo Seyssel. Waldemar Seyssel foi malabarista no circo da família, até que, em 1927, numa apresentação em Uberaba, veio a se tornar, por acaso, palhaço, adotando o nome de Arrelia.

Requeiro também que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família do artista.

Justificação

Ainda era o palhaço mais conhecido do Brasil, com uma vida inteira dedicada ao Circo Seyssel, de sua família. Antes, foi malabarista e, ao se tornar palhaço, adotou o nome de Arrelia, numa alusão as traquinagens que praticava quando criança. Suas peripécias, como ele próprio definiu certa vez, eram de arreliar.

Sala das Sessões, 23 de maio de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB – Senador **Eduardo Suplicy**.

REQUERIMENTO Nº 551, 2005

Com fulcro no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a inserção em ata de voto de aplauso ao jornalista e historiador Pedro Rocha Jucá pelo aniversário de circulação e manutenção na internet do site Varanda Cuiabana, primeiro periódico virtual da cultura mato-grossense, ocorrido em 14 de fevereiro do corrente ano, que pode ser acessado, de qualquer parte do mundo, através do endereço eletrônico: <http://www.diariodecuiaba.com.br/Especial/Varanda>.

Justificação

Nome de destaque da imprensa de Mato Grosso, Pedro Rocha Jucá, vem, há mais de quatro anos, editando o “Varanda Cuiabana”, consagrado como o primeiro virtual da cultura mato-grossense, e o de maior duração, superado apenas pela “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso”, que é anual. Chega, hoje, ao nº 190, às custas apenas do editor, que pesquisa, digita, distribui e mantém correspondências com seus leitores, no Brasil e no exterior.

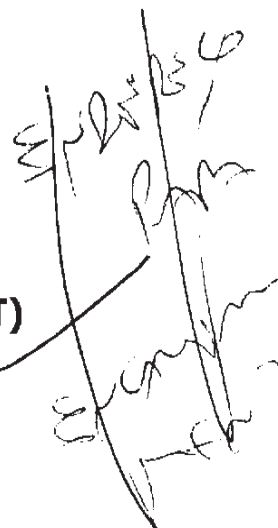
Sala das Sessões, 23 de maio de 2005. – **Serys Shlessarenko**, Senadora da Republica.

Moção de Aplauso ao jornalista e historiador Pedro Rocha Jucá – nome de destaque da Imprensa de Mato Grosso - que, há mais de quatro anos, vem editando e mantendo na Internet, num exemplo de dedicação e amor às coisas de Cuiabá, o site “Varanda Cuiabana”, o primeiro periódico virtual da cultura mato-grossense, que pode ser acessado, de qualquer parte do mundo, através do endereço eletrônico
<http://www.diariodecuiaba.com.br/Especial/Varanda>

Há que se destacar que a edição e manutenção deste espaço na Internet representa um esforço hercúleo do nobre jornalista Pedro Rocha Jucá, que, no ápice da terceira idade, há mais de 200 semanas, com o maior critério, trabalhando de forma isolada, pesquisa, digita, distribui e mantém correspondência com seus leitores, no Brasil e no exterior, sempre colocando a história e a cultura da cidade de Cuiabá, e do povo, em destaque.

O "Varanda Cuiabana" é exemplo virtual de educação moderna, onde o aprendizado é feito sem esforço, usando um método que Pedro Rocha Jucá defende desde os seus tempos de magistério: o da Comunicação Social, uma ciência pura, que merece ser melhor utilizada, a começar por ser mais barata

EDITOR: PEDRO ROCHA JUCÁ, Jornalista (MTb 47 - MT)
priuca@terra.com.br Telefone: (0XX65) 664-3864



OPINIÃO

"VARANDA" CIRCULA HÁ QUATRO ANOS

Amanhã, 14 de fevereiro, o "Varanda Cuiabana" completará quatro anos de circulação, consagrado como o primeiro periódico virtual da cultura mato-grossense, e o de maior duração, superado apenas pela "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso", que é anual. Chega hoje ao n.º 190, às custas apenas do editor, que pesquisa, digita, distribui e mantém correspondência com seus leitores, no Brasil e no exterior. O "Varanda Cuiabana" é exemplo virtual de educação moderna, onde o aprendizado é feito sem esforço, usando um método que defendo desde meus tempos de magistério: o da Comunicação Social, uma ciência pura, que merece ser melhor utilizada, a começar por ser mais barata. Nesta oportunidade, anunciamos o lançamento do livro virtual: "Mato Grosso de Hoje e Sempre - III" e a aquisição de novos equipamentos para estimular a implantação do livro virtual em Mato Grosso.

MEMÓRIAS

BARÃO DE MELGAÇO: MILITAR E ESTADISTA

Viajando para o Forte de Coimbra, fronteira com o Paraguai, o capitão-de-Fragata Augusto João Manoel Leverger foi surpreendido pelo mensageiro que lhe entregou a Carta Imperial de **07/10/1850** que o nomeava presidente da Província de Mato Grosso. Sem vaidades, ele continuou a viagem e somente voltou a Cuiabá após cumprir seu dever no forte baluarte da defesa mato-grossense. Ele regressou à Capital da Província na manhã de **07/02/1851** e quatro dias depois prestou o juramento de estilo na Câmara Municipal de Cuiabá. O Visconde de Taunay disse, a propósito, que esta foi a primeira e única vez que "*um cidadão naturalizado se viu chamado a exercer tão alto cargo*" em Mato Grosso depois do período colonial. Poderia ser dito também: foi o único governante mato-grossense que mais vezes voltou ao poder.

A sessão solene da Câmara Municipal de Cuiabá, iniciada às 9:00 horas de **11/02/1851**, teve a presença de grande número de senhoras e apenas dois vereadores não compareceram, alegando motivo de saúde. Também esteve presente à solenidade o antecessor no cargo, o coronel João José da Costa Pimentel, que leu relatório sobre as condições da Província durante sua administração e o entregou ao capitão-de-Fragata Augusto João Manoel Leverger, um estrangeiro e ocupante de posto inferior ao seu na hierarquia militar. Em seguida, depois de lidas as cartas imperiais de nomeação e de exoneração, o novo presidente da Província pôs a sua mão direita sobre o missal e "*jurou aos Santos Evangelhos bem desempenhar as atribuições que lhe eram confiadas*". E cumpriu a sua palavra até a morte, sempre na defesa de Mato Grosso.

O capitão-de-Fragata Augusto João Manoel Leverger administrou a Província, neste primeiro mandato, de **11/02/1851** a **01/04/1857**, quando entregou o governo ao vice-presidente Albano de Souza Osório, depois cumprir o terceiro mais longo mandato governamental da História de Mato Grosso: seis anos, um mês e 18 dias. Sendo na época o primeiro-vice-presidente da Província, voltou ao governo por dois meses e três dias, de **12/05/1863** a **15/07/1863**, com a posse do general Alexandre Manoel Albino de Carvalho, que permaneceu no cargo até o dia **09/08/1865**, quando reassumiu o cargo por ser o primeiro-vice-presidente e nele permaneceu por mais quatro meses e quatro dias, até **13/02/1866**, sendo novamente nomeado para a presidência da Província até **01/05/1866**, cumprindo o curto mandato de dois meses e 16 dias.

Ele voltou ao governo, pela última vez, no dia **26/03/1869**, também nomeado, mas permaneceu no cargo até o dia **10/02/1870**. Ao ser escolhido por Dom Pedro II, ele criou uma situação embaraçosa, sem saber, com o líder do Partido Liberal em Mato Grosso, o coronel João Batista de Oliveira, o Barão de Aguapeí, que como primeiro-vice-presidente exerceu o governo da Província de **13/04/1868** até **17/09/1868**, substituindo o Dr. José Vieira Couto de Magalhães. A Guerra do Paraguai levou o soberano brasileiro a nomear o Barão de Melgaço, que não disputou aquele o cargo, por saber das questões militares que surgiriam então. Ao tomar conhecimento do problema político, passou o governo da Província ao primeiro-vice-presidente Luís da Silva Prado, comerciante não afeito à política, que governou apenas de **10/02/1870** a **29/05/1870**, quando faleceu. Assumiu, então, o segundo-vice-presidente Antônio de Cerqueira Caldas, o Barão de Diamantino, que governou até **12/10/1870**, mas que voltou ao cargo mais duas vezes: de **27/05/1871** a **29/07/1871** e de **06/12/1874** a **05/07/1875**.

O Barão de Melgaço governou a Província de Mato Grosso durante sete anos

O Barão de Melgaço governou a Província de Mato Grosso durante sete anos, oito meses e 24 dias, como exemplo de "*competência, zelo e honestidade*", de acordo com o historiador Estevão de Mendonça. Foram três mandatos por nomeação de Dom Pedro II: de **11/02/1851** a **01/04/1857**, de **13/02/1866** a **01/05/1866** e 26/03/1869 a **10/02/1870**; e dois mandatos por substituição, por ser primeiro-vice-presidente: de **12/05/1863** a **15/07/1863** e de **09/08/1865** a **13/02/1866**.

Embora o seu nome tivesse sido lembrado em diferentes oportunidades para ser senador pela Província de Mato Grosso, o Barão de Melgaço jamais aceitou essa missão política, chegando a ir de porta em porta das lideranças mato-grossenses da época para solicitar a retirada do seu nome da lista tríplice que seria encaminhada ao imperador. Justificava-se alegando que sendo francês não deveria ser senador. Porém, ao se naturalizar brasileiro, seu nome voltou a ser lembrado, e novamente ele recusou a suja indicação, pois preferiu permanecer em Mato Grosso, alegando então que não queria questionar o silêncio constitucional a respeito. Mas, conhecedor do pensamento predominante na Corte do Rio de Janeiro, o Visconde de Taunay disse certa vez que o Barão de Melgaço seria nomeado por Dom Pedro II, que lhe dedicava o maior apreço. Militar por excelência, o presidente Augusto João Manoel Leverger organizou em **22/08/1865** o Primeiro Batalhão de Voluntários da Pátria, composto de quatro companhias, aquartelado em Cuiabá, onde a notícia da invasão paraguaia chegou nos primeiros dias de janeiro daquele ano. Conhecedor dos rios da Bacia do Paraguai, principalmente do Rio Cuiabá, ele organizou a defesa permanente da Capital mato-grossense na colina do Melgaço, hoje Município de Barão de Melgaço, e em outras posições ribeirinhas do atual Município de Santo Antônio de Leverger, ambos em sua homenagem.

Ele foi o primeiro governante mato-grossense a despachar do Forte de Coimbra, onde chegou na tarde de **12/02/1855**, fixando a sede do governo e do Comando das Armas da Província, cargo que praticamente exerceu durante toda a sua vida em Mato Grosso. Com toda a força militar disponível na Província, que não era das mais significativas, ele distribuiu tropas do Rio Apa até ao Forte de Coimbra. Permaneceu na área até o dia **19/10/1856**, regressando a Cuiabá no dia **17/11/1856**.

Ainda jovem, chegou a Cuiabá em **23/11/1830**, ocupando o posto de primeiro-tenente da Marinha Imperial do Brasil, com a missão de organizar e instalar uma esquadilha de "*chalupas*" canhoneiras destinada à defesa da fronteira com o Paraguai, na região banhada pelo Rio Paraguai e seus afluentes. Ele retornou ao Rio de Janeiro em 1833 e tudo indicava que não mais voltaria a Mato Grosso. Para assumir novas missões, o jovem oficial francês voltou a Cuiabá e aqui se casou com a Sra. Inês de Almeida Leite, instalando o seu lar no prédio onde hoje se encontram a Academia Mato-grossense de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, na esquina das ruas Barão de Melgaço e Voluntários da Pátria. Tendo nascido na pequena Saint-Malô, Bretanha, na França, em **30/01/1802**, ele faleceu em Cuiabá no dia **14/01/1880**, às vésperas de comemorar o seu 78.^o aniversário, quando o velho marinheiro lançou suas âncoras para sempre no altar dos seus sonhos de militar e estadista, a Cuiabá que ele tanto amou e honrou.

REGISTROS

+ Com o título "*E Onde Enfiaremos Essa Gente?*", a professora Adriana Vandoni Curvo publicou um artigo no jornal "*A Gazeta*", de **06/02/2005**, abordando um assunto que merece especial atenção de todos, por ser complexo e de difícil solução. Ele começa pela lenda histórica: "Na década de 70, muitas colunas de

solução. Ela começa pelo lado histórico: "Na década de 70, muitos colonos, de todas as regiões do Brasil, em especial do Sul, migraram para Mato Grosso em busca de grandes propriedades a preços baixos. Vieram incentivados pelo governo federal e apoiados nas facilidades de financiamentos da Sudam, da Sudeco e do Banco do Brasil". Depois de fazer um rápido histórico sobre os citados incentivos, ela prossegue: "Hoje surgiu uma novidade, um grande "presente" para parte da região amazônica que inclui o Norte de Mato Grosso e o Sul do Amazonas. A criação do Parque Nacional do Juruena. Parque Nacional (PARNA) significa a delimitação de uma área onde serão mantidos seus ecossistemas livres de alterações causadas pela interferência humana, admitido apenas uso indireto dos seus atributos naturais. (...) Em Mato Grosso, o Parque do Juruena vai ocupar um milhão de hectares, o que corresponde a boa parte dos Municípios de Apicás e Nova Bandeirantes. Para se ter uma idéia, da área total Apicás, 23% é da reserva indígena Kaiabi, 5% da reserva estadual e, se concretizado, 41% será tomado pelo Parque Nacional. Sobra ao município 30%, porém, de acordo com a MP 2.166 só pode ser explorada 20%, assim restará para utilização do homem o equivalente a 5,98% da área total do Município. (...) O que fazer agora com 6.665 pessoas que vivem em Apicás"?

+ Faleceu em Cuiabá ao amanhecer do dia **09/02/2005** o padre salesiano Firmo Pinto Duarte Filho, vítima de insuficiência cardio-respiratória, aos 77 anos. Era reitor do Santuário de Nossa Senhora Auxiliadora, em Cuiabá. No dia anterior, ele participou ativamente do "Vinde Vede", que criou e hoje é o maior encontro de orações da Igreja Católica em Mato Grosso durante o Carnaval. Nascido em Cáceres, mudou-se com sua família para Cuiabá quando tinha três anos. Ex-aluno do Colégio Salesiano São Gonçalo, ele foi ordenado em **08/12/1955**, por Dom Francisco de Aquino Corrêa. Seu sepultamento foi no dia seguinte, na Igreja de Nossa Senhora Auxiliadora, sendo o primeiro padre salesiano a merecer a homenagem. Ele era membro da Academia Matogrossense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

+ O jornalista Nides Alves de Freitas escreveu no jornal "*Diário de Cuiabá*" de **06/02/2005** o artigo "*Cultura é a Mãe*", onde ele destacou a importância da cultura na vida humana: "*Fiquei todo o mês de janeiro me alimentando novamente da cultura maravilhosa de minha mãe. Foi na digestão do pequi que cheguei à reflexão de que um dos urgentes desafios para as gestões públicas, em todo o Brasil, é transformar e fortalecer a sua indústria cultural. Dito assim parece pomposo, ou chato, mas o fato é que tão rico quanto o petróleo, a soja e o aço, é o patrimônio imaterial de um povo. É certo que o estudo das cadeias produtivas da cultura (o quanto gera de emprego e renda o teatro, o cinema, etc) no Brasil é muito recente, mas já é possível afirmar que a preservação dos saberes, das vivências, do imaginário e da oralidade de um povo pode empregar muita gente, gerar muito dinheiro e qualidade de vida para todos os moradores*".

DOS LEITORES

"Sua contribuição para nossa história e para nossa cultura tem valor inestimável. (...) Sou um Cuiabano grato". IVO CUIABANO SCAFF.

"Como tem acontecido nas edições anteriores, o "Varanda Cuiabana" vem nos dando conta de todos acontecimentos importantes da História desse grandioso Estado de Mato Grosso. (...) Parabéns também a todos nós que temos o privilégio de leitura de tão alta importância. (...) FÁBIO DE OLIVEIRA

privilegio da leitura de tão alta importância. (...)". FAGUNDES DE OLIVEIRA.

"(...) Recebi a última edição do "Varanda Cuiabana" e fiquei bastante contente em ler o extrato do meu artigo publicado pelo jornal "Folha do Estado", intitulado "A Educação Pelo Mundo Informatizado". Muito obrigado pela veiculação do resumo do artigo. Desejamos-lhe, mais uma vez, votos de sucesso e também de vida perene ao já tradicional "Varanda Cuiabana". NOEL ALVES CONSTANTINO.

"(...) Estava sentindo falta do "Varanda Cuiabana". (...)". ADRIANA VANDONI CURVO.

DO EDITOR: O problema estava no seu endereço eletrônico. É uma honra te-la entre nossos leitores.

"(...) Obrigado por ter sido incluído no rol dos que recebem esse precioso veículo informativo, "Varanda Cuiabana"'. (...)". JOSÉ FERRAZ FILHO.

" (...). Ora residindo no Rio de Janeiro muito me honra receber, mesmo que desse jeito meio presente, o seu periódico. Muito Obrigado". DAVID SANTANA.

"(...) De certa forma é lógico que cada prefeito lute pela sua sobrevivência, pois os nossos legisladores criaram dezenas de Municípios sem capacidade de sustentação, deficitários e impotentes"(...). A sua colocação previne uma possível injustiça, porém de que lado?" AGRIPINO BONILHA FILHO.

DO EDITOR: Defendo a lógica: mais população, mais soluções, exigindo mais recursos orçamentários.

DA LINGUAGEM CUIABANA

Descabreado: Desorientado.

Descaído: Abatido.

Encasquetar: Não pensar em outra coisa.

Enfestado: Cheio, tomado, de alguma coisa.

Engasga-gato: Comida de péssima qualidade.

Ensopado: Carne picada cozida, com legumes.

Escaldado: Mingau de farinha de trigo ou milho, com ovo cozido no caldo.

Estoporado: Vítima de forte calor.

Escorraçado: Expulso, afugentado.

Enxuito: Enxuto.

"VARANDA CUIABANA" É UMA INICIATIVA CULTURAL, SEM FINALIDADE LUCRATIVA.

REQUERIMENTO Nº 552, DE 2005

Com fulcro no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a inserção em ata de voto de aplauso ao jornalista Alberto Dines pelo duplo aniversário do Observatório da Imprensa: que está presente na internet há 9 (nove) anos e há 7 (sete) anos na versão televisionada, e que agora se prepara para mais um desafio, a versão radiofônica.

Justificação

O Observatório da Imprensa estreou na internet em abril de 1996 como um projeto do comitê gestor da Internet no Brasil, que tem como objetivo levar para o debate público idéias, estudos, comentários, artigos e ensaios com foco no desempenho da mídia.

A primeira edição do Observatório da Imprensa foi para a rede na segunda quinzena de abril de 1996, produzida com a chancela do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (LABJOR) da Unicamp e hospedada num servidor do Instituto Uniemp.

Esta é uma das mais fecundas iniciativas apoiadas pelo Comitê Gestor da Internet. Contribui para a formação da intelectualidade brasileira, quando se propõe a levar a análise crítica da própria imprensa à sociedade.

Sala das Sessões, 23 de maio de 2005. – **Serys Shessarenko**, Senadora da República.

Outras informações: www.observatoriodaimpresa.com.br

OBSERVATÓRIO MULTIMÍDIA

Um projeto coletivo a serviço da sociedade

O Observatório da Imprensa está completando um duplo aniversário: nove anos na internet e sete na televisão. Para comemorar, um novo desafio: a versão radiofônica na Rádio Cultura FM (103,3 MHz), às 9 horas, de segunda a sexta, redigido e apresentado por Mauro Malin.

Uma escavação mais profunda revelará que o projeto começou em 1994, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), incubado dentro do LABJOR (Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo) durante a gestão do reitor Carlos Vogt.

Inicialmente hospedado no Instituto Universidade – Empresa (UNIEMP), os Observatórios agora estão integrados ao Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (PROJOR).

Não são muitos os países, mesmo no chamado mundo desenvolvido, em condições de exibir uma experiência deste porte e com este diferencial: os Observatórios são veículos regulares, profissionalizados e, ao mesmo tempo, fóruns públicos independentes para promover o debate sobre o desempenho da mídia.

A longevidade e o grau de participação do público nas versões **on-line** e televisiva comprovam uma das premissas que sustentam o nosso trabalho: é possível combinar qualidade formal com conteúdo, é possível ser útil e ser agradável, combinar o senso crítico com o bom gosto.

Nossos leitores, telespectadores e futuros ouvintes são também cidadãos. Querem saber, querem pensar, querem participar, mas querem igualmente receber produtos jornalísticos de qualidade, compatíveis com suas exigências culturais.

Agora, no marco da inauguração do décimo ano de atividades do Observatório, serão três veículos em diferentes formatos, porém interativos: o **site** (matriz do projeto) interliga-se ao programa de TV e ao programa de rádio, e este aos seus co-irmãos.

Materializa-se também a aproximação das duas redes públicas de radiodifusão: o programa televisivo foi criado, é produzido e gerado pela TVE, e retransmitido pela Rede Cultura; o programa de rádio está sendo criado e será gerado pela Rádio Cultura, e retransmitido pela Rádio MEC. Todos com a assinatura do Instituto ProJor.

Um projeto coletivo, multimídia, multiempresas, a serviço da qualidade do jornalismo e da sociedade brasileira. (A Redação do OI)

NASCIDO NA INTERNET

Plataforma de democratização

Mauro Malin

O Observatório da Imprensa estreou na internet em abril de 1996 como um projeto do Comitê Gestor da Internet no Brasil, no âmbito de um Grupo de Trabalho de Articulação com a Sociedade, então coordenado pelo ex-reitor da Unicamp Carlos Vogt, hoje presidente da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

O Comitê Gestor era presidido por Ivan Moura Campos.

A preparação para a primeira edição ocorreu menos de um ano depois do advento da internet comercial no país. Mas não é só na cronologia que internet e OI caminham juntos. A iniciar seu décimo ano consecutivo de presença regular na internet, esta atividade de crítica da mídia — desdobramento da que foi inaugurada no Brasil por Alberto Dines na **Folha de S. Paulo** há quase 30 anos [a coluna dominical “Jornal dos Jornais”, publicada de julho de 1975 a julho de 1977] — tira partido dos principais atributos da rede: a base tecnológica é a mesma para ler e escrever, e os custos de montagem na ponta do sistema são compartilhados pelos usuários (como no caso do rádio e da televisão, mas com direito apenas a receber a programação, não a se manifestar).

Aqui, o bilhete de entrada é a capacidade de produzir conteúdos relevantes. Falar (escrever) para outros não depende da posse de meios de distribuição. O que está sempre em disputa, seja qual for o ambiente ou a plataforma tecnológica, é a atenção, o tempo alheio. O que resulta, até certo ponto, em igualdade de condições.

Entretanto, a facilidade de chegar ao outro - nove anos atrás, uma reduzida elite econômica e cultural; hoje, potencialmente, dezenas de milhões de pessoas - e de ouvi-lo torna maior, e não menor, a responsabilidade pela conduta editorial do veículo. Quer no plano da ética, para evitar que a ferramenta seja usada com objetivos estranhos a suas finalidades, quer como estratégica de mídia, garantindo-se que permaneça como foco a crítica do jornalismo nos meios de comunicação.

O programa de TV

O balanço desses primeiros nove anos é animador. Alberto Dines, Luiz Egypto, Marinilda Carvalho, Luiz Antonio Magalhães e Victor Gentilli foram editores competentes. Nos três primeiros anos, tive a honra de pertencer ao grupo de editores na qualidade de seu primeiro redator-chefe — função em que fui substituído por Luiz Egypto, que fora responsável, de julho de 1997

a março de 2000, por uma edição impressa do OI com a síntese mensal do que era veiculado **on-line**.

Dois colaboradores que devem ser lembrados neste momento são Caio Túlio Costa, que levou o Observatório para o UOL, e Matinas Suzuki Jr., que o trouxe para o iG.

O programa de televisão, sob a batuta do Dines, começou a ser veiculado pela Rede Pública de Televisão em maio de 1998 e produziu inestimável audiência para o site. Quem convidou Dines para fazer o programa foi Alexandre Machado, ainda em 1997, quando era diretor de Jornalismo da TVE.

Questão de princípios

O OI é um das mais fecundas iniciativas que foram patrocinadas pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil. Desde cedo caminhou com suas próprias pernas. Tornou-se independente financeiramente (sempre o foi intelectual e politicamente). Democratizou a participação no debate sobre a mídia.

Quem estava se formando numa faculdade de jornalismo em 1996 já vai completar dez anos no mercado. Pode-se pensar em quanto ainda há (e sempre haverá) por fazer. Mas pode-se imaginar, também, como teria sido a trajetória da imprensa nesse período sem a visão crítica que se aloja nestas páginas.

Hoje o **Observatório** continua fiel às mesmas preocupações e aos mesmos princípios que lhe deram audiência e credibilidade.

Entrevista/Caio Túlio Costa

Os primeiros parceiros

Luiz Egypto

O problema era conceber um veículo para levar ao debate público idéias, estudos, comentários, artigos e ensaios com foco no desempenho de mídia. A solução, os pioneiros do **Observatório**, reunidos na organização dos seminários “A imprensa em questão” (Unicamp, 1994-9S), foram naturalmente buscar nos ditames da mídia de papel: primeiro, produzir livros; depois, criar uma publicação, revista que fosse (jornal nem pensar), um “produto” bem impresso, periódico, com redação montada, para funcionar como veículo jornalístico e também como fórum, de forma a ampliar o filão da crítica de mídia aberto no Brasil pela coluna “Jornal dos Jornais”, de Alberto Dines, publicada aos domingos na **Folha de S. Paulo**, entre 1975 e 1977.

Uma revista seria bem-vinda, mas os custos da iniciativa, sobretudo os de distribuição, eram já (pelo menos estes) impraticáveis. A bóia salvadora foi o surgimento de uma nova mídia, a internet, que então saía dos casulos da Academia e dos órgãos de Estado para

dar os primeiros passos de uma operação comercial pública e aberta.

A primeira edição do **Observatório** da Imprensa foi para a rede na segunda quinzena de abril de 1996, produzida com a chancela do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor) da Unicamp e hospedada num servidor do Instituto Uniemp.

No início de 1997, com atualizações quinzenais (dias 5 e 20 de cada mês), o OI foi instado a levar seu conteúdo para o UOL, que recém-entrara em atividade. O responsável pelo convite foi Caio Túlio Costa, primeiro diretor do portal. É com ele a entrevista que se segue, feita por e-mail. Professor de Ética Jornalística na Faculdade Cásper Líbero, em São Paulo, Caio é um jornalista fora das redações e hoje trabalha no Grupo Semco, onde preside a Fundação Semco e dirige o Instituto DNA Brasil — um think tank destinado a pensar estratégias de longo prazo para o país.

.....

Lembra de sua primeira experiência com a internet?

Caio Túlio Costa — Sim, foi via conexão com a USP feita pela Maria Ercília Galvão Bueno num sábado à tarde, no apartamento da Bárbara Garcia, em 1994. Mas eu já estava acostumado aos serviços online porque era assinante da Compuserve desde quando morava na França, onde fui também um grande usuário do Minitel, uma internet pré-histórica cuja tecnologia a França não soube exportar. Na França, eu fui o primeiro correspondente da **Folha de S. Paulo** a enviar reportagens via computador. Quando me conectei à internet no Brasil, portanto, eu estava voltando um pouco atrás na tecnologia porque a Compuserve poderia ser considerada, então, muito à frente com o seu sistema proprietário. Depois, o sensacional desenvolvimento comercial da internet matou os sistemas proprietários, tanto da Compuserve quanto da Prodigy (associação entre Sears e IBM — alguém lembra?) e da então pequenina América Online (AOL). No Brasil existia ainda a BBS Mandic, que eu usei também.

Você é identificado com os primórdios da internet no Brasil por ter ocupado um cargo executivo de visibilidade, a direção do UOL. Antes, participou da implantação do Projeto Folha, ralou anos na Redação, assumiu uma corresponsália em Paris e dois mandatos como ombudsman da Folha. O que significou, para o bem e para o mal, ter um jornalista (um ex-ombudsman) à frente de um portal de internet?

C.T.C — Não sei ao certo. Eu nunca pensei nisso e nunca me preocupei com isso. Em geral as coisas vão acontecendo e você não tem muito tempo para pensar. Eu acho que minha experiência na informatização da

redação e o uso de computadores no jornalismo para transmitir dados e fazer pesquisas (alguma facilidade com a tecnologia) e, depois, minha experiência na Revista da Folha (cuidava da redação, da área comercial e da área industrial e gráfica) levaram a Folha a achar que eu poderia implantar o UOL. Foi o que fizemos, de forma intuitiva, viajando muito, observando como os outros faziam e implantando. Se eu parasse para pensar um pouco veria que estava fazendo alguma coisa impossível — como montar um portal que alia tecnologia, comunicação, informação e serviço ao consumidor sem nenhum modelo. Como ninguém sabia que era impossível, então o fizemos e criamos um forte concorrente de multinacionais respeitáveis como AOL e Terra (Telefônica). O fato de ter sido ombudsman talvez tenha me ajudado a montar o que considero, com orgulho, o melhor serviço de atendimento do consumidor da internet do Brasil. Para mim nada era mais importante do que o assinante.

Como conheceu o Observatório da Imprensa? O que motivou você a levar o site para o UOL?

C.T.C. — A pergunta me faz lembrar do Alberto Dines e do Mauro Malin na salinha de reuniões que ocupávamos no fundo do terceiro andar da Alameda Barão de Limeira [em São Paulo, sede do Grupo Folha]. O Observatório já existia, nasceu antes do UOL, eu o conhecia e estava numa corrida danada para dar conteúdo ao UOL, para trazer mais produtos substantivos que dessem seriedade e credibilidade à operação. Já tínhamos o conteúdo da Folha, da **IstoÉ** (que saiu quando a empresa se associou à Abril), mas não tínhamos ainda os dicionários nem aquela infinidade de produtos editoriais que ajudaram o UOL a ser o que é. Convidei e o pessoal (também o Carlos Vogt) topou. Acompanhar a mídia é algo que está nas minhas preocupações e nada como um produto independente para realizar isso. O Observatório depois foi bastante cortejado por outros portais e manteve-se firme no nosso conteúdo até que numa das crises por que passamos levou-me a dizer ao Dines que não iríamos renovar o convênio. Foi triste. Mas me lembro que o OI não ficou um dia sem casa na rede e passou imediatamente para o IG.

Faz dez anos que internet popularizou-se no Brasil. Em maio, o OI começa o décimo ano de edições regulares na rede: nasceu com a internet e isso o determina. Os sites jornalísticos em geral chegaram à net pelo caminho inverso. Concorde que a internet foi decisiva para firmar a função social da crítica de mídia?

C.T.C. — Concorde que o OI fez o caminho inverso e sua raiz é a internet, portanto ele tem o gene da comunicação eletrônica, da convergência, e é muito

fácil para ele se transmutar em outras mídias. Eu não diria que a internet tenha sido decisiva para firmar a função social da crítica de mídia — ainda mais porque o Alberto Dines fez isso no Brasil na década de 1970 e usou a mídia jornal [coluna “Jornal dos Jornais”, publica da aos domingos na Folha, entre julho de 1975 e julho de 1977]. Eu diria então que o OI tem o mérito de sistematizar a crítica da mídia, dar-lhe amplitude e múltiplas vozes.

Qual a maior lição deixada pelo estouro da bolha da internet, em 2000?

C.T.C. — Foram muitas lições e a primeira é a de que quão ingênuos todos nós podemos ser quando deslumbrados por movimentos inéditos. A grande maioria das pessoas, em especial milhares de investidores, perdeu mundos e fundos. Em segundo lugar, eu diria que o mundo continua movido pelos interesses das grandes corporações e com elas não existe ingenuidade; mas quem enxergou longe conseguiu firmar-se na rede (como o OI) — ou pulou fora na hora certa e, em geral, ganhou muito dinheiro. Outra lição é a de que a arrogância também tem perna curta.

Quer dizer algo mais?

C.T.C. — Vida longa ao Observatório de Imprensa e um abraço forte no Alberto Dines, cuja tenacidade e independência são invejáveis.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

OF. Nº 44/2005 – PRES/CAS

Brasília, 19 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “altera o artigo 198 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1946. (Fixa o peso máximo de vinte quilogramas que um empregado pode remover, individualmente).

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente, – Senador **Antonio Carlos Valadares**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A matéria será incluída na pauta da próxima reunião daquela Comissão, para apreciação em turno suplementar.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Há oradores inscritos.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Pela ordem.)

– Solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Acolho a inscrição de V. Ex^a para o momento oportuno, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno, e faço também a minha própria inscrição para uma comunicação inadiável, nos mesmos termos do artigo citado anteriormente.

Com a palavra o Senador Almeida Lima, primeiro orador inscrito, por dez minutos. Sendo um dia de sessão não deliberativa, S. Ex^a poderá ter mais cinco minutos de prorrogação.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 2004, apresentei a esta Casa um projeto de lei complementar que tem por objeto a certificação e a utilização de créditos oriundos de precatórios judiciais.

Para a minha alegria, vejo que esta propositura, que é a de nº 43/2004, encontra-se, já com parecer, na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos, cuja deliberação deverá acontecer amanhã, em sua sessão ordinária. Tive mais ainda o prazer de ver que o Relator, o nobre Senador Edison Lobão, oferece o seu parecer externando voto favorável à propositura.

Entendia na ocasião, como ainda entendo hoje, que o Estado deve ser a realização ou a resultante da vontade coletiva e não a anulação do indivíduo. O Estado deve ser um instrumento, como tal, político, de organização de um povo e deve expressar a vontade do cidadão, e não um instrumento odioso, perseguidor, que não realiza a vontade do cidadão.

Trata-se, na verdade, de um conceito da Ciência Política, e, no Brasil de hoje, temos a consciência de que esse conceito e essa definição política não são obedecidos em vários aspectos da vida nacional.

Mas trato, neste projeto de lei especificamente, de um deles: a nulidade do cidadão diante desse monstro que é o Estado, que, a cada dia que passa, instrumentaliza-se para fazer valer o que ele, Estado, considera um direito diante do cidadão. E o Congresso Nacional,

não raras vezes, tem contribuído de forma decisiva para que o Estado se aparelhe cada vez mais e possa o cidadão cobrar tributos até a última conseqüência, qual seja, a de expropriar bens imóveis, móveis e semoventes daqueles que devem ao Estado.

Quem tem uma dívida para com a Procuradoria da Fazenda, seja estadual ou municipal, é sem dúvida alguma perseguido judicialmente até a satisfação do crédito junto ao Poder Público.

Mas, Sr^{as}. e Srs. Senadores, normalmente não temos visto o Congresso Nacional se preocupar com o cidadão que, na maioria das vezes, é impotente diante desta máquina brutal que é o Estado, em especial o Estado brasileiro, sobretudo quando ao cidadão, até mesmo judicialmente, é reconhecido um direito que, transformado em moeda, não recebe. Sai um precatório de um Tribunal Superior que, chegando ao Legislativo até o mês de agosto, passa a integrar o Orçamento do ano seguinte. E, mesmo assim, o Estado, o Poder Público não paga.

O cidadão, possuidor de um táxi, sofrendo o abaloamento por um carro oficial, vai à Justiça e tem o seu direito reconhecido, mas passa dez anos para receber a indenização – e olhe lá se recebe –, porque aquilo se transforma em precatório, e o Estado, normalmente, não paga os precatórios. Esse é apenas um exemplo do dia-a-dia, que verificamos em todo o País, não apenas com taxistas, mas com servidores. Há empresas extintas, e os créditos trabalhistas são transformados – claro, são direitos – em precatórios que jamais são recebidos, porque o cidadão, na verdade, diante do Estado, não possui os instrumentos legais para fazer valer o seu direito, e passa a ser um cidadão impotente e amargurado, pois está diante de um direito que, embora reconhecido, não se faz valer.

Pois bem, apresentei um projeto de lei complementar, com quatro artigos, que diz exatamente o seguinte:

Art. 1º As Fazendas federal, estadual, municipal e do Distrito Federal emitirão certificados nominativos, atestando a certeza, a exigibilidade e a liquidez dos créditos oriundos de precatórios, inscritos nos termos do art. 100, da Constituição Federal, a pedido dos titulares dos respectivos créditos.

Em outras palavras, o cidadão que, em favor de si, tenha um precatório, um crédito, vai ao órgão público fazendário competente e pede para ser emitida uma certidão em seu nome, atestando que ele tem aquele crédito.

Cumprida a primeira parte, o art. 2º diz:

Art. 2º Os titulares dos créditos de que trata o artigo anterior poderão utilizá-los, mediante endosso nominal nos certificados, na aquisição de bens imóveis novos, de bens destinados ao ativo fixo, no caso de empresas, e de instrumentos de trabalho, no caso de trabalhadores autônomos, nos termos de regulamento.

Parágrafo único. Consideram-se novos os imóveis com até cento e oitenta dias de “habite-se”.

Assim, o cidadão, que teve o seu crédito reconhecido pela Justiça e o Estado não fez o pagamento, poderá utilizá-lo, mediante endosso, ou seja, assinando no verso da certidão, fazendo a transferência do direito, do crédito, na aquisição de bens, como uma casa recém-construída, com até 180 dias do “habite-se”. Com um crédito de R\$50 mil a R\$60 mil, por exemplo, ele poderá se dirigir a uma construtora e comprar um apartamento novo, bastando que endosse aquela certidão e transfira para o construtor o direito de receber aquele crédito. Se o empresário tiver dívida tributária para com aquele ente da Federação ou com a própria União, poderá fazer a compensação. Poderá ainda utilizar o seu certificado na aquisição de bens destinados ao ativo fixo, se pessoa jurídica, no caso de empresas, ou de instrumentos de trabalho, no caso de trabalhadores autônomos, nos termos de regulamento.

No caso específico, é o cidadão que tem um táxi, tem um crédito. Ele pode ir à concessionária tirar um carro novo e pagá-lo com aquele crédito, estabelecendo inclusive a circulação de riqueza, ampliando a atividade econômica. No primeiro caso, é uma residência; no segundo, um táxi e, no terceiro, uma máquina agrícola, um carro para transportar a sua produção, a máquina de costura, enfim um leque de instrumentos que facilitem a operação da sua atividade econômica.

O empresário que recebe o certificado, que mensalmente recolhe tributos para o órgão fazendário municipal, para o órgão fazendário estadual e para a União, ao invés de recolher ao Tesouro público o valor do imposto, pode estabelecer a compensação diante do título a que passa a ter devidamente endossado pelo titular originário.

O artigo seguinte diz exatamente o que acabei de explicar.

Art. 3º Os detentores dos certificados, titulares originários ou endossatários, de que trata esta lei, poderão utilizá-los pelo seu valor de face para, até o limite de suas dívidas, compensar débitos junto às respectivas fazendas públicas.

Ora, passaremos a dar direitos ao cidadão que tem diante de si o Estado-monstro, que possui todo o instrumento quando quer se valer dos seus direitos diante do cidadão, que penhora, arresta, leva à hasta pública, vende, expropria o bem, e que não há uma correlação quando é o Estado o devedor. Quando ele é o credor, encontra-se completamente aparelhado para exigir do cidadão aquele direito, mas o contrário não se verifica.

Quero, portanto, anunciar a esta Casa e ao País o meu projeto de lei que, espero, na reunião de amanhã da Comissão de Assuntos Econômicos, seja discutido e deliberado, e cujo parecer do nobre Senador Edison Lobão é favorável à propositura, inclusive, sem emendas. Trata-se de um projeto conciso, enxuto, objetivo, direto, mas de um alcance social enorme. Quantos milhares de brasileiros temos espalhados em todo País que possuem esse precatório, um crédito, um direito para receber do Tesouro Nacional, da Fazenda Pública, Estadual ou Municipal, e não o recebem?

Por um, dois, três anos, repetidas vezes, o crédito no Orçamento foi postergado para o ano seguinte. Não há pagamento porque a legislação não dá ao cidadão o direito à expropriação, a pegar um bem do Estado-membro, da União ou do Município e levá-lo à hasta pública, como esses entes jurídicos possuem em relação ao cidadão. Ora, nada mais justo do que um instrumento dessa ordem na construção civil, na qual há a possibilidade concreta de ser utilizado. É um incentivo inclusive à atividade econômica, que não seja na construção civil, mas na compra de ativos fixos para as empresas, extremamente importante. E para o cidadão, então, para aqueles que têm quantias ínfimas ou mesmo volumosas, significará fazer com que a moeda possa circular e ver atendido o seu direito, pois como disse no início da minha fala, o Estado, na verdade, uma criação do homem, tem um objetivo: tornar-se um instrumento forte em defesa do próprio homem, do cidadão, da sociedade, e não um instrumento jurídico para se opor aos interesses do cidadão.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Um Estado que não faz valer e não respeita o direito daqueles cidadãos que, no seu coletivo, são os responsáveis pela constituição jurídica e institucional do próprio Estado não é um Estado de direito, muito menos democrático. É um Estado totalitário, arbitrário.

O Estado existe para fazer a felicidade do homem e não para destruir os seus sonhos e a sua razão de viver.

Portanto, peço às Sr^{as} e aos Srs. Senadores a sensibilidade necessária, política e social, para a aprovação dessa nossa propositura.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço ao Senador Almeida Lima.

Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, como Líder do PSDB, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea **a**, do Regimento Interno.

A seguir, falará o Senador Mão Santa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a vida é feita de muitos desencontros, de muitos desvãos, de muitos caminhos e de muitos descaminhos.

Hoje, eu lia, Senador Marco Maciel, não sem alguma estupefação, a notícia da punição imposta pela direção do Partido dos Trabalhadores ao Deputado Virgílio Guimarães. Delito de S. Ex^a: ter desafiado a direção partidária e ter se lançado candidato à Presidência da Câmara dos Deputados. Pena imposta a S. Ex^a: um ano de afastamento completo das atividades partidárias.

E o Presidente da sigla, ex-Deputado José Genoíno, disse que foi condescendente com o Deputado Virgílio Guimarães.

Ao mesmo tempo, nos mesmos jornais, as notícias são de tentativa de “operação abafa” da Comissão Parlamentar de Inquérito que se destina a investigar o escândalo dos Correios, enquanto o Presidente passa a mão na cabeça de todos os acusados – e já são muitos – do seu Governo.

Ponho-me a perguntar o que estaria fazendo o Presidente Lula da sua biografia. Para o Deputado Virgílio Guimarães, fiel ao Governo, fiel ao ideário proposto pelo Presidente Lula ao chegar ao Palácio do Planalto, fiel ao Partido, pena de um ano de afastamento completo das atividades partidárias, sem a menor contemplação. Para aqueles outros acusados de corrupção, sempre a condescendência, que começou com Waldomiro Diniz, que foi demitido a pedido. E o Presidente dizendo que é parceiro de um, que confia no outro, que é amigo de um terceiro, que espera transitar em julgado.

A revista **Veja** desta semana – e peço a inserção nos Anais da Casa da capa e da matéria sobre corrupção – mostra exatamente o roteiro que orienta a impunidade. As leis têm de ser mexidas porque os recursos são demasiados. O inocente demora muitos anos para provar a sua própria inocência. E o culpado,

é preciso muito tempo para que se o provem culpado. Recursos, procrastinações, nada que bons escritórios de advocacia não resolvam.

De qualquer maneira, fica o sabor da amargura, Sr. Presidente, porque vejo, numa ponta, a punição impedida ao Deputado Virgílio Guimarães, cuja acusação, repito, é ter ousado desafiar a autoridade da direção partidária. E o Presidente sempre inocentando seus acusados de estimação. Sistemáticamente, todos os seus acusados de estimação têm sido declarados inocentes pelo Presidente Lula até provas, provas, provas, provas e mais provas em contrário.

O Presidente Lula montou uma Base parlamentar que, pura e simplesmente, não funciona. Ele entrega tudo aquilo que combina, entrega os cargos, entrega autonomia. Os cargos não raro estão virando objeto de suspeição, de malversação de recursos públicos.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Vira um círculo vicioso. O Presidente não pune ninguém porque afirma que precisa dessa gente para governar e arruína o seu Governo e sua reputação, precisamente porque alega precisar dessa gente para governar. Então, é obrigado a dar cargos sem ter o voto; é obrigado a dizer que fulano e beltrano são inocentes para ter o voto. E termina perdendo o respeito da Nação brasileira. Essa é que é a verdade.

Sua Excelência é dado a brincadeiras. Dizia a jornalistas: “Não estou preocupado. Olhem para minha cara e vejam se estou preocupado”. Depois de ter programado uma dessas caravanas *hollydays*, com vinte Ministros – levou cinco ou seis a Seul – deixou o resto aqui em contato com os Deputados, procurando fazer uma escabrosa movimentação para retirarem 67 assinaturas do requerimento de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito. Se o Presidente lograr êxito em retirar 67 assinaturas, o PSDB vai pedir uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar esse movimento. Não acredito que existam 67 dodivanas que assinam em um dia e, no outro, “desassinam”. Não acredito que existam 67 levianos que um dia querem investigar um abalo moral do Governo e, no outro, sejam convencidos por argumentos da Casa Civil ou sei lá de onde da Presidência da República.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Mão Santa, com muita honra.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, na certa, o núcleo duro está se inspirando naquela afirmação do Deputado Luiz Inácio Lula da Silva de que aqui havia 300 picaretas. Para agir dessa maneira, só se isso está incutido no núcleo duro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem. É isso mesmo, Senador Mão Santa.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Concluo, Sr. Presidente, dizendo que o PT perde as estribeiras. Agora, acusam o PSDB de golpismo. Quantas divisões temos para aplicar algum golpe nas instituições brasileiras? De quantos soldados dispomos? De quantos tanques? Nós, golpistas, se fomos eternamente vítimas dos golpes que assolaram este País quando a democracia não estava ainda consolidada?

Ao contrário, em passado recente foi o PT que gritava o “Fora, FHC!”. Era o PT a pedir que o Presidente Fernando Henrique renunciasse e convocasse novas eleições, Senador Marco Maciel. Nós, não. Ao contrário. Hoje, se eu tivesse de pedir ao Presidente alguma coisa, eu pediria: “Fica, Lula!”. Se eu tivesse, Sr^{as} e Srs. Senadores, que impor ao Presidente algum castigo, eu diria: “Presidente, fique e não afaste o seu traseiro – já que Vossa Excelência se refere aos traseiros dos brasileiros – nem um segundo até o último dia, o último minuto do seu mandato, porque o seu dever é governar o País, o seu dever não é sair, não é renunciar, o seu dever é ficar até o final e governar este País, dando satisfação aos 53 milhões de brasileiros que tanto confiaram em Vossa Excelência, Sr. Presidente”.

Essa é a nossa opinião.

Nós, do PSDB, consideramos inevitável a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Correios. É bom o Governo instalá-la logo, senão, daqui a pouco, vai haver a do IRB ou a de outra estatal qualquer. É bom que comecem por essa. A Oposição foi conscienciosa, procurou se ater ao fato específico e restringiu a apuração aos Correios e Telégrafos. Não há por que terem tanto medo da corrupção que supostamente envolve apenas um funcionariãozinho de terceiro escalão.

Se todo mundo é inocente, se todo mundo é parceiro, então, por que não fazemos a investigação de uma vez? Está cheirando muito mal essa demonstração de medo e de paúra que o Governo revela.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, por dez minutos. A seguir, eu a concederei ao Senador Papaléo Paes.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte. Sem revisão do orador.) – Senador Tião Viana, que preside esta sessão, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos as-

sistem pelo sistema de comunicação do Senado, Senador Marco Maciel, extraordinário homem público, eu iniciaria o discurso fazendo alusão ao nosso patrono, Rui Barbosa: “De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto”.

Senador Almeida Lima, essa frase é do jurista Rui Barbosa. Eu queria apenas dizer o seguinte: Senador Marco Maciel, comecei citando V. Ex^a porque sei da sua vocação cristã. Lembro-me, Senador Paim, que eu governava o Piauí e fui chamado para tomar um café com o Vice-Presidente da República, Marco Maciel. Peguei o avião de madrugada, em jejum, Senador Ney Suassuna. Pensei: vou passar bem! Começou com uma missa; depois, houve uma reunião de líderes cristãos para organizar a chegada do Papa.

Isso tudo para dizer que o que está faltando é simples. Senador Paim, sei que o Lula não gosta de ler, não. A Constituição jamais ele vai ler. São 250 artigos. Não vai – ele declarou que não gosta de ler. Mas creio que o núcleo duro podia fazer uma coisa boa, Senador Suassuna Shakespeare – V. Ex^a que está tendo muito contato com esse povo –, pelo menos publicar aquilo que foi dado a Moisés: os mandamentos, Senador Suassuna. Deveria pelo menos colocá-los ali, no quarto do Lula, na sala do Lula, para ele governar com aquilo que é o ideal. Aquilo é a constituição de Deus. Está lá: “Não furtarás”. É lógico que os homens foram completando: não deixar furtar; Tancredo disse: “colocar na cadeia quem furta”. Fazemos essas emendas.

Este País chegou ao que Rui Barbosa disse, Ney Suassuna: “Nós vamos ter vergonha de ser honestos”. Nunca dantes, Senador Alvaro Dias, houve uma desordem total. Com esse PT, não se mudou para a bandeira vermelha, o que eu temia, mas ele foi nas letras verdes, “Ordem e Progresso”, e as transformou em “Desordem e Regresso”.

A corrupção está aí! Respira-se não mais oxigênio no Brasil, mas corrupção. É falta de vergonha. É falta de governo. Padre Antonio Vieira dizia que palavra sem exemplo é como tiro sem bala. O exemplo arrasta. É de cima para baixo.

Essa vergonha aí de Santo André — ainda comprometem um santo da Igreja Católica! — deveria ser esclarecida. Isso é uma vergonha, como diz Boris Casoy. E essa mídia, paga pelo Governo! O Governo é gastador. Ô Governo bom para quem trabalha nele! É gastador. Todo dia gasta. Todo dia inventa uma coisa. Todo dia! E o povo pagando imposto. Paga-se o juro mais idiota do mundo! Não é esse que eles dizem, não; é muito mais. Busquem um cheque ouro...

E ainda vem esse Governo, despreparado, com esse negócio de deixar para os aposentados aquele empréstimo! Não é nada barato, não. O juro no Brasil não existe, é estratosférico. Mesmo que eles digam que é barato, é caríssimo. Lascou os nossos pobres, os nossos aposentados!

Abrahan Lincoln dizia – Tião Viana, ensine ao núcleo duro: “Não baseie sua prosperidade com dinheiro emprestado”. É a nova escravidão: estão endividando os nossos bons velhinhos aposentados. Eles estão sendo ludibriados. O juro não é nada barato, não. É um roubo, é um assalto garantido dos banqueiros.

Senador Arthur Virgílio, aquilo é um negócio bom para os banqueiros: já tiram na folha. Não tem inadimplência, não tem falcaturia. E peca naquele ensinamento de Abrahan Lincoln, simples, Tião Viana: “Não baseie sua prosperidade com dinheiro emprestado”.

Mas, Senador Arthur Virgílio, este Governo é bom, paga tudo para o funcionário público. Tá gastando... Ô Governo gastador bom! Para Senador, tá bom; para Deputado, tá bom; para a Justiça, está maravilhoso!

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me um aparte, Senador Mão Santa?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Chegou um e veio aqui descaradamente pedir um salário de R\$27 mil. Todo mundo sabe, é a maior vergonha da história da Justiça do mundo. Não é aquela: “Bem-aventurados aqueles que têm fome e sede de justiça”!

É, Sr. Paim! Mas, Senador Arthur Virgílio, está na mídia, na capa da **Veja**: “Corruptos. Estamos perdendo a guerra contra essa praga”. Manchete da capa!

Quer dizer, isso não existe! Isso foi pela impunidade de Santo André: enrolaram, enrolaram. Por que não esclarecem? Por que não botam a Polícia Federal logo? Mas o maligno fica aí, bota o homem para viajar e entra a malignidade.

Vamos para outra revista grande, a **Época**. Capa: “Corrupção. Deputados chantagistas, prefeitos ladrões e servidores públicos desonestos”.

Por que a política está assim? O exemplo arrasta, ó, Lula! Ele não ouve, não adianta! Já desanimei. Agora, está viajando. O maligno mandou que ele viajasse para ficar fazendo as traquinagens. Essa é a vergonha.

Então, esta é uma situação difícil. Até louvo aqui o nosso grande Secretário ou o nosso grande Parlamentar do Paraná, Alvaro Dias – aliás, ele está bem na foto, entre duas mulheres lindas: uma loura, Britney Spears, e a Ana Paula Padrão. A verdade está no meio. Olhem o que disse o Senador: “O País acompanha es-

tarrecido uma escalada de fisiologismo como nunca se viu antes. Atualmente, existe uma porta aberta à corrupção para quem se dispõe a atender os interesses do Governo”.

É verdade. E quero lhe dizer: é falta da Bíblia. Senador Marco Maciel, não há na Bíblia uma menção à porta estreita da vergonha, do estudo, da integridade? Eles escolheram a porta larga, que está escancarada.

Concedo um aparte ao bravo Líder da Oposição, Senador Arthur Virgílio.

O Sr Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Mão Santa, eu gostaria de cumprimentá-lo pelo seu discurso de hoje, mas muito especialmente pelo pronunciamento da última sexta-feira, corajoso, lúcido, irônico, verdadeiro, quando V. Ex^a se refere ao Zezinho.

O SR MÃO SANTA (PMDB – PI) – É gente melhor do que o Lula, mais simpática. Lá vai o Zezinho, servindo, trabalhando! O Lula trabalhou pouco e se aposentou logo.

O Sr Arthur Virgílio (PSDB – AM) – O Zezinho não tentaria retirar 67 assinaturas de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. V. Ex^a consegue atingir, mais do que muita gente pode supor, o coração do povo brasileiro. Por onde ando, ouço o refrão de que V. Ex^a é o representante verdadeiro do nosso povo e dos sofrimentos por que o nosso povo passa neste momento tão angustiante da vida brasileira, Senador Mão Santa.

O SR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Mão Santa, peço a palavra apenas para cumprimentá-lo por mais esse brilhante discurso. O Ministro José Dirceu afirmou que a Oposição é golpista – o maligno, segundo V. Ex^a – e que quer retirar o Lula do poder. É bom dizer a ele, Senador, que queremos tirar o Lula, mas nas urnas, pelo voto. No passado, queriam derrubar o Fernando Henrique Cardoso. Foi o PT que pediu que Fernando Henrique renunciasse e que se convocassem novas eleições. Portanto, o golpismo faz parte do DNA deles, não do nosso. Repito, Senador Mão Santa: V. Ex^a, os Senadores Arthur Virgílio, Marco Maciel e eu, todos nós, da Oposição, queremos que o Lula fique até o final, cumprindo o seu mandato, e que seja julgado depois, porque queremos derrotá-lo, realmente, nas ruas e, sobretudo, nas urnas.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Nossos parabéns pela frase. Ela é tão bonita que, entre duas mulheres, ainda nos prende a atenção. Há várias capas da revista sobre o rombo de R\$160 bilhões; conta secreta e não sei mais o quê; o desabafo do juiz Nicolau.

Este é o Brasil. A única satisfatória é sobre a honrada luta dos sem-terra, que deveria ter sido resolvida para que este fosse um País grandioso e sem problemas. Senador Tião Viana, resolvi esse problema no Piauí. Lá, nunca houve marcha de sem-terra, não. Houve gratidão. O meu Vice-Governador era um homem, esse sim, de mãos santas, quer dizer, homem sem terra, da Contag. Entendo que a terra é de quem nela nasce, mora, trabalha e cultiva.

Essa é a situação do Brasil, mas sou otimista, o que aprendi com Juscelino Kubitschek, cassado aqui – e digo-o em respeito ao Senador Paulo Octávio, que simboliza Brasília e a família –, que dizia: “É melhor ser otimista. O otimista pode errar, mas o pessimista já nasce errado e continua errado.”

Sou otimista por quê, Senador Arthur Virgílio? Porque a democracia não é do PT. Não tem nada a ver com o PT. A democracia é nossa e nos dá o direito, que já estamos exercitando, de alternância no poder. V. Ex^a não vai ouvir, aqui, “Fora, Lula”. Não! Mas vai ouvir a defesa destas Lideranças, orientando o povo brasileiro a perpetuar a democracia naquilo que é mais sagrado: a alternância do poder.

Concedo um aparte ao Líder Almeida Lima.

O Sr. Almeida Lima (PSDB – SE) – Senador Mão Santa, somo-me ao pronunciamento de V. Ex^a. Quanto à malsinada declaração do Ministro José Dirceu, ela é, sem dúvida, a tradução do quanto ele desrespeita a Oposição, que se tem comportado com toda a seriedade e nunca apresentou, por menor que fosse, nenhum perfil, nenhuma característica, nenhuma postura golpista. Na verdade, na verdade, golpista tem sido a posição do Ministro, que não tem respeitado o Estado, contribuindo, de forma decisiva, para o aniquilamento...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Peço a generosidade de mais cinco minutos ao Acre, ao PT flexível, arejado, generoso.

O Sr. Almeida Lima (PSDB – SE) – ... contribuindo, Senador Mão Santa, de forma efetiva, para a desmoralização da classe política. Aí, sim, porque não se pode conceber o Estado sem a classe política. Quando a classe política não merece o respeito da sociedade por estar deteriorada, e o Ministro José Dirceu contribui enormemente para essa deterioração, aí, sim, trata-se de postura golpista, porque é, em última instância, contrária ao próprio Estado. Isso é postura

golpista. Como bem disse V. Ex^a, “Fora, Lula”, não! Fique no poder e passe a administrar ...

(Interrupção do som.)

O Sr. Almeida Lima (PSDB – SE) – ...como a Nação brasileira espera e como foi o compromisso de Sua Excelência, que não está sendo cumprido. Parabéns a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Como cada um faz classificações de acordo com sua profissão, e como V. Ex^{as}, os dois, são médicos, eu compararia o Ministro com um tumor, que cresce num lugar indevido. A Medicina é mais positiva e classifica os tumores em benignos, que são limitados, e malignos, que crescem demais. Estamos com essa patologia na política.

O IBGE publicou, recentemente, que o Brasil está no caminho da informalidade. Ninguém pode ter uma empresa, ninguém pode trabalhar corretamente. Todos estão procurando a informalidade.

Para concluir, vim no avião com o jovem – por isso otimista – João Claudino Júnior, filho do maior empresário do Piauí e do Nordeste, e maior do que tudo. Eu até disse: “Olha, aqui, o homem do Século XXI, do Piauí”.

Há 17 anos ele visita a China e viemos falando sobre problemas comerciais. Ele me disse que não acredita que uma empresa sobreviva durante 10 anos. Perguntei-lhe: “E os caminhos?” Ele respondeu-me: “No caminho a gente tem que pensar bem, mas de um coisa eu sei: não é aumentando os impostos, não é aumentando os juros. Isso vai levar o País à desgraça total.” Foram palavras de uma pessoa lúcida, de um empresário.

Ninguém mais quer montar um negócio, pois temos a maior carga tributária, os maiores juros e a maior perseguição. Eu ando, ando e ouço a voz rouca das ruas. O PT conseguiu, não trocar as cores verde, amarelo, azul e branco, mas criar desordem e regresso.

O País está regredindo.

Estas são as minhas palavras.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminho à Mesa pronunciamento que transcreve editorial desta segunda-feira, do jornal **O Estado de S.**

Paulo, intitulado: “Desmatamento da Amazônia já demonstra o fracasso do Governo Lula na área do meio ambiente”.

Na verdade, a Ministra Marina Silva se preocupa com o desmatamento, mas o Governo, como um todo, não. Estavam previstos 2% de desmatamento pelo próprio Ministério do Meio Ambiente e a taxa lamentável, entre 2003 e 2004, foi de 6,23%.

Encaminho à Mesa algo que é do interesse das nossas Regiões e, sem dúvida alguma, deste País, que precisa compreender a importância da Amazônia de uma vez por todas.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDM – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, na semana passada, manifestei aqui minha preocupação com a devastação da Amazônia. Não apenas eu estou preocupado. O Brasil todo se preocupa e com razão. A Ministra Marina Silva também. Mas o seu Governo, não.

Agora, transcrevo o que diz editorial de **O Estado de S. Paulo**, edição desta segunda-feira: “O desmatamento da Amazônia já demonstra o fracasso do Governo Lula na área do meio ambiente”.

É lamentável que o malogro do Governo petista se alastre e agora atinja em cheio a Amazônia. Para se ter uma idéia desse descontrole, leio mais um trecho do editorial do **Estadão**, ao analisar o aumento do desmatamento para 6,23% de 2003 para 2004. A previsão do Ministério do Meio Ambiente era de que o aumento fosse de 2%. Assim escreve o editorialista: “É como se uma inflação projetada para 5% tivesse ultrapassado os 15%. Que avaliação se faria de uma política econômica desse jaez?”

Na semana passada, encaminhei à Mesa requerimento pedindo esclarecimentos à Ministra Marina Silva, a respeito desse perigoso desmatamento.

Agora, leio no importante jornal paulista:

“Alguma coisa – ou, talvez, muita coisa – não tem funcionado na gestão da ministra Marina Silva, notadamente no campo da fiscalização e da repressão à exploração ilegal da mata, em especial nos Estados de Mato Grosso e Rondônia, a ponto de não se prever a reversão de um quadro de devastação que já atinge 680 mil km².”

Pela importância do assunto, estou anexando a este pronunciamento o editorial de **O Estado de S.**

Paulo (edição de 23 de maio de 2005) para que passe a constar dos Anais do Senado da República.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Desmatamento assusta

O simples fato de a taxa de desmatamento da Amazônia, no período compreendido entre agosto de 2003 e agosto de 2004, ter sido três vezes maior do que a prevista pelo governo – pois a expectativa da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, era de que o aumento fosse de 2%, em relação ao ano anterior, quando na realidade chegou a 6,23% – já demonstra o fracasso do governo Lula, na área do Meio Ambiente.

É como se uma inflação projetada de 5% tivesse ultrapassado os 15%. Que avaliação se faria de uma política econômica desse jaez? A área desmatada em apenas um ano – 26.130 km², segundo dados oficiais do governo, o que corresponde ao tamanho do Estado de Alagoas – pode ser vista em impressionantes fotografias aéreas, que mostram extensos rasgos na floresta, a atestarem a ineficácia das ações governamentais no combate à devastação, tais como as relatadas pela ministra: o aumento nas infrações cadastradas, a maior apreensão de madeira ilegal, a instalação das bases de operação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em conjunto com Polícia Federal, Exército e Ministério do Trabalho e outras medidas. Como se explica que essas providências em favor do Meio Ambiente tenham obtido resultados tão parcos, a ponto de o índice de desmatamento do período ser o segundo mais alto da história – desde o ano de 1988, quando começaram esses levantamentos – só superado pelo do período 1994/1995?

Alguma coisa – ou, talvez, muita coisa – não tem funcionado na gestão da ministra Marina Silva, notadamente no campo da fiscalização e da repressão à exploração ilegal da mata, em especial nos Estados de Mato Grosso e Rondônia, a ponto de não se prever a reversão de um quadro de devastação que já atinge 680 mil km². As explicações da ministra, associando o aumento da devastação ao do desenvolvimento econômico, uma vez que nosso crescimento no período indicado foi da ordem de 5%, podem ter o

efeito de estimular as posições dos que não acreditam muito em desenvolvimento sustentável e consideram o ambientalismo um entrave ao desenvolvimento. Por outro lado, dizer que existe a má consciência de consumidores de outros países, que se permitem ser abastecidos com madeira ilegalmente extraída da região amazônica, é apenas uma meia verdade – pois, se isso sempre ocorreu, por que o fenômeno aumentou de intensidade, justamente quando o governo do País põe em vigor um Plano de Controle de Prevenção e Desmatamento? A resposta é uma só: porque todos os planos deste governo, fora da área econômica, ficam no papel ou no discurso.

Ao justificar o abandono da base governista pelo Partido Verde (PV), o deputado Fernando Gabeira (RJ) disse que ‘o governo Lula representa um retrocesso na política ambiental brasileira’, que há não ‘uma gota d’água’, mas ‘um oceano’ de razões para a ruptura – semelhante à enorme faixa de quilômetros quadrados devastados – e que existem índices comprovando que ‘o desmatamento é muito maior’ do que o oficialmente divulgado. É verdade que, independentemente da razão que tenham ou não, em relação a esses outros itens, os deputados do PV também estão contrariados com o governo Lula em razão da importação de pneus usados, do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco para a região do semi-árido nordestino, a legalização do plantio e comercialização de transgênicos, a morte por desnutrição de 38 crianças guarani-caiovás, a retomada das obras da Usina Nuclear de Angra 3, etc.

Deixando-se de lado as eventuais divergências ideológicas ou doutrinárias entre titulares ou altos escalões das Pastas ministeriais, no que concerne à política de meio ambiente – e até as pedras da Esplanada dos Ministérios sabem que tais divergências existem, e são fortes -, há que se questionar, antes de tudo, a capacidade de a ministra articular os organismos de fiscalização e repressão do Estado, tendo em vista fazer cumprir as leis de proteção ao meio ambiente. Pois, não conseguindo impor a exigência preliminar de respeito à lei, dificilmente o Poder Público obterá, da sociedade como um todo, uma colaboração consistente na preservação indispensável de bens da natureza – em favor da sobrevivência, nossa e de nossas futuras gerações.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa atenderá V. Ex^a, nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno, por cinco minutos.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Para uma comunicação inadiável.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sinto-me com o dever, na condição de Senador da República, de trazer à reflexão de V. Ex^{as} e daqueles que nos assistem e nos escutam breve reflexão a respeito da constante alta da Taxa Selic por decisão do Comitê de Política Monetária do Banco Central – Copom.

Minha reflexão tem como base o estudo da economia brasileira externado pelos mais diversos economistas deste País, que não se cansam de dizer que a elevação da taxa básica de juros, que hoje é de 19,75%, é a maior do mundo e que a manutenção nesse patamar provocará uma crise de conseqüências imprevisíveis, sobre a qual, neste momento, eu não gostaria de especular.

Sr. Presidente, é público e notório que o aumento da taxa de juros piora a competitividade das empresas brasileiras no exterior, o que, de certa forma, um paradoxo, pois o Governo vem, por meio de constantes viagens, buscando novos mercados. Ademais, esses constantes aumentos vêm promovendo o aumento do custo de produção, diminuição dos investimentos produtivos que são essenciais para o crescimento econômico; e, sob o ponto de vista social, promovem a redução na geração de emprego, da massa salarial e da arrecadação de impostos, o que para nós é algo preocupante.

O Governo deve medir as conseqüências do sucessivo aumento da taxa Selic. Sabemos que a dívida pública tem o pagamento de juros atrelado à taxa de juros básica e, por conseguinte, à medida que essa taxa é elevada, aumenta o custo da rolagem da dívida e, o que é pior, coloca em risco o crescimento econômico e paradoxalmente diminui a arrecadação de impostos.

Sou Senador, Sr. Presidente, de um Estado que depende basicamente do comércio e do serviço. Portanto, o constante aumento da taxa de juros tem um efeito direto na economia do Estado do Amapá, além do “efeito psicológico” que é exercido sobre a população, que fica insegura quanto ao seu emprego, promovendo o adiamento de seus projetos de vida e de suas compras, o que, por conseqüência, gera a queda das vendas, comprometendo a atividade econômica do meu Estado.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta breve reflexão tem razão de ser e espero que seja ouvida e interpretada pelo Senhor Presidente da República, que é o responsável pela política econômica de seu Governo, e que esse alerta não seja desconsiderado ante seu contexto e conjuntura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, por permuta com a Senadora Heloísa Helena.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar meu pronunciamento de hoje, faço questão de registrar, com especial alegria, a visita a este Plenário, neste momento, de uma das figuras mais admiráveis do Brasil: Lars Graef, ex-Secretário Nacional de Esportes, campeão mundial e olímpico, que tanto nos orgulha e um dos mais belos exemplos de vida do nosso País. Lars Graef honra o nosso País, servindo o Estado de São Paulo também na atividade esportiva. Bem-vindo, mais uma vez, à Casa, recebendo o carinho de todos os Líderes partidários.

Sr. Presidente, meu pronunciamento de hoje diz respeito à matéria publicada no último dia 22 de maio de 2005, no jornal **O Globo**, cuja inserção nos **Anais** do Senado Federal peço a V. Ex^a, por ser um extraordinário demonstrativo e uma extraordinária satisfação à sociedade brasileira da determinação do Governo do Presidente Lula em combater a corrupção que assola este País há tanto tempo e que tanto mal tem causado à sociedade brasileira. Ocorreu-me até a possibilidade de defender que essa matéria pudesse fazer parte, Senador Paulo Paim, de um voto de louvor do Senado brasileiro ao Governo do Presidente Lula. No entanto, entendo que politicamente estamos em um fogo cruzado de idéias entre Oposição e Governo, tendo como foco o ataque à corrupção, o que é virtuoso. A Oposição cumpre o seu papel cidadão, cumpre o seu papel de fiscal e de protetor da democracia, assim como faz o Governo. Os dois escolheram a corrupção para fazer um ataque, para o fogo cruzado. Cada um com o seu olhar, com a sua visão política. Estamos tendo uma resposta efetiva por parte do Governo do Presidente Lula nessa matéria. A Oposição tem seus métodos,

sua maneira, para fazer o combate à corrupção, bem como o Governo.

Creio que a resposta do Governo é muito satisfatória. Por essa razão, trago ao plenário do Senado Federal os números: 1.234 prisões foram efetuadas pelo Governo do Presidente Lula nesses vinte e cinco meses. Diretamente, nos dois últimos anos, a Polícia Federal prendeu 819 políticos, empresários, juizes, policiais e servidores públicos acusados de crimes que vão do superfaturamento na compra de derivados de sangue à adulteração de leite em pó. Outras 415 pessoas foram presas em operações da Polícia Federal no mesmo período. Disse o Ministro Márcio Thomaz Bastos, identificando e reconhecendo o impacto que essas operações têm causado na sociedade brasileira.

O Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, considera a tese da disseminação da corrupção um equívoco. Para S. Ex^a, o que está havendo é um aumento da percepção popular da corrupção em consequência das ações da Polícia Federal e da Controladoria-Geral da União. Segundo o Ministro, em nenhum outro momento da história do País, um Governo se empenhou tanto no combate à malversação dos recursos públicos, mesmo que isso tenha implicado cortar na própria carne. Diz mais: que o Governo lançou as bases de uma cultura anticorrupção e, agora, é necessário intensificar a repressão aos crimes de colarinho branco.

Então, são dados que demonstram a responsabilidade, a judiciosidade e a imparcialidade com que o Governo do Presidente Lula tem agido.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Tião Viana?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Já concedo o aparte, com muito prazer, ao nobre Senador Alvaro Dias.

Temos um espelho claro da distribuição do ataque à corrupção feito pelo Governo do Presidente Lula.

Total de operações realizadas entre agosto de 2003 e maio de 2005: 75; total de presos no mesmo período: 1.234 pessoas; total de operações realizadas no período, para combater a corrupção: 45; total de presos pela Polícia Federal por atos de corrupção: 819 pessoas; total de servidores públicos presos pela Polícia Federal: 290; total de policiais federais e rodoviários federais presos nesse mesmo período: 120.

Então, são dados inequívocos que constatarem a responsabilidade ética e a determinação moral que tem o Governo do Presidente Lula no combate à corrupção.

Como eu disse, Senador Alvaro Dias, estamos em pleno fogo cruzado entre Governo e Oposição, quando o alvo é exatamente o combate à corrupção: a Oposição, com seus métodos, achando que pode colaborar com o País, ao seu olhar, ao seu enfoque, à sua maneira de agir, inclusive defendendo a CPI; e o Governo, determinando que o aparelho de Estado esteja pronta e intensamente dedicado a agir a favor do cidadão brasileiro, da ética e dos direitos da sociedade.

Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Tião Viana, é desnecessário reiterar o apreço e a admiração que tenho por V. Ex^a, dadas a competência e a inteligência com que atua, especialmente quando se vê obrigado a defender o Governo, e o faz com muita eficiência. Imaginei que nem a Velhinha de Taubaté – que V. Ex^a conhece, personagem das crônicas de Luiz Fernando Veríssimo, criado durante o Governo Figueiredo e que permanece no inconsciente coletivo –, como símbolo da fé cega, seria capaz de endossar as palavras do Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, porque realmente fiquei impressionado com essa afirmativa de S. Ex^a. Evidentemente, a Polícia Federal está atuando de forma brilhante e merece aplausos do País. Mas, no que diz respeito à ação específica, por exemplo, do Presidente da República, o que há é conivência, omissão, complacência, que chega às raias da cumplicidade. Vemos um Ministro e o Presidente do Banco Central denunciados, e ambos permanecem no exercício de suas funções. O Sr. Waldomiro Diniz continua solto, livre. Não há o exemplo da punição. No episódio de Santo André, apesar dos oito assassinatos, não houve o necessário esclarecimento. Recentemente, surgiu o escândalo dos Correios, que, na verdade, é a ponta de um *iceberg*. E por isto se tenta impedir a instalação da CPI: certamente ela relevaria uma relação de promiscuidade entre o Poder Executivo e parte do Poder Legislativo. Portanto, Senador Tião Viana, mantemos por V. Ex^a a mesma admiração, a mesma consideração e o mesmo respeito, mas discordamos frontalmente dessa postura adotada por V. Ex^a no que diz respeito ao combate à corrupção, porque o mal não tem sido colocado à luz. O Governo impede que se coloque o mal à luz, para que esse seja combatido com eficiência.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço ao nobre Senador Alvaro Dias, um dos mais atuantes e determinados cumpridores de suas responsabilidades partidárias, Senador de um partido que tem história e merece respeito, como o PSDB, que fiscaliza, combate, nos seus moldes, o atual Governo e cumpre esse papel de maneira admirável e respeitosa.

No entanto, também mantenho absoluta discordância do entendimento de V. Ex^a de que o atual Governo não está agindo de maneira ideal, porque vejo os números, Senador Alvaro Dias: no Estado do Acre, foi detectada fraude no vestibular numa operação da Polícia Federal, que envolveu pelo menos 14 Estados do Brasil; no Amazonas, houve a Operação Albatroz e a Operação Zaqueu; em Roraima, a Operação Gafanhoto; no Amapá, a Operação Pororoca; no Pará, a Operação Feliz Ano Velho; no Tocantins, a Operação Perseu; no Maranhão, a Operação Cavalinho de Tróia; no Piauí, a Operação Predador; no Ceará, a Operação Mucuripe; na Paraíba e no Rio Grande do Norte, a Operação Catuaba; em Pernambuco, a Operação Buritis; em Alagoas, a Operação Gabiru, com mais de 30 presos; em Sergipe, a Operação Soro...

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Tião Viana, essa é a corrupção na periferia.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Cito, ainda, a Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais, Rio de Janeiro. Em São Paulo, houve a Operação Anaconda; em Santa Catarina, a Operação Midas; no Paraná, Farol da Colina. Quer dizer, 26 Estados da Federação, com operações impessoais da Polícia Federal.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Tião Viana, nisso há eficiência realmente. Nós reconhecemos a eficiência da Polícia Federal, que atua nessa periferia da corrupção. Ocorre que desejamos que essa ação chegue ao núcleo do poder, onde está a corrupção maior e impune. Há uma corrupção impune, que estimula a prática, lamentavelmente. Quanto a esse combate na periferia da corrupção, os nossos aplausos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a e entendo que há o testemunho do Brasil inteiro sobre a impessoalidade e a responsabilidade constitucional da Polícia Federal, que cumpre a determinação e a orientação efetiva do Ministro da Justiça. Agora, não poderia, ao mesmo tempo, deixar de esclarecer, Senador Alvaro Dias, que existe uma determinação do

Governo. Ele entende que a operação que está sendo deflagrada, para investigar, por meio de inquérito, com absoluta isenção e imparcialidade, os escândalos dos Correios terá êxito, será satisfatória à sociedade e aos Partidos Políticos.

Acho que o Governo tem o direito de ter esse enfoque também. Pessoalmente, dentro do meu Partido, defendi, juntamente com o Senador Paulo Paim e outros Senadores, que assinássemos a CPI, porque não temos absolutamente nada contra seu prosseguimento. Mas esse não foi o entendimento da maioria do Partido, e entendemos que fazemos parte de um coletivo partidário que confia em que o aparelho de Estado será eficaz e suficiente para investigar e elucidar esse tipo de situação que incomoda a nós, do Governo, e a V. Ex^{as} que estão na Oposição.

Ouço o nobre Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Tião Viana, V. Ex^a está na tribuna, e ninguém melhor para representar o PT puro, em que se tem esperança. Como médico, digo que estamos diante de uma doença. A corrupção, hoje, não é uma endemia. Estamos diante de uma epidemia, e V. Ex^a deve orientar que, nesse caso, tem-se de usar a vacina. E a vacina Rui Barbosa já definiu: só há um caminho para a salvação, que é a justiça, a lei, o fim da impunidade. O micróbio começou em Santo André. Tem-se de ir lá, como Oswaldo Cruz fez, para pegar os ratos, os gabisus. Ficou o foco: Santo André foi sendo empurrado, e o tumor maligno está dando metástase no Brasil todo.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, nobre Senador Mão Santa, e confesso meu estarrecimento e minha tristeza, quando, ontem, vendo os jornais televisivos do Brasil, pude observar momentos de prisão para, mais ou menos, 30 pessoas, nessa operação da fundação Cespe, que está envolvida em preparar provas para concursos públicos.

E os nossos filhos? E as pessoas jovens deste País, que lutam dia e noite, que fazem a travessia das madrugadas, preparando-se para um concurso público, para, de maneira honesta, decente, disputar uma vaga para uma atividade de Estado? De repente, chega alguém com R\$30 mil e compra uma prova, chega outro e compra outra prova?

Então, o combate à corrupção deve ser determinado, tem de ser uma ação radical, algo que, na linguagem médica, chamamos tratamento agressivo, capaz de oferecer resposta, no qual não importam os efeitos colaterais que se alcancem. E entendo que

essa tem sido a determinação do Ministro da Justiça, por ordem do Presidente da República.

Senador Paulo Paim, ouço V. Ex^a.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Tião Viana, quero só avalizar o seu pronunciamento, quando V. Ex^a nos cita, assim como ao Senador Cristovam Buarque e ao Senador Eduardo Suplicy, no debate que tivemos internamente na Bancada, aqui no Senado, em que todos nós entendemos que o Partido dos Trabalhadores deveria assinar a CPI, demonstrando, com isso, a quem tem dúvida, que não teme nada nesse processo, dando, inclusive, oportunidade àqueles que foram citados em capas de revistas e que não são do PT – quer do PMDB, quer do PTB – de se defenderem. Por isso, cumprimento V. Ex^a. A forma de demonstrar que efetivamente não temos nada a ver com isso é permitir que a CPI seja instalada, inclusive com a assinatura do Partido dos Trabalhadores. No meu entendimento, só para concluir, esse é um fato consumado. A CPI será instalada na próxima quarta-feira.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Só espero, Sr. Presidente, que estejamos preparados, neste País, para estimular e apoiar toda a determinação do Ministério da Justiça e da Controladoria-Geral da União no combate à corrupção e no confronto direto com o crime, que não deixava antes as suas digitais. Não se identificava o DNA do praticante do delito, e hoje, felizmente, temos a alegria – e, ao mesmo tempo, a tristeza – de registrar 1.234 prisões de pessoas que estavam tirando o direito do País de caminhar com dignidade, de ter na vida pública um exemplo de responsabilidade social e política.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Por último, cito que a autoria da matéria do jornal O Globo, no caderno “O País”, é do jornalista Jailton de Carvalho.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O PAÍS

ESCÂNDALOS EM SÉRIE

No rastro dos corruptos

Em dois anos, PF prendeu 819 por fraudes com dinheiro público em todos os estados do país

Jailton de Carvalho

BRASÍLIA

As cenas de salvação em uma sala dos Correios e a tentativa de deputados de extorquir o dinheiro do governador de Rondônia, no Cassol, provocaram indignação pública, abriram caminho para a criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) no Congresso, mas nem de longe tiveram o sabor da novidade. Nos dois últimos anos, a Polícia Federal prendeu 819 políticos, empresários, juízes, policiais e servidores públicos acusados de crimes que vão de superfaturamento na compra de derivados de sangue à adulteração de leite em pó. Outras 117 pessoas já foram presas em operações da PF no período, no total de 1.734.

Em 45 operações especiais, a Polícia Federal desviou mais de 10 milhões de desvio de dinheiro público em todo o país. Delegados e agentes foram chamados para atuar nos 27 estados e no Distrito Federal. As investigações atingiram setores do Legislativo, do Executivo e do Judiciário. Pessoas que foram presas por corrupção são o juiz federal João Carlos de Rocha Mattos, de São Paulo, o ex-governador de Rondônia Nivaldo Campos, o ex-senador roraimense Amílcar de Rondônia e o ex-gerente-geral de Recursos Legais do Ministério da Saúde Luiz Cláudio Gomes.

Na lista estão 230 servidores públicos e 120 políticos federais e estaduais. Acusações mais recentes também foram feitas no âmbito da Previdência, como a do atual presidente do Banco Central Henrique Meireles, e à Confederação, uma empresa do ministro das Comunicações, Eunício Oliveira. Há duas semanas, a governadora Rosinha Garotinho e seu secretário de Governo, Anthony Garotinho, foram condenados por compra de votos nas últimas eleições. O casal Garotinho foi declarado inelegível por três

anos, mas ainda pode recorrer ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

PF busca conexões entre quadrilhas

• Jussara de Albuquerque é uma das milhares de mulheres que trabalham no sistema de correios em conexões entre as várias estações e unidades. Muitas das últimas investidas da PF descolaram estruturas ligadas entre as quadrilhas acusadas de roubar por 12 anos licitações do Ministério da Saúde, a chamada Manta dos Vampiros, e a mais recente escandalosa, em torno do suposto esquema de compras superfaturadas nos Correios.

Investigada pela Operação Vampiro da Polícia Federal, a empresa ABC Data ajudou o ex-chefe do Departamento de Contratações dos Correios Maurício Marinho a estabelecer as primeiras bases de uma licitação de R\$ 45 milhões. A licitação foi suspensa na terceira passada, duas depois do afastamento de Marinho, nos Correios, com início da Operação Vampiro, que estava numa fase conclusiva, volta a abertura dia 17.

Com a suspensão, os envolvidos, alguns setores e as organizações ficaram atentos para que a corrupção que por aí circulava, estava ganhando terreno, o que acabou se tornando um sucesso. A União venceu a licitação, com validade para o ano que vem pela P dos Correios. O ministro da Justiça, Marco Antonio Bastos, considerou a tese da disseminação da corrupção um equívoco.

Para ele, o que está havendo é um aumento da percepção popular da corrupção, em consequência das ações da PF e da Controladoria Geral do União. Segundo o ministro, em nenhum outro momento da história da P, o país viu o governo se empenhar a tanto no combate à investigação dos recursos públicos, mesmo que isso tenha implicado com a própria carne.

— Não está havendo aumento de corrupção. Pelo contrário, se está havendo é o desvendamento real do e a firmeza da corrupção que havido no país. São esses casos que estão apressando o processo de uma per-

cepção da corrupção — diz o ministro.

Segundo Bastos, o governo lançou as bases de uma cultura anti corrupção e agora é necessário intensificar a repressão aos crimes de colarinho branco. O ministro da Justiça defende sempre a luta contra o recondicionamento de crimes, mas para ele, é preciso lutar para que o temor da prisão desarticule a criminalidade.

— O meu propósito declarado de combater

lideria geral da União e criou o Departamento de Recuperação de Ativos no Ministério da Justiça.

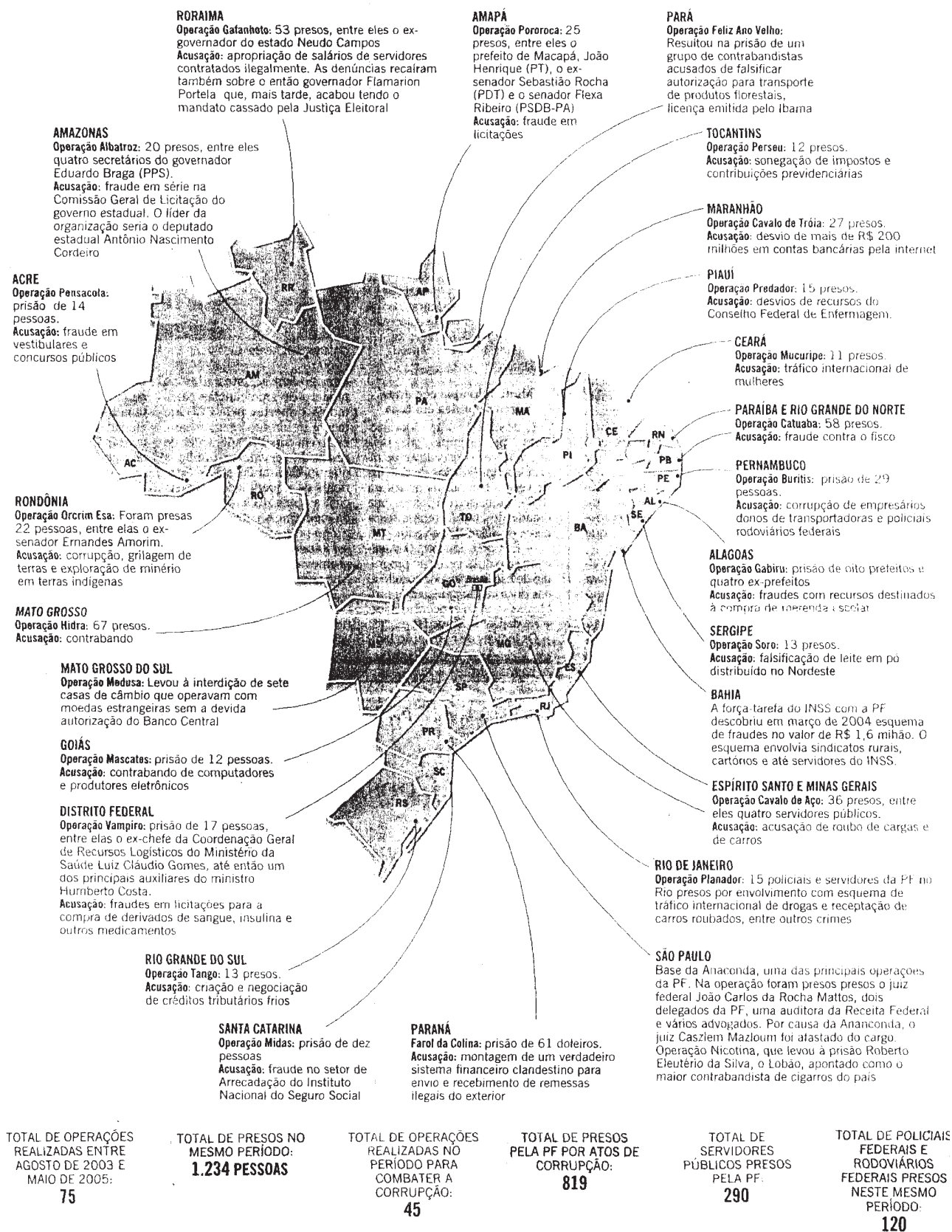
— Mas, mesmo

com esses esforços, o governo tem passado ao longo da discussão sobre os vínculos entre organizações políticas para postos-chaves da administração pública e a corrupção. A gravação de lobistas na sala de chefe de departamento responsável pelas compras dos Correios expôs um lado pelo PTB.

*Posição do ministro
comércio com a
sociólogo Flávio
Schlingens
na última página*

— O Ministério não permitiu a divulgação parcial de atos pretéritos e expetitos a agentes acusados de desviar dinheiro de merenda escolar.

Segundo Lessa, a Polícia Federal exagera ao argumentar os delitos na Operação Vampiro, a mais recente desencadeada pelo órgão. O governador reclamou até mesmo do nome da operação. Para ele, um desrespeito ao estado, o que gabiru e uma espécie de rato. ■



ESCÂNDALOS EM SÉRIE: *Órgão investiga 70 casos de enriquecimento ilícito*

CGU encontra irregularidades em 75% das prefeituras investigadas

Desvio de verba da merenda e superfaturamento de obras são fraudes comuns

Jailton de Carvalho

• BRASÍLIA. A corrupção é mais visível na administração federal, mas está disseminada também nas administrações municipais. Na devassa que fez em 540 municípios nos dois últimos anos, a Controladoria Geral da União (CGU) encontrou irregularidades graves na contabilidade de nada menos do que 408 prefeituras, o equivalente a 75%. Entre as fraudes mais comuns estão desvios de verbas da merenda escolar, superfaturamento de obras e prestação de contas de serviços não executados.

A CGU, comandada pelo ministro Waldir Pires, detecta as irregularidades e envia as informações para o Ministério Público, as câmaras de vereadores e os Tribunais de Contas, entre outros órgãos de fiscalização.

Mas nem estas medidas de cunho coercitivo têm inibido os prefeitos.

Município aparece duas vezes seguidas em lista

Relatório da Controladoria Informa, por exemplo, que, pela segunda vez consecutiva, voltaram a surgir indícios de desvios de verbas federais na prefeitura de São Francisco do Conde, uma cidade de 26 mil habitantes a cerca de 40km de Salvador.

— É impressionante. O município caiu duas vezes no programa de fiscalização por sorteio e, nas duas vezes, apresentou problemas — diz o subcontrolador-geral da União, Jorge Hage.

Os índices de corrupção também podem ser atestados no número de sindicâncias patrimoniais abertas pela CGU em menos de um ano. No momento,

estão em curso 70 apurações de casos de servidores públicos que apresentaram sinais exteriores de riqueza incompatíveis com a renda declarada. A idéia da sindicância patrimonial surgiu no primeiro encontro nacional sobre lavagem de dinheiro, promovido pelo Ministério da Justiça no fim de 2003.

Com a criação desse novo tipo de sindicância, a Controladoria pode abrir investigação toda vez que desconfiar da riqueza de um servidor. Pelas regras vigentes até então, a abertura de uma investigação estava condicionada à apresentação de denúncia formal com forte indicio de algum crime.

Decreto estende alcance de sindicância patrimonial

A expectativa na Controladoria é que, durante o IV Fórum

Global de Combate à Corrupção, entre os dias 7 e 10 de junho, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assine um decreto estendendo a sindicância patrimonial a todas as instâncias do governo federal. Durante o encontro, Lula deverá ratificar também a adesão do Brasil à convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) contra a corrupção. O Congresso já aprovou o texto de adesão. A convenção é considerada essencial pela CGU e pelo Departamento de Recuperação de Ativos Financeiros, do Ministério da Justiça. Todo país signatário se compromete a ajudar na repatriação de dinheiro de origem ilegal.

— Como o Brasil é um grande exportador de dinheiro sujo essa convenção vai nos ajudar muito a trazer recursos de volta — diz um assessor de Hage. ■

O SR PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – PA)

— Concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio, por permuta com o Senador Alvaro Dias.

S. Ex^a terá dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs Senadores, o Senado é o cérebro da democracia. Por aqui passaram grandes políticos, estadistas notáveis. Até hoje reverbera, neste Plenário, o monumental discurso de Tancredo Neves, quando deixou a Casa, para se candidatar ao Governo de Minas. Naquele magnífico texto, já se vislumbrava a candidatura do mineiro à Presidência da República.

Subo a esta tribuna ciente e consciente do que significa ser Senador, estar diante deste magnífico colegiado e falar à Nação nesta posição privilegiada, Sr. Presidente.

Hoje, o Senado abriga vários ex-Governadores, diversos ex-Ministros e dois ex-Presidentes da República, José Sarney e Marco Maciel. Não há novinhos por aqui. Eu, que venho de dois mandatos na Câmara Federal,

tento aprender com essa experiência acumulada e repetir em Brasília o que vejo e ouço no Senado.

Sr^s e Srs. Senadores, fui vítima de ataque gratuito e infundado. De repente, sem qualquer fundamentação séria e válida, incluíram meu nome nessa onda de denúncias que assola o nosso País.

O Brasil, os brasileiros e os políticos têm convivido nos últimos anos com denúncias de todas as espécies. Umas tinham procedência; outras, não. Contudo, a máquina inquisitória funciona, no teatro da política, de maneira assemelhada à sua antecessora, aquela gerida pelo implacável Torquemada. A simples denúncia significava a condenação. O processo em si, tortura incluída, constituía apenas uma passagem. A decisão era previamente tomada. É preciso, portanto, ter cuidado com fatos.

O caso Ibsen Pinheiro, denunciado há tantos anos, gerou arrependimento tardio. Misturou-se, numa reportagem, o valor de US\$1 mil com o de US\$1 milhão. Anos depois, vieram as desculpas. O mal, no entanto, já estava feito. A pessoa sofreu a tortura do julgamento público inapelável e irrecorrível. E uma promissora carreira política se desfez.

A revista **ISTOÉ** publica, em sua última edição, reportagem apressada, mal apurada, que conclui pela minha culpabilidade; inclusive por ter assinado documentos em 1998, quando seria Parlamentar. Erro crasso. Eu não estava no Congresso naquele ano. E, assim mesmo, pedi, ainda hoje, ao Mozart Vianna de Paiva, Secretário-Geral da Mesa, certificado aos interessados, dizendo que Paulo Octávio exerceu mandato de 1991 a 1995 e de 1999 a 2003. Vejam bem: uma revista me acusa de assinar um documento como Deputado, e eu não era Deputado. Eu não estava no Congresso naquele ano. Esse equívoco – vamos chamar assim – conduz a outros, que conduzem a outros muitos. Mas, ao longo dessa suposta investigação, toda ela sigilosa, jamais fui ouvido ou pelo Ministério Público ou pelo repórter da **ISTOÉ** travestido de investigador. Imagine que se faz uma reportagem. Sou Senador da República e moro em Brasília. Não me telefonam, não me procuram e fazem uma matéria com o meu nome.

O processo de apuração em tudo se parece com o antigo procedimento dos governos da ditadura. Trata-se de autêntico Inquérito Policial Militar, o famigerado IPM, que vinha à tona já com a sentença definida. Os acusados não eram ouvidos, nem tinham direito de defesa.

Lembrei, no início desta fala, do impressionante discurso de despedida do Senado proferido por Tancredo Neves, porque ele é o pai da nossa recentíssima democracia. O nosso colega de plenário Senador José Sarney convocou a Constituinte. E nosso outro colega, Senador Marco Maciel, foi ativo constituinte. Todos sabem que o texto constitucional resultado do trabalho da Assembléia de 1988 garante a liberdade, assegura direitos civis e, portanto, permite que acusados se defendam.

Não vou cansar as senhoras e os senhores com argumentos, fatos, números ou exibição de documentos referentes à matéria publicada pela revista **ISTOÉ**. As empresas envolvidas, entre elas a que leva o meu nome, produziram alentado documento sobre o assunto, que já foi divulgado ontem no **Correio Brasileiro** e no **Jornal de Brasília**, nas páginas 3 e 7 dos dois jornais. Foi feita uma nota à imprensa assinada pelas três empresas que fizeram esse empreendimento Quadra Parque em Brasília. Cópias estão disponíveis para os Exm^{os} Srs. Senadores e os jornalistas que desejarem conhecer melhor o assunto. Esclarecimentos adicionais podem ser obtidos na sede das empresas que participam do empreendimento.

Sr^{as} e Srs. Senadores, fiz a minha vida profissional por mim mesmo. Fui corretor de imóveis e, posteriormente, criei uma empresa que, em seguida, assumiu integralmente ou em parte alguns empreendimentos.

Há, contudo, um diferencial em todos os que chegaram ao Planalto Central no início da consolidação da cidade. Os pioneiros querem retribuir ao Distrito Federal aquilo que a cidade ofereceu. É assim que penso. E, baseado nesse sentimento, decidi entrar para a política.

Senador Marco Maciel, concedo-lhe um aparte.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre Senador Paulo Octávio, desejaria expressar o meu reconhecimento pelo trabalho parlamentar que V. Ex^a desempenha no Senado Federal. E dizer que este mandato já foi precedido de dois outros cumpridos na Câmara dos Deputados por V. Ex^a, o que prova também, além da vocação no campo empresarial, sua enorme sensibilidade política. Ou, para usar uma expressão de Machado de Assis, V. Ex^a tem instinto de nacionalidade, quer dizer, alguém que ama o seu país e deseja fortalecer as suas instituições. Por isso, aproveito a ocasião em que V. Ex^a faz uma defesa bem fundamentada a respeito de acusações da Revista **IstoÉ**, para afirmar que V. Ex^a cresce nesta Casa ao replicar, de forma cabal, as denúncias que lhe foram imputadas. Certamente, os esclarecimentos que está propiciando mostrarão que V. Ex^a consegue desempenhar corretamente o mandato parlamentar e ser um empresário que concorre para o desenvolvimento do Brasil, de modo especial, para o desenvolvimento de Brasília no momento em que esta se consolida como Capital de nosso País.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Agradeço as palavras de V. Ex^a, Senador Marco Maciel, ex-Presidente do Brasil, uma referência política para todos nós, uma referência política dentro do nosso Partido, o PFL. V. Ex^a tem uma conduta política íntegra e laboriosa no sentido de desenvolver o País e é o responsável pela redemocratização do nosso Brasil. Agradeço o seu aparte com muita emoção.

Nessa condição, Senador Marco Maciel, cheguei ao Senado, sim, como um ex-Deputado Federal de dois mandatos e uma pessoa profundamente apaixonada por esta cidade. Estou aqui para aprender, mas não sei qual ensinamento tirar do que tem ocorrido com minha vida política. Estou ainda na primeira metade de meu mandato. E tenho percorrido todo Distrito Federal, cidade por cidade, vila por vila, rua por rua, em busca de contato com o meu povo.

Conheço os problemas do Distrito Federal e também suas potencialidades. O resultado de tanto trabalho está aparecendo nas pesquisas de opinião pública. Estou, felizmente, em primeiro lugar na preferência do eleitor.

Já disse que não há noviços aqui no Senado. Então, não há motivos para encobrir a realidade. Se meu Partido me convocar para disputar o Governo,

não faltarei à convocação. É normal, natural e diria até conseqüente um político pretender governar sua terra, seu povo, sua gente. Neste exato momento, começam a aparecer, com grande estardalhaço, denúncias infundadas. O objetivo é atirar no empresário e acertar no político. É o jogo duro e sujo da política que não respeita compromisso ético ou vontade popular. Alguns Congressistas já experimentaram a constrangedora sensação de ver a terra lhe fugir aos pés, de maneira injusta e inconseqüente, justamente quando se avizinhavam as eleições.

Sr^{as} e Srs. Senadores, os negócios da minha empresa são geridos por executivos contratados. Estou profissionalmente delas afastado, desde dezembro de 1998, como registrado na Junta Comercial do Distrito Federal. As empresas e seus administradores respondem por seus atos. E, aliás, já o fizeram. Os jornais desse fim de semana publicaram longa nota que repõe a verdade e corrige o que foi equivocadamente publicado.

Não tenho a pretensão de discutir negócios com os Srs. Senadores. Tomo a liberdade de esclarecer, contudo, alguns aspectos da denúncia feita pela **ISTOÉ**. Nunca fui, como pessoa física, sócio ou cotista de fundo de investimento. A empresa que fundei também não recebeu os alegados R\$160 milhões. Isso é muita mentira. O investimento abrange construção de prédios, infra-estrutura, paisagismo, projetos e despesas legais de toda a superquadra 311 Norte, composta de 11 prédios e 696 unidades residenciais de dois, três e quatro quartos. A iniciativa gerou milhares de empregos nos últimos sete anos. E ganhou o prêmio Master Imobiliário, em 2003, como o melhor empreendimento imobiliário do Brasil.

É importante ressaltar que o Fundo de Investimento é constituído por empresas privadas. Não há, ali, dinheiro público. E não houve desvio de recursos da Fundação dos Economistas. Ao contrário, os investimentos da Funcef nas quotas do Fundo foram feitos como parte dos recursos que a entidade recebeu como pagamento dos terrenos e, pelo que foi informado, já recebeu de volta o dobro do valor de seu investimento.

Informo, Sr. Presidente, que todos os atos do Fundo são públicos, registrados em cartório e arquivados na Comissão de Valores Mobiliários, que os aprova e fiscaliza. Mesmo assim, os representantes legais das empresas construtoras estão, neste momento, agora, na Biblioteca desta Casa, onde permanecerão até quando for necessário para prestar quaisquer esclarecimentos a quem desejar – qualquer Senador, qualquer jornalista, qualquer membro desta Casa, qualquer diretor –, porque acho que é importante, é

a minha missão. Existe uma sala na Biblioteca desta Casa onde os diretores das empresas estão prestando as informações que qualquer Senador, membro desta Casa ou da imprensa queira obter. E as empresas já se prontificaram a deixar disponíveis em suas sedes a documentação que esclarece o caso.

Quero apenas dizer que, em toda minha vida, fui homem de uma só palavra. Não frequento cafuvas nem ambientes soturnos. Há transparência no que faço. Não tenho nada a esconder. Tanto que afirmo, com serenidade, que sou, de fato, candidato a ser candidato ao Governo do Distrito Federal. É um sonho que pode se atingido. Depende apenas do meu trabalho e da vontade do meu Partido.

O ex-Deputado Ibsen Pinheiro esperou dez anos pela retratação feita pelo repórter. Não tenho, contudo, a mesma paciência.

Ouçõ o aparte do Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – Senador Paulo Octávio, como Senador também pelo Distrito Federal, alegro-me em escutar sua exposição e a transparência com que V. Ex^a traz todos os dados de suas empresas. Deixo claro que é por meio de gestos como esse que podemos esclarecer denúncias feitas pela imprensa sem, ao menos, uma consulta à pessoa mencionada – V. Ex^a não foi consultado. Como Senador do Distrito Federal, alegro-me em ver sua postura na defesa do seu nome e da sua honradez.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Não poderia esperar outro procedimento de V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque. Honra-me muito o aparte de V. Ex^a. Transparência realmente é importante. V. Ex^a conhece o trabalho da PaulOctavio em Brasília, que gera cinco mil empregos. Logicamente, uma denúncia como essa mexe com uma empresa sólida, que tem 30 anos. Fico sensibilizado em ver sua posição. Muito obrigado pelo seu procedimento.

Há doze anos, Senador Cristovam Buarque, quando fui atacado pela **ISTOÉ**, propus debate público sobre o assunto objeto da reportagem no Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal. Agora, não vejo outra alternativa: terei de buscar no Poder Judiciário a garantia de meus direitos e de minha honra, bem como a preservação da imagem desta Casa. Seus integrantes, embora eu seja um iniciante, não podem ser acusados e condenados pela mídia de maneira desidiosa, com objetivo não de apurar a verdade, mas de espargir mentiras e versões enganosas. Eventual reparação financeira que obtiver da ação proposta será entregue a instituição de caridade do Distrito Federal.

Aproveito para cumprimentar as crianças que estão nas galerias.

Desejo a vocês, crianças, um Brasil melhor. O futuro as espera.

Esta é a minha maneira de remover a pedra que surgiu no meio do caminho. Assim pretendo restabelecer a verdade.

Agradeço a presença dos diretores de todas as empresas envolvidas no Fundo Imobiliário, que estão assistindo a esse pronunciamento e que se dirigirão à Biblioteca, com toda a documentação necessária, para os esclarecimentos, que são importantes.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a muito me honra com o seu aparte.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – É muito importante a presença de V. Ex^a na tribuna, bem como a forma como expõe sua defesa. É muito bom que coloque os administradores de sua empresa à disposição para prestarem os esclarecimentos necessários. Vivemos uma época em que as acusações estão em todos os jornais, revistas e rádios. Envolvem um grande número de pessoas. Se não tomamos providências no que diz respeito ao nosso nome, acabamos entrando no rol do que aconteceu, e que termina sendo verdade, embora possa não ser. Se todos no Congresso Nacional fizessem como V. Ex^a, que fala com sinceridade, quando fossem acusados por essa ou aquela falta, se respondessem de maneira clara, precisa, dando explicações, colocando-se à disposição, seria muito bom. Geralmente, isso não acontece. Geralmente, sai a notícia, sai a matéria, sai o fato e fica por isso. A pessoa fica à espera de que aquele fato saia da manchete, o que termina acontecendo. No Brasil, o mal é este: as manchetes se repetem, e, como no Brasil raramente a Justiça faz justiça, não acontece nada. Não acontecendo nada, as notícias saem das manchetes. As pessoas se esquecem de que as notícias saem das manchetes, mas não saem da sensibilidade e do sentimento das pessoas que leram. Por isso, o nível de prestígio da classe política é tão baixo, tão inferior perante a sociedade. V. Ex^a fala com clareza, dá os seus argumentos e se coloca à disposição. V. Ex^a lamenta – eu também acho estranho – que, estando em Brasília, saia uma matéria dessa natureza e V. Ex^a não seja consultado. Poderiam apresentar a resposta de V. Ex^a da maneira que bem entendessem. Poderiam publicá-la e, depois, fazer o que quisessem, mas tinham a obrigação de procurá-lo e de publicar o seu pensamento. Por isso, fico satisfeito com as explicações que V. Ex^a traz. Não li a matéria. Não consigo penetrar no pensamento de V. Ex^a, porque não li a matéria original, nem sei do que se trata, a não ser pelo que V. Ex^a fala.

Entretanto, a maneira da sua exposição me deixa uma tranquilidade no sentido de dizer: Que bom que sempre fosse assim! Que bom que cada cidadão, quando atingido o seu nome, tivesse a atitude de responder, até de processar, mas tivesse a atitude de dizer o que pensa! Assim, a sociedade teria a oportunidade de tomar a decisão final.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador...

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Não sabe como me alegra esse posicionamento de V. Ex^a, um democrata, que sabe deve ser garantido o direito de defesa; que sabe não ser justo fazer-se matéria sobre qualquer cidadão – não precisa ser Senador – sem ouvi-lo. Por isso, tenho certeza de que a revista me ouvirá. Pelo Estado Democrático de Direito, por tudo aquilo em que acreditamos no Brasil, certamente a revista vai-me ouvir.

Ouçõ o aparte do Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Octávio, nunca vi a sabedoria popular errar em um ditado. E o dito popular diz que “quem cala consente”. V. Ex^a não se está calando. Veio imediatamente, na primeira oportunidade – sou testemunha disso, porque eu estava inscrito e sei que V. Ex^a telefonou para pedir a inscrição. A inveja e a mágoa corrompem os corações. V. Ex^a é um homem que hoje ganha os aplausos não apenas de Brasília, mas de todo o Brasil. V. Ex^a é um chefe de família, que se ligou à família de maior honra e dignidade na história política deste País, a de Juscelino Kubitschek, e, sem dúvida alguma, um político de perspectiva invejável. Deputado e Senador brilhante, poderá ser Governador e até Presidente da República do nosso País.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, seu aparte é incentivador, leva-me a acreditar na vida pública.

Ao encerrar as minhas palavras – sei que meu tempo já se esgotou; foi deferência da Presidência me conceder mais alguns minutos –, quero agradecer ao Senador Alvaro Dias, que trocou comigo o espaço; ao Senador Cristovam Buarque, ao Senador Mão Santa, pelo aparte, ao Senador Marco Maciel, enfim, a todos Senadores que, realmente, se manifestaram hoje. É uma honra, para mim, receber tantas manifestações de incentivo, e não descansarei, Senador Marco Maciel, enquanto toda a verdade não for resgatada.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Paulo Octávio, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

S. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao contrário do que possa parecer, não vou cantar a província, não vou defender o interesse de um município ou do meu Estado; não vou defender nem mesmo, exclusivamente, o interesse do País. Quero apresentar uma proposta em defesa de um patrimônio da humanidade, instalado no Município de Foz de Iguaçu, no meu Estado do Paraná.

Apresento uma proposta inspirada na idéia de um eminente advogado do Paraná, articulista do jornal **A Gazeta do Povo**, acostumado às teses paranistas, o Dr. José Alexandre Saraiva, que propõe – e estamos apresentando, em nome dessa idéia importante, inspirada no Dr. Saraiva, um projeto de lei – que seja criado o Fundo de Recuperação Econômica de Foz de Iguaçu.

Segundo o colunista, a iniciativa constitui vigorosa e inteligente proposta legislativa para que se possa salvar o Município de Foz do Iguaçu de um colapso econômico e social, já que, há vários anos, mergulhou em uma crise em função do abandono a que tem sido relegado por consecutivos Governos. A responsabilidade não se pode restringir à administração municipal ou à administração estadual; a responsabilidade é nacional, por se tratar – repito – de um extraordinário patrimônio da humanidade, constituído pelo Parque Nacional do Iguaçu e pelas maravilhosas cataratas do Iguaçu, um dos espetáculos mais pródigos da natureza, uma das belezas mais incríveis da humanidade, que há de ser preservada com a presença competente da autoridade governamental.

Não nos conformamos em conviver com este contraste gritante: as belezas naturais excepcionais e a pobreza, o desemprego e a violência crescente em razão da ausência da retribuição necessária àquilo que de extraordinário Foz do Iguaçu transferiu à humanidade como patrimônio.

E me louvo no argumento do Dr. Saraiva que diz:

Com uma população na casa de 300 mil habitantes, sem espaço territorial suficiente sequer para o cultivo de produtos de subsistência e muito menos para a instalação de parques industriais significativos, com a outrora exuberante rede hoteleira reduzida à meia dúzia de estabelecimentos compatíveis com sua expressão turística e enfrentando assustadores níveis de desemprego e violência, Foz do Iguaçu amarga imerecido e irônico castigo por tudo que doou no passado em prol da humanidade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse projeto, na essência, estabelece que a empresa paranaense, ou seja, o contribuinte do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica, domiciliado no Estado do Paraná, mediante indicação em sua declaração anual, poderá optar, até 2015, pela aplicação de 5% do imposto devido no Fundo de Recuperação Econômica de Foz do Iguaçu, na forma prescrita em seu regulamento.

Seria, portanto, uma contribuição do País, por intermédio dos paranaenses, à recuperação econômica de Foz do Iguaçu como cenário de um dos mais belos patrimônios da humanidade.

A justificativa do nosso projeto inclui, ainda, como fonte de receita não só a participação do contribuinte, mas outras fontes de receita, tais como, dotações orçamentárias à conta de recursos do Tesouro Nacional; dotações governamentais de origem estadual ou municipal, bem como auxílios, subvenções, contribuições, doações de entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras; eventuais resultados de aplicações financeiras dos seus recursos; transferência de outros fundos; e outros recursos previstos em lei, como esse que estamos pretendendo criar, por meio da contribuição do paranaense de pessoa jurídica a esse Fundo de Recuperação Econômica de Foz do Iguaçu.

Estamos vivendo um bom momento na fronteira, porque Foz do Iguaçu tem, agora, um prefeito competente, o Prefeito Paulo MacDonald, que é um engenheiro preparado para o exercício da função pública, com competência para aplicar com correção e resultados os recursos desse Fundo.

Aliás, Paulo MacDonald enfatizou recentemente, em uma entrevista, que a cidade não mais tolerava ser lembrada apenas pela ação (não raro truculenta) da polícia e dos fiscais da Receita Federal. Impunha-se também, disse Paulo, a presença efetiva de órgãos governamentais responsáveis pela indústria, pelo comércio e pelos demais setores da administração federal comprometidos com a prosperidade do País, como um todo, e com as regiões economicamente afetadas, em particular.

E eu não teria coragem de propor a criação de um fundo dessa natureza, Sr. Presidente, se não acreditasse na probidade, na competência administrativa e na eficiência de gerenciamento do Prefeito atual de Foz de Foz do Iguaçu. Aliás, essa idéia não é nova, e o Dr. Saraiva nos lembra de como procedeu o então Ministro da Fazenda Ernane Galvêas, no ano de 1969, movido por idêntica constatação, quando conseguiu aprovar, por decreto-lei, um fundo de recuperação econômica em benefício do denominado “patinho feio” da economia nacional, o Estado do Espírito Santo, a

sua terra. Anos após a instituição do Funres, os capixabas puderam ostentar a mais moderna infra-estrutura portuária do Brasil.

Portanto, estamos repetindo um fato histórico que significou o desenvolvimento de um Estado como o Espírito Santo. E almejamos a proteção de um patrimônio da humanidade, que é Foz do Iguaçu, por meio dessa providência de natureza administrativa.

Quero destacar que o espaço territorial mínimo que restou a Foz do Iguaçu não é sequer compatível com a produção agrícola de subsistência. Ademais, não existe área condizente com a instalação de grandes fábricas. Não destaquei ainda a construção da binacional Itaipu, que implicou desapropriação de imensa área agricultável de extraordinária fertilidade, capacitada a uma produção ímpar.

Diante desse quadro, o Município necessita de ajuda especial e concreta para se manter. Tal ajuda poderia se concretizar com a criação desse Fundo, cujos recursos adviriam – eu repito – da aplicação, por parte de pessoas jurídicas domiciliadas no Estado do Paraná, de até 5% do imposto sobre a renda por elas devido.

A instituição desse Fundo de Recuperação, embasado em incentivos fiscais, é plenamente defensável ante o histórico débito que a União tem para com Foz do Iguaçu. Também é compatível com os princípios constitucionais, já que a Constituição, em seu art. 151, admite a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diversas regiões do País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para concluir, agradecendo ao Dr. Saraiva pela extraordinária idéia, fruto de uma inspiração de quem defende os interesses do País e um patrimônio da humanidade, queremos dizer que a aprovação de projetos dessa natureza seria uma manifestação de amor à vida, porque significaria injetar recursos na ação de preservação ambiental de uma região de riquezas naturais – repito – incríveis, de atração turística incomum. Nem mesmo relativamente à atividade turística, eminentemente econômica, geradora de emprego, de renda e de receita pública, tem o Governo demonstrado eficiência no que diz respeito ao atendimento das aspirações da tríplice fronteira e, especialmente, de Foz do Iguaçu, que deveria ser tratado com o carinho e com a atenção governamental que se conferiria de fato à capital do Mercosul.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela condescendência, pela tolerância em relação ao tempo utilizado, mas reafirmo que a aprovação desse Fundo será uma manifestação de vontade política com visão de futuro e, sobretudo, uma manifestação de amor à

vida, traduzida na preservação do meio ambiente de forma politicamente correta. E é o que estamos propondo nesta hora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Retificando um entendimento havido entre o Senador Paulo Octávio e o Senador Papaléo Paes, que presidia a sessão, concedo a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque, por dez minutos, e, a seguir, ao Senador Pedro Simon.

Solicito ao nobre Senador Alvaro Dias, membro da Mesa, que assuma a Presidência, nos termos do art. 46, §§ 1º e 3º, do Regimento Interno.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, público aqui presente, sobretudo os jovens, venho aqui, como fez o Senador Tião Viana há pouco, defender o meu Partido e o Governo que ajudei a eleger. Mas vim defender não apenas na ótica e no enfoque daquilo que o Governo fez nesse período, como fez o Senador, mas dentro de uma visão de mais longo prazo, o que, a meu ver, é aquilo que o nosso Partido e o nosso Governo devem fazer. Analisarei cada um dos pontos de defesa feitos pelo Governo, pelo PT, por meio de suas direções, nos últimos dias.

Em primeiro lugar, concordo que a Oposição vem sendo, sim, oportunista na maneira como defende a CPI sobre os Correios. Mas creio que não defenderia bem o meu Governo e o meu Partido se não percebesse e dissesse que esse oportunismo está sintonizado com a opinião pública neste momento. Há, sim, de parte da opinião pública, um sentimento de que é necessário aprofundarmos a análise daqueles fatos.

É também correto criticar aqueles que antes eram contra as CPIs e agora ficaram a favor. É verdade; mas acho que isso não pode ser desculpa para que fiquemos contra. Não podemos nos igualar por baixo, na incoerência. Se aqueles que antes eram contra as CPIs e agora as defendem, sintonizados com a opinião pública, o nosso papel é manter a nossa coerência de antes e não ficar contra agora. Até porque se, de repente, os que antes defendiam ficam contra e os que eram contra ficam a favor, o povo fica perplexo e perde a confiança, não apenas no PT, não apenas no PSDB, mas nas instituições que nós, como políticos, representamos.

Quero defender também o meu Partido e o meu Governo na idéia de que a Polícia Federal é uma instituição muito melhor preparada para fazer as investigações que dizem respeito a qualquer crime, inclusive corrupção. Mas, ao mesmo tempo em que defendo essa tese, quero dizer que o povo não está acreditando que esse é o melhor caminho. Na política, não basta

fazer pelo melhor caminho; há que se fazer também pelo caminho que o povo considera melhor. Hoje, há uma ânsia no sentido de que a apuração desses fatos não se limite à Polícia Federal, apesar de que estou absolutamente convencido da seriedade e da competência com que ela faz seu trabalho.

Quero dizer também que protesto contra todas essas acusações da Oposição, como se o Governo do Presidente Lula fosse um governo de corrupção. Porém, não prestaria um serviço ao meu Partido, ao meu Governo, se não dissesse que a reação contra apurações de escândalos termina fazendo com que o povo pense aquilo que não é verdade, ou seja, que o Governo está envolvido em atos de corrupção.

É um equívoco achar que a melhor maneira de defendermos o nosso Governo, quanto à sua honestidade, seja tentando impedir a realização de todas as investigações que serão feitas, inclusive, também – e por que não –, por meio de CPIs.

Quero também defender e analisar a idéia de que existe um clima de golpismo no ar. Acho que existe, sim, um clima de quebra da credibilidade nas instituições, que é uma etapa anterior ao golpismo. Todavia, penso que isso não advém da atuação da Oposição; isso advém, hoje, do espírito de impaciência que toma o povo, em todos os países latino-americanos, por perceber que, depois de anos e anos de democracia, não estamos fazendo as reformas sociais necessárias, não estamos cumprindo as promessas feitas na campanha e não estamos lutando ou dando a impressão de estarmos lutando contra as diversas formas de corrupção.

Esse sentimento de golpismo, se há, na sua ante-sala de medidas mais dramáticas contra as instituições, não é, a meu ver, ação de ninguém isoladamente, mas de uma percepção do povo de perder a crença nas instituições.

Quero analisar, também, ajudando, colaborando e defendendo o meu Governo e o meu Partido, a acusação de que fizemos alianças espúrias. Em política, toda aliança transparente e democrática é correta. Ao contrário: um partido que não faz alianças, quando está no Governo, é um partido autoritário. Assim, defendo as alianças. Porém, essas alianças precisam ter duas premissas, as quais – até para defender o meu Partido e o meu Governo – devo dizer que não estamos cumprindo.

A primeira, Senador Sérgio Guerra, é a de que as alianças são feitas dentro de regimes rigidamente comprometidos com a ética e não para lotear coisas. A segunda é a de que as alianças devem ser feitas com propósitos, com causas a serem defendidas. As alianças feitas sem causas que as respaldem, feitas

apenas ao sabor dos acordos, para manter-se no poder, não são as alianças corretas. Creio que não defende o Partido dos Trabalhadores e não defende o Governo quem achar que qualquer aliança, apenas pelo poder, justifica-se.

Quero dizer que muitos acusam o Governo Lula de não ter coordenação política. Não acho que seja a acusação correta. A acusação correta que faço, defendendo o Partido no longo prazo e o Governo no imediato, é que precisamos, toda vez em que formos fazer a coordenação política, ter antes uma aglutinação política em torno de algumas bandeiras. A meu ver, o que falta na coordenação é aglutinação. Hoje, o que falta não é saber como as pessoas votam naquilo que o Governo quer, mas saber o que é que a gente quer para que a Oposição, Senador Mão Santa, vote corretamente. Estão faltando bandeiras aglutinantes, como teve Juscelino quando fez esta cidade e a industrialização, como teve o Presidente Sarney, que aqui estava há pouco, quando levou adiante o programa de democratização neste País. Hoje, nós não temos essas bandeiras aglutinantes.

E querendo colaborar – como é minha obrigação – com o meu Partido e com o meu Governo, quero propor algumas idéias que, a meu ver, serviriam para retomar o rumo do Governo, o rumo do Partido, a coerência partidária e mudar o Brasil.

Antes, porém, concedo um aparte ao Senador Sérgio Guerra, que me solicitou.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, não se constitui fato surpreendente a palavra tranqüila do Senador Cristovam no geral e hoje à tarde. Se essa fosse a palavra que prevalecesse no Governo, na sua Base e no Partido dos Trabalhadores, seguramente teríamos um grau de colaboração muito mais amplo e consistente. Por exemplo, falar de golpismo, evidentemente, não tem conteúdo e não faz sentido. Não há, seguramente, nenhuma articulação golpista nem a vontade de nenhuma força política de que essa articulação se dê. Se falarmos em desgastes, perda de confiança, contradições, estaremos falando na verdade. Esses são os fatos. Evidentemente, falta de confiança e falta de coerência são elementos que desacreditam as instituições e, nesse sentido, servem à concretização de um ambiente de desordem que pode favorecer, eventualmente, uma ação golpista. A questão das alianças foi apresentada de forma magistral por V. Ex^a.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Aliança tem de se dar em torno de um projeto, de um programa, de uma determinada ação ou de um conjunto de ações

que tenham capacidade de aglutinar, de fazer com que a adesão ou o combate se faça em torno do mérito e não em torno de interesses imediatistas e conjunturais que não podem ser explicitados na perspectiva de curto, médio e longo prazo na democracia nova. Seu discurso é seguro. Acho que o Partido dos Trabalhadores ainda é um grande Partido. Se eu fosse do PT, eu refletiria uma, duas, dez vezes sobre as palavras do Senador Cristovam Buarque, a quem conheço há muitos anos e sei que não é de ser levado pela ventania, mas de ficar firme nas suas convicções, que são democráticas e de muitos anos. Parabens-o por suas palavras.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF)

– Muito obrigado, Senador Sérgio Guerra.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF)

– Sr. Presidente, peço a generosidade de V. Ex^a para que eu possa concluir, dizendo das propostas que trouxe como forma de defender o meu Partido.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex^a dispõe de mais quatro minutos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF)

– É o suficiente.

Quero defender o meu Partido, o Governo que ajudei, mas sem fazer concessões àquilo que eu penso e à coerência que procuro ter na vida pública.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, ao meu Partido: temos que lutar, defender e brigar para que o nosso Governo funcione e cumpra os seus compromissos. Mas temos a obrigação de defender o nosso patrimônio. Em nenhum governo, nem o nosso, justifica depredarmos o patrimônio do Partido. Às vezes, por algumas falhas, podemos estar depredando o patrimônio do nosso Partido. Será trágico para o próprio Governo, se tivermos um segundo mandato – como eu espero – chegarmos aqui com uma Bancada muito menor, o que é bastante provável atualmente.

Em segundo lugar, na idéia de defender o Governo, quero sugerir ao Presidente Lula que aproveite a chance que terá, nos próximos dois meses, de enviar para cá uma proposta orçamentária, Senador Pedro Simon, que mostre a cara do PT. Ali é que se dá a diferença. A luta, hoje, dá-se no orçamento. Se Che Guevara estivesse vivo não iria subir a Sierra Maestra, mas viria defender no orçamento público recursos para um programa que tivesse capacidade distributiva neste País e capacidade transformadora do País. Isso se faz por meio do orçamento, democraticamente. Se não for possível, que a Oposição assumira a sua responsabilidade de não ter aprovado as propostas do Governo.

Concedo um aparte ao Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Cristovam Buarque, gostaria de me solidarizar com a análise de V. Ex^a. Uma das minhas preocupações permanentes aqui é a questão da estrutura partidária. Penso que ultrapassamos esse ponto da democracia. Não temos espaços para retrocessos, mas precisamos avançar no ponto da governabilidade. Na governabilidade, nós dependemos de fortificar os Partidos políticos. E, efetivamente, o PT, durante esses vinte anos, foi o Partido político que conseguiu melhor se estruturar. Portanto, ele é um patrimônio não somente dos petistas, como V. Ex^a, mas até dos adversários. Para nós, é importante que o PT exista e que seja forte. Da maneira como o Governo vem-se conduzindo, da forma como faz alianças e da forma como governa, certamente o PT estará em risco, muito mais que o Governo. O Governo é transitório, um dia ele vai acabar, mas o PT, o PFL, o PSDB e o PMDB são Partidos que devem ser permanentes. Portanto, temos de nos preocupar com o futuro de todos esses Partidos. Neste momento, acho que o PT é o que está em maior nível de risco. Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF)

– Muito obrigado, Senador. Eu também tenho o maior respeito pelos Partidos brasileiros. Todos eles, juntos, compõem esse teatro da democracia, tão importante.

Insisto na proposta final, naquilo que defendi aqui: a melhor maneira de o Governo mostrar sua reorientação – e aglutinar para isso – é elaborar um projeto de orçamento que reduza as desigualdades regionais, que resolva o problema da educação básica, que construa uma sociedade com saúde, que tire os recursos que este País, há cinco séculos, mantém para a parcela mais rica da população e faça com que, por meio dos recursos públicos, este País distribua renda e se transforme e se modifique. Isso é possível. Já temos massa crítica capaz de saber como fazer isso e aqui temos um Congresso Nacional para ser chamado à responsabilidade pelo Governo, para ver se quer cumprir corretamente seu papel. Só, então, faríamos as alianças necessárias, dentro da ética e do compromisso de mudar este País e distribuir os nossos recursos para todo o nosso povo.

Era essa, Sr. Presidente, a forma que encontrei de defender o meu Partido e o Governo, que me alegro de ter ajudado a eleger.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho, hoje, a esta tribuna para tratar daqueles que considero os dois mais graves problemas brasileiros de nossos dias. Refiro-me à elevada taxa de juros praticada pelo Banco Central, bem como à fantástica – poderíamos dizer, talvez, impagável – dívida brasileira.

Começemos pelos juros.

Como se sabe, a taxa de juros determina o ritmo da atividade econômica. Ora, com a atual taxa, muito elevada, os empreendedores relutam em contrair empréstimos para fazer investimentos produtivos em suas empresas. Temem ir à falência por não poderem enfrentar os juros cobrados pelos bancos. Mas a verdade é que os integrantes do Copom não se importam com esse clima de desestímulo ao investimento.

Falando em Copom, tenho um projeto de lei – é o segundo tramitando na Casa – para terminar com o ridículo de haver um Copom composto de três pessoas: Ministro da Fazenda, Presidente do Banco Central e Ministro do Desenvolvimento. Apresento um Copom com quinze pessoas e vejo que o Conselho do Governo apresenta um com oito ou nove pessoas. Na verdade, como está não pode continuar.

Começo este pronunciamento com uma história retirada da Internet que dá uma boa idéia do descalabro da situação do uso do dinheiro no Brasil:

Se um correntista [repare bem, Senador Mão Santa, V. Ex^a que é um homem entendido desta matéria] tivesse depositado R\$100,00 (cem reais) na poupança num banco, no dia 1º de julho de 1994 (data do lançamento do Real), ele teria hoje na conta a fantástica quantia de R\$374,00 (trezentos e setenta e quatro reais). Se esse mesmo correntista tivesse sacado R\$100,00 (cem reais) no cheque especial, na mesma data, teria hoje uma dívida de R\$139.259,00 (cento e trinta e nove mil e duzentos e cinqüenta e nove reais), no mesmo banco. Ou seja: com R\$100,00 do cheque especial, ele ficaria devendo nove carros populares e, com o da poupança, conseguiria comprar apenas quatro pneus.

Resumindo: os bancos ganham uma enormidade, enquanto os cidadãos e as empresas pagam uma barbaridade.

O **spread** bancário brasileiro – diferença entre o que os bancos pagam para captar recursos e o que

cobram dos seus clientes – é o mais alto do mundo. É isso que justifica, por exemplo, os lucros estratosféricos registrados nos últimos anos pelos bancos brasileiros. Aliás, diz-se que o único setor da economia que ganhava muito dinheiro no Governo Fernando Henrique Cardoso e que continua ganhando, talvez até mais, no Governo Lula é o financeiro.

Os bancos dizem que o juro é alto por causa da inadimplência. Não é verdade. Muitos economistas garantem que a média de atrasos no pagamento dos empréstimos fica em torno de 3% a, no máximo, 4%.

Como a rentabilidade dos bancos é muito superior à das empresas não-financeiras, pode-se dizer, há uma permanente transferência da renda da sociedade produtiva em geral em favor dos estabelecimentos bancários.

Segundo estudo de uma empresa de consultoria, entre 1994 e 2001, os dez maiores bancos privados do Brasil alcançaram aumento real de 180% em seus lucros.

Pois bem, o descalabro da taxa de juros praticada no Brasil foi denunciado recentemente por ninguém menos do que o Vice-Presidente da República, o Senador José Alencar.

Numa entrevista ao jornal **Correio Braziliense**, o meu prezado amigo Vice-Presidente José Alencar, hoje Presidente da República, fixou com precisão o quadro da atual situação. O Vice-Presidente José Alencar, como sabemos, é um grande empresário e conhece bem a realidade dos empreendedores brasileiros, que têm de enfrentar, além da ganância tarifária do Governo, os escorchantes juros bancários.

Na entrevista, publicada na edição do dia 20 de março, o Vice-Presidente ataca principalmente as altíssimas taxas de juros praticadas atualmente. Disse S. Ex^a que o Brasil, entre 2003 e 2004, pagou R\$280 bilhões de juros contra um investimento de apenas R\$10 bilhões. Repito: o Brasil, entre 2003 e 2004, pagou R\$280 bilhões de juros contra um investimento de apenas R\$10 bilhões.

Sim, Sr^{as} e rs. Senadores, o número é realmente impressionante. O nosso País gastou com o pagamento de juros sobre sua dívida uma cifra vinte e oito vezes maior do que o total investido nos últimos dois anos.

Assim, é natural que seja como diz o Vice-Presidente da República: o Governo brasileiro não investiu nada em infra-estrutura e não fez nada de importante na área da saúde, não fez nada de importante na área da educação, não construiu um palmo de estrada, não recuperou portos ou aeroportos.

Trata-se de um depoimento muito importante, vindo de quem vem, o Vice-Presidente da República, hoje no exercício da Presidência. O retrato é este

mesmo: o País está de mãos atadas. Trabalhadores e empresários arcam com uma carga de impostos quase insuportável, e, mesmo assim, esse sacrifício é inútil. O dinheiro vai arder na fogueira dos juros.

Fiquei impressionado com outro fato. O Vice-Presidente se diz descontente com a atual política econômica e informa que, sempre que pode, reclama dos membros da equipe econômica. Mas diz também que nunca foi ouvido.

Eu também me sinto impressionado com a insensibilidade da atual equipe econômica para com os problemas da área social. Fala-se apenas em manter a estabilidade, o que sem dúvida é necessário, mas essa não pode ser uma meta única. Precisamos resgatar os milhões de cidadãos que vivem na miséria. Temos de abrir estradas e investir na infra-estrutura, para que o País possa seguir crescendo, sem falar, é claro, na necessidade inadiável de construir sistemas eficientes de saúde e de educação.

Como sabem todas as Sr^{as} Senadoras e todos os Srs. Senadores, existe hoje, na Nação, uma indignação generalizada contra os juros elevados. Acadêmicos, economistas, políticos, dirigentes empresariais e sindicais – e até mesmo lideranças do Partido do Governo ou de sua base de sustentação – vêm alertando para os riscos da estratégia equivocada.

Aliás, é bom lembrar que, em anos recentes, todos os integrantes do atual Governo, quando na Oposição, não se cansavam de criticar a política de juros altos praticada por Fernando Henrique Cardoso.

O Presidente Lula recebeu o Governo com juros de 25% ao ano, taxa determinada pela inquietação do chamado “mercado”, diante de uma primeira gestão de esquerda, que deveria ser, que se imaginava seria a gestão de esquerda do PT de Lula. Um mês depois, a taxa básica de juros da economia subiu para 26,5%, patamar em que ela foi mantida por quatro meses. Foi uma maneira, reconheço, de o Governo Lula ganhar credibilidade diante do mercado e da sociedade, temerosos com seus discursos incendiários de eterno candidato da Esquerda à Presidência.

No entanto, a economia brasileira cresceu em 2004, motivo de festa para o Governo. Mas é preciso levar em conta que o Brasil foi beneficiado, naquele ano, pelo crescimento da economia mundial. Os países da América Latina e do Caribe cresceram em taxas semelhantes ou mesmo superiores às brasileiras. As grandes nações em desenvolvimento, como China e Índia, cresceram em taxas superiores a 5,2%, comemorados com grande estardalhaço pelo Governo brasileiro.

No entanto, especialistas têm advertido que essa bonança mundial pode não durar por muito mais tempo. A economia norte-americana terá que puxar o freio

em determinado momento e o mesmo se dará com a China.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a cada elevação da taxa de juros, cresce a imensa dívida pública brasileira, bem como cresce o volume de recursos que será torrado na fogueira dos juros que pagamos por essa dívida.

Cabe, aqui, dar breves informações sobre a monumental – eu diria, mesmo, impagável – dívida brasileira.

O primeiro empréstimo externo do Brasil foi obtido em 1824, no valor de três milhões de libras esterlinas, e ficou conhecido como “empréstimo português”, porque era destinado a cobrir dívidas do período colonial. Na prática, ele significava um pagamento a Portugal pelo reconhecimento da nossa independência.

Cinco anos depois, foi contraído novo empréstimo, que serviu para cobrir parcelas não pagas do financiamento anterior. Do total tomado emprestado, o Brasil recebeu apenas 52%, pois o restante serviu para cobrir os juros da dívida anterior.

Dois outros empréstimos importantes foram realizados durante o Império – em 1843 e 1852 – e utilizados, ainda, para pagar débitos relativos ao primeiro empréstimo, que somente foi saldado em 1890.

O Brasil endividou-se ainda mais com a Guerra contra o Paraguai, quando a Inglaterra forneceu os navios e empréstimos ao nosso País para que lutasse num conflito que também interessava a ela.

Durante a “República do Café-com-Leite” – Minas e São Paulo –, o endividamento aumentou ainda mais, porém a idéia central ainda era a mesma: garantir os privilégios da elite. O Presidente Campos Salles, eleito em 1898, viajou à Inglaterra antes mesmo da posse, para renegociar a dívida com os banqueiros Rostchild, e firmou um acordo que suspendia o seu pagamento por um período de 13 anos, sendo que o pagamento dos juros seria realizado em três anos, em títulos da dívida pública, e obtinha um novo empréstimo. Como garantia do cumprimento do acordo, as rendas das alfândegas brasileiras ficaram hipotecadas aos credores ingleses.

A dívida externa deixada por Jango, em 1964, era de US\$3 bilhões. Lembro-me de que uma das causas que levaram à deposição de Jango foi que o Governo estava levando o País à bancarrota, pois a dívida pública brasileira havia alcançado a estrondosa soma de US\$3 bilhões – um, dois, três bilhões...

Em 1969, o estoque da dívida chegava US\$4,4 bilhões. Quando o Presidente Médici assumiu o Governo, em 1973, a dívida já era de US\$13,8 bilhões. Em 1978, ela chegaria a US\$52,2 bilhões, na administração do Presidente Geisel. Em seis anos, em 1984, ela

atingiria US\$102 bilhões. Em 1989, no Governo Sarney, alcançaria US\$115,5 bilhões, passando para US\$136 bilhões em 1992, com o Presidente Collor. Subiria para US\$148,3 bilhões durante a administração de Itamar Franco e, em 1998, na gestão Fernando Henrique, alcançaria US\$235 bilhões.

Vejamos, agora, um quadro realmente estarecedor: de 1989 a 1998 o Brasil pagou, como juros e amortizações, US\$255 bilhões. Ou seja, a partir de uma dívida que era de apenas US\$115 bilhões, acabamos pagando US\$255 bilhões. E, o que é pior, ainda ficamos a dever US\$235 bilhões.

Apesar de tudo isso, dizem os economistas que a nossa dívida externa é facilmente administrável. O problema real, segundo eles, é a dívida interna.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recentemente, solicitei à Consultoria Legislativa do Senado informações sobre os valores da dívida pública brasileira (interna e externa), bem como os valores pagos a título de juros dessa dívida.

Recebi Nota Técnica da Consultoria Legislativa informando-me que a fonte oficial de informações sobre a dívida pública federal é o Banco Central do Brasil e acrescentando que “por incrível que pareça, nenhum dos conjuntos de informações solicitados se encontra, de forma direta, entre as centenas de tabelas sobre a economia brasileira publicadas no boletim mensal daquela instituição”.

Prossegue a Nota Técnica, assinada pelo Consultor Petrônio Portella Nunes Filho: “Os juros nominais nunca apareceram em uma tabela específica, com o destaque que merecem. Quando não se apresentam na forma de juros reais, estão misturados com outros encargos da dívida”.

Para executar o trabalho pedido por mim, o consultor trabalhou com tabelas do Boletim do Banco Central. “Utilizamos a tabela IV-17, Necessidades de Financiamento do Setor Público, fluxos de 12 meses. Esses dados não são 100% precisos, mas representam uma aproximação aceitável”, afirma ele.

E prossegue a Nota Técnica: “Por algum motivo, o Boletim do BC tampouco inclui tabela sobre a dívida bruta do setor público. O Banco Central prefere trabalhar com o conceito de dívida líquida, talvez por ser um conceito econômico mais significativo”.

O consultor encerra seu trabalho dizendo que se eu quiser, mesmo, desvendar o mistério da dívida brasileira, deverei, talvez, fazer um requerimento de informações.

Com base nesse trabalho, vou mencionar apenas os dados que mais me impressionaram.

As despesas do setor público com juros dobraram entre 2000 e 2003, passando de R\$77 bilhões para R\$145 bilhões.

Em 2003, primeiro ano do Governo Lula, gastaram-se, com o pagamento de juros, 9,33% do PIB.

O Brasil é um País de extrema complexidade econômica. Por isso, não pode o Governo insistir neste remédio único – os juros elevados. Aliás, o Presidente Lula reconheceu isso em sua recente entrevista coletiva. Na verdade, a sua frase sobre a política de juros revelou que o Governo atual não tem um programa econômico. O Presidente Lula limitou-se a seguir com o programa econômico de Fernando Henrique Cardoso, utilizando para isso os mesmos técnicos do Governo anterior.

Devemos buscar alternativas. A Nação brasileira não pode existir apenas para pagar os juros de sua monumental dívida. Os cidadãos brasileiros não podem continuar existindo apenas para pagar impostos ao Governo, ou para pagar juros astronômicos aos bancos ou financeiras, quando necessitam de algum dinheiro para investimento ou compra de bens.

Sr. Presidente, anexo as duas Notas Técnicas e digo que, no meio das manchetes dos jornais e das revistas de hoje, nunca eu tinha visto uma segunda-feira tão sombria. O Presidente viaja para tão longe, lá para o Japão, e nós, aqui, vendo as capas da **Veja**, da **ISTOÉ** e da **Época**, verificamos que talvez nunca tenha existido uma segunda-feira com tantas manchetes, com tantas crises, com tantos dramas e tantos problemas.

Creio que não será a melhor saída para o Governo querer fazer com que 66 Deputados retirem assinaturas de um pedido de CPI, ou que 20 Senadores façam o mesmo. Essa é uma questão que já está decidida. As CPIs terão que existir e ser levadas adiante.

Sr. Presidente, tenho uma preocupação muito grande, quase que uma angústia, com relação a CPIs. As duas que estão instaladas, do Banestado e da Reforma Agrária, estão fazendo um trabalho muito aquém daquele que deveriam. Lamentavelmente, na CPMI do Banestado, vejo dois grupos – PT e PSDB – se conflitanto, cada um para atirar lama no outro, cada um para tirar os seus dos escândalos em que estão. Vieram – e nunca havia acontecido isso – dos Estados Unidos caixas e caixas, mostrando as contas e os números das contas fantasmas de pessoas importantes, membros deste Parlamento, políticos, empresários, gente muito importante e, por ser gente muito importante...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ...não se deixou abrir aquela caixa e encerrou-se a CPMI sem

que aquela caixa fosse aberta, a qual foi endereçada ao Procurador-Geral da República.

É lamentável que isso esteja acontecendo. Mas espero, Sr. Presidente, que possamos levar adiante essa questão e, principalmente no que tange à taxa de juros, espero que o Governo tome uma posição real, concreta, positiva. Afinal, a Argentina – nossa vizinha ali do lado, de quem se imaginava que terminaria de forma fatídica a decisão que tomou – tomou

a decisão, foi firme, renegociou e teve o respeito de toda a sociedade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR PEDRO SIMON EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

NOTA TÉCNICA Nº 782, DE 2005

Em atendimento à STC nº 200502316, do Senador PEDRO SIMON, que solicitou consulta escrita sobre os valores da dívida pública brasileira (interna e externa), bem como os valores pagos a título de juros dessa dívida.

O Senador PEDRO SIMON solicitou consulta escrita sobre os valores da dívida pública brasileira (interna e externa), bem como os valores pagos a título de juros dessa dívida.

A fonte oficial de informações sobre a dívida pública federal é o Banco Central do Brasil. Por incrível que pareça, nenhum dos conjuntos de informações solicitados se encontra, de forma direta, entre as centenas de tabelas sobre a economia brasileira publicadas no boletim mensal daquela instituição.

Os juros nominais nunca aparecem em uma tabela específica, com o destaque que merecem. Quando não se apresentam na forma de juros reais, estão misturados com outros encargos da dívida. Os dados mais atualizados sobre os juros foram obtidos a partir das tabelas do Boletim do Banco Central, edição de abril/2005. Utilizamos a tabela IV-17 Necessidades de Financiamento do Setor Público, fluxos de 12 meses. Esses dados não são 100% precisos, mas representam uma aproximação aceitável. Eles estão na Tabela I, que é um dos anexos a esta consulta escrita.

Por algum motivo, o Boletim do BC tampouco inclui tabela sobre a dívida bruta do setor público. O Banco Central prefere trabalhar com o conceito de dívida líquida, talvez por ser um conceito econômico mais significativo. A Tabela II apresenta dados sobre a dívida líquida do setor público em milhões de reais e como percentagem do PIB.

Caso o Senador deseje informações mais precisas ou mais detalhadas talvez seja necessária a apresentação de um requerimento de informações.

Tendo feito essas observações, coloco-me à disposição para prestar esclarecimentos adicionais.

Consultoria Legislativa, 27 de abril de 2005.

Petronio Portella Nunes Filho
Consultor Legislativo

I – Despesa de Juros do Setor Público 2000-2004

| Discriminação | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 |
|-----------------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Em R\$ Milhões | | | | | |
| Despesa de Juros do Setor Público | 77.963 | 86.443 | 114.004 | 145.203 | 128.253 |
| Governo federal e Bacen | 45.447 | 47.253 | 41.948 | 100.894 | 79.417 |
| Governos estaduais e municipais | 28.947 | 34.728 | 62.126 | 40.824 | 51.464 |
| Empresas estatais | 3.568 | 4.462 | 9.930 | 3.484 | -2.627 |
| PIB (acumulado em 12 meses) | 1.086.700 | 1.184.768 | 1.346.028 | 1.556.182 | 1.762.499 |
| Em porcentagem do PIB | | | | | |
| Despesa de Juros do Setor Público | 7,17% | 7,30% | 8,47% | 9,33% | 7,28% |
| Governo federal e Bacen | 4,18% | 3,99% | 3,12% | 6,48% | 4,51% |
| Governos estaduais e municipais | 2,66% | 2,93% | 4,62% | 2,62% | 2,92% |
| Empresas estatais | 0,33% | 0,38% | 0,74% | 0,22% | -0,15% |

II - Dívida líquida do setor público 2000-2004

| Em R\$ milhões | | | | | | | | | | |
|-----------------------------|----------------|-------------|----------------|-------------|----------------|-------------|----------------|-------------|----------------|-------------|
| Discriminação | 2000 | | 2001 | | 2002 | | 2003 | | 2004* | |
| | Saldos | % PIB | Saldos | % PIB | Saldos | % PIB | Saldos | % PIB | Saldos | % PIB |
| Dívida líquida total | 563 164 | 49,4 | 660 867 | 53,3 | 881 108 | 56,5 | 913 145 | 57,2 | 956 996 | 51,8 |
| Governo federal | 344 258 | 30,2 | 419 121 | 33,8 | 566 734 | 36,4 | 584 544 | 36,6 | 610 078 | 33,0 |
| Banco Central | 8 709 | 0,8 | -7 349 | -0,6 | -5 906 | -0,4 | -5 796 | -0,4 | -8 600 | -0,5 |
| Governos estaduais | 161 184 | 14,1 | 203 409 | 16,4 | 257 986 | 16,6 | 278 016 | 17,4 | 305 961 | 16,6 |
| Governos municipais | 24 139 | 2,1 | 26 156 | 2,1 | 34 992 | 2,2 | 38 703 | 2,4 | 45 098 | 2,4 |
| Empresas estatais | 24 873 | 2,2 | 19 530 | 1,6 | 27 302 | 1,8 | 17 678 | 1,1 | 4 460 | 0,2 |
| Federais | -4 220 | -0,4 | -15 601 | -1,3 | -14 002 | -0,9 | -20 154 | -1,3 | -32 138 | -1,7 |
| Estaduais | 26 538 | 2,3 | 32 400 | 2,6 | 38 313 | 2,5 | 34 820 | 2,2 | 33 454 | 1,8 |
| Municipais | 2 555 | 0,2 | 2 732 | 0,2 | 2 990 | 0,2 | 3 012 | 0,2 | 3 144 | 0,2 |

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveito a oportunidade para comentar algumas declarações do Presidente Lula e de Membros do Governo que ocorreram nesse fim de semana. Se fôssemos dar um título a todas essas declarações, seria Governo Desgovernado. São declarações que preocupam a Nação.

Em primeiro lugar, está a declaração do próprio Presidente Lula: “Olha a minha cara e veja se estou preocupado com isso!”. Essa foi a reação do Presidente Lula na tentativa de minimizar o grave momento que vive seu Governo, referindo-se, especificamente, à CPMI dos Correios.

Enquanto isso, o Presidente pressiona os Parlamentares da Base aliada a retirar as assinaturas do requerimento de criação da CPMI. Só cinco Parlamentares as retiraram e 25 novos Deputados, inclusive dois do PT, assinaram, totalizando 238 assinaturas até agora. No Senado, tivemos o apoio de 50 Parlamentares. Amanhã, estamos esperando a assinatura do companheiro Senador Paulo Paim. Alguns Senadores do PT, não só S. Ex^a, também assinarão o requerimento amanhã. Deveremos passar, então, facilmente, dos 50 Senadores.

Sr. Presidente, qual é a preocupação? Que o Presidente esteja deslocado da situação atual do País. Enquanto toda Nação acompanha de perto a CPMI – a maioria a favor e alguns contra –, o Presidente dá declarações como se, na realidade, nada estivesse acontecendo, como se Sua Excelência estivesse completamente desligado do Governo e do País.

A outra frase é do Ministro José Dirceu.

O Sr. Almeida Lima (PSDB – SE) – Senador José Jorge, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não.

O Sr. Almeida Lima (PSDB – SE) – Quero falar a propósito, exatamente, da frase mal pensada do Presidente Lula. Demonstra, em toda a sua dimensão, a irresponsabilidade com que o Governo é conduzido. Estamos vendo, como já se disse, um mar de lama. Em todos os cantos onde se perfura, sente-se um odor, um mal cheiro. O Governo exala mal cheiro de ponta a ponta. O Presidente vem a público e diz que não está nem um pouco preocupado. Nobre Senador, no lugar

de Sua Excelência, eu estaria imensamente preocupado. Cancelaria a viagem ao exterior e me empenharia, pessoalmente, para a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito e procuraria, da forma mais célere, mais rápida, passar tudo a limpo para que o Governo pudesse continuar recebendo a admiração do povo. Um Presidente que faz tal afirmação comete um gesto de grande irresponsabilidade. Não está preocupado com a corrupção, com a CPI? Não está preocupado com a governabilidade? O que o Presidente deseja? O caos? Que a Nação brasileira se revolte e volte às ruas, para exigir decência? É uma grande estupidez. Eu não esperava jamais uma frase tão horrorosa do Presidente da República. Penso que Sua Excelência e o Governo devem se consertar para poderem voltar a ter o respeito da Oposição e do povo brasileiro. A minha solidariedade ao pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador Almeida Lima.

Na verdade, infelizmente, às vezes, esperamos essas frases do Presidente Lula, porque elas já estão se tornando comuns.

Em segundo lugar, as frases do Ministro José Dirceu: “Abertura de uma CPI sobre os Correios beira golpismo”. A pergunta que a sociedade brasileira faz é se o velho PT também considerava que as CPIs infundadas que propunha nos Governos anteriores também tinham objetivos golpistas. Golpismo não seria, por exemplo, o “Fora, FHC”, antes mesmo do fim do primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso? Será que já vimos algum político da Oposição, Senador Almeida Lima, com a faixa “Fora, Lula”? Pelo contrário. A nossa faixa é “Governa, Lula”. Nós não queremos que o Presidente Lula saia, queremos que ele governe, para corresponder às aspirações do povo brasileiro.

A prometida apuração dos fatos ocorridos nos Correios, finalmente, iniciou-se – hoje, quinze dias depois. A Polícia Federal, no início da manhã de hoje, procedeu à busca e apreensão de documentos na residência e nos escritórios dos Srs. Maurício Marinho e Antônio Osório Batista, só que com duas semanas de atraso. Se provas queriam, elas já evaporaram.

Se não instalarmos essa CPMI, correremos o risco da repetição do caso Waldomiro, que, após um ano, ainda não puniu ninguém.

Outra frase do Ministro José Dirceu: “Tentam intimidar, chantagear e paralisar o Governo”. S. Ex^a refere-se à Oposição.

Contaminado pelo ilusionismo de seu chefe, o “Primeiro-Ministro” acusa a Oposição de chantagista. Não me consta que a Oposição tenha indicado sequer um dos 25.355 cargos públicos criados pelo PT.

Tentar paralisar este Governo é algo muito difícil, Sr^{as} e Srs. Senadores, pois, pelos princípios da Física Clássica, é impossível frear algo que já está parado.

Outra declaração do Ministro José Dirceu, que é mais grave, Senador Antonio Carlos Magalhães: “É impossível que uma CPI minimamente bem feita não pegue o Delúbio e o Silvinho”.

Sou obrigado a concordar com o Ministro quanto ao envolvimento dos Srs. Delúbio Soares e Silvio Pereira, carinhosamente chamado de “Silvinho”. A CPMI não será minimamente bem feita, pois a sociedade brasileira reclama que o Congresso Nacional investigue a fundo essas denúncias. E é isso que faremos.

O Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo no Senado, faz mea-culpa pela rejeição do jurista Alexandre de Moraes para o Conselho Nacional de Justiça:

Dá para responsabilizar também os que patrocinavam a indicação de Moraes pela derrota. Quando as votações são de interesse nosso, nós cuidamos do **quorum**. Ganhar e perder votação acontece todo dia. Por sinal, temos perdido muitas [sic].

Não satisfeito em enfraquecer as relações entre as Lideranças desta Casa, o Líder do Governo no Senado quer inovar, responsabilizando a Oposição por não fazer valer o que fora combinado.

Efetivamente, Sr. Presidente, se olharmos o **quorum** que existia naquele momento, podemos nos auto-responsabilizar. Acontece que o Dr. Alexandre de Moraes não era candidato da Oposição – que não indica ninguém. S. S^a era candidato da Câmara, e havia o compromisso de todos os Partidos de valorizar o Conselho Nacional de Justiça e, portanto, aprovar os nomes indicados. Não havia como imaginarmos que haveria uma decisão como essa, dos Líderes do Governo, de votar contra o representante da Câmara, sob a alegação de ser S. S^a indicado pela Oposição, quando, na realidade, não o era. S. S^a era um representante indicado pela Câmara e uma pessoa altamente qualificada, cujo nome já havia sido aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Outra declaração de fim de semana que merece ser comentada é a da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, em relação à questão de que nunca houve um desmatamento maior na Amazônia do que o ocorrido no ano de 2004.

O que disse a Ministra?

A sociedade brasileira tem de parar com o consenso ocioso de querer preservar a Amazônia e, muitas vezes, não olha que fica o ano todo incentivando as atividades produtivas

insustentáveis. Compram madeiras cuja origem não sabem, não se preocupam com o que vai para a sua mesa, se isto está sendo feito ou produzido à custa da perda da biodiversidade [sic].

Sr. Presidente, o que a Ministra Marina Silva quer dizer é que a culpa do aumento do desmatamento é da sociedade brasileira. Então, agora, quando eu for almoçar, Senador Almeida Lima, tenho de saber se a comida é ecologicamente sustentável ou não, de que biodiversidade proveio. Imagina, Senador Mão Santa, a população do interior do Piauí ter de saber o detalhe sobre a madeira ser certificada ou não. Então, S. Ex^a está seguindo exatamente o exemplo do seu chefe, o Presidente Lula.

O Sr. Almeida Lima (PSDB – SE) – Senador José Jorge, eu não sabia que a Oposição agora tinha Ministro, pois a fala da Ministra é própria da Oposição. A matéria publicada, que escandalizou o mundo, diz exatamente que essa devastação aconteceu nos anos de 2003 e 2004. Quem era a Ministra do Meio Ambiente em 2003 e 2004? Quem era o Presidente da República nesse biênio?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Exatamente.

O Sr. Almeida Lima (PSDB – SE) – É falta de sensibilidade, ausência de seriedade, Senador. O Governo não está aí para governar? Não são eles que estão governando? Se o desmatamento, essa deterioração da Amazônia, essa destruição, acontece nos percentuais e níveis apontados e escandaliza o mundo em 2003 e 2004, pergunto: quem era o Presidente nesse período?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – A culpa deve ser nossa, Senador.

O Sr. Almeida Lima (PSDB – SE) – Só pode ser.

O Sr. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Deve ser de V. Ex^a, que, quando vai comprar um móvel, não olha se ele é certificado.

A Ministra se exime de culpa naquilo que é sua obrigação. Age como se não fosse Governo e copia o exemplo do chefe, o Presidente Lula, que também fugiu de sua responsabilidade pela explosão dos juros, mandando os brasileiros “levantarem os traseiros da cadeira”.

Enquanto isso, o Partido Verde, como protesto contra esses resultados na luta pela preservação do meio ambiente, retirou-se da Base de apoio ao Governo, na Câmara dos Deputados. O que vemos, no Brasil de hoje, é o que já começa até a ecoar entre Parlamentares governistas: o Presidente da Repúbli-

ca não apresentou qualquer projeto que surgisse de sua própria iniciativa. Vive preocupado com a reação da opinião pública, com o momento presente. Todas as suas ações são pautadas pelo *marketing* proposto pelo publicitário Duda Mendonça.

O que temos visto é, de fato, um presidente que fala muito e faz pouco. Vive de fazer *marketing*, apoiado em sua alegada capacidade de comunicar-se com a população menos esclarecida. Enquanto isso, cada Ministro – já são 36 no total – vai fazendo o que lhe vem à cabeça. Antônio Palocci segue a cartilha do FMI; Nilmário Miranda cria a cartilha do politicamente correto. Na saúde, faltam remédios contra a Aids, e tenta-se restringir o acesso aos leitos das UTIs, sem falar na ganância dos vampiros. O Programa Primeiro Emprego, criação de algum marqueteiro da campanha, não gera os empregos prometidos, e o Fome Zero não passa de programa assistencialista, que ilude a população nas vultosas campanhas publicitárias no rádio e na TV.

Portanto, o que vemos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é um Governo sem projetos, que enfrenta a crise com displicência e com o distanciamento daqueles que – cada vez mais, isso fica claro – estavam despreparados para a missão que a população lhes confiou.

Eu gostaria de encerrar, mencionando o seguinte fato: o Presidente Lula retirou da delegação que ia para o Japão e para a Coréia sete Ministros, Senador Mão Santa. Se Sua Excelência pode, de uma hora para outra, retirar sete Ministros, o que esses iam fazer lá? Se estavam escalados, deveriam ter ido. Não! Eles foram tirados de última hora, exatamente para ficarem aqui, atrás de Deputados e Senadores, com vistas à retirada da assinatura da CPI. É realmente de se pensar o que iam fazer lá, já que puderam ser tirados assim tão facilmente.

Em verdade, no Senado, havia 49 assinaturas, e agora são 50. Chegou o Senador Jonas Pinheiro, que estava viajando na semana passada e já assinou o requerimento para a instalação da CPI. Portanto, são 50 assinaturas; nenhum Senador, até agora, retirou a sua, e imagino que não o fará.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Renan Calheiros, Presidente da Casa, e, em seguida, ao Senador José Sarney.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quase meio milhão de trabalhadores na extração do coco brasileiro estão ameaçados pelo desemprego. Duzentos e vinte e quatro mil produtores correm o risco da falência; mais de 300 mil hectares de coqueirais estão à beira da inviabilização.

Seguramente, é a maior crise que os produtores brasileiros de coco já enfrentaram. A maior e a mais longa, pois já dura quase um ano; a de maior dimensão e abrangência, pois já não escolhe empresa ou regiões. Todos os produtores – rigorosamente, todos – estão iguais diante do prejuízo inevitável e da falência irreversível.

Essa crise, Sr. Presidente, tem um nome: concorrência desleal. E um sobrenome: importação desenfreada.

Os produtores brasileiros vêm obtendo, nos últimos anos, sucessivos ganhos de produtividade. Nossas médias hoje são compatíveis com as melhores dos produtores mais qualificados. Alguns de nossos plantios chegam mesmo a exibir recordes mundiais de produtividade.

Nada, porém, tem sido suficiente para nos livrar da crise, porque nenhum brasileiro conseguirá suportar a concorrência de até 42% de subsídios que sustentam o preço do coco de países como Filipinas, Indonésia, Sri Lanka, Malásia e Costa do Marfim, por exemplo.

Quando, Srs. Senadores, o Brasil, pela primeira vez, levantou-se contra tais subsídios, as Filipinas protestaram. A própria Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil foi à OMC, que reconheceu e condenou os subsídios filipinos. A OMC permitiu o estabelecimento de salvaguardas, criando condições de igualdade para a concorrência de mercado. Mesmo dentro da rigidez de suas normas e do multilateralismo de sua atuação, a OMC estendeu a mão ao produtor brasileiro.

Quem nos deu as costas, Sr. Presidente, lamentavelmente, foi o próprio Brasil. Para proteger o produtor brasileiro contra a importação desenfreada do coco ralado subsidiado, o Brasil, respaldado pela Organização Mundial do Comércio, estabeleceu cotas de importação para esses países que comprovadamente subsidiam a sua produção.

O Brasil incluiu o coco ralado na lista de exceções do Mercosul, aplicando-lhe uma Tarifa Externa Comum de 55%. As duas medidas conjugadas, sem dúvida, estavam protegendo o produtor nacional, que, em contrapartida, Sr. Presidente, Srs. Senadores, cuidava da revitalização de 75 mil hectares de coqueirais e da renovação de outros 35 mil hectares.

Sem qualquer justificativa, sem qualquer explicação, o Brasil, em julho do ano passado, reduziu a TEC de 55% para apenas 10%. As salvaguardas foram deixadas, portanto, de lado. As conseqüências foram imediatas e absolutamente funestas. As importações superaram todas as cotas: só de dezembro a fevereiro passado, ou seja, em apenas três meses, o Brasil importou quase 400 toneladas a mais de coco ralado.

O preço despencou em até 36%...

(Interrupção do som.)

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – O produto se tornou gravoso: o Brasil produz hoje coco ralado a 25 centavos a unidade, mas o produtor só recebe 20 centavos por seu produto. Quanto mais se produz, Sr. Presidente, mais se perde. É a falência anunciada.

Nenhum produtor será contra a importação, muito menos este Senador Federal. Mas, todos, inclusive este Senado Federal se levantam contra a concorrência desleal. Nenhum produtor está pedindo qualquer subsídio oficial, que jamais teremos internamente, mas sempre temeremos expressamente. Não se pede subsídios, ao contrário. Tudo que se espera é que o Brasil, em proteção aos produtores brasileiros, aplique ao menos o que a própria OMC aprovou: medida de salvaguarda, com a elevação da TEC aos patamares anteriores de 55%.

Já estou encerrando, Sr. Presidente.

Sem isso a salvaguarda se tornará instrumento tão inócuo como o foram os direitos compensatórios. Coisa para inglês ver, Sr. Presidente, ou filipino debochar. A elevação da TEC e o restabelecimento das salvaguardas, em sua plenitude, são indispensáveis. E são urgentes.

Como, do contrário, suportar a concorrência desleal de importações subsidiadas? Como, com preços gravosos, investir na revitalização e na renovação de coqueirais?

Poucos setores industriais no Brasil absorvem a mão-de-obra empregada em nossos coqueirais: quase meio milhão de trabalhadores, a maioria sem qualquer qualificação. É o coco ou o desemprego, sem meio-termo de alternativas ou perspectivas.

Tenho a mais viva esperança de que o Governo brasileiro reverá suas posições e reconsiderará a elevação da TEC para os 55% dos patamares anteriores. Seria trágico, absurdamente trágico, que os brasileiros tivessem que recorrer à OMC para que o próprio Brasil efetivasse as salvaguardas pedidas e aprovadas anteriormente pela Organização Mundial do Comércio.

O Brasil, Sr. Presidente, não tem escolha: ou as salvaguardas e a elevação da TEC, ou a falência em

cascata. Ninguém sobreviverá, a não ser a insensibilidade dos que levarem a produção nacional de coco a esse estágio da inviabilização irreversível. O Brasil não será mais multilateral que a OMC.

Era, portanto, o que eu tinha a dizer, e comunicar desta tribuna que, nessa linha, estou também enviando uma carta ao Ex.^{mo} Sr. Ministro da Indústria e Comércio para que possamos, num curto espaço de tempo, rever, proteger novamente, estabelecer salvaguarda para esse setor da economia que não é tão importante, não é tão significativo, mas, sem dúvida, um dos setores que mais emprega no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência agradece ao Presidente, que ficou exatamente com cinco minutos mais dois, porque os cinco foi um erro aqui na hora de operar.

Concedo a palavra ao Senador José Sarney, que, inscrito, terá o tempo de 10 minutos com mais 5 minutos de tolerância.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna para saudar, como uma providência necessária, o decreto que hoje saiu no **Diário Oficial da União** que institui o Grupo de Trabalho Intergovernamental, com o objetivo de proceder a estudos e propor medidas relativas à destinação de terras da União para o Estado do Amapá.

Na realidade, esse decreto destina-se a proceder a uma regularização das terras do Estado do Amapá, que continuam como de domínio federal, apesar de serem, legal e historicamente, terras estaduais. Isso criou uma grande desorganização que prejudica o Estado e o seu desenvolvimento agrícola, pois não dá estabilidade às propriedades. Trata-se de uma luta grande e que demorou muito tempo. Mas, agora, com extrema sensibilidade pública, o Presidente Lula acaba de criar esse Grupo de Trabalho, com prazo de 90 dias, que é o primeiro passo para a regularização.

É uma questão de merecimento, Sr. Presidente, pois aquela foi uma das primeiras áreas definidas na História do Brasil. Antes de Pedro Álvares Cabral chegar ao Brasil, o grande navegador espanhol Vicente Yañez Pinsón visitou o Nordeste do Brasil – até hoje se discute onde aportou, se no Cabo de Santo Agostinho ou mais adiante, mas a verdade é que ele passou por ali – e, enquanto navegava no mar, que misturava sua água salgada à água doce do rio Amazonas, chamou-o de *Santa Maria de La Mar Dulce*, porque era um mar de água doce, o que ele nunca tinha visto. Identificou as terras do Amapá como costas anegadas, terras afogadas, inundadas, e identificou o rio que teria seu nome

e o de Oiapoque, e que seria, mais tarde, objeto da grande batalha pela fronteira Norte do Brasil travada pelo Barão do Rio Branco

Depois que a aventura francesa de ocupação fracassou no Maranhão, com a expulsão de La Ravardiere, os portugueses começaram a fortificar aquela região e, como era o período filipino, em que o Brasil estava sob o domínio da Espanha, desde 1680, Filipe III deu as terras do Cabo do Norte como capitania para Bento Maciel Parente. Suas fronteiras eram, a Norte, o Oiapoque, a Sul o Rio das Amazonas, a Oeste o Jarí, a Leste o Mar Oceano.

A partir dali, começaram as fortificações ao longo da costa, que era atacada por corsários ingleses, franceses, irlandeses e holandeses, todos eles buscando o domínio daquela região totalmente desconhecida naqueles tempos do começo do século XVII.

Aquela área depois se estendeu até o platô das Guianas, uma área que era permanentemente visitada por corsários, que ali se escondiam, destinando, de um lado, mais ao norte, a atacar as caravelas que saíam da aventura do México, da América Central, com destino à Espanha, e de outro lado a atacar as caravelas portuguesas que saíam de Pernambuco com o pau-brasil e o açúcar.

Este território foi cobiçado e investido por ingleses, irlandeses, holandeses, franceses. Sistemáticamente Portugal e o Brasil resistiram a todos os avanços.

No final do século XVII negociamos a consolidação da fronteira com os franceses. Toda a negociação trata das Terras do Cabo do Norte ou Guiana Brasileira, território do Estado do Maranhão. Em 1713 o grande Tratado de Utrecht afirmou nossa fronteira Norte.

Do trabalho de fortificação da fronteira um forte hoje remanesce, talvez, como a obra mais bonita e mais importante de arquitetura militar no Norte do Brasil: o Forte de São José do Macapá, construído juntamente com o Forte da Beira. Isso ocorreu, porém, em época muito posterior, quando governava o Estado do Maranhão e do Grão-Pará o meio-irmão do Marquês de Pombal, Mendonça Furtado, a quem ele dera instruções secretas no sentido de manter as terras como portuguesas e a quem remetia cartas com instruções até muito interessantes. Uma delas mandava que os soldados portugueses se juntassem às índias, para que o sangue português não desaparecesse e continuasse na ocupação dos vastos territórios amazônicos. Começa-se uma política de colonização, com açorianos em Macapá e africanos em Mazagão.

Depois dos tratados napoleônicos, nasceu o célebre problema da contestação do território que hoje é do Amapá, que vinha do Araguari até o Oiapoque. Discutindo qual dos rios era o Vicente Pinson, os fran-

ceses diziam tratar-se de uma área francesa, e os portugueses diziam ser brasileira. Daí nasceu a área do Contestado, que veio até o fim do século XIX, quando Rio Branco, advogando nossa causa junto à Confederação Helvética, de arbitramento entre a França e o Brasil, em 1900, conseguiu o Laudo Suíço, a decisão pela qual essa área ficou definitivamente reconhecida como brasileira.

Nesse período, destacou-se a figura impressionante de um grande herói chamado Veiga Cabral, que lutou contra os franceses. O Brasil tem sua memória histórica um pouco obscurecida. Esse homem, quando houve a aventura extraordinária da expulsão dos franceses do rio Amapá e da área dos rios Calçoene e Caciporé, visitou o Brasil inteiro, recebendo homenagens de todos os lugares a que chegava, e foi promovido a General Honorário do Exército Brasileiro pelo que tinha feito.

Portanto, a definição dessas terras existe há muitos anos. Quando houve a solução da questão do Contestado, essas terras foram consideradas como pertencentes ao Estado do Pará. No momento em que se faz o território do Amapá, essas terras passam a ser do Governo Federal; depois, volta a ser Estado, e essas terras continuam sendo do Governo Federal.

Daí a importância desse Decreto, que hoje tende a corrigir essa anomalia que fez com que o Estado do Amapá e outros territórios, como Roraima, por exemplo, não dispusessem de terras estaduais, mas somente de terras federais.

A 13 de setembro de 1943, pelo Decreto-Lei nº 5.812, foram criados os Territórios de Guaporé, Roraima, Rio Branco, Ponta Porã e Iguaçú. No caso do Território do Amapá, havia três Municípios: Amapá, Macapá e Mazagão. Quando fui Presidente, criei os Municípios de Santana, Tartarugalzinho, Ferreira Gomes e Laranjal do Jarí. Em 1991 foram criados Amapari, Serra do Navio, Cutias, Porto Grande, Itauba e Pracuúba.

Com a criação do Território do Amapá, suas terras passaram a ser administradas pela Divisão de Terras e Colonização (DTC). As terras do Amapá eram todas terras federais de que a União dispunha para o desenvolvimento territorial do país. Enquanto existiu o Território do Amapá (até 1988, portanto), foram expedidas pela DTC aproximadamente 1.917 licenças de ocupação, distribuídas nos municípios de Macapá, Mazagão, Amapá, Calçoene e Oiapoque. Havia, além disso, a ocupação de terras públicas ao longo das duas rodovias, a BR-156 e a BR-210.

O Decreto-Lei Federal nº 1.164, de 1º de abril de 1971, determinou que seriam mantidas sob jurisdição federal as terras devolutas situadas na faixa de fronteira, bem assim aquelas que distassem em até 100

quilômetros do eixo das rodovias federais dentro da Amazônia Legal. A Emenda Constitucional nº 16, de 27 de novembro de 1980, estabeleceu que retornariam ao patrimônio dos territórios federais e dos estados as terras situadas fora do raio de 100 quilômetros a partir do eixo das rodovias federais. No Amapá, isso implicou a devolução de glebas que, juntas, somavam 1 280 411 hectares.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Sr. Presidente, vou terminar. Peço a V. Ex^a que defira a transcrição do meu discurso, na íntegra, nos Anais da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – V. Ex^a dispõe de mais cinco minutos, Senador José Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Todavia, a maior parte das mencionadas glebas é detentora de problemas originados da atuação inadvertida da Delegacia do Patrimônio da União Federal (DPU), que outorgou muitas das terras inseridas como ilhas dentro do rio Amazonas, que separa Pará e Amapá. Ocorre que, hoje, a União tem entendido que, por força do art. 20 da Constituição de 1988, tais áreas seriam parte de seu patrimônio e, por isso, via Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU), que é um órgão vinculado à Secretaria do Patrimônio da União (SPU), tem requerido ao Estado do Amapá que cancele os registros efetuados no Cartório de Imóveis concernentes a tais glebas. Isso criou uma confusão fundiária que se mantém até hoje.

A partir de 1973 e até 1987, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que era o órgão responsável por levar a cabo o recém-criado Projeto Fundiário do Amapá, procedeu a diversas discriminatórias administrativas, arrecadações sumárias e desapropriações de áreas, as quais, desse modo, se incorporaram formalmente ao patrimônio da União Federal, totalizando 5 877 245 hectares.

Em 1987, por meio do Decreto-Lei nº 2.375, a União restituiu aos estados e territórios amazônicos a faixa de 100 quilômetros de largura de cada lado das rodovias federais. No Amapá, quase todas as terras dessa natureza já haviam sido arrecadadas pelo INCRA e, portanto, em consonância com o art. 5º do referido Decreto-Lei, deveriam ter sido transferidas para o estado. Contudo, uma interpretação oblíqua do § 2º do art. 2º, cominado com o § 3º do art. 5º, impediu a transferência.

A transformação do Território em Estado do Amapá assegurou a ele os bens que, naquela oportunidade, já lhe pertencessem ou que estivessem sendo utilizados por sua administração. A maior parte

das áreas foi considerada como pertencendo ao patrimônio da União, não foram transferidas ao Estado do Amapá. Este juízo, por absurdo, implicaria em que a Constituição teria criado uma unidade da federação sem território próprio.

Assim, ressalto a importância do Decreto que hoje estamos anunciando e que foi editado pelo Senhor Presidente da República e já foi publicado. Quero dizer que trabalhei bastante sobre isso. Ainda antes de o Presidente viajar, estive com Sua Excelência e tive oportunidade de pedir-lhe que assinasse esse Decreto antes da sua viagem.

A verdade é que esse grupo de trabalho terá um prazo de 90 dias e será composto de representantes dos mais diversos setores, inclusive, como sugerimos, de representantes do Estado do Amapá.

Estou convencido, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, de que esse trabalho abrirá caminho para a restituição das terras do Estado do Amapá, que tanto necessita delas para o seu desenvolvimento.

Como político e intelectual, ao chegar ao Amapá, tive oportunidade de dizer que fui lá para servir e que também não tinha ido em busca de mandatos, já que eu levava para o Estado do Amapá uma carreira política inteiramente construída, como Deputado Federal, Senador da República, Vice-Presidente da República, Presidente da República, presidente de partidos e Líder do Governo e da Oposição nesta Casa. Então, cheguei lá com uma vida completa, que coloquei à disposição do Estado do Amapá para trabalhar por ele.

Em seguida, não somente como político, mas também como intelectual, resolvi que deveria ligar essa outra faceta minha ao Estado do Amapá e escrevi uma história do Amapá. Nessa obra, detalhadamente, estudo a história dessas terras e como ela se processou. Hoje, esse é o livro das escolas daquele Estado.

Portanto, quero dizer que tenho certa autoridade para discutir o assunto, uma vez que me debrucei sobre ele desde os seus primórdios históricos.

Com muito prazer, ouço o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a tem autoridade para tratar de qualquer assunto, tendo em vista sua vida pública neste País. Qualquer Estado do Brasil, não apenas o Amapá, teria orgulho em tê-lo como Senador. V. Ex^a representa, nesta Casa, não apenas o Amapá, nem o Maranhão; V. Ex^a é o melhor dos nossos representantes, porque representa todo o Brasil, em virtude de sua grande atuação política.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães, que tem a autoridade de uma vida pública admirada por este País,

com serviços prestados não somente ao seu Estado, a Bahia, como também ao nosso País.

Para terminar o discurso, devo dizer que todos sabem que a minha Pátria começa no Maranhão, mas, politicamente, hoje, tenho a obrigação, como Senador pelo Amapá, de defender os interesses desse Estado, e estou aqui justamente para mostrar uma face que estamos resolvendo, depois de termos criado a Zona de Livre Comércio, de termos construído o porto e de termos entrado nas estradas. Agora, estou tentando ajudar na regularização fundiária do Estado.

Ouçó o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Sarney, Deus me permitiu ser Prefeito da minha cidade da Parnaíba e governar o Estado do Piauí. E convivi com V. Ex^a, Presidente da República, e com os Presidentes Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. De todos, V. Ex^a é o grande estadista. Foi o mais generoso, e eu, representando o Piauí, gostaria – e peço aos céus – que V. Ex^a seja, novamente, Presidente da República.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, tão generoso comigo todas as vezes. Mas sei que essa referência tem, sem dúvida, uma carga muito grande da amizade, sobretudo porque V. Ex^a também relembra Parnaíba, que, ao longo da minha vida, tem uma importância muito especial. Comecei a minha vida como Deputado Federal indo a Parnaíba para atravessar o Delta do Parnaíba para ir a Araioises, que era uma cidade do outro lado do Maranhão, onde eu era votado. E quantas noites não passei em canoas de remos, com o chão de bagaços de cana para aliviar onde dormíamos, para chegarmos a Araioises! E aquelas noites – recordo-me profundamente, porque elas são indelévels na minha vida – eram excepcionais, pois os céus se confundiam com as águas do Parnaíba, com aquelas carnaubeiras às suas margens; uma visão da noite e, ao mesmo tempo, do dia. Muito obrigado a V. Ex^a.

Concedo um aparte ao Senador Marco Maciel, a quem tenho a honra de ouvir.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – A honra é toda minha, nobre Senador, ex-Presidente da República, José Sarney. Serei breve na minha intervenção. Quero apenas, em rápidas palavras, congratular-me com V. Ex^a pelo discurso que faz na tarde de hoje, pois, além de defender uma decisão em favor do Estado que V. Ex^a representa aqui, o Estado do Amapá, aproveita o ensejo também para dar uma lição de História do Brasil, algo que é muito importante, sobretudo no Senado Federal, que é a Casa da Federação, cujos debates devem sempre se nortear pela análise da questão nacional. Estou certo de que V. Ex^a, como Senador da República, em

várias oportunidades e, agora, como representante do Estado do Amapá, cumpre um papel muito importante na vida pública de nosso País, trazendo o seu exemplo de vida de ex-Presidente da República, mas, também, na sua condição de intelectual, uma contribuição para que possamos melhor analisar as grandes questões do País. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Obrigado, Senador Marco Maciel. Sem dúvida alguma, o seu aparte, incorporado ao meu discurso, dá um valor muito maior às palavras que aqui estou proferindo, V. Ex^a que tem uma carreira política extraordinária na História do Brasil, tendo ocupado a Presidência da República e sendo meu companheiro na Academia Brasileira de Letras.

Para terminar, sobre esse assunto, quero dizer a V. Ex^a que, no Amapá, não me limitei a somente ficar na área política. Como disse, não só escrevi uma história do Amapá, como também, ao escrever o meu romance **Saraminda**, busquei, como cenário, as florestas do norte do Amapá, criando uma heroína negra que habitava os garimpos daquela época. Assim, também coloquei o Amapá na história da literatura brasileira, com um romance que tem o Amapá como cenário e tem uma protagonista daquela região. De tal modo que fico muito orgulhoso quando Heitor Cony disse que, na literatura brasileira, tínhamos duas personagens que se destacavam: Iracema e, ao mesmo tempo, a nossa Saraminda, que é tão admirada pelo Senador Mão Santa.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR JOSÉ SARNEY.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Amapá é um dos estados brasileiros que há mais tempo teve seu território definido.

Quando Vicente Yañez Pinson descobriu o Brasil, em janeiro de 1500, identificou as terras do Amapá como costas anegadas, terras afogadas, e identificou o rio que teria seu nome e o de Oiapoque, e que seria, mais tarde, objeto da grande batalha pela fronteira Norte do Brasil travada pelo Barão do Rio Branco.

Expulsos os franceses da Nova França com a derrota de Guaxenduba e a rendição de La Ravardiére, tratou-se da ocupação da Amazônia. Um dos capitães, Bento Maciel Parente, recebeu de Filipe III, como direito e responsabilidade, o Capitania do Cabo do Norte. Suas fronteiras eram, a Norte, o Oiapoque, a Sul o Rio das Amazonas, a Oeste o Jarí, a Leste o Mar Oceano.

Este território foi cobiçado e investido por ingleses, irlandeses, holandeses, franceses. Sistemáticamente Portugal e o Brasil resistiram a todos os avanços.

No final do século XVII negociamos a consolidação da fronteira com os franceses. Toda a negociação trata das Terras do Cabo do Norte ou Guiana Brasileira, território do Estado do Maranhão. Em 1713 o grande Tratado de Utrecht afirmou nossa fronteira Norte, dando base à grande consolidação do Pará feita por Mendonça Furtado.

Desde o séc. XVII o território é ocupado com fortificações. Durante o séc. XVIII, com a inspiração pomalina, começa-se uma política de colonização, com açorianos em Macapá e africanos em Mazagão.

Na esteira dos “tratados” napoleônicos, a França obtém, durante o século XIX, o reconhecimento como área contestada de uma grande parte da região. Surge, enfim, o ouro, com sua febre e suas ambições. Há uma tentativa de cooptação da região, que termina com a tragédia da vila do Amapá. O heroísmo de Veiga Cabral, o *Cabralzinho*, impressionou a opinião pública brasileira. Os dois governos, da França e do Brasil, concordaram com o arbitramento pelo Governo da Confederação Helvética. O Barão do Rio Branco conseguiu a grande vitória do 1º de dezembro de 1900, em que definitivamente assentou-se, sobre a coragem de brasileiros, a brasilidade do Amapá.

Brasileiro, incorporada a região contestada ao Pará em fevereiro de 1901, o Amapá passou um período de indefinição de suas divisões internas. Formaram-se novos municípios, além dos de Macapá e Mazagão.

A colonização continuou sendo um problema em terras tão grandes. Passado o ciclo do ouro, a exploração agrícola era um desafio — só em meados do século surgiria o manganês. Fundou-se a Colônia Agrícola de Cleveland, a cidade de Clevelandia. A experiência foi curta, com a transposição da solução francesa do desterro — a *bagne* — transformando-a em penitenciária. Durante a Guerra ali instala-se o Pelotão de Fuzileiros Independente do Oiapoque, primeiro de várias instalações militares sucessoras da antiga Colônia Militar D. Pedro II, em 1907 transferida do Araguari para o Oiapoque.

A 13 de setembro de 1943, pelo Decreto-Lei 5 812, foi criado — junto com os de Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguazu — o Território Federal do Amapá. Limitava-se pelo Atlântico, pelo Amazonas, pelas fronteiras com as Guianas Francesa e Holandesa, e pelo Jari até a fronteira. Era, de certa maneira, a recuperação da área da Capitania do Cabo do Norte. Dividia-se em três municípios: Amapá, Macapá e Mazagão. A capital era Amapá, mas instalou-se em Macapá. Em seguida acrescentou-se o município de Oiapoque, com

sede na cidade do Espírito Santo. Bem mais tarde, em 1956, foi a vez do município de Calçoene.

Novos municípios — Santana, Tartarugalzinho, Ferreira Gomes e Laranjal do Jari — foram criados em 1987. Finalmente o artigo 14 das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988 transformou o Território do Amapá em Estado do Amapá, “*mantidos seus atuais limites geográficos*”.

Promulgada a Constituição do Estado do Amapá em 1991, foram criados seis novos municípios: *Amapari*, Serra do Navio, Cutias, Porto Grande, Itauba e Pracuúba.

Com a criação do Território do Amapá, suas terras passaram a ser administradas pela Divisão de Terras e Colonização (DTC). As terras do Amapá eram todas terras federais de que a União dispunha para o desenvolvimento territorial do país. Enquanto existiu o Território do Amapá (até 1988, portanto), foram expedidas pela DTC aproximadamente 1.917 licenças de ocupação, distribuídas nos municípios de Macapá, Mazagão, Amapá, Calçoene e Oiapoque. Havia, além disso, a ocupação de terras públicas ao longo das duas rodovias, a BR-156 e a BR-210.

O Decreto-Lei Federal nº 1.164, de 1º de abril de 1971, determinou que seriam mantidas sob jurisdição federal as terras devolutas situadas na faixa de fronteira, bem assim aquelas que distassem em até 100 quilômetros do eixo das rodovias federais dentro da Amazônia Legal. A Emenda Constitucional nº 16, de 27 de novembro de 1980, estabeleceu que retornariam ao patrimônio dos territórios federais e dos estados as terras situadas **fora** do raio de 100 quilômetros a partir do eixo das rodovias federais. No Amapá, isso implicou a devolução de glebas que, juntas, somavam 1 280 411 hectares.

Todavia, a maior parte das mencionadas glebas é detentora de problemas originados da atuação inadvertida da Delegacia do Patrimônio da União Federal (DPU), que outorgou muitas das terras inseridas como ilhas dentro do rio Amazonas, que separa Pará e Amapá. Ocorre que, hoje, a União tem entendido que, por força do art. 20 da Constituição de 1988, tais áreas seriam parte de seu patrimônio e, por isso, via Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU), que é um órgão vinculado à Secretaria do Patrimônio da União (SPU), tem requerido ao Estado do Amapá que cancele os registros efetuados no Cartório de Imóveis concernentes a tais glebas.

A partir de 1973 e até 1987, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que era o órgão responsável por levar a cabo o recém-criado Projeto Fundiário do Amapá, procedeu a diversas discriminações administrativas, arrecadações sumárias

e desapropriações de áreas, as quais, desse modo, se incorporaram formalmente ao patrimônio da União Federal, totalizando 5 877 245 hectares.

Em 1987, por meio do Decreto-Lei nº 2.375, a União restituiu aos estados e territórios amazônicos a faixa de 100 quilômetros de largura de cada lado das rodovias federais. No Amapá, quase todas as terras dessa natureza já haviam sido arrecadadas pelo INCRA e, portanto, em consonância com o art. 5º do referido Decreto-Lei, deveriam ter sido transferidas para o estado. Contudo, uma interpretação oblíqua do § 2º do art. 2º, cominado com o § 3º do art. 5º, impediu a transferência.

A transformação do Território em Estado do Amapá assegurou a ele os bens que, naquela oportunidade, já lhe pertencessem ou que estivessem sendo utilizados por sua administração. A maior parte das áreas foi considerada como pertencendo ao patrimônio da União, não foram transferidas ao Estado do Amapá. Este juízo, por absurdo, implicaria em que a Constituição teria criado uma unidade da federação sem território próprio.

Considerada a situação atual como um fato consumado, restaria a transferência das imensas áreas do Amapá sob domínio da União para o domínio do Estado. Duas leis podem ser invocadas para efetivar esta transferência: a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que permite a cessão e a doação a Estados, Municípios, etc.; e a Lei nº 6.431, de 11 de julho de 1977, que permite a doação de terras da Amazônia Legal para a expansão ou implantação de cidades, vilas e povoados, segundo o interesse das administrações municipais. No primeiro caso a transferência depende de ato do Presidente da República, no segundo de ato do Ministro do Desenvolvimento Agrário. Cabe, de qualquer forma, ao Congresso Nacional dispor sobre os bens do domínio da União (CF, art. 48, V).

A situação, no entanto, é outra: o processo de discriminação das terras do Amapá deveria tê-las inscrito como terras do Estado, e não da União. Trata-se, portanto, de um erro material, a corrigir por instrumentos administrativos. O caminho dependia, portanto, da iniciativa do Governo Federal.

Há duas semanas sugeri ao Governo Federal, por intermédio do Ministro José Dirceu, a criação de um grupo de trabalho, nos moldes do que havia sido feito para estudar a situação de terras em Roraima. Com a acolhida do governo, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva instituiu por decreto, no último dia 20 de maio, O Grupo de Trabalho Intergovernamental “com o objetivo de proceder a estudos e propor medidas relativas à destinação de terras da União para o Estado do Amapá”.

O Grupo terá a incumbência de:

I – promover estudos sobre a legislação aplicável à destinação das terras da União no Amapá;

II – promover a identificação das terras passíveis de destinação, pela União, para o Estado do Amapá; e

III – propor as medidas legais e administrativas necessárias à destinação das terras a que se refere o inciso II.

O Grupo de Trabalho terá um prazo de 90 dias e será composto por representantes dos mais diversos setores, inclusive, como sugerimos, com representantes do Estado do Amapá.

Estou convencido de que este grupo de trabalho abrirá o caminho para a restituição das terras ao povo e ao Estado do Amapá, que tanto necessita delas para seu desenvolvimento.

Durante o discurso do Sr. José Sarney, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Esta Presidência comunica ao Plenário, antes de conceder a palavra ao próximo orador, que a sessão conjunta anteriormente convocada para quarta-feira, dia 25 do corrente, às 10 horas, será realizada no plenário da Câmara dos Deputados, em vez de ser neste plenário, como havia sido marcada anteriormente.

Então, mantêm-se o dia e o horário, ou seja, a próxima quarta-feira, às 10 horas, só que no plenário da Câmara dos Deputados.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Eu queria fazer a minha inscrição pela Liderança do Governo, na ausência do...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – V. Exª já está inscrita. Com a presença de V. Exª, há pouco, aqui na Mesa, já foi feita a sua inscrição.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Senador Antonio Carlos Magalhães, tem V. Exª a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu só gostaria de

perguntar a V. Ex^a se essa sessão se destina à leitura da CPI sobre os Correios e Telégrafos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Inclusive.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Sobretudo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Sobretudo. O expediente em geral, inclusive a leitura da CPI, se não for conseguida, pelo Governo, a retirada dos nomes.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Isso não existe.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Concordo com V. Ex^a.

Com a palavra, o nobre Senador Marco Maciel; em seguida, o Senador Paulo Paim.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo registrar, para conhecimento do Senado Federal, eventos ocorridos na semana passada, no Rio de Janeiro, que dizem respeito ao Partido da Frente Liberal.

Como se sabe, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o nosso Partido é filiado à Internacional Democrata de Centro, hoje dirigida pelo ex-Presidente de Governo da Espanha, José María Aznar. E a Internacional Democrata de Centro – IDC, compreende uma série de partidos políticos, nos diferentes continentes, todos eles pertencentes a uma mesma matriz, a uma mesma família, ou seja, partidos que buscam fortalecer as instituições nos seus respectivos países.

E a realização da reunião da Internacional Democrata de Centro, no Rio de Janeiro, cujo Prefeito é César Maia, nosso candidato à Presidência, foi ocasião para que pudéssemos discutir, com a presença de lideranças políticas, não somente da Europa, da América do Sul e da América do Norte, mas também de representantes da África e da Ásia, questões políticas e questões institucionais. E diria que a ênfase, talvez a peça de resistência da referida reunião, foi o debate sobre a questão do populismo, que, infelizmente, é algo que ainda pervade o mundo democrático.

A propósito, devo lembrar que o Presidente do nosso Partido, Senador Jorge Bornhausen ofereceu à consideração do Plenário trabalho extremamente rico, intitulado “Democracia Versus Populismo*”, de cujo texto eu destacaria, de forma muito rápida, a seguinte afirmação:

“O populismo ameaça as nações como a primeira pandemia política do século XXI e reclama uma pronta e firme reação das democracias.

O fenômeno – *observa o documento* – ocorre no mundo inteiro. Em número cada vez maior de nações

surge e ganha corpo, já tendo alcançado o poder em algumas delas.

São movimentos vazios de conteúdo ideológico consistente, descomprometido com a racionalidade econômica, historicamente anacrônicos e explorando mitos de grande efeito midiático”.

Diria, Sr. Presidente, que esse novo populismo ou neopopulismo, de alguma forma, afeta o mundo inteiro. E verificamos, no desenrolar das reuniões, que ele já ocorre inclusive nos países do Leste europeu, ou seja, em países que se caracterizaram por viver longo tempo sob a cortina de ferro, marcados por ideologia extremamente radical. De alguma forma, esses países agora vêem surgir partidos que, na realidade, são de viés populista.

É lógico que o documento não ficou em uma simples análise, mas apresentou sugestões consideradas importantes para que se afirmasse uma linha de fortalecimento da democracia e de condenação ao populismo.

Entre as sugestões se estabeleceu:

“o estímulo à realização de estudos dedicados à caracterização do populismo existente em cada país; prioridade nas relações internacionais para os programas de educação, ciência, arte e cultura; estímulo ao intercâmbio, colóquios e trocas de experiências, inclusive na área editorial, com o uso intensivo da Internet; adoção de ações afirmativas de defesa da democracia, com a troca de experiência entre partidos democráticos, sem privilégios ou discriminação, em vez da falsa compreensão da pobreza ou de indignância das nações mais pobres pelas mais ricas, ou, sem sentido contrário, do sentimento de inferioridade das nações mais pobres; identificação das principais doutrinas atuais que se ocupam da crítica ao sistema democrático representativo e avaliação dos argumentos mobilizados”.

Então, Sr. Presidente, esse era o primeiro ponto a que gostaria de me referir. Esse encontro teve uma participação muito significativa tanto pelas personalidades presentes, como Wilfried Martens, da Bélgica, e Pier Casini, da Itália, como também pelo grande número de delegações de países da África, da Ásia, da Europa, da América do Sul e do México.

Devo também aproveitar a ocasião para dizer que, ao concluir essa reunião da Internacional Democrata de Centro, o Presidente Jorge Bornhausen colocou em discussão a questão do *aggiornamento* do Partido da Frente Liberal.

Como sabe V. Ex^a, Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal está completando vinte anos de existência. O PFL nasceu de um gesto histórico que tornou possível ao Brasil retornar à democracia.

Sem fazer um longo histórico, gostaria de lembrar que a nossa transição para a democracia assumiu um certo vulto com a posse do Presidente Ernesto Geisel, que buscou acelerar o processo de transição. Entre os fatos que cito para comprovar o que afirmo, menciono a Emenda Constitucional nº 11, de 1978, que revogou os atos adicionais e complementares.

Certamente não teríamos conhecido o reencontro com a democracia, não fosse o movimento histórico ocorrido entre 1984 e 1985, que permitiu a eleição de Tancredo Neves e José Sarney, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente da República. Movimento que tornou possível a convocação da Constituinte, que concluiu todo um processo de transição, criando condições para que começássemos a praticar efetivamente uma verdadeira democracia, uma democracia sem adjetivos, e mais, vivermos plenamente sob o Estado de direito, isto é, sob a égide de uma Constituição livremente discutida, votada e promulgada pelos representantes do povo.

E é natural que, ao completar os seus vinte anos de existência, o Partido se prepare para atualizar o seu programa e sua carta de princípios, porque vivemos tempos de grande aceleração histórica, mercê, inclusive, das grandes transformações que as tecnologias e o conhecimento das informações estão propiciando.

Em função disso, o nosso Partido deseja fazer um grande Congresso no dia 16 de junho.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Marco Maciel, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Ouço, em seguida, V. Ex^a.

Este Congresso terá como grande objetivo promover uma “refundação”, se assim posso dizer – essa é uma expressão muito usada na Espanha, estou trazendo para cá talvez um espanholismo –, do Partido, atualizando o seu programa e colocando-o em sintonia com a semântica dos novos tempos. Mesmo porque, quando nosso programa foi elaborado, o mundo era bem diferente. Por exemplo, não conhecíamos questões como as relativas à engenharia genética, não havia ainda Internet, só para dar alguns fatos mais significativos. E, com isso, o Partido se prepara também para oferecer uma proposta às eleições de 2006, que são muito importantes, pois se voltam não somente para renovar um terço do Senado Federal e a totalidade da Câmara dos Deputados, mas também a totalidade dos governadores, o Presidente e o Vice-Presidente da República.

Sr. Presidente, gostaria de mencionar, por oportuno, que esse trabalho de “refundação” do Partido está sendo feito de forma competente pelo Presidente Jorge Bornhausen, que designou uma comissão mul-

tidisciplinar que abriga, portanto, não somente Deputados Federais e Senadores, mas também cientistas políticos, economistas, sociólogos e especialistas no campo das relações internacionais. Essa Comissão concluiu agora um trabalho que será submetido à deliberação no dia 16 de junho. São dois os documentos já concluídos: um relativo à atualização do programa do Partido e outro para uma proposta com vistas a 2006. Esses programas estão concluídos e abertos, a partir de agora, ao recebimento de emendas. Esperamos, no dia 16 de junho, oferecer esse trabalho, após devidamente examinado, discutido e votado, à consideração da sociedade brasileira.

Com isso, o PFL continua se vertebrando – para usar uma expressão de Ortega y Gasset – como verdadeiro partido político, dando, portanto, uma contribuição valiosíssima à consolidação democrática no nosso País. Sob o ponto de vista institucional, gozamos, hoje, felizmente, ninguém poderá desconhecer, de total estabilidade.

Mas é necessário que continuemos avançando na prática da democracia, mesmo porque, como certa feita disse Milton Campos, a democracia começa no reino da consciência, assim como também poderíamos aplicar à estabilidade econômica. A luta contra a inflação não se encerra simplesmente com o Plano Real. Ela terá que continuar, certamente, com a prática diária que se faça, para que realmente possamos ter não somente uma sociedade verdadeiramente democrática mas, de outra parte, uma sociedade livre da inflação, que venha, conseqüentemente, criar condições para reduzir a pobreza e também fazer com que superemos as grandes desigualdades de renda que ainda marcam o tecido social brasileiro.

Sr. Presidente, não desejo encerrar as minhas palavras sem ouvir o Senador Mão Santa. Aproveito a ocasião para dizer que há um político que gostaria de mencionar neste instante, que muito contribuiu para consolidar esses documentos partidários oferecidos à consideração dos nossos correligionários. Trata-se do ex-Ministro Gustavo Krause, que foi Governador de Pernambuco, Deputado Federal e, por duas vezes, Ministro. A ele coube, por designação do Presidente Jorge Bornhausen, a tarefa de sintetizar as contribuições oferecidas e fê-lo de maneira muito precisa. Não posso, portanto, deixar de fazer um elogio a Gustavo Krause que, com o seu talento e a sua competência, ofereceu ao Partido textos que certamente nos darão condições de empolgar a sociedade brasileira.

Ouço o aparte de V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Nobre Senador Marco Maciel, V. Ex^a tem uma vida e uma luta, mas entendo que essa questão de populismo e democra-

cia são palavras, conceitos. O povo foi às ruas e gritou: liberdade, igualdade e fraternidade! E caíram os absolutismos. Mas esse manto protetor que usamos – o Direito – está causando toda a injustiça. Onde está a igualdade, que foi o grito do povo, do populismo? O que vemos é a desigualdade, que não é aquela justiça, como Montaigne disse, é o pão de que mais a humanidade necessita. Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça. Cadê a igualdade? Sou mais Abraham Lincoln, que disse “É o governo do povo, pelo povo e para o povo”. E ele disse “Não faça nada contra a opinião pública que malogra, e tudo com ela tem êxito”. Eu acho que o povo está sendo sacrificado. Com as palavras mágicas ‘populismo’ e ‘democracia’, só há um sacrificado: o povo.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Nobre Senador Mão Santa, eu gostaria de fazer um breve comentário ao que disse V. Ex^a.

Na realidade, quando V. Ex^a falou em liberdade, certamente falou em democracia, porque, apenas em uma sociedade democrática, se vive a liberdade. V. Ex^a lembrou a tríade da Revolução Francesa: “*Liberté, égalité et fraternité*”. Eu começaria pela liberdade e diria que, certamente, a liberdade é gênero de primeira necessidade. Isso me faz lembrar aquela máxima de Dom Quixote para Sancho Pança: “*A liberdade foi o maior dom que os céus deram aos homens*”. Então, sem liberdade, não há democracia. Sem liberdade, portanto, não há condições para a convivência humana. E, obviamente, a partir da liberdade, os homens têm condições de se organizar sob a forma da democracia, regime político que permite, por intermédio da liberdade, a busca da igualdade.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Daí devermos ter a liberdade como princípio e a igualdade como fim, e, para que isso se viabilize, há necessidade de um processo, que deve ser o democrático. Assim, parece-me que o *link* entre a liberdade e a igualdade passa pela democracia.

Digo a V. Ex^a que o que o PFL está buscando fazer, com a participação de sua Comissão Executiva e também com a presença ativa das Bancadas, tanto na Câmara e no Senado, como nas nossas representações no Estado, um grande trabalho de fortalecimento, *aggiornamento*, preparação para que possamos melhor transmitir à sociedade aquilo que somos.

No Brasil, há uma carência muito grande de verdadeiros Partidos políticos. Não consigo ver uma sociedade verdadeiramente democrática sem Partidos políticos estruturados....

(Interrupção do som.)

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – A lei não exige que os Partidos tenham ideologia. A nossa Constituição exige que os Partidos tenham programas, idéias, doutrinas, ideário e não necessariamente uma ideologia. Precisamos de Partidos que tenham programa, proposta e que sejam, de fato, canais, elos de associação entre o Governo e o povo.

Por isso, de nossa parte, por meio do PFL, sob a Presidência do Senador Jorge Bornhausen, mas com a presença de políticos de nomeada – entre os quais, aqui vejo o Líder José Agripino, os Senadores Antonio Carlos Magalhães, César Borges, Efraim Moraes, Jonas Pinheiro, dentre muitos que aqui se encontram –, estamos todos nós, juntamente com nossas Bancadas, Governadores, Prefeitos, Vereadores, buscando dar ao País a nossa contribuição.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Assim fazendo, creio – mais do que creio, tenho certeza – que estaremos contribuindo para construir uma Nação que esteja atenta ao que o homem precisa: pão, espírito, justiça e liberdade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Antonio Carlos Magalhães. S. Ex^a dispõe de cinco minutos, prorrogáveis por mais dois.

Em seguida, pela ordem de inscrição dos oradores, concederei a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem quem assistiu ao programa de televisão **Domingão do Faustão** deve ter ficado, como eu e minha família ficamos, extremamente emocionado com o trabalho da Dr^a Fernanda Bianchini realizado com os cegos no Rio de Janeiro.

Fernanda Bianchini levou para o Teatro Municipal de São Paulo um balé só com moças cegas. É fantástica a posição da Dr. Fernanda Bianchini, que, com o apoio de uns poucos, consegue reunir noventa pessoas sem visão que passam a distinguir as coisas, os fatos, a ponto de realizarem um balé da maior significação.

E o Governo não ajuda uma pessoa como essa! Faço um apelo ao baiano e amigo Gilberto Gil: que diminua um pouco os R\$9 milhões para melhorar as dependências do seu Ministério e arranje recursos para que essa mulher possa multiplicar, pelo País inteiro, esse trabalho magnífico.

Sr. Presidente, faço questão de que V. Ex^a envie, como estímulo do Senado Federal, estas minhas

palavras à Sr^a Fernanda Bianchini, assim como à TV Globo e ao programa do Sr. Fausto Silva.

É preciso realmente ser desumano para pagar US\$100 milhões, US\$150 milhões a *shows* de vários artistas e não se dar um vintém para um trabalho tão expressivo e tão lindo como esse.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que fique atento ao meu pronunciamento, uma vez que solicito a V. Ex^a que faça chegar essa parte do meu pronunciamento às mãos da Dr^a Fernanda Bianchini e à TV Globo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – V. Ex^a será atendido, nobre Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – É preciso estimular, e não deixar cair no vazio aquilo que de bom se realiza na cultura brasileira, e não é apenas o *reggae* e outros que vão fazer esta Nação crescer, mas um trabalho como este, que comoveu o Brasil inteiro que a ele assistiu. Portanto, não posso ficar silente nesta Casa, sem me manifestar claramente pelo meu aplauso.

A segunda parte do meu discurso, que nada tem a ver com a primeira, é para dizer do meu respeito ao Ministro Antonio Palocci. S. Ex^a, pela primeira vez, não está cumprindo a sua palavra. Escrevi-lhe sobre a crise do cacau e o financiamento para a cacauicultura, e S. Ex^a me disse que não podia resolvê-los naquele dia, mas que, uma semana depois, o faria. Já se passaram mais de três semanas. E S. Ex^a não me disse isso porque eu o tivesse provocado. Teve a gentileza de telefonar-me, em Salvador, para informar que ia resolver o assunto. Entretanto, até hoje, não resolveu o problema do financiamento para o cacau.

Peço ao Ministro Antonio Palocci que continue a ser o homem em que acreditamos e que não se misture com aqueles no Governo que não cumprem a palavra porque não são sérios. S. Ex^a é sério e, como tal, tem o dever não apenas de atender ao que é justo, mas sobretudo de não negar àqueles que estão necessitando e que já fizeram tanto pelo Brasil, como os cacauicultores da Bahia, os recursos indispensáveis para dar esse financiamento. É apenas adiar o pagamento.

Logo, Ministro Palocci, dirijo-me a V. Ex^a. Talvez V. Ex^a não me ouça, mas algum auxiliar seu deve estar me ouvindo. V. Ex^a não pode se constituir neste País em decepção, porque é V. Ex^a que sustenta esse desgoverno que está aí. Conseqüentemente, peço a V. Ex^a que cumpra a sua palavra com os cacauicultores da Bahia, e eu fui o intermediário disso. V. Ex^a me telefonou comunicando o fato, e já passaram três semanas sem que a palavra fosse cumprida, quando eram apenas sete dias.

Sr. Presidente, sei como este Governo está tonto. A ameaça de uma CPI já torna o Governo inteiramente

abalado, mas para ele ficar mais abalado ainda, quero dizer que há mais 26 assinaturas na Câmara dos Deputados.

De maneira que não adianta fisiologismo para retirar assinatura nem de Deputado nem de Senador, porque eles sabem o que devem fazer. E querer desmoralizar Parlamentar é querer fazer com que o Parlamento não tenha as condições mínimas de funcionar neste País. E é o Parlamento, é o Congresso, que tem uma de suas Casas presididas por V. Ex^a neste instante, que vai salvar o Brasil da catástrofe que se anuncia com este Governo do Presidente Lula. Conseqüentemente, por favor, Ministro Palocci, cumpra com a sua palavra!

O SR. PRESIDENTE (Senador Efraim Moraes. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, que disporá de 10 minutos com mais cinco de tolerância.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Efraim Moraes, Senadoras e Senadores, quero falar de dois assuntos na tarde de hoje. O primeiro deles, Sr. Presidente, é referente à PEC paralela, que foi definitiva para que esta Casa aprovasse a reforma da Previdência. Depois de um ano e meio, enfim, a Câmara vota, em dois turnos, a PEC paralela, e a matéria volta para o Senado da República, Senador Mão Santa.

Conversei muito, na semana passada, com o Senador Rodolpho Tourinho. E ele me disse que o seu relatório está pronto e que a PEC paralela pode vir para o plenário do Senado, que pode ser votada e que não voltaria para a Câmara dos Deputados.

Quero dizer, Sr. Presidente, que me sinto orgulhoso de ter colaborado com a PEC paralela, cujo Relator foi o Senador Tião Viana. A maioria dos Senadores que está aqui – eu diria que os 100% — votou a favor da PEC paralela. Ela se torna uma realidade. Ela garante paridade, subteto, integralidade, aposentadoria para a dona-de-casa e regra de transição. Eu diria que ela resolve a maioria dos problemas de milhares e milhares de servidores públicos.

Na semana passada, tivemos um encontro com mais de mil servidores públicos federais, que, por unanimidade, bateram palma, de pé, quando anunciamos que a PEC paralela seria votada antes do recesso de julho, se dependesse da vontade daqueles que se comprometeram com a sua aprovação.

Também estive, Sr. Presidente, em Porto Alegre, na Federação Estadual dos Servidores Públicos, e a recepção foi a mesma. Dizia eu: estive com o Senador Relator, e ele me disse que, se depender dele, a matéria que simboliza a vontade popular, construída no

Senado da República, será votada antes do recesso de julho.

Milhares estão na expectativa, esperando inclusive para encaminhar a sua aposentadoria.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com enorme satisfação, Senadora Ideli, porque V. Ex^a trabalhou também muito neste tema para que efetivamente a PEC paralela se tornasse realidade.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Paulo Paim, tivemos todo o cuidado e realizamos um trabalho exaustivo aqui, no Senado, para fazer alterações que beneficiassem determinadas parcelas do funcionalismo público, principalmente aquelas que já estavam muito próximas da aposentadoria, a fim de que não houvesse um prolongamento na sua vida laboral. Muitos iniciaram a sua contribuição ainda muito novos e, portanto, o tempo de contribuição, somado à idade, acabaria criando mais uma vez um impedimento para vários segmentos do funcionalismo, que estariam já às vésperas de se aposentar. Uma categoria bem concreta, à qual tenho a honra de pertencer, é o magistério público, principalmente o estadual e o municipal. Na sua grande maioria, os funcionários iniciam o seu trabalho em sala de aula muito novos, com 18, 19, 20 anos. E aí, Senador Paim, estou também muito ansiosa para saber como será o parecer do Relator, porque uma das perguntas que todos fazem quando voltamos ao Estado, todos os que estão angustiados, é como é que vamos resolver o “pingue-pongue”. Ou seja, o que votamos foi alterado na Câmara. A matéria volta para o Senado, e nós a alteramos aqui, restabelecendo o que votamos. Como se resolve isso? O que é que vai valer? Como é que vamos poder votar e promulgar imediatamente os benefícios que já estão consagrados no nosso debate feito aqui e também na Câmara? Por exemplo: para cada ano a mais de contribuição, um ano a menos de idade. Isso não foi alterado na Câmara. Já houve duas votações: uma no Senado e outra na Câmara. Então, como vamos fazer para que isso entre imediatamente em vigor? Essa é a grande pergunta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Essa é a famosa fórmula 95, da regra de transição, que foi consagrada por duas vezes – a Senadora colocou muito –, tanto na Câmara quanto no Senado.

Segundo me disse o Senador Rodolpho Tourinho, o que ele poderá fazer é alguma emenda supressiva. Votar-se-ia, então, o texto que contemplaria essa visão mais ampla que eu aqui citava, dos seis itens principais, entre eles a regra de transição. Por isso, estou com muita esperança de que finalmente a PEC paralela se torne realidade.

Sr Presidente, o segundo tema que me traz à tribuna...

Com satisfação enorme, Senador Ramez Tebet, ouço V. Ex^a.

O Sr Ramez Tebet (PMDB – MS) – V. Ex^a vai entrar no segundo tema. Quero apenas me solidarizar com V. Ex^a, que é o baluarte da PEC paralela juntamente com outros Senadores. Mas V. Ex^a é o que mais a cobra. Eu sei que ela será aprovada aqui, mas há muita gente já perdendo a esperança. Penso que deveríamos fazer coro com V. Ex^a. O Senador Rodolpho Tourinho, que é muito diligente, que apresente logo o seu relatório para que possamos liquidar de vez com a PEC paralela, que tanto esforço, tanto de V. Ex^a como de outros Senadores, e tanta dedicação consumiu. Isso é o que ameniza a reforma administrativa. Portanto, quero apenas realçar o trabalho de V. Ex^a e a necessidade de votarmos a matéria o mais rapidamente possível.

O SR PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Ramez Tebet. V. Ex^a foi um dos que condicionou o seu voto naquela reforma à aprovação da PEC paralela, como foi a posição do Senador Tião Viana. V. Ex^a foi o grande articulador, o que fez o relatório final.

Sr. Presidente, não posso deixar de falar também da famosa CPI dos Correios e quero, mais uma vez, deixar muito clara a minha posição.

A informação que me chega é a de que, até o momento, mais de 240 Deputados e 50 Senadores assinaram o requerimento para a instalação da CPI. O Supremo Tribunal Federal, por cinco votos – foi pedido vista, já aponta para a decisão de que a CPI dos Bingos seja instalada.

Ora, Sr. Presidente, eu me preocupo. Quando venho para a tribuna, faço-o para defender, é claro, o meu Partido e o meu Governo. No entanto, isso não significa fazer com que o foco do debate da CPI deixe de ser os envolvidos e passe a ser o PT, contra o qual não há nenhuma denúncia. Nas gravações anunciadas por toda a imprensa, quem é citado? Não vou citar nomes nem Partidos, mas, com certeza, não é o PT.

A CPI, conforme disse o Senador Renan Calheiros, será instalada na próxima quarta-feira, porque contempla o número necessário de assinaturas, ultrapassado em 70 na Câmara e em 25 no Senado.

Conversei com meu Líder, Delcídio Amaral, cujo posicionamento tem sido excelente, coordenando, articulando a Bancada e obtendo decisões coletivas. Ficam aqui os meus elogios a S. Ex^a. Também conversei muito com o Vice-Presidente da Casa, Senador Tião Viana. Ambos querem que esse debate ocorra, amanhã, na Bancada do nosso Partido. Conversei com os Sena-

dores Cristovam Buarque, Serys Slhessarenko, Eduardo Suplicy, Ana Júlia Carepa, enfim, com todos da nossa Bancada, e percebo neles a mesma vontade.

Ora nós, do PT, deveríamos estar na ofensiva e não na defensiva, porque não há o que temer por parte do Partido dos Trabalhadores e do Governo a que demos sustentação. Se houve algum escorregão ou equívoco por parte de integrante da base aliada, o responsável vai responder por isso.

Senador Cristovam Buarque, chego a dizer que não me sentiria com a consciência tranqüila se não desse oportunidade de defesa para aquele que foi citado e que assinou, dizendo: “Eu quero a CPI”. Como vou afirmar que ele não tem o direito de se defender, independentemente do seu Partido ou de quem seja? Quando assina, ele está pedindo: “Eu quero-me defender”.

Pretendo fazer esse debate de forma muito clara e muito tranqüila, não na defensiva, mas na ofensiva de quem tem a consciência tranqüila de que o PT não está envolvido em nada disso que, até o momento, foi anunciado. A mídia, em nenhum momento, cita o PT. Cita outros, mas não o Partido dos Trabalhadores.

Concedo o aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – Senador Paulo Paim, apenas quero dizer, como petista que sou, que seu discurso é mais defensor do Partido dos Trabalhadores, hoje, a longo prazo, do que o outro discurso de ficar contra a nossa participação na viabilização dessa CPI. CPI não é bom para nenhum Governo, mas não fazer CPI por força do Governo pode ser muito pior. Tenho escutado muitas pessoas dizerem que, quando uma CPI começa, sabemos o porquê, mas, quando termina, não o sabemos. No entanto, CPI que não começa por pressão de Governo sabemos onde vai terminar: no descrédito do Partido e do Governo. O discurso de V. Ex^a é uma maneira acertada de defender o Partido dos Trabalhadores hoje e nos próximos 20, 30, 50, 100 anos que vai durar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam Buarque, agradeço o seu aparte.

Entendo que esse debate será aprofundado na Bancada amanhã, pela manhã.

Alguns dizem que os Partidos que hoje defendem a CPI tinham, no passado, a mesma tática de retirar assinaturas. Eu gostaria de lhes responder que não concordo com essa tática, com essa posição. Prefiro fazer um bom debate, num alto nível, no campo da ética, da Economia – pelo envolvimento do dinheiro público –, nos campos social e político também.

Qual é o problema? Se ficamos na defensiva, daremos a impressão de que os denunciados não são culpados e de que o responsável é o PT. Quem é denunciado, até que se prove o contrário, também não é culpado. É fácil fazer-se uma denúncia, mas não a sua comprovação. Quero dar oportunidade de defesa a quem, porventura, foi acusado, mas não é possível que, **a priori**, o PT torne-se o culpado porque, até o momento, não assinou o requerimento, embora nada comprove que esteja envolvido nas denúncias apresentadas.

Concedo o aparte, com satisfação, ao nosso Líder, Senador Delcídio Amaral.

O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS) – Meu caro Senador Paulo Paim, ouvindo as ponderações do Senador Cristovam Buarque e o discurso de V. Ex^a, acredito que, efetivamente, amanhã faremos uma avaliação, conforme consenso da Bancada obtido na reunião de quinta-feira. Houve uma reunião do Diretório Nacional do PT na segunda-feira, e, com certeza, dentro desse equilíbrio e dessa maturidade com que a Bancada do Partido analisa a questão, a reunião de amanhã será muito importante. Serão avaliados os fatos, o desenrolar de todos esses acontecimentos da semana e as orientações do Diretório Nacional, e será tomada uma decisão. Todos discutiremos. Todos os Senadores e Senadoras serão ouvidos, a fim de que fiquemos cada vez mais fortes no Senado Federal.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, após as palavras do nosso Líder, Senador Delcídio Amaral, encerro o meu pronunciamento, na certeza de que, amanhã, teremos um bom diálogo na Bancada, o que será determinante para o posicionamento do Partido dos Trabalhadores com relação à proposta da CPI dos Correios.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Concedo a palavra ao nobre Líder do PT, Senador Delcídio Amaral.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos, com dois minutos de tolerância.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Como Líder.) – Sr. Presidente, a minha fala será muito rápida.

Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, para mudar um pouco os temas que têm sido tratados ao longo desses dias, eu gostaria de abordar um estudo do Banco Mundial relativo à burocracia do Estado brasileiro.

O Senado Federal e a Câmara dos Deputados vêm colaborando decisivamente para reduzir a burocracia no Estado, uma herança que vem do Brasil colonial, a fim de eliminar obstáculos ao crescimento

do País. No ano passado, entre outras proposições, foram aprovadas a reforma do Judiciário e a nova Lei de Falências, duas áreas que merecem destaque em importante estudo elaborado por técnicos do Banco Mundial, que investiga o alcance e a modalidade de regulação, no sentido de fomentar ou restringir a atividade empresarial.

Em seu segundo ano de elaboração, o relatório do Banco Mundial compara o custo regulatório de fazer negócios em 145 países — da Albânia ao Zimbábue — e constitui relevante indicador do que precisa ser reformado para que as empresas invistam, gerem empregos e melhorem a produtividade.

O estudo apresenta informações em sete áreas pesquisadas: abertura de uma empresa; contratação e demissão de funcionários; registro da propriedade; obtenção de crédito; proteção dos investidores; cumprimento dos contratos e fechamento de uma empresa. Nessas áreas, é necessário e urgente que o Brasil apresente melhores resultados.

O empresário brasileiro despende 152 dias, em média, para cumprir todos os 17 procedimentos requeridos para abrir uma empresa. O tempo gasto é bem superior à média de 70 dias verificada nos países da América Latina e bastante distante da Austrália, país de melhor desempenho, no qual são necessários apenas dois dias. Um dos principais entraves apontados pelo relatório é a obtenção da licença do Corpo de Bombeiros e, caso necessário, de outros órgãos de fiscalização estaduais e municipais. Os indicadores mostram que essa licença, que é concedida em média no prazo de 120 dias, é o principal fator de demora no processo de registro de empresas. Para a redução desse prazo, é necessário aperfeiçoar a coordenação dos órgãos federais, estaduais e municipais na abertura de empresas. Além disso, é importante diminuir o número de procedimentos e reduzir a distância percorrida pelos requerentes do registro. Merece destaque a iniciativa do Departamento Nacional de Registro do Comércio, ganhadora do prêmio Hélio Beltrão de experiências inovadoras de gestão na administração pública federal, que criou o Centro de Atendimento Empresarial — Sistema Simples, em Brasília-DF, cuja idéia é reunir todos os órgãos envolvidos no processo de registro e legalização de empresas em um só local.

Outra área que dificulta o desenvolvimento do País diz respeito às regras trabalhistas. A rigidez da regulamentação laboral é apontada pelos especialistas em mercado de trabalho como fator de menor geração de novos empregos e de períodos mais longos de desemprego. O estudo do Banco Mundial classifica

o índice de regulamentação trabalhista em uma escala de 0 a 100. Quanto mais próximo do valor máximo, mais rígidas revelam-se as regras trabalhistas. São levadas em consideração, entre outras, questões como jornada de trabalho exigida, remuneração de horas-extras, pagamento de dias não trabalhados e procedimentos para a demissão. O índice do Brasil é de 72, bastante superior à média de 44 da América Latina, região na qual se destaca o Chile, um dos países de melhor colocação geral, cujo indicador, segundo o estudo, encontra-se na casa de 19. O aperfeiçoamento da legislação trabalhista é extremamente relevante e não pode deixar de ser incluído na agenda do Parlamento brasileiro.

Em algumas áreas, cumpre-nos destacar que o Brasil está em melhor situação, próxima dos países da OCDE. Quanto à obtenção de crédito, possuímos um sistema central de risco de crédito comparável aos melhores do mundo. A cobertura do serviço privado de proteção ao crédito é de 425 devedores para cada mil habitantes adultos, número próximo à média da OCDE, de cerca de 570. No quesito registro de propriedade, o seu custo no Brasil é mais baixo que nos países da OCDE (2% do valor da propriedade no Brasil e 4,9% nos países integrantes da OCDE), mas o número de dias gastos é maior (42 dias no Brasil e 34 nos países da OCDE). Devemos seguir o exemplo de países que reformaram seus procedimentos. Na Itália, a inscrição passou a ser eletrônica e se leva 27 dias para efetuar o registro, a um custo de 1,3% do valor da propriedade.

Um dos itens mais importantes do relatório citado é o funcionamento do Judiciário no que se refere ao cumprimento dos contratos celebrados entre credores e devedores. O tempo médio gasto no Brasil para execução judicial da dívida é de espantosos 566 dias, mais do que o dobro da média da OCDE, de 229 dias. Para melhorar esse número, é necessário reduzir a quantidade de recursos, ampliar o acesso ao Judiciário, reduzir seu custo e elevar o grau de efetividade do ordenamento jurídico. Para isso, torna-se indispensável a regulamentação da Reforma do Judiciário, com mudanças na legislação infraconstitucional. Recentemente, diversos países implantaram soluções práticas para reforçar o cumprimento dos contratos. A Finlândia instituiu os juízos sumários para cobrança de dívidas e o Chile limitou os recursos processuais.

O Parlamento brasileiro deu importante contribuição para reduzir a burocracia e o custo negocial no Brasil ao aprovar a nova Lei de Falências, que entrará em vigor em 9 de junho deste ano, tornando mais ágil o processo de recuperação das empresas, seja no âmbito judicial ou extrajudicial. O ultrapassado instituto da

concordata foi extinto e o processo falimentar ganha em celeridade e eficiência. O tempo gasto atualmente para concluir um processo de falência no Brasil é de catastróficos dez anos, segundo dados do Banco Mundial. A média nos países da OCDE é de cerca de 1,7 ano. E a informação que mais impressiona é a taxa de retorno da empresa insolvente – o que sobra para os credores após a conclusão do processo, que é de 0,2 centavos por dólar. Nos países integrantes da OCDE, a média é de 72,1 centavos por dólar.

O relatório do Banco Mundial apresenta dados para avaliar a economia em áreas consideradas chave, como produtividade, investimento, informalidade, corrupção, desemprego e pobreza. As informações são úteis para que o Parlamento brasileiro possa identificar as áreas em que o País se encontra atrasado e trabalhar para modificar o que precisa ser reformado. São medidas essenciais para incrementar a atividade empresarial e ampliar as oportunidades para toda a população.

Sr. Presidente, trago esses dados para a reflexão da Casa como um alerta. Estamos caminhando, avançamos em várias frentes, mas não podemos ignorar que, em muitas áreas, o País se encontra atrasado e precisamos trabalhar para modificar o que ainda precisa ser reformado.

São medidas essenciais para incrementar a atividade empresarial e ampliar as oportunidades de trabalho e emprego para toda a população.

Era o que eu gostaria de dizer e registrar nos Anais desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Ex^a será atendido, nobre Senador.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

S. Ex^a dispõe de dez minutos.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela Liderança do Governo. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na sexta-feira, vivenciei duas situações que faço questão de registrar nesta tribuna, com muita satisfação.

A primeira delas foi o anúncio da decisão do Presidente Lula e dos Ministros de regulamentar salvaguardas para a entrada dos produtos chineses. Essa pauta foi apresentada a partir da indústria têxtil do meu Estado, Santa Catarina. No dia 5 de abril, tivemos uma importante reunião com o Ministro Luiz Fernando Furlan; no dia 12 de maio, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, juntamente com os representantes da Embaixada chinesa, já trataram do assunto; e, na sexta-feira, a decisão saiu. Foi uma decisão madura, correta, precisa e importante para preservar os interesses de

vários setores produtivos brasileiros, tendo em vista a entrada significativa de produtos chineses.

A China é parceira estratégica neste momento. Contudo, temos que preservar os interesses dos setores produtivos e do emprego brasileiro. Portanto, parabênzulo a decisão. Vamos monitorar e acompanhar, de forma muita atenta, o desenrolar dos acontecimentos.

Em Santa Catarina, como em vários outros cantos deste País, essa decisão do Presidente Lula e dos Ministros é muito importante e foi muito bem vista.

Quanto ao outro acontecimento de sexta-feira, estive no Porto de São Francisco do Sul, dando início às obras da Agenda Portus. Trata-se do primeiro dos onze portos brasileiros incluídos na referida agenda que está começando a realizar suas obras. Fico muito feliz de as obras começarem exatamente por São Francisco do Sul, cidade que tem mais de 500 anos de existência e é um dos principais portos do nosso País, localizada no meu Estado. Provavelmente, o segundo porto a iniciar as obras será o de Itajaí, e Santa Catarina fica muito feliz com isso.

Na solenidade, tive a oportunidade, inclusive, de registrar para aqueles que esquecem e têm pouca memória que fazia exatamente 12 anos que não era disponibilizado um único tostão do Governo Federal para o Porto de São Francisco do Sul. Portanto, passaram-se alguns governos e no Governo Lula é que estamos tendo o compromisso de resolver o gargalo dos portos brasileiros, principalmente dos onze por onde passam 80% das exportações brasileiras.

Hoje pela manhã, assisti a algumas declarações que me causaram espécie e que faço questão de trazer para a tribuna. O ex-Presidente da República fez uma declaração bastante forte: “Essa gente cacareja sem parar e eu não estou vendo nenhum ovo” Primeiro, cacarejar e ovo são próprios de ave.

É bom falarmos a respeito dos ovos e dos cacarejos. Quando houve as comemorações da paternidade da Lei de Responsabilidade Fiscal, que foram comandadas pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, ele apontou o crescente pagamento de juros pelo Governo como o ponto mais crítico da administração Lula. Saiu a seguinte manchete na **Folha de S. Paulo**: “FHC ataca pagamento de juros do Governo Lula”. No entanto, os números desmentem, porque os gastos foram maiores na gestão do ex-Presidente Fernando Henrique:

De 1995 a 2000, União, Estados, municípios e estatais tiveram, juntos, gastos anuais médios com juros equivalentes a 8,8% do PIB (Produto Interno Bruto). Nos dois primeiros anos do mandato de Lula, a média caiu para 7,5%.

São dados publicados pela **Folha de S. Paulo**; não é nenhum boletim da Secretaria de Comunicação do Governo.

Outras declarações – não sei por que tudo está girando em torno de ave – estão nos jornais: “Em discurso, o ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso comparou a administração petista a “um peru bêbado em dia de carnaval”.

Primeiro, há alguma confusão, porque peru bêbado não se refere a carnaval. Na véspera de Natal, dá-se a cachacinha ao peru, para amaciar a carne. Então, ele já trocou as comemorações: coitado do peru! E, lá pelas tantas, diz: “espetáculo de demagogia, fisiologismo político e corrupção impune”.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Já vou dar-lhe o aparte, Senador Roberto Saturnino, com muito prazer.

O jornal **O Globo**, de domingo, publicou a matéria: “No rastro dos corruptos”. Em página inteira, mostra um mapa do Brasil e operações muito competentes da Polícia Federal em todos os Estados brasileiros. Nos dois últimos anos, a Polícia Federal prendeu 819 pessoas por fraudes que envolviam dinheiro público em todos os Estados do País. Todos! E não há para ninguém: quem é pego com a mão na botija é preso e processado.

Citarei alguns casos. Em Roraima, houve a Operação Gafanhoto:

(...) 53 presos, entre eles o ex-governador do estado Neudo Campos (...): apropriação de salários de servidores contratados ilegalmente. As denúncias recaíram também sobre o então governador Flamarion Portela, que, mais tarde acabou tendo o mandato cassado pela Justiça Eleitoral.

Ele tinha-se filiado ao PT; foi afastado, cassado e processado.

No Amapá, ocorreu a Operação Pororoca:

(...) 25 presos, entre eles o prefeito de Macapá, João Henrique (PT), o ex-senador Sebastião Rocha (PDT) e o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA). **Acusação**: fraude em licitações.

Eu poderia ler sobre todos os Estados, todos! Os 26 Estados mais o Distrito Federal, com operações da Polícia Federal.

A Sr^a Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Permite-me V. Ex^a me um aparte?

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Além dos 819 presos por fraude, mais “415 pessoas já foram presas em operações da PF no período, no total de 1.234”.

Quero que quem está falando de peru bêbado, de cacarejar me mostre um mapa equivalente a este, nos oito anos do Governo anterior. Quero que me mostre um combate tão efetivo, feito pelas instituições do Estado, pelo Ministério da Justiça, pela Polícia Federal em articulação com a Receita Federal e a Controladoria-Geral da União. Este mapa enche de orgulho o Governo Lula, enche de orgulho o PT!

Portanto, a quem está achando que estamos com receio digo: temos o que mostrar. Este mapa, para nós, é um troféu, que nos enche de orgulho.

Mas basta virar a página: entre as 540 prefeituras, há corrupção em 408. E como foram descobertas essas 408 prefeituras? A partir do trabalho do Ministro Waldir Pires, da Controladoria-Geral da União.

Na devassa que fez em 540 municípios nos dois últimos anos, a Controladoria Geral da União (CGU) encontrou irregularidades graves na contabilidade de nada menos do que 408 prefeituras, o equivalente a 75%. Entre as fraudes mais comuns estão os desvios de verbas da merenda escolar, superfaturamento de obras e prestação de contas de serviços não executados.

A CGU, comandada pelo ministro Waldir Pires, detecta as irregularidades e envia as informações para o Ministério Público, as câmaras de vereadores e os Tribunais de Contas, entre outros órgãos de fiscalização.

Há município que já foi sorteado duas vezes, nas quais foi pego com a mão na botija. Então, como se diz que não há combate à corrupção?

Continuo a ler, na mesma página, sobre o enriquecimento de 70 servidores sob suspeita:

Os índices de corrupção também podem ser atestados no número de sindicâncias patrimoniais abertas pela CGU em menos de um ano. No momento, estão em curso 70 apurações de casos de servidores públicos que apresentaram sinais exteriores de riqueza incompatíveis com a renda declarada. A idéia da sindicância patrimonial surgiu no primeiro encontro nacional sobre lavagem de dinheiro, promovido pelo Ministério da Justiça no fim de 2003.

Antes, não se podia abrir sindicância. Foi o nosso Governo que promoveu a alteração, para torná-la possível e exatamente pegar aqueles servidores que enriqueceram ilicitamente no exercício do cargo.

No mesmo jornal de domingo, ainda se lê, sobre as ações do Ministério da Justiça. O Departamento

Nacional para Recuperação de Ativos Ilícitos, para combater a lavagem de dinheiro no Brasil, vinculado à Secretaria Nacional de Justiça, foi responsável pelo rastreamento e bloqueio de mais de US\$300 milhões.

São também medidas adotadas recentemente pelo nosso Governo, há menos de um ano. Então, não venham falar que não há combate à corrupção e ao crime organizado, que não estamos fazendo nada, que estamos paralisados, que estamos como peru bêbado.

Concedo um aparte ao Senador Roberto Saturnino, depois à Senadora Serys Slhessarenko, para então concluir o meu pronunciamento.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senadora Ideli Salvatti, cumprimento V. Ex^a. Tenho, nas minhas mãos, a página do jornal **O Globo**, de domingo, que pretendia usar, para fazer os mesmos comentários – claro que com menos competência e brilho do que V. Ex^a. Por isso, cumprimento V. Ex^a. Aproveito para também introduzir, em seu pronunciamento, que é da maior importância, o artigo que saiu no **Jornal do Brasil** de hoje, de Mauro Santayana, um dos melhores jornalistas brasileiros, veterano e cujo caráter, seriedade e competência estão acima de qualquer julgamento, por unanimidade. Pois ele publica hoje, no **Jornal do Brasil**, um artigo chamado “Os grandes sertões”, em que comenta exatadamente as críticas do Presidente anterior sobre o Presidente atual, de uma forma que acredito ser antológica. Queria também, se possível, que esse artigo figurasse no pronunciamento de V. Ex^a, pois é da maior importância.

A SR. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Solicito que o artigo do jornalista Mauro Santayana seja incorporado, na íntegra, ao meu pronunciamento.

Agradeço a V. Ex^a, Senador Roberto Saturnino. Ouço V. Ex^a, Senadora Serys Slhessarenko.

A Sr^a Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Serei bastante breve, Senadora. V. Ex^a externa, com base em documentos, o que gostaria de falar sobre essa história da corrupção, sobre essa conversa. Parece que, de repente, tudo virou corrupção, como se tudo tivesse sido sempre o mais transparente possível neste País, como se tudo fosse claro. Trata-se da Polícia Federal de um Governo que prende, em dois anos, mais de 1.200 pessoas por corrupção. Ela prende! Essas pessoas estão na cadeia! E, se houver mais, tem-se de prender. Tem-se de vasculhar tudo. E isso é por determinação do Governo, do nosso Presidente da República. Isso tem de ficar claro, a população tem de saber, de conhecer e entender. Isso os meios de comunicação têm de colocar em manchete, têm de mostrar. Quando V. Ex^a diz que essa página é o nosso orgulho, ela realmente o é. Essa página é o nosso orgulho. Queremos que o passado de

oito anos, antes do nosso Governo, faça as suas páginas de dois em dois anos, mostrando realmente o que desvelou e o que desvendou em termos de corrupção, porque sabemos de muita coisa que existiu de corrupção, principalmente em relação às privatizações das empresas estatais do passado. E queremos que tudo isso venha à tona. O nosso Governo quer que tudo isso venha à tona. Parabéns a V. Ex^a pelo seu discurso e pelos dados que traz. Temos muito mais, com certeza, e temos que mostrar, para que realmente acabem com essa história dessas aves, principalmente dessa ave do bico pesado que caem e enterra o bico porque não tem força para ficar em pé.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senadora Serys.

Já que tratamos de tantas aves, não deixemos de citar as aves de mal agouro, aquelas que estão aí para ver sempre aquilo que não viam antes e que vêem agora de forma tão clara. E, como eu já disse, não têm um troféu como este a apresentar, não têm um mapa de combate à corrupção de forma institucionalizada pelos instrumentos do Estado colocado a serviço do combate à corrupção, doa a quem doer.

Concluo com uma pequena notinha a respeito do combate à corrupção.

O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a me permite um aparte rápido?

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pois não.

O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS) – Quero só fazer um registro, no meu ponto de vista, importante com relação ao Porto de São Francisco e aos investimentos que têm sido feitos principalmente em várias obras de infra-estrutura fundamentais para o País. Todos sabemos, ao longo dos anos, como a nossa infra-estrutura foi prejudicada: rodovias em péssimo estado, ferrovias sucateadas – e aí cito especificamente a ferrovia Novo Oeste no meu Estado, entrando em São Paulo e chegando até a cidade de Bauru. Felizmente, duas semanas atrás, tivemos a notícia da reestruturação da Brasil Ferrovias e, com isso, a reestruturação da antiga Novo Oeste; investimentos em portos, como o porto de São Francisco. O Governo se preparando efetivamente para recuperar o País na sua infra-estrutura básica, para garantir a competitividade da nossa produção. Com relação à postura do nosso Governo no que se refere à Polícia Federal, gostaria de salientar o trabalho exemplar e rigoroso que essa instituição tem feito por todo o Brasil. Operações absolutamente isentas, independentemente das pessoas envolvidas. Essa matéria do jornal **O Globo**, de ontem, mostra

categoricamente a ação desenvolvida pelo Governo do Presidente Lula contra a corrupção no Brasil. Parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço o aparte, Senador Delcídio, Líder do nosso Partido e do Bloco de Apoio ao Governo.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Apenas mais um minuto, Sr. Presidente.

Duas linhas que estão numa das principais colunas de jornal de circulação nacional: “A idéia de ampliar a CPI está na gaveta da Oposição. E, se for levada adiante, qualquer licitação em curso, como as do setor elétrico e Petrobras, poderia ser atingida”.

Quem privatizou 76% do patrimônio público brasileiro e que não se conforma com isso não ter sido levado até às últimas conseqüências, como é o caso da Petrobras, poderá, com certeza, estar maquinando, estar se programando para, já que não puderam

privatizar, impedir aquilo que já tivemos a capacidade de consolidar, que é a perspectiva de termos a autonomia em petróleo já no ano de 2006.

Para quem anda em crise existencial sobre assinaturas, reproduzo uma frase que ouvi esses dias: há determinadas companhias, ou seja, assinaturas ao lado de determinadas assinaturas de certas personalidades que não ponho nem na lista telefonia, porque têm história, têm memória e têm lado. Determinadas situações políticas têm lado. Portanto, não padeço de crise existencial alguma. Sei de que lado estou e não estou ao lado de várias personalidades que têm uma história comprometida com o autoritarismo, com o desmando, com o desmonte e com a desestruturação do Estado brasileiro e do interesse do povo brasileiro.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SR^a SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

COISAS DA POLÍTICA

MAURO SANTAYANA

maurosantayana@aol.com

Os grandes sertões

Fernando Henrique Cardoso, ao criticar o governo, em São Paulo, atribuiu-lhe a responsabilidade pela “sertanização” da política. Ao fazê-lo – já em plena campanha presidencial e incomodado pelo prestígio do governador Alckmin, ferido nesse encontro do PSDB –, revela velho preconceito de parte das elites paulistas contra o resto do Brasil. Felizmente, não é sentimento generalizado, e nem podia ser, uma vez que os paulistas devem muito de seu êxito ao trabalho, à inteligência e à cultura dos homens procedentes dos sertões. Se o alvo foi Severino Cavalcanti, o candidato estará assumindo alguma cumplicidade: afinal, todos sabem, em Brasília, como foi ponderável, e talvez decisivo, seu empenho em favor do candidato vitorioso à presidência da Câmara.

O ex-presidente tem motivos para sentir-se homem acima dos outros. Pelo nascimento e pela proteção das circunstâncias, pertence, desde criança, ao círculo dos escolhidos. Ao longo de sua carreira, Fernando Henrique soube conquistar os interlocutores, fossem eles os milhões de eleitores, fosse um só, no diálogo das articulações políticas. Assim, enganou o presidente Itamar Franco, que dele fez seu sucessor. Mas, neste momento, é provável que a vaidade intelectual do acadêmico lhe esteja perturbando o senso de oportunidade política.

Em primeiro lugar, o que ameaça a estabilidade institucional não é a “sertanização” da política, mas a insistência de certas elites (à direita e à esquerda) em manter a hegemonia de São Paulo sobre a União. Quando os “homens que contam” não procedem de São Paulo pelo nascimento, de São Paulo procedem pelos seus interesses corporativos.

Até mesmo como resultado de suas virtudes – que ali construíram um país rico, desenvolvido, com instituições de excelência em todas as áreas do conhecimento humano –, há claro descompasso entre a província de Piratininga e os outros estados. Dos amplos e bem ilumina-

Crítica de FH revela preconceito das elites paulistas contra o

resto do Brasil dos gabinetes de sua capital é difícil ver os sertões. Mas é igualmente difícil, a essas elites, enxergar o Brasil nos aglomerados miseráveis e sangrentos de sua periferia – a poucos quilômetros da Avenida Paulista.

O ex-presidente, homem de vasta leitura, deve conhecer a advertência de Galileu: “muita sabedoria, muitas vezes quer dizer muita loucura”. O momento brasileiro é de tal maneira delicado que metáforas zoológicas desleigos e agoureiras, como a de comparar o governo a um “peru bêbado” na véspera de Natal, em nada contribuem para o debate, que deve ser sério, entre os homens públicos. Há uma crise em andamento, mas não seria inteligente atribuí-la somente às hesitações do atual governo. Talvez fosse conveniente atribuir a crise não à hesitação, mas à firme determinação de continuar a política econômica que vem conferindo, desde o Proer, todos os benefícios ao setor financeiro, em prejuízo das atividades produtivas – como revelam os balanços dos bancos –, e tem concentrado o poder das decisões executivas em pequeno comitê de econometristas.

Exultam os tucanos e outros opositoristas com a realização da CPI sobre os Correios. Não pode, nem deve, o governo atual fazer o que sempre fez o do Fernando Henrique Cardoso, ao impedir a realização de CPIs sobre denúncias muito mais graves do que as atuais. É sempre bom recordar que um de seus primeiros atos foi o de extinguir Comissão Permanente, formada de cidadãos estranhos ao serviço público e de alta respeitabilidade, como os advogados Cândido Mendes e Modesto Carvalhosa, para receber e investigar denúncias de corrupção no Poder Executivo.

Voltando ao encontro de São Paulo, o candidato e ex-presidente Fernando Henrique não meditou bem o sertão. O sertão, no imaginário popular, é o espaço da bravura, do sacrifício, da fé e da honra. É a de Euclides, de Graciliano, de Glauber Rocha e de Guimarães Rosa que, com Riobaldo, nos diz que “o sertão é do tamanho do mundo”. Sendo assim, e nessa ordem de idéias, é bom “sertanizar” o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)
– Concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino, pela Liderança do PFL.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)
– Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero apenas solicitar que V. Ex^a conceda ao Senador José Agripino o mesmo tempo que concedeu à Senadora Ideli Salvatti. Nem é preciso pedir isso, porque sei que V. Ex^a é justo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)
– Senador Antonio Carlos Magalhães, a Mesa está bastante *light* na tarde desta segunda-feira. Prorrogaremos a sessão para que todos os Srs. Senadores inscritos possam fazer uso da palavra.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)
– Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem.) – Gostaria de solicitar a minha inscrição para falar, como Líder, logo após o Senador José Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)
– V. Ex^a está inscrito.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu estava em casa às 14 horas e alguns minutos, com uma gripe grande, Senador Ney Suassuna, febril como estou agora, e, grudado na TV Senado, assisti ao pronunciamento do meu queridíssimo amigo Senador Tião Viana, que foi líder do PT, figura afável, por quem tenho enorme apreço pessoal, como tenho pelo Senador Delcídio e pela Senadora Ideli. Ouvei o pronunciamento de S. Ex^a exibir a mesma coisa, a mesma folha que a Senadora Ideli acaba de exibir: a página três do jornal **O Globo**.

Senador Ney Suassuna, V. Ex^a conhece o dito popular que prega “atirar com pólvora alheia”? É o argumento que o Senador Tião Viana e a Senadora Ideli Salvatti usaram.

Senador César Borges, eu nem estava em condições físicas de vir a este plenário à tarde, porque teremos uma semana pesada, com leitura de CPI, e preciso me curar dessa gripe. Inclusive, o Senador Delcídio Amaral já me receitou um Diprosplan. Espero que amanhã, Senador Ramez Tebet, eu esteja em ordem para nossas lides democráticas.

Mas, Sr. Presidente, vendo o Senador Tião Viana ler a página do jornal **O Globo**, como vi, e a Senadora Ideli Salvatti entusiasmada também lendo a mesma

página, animei-me a vir aqui para fazer algumas correções, algumas observações e colocar o meu ponto de vista.

Senador Jonas Pinheiro, estamos vivendo, de quinze dias para cá, o recrudescimento do debate em torno de uma coisa que é fundamental para a consolidação da democracia e das instituições no Brasil – e essa coisa se chama corrupção.

“Atirar com a pólvora alheia”. O jornal **O Globo** cita caso por caso, Estado por Estado, ações policiais investigando Estados, Municípios, pessoas; cita prisões, hipotéticas punições, mas não se trata de nenhuma investigação do Estado.

Senador César Borges, V. Ex^a foi Governador, assim como eu, e sabe que o que Governador diz é ouvido pelo Estado inteiro; da mesma forma, que o que o Presidente diz é ouvido pela Nação inteira, porque Governo existe também para dar o exemplo.

O que me preocupa é que aqueles que fazem o PT estão se vangloriando de ações policiais que não são tomadas de posição do Governo para se limpar a si próprio.

“Atirar com a pólvora alheia”.

A Senadora Ideli Salvatti disse, exibindo a página de **O Globo**, que aquela é a página do orgulho do Governo. Senadores Cristovam Buarque e Ramez Tebet, página do orgulho seria se a manchete de **O Globo** fosse: “Waldomiro, incriminado pela comissão parlamentar de inquérito, é preso e condenado a tantos anos de prisão” ou “O Governo finalmente capitulou e concordou em fazer a investigação dos seus próprios atos, de dolo praticado pelos seus”.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Aí, sim, a conversinha seria completamente diferente.

Senador César Borges, estive no Rio de Janeiro e no meu Estado nesse fim de semana. Há algo de que a Senadora Ideli Salvatti e o Senador Tião Viana não estão talvez se apercebendo: a indignação popular. Governo existe para dar exemplo.

Não sei se aconteceu com V. Ex^{as} o que aconteceu comigo. Tanto no Rio de Janeiro, como em Natal, quantas pessoas me perguntaram: “Mas o Presidente disse que era parceiro do homem que a **Veja** acusou? Parceiro em quê?” Outro me disse: “Mas o Presidente disse ‘olhem para minha cara’ – estava sorrindo – ‘e vejam o tamanho da minha preocupação’”. Só faltou dizer “olhem as rugas de preocupação na palma da minha mão”. Um escárnio, Senador Mão Santa, a uma preocupação que é do Brasil inteiro, com a corrupção. Isso causou profunda indignação.

O Governo não está nem aí para a investigação de seus próprios atos. O Ministro José Dirceu, em entrevista concedida a um jornal nesta semana, falou que as intenções da comissão parlamentar de inquérito são golpistas. S. Ex^a fala, Senador Antonio Carlos Magalhães, como se estivesse respondendo em nome de um Governo imaculado, que não pode ser acusado de nada, no qual estão tentando, vilmente, dar um golpe. Não é o Governo do Sr. Waldomiro, dos “vampiros”, da ONG Ágora! Não é o Governo do Presidente do Banco Central, com sigilo fiscal quebrado! Não temos o direito de investigá-lo, a bem de satisfazer uma ansiedade, uma expectativa da opinião pública do Brasil? Não é nossa obrigação fazê-lo? E o Ministro José Dirceu diz que a atitude é golpista! Como se tivesse autoridade para falar porque o Governo é vestal. Não é possível, Senador Ney Suassuna.

Concedo a palavra, com muito prazer, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a, como sempre, é objetivo e sério. V. Ex^a não tem ataques de histerismo. V. Ex^a é sempre o mesmo homem: cavalheiro, educado. Está acostumado ao Parlamento e, por isso, debate dessa maneira. Não se incomode. Páginas de jornal, inclusive do jornal **O Globo**, tenho mais de 30 incriminando o Governo. São troféus que os jornais **O Globo**, **Folha de S. Paulo**, **O Estado de S. Paulo**, **Jornal do Brasil** – aqui citado – apresentam. São coisas de ontem e de anteontem. Se V. Ex^a quiser, amanhã trarei essas páginas ao plenário. V. Ex^a realmente está dizendo as coisas como devem ser. Foi citado o Ministro Waldir Pires, que até hoje não entregou o apartamento da Câmara dos Deputados que usou por mais de dois anos, sem pagar coisa alguma. Ele não se fiscalizou! Com que autoridade vai fiscalizar esse Governo corrupto? O Governo é corrupto mesmo! Eles já sabem disso, o Ministro José Dirceu sabe disso e Márcio Thomaz Bastos sabe disso. Se não soubessem, o Procurador-Geral Claudio Fonteles foi nomeado por quem? Pelo Presidente da República. Vejam quantas denúncias sobre este Governo o Procurador-Geral Claudio Fonteles já apresentou ao Supremo Tribunal Federal! Por isso, hoje, o Presidente tem horror e um medo tremendo do Procurador Claudio Fonteles, a quem não pede sequer para continuar no cargo. Senador José Agripino, continue assim: objetivo, mostrando que este Governo não tem autoridade. Sobre as pessoas que defendem o Governo, sabemos por que o fazem.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Antonio Carlos Magalhães,...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Se é para ler manchete de jornal – é importante ler manchetes de jornal –, posso pegar manchetes dos jornais **O Estado de S. Paulo** e **Folha de S. Paulo** de hoje, dentro da tese que eu defendo. O que está em tese no momento é o Governo investigar as denúncias feitas contra sua própria estrutura de agir, porque Governo existe – repito – para dar exemplo.

As investigações policiais Estado por Estado são coisas de rotina. Entretanto, tanto o caso Waldomiro como o caso Correios foram filmados e não têm nada de rotina. Dizem respeito a questões importantes, a grandes interesses da República. Eram os Correios, e agora é o Instituto de Resseguros do Brasil.

Manchete por manchete, vamos ler: **Folha de S. Paulo** de hoje: “Lula reduz comitiva e deixa ministros para conter CPI”. Querem outra? Manchete também da **Folha de S. Paulo** de hoje: “PT tenta fazer bancada retirar as assinaturas”. Querem ver outra? Manchete também da **Folha de S. Paulo** de hoje: “Planalto faz ‘operação-abafa’ para evitar CPI”. Querem outra? Manchete de **O Estado de S. Paulo** de hoje: “Corpo-a-corpo para barrar CPI”.

Manchete de jornal contra manchete de jornal. Entretanto, não interessa manchete de jornal, mas a apuração dos fatos; passar o Governo a limpo.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Mas são troféus também.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Nem quero falar em troféu, porque o troféu que desejo ver, na verdade, é corrupto na cadeia, pois isso, sim, é o que acaba com a impunidade.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Ouço, com muito prazer, o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Certo estava o Senador Antonio Carlos Magalhães ao ressuscitar Afonso Arinos e dizer: Será mentira o órfão? Será mentira a viúva? Será mentira o morto da Aeronáutica? Será mentira o mar de lama? Senador, não são necessárias as manchetes, não. As capas de revistas – que, na minha infância e na minha juventude, apresentavam as mulheres –, todas as grandes revistas, trazem o mesmo tema: corrupção. É a cara do Governo, do núcleo duro. Isso é um mar de lama, de podridão.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Mão Santa, essas manchetes de jornal, as capas das três revistas semanais, para não citar outras – **Época**, **IstoÉ** e **Veja** –, só tratam do tema corrupção. As manchetes que acabo de ler tratam, especificamente, das tentativas do Governo em evitar a investigação.

Por último, agora, Sr. Presidente, e Senador César Borges, a imprensa me abordou sobre a tentativa que

está em curso, de o Governo ter o Presidente e o Relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. A primeira tentativa é retirar as assinaturas. Se não conseguirem, é esvaziar a sessão de leitura, na quarta-feira, da CPMI; se não conseguirem, é instalar e esvaziar as sessões; a quarta é eleger o Presidente, o Relator de um Partido só, de um lado só.

Para que CPMI? CPMI visa a estabelecer o debate, o que existe, por exemplo, na CPMI da Terra, que acabou de ser instalada e cujo Presidente é do PSDB do Senado e o Relator é do PT na Câmara. Para quê? Para que se estabeleça o contraditório. O Governo tem maioria na CPMI, mas é preciso que exista um documento para estabelecer o debate, a fim de que se possam auferir conseqüências.

Contra isso, eu já disse: se querem guerra, vamos à guerra.

Mas, se querem o debate democrático para fiscalizar o Governo ou atos do Governo ou empresas do Governo, vamos fazer a CPMI com moderação e com equilíbrio. A mim vai caber a responsabilidade de indicar os membros do Senado nessa CPMI. E vou ter o cuidado máximo de indicar pessoas com o perfil de equilíbrio, com tempo disponível para se dedicar às investigações, para não praticar injustiças, para fazer um trabalho equilibrado, porque é isso que a sociedade quer. A sociedade não quer fogos de artifício, não quer espuma, não quer manchete de jornal, mas quer culpado, se houver, identificado, para ir para a cadeia. Se não houver culpado, que se absolva pelas mãos de pessoas equilibradas, coerentes. E é isso que vou fazer.

Mas querer diminuir a ação da Oposição, entregando relatoria e presidência a um lado só? Essa não! Se tentarem, vão encontrar o PFL pela frente, para topar a parada, em nome da democracia e do direito das minorias.

Uma última palavra, Sr. Presidente, de cumprimento ao Senador Paulo Octávio, que, acusado, veio a esta tribuna hoje, no dia seguinte à circulação de uma revista em que ele é citado, para trazer, com elementos absolutamente irrefutáveis, a sua resposta. Entre outras coisas, disse S. Ex^a que sua empresa, que é acusada, está aberta e tem plantão, que lá há gente para responder a pergunta que quiserem, de jornalista que quiser. Disse que sua empresa está de portas abertas.

Aplausos, em nome do Partido, ao Senador Paulo Octávio, que, acusado, vem à tribuna e se coloca à disposição para os esclarecimentos que se fazem necessários.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Antes de conceder a palavra ao próximo orador, prorogo a sessão por mais 30 minutos, para que possamos ouvir todas as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que estão inscritos.

Também aproveito a oportunidade para parabenizá-lo, em nome da Mesa, Senador José Agripino, pelo seu aniversário na data de hoje. E, tenho certeza, esse é o desejo de todos os seus companheiros Senadores e Senadoras.

Como Líder, concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna por cinco minutos. Em seguida, falará o Senador Jonas Pinheiro; depois, usará da palavra o Senador César Borges.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Nobre Presidente, eu estava inscrito regularmente, mas foram tantos os Líderes que falaram, que tive de usar este artifício de também falar como Líder.

Já usei esta frase aqui várias vezes: o que faz um país é a solidariedade. O que faz um país é a igualdade entre todos os membros, todos os populares, todos os cidadãos desse país. O que faz um país é a existência de uma série de – não sei se é neologismo – ‘pertencimentos’, isto é, você pertencer a ele.

E, para esclarecer, cito como exemplo o inglês. Por mais que se estude o inglês, nunca se apercebe de todas as nuances da linguagem. E assim também acontece com o português. Um estrangeiro que chega aqui também fica perplexo, pois, quando se diz “pois não”, quer-se dizer “sim” e, quando se diz “pois sim”, quer-se dizer “não”. Nós, que pertencemos ao País, entendemos as nuances, os termos como estão sendo usados, se estão sendo ditos de gozação ou a sério, e assim por diante.

Tenho muito orgulho de ser brasileiro e de ser latino. Por isso, fico perplexo quando vejo alguns países do mundo fazerem uma legislação que deve valer no mundo todo. Outro dia, vi uma norma americana que deveria valer para o mundo todo. Fico, pois, perplexo, porque cada país tem a sua legislação e não pode aceitar ingerências. Mas o ditado popular diz “manda quem pode, obedece quem tem juízo”. Há países que pensam assim.

Sentir-se assim no mundo globalizado não é agradável. Imagine, Senador Mão Santa, sentir-se assim em seu país; sentir-se, em seu país, menos válido do que, por exemplo, um cidadão de outra região; sentir-se empurrado para um complexo de inferioridade, quando sabemos que não somos inferiores em nada; sentir-se empurrado para a condição de cidadão de segunda categoria. E venho me sentindo assim no meu

Brasil em relação às medidas que vêm sendo tomadas em relação, por exemplo, ao Nordeste.

Lembro-me do debate que tive aqui com o Senador Antonio Carlos Magalhães, quando estávamos discutindo sobre o Insa, o Instituto Nacional do Semi-Árido. A Bahia o queria por ter o maior semi-árido do Nordeste; nós também o queríamos. Discutimos muito sobre esse Instituto. Vários Estados queriam sediá-lo. Foi criado o Insa. Mas onde está a missão dele? Onde estão as verbas, as estruturas, os objetivos? Esqueceram-se deles; eles estão na geladeira.

E o que aconteceu com a nossa Sudene? Lembro, Senador Mão Santa, de como seu irmão tem orgulho de ter sido, e de ser, funcionário da Sudene. Ele dizia que não se podia trocar o nome. Quantas vezes, quando Ministro, eu ia lá e ele me dizia para voltarmos o nome da Sudene, a missão e o que ela fez pelo Nordeste.

Hoje, o que é a Sudene? Esqueceram-na; geladeira para a Sudene.

Promessas, temos muitas, mas, quando olhamos a realidade do tratamento, como é difícil! Como isso nos magoa! E vou dar um exemplo. Já falei isso aqui, nesta tribuna, e estou falando pela segunda vez, porque hoje me doeu de novo. Volto a falar, porque não é possível que não se mude esse tratamento.

Na Paraíba, há dois anos, houve uma enxurrada, chuvas em excesso. A cidade de Mulungu – que deve ter no máximo 3,5 mil casas – perdeu 1,9 mil casas. Campina Grande perdeu 300 casas. Faz dois anos que isso aconteceu, e, até hoje, a Prefeitura paga o aluguel para as pessoas que perderam as suas casas, porque o dinheiro destinado, por meio de medida provisória, para a construção das casas – e Campina Grande tinha direito a R\$1,8 milhão, o que não é muito, para construir 300 casas – não chegou. O dinheiro foi empenhado, mas não chegou. Há uma seca no Sul e no Sudeste, e, imediatamente, são mobilizados R\$430 milhões, que foram pagos.

Há uma diferença muito grande entre as secas do semi-árido e as secas do Sul. Não quero que deixem de dar o dinheiro para o Sul. Só quero que dêem a nós, nordestinos, o mesmo tratamento. Há dois anos, 300 famílias esperam as suas casas. O dinheiro foi empenhado, mas não foi pago. No mesmo ano em que houve uma crise – a seca é econômica –, saíram R\$430 milhões, e foram entregues por canais que não são os mais regulares da sociedade, porque são muito politizados.

Assim, mesmo fazendo parte da base do Governo, não posso deixar de vir protestar em nome do Nordeste, em nome da minha cidade, Campina Grande, e em nome de um terço da população que é tratada

como se fosse de segunda categoria. Na hora do voto, somos todos iguais; na hora dos deveres, somos todos iguais; na hora dos impostos, somos todos iguais, mas, na hora dos apercebimentos, das melhorias, não somos iguais.

Ouçó o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Um líder da nossa geração, Ernesto Che Guevara, um médico como o Senador Papaléo Paes, disse “se és capaz de tremer de indignação por uma injustiça em qualquer lugar do mundo, és meu companheiro”. Quero dizer que V. Ex^a, com essa indignação pelo sofrimento do Nordeste, é realmente o grande Líder do PMDB de Ulysses Guimarães.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Obrigado, nobre Senador Mão Santa.

A minha indignação é esta: há dois anos, esse dinheiro está empenhado e não sai. Estamos pagando aluguel para 300 famílias, quando, no Sul, as coisas são muito mais rápidas e muito mais urgentes.

Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Ney Suassuna, o Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet, como orador inscrito. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Jonas Pinheiro, como orador inscrito.

V. Ex^a terá dez minutos para fazer seu pronunciamento.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, semana passada, estava em missão na Antártida, quando houve aqui o alvoroço a respeito do desmatamento no Brasil. Achei exagerado tudo aquilo; porém, exagerado foi culpar o Estado de Mato Grosso e considerar seu Governador o grande estuprador das florestas brasileiras.

Sr. Presidente, o Governador Blairo Maggi é um herói, e faz um extraordinário governo. Sabem V. Ex^{as} onde ele produz? A família Blairo Maggi produz em 150 mil hectares. Dez mil hectares de sua produção estão em Itiquira e em Rondonópolis, desde 1975. S. Ex^a fundou o Município de Sapezal, onde a família planta 60 mil hectares. A família arrendou do Sr. Olacyr de Moraes, na fazenda Itamarati, 50 mil hectares. E o Governador planta em Querência, em uma fazenda que comprou chamada Tanguro, 28 mil hectares.

Pois bem, essa família há dez anos não avança nenhum hectare no cerrado mato-grossense. Há dez

anos não desmata nada. Essa família também não tem uma propriedade sequer e não tem um hectare de área desmatada em floresta. O Governador não planta em floresta, Senador Mão Santa, apenas em cerrado. S. Ex^a não tem nenhuma área plantada sem a devida autorização do Ibama, o órgão competente.

Portanto, tudo que se falou no mundo, no Brasil e nesta Casa em relação ao Governador Blairo Maggi foi exagero. Isso não tem sentido para quem trabalha como a família do Governador Blairo Maggi.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Com prazer, ouço V. Ex^a, eminente Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– Senador Jonas Pinheiro, todos conhecem a atuação do político e, principalmente, do empresário Blairo Maggi, e todos são unânimes em reconhecer a situação política que ele tem, graças ao trabalho que tem realizado. V. Ex^a jamais, com o seu passado, com a sua luta, principalmente no setor da agricultura, onde ninguém o supera, apoiaria um Governador que não tivesse excelentes condições para governar o seu Estado. Estou inteiramente solidário a V. Ex^a.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães, nosso grande líder. Esta Casa conhece o conceito que tem o Governador Blairo, que foi Senador da República, passou uma temporada junto com os Senadores na legislatura passada.

Tenho em mãos uma nota de esclarecimento do Governo do Estado de Mato Grosso, para que o mundo, a Nação e esta Casa tomem conhecimento e fique bem registrado, sobre o que Blairo Maggi está fazendo em relação ao meio ambiente no Estado.

Passo a ler a nota:

Com relação ao noticiário veiculado pela imprensa nacional e internacional referente à divulgação, pelo Governo brasileiro, dos índices de desmatamento na Amazônia no ano de 2004, o Governo do Estado de Mato Grosso tem a esclarecer o seguinte:

- 1 – o Governo de Mato Grosso não se responsabiliza pelo desmatamento na Amazônia. O Governo do Estado responde apenas pelo que acontece dentro do território de Mato Grosso e nas áreas sob sua responsabilidade no tocante à fiscalização;
 - 2 – no que diz respeito à legislação ambiental, deve-se esclarecer que as áreas menores de 300 hectares são de responsabilidade do Ibama, órgão fiscalizador do Governo Federal. No ano de 2004, considerando áreas de até 300 hectares, portanto de responsabilidade do Ibama, a quem compete proceder o licenciamento, foram desmatados 748 mil hectares.
 - 3 – já com relação às áreas maiores que 300 hectares, de responsabilidade do Governo de Mato Grosso, foram desmatados um total de 890 mil hectares. Desse montante, 400 mil hectares foram desmatados de forma legal, ou seja, com o devido licenciamento. Os 490 mil hectares restantes foram desmatados sem licenciamento ambiental, e a resposta do Governo de Mato Grosso se deu com a autuação e multa dos proprietários ou responsáveis;
 - 4 – em 2004, foram lavrados 755 autos de infração, gerando multas no valor de R\$77 milhões (aproximadamente US\$ 30 milhões). Isso corresponde a uma área de 464 mil hectares. Portanto, 94,8% dos desmates ilegais foram autuados e multados [pelo Governo do Estado por meio da sua Fundação Especial do Meio Ambiente];
 - 5 – quando o Governo Blairo Maggi assumiu a administração estadual, apenas 1.587 propriedades rurais do Estado possuíam licenciamento ambiental. Na atual administração, ou seja, de 2003 a maio de 2005, 4.793 propriedades foram licenciadas, o que evidencia um maior monitoramento e controle do processo de ocupação das áreas. Atualmente, estão licenciados 15 milhões de hectares, dos quais 11,1 milhões foram licenciados [portanto, de forma legal] pelo Governo Maggi;
 - 6 – o sistema de monitoramento utilizado pelo Estado de Mato Grosso é um dos mais modernos do país, utilizando-se de imagens de satélites georeferenciadas, o que permite um controle mais eficaz e rigoroso do desmatamento. O referido sistema teve sua eficiência reconhecida por instituições como o Banco Mundial;
 - 7 – as ações do Governo de Mato Grosso no tocante à questão ambiental têm-se pautado pelo estrito cumprimento da legislação em vigor, considerada uma das mais rigorosas do mundo;
 - 8 – foi protegido e monitorado pelo licenciamento ambiental em Mato Grosso em 2004 o montante de 3,73 milhões de hectares e foram criados dois novos Parques Estaduais, com área total de 116 mil hectares.
- Pasmem, agora, com o item 9, que é para tirar de Mato Grosso a pecha de ser o grande desmatador da Amazônia:
- 9 – o volume de desmatamento em Mato Grosso foi 2% menor em 2004 em comparação com o ano de 2003, enquanto na Amazônia Legal, que inclui outros estados, registrou um crescimento de 6%.

Portanto, prezados Senadores e Senadoras, Mato Grosso e o Governo Blairo Maggi não têm nada a ver com isso.

Sr^{as} e Srs. Senadores, existe uma medida provisória...

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Senador José Agripino, vou falar somente da medida provisória para dar o aparte a V. Ex^a, que deve estar ansioso, e com muita razão, para chegar a sua residência e comemorar com seus familiares mais um ano de vida.

Desde junho de 1996 – portanto, não neste Governo, mas no Governo Fernando Henrique Cardoso –, existe uma medida provisória irreal, que não pode ser cumprida.

Desde 1934, passando pelo ano de 1965, o Brasil possuía um Código Florestal conhecido e respeitado por todos os proprietários de terra.

Essa medida provisória, da lavra do Conama – e apenas do Conama – mudou a legislação de forma imprópria. Hoje, quem é proprietário, seja na Amazônia, seja no Sul ou no Nordeste, está sendo extremamente prejudicado. Trata-se de uma medida provisória irreal, sem sentido de existir. Não há como cumpri-la.

E muito mais, Senador José Agripino, existem proprietários que estão desmatando de propósito. Sabem que não é uma lei, apesar de ter força de lei, e estão desmatando para ter direito adquirido no futuro. Quando compraram as propriedades, à margem de suas escrituras, lá no cartório de imóveis, estava averbado que iriam utilizar 50% da mata e deixar 50% preservados. A medida provisória diz, sem respeitar o direito adquirido, que só se pode desmatar 20%; os demais 80% não podem ser mexidos. Isso é apenas um detalhe.

No sul do País, o Ministério Público já está autorizando a retirada dos pequenos produtores que estão à margem dos córregos. A lei exigia que ficassem a cinco metros da margem do córrego. A medida provisória irreal diz que não pode ser cinco metros, que tem de ser trinta metros. Agora, querem que, à margem da escritura, dentro dos trinta metros, derrubem casas, indústrias, canaviais, tudo. É uma medida provisória irreal.

Pois bem, prezados Senadores, essa medida provisória é responsabilidade nossa. Temos de votá-la. Ela já foi votada na comissão especial, própria para as medidas provisórias, na forma antiga de votação.

Hoje, Senador Antonio Carlos Magalhães, nosso coordenador para resolver o problema da votação das medidas provisórias, há uma enorme responsabilidade a respeito das 52 medidas provisórias que estão no

limbo, que não foram votadas, entre as quais essa sobre a qual, hoje, eu e o nosso Líder, Senador José Agripino, falamos com o Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros. Pedimos a S. Ex^a que chame a si essa MP e coloque-a em votação, para que tenhamos leis adequadas, leis que mereçam a fé e o apoio do povo brasileiro. Sem isso, a solução para a questão do desmatamento permanecerá nesse marasmo em que se encontra.

Concedo um aparte, com muito prazer, ao Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Jonas Pinheiro, o pronunciamento de V. Ex^a é esclarecedor e, do ponto de vista do interesse nacional, patriótico e importante. Esclarecedor, por quê? O Governador Blairo Maggi, que já foi Senador, esteve conosco aqui durante bom tempo e deixou uma boa imagem nesta Casa do Congresso, foi acusado recentemente de ser o vilão da Amazônia. Quem não o conhece e leu a matéria tem Blairo Maggi como o vilão da Amazônia. Não tivesse ele as palavras de V. Ex^a neste plenário para esclarecer que Blairo Maggi planta e emprega um mundo de gente, não em mata, mas em cerrado, ele ia ficar como o vilão pessoal e o vilão do Estado. Além de vilão pessoal, por ser um desmatador profissional, seria entendido como um Governador libertino, que pactua com a presepada, que permite que o desmatamento ocorra indiscriminadamente no Estado que governa. Mas teve a palavra de V. Ex^a, que todos conhecem e sabem que o que diz é medido, pesado e contado, que V. Ex^a não é homem de bravata, nem de exagerar fatos, e fica o assunto esclarecido.

(Interrupção do som.)

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Cumprimento V. Ex^a, inicialmente, pelo esclarecimento que traz à Casa sobre a figura de Blairo Maggi, que é um grande brasileiro, um grande empregador, um produtor que absorveu tecnologia de ponta, que construiu porto particular, que exporta para o mundo todo e que gera divisa e emprego para o Brasil. É exemplo de brasileiro. Em vez de vilão, ele é exemplo de brasileiro. O segundo ponto, a questão da MP do Código Florestal, faz nove anos que essa matéria tramita pelo Congresso. Chega! Essa é uma matéria que o Senador Antonio Carlos está tratando com muito carinho no disciplinamento do encaminhamento das MPs. Está na hora de encontrarmos um caminho para obrigar a votar as MPs que estão em tramitação – que é o caso desta –, para que esse tipo denúncia que foi feita – e tem que ser feita, porque temos que defender, realmente, a ecologia no plano nacional...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. José Agripino (PFL – RN) –... mas temos que ter instrumentos de aferição e o instrumento de aferição é o Código Florestal, que tem que ser votado, sim senhor. E V. Ex^a, em muito boa hora, traz o alerta patriótico. Parabéns e cumprimentos pelo alerta e pelo esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP. Fazendo soar a campainha.) – Senador Jonas Pinheiro...

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Concluo, Sr. Presidente, repetindo: a família do Governador Blairo Maggi – porque ele está afastado dessa atividade – planta 150 mil hectares. Nenhum hectare em floresta. Há dez anos, não abre nem cerrado e não tem nenhuma área sem licença ambiental. Só para dar exemplo, ele comprou uma Fazenda chamada Tanguro, em Querência, que tinha 28 mil hectares de pastagem depredada e abandonada. A família de Blairo Maggi não usou nenhum hectare daquele cerrado que não estava desmatado. Ela usou exatamente aquela área que estava já utilizada, já aberta, sem a devida utilização.

Por isso, Sr. Presidente, eu acho que, nesses dez ou doze minutos, pudemos esclarecer à Nação e principalmente a esta Casa, para que não fiquem mal informadas, a respeito do trabalho do grande Governador Blairo Maggi no Estado de Mato Grosso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 553, DE 2005

Requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Sr. Antonio Roberto Pelegrino, médico e jornalista, ocorrido no dia 23 de maio de 2005:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família; e
- c) Associação Bahiana de Imprensa.

Sala das Sessões, 23 de maio de 2005. – Senador **Antonio Carlos Magalhães** – Senador **Eduardo Suplicy**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – A Mesa encaminhará o voto de profundo pesar solicitado.

Solicito ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães que assuma a Presidência, nos termos do §4º,

do art. 46, do Regimento Interno, em virtude do fato de o Senador Efraim Morais usar da palavra neste momento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Tenho impressão de que o Senador Mão Santa é mais velho do que eu.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Convido, então, o Senador Mão Santa.

Senador Jonas Pinheiro, solicito a V. Ex^a que assuma a Presidência, nos termos do §4º, do art. 46, do Regimento Interno.

Concedo a palavra ao nobre Senador Efraim Morais.

V. Ex^a dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, concordo com o Senador Antonio Carlos Magalhães: temos de acabar com essa história de que cabelo branco é sinal de velhice. Acredito que o Senador Mão Santa realmente seja um pouco mais idoso do que V. Ex^a.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, creio que nunca foi tão fácil fazer parte da Oposição neste País. A Oposição está muito bem servida de matéria-prima, que, desde o primeiro dia do Governo petista, jorra aos borbotões do Palácio do Planalto e das demais instâncias do Executivo.

Sr. Presidente, não é mais com espanto que a sociedade brasileira assiste aos achaques do PT quando o assunto em pauta é a abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito. De fato, a mascaragem moral do Governo Lula parece ter seus dias contados. A CPI dos Correios veio, de uma vez por todas, descortinar a frágil fachada impoluta do PT, cuja Bancada não cessa de, a todo custo, barrar sua realização sob alegações as mais reacionárias. E isso acontece no exato momento em que acusações de corrupção da máquina administrativa batem insistentemente à sua porta.

As declarações do eminente Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, e, hoje, do Ministro José Dirceu, segundo as quais as elites brasileiras haveriam de estar tramando a desestabilização do País, são de um descabimento atroz, somente justificável na mente de quem procura chifres expiatórios em cabeça de cavalo. Eu diria que, lamentavelmente, essas declarações foram um verdadeiro tiro no pé do Senador e do Ministro. Não significa isso outra coisa senão o reconhecimento do descontrole, do descaminho e das graves inconsistências do Governo Lula.

Não por acaso, Sr. Presidente, solicito sejam registradas na íntegra e transcritas nos Anais desta

Casa as palavras do articulista político da **Folha de S. Paulo**, Clóvis Rossi.

Em uma das partes, Clovis Rossi definiu a reação virulenta do Senador Aloizio Mercadante como simplesmente ridícula! E mais, cito Rossi na coluna da última sexta-feira, dia 20:

Para ganhar o panteão mundial de tolices, o Mercadante poderia ter acrescentado que a conspiração que só ele vê está sendo financiada pelos grandes banqueiros, insatisfeitos com o maná do céu que é para eles o Governo do PT”.

Numa ironia que lhe é bem particular, Rossi, para arrematar, ainda alfineta: “segundo a visão do agudo analista Mercadante, grandes banqueiros são do andar de baixo, jamais da elite”. Na verdade, ao vender a pose de campeão mundial da ética na política, o PT se vale das mesmas e velhas práticas das operações-abafa da política brasileira. Ora, a exposição das vísceras da corruptível burocracia estatal não deveria, em hipótese alguma, ser considerada uma ameaça às instituições de um País, mas sim um imprescindível serviço ao seu melhor funcionamento.

Por detrás de tudo, o Brasil assiste a uma invasão inédita de nomeações políticas em áreas estatais, mormente estratégicas, com enorme perda de eficiência administrativa. No rastro, a partidarização do Estado adquiriu dimensões jamais registradas. O resvalo para o desvio de conduta e para a corrupção é, indefectivelmente, o passo seguinte.

Sr. Presidente, longe de ser uma mera denúncia inspirada em disputas políticas, o imbróglio dos Correios tem sido objeto de investigação não somente do Ministério Público como também da Polícia Federal e da Abin.

Sr. Presidente, pergunto a V. Ex^a se está encerrada a sessão, já que passamos das 19 horas.

Durante o discurso do Sr. Efraim Morais, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jonas Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – Sr. Senador, a determinação anterior foi no sentido de que a sessão seria prorrogada por trinta minutos.

Como já são 19 horas e passados os trinta minutos da prorrogação, vamos prorrogar ainda agora a sessão por mais quinze minutos a fim de que V. Ex^a conclua o seu pronunciamento.

Temos ainda inscritos os nobres Senadores Ramez Tebet, César Borges, Eduardo Suplicy e, já agora, inscrito como Líder, o Senador Aloizio Mercadante.

Portanto, não havendo objeção do Plenário, prorrogaremos a sessão até que o último orador inscrito faça uso da palavra.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, proponho que V. Ex^a prorrogue a sessão para que todos aqueles que estavam inscritos e que efetivamente não tiveram direito ao uso da palavra possam fazê-lo. Não entendo bem essa seqüência, de vez que a lista não é obedecida. Então, que todos tenham o direito a falar: os Senadores Ramez Tebet, Eduardo Suplicy, agora, o Líder Aloizio Mercadante e eu.

Estamos inscritos e aguardando pacientemente a tarde inteira. Chegam os Srs. Líderes, e a lista não é seguida, não é obedecida. Então, advogo que todos os que estão aqui para falar – e queremos falar – falem; que seja prorrogada a sessão; que o Senador Efraim Morais tenha tempo para concluir normalmente o seu pronunciamento; e que, depois, seja dado seguimento à lista de oradores, fazendo uso da palavra aqueles eventualmente inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – Vamos continuar ouvindo todos os inscritos até as 20 horas. Possivelmente não precisaremos prorrogar por mais uma hora – espero que não, desde que todos respeitem o tempo.

De qualquer sorte, fica prorrogada a sessão até as 20 horas para que todos tenham oportunidade de falar.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, parabênizo-o pela decisão.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – Com as escusas da Mesa, devolvemos a palavra ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, para cooperar com a Mesa, peço que o meu discurso seja dado como lido. A idéia do nosso discurso já foi traduzida, concluindo pela necessidade de instalação de uma CPI, que será, efetivamente, realizada. Inclusive, a Mesa já convocou reunião conjunta, a realizar-se no plenário da Câmara dos Deputados, na próxima quarta-feira, às 10 horas, para a leitura do requerimento de instalação e a indicação dos membros.

V. Ex^a mesmo presenciou quando o próprio Líder do PT, o nosso querido companheiro Delcídio Amaral, disse da necessidade de mostrar a posição do seu partido. Desejamos que esse seja realmente o entendimento de todos os que fazem esta Casa, não só as Oposições, mas a própria Base do Governo queiram

passar a limpo as questões dos Correios, do Waldomiro e tantas outras.

Se não há envolvimento dos Partidos “a”, “b” ou “c”, nós, que formamos o Congresso Nacional e somos homens e mulheres públicos, precisamos saber quem são os responsáveis pelos escândalos e pelos desvios que vêm acontecendo na atual administração.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR EFRAIM MORAIS.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, creio o que nunca foi tão fácil fazer parte da Oposição neste País. A Oposição está muito bem servida de matéria-prima, que, desde o primeiro dia do Governo petista, jorra aos borbotões do Palácio do Planalto e das demais instâncias do Executivo.

Os discursos atrapalhados do Presidente da República são apenas um dos inúmeros exemplos da confusão que se instalou no Palácio do Planalto. Os jornalistas andam rindo para as paredes com a quantidade historicamente inédita de anedotas originadas pelos improvisos do Presidente.

Embora tragam consigo o risco de causarem, no pior dos cenários, um incidente internacional, os improvisos do Presidente Lula ainda não provocaram muita coisa além de um ou outro artigo nos jornais e nas revistas. Outras atitudes – ou ausência de atitudes – do Governo Lula, contudo, são bem mais sérias, são bem mais graves, e podem comprometer em definitivo o pouco de legitimidade que ainda resta ao Governo do PT.

Quero referir-me, inicialmente, à inércia do Palácio do Planalto na investigação e na punição de indivíduos e grupos envolvidos em denúncias de corrupção. O caso mais célebre, envolvendo o ex-assessor do Palácio do Planalto Waldomiro Diniz, ainda não recebeu a investigação em profundidade demandada por um caso dessa gravidade.

O mesmo pode ser dito do suposto financiamento eleitoral que o Partido dos Trabalhadores teria recebido do grupo guerrilheiro das FARC. Sorrateiramente, o Governo vai varrendo casos como esses para debaixo do tapete, apostando na morte lenta e no desaparecimento das denúncias.

Ledo engano, Senhor Presidente! A Oposição está atenta. Este meu pronunciamento é prova de que esses fatos não foram esquecidos. Queremos ver essas histórias esclarecidas em todos os seus detalhes. Só estaremos satisfeitos quando os culpados, se existem, receberem o tratamento que merecem.

Na mesma rubrica, podemos contabilizar o engavetamento de CPIs, prática na qual o Governo Lula vem

se empenhando com afinco, vide o estrangulamento da CPI do caso Santo André e da CPI dos Bingos.

Em outras palavras, Senhoras e Senhores Senadores, o Governo Lula está se tornando um excelente **abafador de casos**. Quanto a isso, precisamos tirar nossos chapéus. Os melhores esforços dos assessores do PT – que são muitos; não os esforços, mas os assessores – estão todos voltados para atividades dessa natureza. Nisso, eles estão se revelando mestres e doutores.

Eu me pergunto, inclusive, o que teríamos conquistado neste tempo de Governo petista, caso todo esse esforço fosse canalizado para a solução dos reais problemas do País. Pois, à inércia nas investigações de corrupção, une-se um outro tipo de inércia tão censurável quanto aquela: a imobilidade absoluta do PT no que diz respeito à execução dos tão necessários programas sociais.

O Fome Zero, com pouco mais de dois anos, continua sendo um belíssimo conto de fadas. O entusiasmo demonstrado na campanha e nos primeiros dias do mandato de Lula virou pó. A maior bandeira do então candidato Lula continua a ser apenas isso, uma bandeira, que – felizmente para Sua Excelência e infelizmente para os brasileiros – ainda poderá ser aproveitada na campanha pela reeleição.

Outra promessa de campanha que poderá ser requeitada é a da criação de dez milhões de empregos. Lá se vai mais da metade do mandato, e a cifra prometida ainda está longe, mas muito longe, de ser alcançada.

A impressão que se tem, inclusive, é a de que o ataque a esses problemas “de somenos importância” será adiado, de fato, para um eventual segundo mandato. Por ora, parece que o Presidente decidiu que o mandato atual será dedicado à nobre tarefa de agigantar a imagem do Brasil no cenário internacional. Para isso, é claro, nada mais natural que conhecer, em primeira mão, esse cenário! Eis a explicação para as quase 50 viagens internacionais que o Presidente fez, num total de quase quatro meses no exterior. Eis a explicação, também, para que um em cada quatro discursos do Presidente trate de política externa.

E os problemas brasileiros, como ficam? Aguardando que termine o deslustramento do Presidente Lula com o poder. Aguardando que os revolucionários programas sociais do PT saiam do papel. Aguardando, por fim, que cesse a inércia investigativa e punitiva que assola o Palácio do Planalto, cuja assessoria vem se especializando, cada vez mais, na questionável arte do **abafamento**.

Outro assunto, Sr. Presidente, a que me refiro é que não é mais com espanto que a sociedade brasileira

assiste aos achaques do PT quando o assunto em pauta é a abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito. De fato, a mascaragem moral do Governo Lula parece ter seus dias contados. A CPI dos Correios veio, de uma vez por todas, descortinar a frágil fachada impoluta do PT, cuja bancada não cessa de, a todo custo, barrar sua realização, sob alegações as mais reacionárias. E isso acontece no exato momento em que acusações de corrupção da máquina administrativa batem insistentemente à sua porta.

As declarações do Senador Aluísio Mercadante, segundo as quais as elites brasileiras haveriam de estar tramando a desestabilização do País, são de um descabimento atroz, somente justificável na mente de quem procura chifres expiatórios em cabeça de cavalo. Com apoio incondicional dos Senadores Sibá Machado e Saturnino Braga, o ataque do Senador Mercadante contra as elites – um tiro no próprio pé – não significa outra coisa senão o reconhecimento do descontrole, do descaminho e das graves inconsistências do Governo Lula.

Não por acaso, o articulista político da *Folha de S. Paulo*, Clóvis Rossi, definiu a reação virulenta do Senador Mercadante como simplesmente “ridícula”! E mais, cito Rossi na coluna da última sexta-feira, dia 20: “para ganhar o panteão mundial de tolices, o Mercadante poderia ter acrescentado que a conspiração que só ele vê está sendo financiada pelos grandes banqueiros, insatisfeitos com o maná do céu que é para eles o governo do PT”.

Numa ironia que lhe é bem particular, Rossi, para arrematar, ainda alfineta: “segundo a visão do agudo analista Mercadante, grandes banqueiros são do andar de baixo, jamais da elite”. Na verdade, ao vender a pose de campeão mundial da ética na política, o PT se vale das mesmas e velhas práticas das operações-abafa da política brasileira. Oras, a exposição das vísceras da corruptível burocracia estatal não deveria, em hipótese alguma, ser considerada uma ameaça às instituições de um país, mas sim um imprescindível serviço ao seu melhor funcionamento.

Por detrás de tudo, o Brasil assiste a uma invasão inédita de nomeações políticas em áreas estatais, mormente estratégicas, com enorme perda de eficiência administrativa. No rastro, a partidarização do Estado adquiriu dimensões jamais registradas. O resvalo para o desvio de conduta e para a corrupção é, indefectivelmente, o passo seguinte. Nessa cadeia, o suposto esquema de cobrança de propinas nos Correios, denunciado pela revista *Veja*, nada mais é do que o abuso moral de certas autoridades brasileiras em relação à lei, convictas da impunidade que acompanha historicamente tais práticas.

Longe de ser uma mera denúncia inspirada em disputas políticas, o imbróglio dos Correios tem sido objeto de investigação não somente do Ministério Público, como também da Polícia Federal e da Abin (Agência Brasileira de Inteligência). Todavia, apesar dos necessários esforços investigativos do Executivo, a natureza do suposto delito não lhe garante suficiente isenção para uma apuração isolada.

Afinal de contas, no horizonte da harmonização constitucional dos Poderes, compete ao Legislativo a função fiscalizadora, do controle sobre eventuais abusos do Poder Executivo, cumprindo-lhe a responsabilidade pela iniciativa de esclarecer dúvidas ou denúncias que maculem a Administração Pública.

Nesse contexto, a base de sustentação do Governo não dispõe de qualquer argumentação que lhe legitime obstaculizar o processo de instalação de uma CPI. A tese do “golpe de Estado” nada mais é que a revisitação dos discursos populistas, tão em voga na América Latina, na essência dos quais o Presidente Lula é apresentado como vítima de uma orquestração conspiratória da elite. A manter leitura tão estreita, a indisposição de alguns Senadores a tal iniciativa parlamentar reflete apenas sua cumplicidade com o histrionismo de uma esquerda incompetente, paralisada pelo fracasso político de seu projeto administrativo.

Sem sombra de dúvidas, a inépcia do Presidente Lula tem imobilizado a organização de uma agenda propositiva do Congresso Nacional. Chegou-se ao ponto em que sequer um pacto mínimo de convivência entre Governo e Oposição é possível de, aqui, se vislumbrar. No Senado Federal, o recente episódio da rejeição do nome de Alexandre de Moraes para a ocupação de uma vaga no Conselho Nacional de Justiça resume, em si, a tática rasteira à qual o PT se afia para dialogar com o resto do País. Nesse quadro, o risco principal de tal conduta não pode ser outro senão a corrosiva falta de autoridade do Governo.

O viés autoritário, a impaciência com a cultura política, a sofística verborragia e o despreparo administrativo convertem o Presidente Lula em uma figura vergonhosamente deslocada no panteão dos líderes nacionais. Uma vez no poder, resolveu reestruturar o Estado justamente naquilo que guardava laços firmes com as defesas democráticas. Ataca as agências reguladoras, aparelha o Estado, despreza regras de convívio com o Congresso Nacional, tenta censurar o jornalismo, flerta com a desordem do campo, e, não satisfeito, provoca insistentemente a sociedade brasileira com bravatas infantis.

Por sua vez, a tropa de choque do Presidente Lula no Congresso alardeia o caos como se fosse produto de uma ação conspiratória, e não resultado da sua própria incompetência política. Agindo de forma deliberada para

desestabilizar a democracia brasileira, o PT aponta a elite como o bode expiatório do momento e convoca uma reação mais agressiva dos setores prejudicados pelo desgoverno. Com isso, justifica algum ato de força para reprimir com violência as vozes dissonantes.

Para encerrar – Senhor Presidente –, parece evidente que tudo que vier a atrapalhar os planos de reeleição do PT será considerado por seus arautos uma tentativa de golpe. Aos Senadores Aluizio Mercadante, Sibá Machado e Saturnino Braga, gostaria de expressar meu convicto desacordo com interpretação tão ameaçadora da realidade política brasileira, rogando aos defensores do Governo Lula mais temperança nas palavras, mais equilíbrio nas argumentações.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento Interno.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever como Líder e também por ter sido citado, de acordo com o art. 14 do Regimento da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – Ouviremos o Senador César Borges, que já estava aguardando, e, em seguida, V. Ex^a.

Com a palavra o Senador César Borges

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço e parabenizo V. Ex^a por sua sábia decisão, que dá oportunidade a todos de se expressar.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a redução da mortalidade infantil é, sem dúvida, um dos mais importantes objetivos sociais do Estado brasileiro. Apesar dos avanços obtidos na última década, o Brasil ainda apresenta uma taxa de mortalidade infantil que reflete o grave quadro de desigualdade regional do País.

Segundo a Edição de Meio Ambiente do Perfil dos Municípios Brasileiros, publicada recentemente pelo IBGE, cerca de 1.159 Municípios brasileiros apresentam uma taxa de mortalidade infantil acima de 40 por mil nascidos vivos, quando a média nacional é de 25 por mil.

Desse total, 1.086 Municípios estão no Nordeste, o que corresponde a 60% dos Municípios da Região. Quase todos são pequenos Municípios, com população abaixo de 20 mil habitantes, cujas atividades econômicas estão relacionadas, prioritariamente, à agricultura de subsistência e à pecuária.

Segundo o IBGE, essa situação deve-se principalmente à baixa cobertura dos serviços de saneamento

básico, especialmente em relação à coleta e ao tratamento de esgotos e, muitas vezes, ao tratamento de água, apesar de já termos evoluímos quanto a esse aspecto. Hoje, 84% da população urbana são abastecidos com água tratada. Quanto ao tratamento de esgoto, infelizmente, apenas 25% dispõe desse serviço.

A ampliação dos serviços de saneamento básico, sem sombra de dúvida, é fundamental para a saúde e, em particular, para a redução da mortalidade infantil.

Mas, Sr. Presidente, enquanto para muitos pequenos brasileiros é negado o direito fundamental à vida, em razão exatamente da falta de saneamento básico adequado, o Governo destina bilhões de reais para o pagamento dos maiores juros do mundo. Pelo nono mês consecutivo, aumentou os juros, a nossa dívida e, conseqüentemente, a quantidade de recursos destinados ao pagamento de seus juros. Mais de R\$190 bilhões é quanto pagaremos de juros, quantia suficiente para que se universalizasse o serviço de saneamento básico.

De acordo com um estudo feito pelo Ministério das Cidades, seriam necessários R\$180 bilhões, ou seja, R\$9 bilhões anuais, por 20 anos, para se fazer isso. Durante dois anos e seis meses, foi isso que o Ministério da Saúde fez pelo saneamento do País: um diagnóstico dizendo que, em 20 anos, precisaremos de R\$180 bilhões para resolver o problema do saneamento.

Sr. Presidente, como já destaquei desta tribuna, nos primeiros dois anos e cinco meses deste Governo, foram investidos no setor, dos recursos do Orçamento Geral da União, apenas R\$400 milhões por ano, ou seja, houve uma redução de 65% em relação à média anual dos oito anos anteriores, quando foi investido R\$1,1 bilhão por ano. Foi pouco? Sim. Deveria ter investido mais o Governo passado, mas este está conseguindo investir menos ainda.

Também em relação aos recursos do FGTS, que deveriam ser aplicados prioritariamente pela Caixa Econômica Federal para financiar habitação e saneamento, houve uma forte redução nos desembolsos, nos últimos dois anos. Foram desembolsados cerca de R\$350 milhões em 2003 e 2004, com uma redução de mais de 60% no montante que vinha sendo tradicionalmente aplicado no setor de saneamento.

Não bastasse a falta de recursos para investimento, outras ações e omissões do Governo Federal prejudicaram o setor.

1) Aumento de carga tributária sobre o setor.

Hoje, para pagar PIS, Pasep e Cofins, mais de R\$900 milhões são gastos pelas empresas estaduais de saneamento, quando os repasses do OGU para esse fim são de R\$300 milhões. Ou seja, de um lado,

pagam-se R\$900 milhões e, de outro, o Governo fornece apenas R\$300 milhões. E as projeções são ainda piores para os próximos anos.

2) Aumento dos gastos de custeio.

Enquanto isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, curiosamente, as despesas de custeio do Ministério das Cidades estão aumentando na ordem de 74%. Aumenta-se custeio, que é atividade meio, e não se aplica na atividade fim. Com isso, prejudica-se a população.

3) Aumento da burocracia para liberação dos recursos do FGTS, da Caixa Econômica Federal.

O Ministério das Cidades já editou 12 instruções normativas, estabelecendo ou modificando regras, impondo nova e grande burocracia para o financiamento, onerosa para o saneamento.

4) Ausência de um marco legal.

Esse é o assunto em que, basicamente, eu queria tocar. Nos últimos anos, diversas tentativas foram feitas para se estabelecer um marco legal para o setor de saneamento, mas, infelizmente, nenhuma delas teve êxito, o que tem afugentado o capital privado a ser investido nesse importante setor.

Sr. Presidente, o modelo hoje existente é calcado nas companhias estaduais de saneamento, detentoras de 77% de todos os serviços do País. Sabem bem V. Ex^{as} e todos que foram Governadores como são importantes essas empresas, as quais conseguem abastecer e prestar serviços de saneamento às pequenas cidades graças aos subsídios cruzados. Com eles, as cidades de pequeno e médio porte, que podem, efetivamente, pagar pelo serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário, compensam as pequenas e pobres cidades.

Ao invés de melhorar e fortalecer esse sistema – que funciona –, Sr. Presidente, o Governo pretende destruí-lo. Na semana passada, o Ministro das Cidades, Olívio Dutra, apresentou um projeto de lei que teria, segundo S. Ex^a, urgência constitucional. O Ministro reuniu-se com o Presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, anunciou e mostrou o projeto.

Procurei o projeto, no final da semana passada, e não o encontrei. Na verdade, S. Ex^a não o encaminhou.

Esse projeto desestrutura o sistema, por isso é preciso ter muito cuidado. Ele procura dar poderes aos Municípios, em detrimento das companhias estaduais, quando o Governo deveria alocar, para investimentos, mais recursos no Orçamento Geral da União e desburocratizar a Caixa Econômica, a fim de disponibilizar a ampliação dos serviços de abastecimento de água e saneamento no País.

Portanto, Sr^{as} e Sr. Senadores, o Governo tem uma visão míope e distorcida da realidade. Esse pro-

jeto representará, sem sombra de dúvida, um grande retrocesso para o saneamento básico, se aprovado. Tenho certeza de que nós e os Deputados estaremos atentos.

Quero, neste momento, fazer um alerta. Hoje, as companhias estaduais respondem por 77% dos serviços de abastecimento de água. Atendem 3.921 Municípios, do total de 5.500 existentes no País. Desses, 3.200 possuem uma operação deficitária. Portanto, os Municípios não têm sequer condições de pagar e cobrir os custos de operação e manutenção.

Se o serviço for municipalizado, como pretende o Governo, estaremos inviabilizando os serviços de saneamento em cerca de 60% dos Municípios brasileiros.

Apesar do anúncio oficial do Governo, esse projeto não foi entregue ao Congresso Nacional – estamos aguardando. A Rede Globo noticiou sobre o projeto. Por ele, tudo será atendido e universalizado. Todos têm direito à água e ao saneamento, como realmente deve ser. Entretanto, não diz de onde virão os recursos, não aloca os recursos e desestrutura o sistema, colocando sobre as costas dos pequenos Municípios a responsabilidade dos serviços de abastecimento de água.

Mas, Sr. Presidente, o pior é que a real intenção do Governo, com a apresentação desse projeto na semana passada, foi atacar o Projeto de Lei nº 155, de 2005, apresentado pelo nobre Senador Gerson Camata há cerca de duas semanas.

O projeto do Senador é fruto de muitos debates e discussões sobre o tema pelos Governos estaduais, no âmbito do Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de Saneamento, com a participação de muitas entidades ligadas ao setor, e representa o aperfeiçoamento de uma estrutura que deu e continua dando certo e que precisa ser fortalecida com mais recursos, ao contrário do que tentam mostrar, como já disse, com viés partidário-ideológico, os atuais dirigentes do Ministério das Cidades.

O PLS nº 155, de 2005, do Senador Gerson Camata, representa interesses legítimos e majoritários do setor de saneamento básico no País, respeitando a Constituição Federal, o pacto federativo e a autonomia dos Municípios e dos Estados.

Portanto, Sr. Presidente, temos condições de analisar os dois projetos, de fazer o cotejamento entre ambos e verificar aquele que melhor atende às necessidades de nosso País. É isso que deve ser feito. Não vamos aceitar pacotes prontos oriundos do Executivo, que tentam dar um viés partidário-ideológico ao setor de saneamento, que é importantíssimo para a nossa população.

Trata-se de um texto sucinto – são apenas 29 artigos –, objetivo e claro, que não interfere na autonomia dos Municípios e dos Estados, responsáveis direitos pela prestação dos serviços.

O centro do projeto de lei está no estabelecimento de marcos técnicos, econômicos e sociais para a regulação dos serviços, independentemente de quem seja o prestador – público ou privado, municipal ou estadual. Assim, ao mesmo tempo em que se protegem os direitos dos usuários e se induz à gestão eficiente e eficaz dos serviços, são criadas condições de estabilidade regulatória e contratual, que estimulam os investimentos no setor, inclusive por meio das diversas formas de parcerias com o setor privado.

Também são estabelecidos mecanismos de proteção social, tanto para os usuários de menor renda quanto para os menores Municípios do País, com a manutenção e o aprimoramento dos subsídios tarifários.

Sr. Presidente, investir em saneamento é reduzir as desigualdades regionais do País. Por isso, é preciso priorizar a tramitação do PLS nº 155, de 2005, de autoria do Senador Gerson Camata.

Não podemos esquecer que, por trás dos indicadores frios sobre saneamento, estão milhares de vidas humanas que anualmente são ceifadas pela falta de saneamento básico adequado.

Tenho certeza de que esta Casa saberá tratar essa questão com a seriedade e rapidez que o tema merece.

Era o que tinha dizer.

Agradeço, Sr. Presidente, a tolerância de V. Ex^a, sua decisão de permitir que pudéssemos fazer esse pronunciamento na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – Com minhas escusas ao Senadores Ramez Tebet e Eduardo Suplicy, concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, para uma explicação pessoal e por ser Líder.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALOIZIO MERCADANTE NA SESSÃO DO DIA 23 DE MAIO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, na ocasião própria, solicito a palavra com base no art. 14 do Regimento Interno, porque fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – Com a aquiescência de V. Ex^a e do Senador Arthur Virgílio, concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, dirijo-me a V. Ex^a, agradecendo essa deferência, porque, realmente, o Regimento Interno permite àqueles que foram citados falarem antes dos que estão inscritos, assim como às Lideranças terem uma posição de vantagem sobre os demais Senadores. Mas é preciso ter paciência, e V. Ex^a, com certeza, percebeu que a tive.

Estava mesmo na minha hora de falar.

O assunto que me traz aqui é referente a um país amigo do Brasil, que tem fronteira com o meu Estado, o Mato Grosso do Sul. Refiro-me aos acontecimentos que estão ocorrendo na Bolívia, entre os nacionalistas e os liberais, mas que, de qualquer forma, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, levou o Congresso daquele país irmão a taxar em 18% os *royalties*, mais 32% de impostos, as riquezas minerais daquele país. Portanto, atingindo em cheio uma luta histórica do nosso País para a exploração do gás natural da Bolívia. Essa luta é centenária. Eu mesmo acompanhei o Presidente José Sarney, quando eu era Superintendente da Sudeco e S. Ex^a Presidente da República, ao país irmão, como também acompanhei o Presidente Fernando Henrique Cardoso quando foi selado, em Corumbá, o tratado que permitiu ao Brasil a exploração do gás natural da Bolívia.

A Petrobras tem investimentos e é a maior investidora estrangeira no país irmão da Bolívia. Ela é responsável por 20% do PIB boliviano, e imaginamos que, se isso permanecer assim, naturalmente os investimentos previstos pela Petrobras não se concretizarão e, em consequência, Sr. Presidente, o principal desses investimentos, que é o Pólo gás-químico, projetado para processar o mineral em Corumbá do lado brasileiro da fronteira, sofre profundo golpe. Por isso, vim à tribuna para ver se encontramos uma solução.

É claro que a Bolívia é um país soberano. É claro que a decisão do seu Congresso precisa ser respeitada, mas temos de defender os interesses do Brasil. No meu caso, defender os interesses do Brasil começa, principalmente, por um Município do meu Estado, Corumbá, que sempre sonhou com o pólo siderúrgico, que estava em vias de concretização e que esperamos ainda se concretize. As autoridades, o Prefeito de Corumbá junto com a sociedade corumbaense, estão mobilizadas nesse sentido e torcem para uma solução que não inviabilize o pólo siderúrgico de Corumbá.

Digo mais: não estou aqui só em defesa do Brasil, defendendo que a decisão do Congresso boliviano é

desastrosa para o próprio desenvolvimento boliviano. Não é à toa que empresários bolivianos, os liberais bolivianos neste mundo da globalização estão também preocupados. Eles não concordam com isso, tanto que há uma disputa entre os liberais e os nacionalistas bolivianos.

Hoje, os países em desenvolvimento e os países subdesenvolvidos querem investimentos, ainda que sejam estrangeiros, em seus países para poderem melhorar a qualidade de vida da sua população.

Mantemos com a Bolívia laços de profunda amizade e respeito. Esperamos, sinceramente, que aquilo que hoje está radicalizado lá venha a ter uma solução que, respeitando a soberania da Bolívia, não afete o desenvolvimento daquele povo e não prejudique o nosso País, que com ele faz fronteira. A Petrobras está instalada lá e é a maior investidora estrangeira em solo boliviano. Que haja pelo menos o respeito aos contratos já firmados; que possa acontecer pelo menos aquilo que está previsto.

Venho a esta tribuna lembrar que, nesta Casa, há a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presidida pelo nobre Senador Cristovam Buarque, que precisa estar atenta, como está. Junto com o Ministério das Relações Exteriores, o Senado da República, por meio da sua Comissão, pode, diplomaticamente, fazer valer os interesses do nosso País.

Ouçó, com muita alegria, o aparte do Senador Delcídio Amaral.

O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS) – Caro Senador Ramez Tebet, é muito importante o pronunciamento de V. Ex^a no momento difícil por que passa a Bolívia, em função dos últimos acontecimentos ocorridos no país vizinho que faz fronteira com o nosso Estado, o Mato Grosso do Sul. Pactuo da mesma assertiva de V. Ex^a com relação à manutenção dos contratos, Senador Ramez Tebet. O contrato que levou à construção do gasoduto Bolívia/Brasil está vigendo. Hoje passam pelo gasoduto Bolívia/Brasil 24 milhões de metros cúbicos. Temos um contrato de 30 milhões de metros cúbicos. O entendimento de vários escritórios de advocacia, de várias empresas, é o de que a nova Lei do Hidrocarburo não anula o contrato anterior, não altera os preços adotados pelo contrato anterior. Essa leitura é muito importante. Como V. Ex^a muito bem disse, a Petrobras fez grandes investimentos na Bolívia – não só no gasoduto Bolívia/Brasil: as reservas de gás natural de San Alberto, de San Antonio e de outros gasodutos que lá foram construídos; as duas refinarias: uma em Cochabamba e outra em Santa Cruz de la Sierra; a distribuição de combustíveis pela Bolívia. Assim como a Petrobras, outras companhias também investiram naquele país.

Portanto, creio que o momento, como V. Ex^a sugere, é muito importante, especialmente para uma política ousada, agressiva, de integração do Brasil com os países vizinhos. A Bolívia é um país fundamental para nós, por tudo isso que V. Ex^a acaba de relatar. Este é um momento importante, não somente para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, mas também para o Itamaraty, para o Ministério das Relações Exteriores, para que encontremos uma solução que efetivamente não inviabilize os investimentos já realizados no Brasil. É importante registrar que, em dois anos e meio, mais que dobramos o consumo de gás natural no Brasil, consolidando a presença do gás natural no Brasil como um dos fatores importantes na diversificação da matriz energética brasileira. Para meus conterrâneos corumbaenses, meu caro Senador Ramez Tebet, é fundamental que nós, Lideranças políticas do Estado e do Senado Federal, encaminhe uma solução que não somente mantenha aquilo que já está sendo implementado, como a Termo Pantanal, que aguarda o licenciamento ambiental que deve ser liberado ao longo das próximas semanas, como também o pólo minero-siderúrgico, em que temos especificamente o projeto de ferro-gusa, que agrega valor ao minério de ferro naquela região. E, evidentemente, como V. Ex^a muito bem citou, o pólo gás-químico também, na fronteira, que vai agregar valor ao gás natural. Esses projetos vêm ao encontro do que a população boliviana espera, com justa razão: agregar valor ao gás natural boliviano. Acredito no bom senso, acredito que, conjuntamente, vamos enfrentar essa situação, respeitando o congresso boliviano, respeitando os movimentos sociais da Bolívia, mas, acima de tudo, procurando preservar toda uma política estabelecida para o gás natural, de agregação de valor não só junto aos nossos irmãos bolivianos, mas também no Brasil e, especialmente, em Corumbá, cidade fundamental, que vai trazer para si os principais investimentos com agregação de valor ao gás natural. Parabéns pelo pronunciamento, meu caro Senador Ramez Tebet!

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS) – Já encerro, Sr. Presidente.

Senador Delcídio Amaral, V. Ex^a, com seu aparte, enriqueceu o meu pronunciamento. É isto mesmo: essa radicalização da Bolívia prejudica os interesses do Brasil e também a integração sul-americana. Vamos todos torcer para que termine essa radicalização entre os liberais e os nacionalistas, assim como as greves anunciadas e os bloqueios de estradas; que tudo isso

termine, para que haja respeito àquilo que foi tratado, assinado e combinado e que seja bom para a melhoria da qualidade de vida do povo boliviano. Para tanto, é preciso entender os tempos modernos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem, para solicitar que V. Ex^a prorogue a sessão por dez minutos. Assim, não serei prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência prorroga a sessão até as 21 horas, para que V. Ex^a faça uso da palavra para uma explicação pessoal.

Assim, Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a tem preferência para a explicação pessoal.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, cedo a preferência para que o nobre Líder Arthur Virgílio pode falar primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – Concedo, pois, a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o episódio em torno do Dr. Alexandre de Moraes foi, sob todos os títulos, lamentável. Primeiro, porque – é bom dizermos isso frontalmente – metade da magistratura brasileira, talvez seja essa a proporção, não é favorável ao controle externo. Não sei se os mecanismos de defesa do Conselho Nacional de Justiça são suficientes para que se garanta o funcionamento pleno desse novo instrumento que nasceu com a reforma do Judiciário; ou seja, o incidente político ocorrido aqui no Senado foi ao encontro do setor que entende desnecessário e ruim o controle externo sobre o Judiciário.

O Líder Mercadante falou ainda há pouco sobre o Sr. Alexandre de Moraes ter-se manifestado contrariamente à proposta do Conselho. Não é bem exato. Ele se manifestou contrariamente a uma proposta de conselho anterior a esta que foi promulgada, com entendimento idêntico ao deste jurista extraordinário que se vem destacando no Supremo Tribunal Federal, o Ministro César Peluso. A crítica é a mesma e, portanto, a posição do Sr. Alexandre de Moraes está, a meu ver, plenamente legitimada por tudo o que ele representa do ponto de vista do conhecimento jurídico, do conceito corrente.

Sobre essa história do golpe ou do não golpe, não vejo – felizmente é assim – que no Brasil caiba alguém temer golpes. O PSDB, meu Partido, foi chamado de vivandeira e de golpista pelo Presidente do Partido do Senador Aloizio Mercadante. Tenho impressão de que

vai mal um governo que enxerga de maneira tão caolha, tão vesga a realidade posta a sua frente.

Afinal de contas, de que tanques de guerra disporia o PSDB para desferir golpe contra quem quer que seja? Com que divisões golpistas – e não há nenhuma no Exército nacional disposta a essa aventura – contaria o meu Partido? Ou seja, nós sofreremos muito para ver instaurada a democracia no País e, por outro lado, não nos esquecemos de dizeres, de *slogans*, como o velho, surrado e historicamente inconveniente: “fora FHC”, brandido pelo PT em pleno curso de normalidade constitucional do governo anterior. Mais ainda a frase do Ministro José Dirceu com toda essa sua pose de comissário do povo, dizendo que era para bater nos tucanos nas urnas e nas ruas, coincidindo essa violência verbal com agressões físicas praticadas contra José Serra, contra Mário Covas. Mário Covas enfrentava, então, aquela doença terrível, traiçoeira, que nem por isso o fez menos valente, menos bravo.

Mas, Sr. Presidente, temos de centrar esforços nesta Casa em cima de algumas compreensões. Uma delas é o voto secreto. A meu ver, o Governo confunde o voto secreto com algo nocivo para a democracia, quando o voto secreto é secularmente uma defesa do súdito, por intermédio do parlamentar de oposição, contra o rei. O voto secreto dá a liberdade – que eu não sei se todos teriam diante do poder econômico e, por isso, é bom mantê-lo; é bom tê-lo como uma reserva para esse momento de decisão. Quem dera pudessem todos votar de maneira transparente o tempo inteiro sobre tudo! Como não é assim, a sabedoria do legislador anglo-saxônico disse: vamos então fazer o voto secreto para algumas ocasiões.

O episódio do Dr. José Fantini nada tem a ver com o episódio do Dr. Alexandre de Moraes. Afinal de contas, não se tratava de disputa no caso do Dr. Moraes entre Oposição e Governo. Não se tratava. Não se tratava de disputa ideológica. Tratava-se de um grande nome, de um grande jurista, recomendado por toda a magistratura como conveniente para ocupar função tão elevada e que, de repente, teve o seu nome rejeitado em algo que parecia mesmo uma manobra de campanário, uma manobra menor, uma manobra pequena, com todos os problemas daí decorrentes para a própria reforma do Judiciário. Em última análise, quem é prejudicado com isso, Senador César Borges, é precisamente o desvalido da ponta da prestação de serviços, que precisa chegar a ele. Já votar contra ou a favor do Dr. José Fantini é um direito legítimo de cada Senador que mergulha na sua própria consciência na hora do voto secreto. As-

sim como ele poderia usar do voto aberto para votar contra ou a favor do Dr José Fantini.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concluo, Sr Presidente, dizendo que são gêneros diferentes e questões diversas. Por outro lado, é evidente que, se o Governo tem interesse efetivo na reforma do Judiciário, deve zelar para que ela seja implementada sem que as questões partidárias entrem em cena, e elas entraram em cena naquele dia.

O Governo diz reiteradamente que a Oposição antecipa o pleito. Não é verdade: o Governo é que antecipa o pleito.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Este ano é de se cristalizarem posições e de se construírem alternativas para o País, cada um com a sua visão. O próximo ano é ano de eleição, e é saudável que seja assim.

Portanto, não vejo ameaça alguma de golpe. Não vejo boicote algum da Oposição ao funcionamento do Senado. A Oposição está mesmo indignada em relação ao que houve em relação ao Sr. Alexandre de Moraes.

O que dificulta a vida institucional do País é termos hoje o Presidente da República sitiado – e peço um pouco de tolerância, Sr Presidente, para esboçar esse raciocínio final. O Senhor Presidente da República, Senador Antonio Carlos, sitiado por uma maioria construída para votar nenhuma agenda na Câmara dos Deputados. Essa maioria faz o Presidente gastar o seu capital político e moral, dando, sem exceção, solidariedade a todos que são acusados nesse Governo. Depois, vem em cima de um voto que não vem, que não tem sido dado ao Presidente. O Presidente fica correndo atrás da própria cauda do Governo. É um círculo vicioso que está estiolando o capital político do Presidente Lula; está estiolando o capital político de Sua Excelência, sim. Essa é a verdade.

Portanto, queremos manter sempre um diálogo aberto, claro e translúcido com o Governo nesta Casa. Deixando bem nítido que acordo aqui é para ser cumprido. O que está ameaçando a normalidade do País é essa sensação de que a leniência com a corrupção, ainda que em sentido contrário se esforce como bom, excelente – e tenho grande respeito por S. Ex^a – garoto-propaganda, o Ministro Márcio Thomaz Bastos, que diz que está aprendendo, que está fazendo, que

está acontecendo, mas a sensação não é essa. Não é essa a sensação que passam as capas de revista; não é essa a sensação que percorre a cabeça e o coração do brasileiro comum. Não é essa a sensação! A sensação é a de um Presidente ilhado, a de um Governo sitiado...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ...de um Governo que inventa a idéia do golpe, do golpismo, da idéia da ameaça a uma democracia, que está consolidada, felizmente, graças a Deus. É um Governo que não está resolvendo a equação administrativa; um Governo que não está resolvendo a equação ética; um Governo que está, sem nenhuma dúvida, intranquilizando a Nação. A Nação está intranquila com os rumos que não estão sendo apontados. Eu ainda diria que estaria sendo menos intranquilizador se os rumos estivessem sendo apontados, e não fossem rumos equivocados. Os rumos não estão sendo apontados.

Estamos vendo o Presidente falar, sem cuidado. Sua Excelência deixou seus improvisos, agora, para se solidarizar, a torto e a direito, com todos aqueles que são acusados neste Governo. O Presidente teria de se preservar mais, porque Sua Excelência é muito importante para não termos mesmo nenhuma nuvem sobre a democracia brasileira, e seria criminoso permitirmos que alguma nuvem viesse e sobreviesse. É preciso que o Presidente saiba preservar a compostura do seu cargo na inteireza.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E por isso, Sr. Presidente, encerro dizendo que estamos abertos ao diálogo que nos leve aos bons caminhos...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ...que nos leve ao diálogo, que nos leve à construção sem deixar de levar em conta que temos o compromisso com apontar malefícios, apontar equívocos, apontar erros, apontar o dolo, apontar o que possa haver de má-fé, apontar o que possa haver de incompetência, apontar tudo aquilo que possa causar desconforto, futuro ou presente, para a sociedade brasileira, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

NOTA OFICIAL

"Não costumamos responder às aleivosias habituais do Senhor Genoíno que, a cada observação crítica da parte do ex-Presidente Fernando Henrique, vem sempre com pedras nas mãos. Desta vez, sobre a nota do Partido dos Trabalhadores, é importante esclarecer:

- 1º) Em nenhum momento o ex-presidente Fernando Henrique falou de "sertanização de Brasília";
- 2º) A referência à falta de rumo do Governo - constatação óbvia nas últimas semanas - foi feita por uma comparação singela aos Perus de Natal, aos quais se embriaga e se os põe em um círculo de giz do qual não saem. A reprodução pela mídia, referindo-se ao Carnaval, é incorreta;
- 3º) Por singela que seja a metáfora, ela expressa o que todo mundo percebe: a agenda legislativa está paralisada, o Governo não sabe como reatar suas conexões no Congresso e não apresenta ao País um horizonte mais promissor;
- 4º) Quanto às menções sobre o ex-Presidente estar apostando numa crise institucional, não é certo. Ele não se referiu à conjuntura, mas ao notório desligamento entre o sistema político e os eleitores. O não-cumprimento, pelo Governo, das promessas do PT acelera a frustração do eleitorado;
- 5º) Quanto às realizações de "dar inveja", só quem sofre de apoteose mental pode vê-las. Que autoridade tem quem, em passado recente, gritou "fora FHC", com o objetivo de desconstituir um Governo democrático, para criticar quem apenas quer evitar a crise?"

Senador Eduardo Azeredo
Presidente nacional do PSDB

Leia mais:

Parlamentares rebatem acusações de nota do PT

Tucanos rechaçam críticas de Genoíno ao PSDB

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, depois da fala do Senador Antonio Carlos Magalhães, gostaria de me inscrever para a réplica, como prevê o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, para uma explicação pessoal, por cinco minutos, com base no art. 14, do Regimento Interno.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, se há algum Senador com quem tenho tido um bom diálogo e tenho tratado com a mais absoluta correção é o Senador Aloizio Mercadante. Entretanto, sinto que ele está querendo ver até aonde vai a minha paciência.

Hoje, repete aqui discurso que já fez e, da maneira como fez, eu até me congratulei com ele quando desceu da tribuna. Agora, vem repetir. Não tenho nenhum acanhamento em dizer que pertenci ao regime militar. Mas como pertenci ao regime militar, e eu fui peça chave para derrubar o regime militar, o Senador Mercadante tinha bem próximo a ele um dos mais atu-

antes militares do regime de exceção. Logo, é preciso vir com jeito para que algumas coisas desagradáveis não venham a surgir nos debates desta Casa por provocação do Aloizio Mercadante.

Que ele é realmente um homem inteligente, dúvida não há; que ele é de uma empáfia que chega à intolerância também dúvida não há, mas mesmo assim temos nos tratado cordialmente, e ele quer colocar-me como golpista. Ele sabe as pessoas que participaram do golpe, se é que é golpe, acho que foi um movimento popular o de 64, como foi popular as Diretas, como foi popular a volta do regime. O povo estava contra aquele regime. E figura destacada, repito, do regime militar não fui eu. Ele sabe quem foi, não direi em respeito a sua figura.

Quero dizer aos senhores que não quero ser golpista porque tenho votos. Se ele teve 10 milhões de votos, tive o equivalente no eleitorado da Bahia; se ele já venceu eleição, já venci mais do que ele. Portanto, posso aqui falar como quero, até para dizer que, em vez de estar aqui no plenário, quando se estava falando, ele estava reunido no Palácio, com Ministros,

para evitar a CPI. Quero que negue, para que eu prove. Para evitar a CPI, ou derrubando números, que eles já sabem que não podem, ou inviabilizando por outros processos menos sérios.

A CPI vai existir e não vai ser trocada com coisa nenhuma de Alexandre de Moraes, nem coisa alguma desse tipo. Discordo do meu Líder, porque Líder do PSDB e meu amigo, Senador Arthur Virgílio: o diálogo que o Governo quer aqui é o diálogo de uma boca só, em que eles falam e ninguém pode responder. Esse tempo já passou e não voltará mais.

A tribuna do Senado e da Câmara, hoje, é democrática, e porque é democrática está irritando profundamente o Líder Aloizio Mercadante. Compreendo que cada um de nós tem seus problemas no Estado. Ele está sofrendo muito no Estado de São Paulo com o seu Partido. O crescimento da ex-Deputada e ex-Prefeita Marta Suplicy não aborrece o Senador Suplicy, mas aborrece o Senador Mercadante.

De modo que esses problemas internos não devem vir para a tribuna.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me, Senador Antonio Carlos Magalhães, mas eu tenho...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a está com qual candidato?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu tenho expressado que vou procurar colocar-me de maneira isenta e colaborar para a harmonia entre os três candidatos. Quero só registrar isto: tenho o maior respeito pelo meu colega Aloizio Mercadante, pelo João Paulo Cunha e pela Marta, e assim pretendo prosseguir até o dia da decisão da prévia e apoiar aquele que vencer.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Seja como for, V. Ex^a mudou muito da eleição passada para a atual, porque na eleição passada V. Ex^a estava realmente de corpo e alma na campanha da Dr^a Marta.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sim. Mas era meu dever.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas isso não vem ao caso, porque V. Ex^a não está em debate, foi por acaso que V. Ex^a foi citado.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Assim como apoiei o Senador Aloizio Mercadante para que chegasse aqui.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Ah, sim, mas uma coisa é a Prefeitura, outra coisa é o Senado. V. Ex^a não quer é no voto majoritário.

Mas o que quero dizer é que ninguém vai me intimidar. A cada provocação, eu responderei. Eu pode-

ria ficar no meu gabinete ouvindo o Senador Aloizio Mercadante, porque eu estava trabalhando, mas vim para cá responder a S. Ex^a. O Senador sabe que não sou golpista. Não fui golpista até mesmo no caso Collor, quando houve *impeachment*, após a votação feita por Senadores e Deputados, e eu não estava no meio daqueles que votaram o *impeachment*. É preciso admitir que haja *impeachment* para qualquer um, daqui a 10 anos, daqui a 20 anos, daqui a 30 anos, ou então que se retire essa figura da Constituição, figura que já foi usada pelo PT.

Não desejo lutas, desejo harmonia, mas não vou silenciar diante de tudo que a Nação está vendo, estarecida, com o Governo do PT.

Era isso que eu queria dizer, pedindo ao Senador Aloizio Mercadante que se contenha, porque S. Ex^a, contendo-se, como sempre fez no ano passado, conseguiu muita coisa no Senado.

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir, quero dizer que, com esse estilo que quer imprimir no momento, o Senador Aloizio Mercadante não pacificará o Senado e nem fará diálogo com as oposições.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, por cinco minutos, para réplica.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALOIZIO MERCADANTE NA SESSÃO DO DIA 23 DE MAIO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra de acordo com o art. 14 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, porque já falaram dois para uma explicação pessoal.

Concedemos a palavra, pela ordem, a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Mercadante trouxe à baila... Não citei aqui o nome do pai dele, mas que ele, infelizmente, traz nas veias o sangue de 64, não há dúvida, tendo em vista que o pai dele, um homem ilustre, meu amigo pessoal, foi um artífice de

64. E foi fiel a 64 até acabar 64. Eu ajudei a acabar 64, mas nem todos os generais ajudaram.

Quero dizer que, no regime militar, eu ajudei muitos esquerdistas brasileiros, principalmente os baianos. Ajudei como Prefeito, ajudei como Deputado. Fui ao quartel, fui à casa de detenção, levei refeições para vários deles. Está aí o Deputado Mário Lima como testemunha. Ouçam Mário Lima.

E mais: tive a coragem, que não sei se alguns petistas teriam, de dar várias obras municipais a Rubens Paiva, que tinha uma empresa, cujo presidente era um almirante da reserva. Dei para ele construir seis viadutos em Salvador. Tive a coragem de enfrentar o SNI quando me perguntou, em nome do Presidente da República, se eu tinha estado com o Sr. Juscelino Kubitschek. Respondi que tinha estado e que iria estar no dia tal e que, se ele quisesse aparecer, que aparecesse. Era o General Carlos Alberto Fontoura.

Portanto, eu tenho uma vida que não me mete vergonha. Atacam-me aqui, como fez outro dia o “Senador Lupi”. Mas não apontam um fato da minha vida sobre corrupção. Atacam-me politicamente, porque ninguém tem – e eu desafio o Senador Aloizio Mercadante e toda a Bancada do PT ou de qualquer outro Partido a apontar – qualquer fato que desabone a minha conduta moral no que diz respeito à coisa pública.

Logo, tenho autoridade para utilizar esta tribuna quando e como quiser. Se ele vai derrotar o PSDB em São Paulo, o importante para mim é que, na Bahia, nós vamos derrotá-lo, como já o fizemos várias vezes.

O próprio Presidente Lula mandou emissários à Bahia para ter o nosso voto no segundo turno. Foi no dia 24 de setembro, antes do primeiro turno, quando foram lá o Sr. José Dirceu e o Dr. Márcio Thomaz Bastos. E nós votamos, no segundo turno, no Presidente Lula.

Foi uma decepção, mas isso não importa. O que importa é que estamos aqui debatendo com coragem, sem medo. Não queremos ofender ninguém, mas não queremos ser ofendidos.

E falar sobre a minha empáfia, todos podem falar, menos o Senador Mercadante. S. Ex^a sabe disso. É coisa do seu temperamento. E, sendo do seu temperamento, temos de respeitar. Nem por isso, S. Ex^a deixa de ser maior ou menor.

Portanto, Sr. Presidente, com as minhas palavras, quero dizer que não tenho medo de enfrentar a luta. Se, evidentemente, houver harmonia, contarão comigo; mas, se quiserem a luta, estou pronto também.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)
– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Eu gostaria de ter o mesmo direito.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT)
– Senador Aloizio Mercadante, V. Ex^a estava escrito também para réplica....

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)
– Em seguida, V. Ex^a concederia... Quero apenas me reportar à intervenção do Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT)
– Pois não, com a devida concordância do Senador Arthur Virgílio.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP.
Pela ordem. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALOIZIO MERCADANTE NA SESSÃO DO DIA 23 DE MAIO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT)
– Concedo a palavra para uma réplica ao Senador Arthur Virgílio. Posteriormente, vamos dar a palavra ao último inscrito – convenientemente inscrito –, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de mais nada, peço a inserção nos Anais da Casa da nota oficial assinada pelo Senador Eduardo Azeredo, Presidente Nacional do PSDB, deixando bem clara a posição do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso diante das observações do Presidente do PT, Deputado José Genoíno, e reafirmando a posição do partido em defesa da legalidade constitucional e, sem dúvida alguma, de oposição ao Governo que aí está.

Insisto em que não se discute aqui o direito de alguém votar a favor ou contra quem quer que seja, numa votação secreta ou aberta. E tem razão o Líder Mercadante pelo simples fato de que, se há votação, é porque se pode votar “sim” ou “não”. Refiro-me ao que para mim foi um erro absurdo, um erro extremamente danoso para a implantação do Conselho Nacional de Justiça este de terem politizado, partidariado a discussão em torno do Sr. Alexandre de Moraes. Diferentemente, da votação “sim” ou “não” no Sr. Fantini ou no sr. beltrano de tal ou na dr^a fulana de tal. É um direito, sim, se votar contra o Sr. Alexandre de Moraes. Mas a própria discussão permanente e duradoura em torno disso, que, entendendo, é um erro muito grave, mostra que esse não foi um gesto que tenha contribuído para a boa normalidade da relação institucional do Parlamento, porque foi um golpe, sim, e é preciso ter o modo e a

forma de se contornar esse episódio. Foi um golpe, sim, na implantação do controle externo do Judiciário, que é um dos pilares da reforma desse Poder.

Mas passo ao largo dessa discussão sobre 64, porque quero discutir muito o ano de 2005, quando temos um Governo que vive de retórica e vive de expressões, Senador Aloizio Mercadante, de certa forma falaciosas, como esta de V. Ex^a, que disse que este Governo gerou três vezes mais empregos do que o Governo anterior. Ela é falaciosa duas vezes. Primeiro, porque o Governo passado enfrentou sete crises internacionais sistêmicas; segundo, porque essa afirmação é desmentida pela PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar –, do IBGE, órgão supostamente dirigido pelo Presidente e pelo Governo que aí está, afeto que é às ordens do Ministro do Planejamento.

A PNAD é que diz que a média de geração de empregos do Governo passado era algo em torno de 120 mil empregos/mês, e a média deste Governo é de 90 ou um pouco menos, 87 mil empregos/mês.

Se formos ao Ministério do Trabalho, lá há uma pequena vantagem, segundo os alfarrábios do Ministério do Trabalho, para este Governo. Mesmo assim é alguma coisa em torno de 70 mil para este Governo, versus 58 mil – estamos tratando de uma conta que inclui empregos formais e informais; e a outra só empregos formais. No Ministério do Trabalho se diz que a diferença é de algo em torno de 12 mil a favor do Governo atual. Ou seja, jamais três vezes. Três vezes significariam 12 vezes três, o que resultaria em 36 mil; 72 vezes três significariam mais de 200 mil.

Portanto, o que para nós salta aos olhos é que está na hora de o Governo fazer uma mudança de rumos muito clara na sua forma de lidar com o Congresso. O Governo tem uma base fisiológica que não o apóia, uma articulação política que não está funcionando de maneira adequada e uma agenda de votações na Câmara que é singela, que não justifica todo esse arcabouço parlamentar e que, na verdade, não funciona. É um verdadeiro exército de Branca Leoni. Tem tido no Senado Federal a compreensão nossa, do PSDB, do PFL e do PDT para aprovar os projetos que, a nosso ver, terminam resumindo, depois de discussões intensas, o interesse nacional. Se fôssemos de molde a boicotar o funcionamento do Governo que aí está, teríamos presenciado o Governo sofrer percalços enormes aqui, no Senado Federal.

O Governo vai fazer a articulação política que lhe couber fazer, que souber e que entender fazer, mas estamos aqui estabelecendo uma conexão que, no meu entender, é perigosa: uma conexão entre um Governo respaldado por uma economia sustentada por uma economia internacional favorável, por acertos

macroeconômicos que se estiolarão com o tempo, se não tiverem respaldo em realizações administrativas práticas e, ao mesmo tempo, Senador Mercadante, se o Presidente não tomar nas mãos a capacidade de dar uma grande reviravolta na questão ética neste momento. Ou toma nas mãos uma grande reviravolta, ou vamos ver o Presidente Lula, volto a dizer, num círculo vicioso, cada vez mais escravo de uma base que não o apóia e tendo que apoiar essa base à custa do seu capital político, acumulado ao longo de tanto tempo de sua vida. Isso tudo juntará, nesse círculo vicioso, o econômico e o político, para gerar aquilo que já se antevê como uma crise – que, se Deus quiser, não terá jamais contornos institucionais – que poderá complicar a vida do povo brasileiro.

De minha parte, reafirmo a disposição de manter o PSDB trabalhando com consequência, afim e leal aos seus companheiros de Oposição, e fazendo aquilo que é o nosso dever: a Comissão Parlamentar de Inquérito, que é um fato.

Ela será responsabilmente tratada por todos nós, Senador Eduardo Suplicy, e será instalada, sim, porque apenas a visão caolha e vesga do Governo não lhe permite perceber que apenas ele não vislumbra que a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Correios é um anseio da Nação e espelha a indignação de todas as pessoas decentes deste País com o quadro que leva a esta capa da revista **Veja**, uma ratazana que pode simbolizar, quem sabe, uma parcela do segmento político brasileiro, mas que não pode ser aceita como simbolizando o segmento político como um todo.

Não aceitamos isso e, portanto, queremos que se investigue qualquer fato e que se investigue, com muita expressão, esse que está aí, denunciado pela consciência da Nação, que é a rapina na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiros. PFL – MT) – Concedo a palavra, por cinco minutos, ao eminente Senador Eduardo Suplicy, conforme sua própria solicitação.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jonas Pinheiro, agradeço a atenção de V. Ex^a para comigo e por ter prolongado a sessão até este horário, excepcionalmente, numa segunda-feira, em decorrência de fatos da maior relevância.

Senador Delcídio Amaral, considero extremamente importante a nossa reunião, marcada para amanhã às 20h30min. Quero transmitir a V. Ex^a, abertamente que, após dialogar com os Senadores Paulo

Paim, Cristovam Buarque, Ana Júlia Carepa e outros, na semana passada expressei que avaliamos como mais adequado para o Presidente Lula e para a história do PT que assinássemos a CPI, mas que qualquer decisão que venhamos a tomar será após ouvirmos V. Ex^a e o Senador Aloizio Mercadante.

A orientação do Diretório Nacional não foi uma questão fechada e, caso o Presidente José Genoino possa vir à nossa reunião, considerarei muito positiva a sua presença.

Quero expressar, também, o sentimento que tenho ouvido da população, em todos os lugares por onde tenho andado. Estive em São Paulo, percorrendo diversos lugares, e conversei com os meus alunos, na Fundação Getúlio Vargas. Mais de 40 presentes recomendaram-me que eu assinasse a CPI. Hoje, estive em Maceió, fazendo uma palestra no Congresso de Direito Público. Ali, fiz uma consulta e quatro pessoas levantaram a mão para que não a assinássemos e mais de 400 para que nós, Senadores do PT, o fizéssemos.

Recebi 33 *e-mails* hoje: um contrário à assinatura e 32 favoráveis. Abri, em minha *homepage* no portal do Senado Federal na Internet, uma enquete e coloquei a opinião do Diretório Nacional abertamente. Até há cinco minutos, o resultado estava em 91,5% para que assinemos, 5,5% para que não assinemos e 3,75% sem opinião.

Esse estado de espírito coloca-me, e aos Senadores do PT, numa situação como nunca ocorreu desde que sou Parlamentar. Sempre procurei seguir a orientação do Partido e quero transmitir o enorme dilema que estou vivendo.

Entretanto, quero cumprimentá-lo, Senador Delcídio Amaral, pela maneira como vem procurando conduzir as nossas reuniões e os nossos trabalhos, para que a decisão que venhamos a tomar seja, de fato, ouvindo o Partido e procurando respeitar os colegas da Câmara dos Deputados e o Diretório Nacional, mas também o sentimento do povo e da própria base do Partido dos Trabalhadores.

O Sr. Almeida Lima (PSDB – SE) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Eu quero apenas registrar isso, antes que V. Ex^a, Senador Delcídio Amaral, deixe o plenário, ressaltando a importância da decisão que amanhã iremos tomar.

Concedo o aparte ao Senador Almeida Lima.

O Sr. Almeida Lima (PSDB – SE) – Senador Eduardo Suplicy, agradeço a sua concessão de aparte. Receba V. Ex^a a minha homenagem, sobretudo pelo fato de que a história de V. Ex^a não justificaria decisão diferente dessa, nem desejo diferente desse. Espero

que V. Ex^a, na reunião da Bancada do Partido dos Trabalhadores, aqui no Senado Federal, tenha condições – e sei que V. Ex^a as tem – de argumentação, para fazer com os seus Pares tomem a decisão que representa o seu desejo, já algumas vezes esboçado neste plenário. Parabéns, portanto. Que essa seja a decisão adotada. Precisamos continuar passando a limpo, para que, como disse há poucos instantes o Senador Arthur Virgílio, toda a classe política não seja envolvida nesse imbróglio, nessa sujeira que aí está. É preciso haver separação, haja vista que, se existem os maus, existem também os bons. A classe política, como um todo, não pode passar por má diante da sociedade brasileira, pois isso é muito ruim. É o que sinto hoje, por onde ando. Mas, com certeza, a classe política, com participação do nível de V. Ex^a, deve dar a resposta para que essa separação se faça presente. Muito obrigado, Senador. Parabéns.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado, Senador Almeida Lima.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiros. PFL – MT) – V. Ex^a dispõe de dois minutos para a conclusão de seu pronunciamento.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

Ressalto que considero importantes as declarações feitas, hoje, pelos Líderes José Agripino Maia e Arthur Virgílio de que, no que diz respeito à atitude do PFL e do PSDB diante dos argumentos que ouvimos na reunião do Diretório Nacional de que essa CPI seria apenas para desestabilizar as instituições e levar o Governo do Presidente Lula e o próprio Congresso Nacional à paralisação, a atitude dos que serão designados para membros da CPI será a de isenção e imparcialidade. Espero que isso, de fato, ocorra.

Sr. Presidente, permita-me apenas registrar expediente que encaminhei ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva anexando ofício do Presidente da Comissão de Reunificação, Relações e Comércio Exteriores, da Assembléia Nacional da República da Coreia e do Embaixador da Coreia no Brasil, Deputado Lim Chae Jung e Embaixador Kwang-dong Kim, respectivamente, em que é feita proposição nascida a partir do diálogo, na semana passada, entre o Embaixador e aquele Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiros. PFL – MT) – V. Ex^a dispõe de um minuto para a conclusão de seu pronunciamento.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Que possa o Presidente Lula, na Coreia, propor que se realize, a exemplo do que ocorreu no Haiti, um jogo de futebol entre a Seleção Brasileira e a Seleção

mista de ambas as Coréias, a fim de que se realize um jogo na Coréia do Sul e outro na Coréia do Norte. Isso significaria, dada a admiração e o carinho dos coreanos para com a Seleção Brasileira, demonstrados na última Copa do Mundo, um acontecimento de confraternização que, certamente, colaborará para a reunificação e pacificação da relação entre ambas as Coréias.

Requeiro, Sr. Presidente, que sejam registrados na íntegra esses três ofícios.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO SUPPLY EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

EMBASSY OF THE REPUBLIC OF KOREA

Ao Exmo. Sr. Senador
Eduardo Suplicy
Senado Federal
Brasília – DF

Brasília, 16 de maio de 2005.

Exmo. Sr. Senador,

Apresento-lhe os meus melhores cumprimentos e, conforme vossa sugestão em nosso encontro de hoje, encaminho, em anexo, carta do Exmo. Sr. Deputado Lim Chae Jung, Presidente da Comissão de Reunificação, Relações e Comércio Exteriores da Assembléia Nacional da República da Coréia, ao Exmo. Sr. Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em que solicita seu apoio para a realização de jogos amistosos de futebol para a promoção da paz na Península Coreana.

Agradecendo-lhe pela sugestão e por vossos preciosos esforços para o estreitamento dos laços entre Brasil e Coréia, aproveito a oportunidade para reiterar-lhe meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Sinceramente,



Kwang-dong Kim
Embaixador da Coréia

Embaixada da República da Coréia
SEN – Av. das Nações, Lote 14
Brasília DF - 70436-900
Tel.: (61) 321-2500 - Fax: (61) 321-2508
E-mail: ebcorea@linkexpress.com.br

Ofício n.º 00414/2005

Brasília, 20 de maio de 2005.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

No dia 16 do corrente estive em visita oficial ao Congresso Nacional o representante da Assembléia Nacional da República da Coréia, Deputado Lim Chae Jung, Presidente da Comissão de Reunificação, Relações e Comércio Exteriores.

Na oportunidade o Deputado Lim Chae Jung manifestou-me o desejo de que a Seleção Brasileira de Futebol masculino pudesse realizar dois amistosos com a Seleção Unificada das Coréias, um em Seul outro em Pyongyang, como forma de contribuir com os esforços que estão sendo realizados para promoção da paz e da reunificação do povo coreano.

Diante da importância de se buscar a paz em todo o mundo e do papel que o Brasil pode e vem desempenhando nesse sentido, sobretudo, com a contribuição da Seleção Brasileira de Futebol que conta com a simpatia de todos os povos, me propus a ser o portador do pedido a Vossa Excelência.

Desta forma, segue, em anexo, o expediente subscrito pelo Deputado Lim Chae Jung com o pedido de que Vossa Excelência possa colaborar para que os pretendidos amistosos se realizem.

Certo da atenção de Vossa Excelência, renovo meus votos de consideração.


Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**

Excelentíssimo Senhor
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República Federativa do Brasil
Palácio do Planalto
70160-900 - Brasília - DF

EMBASSY OF THE REPUBLIC OF KOREA

Brasília, 16 de maio de 2005.

Exmo. Sr. Presidente da República Federativa do Brasil
Luiz Inácio Lula da Silva
 Palácio do Planalto
 Brasília-DF

Exmo. Sr. Presidente.

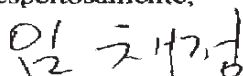
Com os meus melhores cumprimentos, tenho a honra de informá-lo que, neste momento, encontro-me em visita oficial ao Congresso Nacional Brasileiro, conforme convite deste Congresso. Nesta ocasião, tive a enorme satisfação de poder encontrar-me não só com os Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal como também com membros das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional das duas casas.

Outrossim, gostaria de referir-me à situação na Península Coreana. A Coreia é um país dividido desde a década de 50, mantendo assim a última fronteira militarizada da Guerra Fria. A esse respeito, muito gostaria de poder contar com a vossa valiosa colaboração para aliviar a tensão na Península Coreana e, enfim, promover a paz e a reunificação do povo coreano.

Nesse sentido, muito agradecerá a gentileza de vossos preciosos préstimos em promover dois jogos amistosos entre a Seleção Brasileira de Futebol Masculino e a Seleção Unificada das Coreias – sendo um em Seul, capital da Coreia do Sul, e outro em Pyongyang, capital da Coreia do Norte – para o fortalecimento da cultura de paz na Península Coreana.

Certo de poder contar com vossa valiosa colaboração e amizade, agradeço-lhe antecipadamente pela atenção e aproveito a oportunidade para manifestar-lhe os meus sinceros protestos de mais elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente,



Deputado Lim Chaek Jung
 Presidente da Comissão de Reunificação, Relações
 e Comércio Exteriores da Assembléia Nacional da
 República da Coreia.

Embaixada da República da Coreia
 SEN – Av. das Nações, Lote 14
 Brasília DF - 70436-900
 Tel.: (61) 321-2500 - Fax: (61) 321-2508
 E-mail: ebcorea@linkexpress.com.br

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT)
 – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT)
 – O Sr. Senador Antero Paes de Barros enviou discurso à Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Retificação de IR de Meirelles pode ter sido feita em computador da Receita”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 14 de abril do corrente.

A matéria relata a denúncia formulada pelo Ministério Público junto à Receita Federal, sobre os indícios

de que a retificação do imposto de renda do Presidente do Banco Central teria sido realizada nos computadores daquele órgão.

O Corregedor-Geral da Receita, Moacir Leão, diz: “Há uma investigação sendo realizada”. Procurado pelo jornal, o secretário Jorge Rachid não quis se pronunciar sobre o assunto.

Pela oportunidade do assunto, requeiro que a matéria seja dada como lida e considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
 SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
 EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O ESTADO DE S. PAULO

Retificação de IR de Meirelles pode ter sido feita em computador da Receita

O corregedor Moacir Leão confirma que o caso vem sendo investigado há dois meses, mas ainda não há culpados identificados

CRISE NO PLANALTO
BRASÍLIA

A Corregedoria-Geral da Receita Federal está investigando há dois meses denúncia de que declarações retificadoras do Imposto de Renda (IR) do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, foram enviadas de computadores da própria Receita. O corregedor-geral do órgão, Moacir Leão, confirmou a investigação, mas disse que ainda não foi apontado um responsável pelo uso de computadores da Secretaria da Receita para corrigir distorções em declarações de rendimento do presidente do BC. "Há uma investigação, mas não temos ninguém que possa ser considerado responsável", afirmou o corregedor.

Os trabalhos da corregedoria foram iniciados a pedido do Ministério Público. A expectativa é a de que o processo seja concluído em 60 dias.

Segundo Leão, informações foram requeridas ao Serpro, a empresa de processamento de dados do governo federal responsável por todo o sistema de informática da Receita. Por se tratar de um órgão de fiscalização e de arrecadação, a Receita tem um controle rígido do uso dos seus sistemas de informática e das senhas utilizadas pelos funcionários. É possível, por exemplo, identificar de qual terminal de computador determinada operação foi realizada.

"As informações prelimina-

res prestadas pelo Serpro não nos permitem ainda chegar a nenhuma conclusão", disse o corregedor. Ele evitou dar detalhes da investigação, alegando que se trata de uma situação em que deve-se observar o sigilo. "Nada nos autoriza a afirmar, no momento, que houve envio da retificadora pelos computadores da Receita", ponderou. "Trata-se da apuração de uma denúncia", acrescentou.

Procurado pelo Estado, o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, não se pronunciou sobre o assunto. A assessoria de imprensa da Receita disse que se trata de uma questão da alçada da corregedoria do órgão por se tratar de tema disciplinar. Já o advogado do presidente do BC, Cláudio Fruet,

disse desconhecer o assunto por que toda parte tributária referente aos rendimentos auferidos por Meirelles fica sob a responsabilidade de Roberto Pasqualin, do escritório Demarest & Almeida, que trabalha com o presidente do BC há cinco anos. Fruet admitiu, no entanto, que Meirelles fez uma declaração retificadora há quatro meses, antes das primeiras denúncias contra o presidente do BC terem sido divulgadas pela imprensa, em meados do ano passado. Na última quinta-feira, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou investigação pedida pelo Ministério Público, os advogados afirmaram que a declaração tinha sido entregue no dia em que a primeira reportagem foi publicada. ■ Adriana Fernandes e Sheila D'Amorim

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, esta longa sessão de segunda-feira, creio que foi a sessão mais longa que já houve

nas segundas-feiras, lembrando às Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA**Às 15:30 horas****CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA****1****PARECER Nº 519, DE 2005****(Escolha de Autoridade)****(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, § único do Regimento Interno)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 519, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, sobre o Ofício nº S/17, de 2005 (nº 87/2005, na origem), pelo qual o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil submete à deliberação do Senado a escolha do Dr. *Paulo Luiz Neto Lôbo* para compor o Conselho Nacional de Justiça.

2**PARECER Nº 520, DE 2005****(Escolha de Autoridade)****(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, § único do Regimento Interno)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 520, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, sobre o Ofício nº S/20, de 2005 (nº 157/2005, na origem), pelo qual o Tribunal Superior do Trabalho submete à deliberação do Senado a escolha do Ministro *Vantuil Abdala* para compor o Conselho Nacional de Justiça.

3**PARECER Nº 521, DE 2005****(Escolha de Autoridade)****(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, § único do Regimento Interno)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 521, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, sobre o Ofício nº S/21, de 2005 (nº 157/2005, na origem), pelo qual o Tribunal Superior do Trabalho submete à deliberação do Senado a escolha do Dr. *Douglas Alencar Rodrigues* para compor o Conselho Nacional de Justiça.

4

PARECER Nº 522, DE 2005**(Escolha de Autoridade)****(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, § único do Regimento Interno)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 522, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, sobre o Ofício nº S/22, de 2005 (nº 157/2005, na origem), pelo qual o Tribunal Superior do Trabalho submete à deliberação do Senado a escolha do Dr. *Paulo Luiz Schmidt* para compor o Conselho Nacional de Justiça.

5

PARECER Nº 523, DE 2005**(Escolha de Autoridade)****(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, § único, do Regimento Interno)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 523, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, sobre o Ofício nº S/23, de 2005 (nº 19/2005, na origem), pelo qual o Supremo Tribunal Federal submete à deliberação do Senado a indicação do Ministro *Nelson Jobim* para compor o Conselho Nacional de Justiça.

6

PARECER Nº 524, DE 2005**(Escolha de Autoridade)****(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, § único, do Regimento Interno)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 524, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, sobre o Ofício nº S/24, de 2005 (nº 16/2005, na origem), pelo qual o Supremo Tribunal Federal submete à deliberação do Senado a indicação do Desembargador *Marcus Antonio de Souza Faver* para compor o Conselho Nacional de Justiça.

7

PARECER Nº 525, DE 2005**(Escolha de Autoridade)****(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, § único, do Regimento de Interno)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 525, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, sobre o Ofício nº S/25, de 2005 (nº 18/2005, na origem), pelo qual o Supremo Tribunal Federal, submete à deliberação do Senado a escolha do Juiz de Direito *Cláudio Luiz Bueno de Godoy* para compor o Conselho Nacional de Justiça.

8

PARECER Nº 526, DE 2005**(Escolha de Autoridade)****(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, § único, do Regimento de Interno)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 526, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, sobre o Ofício nº S/26, de 2005 (nº 534/2005, na origem), pelo qual a Procuradoria-Geral da República, submete à deliberação do Senado a escolha do Dr. *Eduardo Kurtz Lorenzoni* para compor o Conselho Nacional de Justiça.

9

PARECER Nº 527, DE 2005**(Escolha de Autoridade)****(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, § único, do Regimento de Interno)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 527, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, sobre o Ofício nº S/27, de 2005 (nº 534/2005, na origem), pelo qual a Procuradoria-Geral da República, submete à deliberação do Senado a escolha da Dra. *Ruth Lies Scholt de Carvalho* para compor o Conselho Nacional de Justiça.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**10****PARECER Nº 595, DE 2005****(Escolha de Autoridade)****(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, § único, do Regimento Interno)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 595, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/29, de 2005 (nº 535/2005, na origem), pelo qual a Procuradoria-Geral da República submete à deliberação do Senado a indicação da Procuradora Regional da República, Dra. *Janice Agostinho Barreto Ascari*, pelo Ministério Público Federal, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

11**PARECER Nº 596, DE 2005****(Escolha de Autoridade)****(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, § único, do Regimento Interno)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 596, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/30, de 2005 (nº 535/2005, na origem), pelo qual a Procuradoria-Geral da República submete à deliberação do Senado a indicação da Subprocuradora-Geral do Trabalho, Dra. *Ivana Auxiliadora Mendonça Santos*, pelo Ministério Público do Trabalho, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

12**PARECER Nº 597, DE 2005****(Escolha de Autoridade)****(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, § único, do Regimento Interno)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 597, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/31, de 2005 (nº 535/2005, na origem), pelo qual a Procuradoria-Geral da República submete à deliberação do Senado a indicação do Procurador da Justiça Militar, Dr. *Osmar Machado Fernandes*, pelo Ministério Público Militar, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

13**PARECER Nº 598, DE 2005****(Escolha de Autoridade)****(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, § único, do Regimento Interno)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 598, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/32, de 2005 (nº 535/2005, na origem), pelo qual a Procuradoria-Geral da República submete à deliberação do Senado a indicação do Promotor de Justiça, Dr. *Gaspar Antônio Viegas*, pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

14**PARECER Nº 599, DE 2005****(Escolha de Autoridade)****(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, § único, do Regimento Interno)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 599, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/33, de 2005 (nº 17/2005, na origem), pelo qual o Supremo Tribunal Federal submete à deliberação do Senado a indicação do Juiz do Trabalho, Dr. *Hugo Cavalcanti Melo Filho* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

15**PARECER Nº 600, DE 2005****(Escolha de Autoridade)****(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, § único, do Regimento Interno)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 600, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/34, de 2005 (nº 453/2005, na origem), pelo qual o Superior Tribunal de Justiça submete à deliberação do Senado a indicação do Juiz Federal *Ricardo César Mandarino Barretto* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

16**PARECER Nº 601, DE 2005****(Escolha de Autoridade)****(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, § único, do Regimento Interno)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 601, de 2005, da Comissão de

Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/18, de 2005 (nº 88/2005, na origem), pelo qual pelo qual o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil submete à deliberação do Senado a indicação do Dr. *Francisco Ernando Uchoa Lima* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

17**PARECER Nº 602, DE 2005****(Escolha de Autoridade)****(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, § único, do Regimento Interno)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 602, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/19, de 2005 (nº 88/2005, na origem), pelo qual pelo qual o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil submete à deliberação do Senado a indicação do Dr. *Luiz Carlos Lopes Madeira* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

18**PARECER Nº 603, DE 2005****(Escolha de Autoridade)****(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, § único, do Regimento Interno)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 603, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/35, de 2005 (s/nº, na origem), pelo qual os Líderes Partidários desta Casa submetem à deliberação do Senado Federal a indicação do Senhor *Alberto Machado Cascais Meleiro* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

19**PARECER Nº 604, DE 2005****(Escolha de Autoridade)****(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, § único, do Regimento Interno)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 604, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/36, de 2005 (nº 583/2005, na origem), pelo qual a Câmara dos Deputados submete à deliberação do Senado Federal a indicação do Senhor *Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36, DE 2004

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (nº 2.710/92, na Casa de origem), de iniciativa popular, que *dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e o seu Conselho Gestor.*

(Pendente de pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais.)

21

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57,
DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2003 (nº 306/2000, na Câmara dos Deputados), que *acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura.*

Parecer favorável, sob nº 195, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Marcelo Crivella.

22

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 73,
DE 1999**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *inclui novo inciso no § 9º, além de novos parágrafos no art. 165 da Constituição Federal* (participação da população ou de entidades civis legalmente constituídas na elaboração, aprovação e execução do processo orçamentário).

Parecer sob nº 1.398, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

23

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31,
DE 2000**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.*

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

24

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48,
DE 2003**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Parecer sob nº 1.199, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

25

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12,
DE 2004**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer, sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

26

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

Ata da 67ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 24 de maio de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros e Tião Viana

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES

AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 24/5/2005 07:36:15 até 24/5/2005 21:21:05

| Partido | UF | Nome | Pres | Voto | Partido | UF | Nome | Pres | Voto |
|-----------|----|--------------------------|------|------|-----------|----|-----------------------|------|------|
| PSDB | SE | ALMEIDA LIMA | X | X | | | | | |
| Bloco-PT | SP | ALOIZIO MERCADANTE | X | X | PMDB | TO | LEOMAR QUINTANILHA | X | X |
| PSDB | PR | ALVARO DIAS | X | X | PSDB | SC | LEONEL PAVAN | X | |
| PMDB | RO | AMIR LANDO | X | X | PSDB | GO | LÚCIA VÂNIA | X | X |
| Bloco-PT | PA | ANA JÚLIA CAREPA | X | X | PMDB | PA | LUIZ OTÁVIO | X | X |
| PSDB | MT | ANTERO PAES DE BARROS | X | X | Bloco-PL | ES | MAGNO MALTA | X | X |
| PFL | BA | ANTONIO CARLOS MAGALHÃES | X | X | PMDB | GO | MAGUITO VILELA | X | X |
| Bloco-PSB | SE | ANTÔNIO CARLOS VALADARES | X | X | Bloco-PL | RJ | MARCELO CRIVELLA | X | X |
| PSDB | AM | ARTHUR VIRGÍLIO | X | X | PFL | PE | MARCO MACIEL | X | X |
| PDT | RR | AUGUSTO BOTELHO | X | X | PFL | SE | MARIA DO CARMO ALVES | X | |
| PFL | BA | CÉSAR BORGES | X | X | PMDB | PB | NEY SUASSUNA | X | X |
| Bloco-PT | DF | CRISTOVAM BUARQUE | X | X | Bloco-PSB | TO | NEZINHO ALENCAR | X | X |
| Bloco-PT | MS | DELCÍDIO AMARAL | X | X | PMDB | AP | PAPALÉO PAES | X | X |
| PFL | GO | DEMÓSTENES TORRES | X | X | PFL | DF | PAULO OCTÁVIO | X | X |
| PFL | MA | EDISON LOBÃO | X | X | Bloco-PT | RS | PAULO PAIM | X | X |
| PSDB | MG | EDUARDO AZEREDO | X | X | PMDB | RS | PEDRO SIMON | X | X |
| Bloco-PT | SP | EDUARDO SUPPLY | X | X | PMDB | MS | RAMEZ TEBET | X | X |
| PFL | PB | EFRAIM MORAIS | X | X | PSDB | CE | REGINALDO DUARTE | X | X |
| Bloco-PT | RO | FÁTIMA CLEIDE | X | X | PMDB | AL | RENAN CALHEIROS | X | X |
| Bloco-PT | PR | FLÁVIO ARNS | X | | Bloco-PT | RJ | ROBERTO SATURNINO | X | X |
| PMDB | RN | GARIBALDI ALVES FILHO | X | X | PFL | BA | RODOLPHO TOURINHO | X | X |
| P-SOL | AC | GERALDO MESQUITA JÚNIOR | X | X | PFL | SP | ROMEU TUMA | X | X |
| PMDB | AM | GILBERTO MESTRINHO | X | X | PSDB | PE | SÉRGIO GUERRA | X | X |
| PMDB | MG | HÉLIO COSTA | X | X | Bloco-PTB | RS | SÉRGIO ZAMBIASI | X | X |
| P-SOL | AL | HELOISA HELENA | X | X | Bloco-PT | MT | SERYS SLHESSARENKO | X | X |
| Bloco-PT | SC | IDELI SALVATTI | X | X | Bloco-PT | AC | SIBÁ MACHADO | X | X |
| PDT | AM | JEFFERSON PÉRES | X | | PSDB | CE | TASSO JEREISSATI | X | X |
| PMDB | MA | JOÃO ALBERTO SOUZA | X | X | PSDB | AL | TEOTÔNIO VILELA FILHO | X | X |
| PMDB | ES | JOÃO BATISTA MOTTA | X | X | Bloco-PT | AC | TIÃO VIANA | X | X |
| Bloco-PSB | AP | JOÃO CAPIBERIBE | X | X | PMDB | RO | VALDIR RAUPP | X | X |
| PFL | MT | JONAS PINHEIRO | X | X | PMDB | DF | VALMIR AMARAL | X | X |
| PFL | RN | JOSÉ AGRIPINO | X | X | | | | | |
| PFL | PE | JOSÉ JORGE | X | X | | | | | |
| PMDB | AP | JOSÉ SARNEY | X | X | | | | | |

Compareceram: 64 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 64 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, DE 2005

Acrescenta § 1º e 2º ao art. 3º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para dispor sobre a frequência, pelos beneficiários do Seguro-Desemprego, de cursos de qualificação, requalificação, adaptação, reciclagem ou prestação de serviços voluntários e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar acrescida dos seguintes §§ 1º e 2º:

“Art. 3º.....
.....
.....

§ 1º Nas localidades em que houver cursos gratuitos, com vagas disponíveis, de aprendizagem, qualificação, requalificação, adaptação ou reciclagem profissional compatíveis com as atividades desenvolvidas no trabalho anterior e com as qualificações do requerente, o Codefat poderá estabelecer, como requisito adicional para o recebimento do benefício, a frequência mínima de 75 (setenta e cinco) por cento das aulas do curso disponível, ao qual será encaminhado o trabalhador.

§ 2º Em caso de inexistência de curso disponível, na forma do parágrafo anterior, o Codefat poderá estabelecer como requisito adicional para recebimento do benefício à prestação de serviços comunitários voluntários, desde que compatíveis com as habilitações do requerente e existentes entidades públicas ou da sociedade civil interessadas. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A legislação que rege o Seguro-Desemprego precisa de revisões periódicas. As condições do mercado de trabalho, as exigências dos beneficiários e os

resultados estatísticos referentes à cobertura devem ser avaliados e, dependendo das circunstâncias, a legislação deve ser modificada para adaptar-se à nova realidade. Nesse sentido, recentes estudos do Ministério do Trabalho e do Emprego – MTE detectaram a existência de um número significativo de fraudes na fruição desse direito.

Dentre as fraudes mais freqüentes podemos citar o conluio entre o trabalhador demitido e a empresa, com a continuidade do trabalho sem carteira assinada; o exercício de trabalho autônomo remunerado durante o período de benefício; a utilização de empresas fantasmas para celebração de contratos e posterior afastamento para obtenção do benefício; o trabalho remunerado em cooperativas de trabalho durante o período de benefício e o retorno do trabalhador ao mercado formal de trabalho, com continuidade do recebimento do benefício.

Segundo o MTE as fraudes podem ter beneficiado 143 mil segurados, gerando benefícios irregulares no valor de até R\$210 milhões. Essas irregularidades, além de beneficiarem quem não precisa, impedem que o seguro seja concedido a um número maior de trabalhadores, ampliando-se o leque de cobertura, ou que seja ampliado o prazo durante o qual o trabalhador está protegido.

Sabemos que a fiscalização é difícil e o combate aos desvios, muitas vezes, infrutífero. Então, como uma medida auxiliar no combate a essas concessões irregulares, estamos propondo que seja exigida do trabalhador a frequência a cursos que facilitem a sua reabsorção pelo mercado de trabalho ou então, não havendo essa possibilidade, que ele colabore com a comunidade prestando serviços voluntários. Dessa forma, algumas das modalidades de fraude tornar-se-ão impraticáveis e o trabalhador terá oportunidade de melhorar a sua empregabilidade. Além disso, o estudo e o trabalho, realizado nas condições que estamos propondo, podem ser saudáveis para o desempregado, que não se sentirá excluído da sociedade.

Podemos observar, assim, que pequenas mudanças na legislação do Seguro-Desemprego podem elevar o grau de eficácia do benefício, ampliar a abrangência da cobertura e fazer justiça para um maior número de trabalhadores. Além disso, o Seguro-Desemprego não deve ser reduzido apenas a um valor meramente econômico a ser recebido pelo desempregado. Ele precisa ser também um instrumento psicossocial relevante para que a volta ao trabalho ocorra o mais breve possível e da forma menos traumática.

Por todas essas razões, esperamos contar com o apoio de nossos Pares durante a tramitação dessa proposta. Ela tomará mais justa a concessão do Se-

guro-Desemprego, beneficiando a quem realmente precisa, e colaborará para que os desempregados tenham oportunidade de se preparar para o retorno ao mercado de trabalho.

Sala das Sessões, 24 de maio de 2005. – Senador **César Borges**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.998, DE 11 DE JANEIRO DE 1990

Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.

Art. 3º Terá direito à percepção do seguro-desemprego o trabalhador dispensado sem justa causa que comprove:

I – ter recebido salários de pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, relativos a cada um dos 6 (seis) meses imediatamente anteriores à data da dispensa;

II – ter sido empregado de pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada ou ter exercido atividade legalmente reconhecida como autônoma, durante pelo menos 15 (quinze) meses nos últimos 24 (vinte e quatro) meses;

III – não estar em gozo de qualquer benefício previdenciário de prestação continuada, previsto no Regulamento dos Benefícios da Previdência Social, excetuado o auxílio-acidente e o auxílio suplementar previstos na Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976, bem como o abono de permanência em serviço previsto na Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973;

IV – não estar em gozo do auxílio-desemprego; e

V – não possuir renda própria de qualquer natureza suficiente à sua manutenção e de sua família.

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2005

Altera a redação do art. 13, da Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 13 da Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13. A iniciativa popular consiste apresentação de projeto de lei, sem restrição quanto

à matéria, à Câmara dos Deputados, subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A votação do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (nº 2.710, de 1992 na Casa de origem), de iniciativa popular, levantou uma discussão acirrada nesta Casa sobre o tema da competência legiferante popular, assegurada pelo § 2º, do art. 61 da Constituição da República.

Eminentes vozes levantaram-se contra aquela proposição, subscrita por cerca de um milhão e duzentos mil brasileiros, por entenderem que essa iniciativa estaria reservada, privativamente, ao Presidente da República, consoante a previsão do artigo 61, da Carta Magna.

Contudo, com devido respeito às opiniões contrárias, não há como comungar desse entendimento se analisada a questão à luz do próprio texto constitucional.

Esse exame deve se iniciar pelo Preâmbulo e pelo artigo 1º e seu Parágrafo único, da Carta Magna, onde o constituinte autodenomina-se representante do povo brasileiro”, de onde afirma emanar o poder político do “Estado Democrático de Direito”, que proclama instituído sob a forma “republicana”.

Tais proclamações não constituem apenas declarações políticas vagas e imprecisas, mas verdadeiros “princípios constitucionais”, textualizados no lugar mais alto e nobre da hierarquia dos ordenamentos jurídicos e que devem orientar a interpretação e aplicação não só da legislação infraconstitucional, mas, também, das próprias regras constitucionais.

Com efeito, a constituição de um Estado Democrático de Direito supera a simples noção tradicional de Estado submetido às leis, para indicar um caminho de democratização do poder, invariavelmente destinado à participação popular.

Ou seja, o Estado, sem deixar de ser “Estado de Direito”, protetor das liberdades individuais, sem deixar de ser “Estado Social”, protetor do bem comum, passa a ser também “Estado Democrático”. Daí a expressão “Estado de Direito Social e Democrático”.

É certo que o princípio democrático também foi acolhido em concepções anteriores da Constituição, mas, com a Carta de 88, ele passou a ter nova roupagem, para prestigiar a participação popular no pro-

cesso político, nas decisões do Governo e no controle da Administração Pública.

A legitimação popular decorre lógica e diretamente da forma de governo (República) e do tipo de Estado (Democrático de Direito) eleito pelo constituinte, além, é claro, da titularidade do poder que lhe foi conferida. Mas não é só isso. A cidadania foi elevada à condição de fator de legitimação do povo (art. 1º, incisos I e II), permitindo que ele haja em defesa de seus legítimos interesses.

E a democracia também é um princípio jurídico que fundamenta a exigência de participação popular, ao propugnar pela chamada “identidade democrática”, ou seja, “a identidade entre “povo” e “governo”.

A junção da noção de democracia à de Estado de Direito, feita pela atual Constituição, muito mais que estabelecer um qualificativo do modo de ser do nosso Estado Federal, é responsável pela atribuição aos cidadãos de um direito de primeiríssima grandeza, de importância inquestionável: o direito de participação nas decisões estatais.

A modificação de redação do Parágrafo Único do artigo 1º da Carta Política, se comparada aos textos das Constituições anteriores, revela uma modificação substancial na forma de exercício do poder político.

Em interessante obra intitulada **Na defesa de uma democracia participativa**, Anderson Sant’Ana Pedra, ilustre representante do Ministério Público paulista, refere-se a essa modificação de redação da seguinte forma:

“Observa-se que o legislador constituinte conferiu nova redação à cláusula que, desde a Constituição de 1934, consagra o princípio da soberania popular em nossas constituições. Assim, à tradicional afirmação de que ‘todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido’, enunciado emblemático de um modelo de democracia predominantemente representativa, não conduziu o Constituinte de 1988 que preferiu declarar que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição’ Estaria assim assinada a passagem ao que tem sido interpretado como um modelo de democracia participativa, semi-direta ou plena, em que o exercício da soberania popular se estende para além do voto, com a preservação da potencial constituinte dos cidadãos”.

Ou seja, esse poder latente do povo é expressamente referido na Constituição, por exemplo, na exigência de participação das associações representativas no planejamento municipal (art. 29, XII), no gerenciamento da seguridade social (art. 194, parágrafo único, VII), da saúde (art. 198, III), da assistência social (art. 204, II) e da educação (art. 206, VI), entre outros

inúmeros dispositivos que se ligam, direta ou indiretamente, ao tema.

Portanto, é mister reconhecer que a vigente Constituição da República estabeleceu um novo sistema de exercício do poder político, que conjuga a tradicional representação com a intervenção direta do povo no desempenho de todas as funções estatais (administrativa, legislativa e judiciária), superando a velha separação “Estado e sociedade civil”, com o que os particulares, os cidadãos, os destinatários finais das ações estatais, deixaram de ser considerados como intrusos nas atividades administrativas, nos processos de tomada de decisões de seus destinos. Vivemos, pois, uma democracia participativa.

Contudo, nossa sociedade, ainda se encontra imersa em ranços oligárquicos que surpreendem pela persistência, polarizada por um debate sobre estatismo e privatismo. Por isso, é que rogo aos nossos “operadores do direito” que reexaminem com carinho esse dispositivo constitucional, pois, de certo, dele irão extrair suas efetivas possibilidades, impedindo que a Constituição se avilte a ponto de funcionar como instrumento de exclusão social, quando oposta é a sua razão de ser, e para a qual foi concebida na sociedade democrática de direito.

A participação popular, muito mais do que uma forma de exercício do poder político no Estado, muito mais do que mecanismo que permite a correção da oligarquia, muito mais do que princípio jurídico norteador do processo interpretativo, é mecanismo que garante a eficácia social da Constituição, sobretudo em constituições analíticas como a nossa, povoadas de diretrizes programáticas cuja inaplicabilidade sempre foi a aposta – vencedora – de todos os que buscam perpetuar o estado de desigualdade presente em nossa sociedade.

O fato de a Constituição especificar a competência legislativa privativa do Presidente da República, no art. 61, não retira esse poder do povo, apenas obsta que outros, autoridades, órgãos ou entidades detentores de iniciativa legiferante, a exerçam, tanto é assim, que no § 2º do mesmo artigo, ao dispor sobre a iniciativa popular, a Carta Cidadã apenas se limita a fixar as exigências formais para o exercício desse poder, sem lhe estabelecer qualquer limitação.

Se o princípio da participação popular enfraquece a importância de alguns outros princípios constitucionais tradicionais, sobretudo a “soberania parlamentar”, isso não deve ser motivo para gerar receios ou para se criar embaraços ao exercício da soberania popular, já que a nós cabe apenas a humilde condição de simples mandatários do povo.

Dessa forma, por entender que a presente proposição irá apaziguar as candentes discussões sobre a extensão do poder político conferido à soberana vontade do povo, é concito aos nobres Pares que o acolham.

Sala das Sessões, 24 de maio de 2005. – Senador **Marcelo Crivella**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.709, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998

Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III, do artigo 14 da Constituição Federal.

Art. 13. A iniciativa popular consiste na apresentação de projeto de lei, sem restrição quanto à matéria, à Câmara dos Deputados, subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

TÍTULO I

Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I – a soberania;
- II – a cidadania;

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

CAPÍTULO IV **Dos Municípios**

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

XII – cooperação das associações representativas no planejamento municipal; (Renumerado do inciso X, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

SEÇÃO VIII **Do Processo Legislativo**

SUBSEÇÃO III **Das Leis**

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI;

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

CAPÍTULO II **Da Seguridade Social**

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Pode-

res Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

.....
VII – caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

.....
III – participação da comunidade.

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

.....
II – participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

.....
VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em Decisão Terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 186, DE 2005

Modifica os §§ 4º e 5º do art. 273, e acrescenta os arts. 273-A, 273-8, 273-C e 273-D à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para permitir a estabilização da tutela antecipada.

Art. 1º Dê-se aos §§ 4º e 5º do art. 273 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), a seguinte redação:

“Art. 273.

§ 4º A tutela antecipada poderá ser revogada ou modificada, fundamentadamente, enquanto não se produza a preclusão da decisão que a concedeu (§ 1º do art. 273-B e art. 273-C).

§ 5º Na hipótese do inciso I deste artigo, o juiz só concederá a tutela antecipada sem ouvir a parte contrária em caso de extrema urgência ou quando verificar que o réu, citado, poderá torná-la ineficaz.

..... (NR)”.

Art. 2º A Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), passa vigorar acrescida dos seguintes arts. 273-A, 273-B, 273-C, 273-D:

“Art. 273-A A antecipação de tutela poderá ser requerida em procedimento antecedente ou na pendência do processo”.

“Art. 273-B Aplicam-se ao procedimento previsto no art. 273-A, no que couber, as disposições do Livro III, Título único, Capítulo I deste Código.

§ 1º Preclusa a decisão que concedeu a tutela antecipada, é facultado, no prazo de 60 (sessenta) dias:

a) ao réu, propor demanda que vise à sentença de mérito;

b) ao autor, em caso de antecipação parcial, propor demanda que vise à satisfação integral da pretensão.

§ 2º Não intentada a ação, a medida antecipatória adquirirá força de coisa julgada nos limites da decisão proferida”.

“Art. 273-C Preclusa a decisão que concedeu a tutela antecipada no curso do processo, é facultado à parte interessada requerer seu prosseguimento, no prazo de 30 (trinta) dias, objetivando o julgamento de mérito.

Parágrafo único. Não pleiteado o prosseguimento do processo, a medida antecipatória adquirirá força de coisa julgada nos limites da decisão proferida”.

“Art. 273-D Proposta a demanda (§ 1º do art. 273-B) ou retomado o curso do processo (art. 273-C), sua eventual extinção, sem julgamento do mérito, não ocasionará a ineficácia da medida antecipatória, ressalvada a carência da ação, se incompatíveis as decisões.”

Art. 3º Esta lei entrará em vigor três meses após a data de sua publicação.

Justificação

Elaborada pelo Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP), e a nós encaminhada por sua presidenta, Professora Ada Pellegrini Grinover, a proposta de estabilização da tutela antecipada procura, em síntese, tomar definitivo e suficiente o comando estabelecido

por ocasião da decisão antecipatória. Não importa se trata de antecipação total ou parcial. O que se pretende, por razões eminentemente pragmáticas – mas não destituídas de embasamento teórico – é deixar que as próprias partes decidam sobre a conveniência, ou não, da instauração ou do prosseguimento da demanda e sua definição em termos tradicionais, com atividades instrutoras das partes, cognição plena e exauriente do juiz e a correspondente sentença de mérito.

Se o ponto definido na decisão antecipatória é o que as partes efetivamente pretendiam e deixam isso claro por meio de atitude omissiva consistente em não propor a demanda que vise à sentença de mérito (em se tratando de antecipação em procedimento antecedente) ou em não requerer o prosseguimento do processo (quando a antecipação é concedida no curso deste, tem-se por solucionado o conflito existente entre as partes, ficando coberta pela coisa julgada a decisão antecipatória, observados os seus limites).

A existência, no passado, de “cautelar satisfativa” é dado revelador de que o procedimento antecipatório antecedente será de grande utilidade. Aliás, Kazuo Watanabe já havia defendido a existência da ação de cognição sumária autônoma (Da cognição no processo civil, Cebepej, São Paulo, 2ª ed., pp. 139-142), o que vem em apoio da proposta que torna auto-suficiente o procedimento antecedente na hipótese de preclusão da decisão antecipatória de tutela.

Por outro lado, não pode surpreender a observação de que os provimentos antecipatórios são, substancialmente, provimentos monitorios. Salientou-o oportunamente Edoardo Ricci, em alentado estudo em que examinou a tutela antecipatória brasileira, preconizando sua estabilização (A tutela antecipatória brasileira vista por um italiano, in Revista de Direito Processual, Gênese, setembro-dezembro de 1997, p. 691 ss.). Os pressupostos da monitoria e da antecipação podem ser diversos, mas análoga deve ser a eficácia. E Ovídio Baptista da Silva, antes mesmo da adoção da ação monitoria pelo ordenamento brasileiro, considerou expressamente as liminares antecipatórias como modalidade de processo monitorio genérico (A antecipação da tutela na recente reforma processual, in Reforma do CPC, coord. Sálvio de Figueiredo Teixeira, Saraiva, São Paulo, 1996, n. 8).

No sistema pátrio, o mandado monitorio não impugnado estabiliza a tutela diferenciada. Simetricamente, a mesma coisa deve ocorrer com a decisão antecipatória com a qual as partes se satisfazem, considerando pacificado o conflito: as partes, e não

apenas o demandado, porquanto a antecipação da tutela pode ser parcial, podendo neste caso também o autor ter interesse na instauração ou prosseguimento da ação de conhecimento. Assim, a instauração ou o prosseguimento da demanda são considerados ônus do demandado e, em caso de antecipação parcial, do demandante, sendo a conduta omissiva seguro indicio de que não há mais necessidade da sentença de mérito.

Por outro lado, se a demanda que visa à sentença for intentada ou prosseguir, a extinção do processo sem julgamento do mérito não tem o condão de tornar ineficaz a medida antecipatória, que prevalece, ressalvada a hipótese de carência da ação, se incompatíveis as decisões.

Lembre-se, por oportuno, que o direito italiano vigente já contempla a possibilidade de estabilização dos provimentos de urgência em diversas disposições, como o art. 186 “ter” e “quater” CPC e o art. 423, 2º “comma” CPC (este último, em matéria de processo de trabalho). E, segundo afirma Ricci, a sobrevivência da eficácia executiva dos provimentos de urgência à extinção do processo vem sendo afirmada pela doutrina, em via de interpretação sistemática, mesmo fora dos casos expressamente previstos (op. e loc. cit.). Agora, o decreto legislativo nº 5, de 17 de janeiro de 2003 (que entrou em vigor a primeiro de janeiro de 2004), regulando o processo societário, adota exatamente o mesmo modelo no art. 23.

Sala das Sessões, 24 de maio de 2005. – Senador **Antero Paes de Barros**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

.....
Art. 273. O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e: (Redação dada pela Lei nº 8.952, de 13-12-1994)

§ 4º A tutela antecipada poderá ser revogada ou modificada a qualquer tempo, em decisão fundamentada. (Incluído pela Lei nº 8.952, de 13-12-1994)

§ 5º Concedida ou não a antecipação da tutela, prosseguirá o processo até final julgamento. (Incluído pela Lei nº 8.962, de 13-12-1994)

.....

(À Comissão de Constituição, justiça e cidadania, em decisão terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 187, DE 2005**

Institui o ano de 2008 como “Ano Nacional Machado de Assis”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o ano de 2008 como “Ano Nacional Machado de Assis”, em celebração ao centenário de sua morte.

Art 2º Esta lei entra em vigor da data de sua publicação.

Justificação

“O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu País, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço”, assim se expressou Machado de Assis em seu ensaio intitulado Sentimento de Nacionalidade.

Joaquim Maria Machado de Assis, nascido no Rio de Janeiro em 21 de junho de 1839, faleceu em 29 de setembro de 1908. No ano de 2008 será celebrado o centenário de sua morte.

Nascido no Morro do Livramento, de família modesta, ficou órfão da mãe em tenra idade. Estreou na literatura com pouco mais de 15 anos com o poema Ela, no jornal Marmota Fluminense, em 12 de janeiro de 1855. Com 16 anos começou a trabalhar na Imprensa Nacional, como aprendiz de tipógrafo e em 1859 já era revisor e colaborador do Correio Mercantil.

Com dificuldade na comunicação verbal, seus pensamentos fluíam de forma fácil, elegante e precisa da pena que acabou por imortalizá-lo na Academia Brasileira de Letras – também conhecida como Casa de Machado de Assis – instituição que ajudou a fundar em 1897 e da qual foi o primeiro presidente, cargo para o qual foi merecidamente reeleito até seu falecimento.

Além de jornalista, o escritor Machado de Assis foi contista, crítico, cronista, ensaísta, novelista, poeta, romancista e teatrólogo, percorrendo quase todos os gêneros literários. Foi traduzido em muitos idiomas; é referência universal na língua de Camões.

Em depoimento sobre Machado de Assis, o escritor Josué Montello observou:

“A nacionalidade está na língua literária dele, nos personagens, nos motivos dos seus livros. Ele é um escritor genuinamente brasileiro e não apenas o brasileiro comum. Ele é o carioca, o fluminense, o homem tão identificado com a sua terra, que sonha em ligar Niterói com o Rio de Janeiro. A idéia dessa ligação é falada nos livros dele.

.....

Machado é um escritor que, embora geograficamente limitado à sua província, aos seus amigos, à sua cidade, é também um homem universal, porque o que ele reflete, o que ele pensa, é de tal ordem, que os acontecimentos que passavam pelo mundo encontravam sempre no comentário do cronista a expressão correspondente de um homem absolutamente atualizado. Isto é que faz o grande Machado de Assis.”

Sua vida merece ser mais conhecida e sua obra mais divulgada e discutida, não só como reconhecimento da Nação a um de seus mais notáveis filhos, mas como exemplo do escritor que elevou o idioma português, um dos mais fortes elos da nacionalidade brasileira, a um singular nível de força e beleza. Machado de Assis deu exemplos de superação e realização que enobrecem o ser humano e deve ser reverenciado como modelo de cidadão e escritor que tornou maior seu País.

Razões não faltam, portanto, para designar 2008 o Ano Nacional Machado de Assis, pois homenageá-lo é recordar o passado que continua a inspirar gerações e a iluminar o nosso futuro. Interpõem-se, por conseguinte, que a efeméride não passe sem que seja lembrada a significação da vida e obra de Machado de Assis e promovida uma reflexão pelos governos Federal, estaduais e municipais, instituições culturais e educativas da sociedade brasileira.

Sala das Sessões, 24 de maio de 2005. – Senador **Marco Maciel**.

(À Comissão de Educação em decisão terminativa)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 188, DE 2005**

Dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação, por parte das pessoas jurídicas de direito privado, concessionárias ou permissionárias de serviço público, de relação de seus membros, sócios ou associados, à pessoa jurídica de direito público interno concedente ou permitente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As pessoas jurídicas de direito privado, concessionárias ou permissionárias de serviço público, ficam obrigadas a prestar, anualmente, informações atualizadas e completas de seus membros, sócios ou associados à pessoa jurídica de direito público interno concedente ou permitente.

§ 1º Em caso de inclusão ou exclusão de membro, sócio ou associado da pessoa jurídica de direito privado,

a alteração deverá ser informada pela concessionária ou permissionária, ao ente concedente ou permitente, no prazo de 30 (trinta) dias da data de sua efetivação, sem prejuízo do disposto no caput deste artigo.

§ 2º Nas informações que serão prestadas por determinação deste artigo constará a função que cada pessoa física exerce no âmbito da organização interna da pessoa jurídica de direito privado.

Art. 2º Os órgãos da administração direta, bem como suas autarquias, empresas públicas e agências reguladoras deverão manter atualizado e livremente acessível ao público em geral o cadastro composto pelas relações recebidas na forma do art. 1º desta lei.

Art. 3º O não atendimento ao disposto no art. 1º enseja a revogação da concessão ou permissão, sem direito a qualquer indenização para a concessionária ou permissionária.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Constituição Federal estabelece, no caput de seu art. 37, os princípios que devem nortear a atuação do Estado, seja diretamente ou através da sua administração indireta, dentre os quais merece destaque a publicidade. Esse princípio determina que a administração pública deve dar conhecimento ao povo dos atos que pratica. E esse conhecimento não pode ser parcial, devendo atingir todas as dimensões implicadas pela atuação governamental.

O Código Civil Brasileiro classifica as pessoas jurídicas como de direito público e de direito privado. São pessoas jurídicas de direito público interno, a União, os estados, o Distrito Federal e os territórios, os municípios, as autarquias e as demais entidades de caráter público criadas por lei. As pessoas jurídicas de direito privado são as associações, as sociedades e as fundações.

Obedecidas as terminologias adotadas pelo Código Civil, estamos propondo que o Estado, em todos os seus níveis, amplie as informações disponíveis à população, quanto ao estabelecimento de concessões e permissões entre a administração e as entidades particulares, de forma a identificar individualmente as pessoas físicas integrantes de tais organizações.

Não se pode conceber a idéia de que um órgão da administração pública não conheça as pessoas físicas responsáveis pelas pessoas jurídicas com quem se relaciona, como, por exemplo, é o caso do Ministério da Educação, que desconhece quem são as pessoas físicas que compõem o quadro societário ou associativo dos mantenedores das instituições de ensino superior privadas em funcionamento no País.

O fato exemplificado é real e foi constatado na resposta que este parlamentar obteve do Ministério da Educação, quando solicitou, por meio do Requerimento de Informações nº 259, de 2004, a relação dos nomes das pessoas físicas integrantes das mantenedoras das instituições de ensino superior em funcionamento no Brasil e o Ministro, surpreendentemente, informou que o Inef não dispõe de informações sobre os proprietários das mantenedoras.

Assim, com a aprovação desse projeto de lei, estaremos proporcionando maior transparência na atuação dos órgãos públicos e permitindo à sociedade em geral o desenvolvimento de uma cidadania ativa, na qual todos podem participar da vigilância sobre o bem de interesse público.

Sala das Sessões, 24 de maio de 2005. – Senador **Hélio Costa**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1998

.....
 Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – Decisão Terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 554, DE 2005

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, Voto de Aplauso ao Ex^{mo} Sr. D. Cláudio Hummes, Cardeal-Arcebispo de São Paulo, pelo transcurso dos trinta anos de sua ordenação episcopal.

Sala das Sessões, 24 de maio de 2005. – Senador Romeu Tuma.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 555, DE 2005

Nos termos do parágrafo 2º do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja instado o Ministério de Minas e Energia a prestar as seguintes informações acerca do programa denominado “Luz para todos” que está sendo implementado pelo Governo Federal nos estados:

- 1) Quantos quilômetros de rede são necessários para o atendimento de eletrificação rural em todas as comunidades do Estado do Acre;
- 2) Quantos quilômetros de rede já foram implantados no estado; e
- 3) Quantos e quais municípios no estado já foram beneficiados com o programa e neles, quais os ramais e comunidades já atendidas.

Justificação

A imprensa tem noticiado que a meta do Governo Federal é de atender, até o ano de 2006, a pelo menos 80% (oitenta por cento) das comunidades que não dispõem de energia elétrica através do programa de eletrificação rural “Luz para todos”. Assim, faz-se necessário à obtenção dos dados acima para uma análise daquilo que já foi executado e a situação real em cada município do Estado do Acre.

Sala das Sessões, 24 de maio de 2005. – Senador **Geraldo Mesquita Júnior**.

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 556, DE 2005

Solicita tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 195, de 2002; 207, 339 e 361 de 2004.

Senhor Presidente,

Nos termos dos arts. 258 e 260, II, b, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 195, de 2002; 207, 339 e 361 de 2004, que dispõem

sobre a mesma matéria, sendo que o PLS nº 339 de 2004 terá precedência sobre os demais por regular a matéria com maior amplitude.

Sala das Sessões, 24 de maio de 2005. – Senador **Tasso Jereissati**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, alínea c, item 8, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 557, DE 2005

Requeiro, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Excelentíssimo Senhor Desembargador Fernando Ribeiro Franco ocorrido no último dia 23, na cidade de Aracaju/SE:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar; e
- b) apresentação de condolências à família e ao Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Sala das Sessões, 24 de maio de 2005 – Senador **Almeida Lima – Antonio Carlos Valadares**.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra V. Exª para encaminhar.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE. Para encaminhar o requerimento. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, decorre o presente requerimento de um fato lamentável, que foi a perda, para todos nós sergipanos, do Desembargador Fernando Ribeiro Franco, que faleceu, no dia de ontem, na cidade de São Paulo, no Hospital Albert Einstein. O sepultamento ocorreu na manhã de hoje na cidade de Aracaju.

Trata-se de uma figura ilustre para todos nós sergipanos, uma personalidade que exerceu o mandato de Deputado Estadual, Presidente do Poder Legislativo, Desembargador e, como ainda estava na ativa no Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, Presidente do referido Tribunal. Nessa condição, também exerceu o cargo de Governador do Estado.

Portanto, o falecimento do Desembargador Fernando Ribeiro Franco, ocorrido no dia de ontem, deixa, todos nós sergipanos, em estado de luto, de pesar, pois,

sem dúvida alguma, trata-se de uma personalidade querida em nosso Estado, integrante de uma família também querida.

Aproveito aqui, do Senado Federal, para, por meio desse requerimento, com a concordância dos demais, encaminhar os nossos votos de pesar ao Poder Judiciário. Peço um adendo, no sentido de que os votos sejam extensivos ao Governo do Estado e ao Poder Legislativo Estadual, além da família do Desembargador. Ressalto, neste instante, que, entre seus familiares, esposa e filhos, deixou um querido amigo, Cacau Franco, ex-Prefeito do Município de Muribeca, pessoa da nossa relação pessoal de amizade, a quem, daqui, a ele e a toda a sua família, estendemos os votos de pesar, pleiteando de todos os senhores a aprovação para esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitados.

O requerimento lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 558, DE 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255, inciso II alínea c, item 12, do Regimento Interno, requeiro passe à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, no despacho inicial da distribuição, o Projeto de Lei do Senado nº 488, de 2003, por se tratar de matéria abrangida pela competência daquela Comissão.

Sala das Sessões, 24 de maio de 2005 – Senador **Leonel Pavan**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 559, DE 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a retirada do Requerimento nº 515, de 2005, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 367, de 2004, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Sala das Sessões, 24 de maio de 2005 – Senador **Delcídio Amaral**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência defere o requerimento, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 560, DE 2005

Tendo em vista que devo participar e acompanhar em Paris, França da Semana da Amazônia, requeiro, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e dos arts. 13 e 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno, a necessária autorização para o desempenho referido, em missão, no período de 25-5-2005 a 1º-6-2005.

Trata-se de evento de relevante interesse para aquela região estratégica do País, inclusive do ponto de vista de atração turística.

Salas das Sessões, 24 de maio de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será votado após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2004**, de autoria do Senador José Sarney, que altera o art. 2.038 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para permitir a cobrança de laudêmio ou prestação análoga nas transmissões de bens aforados; e

– **Projeto de Lei do Senado nº 362, de 2004**, de autoria do Senador Gerson Camata, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Petróleo de Cachoeiro de Itapemirim, no Estado do Espírito Santo.

Tendo sido aprovadas em apreciação terminativa pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, as matérias vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 143, de 2005** (nº 308/2005, na origem), pela qual o Presidente da República encaminha, nos termos do § 4º do art. 72 da Lei nº 10.934, de 2004, o relatório contendo os novos limites de empenho e movimentação financeira que caberão a esta Casa, os respectivos parâmetros e memória de cálculo das receitas e despesas.

A matéria, anexada ao processado da Mensagem nº 116, de 2005, vai à Primeira-Secretaria do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 673, DE 2005

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 138, de 2005, que submete à apreciação do Senado Federal

a indicação do Senhor Alexandre Antonio Tombini, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta realizada em 24 de maio de 2005, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Rodolpho Tourinho sobre a Mensagem nº 138, de 2005, opina pela aprovação da indicação do Senhor Alexandre Antonio Tombini, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, por 24 votos favoráveis, 1 contrário(s) e nenhuma abstenção.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2005.

PRESIDENTE: _____

RELATOR (A): _____

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

| | |
|-------------------------|----------------------------------|
| CÉSAR BORGES (PFL) | 1-JOSÉ AGRIPINO (PFL) |
| EDISON LOBÃO (PFL) | 2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL) |
| JONAS PINHEIRO (PFL) | 3-HERÁCLITO FORTES (PFL) |
| JORGE BORNHAUSEN (PFL) | 4-DEMÓSTENES TORRES (PFL) |
| RODOLPHO TOURINHO (PFL) | 5-JOSÉ JORGE (PFL) |
| ROMEU TUMA (PFL) | 6- ROSEANA SARNEY (PFL) |
| ALMEIDA LIMA (PSDB) | 7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB) |
| EDUARDO AZEREDO (PSDB) | 8-ÁLVARO DIAS (PSDB) |
| LÚCIA VÂNIA (PSDB) | 9-LEONEL PAVAN (PSDB) |
| SÉRGIO GUERRA (PSDB) | 10-FLEXA RIBEIRO (PSDB) |
| TASSO JEREISSATI (PSDB) | 11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB) |

PMDB

| | |
|-----------------------|----------------------|
| RAMEZ TEBET | 1-NEY SUASSUNA |
| LUIZ OTÁVIO | 2-HÉLIO COSTA |
| GARIBALDI ALVES FILHO | 3-VALMIR AMARAL |
| MÃO SANTA | 4-PEDRO SIMON |
| SÉRGIO CABRAL | 5-VAGO |
| GILBERTO MESTRINHO | 6-GERSON CAMATA |
| VALDIR RAUPP | 7-PAPALÉO PAES |
| JOSÉ MARANHÃO | 8-JOÃO BATISTA MOTTA |

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

| | |
|-----------------------------|----------------------------------|
| ALOIZIO MERCADANTE (PT) | 1-IDELI SALVATTI (PT) |
| ANA JÚLIA CAREPA (PT) | 2-AELTON FREITAS (PL) |
| DELCÍDIO AMARAL (PT) | 3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB) |
| EDUARDO SUPLICY (PT) | 4-ROBERTO SATURNINO (PT) |
| FERNANDO BEZERRA (PTB) | 5-FLÁVIO ARNS (PT) |
| JOÃO CAPIBERIBE (PSB) | 6-SIBÁ MACHADO (PT) |
| PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS) | 7-SERYS SLHESSARENKO (PT) |

PDT

| | |
|------------|--------------------|
| OSMAR DIAS | 1- JEFFERSON PERES |
|------------|--------------------|

RELATÓRIO

Relator: Senador **Rodolpho Tourinho**

O Senhor Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 138, de 2005 (nº 275, de 13-5-2005, na origem), submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, a indicação do Senhor Alexandre Antônio Tombini para o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

O currículo do candidato atesta sua qualificação acadêmica e ampla experiência profissional. Bacharel em Economia pela Universidade de Brasília, Alexandre Tombini é também Doutor em Economia pela Universidade de Illinois, Urbana Champaign. Funcionário de carreira do Banco Central do Brasil desde 1998, ali exerceu atividades diretamente ligadas à área de Estudos e Pesquisas, para a qual é agora indicado como diretor. Foi Chefe do Departamento de Estudos e Pesquisas de março de 1999 a junho de 2001, período em que teve a oportunidade de ser um dos principais técnicos responsáveis pela implantação do sistema de metas de inflação. Atualmente exerce a função de Assessor Sênior do Diretor-Executivo e Membro da Diretoria Executiva do Fundo Monetário Internacional, o que lhe permitiu participar das negociações dos programas brasileiros junto ao FMI desde 2001 até 2004.

Anteriormente exerceu outros cargos públicos de relevância. Foi Consultor da Diretoria do Banco Central, de maio de 1998 a março de 1999, Assessor Especial da Câmara de Comércio Exterior, de fevereiro de 1995 a maio de 1998, e Coordenador da Área Externa da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, de 1992 a 1995, quando teve a oportunidade de dar grande contribuição à implantação do Mercosul.

Seu currículo exhibe diversas publicações de artigos especializados, dos quais destaco as mais relevantes para o cargo que irá exercer: "Metas de inflação no Brasil: choques, indexação de preços e condicionais do FMI" e "Implementação das Metas de Inflação no Brasil", publicados em co-autoria com outros economistas do Banco Central.

Considero, portanto, que as informações constantes do currículo do Senhor Alexandre Antônio Tombim comprovam sua qualificação para o adequado desempenho do cargo, motivo pelo qual esta comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a sua indicação para o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Sala da Comissão, 24 de maio de 2005.

PARECER Nº 674, DE 2005

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 122, de 2005, da Presidência da República (nº 389/2004, na origem), que encaminha ao Senado Federal a programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 2004.

Relator: Senador **Delcídio Amaral**

I – Relatório

Com a Mensagem nº 122, 2005, (Mensagem nº 389, de 2004, na origem), a Presidência da República encaminha ao Senado Federal a programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 2004, conforme o § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995 (Lei do Plano Real).

Preliminarmente, importa observar que a análise da presente programação monetária é feita fora de seu prazo ordinário, em razão de uma descontinuidade verificada no processo de remessa de documentos ao Senado Federal, pela Presidência da República.

Essa descontinuidade não gerou e nem gera problemas práticos pois, como muito já se discutiu nesta comissão, a aprovação trimestral da programação monetária tornou-se um ritual inócuo, incapaz de provocar dano caso não haja a apreciação da matéria pelo Plenário do Senado Federal.

Por oportuno, note-se que, em reação a requerimento de diligência apresentado nesta comissão, a Presidência do Senado recebeu a Mensagem nº 122, de 2005 (Mensagem nº 389, de 2004, na origem), pela qual a Presidência da República, nos termos do § 1º do inciso II do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, encaminha a programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 2004. A referida mensagem foi autuada por cópia, uma vez que já houvera sido recebida em sua versão original, dando continuidade ao processo antes interrompido.

Já foi muito debatida nesta comissão a caducidade do procedimento de aprovação de programação monetária pelo Senado Federal. Como resultado desse debate, o Senador Garibaldi Alves Filho apresentou, e a comissão aprovou, o Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2003, que revoga dispositivos da Lei do Real relacionados ao ritual de elaboração e aprovação da programação monetária. Esse projeto encontra-se

pronto para entrar em pauta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, já contando com parecer favorável do Senador Ney Suassuna.

Uma vez que ainda não foi revogado o comando legal para apreciação da programação monetária pelo Senado Federal, cabe a esta comissão votar o documento elaborado pelo Banco Central e enviado pela Presidência da República.

II – Análise

Como bem lembram os Senhores Senadores, em seu primeiro momento, o Plano Real tinha uma arquitetura baseada na taxa de câmbio fixa e no controle da expansão da base monetária e dos meios de pagamento, motivo pelo qual se tornava fundamental controlar e acompanhar a expansão dos agregados monetários. Todavia, com a crise cambial de janeiro de 1999, o Governo Federal viu-se obrigado a permitir a desvalorização da moeda. Isto forçou uma reformulação da política monetária. Agora, em vez de câmbio fixo e política monetária baseada em uma programação de expansão da oferta de moeda, temos câmbio flutuante e política monetária baseada em metas de inflação.

Uma política de metas de inflação consiste em utilizar a taxa de juros como ferramenta básica de política monetária, e não mais o controle de expansão da moeda. Daí porque toda a atenção da sociedade em relação ao Banco Central concentra-se na definição dos juros pelo Comitê de Política Monetária.

Embora se tenha mudado a política monetária, não se mudou a lei. O que fazemos, portanto, ao analisar e votar a programação monetária é, basicamente, cumprir um rito legal que está descolado da realidade.

Sabidamente, a CAE já tomou providências para encontrar novos métodos de acompanhamento da política monetária. Prova disso são as constantes presenças do Presidente do Banco Central e do Ministro da Fazenda nesta sala, onde fazem longas exposições e são exaustivamente questionados a respeito da política econômica e, em especial, a respeito da política monetária.

Todavia, acredito ser fundamental que o Poder Executivo ou o Congresso proponham um novo mecanismo de prestação de contas do Banco Central do

Brasil, que não se baseie apenas em depoimentos eventuais das altas autoridades da área econômica, viabilizando uma mais ampla supervisão das ações da autoridade monetária pelo Poder Legislativo. O Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2003, proposto pelo Senador Garibaldi Alves, já deu o primeiro passo, sugerindo a revogação de legislação ultrapassada. Resta agora instituímos novos e eficazes mecanismos de monitoramento da ação do Banco Central.

O banco de dados do Senado nos informa que já tramitam, nesta Casa, projetos de lei que visam a regulamentar o art. 192 da Constituição, estabelecendo as atribuições e os mecanismos de controle sobre o Banco Central. Esperamos que, ao longo do ano de 2005, possamos aprovar uma proposta equilibrada, que atribua ao Legislativo o poder de opinar, aprovar e supervisionar as metas da política monetária.

Isto posto, quanto ao mérito, cabe assinalar que a programação dos agregados monetários para o terceiro trimestre de 2004 alinhou-se ao cenário traçado para o comportamento do PIB, da inflação, das taxas de juros e do câmbio, além de outras variáveis relevantes. Sobretudo, dado seu caráter meramente indicativo, a mencionada programação não teve qualquer efeito prático sobre o sistema de metas para a inflação hoje em vigor.

III – Voto

Frente ao exposto, concluo pela aprovação da Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2004, nos termos do seguinte

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 241, DE 2005

Aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2004.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2004, nos termos da Mensagem nº 122, de 2005, da Presidência da República.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 24 de maio de 2005.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 122, DE 2005
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 29/05/05, OS SENHORES(AS) :

PRESIDENTE: *[Assinatura]*

RELATOR(A): *[Assinatura]*

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

| | |
|---|----------------------------------|
| CÉSAR BORGES (PFL) | 1-JOSÉ AGRIPINO (PFL) |
| EDISON LOBÃO (PFL) | 2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL) |
| JONAS PINHEIRO (PFL) <i>[Assinatura]</i> | 3-HERÁCLITO FORTES (PFL) |
| JORGE BORNHAUSEN (PFL) | 4-DEMÓSTENES TORRES (PFL) |
| RODOLPHO TOURINHO (PFL) <i>[Assinatura]</i> | 5-JOSÉ JORGE (PFL) |
| ROMEU TUMA (PFL) | 6- ROSEANA SARNEY (PFL) |
| ALMEIDA LIMA (PSDB) | 7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB) |
| EDUARDO AZEREDO (PSDB) | 8-ÁLVARO DIAS (PSDB) |
| LÚCIA VÂNIA (PSDB) <i>[Assinatura]</i> | 9-LEONEL PAVAN (PSDB) |
| SÉRGIO GUERRA (PSDB) <i>[Assinatura]</i> | 10-FLEXA RIBEIRO (PSDB) |
| TASSO JEREISSATI (PSDB) | 11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB) |

PMDB

| | |
|----------------------------------|------------------------------------|
| RAMEZ TEBET <i>[Assinatura]</i> | 1-NEY SUASSUNA <i>[Assinatura]</i> |
| LUIZ OTÁVIO | 2-HÉLIO COSTA |
| GARIBALDI ALVES FILHO | 3-VALMIR AMARAL |
| MÃO SANTA | 4-PEDRO SIMON |
| SÉRGIO CABRAL | 5- VAGO |
| GILBERTO MESTRIHO | 6-GERSON CAMATA |
| VALDIR RAUPP <i>[Assinatura]</i> | 7-PAPALÉO PAES |
| JOSÉ MARANHÃO | 8-JOÃO BATISTA MOTTA |

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

| | |
|---|---|
| ALOIZIO MERCADANTE (PT) <i>[Assinatura]</i> | 1-IDELI SALVATTI (PT) <i>[Assinatura]</i> |
| ANA JÚLIA CAREPA (PT) <i>[Assinatura]</i> | 2-AELTON FREITAS (PL) <i>[Assinatura]</i> |
| DELCÍDIO AMARAL (PT) | 3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB) |
| EDUARDO SUP LICY (PT) <i>[Assinatura]</i> | 4-ROBERTO SATURNINO (PT) <i>[Assinatura]</i> |
| FERNANDO BEZERRA (PTB) | 5-FLÁVIO ARNS (PT) |
| JOÃO CAPIBERIBE (PSB) | 6-SIBÁ MACHADO (PT) |
| PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS) | 7-SERYS SLHESSARENKO (PT) <i>[Assinatura]</i> |

PDT

| | |
|------------|--|
| OSMAR DIAS | 1- JEFFERSON PERES <i>[Assinatura]</i> |
|------------|--|

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 9.069, DE 29 DE JUNHO DE 1995

Dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências.

Art. 6º O Presidente do Banco Central do Brasil submeterá ao Conselho Monetário Nacional, no início de cada trimestre, programação monetária para o trimestre, da qual constarão, no mínimo:

II – análise da evolução da economia nacional prevista para o trimestre, e justificativa da programação monetária.

§ 1º Após aprovação do Conselho Monetário Nacional, a programação monetária será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

PARECER Nº 675, DE 2005

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 135, de 2005, da Presidência da República (Mensagem nº 262, de 2005, na origem), que encaminha ao Senado Federal a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2004.

Relator: Senador **Delcídio Amaral**

I – Relatório

Com a Mensagem nº 135, de 2005 (Mensagem nº 262, de 2005, na origem), a Presidência da República encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 2004, conforme o § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995 (Lei do Plano Real).

Antes de mais nada, cabe assinalar que a análise da presente Programação Monetária fora de seu prazo ordinário deve-se a uma descontinuidade verificada no processo de remessa de documentos ao Senado Federal, pela Presidência da República.

Essa descontinuidade não gera problemas práticos pois, como muito já se discutiu nesta comissão,

a aprovação trimestral da Programação Monetária tornou-se um ritual inócuo, incapaz de provocar dano caso não haja a apreciação da matéria pelo Plenário do Senado Federal.

Em reação a requerimento de diligência apresentado nesta Comissão, a Presidência do Senado recebeu a Mensagem nº 262, de 2005, na origem, de 9 de maio do corrente, pela qual a Presidência da República, nos termos do § 1º do inciso II do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, encaminha a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 2004, e ao primeiro e segundo trimestres de 2005. Destarte, dando continuidade ao processo, a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 2004 foi autuada como Mensagem nº 135, de 2005.

Já foi muito debatida nesta Comissão a caducidade do procedimento de aprovação de programação monetária pelo Senado Federal. Como resultado desse debate, o Senador Garibaldi Alves Filho apresentou, e a Comissão aprovou, o Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2003, que revoga dispositivos da Lei do Real relacionados ao ritual de elaboração e aprovação da programação monetária. Esse projeto encontra-se pronto para entrar em pauta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, já contando com parecer favorável do Senador Ney Suassuna.

Uma vez que ainda não foi revogado o comando legal para apreciação da Programação Monetária pelo Senado Federal, cabe a esta Comissão votar o documento elaborado pelo Banco Central e enviado pela Presidência da República.

II – Análise

Como bem lembram os Senhores Senadores, em seu primeiro momento, o Plano Real tinha uma arquitetura baseada na taxa de câmbio fixa e no controle da expansão da base monetária e dos meios de pagamento, motivo pelo qual se tornava fundamental controlar e acompanhar a expansão dos agregados monetários. Todavia, com a crise cambial de janeiro de 1999, o Governo Federal viu-se obrigado a permitir a desvalorização da moeda. Isto forçou uma reformulação da política monetária. Agora, em vez de câmbio fixo e política monetária baseada em uma programação de expansão da oferta de moeda, temos câmbio flutuante e política monetária baseada em metas de inflação.

Uma política de metas de inflação consiste em utilizar a taxa de juros como ferramenta bási-

ca de política monetária, e não mais o controle de expansão da moeda. Daí porque toda a atenção da sociedade em relação ao Banco Central concentra-se na definição dos juros pelo Comitê de Política Monetária.

Embora se tenha mudado a política monetária, não se mudou a lei. O que fazemos, portanto, ao analisar e votar a programação monetária é, basicamente, cumprir um rito legal que está descolado da realidade.

Sabidamente, a CAE já tomou providências para encontrar novos métodos de acompanhamento da política monetária. Prova disso são as constantes presenças do Presidente do Banco Central e do Ministro da Fazenda nesta sala, onde fazem longas exposições e são exaustivamente questionados a respeito da política econômica e, em especial, a respeito da política monetária.

Todavia, acredito ser fundamental que o Poder Executivo ou o Congresso proponham um novo mecanismo de prestação de contas do Banco Central do Brasil, que não se baseie apenas em depoimentos eventuais das altas autoridades da área econômica, viabilizando uma mais ampla supervisão das ações da Autoridade Monetária pelo Poder Legislativo. O Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2003, proposto pelo Senador Garibaldi Alves, já deu o primeiro passo, sugerindo a revogação de legislação ultrapassada. Resta agora instituímos novos e eficazes mecanismos de monitoramento da ação do Banco Central.

O banco de dados do Senado nos informa que já tramitam, nesta Casa, projetos de lei que visam a regulamentar o art. 192 da Constituição, estabelecendo as atribuições e os mecanismos de controle sobre o Banco Central. Esperamos que, ao longo do ano de 2005, possamos aprovar uma proposta equilibrada, que atribua ao Legislativo o poder de opinar, aprovar e supervisionar as metas da política monetária.

Isto posto, quanto ao mérito, cabe assinalar que a programação dos agregados monetários para o quarto trimestre de 2004 alinhou-se ao cenário traçado para o comportamento do PIB, da inflação, das taxas de juros e do câmbio, além de outras variáveis relevantes. Sobretudo, dado seu caráter meramente indicativo, a mencionada programação não teve qualquer efeito prático sobre o sistema de metas para a inflação hoje em vigor.

III – Voto

Frente ao exposto, concluo pela aprovação da Programação Monetária para o quarto trimestre de 2004, nos termos do seguinte

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 242, DE 2005

Aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2004.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2004, nos termos da Mensagem nº 135, de 2005, da Presidência da República.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 24 de maio de 2005. – **Luiz Otávio**, Presidente – **Delcídio Amaral**, Relator – **Jonas Pinheiro** – **Rodolpho Tourinho** – **Lúcia Vânia** – **Sérgio Guerra** – **Ramez Tebet** – **Valdir Raupp** – **Ney Suassuna** – **Aloizio Mercadante** – **Ana Júlia Carepa** – **Eduardo Suplicy** – **Ideli Salvatti** – **Roberto Saturnino** – **Serys slhessarenko**.

PARECER Nº 676, DE 2005

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 136, de 2005, da Presidência da República nº 262/2005, na origem), que encaminha ao Senado Federal a programação monetária relativa ao primeiro trimestre de 2005.

Relator: Senador **Delcídio Amaral**

I – Relatório

Com a Mensagem nº 136, de 2005, (Mensagem nº 262, de 2005 na origem), a Presidência da República encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2005, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995 (Lei do Plano Real).

Inicialmente, faz-se necessário esclarecer que a presente Programação Monetária, relativa ao primeiro trimestre de 2005, está sendo analisada fora de seu prazo ordinário, em razão de uma descontinuidade verificada no processo de remessa de documentos ao Senado Federal, pela Presidência da República.

Essa descontinuidade não gera problemas práticos pois, como já foi exaustivamente discutido nesta Comissão, a aprovação da Programação Monetária tornou-se um ritual sem conseqüência prática, não havendo dano causado pela não apreciação da matéria pelo Plenário do Senado Federal.

Em reação a requerimento de diligência apresentado nesta Comissão, a Presidência do Senado recebeu a Mensagem nº 262, de 2005, na origem, de 9 de maio do corrente, pela qual a Presidência da República, nos termos do § 1º do inciso II do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, encaminha a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 2004, e ao primeiro e segundo trimestres de 2005. Destarte, dando continuidade ao processo, a Programação Monetária relativa ao primeiro trimestre de 2005 foi atuada como Mensagem nº 136, de 2005.

Já foi muito debatida nesta Comissão a caducidade do procedimento de aprovação de programação monetária pelo Senado Federal. Como resultado desse debate, o Senador Garibaldi Alves Filho apresentou, e a Comissão aprovou, o Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2003, que revoga dispositivos da Lei do Real relacionados ao ritual de elaboração e aprovação da programação monetária. Esse projeto encontra-se pronto para entrar em pauta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, já contando com parecer favorável do Senador Ney Suassuna.

Uma vez que ainda não foi revogado o comando legal para apreciação da Programação Monetária pelo Senado Federal, cabe a esta Comissão votar o documento elaborado pelo Banco Central e enviado pela Presidência da República.

I – Análise

Como bem lembram os Senhores Senadores, em seu primeiro momento, o Plano Real tinha uma arquitetura baseada na taxa de câmbio fixa e no controle da expansão da base monetária e dos meios de pagamento, motivo pelo qual se tornava fundamental controlar e acompanhar a expansão dos agregados monetários. Todavia, com a crise cambial de janeiro de 1999, o Governo Federal viu-se obrigado a permitir a desvalorização da moeda. Isto forçou uma reformulação da política monetária. Agora, em vez de câmbio fixo e política monetária baseada em uma programação de expansão da oferta de moeda, temos

câmbio flutuante e política monetária baseada em metas de inflação.

Uma política de metas de inflação consiste em utilizar a taxa de juros como ferramenta básica de política monetária, e não mais o controle de expansão da moeda. Daí porque toda a atenção da sociedade em relação ao Banco Central concentra-se na definição dos juros pelo Comitê de Política Monetária.

Embora se tenha mudado a política monetária, não se mudou a lei. O que fazemos, portanto, ao analisar e votar a programação monetária é, basicamente, cumprir um rito legal que está descolado da realidade.

Sabidamente, a CAE já tomou providências para encontrar novos métodos de acompanhamento da política monetária. Prova disso são as constantes presenças do Presidente do Banco Central e do Ministro da Fazenda nesta sala, onde fazem longas exposições e são exaustivamente questionados a respeito da política econômica e, em especial, a respeito da política monetária.

Todavia, acredito ser fundamental que o Poder Executivo ou o Congresso proponham um novo mecanismo de prestação de contas do Banco Central do Brasil, que não se baseie apenas em depoimentos eventuais das altas autoridades da área econômica, viabilizando uma mais ampla supervisão das ações da Autoridade Monetária pelo Poder Legislativo. O Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2003, proposto pelo Senador Garibaldi Alves, já deu o primeiro passo, sugerindo a revogação de legislação ultrapassada. Resta agora instituímos novos e eficazes mecanismos de monitoramento da ação do Banco Central.

O banco de dados do Senado nos informa que já tramitam, nesta Casa, projetos de lei que visam a regulamentar o art. 192 da Constituição, estabelecendo as atribuições e os mecanismos de controle sobre o Banco Central. Esperamos que, ao longo do ano de 2005, possamos aprovar uma proposta equilibrada, que atribua ao Legislativo o poder de opinar, aprovar e supervisionar as metas da política monetária.

Isto posto, quanto ao mérito, cabe assinalar que a programação dos agregados monetários para o primeiro trimestre de 2005 guardou coerência com o cenário traçado para o comportamento do PIB, da inflação, das taxas de juros e do câmbio, além de outras variáveis pertinentes. Seja como for, dado seu caráter meramente indicativo, a referida programação não chegou a contraditar, na prática, o sistema de metas para a inflação ora em vigor.

III – Voto

Frente ao exposto, concluo pela aprovação da Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2005, nos termos do seguinte

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 243, DE 2005**

**Aprova a Programação Monetária para
o primeiro trimestre de 2005.**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 136, DE 2005
NÃO TERMINATIVA**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2005, nos termos da Mensagem nº 136, de 2005, da Presidência da República.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

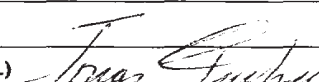

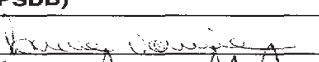
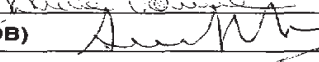
Sala da Comissão, 24 de maio de 2005.

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 29/05/05. OS SENHORES(AS) :

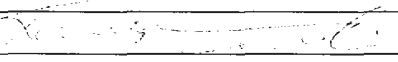
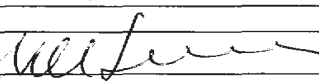

PRESIDENTE: 

RELATOR(A): 

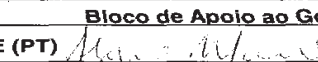
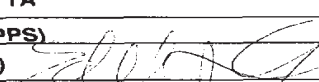
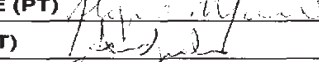
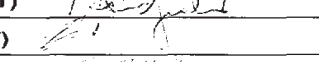
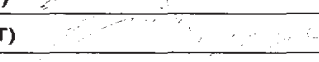
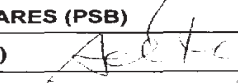

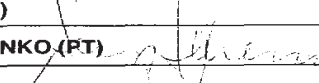
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

| | |
|---|----------------------------------|
| CÉSAR BORGES (PFL) | 1-JOSÉ AGRIPINO (PFL) |
| EDISON LOBÃO (PFL) | 2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL) |
| JONAS PINHEIRO (PFL)  | 3-HERÁCLITO FORTES (PFL) |
| JORGE BORNHAUSEN (PFL) | 4-DEMÓSTENES TORRES (PFL) |
| RODOLPHO TOURINHO (PFL)  | 5-JOSÉ JORGE (PFL) |
| ROMEU TUMA (PFL) | 6- ROSEANA SARNEY (PFL) |
| ALMEIDA LIMA (PSDB) | 7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB) |
| EDUARDO AZEREDO (PSDB) | 8-ÁLVARO DIAS (PSDB) |
| LÚCIA VÂNIA (PSDB)  | 9-LEONEL PAVAN (PSDB) |
| SÉRGIO GUERRA (PSDB)  | 10-FLEXA RIBEIRO (PSDB) |
| TASSO JEREISSATI (PSDB) | 11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB) |

PMDB

| | |
|---|--|
| RAMEZ TEBET  | 1-NEY SUASSUNA  |
| LUIZ OTÁVIO | 2-HÉLIO COSTA |
| GARIBALDI ALVES FILHO | 3-VALMIR AMARAL |
| MÃO SANTA | 4-PEDRO SIMON |
| SÉRGIO CABRAL | 5- VAGO |
| GILBERTO MESTRINHO | 6-GERSON CAMATA |
| ALDIR RAUPP  | 7-PAPALÉO PAES |
| JOSÉ MARANHÃO | 8-JOÃO BATISTA MOTTA |

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

| | |
|--|---|
| LOIZIO MERCADANTE (PT)  | 1-IDELI SALVATTI (PT)  |
| INA JÚLIA CAREPA (PT)  | 2-AELTON FREITAS (PL) |
| ELCÍDIO AMARAL (PT)  | 3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB) |
| EDUARDO SUPLICY (PT)  | 4-ROBERTO SATURNINO (PT)  |
| ERNANDO BEZERRA (PTB) | 5-FLÁVIO ARNS (PT) |
| OSÓRIO CAPIBERIBE (PSB) | 6-SIBÁ MACHADO (PT)  |
| ATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS) | 7-SERYS SLHESSARENKO (PT)  |

PDT

| | |
|-----------|--------------------|
| SMAR DIAS | 1- JEFFERSON PERES |
|-----------|--------------------|

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.069, DE 29 DE JUNHO DE 1995

Dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências.

Art. 6º O Presidente do Banco central do Brasil submeterá ao conselho Monetário Nacional, no início de cada trimestre, programação monetária para o trimestre, da qual constarão, no mínimo:

II – análise da evolução da economia nacional prevista para o trimestre, e justificativa da programação monetária.

§ 1º Após aprovação do conselho Monetário Nacional, a programação monetária será encaminhada à comissão de Assuntos Econômicos do senado Federal.

PARECER Nº 677, DE 2005

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 137, de 2005, da Presidência da República (Aviso nº 10, de 2005, da Presidência do Banco Central do Brasil, na origem), que encaminha ao Senado Federal a programação monetária relativa ao segundo trimestre de 2005.

Relator: Senador **Dalcídio Amaral**

I – Relatório

Com a Mensagem nº 137, de 2005 (Aviso nº 10, na origem), a Presidência da República encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2005, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995 (Lei do Plano Real).

Já foi muito debatida nesta Comissão a caducidade do procedimento de aprovação de programação monetária pelo Senado Federal. Como resultado desse debate, o Senador Garibaldi Alves Filho apresentou, e a Comissão aprovou, o Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2003, que revoga dispositivos da lei do real relacionados ao ritual de elaboração e aprovação da programação monetária. Esse projeto encontra-se pronto para entrar em pauta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, já contando com parecer favorável do Senador Ney Suassuna.

Uma vez que ainda não foi revogado o comando legal para apreciação da Programação Monetária pelo Senado Federal, cabe a esta Comissão votar o documento elaborado pelo Banco Central e enviado pela Presidência da República.

II – Análise

Como bem lembram os Senhores Senadores, em seu primeiro momento, o Plano Real tinha uma arquitetura baseada na taxa de câmbio fixa e no controle da expansão da base monetária e dos meios de pagamento, motivo pelo qual se tornava fundamental controlar e acompanhar a expansão dos agregados monetários. Todavia, com a crise cambial de janeiro de 1999, o Governo Federal viu-se obrigado a permitir a desvalorização da moeda. Isto forçou uma reformulação da política monetária. Agora, em vez de câmbio fixo e política monetária baseada em uma programação de expansão da oferta de moeda, temos câmbio flutuante e política monetária baseada em metas de inflação.

Uma política de metas de inflação consiste em utilizar a taxa de juros como ferramenta básica de política monetária, e não mais o controle de expansão da moeda. Daí porque toda a atenção da sociedade em relação ao Banco Central concentra-se na definição dos juros pelo Comitê de Política Monetária.

Embora se tenha mudado a política monetária, não se mudou a lei. O que fazemos, portanto, ao analisar e votar a programação monetária é, basicamente, cumprir um rito legal que está descolado da realidade.

Sabidamente, a CAE já tomou providências para encontrar novos métodos de acompanhamento da política monetária. Prova disso são as constantes presenças do Presidente do Banco Central e do Ministro da Fazenda nesta sala, onde fazem longas exposições e são exaustivamente questionados a respeito da política econômica e, em especial, a respeito da política monetária.

Todavia, acredito ser fundamental que o Poder Executivo ou o Congresso proponham um novo mecanismo de prestação de contas do Banco Central do Brasil, que não se baseie apenas em depoimentos eventuais das altas autoridades da área econômica, viabilizando uma mais ampla supervisão das ações da Autoridade Monetária pelo Poder Legislativo. O Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2003, proposto pelo Senador Garibaldi Alves, já deu o primeiro passo, sugerindo a revogação de legislação ultrapassada. Resta agora instituímos novos e eficazes mecanismos de monitoramento da ação do Banco Central.

O banco de dados do Senado nos informa que já tramitam, nesta Casa, projetos de lei que visam a regulamentar o art. 192 da Constituição, estabelecendo as atribuições e os mecanismos de controle sobre o Banco Central. Esperamos que, ao longo do ano de 2005, possamos aprovar uma proposta equilibrada, que atribua ao Legislativo o poder de opinar, aprovar e supervisionar as metas da política monetária.

Faz-se necessário, por fim, uma consideração sobre a recente descontinuidade no processo de aprovação trimestral da programação monetária. Por um problema não esclarecido na remessa de documentos ao Senado Federal, pela Presidência da República, não se encontravam na Comissão de Assuntos Econômicos as três últimas mensagens sobre o tema.

Isto posto, quanto ao mérito, cabe assinalar que a programação dos agregados monetários para o segundo trimestre de 2005 é consoante com o cenário traçado para o comportamento das variáveis relevantes ao longo do ano, sobretudo o crescimento do PIB, a inflação, as taxas de juros e o câmbio. Além disso, seu caráter meramente indicativo previne uma contradição direta com o sistema de metas para a inflação.

III – Voto

Frente ao exposto, concluo pela aprovação da Programação Monetária para o segundo trimestre de 2005, nos termos do seguinte

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 244, DE 2005

Aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2005.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2005, nos termos da Mensagem nº 137, de 2005, da Presidência da República.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Saia da Comissão, 24 de maio de 2005.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 137, DE 2005 NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 21 / 05 / 05. OS SENHORES(AS) :

PRESIDENTE: 

RELATOR(A): 

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

| | |
|-------------------------|----------------------------------|
| CÉSAR BORGES (PFL) | 1-JOSÉ AGRIPINO (PFL) |
| EDISON LOBÃO (PFL) | 2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL) |
| JONAS PINHEIRO (PFL) | 3-HERÁCLITO FORTES (PFL) |
| JORGE BORNHAUSEN (PFL) | 4-DEMÓSTENES TORRES (PFL) |
| RODOLPHO TOURINHO (PFL) | 5-JOSÉ JORGE (PFL) |
| ROMEU TUMA (PFL) | 6- ROSEANA SARNEY (PFL) |
| ALMEIDA LIMA (PSDB) | 7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB) |
| EDUARDO AZEREDO (PSDB) | 8-ÁLVARO DIAS (PSDB) |
| LÚCIA VÂNIA (PSDB) | 9-LEONEL PAVAN (PSDB) |
| SÉRGIO GUERRA (PSDB) | 10-FLEXA RIBEIRO (PSDB) |
| TASSO JEREISSATI (PSDB) | 11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB) |

PMDB

| | |
|-----------------------|----------------------|
| RAMEZ TEBET | 1-NEY SUASSUNA |
| LUÍZ OTÁVIO | 2-HÉLIO COSTA |
| SARIBALDI ALVES FILHO | 3-VALMIR AMARAL |
| MÃO SANTA | 4-PEDRO SIMON |
| SÉRGIO CABRAL | 5- VAGO |
| SILBERTO MESTRINHO | 6-GERSON CAMATA |
| ALDIR RAUPP | 7-PAPALÉO PAES |
| OSÉ MARANHÃO | 8-JOÃO BATISTA MOTTA |

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

| | |
|----------------------------|----------------------------------|
| LOIZIO MERCADANTE (PT) | 1-IDELI SALVATTI (PT) |
| NA JÚLIA CAREPA (PT) | 2-AELTON FREITAS (PL) |
| ELCÍDIO AMARAL (PT) | 3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB) |
| DUARDO SUPLICY (PT) | 4-ROBERTO SATURNINO (PT) |
| ERNANDO BEZERRA (PTB) | 5-FLÁVIO ARNS (PT) |
| JÃO CAPIBERIBE (PSB) | 6-SIBÁ MACHADO (PT) |
| ATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS) | 7-SERYS SLHESARENKO (PT) |

PDT

| | |
|-----------|--------------------|
| SMAR DIAS | 1- JEFFERSON PERES |
|-----------|--------------------|

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.069, DE 29 DE JUNHO DE 1995

Dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências.

.....
Art. 6º O Presidente do Banco Central do Brasil submeterá ao Conselho Monetário Nacional, no início de cada trimestre, programação monetária para o trimestre, da qual constarão, no mínimo:

.....
II – análise da evolução da economia nacional prevista para o trimestre, e justificativa da programação monetária.

§ 1º Após aprovação do Conselho Monetário Nacional, a programação monetária será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.
.....

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência comunica ao Plenário a abertura de prazo de cinco dias úteis perante a Mesa, para recebimento de emendas aos **Projetos de Decreto Legislativos nºs 241 a 244, de 2005**, cujos pareceres foram lidos anteriormente, nos termos do art. 235, II, “b”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Ofício nº 272-L-PFL/05

Brasília, 19 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto do Partido da Frente Liberal para integrar a Comissão Mista destinada a efetuar estudos visando ao aperfeiçoamento do rito de tramitação de Medidas Provisórias, em substituição ao Deputado Aldir Cabral.

Atenciosamente, – Deputado **Rodrigo Maia**, Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 86-presidência/CCJ

Brasília, 23 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico à Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento (SF) nº 393, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, _ Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 87-Presidência/CCJ

Brasília, 23 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico à Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento (SF) nº 394, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, _ Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 88-Presidência/CCJ

Brasília, 23 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico à Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento (SF) nº 395, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, _ Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 89-Presidência/CCJ

Brasília, 23 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico à Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento (SF) nº 396, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, _ Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 90-Presidência/CCJ

Brasília, 23 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico à Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento (SF) nº 397, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, _ Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 91-Presidência/CCJ

Brasília, 23 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico à Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento (SF) nº 398, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, _ Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 92-Presidência/CCJ

Brasília, 23 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico à Vossa Excelência que

esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento (SF) nº 399, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, _ Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 93-Presidência/CCJ

Brasília, 23 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico à Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento (SF) nº 400, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, _ Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 94-Presidência/CCJ

Brasília, 23 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico à Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento (SF) nº 401, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, _ Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 95-Presidência/CCJ

Brasília, 23 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico à Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento (SF) nº 402, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, _ Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 96-Presidência/CCJ

Brasília, 23 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico à Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento (SF) nº 403, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, _ Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 97-Presidência/CCJ

Brasília, 23 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico à Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento (SF) nº 404, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, _ Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 98–Presidência/CCJ

Brasília, 23 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico à Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento (SF) nº 405, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 99–Presidência/CCJ

Brasília, 23 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico à Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SE) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento (SF) nº 406, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 100-Presidência/CCJ

Brasília, 23 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento interno desta Casa, comunico à Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento (SF) nº 407, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 101-Presidência/CCJ

Brasília, 23 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico à Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento (SF) nº 408, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 102-Presidência/CCJ

Brasília, 23 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico à Vossa Excelência que

esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento (SF) nº 409, de 2005, de autoria do Senador Artur Virgílio.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 103-Presidência/CCJ

Brasília, 23 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico à Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento (SF) nº 410, de 2005, de autoria do Senador Artur Virgílio.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 104 – Presidência/CCJ

Brasília, 23 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico à Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento (SF) nº 411, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 105 – Presidência/CCJ

Brasília, 23 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico à Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento (SF) nº 412, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 106 – Presidência/CCJ

Brasília, 23 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico à Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento (SF) nº 413, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 107 – Presidência/CCJ

Brasília, 23 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico à Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento (SF) nº 414, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 108 – Presidência/CCJ

Brasília, 23 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico à Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento (SF) nº 415, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 109 – Presidência/CCJ

Brasília, 23 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico à Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento (SF) nº 416, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 110-Presidência/CCJ

Brasília, 23 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico à Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento (SF) nº 417, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, Senador **Antônio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 111-Presidência/CCJ

Brasília, 23 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico à Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento (SF) nº 418, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, Senador **Antônio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 112-Presidência/CCJ

Brasília, 23 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico à Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001, para

apreciação do Requerimento (SF) nº 419, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, Senador **Antônio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 113-Presidência/CCJ

Brasília, 23 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico à Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento (SF) nº 420, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, Senador **Antônio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 114-Presidência/CCJ

Brasília, 25 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico à Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento (SF) nº 421, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, Senador **Antônio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 115-Presidência/CCJ

Brasília, 23 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico à Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento (SF) nº 422, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, Senador **Antônio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 116-Presidência/CCJ

Brasília, 23 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico à Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento (SF) nº 423, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, Senador **Antônio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº117-Presidência/CCJ

Brasília, 23 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico à Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento (SF) nº 424, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, Senador **Antônio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 118-Presidência/CCJ

Brasília, 23 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico à Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento (SF) nº 425, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, Senador **Antônio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ofício nº 119-Presidência/CCJ

Brasília, 23 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico à Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo

estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento (SF) nº 426, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, Senador **Antônio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 120-Presidência/CCJ

Brasília, 23 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico à Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento (SF) nº 427, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, Senador **Antônio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 121-Presidência/CCJ

Brasília, 23 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico à Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento (SF) nº 428, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, Senador **Antônio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 122-Presidência/CCJ

Brasília, 23 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico à Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento (SF) nº 429, de 2005, de autoria do Senador **Arthur Virgílio**.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 123-Presidência/CCJ

Brasília, 23 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico à Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento (SF) nº 430, de 2005, de autoria do Senador **Arthur Virgílio**.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº P. 95/2005 – CMO

Brasília, 24 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar a alteração do cronograma de tramitação do Projeto de Lei nº 4/2005-CN, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2006 e dá outras providências” (LD0/2006), conforme reunião realizada pelo Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento nesta comissão, nos termos abaixo descritos:

1. Apresentação de Emendas ao Projeto de Lei ... de 25-5 a 9-6
2. Publicação e distribuição de avulsos das Emendas* ... até 14-6
3. Realização de Audiências Públicas ... até 17-6
 - Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (conjunta com CFT/CD e CAE/SF)
 - Entidades da Sociedade Civil (Associações dos Servidores Públicos, CUT, CGT, CNS, MST e demais entidades)
 - Presidente do BACEN (conjunta com CFT/CD e CAE/SF)
4. Apresentação, publicação e discussão do Relatório e votação pela Comissão ... até 28-6
5. Sistematização do Parecer sobre o Projeto e seu encaminhamento à Mesa do CN ... até 29-6

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração. _ Senador **Efraim Morais**, Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os expedientes que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Há oradores inscritos.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Pela ordem, Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pela ordem.)

– Solicito a palavra pela Liderança do PMDB, antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a será atendido, após o primeiro orador inscrito, de maneira intercalada.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, para uma comunicação inadiável, peço a palavra a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a está inscrito.

Senadora Ana Júlia.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pela ordem.) – Exatamente para pedir a palavra, mesmo que tenham três pedidos como suplentes, para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a é a segunda inscrita.

Senadora Ideli.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Como terceira inscrita para comunicação inadiável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^{as} serão atendidos, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno, na prorrogação da Hora do Expediente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, por cessão do Senador Mão Santa; a seguir, Senador Hélio Costa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, venho a esta tribuna, mais uma vez, para falar de um tema, Senador Hélio Costa, que me é muito caro. Já entrei com um pedido de audiência pública na Comissão que V. Ex^a preside. Refiro-me ao tema do ensino profissionalizante.

Já falei naquela Comissão, e repito aqui agora, que tenho muito orgulho de a minha base de formação ter sido o Senai. Lembrei, inclusive, que o Presidente Lula passou pela mesma escola.

Hoje, Sr. Presidente, em conversa, principalmente neste fim de semana, no meu Rio Grande, onde visitei dez cidades, com inúmeros pais de família que acompanharam esse meu debate, eles pediram que eu falasse, mais uma vez, sobre a importância do ensino profissional.

É doloroso ver nos olhos dos pais a preocupação que eles sentem com a falta de perspectiva de futuro dos filhos. Eles sabem que a exclusão dificulta imensamente o espaço que eles podem ter amanhã no mercado de trabalho, se não tiverem um curso técnico.

Sabemos que o desemprego é uma realidade. Há uma desesperança em relação ao futuro para aqueles que não têm um mínimo de formação. Nossos jovens querem, com certeza, ingressar no mercado de trabalho, mas sabem que a falta de qualificação profissional dificulta em muito esse acesso. Por isso é importante reorganizarmos toda a discussão da educação com o viés do ensino profissionalizante.

Sei que o MEC, o Ministério da Educação, está discutindo um projeto estratégico para o desenvolvimento social, econômico do País, que passa pelo ensino profissional.

Sr. Presidente, tenho participado de alguns debates sobre esse tema, que envolve o interesse, com certeza absoluta, de milhões de brasileiros. Jovens e adultos buscam uma chance no mercado de trabalho. Nesse aspecto, apresentei uma emenda à Constituição, de nº 24, de 2005, na qual fica constituído um fundo nacional, com receitas oriundas de diversos impostos e contribuições, que não onera em nada o Tesouro nem sacrifica políticas públicas.

A PEC que já apresentei sugere a criação, primeiro, de um conselho consultivo de acompanhamento, formado por representantes do poder público e da sociedade civil, com o fim de promover o controle social e ficar acompanhando a aplicação dos recursos desse Fundo. Por fim, é prevista a forma da lei para a regulamentação da matéria.

Esse Fundo seria composto por três principais fontes, além de outras previstas em lei:

1ª) Dois por cento da receita resultante da arrecadação do Imposto sobre a Renda (IR) e também do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI);

2ª) três por cento da arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e ainda uma outra contribuição, que viria do Sistema S.

É importante explicar, Sr. Presidente, que não estou criando nenhum outro tributo, estou apenas destinando um percentual mínimo de tributos que já existem para o Fundo do ensino profissional.

Sr. Presidente, eu gostaria de destacar que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) realizou a chamada Pesquisa Nacional Qualidade da Educação: a Escola Pública na Opinião dos Pais, e o resultado é o seguinte: na opinião de 10 mil pais entrevistados, 73% com renda até três salários mínimos considerou que a escola no Brasil tem melhorado. Foi um estudo ímpar no sentido de orientar as políticas públicas com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino no nosso País.

Os resultados demonstram ainda que os dois itens mais valorizados pelos pais foram, em primeiro lugar, o ensino profissionalizante, com 96,2% de aprovação, ou seja, entre os pais consultados nessa pesquisa, quase 100% disseram que em primeiro lugar deveria estar o ensino profissionalizante.

Segundo os entrevistados, ainda, quanto à informatização das escolas, 97% entendem que as escolas precisam estar informatizadas.

Sr. Presidente, essa emenda constitucional que apresentei tem a simpatia do MEC. Conversei com o Ministro Tarso Genro e sei que, no final, será muito mais autorizativo. Mas é importante que o MEC esteja estudando a fundo essa questão para viabilizar que a maioria dos nossos alunos possa ter direito ao ensino técnico antes mesmo de entrar na universidade.

Sr. Presidente, ainda em 2003, apresentei o Projeto nº 453, que institui cota mínima para estudante nas escolas públicas que se destinam a ir para a universidade. Hoje de manhã, Senador Hélio Costa – V. Exª, que apoiou desde o primeiro momento esse projeto e outros que vão no mesmo sentido – aprovou pela segunda vez na Comissão, agora entendo que irá direto para a Câmara, projeto que garante que 50% das vagas na universidade federal serão destinadas aos alunos que vieram da chamada escola pública. Fiquei feliz com o encaminhamento feito por V. Exª e cumprimento, inclusive, o Senador José Jorge, que, embora tivesse uma posição um pouco diferente, permitiu que o projeto fosse aprovado em segundo turno. O Senador Sérgio Cabral também, embora tenha feito uma mudança na redação, como Relator deu parecer favorável e o projeto está sendo encaminhado agora, tenho certeza, para a Câmara dos Deputados.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que entendo que o ensino profissional é um espaço importantíssimo para cerca de 2 milhões de jovens que se apresentam todo ano dispostos a trabalhar. E não sei se falei um outro dia, mas vou repetir. Quando o jovem chega em uma empresa, a primeira coisa que perguntam para ele é se tem experiência. E ele diz que tem apenas 16, 17 anos e é claro que não tem experiência. Mas as empresas já exigem que ele tenha uma certa experiência.

Ele só poderia conseguir essa experiência se efetivamente passasse por uma escola profissional. E aqui eu dava o meu exemplo, quando passei pelo Senai, e tantos outros que passaram pela escola Parobé, pelo Sesc, enfim, por inúmeras escolas que apontam nesse sentido.

Agradeço ao Senador Mão Santa que me cedeu este espaço para mais uma vez dizer da importância de aprovarmos, de forma definitiva, com apoio do MEC e, tenho certeza, com o aval do Presidente Lula, mais investimento na área da educação, principalmente na área do ensino profissional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR PAULO PAIM.**

O SR. SENADOR PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, eu lembro dos tempos em que frequentei a Escola Técnica, o Senai, e sei da representatividade que esse ensino teve na minha vida. Deve ser assim para muitas outras pessoas que também puderam se qualificar para o mercado de trabalho através desses cursos.

É doloroso ver nos olhos dos pais a preocupação que sentem com o futuro dos filhos. Eles sabem que a exclusão dificulta imensamente a qualificação profissional, gerando assim o desemprego e inviabilizando perspectivas positivas de futuro.

Anteriormente eu já havia falado sobre a dificuldade que milhões dos nossos jovens sentem, não tendo acesso às Universidades e ao ensino técnico profissionalizante.

Falei também que nossos jovens querem ingressar no mercado de trabalho, mas sabem que a falta da qualificação profissional dificulta o acesso e que devemos nos fixar na reorganização da educação profissional, pois o mercado de trabalho é cada vez mais dinâmico e globalizado.

Encontra-se em elaboração, no âmbito do Ministério da Educação (MEC), proposta de lei orgânica da educação profissional e tecnológica. Ciente de que o marco regulatório dessa modalidade de educação é estratégico para o desenvolvimento socioeconômico do País, o MEC procurou democratizar o debate em torno da proposta.

É na qualidade de participante deste debate, de quem acredita que será através da qualificação profissional que milhões de brasileiros, jovens e adultos terão sua chance no mercado de trabalho, que solicitei à Consultoria Legislativa que estudasse uma forma de ampliar a oferta de vagas nos cursos de educação

profissional, de modo a democratizar o acesso a essa modalidade de ensino.

A educação profissional precisa contar com uma fonte segura de financiamento, não somente para sua manutenção, mas principalmente para sua expansão e desenvolvimento.

Desta forma, apresentei a Proposta de Emenda à Constituição 24/2005 onde fica constituído um fundo nacional, com receitas oriundas de diversos impostos e contribuições – o que não onera o Tesouro, nem sacrifica outras políticas públicas.

A PEC sugerida prevê a criação de conselho consultivo e de acompanhamento, formado por representantes do poder público e da sociedade civil, com o fim de promover o controle social da aplicação dos recursos do Fundo. Por fim, é prevista a forma da lei para a regulamentação da matéria.

A fim de garantir a qualidade dos cursos, os estabelecimentos de ensino devem firmar convênio com o Fundo, nos termos da regulamentação. Fica assegurada, ainda, a gratuidade dos cursos que recebam recursos do Fundo.

Esse Fundo seria composto por três principais fontes, além de outras previstas em lei:

1^a) 2% da receita resultante da arrecadação do Imposto sobre a Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);

2^a) 3% da arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP);

3^a) 30% das contribuições compulsórias das empresas sobre a folha de salários que originaram o chamado *Sistema S*.

De acordo com o estudo da Consultoria, a estimativa de receita do Fundo, com base na arrecadação de 2004 e contribuição estimada para o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional segundo o tributo (valores em milhões de reais) mostra que no caso de aprovação da PEC ainda em 2005, o Fundo teria à disposição, no exercício seguinte, um montante que pode ultrapassar R\$5 bilhões.

O estudo apresentado salienta a importância de que o Fundo não constituiria a única fonte de financiamento da educação profissional: seria apenas um fundo de apoio ao desenvolvimento das ações do setor privado e de iniciativas do poder público.

Desse modo, não ficaria prejudicado o financiamento da manutenção dos estabelecimentos que oferecem cursos de educação profissional.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, realizou a Pesquisa

Nacional Qualidade da Educação: a Escola Pública na Opinião dos Pais.

Na opinião dos 10 mil pais entrevistados, 73% com renda até três salários mínimos, considerou que a escola tem melhorado. Foi um estudo ímpar no sentido de orientar as políticas públicas, objetivando melhorar a qualidade educacional brasileira!

Os resultados demonstraram que os dois itens mais valorizados pelos pais foram o ensino profissionalizante com 96,2% de aprovação pelos entrevistados e a informatização das escolas com 97%.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós estamos aqui para viabilizar uma vida melhor para nossa gente e criar possibilidades neste sentido é nossa obrigação.

Estou satisfeito porque o Projeto de Lei do Senador Federal – PLS nº 453/2003, de minha autoria, que institui cota mínima para os estudantes de escolas públicas nas Universidades Públicas, foi aprovado por unanimidade na Comissão de Educação.

O princípio da igualdade de oportunidades para o acesso e permanência na escola básica e fundamental e, também, nas universidades não deve ser um privilégio, mas um direito de todos!

A nossa responsabilidade reside em não permitir que nossos jovens sejam caminhantes errantes, que, sem perspectivas acabam se entregando ao mundo das drogas ou da violência.

Se nós queremos realmente gerar possibilidades, vamos implantar mais projetos a nível nacional de desenvolvimento e qualificação do trabalhador, particularmente no campo da geração de trabalho e renda.

A família brasileira precisa ser tranqüilizada quanto ao destino que aguarda seus filhos. Exclusão é uma palavra que apavora, e o pior de tudo é quando ela não representa somente uma palavra, é quando ela retrata uma realidade!

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Hélio Costa, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno, por cinco minutos.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – Peço a palavra pela ordem.

SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Capiberibe.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP. Pela ordem.) Sr. Presidente, solicito a minha inscrição pela Liderança do PSB, após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– V. Ex^a está inscrito.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva começou, hoje pela manhã, na Coréia, novamente representando os interesses brasileiros, acompanhado de 190 empresários, a mostrar o potencial do nosso País, a capacidade que temos de crescer e de transformar esta extraordinária Nação cada vez mais.

Quero fazer um apelo ao Presidente da República. Entre as matérias que serão discutidas durante a sua viagem à Ásia, à Coréia e ao Japão, há uma de mais absoluto interesse do Estado de Minas Gerais, que aqui represento. Com o Japão, o Presidente discutirá uma série de questões, notadamente firmando compromissos na área da exploração de petróleo, como fez recentemente com outros países. Agora, principalmente no caso do Japão, a grande “estrela” dos acordos que o Presidente firmará diz respeito ao etanol, porque uma lei recentemente aprovada no Japão permite adicionar 3% de etanol à gasolina. Isso faz com que o Japão tenha uma demanda de álcool de 1,8 bilhão de litros por ano, a partir deste ano.

Quando chegar ao Japão, o Presidente poderá assinar um convênio com o Governo japonês para aplicação de recursos na área de saneamento na bacia de Furnas. Furnas representa, Sr^{as} e Srs. Senadores, 1.445.000 m³ de água. Na verdade, um dos braços da represa tem 280 km de extensão; é um verdadeiro mar dentro do Estado de Minas Gerais. Das 64 cidades em torno do lago de Furnas, Senador Presidente, a maioria não tem esgoto encanado – o que, aliás, é padrão no interior de nosso Estado e no País como um todo, visto que mais de 70% das residências no interior do Brasil não têm esgoto encanado; apenas 60% das residências no País inteiro têm água tratada. Imaginem todos esses Municípios ao redor do lago de Furnas despejando seus detritos naquela lagoa maravilhosa!

Então, existe esse projeto do Governo japonês, do Banco de Desenvolvimento Comercial do Japão, para aplicar recursos no saneamento da bacia de Furnas, certamente podendo atender a pelo menos 60 dos principais Municípios – aqueles que estão mais próximos da represa –, o que fará uma enorme diferença para o meio ambiente em toda a região. Não vi na programação do Presidente nenhum detalhe sobre a assinatura desse convênio, mas estou informado oficialmente de que está na pauta das discussões. Então, o Presidente precisa destacar esse convênio para ser firmado, porque é da mais absoluta importância para o nosso Estado de Minas Gerais.

Hoje, a Copasa, que é a empresa de água e saneamento do Estado de Minas Gerais, é uma em-

presa modelo, respeitada no Brasil, com crédito no mundo inteiro. Por essa razão a Copasa absorverá parte desses recursos para realizar essas obras. Hoje, a empresa já representa 90 dos 150 Municípios que estão intimamente ligados na região do lago de Furnas. E são dezenas de cidades que serão atendidas, principalmente as pequenas cidades do meu Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço essa observação porque, dentro dessa programação tão importante que o Presidente está cumprindo, assinando convênios que certamente incrementarão a indústria alcooleira no Brasil – que beneficiarão muito o trabalhador rural, o homem do campo, que poderá plantar mais, colher mais –, esse convênio que prevê o saneamento da bacia de Furnas, que não está oficialmente na pauta, mas que sei que será assinado, precisa ser mencionado pelo Presidente da República. Esse convênio significa um grande avanço, certamente, para melhorarmos a proteção ecológica do ambiente, em uma região tão rica e tão importante quanto essa do Estado de Minas Gerais.

O lago de Furnas é atualmente fator primordial da economia regional no sul de Minas. Ele representa a sobrevivência de várias cidades da nossa região e tem um potencial extraordinário, que lamentavelmente ainda não foi explorado: o turismo. Quem conhece o lago de Furnas e já visitou os *canyons* que existem ali sabe que é como estar nas ilhas gregas, no Caribe ou em qualquer extraordinária região do mundo. As belezas contidas no lago de Furnas poderiam ser exploradas com uma política de turismo que realmente expandisse toda aquela região para os brasileiros que, nas suas férias, procuram encontrar um lugar diferente, bonito e aprazível para visitar.

Furnas é para Minas Gerais o nosso lago, o nosso mar, é para todos nós algo da maior importância. Custou certamente terras produtivas importantíssimas da nossa região, que agora servem para produzir 40% de toda a energia do País. Repito: 40% de toda a energia produzida no Brasil vem do lago de Furnas.

Então, temos de, primeiramente, proteger essa extraordinária preciosidade natural; temos de incentivar todos os projetos que visam melhorar aquela região, sobretudo esse que mencionei, em particular, que vem, por assim dizer, salvar o lago de Furnas, porque atenderá principalmente as necessidades das obras de saneamento básico que precisam ser feitas em toda a região.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço ao nobre Senador Hélio Costa.

Concedo a palavra ao eminente Senador Romeu Tuma, por cessão da Senadora Heloísa Helena.

S. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A Senadora Heloísa Helena está viajando?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Não há uma resposta objetiva da Mesa sobre essa questão. Consta apenas que S. Ex^a cedeu sua inscrição ao nobre Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Posso explicar, Senador Pedro Simon. Liguei para S. Ex^a e pedi que se inscrevesse.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não peço explicações. Trata-se de problema de doença?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não, desculpe-me. Pedi à Senadora Heloísa Helena que fizesse a inscrição por mim, e S. Ex^a foi muito cortês em fazê-lo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sou testemunha disso. Na hora em que assinou a inscrição, a Senadora Heloísa Helena disse que era para V. Ex^a. Fiquei até com ciúme.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – A Senadora Heloísa Helena é uma pessoa de quem todos sentimos ciúmes pelo que faz pelos outros, pelo carinho e pela bondade que S. Ex^a demonstra a este Plenário.

Senador Pedro Simon, além de V. Ex^a ser um Parlamentar sério e correto, está sempre atento àquilo que fere o Parlamento, sendo um exemplo para todos nós. Para mim, pelo menos, V. Ex^a é um grande exemplo de vida, de comportamento e de retidão de caráter na conduta da sua representação pelo Estado do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna não para justificar, mas para rebater uma manifestação que, há alguns dias, o Senador Aloizio Mercadante vem fazendo a meu respeito.

Antes do dia da votação para o Conselho Nacional de Justiça, houve um debate muito grande sobre a indicação do professor Alexandre, e fui um dos batalhadores para que essa discussão ocorresse. Inclusive fui ao plenário da Câmara dos Deputados para revelar ao Deputado Robson Tuma, meu filho, ao Deputado Rodrigo Maia, Líder do PFL, e ao Presidente da Câmara a importância de o Sr. Alexandre pertencer ao Conselho Nacional de Justiça, por tudo o que S. Ex^a representava pelo seu conhecimento jurídico, principalmente Direito Constitucional, disciplina da qual é professor. Isso foi feito.

Mesmo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sentimos de perto que havia um movimento para tentar neutralizar a indicação do nome do Dr. Alexandre. Chamei a plenário o meu Líder, Senador José Agripino, o Senador Arthur Virgílio e outros para

perfazermos número. Aquele movimento arrefeceu posteriormente e não houve nenhum problema, a não ser três votos contrários que ele recebeu na Comissão. A votação, então, veio a plenário, e nunca poderei colocar em dúvida a palavra do meu Líder, Senador José Agripino, que se tem comportado com postura correta, jamais me tendo pedido um voto contrário ao Estado em que nasci e que aqui represento, São Paulo.

No dia da votação, por pressão de alguns Senadores, o Presidente Renan Calheiros decidiu fazer a votação para a indicação dos três membros do Ministério Público Estadual a fim de compor o Conselho do Ministério Público, designando o Senador Demóstenes Torres e eu para ficarmos próximos às urnas para acompanhar a votação. Assim fizemos. Eu entrava, votava e retornava imediatamente.

Houve inversão da votação, porque o Dr. Alexandre de Moraes era o décimo quinto da pauta e foi colocado em quinto lugar. Ninguém tocou a campanha, ninguém nos chamou ou nos apressou para irmos votar, Senadora Heloísa Helena. Quando fizeram uma referência, vim correndo e fiz meu protesto, que está registrado.

Ontem à tarde, Senador Pedro Simon e Senadora Heloísa Helena, lembrando o nosso Mão Santa, que sempre cita algum livro, passei na livraria do aeroporto e comprei **O Homem que Calculava**, de Malba Tahan, pois me lembrei de que, quando jovem, li a história da divisão dos camelos, herança deixada por um pai árabe a três filhos. Ele pegou um camelo emprestado de um companheiro de viagem para fazer um número par. Fez a divisão e sobrou o do companheiro e sobrou um para ele. Essa é a matemática que o Mercadante está fazendo aqui. Ele diz que quatro membros saíram do plenário. Não saíram do plenário! Estavam em missão aqui no “cafezinho”, onde poderiam ser chamados. Mas não fomos chamados. Não houve nem toque de campanha, Senador! Por quê? Porque havia uma palavra empenhada pelo próprio Mercadante ao Senador José Agripino de que não haveria qualquer voto contrário, por respeito ao Conselho da Magistratura, pelo qual lutamos. O Senador José Jorge é testemunha disso, porque fez um trabalho maravilhoso na discussão da reforma do Judiciário. S. Ex^a viajou a todos os cantos do País, compareceu a todos os tribunais que requisitavam a sua presença, atendeu no seu gabinete a todos os Parlamentares acompanhados de membros do Judiciário, do Ministério Público, de policiais, para poder encontrar algo que correspondesse à expectativa. E o Conselho era uma expectativa da sociedade, que ansiava por algum órgão de fiscalização. Isso aconteceu!

Quando houve a votação lá, Senador José Jorge e Senador Ramez Tebet, foram 73 votos para os representantes do Ministério Público estadual. Em plenário, o máximo que se alcançou foi 57. Então, pedi ao funcionário da Mesa que conferisse para ver se alguém não havia, por engano, assinado duas vezes, pois era alarmante a diferença entre um número e outro, no mesmo local, no mesmo ambiente, pois não há dois metros de distância entre o plenário e o “cafezinho”.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a permite um aparte?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pois não, Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Primeiramente, quero me solidarizar com V. Ex^a. V. Ex^a estava em plenário, apenas conduzindo aquela outra votação ali, fora do plenário. E ninguém esperava. O Senador Aloizio Mercadante tem dito que a culpa foi nossa, que a culpa foi da Oposição, que não levou em conta o quórum, que não ficou no plenário. Se olharmos friamente, o erro da Oposição foi confiar na palavra do Líder do Governo. Confiamos na palavra do Líder do Governo. Aqui no Congresso, a palavra empenhada tem que ser cumprida. O Dr. Alexandre é um técnico importante, foi aprovado pela Câmara, foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, não era um candidato indicado pela Oposição. Ele era o candidato indicado pela Câmara dos Deputados, e o Senado teria a obrigação de respeitar a indicação. Agora, Senador Romeu Tuma, ninguém tem segurança para votar os nomes dos outros membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público. Todos aqui estamos inseguros, sem saber se esses nomes serão aprovados. É profundamente lamentável que esse Conselho, criado com tanto esforço, com tanta dificuldade, tenha sido jogado dessa forma, como foi, pela Liderança do Governo nesta Casa. Muito obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado a V. Ex^a.

Senador Pedro Simon, V. Ex^a pediu um aparte?

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Sou testemunha das duas partes. Estávamos na Comissão de Constituição e Justiça quando houve o zumbido, e V. Ex^a alertou, a mim inclusive: “Estão falando aí em fazer um absurdo, vamos votar a favor, porque não é lógico que se vote contra”. V. Ex^a falou comigo e com muitas outras pessoas. Eu e o Senador Paulo Paim somos testemunhas de que V. Ex^a, no último lugar da bancada, fez um protesto lamentando, dizendo que V. Ex^a estava lá fazendo a apuração e que não foi alertado nem por campanha nem por absolutamente nada. Dou minha integral solidariedade a V. Ex^a, pelo inte-

resse e pela vontade de votar. Por outro lado, vamos ser muito claros: a votação foi menor aqui do que lá na votação de V. Ex^a, mas os votos favoráveis foram em número praticamente igual ao de todas as outras votações. O que variou foi a queda de votos do representante de São Paulo. Quer dizer, quando chegou a vez de votar o representante de São Paulo, ele teve um número muito maior de votos contrários do que os outros representantes.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Fiz o cálculo. No total, entre os que estavam lá e não compareceram aqui, mais os votos “não” e as abstenções, foram 34 votos, Senador, praticamente metade dos que votaram na Comissão. Então, houve uma manobra clara para não aprovar o nome do nosso Alexandre, professor. Eu até trouxe – depois vou deixar por escrito, porque não vai dar tempo – todo o trabalho que ele desenvolveu à frente da Febem, porque ele assumiu a Febem no fogo, como um desafio, e cumpriu com a sua obrigação, conseguindo demitir os funcionários que praticavam torturas, os incompetentes, procurando fazer um planejamento de modificação de toda a infra-estrutura, com o apoio do Governador Geraldo Alckmin.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Romeu Tuma, não sei se V. Ex^a se recorda, mas, na Comissão de Constituição e Justiça, eu, que não sabia de nada dessa movimentação no sentido de diminuir os votos ou derrotar o Dr. Alexandre de Moraes, disse a V. Ex^a que se tratava de um homem de um conceito muito grande e que eu ficara bastante impressionado com ele. Falei assim por falar, pois não sabia que havia essa movimentação para alguns votarem contra seu nome. V. Ex^a, na oportunidade, como Senador de São Paulo, reafirmou-me isso. De sorte que quero prestar este depoimento. Aqueles que conhecem V. Ex^a sabem que V. Ex^a não ia abandonar o plenário na hora de uma votação. V. Ex^a estava lá porque havia uma outra votação. Aliás, vamos falar a verdade: como podemos fazer duas votações secretas ao mesmo tempo, uma no “cafezinho” do Senado e outra no plenário? O Regimento Interno determina que, durante a Ordem do Dia, nem as comissões podem se reunir.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Isso é indicativo para nulidade da votação.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Por que o Regimento Interno o estabelece? Justamente para que a Casa não fique dividida, com uns nas comissões e outros no plenário, quanto mais se houver duas votações secretas. Isso é motivo até de nulidade.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É verdade, Senador.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Não daqueles que foram aprovados, porque a matéria deles estava preclusa, mas, com essa votação que ocorreu durante os debates, houve um inconformismo geral. Todo mundo, até quem votou contra, se arrependeu. Era o caso de se invocar esse artigo do Regimento e fazer imediatamente uma nova votação.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É o que estou fazendo na tribuna, Senador.

Muito obrigado, Senador José Jorge, pelo testemunho.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Romeu Tuma, conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Se a Presidência permitir, concederei o aparte a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O tempo de V. Ex^a já está esgotado, mas a Mesa concede mais três minutos, pedindo a devida colaboração dos Srs. Senadores.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Romeu Tuma, conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Concedo o aparte ao Senador Alvaro Dias, que já havia pedido.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Vou ser breve, Senador Romeu Tuma. É evidente que não há necessidade de solidariedade a V. Ex^a. A solução está posta sobre a mesa. Encaminhei, na última sexta-feira, um requerimento propondo a anulação da eleição que se discute neste momento, porque ela é nula de pleno direito. Houve uma irregularidade. O Senador Demóstenes Torres, a despeito de suas extraordinárias qualidades, não poderia presidir aquela sessão. É bom dizer com clareza que não houve irresponsabilidade do Presidente Renan Calheiros, que tem tido um comportamento exemplar na condução dos trabalhos desta Casa. Na verdade, é uma prática a que se acostumou, mas houve uma irregularidade: não poderia presidir a sessão, regimentalmente, o Senador Demóstenes Torres. Como S. Ex^a o fez, a votação é nula de pleno direito, pode ser anulada pela Mesa, e retomaremos a votação. O nosso requerimento foi apresentado, estamos aguardando a deliberação da Mesa. Tenho a convicção de que a Mesa não perderá a oportunidade de superar esse impasse com uma decisão absolutamente correta sob o ponto de vista regimental.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado, Senador.

Concedo o aparte à Senadora Ideli e, em seguida, ao Senador Suplicy.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Romeu Tuma, ontem, o Senador Aloizio Mercadante

foi à tribuna e fez toda uma exposição a respeito do ocorrido, de acordo com a sua óptica. Falou como foi operacionalizado e como foi, inclusive, interpretado o resultado da votação. Efetivamente, em momento algum, o Senador Aloizio Mercadante se referiu ao fato de que algum Senador teria abandonado o plenário para não votar. Ao contrário.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Falou o nome dos que se retiraram. Ninguém se retirou.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Não, S. Exª falou o nome de Senadores que constavam do painel, mas que dessa votação não participaram.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – S. Exª citou quatro pessoas. Votaram 73. Portanto, havia muito mais que quatro.

Desculpe-me, Senadora, mas não quero deixar dúvida sobre o comportamento da minha pessoa.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Posso falar, Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Exª pode falar.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – V. Exª está falando que o Senador Aloizio Mercadante disse que, deliberadamente, Senadores saíram para não votar. Não foi isso que S. Exª disse.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu não fiz referência a isso. V. Exª está dizendo palavras que eu não falei. Tenho que debater com V. Exª, porque estava indo por um caminho que não é o mais correto.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Romeu Tuma, não houve deliberação, como pode ter sido entendido. Depois, com o aquecimento do debate neste plenário, houve ilações de interesses outros nessa votação. Havia uma situação de resistência ao nome, que já estava posta, até porque veio dessa forma da Câmara. Essa indicação teve disputa, e não foi uma disputa nem tranqüila nem simples, porque havia também toda uma tratativa para aprovação do nome do Sérgio Renault, que foi derrotado pela indicação do Alexandre na Câmara. Quando a votação veio ao Senado, já veio com esse problema, tanto que o nome teve votos contrários na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Mas não havia, em momento algum, a deliberação de derrotá-lo, conforme disse o Senador Aloizio Mercadante, tanto isso é verdade que não houve o empenho, como fazemos sempre, quando sabemos que uma votação vai ser disputada. As Bancadas arregimentam os Senadores, vão atrás, vêm onde está, se já votaram, monitoram. Foi nessa lógica que o Senador Aloizio Mercadante citou dois nomes do PFL e dois nomes do PSDB que poderiam ter vindo votar. Não vieram. S. Exª não acusou e nem falou, em momento algum, que deliberadamente saíram ou não

do plenário, até porque estavam cumprindo, no caso de V. Exª, uma tarefa, que era de coordenar o processo de votação no cafezinho.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador Romeu Tuma, apenas um segundo. Peço a devida colaboração dos Senadores que estão apartando o orador, para que os outros oradores inscritos tenham direito à palavra. Farão seu aparte o Senador Eduardo Suplicy, o Senador Ney Suassuna e a Senadora Heloísa Helena. A Mesa está cedendo um tempo maior, mas solicita a colaboração dos Senadores.

Continua com a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senadora Ideli Salvatti, quando se faz acordo nesta Casa, faz-se voto simbólico, não é necessário nem coletar o voto de todos os Senadores. Como era votação secreta, havia um acordo, conforme me foi dito pelo meu Líder – não tenho por que duvidar do meu Líder.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Mas V. Exª sabe de todas as votações secretas já ocorridas nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC. *Fazendo soar a campanha.*) – Senadora Ideli Salvatti, o orador está na tribuna com a palavra.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não posso aceitar a pecha sobre a minha pessoa, Senadora. V. Exª tem que entender. V. Exª já fez encrenca maior que a minha.

Concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Romeu Tuma, o Senador Alvaro Dias fez um requerimento, que, inclusive, está sendo objeto do diálogo entre os Senadores Renan Calheiros e Demóstenes Torres. Já conversaram a respeito, e o problema, inclusive o ato não voluntário de V. Exª, poderá ser superado, corrigido.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Reparado.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Portanto, tudo está sendo encaminhado para que, ainda na tarde de hoje, seja aceita a ponderação do requerimento do Senador Alvaro Dias e para que haja uma nova votação, com a anulação daquela, devido a um problema que involuntariamente ocorreu. Pelo que entendo do diálogo havido entre o Senador Renan Calheiros, Presidente, e o Senador Demóstenes Torres, esse será o entendimento, e o problema, portanto, estará resolvido.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Concedo o aparte ao Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Senador Romeu Tuma, vi o constrangimento de V. Ex^a querendo votar. Realmente foi uma falha para com V. Ex^a não o terem avisado. V. Ex^a, quando chegou ao plenário, o assunto estava resolvido. Não foi culpa de V. Ex^a, vi sua aflição, posso testemunhar.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Três motivos nos levam a fazer nova votação: primeiro, não havia o interesse de derrotar; segundo, o Relator presidiu a sessão; terceiro, nem todos puderam votar por estar havendo uma atividade paralela. V. Ex^a está coberto de razão. Concordo que pode ser essa a solução: refazer a votação.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado, Senador.

Concedo o aparte à Senadora Heloísa Helena, para encerrar.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Romeu Tuma, só queria fazer um reparo. Em todos os momentos dessa discussão, alguém tenta responsabilizar a Casa ou os Parlamentares que estavam conduzindo o trabalho. Considero isso uma aberração, porque, durante todas as votações daquele dia, estava havendo ao mesmo tempo uma outra votação. Portanto, isso não foi questionado. É absolutamente comum na Casa os Parlamentares que não são membros da Mesa presidirem a sessão. Os Senadores Demóstenes Torres e Tião Viana agiram corretamente, como em todas as outras votações. Não há por que responsabilizar os trabalhos da Casa quando todas as pessoas sabem que houve uma articulação do Governo. Quem foi o articulador do Governo para derrotar o nome? Não se sabe, está escondido. Mas houve claramente uma articulação de membros da base do Governo para derrotá-lo. Deve-se assumir isso em vez de se responsabilizar quem presidia a sessão ou quem estava no plenário, porque isso é de um cinismo inimaginável.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado, Senadora.

Sr. Presidente, solicito à Mesa que meu pronunciamento seja publicado na íntegra.

Agradeço a V. Ex^a e peço desculpas por ter ultrapassado o tempo.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ROMEU TUMA.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Senhores Senadores, vivemos num tempo farto em paliativos, porém escasso em soluções duradouras. Honrosa exceção é a reestruturação da Febem, promovida pelo Governo do Estado de São Paulo. Elogiada por diversas entidades ligadas à defesa dos direitos humanos, a reestruturação deve servir de exemplo para todo o País, inaugurando, assim, uma nova era na reeducação dos menores infratores.

Quando escutamos este nome, Febem, logo nos lembramos das inúmeras rebeliões e dos incontáveis e nefastos episódios de maus-tratos perpetrados contra os jovens por anos a fio, sem que os Governos adotassem medidas concretas para seu combate. Essa realidade está mudando em São Paulo, e tem de mudar em todo o Brasil! A repressão precisa ceder espaço para a reeducação, objetivo maior da existência da Febem.

A remodelação que vem sendo implantada pelo Governo de São Paulo concentra-se não só na melhoria da infra-estrutura física, mas também, e principalmente, na melhoria do atendimento pedagógico e profissionalizante dos internos. Isso significa proporcionar aos jovens, além de maior conforto e bem-estar, condições reais de reinserção na sociedade, evitando, assim, a reincidência no crime.

Uma das principais medidas anunciadas pelo Governo paulista é a construção de 41 novas unidades, distribuídas por todo o Estado. Cada unidade terá capacidade para apenas 40 jovens, o que irá proporcionar um atendimento muito mais individualizado a cada interno, facilitando sua reeducação. Ademais, a construção de unidades no interior possibilita que o jovem interiorano possa cumprir o período de internamento próximo à sua família, reforçando, ou mesmo reconstituindo, os vínculos afetivos familiares.

Nos grandes complexos da capital e na unidade de Franco da Rocha, foi promovida a separação entre as atividades de contenção e de educação. Afinal, como é possível cobrar de um mesmo profissional o exercício de funções tão distintas como educar e conter os excessos? Não é sequer razoável! Por isso, o Governo abriu concurso público para prover quase 3 mil vagas, entre agentes de segurança e agentes educacionais.

As dificuldades ainda são grandes, mas, dentro em breve, diminuirão muito. O Complexo do Tatuapé, que sofre com as constantes rebeliões, será ampla-

mente remodelado. O objetivo primordial é garantir a implantação do novo projeto pedagógico, bem como maior segurança e melhores condições de trabalho para os funcionários. Das 18 unidades do complexo, 8 serão desativadas, assegurando, assim, tratamento mais individualizado ao jovem infrator.

Preocupada em proporcionar aos jovens uma qualificação profissional básica, a Febem contratou o renomado Centro Paula Souza, com o intuito de elaborar cursos destinados a atender, paulatinamente, todos os internos. No mês de março, cerca de 500 jovens do Complexo do Tatuapé iniciaram cursos de panificação, mecânica de automóveis e informática, entre outros 12 cursos profissionalizantes. Dessa forma, quando saírem da internação, os jovens terão condições de obter um emprego.

Dando continuidade à reestruturação da Febem, o Governo de São Paulo vai promover a separação dos jovens maiores de 18 anos, transferindo-os para uma unidade em Tupi Paulista. Isso não significa, entretanto, tratar os maiores como presidiários. Pelo contrário! Os internos contarão com o Programa de Educação para Jovens Adultos, que proporcionará ensino supletivo do curso fundamental e médio. Contarão, ainda, com um Centro de Qualificação Profissional, onde serão ministrados cursos profissionalizantes, a cargo do Centro Paula Souza.

Em todo o âmbito da Febem, será implantado um grande projeto social para os internos e suas famílias. Entre os principais programas se destacam o “Renda Cidadã”, que pagará à família de cada interno R\$60,00 mensais, como incentivo ao bom comportamento; e o “Jovem Cidadão”, que destinará 500 vagas aos jovens egressos da Febem, como forma de estímulo e recolocação no mercado de trabalho.

A Febem, igualmente, tem investido na ampliação da assistência judiciária ao adolescente, por intermédio de convênios com universidades particulares. Assim, será possível um acompanhamento mais personalizado dos processos, garantindo aos internos o usufruto do pleno acesso à Justiça. Além disso, o Governador Geraldo Alckmin enviará à Assembléia Legislativa projeto de lei de criação da Defensoria Pública, que contará com departamento específico para tratar das questões da infância e juventude.

Tantas medidas não surtiriam qualquer efeito não fosse a mudança de mentalidade vigorosamente propalada pelo Governo de São Paulo. Essa mudança começou pela agilidade na apuração de denúncias de

tortura. Para isso, a Febem vem considerando procedimento padrão assumir a dianteira na apuração de todo e qualquer episódio de tortura e maus-tratos que chegue ao conhecimento das autoridades.

Todos os funcionários da Febem estão sendo treinados com base em princípios humanistas, cujos pilares centrais são o respeito à dignidade e aos direitos humanos. Assim, não serão tolerados quaisquer episódios, ou mesmo tentativas, de violência física ou psicológica contra os internos.

A transparência é uma virtude basilar do processo de reestruturação da Febem. Nesse sentido, o Governo abriu as portas da instituição para as mães dos internos e para as organizações não-governamentais ligadas à causa dos direitos humanos e da proteção à infância e juventude. Tal medida contribui, de forma inequívoca, para a melhoria do processo socioeducativo, uma vez que os jovens se sentem protegidos contra possíveis abusos e vislumbram, durante sua internação na Febem, uma real possibilidade de reeducação e de readaptação à vida em sociedade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, diante de tamanha mudança, de mentalidade e de atitude, por parte do Poder Público, em relação à questão do menor infrator no Estado de São Paulo, é certo que os resultados começarão a aparecer. Não é à toa que inúmeras entidades, de reputação ilibada e de responsabilidade social incontestável, já manifestaram total apoio ao processo de reestruturação da Febem. Entre elas, estão organizações do quilate do Unicef, da Comissão de Direitos Humanos da OAB, da Fundação Abrinq e da Pastoral do Menor.

Entretanto, nenhuma delas atesta melhor a eficiência do novo modelo do que a Associação de Mães da Febem, a Amar. Ninguém ama mais um filho que sua mãe! Ninguém sofre mais por um filho que sua mãe! Ninguém defende mais um filho que sua mãe! Assim, nenhuma mãe aprovaria um modelo de Febem que não considerasse benéfico para seu filho!

A Amar apóia a nova Febem: essa é a maior prova de que a Febem está no caminho certo!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ROMEU TUMA EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A REESTRUTURAÇÃO DA FEBEM

O Governo do Estado de São Paulo vem realizando uma profunda reformulação estrutural na Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem) visando implantar um moderno projeto pedagógico destinado ao eficiente atendimento aos adolescentes em situação de conflito com a lei.

O aperfeiçoamento na reeducação desses jovens vem sendo feito em etapas sucessivas, pretendendo a melhoria tanto da infra-estrutura da instituição quanto do atendimento pedagógico e profissionalizante de seus internos.

Novas unidades – Uma das principais medidas anunciadas é a construção de 41 novas unidades distribuídas por todo o Estado. Serão módulos pequenos, para apenas 40 jovens. A redução do tamanho das unidades e a aproximação do adolescente a sua família são dois importantes fatores para dar mais qualidade ao processo de reinserção do jovem à sociedade. Nesse sentido, a Febem vem mantendo contatos com prefeitos do interior com o objetivo de sensibilizá-los a acolher essas pequenas unidades – e a receptividade tem sido muito boa. Para a construção dos novos módulos, o governo do Estado está destinando recursos da ordem de R\$ 53 milhões.

Quadro funcional – Para dar maior eficiência à Febem, o governo do Estado, recentemente, separou nos grandes complexos localizados na Capital e em Franco da Rocha as funções de contenção e educação, fixando requisitos de capacidade distintos para a seleção de duas categorias de profissionais indispensáveis ao cumprimento das medidas sócio-educativas. Para contratá-los, abriu concurso público, destinado ao preenchimento de 1.756 vagas para o cargo de Agente de Segurança, e 1.123 vagas para o cargo de Agente Educacional.

Profissionalização – Preocupada em proporcionar uma qualificação profissional básica, a Febem contratou o renomado Centro Paula Souza, ao qual encomendou a elaboração de cursos destinados a atender, paulatinamente, todos os internos, distribuídos por turmas distintas, com cerca de 20 alunos. Em 20 de março, começaram as primeiras turmas. Cerca de 500 adolescentes do complexo do Tatuapé começaram cursos como panificação, mecânica de automóveis, eletricidade doméstica e informática, entre um leque de 12 opções. Esses cursos foram escolhidos em função da expectativa dos internos para conseguir um emprego na ocasião de sua desinternação. Os cursos priorizam também os aspectos

regionais, ou seja, cada unidade oferecerá os cursos que permitirem maior facilidade de inserção do mercado de trabalho em que estão situadas. A Febem espera estender os cursos a até 4 mil jovens ainda neste semestre.

MEDIDAS IMEDIATAS:

1. **FINALIZAÇÃO DA REGIONALIZAÇÃO DAS UNIDADES DA FEBEM NOS MOLDES PROPOSTOS PELO ECA** – Construção de 41 Unidades da Febem, na Grande São Paulo, Interior e Litoral, o que possibilitará a criação de 1.640 vagas fora da Capital. As Unidades contarão com módulos de 40 adolescentes e as construções serão iniciadas imediatamente;
2. **REMODELAÇÃO DO COMPLEXO TATUAPÉ** – Em virtude das últimas rebeliões, há necessidade de ampla reforma na maioria das unidades do Tatuapé, visando garantir maior segurança, condições de trabalho e implementação do novo projeto pedagógico do Governo do Estado de São Paulo. Serão iniciadas, imediatamente, as reformas necessárias e no prazo de dois meses haverá a desativação de oito das 18 Unidades do Tatuapé, possibilitando a diminuição do maior complexo da Febem e a destinação de 40% da atual área para a construção de um parque;
3. **SEPARAÇÃO DOS MAIORES DE 18 ANOS** – Dando continuidade à necessidade de separação dos adolescentes infratores conforme determina o ECA, a fim de permitir as reformas necessárias no Complexo Tatuapé e para iniciar a regionalização, a Febem irá transferir os adolescentes maiores de 18 anos que não são da Capital. Os adolescentes serão transferidos para uma unidade em Tupi Paulista, em módulos de 98 adolescentes, que foi destinada à Secretaria da Justiça pelo Governador. As transferências dos adolescentes para Tupi Paulista foram autorizadas pela Corregedoria Geral da Justiça, com a concordância prévia do Procurador-Geral de Justiça. Tanto o Poder Judiciário quanto o Ministério Público entenderam a necessidade da transferência e a relevância da separação dos maiores de 18 anos e da regionalização das unidades da Febem.
4. **INTERNAÇÃO EM UNIDADE DE TUPI PAULISTA** – Até que se conclua a edificação das 10 novas unidades, o imóvel situado em Tupi Paulista, que originariamente seria destinado à Secretaria da Administração Penitenciária, está em condições adequadas para receber os jovens adultos, conforme concordaram o Ministério Público e o Poder Judiciário, pois conta com módulos separados, cada qual com

capacidade para o acolhimento de no máximo 96 internos, com instalações modernas e excelentes condições de segurança e higiene, além de instalações propícias para a realização das necessárias atividades pedagógicas e profissionalizantes. Nessa Unidade, a segurança e a contenção ficarão a cargo de servidores públicos, lotados na Secretaria de Administração Penitenciária, com treinamento adequado e especialmente designados para essa função, enquanto a Febem desenvolverá as atividades técnicas, acompanhando, por assistentes sociais e psicólogos, a evolução demonstrada pelos internos, além de providenciar a efetiva realização de atividades pedagógicas.

1. As atividades pedagógicas terão duas vertentes:
 - a) **um Programa de Educação para Jovens Adultos (EJA)**, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação, ministrado por seus professores e destinado à recuperação da escolaridade dos internos, aos quais beneficiará com um ensino supletivo dos cursos Fundamental e Médio, conforme metodologia descrita no documento anexo;
 - b) **um Centro de Qualificação Profissional, sob a responsabilidade técnica do Centro Paula Souza** (ao qual caberá a respectiva certificação), no qual serão ministrados cursos de pintor, eletricista residencial, pedreiro, informática básica, chapeiro, garçom e de panificação e confeitaria, cuja carga horária, o material didático necessário e o programa elaborado já foram previamente apresentados ao Ministério Público e ao Poder Judiciário.

O Governo do Estado de São Paulo garantirá transporte para os familiares realizarem as visitas na Unidade de Tupi, enquanto não ficarem prontas as Unidades descentralizadas.

Os programas **MÃES NA FEBEM**, **ONGs NA FEBEM** e **RELIGIÃO NA FEBEM** serão imediatamente instalados na Unidade de Tupi Paulista. Além disso, garantirá todo apoio necessário ao Ministério Público e ao Poder Judiciário para que possam fiscalizar as condições das unidades, as medidas pedagógicas implantadas e os processos em andamento.

5. **AMPLO PROJETO SOCIAL PARA OS INTERNOS E SUAS FAMÍLIAS:** O Governo do Estado de São Paulo ampliará sua atuação nas causas sociais que geram as internações, bem como na melhoria das condições para os egressos da Febem. Dessa forma, serão implantados na Febem:

- a) **RENDA CIDADÃ:** Em parceria com a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, as famílias de todos os internos da Febem receberão R\$ 60 mensais relativos à Renda Cidadã, como incentivo ao bom comportamento do adolescente.
- b) **JOVEM CIDADÃO:** Em parceria com a Secretaria do Emprego e Trabalho, anualmente, 500 vagas do projeto Jovem Cidadão serão destinadas aos egressos da Febem, como forma de incentivo e recolocação no mercado de trabalho.
- c) **AÇÃO JOVEM:** Em parceria com a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, o programa Ação Jovem será aplicado especificamente aos jovens da Febem que estejam cumprindo medida de Liberdade Assistida.
- d) **ESPORTE:** Em parceria com a Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer, será imediatamente implantado curso de capacitação para os profissionais de esporte da Febem, que passarão a ministrar treinamento a todos os adolescentes em diversas modalidades, com campeonatos internos ininterruptos. Além disso, haverá palestras e clínicas com ídolos nos diversos esportes, no sentido de promoção da prática esportiva na perspectiva sócio-educativa, para inculcar valores éticos, cívicos, morais e disciplinares nos adolescentes e com a valorização do esporte como instrumento de promoção da saúde e da paz.

6) **AMPLIAÇÃO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA AO ADOLESCENTE** – A Febem e a Procuradoria-Geral do Estado irão ampliar a assistência judiciária ao adolescente, de maneira a possibilitar um acompanhamento mais personalizado nos processos. A Febem já finalizou convênios com a Universidade Presbiteriana Mackenzie e com a Universidade Paulista (UNIP), para que 65 estudantes de Direito, após breve capacitação, auxiliem na assistência judiciária. Além disso, a Febem está finalizando convênios com outras faculdades de direito, para que seus escritórios modelo possam auxiliar na assistência judiciária integral do adolescente.

7) **DEFENSORIA PÚBLICA E FEBEM** – O Governador Geraldo Alckmin enviará à Assembléia Legislativa projeto de lei de criação da Defensoria Pública, com a criação de departamento específico para as questões da Infância e Juventude.

AÇÕES VOLTADAS AO APERFEIÇOAMENTO DO PROCESSO SOCIOEDUCATIVO

1. **AGILIDADE DA APURAÇÃO DE DENÚNCIAS DE TORTURA – A** Febem tomou como procedimento padrão assumir a dianteira na apuração e denúncia de qualquer episódio de tortura e maus-tratos no interior de suas unidades. Em 12 de janeiro, ao tomar conhecimento de agressões praticadas contra internos da Unidade 41, da Vila Maria, o próprio presidente da Febem dirigiu-se ao local, verificou a veracidade da denúncia, acionou o MP, o Judiciário e a polícia e acompanhou o caso até a decretação de prisão cautelar contra 23 acusados, com a imediata prisão de 16 deles. O caso resultou na denúncia contra 52 envolvidos, 32 deles por crime de tortura, todos com prisão preventiva decretada pelo Judiciário.
2. **TREINAMENTO DE FUNCIONÁRIOS A PARTIR DE PRINCÍPIOS HUMANISTAS –** A Febem não tolerará nenhuma forma de violência física ou psicológica contra os internos. Nesse sentido, os novos funcionários estão sendo orientados a atuar em conformidade com os princípios de respeito à dignidade e os direitos humanos. A Febem sempre tomará a iniciativa de investigar e denunciar acusações de maus-tratos e tortura contra os internos.
3. **ADEQUAÇÃO DA EDUCAÇÃO FORMAL AO PERFIL DOS INTERNOS –** A maior parte dos internos da Febem está atrasada em relação à idade escolar. Muitos adolescentes de 16 ou 17 anos interromperam os estudos antes da quarta série do ensino básico e sentem-se desestimulados a acompanhar as aulas da educação formal. Por isso, a Febem está investindo em ampliar o leque de cursos profissionalizantes e para isso firmou convênio com a Fundação Paula Souza. Ao mesmo tempo, está focando o ensino formal dos internos mais velhos nos cursos supletivos, de forma a acelerar sua formação e reduzir a defasagem entre nível de instrução e faixa etária.

4. ABERTURA DAS UNIDADES ÀS MÃES E ONGS – Dentro do princípio de dar total transparência ao trabalho da Febem, a instituição abriu as unidades às mães e ONGs ligadas às causas dos direitos humanos e da infância. A medida, além de agilizar a comunicação entre os adolescentes e a Febem, também contribui decisivamente com o processo socioeducativo.

APOIO DA SOCIEDADE CIVIL

Graças às medidas tomadas e à filosofia implantada na Febem, a instituição vem recebendo manifestação pública de apoio de mais de trinta entidades de direitos humanos. Simultaneamente, as ONGs se organizaram para elaborar uma agenda política de ações que pretendem adotar no interior das unidades – além, óbvio, de exercer seu papel de fiscais do poder público.

O secretário recebeu a adesão das organizações como uma proposta de parceria por parte da sociedade civil.

Entre as entidades que apóiam as medidas da Secretaria da Justiça e se ofereceram para contribuir com ações conjuntas estão Unicef, Comissão de Direitos Humanos da OAB, Movimento Ministério Público Democrático, Fundação Abrinq, Grupo Tortura Nunca Mais, Pastoral do Menor, Centro Santo Dias, Associação de Mães da Febem (Amar), conselhos estadual e municipal da infância e juventude e dezenas de ONGs ligadas às questões da infância e do combate à tortura.

FEBEM-SP

Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2000 A 2005

| DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA | | | |
|----------------------|------------|------------|------------|
| INVESTIMENTOS | | | |
| ANO | AUTORIZADA | FINAL | REALIZADA |
| 2000 | 38.400.002 | 38.400.002 | 36.629.169 |
| 2001 | 35.612.614 | 23.612.614 | 22.345.177 |
| 2002 | 61.171.635 | 52.058.830 | 50.740.575 |
| 2003 | 30.014.893 | 30.495.383 | 29.659.918 |
| 2004 | 20.017.938 | 20.027.188 | 14.481.972 |
| 2005 | 41.018.769 | 41.018.769 | 0 |

| PESSOAL E REFLEXOS | | | |
|--------------------|-------------|-------------|-------------|
| ANO | AUTORIZADA | FINAL | REALIZADA |
| 2000 | 89.068.901 | 101.668.901 | 101.334.088 |
| 2001 | 100.166.082 | 128.440.082 | 128.439.173 |
| 2002 | 129.330.550 | 160.530.550 | 159.587.256 |
| 2003 | 196.083.840 | 180.003.840 | 177.431.268 |
| 2004 | 176.005.524 | 198.005.524 | 197.151.735 |
| 2005 | 199.186.988 | 199.186.988 | 48.430.202 |

| ANO | CUSTEIO | | |
|------|-------------|-------------|-------------|
| | AUTORIZADA | FINAL | REALIZADA |
| 2000 | 61.849.854 | 80.648.000 | 76.719.545 |
| 2001 | 72.948.835 | 87.883.835 | 82.776.163 |
| 2002 | 114.442.423 | 123.254.171 | 117.411.395 |
| 2003 | 130.671.939 | 127.811.421 | 125.011.878 |
| 2004 | 138.213.887 | 196.923.199 | 184.645.815 |
| 2005 | 170.387.284 | 170.387.284 | 19.229.911 |

| ANO | GERAL | | |
|------|-------------|-------------|-------------|
| | AUTORIZADA | FINAL | REALIZADA |
| 2000 | 189.318.760 | 220.716.906 | 214.682.802 |
| 2001 | 208.727.536 | 239.936.536 | 233.560.513 |
| 2002 | 304.944.608 | 335.843.551 | 327.739.226 |
| 2003 | 356.770.672 | 338.310.644 | 332.103.064 |
| 2004 | 334.237.349 | 414.955.911 | 396.279.522 |
| 2005 | 410.593.041 | 410.593.041 | 67.660.113 |

OBS: REALIZADO ATÉ 09/03/05

FONTE: SIGEO Discoverer.

O PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a será atendido, na forma regimental.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon, por dez minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, uma manchete na **Folha de S. Paulo** nos deixa muito mal no dia de hoje: “Pressionado por ameaça de CPI, Planalto libera 5% do total das despesas bloqueadas”. “Governo Federal desbloqueia R\$773 milhões”, destinados às pessoas que retirarem o voto que solicitaram para a criação da CPI. Acho que essa liberação vem exatamente quando um parlamentar, lá da China, diz que agora vai mudar: quem está com o Governo está com o Governo, quem não está com o Governo não está com o Governo, não tem mais vantagem, emendazinha e favor para quem não está com o Governo. E quem não retirar a assinatura da Comissão Parlamentar de Inquérito vai se haver, porque vai

ficar na conta contra o Governo. Isso vem lá da China pela voz de um vice-líder. E aqui sai no jornal: R\$773 milhões estão sendo liberados hoje.

Sabemos todos que amanhã se esgota o prazo. Se até amanhã não forem retiradas as assinaturas dos Parlamentares da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o Presidente do Senado já advertiu que amanhã vai publicar a lista. Vai publicar e vai instalar a Comissão.

Eu não sei. Eu não fui um dos que mais se esforçou pela criação dessa CPI, porque estou muito mais interessado no resultado do Supremo Tribunal Federal na CPI dos Bingos. Naquela decisão do Supremo na CPI dos Bingos, nós vamos saber se a CPI é um direito da Minoria ou se é um favor da Maioria.

Hoje, o Senador Renan Calheiros, porque há assinatura sobrando – tem a mais assinaturas de oitenta Deputados e de vinte Senadores –, está dizendo que vai assinar e instalar a Comissão. Mas a instalação,

na minha opinião, é um direito da Minoria. Por isso, não estou tão preocupado com essa, mas acho que o Governo está se colocando em uma posição tremendamente delicada.

O Sr. Almeida Lima (PSDB – SE) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Isso já aconteceu no Governo Fernando Henrique Cardoso. Eu entrei com um pedido de CPI contra os corruptores, consegui as assinaturas na Câmara e no Senado e o Governo do Sr. Fernando Henrique fez uma operação relâmpago, e as assinaturas foram retiradas. É verdade. Nunca se conseguiu constituir a CPI dos Corruptores, mas foi feita com uma certa – eu não digo categoria, porque o termo ficaria mal-empregado – rapidez e com agilidade necessárias. Aqui, não. Aqui o assunto vem crescendo, vem crescendo, vem crescendo, e agora, quando chega no último dia, quando o número de assinaturas vem aumentando, o Governo vem com a ameaça de que quem assinar deixa de ser integrante da Base do Governo.

O Sr. Almeida Lima (PSDB – SE) – Nobre Senador Pedro Simon, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O Sr. Almeida Lima (PSDB – SE) – Permita-me V. Ex^a acrescentar à manchete citada há pouco por V. Ex^a, do jornal **Folha de S. Paulo**, que diz que o Governo decide descongelar R\$773 milhões, mais outras duas do mesmo jornal. A primeira diz: “Governo ameaça retaliar, mas adesão à CPI aumenta”. E a outra: “Lula promete retaliar os aliados pró-CPI”. Agradeço pela possibilidade de apoio.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Olha, custa crer! Meu Líder Ney Suassuna concorda que custa crer. O PT tem uma biografia. A história do PT é de causar inveja. Foram 20 anos de seriedade, de firmeza, de dignidade – é verdade que na Oposição, e na Oposição é mais fácil. Mas eles nunca se curvaram, vamos fazer justiça. Eles foram firmes. Eu acho muito mais importante o PT, a essa altura, dizer “está consumado” e partir para a luta e para o debate dentro da Comissão. E é para esse debate e essa luta dentro da Comissão que quero chamar a atenção. Meu bravo Líder e companheiro Ney Suassuna, temos duas CPIs, perdoe-me, Presidente Alvaro Dias, que estão prestando um trabalho complicado, delicado e que não estão à altura da tradição das CPIs nesta Casa: a da CPMI da Terra e a do Banestado, porque formaram grupos que brigam, que se contrapõem. Na hora de votar a convocação de fulano, há um esvaziamento. Quer dizer, vi reuniões da CPMI da Terra, que trata da reforma agrária, em que não havia **quorum** porque

membros haviam se retirado. E nós sempre sabemos que o **quorum** para se debater, em uma comissão, em uma CPI, é normal. O número só é importante na hora da votação.

E a outra Comissão, então, a do Banestado, foi mais importante. Nenhuma comissão conseguiu encontrar, conseguiu botar, conseguiu armazenar tantos dados que vieram de Nova Iorque. Vieram caixas enviadas pela Justiça Federal de Nova Iorque para o Brasil, informando os números, os nomes, as contas das “contas fantasmas” de dinheiro enviado para os Estados Unidos. Esses números com essas contas estão no porão da CPI e não se conseguiu abrir, porque, de um lado, há o PSDB, de outro lado, o PT, um não querendo abrir as contas do outro, um querendo pegar o Presidente atual do Banco Central, outro querendo pegar o Presidente anterior do Banco Central. E no meio dessa confusão, a CPI terminou – e não sei nem se terminou – não fazendo nada.

Então, o que me assusta hoje é como vão funcionar essas CPIs. Eu acho que se elas forem funcionar, os Líderes têm que parar para pensar. Não podem convocar para a Comissão e ouvir, com todo o respeito, alguns que são os mais apaixonados, os mais briguentos, os que estão lá mais buscando fazer confusão, e despreocupados em buscar a verdade.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Nobre Senador Pedro Simon, é evidente que compartilho das preocupações de V. Ex^a em relação à preservação da credibilidade desse instrumento precioso que tem o Parlamento, que é a Comissão Parlamentar de Inquérito. Relativamente à CPMI da Terra, discordo de V. Ex^a. Enfrentamos um momento difícil, de muita conflagração interna, mas não houve um requerimento de convocação que não tenha sido aprovado, não houve um requerimento de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico que não tenha sido aprovado, porque superamos as dificuldades.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas foram bravas. Levou tempo para se chegar a isso.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – O debate se estabeleceu, foi difícil, foi complexo, mas superamos os obstáculos e estamos avançando. Após o discurso de V. Ex^a, ocuparei a tribuna a fim de relatar a reunião da Comissão, no dia de hoje, com revelações da maior importância, demonstrando que, realmente, comissão parlamentar de inquérito é indispensável para quem quer moralizar a atividade pública.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concordo com V. Ex^a. Mas V. Ex^a concordará comigo que foi uma guerra que V. Ex^a venceu. Mas que foi uma guerra, foi uma guerra. E que houve um momento enorme em que não havia **quorum** na Comissão e que eu era chamado correndo para tentar dar **quorum**, porque havia esse confronto, também é verdade. Foi superado? Graças a Deus. Que essa superação seja o início das que serão criadas aqui, para que não aconteça o que está acontecendo na Comissão do Banestado.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – É somente um segundo. Apenas para aplaudir V. Ex^a, que traz um assunto bastante sério. Hoje pela manhã, participei da reunião da Comissão Parlamentar Mista da Terra. O Senador Alvaro Dias a presidia e, por condescendência, já que sou Suplente, S. Ex^a me permitiu o uso da palavra. Fala-se muito em desestabilizar o Governo com CPI. Penso o contrário, Senador. Eu disse também que o Parlamentar que faz parte de uma comissão representa o Partido, mas não a sua consciência. O Parlamentar precisa ser independente na solução do problema para o qual foi designado, a fim de apurar a definição da comissão. Era o que tinha a dizer a V. Ex^a, Senador Pedro Simon. Quando somos indicados para fazer parte de uma CPI, precisamos lutar para buscar a verdade, porque a sociedade nos exige isso. A CPI do Banestado não terminou e foi arquivada sem conclusão.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, é muito importante o que disse o Senador Romeu Tuma. Precisamos entender que a CPI se divide em dois momentos: até a sua criação e quando começa a trabalhar.

No momento em que a CPI começa a trabalhar, é muito importante o que vou dizer. Deputados e Senadores que querem ser dignos do mandato, numa CPI, transformam-se em juizes de um tribunal. Eles se transformam em juizes de um tribunal. Devem buscar a verdade, e o voto deve ser dado de acordo com aquilo que consideram verdade. Não pode haver rixa, disputa, no sentido de estar um contra o outro. É muito importante que a CPI se transforme em tribunal. E creio que isso ocorrerá, Sr. Presidente.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Algo me diz que a Liderança do PT vai, até o fim do dia, recuar. Deixará V. Ex^a, o Senador Paulo Paim e os demais

Parlamentares do Partido assinarem o requerimento de instalação da CPI e levarem adiante esse trabalho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Marcelo Crivella, como Líder do PL, pelo prazo de cinco minutos. Em seguida, fará uso da palavra a Senadora Heloísa Helena, como Líder do P-SOL.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. Telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, Senhoras e Senhores que estão em nossa galeria de honra, a revista **ISTOÉ** imputou-me, na edição desta semana, prática de irregularidades e crimes diversos, de tal forma que me sinto na obrigação moral de prestar contas a meus pares no Senado Federal e à opinião pública em geral.

A revista fez uma montagem com falsas denúncias, publicadas durante a campanha eleitoral de 2004, quando concorri à Prefeitura do Rio de Janeiro, sendo que todas e cada uma delas foram devidamente desqualificadas e esclarecidas na época, e correm hoje na Justiça um processo civil e outro criminal contra aqueles meus detratores.

Afirmo que não tenho nem nunca tive contas em paraísos fiscais. Não participei de nenhum esquema irregular para compra da TV Record. Tudo isso são calúnias que, na campanha, tinham o propósito de me tirar votos e que, agora, voltam com o propósito de me intimidar em relação ao trabalho político no Senado, e, quem sabe, inviabilizar futuras candidaturas.

Passo a contestar, ponto por ponto, a reportagem torpe, fraudulenta e maliciosa da revista **ISTOÉ**, sem prejuízo da apuração da responsabilidade civil e criminal que vou requerer pelos crimes de calúnia, injúria e difamação, como fiz em relação àqueles que, durante a campanha, me acusaram das mesmas práticas.

É falso que eu seja dono de empresa em paraíso fiscal.

É falso que tenha emprestado dinheiro para compra de televisão, no Rio de Janeiro, que ocorreu no ano de 1992, portanto há quase 13 anos.

A reportagem é falsa e leviana do princípio ao fim. No início, afirma categoricamente que sou dono de empresa em paraíso fiscal. No fim, diz que será a quebra de sigilo bancário da Igreja Universal que comprovará isso.

Trata-se de indisfarçável contradição, com o evidente propósito de macular a minha honra.

É falsa e, mais do que isso, uma injúria alegar que seja “figurinha fácil” em processos na Receita e no Ministério Público. Em meus 47 anos de vida, em duas

ocasiões prestei esclarecimentos à Polícia Federal. Nunca fui processado. Nunca fui condenado.

São absolutamente falsos os documentos publicados como suposta comprovação de minha participação societária em empresa financeira em paraíso fiscal ou fora dele. Repito: nunca, em nenhum momento da minha vida, tive qualquer transação com empresa financeira em paraíso fiscal. Os documentos exibidos na reportagem são apócrifos, encaminhados a um jornal, em 1996, por cópia xerox! Cópia xerox! Nunca um original desse foi apresentado sequer pôde ser periciado, porque são cópias adulteradas. E, aliás, Sr. Presidente, vou apresentar, ainda esta semana, um projeto a esta Casa, para que documentos tipo esse, cópia xerox, não possam ser publicados em televisão, em rádios, jornal e revista contra a honra de seja lá quem for. São cópias manipuladas que, quando me candidatei a Senador, foram apresentadas, a Prefeito, foram apresentadas, e voltam, agora, em capa de revista! Documento xerox, falso!

Tudo nessa reportagem é falso: o nome da minha mãe, o partido político a que pertencço, a minha idade, a minha profissão. Nem sequer me deram a chance de ser ouvido em uma reportagem que me lança tamanha lama ao nome. Essa vil reportagem que citei, que nem sequer me deu o direito democrático de ser ouvido, é requentada, recorrente, e, me parece óbvio, produzida às pressas, pois sequer cuidaram de confirmar, como disse, meus dados pessoais.

Faço este depoimento como cidadão e como Senador contra essa trama que a revista **ISTOÉ** certamente chamará de liberdade de imprensa. Trata-se, na verdade, de agressão covarde e uma tentativa de manipular a opinião pública.

Repúdio, Sr. Presidente, veementemente cada uma dessas calúnias, e as reputo como um crime contra a minha honra, os meus direitos civis e políticos e, em última análise, contra os direitos humanos.

Sr. Presidente, era isso que eu tinha a declarar ao Plenário. Esses documentos já foram publicados. Pela primeira vez, em 1996, na **Folha de S. Paulo**. Quando fui candidato a prefeito, no ano passado, novamente publicados no jornal **O Globo**, e, agora, aparecem como capa da revista **ISTOÉ**. Nada de novo há ali.

Porque foram publicados na **Folha de S. Paulo**, em 1996, o Procurador-Geral da República, Brindeiro, na época, instaurou um inquérito. Nesse inquérito fui ouvido como testemunha. Agora, semana passada, o Procurador-Geral da República fez sete pedidos ao Ministro Relator, no Supremo Tribunal Federal, Carlos Velloso. Nos sete pedidos não cita meu nome em um sequer. Dos sete pedidos, apenas um foi atendido. Trata-se de informações da Receita por conta daqueles

que verdadeiramente compraram essa televisão e que aconteceu há treze anos.

Portanto, Sr. Presidente, trata-se de um crime, de um crime contra a minha honra e meus direitos e que vou levar à Justiça, como fiz na campanha a prefeito. São documentos xérox, cópias falsificadas, recorrentes, sem nenhum valor nos autos, o que, portanto, fez com que eu sequer fosse indiciado nesse processo que já corre há quase dez anos.

Sr. Presidente, era isso que tinha a esclarecer a esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço ao nobre Senador Marcelo Crivella.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

S. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Pela ordem, o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Só para tirar uma dúvida. Quantos oradores estão inscritos pelas lideranças para após a Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Somente o Senador João Capiberibe.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a pode me inscrever para o período após a Ordem do Dia, depois do Senador João Capiberibe?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Mesa aguarda a delegação da Liderança, para que V. Ex^a possa ter a palavra após a Ordem do Dia.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, na esteira das preocupações do Senador Pedro Simon, que há pouco se pronunciou, venho à tribuna para também considerar inadmissível essa pressão inusitada que faz o Governo sobre os que pretendem apoiar a instalação dessa CPMI. Não vou relatar os fatos, já relatados pelo Senador Pedro Simon, mas faço leitura de trecho de um artigo que considero memorável do Professor Renée Ariel Dotti, jurista, meu conterrâneo e amigo, professor na Universidade Federal do Paraná, a respeito deste tema: objeção de consciência e liberdade parlamentar.

Diz ele:

Essa pressão é uma afronta ao respeito, ao direito à liberdade de convicção pessoal, assumida sincera e honestamente pelo ser humano. Determinados atos impostos pela vontade superior de uma ordem de autoridade não podem constrirem a liberdade de convicção pessoal, sob pena de serem eliminadas outras

liberdades fundamentais, como a liberdade de pensamento, a liberdade de opinião que constituem territórios indevassáveis da alma e virtudes sagradas da existência humana.

Sr. Presidente, não é preciso dizer mais nada. O que estamos assistimos é um afronta à liberdade pessoal, sobretudo à liberdade parlamentar.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, incomoda-me também a generalização. Comentaristas, articulistas políticos por meio da imprensa, ou mesmo defensores do Governo reiteradamente atacam: aqueles que eram contra a CPI, hoje, são favoráveis à mesma. Essa generalização me incomoda. Sempre fui favorável à CPI. Eu sempre fui favorável à CPI, ontem e hoje. Eu assinei CPI ontem, assinei hoje e assinarei amanhã, sempre que houver necessidade e quando o reclamo da sociedade se fizer presente com a indignação de quem não se conforma com a eclosão de tantos escândalos na Administração Pública do País.

Aliás, não é de hoje. Fui Governador do meu Estado, e, em determinado momento, alguém da Oposição tentou instalar CPI em determinada área da Administração. Como Governador, antecipei-me e pedi a toda Bancada do Governo que subscrevesse o requerimento para que a comissão fosse instalada, e ela foi instalada. No Governo passado, da mesma forma. E todos conhecem a conseqüência do meu gesto. Mas eu não poderia deixar de vir à tribuna para dizer que me incomoda, sim, essa generalização porque toda generalização acaba sendo injusta.

O Sr. Almeida Lima (PSDB – SE) – Senador Alvaro, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Concedo a V. Ex^a um aparte, Senador Almeida Lima.

O Sr. Almeida Lima (PSDB – SE) – Senador Alvaro Dias, ouvi atentamente o pronunciamento de V. Ex^a. É evidente que não me surpreendeu o gesto último, declarado por V. Ex^a, no que diz respeito a CPIs que pretenderam instalar quando V. Ex^a estava no Governo do Estado do Paraná. Não me surpreendeu esse fato, diante do perfil político, diante do caráter de V. Ex^a. Mas permita-me compartilhar dessa alegria, ao tempo em que presto esta homenagem a V. Ex^a. É preciso que se diga que esse é o gesto correto para que a população brasileira, a sociedade brasileira, embora identifique na classe política um mau político, não generalize. Eu tenho a alegria, como V. Ex^a teve há pouco, de neste aparte dizer que, como prefeito de Aracaju, aliás, já como ex-prefeito – portanto, sem poder político nenhum e sem mandato político –, fizeram o mesmo comigo. Propuseram uma CPI na Câmara para tratar de fatos da minha gestão. Eu não digo que “determinei”, para não parecer autoritarismo, mas foi algo parecido: eu

disse a três companheiros de Bancada do então PDT, vereadores em Aracaju, que tinham por obrigação assinar a instalação da CPI, para a qual eu me convidei a comparecer para prestar depoimento. Eu não acredito em comportamento diferente. Eu só acredito nesse tipo de comportamento esboçado por V. Ex^a e que eu também tive o prazer de adotar em Aracaju. Saí da Câmara de Vereadores com uma certidão. Colegas meus riram e disseram que não sabiam se existia certidão ou atestado de honestidade, mas eu saí com uma certidão de lisura, de comportamento digno. Portanto, tenho essa alegria, tenho isso no meu histórico, no meu currículo e homenageio V. Ex^a. É preciso que a sociedade brasileira conheça esses fatos para não generalizar. Parabéns, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Almeida Lima, V. Ex^a é que está de parabéns. E lembra bem: uma CPI só pode amedrontar quem tem o que esconder; quem tem uma postura de lisura no trato da coisa pública não tem por que temer a instalação de CPI. Se a CPI pode indiciar e permitir a responsabilização civil e criminal daqueles que praticam delitos, cometem irregularidades, ela também confere um atestado de boa conduta aos honestos que eventualmente possam ser vítimas dos seus opositores injustamente. Portanto, Sr. Presidente, quando percebo que alguém teme a quebra do sigilo bancário, quando vejo que alguém teme a instalação de uma CPI, a suspeição passa a ter, sem dúvida, foros de gravidade; os indícios passam a ter contornos de muita seriedade. Isso justifica a insistência pela instalação da CPI ou pela quebra do sigilo bancário.

Hoje, pela manhã, a CPMI da Terra se reuniu, numa demonstração do quanto é importante esse instrumento. Sem ela não teríamos as revelações que tivemos hoje com o MST, que é um movimento que mereceu aplausos e que implica organização social da maior importância para o Brasil por travar uma luta necessária à promoção da reforma agrária como forma de distribuir renda num País extremamente injusto. Esse MST, de origem louvável, foi invadido por alguns espertos que se utilizam da boa-fé dos mais humildes, de trabalhadores sem terra para alcançar determinados objetivos escusos.

Eu não terei tempo de expor tudo o que se revelou na reunião de hoje, mas faço referência apenas a um dos fatos. Por exemplo: na Anca – Associação Nacional de Cooperação Agrícola, um senhor de nome José Trevisol, Secretário-Executivo dessa associação, desviou R\$400 mil para um plano de previdência privada a seu favor no valor de R\$200 mil e outros R\$200 mil a favor de Selma, a tesoureira da Anca. Dinheiro público destinado à reforma agrária desviado para

atender interesses pessoais escusos. Não há como compactuar com essa prática, mas não fosse a instalação da CPMI da Terra, esse fato jamais seria do conhecimento popular, e nós jamais teríamos a oportunidade de responsabilizar civil e criminalmente os responsáveis por esse delito se justificativas não forem apresentadas à altura do convencimento de todos os integrantes dela.

Sr. Presidente, lamentavelmente, não tenho tempo para relatar as outras irregularidades descobertas no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Indago do Senador Antonio Carlos Magalhães, que está inscrito pela Minoria, se fará uso da palavra agora ou após a Ordem do Dia, como veio a delegação partidária.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Agora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a tem a palavra pela Liderança da Minoria por 5 minutos.

Concedo, antes, a palavra ao Senador Jefferson Péres pela ordem.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela

ordem.) – Sr. Presidente, depois do Senador Antonio Carlos Magalhães e de outro orador inscrito, antes da Ordem do Dia, se possível, peço para falar pela Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Após o Senador Antonio Carlos Magalhães falará a Senadora Heloísa Helena. Para V. Ex^a, a Mesa aguarda a delegação para que o faça antes da Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O

mesmo, Sr. Presidente. Solicito para falar antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a está inscrito.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, passou a ser hábito nesta Casa a leitura das manchetes dos jornais. Então, quero hoje ler uma manchete da **Folha de S. Paulo**: “Gasto federal com Saúde cai na gestão de Lula”.

Fala-se tanto nesta Casa que o ponto alto agora é o Ministério da Saúde, que interveio no Rio de Janeiro, mas as filas continuam. A fila ainda é maior do que era ontem, e os remédios acabaram, Sr. Presidente. V. Ex^a, que é um grande médico, além de ser um excelente parlamentar, que deveria estar no Ministério da Saúde, mas a politicagem não deixa, porque V. Ex^a

não é vampiro, e lá só chega vampiro, deve ficar atordado quando vê um jornal como a **Folha de S. Paulo** com manchete dizendo que cai o gasto com saúde no Governo Lula.

Pesquisa do Ipea aponta que o gasto federal **per capita** com a saúde caiu assustadoramente no Governo Lula. Nos dois anos, os valores foram menores que o observado em todos os anos, desde a consolidação do SUS, em 1995.

Em 2003, o primeiro ano do Governo do “salvador da pátria”, o gasto foi de R\$176,00 por habitante, o pior resultado desde 1995.

Em 2004, o gasto per capita foi de R\$189,50, o segundo pior resultado do País.

O Ministério da Saúde considerou a pesquisa válida, mas criticou o índice utilizado para medir o impacto da inflação. O Ipea esclareceu que esse é o melhor índice para medir os gastos sociais.

Na realidade, em vez de cuidar da saúde, fica o Ministério criticando o termômetro. Cuide da febre e esqueça o termômetro, porque o termômetro acusa que no ministério dos vampiros há também uma conexão com o escândalo dos Correios. Acho que por essa razão muitos têm medo da CPI dos Correios. Não é por correspondência, mas por objetivos que se vai chegar aos Correios ao investigar a vampiragem no Ministério da Saúde. Estamos vivendo dias tremendos. Agora é moda, neste Governo, que no momento não faz nada pelo País, dizer: “querem desestabilizar o Governo”. Parem a corrupção, que o Governo talvez se estabilize. Com essa corrupção cada dia maior, jamais haverá estabilidade neste Governo, porque estaremos aqui, a cada momento, chamando a atenção para um dos escândalos, que se multiplicam diariamente, sem que haja qualquer providência das autoridades governamentais. O que se faz? Vai-se à Coréia para fugir do foco do escândalo. Vai-se ao Japão, à China. E ainda dizem: “Não vamos levar todos os ministros, porque uns precisam ficar aqui para que sejam retiradas as assinaturas daqueles petistas e aliados que assinaram o requerimento da CPI. Enganam-se. Tenho certeza de que nenhum homem digno assina uma CPI para depois retirar sua assinatura. Vão conseguir isso de três ou quatro, em troca de coisas fisiológicas. Mas isso marcará quem o fizer para toda a vida.

Eu sei dos “barulhos”, hoje, da reunião do PT, como sei também dos “barulhos” da reunião do PTB. Não vou trazê-los para a tribuna para não dizerem que estou provocando. Eu não estou provocando, mas procurem saber como foram essas reuniões. Muitos têm medo de que essa CPI chegue a resultados obrigatoriamente funestos para o Governo do Presidente Lula.

Temos dito que não queremos mal ao Presidente Lula. Porque não lhe queremos mal, queremos que faça um bom governo, mas ele não pode fazer um bom governo com a equipe que tem, porque os bons são excluídos e os maus passam a ser parceiros e exaltados.

Sr. Presidente, ninguém melhor do que V. Ex^a para presidir esta sessão nesta hora, porque V. Ex^a, como parlamentar, cresce aos olhos dos seus colegas e, como médico, se destaca com um dos melhores no setor da medicina. E V. Ex^a é um homem que este Governo só não aproveita – não fique triste – porque ele não aproveita os bons. Se V. Ex^a fosse aproveitado, talvez estivesse mais acanhado, mas V. Ex^a pode ter esse riso aberto, pode ter essa fisionomia tranqüila porque V. Ex^a é um homem de bem, e um homem de bem não é aproveitado no Governo do Senhor Luiz Inácio Lula da Silva.

Quero, neste instante, mais uma vez, fazer um protesto e dizer que um Governo que se respeita não gasta tão pouco na saúde, como mostra a manchete da **Folha de S. Paulo**, com dados do Ipea. É o Ipea, um organismo governamental. Não é algum deputado que pegou – até mesmo no Siafi – alguma falcatura do Governo. É o Ipea! É o Ipea que chama a atenção para todos nós. Chama a atenção principalmente para o Governo, para que emende o passo e entre no caminho da seriedade, da dignidade e que realmente possa fazer um trabalho decente pelo povo.

No mais, Sr. Presidente, eu queria dizer: perdoe-me V. Ex^a, eu estou estarecido com o Ministro Aldo Rebelo. Quantas vezes – quantas! – aqui, desta tribuna, defendemos o Ministro Aldo Rebelo, que tem sido humilhado pelo Governo em todos os sentidos! Numa hora dessas, será proibido de entrar no Palácio, mas ele, para agradar ao Governo, dá uma nota grosseira em relação à Oposição, em relação àqueles que querem o bem deste País.

Desse modo, Senhor Presidente, V. Ex^a continue a sua trajetória. Por favor, não abandone a linha reta que tem sido a sua vida para se juntar àqueles que querem destruir o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge. A seguir, à Senadora Heloísa Helena, pela Liderança do P-SOL.

V. Ex^a dispõe de dez minutos, Senador.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero apenas colher uma informação de V. Ex^a, para saber qual é a posição daqueles que requereram a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^{as} serão chamados se os Líderes assim o permitirem, porque têm precedência, na prorrogação da Hora do Expediente, que se iniciará às 15 horas e 45 minutos.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a o obséquio de me inscrever após a Ordem do Dia pelo Bloco da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a fica inscrito.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o jornal **Folha de S. Paulo** do dia 16 de maio estampou em manchete o que tenho alertado por diversas vezes aqui desta tribuna. Segundo o jornal, “no Poder, a arrecadação do PT cresce: chegada ao Governo Federal em 2003 aumentou em 730% a receita do Partido com a contribuição obrigatória de seus filiados”.

É exatamente aquela questão da obrigatoriedade: todas aquelas pessoas que têm cargo em comissão devem contribuir para o caixa do PT – evidentemente, os inscritos no PT.

Essa é uma demonstração clara das conseqüências do aparelhamento do Estado, promovido pelo Partido dos Trabalhadores. Aumenta-se o número de filiados em cargos de comissão, ou, quem sabe, exige-se a filiação prévia dos funcionários efetivos, e tem-se como conseqüência o acréscimo no caixa partidário.

A prestação de contas do PT ao Tribunal Superior Eleitoral relativa ao ano de 2004 mostra o explosivo crescimento da contribuição dos filiados, Senador Jefferson Péres. O montante, que foi apenas de R\$341 mil em 2002, saltou para R\$3.32 milhões. Descontada a inflação do período, registrou-se um crescimento de 730%. Portanto, se não verificarmos a inflação, notaremos que foram dez vezes mais, passando, em

números redondos, a arrecadação de seus filiados de R\$300 mil por ano para R\$3 milhões por ano.

Desde o início do Governo Lula, foram criados 25.355 cargos públicos de livre provimento, ou seja, de livre escolha dos detentores do poder. Só por medida provisória foram criados 3.305 postos de trabalho, quantidade muitas vezes maior do que os minguados cargos para os jovens criados pelo Programa Primeiro Emprego.

Todos sabemos que uma das principais prioridades do Governo do Presidente Lula era exatamente o Programa Primeiro Emprego, que tinha como meta empregar, no primeiro ano, 250 mil jovens; infelizmente, só empregou três mil. Apenas três mil jovens, Senador César Borges, foram empregados no Programa Primeiro Emprego.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Na segunda versão, porque na primeira não empregou ninguém.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É, na segunda versão, diga-se de passagem, porque, na primeira, empregou parece-me que 270 jovens. Não são 270 mil, não!

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Eu soube de um.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Um na Bahia. O crescimento dos cargos de livre indicação é tão grande que a **Folha de S.Paulo**, na mesma edição informou, em outra manchete que “PT perde controle de cargos e faz inventário: para enquadrar aliados e rearranjar a base, Lula pede ao partido informações sobre ocupantes de funções federais”.

Portanto, Sr. Presidente, na realidade, foram tantas as pessoas nomeadas, apadrinhados políticos, que, hoje, o Governo perdeu o controle e não sabe mais quem nomeou quem. Inclusive tivemos um caso interessante, agora, em relação a essa questão dos Correios. Na realidade, na gravação, o funcionário Maurício Marinho cita aqueles diretores ou assessores dos Correios que estariam no esquema de corrupção da caixinha, da mesada, mas ele cita também outras empresas estatais, como a Eletronorte e até a Petrobras, que estariam também dentro do mesmo esquema.

Então, o que aconteceu? O Governo demitiu os três dos Correios, mas não tomou providência alguma em relação aos diretores das demais empresas estatais que foram citadas.

Ora, se a citação do Dr. Maurício Marinho era suficientemente importante para demitir os funcionários dos Correios, deveria ser suficientemente importante para que o Governo tomasse as providências na Eletronorte, na Petrobras e nas demais empresas que foram citadas! Mas o governo não tomou providência alguma. Agora é que o próprio Deputado Roberto Jefferson hoje diz, pelos jornais, que vai entregar os cargos das demais empresas estatais.

Ora, Sr^s e Srs. Senadores, o Deputado Roberto Jefferson está sendo mais realista do que o Governo, pois ele está fazendo aquilo que o Governo deveria

ter feito. Isto é, se o Sr. Maurício Marinho citou que o esquema envolveu outras empresas estatais, o Governo deveria tomar providências e verificar quem eram os indicados do PTB nas demais empresas estatais e afastá-los, pelo menos até que as investigações fossem realizadas. Mas não foi isso que fez.

Agora a Polícia Federal vai e prende, exatamente para mostrar que está trabalhando e para ver se algum desavisado retira a sua assinatura da CPI, o que, aparentemente, não vai acontecer.

Ainda segundo o jornal **Folha de S.Paulo**, a máquina administrativa está desgovernada, a julgar pela solicitação do Presidente Lula. A seu pedido, a sigla está fazendo levantamento de todos os cargos federais no País, inclusive apontando, para cada cargo, Senador Jefferson Péres, quem é o padrinho político, quem colocou aquela pessoa naquele lugar.

É esse desgoverno que permite não só o aparelhamento do Estado em benefício do Partido atualmente no poder, como principalmente viabiliza a utilização das empresas públicas e empresas estatais para objetivos partidários escusos, como os recentes escândalos envolvendo indicados pelo Governo Federal para cargos diretivos na Empresa de Correios e Telégrafos e no Instituto de Resseguros do Brasil.

O que deixa todos preocupados é o que pode estar ocorrendo na máquina estatal dirigida pelos indicados do Palácio do Planalto – a que nós e a imprensa ainda não tivemos acesso. Só o PTB, aliado preferencial do Governo Lula e que se encontra sob as luzes dos holofotes da imprensa, dirige outras empresas estatais, como Eletronorte, Embratur, Eletronuclear e Petrobras, segundo notícias publicadas nos jornais de hoje.

O que estaria ocorrendo na máquina estatal? No caso dos Correios, os envolvidos foram demitidos antes mesmo de uma apuração conclusiva. A suspeita foi suficiente para afastá-los. O que se pergunta é se também não haveria suspeitas sobre os outros indicados pelo Partido. Não seria o caso de exonerá-los preventivamente, como já falei anteriormente?

E o que estaria ocorrendo nas demais empresas da máquina governamental, que se encontram sob a direção dos demais Partidos da Base de Apoio ao Governo? Na realidade, será que é só o PTB que está usando a máquina administrativa? Ou outros Partidos, inclusive o próprio PT, que tem a maior parcela, não estariam fazendo o mesmo? Talvez refletindo sobre essa realidade que se descortina no horizonte, foi que o Presidente Lula, em pronunciamento realizado ontem na Coréia do Sul, declarou-se contra o instrumento da reeleição presidencial. Mas o que surpreendeu a todos foi a sua argumentação para que a reeleição pudesse ser aceita. Está hoje no jornal. Para ele, seriam necessárias duas condições para que a reeleição fosse aceita: primeira, que o governante esteja convencido de que pode fazer um mandato melhor; e, segunda, se não depender de acordos espúrios, que vão contra os seus princípios.

No caso do Presidente Lula, todos nós estamos convencidos, Senador Jefferson Péres, de que ele pode fazer um mandato melhor do que este. Acho que ele também deve estar, porque, realmente, neste mandato, o País está caminhando para o caos. Talvez no segundo mandato, ele possa ser melhor.

Agora, quanto a depender de acordos espúrios, é o que estamos vendo todos os dias. Evidentemente, a reeleição do Presidente Lula vai depender muito mais desses acordos espúrios do que o foi na primeira eleição.

Foi para coibir abusos como estes de utilização da máquina pública, de cobrança de dízimo ou de outras formas escusas de contribuição forçada para Partidos, que apresentei, ainda em 2003, um projeto de lei vedando aos Partidos políticos a cobrança de contribuições obrigatórias para filiados ocupantes de cargos de qualquer natureza na administração pública. Na justificativa que apresentei, informei que meu objetivo era o de evitar que um Partido político usasse a máquina pública em proveito próprio; uma forma transversa de apropriar-se de recursos de toda a sociedade. Lembrei ainda que não há legitimidade democrática possível para qualquer contribuição obrigatória, existindo mesmo incompatibilidade entre as duas idéias, visto que a compulsoriedade tem caráter autoritário que não se harmoniza com os postulados norteadores do regime democrático, que deve reinar numa agremiação partidária.

O projeto encontra-se em apreciação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com relatório favorável do Senador Alvaro Dias e pronto para constar da pauta da CCJ.

É necessário que esse projeto tenha o apoio dos demais Partidos políticos, inclusive daqueles como o PMDB, o próprio PSB, o PPS, que fazem parte, às vezes, da Base do Governo, mas que, na realidade, acham que não deve haver contribuição obrigatória de filiados que ocupam cargo em comissão no Governo.

Em seu relatório, o nobre Senador Alvaro Dias reconhece a procedência de nossa preocupação e chega a vislumbrar, na prática atual do Partido dos Trabalhadores, uma “tentativa de dissolução das fronteiras entre o Estado e o Partido”, ou seja, a oportunista confusão entre o público e o privado.

Ao concluir, gostaria de interceder junto aos nobres Pares para que aprovem o referido projeto de lei, de forma que se evitem que os Partidos possam apropriar-se dos recursos públicos para montarem suas estruturas político-partidárias à custa do suor do trabalhador brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena, pela Liderança do P-SOL.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{es}

e Srs. Senadores, o Senador Pedro Simon já iniciou, na tarde de hoje, um debate sobre as formas como o Governo tem-se empenhado, especialmente por meio de algumas das Lideranças importantes da sua “base de bajulação”, no sentido de impedir a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Existe a concepção imoral, absolutamente insustentável juridicamente, debochada, claramente vinculada à vigarice política, na forma como o Governo tem tratado um tema como esse. Primeiro, tem uma interpretação fraudulenta da história ao transpor, de forma mecânica, determinados fatos do passado, como se isso fosse uma reprodução atual para a retirada do Presidente da República. Quando eu era militante do PT, tive a oportunidade de participar de vários movimentos nacionais, com palavras de ordem que muitos achavam agressivas e que nós interpretávamos como legítimas palavras de agitação política. Essas palavras iam do “Xô, Sarney!”, “Fora, Collor!” ao “Fora, Fernando Henrique!” Nunca me senti uma golpista, até porque sabia, com a mais absoluta precisão, que para que esses Presidentes deixassem seus respectivos postos seria necessário o enquadramento em crime de responsabilidade, como manda a Constituição.

Aliás, só essa ação irresponsável do Governo de impedir o livre exercício do Poder Legislativo, se estivessemos num Congresso sério, aí sim, já daria um processo de crime de responsabilidade. Isso porque a Constituição é absolutamente clara com relação a isso. Todo o processo criminal para punição dos infratores está devidamente estabelecido pela ordem jurídica vigente, pela legislação em vigor no País. Nada existe de revolucionário, de oposicionista, de concepção de esquerda em viabilizar aquilo que está na ordem jurídica vigente no País, inclusive na Constituição burguesa, na legislação em vigor no País.

O que é absolutamente cínico, desavergonhado e, para completar, muito deseducativo, é que se passa para a opinião pública que aquilo que é uma conquista da sociedade é só instrumento de manipulação política. O atual Governo e a sua “base de bajulação” passam a reproduzir os mesmos argumentos fraudulentos que o Governo Fernando Henrique, de forma fraudulenta, usava, para impedir a constituição de comissões parlamentares de inquérito.

A comissão parlamentar de inquérito é, de fato, o único instrumento que o Congresso tem para garantir a sua tarefa nobre de fiscalização dos atos do Executivo. É o único, porque nenhum procedimento investigatório aberto numa Comissão de Fiscalização e Controle ou do Controle Externo, exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União para fiscalização financeira, contábil e orçamentária, nenhum desses instrumentos possibilita o que uma CPI garante. Com a comissão parlamentar de inquérito, a Constituição delegou ao Congresso Nacional poder de investigação próprio das autoridades judiciais. Só uma comissão parlamentar de inquérito pode, por ter poder próprio

das autoridades judiciais, quebrar sigilo, aprofundar as investigações.

Infelizmente, o atual Governo, tal qual o governo anterior, faz uma justificativa cínica, dissimulada perante a opinião pública. Primeiro, diz que administra o patrimônio público, o Estado brasileiro, com uma camarilha, independente de onde ela estiver, num balcão de negócios sujos. Porque diz: “Agora não tem pão-de-ló, agora não tem bondade”. Quer dizer que antes havia? Quer dizer que aquilo que Constituição estabelece como mecanismo essencial para ocupação do cargo público não estava existindo?

Então, sejamos, pelo menos, sérios no debate. Quem está tendo uma posição golpista, deseducativa, mentirosa é o atual Governo, ao tentar aniquilar um instrumento essencial do Congresso Nacional, que é a CPI, para que ele cumpra a sua tarefa nobre de fiscalizar os atos do Executivo.

Como se não bastasse, ainda fica com uma brincadeira tola, chula, desqualificada, é gambá para um lado, não sei o quê para o outro. É um tipo de comportamento absolutamente desqualificado. É um processo muito grave que está ocorrendo no País, são, todas as semanas, denúncias graves de crimes contra a administração pública, tráfico de influência, exploração de prestígio, intermediação de interesse privado. Todos os dias a sociedade brasileira enxerga o balcão de negócios sujos e a promiscuidade nas relações entre o Congresso e o Executivo. Isso não serve a ninguém, não serve nem à já difícil democracia representativa.

Um Congresso Nacional que já é visto como uma instância de decisão política, uma instância de poder desmoralizada perante a opinião pública, na hora em que os Parlamentares, para não se desmoralizarem, mantêm as suas assinaturas num requerimento para a Comissão Parlamentar de Inquérito, aí cria-se uma celeuma gigantesca, como essa que está criada no País.

Portanto, golpismo é tentar fechar o Congresso Nacional, aniquilar o mais importante, o essencial instrumento que o Congresso tem para aprofundar investigações, que, sem dúvida, é a Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, pela Liderança do PSDB, a seguir ao Senador Aloizio Mercadante e depois ao Senador Jefferson Péres.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, acabo de ler que o Presidente do PTB, Deputado Roberto Jefferson já admite que, se for isentado de acusações pelo Sr. Maurício Marinho, estaria pensando em retirar sua assinatura da Comissão Parlamentar de Inquérito. Da mesma maneira, o ex-Governador de São Paulo, Deputado Luiz Antonio Fleury Filho.

Ontem, em São Paulo, o Presidente José Genóino trocou substantivos por adjetivos e adjetivos

por substantivos, começando por dizer que Fernando Henrique Cardoso é fariseu. Não sei se S. Ex^a sabe o significado dessa palavra, afinal, na mesma entrevista de ontem o petista admitiu não saber o significado político da palavra *vivandeiras*.

Agora, já se sabe porque o Governo não usa para trabalhar o tempo que o povo lhe outorgou. Nada disso ocorre. O tempo é gasto na procura de adjetivos para jogar ao léu contra a Oposição. Os néscios se esquecem de que a Oposição está mais no alto, tem altivez. Sem eira nem beira desesperam-se e não conseguem compor frase alguma legível. O pouco que compõem o fazem com muita burrada.

Como o cesteiro que faz um cento, sopram palavras ao vento, asnicas e tolices, bem ao estilo dos incompetentes e despreparados. Por isso, fracos de escola, saem com disparates que pensam ser frases. Só sai asneira, isso já está cansando o povo.

O febeapá, bem definido pelo genial Stanislaw Ponte Preta já agora não assola o País, ele é todo desse Governo que aí está, ou, corrigindo, esse Governo que aí não está.

Entre tantos adjetivos com os quais José Genóino pensa atingir o ex-Presidente, nenhum com sentido, foram palavras apanhadas voando ou chavões próprios de um tempo que os petistas pensam ainda existir, um deles é bem próprio dessa época: *elitista*. Deus meu!

Não quero perder tempo, não sou do gênero petista – que é dado a esse esporte – procurando adjetivos para apontar as estultices dos mal preparados que hoje supõem nos governar. Não quero nem de longe pensar em dar o troco, porque se fosse o caso de adjetivar o governo petista do Presidente Lula, o Aurélio provavelmente seria insuficiente. Aliás, nem seria preciso ir ao dicionário para definir tanta pobreza de espírito, tanta asnada, tanta bestice. O esbravejar advém do chefe maior, é jericada para todos os lados, jericadas, jericadas e mais jericadas.

Os brasileiros já bem sabem que eles começam por não saber direito o que é democracia. Supõem possivelmente ser algo de Júpiter ou de Marte, longe daqui, longe do Palácio do Planalto.

Só as ditaduras não aceitam o debate e muito menos críticas ou análises como as que fez bem recentemente o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. O povo brasileiro a essas alturas já não se deixa iludir pelo atual governo.

Eu diria que o Presidente está tomando uma posição de covarde. Quem não deve não teme. Um Presidente da República não pode aparecer em público e impedir uma CPI como está fazendo o Presidente, até porque não é apenas uma denúncia, são muitas.

Pretendemos continuar as investigações e mostrar que a CPI tem que ser de verdade, e não uma encenação. Vamos tentar até a última hora. Este assunto tem que ser esclarecido, esta questão de abafar a CPI no Senado é um caminho perigoso, porque vai

parecer cumplicidade do governo e do Senado diante de fatos graves.

O governo está agindo como réu confesso ao pressionar contra a CPI. Em vez de atacar a Oposição, deveriam ter a dignidade de assinar o pedido de CPI para investigar um governo que se recusa a apurar toda a suspeição de fraudes.

Somente uma CPI tem poderes para quebrar sigilos e aprofundar investigações. A Corregedoria só vai pegar os pequenos corruptos porque não disporá dos mecanismos para apanhar os grandes ladrões. Com ou sem assinaturas a CPI não morre. O Governo vai continuar sempre com uma espada na cabeça. Vamos

explorar isso até o último dia do mandato. Ele, o Presidente, não vai se livrar da corrupção e insistiremos nas assinaturas. Os governistas vão conviver com a marca da corrupção até o último dia do mandato. Ou acabamos com eles, ou eles acabam com o Brasil. Xô, corrupção!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)



O PAVOR DA CPI

**Delúbio Soares
e Silvio Pereira,
operadores do PT,
não escapariam
da investigação**

ALTERNATIVAS

**Só de uma estatal,
Roberto Jefferson,
do PTB, exigia
400 000 reais por mês**

REVELAÇÕES

**Aprenda a flagrar
um corrupto**

CORRUPTOS

Estamos perdendo a guerra contra essa praga

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço ao nobre Senador Arthur Virgílio e concedo a palavra ao eminente Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP.

Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs Senadores, Sr^{as} Senadoras, eu queria, inicialmente, mais uma vez retornar a esta tribuna para rebater uma monótona argumentação que a Oposição tem feito em relação a carga tributária e ao emprego no Brasil. Eu desafio qualquer Parlamentar da Oposição a apresentar dados oficiais, que sejam reconhecidos por qualquer instituição, em relação à carga tributária, que demonstrem que tem ocorrido aumento de carga tributária durante este Governo da União. Isso não procede. Tínhamos uma carga tributária de 11,68% do PIB em 1997 e, em 2002, 16,34% do PIB. Portanto, em 2003, 2004 e 2005 sempre tivemos uma carga tributária abaixo do que foi herdado no final de 2002.

Em segundo lugar, a Oposição recorrentemente diz que houve um aumento de gastos com pessoal. Também não é verdade. Os dados são públicos, oficiais e inquestionáveis. Quando assumimos o Governo, eram gastos R\$94.945.000.000 com pessoal. E o grande acréscimo, ao longo do Governo Fernando Henrique Cardoso, foi com o pagamento dos inativos. Houve um crescimento expressivo, da ordem de R\$7 bilhões, principalmente gastos com profissionais terceirizados contratados pelas empresas terceirizadas. Eram gastos R\$5.400.000.000, e essa quantia subiu para R\$14.300.000.000, em preços constantes. Portanto, praticamente triplicou o volume de gastos com empresas terceirizadas, e foi exatamente esse aumento de gastos que cortamos. Felizmente, hoje o Brasil só gasta R\$8.800.000.000 com terceirizados e a nossa folha de pagamentos é de R\$92.548.000.000, portanto, R\$2 bilhões e meio a menos do que herdamos do Governo anterior. Como proporção do PIB, caiu de 5,57%, em 2002, para 5,08%, em 2004.

Acho que não é bom para a democracia nem para a qualidade do debate para as afirmações que não são amparadas em dados e que não têm consistência, sobretudo quando são repetidamente apresentadas nessa tribuna prejudicando muito a qualidade, eu diria, da interlocução entre Governo e Oposição.

Portanto, não há aumento de carga, não há aumento de despesas com o pessoal – infelizmente, porque o Brasil precisa de muitos servidores públicos, mas a situação fiscal e financeira do País não permite outro caminho.

A terceira questão que eu gostaria de comentar é que ouvi o Senador José Jorge falar do Primeiro Empre-

go, dizendo que o volume de jovens foi muito baixo, e realmente foi. O programa não teve o impacto previsto, sofreu alterações e continua não tendo muita eficiência do ponto de vista do estímulo ao emprego. Entretanto, o Governo anterior não pode falar de criação de empregos. Se analisarmos os dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), do Ministério do Trabalho – e não foi este Governo que o criou, mas um anterior, em 1992, com a mesma metodologia, não houve qualquer alteração -, no primeiro ano (1995), o Governo Fernando Henrique Cardoso destruiu 129 mil empregos com carteira de trabalho assinada. Fechou, destruiu pela irresponsabilidade da âncora cambial e da política econômica, com juros médios reais de 22% nos primeiros cinco anos, descontada a inflação. No segundo ano (1996) foram destruídos 271 mil empregos; no terceiro, 36 mil empregos; no quarto ano, 582 mil, meio milhão de empregos destruídos; em 1999, 196 mil empregos destruídos.

Portanto, não há nada parecido na História em termos de destruição de empregos do mercado formal de trabalho, o que gerou uma queda da massa salarial e uma degradação das relações de trabalho no Brasil.

O emprego começa a reagir depois do ataque especulativo e da desvalorização do real quando se introduz o regime de câmbio flutuante e meta inflacionária. Tivemos três anos de crescimento de emprego da ordem de 657 mil, 591 mil e 762 mil empregos.

Agora, o que nos chama a atenção é que, no Governo do Presidente Lula, criamos, em dois anos e meio, três vezes mais empregos formais, organizados, com carteira de trabalho, do que nos oito anos do Governo Fernando Henrique Cardoso. Três vezes mais empregos. Afirmei isso ontem, da tribuna, e apresento novamente os dados: 645 mil empregos em 2003; 1,523 milhão de empregos em 2004. Esses dados são absolutamente inquestionáveis, fazem parte da estatística histórica do Ministério do Trabalho e do Caged, e neles deveríamos nos pautar.

Quero terminar, Sr. Presidente, dizendo que sempre precisamos estar muito atentos à corrupção. O combate à corrupção tem que ser uma política permanente do Estado brasileiro, utilizando-se instrumentos eficazes, para que nós, de fato, possamos tratar essa questão. Poucas vezes na História tivemos um desempenho tão eficiente da Polícia Federal como temos tido nesses últimos anos.

Há inúmeras operações desmontando esquemas antigos de corrupção – ou novos – de toda ordem, seja do crime organizado, do narcotráfico ou propriamente do tráfico de influência e de outras situações de procedimentos ilícitos.

Em relação aos Correios, todas as medidas estão sendo tomadas. As pessoas já estão prestando depoimento, a Polícia Federal está prendendo e desapropriando arquivos, inclusive bloqueando acessos em andares do Correio para permitir total e completa elucidação desse episódio. Se há superfaturamento, se há desvio de recursos, se há favorecimento ilícito – e há, porque aquela imagem mostra isso –, tudo será apurado com absoluto rigor, como sempre foi feito por parte deste Governo.

Continuaremos assim, utilizando nossos instrumentos com eficiência e recuperando a credibilidade das instituições que podem ajudar a transparência e o controle do Estado brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Aloizio Mercadante.

Concedo a palavra, para uma explicação pessoal, ao Senador Arthur Virgílio.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O Senador Jefferson Péres é o próximo inscrito, pela Liderança do PDT.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma explicação pessoal. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há uma questão que é psicanalítica nessa história do PT com o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Sempre imagino a cena do Presidente Lula se vestindo para supostamente trabalhar, todo pronto, em um terno bem cortado, virando-se para o lado e dizendo assim: “Estou elegante, Ruth?” Porém, o meu ramo não é o da psicanálise.

Perderei – ou investirei – um minuto, respondendo ao Líder sobre essa história de terceirizados. O jornal **Folha de S. Paulo** recentemente publicou que 92 mil servidores foram contratados temporariamente pelo Governo do Presidente Lula, ou seja, o Presidente dispensou os terceirizados para contratar os temporários e por uma razão bem simples: os terceirizados não são obrigados a contribuir para a caixa de campanha, e os outros estão vulneráveis a isso. De certa forma, já há o financiamento público de campanha, que beneficia um só Partido neste País.

Sr. Presidente, precisamos pedir um pouco de sutileza, porque estamos discutindo algo que se afigura uma crise moral. A Polícia Federal investigava antes, Senador Jefferson Péres. No entanto, essa alegação não valia para o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas apenas para o Governo do Presidente Lula. Por outro lado, parece até que a Polícia Federal só começou a investigar agora, ou seja, o Governo petista, além de salvar o Brasil, ainda salvou a dignidade da Polícia Federal, que passou a ser digna após a posse de Lula, não o sendo antes. É o que

se apreende das ilações apressadas expostas pela Liderança do Governo.

Sr. Presidente, farei um alerta à Taquigrafia da Casa.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ouço V. Ex^a, Senador.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Sr. Senador, aproveitando este momento em que V. Ex^a fala da Polícia Federal, acreditei, inclusive, no caso do Sr. Waldomiro Diniz. Fui à tribuna e pedi ordem ao meu Líder, Senador José Agripino, para mostrar que a Polícia Federal investigaria, mas alguns obstáculos congelaram o processo no seu caminho. Digo sempre que a CPI colabora, mas a Polícia Federal também foi honrada no Governo do Presidente José Sarney, quando passei a dirigi-la. Quero apenas defendê-lo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tem razão V. Ex^a, Senador Romeu Tuma. Mas, do jeito que falam, parece que a Polícia Federal era composta por um bando de ociosos e de beócios, que não faziam nem investigavam nada, e que, de repente, chegou o redentor, o salvador da Pátria, que determinou: “Agora, vocês vão trabalhar! Agora, vocês vão procurar bandidos e moralizar o País, mas não queremos CPI de jeito nenhum!” É preciso, então, ter um pouco mais de sutileza.

Não discutirei hoje carga tributária nem dados do Governo passado. Queremos debater a crise moral por que passa o País.

Desejo fazer um alerta à Taquigrafia da Casa, com muito respeito. O meu discurso começou dizendo “Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores” e terminou, Senador César Borges, assim: “O povo brasileiro, a estas alturas, já não se deixa iludir pelo Governo do PT.” Depois disso, comecei a ler uma porção de frases, cujos autores não citei. São todos petistas! Eu as assumi como minhas, porque imaginei que partiriam para cima das frases, respondendo-as. E estou aqui frustradíssimo!

Depois dessa frase que aí está – desejo a atenção da Taquigrafia – o resto não é mais meu. Para usar uma linguagem do Presidente, o resto é parceria, a qual estabeleci com o PT neste discurso.

“Eu diria que o Presidente está tomando uma posição de covarde. Quem não deve não teme.” Quem diz isso é nada mais, nada menos que o Presidente Lula, referindo-se a Fernando Henrique Cardoso, em agosto de 2000.

“Um Presidente da República não pode aparecer em público e impedir uma CPI como está fazendo Fernando Henrique, até porque não é apenas uma

denúncia, são muitas.” Lula, em abril de 2001. Àquela época, adorava CPIs; hoje, odeia CPIs.

“Pretendemos continuar as investigações e mostrar que a CPI tem de ser de verdade e não uma encenação. Precisamos mudar o sistema financeiro brasileiro. Vamos tentar até última hora (uma comissão mista).” José Dirceu, o nosso “Comissário do Povo”.

“Esse assunto tem de ser esclarecido. Essa questão de abafar a CPI dos Bancos só no Senado é um caminho perigoso, porque vai parecer cumplicidade do Governo e do Senado diante de fatos graves.” José Genoíno, em abril de 1999.

“O Governo está agindo como réu confesso ao pressionar contra a CPI.” José Dirceu, em maio de 1997, o nosso “Comissário do Povo”.

“Em vez de atacar a Oposição, o Deputado” – e eu era o Deputado – “deveria ter a dignidade de assinar o pedido de CPI para investigar um governo que escondeu as fitas e que aceita o afastamento dos envolvidos sem apurar toda a suspeição de fraude da privatização.” Aloizio Mercadante, atacando Arthur Virgílio, o então Secretário-Geral do PSDB.

“Somente uma CPI tem poderes para quebrar sigilos e aprofundar as investigações. A Corregedoria só vai pegar os pequenos corruptos porque não disporá dos mecanismos para apanhar os grandes ladrões.” Deputado Walter Pinheiro, da Bahia, então Líder do PT na Câmara.

“Mesmo sem as assinaturas, a CPI não morre. O Governo vai continuar com uma espada na cabeça. Vamos explorar isso até o último dia do mandato do Presidente FHC. Ele não vai se livrar da corrupção e nós vamos insistir nas assinaturas.” Mesmo Deputado, do mesmo Partido.

“Os governistas vão conviver com a marca da corrupção até o primeiro domingo de outubro de 2002”, data do primeiro turno das eleições presidenciais. Mesmo Deputado, Líder do PT na época.

E depois vem uma frase em que eles falam em desestabilizar Governo. Quanto farisaísmo, aí sim, meu caro Deputado José Genoíno. Frase deles, aspas para os petistas, aspas para quem não é democrata. “Ou a gente acaba com eles ou eles acabam com o Brasil.” Logotipo da campanha: “Xô, corrupção. Uma campanha do PT e do povo brasileiro.” E aí vem aquela figura, às vezes envolvida com o Código Penal, do Duda Mendonça, com uma capa com ratos comendo a bandeira nacional.

E a resposta vem agora pela revista **Veja**. Ratos. “Corruptos”. “O pavor da CPI”. E diz a revista **Veja**: “Delúbio Soares e Silvio Pereira, operadores do PT, não escapariam da investigação”. Não sou eu que estou dizendo isso, não. Quem afirma isso é a revista **Veja**.

“As ‘mesadas’. Só de uma estatal, Roberto Jefferson, do PTB, exigia 400 mil reais por mês.” Não sou eu que estou dizendo isso; quem diz isso é a revista **Veja**. E aí: “Microcâmeras.” É um serviço de utilidade pública. A revista **Veja** ensina como se pega corrupto, ensina como e onde se compra uma microcâmera, um aparelho que está se revelando de enorme utilidade. Em outras palavras, fica bem claro agora quem é que tentava desestabilizar antes e que fique bem claro que queremos apenas apurar os delitos, as culpas, as eventuais inocências, todas as responsabilidades.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres, pela Liderança do PDT. Antes, pela ordem, concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, inscrevo-me para a réplica, após a intervenção do Senador Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a está inscrito após o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela Liderança do PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Arthur Virgílio acabou de citar frases de parlamentares e líderes do Partido dos Trabalhadores pronunciadas há três ou quatro anos. Todos que têm memória neste País se lembram disso.

Eu gostaria, bem a propósito, que todos os parlamentares do PT e todos os membros do Governo tivessem lido a coluna de hoje do jornalista Clóvis Rossi, publicadas na **Folha de S. Paulo**, porque ele não exprime a sua opinião, mas transcreve a carta de uma brasileira, que me permito ler para os senhores e as senhoras:

O leitor mais jovem certamente não lembra, mas Sandra Fernandes de Oliveira foi aquela moça que teve a coragem de correr todos os riscos para pôr o último prego no caixão do governo Fernando Collor de Mello ao denunciar a chamada Operação Uruguai. Ajudou, portanto, a livrar o país daquele que foi o mais nefasto de seus governos democráticos.

Sandra deveria, portanto, estar orgulhosa, certo? Errado, diz ela em carta que enviou a parlamentares de TODOS os partidos e da qual me fez chegar uma cópia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, especialmente do Partido dos Trabalhadores. Vejam o que diz Sandra Fernandes de Oliveira, a jovem que ajudou, de certa forma, a afastar Fernando Collor de Mello:

“Sinto uma enorme tristeza ao ver que o Brasil não mudou depois do *impeachment* de Collor. (...) É

absurdo o presidente Lula dizer que daria um cheque em branco ao deputado Roberto Jefferson e dormiria tranqüilo... É absurdo ver a cúpula do PT (...) manobrar para abafar a CPI dos Correios.”

Continua Rossi:

Os três citados foram importantes na operação do esquema Collor, de que Roberto Jefferson foi um dos chefes da tropa de choque.

Continua Sandra :

“Se eu pudesse [voltar atrás], jamais teria denunciado Collor na farsa da Operação Uruguai. Eu tinha a esperança de que poderia viver, com a destituição de Collor, num Brasil melhor, com mais dignidade, honestidade e justiça social. Sonhei, pelos líderes do PT que falavam em nome da ética na política, que o Brasil teria jeito, poderia melhorar! Que decepção e que decepção! Um choque, um trauma...”

Sr. Presidente, Senador Tião Viana, V. Ex^a é um dos mais proeminentes membros da Bancada do PT nesta Casa. A frustração, a decepção, a amargura da jovem Sandra é a de milhões de brasileiros e brasileiras que apostaram tudo no PT e no Governo Lula. Ouvir agora parlamentares do PT repetirem da tribuna o que diziam, há quatro anos, senadores do partido do governo anterior, os mesmos argumentos, de que a CPI vai desestabilizar o País...

Senador Tião Viana, há uma cegueira. Os políticos hoje no poder são pianistas do Titanic. O que pode desestabilizar não apenas este Governo, mas a democracia neste País, é o desalento de milhões de brasileiros. Ouço isso na rua, em toda parte onde chego. Isso está se generalizando, se espalhando no País. Se este Governo, se estes políticos que levaram vinte anos pregando ética, agora no poder, não a praticam, acreditar em quem? No retorno dos anteriores? Acreditar em quem? O meu temor é que o povo brasileiro caia na apatia, na descrença total na classe política, abrindo caminho à ascensão de aventureiros que levarão o País não sei para onde.

Senador Tião Viana, eu lhe pediria que, nas conversas com seus... V. Ex^a nunca me disse, mas sei como deve estar sendo torturado intimamente. Diga a eles que CPI não desestabiliza o País, mas abafamento de CPI por quem gritava contra isso pode, sim, desestabilizar o País.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – Agradeço ao nobre Senador Jefferson Péres.

Concedo a palavra ao eminente Senador José Sarney, pela ordem.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer um interregno neste debate acalorado para registrar os dez anos do **Jornal do Senado**. Acho que devemos,

ao registrar esta data, incentivar e prestigiar todos aqueles que fazem esse jornal.

Quando fomos Presidente desta Casa pela primeira vez, criamos o **Jornal do Senado**, que tem prestado um excelente serviço não só no que se refere à transparência dos nossos trabalhos como também para que os Senadores tenham melhor comunicação com suas bases.

O **Jornal do Senado** também está no *site* do Senado, na Agência Senado, e a ele têm acesso, diariamente, milhares de pessoas.

Quero registrar que o nosso jornal tem mantido, ao longo desses dez anos, um equilíbrio muito grande, de tal modo que reflete exatamente os fatos dentro da Casa. Em nenhum momento ele se desviou dessa linha jornalística.

Portanto, parabênzo todos que fazem o **Jornal do Senado**. Hoje já temos o jornal semanal também. A imprensa cada vez mais é necessária a esta Casa. Relembro aquilo o que José Veríssimo dizia, o grande crítico brasileiro: opinião pública é a opinião que se publica. O **Jornal do Senado** faz justamente isso.

Durante o discurso do Sr. José Sarney, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa se associa a V. Ex^a na constatação da relevância do **Jornal do Senado**, pelo papel destacado que ele cumpre e pela maneira como ele atende à ansiedade de milhares de brasileiros que acompanham exatamente o que ocorre no nosso dia-a-dia.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante para uma réplica.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para uma explicação pessoal. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, inicialmente, reporto-me ao preconceito que permeia a recente intervenção do Líder Arthur Virgílio; preconceito no que se refere ao uso do vernáculo, à qualidade do vernáculo, à hermenêutica do discurso, à consistência das palavras, dos adjetivos e dos subjetivos, como se isso fosse impedimento para a vida pública, para a luta política ou para o interesse da sociedade.

V. Ex^a tem razão: o Deputado José Genoíno ficou sete anos na cadeia, passou boa parte da sua juventude lutando contra a ditadura na clandestinidade. Talvez não possa ter freqüentado a Sorbonne, como outros que tiveram essa oportunidade.

A história de vida do Presidente Lula é de conhecimento de todos...e é a história da maioria do povo! A história daqueles que são privados do acesso

à educação, à cultura e às possibilidades de ter uma formação erudita. Apesar disso, pela sua inteligência, pelo seu brilhantismo, pelo seu compromisso histórico com o povo e com a Nação, chegou aonde chegou, sendo uma fonte de inspiração para uma multidão de brasileiros, que tem nele uma referência fundamental para se desenvolver, para progredir e para participar da vida.

Tenho uma imensa admiração por essas pessoas que, a partir da vida, da luta, da experiência, conseguem superar tantas adversidades, olhar para o Presidente e, nele, reconhecer a possibilidade de crescer na sociedade.

Uma expressão clara do discurso elitista, pretensamente erudito, é a utilização do tema “sertanização da política” como referência aos episódios lamentáveis de algumas situações do debate nacional. Essa é uma forma de descaracterizar o quê? O sertão ou a vida pública? O sertão é um espaço de resistência de uma parcela imensa do nosso povo que está submetida às situações mais precárias de subsistência ao longo da história do Brasil. Portanto, utilizar o sertão não como imagem de resistência, de cultura, de luta, de brasilidade, de raízes, da nossa alma como povo brasileiro, mas como forma de desqualificar a vida pública, eu diria que é mais um lamentável episódio.

Nem vou repercutir o “peru de Carnaval”, porque realmente mostra que tem pouca vivência popular e sabe pouco do que trata, das expressões do nosso povo, e é uma linguagem também que só aprendemos vivendo. Mas vou falar sobre CPI.

Tenho aqui a lista das 44 CPIs abafadas pelo Governo do PSDB em São Paulo, como as da Eletropaulo, da Casa do Bingo, da Indústria da Multa, da Sabesp, da CPTM, do Metrô, da Febem, que tem sido objeto de uma série de rebeliões, de estupros e de massacres dos menores de idade em situação de delito. Há também o caso da Cetesb, do superfaturamento do Rodoanel, das desapropriações, do desvio de verbas na Fundação Padre Anchieta, dos Grupos de Extermínio, do SUS, da Secretaria Estadual de Saúde e do desvio de verbas para compra de alimentos.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Concede-me V. Ex^a um aparte, Senador?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Esses exemplos são de São Paulo. Eu gostaria de falar de outras situações.

Concedo o aparte à Senadora Ana Júlia Carepa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Infelizmente, Senadora Ana Júlia Carepa, o Senador Aloizio Mercadante está usando a palavra

para uma réplica. Não é possível compatibilizar réplica com aparte.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – São 44. Está aqui uma longa lista que demonstra que nunca se permitiu ao Legislativo paulista esclarecer o que quer que seja, fiscalizar o que deveria e até votar, porque há 180 vetos que bloqueiam 2.100 projetos que nunca entram na pauta. Portanto, a agenda é exclusivamente do Poder Executivo. O Poder Legislativo não tem autonomia, a tal ponto que tivemos recentemente: uma ruptura na base do Governo, tamanha a insatisfação que se acumulou.

Mas posso falar também do Governo de Aécio Neves, que ontem, na madrugada, conseguiu retirar três assinaturas da primeira CPI que seria instalada em dois anos e meio.

Houve várias em Brasília. Diziam que algumas seriam absolutamente decisivas para a moralização do País, como a que trataria da CC-5. Infelizmente, terminamos sem sequer aprovar um relatório pelas divergências político-partidárias, o que nunca é um bom caminho para uma CPI. Não conseguimos sequer concluir o relatório.

Ontem, em Minas Gerais, o Governador Aécio Neves retirou as assinaturas.

A CPI é um instrumento que pode ser necessário, que pode ser utilizado. É um poderoso instrumento da Oposição, faz parte da dinâmica do Parlamento, é constitucional, se preencher todas as regras, e deve ser reivindicada por todos aqueles que acham que é necessário aprofundar um processo de esclarecimento, qualquer que ele seja.

De outro lado, quando somos Governo, confiamos no Governo e temos dado demonstrações de um combate implacável à corrupção em todas as frentes, com desempenho como poucas vezes a Polícia Federal teve na história republicana, com desmonte de esquemas de corrupção, de desvios de verbas, de fraudes, de tráfico de drogas, de contrabando.

A Polícia Federal tem dado um exemplo de despojamento, de firmeza, de competência, de técnicas modernas de investigação e tem tido absoluto êxito em relação a todos episódios dessa natureza na vida pública.

Junto com ela, a Procuradoria Geral da República e todos os instrumentos que o Poder Executivo estão sendo acionados junto com o Ministério Público, que é um poder independente.

Por isso, não podemos simplificar esse debate, caminhar numa direção que não contribui para uma reflexão mais madura que o Brasil deve e precisa fazer sobre a sua história, sobre a transparência, sobre políticas que o Congresso Nacional deve tomar para

tentar reverter esse quadro por que estamos passando, especialmente o Governo e Assembléia Legislativa de Rondônia.

Ali, sim, vemos uma crise institucional, uma crise de poderes, porque denúncias de dois anos atrás são apresentadas apenas agora, diante de um processo de *impeachment* contra o Governador, mostrando que precisamos, sobretudo o Governo Federal, estar muito atentos em todos os Estados da Federação ao combate à corrupção, à firmeza que a Polícia Federal tem demonstrado em todas as instituições do Estado Brasileiro.

No exemplo dos Correios, apenas começou um processo rigoroso de investigação que tenho certeza será exemplar e eficiente, punindo todo e qualquer cidadão envolvido e demonstrando a competência do Ministro Márcio Thomaz Bastos. A eficiência das iniciativas que S. Ex^a tomou claramente aponta para essa perspectiva.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peça a palavra, citado que fui, com base no art. 14, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Na forma do art. 14, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio para uma explicação pessoal.

Em seguida, concederei a palavra ao Senador José Agripino. Depois, passaremos à Ordem do Dia. Hoje, temos uma Ordem do Dia longa. Teremos votação nominal, e é importante que ajudemos com relação ao **quorum**.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma explicação pessoal. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, antes de mais nada, vamos acabar com uma balela que assume ares de mentira. Por ser balela e mentira, deve ser tratada como balela e, portanto, desmentida.

Falam da relação entre o Governo passado e comissões parlamentares de inquérito. Vou resumir. Entre 1995 e 1998, houve uma CPI no Congresso Nacional, três no Senado Federal e quatro na Câmara dos Deputados. De 1999 a 2002, quando o PT estava pegando fogo, estava quentíssimo, pisando nos cascos da ética, havia uma CPI no Congresso Nacional, quatro no Senado Federal, dezenove na Câmara dos Deputados, ou seja, trinta e duas CPI's ao longo de oito anos do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Esse é um fato indesmentível que pertence à história do Parlamento. Quem não gosta de CPI, nem como instrumento, é o Governo do Presidente Lula, que

obrigou a Oposição a ir ao Supremo Tribunal Federal para questionar o direito de a minoria estabelecer, tendo um terço dos membros da Casa Legislativa respectiva, uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Aí diz muito bem o Senador Tasso Jereissati: é um Partido de duas caras, é um Governo de duas caras. Querem CPI em Minas, sem objeto, questionando o investimento ou não de 12% na saúde, como se o Governador Aécio Neves estivesse sendo acusado de corrupção.

Vamos ser bem claros: esta matéria da revista **Veja** não foi para o Governador Alckmin, não foi para o Governador Aécio Neves, não estão falando de tesoureiro do PSDB, não estão falando de nenhum aliado do PSDB, em nenhuma hipótese. Portanto, essa matéria é dedicada às alianças e às relações deste Governo e, portanto, exatamente o que o Governo desenha para si como perspectiva histórica.

Mas vamos agora falar em preconceitos. Longe de mim imaginar que seja pouco letrado o Deputado José Genoíno.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Terei o maior prazer, se o Presidente o conceder. V. Ex^a terá uma bela recepção, uma recepção maravilhosa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Arthur Virgílio, infelizmente caímos na mesma regra: em explicação pessoal, também não se pode conceder aparte.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Então, vamos apresentar topicamente.

Quanto a Rondônia, pode até ser que haja coisa séria contra o Governador Cassol. Se houver, S. Ex^a será expulso do PSDB. Por enquanto, denunciou ladrões de vários Partidos, apanhados tentando obter propina com o dinheiro público.

Volto ao José Genoíno. Ao contrário, até já li livros do Deputado José Genoíno, que é uma pessoa culta e preparada. Incoerente, mas preparada.

Preconceito demonstrou o Sr José Graziano, uma espécie de alter ego para políticas sociais do Presidente Lula, quando disse, na Fiesp e lá ele se sentia um quatrocentão grã-finérrimo, caído de grã-fino que era preciso blindar o carro dos paulistas, ou então ter-se-ia de fazer o Fome Zero dar certo, porque do contrário os paulistas – nós, eles – teriam de andar de carro blindado, porque a leva de sertanejos iria criar problemas para figuras tão finas e tão bem aquinhoadas pela sorte neste País de tantas injustiças.

O Presidente Fernando Henrique, de uma vez por todas, tenhamos respeito à verdade, não falou em sertanização e nem foi aluno da Sorbonne. Ele

foi professor da Sorbonne. É um pouco diferente. Foi professor da Sorbonne, de Nanterre, de Berckley. Foi professor de uma porção de universidades, e não aluno de nenhuma delas. Vamos então colocá-lo como elitista de uma vez. Ele realmente estudou bem mais do que qualquer pessoa instalada nesse suposto Governo que aí está.

Hoje tive a honra de aprovar o nome de uma pessoa que trabalhou no Governo passado, Dr. Alexandre Tombini, Doutor pela Universidade de Illinois, que chega ao Banco Central.

Não dá para se dizer que o pré-requisito para governar bem é o doutoramento. Mas, não dá para se fazer apologia da ignorância, não dá para se fazer apologia do despreparo, não dá para se fazer apologia do não-diploma, não dá para se fazer apologia do não-estudo. Vamos nos referir diretamente ao Presidente Lula. Vinte e cinco anos vivendo como classe média "a". O que impediu o Presidente Lula de tirar diplomas, de estudar, de se preparar? Viajou tanto pelo País e não conseguiu aprender nada, porque lhe faltava base teórica, porque lhe faltou dedicação aos estudos. Essa é uma verdade. Não vamos compará-lo com a costureirinha que não consegue estudar, porque tem que sustentar os rebentos. O Presidente Lula não estudou porque não quis, não se preparou porque achou que não era esse o seu caminho.

Por outro lado, ficando bem claro, já falei do Governador Aécio Neves, mas, aqui temos que cuidar um pouco da nossa questão federal. Estamos cuidando de respostas do Congresso Nacional a uma crise moral que se abate, lançando suspeitas sobre o Congresso. Não quero sugerir que um dos meus queridos colegas do PT vire Deputado Estadual para virar Líder da Oposição ao Geraldo Alckmin, ou Líder da Oposição ao Aécio Neves.

Não quero ser Líder da Oposição em nenhuma assembleia legislativa, até porque não tenho a honra de pertencer a uma assembleia legislativa. Sou Líder do PSDB no Senado Federal, com o dever precípuo de fiscalizar o Governo do Presidente Lula. Como diz o Senador José Agripino, sou Líder de um Partido de Oposição pela vontade do povo. O povo derrotou meu candidato à Presidência da República, e eu não tinha que ficar atrás de cargo na Petrobras. Eu tinha que me posicionar, fiscalizando o Governo que me derrotou nas urnas. Esse é o cerne da democracia saudável que queremos construir.

Por outro lado, estamos vendo aqui as tentativas mais absurdas: ataques ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, palavras ditas ao léu. Só não discutem a fundo algo que vai acontecer amanhã, no mais tardar: a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito para examinar a fundo essa velhacaria que se passou nos Correios e Telégrafos neste Governo, no Governo do Presidente Lula.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra por ter sido citado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não citei V. Ex^a, mas vou citá-lo agora: Senador Aloizio Mercadante.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Esse debate enriquece muito a Casa, mas precisamos avançar na Ordem do Dia.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É preciso fazer algo para outros também serem citados, Sr. Presidente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para uma explicação pessoal. Com revisão do orador.) – Senador Pedro Simon, sintase citado. V. Ex^a é um tribuno eloquente e que sempre abrilhanta esta Casa.

Eu não queria utilizar esse recurso, porque realmente penso que retirar citações fora do contexto, do papel social e do lugar político que cada um se encontra não contribui. Mas eu poderia citar, por exemplo, o Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso chamou os defensores da CPI da corrupção de irresponsáveis. Irresponsáveis que estão enganando o povo:

Ética para mim é uma forma de conduta e não pode se desfazer em um palanque eleitoral formado por irresponsáveis que fazem de conta que estão apurando o que já foi apurado. Não é por aí que as coisas serão resolvidas. A CPI objetiva apenas paralisar o processo de reformas, bloqueando as ações do Parlamento e do Executivo, além de monopolizar as atenções da imprensa e da opinião pública, reduzindo o Congresso Nacional à pauta de uma mesquinha disputa política pelo poder. Uma CPI não pode abordar diversos episódios, muito menos de caráter genérico, não vinculados entre si, alguns ocorridos em administrações estaduais e sem a indispensável caracterização do fato determinado.

Fernando Henrique Cardoso atacou duramente a nova tentativa de abertura da CPI de Corrupção, no Senado, e o pedido feito por advogados paulistas. "CPI é coisa séria, não pode ser palanque eleitoral, não pode ser tribuna para enganar. Eu lamento que as pessoas honradas, os advogados, utilizem pedaços de jornal para imaginar que o Governo comprou Deputados, quando tudo o que se fez foi obedecer ao Orçamento – o Orçamento é lei. Chega de enganar a população brasileira".

Eu poderia continuar lendo, são dezenas de citações que seguem a mesma direção."Pode ter havido coincidência".

São dezenas de citações que não vale reproduzir.

Diz aqui: "A forma de combater a corrupção é acionar a Controladoria Geral da União, que é independente, que tem apoio do Executivo e que é eficiente ao combate da corrupção."

O Ministro disse ainda: “A situação se agrava, se a CPI for instalada, porque será um palanque eleitoral que nada contribuirá para a transparência.”

E por aí vamos. Portanto, esse tipo de citação não ajuda o debate. Cada caso é um caso, temos que analisar as diversas situações, avaliar e se posicionar em cima de um debate concreto, circunstanciado e, eu diria, consistente.

Eu diria mais: V. Ex^a insiste novamente numa visão elitista da propagação do conhecimento, da cultura e do saber para uma parte pequena da sociedade brasileira. É fantástico transferir aqueles que nunca tiveram o chamado “berço de ouro”, as condições de poder estudar em boas escolas, ter bons professores, morar em uma casa digna, para poder ter uma profissão e dizer que é deles a responsabilidade. É isso que V. Ex^a acabou de fazer desta tribuna.

O Presidente Lula nasceu em Caetés, subúrbio de Garanhuns, numa família de nove filhos. Veio para São Vicente num pau-de-arara. Viveu a sua infância e adolescência trabalhando para sua sobrevivência. Perdeu o dedo na máquina de uma fábrica com 18 anos de idade.

De fato, depois que estava na fábrica, assumiu uma liderança política fundamental. Ou as greves, no final dos anos 70, que ele dirigiu e construiu, não foram fundamentais para a democracia deste País? O tempo em que ele não estava na sala de aula estudando, estava ajudando a abrir fronteiras, espaço de liberdade, de debate e de cultura para todas as escolas e universidades deste País, porque não se aprende numa ditadura.

E ele colocou a sua vida e a sua militância para conquistar a liberdade de expressão, de manifestação, o direito de organização dos trabalhadores, a construção do sindicato livre. Está aí, lutando pelo direito do trabalhador de ter um salário digno. Uma central sindical combativa como foi a CUT significou que alguns pais passaram a ter salário para poder sustentar seus filhos e irem para a escola.

Foi essa luta social, a criação de um Partido, como o Partido dos Trabalhadores, com 25 anos de luta, não apenas pela ética, como pela justiça, que ajudou o País a mudar, e a mudar para melhor, não só na luta da anistia, da democracia, da Constituinte, mas também do Bolsa-Família, que é o maior gasto social deste Governo, porque ele sabe o que é uma família em que nenhum dos filhos consegue o seu diploma. Ele era o filho mais novo e o único que conseguiu terminar o curso do Senai. E esse tipo de preconceito foi usado sempre contra ele.

Lamento ver V. Ex^a, a quem respeito tanto, utilizar e reproduzir esse argumento. Inclusive com o argumento que era feito na campanha de que o Presidente Lula não poderia representar bem o Brasil se não falasse francês e inglês, se não dormisse no palácio da rainha ou se não fosse visitar o Presidente dos Estados Unidos em Camp Davis.

No entanto, o resultado da política externa está aí, temos as maiores exportações da história do Brasil. O Brasil, hoje, lidera em todos os fóruns internacionais, como a Organização Mundial do Comércio, é bem recebido no Japão, na América Latina, no mundo árabe, na Ásia, falando português, porque, internacionalmente, há tradução. E falando um português bem claro, pois como diz Caetano Veloso: “Minha língua é minha pátria”. A utilização da nossa língua é uma forma também de valorizar a nossa diplomacia e a nossa inserção internacional.

Por tudo isso, esses argumentos elitistas foram destruídos nas urnas pelo povo brasileiro. E eu esperava que seriam sepultados. Entre outras coisas, quando o Presidente Lula assumiu o Governo, só havia 120 mil vagas no ensino público gratuito. Apenas 120 mil vagas! O ProUni criou 100 mil vagas no ano passado, mais 100 mil vagas este ano e criará mais 100 vagas no próximo ano no ensino público e gratuito, dando direito àqueles que não podem pagar de terem acesso, de se manter na escola, especialmente os filhos dos trabalhadores mais pobres.

Concluo, contanto uma historinha. Dou aula há 25 anos na Unicamp, que tem o vestibular mais difícil deste País. Lá havia uma moça que trabalhava como faxineira no cursinho para alunos carentes. Chamava-se Marinalva, tinha 36 anos e três filhos. Terminava o trabalho, sentava e prestava atenção à aula. A Marinalva fez o vestibular, ali naquele cursinho como faxineira, passou na Unicamp, formou-se, concluiu o mestrado e hoje é diretora do cursinho onde começou como faxineira.

Infelizmente, Senador, existe uma multidão de Marinalvas neste País, de talentos brilhantes, fantásticos que passaram a vida inteira com o umbigo no tanque e a mão na vassoura e nunca puderam pegar num lápis e numa caneta. Entretanto, aqueles que sempre pegaram nas letras, na caneta, que tiveram lápis e acesso à universidade é que deveriam ter uma atitude de valorizar o saber popular e construir caminhos verdadeiros para que possamos democratizar o saber, o conhecimento e os estudos na nossa sociedade e não reproduzir o preconceito, porque isso não ajuda no debate político e muito menos na relação entre este Congresso e o povo brasileiro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou encaminhando à Mesa, para ser publicado, um pronunciamento que adverte, novamente, sobre o desmatamento na região amazônica e que fala das palavras preocupantes do comissário Peter Mandelson, da Comissão de Comércio Internacional do Parlamento Europeu, a respeito de ser a Amazônia não mais uma terra Brasil, mas sim uma suposta área de

administração internacional. Isso é grave e tem que ser averiguado o fato de esse desmatamento ter crescido desmedidamente.

No mais, esperamos o início da Ordem do Dia, não sem antes registrar que tudo o que eu queria do Presidente Lula é que ele tivesse seguido o exemplo da Marinalva. Ele não seguiu; ela estudou e ele não.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso
I, §2º do Regimento Interno.)*

O ESTADO DE S. PAULO

Brasil deve responder por devastação, diz comissário

AMBIENTE

BRUXELAS

O comissário europeu de Comércio, Peter Mandelson, disse ontem que o "Brasil tem de responder, na qualidade de país que aspira a um papel no cenário internacional", pela destruição da floresta amazônica.

Em resposta a uma pergunta feita por um deputado durante uma reunião da comissão de Comércio Internacional do Parlamento Europeu, Mandelson comentou que o País "tem de assumir suas responsabilidades, porque algo grave está ocorrendo".

Mandelson reconheceu que "não é fácil" saber a que órgãos é preciso recorrer para frear a destruição de "um bem público mundial", mas disse confiar que Pascal Lamy, único candidato à direção da Organização Mundial do Comércio (OMC), já conversou sobre a questão com autoridades brasileiras.

O comissário revelou que alguns deputados temem que se esteja favorecendo o comércio de produtos brasileiros que algumas vezes são cultivados em áreas protegidas, como a selva amazônica.

Ontem, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, defendeu diante de correspondentes internacionais o modelo de preservação adotado pelo Brasil para a Amazônia, embora tenha admitido que o índice de desmatamento "ainda não seja aceitável" e que, por enquanto, "não há nada a comemorar". Ela afirmou que pela primeira vez é aplicado um plano estrutural multifuncional e de desenvolvimento sustentável. ● EFE

Destruição da Amazônia tem grande repercussão na Europa

Londres - O aumento da destruição da floresta amazônica recebeu hoje uma enorme atenção da imprensa britânica, que não poupa críticas ao governo brasileiro e ao governador do Mato Grosso, Blairo Maggi. O diário "The Independent", por exemplo, publica reportagem de capa intitulada: "O estupro da floresta...e o homem por trás disso".

Segundo o jornal, Maggi, é "um fazendeiro milionário e um político sem compromissos que preside o boom da produção de soja brasileira". Ele é conhecido Rei da Soja, mas, segundo o diário, os ambientalistas o tratam como o Rei do Desflorestamento. "Pois a explosão da soja, alimentando um mercado mundial aparentemente insaciável por grãos usados na ração para gado, é o principal motor da destruição da floresta", disse o jornal.

O Independent também publica um editorial com o título "Pare a destruição das florestas". Segundo o jornal, "é impossível elaborar um argumento coerente a favor da destruição contínua da floresta brasileira, mas mesmo assim essa prática indefensável continua". O Independent lembra que segundo dados divulgados pelo governo brasileiro, a destruição da floresta amazônica no ano passado foi a segunda maior já registrada. Foi a pior devastação desde 1995, quando uma área equivalente à da Bélgica foi destruída.

Segundo o jornal, o que torna esses números ainda mais deprimentes "é que eles sucedem um anúncio feito ontem pelo governo brasileiro de que o desflorestamento seria finalmente controlado". Mas números mostram, observa o diário, "que embora o presidente de centro-esquerda Luiz Inácio Lula da Silva possa falar a linguagem do crescimento sustentável, até agora ele fez pouco para conter as atividades das madeireiras, produtores de soja e pecuaristas responsáveis pela aguda erosão da maior reserva natural vegetal do Brasil".

O Independent observa que a comunidade internacional também arca com parte da responsabilidade. "Grande parte da madeira cortada nas florestas tropicais do mundo é vendida nas nações ricas, como o Reino Unido", disse. "O G8 e a União Européia têm o poder de banir a importação de madeira ilegal."

O jornal The Guardian afirma que o tamanho da destruição "chocou a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que havia dito aos delegados do Fórum Social Mundial de Porto Alegre no início deste ano que acreditava que os aumentos no desflorestamento tinham sido contidos e a destruição ilegal estava sob controle". O Guardian observa que, de fato, a destruição no ano passado foi quase 6% maior do que no mesmo período em 2003.

O Financial Times afirma que a destruição da Amazônia foi motivada pela recuperação econômica e pela expansão das exportações do Brasil. Segundo o diário financeiro, críticos do governo afirmam que "uma carência de recursos, corrupção, burocracia e oposição política" limitam a implementação das políticas que visam a preservação da floresta.

João Caminoto

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino, como Líder do PFL.

Em seguida, começaremos a Ordem do Dia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, quero sair um pouco desse debate sobre CPI, até porque esse assunto vai brilhar a partir de amanhã. Mas gostaria de fazer um reparo rápido sobre esse assunto, sobre o qual falei ontem.

Sr. Presidente, as pessoas no Brasil estão cada vez mais espertas, mais antenadas, mais sabidas, e estou convencido de que elas não acreditam no que lhe dizem, acreditam no que vêem, no que sentem. Acreditam nas manchetes de jornal, nas notícias de televisão, nas capas de revistas, nos fatos anunciados, e a indignação vem em função daquilo que elas fazem como a sua ideologia e o seu próprio pensamento.

Senador Gilberto Mestrinho, hoje de manhã, fui mandar fazer uns óculos novos, porque os meus estão arranhados. Estou enxergando mal porque estão arranhados e, por isso, fui pela manhã a uma ótica aqui em Brasília. Ao entrar, o técnico me reconheceu, me atendeu profissionalmente e, na primeira folga, me perguntou: "A CPI se instala, Senador?" Para mim, Senador Mestrinho, essa pergunta teve um sentido muito profundo. É desejo daquele cidadão, como é desejo

de milhares, de milhões de cidadãos, que a corrupção seja passada a limpo.

O brasileiro pode aceitar tudo, pode aceitar que o Governo não seja bom na educação nem na saúde, que não esteja construindo um porto novo ou uma estrada nova. Aceita tudo, mas não aceita ter um Governo que não fique atento à corrupção. O brasileiro não gosta daquele que tem na testa escrito "ou eu roubo ou eu deixo roubar". E para apagar isso, acho que a sociedade brasileira está impondo esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Durante um longo tempo debateu-se aqui qualidade de CPI, número de CPIs de um Governo e de outro. Não vamos comparar, Senador Mestrinho, as CPIs que são fabricadas politicamente com aquelas que são exigência, que se impõem, que são produtos de denúncias gravadas em fita de vídeo, insofismável, inquestionável, agressiva ao interesse coletivo.

Não tenho prerrogativas nem delegação do Presidente Fernando Henrique Cardoso para defendê-lo, mas não tenho, Senador Arthur Virgílio, conhecimento de nenhum movimento do Governo Fernando Henrique Cardoso, como vi movimentos audazes deste Governo no caso Waldomiro e, lamentavelmente, estou percebendo nesta CPI, no sentido de evitar a investigação. Ao longo de todo o Governo Fernando Henrique Cardoso, quando muitas comissões parlamentares de inquérito

aconteceram, não vi, hora nenhuma, movimento tão vigoroso para tentar evitar a investigação.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador José Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Com o maior prazer, Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador José Agripino, quando V. Ex^a fala em defender o Presidente Fernando Henrique Cardoso, eu gostaria de apartear-lo sobre a questão do preconceito, que foi aqui tão debatida. Estão começando a querer implantar um preconceito ao contrário no Brasil com as novas elites que estão no Governo, que fizeram com que, nunca na história – uma expressão tão ao gosto deste Governo: nunca na história –, os bancos tivessem tanto lucro. Os bancos estão satisfeitos com este Governo? Os bancos estão alegres? São essas as elites brasileiras, mas as elites das elites financeiras são os bancos. Mas não era bem a isso que eu queria me referir. Está nascendo o preconceito dessas novas elites, dessa nova aliança dos bancos com os que não estudaram. É preconceito contra os que estudaram. Estudar passou a ser pecado, e isso é uma coisa perigosíssima! Está-se estimulando o não-estudo. Ouvimos aqui hoje uma longa apologia do não-estudo, em que criticaram veementemente, até de maneira desairosa, os que estudaram, os que fizeram doutorado, curso superior, etc. Acho isso muito perigoso. Em qualquer país desenvolvido, o povo cresce estudando. Não podemos permitir que nasça agora esse preconceito e essa apologia do não-estudo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Tasso Jereissati, desejo dizer a V. Ex^a o seguinte: não quero aqui discutir preconceitos, se é qualidade imperativa para um Presidente da República ser formado, ter anel no dedo ou não. Para mim interessa se ele foi eleito pelo voto direto ou não. O Presidente Lula foi eleito pelo voto direto, mas ele carregou compromissos de campanha. O que me preocupa e preocupa V. Ex^a é se ele está cumprindo ou não os seus compromissos.

Vamos às elites. Senador Tasso Jereissati, o Governo, na minha opinião – e creio que na opinião do Brasil, Senador Arthur Virgílio –, na infra-estrutura vai mal; na ação social vai mal; na educação, não tem nada de novo a apresentar; na saúde, muito menos, apenas os vampiros.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Com o maior prazer, mas quero só concluir o meu raciocínio.

Na área da economia, o Governo se gaba, e o Líder do Governo, na sua primeira fala, deitou falação

sobre números, sobre conquistas e sobre avanços no campo da economia do atual Governo.

Vamos aos dados, vamos aos números, Senador César Borges: os dados são de hoje, publicados hoje. O desemprego na região metropolitana de São Paulo, o Estado de origem do Senador Aloizio Mercadante, subiu de 17,3% para 17,5%. A economia vai muito bem, mas o desemprego na região metropolitana cresceu de 17,3% para 17,5%. São um milhão, setecentos e cinquenta mil desempregados da população economicamente ativa só na região metropolitana de São Paulo.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Com o maior prazer, mas vou concluir.

A renda média na região metropolitana, decorrido um ano de inflação, que foi de 8%, caiu de R\$1.019 para R\$1.018. Deveria ser R\$1.100, com a inflação apenas corrigindo o salário. Caiu de R\$1.019 ou R\$1.100 para R\$1.018.

Já concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Aloizio Mercadante.

Tudo isso acontece por quê? Por causa de duas coisas com as quais o Governo não tem sabido lidar: carga tributária, sim, senhor, e juros! O Brasil ostenta hoje a maior taxa de juros do mundo: 19,75%. Isso está travando o crescimento do País, e aquilo que era a onda de expectativa positiva está ladeira abaixo. Os números são esses.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Aloizio Mercadante.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a é sempre muito elegante e democrático. Em primeiro lugar, sobre São Paulo, é verdade: pode ter havido uma pequena inflexão sazonal ou mesmo não ter havido manutenção nos avanços que tivemos. Entretanto, quando assumimos, a taxa de desemprego na Grande São Paulo era de 20%. O Estado vinha de dez anos de um crescimento de 2,1%. O crescimento no ano passado foi de 7,6% do PIB paulista, o maior dos últimos 18 anos. Portanto, não procede, particularmente para São Paulo, o resultado econômico; e o impacto no mercado de trabalho é absolutamente exemplar. Em relação à educação, essa, sim. É uma política de Estado, é uma política suprapartidária. Todos temos de ter um compromisso com o Plano Nacional de Educação. E o ProUni é a demonstração do compromisso do Presidente Lula de abrir vagas na universidade, que nunca foram abertas àqueles que não têm renda e possibilidade de estudar. Essa é a demonstração daqueles que conhecem o valor dos estudos e entendem que o diploma, o acesso à educação formal é o

passaporte para o futuro, o que infelizmente ainda não está ao alcance da maioria do povo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Aloizio Mercadante, gosto muito do debate qualificado e gostaria de dizer algo que V. Ex^a sabe demais: o Brasil cresceu no ano passado 5,2% do PIB, ao passo que a América Latina, 6,2% – aí incluídos Bolívia, Chile, Argentina, Paraguai e Equador. São Paulo cresceu mais do que 5,2%, porque é o Estado privilegiado do Brasil e, há anos, vem recebendo investimentos do Brasil, concentrados no processo de industrialização. Cresceu por quê? V. Ex^a sabe tanto quanto eu. Cresceu porque o mundo comprou, e comprou fundamentalmente de São Paulo, que tem 40% da economia brasileira. Então, São Paulo cresceu no vento do crescimento do mundo, diferentemente do que está acontecendo hoje e do que aconteceu no tempo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que enfrentou sete crises – México, Rússia, Ásia – e teve que dar volta no corpo para conseguir sobreviver.

O que interessa, Senador Aloizio Mercadante, são os dados do momento. Claro que é bom comparar, mas com dados consistentes.

Sabe o que me preocupa, e muito? V. Ex^a falou aqui em sertão. São as questões do sertão. Por exemplo: a taxa de juros, que, há dois meses, se dizia que havia crescido os últimos 0,25% da escalada de seis meses, no sétimo mês cresceu, no oitavo mês cresceu, e, no nono mês, continua a crescer. Isso está desestimulando os empresários, que pararam de investir.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, já vou concluir.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Agripino, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador José Sarney, 0,25% de crescimento na última “paetada”, no último momento do Copom, incidiram sobre uma dívida de mais de R\$800 bilhões. Não é toda ela que é regida pela Selic, mas R\$600 bilhões. Ora, 0,25% de R\$600 bilhões são R\$1,5 bilhão. Aí vem a questão do sertão: R\$1,5 bilhão de uma canetada. Com uma canetada, a despesa do País cresceu em R\$1,5 bilhão. O que é R\$1,5 bilhão? Dava para resolver, Senador César Borges, todo o problema que a Senadora Heloísa Helena e eu tantas vezes tentamos equacionar no Ministério da Fazenda: o crédito rural, os débitos do crédito rural do pequeno produtor do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que tomou dinheiro do FAT e do FNE e que está com a limitação do seu empréstimo em R\$15 mil, e não há meios de atingir os R\$30 mil.

Um bilhão e meio de reais é 1/3 do que se vai gastar no maior projeto anunciado pelo Governo: a transposição do São Francisco. Tudo isso gasto numa “paetada” só, em uma canetada só, em uma política econômica equivocada de um Governo que, na minha opinião, vai muito mal.

O que eu gostaria, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é de fazer um apelo ao Senador Aloizio Mercadante: os corredores já falam que a CPI que vai ser instalada amanhã – porque já há número na Câmara e no Senado – vai-se reunir brevemente, após a indicação dos membros. Este Governo hoje, como indagou o rapaz da ótica, aqui em Brasília, está com a espada de Dâmocles na cabeça. Este é um Governo sobre o qual se tem dúvida com relação à honestidade, à probidade.

Não é possível, não passa pela minha cabeça, Senador Arthur Virgílio, que se impeça o funcionamento dessa comissão parlamentar de inquérito. Os corredores estão dizendo que a comissão vai ser implantada amanhã, que vão ser indicados os membros, mas que o Governo vai manobrar para que, na primeira reunião, só apareçam os membros da Oposição. Os que fazem parte do Governo vão boicotar. Se isso acontecer, o Governo vai passar o atestado público de que, se não rouba, deixa roubar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 561, DE 2005

Requeiro nos termos do art. 199 do Regimento Interno, combinado com o art. 53 do Regimento Comum, a realização de Sessão Especial, conjunta do Congresso Nacional no dia 9 de junho de 2005, às 10 horas, para Comemoração do “Dia Internacional do Meio Ambiente.”

Justificação

Com a entrada em vigor do protocolo de Kyoto e a aprovação do primeiro projeto mundial de crédito de carbono, no Brasil, a questão ambiental ganhou novo impulso. A proteção ao Meio Ambiente é uma necessidade, em face das últimas informações do desmatamento em nosso País, por isso é importante colocar o foco das discussões em nosso Congresso Nacional sobre o Meio Ambiente, principalmente na semana em que se comemora o Dia Internacional do Meio Ambiente.

Sala das Sessões, 24 de maio de 2005. – **Serys Shlessarenko**, Senadora da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência consultará a Mesa da Câmara dos Deputados sobre a realização da sessão conjunta.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 562, DE 2005

Nos termos dos artigos 74, inciso II, e 75 do Regimento Interno do Senado Federal, requero a criação de uma comissão externa, composta de três Senadores, com o objetivo de avaliar as recentes alterações no marco regulatório para o gás boliviano e suas repercussões no Brasil.

Justificação

As recentes alterações no marco regulatório para a exploração de gás natural na Bolívia, promovidas pelo Poder Legislativo daquele País, trouxeram instabilidade às relações comerciais com o Brasil. O aumento dos **royalties** cobrados a título de exploração do gás, subiu de 18% para 50%, alterando drasticamente o fluxo de caixa das inversões da Petrobrás em solo boliviano, e comprometendo a viabilidade de investimentos já feitos.

Para a sociedade brasileira, as conseqüências podem ser também significativas, em razão do brusco aumento do preço do gás importado daquele País, que está atualmente em 27 milhões de m³/dia, o que corresponde a cerca de 65% do consumo nacional. É preciso acompanhar com atenção os efeitos que essa alteração unilateral terá sobre a economia nacional, incluindo a postergação do projeto do pólo gás-químico projetado para processar o mineral em Corumbá, Mato Grosso do Sul, de grande importância estratégica para o Brasil.

Observa-se com muita preocupação o surgimento de novas greves, manifestações e bloqueios de estradas em várias regiões do País, que objetivam a imposição de normas mais rígidas para a operação das multinacionais, podendo chegar, inclusive, à proibição do processamento do gás além das fronteiras. Por essa razão, solicitamos o apoio dos nobres Senadores para aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, 24 de maio de 2005. – Senador **Ramez Tebet**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento será incluído na Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 563, DE 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requero, ouvido o Plenário, a inserção em Ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado à Assembléia Legislativa de Pernambuco João Falcão Ferraz, ocorrido ontem, na cidade do Recife, dando dessa decisão ciência:

1 – à viúva, Sra. Ana Lúcia de Godoy Ferraz;

2 – ao Presidente da Assembléia Legislativa de Pernambuco, Deputado Romário Dias;

3 – ao Governador do Estado de Pernambuco, Dr. Jarbas Vasconcelos.

Justificação

Filho de conceituada família pernambucana, duas vezes deputado à Assembléia Legislativa de Pernambuco, João Falcão Ferraz, ex-Secretário da Agricultura no Governo Moura Cavalcanti e ex-Superintendente da Sudene, nasceu no Município de Pesqueira no agreste pernambucano.

Formado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, João Falcão Ferraz era Auditor-Fiscal concursado da Secretaria da Fazenda de Pernambuco. Sua repentina morte causou muita tristeza, pois como afirmou o ex-Ministro Gustavo Krause: “João Falcão era uma pessoa doce, sobretudo mais político do que todos nós, já que estava acostumado com a política em função da rivalidade entre as famílias Ferraz e Novaes em Floresta”.

Sala das Sessões, 24 de maio de 2005. – Senador **Marco Maciel**.

REQUERIMENTO Nº 564, DE 2005

Requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento da Dr. José Airton Andrade, Prefeito de Tobias Barreto/SE, ocorrido no dia 23 de maio de 2005:

a) inserção em ata de voto de profundo pesar; e

b) apresentação de condolências à família e à Camarca de vereadores do Município de Tobias Barreto/Sergipe.

Sala das Sessões, 24 de maio de 2004. – **Antonio Carlos Valadares**.

REQUERIMENTO Nº 565, DE 2005**Requerimento de homenagem de pesar.**

Requeiro, nos termos dos arts. 218 do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com as tradições da Casa, as devidas homenagens pelo falecimento do Desembargador Fernando Ribeiro Franco, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, com a inserção em ata de voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família e ao Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Justificação

O Desembargador Fernando Ribeiro Franco do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe faleceu no dia de ontem, 23 de maio de 2005. Homem de notório conhecimento jurídico e de grande equilíbrio, pautou sua vida como juiz primando sempre pela justiça.

Formou-se pela Faculdade de Direito de Sergipe e exerceu a advocacia até ser empossado como desembargador 25 de junho de 1980. Entre fevereiro de 1961 até janeiro de 1971 exerceu o mandato de deputado estadual, condição na qual assumiu a Presidência da Assembléia Legislativa do estado. Portanto, como homem público, seja como desembargador ou político, nunca pairou sobre ele qualquer acusação, daí ser exemplo (e será sempre), para os novos juízes na arte de julgar.

Sala das Sessões, 24 de maio de 2005. – Senador **Antônio Carlos Valadares**, PSB/SE.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 566, DE 2005

Senhor Presidente,

Vimos à presença de Vossa Excelência, nos termos regimentais, e, especialmente:

a) considerando que o processo legislativo tem por objetivo revelar, em todos os momentos, a real vontade da maioria do Senado Federal;

b) considerando a circunstância de que a votação do nome do Sr. Alexandre de Moraes ocorreu simultaneamente à escolha de representantes dos Ministérios Públicos Estaduais

para o Conselho Nacional do Ministério Público, o que gerou incertezas para um número considerável de senadores;

Requerer a esta Presidência que determine, ouvido o Plenário, a realização de novo processo de votação do nome do Sr. Alexandre de Moraes como representante da Câmara dos Deputados no Conselho Nacional de Justiça.

Sala de Sessões, 24 de junho de 2005. – Senador **Romeu Tuma**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, é óbvio que estava ocorrendo, também, a escolha dos três membros representantes do Ministério Público Estadual no Conselho Nacional do Ministério Público, o que, sem dúvida, colaborou para a ausência de muitos Senadores e Senadoras e, de certo modo, serviu para tumultuar a própria condução da sessão do Senado Federal. Daí, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, o encaminhando desse requerimento, na forma do art. 255, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal.

O Regimento do Senado Federal, como todos sabem, é democrático, porque é um instrumento da maioria e também da minoria. Aliás, ele é democrático exatamente por isso, porque, além de organizar os nossos trabalhos, serve para proteger os direitos da minoria, da mesma forma que serve para garantir a vontade da maioria, tanto que o próprio Supremo Tribunal Federal não costuma decidir sobre questões regimentais.

Exatamente o Plenário tem poder para fazer o Regimento, aprová-lo revogá-lo ou emendá-lo. Logo, outra coisa não tenho a fazer senão encaminhar o requerimento para votação, na forma do art. 255.

Vou conceder a palavra ao autor do requerimento por até cinco minutos. Em seguida, concederei a palavra a um representante de cada Partido.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, depois do Senador Romeu Tuma, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concederei a palavra a V. Ex^a pela ordem ou, se for o caso, pelo PSDB, se pudermos contar com a aquiescência do Senador Arthur Virgílio.

O SR. GERALDO MESQUITA (P–SOL – AC) – Senador Renan Calheiros, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, já concederei a palavra a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, na forma do art. 310, parágrafo único.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, o que me levou a requerer essa repetição da votação foi, realmente, o constrangimento profundo criado durante o seu procedimento. V. Ex^a

designou-me e a outros Senadores para controlamos uma votação em separado na sala do café, onde se apresentaram 73 eleitores. Aqui, o máximo que se conseguiu nas quatro votações foi a presença de 50 a 57 Senadores, sinal evidente de que, com os 16 votos negados ao Alexandre mais as duas abstenções, 34 Parlamentares presentes manifestaram-se contrariamente ou deixaram de votar.

Para não se dizer que esse requerimento é intempestivo, eu gostaria de levantar a interferência do Presidente José Sarney durante a votação, porque S. Ex^a fez a mesma ponderação à Mesa. E V. Ex^a, com toda a habilidade política, com sinceridade e pureza de alma, tentou convencer os Parlamentares de que, se houvesse unanimidade, aceitaria a sugestão inteligente do Presidente José Sarney.

Portanto, peço às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que seja corrigida essa injustiça praticada contra um homem de bem, que realmente não pode pagar pelo pecado por razões que não compete agora se discutirem.

Apelo para que se vote favoravelmente ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, reconheço a boa intenção do Senador Romeu Tuma, mas há um outro requerimento que tem precedência sobre esse, apresentado na última sexta-feira, e que me parece atender mais às exigências regimentais.

A prevalecer o requerimento do Senador Romeu Tuma, com todo respeito que S. Ex^a merece, teremos que anular todas as votações verificadas naquela sessão, porque se a anulação vale para uma votação, vale para todas as votações.

Ocorre, Sr. Presidente, que não tivemos uma votação na sala do café do Senado. O que houve foi decorrência de um entendimento de Lideranças para se chegar a nomes que seriam submetidos à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Fez-se ali uma prévia informal, não-oficial, não-regimental, que, portanto, não serve como fato que determine a nulidade plena dos efeitos produzidos com a votação que rejeitou o nome de Alexandre de Moraes.

O nosso requerimento, sim, tem amparo regimental, porque busca o art. 46, do Regimento Interno, que estabelece a linha de sucessão para a condução dos trabalhos do Senado Federal: os membros titulares da Mesa; posteriormente, os seus suplentes; na ausência deles, o Senador mais idoso.

Ocorre que, naquela sessão, membros da Mesa estavam presentes, inclusive este que lhes fala, Suplente da Mesa, que se encontrava, na oportunidade, no plenário do Senado Federal.

O Senador Demóstenes Torres é um dos Senadores mais qualificados, de preparo incomum. S. Ex^a agiu corretamente, de boa-fé, não produziu nenhuma irregularidade ao conduzir os trabalhos; agiu com isenção. O Senador Renan Calheiros também merece os maiores incômios pela forma com que conduz o Senado Federal como seu Presidente. Não há reparo à atuação do Senador Renan Calheiros.

No entanto, houve, nesse episódio, como decorrência da prática a que estamos habituados, uma irregularidade, um desrespeito ao Regimento da Casa. Se houve irregularidades anteriormente, elas não foram suscitadas. Nesse caso, estamos suscitando a irregularidade havida, portanto, há razões para que a Mesa do Senado Federal delibere sobre a questão de ordem que formulamos na semana passada.

Nem mesmo acordos de Líderes partidários têm o condão de afastar a aplicação das normas que norteiam o devido processo legislativo, que tem sua fonte na Lei Maior, art. 5, além de defluir do princípio da legalidade, art. 5º, II, da Constituição Federal.

Estabelece o Regimento Interno:

Art. 412. A legitimidade na elaboração da norma legal é assegurada pela observância rigorosa das disposições regimentais, mediante os seguintes princípios básicos:

(.....)

IV – nulidade de qualquer decisão que contrarie norma regimental;

Portanto, essa votação, referente à rejeição do Sr. Alexandre de Moraes, é nula de pleno direito.

Art. 413.

Parágrafo único. Levantada a questão de ordem referida neste artigo, a Presidência determinará a apuração imediata da denúncia, verificando os fatos pertinentes, mediante consulta aos registros da Casa, notas taquigráficas, fitas magnéticas ou outros meios cabíveis.

Para concluir, Sr. Presidente, se o requerimento do Senador Romeu Tuma for acolhido, anula-se toda a votação do dia, já que se vale para uma, vale para todas. Se o nosso requerimento for acolhido, anula-se única e exclusivamente a votação referente a Alexandre de Moraes, porque, coincidentemente, foi a única votação conduzida por um não-membro da Mesa; foi a única votação, portanto, que apresentou irregularidade.

Sr. Presidente, era essa a nossa consideração.

Faço questão, mais uma vez, de enfatizar que o Senador Romeu Tuma está movido pela boa intenção, na busca de uma solução para um impasse que traz constrangimentos a esta Casa.

Da mesma forma, estamos imbuídos deste propósito: eliminar um impasse, para superar também o constrangimento decorrente dele.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL

– AC) – Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Peço

a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Concederei a palavra, pela ordem, a tantos quantos se inscreverem.

Senador Alvaro Dias, a decisão da Mesa, ao encaminhar a votação desse requerimento, vai, sem dúvida, ao encontro da questão de ordem que V. Ex^a levantou na sessão de sexta-feira.

Nesse sentido, informo a V. Ex^a e aos nobres Senadores e às nobres Senadoras que o art. 46 do Regimento Interno dá horizonte de como os trabalhos das sessões desenvolvem-se. Não há, no dispositivo citado, nenhum parágrafo, inciso ou alínea que faça a ressalva de que, em não sendo estritamente cumprido aquele rito procedimental, haja qualquer nulidade ou mesmo irregularidade na condução da sessão por um Senador que não seja integrante da Mesa ou que não seja o mais idoso.

Desse modo, não estamos anulando o procedimento. Não é isso que o requerimento pretende, e a Casa decidirá ou não. Estamos absolutamente reconhecendo que o fato de haver uma votação paralela no mesmo ambiente em que culminou exatamente com a votação do Dr. Alexandre, além de tumultuar, evidentemente possibilitou um cenário em que o sentimento do Senado, a vontade do Senado não se refletiu. É apenas isso. Não vamos anular o procedimento. Estaremos apenas repetindo a votação, se o Plenário entender que esse é o melhor encaminhamento.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Em seguida, darei a palavra, pela ordem, aos Senadores Jefferson Péres, Aloizio Mercadante, Demóstenes Torres, Roberto Saturnino e Delcídio Amaral.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presi-

dente, respeito a posição de V. Ex^a, mas não concordo com ela. Li os artigos que implicam em nulidade. Citei, inclusive, por intermédio do relatório do Ministro Ilmar Galvão, decisão adotada na Adin nº 574. Se não houve

o cumprimento do dispositivo regimental relativamente à Presidência da Casa, ou seja, a quem deve presidir a Casa, se houve uma irregularidade em relação ao que estabelece o Regimento Interno, é evidente que há nulidade do procedimento adotado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL

– AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sinceramente, não encontro justificativa ou razão para o ato que esta Casa vai cometer dentro de poucos instantes.

Aprendi, nesta Casa, nestes poucos mais de dois anos em que aqui estou, que o processo legislativo tem de ser trabalhado à exaustão, que os acordos têm de ser buscados à exaustão, que as tentativas de conciliação têm de ser buscadas à exaustão. Mas, quando chegamos ao término de toda a discussão e adentramos à votação, e esta é efetivada, creio que o martelo bateu. Essa é a regra. Não me ocorre outra situação a não ser essa.

Lastimo que esta Casa venha a tomar essa decisão mais uma vez. Esse assunto já havia sido objeto de deliberação no dia da votação das indicações dos membros dos Conselhos; uma hora, seria pelo conjunto das Lideranças, que não prosperaria; em seguida, seria pela unanimidade dos Senadores. Como eu disse que votaria de forma contrária, pareceu-me que o assunto havia morrido, mas, inesperadamente, o assunto ressurgiu nesta Casa.

Tenho o maior respeito pelo Senador Romeu Tuma, todos nós o temos – dizer isso é chover no molhado –, mas me causa estranheza que esta Casa esteja retomando esse assunto.

Repito: aprendi, nesta Casa, com pessoas de longa trajetória política e parlamentar, que, antes de votação, precisamos esgotar todas as possibilidades de conciliação, de acordo, seja lá o que for. Mas, votada a matéria, tem-se como definitivo o assunto. Portanto, parece-me absolutamente estranho que estejamos procedendo agora – dêem o nome que quiserem dar à tentativa que se faz aqui – à reabertura dessa questão. Não concordo com ela e vou votar novamente contra essa tentativa. Quero, aqui, lavrar o meu protesto, porque – repito – não encontro justificativa e explicação para o que vai ocorrer nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, des-

culpe-me minha distração, mas qual é exatamente o dispositivo regimental no qual a Mesa se apóia para propor uma nova votação? V. Ex^a poderia repeti-lo?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – É o art. 255, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – O inciso III do art. 255 determina: “III – imediata, nos requerimentos não constantes dos incisos anteriores”. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A votação será imediata nos requerimentos não constantes dos incisos I e II. Então, qualquer requerimento, estamos encaminhando-o para votação, aferindo a vontade do Plenário.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – V. Ex^a pode encaminhar o requerimento, mas o requerimento a ser aprovado pelo Plenário terá de ter respaldo regimental. O Regimento diz, em um artigo cujo número não me recordo, que nem a unanimidade do Plenário pode tomar deliberação contrária ao Regimento. V. Ex^a pode encaminhar o requerimento, e, quanto a isso, não tenho dúvida. Mas como a decisão do Plenário pode ter validade se não encontra amparo regimental? Essa é a minha dúvida.

De qualquer modo, Sr. Presidente, não vou discutir com a Mesa. Estou com espírito cooperativo e não quero criar problema de forma alguma, mas não darei o meu voto favorável. Vou votar de forma contrária.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALOIZIO MERCADANTE NA SESSÃO DO DIA 24 DE MAIO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Alvaro Dias fez, na semana passada, uma questão de ordem extremamente bem fundamentada, que buscou o Regimento da Casa e foi discutida amplamente com a Assessoria da Casa e também com vários Parlamentares. Buscou o Senador

o vício que estava dentro do Regimento e que, inclusive, havia sido apontado antes pelo próprio Senador Antonio Carlos Magalhães.

Qual é o vício? O Regimento da Casa diz claramente que deve presidir a sessão quem é o Presidente: Senador Renan Calheiros. Em seguida, seus dois Vice-Presidentes, os Secretários; na ausência deles, o seus suplentes e, na ausência desses, o Senador mais idoso.

No processo civil, no processo penal e no processo parlamentar, existem os vícios que maculam o processo e o tornam imprestável e o vício que é plenamente sanável, que é aquele que não tem qualquer repercussão. Por exemplo, no processo penal o réu tem o direito de defesa; se o defensor do réu não é intimado, anula-se o ato. Mas, se o defensor do réu não é intimado e comparece ao ato, está suprida a falha.

O Senado aponta a solução para quando há a irregularidade declarada, tanto é que V. Ex^a leu o artigo do Regimento Interno que diz que têm que ser anulados os atos que não seguirem as seguintes orientações (incisos I, II e III). E os demais dependem, naquele momento, da formulação de uma questão de ordem. Ou seja, aquele que se sentir prejudicado, naquele momento, levanta a questão de ordem e diz: “Sr. Presidente, estou aqui presente na qualidade de 1º Vice-Presidente, e há alguém que está presidindo no meu lugar. Então, devo eu assumir o local que me é destinado regularmente”.

Não houve essa questão de ordem por ninguém que compunha a Mesa, por ninguém que era Suplente ou pelos mais idosos que aqui se encontravam. De sorte que não há qualquer possibilidade de haver a decretação da nulidade, como V. Ex^a já bem referiu, porque o processo foi absolutamente regular. Quem se sente prejudicado nesse momento deve, imediatamente, levantar a questão de ordem, e isso não foi feito.

Superada essa questão, existe uma outra. O procedimento teve vício? Nenhum. Os Senadores Jefferson Péres e Geraldo Mesquita Júnior já disseram que não houve vício. O mesmo disseram os Senadores José Agripino, o nosso conselheiro, Senador Arthur Virgílio, o Senador José Sarney e tantos outros que não houve vício de qualquer espécie. Qual é a solução? Temos uma solução clara, que é a resolução que existe na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Essa solução é a reformulação da própria resolução, permitindo que a Câmara indique o mesmo nome. Mas isso dependeria de uma outra instância do Poder Legislativo. E o Senado deseja resolver internamente essa pendência. Pergunta-se: internamente, qual é a solução? Só existe uma solução: a solução política, a solução da boa vontade, a solução de querer fazer,

porque há mesmo um sentimento na Casa de que o Dr. Alexandre de Moraes foi injustiçado.

Quais são os motivos para a recusa? Improbidade, imoralidade, falta de conhecimento. E o Dr. Alexandre de Moraes, ao contrário disso, é um homem decente, com uma carreira brilhante, e não merecia absolutamente ser rejeitado pela Casa. Daí por que o Senador Romeu Tuma acaba de fazer esse requerimento. É o único requerimento que pode ser aprovado, sem deixar o Senado numa posição bastante delicada. Ou seja, todos reconhecem que foi um erro; não se rejeita um nome da Câmara, e vota-se um homem absolutamente decente.

Para concluir, Sr. Presidente, basta lembrar que a Mesa fez, por meio do Dr. Carreiro, um levantamento sobre 32 anos da atuação parlamentar nesta Casa. Não houve um ato de nulidade em razão de quem estar presidindo a sessão não pertencer à Mesa, nem mesmo em razão da outra solução que foi discutida, que era a de o Relator a estar eventualmente presidindo. Em 32 anos de Casa, segundo o nosso querido Carreiro, em mais de mil ocasiões, isso aconteceu. Não seria agora que o Senado encontraria esse precedente.

De sorte que, regimentalmente, a solução é a dada por V. Ex^a. Se quisermos refazer isso, só politicamente. É a solução que o Senador Romeu Tuma oferece.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a tem absoluta razão, tanto que não concordamos com esse encaminhamento, porque, segundo pesquisa realizada pelo Secretário-Geral da Mesa, em 32 anos, não houve contestação, salvo uma, bem recente. Daí não concordarmos com esse encaminhamento.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino. Em seguida, falarão os Senadores Pedro Simon, Heloísa Helena, Delcídio Amaral, Arthur Virgílio e José Agripino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o requerimento do Senador Romeu Tuma, não obstante o respeito enorme que toda a Casa tem por S. Ex^a, especialmente este Senador, pelo convívio longo, pela apreciação de suas opiniões e de suas atitudes sempre corretas, em que pese todo esse grande respeito, não aduz nada, nenhuma razão nova, nenhum dispositivo regimental novo ao requerimento, igualmente bem-intencionado, do Senador José Sarney, apresentado verbalmente na noite da votação.

De forma que, se a proposição do Senador José Sarney não teve acolhimento naquela noite – houve até um processo bastante tenso, mas chegou-se à conclusão de que seria necessária a unanimidade, que

patentemente não ocorreu –, voltar ao mesmo assunto, sem que haja alegação, argumentação ou razão nova não me parece aceitável, por ferir o Regimento, que é a nossa lei.

O Senador Alvaro Dias tentou buscar apoio regimental na sua questão de ordem, e V. Ex^a respondeu, contrariando a proposição de S. Ex^a. Agora, a mesma proposta do Senador José Sarney, apresentada dias depois pelo Senador Romeu Tuma, sem que nada se modifique em relação à situação que não teve acolhida naquela noite, francamente, não posso aceitar. Vou votar contra o requerimento do Senador Romeu Tuma, apesar da enorme admiração que tenho por S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena. O Senador Pedro Simon pediu a retirada da sua inscrição.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu estava até solicitando o requerimento do Senador Romeu Tuma, que não foi disponibilizado para todos os Senadores da Casa.

É evidente que estamos numa situação extremamente difícil, porque vamos fazer uma votação que não tem nenhum amparo regimental. Absolutamente nenhum amparo regimental! Assim sendo, posso encaminhar à Mesa qualquer requerimento, com formulações absolutamente estranhas, e ela o colocará para ser votado. O ato da Mesa de colocar o requerimento para ser votado tem até respaldo regimental, mas não há nenhuma possibilidade de esta Casa votar favoravelmente a ele. Isso é rasgar por completo o Regimento. E o que é mais grave: esse assunto já foi discutido, quando o Presidente José Sarney, para viabilizar uma alternativa na Casa, tentou, mediante um referendo político, resolver o problema. Mas o problema não foi resolvido, a Mesa disse que só por unanimidade.

Agora será o quê? A aprovação do requerimento para refazer a votação será por unanimidade? A votação será como a de um requerimento simples? Não há como fazer isso. Então, estamos objetivamente – nós, não, porque vou votar contrariamente ao requerimento – rasgando o Regimento.

Portanto, solicito a quem está defendendo essa proposta que não fique citando artigos do Regimento, porque não existe nenhuma proteção regimental para o que está ocorrendo hoje, na Casa; solicito que assuma que politicamente quer resolver um problema que foi criado por uma parte da Bancada do Governo.

É inadmissível que o mesmo assunto que, na semana passada, não podia ser retomado, porque não

havia unanimidade do Plenário, agora o seja por uma suposta maioria simples.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, não vou tratar dessas questões mais técnicas, não vou falar do Regimento, porque aqui existem Senadoras e Senadores que o conhecem melhor do que ninguém, mas vou apelar para o bom-senso.

Gostaria de ponderar especialmente sobre o requerimento do nobre Senador Romeu Tuma, argumentando sobre as votações que ocorriam aqui e na sala do café. Para que efetivamente essa justificativa represente aquilo que o Plenário majoritariamente pensa e quer, meu caro Senador Romeu Tuma, penso que, em vez de fazer uma única votação, devemos adotar como decisão a retomada de todas as votações, com base no argumento que foi apresentado, o de votações concomitantes, ou seja, uma no Plenário e a outra, do Ministério Público, na sala do café. Com isso, teríamos uma proposta sensata, que corresponderia ao ânimo de pelo menos boa parte do Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, mas não entendemos ser preciso repetir todas as votações, porque não as estamos anulando. Estamos apenas repetindo uma votação, em função do fato de ela não refletir o pensamento majoritário da Casa.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, pela ordem. O objetivo é embasar a justificativa; garantir coerência às justificativas apresentadas pelo Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio. Em seguida a darei aos Senadores Sibá Machado, Edison Lobão e José Agripino, último orador inscrito. Depois, vamos proceder à votação do requerimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, de fato, estamos diante de um impasse que é político. E não é o primeiro com que se defronta o Congresso Nacional: em algum momento, viu-se a tramitação rápida e necessária daquela emenda parlamentarista, que foi a forma encontrada pelo Congresso, para dar posse ao Presidente constitucional João Goulart, em 1961.

Se formos para a letra regimental pura e simples, perdurará o impasse político, e não teremos como sol-

ver a questão. Se nos pusermos a submeter ao Plenário, Sr. Presidente, para que opine, a solução que é política, construída pelos líderes das Bancadas, tenho a impressão de que poderemos chegar a esse meio termo. Ampla expressão para o Plenário, no voto, dizer da sua conformidade ou inconformidade com uma solução que, repito, é política.

Criou-se um impasse político e está sendo, portanto, essa questão solvida politicamente. Que não se criem precedentes, até porque dependeria de todo o concerto dos líderes partidários. E dependeria novamente, em qualquer outra situação que surgisse, do voto do Plenário.

Mas a primeira constatação é de que é uma questão política, que se está tentando resolver politicamente e não na letra do Regimento. Este é um fato para não cairmos no farisaísmo.

Sugiro que o Plenário seja chamado a opinar, porque se o Plenário não referenda essa saída, que, repito, é política, dos líderes, então, estamos tentando resolver um impasse pela via política. O Plenário opinando poderá legitimar ou não essa atitude que está sendo concertada no campo político.

Este é o meu ponto de vista, Sr. Presidente. Quem sabe, a votação pudesse ser feita nominalmente, até para testarmos o quórum, vermos quem, de fato, se mantém na Casa, já que teríamos uma longa jornada de votações pela tarde afora.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, todos temos aqui reclamado – e com insistência – das medidas provisórias que não nos deixam prosseguir nas votações regulares.

Todavia, estamos nós agora, por nossa conta, em razão de um único problema surgido, há uma semana, sem conseguir resolver o impasse e sem prosseguir nas votações.

Não se diga que não há precedentes. Eles existem e não são poucos.

Menciono um por ser muito evidente. Em 1988, era Presidente da República o Senador José Sarney e eu exercia aqui a liderança do Governo. S. Ex^a encaminhou, ao exame do Senado, o nome do Embaixador Paulo Nogueira Batista, que foi sabatinado na Comissão de Relações Exteriores e aprovado com grande maioria.

Submetido ao exame do Plenário do Senado, numa votação secreta e sessão secreta, o Embaixador foi rejeitado. Prontamente, levantei-me e pedi a repetição da votação sob o argumento de que alguma coisa saíra errada, pelo fato de que o Embaixador já era Embaixador em Genebra, já havia se submetido a sabatinas anteriores e sido aprovado, quase que por unanimidade, na Comissão. As demais lideranças apoiaram a minha proposta. A Mesa decidiu, de plano, não foi buscar na especiosidade do Regimento para decidir uma questão de natureza política e objetiva. Repetiu-se a votação e o Embaixador foi contemplado com quase todos os votos do plenário. Foi aprovado assim.

Sr. Presidente, entendo que devemos resolver esse problema de uma vez por todas. Ou repetimos a votação, ou anulamos a sessão e, por conta dela, vamos repetir todas as votações; ou não vamos repetir coisa alguma, vamos decidir e prosseguir na votação dos demais projetos, das demais proposições que estão a cargo do Senado da República.

O que não podemos é prosseguir nesse marasmo, por conta de uma questão, embora importante, que diz respeito a um dos nomes mais ilustres do campo jurídico deste País, por um erro grave que este Plenário cometeu ao rejeitar esse nome, mas o fato é que precisamos de algum modo decidir.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, convenhamos que estamos aqui procurando consertar um erro que foi cometido, não derrotando, mas não dando à indicação do Dr. Alexandre de Moraes o quórum de 41 votos. Ele não foi derrotado, não foi rejeitado, ele obteve 39 votos contra 16. O quórum qualificado exigia 41 votos, o que ele não atingiu. Não atingiu e o resultado da votação causou indignação ao Plenário e provocou reações curiosas de alguns que disseram: queríamos apenas dar um susto.

O fato é que um homem com qualificações de sobra para exercer as funções do Conselho Nacional de Justiça foi rejeitado por uma questão de quórum.

Estamos discutindo, politicamente agora, a revisão de um equívoco político. Com amparo regimental, vamos discutir e vamos votar.

O que existe de prático? Um requerimento e um outro que não foi lido. O requerimento do Senador Romeu Tuma propõe claramente – claramente! – que a votação dada ou feita para a indicação do Dr. Alexandre de Moraes seja renovada, seja pela razão de que, enquanto se votava aqui, ao lado se elegiam os

membros do Conselho Nacional da Magistratura, com o **quórum** de 72 Senadores, enquanto 57 Senadores estavam votando aqui, há algo de errado, e que, na melhor das hipóteses, o quórum daqui esteve contaminado, esteve prejudicado e, em função disso, se pede a renovação dessa votação.

Há um outro requerimento, de autoria do Senador Alvaro Dias, que já se manifestou, e o fez de acordo com a renovação da votação. Entretanto, na interpretação de S. Ex^a, deve-se votar não apenas o nome do Dr. Alexandre de Moraes, mas os nomes de todos aqueles que foram apreciados naquela sessão.

O que proponho a V. Ex^a? A junção dos dois, porque esses dois requerimentos traduzem – estou seguro – o pensamento da esmagadora maioria dos partidos políticos que aqui já falaram e manifestaram a sua opinião, a começar pelo Líder do Governo, o Senador Aloizio Mercadante, que, depois de uma longa explicação, manifestou sua posição favorável à renovação da votação.

Portanto, proponho que, politicamente, decidamos a correção de um equívoco político e renovemos não apenas a votação do Dr. Alexandre de Moraes, mas a de todos os cinco nomes submetidos à apreciação e votação na sessão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Peço aos Srs. Senadores que estão em seus gabinetes ou em outras dependências da Casa que venham ao plenário. Provavelmente, haverá várias votações.

Pergunto aos Srs. Líderes se querem orientar suas Bancadas sobre a votação do requerimento.

Senador Ney Suassuna, V. Ex^a deseja orientar a Bancada do PMDB?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O PMDB apoiará o requerimento, Sr. Presidente, e vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – O PFL vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – O P-SOL vota “não”, Sr. Presidente, até porque se criou uma nova dinâmica para criação no Senado do instituto da recuperação, da segunda época, essas coisas.

Assim, o P-SOL vota “não”.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, peço apenas um esclarecimento: votaremos, como diz V. Ex^a, a repetição da votação só do nome de Alexandre de Moraes ou repetiremos a votação de todos os nomes aprovados naquela sessão?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Senador Alvaro Dias, o requerimento é no sentido da votação do nome do Dr. Alexandre de Moraes apenas. Estamos repetindo a votação e não estamos anulando as votações anteriores.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr.

Presidente, o PSDB, seguro de que se tenta oferecer uma saída para um impasse político que nasceu e se desenvolveu de maneira negativa – como quase todo impasse, já que nem todo impasse é negativo –, adota e assume a saída política. Como bem disse o Senador José Agripino, foi cometido um equívoco político há pouco tempo por quem confundia o caráter da votação.

Portanto, o PSDB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Senador Delcídio Amaral, como vota o PT?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS.) – Sr.

Presidente, sugiro que o PT e os Partidos da base de apoio votem “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – O PT e os Partidos da base de apoio votam “sim”.

Senador José Jorge, Líder do Bloco da Minoria, V. Ex^a deseja orientar a Bancada? (Pausa.)

Senador Jefferson Péres, como vota o PDT?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Como

Líder, libero a Bancada; pessoalmente, voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Consulto o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, se deseja orientar a Bancada. (Pausa.)

Agradeço a V. Ex^a.

Passamos à votação.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento, com os votos contrários dos Senadores Geraldo Mesquita Júnior, Roberto Saturnino, Alvaro Dias, Augusto Botelho, Jefferson Péres, Tião Viana e da Senadora Heloísa Helena.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item extrapauta:

PARECER Nº 528, DE 2005

(Escolha de Autoridade)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, § único, do Regimento de Interno.)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 528, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, sobre o Ofício nº S/28, de 2005 (nº 582/2005, na origem), pelo qual a Câmara dos Deputados submete à deliberação do Senado a escolha do Dr. *Alexandre de Moraes* para compor o Conselho Nacional de Justiça.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, levando em conta todo o espírito que norteou essa construção, minha sugestão era a de que pedíssemos verificação de **quorum** antes de qualquer deliberação. Seria possível?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não; nós já realizamos outras votações e temos **quorum** suficiente para a aprovação. Tenho absoluta convicção de que vamos dar essa demonstração de maturidade ao País.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Então, muito bem.

O PSDB pede a presença de todos os seus Senadores no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência pede a presença no plenário de todos os Senadores que estão em seus gabinetes e em outras dependências da Casa, porque teremos várias votações nominais.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem. É exatamente o que peço aos Senadores do PMDB: os que estiverem em seus gabinetes e os que estiverem nos ouvindo venham ao plenário, porque vamos ter importantes votações.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, da mesma maneira, às Senadoras e aos Senadores do PT e dos Partidos do Bloco de apoio ao Governo, peço o comparecimento em função das votações que teremos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^{as}.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, o PFL vota “sim” e reitero o apelo feito aqui pelo PT, pelo PSDB, pelo PMDB, para que os companheiros do PFL que estejam fora do plenário, na

sala do café ou em seus gabinetes, compareçam ao plenário para votação dessa matéria e de outras que vão suceder-se.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em discussão o parecer.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 103-B, § 2º, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Os Srs. Líderes já orientaram as suas Bancadas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação nominal e secreta por meio eletrônico.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto se processa a votação, deixo bem claro que a etapa formal e regimental foi vencida. Pediu-se ao Plenário a legitimação da idéia aventada pelos Líderes dos Partidos e, portanto, estamos agora na fase do mérito. Trata-se de discutir o nome do Dr. Alexandre de Moraes. Assim, embora o caráter da votação seja secreto, faço um apelo aos Senadores do PSDB, em primeiro lugar, no sentido de que todos votem a favor da indicação do Dr. Alexandre de Moraes. Mais ainda: sinto-me neste momento à vontade para pedir a mesma coisa aos meus colegas Senadores, até porque fizemos nós um grande esforço para participar dessa construção, dessa saída política, que impõe desgastes e causa arranhões. Se é assim, sinto-me à vontade para pedir aos Srs. Senadores que valorizem esse episódio, já que demos uma saída política para um impasse que se revelou político e que, portanto, precisaria, a meu ver, dessa compreensão.

A votação já não é mais secreta, porque os debates em torno do nome do Dr. Alexandre de Moraes foram fartos o suficiente para que o caráter de segredo desaparecesse. Portanto, peço aos Senadores que reafirmem o compromisso assumido em torno do Dr. Alexandre de Moraes e em torno da idéia de vencer o impasse político surgido semana passada neste Plenário.

O voto do PSDB, sem dúvida alguma, já que não é mais secreto, é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para esclarecer que votei contra o requerimento anterior porque entendia existir uma alternativa política melhor, mas afirmo que meu voto é favorável ao Dr. Alexandre de Moraes, e já o registrei.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Sibá Machado, é sobre a votação?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não, Sr. Presidente; não é sobre a votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Então, peço a V. Ex^a que aguarde um pouco, e, após a votação, daremos a palavra a V. Ex^a.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Pediria a V. Ex^a que me inscrevesse, pela ordem, após a votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com muito prazer.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge pela ordem.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço exatamente um apelo a todos os Srs. Senadores, não só da Oposição, da Minoria, mas também da Base de apoio ao Governo, enfim, a todos para que venham ao plenário e possamos fazer essa votação e continuar a votar os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público.

Sr. Presidente, todos nós sabemos da importância da criação desse Conselho; todos sabemos do esforço para sua aprovação e da evolução que se poderá garantir à melhoria do Poder Judiciário. Portanto, é importante que, nessas votações – não só nesta, do Dr. Alexandre de Moraes – e em todas as outras, tenhamos um **quorum** alto para mostrar exatamente o nível de importância e a qualificação que o Senado dá à formação do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público. São votações importantes. Trata-se de pessoas qualificadas tecnicamente. São qualificadas também, porque cada uma delas foi indicada por um órgão diferente: alguns pelo Supremo Tribunal Federal; outros, pela OAB; o Dr. Alexandre de Moraes, pela Câmara dos Deputados.

Então, é uma votação em que poderemos dar um exemplo de unidade, para que o Conselho Nacional de Justiça comece de forma positiva. Já tivemos um problema na semana passada, resolvido agora, aqui, com grande esforço de todos nós, de todas as Lideranças. Portanto, é necessário que cada um vote, não se criando mais problemas. Que o Conselho Nacional da Justiça e, posteriormente, o Conselho Nacional do Ministério Público sejam aprovados.

A idéia é de que, já no mês de junho, ele possa ser implantado e, dessa forma, poderemos, efetivamente, dar início a essa etapa, que será uma das mais importantes da reforma do Judiciário. Faço um apelo, portanto, às Senadoras e aos Senadores que se encontram em seus gabinetes, que se encontram em outros locais da Casa para que venham ao plenário, a fim de que possamos melhorar esse **quorum** e, portanto, aprovar já o nome do Dr. Alexandre para o Conselho Nacional de Justiça.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria saber quantas votações ainda vamos ter depois.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vamos ter pelo menos 16 votações.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Dezesesseis votações.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Perdão, 19 votações nominais, com **quorum** qualificado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Portanto, mais uma razão para fazermos um apelo a todos as Sr^{as} e os Srs. Senadores que estão em seus gabinetes. Por gentileza, pedimos aos chefes de gabinete que informem aos seus Senadores a necessidade de virem para o plenário para a votação.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tivemos uma batalha política para que o Conselho Nacional da Magistratura e o Conselho Nacional do Ministério Público não se tornassem politizados. E por mais que seja o desgaste da Casa, por mais que ele ocorra, naturalmente que se está fazendo justiça a um homem decente, correto, preparado e que, certamente, vai fazer muito bem ao Conselho Nacional da Magistratura e à própria Magistratura.

Não se pode dizer quem é o mais preparado: se o Ministro Nelson Jobim, se Antonio de Pádua Ribeiro, ou outros. Mas Alexandre de Moraes é o nome que dignifica a Justiça brasileira, como aconteceria se fosse Sérgio Renault.

De sorte que penso estarmos aprovando um nome que somará muito para que possamos mudar a imagem do Poder Judiciário no Brasil.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, a V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Renan Calheiros, a minha questão de ordem é sobre uma orientação relacionada a assunto diferente do que tratamos agora.

Trata-se da CPI dos Correios. Há dúvidas relativamente ao momento em que se esgota o prazo para a retirada ou a assinatura no requerimento que propõe a CPI. A meu ver, o prazo se esgota à zero hora. Há aqueles que defendem a tese de que o prazo se esgota quando da leitura do requerimento na sessão do Congresso Nacional.

Indago qual é decisão da Mesa a respeito dessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Esgota-se o prazo à meia-noite do dia da leitura. É exatamente o que manda o Regimento do Congresso Nacional.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas um esclarecimento sobre a questão levantada pelo Senador Alvaro Dias.

É zero hora do dia de hoje?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Do dia da leitura.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – O dia da leitura começa a partir de zero hora e um minuto de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A sessão para leitura acontecerá às 10h da manhã do dia 25 de maio.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Então, depois de feita a leitura, pode-se retirar assinatura?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Até meia-noite do dia da leitura. É assim que manda o Regimento. Pode retirar e pode acrescentar.

Se todos os Senadores já votaram, vamos proceder ao resultado da votação.

(Procede-se a apuração)

VOTAÇÃO SECRETA

PARECER Nº 528, DE 2005 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. ALEXANDRE DE MORAES, PARA COMPOR O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

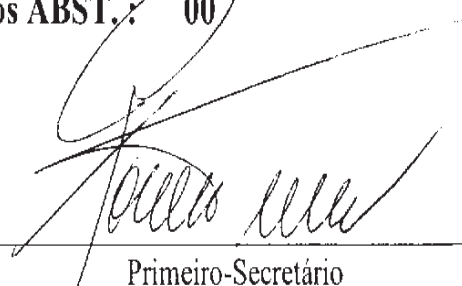
Num.Sessão: 1 Num.Votação: 1 Abertura: 24/5/2005 17:53:20
 Data Sessão: 24/5/2005 Hora Sessão: 14:00:00 Encerramento: 24/5/2005 18:05:51

| Partido | UF | Nome do Senador | Voto |
|-----------|----|--------------------------|-------|
| PSDB | SE | ALMEIDA LIMA | Votou |
| Bloco-PT | SP | ALOIZIO MERCADANTE | Votou |
| PSDB | PR | ALVARO DIAS | Votou |
| PMDB | RO | AMIR LANDO | Votou |
| Bloco-PT | PA | ANA JÚLIA CAREPA | Votou |
| PSDB | MT | ANTERO PAES DE BARROS | Votou |
| PFL | BA | ANTONIO CARLOS MAGALHÃES | Votou |
| Bloco-PSB | SE | ANTÔNIO CARLOS VALADARES | Votou |
| PSDB | AM | ARTHUR VIRGÍLIO | Votou |
| PDT | RR | AUGUSTO BOTELHO | Votou |
| PFL | BA | CÉSAR BORGES | Votou |
| Bloco-PT | DF | CRISTOVAM BUARQUE | Votou |
| Bloco-PT | MS | DELCÍDIO AMARAL | Votou |
| PFL | GO | DEMÓSTENES TORRES | Votou |
| PFL | MA | EDISON LOBÃO | Votou |
| PSDB | MG | EDUARDO AZEREDO | Votou |
| Bloco-PT | SP | EDUARDO SÚPLICY | Votou |
| PFL | PB | EFRAIM MORAIS | Votou |
| Bloco-PT | RO | FÁTIMA CLEIDE | Votou |
| PMDB | RN | GARIBALDI ALVES FILHO | Votou |
| PMDB | AM | GILBERTO MESTRINHO | Votou |
| PMDB | MG | HÉLIO COSTA | Votou |
| Bloco-PT | SC | IDELI SALVATTI | Votou |
| PMDB | MA | JOÃO ALBERTO SOUZA | Votou |
| PMDB | ES | JOÃO BATISTA MOTTA | Votou |
| Bloco-PSB | AP | JOÃO CAPIBERIBE | Votou |
| PFL | MT | JONAS PINHEIRO | Votou |
| PFL | RN | JOSÉ AGRIPINO | Votou |
| PFL | PE | JOSÉ JORGE | Votou |
| PMDB | AP | JOSÉ SARNEY | Votou |
| PMDB | TO | LEOMAR QUINTANILHA | Votou |
| PSDB | GO | LÚCIA VÂNIA | Votou |
| PMDB | PA | LUIZ OTÁVIO | Votou |
| PMDB | GO | MAGUITO VILELA | Votou |

| Partido | UF | Nome do Senador | Voto |
|-----------|----|-----------------------|-------|
| PFL | PE | MARCO MACIEL | Votou |
| PMDB | PB | NEY SUASSUNA | Votou |
| Bloco-PSB | TO | NEZINHO ALENCAR | Votou |
| PMDB | AP | PAPALÉO PAES | Votou |
| PFL | DF | PAULO OCTÁVIO | Votou |
| Bloco-PT | RS | PAULO PAIM | Votou |
| PMDB | RS | PEDRO SIMON | Votou |
| PMDB | MS | RAMEZ TEBET | Votou |
| PSDB | CE | REGINALDO DUARTE | Votou |
| PMDB | AL | RENAN CALHEIROS | Votou |
| Bloco-PT | RJ | ROBERTO SATURNINO | Votou |
| PFL | BA | RODOLPHO TOURINHO | Votou |
| PFL | SP | ROMEU TUMA | Votou |
| PSDB | PE | SÉRGIO GUERRA | Votou |
| Bloco-PTB | RS | SÉRGIO ZAMBIASI | Votou |
| Bloco-PT | MT | SERYS SLHESSARENKO | Votou |
| Bloco-PT | AC | SIBÁ MACHADO | Votou |
| PSDB | CE | TASSO JEREISSATI | Votou |
| PSDB | AL | TEOTÔNIO VILELA FILHO | Votou |
| Bloco-PT | AC | TIÃO VIANA | Votou |
| PMDB | RO | VALDIR RAUPP | Votou |

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 48
 Votos NÃO : 07
 Votos ABST.: 00
Total : 55



Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 48 Senadores; e, NÃO 7.

Não houve abstenção.

Total: 55 votos.

Aprovado o nome do Sr. Alexandre de Moraes. Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria me congratular com V. Ex^a e com a Casa pelo resultado que acabamos de alcançar neste assunto. Evidentemente, tivemos um problema que quase ameaçou a boa convivência nesta Casa, de Maioria e de Minoria, que se interpretaram nas suas respectivas condutas, talvez de uma maneira mais exaltada. Mas chegamos a bom termo. Isso é que é o exercício do Parlamento e do diálogo. Esse é o espírito que devemos manter na Casa, e que V. Ex^a conseguiu articular e com o qual quero me congratular, estendendo essa congratulação aos Líderes da Maioria, da Minoria e ao Senado Federal.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador José Sarney. Aproveito a oportunidade para me congratular também com o Senado Federal, com os Líderes e com o Plenário como um todo por essa demonstração de construção política, de sabedoria e de amadurecimento.

Senador Demóstenes Torres, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É só para constatar, Sr. Presidente, que, naquela sessão, o **quorum** foi maior que o de hoje, pois, naquela data, tivemos 57 votantes. E hoje tivemos 55. Portanto, gostaria apenas de constatar que, politicamente, hoje, resolvemos um boicote que ocorreu naquela data.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Convido todos os Senadores e Senadoras a vir ao plenário a fim de que possamos concluir as votações, pois teremos pelo menos 19 votações nominais. É importante que esta Casa, mais uma vez, esgote a sua pauta hoje. – **Item 1:**

PARECER Nº 519, DE 2005

(Escolha de Autoridade)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, § único do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 519, de 2005, da Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, sobre o Ofício nº S/17, de 2005 (nº 87/2005, na origem), pelo qual o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil submete à deliberação do Senado a escolha do Dr. *Paulo Luiz Neto Lôbo* para compor o Conselho Nacional de Justiça.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da última quinta-feira, quando deixou de ser apreciada tendo em vista a falta de **quorum** qualificado para sua deliberação.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 103-B, § 2º, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, a matéria depende, para a sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Os Srs. Líderes podem orientar suas Bancadas.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGILIO (PSDB – AM) – O PSDB vota “sim”.

Faço um apelo enfático aos meus companheiros de Partido no sentido de que prestigiem este momento relevante da reforma do Judiciário, que é a constituição do Conselho Nacional de Justiça, que se destina a estabelecer o controle externo sobre a Magistratura.

Portanto, levando em conta todos esses episódios que estão sendo superados – é evidente que tem uma certa heterodoxia na recomendação –, o PSDB vota “sim”. Peço que todos os Sr^{es} e os Srs. Senadores se mantenham em plenário para que hoje, esse é o nosso desejo, vençamos essa etapa do Conselho Nacional de Justiça, implantando o Controle Externo do Poder Judiciário; portanto, transformando em letra prática aquilo que morreria na teoria, ou seja, esse início da reforma do Judiciário em um País que precisa tanto de reformas estruturais que possibilitem reduzir seus custos e garantir as condições de sustentabilidade do poder econômico.

Portanto, o PSDB pede a presença de todos os seus Senadores, para que seja prestigiada afirmativamente o Conselho Nacional de Justiça, Sr. Presidente.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, só para colaborar com os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sabemos que ainda há 18 votações e que todos já foram sabatinados. Sugiro que os Líderes encaminhem apenas uma votação, para votar a favor de todos. Assim, ganharíamos tempo e aceleraríamos a votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se aqui houvesse uma presença maciça, substantiva, que nos desse uma margem de segurança, esse seria um ótimo encaminhamento.

Por exemplo, o nome indicado pela OAB é de muita qualidade, expressivo, e, sem dúvida, honrará muito o Conselho Nacional de Justiça. O Dr. Paulo Lôbo é um jurista emérito, e não podemos correr risco com relação a essas votações.

Os três nomes do Ministério Público serão sabatinados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, posteriormente, votados por este Plenário.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, o PT e os Partidos do Bloco de apoio ao Governo votam “sim”.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, o PMDB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PMDB vota “sim”.

Senadora Heloísa Helena, como vota o P-SOL?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, até para homenagear o nosso querido Dr. Paulo Lôbo, é evidente que vamos votar “sim”.

Entretanto, por ser uma votação secreta, nem precisaria de encaminhamento das respectivas Bancadas. Isso é óbvio. Gostaria que V. Ex^a não fizesse o encaminhamento, até por que o Regimento não o permite e por economia processual, pois é votação secreta.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senadora Heloísa Helena, estamos adotando essa prática com todos os Líderes, não posso omitir o nome de V. Ex^a, infelizmente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, por ser votação secreta, V. Ex^a não deveria solicitar o encaminhamento aos Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Mas essa é uma prática deste Parlamento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar o acionamento das campanhas, porque houve uma queda muito brusca no **quorum**, para que não tenhamos novas experiências como a anterior. É fundamental alcançarmos o quórum.

Solicito aos Srs. Senadores que fiquem no plenário, para que possamos concluir as votações. O tempo é coletivo, e, se todos estiverem aqui, faremos as votações de forma muito mais ágil.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Magno Malta, estamos votando o nome do Dr. Paulo Luiz Neto Lôbo, indicado pela OAB para o Conselho Nacional de Justiça.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, entendo o esforço de V. Ex^a, mas quero fazer um chamamento especial ao Senado da República. Estamos numa votação secreta, e a consciência de cada um constitui um imperativo categórico para votar em quem entender. Realmente, é o momento em que cada um tem de se compenetrar das suas obrigações e dar celeridade a essas votações, senão, infelizmente, não conseguiremos avançar na pauta.

Quero fazer esse apelo, porque o voto é secreto, e, portanto, não há o que declarar, não há o que falar. Se alguém declarasse o voto secreto, estaria violando a votação.

Então, não há muito o que manifestar. Apelo para que cada um, cumprindo o seu dever, como um imperativo de consciência, dê celeridade a essas votações, senão, infelizmente, dado o adiantado da hora, possivelmente, V. Ex^a não poderá levar essa pauta a bom tempo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vamos levá-la, sim. Confio muito na compreensão deste Senado Federal.

Reitero o apelo aos Srs. Senadores para que compareçam ao plenário. Haverá pelo menos mais 17 votações nominais, e é importante que essas votações sejam feitas hoje.

Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se a apuração)

Votação secreta do Parecer N° 519, de 2005 (escolha de autoridade)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 54 Srs. Senadores; e, NÃO 02.

Houve duas abstenções.

Total: 58 votos.

Aprovado o nome do Dr. Paulo Luiz Neto Lôbo, indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil, para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 2:**

PARECER Nº 520, DE 2005

(Escolha de Autoridade)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, § único do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 520, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, sobre o Ofício nº S/20, de 2005 (nº 157/2005, na origem), pelo qual o Tribunal Superior do Trabalho submete à deliberação do Senado a escolha do Ministro *Vantuil Abdala* para compor o Conselho Nacional de Justiça.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da última quinta-feira, quando deixou de ser apreciada tendo em vista a falta de **quorum** qualificado para sua deliberação.

Em discussão o parecer.

(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 103-B, §2º, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Os Srs. Líderes poderão orientar as suas Bancadas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço que V. Ex^a comunique ao Plenário que, após a reunião do Congresso, haverá reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, mas a preferência da presença é na sessão do Congresso. Posteriormente à sessão do Congresso, realizaremos

as votações na reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, conforme o desejo de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a e indago se já estabeleceu o calendário para a sabatina dos três nomes do Ministério Público dos Estados e Territórios que o Plenário indicou a V. Ex^a?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O calendário seria, evidentemente, amanhã, mas isso só será feito depois da sessão do Congresso Nacional. Se não houver sessão do Congresso, também não haverá reunião na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Perfeito. Está entendido. Agradeço a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Portanto, amanhã, após a sessão do Congresso Nacional, há a possibilidade de ser realizada a sabatina, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, dos três nomes do Ministério Público indicados pelo Senado Federal. É importante a presença dos indicados, para que o Senador Antonio Carlos Magalhães possa proceder à sabatina.

Peço aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras que se encontram em outras dependências da Casa que venham ao plenário.

(Pausa.)

É importante repetir que, no item anterior, votaram 58 Srs. Senadores.

(Pausa.)

Encareço aos Srs. Líderes que façam um apelo às suas Bancadas para que venham ao plenário, pois teremos dezesseis votações nominais.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar aos Senadores que estão em seus gabinetes que venham ao plenário e aqui permaneçam para que possamos votar com mais agilidade e ter a segurança de que haverá quórum para as votações.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o PSDB solicita o comparecimento de todos os seus Senadores para que possamos obter quórum máximo nessa votação, que prestigia o controle externo do Judiciário e que representa um passo relevante para a implantação efetiva, na prática, da reforma do Poder Judiciário. Sem isso, teremos perdido o nosso tempo com teoria e não teremos dado um passo de gigante para a implantação de algo essencial para a vida dos brasileiros desvalidos de justiça. Os que precisam de justiça devem ser olhados e atendidos pelo Senado.

Sendo assim, o PSDB solicita a presença maciça de todos os Senadores presentes na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Se todos os Srs. Senadores já votaram, vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se a apuração)

VOTAÇÃO SECRETA**PARECER Nº 520, DE 2005 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)**

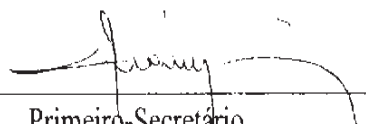
Sr. VANTUIL ABDALA, PARA COMPOR O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Num.Sessão: **1** Num.Votação: **3** Abertura: **24/5/2005 18:16:46**
 Data Sessão: **24/5/2005** Hora Sessão: **14:00:00** Encerramento: **24/5/2005 18:22:36**

| Partido | UF | Nome do Senador | Voto | Partido | UF | Nome do Senador | Voto |
|-----------|----|--------------------------|-------|-----------|----|-----------------------|-------|
| PSDB | SE | ALMEIDA LIMA | Votou | PFL | PE | MARCO MACIEL | Votou |
| Bloco-PT | SP | ALOIZIO MERCADANTE | Votou | PMDB | PB | NEY SUASSUNA | Votou |
| PSDB | PR | ALVARO DIAS | Votou | Bloco-PSB | TO | NEZINHO ALENCAR | Votou |
| PMDB | RO | AMIR LANDO | Votou | PMDB | AP | PAPALÉO PAES | Votou |
| Bloco-PT | PA | ANA JÚLIA CAREPA | Votou | PFL | DF | PAULO OCTÁVIO | Votou |
| PSDB | MT | ANTERO PAES DE BARROS | Votou | Bloco-PT | RS | PAULO PAIM | Votou |
| PFL | BA | ANTONIO CARLOS MAGALHÃES | Votou | PMDB | RS | PEDRO SIMON | Votou |
| Bloco-PSB | SE | ANTÔNIO CARLOS VALADARES | Votou | PSDB | CE | REGINALDO DUARTE | Votou |
| PSDB | AM | ARTHUR VIRGÍLIO | Votou | PMDB | AL | RENAN CALHEIROS | Votou |
| PDT | RR | AUGUSTO BOTELHO | Votou | Bloco-PT | RJ | ROBERTO SATURNINO | Votou |
| PFL | BA | CÉSAR BORGES | Votou | PFL | BA | RODOLPHO TOURINHO | Votou |
| Bloco-PT | DF | CRISTOVAM BUARQUE | Votou | PFL | SP | ROMEU TUMA | Votou |
| Bloco-PT | MS | DELCÍDIO AMARAL | Votou | PSDB | PE | SÉRGIO GUERRA | Votou |
| PFL | GO | DEMÓSTENES TORRES | Votou | Bloco-PTB | RS | SÉRGIO ZAMBIASI | Votou |
| PFL | MA | EDISON LOBÃO | Votou | Bloco-PT | MT | SERYS SLHESARENKO | Votou |
| PSDB | MG | EDUARDO AZEREDO | Votou | Bloco-PT | AC | SIBÁ MACHADO | Votou |
| Bloco-PT | SP | EDUARDO SUPLYCY | Votou | PSDB | CE | TASSO JEREISSATI | Votou |
| PFL | PB | EFRAIM MORAIS | Votou | PSDB | AL | TEOTÔNIO VILELA FILHO | Votou |
| Bloco-PT | RO | FÁTIMA CLEIDE | Votou | Bloco-PT | AC | TIÃO VIANA | Votou |
| PMDB | RN | GARIBALDI ALVES FILHO | Votou | PMDB | RO | VALDIR RAUPP | Votou |
| P-SOL | AC | GERALDO MESQUITA JÚNIOR | Votou | PMDB | DF | VALMIR AMARAL | Votou |
| PMDB | AM | GILBERTO MESTRINHO | Votou | | | | |
| PMDB | MG | HÉLIO COSTA | Votou | | | | |
| P-SOL | AL | HELOISA HELENA | Votou | | | | |
| Bloco-PT | SC | IDELI SALVATTI | Votou | | | | |
| PMDB | MA | JOÃO ALBERTO SOUZA | Votou | | | | |
| PMDB | ES | JOÃO BATISTA MOTTA | Votou | | | | |
| Bloco-PSB | AP | JOÃO CAPIBERIBE | Votou | | | | |
| PFL | MT | JONAS PINHEIRO | Votou | | | | |
| PFL | RN | JOSÉ AGRIPINO | Votou | | | | |
| PFL | PE | JOSÉ JORGE | Votou | | | | |
| PMDB | AP | JOSÉ SARNEY | Votou | | | | |
| PMDB | TO | LEOMAR QUINTANILHA | Votou | | | | |
| PSDB | GO | LÚCIA VÂNIA | Votou | | | | |
| PMDB | PA | LUIZ OTÁVIO | Votou | | | | |
| Bloco-PL | ES | MAGNO MALTA | Votou | | | | |
| PMDB | GO | MAGUITO VILELA | Votou | | | | |

Presidente: *RENAN CALHEIROS*

Votos SIM : 53
Votos NÃO : 03 **Total : 58**
Votos ABST. : 02


 Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Votaram SIM 53 Srs. Senadores; e, NÃO, 3. Houve duas abstenções.

Total: 58 votos

Está aprovado o nome do Sr. Vantuil Abdala para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – **Item 3:**

PARECER Nº 521, DE 2005

(Escolha de Autoridade)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, § único do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 521, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, sobre o Ofício nº S/21, de 2005 (nº 157/2005, na origem), pelo qual o Tribunal Superior do Trabalho submete à deliberação do Senado Federal a indicação do Juiz do Tribunal Regional do Trabalho Dr. *Douglas Alencar Rodrigues* para compor o Conselho Nacional de Justiça.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da última quinta-feira, quando deixou de ser apreciada tendo em vista a falta de quórum qualificado para sua deliberação.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A Presidência esclarece, mais uma vez, ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 103-B, §2º, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda nº 45, de 2004, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Os Srs. Líderes poderão orientar as suas Bancadas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Pausa.)

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, os Senadores votam e vão para o café. Temos de ir lá avisar para voltarem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Senador Magno Malta, agradeço a V. Ex^a.

Se todos os Srs. Senadores já votaram, vamos encerrar a votação.

Encerrada a votação, vou proclamar o resultado.

(Procede-se a apuração)

VOTAÇÃO SECRETA

PARECER Nº 521, DE 2005 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. DOUGLAS DE ALENCAR RODRIGUES, PARA COMPOR O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Num. Sessão: 1
Data Sessão: 24/5/2005

Num. Votação: 4
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 24/5/2005 18:22:53
Encerramento: 24/5/2005 18:25:07

| Partido | UF | Nome do Senador | Voto |
|-----------|----|--------------------------|-------|
| PSDB | SE | ALMEIDA LIMA | Votou |
| Bloco-PT | SP | ALOIZIO MERCADANTE | Votou |
| PSDB | PR | ALVARO DIAS | Votou |
| PMDB | RO | AMIR LANDO | Votou |
| Bloco-PT | PA | ANA JÚLIA CAREPA | Votou |
| PSDB | MT | ANTERO PAES DE BARROS | Votou |
| PFL | BA | ANTONIO CARLOS MAGALHÃES | Votou |
| Bloco-PSB | SE | ANTÔNIO CARLOS VALADARES | Votou |
| PSDB | AM | ARTHUR VIRGLIO | Votou |
| PDT | RR | AUGUSTO BOTELHO | Votou |
| PFL | BA | CÉSAR BORGES | Votou |
| Bloco-PT | DF | CRISTOVAM BUARQUE | Votou |
| Bloco-PT | MS | DELCIDIO AMARAL | Votou |
| PFL | GO | DEMÓSTENES TORRES | Votou |
| PFL | MA | EDISON LOBÃO | Votou |
| PSDB | MG | EDUARDO AZEREDO | Votou |
| Bloco-PT | SP | EDUARDO SUPPLY | Votou |
| PFL | PB | EFRAIM MORAIS | Votou |
| Bloco-PT | RO | FÁTIMA CLEIDE | Votou |
| PMDB | RN | GARIBALDI ALVES FILHO | Votou |
| P-SOL | AC | GERALDO MESQUITA JÚNIOR | Votou |
| PMDB | AM | GILBERTO MESTRINHO | Votou |
| PMDB | MG | HÉLIO COSTA | Votou |
| P-SOL | AL | HELOISA HELENA | Votou |
| Bloco-PT | SC | IDELI SALVATTI | Votou |
| PMDB | MA | JOÃO ALBERTO SOUZA | Votou |
| PMDB | ES | JOÃO BATISTA MOTTA | Votou |
| Bloco-PSB | AP | JOÃO CAPIBERIBE | Votou |
| PFL | MT | JONAS PINHEIRO | Votou |
| PFL | RN | JOSÉ AGRIPINO | Votou |
| PFL | PE | JOSÉ JORGE | Votou |
| PMDB | AP | JOSÉ SARNEY | Votou |
| PMDB | TO | LEOMAR QUINTÂNILHA | Votou |
| PSDB | GO | LÚCIA VÂNIA | Votou |
| PMDB | PA | LUIZ OTÁVIO | Votou |
| Bloco-PL | ES | MAGNO MALTA | Votou |
| PMDB | GO | MAGUITO VILELA | Votou |

| Partido | UF | Nome do Senador | Voto |
|-----------|----|-----------------------|-------|
| PFL | PE | MARCO MACIEL | Votou |
| PMDB | PB | NEY SUASSUNA | Votou |
| Bloco-PSB | TO | NEZINHO ALENCAR | Votou |
| PMDB | AP | PAPALÉO PAES | Votou |
| PFL | DF | PAULO OCTÁVIO | Votou |
| Bloco-PT | RS | PAULO PAIM | Votou |
| PMDB | RS | PÉDRO SIMON | Votou |
| PSDB | CE | REGINALDO DUARTE | Votou |
| PMDB | AL | RENAN CALHEIROS | Votou |
| Bloco-PT | RJ | ROBERTO SATURNINO | Votou |
| PFL | BA | RODOLPHO TOURINHO | Votou |
| PFL | SP | ROMEU TUMA | Votou |
| PSDB | PE | SÉRGIO GUERRA | Votou |
| Bloco-PTB | RS | SÉRGIO ZAMBIASI | Votou |
| Bloco-PT | MT | SERYS SLHESARENKO | Votou |
| Bloco-PT | AC | SIBÁ MACHADO | Votou |
| PSDB | CE | TASSO JEREISSATI | Votou |
| PSDB | AL | TEOTÔNIO VILELA FILHO | Votou |
| Bloco-PT | AC | TIÃO VIANA | Votou |
| PMDB | RO | VALDIR RAUPP | Votou |
| PMDB | DF | VALMIR AMARAL | Votou |

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 53
Votos NÃO : 04
Votos ABST. : 01
Total : 58

Primeiro-Secretário

Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.)
– Votaram SIM 53 Srs. Senadores; e, NÃO, 4.

Houve uma abstenção.

Total: 58 votos.

Está aprovado o nome do Dr. Douglas Alencar Rodrigues.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – **Item 4:**

PARECER Nº 522, DE 2005

(Escolha de Autoridade)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, § único do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 522, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, sobre o Ofício nº S/22, de 2005 (nº 157/2005, na origem), pelo qual o Tribunal Superior do Trabalho submete à deliberação do Senado a escolha do Dr. *Paulo Luiz Schmidt* para compor o Conselho Nacional de Justiça.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da última quinta-feira, quando deixou de ser apreciada tendo em vista a falta de quórum qualificado para sua deliberação.

Em discussão o parecer (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A Presidência esclarece, mais uma vez, ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 103-B, §2º, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Os Srs. Líderes poderão orientar as suas Bancadas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Pausa.)

Se todos os Srs. Senadores já votaram, encerro a votação.

Encerrada a votação, vou proclamar o resultado.

(Procede-se a apuração)

VOTAÇÃO SECRETA

PARECER Nº 522, DE 2005 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. PAULO LUIZ SCHMIDT, PARA COMPOR O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

| | | | | | |
|--------------|------------------|--------------|-----------------|---------------|---------------------------|
| Num.Sessão: | 1 | Num.Votação: | 5 | Abertura: | 24/5/2005 18:25:26 |
| Data Sessão: | 24/5/2005 | Hora Sessão: | 14:00:00 | Encerramento: | 24/5/2005 18:27:33 |

| Partido | UF | Nome do Senador | Voto |
|-----------|----|--------------------------|-------|
| PSDB | SE | ALMEIDA LIMA | Votou |
| Bloco-PT | SP | ALOIZIO MERCADANTE | Votou |
| PSDB | PR | ALVARO DIAS | Votou |
| PMDB | RO | AMIR LANDO | Votou |
| Bloco-PT | PA | ANA JÚLIA CAREPA | Votou |
| PSDB | MT | ANTERO PAES DE BARROS | Votou |
| PFL | BA | ANTONIO CARLOS MAGALHÃES | Votou |
| Bloco-PSB | SE | ANTÔNIO CARLOS VALADARES | Votou |
| PSDB | AM | ARTHUR VIRGILIO | Votou |
| PDT | RR | AUGUSTO BOTELHO | Votou |
| PFL | BA | CÉSAR BORGES | Votou |
| Bloco-PT | DF | CRISTOVAM BUARQUE | Votou |
| Bloco-PT | MS | DELCÍDIO AMARAL | Votou |
| PFL | GO | DEMÓSTENES TORRES | Votou |
| PFL | MA | EDISON LOBÃO | Votou |
| PSDB | MG | EDUARDO AZEREDO | Votou |
| Bloco-PT | SP | EDUARDO SUPPLY | Votou |
| PFL | PB | EFRAIM MORAIS | Votou |
| Bloco-PT | RO | FÁTIMA CLÉIDE | Votou |
| PMDB | RN | GARIBALDI ALVES FILHO | Votou |
| P-SOL | AC | GERALDO MESQUITA JÚNIOR | Votou |
| PMDB | AM | GILBERTO MESTRINHO | Votou |
| PMDB | MG | HÉLIO COSTA | Votou |
| P-SOL | AL | HELOISA HELENA | Votou |
| Bloco-PT | SC | IDELI SALVATTI | Votou |
| PMDB | MA | JOÃO ALBERTO SOUZA | Votou |
| PMDB | ES | JOÃO BATISTA MOTTA | Votou |
| PFL | MT | JONAS PINHEIRO | Votou |
| PFL | RN | JOSÉ AGRIPINO | Votou |
| PFL | PE | JOSÉ JORGE | Votou |
| PMDB | AP | JOSÉ SARNEY | Votou |
| PMDB | TO | LÉOMAR QUINTANILHA | Votou |
| PSDB | GO | LÚCIA VÂNIA | Votou |
| PMDB | PA | LUIZ OTÁVIO | Votou |
| Bloco-PL | ES | MAGNO MALTA | Votou |
| PMDB | GO | MAGUITO VILELA | Votou |

| Partido | UF | Nome do Senador | Voto |
|-----------|----|-----------------------|-------|
| PFL | PE | MARCO MACIEL | Votou |
| PMDB | PB | NEY SUASSUNA | Votou |
| Bloco-PSB | TO | NEZINHO ALENCAR | Votou |
| PMDB | AP | PAPALÉO PAES | Votou |
| PFL | DF | PAULO OCTÁVIO | Votou |
| Bloco-PT | RS | PAULO PAIM | Votou |
| PMDB | RS | PEDRO SIMON | Votou |
| PSDB | CE | REGINALDO DUARTE | Votou |
| PMDB | AL | RENAN CALHEIROS | Votou |
| Bloco-PT | RJ | ROBERTO SATURNINO | Votou |
| PFL | BA | RÓDOLPHO TOURINHO | Votou |
| PFL | SP | ROMEU TUMA | Votou |
| PSDB | PE | SÉRGIO GUERRA | Votou |
| Bloco-PTB | RS | SÉRGIO ZAMBIASI | Votou |
| Bloco-PT | MT | SERYS SLHESSARENKO | Votou |
| Bloco-PT | AC | SIBÁ MACHADO | Votou |
| PSDB | CE | TASSO JEREISSATI | Votou |
| PSDB | AL | TÉOTÔNIO VILELA FILHO | Votou |
| Bloco-PT | AC | TIÃO VIANA | Votou |
| PMDB | RO | VALDIR RAUPP | Votou |
| PMDB | DF | VALMIR AMARAL | Votou |

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 53
Votos NÃO : 03 **Total : 57**
Votos ABST. : 01

Primeiro-Secretário

Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Votaram SIM 53 Srs. Senadores; e, NÃO, 03.

Houve uma abstenção.

Total: 57 votos.

Aprovado o nome do Dr. Paulo Luiz Schmidt.
Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – **Item 5:**

PARECER Nº 523, DE 2005

(Escolha de Autoridade)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, § único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 523, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, sobre o Ofício nº S/23, de 2005 (nº 19/2005, na origem), pelo qual o Supremo Tribunal Federal submete à deliberação do Senado a indicação do Ministro *Nelson Jobim* para compor o Conselho Nacional de Justiça.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da última quinta feira, quando deixou de ser apreciada, tendo em vista a falta de quórum qualificado para a sua deliberação.

Em discussão o parecer. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A Presidência esclarece, mais uma vez, ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 103-B, §2º, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda nº 45, de 2004, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Os Srs. Líderes poderão orientar as suas Bancadas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.
(Pausa.)

Faltam quatro votos para completarmos 58 Senadores, o número da votação anterior.

O Sr. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Senador Arthur Virgílio.

O Sr. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB solicita o comparecimento de todos os Srs. Senadores, por todas as razões já tão exaustivamente expostas nesta sessão, e, nesta votação, pelo valor simbólico de estarmos a julgar nada mais nada menos do que o nome do Presidente da Suprema Corte do País.

Portanto, tem o valor simbólico junto com o valor prático, um peso prático de estarmos aqui cuidando de estabelecer o controle externo sobre o Poder Judiciário por meio do Conselho Nacional de Justiça, pondo em prática a reforma do Judiciário, aprovada tão brilhantemente pelo Congresso Nacional.

Portanto, o PSDB solicita a presença de todos os seus Senadores em plenário para esta e para as demais votações.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – V. Ex^a tem absoluta razão, todas as votações merecem ser ressaltadas, mas essa, particularmente, enriquece muito o Senado Federal pela oportunidade de se aprovar o nome do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim, para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Declaro encerrada a votação.

(Procede-se a apuração)

VOTAÇÃO SECRETA

PARECER Nº 523, DE 2005 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. NELSON JOBIM, PARA COMPOR O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

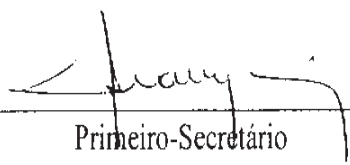
Num.Sessão: **1** Num.Votação: **6** Abertura: **24/5/2005 18:27:52**
 Data Sessão: **24/5/2005** Hora Sessão: **14:00:00** Encerramento: **24/5/2005 18:31:26**

| Partido | UF | Nome do Senador | Voto |
|-----------|----|--------------------------|-------|
| PSDB | SE | ALMEIDA LIMA | Votou |
| Bloco-PT | SP | ALOIZIO MERCADANTE | Votou |
| PSDB | PR | ALVARO DIAS | Votou |
| PMDB | RO | AMIR LANDO | Votou |
| Bloco-PT | PA | ANA JÚLIA CAREPA | Votou |
| PSDB | MT | ANTERO PAES DE BÁRROS | Votou |
| PFL | BA | ANTONIO CARLOS MAGALHÃES | Votou |
| Bloco-PSB | SE | ANTÔNIO CARLOS VALADARES | Votou |
| PSDB | AM | ARTHUR VIRGÍLIO | Votou |
| PDT | RR | AUGUSTO BOTELHO | Votou |
| PFL | BA | CÉSAR BORGES | Votou |
| Bloco-PT | DF | CRISTOVAM BUARQUE | Votou |
| Bloco-PT | MS | DELCÍDIO AMARAL | Votou |
| PFL | GO | DEMÓSTENES TORRES | Votou |
| PFL | MA | EDISON LOBÃO | Votou |
| PSDB | MG | EDUARDO AZEREDO | Votou |
| Bloco-PT | SP | EDUARDO SUPLYCY | Votou |
| PFL | PB | EFRAIM MORAIS | Votou |
| Bloco-PT | RO | FÁTIMA CLEIDE | Votou |
| PMDB | RN | GARIBALDI ALVES FILHO | Votou |
| P-SOL | AC | GERALDO MESQUITA JÚNIOR | Votou |
| PMDB | AM | GILBERTO MESTRINHO | Votou |
| PMDB | MG | HÉLIO COSTA | Votou |
| P-SOL | AL | HELOISA HELENA | Votou |
| Bloco-PT | SC | IDELI SALVATTI | Votou |
| PMDB | MA | JOÃO ALBERTO SOUZA | Votou |
| PMDB | ES | JOÃO BATISTA MOTTA | Votou |
| Bloco-PSB | AP | JOÃO CAPIBERIBE | Votou |
| PFL | MT | JONAS PINHEIRO | Votou |
| PFL | RN | JOSÉ AGRIPINO | Votou |
| PFL | PE | JOSÉ JORGE | Votou |
| PMDB | AP | JOSÉ SARNEY | Votou |
| PMDB | TO | LEOMAR QUINTANILHA | Votou |
| PSDB | GO | LÚCIA VÂNIA | Votou |
| PMDB | PA | LUIZ OTÁVIO | Votou |
| Bloco-PL | ES | MAGNO MALTA | Votou |
| PMDB | GO | MAGUITO VILELA | Votou |

| Partido | UF | Nome do Senador | Voto |
|-----------|----|-----------------------|-------|
| PFL | PE | MARCO MACIEL | Votou |
| PMDB | PB | NEY SUASSUNA | Votou |
| Bloco-PSB | TO | NEZINHO ALENCAR | Votou |
| PMDB | AP | PAPALÉO PAES | Votou |
| PFL | DF | PAULO OCTÁVIO | Votou |
| Bloco-PT | RS | PAULO PAIM | Votou |
| PMDB | RS | PEDRO SIMON | Votou |
| PSDB | CE | REGINALDO DUARTE | Votou |
| PMDB | AL | RENAN CALHEIROS | Votou |
| Bloco-PT | RJ | ROBERTO SATURNINO | Votou |
| PFL | BA | RODOLPHO TOURINHO | Votou |
| PFL | SP | ROMEU TUMA | Votou |
| PSDB | PE | SÉRGIO GUERRA | Votou |
| Bloco-PTB | RS | SÉRGIO ZAMBIASI | Votou |
| Bloco-PT | MT | SERYS SLHESSARENKO | Votou |
| Bloco-PT | AC | SIBÁ MACHADO | Votou |
| PSDB | CE | TASSO JEREISSATI | Votou |
| PSDB | AL | TEOTÔNIO VILELA FILHO | Votou |
| Bloco-PT | AC | TIÃO VIANA | Votou |
| PMDB | RO | VALDIR RAUPP | Votou |
| PMDB | DF | VALMIR AMARAL | Votou |

Presidente: *RENAN CALHEIROS*

Votos SIM : **54**
 Votos NÃO : **03** Total : **58**
 Votos ABST. : **01**


 Primeiro-Secretário

Senador EFRAIM MORAIS
 Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL)

– Votaram SIM 54 Srs. Senadores; e, NÃO, 3.

Houve uma abstenção.

Total: 58 votos.

Está, portanto, aprovado o nome do Ministro Nelson Jobim para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – **Item 6:**

PARECER Nº 524, DE 2005

(Escolha de Autoridade)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, § único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 524, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, sobre o Ofício nº S/24, de 2005 (nº 16/2005, na origem), pelo qual o Supremo Tribunal Federal submete à deliberação do Senado a indicação do Desembargador *Marcus Antonio de Souza Faver* para compor o Conselho Nacional de Justiça.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da última quinta-feira, quando deixou de ser apreciada tendo em vista a falta de quorum qualificado para a sua deliberação.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A Presidência, mais uma vez, esclarece que, nos termos do art. 103-B, § 2º, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Os Senhores Líderes poderão orientar as suas Bancadas.

(Pausa.)

As Sr^{as} e os Srs Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação nominal e secreta pelo sistema eletrônico.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL)

– Se todos já votaram, vou encerrar a votação. (Pausa.)

Encerrada a votação.

(Procede-se a apuração)

VOTAÇÃO SECRETA

PARECER Nº 524, DE 2005 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. MARCUS ANTONIO DE SOUZA FAVER, PARA COMPOR O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

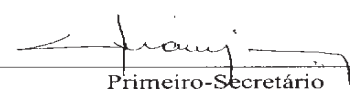
Num. Sessão: **1** Num. Votação: **7** Abertura: **24/5/2005 18:32:00**
Data Sessão: **24/5/2005** Hora Sessão: **14:00:00** Encerramento: **24/5/2005 18:35:43**

| Partido | UF | Nome do Senador | Voto |
|-----------|----|--------------------------|-------|
| PSDB | SE | ALMEIDA LIMA | Votou |
| Bloco-PT | SP | ALOIZIO MERCADANTE | Votou |
| PSDB | PR | ALVARO DIAS | Votou |
| PMDB | RO | AMIR LANDO | Votou |
| Bloco-PT | PA | ANA JÚLIA CAREPA | Votou |
| PSDB | MT | ANTERIO PAES DE BARROS | Votou |
| PFL | BA | ANTONIO CARLOS MAGALHÃES | Votou |
| Bloco-PSB | SE | ANTÔNIO CARLOS VALADARES | Votou |
| PSDB | AM | ARTHUR VIRGILIO | Votou |
| PDT | RR | AUGUSTO BOTELHO | Votou |
| PFL | BA | CÉSAR BORGES | Votou |
| Bloco-PT | DF | CRISTOVAM BUARQUE | Votou |
| Bloco-PT | MS | DELCIDIO AMARAL | Votou |
| PFL | GO | DEMÓSTENES TORRES | Votou |
| PFL | MA | EDISON LOBÃO | Votou |
| PSDB | MG | EDUARDO AZEREDO | Votou |
| Bloco-PT | SP | EDUARDO SUPLICY | Votou |
| PFL | PB | EFRAIM MORAIS | Votou |
| Bloco-PT | RO | FÁTIMA CLEIDE | Votou |
| PMDB | RN | GARIBALDI ALVES FILHO | Votou |
| P-SOL | AC | GERALDO MESQUITA JÚNIOR | Votou |
| PMDB | AM | GILBERTO MESTRINHO | Votou |
| PMDB | MG | HÉLIO COSTA | Votou |
| P-SOL | AL | HELOISA HELENA | Votou |
| Bloco-PT | SC | IDELI SALVATTI | Votou |
| PMDB | MA | JOÃO ALBERTO SOUZA | Votou |
| PMDB | ES | JOÃO BATISTA MOTTA | Votou |
| Bloco-PSB | AP | JOÃO CAPIBERIBE | Votou |
| PFL | MT | JONAS PINHEIRO | Votou |
| PFL | RN | JOSÉ AGRIPINO | Votou |
| PFL | PE | JOSÉ JORGE | Votou |
| PMDB | AP | JOSÉ SARNEY | Votou |
| PMDB | TO | LEOMAR QUINTANILHA | Votou |
| PSDB | GO | LÚCIA VÂNIA | Votou |
| PMDB | PA | LUIZ OTÁVIO | Votou |
| Bloco-PL | ES | MAGNO MALTA | Votou |
| PMDB | GO | MAGUITO VILELA | Votou |

| Partido | UF | Nome do Senador | Voto |
|-----------|----|-----------------------|-------|
| PFL | PE | MARCO MACIEL | Votou |
| PMDB | PB | NEY SUASSUNA | Votou |
| Bloco-PSB | TO | NEZINHO ALENCAR | Votou |
| PMDB | AP | PAPALÉO PAES | Votou |
| PFL | DF | PAULO OCTÁVIO | Votou |
| Bloco-PT | RS | PAULO PAIM | Votou |
| PMDB | RS | PEDRO SIMON | Votou |
| PSDB | CE | REGINALDO DUARTE | Votou |
| PMDB | AL | RENAN CALHEIROS | Votou |
| Bloco-PT | RJ | ROBERTO SATURNINO | Votou |
| PFL | BA | RODOLPHO TOURINHO | Votou |
| PFL | SP | ROMEU TUMA | Votou |
| PSDB | PE | SÉRGIO GUERRA | Votou |
| Bloco-PTB | RS | SÉRGIO ZAMBIASI | Votou |
| Bloco-PT | MT | SERYS SLHESARENKO | Votou |
| Bloco-PT | AC | SIBÁ MACHADO | Votou |
| PSDB | CE | TASSO JEREISSATI | Votou |
| PSDB | AL | TEOTÔNIO VILELA FILHO | Votou |
| Bloco-PT | AC | TIÃO VIANA | Votou |
| PMDB | RO | VALDIR RAUPP | Votou |
| PMDB | DF | VALMIR AMARAL | Votou |

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : **51**
Votos NÃO : **04** Total : **58**
Votos ABST. : **03**


Primeiro-Secretário

Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL)
– Votaram SIM 51 Srs. Senadores; e, NÃO, 4.

Houve 3 abstenções.

Total: 58 votos.

Aprovado o nome do Dr. Marcus Antonio de Souza Faver, indicado pelo Supremo Tribunal Federal, para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMSB – AL) – **Item 7:**

PARECER Nº 525, DE 2005

(Escolha de Autoridade)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, § único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 525, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, sobre o Ofício nº S/25, de 2005 (nº 18/2005, na origem), pelo qual o Supremo Tribunal Federal, submete à deliberação do Senado a escolha do Juiz de Direito *Cláudio Luiz Bueno de Godoy* para compor o Conselho Nacional de Justiça.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da última quinta-feira, quando deixou de ser apreciada tendo em vista a falta de **quorum** qualificado para sua deliberação.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 103-B, § 2º, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Os Srs. Líderes poderão orientar as suas Bancadas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação nominal e secreta por meio eletrônico.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se todos os Srs. Senadores já votaram, vou encerrar a votação. (Pausa.)

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração*)

VOTAÇÃO SECRETA

PARECER Nº 525, DE 2005 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. CLÁUDIO LUIZ BUENO DE GODOY, PARA COMPOR O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Num.Sessão: **1** Num.Votação: **8** Abertura: **24/5/2005 18:36:08**
Data Sessão: **24/5/2005** Hora Sessão: **14:00:00** Encerramento: **24/5/2005 18:40:30**

| Partido | UF | Nome do Senador | Voto | Partido | UF | Nome do Senador | Voto |
|-----------|----|--------------------------|-------|-----------|----|-----------------------|-------|
| PSDB | SE | ALMEIDA LIMA | Votou | PFL | PE | MARCO MACIEL | Votou |
| Bloco-PT | SP | ALOIZIO MERCADANTE | Votou | PMDB | PB | NEY SUASSUNA | Votou |
| PSDB | PR | ALVARO DIAS | Votou | Bloco-PSB | TO | NEZINHO ALENCAR | Votou |
| PMDB | RO | AMIR LANDO | Votou | PMDB | AP | PAPALÉO PAES | Votou |
| Bloco-PT | PA | ANA JÚLIA CAREPA | Votou | PFL | DF | PAULO OCTÁVIO | Votou |
| PSDB | MT | ANTERO PAES DE BARROS | Votou | Bloco-PT | RS | PAULO PAIM | Votou |
| PFL | BA | ANTONIO CARLOS MAGALHÃES | Votou | PMDB | RS | PEDRO SIMON | Votou |
| Bloco-PSB | SE | ANTÔNIO CARLOS VALADARES | Votou | PSDB | CE | REGINALDO DUARTE | Votou |
| PSDB | AM | ARTHUR VIRGÍLIO | Votou | PMDB | AL | RENAN CALHEIROS | Votou |
| PDT | RR | AUGÚSTO BOTELHO | Votou | Bloco-PT | RJ | ROBERTO SATURNINO | Votou |
| PFL | BA | CÉSAR BORGES | Votou | PFL | BA | RÓDOLPHO TOURINHO | Votou |
| Bloco-PT | DF | CRISTOVAM BUARQUE | Votou | PFL | SP | ROMEU TUMA | Votou |
| Bloco-PT | MS | DELÍDIO AMARAL | Votou | PSDB | PE | SÉRGIO GUERRA | Votou |
| PFL | GO | DEMÓSTENES TORRES | Votou | Bloco-PTB | RS | SÉRGIO ZAMBIASI | Votou |
| PFL | MA | EDISON LOBÃO | Votou | Bloco-PT | MT | SERYS SLHESSARENKO | Votou |
| PSDB | MG | EDUARDO AZEREDO | Votou | Bloco-PT | AC | SIBÁ MACHADO | Votou |
| Bloco-PT | SP | EDUARDO SUPLYCY | Votou | PSDB | CE | TASSO JEREISSATI | Votou |
| PFL | PB | EFRAIM MORAIS | Votou | PSDB | AL | TEOTÔNIO VILELA FILHO | Votou |
| Bloco-PT | RO | FÁTIMA CLEIDE | Votou | Bloco-PT | AC | TIÃO VIANA | Votou |
| PMDB | RN | GARIBALDI ALVES FILHO | Votou | PMDB | RO | VALDIR RAUPP | Votou |
| P-SOL | AC | GÉRALDO MESQUITA JÚNIOR | Votou | PMDB | DF | VALMIR AMARAL | Votou |
| PMDB | AM | GILBERTO MESTRINHO | Votou | | | | |
| PMDB | MG | HÉLIO COSTA | Votou | | | | |
| P-SOL | AL | HELOISA HELENA | Votou | | | | |
| Bloco-PT | SC | IDELI SALVATTI | Votou | | | | |
| PMDB | MA | JOÃO ALBERTO SOUZA | Votou | | | | |
| PMDB | ES | JOÃO BATISTA MOTTA | Votou | | | | |
| Bloco-PSB | AP | JOÃO CAPIBERIBE | Votou | | | | |
| PFL | MT | JONAS PINHEIRO | Votou | | | | |
| PFL | RN | JOSÉ AGRIPINO | Votou | | | | |
| PFL | PE | JOSÉ JÓRGE | Votou | | | | |
| PMDB | AP | JOSE SARNEY | Votou | | | | |
| PMDB | TO | LÉOMAR QUINTANILHA | Votou | | | | |
| PSDB | GO | LÚCIA VÂNIA | Votou | | | | |
| PMDB | PA | LUIZ OTÁVIO | Votou | | | | |
| Bloco-PL | ES | MAGNO MALTA | Votou | | | | |
| PMDB | GO | MAGUITO VILELA | Votou | | | | |

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : **53**
Votos NÃO : **04** **Total : 58**
Votos ABST. : **01**



Primeiro-Secretário

Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 53 Senadores; e, NÃO 04.

Houve uma abstenção.

Total: 58 votos.

Está aprovado o nome do Dr. Luiz Cláudio Bueno de Godoy para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 8:**

PARECER Nº 526, DE 2005

(Escolha de Autoridade)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, § único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 526, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, sobre o Ofício nº S/26, de 2005 (nº 534/2005, na origem), pelo qual a Procuradoria-Geral da República, submete à deliberação do Senado a escolha do Dr. *Eduardo Kurtz Lorenzoni* para compor o Conselho Nacional de Justiça.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da última quinta-feira, quando deixou de ser apreciada tendo em vista a falta de quórum qualificado para sua deliberação.

Em discussão o parecer. (Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 103-B, §2º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Os Srs. Líderes poderão orientar suas Bancadas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação nominal e secreta por meio eletrônico.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, enquanto se processa a votação, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer uma sugestão em nome do PSDB, que seria votarmos, na sessão de hoje, todos os nomes ligados ao Conselho Nacional de Justiça e, neste momento, não os nomes ligados ao Conselho do Ministério Público, em função de haver, ainda, três pessoas para serem sabatinadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Então, faríamos a votação, no atacado, no momento propício.

Sugiro que incluamos na votação de hoje o nome do Dr. Alexandre Tombini para a Diretoria que lhe competiria, com a aprovação do Senado, dirigir no Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não havendo objeção da Casa, atenderei de pronto o pedido de V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria também de solicitar que, após o nome do Dr. Tombini, pudéssemos votar o Fundo Nacional de Moradia Popular, que já foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e que estava em regime de urgência para ser votado. É o primeiro projeto do Brasil de iniciativa popular.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Consultarei V. Ex^a no momento oportuno.

Encerrada a votação.

(Procede-se à apuração)

VOTAÇÃO SECRETA**PARECER Nº 526, DE 2005 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)**

Sr. EDUARDO KURTZ LORENZONI, PARA COMPOR O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

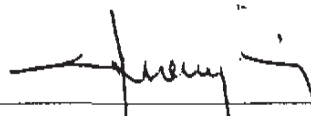
| | | |
|------------------------|-----------------------|----------------------------------|
| Num.Sessão: 1 | Num.Votação: 9 | Abertura: 24/5/2005 18:40:51 |
| Data Sessão: 24/5/2005 | Hora Sessão: 14:00:00 | Encerramento: 24/5/2005 18:42:54 |

| Partido | UF | Nome do Senador | Voto |
|-----------|----|--------------------------|-------|
| PSDB | SE | ALMEIDA LIMA | Votou |
| Bloco-PT | SP | ALOIZIO MERCADANTE | Votou |
| PSDB | PR | ALVARO DIAS | Votou |
| PMDB | RO | AMIR LANDO | Votou |
| Bloco-PT | PA | ANA JÚLIA CAREPA | Votou |
| PFL | BA | ANTONIO CARLOS MAGALHÃES | Votou |
| Bloco-PSB | SE | ANTÔNIO CARLOS VALADARES | Votou |
| PSDB | AM | ARTHUR VIRGILIO | Votou |
| PDT | RR | AUGUSTO BOTELHO | Votou |
| PFL | BA | CÉSAR BORGES | Votou |
| Bloco-PT | MS | DELCIDIO AMARAL | Votou |
| PFL | GO | DEMÓSTENES TORRES | Votou |
| PFL | MA | EDISON LOBÃO | Votou |
| PSDB | MG | EDUARDO AZEREDO | Votou |
| Bloco-PT | SP | EDUARDO SUPLYCY | Votou |
| PFL | PB | EFRAIM MORAIS | Votou |
| Bloco-PT | RO | FÁTIMA CLEIDE | Votou |
| PMDB | RN | GARIBALDI ALVES FILHO | Votou |
| P-SOL | AC | GERALDO MESQUITA JÚNIOR | Votou |
| PMDB | AM | GILBERTO MESTRINHO | Votou |
| PMDB | MG | HÉLIO COSTA | Votou |
| P-SOL | AL | HELOISA HELENA | Votou |
| Bloco-PT | SC | IDELI SALVATTI | Votou |
| PMDB | MA | JOÃO ALBERTO SOUZA | Votou |
| Bloco-PSB | AP | JOÃO CAPIBERIBE | Votou |
| PFL | MT | JONAS PINHEIRO | Votou |
| PFL | PE | JOSÉ JORGE | Votou |
| PMDB | AP | JOSÉ SARNEY | Votou |
| PMDB | TO | LEOMAR QUINTANILHA | Votou |
| PSDB | GO | LÚCIA VÂNIA | Votou |
| PMDB | PA | LUIZ OTÁVIO | Votou |
| Bloco-PL | ES | MAGNO MALTA | Votou |
| PMDB | GO | MAGUITO VILELA | Votou |

| Partido | UF | Nome do Senador | Voto |
|-----------|----|-----------------------|-------|
| PMDB | PB | NEY SUASSUNA | Votou |
| Bloco-PSB | TO | NEZINHO ALENCAR | Votou |
| PMDB | AP | PAPALÉO PAES | Votou |
| PFL | DF | PAULO OCTÁVIO | Votou |
| Bloco-PT | RS | PAULO PAIM | Votou |
| PMDB | RS | PEDRO SIMON | Votou |
| PSDB | CE | REGINALDO DUARTE | Votou |
| PMDB | AL | RENAN CALHEIROS | Votou |
| Bloco-PT | RJ | ROBERTO SATURNINO | Votou |
| PFL | BA | RODOLPHO TOURINHO | Votou |
| PFL | SP | ROMEU TUMA | Votou |
| PSDB | PE | SÉRGIO GUERRA | Votou |
| Bloco-PTB | RS | SÉRGIO ZAMBIASI | Votou |
| Bloco-PT | MT | SERYS SLHESSARENKO | Votou |
| Bloco-PT | AC | SIBÁ MACHADO | Votou |
| PSDB | CE | TASSO JEREISSATI | Votou |
| PSDB | AL | TEOTÔNIO VILELA FILHO | Votou |
| Bloco-PT | AC | TIÃO VIANA | Votou |
| PMDB | RO | VALDIR RAUPP | Votou |

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 42
 Votos NÃO : 09 Total : 52
 Votos ABST. : 01



Primeiro-Secretário

Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 42 Srs.Senadores; e, NÃO 09.

Houve uma abstenção.

Total: 52 votos.

Aprovado o nome do Dr. Eduardo Kurtz Lorenzoni para compor o Conselho Nacional de Justiça, por indicação da Procuradoria-Geral da República.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Faço, mais uma vez, um apelo ao Senado Federal para que votemos com o maior quórum possível, a fim de não incorreremos nos mesmos erros da sessão anterior.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria renovar o meu apelo aos Senadores do PFL, porque o quórum caiu para 52 e esta votação esteve sob perigo. Assim, eu gostaria de convidar os Senadores do PFL que estiverem fora do plenário a virem completar as votações das autoridades que faltam, conforme entendimento posto entre as Lideranças.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, do mesmo modo, reafirmo o apelo aos Senadores do PSDB, no sentido de que compareçam às próximas votações e mantenham-se no plenário até o final, porque estamos votando uma matéria que fará parte honrosa da História, que é o Conselho Nacional de Justiça. Ele estabelece o controle externo do Judiciário e é, talvez, a parte mais nobre da Reforma do Judiciário, tão bem relatada pelo Senador José Jorge e tão bem votada, apreciada e discutida pelo conjunto da Casa.

Portanto, apesar de o voto ser secreto, não temos como deixar de fazer um apelo muito forte às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, no sentido de que prestigiem a instalação do Conselho Nacional de Justiça, por toda a importância que ele tem para os desvalidos deste País. Enfim, não tenho como deixar de revelar o meu entusiasmo e a compreensão que tenho da relevância deste momento.

Solicito a todos os Senadores do PSDB que venham ao Plenário e prestigiem o Conselho Nacional

de Justiça, que se está implantando neste momento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Fizemos, nesta tarde, um grande esforço para encontrar uma solução política, preservar as indicações e instalar o Conselho, o que depende da decisão do Senado.

Nesta votação, houve nove votos contrários e o nome indicado só foi aprovado pela diferença de um voto. Por isso, peço a avaliação. O quorum está baixo e precisamos tomar mais cuidado com ele.

Solicito aos Srs. Senadores que estão em seus gabinetes que venham votar para concluirmos o processo de votação e consagrarmos esse instituto, que é uma grande inovação de reforma do Poder Judiciário nacional.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, da mesma forma que os demais Líderes, também faço um apelo à Bancada para que aqueles que estejam fora do plenário compareçam e votem.

Alerto para a relevância desta votação, que trata da implantação de um Conselho de suma importância para a sociedade como um todo.

Pedimos que todos fixem a sua atenção nesta votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Ney Suassuna.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Também reitero o pedido da presença de todas as Senadoras e de todos os Senadores do PT e dos Partidos da base de apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros PMDB – AL) – **Item 9:**

PARECER Nº 527, DE 2005

(Escolha de Autoridade)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, § único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 527, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, sobre o Ofício nº S/27, de 2005 (nº 534/2005, na origem), pelo qual a Procuradoria-Geral da República, submete à deliberação do Senado a escolha da Dra. *Ruth Lies Scholt de Carvalho* para compor o Conselho Nacional de Justiça.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da última quinta-feira, quando deixou de ser apreciada tendo em vista a falta de quórum qualificado para sua deliberação.

Em discussão o parecer. (Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 103-B, §2º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Os Srs. Líderes poderão orientar suas Bancadas. As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação nominal e secreta por meio eletrônico.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Faço um apelo, mais uma vez, aos Srs. Senadores para que compareçam ao plenário. É importante concluirmos esta pauta de votação.

Se todos os Senadores já votaram, vou encerrar a votação.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu pediria para V. Ex^a aguardar um pouco.

Quero também lembrar aos Senadores que estamos votando o Conselho Nacional da Magistratura.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não. Estamos votando o Conselho Nacional de Justiça. Esse é o último nome.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Esse é o último nome. Há acordo e, portanto, precisamos concluir a votação com esse grande consenso estabelecido.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Há um acordo entre todos os Líderes para aprovarmos as indicações, honrando assim, mais uma vez, o papel do Senado Federal na composição desse Conselho, que é uma luta da sociedade brasileira de anos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, de maneira bastante prática, faço apelo para que todos os Partidos se esforcem para atingirmos o quórum de 58 Senadores. Falta a aprovação de três nomes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Faltam dois Senadores para obtermos o quórum anterior.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A idéia não pertence a ninguém. A idéia pertence ao País e aos desvalidos, às camadas menos favorecidas da população.

Portanto, é hora de nos juntarmos para consagrar o estabelecimento e o funcionamento, na prática, do Conselho da Magistratura e, sendo assim, o controle externo sobre o Poder Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Registro, para nossa satisfação, a presença, na Casa, do ex-Senador Ademir Andrade, querido amigo e eterno Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Ademir Galvão de Andrade.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente, é no nome da primeira mulher que iremos votar para o Conselho. Temos de votar bem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se todos os Senadores já votaram, vamos encerrar a votação e proclamar o resultado. (Pausa.)

Já votaram 57 Srs. Senadores. Falta apenas um Senador para obtermos o número da votação anterior.

Essa é uma votação, mais do que nunca, importantíssima.

(Pausa.)

Encerrada a votação.

(procede-se à apuração)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Votaram SIM 50 Srs. Senadores; e, NÃO 05.

Houve duas abstenções.

Total: 57 votos.

Está, portanto, aprovado o nome da Dr^a Ruth Lies Scholt de Carvalho para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Estou assinando, neste momento, mensagens que serão encaminhadas ao Senhor Presidente da República, comunicando a Sua Excelência a aprovação dos nomes que comporão o Conselho Nacional de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Atendendo à solicitação das Lideranças, a Presidência transfere a apreciação dos itens 10 a 19 da pauta de hoje para a próxima terça-feira, dia 31 do corrente.

São os seguintes os itens transferidos:

10

PARECER Nº 595, DE 2005

(Escolha de Autoridade)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, § único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 595, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/29, de 2005 (nº 535/2005, na origem), pelo qual a Procuradoria-Geral da República submete à deliberação do Senado a indicação da Procuradora Regional da República, Dra. *Janice Agostinho Barreto Ascari*, pelo Ministério Público Federal, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

11

PARECER Nº 596, DE 2005

(Escolha de Autoridade)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, § único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 596, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/30, de 2005 (nº 535/2005, na origem), pelo qual a Procuradoria-Geral da República submete à deliberação do Senado a indicação da Subprocuradora-Geral do Trabalho, Dra. *Ivana Auxiliadora Mendonça Santos*, pelo Ministério Público do Trabalho, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

12

PARECER Nº 597, DE 2005

(Escolha de Autoridade)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, § único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 597, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/31, de 2005 (nº 535/2005, na origem), pelo qual a Procuradoria-Geral da República submete à deliberação do Senado a indicação do Procurador da Justiça Militar, Dr. *Osmar Machado Fernandes*, pelo Ministério Público Militar, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

13

PARECER Nº 598, DE 2005

(Escolha de Autoridade)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, § único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 598, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/32, de 2005 (nº 535/2005, na origem), pelo qual a Procuradoria-Geral da República submete à deliberação do Senado a indicação do Promotor de Justiça, Dr. *Gaspar Antônio Viegas*, pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

14

PARECER Nº 599, DE 2005

(Escolha de Autoridade)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, § único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 599, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/33, de 2005 (nº 17/2005, na origem), pelo qual o Supremo Tribunal Federal submete à deliberação do Senado a indicação do Juiz do Trabalho, Dr. *Hugo Cavalcanti Melo Filho* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

15

PARECER Nº 600, DE 2005*(Escolha de Autoridade)**(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, § único, do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Parecer nº 600, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/34, de 2005 (nº 453/2005, na origem), pelo qual o Superior Tribunal de Justiça submete à deliberação do Senado a indicação do Juiz Federal *Ricardo César Mandarino Barretto* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

16

PARECER Nº 601, DE 2005*(Escolha de Autoridade)**(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, § único, do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Parecer nº 601, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/18, de 2005 (nº 88/2005, na origem), pelo qual pelo qual o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil submete à deliberação do Senado a indicação do Dr. *Francisco Ernando Uchoa Lima* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

17

PARECER Nº 602, DE 2005*(Escolha de Autoridade)**(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, § único, do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Parecer nº 602, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/19, de 2005 (nº 88/2005, na origem), pelo qual pelo qual o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil submete à deliberação do Senado a indicação do Dr. *Luiz Carlos Lopes Madeira* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

18

PARECER Nº 603, DE 2005*(Escolha de Autoridade)**(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, § único, do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Parecer nº 603, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/35, de 2005 (s/nº, na origem), pelo qual os Líderes Partidários desta Casa submetem à deliberação do Senado Federal a indicação do Senhor *Alberto Machado Cascais Meleiro* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

19

PARECER Nº 604, DE 2005*(Escolha de Autoridade)**(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, § único, do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Parecer nº 604, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/36, de 2005 (nº 583/2005, na origem), pelo qual a Câmara dos Deputados submete à deliberação do Senado Federal a indicação do Senhor *Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – V. Ex^a está assinando um documento que representa o desejo desta Casa e que a levou a um entendimento político para corrigir um equívoco.

V. Ex^a está encimando o acordo e o esforço para que o País tenha um Conselho Nacional de Justiça, que é um instrumento importantíssimo de correto e ético funcionamento da Justiça brasileira.

Parabéns a V. Ex^a!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador José Agripino.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, do mesmo modo, o PSDB se regozija com o gesto do Senado, e, mais ainda, com o fato de termos, todos, enfrentado o percalço, que foi a questão regimental posta, com maestria, com competência, por diversos Senadores – opiniões conflitantes entre elas –, mas

o fato – e tem muita razão o Senador José Agripino Maia – é que graças ao entendimento político mantido e ao espírito de concessão de parte a parte, hoje, temos a figura, instalada e pronta para funcionar, do Controle Externo do Judiciário, ou seja, do Conselho Nacional de Justiça.

Portanto, reafirmando que não é compreensível que se faça política sem princípios, hoje foi um dia em que a figura do “principismo” foi superada pelo...

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Não diga isso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Digo sim, Senadora, entendendo que houve um desgaste, que se pagou um preço, entendendo que foi uma solução heterodoxa, que, a mim, não agradou, uma solução que...

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida nenhuma. Foram posições, todas, respeitáveis as manifestadas pelos que, com muita razão regimental, investiam na idéia de que o Regimento Interno, e, portanto, o princípio regimental superaria o entendimento político. Eu quero dizer que foi graças ao entendimento político, com todos os custos e as penas que custaram a todos nós, que gerou essa figura do Conselho Nacional da Magistratura.

Mas, volto a repetir – que eu não seja, de jeito algum, mal-interpretado: muito respeito por todos aqueles que servem de alerta para a Casa. Figuras que têm suas consciências bem acesas e que cumpriram com um dos papéis nesta tarde: que foi o de avisar: avisar para o precedente, avisar para o cumprimento do Regimento, e outros procuraram complementar esse papel, tentando arguir a necessidade política de se chegar a esse resultado final – uma espécie de apoteose que é o Conselho Nacional de Justiça.

Portanto, está de parabéns a Nação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Mais uma vez, eu gostaria de cumprimentar o Senado Federal pelo papel que cumpriu na Reforma do Judiciário com a criação do Conselho Nacional de Justiça, um conselho de controle da Justiça.

Eu gostaria de homenagear também o Senador José Jorge, Relator, no Senado Federal, da reforma do Judiciário.

Por acordo com os Srs. Líderes partidários, vamos submeter à votação o nome do Dr. Alexandre Antonio Tombini para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

PARECER Nº 673, DE 2005

Discussão, em turno único, do Parecer nº 673, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos; Relator: Senador Rodolpho Tourinho, sobre a Mensagem nº 138, de 2005, (nº 275/2005, na origem), pelo qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. *Alexandre Antonio Tombini* para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Em discussão o parecer, em turno único.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, para discutir.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, destaco que o Sr. Alexandre Antonio Tombini é um funcionário de carreira do Banco Central, que tem uma longa experiência técnica e uma bela formação acadêmica, e que uma de suas melhores contribuições foi o regime de metas da inflação. É um especialista nesse tema, que traz, agora, novas reflexões, que pode ajudar o Brasil a aprimorar esse sistema, que tem demonstrado como o melhor regime para dar credibilidade e previsibilidade à política monetária e o instrumento eficaz de deflação das diversas economias.

Trata-se de um profissional técnico. A dimensão mais importante, no meu ponto de vista, é exatamente sua longa experiência de carreira, além de uma formação acadêmica, que ajuda a Diretoria do Banco Central exatamente no elemento que é fundamental ser aprimorado, para que possamos continuar o esforço de deflação e de redução acelerada das taxas de juros no País, que é o grande desafio que se impõe ao Brasil nesse avanço da política macroeconômica, da consistência dos fundamentos, melhor do balanço de pagamentos e da dívida pública. Esse o grande desafio, ou seja, a redução sustentável e progressiva da taxa de juros.

Tenho a certeza de que o Sr. Tombini contribuirá para aperfeiçoar o regime de metas.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, para discutir, ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria também de saudar a aprovação do Conselho Nacional de Justiça, o esforço de V. Ex^a, de todos os Líderes para que se fizesse esse acordo. Acho que no final, apesar da forma inusitada, de qualquer maneira o Senado

deu uma resposta à Nação daquilo que deveria ter sido feito.

Dizer que, nós, da Minoria, também vamos apoiar o nome do Dr. Antonio Tombini para Diretor do Banco Central, como aliás temos feito aqui muitas vezes, apesar de o Senador Aloizio Mercadante se esquecer aqueles que votamos contra, mas nós votamos muitos nomes favoráveis, exatamente quando consideramos que eles tem as condições necessárias...

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – S. Ex^a está dizendo que é porque ele fazia parte da equipe de Fernando Henrique. Mas não é por isso que estamos votando favoravelmente. Votamos favoravelmente porque ele é um técnico e tem condições de exercer essa função. Na realidade, temos votados em muitos Ministros do Supremo. Só para Ministro do Supremo, aqui, o Senador Aloizio Mercadante já conseguiu aprovar quatro, quase sem votos contrários. S. Ex^a relembra apenas um ou dois nomes que votamos contra por razões específica.

Então, nós, da Oposição, vamos continuar votando favorável quando tivermos que votar a favor, e votando contra quando tivermos que votar contra, como é a nossa obrigação como membros da Oposição.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, para discutir, ao Senador Pedro Simon.

Senador Arthur Virgílio, em seguida, darei a palavra a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Faço questão de manifestar o meu voto favorável, porque conheço o Sr. Tombini. Trata-se de uma pessoa de excepcional conhecimento, de grande capacidade, de grande seriedade, e tenho certeza que somará muito aos quadros do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa agradece o testemunho de V. Ex^a, Senador Pedro Simon.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio; em seguida a concederei ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB tem todos os deveres de coerência nesse episódio, por se tratar mesmo de um membro relevante da equipe econômica do Governo Fernando Henrique; por se tratar de alguém que revelou, ao longo de seu exercício – e lembrou muito bem o Senador Mercadante – capacidade formuladora, o episódio, por exemplo, foi o da reimplantação, na prática, junto com Sérgio

Werlang* e Armínio Fraga, das metas de inflação, e por se tratar de um homem de bem; por se tratar de um acadêmico de mão cheia, com todos os títulos para teorizar sobre a sua matéria; por se tratar de um funcionário com enorme experiência do setor público. Não temos, nós do PSDB – a bem da coerência – como não reconhecer que esse é um gesto acertado, pois é um homem certo, destinado ao lugar certo. Ou seja, o Banco Central tem muito o que esperar de positivo da atuação do Sr. Tombini, caso ele seja, como se espera e se deseja, aprovado por este Plenário.

O PSDB, portanto, recomenda, de maneira muito própria, muito forte, que nós, em nome da coerência e pensando no País e na defesa da moeda brasileira, que votemos no Sr. Antonio Tombini para a Diretoria do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PSDB recomenda o voto “sim” a sua Bancada.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, para discutir.

O Sr. ROMEU TUMA (PFL – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente, quero cumprimentar V. Ex^a pela elegância, pela visão política na condução do caso Alexandre de Moraes. Agradeço V. Ex^a por toda a compreensão e equilíbrio político, que trouxeram tranqüilidade a esta Casa.

Quero também dar o meu voto positivo ao Dr. Alexandre Antonio Tombini, por ser funcionário de carreira do Banco Central. O ingresso nos quadros de carreira do Banco Central é muito difícil, muito concorrido e passa por diversas questões de difícil interpretação. Ele está lá há mais de vinte anos. Hoje, na Comissão de Assuntos Econômicos, o Senador Rodolpho Tourinho fez um belo relatório e o questionou durante a reunião. Ele deu respostas bastante satisfatórias, representando uma esperança, para nós, de que haja melhora na situação do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma.

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com o disposto no art. 383, VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino. Em seguida, ao Senador Ney Suassuna.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, o PFL vai votar a favor da indicação do Dr. Alexandre Antonio Tombini por razões muito claras. S. S^a fez uma exposição, na Comissão de Assuntos Econômicos, hoje, precisa, bem-feita. Foi questionado muito sobre o controle da inflação e o estabelecimento de uma política baseada em metas de inflação.

O que desejo é que, com a indicação do Dr. Tombini – que espero seja por larga margem, para que ele tenha respaldo político dado pelo Senado –, ele tenha força no Conselho para trabalhar alternativas que não sejam apenas obter o cumprimento de meta inflacionária pela via do aumento de juros, porque isso é o veneno que está matando este País.

Espero que ele tenha um belo escore, e pelo PFL o terá, para que tenha respaldo político a fim de que, no Conselho, possa opinar no sentido de que se encontrem saídas para o atingimento das metas inflacionárias que não sejam pelo aumento de 0,25% em 0,25% da taxa de juros brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Presidente, o PMDB quer parabenizar V. Ex^a pelas vitórias de hoje. Conseguimos contornar uma crise que parecia tão difícil. Congratulo-me também com o

Senado, porque tivemos perspicácia e sabedoria para superarmos essa crise.

Vamos votar favoravelmente.

Aproveito, Sr. Presidente, para indagar quantas votações ainda restam.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Só há, por enquanto, um requerimento de urgência sobre um acordo internacional.

Por falar nisso, o art. 179 do Regimento Interno dispõe que “estando em apreciação matéria constante do art. 336, I e II, a sessão só poderá ser encerrada se ultimada a deliberação”.

Logo, a sessão está automaticamente prorrogada em função do art. 179, do Regimento Interno do Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

Se todos os Senadores já votaram, vou proclamar o resultado.

(*Procede-se à apuração*)

VOTAÇÃO SECRETA

PARECER Nº 673, DE 2005 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

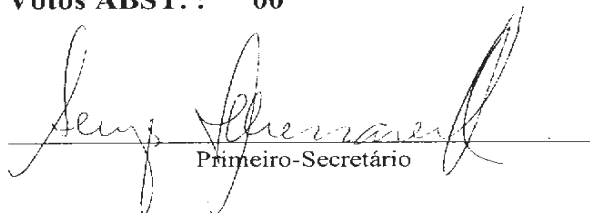
Sr. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

Num. Sessão: **1** Num. Votação: **11** Abertura: **24/5/2005 18:54:24**
Data Sessão: **24/5/2005** Hora Sessão: **14:00:00** Encerramento: **24/5/2005 19:03:20**

| Partido | UF | Nome do Senador | Voto | Partido | UF | Nome do Senador | Voto |
|-----------|----|--------------------------|-------|-----------|----|-----------------------|-------|
| PSDB | SE | ALMEIDA LIMA | Votou | PFL | PE | MARCO MACIEL | Votou |
| Bloco-PT | SP | ALOÍZIO MERCADANTE | Votou | PMDB | PB | NEY SUASSUNA | Votou |
| PSDB | PR | ALVARO DIAS | Votou | Bloco-PSB | TO | NEZINHO ALÊNCAR | Votou |
| Bloco-PT | PA | ANA JÚLIA CAREPA | Votou | PMDB | AP | PAPALÉO PAES | Votou |
| PSDB | MT | ANTERO PAES DE BARROS | Votou | PFL | DF | PAULO OCTÁVIO | Votou |
| PFL | BA | ANTONIO CARLOS MAGALHÃES | Votou | Bloco-PT | RS | PAULO PAIM | Votou |
| Bloco-PSB | SE | ANTÔNIO CARLOS VALADARES | Votou | PMDB | RS | PEDRO SIMON | Votou |
| PSDB | AM | ARTHUR VIRGÍLIO | Votou | PSDB | CE | REGINALDO DUARTE | Votou |
| PDT | RR | AUGUSTO BOTELHO | Votou | PMDB | AL | RENAN CALHEIROS | Votou |
| PFL | BA | CÉSAR BORGES | Votou | Bloco-PT | RJ | ROBERTO SATURNINO | Votou |
| Bloco-PT | DF | CRISTOVAM BUARQUE | Votou | PFL | BA | RODOLPHO TOURINHO | Votou |
| Bloco-PT | MS | DELCLÍDIO AMARAL | Votou | PFL | SP | ROMEU TUMA | Votou |
| PFL | GO | DEMÓSTENES TORRES | Votou | PSDB | PE | SÉRGIO GUERRA | Votou |
| PFL | MA | EDISON LOBÃO | Votou | Bloco-PTB | RS | SÉRGIO ZAMBIASI | Votou |
| PSDB | MG | EDUARDO AZEREDO | Votou | Bloco-PT | MT | SERYS SLHESSARENKO | Votou |
| Bloco-PT | SP | EDUARDO SUPLICY | Votou | Bloco-PT | AC | SIBÁ MACHADO | Votou |
| PFL | PB | EFRAIM MORAIS | Votou | PSDB | CE | TASSO JEREISSATI | Votou |
| Bloco-PT | RO | FÁTIMA CLEIDE | Votou | PSDB | AL | TEOTÔNIO VILELA FILHO | Votou |
| PMDB | RN | GARIBALDI ALVES FILHO | Votou | Bloco-PT | AC | TIÃO VIANA | Votou |
| P-SOL | AC | GERALDO MESQUITA JÚNIOR | Votou | PMDB | RO | VALDIR RAUPP | Votou |
| PMDB | AM | GILBERTO MESTRINHO | Votou | | | | |
| PMDB | MG | HÉLIO COSTA | Votou | | | | |
| P-SOL | AL | HELOISA HELENA | Votou | | | | |
| Bloco-PT | SC | IDELI SALVATTI | Votou | | | | |
| PMDB | MA | JOÃO ALBERTO SOUZA | Votou | | | | |
| PMDB | ES | JOÃO BATISTA MOTTA | Votou | | | | |
| Bloco-PSB | AP | JOÃO CAPIBERIBE | Votou | | | | |
| PFL | MT | JONAS PINHEIRO | Votou | | | | |
| PFL | RN | JOSÉ AGRIPINO | Votou | | | | |
| PFL | PE | JOSÉ JORGE | Votou | | | | |
| PMDB | AP | JOSÉ SARNEY | Votou | | | | |
| PMDB | TO | LEOMAR QUINTANILHA | Votou | | | | |
| PSDB | GO | LÚCIA VÂNIA | Votou | | | | |
| PMDB | PA | LUIZ OTÁVIO | Votou | | | | |
| Bloco-PL | ES | MAGNÓ MALTA | Votou | | | | |
| PMDB | GO | MAQUITO VILELA | Votou | | | | |
| Bloco-PL | RJ | MARCELO CRIVELLA | Votou | | | | |

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : **49**
Votos NÃO : **08** **Total : 57**
Votos ABST. : **00**


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 49 Srs. Senadores; e NÃO, 08. Não houve abstenções.

Total de votos: 57

Está, portanto, aprovado o nome do Dr. Alexandre Antonio Tombini para Diretor do Banco Central do Brasil.

Será feita a comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 567, DE 2005

Senhor Presidente,

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso do Regimento Interno, para o PDS nº 131 de 2005.

Sala das Sessões, 24 de maio de 2005.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 2005

Líder PTB *Aguiar* PMDB

Líder do PFL

Líder do PSDB

Líder do PT

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 131, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, II, do Regimento)

Discussão em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 2005 (nº 685/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Transporte Internacional de Passageiros e Carga entre os Go-*

vernos da República Federativa do Brasil e da República Cooperativista da Guiana, celebrado em Brasília, em 7 de fevereiro de 2003.

Parecer favorável, sob nº 672, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

(*)PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 131, DE 2005

(Nº 685/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo de Transporte Rodoviário internacional de Passageiros e Cargas entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Cooperativista da Guiana, celebrado em Brasília, em 7 de fevereiro de 2003.

O Congresso Nacional decreta:

Art 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Cooperativista da Guiana, celebrado em Brasília, em 7 de fevereiro de 2003.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) O texto de Acordo encontra-se publicado no DSF, de 24-3-2005.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Líder Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Existe uma última votação, que é a aprovação do Fundo Nacional de Moradia Popular. Trata-se de um projeto de iniciativa popular, com mais de um milhão de assinaturas, que já foi aprovado na Câmara dos Deputados e na

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, e pediria que fosse, agora, à votação. O Relator da matéria é o Senador Marcelo Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Consulto os Srs. Líderes se há alguma objeção para essa votação proposta pelo Senador Aloizio Mercadante.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Há acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Há um acordo.

Lembro às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão conjunta a realizar-se amanhã, às dez horas, no plenário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 20:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36, DE 2004

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (nº 2.710/92, na Casa de origem), que *dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e o seu Conselho Gestor.*

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da última quinta-feira, quando deixou de ser apreciada, tendo em vista a falta de **quorum** qualificado para a deliberação dos itens 1 e 19 da pauta.

Sobre a mesa, parecer da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania que será lido pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 678, DE 2005

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (PL nº 2.710, de 1992, na origem), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor.

Relator: Senador **Marcelo Crivella**

I – Relatório

Aprovado pela Câmara dos Deputados, este projeto, originário da iniciativa popular, nos termos do art. 61, § 2º, da Constituição, cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e o seu Conselho Gestor, conforme assim dispõem os seus artigos:

- Art. 1º – enuncia o objeto e o âmbito de aplicação da lei;
- Arts. 2º a 4º – enumeram os objetivos, os princípios e as diretrizes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS);
- Art. 5º – identifica os órgãos e entidades que integram o SNHIS;
- Art. 6º – relaciona os recursos do SNHIS;
- Arts. 7º e 8º – criam o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e prevêm suas fontes de recursos;
- Arts. 9º e 10 – criam o Conselho Gestor do FNHIS e dispõem sobre sua organização básica, vinculando-o ao Poder Executivo;
- Arts. 11 a 13 – disciplinam as formas de utilização dos recursos do FNHIS, inclusive estipulando as condições para repasse aos Estados, Municípios e Distrito Federal;
- Art. 14 – prevê atribuições do Ministério das Cidades, no âmbito do SNHIS;
- Art. 15 – prevê as competências do Conselho Gestor do FNHIS;
- Art. 16 – prevê as competências da Caixa Econômica Federal, na qualidade de operador do FNHIS;
- Arts. 17 a 21 – estipulam as formas de atuação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando tais entes aderirem ao SNHIS, em especial por meio dos conselhos que forem criados no âmbito desses entes, com a função de fixar critérios para a priorização de linhas de ação, alocação de recursos e atendimento dos beneficiários dos programas habitacionais.
- Arts. 22 e 23 – dispõem sobre as espécies de benefícios e subsídios financeiros a serem concedidos com o escopo de garantir à população o acesso à moradia, bem como sobre as diretrizes a serem observadas na concessão de tais benefícios.

A justificação ressalta o drama da questão habitacional no Brasil, onde o uso dos instrumentos de política urbana ainda estaria longe de ser democrático. Questões como a incipiente reforma agrária e o empobrecimento do trabalhador urbano contribuem para o agravamento desse quadro.

A proposição foi também distribuída para as Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, o que levaria esta Comissão a apenas se cingir aos aspectos da sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Cabe, também, ressaltar que, em face de alguns questionamentos relacionados ao exame da constitucionalidade formal da proposição, que não têm sido poucas as manifestações de diversas entidades privadas e de áreas da Administração Pública, notadamente, a Casa Civil da Presidência da República, acolhendo Parecer da sua Subchefia para Assuntos Jurídicos, e do próprio Ministério das Cidades, um dos principais alvos para a implantação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, que posicionam, enfaticamente, a favor deste projeto, acompanham o fundamento e as conclusões da Análise a seguir.

II – Análise

Preliminarmente, em face do relevante aspecto da autoria da proposição, cabe examinar se há vício de inconstitucionalidade formal quanto à iniciativa, considerando-se a rigidez do § 1º do art. 61 que estabelece a competência privativa do Presidente da República para propor as leis que disponham sobre a matéria aqui objetivada.

Nesse sentido, vê-se que o projeto contém normas relativas à organização da Administração Pública, gestão de recursos públicos, criação de órgãos e atribuição de competências. Poder-se-ia argüir que, em princípio, ele estaria a ofender o privilégio da iniciativa do Chefe do Poder Executivo, na medida em que a sua espinha dorsal constitui-se, precisamente, de disposições que envolvem essa questão da iniciativa das leis. Com efeito, a proposição se refere à política pública habitacional, cuja implementação está a cargo dos Poderes Executivos Federal, Estadual, Distrital e Municipal, conforme preceitua o art. 23, IX, da Constituição.

É prevista, também, a criação de um fundo contábil, no qual seriam depositados os recursos financeiros do novo Sistema Habitacional, como também, a de um Conselho Gestor e uma série de novas atribuições para órgãos e entidades já existentes na Administração Pública Federal. A hipótese da eliminação de tais comandos tornaria descaracterizado o Projeto e, conseqüentemente, a sua completa inocuidade, com a redução das disposições remanescentes a meras declarações de princípios e intenções.

Diante disso, coloca-se o seguinte problema, cuja solução, salvo engano, ainda não foi positivada nesta Comissão: mesmo sendo resultante da iniciativa popular, seria o projeto inconstitucional por dispor sobre

matérias de organização e competências de entes e órgãos da Administração Pública?

A Câmara dos Deputados, por sua Comissão congênere a esta, considerou que não.

Ao nosso ver, também não. A regra da iniciativa privativa do Presidente da República, para as leis que versem sobre tais assuntos, pode ser imposta em relação ao Parlamento, nunca ao povo, que é, em última análise, o detentor do poder soberano do Estado, como declara enfaticamente o art. 1º da Constituição, ao pontificar que todo **poder emana do povo**. Trata-se, repetimos, de um comando meramente declaratório; não é a Constituição quem confere poder ao povo, e sim o povo que, com seu poder e mediante seus representantes, aprova a Constituição.

Pode-se, também, dizer que não é o Congresso Nacional que titulariza o Poder Legislativo, como não é o Presidente da República que titulariza o Poder Executivo, ou não são os juízes e os tribunais que titularizam o Poder Judiciário. O único titular de tais poderes é o povo. O que se dá nos estados modernos, dadas as dificuldades do exercício da democracia direta por populações cada vez maiores, é apenas e tão-somente a escolha, pelo povo, ou na forma estabelecida por ele em uma Constituição, de seus delegados, de seus mandatários, que irão exercer em seu lugar as funções típicas de cada poder. Tal exercício não retira do povo, portanto, a titularidade desses poderes.

O documento fundamental de organização do Estado brasileiro, a Constituição de 1988, previu claramente as formas de exercício da democracia direta: o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular. E condicionou a iniciativa popular ao seguinte:

Art. 61.....

.....

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estado, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

Ora, foi o povo, mediante uma Assembléia Constituinte eleita, que delimitou os limites de sua atuação direta no processo legislativo, autocondicionando-se. E impôs, como condições para essa participação, apenas as estabelecidas pelo § 2º do art. 61 da Lei Maior. Não previu qualquer limite material para a iniciativa popular. No caso, releva considerar, que o comparecimento às urnas, na última eleição, esteve em torno dos 120 milhões de eleitores, o que implica em dizer que o presente Projeto espelha a vontade, aproxima-

damente, de um milhão e duzentos mil brasileiros, ou seja, o correspondente a um por cento do eleitorado nacional.

À luz dessas considerações, somos levados a concluir que o princípio da reserva de iniciativa tem validade, apenas, para os outros entes, os legitimados pelo § 1º do art. 61, nunca o povo, porquanto, para este, para os cidadãos, a regra é a estabelecida no § 2º do mesmo artigo: para a propositura de leis, basta que seja atendido o número dos seus subscritores, ou seja, 1% do eleitorado nacional, e que esse contingente esteja distribuído em, pelo menos, cinco Estados...

Vencida esta preliminar quanto à existência de inconstitucionalidade formal, parece, no que se refere propriamente ao texto do Projeto, não haver conflito dos seus preceitos com os demais comandos da Constituição.

Alguns dos seus dispositivos, como os arts. 11 e 17 a 21, estabelecem obrigações para Estados, Distrito Federal e Municípios, o que poderia, em uma leitura apressada, gerar dúvidas quanto a sua constitucionalidade, à luz do princípio federativo. Contudo, tais dispositivos devem ser lidos como prescrições para os entes que desejarem aderir ao novo Sistema (SNHIS). Assim, não se trata de uma imposição pura e simples, que poderia merecer censura quanto à constitucionalidade. O que se estabelece é uma condição legal para o recebimento de transferências voluntárias da União, no âmbito desse Sistema Habitacional. Não é demais lembrar que o Supremo Tribunal Federal entende legítimo tal mecanismo, conforme decidiu na Ação Indireta de Constitucionalidade nº 2.250, em 2 de abril de 2003.

Quanto a técnica legislativa, caberia corrigir-se algumas impropriedades meramente redacionais, mas que não justificam o oferecimento de Emendas, o que causaria um indesejável retomo do Projeto à Casa de origem. É o caso, por exemplo, da alínea **h** do inciso II do art. 4º, na qual há necessidade de substantivar a expressão que a inicia, de modo a manter o paralelismo com as outras alíneas. Confiamos que na “Redação Final” essas pequenas falhas formais sejam corrigidas.

No mérito, cumpre-nos observar que a análise desta Comissão deve centrar-se nos aspectos administrativos da proposição, cabendo à CAE e à CAS examinar as demais questões.

O projeto, ao criar o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS, arts. 7º a 9º) indica seus objetivos, como sejam, (I) os de (centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas estruturados no âmbito do SNHIS, destinados a implementar políticas habitacionais direcionadas à população de menor

renda); (II) os recursos que o compõem (provenientes do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, de empréstimos externos e internos, de dotações orçamentárias, de contribuições e doações, entre outros); (III) o órgão incumbido de geri-lo, ou seja, o Conselho Gestor do FNHIS, sob a presidência do Ministério das Cidades. A disciplina da matéria se dá, portanto, em conformidade com a prática legislativa de criação de fundos de natureza contábil.

Outrossim, o Projeto, como não poderia deixar de ser, em face do sistema que pretende criar, além de prever as competências do Conselho Gestor do FNHIS (art. 15), fixa novas atribuições para o Ministério das Cidades, como coordenador das ações do SNHIS (art. 14), e, para a Caixa Econômica Federal, como agente operador do Fundo (ad. 16). Não há o que opor, eis que essas disposições guardam sintonia entre si e com as normas de organização da Administração Pública Federal.

Antes de concluir, cabe trazer para exame alguns dados sobre a situação habitacional no Brasil, até para reafirmar a relevância do projeto ora examinado. Em percuciente estudo, intitulado Déficit Habitacional no Brasil 2000, a Fundação João Pinheiro, com base nos resultados do Censo Demográfico do IBGE, fez um diagnóstico que em que detecta uma defasagem estimada de 6 656 526 novos domicílios no País, em 2000, ao tempo em que também registra um elevado número de domicílios vagos; são domicílios que, na data do recenseamento, estavam desabitados, não havendo nenhuma informação sobre eles. Tomando como referência apenas os domicílios urbanos, em 1991, foram encontrados 2.962.815 vagos no Brasil, sendo 1.084.873 nas regiões metropolitanas (...).

As características da clientela afetada pelas “Necessidades Habitacionais”, apresentadas neste trabalho, conduzem à reflexão crítica do que se tem feito em prol do equacionamento dos problemas de qualidade de vida habitacional durante a última década – e que não foi pouco – e do que se tem pela frente a resolver. A concentração da população-alvo em segmentos de baixa renda faz perceber o ataque às “Necessidades Habitacionais” como uma faceta do combate à pobreza, uma vez que se pode esperar pouco como contrapartida financeira a partir de uma renda familiar minguada, na maioria das famílias afetadas. Esta população dispõe apenas de sua própria força de trabalho, que pode ser usada como uma forma de pagamento de benefícios obtidos, através de serviços comunitários prestados em regime de mutirão, horas de trabalho não remuneradas em dinheiro, mas contabilizadas como tal. A criatividade deve vir em auxílio do planejador, de modo a viabilizar a superação de entraves legais/burocráti-

cos e a baratear os custos das obras, principalmente as de menor porte, através de inovações tecnológicas e de gestão viáveis.

Sem dúvida, a resolução dos problemas habitacionais brasileiros passa pela capacidade de trabalho e organização de nosso povo. Isso não exige, no entanto, o papel do Estado como financiador das políticas de habitação, dever que lhe é imposto, nas esferas federal, estadual e municipal, pelo art. 23, IX, da Constituição Federal. Ainda há muito o que ser feito, o que não prescinde do aporte de recursos públicos, bem como do uso racional desses recursos, para melhorar as condições de moradia da população. Apenas a título de exemplo, poderíamos trazer à baila os seguintes dados também coletados pelo (IBGE) na última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2003: no quesito abastecimento de água, ainda não contam com canalização interna cerca de 10,7% dos domicílios particulares permanentes no Brasil (ou 12% da população); no tocante ao esgotamento sanitário, contam com rede coletora ou fossa séptica em torno de 69% dos domicílios (ou 66% da população, o que equivale dizer que um terço do povo brasileiro não dispõe de esgotamento sanitário nos moldes referidos); por fim, aproximadamente 26% dos domicílios não pertencem ao próprio morador: 15% do total de domicílios são alugados e outros 10,7% são cedidos.

Creemos que esses dados são bastante esclarecedores quanto à necessidade de se promover investimentos estatais, não apenas com o fito de proporcionar maior acesso da população à casa própria, como também de melhorar as condições de saneamento dos domicílios existentes. O presente projeto é, sem dúvida alguma, um importante passo para tanto.

III – Voto

Com estas considerações e, vencida a preliminar, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004, de iniciativa popular.

Sala da Comissão, 11 de maio de 2005.

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Subchefia para Assuntos Jurídicos

NOTA

SAJ nº387/2004 – URJ

NUP:

Nota em relação ao parecer do Senador Marcelo Crivella, que entendeu haver vício de iniciativa no Projeto de Lei da Câmara nº 236, de 2004, (na origem, 2.710, de 1992), oriundo de iniciativa popular, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

(SNHIS), cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor.

I – Da Matéria Factual

1.0) As razões fáticas que ensejam a presente manifestação são decorrentes da interpretação jurídica dada no parecer do Senador Marcelo Crivella – Relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal – em relação ao Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004, (na origem, 2.710, de 1992), oriundo de iniciativa popular, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor.

2.0) Como se sabe, o parecer do citado Senador foi no sentido de rejeitar o projeto de lei – por inconstitucionalidade formal – tendo em vista que o mesmo absorve algumas matérias reservadas à iniciativa do Presidente da República, nos termos do que dispõe o art. 61, § 1º, II, e, c/c o art.84, VI, a, da Constituição Federal.

2.1) Neste conspecto, diz o parecer:

“De um rápido exame do texto aprovado pela Câmara dos Deputados, pode-se identificar a existência de inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa, nos seguintes dispositivos: arts. 5º, 9º, 10, 14, 15 e 16, por ofensa ao art. 61, § 1º, II, e, c/c o art.84, VI, a, da Constituição Federal, uma vez que são da iniciativa privativa do Presidente da República as leis que criem ou extingam Ministérios ou órgãos da Administração Pública, cabendo a regulação, por decreto presidencial, das matérias concernentes à organização e ao funcionamento da Administração Pública Federal, quando não houver criação ou extinção de órgão público, nem aumento de despesa.”

3.0) Dentro desta perspectiva, conclui, ao final, que o “(...) parecer é, inevitavelmente, pela rejeição do Projeto por vício de inconstitucionalidade, com os efeitos do § 1º do art. 101 do Regimento Interno.”

4.0) Ainda que extremamente perfunctório este é o quadro fático que antecede à imersão nos aspectos jurídicos propriamente ditos. Com ser assim, passa-se à análise desses mesmos aspectos e de toda sua carga dialética.

II – Da Matéria Jurídica

5.0) De início, é de se reconhecer que a posição adotada pelo ilustre Senador Marcelo Crivella não contém nenhuma teratologia. E uma interpretação técnica: formal, que incide principalmente sobre os aspectos semânticos e gramaticais do texto, tendo em

vista uma espécie de “pressuposto lógico de inclusões e exclusões”.

6.0) Este pressuposto lógico utilizado pelo Senador, aliás, está fulcrado na seguinte situação: existe um artigo, *in casu*, o art. 61 da Constituição Federal, e seus dois parágrafos (§§ 1º e 2º). O seu **caput** traz uma situação geral, o primeiro parágrafo complementa uma regra do **caput** – impondo uma restrição, qual seja, a indicação de matérias reservadas à iniciativa do Presidente da República – e o segundo parágrafo molda os alicerces do exercício da iniciativa popular.

7.0) Antes de maiores aprofundamentos, vide o que diz, textualmente, o citado artigo:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI;

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído

pelo menos por cinco estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

8.0) Como se vê, dentro da perspectiva adotada pelo Senador, teríamos um sistema de inclusões subjetivas (determinando quem sejam os legitimados para dar início ao processo legislativo: cf. o **caput**), e por outro lado, as exclusões objetivas (determinando as matérias que estariam fora da iniciativa geral descrita no **caput**: cf. o § 1º)

9.0) Com efeito, se a análise for restrita a esses dois pressupostos certamente não haverá nenhum aspecto crítico a ser considerado, porque a interpretação jurídica – dentro da perspectiva adotada – está livre de máculas.

10.0) Como dito, a interpretação foi formal, técnica e enclausurada dentro da lógica do artigo. O **caput** traz uma regra geral, o seu § 1º excetua algumas matérias àquela regra geral, e o resultado, repise-se, dentro desta ética, fica de fácil percepção as reservas do § 1º (exclusões objetivas) se estendem a todos os legitimados do **caput** (inclusões subjetivas), ramo pela qual, haveria a justificativa para dizer que um projeto de lei, oriundo da iniciativa popular, não pode tratar das matérias feitas à iniciativa reservada do Presidente da República.

10.1) Esta, com toda certeza é a conclusão que se chega dentro da ótica claustrofóbica do próprio art. 61 da Constituição Federal.

11.0) No entanto, o que é preciso especular, ou melhor, investigar, é se a ótica adotada, isto é, se o critério de interpretação baseado no simples texto do art.61 e na sua “lógica claustra”, está realmente correto.

12.0) Como se sabe, há situações no universo jurídico que a simples aplicação gramatical (do texto da lei) resolve e convence. Por exemplo, se a Constituição diz que uma emenda constitucional, para ser aprovada, precisa de um **quorum** de 3/5, não adianta sustentar a possibilidade de mudança com um quorum de 2/3. De igual teor e forma, se a iniciativa de proposta de emenda é de 1/3 dos membros da Câmara ou do Senado, não adianta *um só* Deputado ou Senador tentar dar início a uma reforma constitucional, que tal empreitada estará invariavelmente fadada ao insucesso.

13.0) Nesses casos, e em muitos outros, a interpretação literal está livre de críticas. Apesar de ela ser *a mais pobre* intelectualmente falando, ela não é *menos importante*. O problema, é que às vezes, mesmo não sendo *a menos importante*, ela é *a mais perigosa*, e por tal razão, a que mais traz estratificação ao direito,

impedindo-o de acompanhar o ritmo e a mutação das relações sociais intersubjetivas.

14.0) Dessa forma, penso que é dever do intérprete, sempre que estiver analisando uma norma – *principalmente aquelas normas que dão ensejo a uma interpretação literal* – observar, antes de mais nada, se a mesma dá a ele um espaço de **interpretação que o** possibilite adotar uma outra ótica, que não apenas a literal.

15.0) Cotejando esses dados abstratos com a matéria pragmática *sub examine*, por mais que exista no art.61 da Constituição uma aparência de taxatividade e clarividência, no sentido de que um projeto de lei, fruto de iniciativa popular, não poderia versar sobre matéria reservada ao Presidente da República, esta certeza, como dito, é apenas aparente.

15.1) Não é a toa, aliás, que o brocardo latino *in claris cessat interpretatio*, bastante vigoroso em outros tempos, perdeu completamente a sua razão de ser.¹

6.0) A par dessa assertiva, não é porque uma norma é aparentemente clara que o intérprete irá dispensar uma investigação jurídica que procure identificar alguns hiatos (espaços de interpretação), ou até mesmo outras interpretações que não sejam tão-somente a literal.

17.0) Por tudo isto, Sr. subchefe, por acreditar que: a) a interpretação do Digníssimo Senador Marcelo Crivella, data máxima vênua, é demasiadamente claustrofóbica, levando-se em conta apenas a lógica do próprio art.61 e olvidando os demais aspectos, princípios e fundamentos da Constituição; b) a clarividência de alguns pontos do art.61 da Constituição é apenas aparente, que não enseja nenhuma certeza definitiva, e c) por acreditar que há sim um espaço de interpretação que dê ao intérprete condições de fazer uma interpretação não apenas literal, mas com base na lógica e na sistemática de toda a Constituição, é que esta assessoria, doravante, passa a expor as suas razões de convencimento.

Dentro deste propósito, vejamos.

18.0) Conforme mencionado em linhas anteriores, o intérprete precisa fazer uma leitura apurada de cada norma jurídica, independentemente de sua suposta clareza.

¹ Nesse sentido, Carlos Maximilimio diz que esse brocardo não tem: “nenhum valor científico, ante as idéias triunfantes na atualidade”. E prossegue dizendo que os domínios da Hermenêutica não se estendem só aos textos defeituosos; jamais se imitam ao invólucro verbal: o objetivo daquela disciplina é desdobrar o conteúdo da norma, o sentido e o alcance das expressões do Direito. Obscuras ou claras, deficientes ou perfeitas, ambíguas ou isentas de controvérsia, todas as frases jurídicas aparecem aos modernos como suscetíveis de interpretação”. MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e Aplicação do Direito*. 9ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

19.0) Trazendo essa orientação para o caso concreto, ou seja, procurando identificar outros elementos que porventura não estejam contidos dentro da ótica enclausurada do próprio art.61, chega-se a conclusão de que ali, quase imperceptível *mi caput*, existe uma **previsão normativa que, associada aos demais princípios, valores e fundamentos constitucionais** (interpretação sistemática), põe por terra a interpretação textual de que os projetos de lei, oriundos de iniciativa popular, precisariam (aparentemente) observar as matérias reservadas ao Presidente da República:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição

§ 2º – **A iniciativa popular**² pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

20.0) Tal previsão é justamente a faculdade que a lei confere aos *cidadãos*, de poder movimentar o projeto legislativo através de um instituto de *soberania popular*, a saber, a *iniciativa popular*, que vem a ser, inclusive, um dos corolários mais fiéis do *princípio democrático*.

21.0) Quando digo que esta previsão normativa fica quase imperceptível no *caput*, estou me referindo ao fato de que, dentre tantas autoridades constituídas³, o simples cidadão termina sendo esquecido, e o que é pior, tem seu status constitucional minorado ante uma regra distorcida de igualdade.

Explica-se.

22.0) Numa cultura voltada (e desviada) para a superdimensão da autoridade constituída, os cidadãos, até mesmo quando recebem a dádiva da co-legitimação para a iniciativa de um projeto de lei, ficam prejudicados pela não observância do postulado mais elementar do princípio da igualdade: tratar desigualmente os desiguais, na medida de suas desigualdades.

23.0) Assim, os cidadãos, que sempre buscaram um pé de igualdade com as demais autoridades constituídas, só conseguem atingir tal desiderato justamente quando este padrão de igualdade não interessa aos próprios cidadãos.

² Prevista inicialmente no art.14, inciso III, da CF, como instrumento da soberania popular

³ Presidente da República, membros do Congresso Nacional, Procurador-Geral da República e autoridades judiciárias (STF e Tribunais Superiores).

24.0) E não interessa, Sr. Subchefe, porque a simples previsão “cidadãos” contida no caput do art.6l – previsão esta, inclusive, que condiciona o aparecimento do instituto da iniciativa popular no § 2º do mesmo artigo como um dos frutos mais autênticos do que se entende por soberania popular – dá um status constitucional aos próprios cidadãos, completamente diferenciado do status atribuído às autoridades constituídas e integrantes de cada poder.

25.0) Veja que a situação dos cidadãos não pode ser encarada da mesma maneira dos demais legitimados a propor um projeto de lei. Os cidadãos não são autoridades constituídas pertencentes a um poder, e por tal motivo, precisam de um tratamento diferenciado⁴, não podendo, simplesmente, fazer parte de um regra geral, que é, e sempre foi, destinada aos poderes da república e suas autoridades.

26.0) Perceba essa subchefia, a importância da assertiva anterior. Por mais que o art.6l possua uma lógica própria e enclausurada no seu próprio texto, a previsão normativa dos cidadãos no caput do art. 6l – que por conseguinte, gera o instituto da iniciativa popular, expoente que é da soberania – faz nascer, de uma lógica outrora fechada, uma outra perspectiva jurídica: a de que os cidadãos não se submetem às mesmas regras restritivas aplicáveis às demais autoridades.

27.0) Ao aprofundar ainda mais o exame de tudo o que está sendo dito até o presente momento, imperioso é perquirir o sentido do § 1º art. 61, da Constituição Federal, quando reserva algumas matérias à iniciativa privativa do Presidente da República.

28.0) Com efeito, o citado dispositivo, antes de qualquer outro juízo de valor, é uma norma típica do sistema de freios e contrapesos, e que, como tal, visa atenuar ou elidir possíveis interferências de outros poderes, em assuntos que, a princípio, a Constituição deixou a cargo de um único poder ou de uma única autoridade constituída.

Art. 13. A iniciativa popular consiste na apresentação de projeto de lei à Câmara dos Deputados, subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

§ 1º O projeto de lei de iniciativa popular deverá circunscrever-se a um só assunto.

§ 2º O projeto de lei de iniciativa popular não poderá ser rejeitado por vício de forma, cabendo à Câmara dos Deputados, por seu órgão competente, providenciar a correção de eventuais impropriedades de técnica legislativa ou de redação.

⁴ Para demonstrar até onde vai a lei para legitimar esse tratamento diferenciado, vide o que diz a Lei nº 9.709/98:

Art. 14. A Câmara dos Deputados, verificando o cumprimento das exigências estabelecidas no art. 13 e respectivos parágrafos, dará seguimento à iniciativa popular, consoante as normas do Regimento Interno.

29.0) tal asseveração é válida, não apenas no que concerne ao § 1º do art. 61, mas também, a todas as normas que estabelecem competência, que reservam matérias e que compartilham atribuições. Se o princípio da separação de poderes tem tamanha dimensão em nosso ordenamento – chegando até mesmo a ser cláusula pétrea da constituição (art. 60, § 4º, III) – o mínimo que se pode fazer por ele é objetivar o patrocínio de normas que visem sempre o equilíbrio, evitando-se, destarte, as mútuas e indesejadas interferências entre poderes constituídos, e por conseguinte, entre suas autoridades.

29.1) Frise-se bem este último enunciado: evitar interferências entre poderes, e por conseguinte, entre suas autoridades.

30.0) De acrescer, repare ainda essa subchefia, que todo o sistema de reservas, iniciativas, competências e atribuições mencionadas pela constituição, são relacionadas a instâncias de poder oficialmente constituídas, ou seja, todas as distinções são feitas em relação a poderes e autoridades.

31.0) Esta é a regra. E assim é com a intervenção federal (art.36, incisos I a IV), com o sistema de distribuição de competências (arts. 21 ao 24), com a emenda constitucional (art.60, incisos I, II e III), com as ações declaratórias de inconstitucionalidade (art. 103, incisos I a VI)⁵ e constitucionalidade (art. 103, § 4º), e, por que não dizer, também com a iniciativa do processo legislativo (art.61).

32.0) Entretanto, o que não pode ser olvidado é que o art. 61, caput, e por conseqüência, o seu § 2º, contém um dado novo, uma singularidade, uma exceção que nenhum desses citados dispositivos contém: o cidadão e seu poder de iniciativa (iniciativa popular).

33.0) Dessa forma, se o art. 61, que de um modo geral é uma norma típica do sistema de freios e contrapesos (§ 1º), traz (no caput e no § 2º) uma hipótese excepcional de legitimação (iniciativa popular), fugindo, portanto, à regra adotada no bojo de toda a Constituição – que ao estabelecer o sistemas de reservas iniciativas, competências e atribuições, leva sempre em conta o equilíbrio entre os poderes e autoridades a eles pertencentes – fica mais do que comprovada

a tese jurídica ora defendida, de que os cidadãos, dentro do referido dispositivo (art.61), possuem um status constitucional diferenciado, e por assim dizer, um verdadeiro plus ao sistema geral, não podendo, conseqüentemente, receber o mesmo tratamento e as mesmas restrições das demais autoridades co-legitimadas, em relação às matérias reservadas à iniciativa do Presidente da República.

34.0) Com tudo isso, Sr. Subchefe, vai ficando claro a idéia de que a ressalva contida no § 1º do art.61 da Constituição, deve ser interpretada apenas em relação às demais autoridades constituídas, e não aos cidadãos legitimamente reunidos e organizados na forma da iniciativa popular (§ 2º do art. 61).

35.0) o corolário dessa assertiva, é que dentro do art.61 e seus §§ 1º e 2º vão existir duas situações inconfundíveis, e que por serem desiguais, não poderão receber o mesmo tratamento. Assim, penso que não seria nenhuma impropriedade, a partir do disposto acima, distinguir iniciativa potestativa de iniciativa popular, a primeira, como sendo a iniciativa dos poderes constituídos oficialmente, e a segunda, como manifestação legítima do povo organizado, conseqüência máxima da soberania popular.

⁵ Neste dispositivo, as únicas exceções, bem pontuais, são o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (inciso VII), partido político com representação no Congresso Nacional (inciso VIII) e confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional (inciso IX). Veja que em nenhuma dessas exceções, o cidadão comum (o povo) foi contemplado. Este tratamento diferenciado, ele (o cidadão), só recebeu no art.61 da CF.

36.0) Neste sentido, se a iniciativa potestativa e a iniciativa popular são duas situações distintas e inconfundíveis, não restam dúvidas de que devem receber – também – tratamentos diferenciados. Outrossim, não é porque duas situações distintas integram um mesmo dispositivo que elas necessariamente deverão ter o mesmo tratamento e a mesma interpretação, daí porque, é preciso reconhecer que dentro da lógica do art.61, e seu § 1º, existe uma exceção que não pode ser alijada, qual seja, a de que as matérias reservadas ao Presidente da República não se aplicam aos cidadãos.

37.0) Por falar em exceção, note-se que “esta exceção” não é um mero desvio a um dispositivo ou a uma simples regra ou padrão. Até porque, esta exceção não foi criada pelo art. 61, mas sim, pela interpretação sistemática que conjuga os vários princípios, valores e fundamentos constitucionais, diluídos ao longo de toda a Constituição.

38.0) Justamente por isso, é que o intérprete não deve buscar tal exceção na lógica fechada do art. 61. Se ele fizer isso, ou seja, se tomar a decisão de se enclausurar dentro da lógica do próprio artigo, com toda a certeza, não conseguirá atingir o dado hermenêutico que o faça encontrar essa exceção. No entanto, caso o intérprete se entregue à ousadia de um vôo mais alto, mais abrangente, e por que não dizer, menos simplista – com a conjugação do art. 61, §§ 1º e 2º com arts.1º II, parágrafo único e 14, III conforme se verá adiante – ele não terá nenhuma dificuldade de entender a interpretação defendida neste parecer.

39.0) Para tentar traduzir esse “vôo” mais alto, a primeira grande providência que se deve tomar é fazer uma espécie de acareação entre o art. 61, §§ 1º e 2º com os arts.1º, II, parágrafo único, e, 14, III, todos, da Constituição Federal:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

(...)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

Art.1º. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito, e tem como fundamento:

(...)

II – a cidadania

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

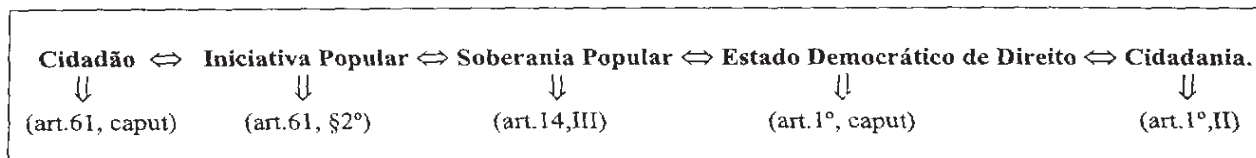
Art.14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

(...)

III – iniciativa popular.

40.0) O art. 61 faz referência ao cidadão, deduzindo que ele poderá, por meio de iniciativa popular, ter a iniciativa de apresentar um projeto de lei, desde que obedecido os requisitos do § 2º, que aliás, são

reconhecidamente rigorosos. Iniciativa popular, por conseqüência, além de ser um instituto originário da soberania popular, representa um dos postulados mais valiosos do que vem a ser cidadania.



41.0) Observe-se como o raciocínio vai, plasticamente, seja qual for o sentido, do simples cidadão (art.61, **caput**) até a cidadania (art. 1º, II), e mais, sendo esta fundamento, alicerce, base estrutural de nossa república federativa. Dessa forma, se o conceito de cidadania passa fundamentalmente pela “participação ativa e direta do cidadão nos rumos e nas decisões políticas do seu estado”, fica claro que não se pode tolher um fundamento deste jaez (cidadania), através de uma simples regra reservista (art.61, § 1º).

42.0) Além do mais, se o art. 1º da CF – que é o dispositivo que “fotografa”, a natureza ôntica deste País, indicando que tipo de estado nós formamos (federação), que forma de governo nós escolhemos (república), e os alicerces do regime que nós conquistamos (democracia) – diz que a cidadania é fundamento explícito de toda essa construção jurídica, jamais e em tempo algum, pode-se imaginar restrições a essa iniciativa popular de participar e de se fazer ouvir nas decisões políticas do País.

43.0) Essa vontade de participar cada vez mais, a propósito, é o que as doutrinas mais progressistas têm procurado buscar através de uma democracia participativa, sendo esta a personificação dos novos desideratos da democracia daqui para frente. O modelo estigmatizado e petrificado de uma simples democracia representativa não mais convence, diante dos novos desafios e exigências de uma sociedade em processo de evolução na ordem democrática. Se a democracia representativa foi, e ainda é, importante para a concepção do nosso próprio sistema, hoje mais do que nunca ela deve ser encarada como a raiz, a fonte de uma nova democracia, mais participativa, e, portanto, mais direta aos clamores populares.

44.0) Dentro desta perspectiva, valiosas são as observações de José Afonso da Silva, quando diz:

“Democracia é conceito histórico. Não sendo por si um valor-fim, mas meio e instru-

mento de realização de valores essenciais de convivência humana, que se traduzem basicamente nos direitos fundamentais do homem, compreende-se que a historicidade destes a envolva na mesma medida, enriquecendo-lhe o conteúdo a cada etapa do evoluer social, mantido sempre o princípio básico de que ela revela um regime político em que o poder repousa na vontade do povo. Sob esse aspecto, a democracia não é um mero conceito político abstrato e estático, mas é um processo de afirmação do povo e de garantia dos direitos fundamentais que o povo vai conquistando no correr da história”

(...)

“Por isso é que a democracia da antiguidade grega não é a mesma dos tempos modernos; nem a democracia burguesa capitalista corresponde à democracia popular”⁶

45.0) Coroando de vez a idéia do trecho anterior, o citado mestre ainda leciona:

“Finalmente, os que reclamam que a democracia nunca fora realizada em sua pureza em lugar algum concebem-na como um conceito estático, absoluto, como algo que há que instaurar-se de uma vez e assim perdurar para sempre. Não percebem que ela é um processo, e um processo dialético que vai rompendo os contrários, as antíteses, para, a cada etapa da evolução, incorporar conteúdo novo, enriquecido de novos valores. Como tal, ela nunca se realiza inteiramente, pois, como qualquer vetor que aponta a valores, a cada nova conquista feita, abrem-se outras perspectivas, descortinam-se novos horizontes ao aperfeiçoamento humano, a serem atingidos.”

⁶ SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 19ª edição. São Paulo: Malheiros. 2000. p. 130

46.0) A democracia de hoje não é a mesma de 1988, ano de promulgação da Constituição, como a de 1988 não era igual a de 1946, data da última constituição democrática. Dentro do espírito dialético mencionado por José Afonso da Silva, que vai rompendo contrários e incorporando novos conteúdos no processo evolutivo, é preciso que também se absorva as novas interpretações, ou melhor, interpretações que levem mais em conta o espírito sistemático da Constituição (principalmente quando baseadas em princípios e normas de sua própria gênese) e não apenas as leituras estanques de um ou outro dispositivo.

47.0) Como é cediço em qualquer fonte jurídica, um princípio, um fundamento, vale mais do que qualquer artigo isolado. Não apenas isso, cada dispositivo, isolado ou não, tem que trazer consigo o espírito do princípio ou fundamento que o legitima, razão por que, não se pode jamais interpretar um simples parágrafo de um artigo (§ 1º do art.61) em detrimento aos princípios e fundamentos (princípio democrático, princípio da soberania popular e cidadania) que integram a própria base ontológica do estado.

48.0) Com efeito, a partir da concretização desse caminho interpretativo, o povo (cidadão) não precisará mais ficar na dependência de seus mandatários e das filigranas de ordem formal para fazer prevalecer a sua vontade, o seu desejo, já que, para isso, poderá dispor de iniciativa popular, seja qualquer a matéria versada no projeto de lei.

49.0) O que é preciso não perder de vista, é que no contexto de toda essa construção jurídica não vai haver nenhum sinal de desprestígio ao Presidente da República. O § 1º do art.61, além de sua inegável acuidade ao sistema de freios e contrapesos, tem o sentido dar ao Presidente condições de utilização de seu poder discricionário, ou seja, de avaliar a conveniência e oportunidade, e decidir qual o melhor momento para enviar um projeto de lei que trate das matérias elencadas no § 1º do art.61.

50.0) Em verdade, não vai ser necessário ao Presidente da República medir forças com os cidadãos, até porque, por tudo o que se viu até agora, jamais poderia um poder discricionário estar acima de todos os princípios, valores e fundamentos constitucionais alegados. Essa “medição de forças”, ou melhor, esse “jogo de poder para quem pode ou não pode” *tem* que estar restrito tão-somente às autoridades constantes do **caput** do art. 51, e não aos cidadãos.

51.0) A iniciativa popular, nos moldes aqui apreendidos, pode ainda significar uma espécie de termômetro da sociedade, mostrando ao próprio Presidente da República o que foi idealizado pelos cidadãos como prioridade⁷, e isso, data máxima vênua os que pensam

de modo contrário, não significa nenhum desrespeito ou desprestígio ao poder discricionário do Presidente, nem muito menos, uma afronta ao sistema de freios e contrapesos.

52.0) Assim, se o Presidente da República, por alguma razão, achou que não havia conveniência e oportunidade para apresentar um projeto de lei que verse, total ou parcialmente, sobre uma das matérias constantes do § 1º do art. 61, a iniciativa popular poderia muito bem demonstrar ao próprio Presidente (que não tem o dom da infalibilidade), que o seu julgamento estava equivocado.

53.0) De uma maneira ou de outra, o fato é que os dois pressupostos em que se baseia o § 1º do art. 61 para fazer suas reservas – a) evitar que os outros poderes interfiram em assuntos que, a princípio, cabem ao Poder Executivo através de seu chefe maior, e b) preservar o poder discricionário do Presidente da República, no sentido de que este decida a oportunidade e conveniência para apresentar um projeto de lei – não sofrem nenhum prejuízo com a interpretação conjuntural até aqui defendida, tendo em vista que os cidadãos, não são, e nunca foram, ameaça às matérias reservadas ao Presidente da República.

54.0) Todavia, se foi vontade do legislador constituinte prever a possibilidade de os cidadãos apresentarem um projeto de lei, que então se reconheça esse poder de iniciativa em sua real dimensão e sentido, não o subjugando aos aspectos restritivos de um dispositivo (§ 1º do art. 61), principalmente, tendo em vista o fundamento maior de que todo o poder emana do povo, e que pode ser exercido diretamente por ele nos casos da Constituição.

55.0) Ora, só há soberania popular onde existe Estado Democrático de Direito, onde existe o núcleo principiológico de que todo o poder emana do povo. Só há *iniciativa popular* quando a Constituição de um país prevê que esse povo, titular do poder, pode exercê-lo, diretamente (democracia participativa), através dos instrumentos que especifica.

56.0) Destarte, se a Constituição optou por um instrumento de soberania popular – iniciativa popular – para legitimar a presença do cidadão no contexto geral do art. 61, nem o Presidente da República, com suas iniciativas reservadas, pode estar acima desse poder. Aliás, se o poder do povo é soberano (soberania popular) é porque esse poder tem um atributo, uma qualidade, qual seja, a de não reconhecer nenhum outro maior do que ele.

⁷ *Mutatis mutandis*, experiência parecida acontece com os orçamentos participativos, onde a comunidade elege suas prioridades, indicando, ao governo local, onde e como gostaria de ver aplicado os recursos públicos.

57.0) Os membros do Congresso Nacional têm o poder de – individualmente – apresentar um projeto de lei, mas não o poder soberano originário da vontade popular. Já com os cidadãos é diferente. Como titulares de um poder como este, nada justifica que a sua extensão – consignada no art. 61 – receba alguma restrição, principalmente, quando se sabe que essas restrições foram estabelecidas como forma de equilibrar os poderes e iniciativas das autoridades constituídas, como já mencionado.

58.0) Por conseguinte, no meio de toda essa discussão envolvendo a soberania popular, há ainda uma questão semântica no § 1º do art. 61 que precisa ser enfrentada. Como se sabe, tal dispositivo diz que aquelas matérias indicadas nas alíneas **a** a **f** são privativas do Presidente da República.

59.0) Antes de fazer a análise propriamente dita do termo privativo é importante observar que a doutrina faz diversas referências ao que é privativo e exclusivo, deixando claro, na maioria das vezes, que há elementos distintivos entre os dois termos.

60.0) Sobre o assunto diz José Afonso da Silva: “A diferença que se faz entre competência exclusiva e competência privativa é que aquela é indelegável e esta é delegável. Então, quando se quer atribuir competência própria a uma entidade ou a um órgão com possibilidade de delegação de tudo ou de parte, declara-se que compete privativamente a ele a matéria indicada. Assim, no art. 22 se deu competência privativa (não exclusiva) à União para legislar sobre: [...], porque o parágrafo único faculta à lei complementar autorizar os estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas nesse artigo. No art. 49, é indicada a competência exclusiva do Congresso Nacional. O art. 84 arrola a matéria de competência privativa do Presidente da República, porque o seu parágrafo único permite delegar algumas atribuições ali arroladas. Mas a Constituição não é rigorosamente técnica neste assunto. Veja-se, por exemplo, que nos arts. 51 e 52 trazem matérias de competência exclusiva, respectivamente, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, mas diz que se trata de competência privativa. Não é deste último tipo, porque são atribuições indelegáveis”.⁸

61.0) É claro que esta é uma regra de mera semântica e que não pode ser considerada ou entendida de maneira absoluta. No entanto, acredita-se que orientação mais razoável é a que reconhece esse critério distintivo. Ademais, não é porque a Constituição comete alguns deslizes semânticos – quando, por exemplo, diz que a competência dos arts. 51 e 52 são privativa e não exclusiva, ou até mesmo quando fala “demissíveis” **ad nutum** (v.g.o art. 54, JJ, **b**) quando o correto seria “exoneráveis” – que se irá doravante transformar um equívoco no paradigma a ser seguido.

62.0) Involuntariamente ou não, o fato é que a Constituição Federal traçou todos os caminhos para se adotar, conforme sugerido neste parecer, a interpretação sistemática e conjuntural em relação à iniciativa popular. Embora ela não tenha previsto a delegação no art. 61 – nos mesmos moldes que fez com os parágrafos únicos do art. 22 e 84 – disse que a iniciativa era privativa, e não exclusiva, e mais, abriu uma exceção ao sistema geral de repartição de competências e atribuições, antes destinado apenas aos poderes e autoridades constituídas, para dar ao cidadão (iniciativa popular) um **status** constitucional diferenciado, permitindo-o ocupar um posto de co-legitimação com as demais autoridades do **caput** do art. 61.

63.0) Resumindo, ao mesmo tempo em que a Constituição não segue a regra de consignar o termo privativo – e logo após, permitir expressamente a delegação – ela compensa tal omissão quando prevê a situação excepcional de um instituto de soberania popular como instrumento apto à apresentação de um projeto de lei.

64.0) Decerto, pode-se até discutir se o Presidente da República poderia ou não delegar tal competência a alguma outra autoridade, tendo em vista que apesar de a Constituição ter se referido ao termo privativo, não trouxe nenhuma hipótese expressa de delegação, como, aliás, fez com os arts. 22 e 84. Com efeito, embora se reconheça a aridez doutrinária de se considerar essa hipótese, é preciso reconhecer também que essa mesma dificuldade restringe-se apenas às autoridades constituídas, e não ao cidadão, por via da iniciativa popular.

65.0) Observe-se, assim, que o termo privativo, nesse caso particular, permite duas leituras: a) para as autoridades, enquanto desacompanhado de uma delegação expressa, constitui um verdadeiro empecilho à delegação do Presidente da República; e b) para os cidadãos, significa não exclusividade, razão pela qual, as restrições do § 1º do art. 61 não seriam extensíveis à iniciativa popular.

66.0) Noutra sentido, repise-se a ressalva feita anteriormente, de que a concretização dessa interpretação levaria o povo a não ficar na dependência de seus mandatários,

como também, a não ficar refém das filigranas de ordem formal, para fazer prevalecer a sua vontade, o seu desejo, já que, para isso, poderá dispor da iniciativa popular, seja qual for a matéria versada no projeto de lei

67.0) A referência a essas, “filigranas”, Sr. Subchefe, é justificada mediante a própria observação de que está acontecendo no projeto de lei em análise, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor.

⁸ SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 19ª edição. São Paulo, Malheiros. 2000. p.482.

68.0) Caso Vossa Excelência perceba, a essência desse projeto não é usurpar o comando da Administração Pública, não é criar órgão público, etc., hipótese esta, até possível, caso tal projeto tivesse origem na iniciativa de algum membro, por exemplo, do Congresso Nacional. Como se vê, o ponto nuclear de todo o projeto é apenas um: moradia. Traçando em miúdos, o que os cidadãos subscritores da iniciativa popular querem é criar um sistema nacional de habitação de interesse social que permita o acesso aos menos favorecidos economicamente, a um direito que, no final das contas, é um direito fundamental.

69.0) No entanto, não há dúvidas de que para viabilizar um conceito sistemático dessa natureza, seria mais do que necessário erigir um centro colegiado (conselho) de decisões e competências – órgão público – mas que terá, dentro do objetivo geral do projeto, o caráter de uma instância burocrática meramente reflexa, como se fosse apenas um suporte oficial à consecução do direito fundamental (moradia), posto no projeto de lei. E como dito, isso é apenas um projeto, que ainda vai ser discutido, provavelmente modificado e que não tem nenhum caráter de definitividade.

70.0) Chegando-se a esse ponto, é preciso indagar: qual interpretação estaria mais associada com os princípios, valores e fundamentos constitucionais? A que condena um projeto de lei de estirpe tão nobre, pelo simples fato de que em seu bojo há uma previsão reflexa de um conselho, ou a que conjuga um dispositivo constitucional (§ 1º do art. 61) dentro de seu espectro maior, reduzindo tal restrição à exata medida que ela merece?

71.0) De acrescentar, se a Constituição reconhece todos os princípios, valores e fundamentos, tantas vezes aqui mencionados, e mais, se garante aos cidadãos o direito fundamental de morar com dignidade, pergunta-se: qual dessas interpretações estará mais conforme a Constituição?

72.0) Daí porque a necessidade de se avaliar o raciocínio jurídico que até então vem sendo defendido. Se a decisão do intérprete não for a de buscar uma interpretação sistemática e conjuntural para o art. 61 da Constituição, ou seja, se a sua vontade for a de permanecer constricto a uma visão gramatical e não exauriente deste dispositivo, certamente tal escolha estará ceifando todos os valores jurídicos que inspiram a construção do nosso ordenamento. Além do mais, conforme já explicado, a escolha por uma interpretação mais vanguardista e menos conservadora não é nenhuma quimera. Ela é um dado jurídico posto, objetivo, e, portanto, ao alcance de todo e qualquer jurista.

73.0) De fato, não há nenhuma razão ou sentido para que essa escolha não seja em função de uma interpretação sistemática, conforme os verdadeiros ditames da Constituição. Veja que por mais que exista

uma lógica própria no art. 61 – que num primeiro momento nos leva a uma interpretação literal, absorvendo todos os colegitimados, dentro do que foi chamado de inclusões subjetivas – se nós pegarmos a Constituição como um todo a) princípios e fundamentos: art. 1º, II, parágrafo único e art. 2º; b) soberania popular: art. 14, art. 61, **caput**, § 2º; c) regra geral de repartições de atribuições e competências: art. 36, incisos I a IV, arts. 21 ao 24, art. 60, incisos I, II e III, e art. 103, incisos I a VI, e § 4º, fica claro que há ali, no art. 61, um espaço de interpretação para considerarmos a iniciativa popular como uma exceção ao sistema das exclusões objetivas, conforme sustentado neste parecer.

74.0) Por fim, a questão dos “fundos”, também alegada no parecer do Senador Crivella, não parece ser um obstáculo determinante para o insucesso do projeto. Apesar de realmente existir tal discussão (ADIN nº 1.626-DF), o Supremo Tribunal Federal já emitiu a seguinte decisão, decisão esta que embora não definitiva, demonstra claramente o rumo do futuro julgamento:

“Indeferida medida cautelar na ação direta proposta contra a MP1 nº 1.601/97, que cria o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade – FGPC, pela ausência de plausibilidade jurídica na tese de ofensa ao art. 165, § 9º, II, da CF, que exige, antes da criação de fundos, que as condições gerais para a sua instituição sejam deferidos por lei complementar. Afastou-se a alegação de vício formal, uma vez que a Lei nº 4.320/64 (institui normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos da União), recepcionada pela CF/88 com **status** de lei complementar, em seus artigos 71 a 74 define e impõe condições para a instituição de “fundo especial”. ADInMC nº 1.726-DF, rel.Min.Maurício Correa, 16-9-98, Informativo nº 123.”

III – Das Considerações Finais

75.0) À guisa de ilação, penso que o referido projeto de lei, oriundo de iniciativa popular, não encontra nenhum óbice constitucional, estando, portanto, livre das máculas anteriormente mencionadas (vício de iniciativa por ofensa às matérias reservadas ao Presidente da República), tudo, conforme as razões jurídicas expostas neste parecer.

Essas, portanto, Sr. Subchefe, eram as considerações que tinha para fazer em relação ao argumento de vício de iniciativa do referido projeto de lei, esperando, por fim, que as mesmas possam ser úteis ao Senado Federal, independentemente da posição que venha ser adotada por aquela digníssima Casa.

Sendo de nossa atribuição sugerir, é o parecer.

Á apreciação superior

Brasília, 22 de fevereiro de 2005. – **Ubergue Ribeiro Júnior**, Assessor Técnico.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 36 DE 2004

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 11/05/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

| | |
|---|------------------------------|
| PRESIDENTE : | |
| RELATOR: | Senador Marcelo Crivella |
| BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB) | |
| ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE) | 1-ROMEU TUMA |
| CÉSAR BORGES | 2-MARIA DO CARMO ALVES |
| DEMÓSTENES TORRES | 3-JOSÉ AGRIPINO |
| EDISON LOBÃO | 4-JORGE BORNHAUSEN |
| JOSÉ JORGE | 5-RODOLPHO TOURINHO |
| ALMEIDA LIMA | 6- TASSO JEREISSATI |
| ÁLVARO DIAS | 7-EDUARDO AZEREDO |
| ARTHUR VIRGÍLIO | 8-LEONEL PAVAN |
| JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) * | 9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR(*) |
| BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| ALOIZIO MERCADANTE | 1-DELCIDIO AMARAL |
| EDUARDO SUPLICY | 2- PAULO PAIM |
| FERNANDO BEZERRA | 3-SÉRGIO ZAMBIASI |
| MAGNO MALTA | 4-JOÃO CAPIBERIBE |
| IDELI SALVATTI | 5-SIBÁ MACHADO |
| ANTONIO CARLOS VALADARES | 6-MOZARILDO CAVALCANTI |
| SERYS SLHESARENKO | 7-MARCELO CRIVELLA (RELATOR) |
| PMDB | |
| RAMEZ TEBET | 1-NEY SUASSUNA |
| JOÃO BATISTA MOTTA | 2-LUIZ OTÁVIO |
| JOSÉ MARANHÃO | 3-SÉRGIO CABRAL |
| MAGUITO VILELA | 4-GERSON CAMATA |
| AMIR LANDO | 5-LEOMAR QUINTANILHA |
| PEDRO SIMON | 6-GARIBALDI ALVES FILHO |
| PDT | |
| JEFFERSON PÉRES | 1-OSMAR DIAS |

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

Atualizada em: 04/05/2005

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer é favorável.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho, Relator designado em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos, para proferir parecer sobre a matéria.

PARECER Nº 679, DE 2005

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aprovado pela Câmara dos Deputados, nos termos da emenda substitutiva de plenário da Comissão de Desenvolvimento Urbano, modificada pelas emendas de plenário dos Deputados Dimas Ramalho e José Carlos Aleluia, este projeto, originário da iniciativa popular, nos termos do art. 61, §2º da Constituição, *cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e o seu conselho Gestor, conforme assim dispõem os seus artigos:*

Art. 1º enuncia o objeto e o âmbito de aplicação da lei;

Arts. 2º a 4º enumeram os objetivos, princípios e as diretrizes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS);

Art. 5º identifica os órgãos e entidades que integram o SNHIS;

Art. 6º relaciona os recursos do SNHIS;

Arts. 7º e 8º criam o FNHIS e prevêm suas fontes de recursos;

E ainda os demais artigos citados no parecer, que já foi distribuído a todas as Sr^{as} e Srs. Senadores.

No que diz respeito aos aspectos de constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004, não nos aprofundaremos, visto que o Parecer do Senador Marcelo Crivella, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, já os trata com muita propriedade. Apenas ratificamos não encontrar qualquer óbice à aprovação da proposição quanto a esses aspectos.

Convém destacar, Sr. Presidente, que esse foi o primeiro projeto de lei de iniciativa popular a ser apresentado no Legislativo Federal, após a garantia da prerrogativa da iniciativa popular de leis pela Constituição de 88. Após uma longa tramitação na Câmara dos Deputados, onde foi apreciado por todas as comissões de mérito competentes, foi aprovado, mediante substitutivo, em 3 de junho de 2004.

O texto aprovado foi resultado de um consenso no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados, mediante ajustes em pro-

posta sugerida no Poder Executivo, após ouvir lideranças populares de todo o País, destacando-se a União Nacional por Moradia Popular, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia, a Confederação Nacional das Associações de Moradia, a Central de Movimentos Populares, o Fórum Nacional de Reforma Urbana, o Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de Habitação, a Associação Brasileira de Cohabs e a Câmara Brasileira da Indústria da Construção.

Como se vê, Senador Ney Suassuna, o que há é um amplo consenso, inclusive no âmbito das associações que congregam os movimentos em defesa da habitação popular. Daí por que nos sentimos em uma posição muito confortável para dizer que a trajetória da política habitacional do País tem sido marcada por mudanças na concepção e no modelo de intervenção do poder público no setor. Essa intervenção ainda não logrou êxito, especialmente no que se refere ao equacionamento do problema da moradia para a população de baixa renda. A Fundação da Casa Popular, primeira política nacional de habitação, criada em 1946, revelou-se, Sr. Presidente, ineficaz devido à falta de recursos e às regras de financiamento estabelecidas.

O modelo de política habitacional implementado a partir de 1964 pelo BNH teve como mérito a criação de um sistema de financiamento que permitiu a captação de recursos específicos e subsidiados, o FGTS e o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, que chegaram a atingir um montante bastante significativo para o investimento habitacional.

Considerando a dimensão do déficit habitacional brasileiro, o FNHIS, na forma em que está sendo constituído, não parece ser robusto o suficiente para resolver o problema. Contudo, o projeto de lei define esse Fundo como uma das três fontes de recursos para o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, juntamente com o FGTS e o FAT, sendo este último mais voltado para a classe média.

Outra inovação importante do PLC nº 36/2004, em relação à proposição original, é a ênfase da integração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, que deverão constituir fundos, para unir recursos do FNHIS com os seus e, eventualmente, outros de natureza onerosa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, voltamos toda a nossa atenção, as nossas expectativas, as nossas esperanças para essa iniciativa popular, consagrada hoje. Merece destaque a preocupação em definir as espécies de benefícios e subsídios financeiros a serem concedidos, bem como as diretrizes na sua concessão e o foco nas famílias de mais baixa renda, especialmente as chefiadas por mulheres, idosos e deficientes.

Tendo em vista o exposto e observando a relevância e a simbologia dessa proposição de iniciativa popular, consideramos de grande importância a aprovação do PLC nº 36/2004.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004, de iniciativa popular, adotadas as seguintes emendas de redação.

EMENDA DE REDAÇÃO Nº 1

Dê-se ao inciso II do art. 8º do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004, a seguinte redação:

II – outros fundos ou programas que vierem a ser incorporados ao FNHIS;

EMENDA DE REDAÇÃO Nº 2

Dê-se ao § 4º do art. 12 do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004, a seguinte redação:

§ 4º O Conselho Gestor do FNHIS poderá dispensar municípios específicos do cumprimento dos requisitos de que tratam os incisos I e II do **caput** deste artigo, em razão de características territoriais, econômicas, sociais ou demográficas.

EMENDA DE REDAÇÃO Nº 3

Dê-se ao inciso VI do § 1º do art. 23 do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004, a seguinte redação:

VI – para efeito do disposto nos incisos I a IV do **caput** deste artigo, especificamente para concessões de empréstimos e, quando houver, lavratura de escritura pública, os contratos celebrados e os registros cartorários deverão constar, preferencialmente, no nome da mulher.

EMENDA DE REDAÇÃO Nº 4

Dê-se ao art. 24 do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004, a seguinte redação:

Art. 24. É facultada ao Ministério das Cidades a aplicação direta dos recursos do FNHIS até que se cumpram as condições previstas no art. 12 desta lei.

Sr. Presidente, nosso parecer é favorável.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº , DE 2005

Em Substituição à Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (PL nº 2.710, de 1992, na origem), que dispõe sobre o

Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS), cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor.

Relator: Senador **Garibaldi Alves Filho**

I – Relatório

Aprovado pela Câmara dos Deputados, nos termos da emenda substitutiva de plenário da Comissão de Desenvolvimento Urbano, modificada pelas emendas de plenário dos Deputados Dimas Ramalho e José Carlos Aleluia, este projeto, originário da iniciativa popular, nos termos do art. 61 § 2º da Constituição, *cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e o seu Conselho Gestor, conforme assim dispõem os seus artigos:*

- Art. 1º enuncia o objeto e o âmbito de aplicação da lei;
- Arts. 2º a 4º enumeram os objetivos, os princípios e as diretrizes do SNHIS;
- Art. 5º identifica os órgãos e entidades que integram o SNHIS;
- Art. 6º relaciona os recursos do SNHIS;
- Art. 7º e 8º criam o FNHIS e prevêm suas fontes de recursos;
- Arts. 9º e 10º criam o Conselho Gestor do FNHIS e dispõem sobre sua organização, vinculando-o ao Poder Executivo
- Arts. 11 a 13 disciplinam as formas de utilização dos recursos do FNHIS, inclusive estipulando as condições para repasse aos Estados, Municípios e Distrito Federal;
- Ar. 14 prevê atribuições do Ministério das Cidades, no âmbito do SNHIS;
- Ar 15 prevê as competências do Conselho Gestor do FNHIS;
- Ar. 16 prevê as competências da Caixa Econômica Federal, na qualidade de operador do FNHIS;
- Arts. 17 a 21 estipulam as formas de atuação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando tais entes aderirem ao SNHIS, em especial por meio dos conselhos que forem criados no âmbito desses entes, com a função de fixar critérios para a priorização de linhas de ação, alocação de recursos e atendimento dos beneficiários dos programas habitacionais;
- Arts. 22 e 23 dispõem sobre as espécies de benefícios e subsídios financeiros a serem concedidos com o objetivo de garantir à população o acesso à moradia, bem como sobre as diretrizes a serem observadas na concessão de tais benefícios; e

- Arts. 24 a 26 tratam de disposições gerais, transitórias e finais.

A Justificação ressalta que a proposição original, PL nº 2.710/92, foi fruto de uma ampla discussão dentro dos movimentos populares que lutam por moradia e melhores condições de vida. Ressalta também que após a derrocada do modelo do Banco Nacional de Habitação – BNH, não surgiu nenhuma outra proposta que representasse uma alternativa viável para o equacionamento do problema.

A proposição foi também distribuída para as Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania.

II – Análise

No que diz respeito aos aspectos de constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004, não nos aprofundaremos, visto que o Parecer do Senador Marcelo Crivella, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, já os trata com muita propriedade. Apenas ratificamos não encontrar qualquer óbice à aprovação da proposição quanto a esses aspectos. No tocante à técnica legislativa, propomos quatro pequenos reparos – art. 8º, inciso II, art. 12 § 4º, art. 23, § 1º, inciso VI e art. 24, por meio de emendas de redação.

Convém destacar que este foi o primeiro projeto de lei de iniciativa popular a ser apresentado no Legislativo federal após a garantia da prerrogativa da iniciativa popular de leis pela Constituição de 88. Após, uma longa tramitação na Câmara dos Deputados, onde foi apreciado por todas as comissões de mérito competentes, foi aprovado, mediante substitutivo, em 3 de junho de 2004.

O texto aprovado foi resultado de um consenso no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados, mediante ajustes em proposta sugerida pelo Poder Executivo, após ouvir lideranças populares de todo o País, destacando-se a União Nacional por Moradia Popular, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia, a Confederação Nacional das Associações de Moradia, a Central de Movimentos Populares, o Fórum Nacional de Reforma Urbana, o Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de Habitação, a Associação Brasileira de COHAB e a Câmara Brasileira da Indústria da Construção. O resultado desse processo traz consigo, portanto, a legitimidade das mais expressivas lideranças do setor e a sua aprovação consagrará os esforços de um milhão e cem mil brasileiros que apuseram a sua assinatura naquela que está prestes a ser a primeira lei de autoria popular.

A dívida social acumulada no Brasil em relação à carência habitacional impressiona: de acordo com Ministério das Cidades, são mais de sete milhões de famílias que precisam de moradias novas, além de 10 milhões de domicílios com problemas de infra-estrutura básica. As desigualdades sociais e a concentração de renda, características da sociedade brasileira, se manifestam fisicamente nos espaços segregados das nossas cidades. Nelas, as carências habitacionais constituem, talvez, o maior problema: a falta de moradia digna para população mais carente, que responde por 92% do déficit habitacional brasileiro. Para enfrentar esse quadro, é preciso não apenas recursos financeiros, mas também planejamento e vontade política. Não será em um ano que o Estado pagará uma dívida acumulada ao longo de décadas. Todavia, a sociedade não está disposta a continuar esperando eternamente por uma política pública eficaz.

A trajetória da política habitacional no País tem sido marcada por mudanças na concepção e no modelo de intervenção do poder público no setor que ainda não logrou êxito, especialmente no que se refere ao equacionamento do problema da moradia para a população de baixa renda. A Fundação da Casa Popular, primeira política nacional de habitação, criada em 1946, revelou-se ineficaz devido à falta de recursos e às regras de financiamento estabelecidas.

O modelo de política habitacional implementado a partir de 1964, pelo BNH, teve como mérito a criação de um sistema de financiamento que permitiu a captação de recursos específicos e subsidiados, o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) e o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), que chegaram a atingir um montante bastante significativo para o investimento habitacional; e a criação de uma rede de agências, nos estados da federação, responsáveis pela operação direta das políticas habitacionais. No entanto, o modelo mostrou-se incapaz em atender à população de mais baixa renda, objetivo principal que havia justificado a sua criação. Outros problemas importantes foram o forte grau de centralização e uniformização das soluções no território nacional e a desarticulação entre as ações dos órgãos responsáveis pela construção das casas populares e os encarregados dos serviços urbanos, bem como a construção de grandes conjuntos como forma de baratear o custo das moradias, geralmente feitos em locais distantes e sem infra-estrutura. O processo inflacionário, comprometeu definitivamente este modelo, baseado no financiamento em longo prazo, cominando com a extinção do BNH em 1986.

Com a Constituição de 1988 e a reforma do Estado, o processo de descentralização, um dos pontos

principais do modelo proposto, ganha base para se efetivar. Dentro do processo de descentralização se estabelece uma redefinição de competências, passando a ser atribuição dos estados e municípios a gestão dos programas sociais, e dentre eles o de habitação, seja por iniciativa própria, seja por adesão a algum programa proposto por outro nível de governo, seja por imposição Constitucional.

No período que se seguiu, o governo federal manteve um sistema centralizado, com linhas de crédito sob seu controle, sem uma política definida para incentivar e articular as ações dos estados e municípios no setor de habitação. O que se observa nesse período é a desarticulação institucional e até mesmo a extinção de várias Companhias de Habitação (COHAB) estaduais e a dependência quase completa dos recursos federais pelos governos para o enfrentamento dos problemas habitacionais, verificando-se, inclusive, quase ou nenhuma priorização por parte de muitos estados à questão habitacional. Além disso, foi imposta significativa restrição ao financiamento do setor público para a realização de empréstimos habitacionais, seja pela restrição dos aportes de recursos do Orçamento Geral da União (OGU), seja pelo impedimento da utilização dos recursos FGTS para esse fim.

Atualmente, o grande desafio é conseguir romper esta inércia e estabelecer uma nova política que viabilize o atendimento às famílias de mais baixa renda. Entretanto, a tarefa de conseguir recursos subsidiados para misturar com os recursos onerosos existentes é fundamental para garantir este atendimento. Uma atividade difícil diante das limitações de investimento que a nova ordem mundial impõe aos países em desenvolvimento. Com base nas diretrizes retiradas na Conferência Nacional das Cidades, estão sendo discutidas, no Conselho das Cidades, novas políticas e um novo sistema nacional de habitação. O Governo Federal está trabalhando em duas vertentes: retomar o planejamento do setor, dando condições institucionais para sua gestão, e garantir mais recursos para habitação em geral, focando os programas na população de baixa renda. Por isso, o Ministério das Cidades elegeu como prioridade absoluta, no âmbito da política habitacional, a destinação dos programas de subsídios para a produção, a aquisição e a melhoria de moradias, em benefício das famílias que ganham até três salários mínimos.

Nesse sentido, o substitutivo na Câmara dos Deputados institui o SNHIS, em sintonia com as ações do Governo, como instrumento maior de planejamento e implementação de uma nova política habitacional. Este sistema aglutina todos os agentes públicos e

privados que atuam em ações de habitação de interesse social.

Outra mudança de grande relevância do substitutivo da Câmara em relação ao projeto original é no tocante às fontes de recursos. Originalmente estavam previstos como recursos do FNHIS: dotações orçamentárias da União, contribuições, doações, recursos advindos de convênios e financiamentos de organismos internacionais de cooperação, 60% de aplicações dos recursos do FGTS; 20% da receita bruta das loterias; pagamentos e retornos referentes a

Financiamentos, convênios e outros contratos; contribuições dedutíveis do imposto de renda a pagar por pessoas físicas e jurídicas, até o limite de 1% deste; e rendas provenientes da aplicação de seu patrimônio. O PLC nº 36/2004 retirou do FNHIS os recursos do FGTS, visto que a transferência compulsória destes recursos, que são privados, além de ser de constitucionalidade duvidosa, não se mostra como o meio mais adequado para focar a aplicação dos recursos daquele fundo na população de renda mais baixa. Também foi retirada a vinculação de receitas tributárias e de recursos provenientes de renúncia fiscal ao FNHIS. Por outro lado, foram incluídos na sua constituição os recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS).

No tocante à administração do patrimônio do FNHIS, o PLC nº 36/2004, embora superficial, trata o tema melhor que a proposição original, deixando claro que não apenas as receitas operacionais, mas também as patrimoniais constituem receitas do fundo. O fundo será gerido pela Caixa Econômica Federal. Contudo, não há critérios sobre a aplicação dos recursos patrimoniais nem sobre a remuneração de dotações orçamentárias até a sua aplicação. Embora considere que estes pontos sejam objeto de lei, conforme se verifica em relação ao Fundo de Amparo ao Trabalhador FAT, fundo público que mais se assemelha ao FNHIS, entendo que, neste primeiro momento, é oportuno que o Poder Executivo tenha mais flexibilidade para definir a implementação do fundo.

Considerando a dimensão do déficit habitacional brasileiro, o FNHIS, na forma que está sendo constituído, não parece ser robusto o suficiente para resolver o problema. Contudo, o projeto de lei define este fundo como uma das três fontes de recursos para o sistema nacional de habitação de interesse social, juntamente com o FGTS e FAT, sendo este último mais voltado para a classe média. Levando em conta a confortável situação financeira do FGTS, entendo que esse fundo terá um papel importante para, juntamente com o FNHIS, viabilizar uma política habitacional efetiva. Isto,

todavia, não inviabiliza esforços para dotar, no futuro, o fundo público de mais recursos fiscais.

Outra inovação importante do PL nº 36/2004, em relação à proposição original, é a ênfase na integração com os estados, o Distrito Federal e os municípios, que deverão constituir fundos para unir recursos do FNHIS com os seus e, eventualmente, outros de natureza onerosa. Além disso, deverão aderir ao SNHIS, com o objetivo de garantir uma política descentralizada, porém articulada. Também merece destaque a preocupação em definir as espécies de benefícios e subsídios financeiros a serem concedidos, bem como as diretrizes na sua concessão e o foco em família de mais baixa renda, especialmente as chefiadas por mulheres, idosos e deficientes.

Tendo em vista o exposto e considerando relevância e a simbologia desta proposição de iniciativa popular, consideramos de grande importância a aprovação do PLC nº 36/2004.

III – Voto

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004, de iniciativa popular, adotadas as seguintes emendas de redação.

EMENDA DE REDAÇÃO Nº 1

Dê-se ao inciso II, do art.8º, do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004, a seguinte redação:

II – outros fundos ou programas que vierem incorporados ao FNHIS;

EMENDA DE REDAÇÃO Nº 2

Dê-se ao § 4º, do art. 12, do Projeto de Lei da Câmara 36, de 2004, a seguinte redação:

§ 4º Conselho Gestor do FNHIS poderá dispensar municípios específicos do cumprimento dos requisitos de que tratam os incisos I e II do **caput** deste artigo, em razão de características territoriais, econômicas, sociais ou demográficas.

EMENDA DE REDAÇÃO Nº 3

Dê-se ao inciso VI, do § 1º art. 23, do Projeto de Lei nº 36, de 2004, a seguinte redação:

VI – para efeito do disposto nos incisos I à IV do **caput** deste artigo, especificamente para concessões de empréstimos e, quando houver, lavratura de escritura pública, os contratos celebrados e os registros cartorários deverão constar, preferencialmente, no nome da mulher.

EMENDA DE REDAÇÃO Nº 4

Dê-se ao art. 24, do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004, a seguinte redação:

Art. 24. É facultada ao Ministério das Cidades a aplicação direta dos recursos do FNHIS até que se cumpram as condições previstas no art. 12 desta lei.

Sala das Sessões, 24 maio de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer do Senador Garibaldi Alves Filho é favorável e apresenta quatro emendas de redação.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti, Relatora designada em substituição à Comissão de Assuntos Sociais, para proferir parecer sobre a matéria.

PARECER Nº 680, DE 2005

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, saúdo o Plenário pela consecução do acordo, para que pudéssemos votar esse importante projeto.

O projeto é fortemente marcado pela cidadania, porque é fruto da iniciativa popular. Mais de um 1,2 milhão de pessoas em todo o País o assinaram, para que pudesse tramitar no Congresso Nacional. Esperamos que, após a votação, seja transformado em lei que institua efetivamente o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. Trata-se de habitação para pessoas de mais baixa renda, faixa em que se encontra o maior número de famílias que não têm onde morar, que não têm casa própria. Oitenta e quatro por cento do déficit habitacional concentra-se em famílias com renda de até três salários mínimos.

Esse projeto, que institui o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, tem duas marcas de cidadania. Oriundo da população brasileira, o segundo que teremos condição de aprovar no Congresso Nacional, diz respeito ao direito, legítimo, inequívoco e inalienável, de todo e qualquer ser humano ter um local digno para morar.

Por isso, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004, com apenas duas emendas de redação.

A primeira dá à ementa do projeto a seguinte redação: “Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SHHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS – e institui o Conselho Gestor do FNHIS”.

A segunda dá ao art. 24 a redação que se segue: “É facultada ao Ministério das Cidades a aplicação di-

reta dos recursos do FNHIS, até que se cumpram as condições previstas no art 12 desta lei”.

Dessa forma, Sr. Presidente, mais uma vez, saúdo os Srs. Senadores pelo consenso que permitiu que, nesta noite de terça-feira, realizássemos votações importantes, como a que criou o Conselho Nacional de Justiça e esta que institui o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, exatamente para atender 84% da população brasileira que ainda não tem habitação, direito consagrado legalmente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer da Senadora Ideli Salvatti é favorável ao projeto, nos termos do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Já darei a palavra a V. Ex^a.

A Presidência esclarece ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

Em discussão o projeto e as emendas, em turno único.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero saber sobre a marcação de presença para a sessão do Congresso de amanhã. Será aqui ou no plenário da Câmara dos Deputados?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Será no plenário da Câmara.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – A sessão. E a marcação de presença?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os Srs. Senadores poderão registrar presença tanto aqui quanto lá, se houver pedido de verificação. A presença registrada aqui também valerá para efeito de quórum da sessão do Congresso Nacional.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, de forma muito breve, registrarei este momento.

Trata-se do primeiro projeto de iniciativa popular apresentado desde que a Constituinte de 1986, concluída em 1988, estabeleceu uma mudança de concepção no que se refere à soberania popular.

As Constituições anteriores definiam que “todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido”. A Constituição de 88 estabeleceu que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. Assim consolidou, no art. 14, a iniciativa popular e o referendo e, no art. 61, § 2º, a forma como será exercida a iniciativa popular: o projeto de lei deve ser subscrito por um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

Portanto, foi um grande esforço para o Movimento de Moradia coletar mais de um milhão de assinaturas para poder apresentar essa proposta, que tramita há mais de uma década. Hoje, estamos concluindo a votação desse projeto que constitui o Fundo Nacional de Moradia e que institui um conselho gestor, com a participação da sociedade civil. É uma forma de se consolidarem todos os recursos para o financiamento da moradia popular e de haver o controle da sociedade na gestão, no acompanhamento e na definição de prioridades. Por conseguinte, esse é um projeto que democratiza e impulsiona o esforço da moradia popular, que é uma grande demanda da nossa sociedade.

Tivemos um acalorado debate na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania porque, ao constituir um fundo e um conselho gestor, a matéria gerou uma discussão sobre a sua constitucionalidade, porque essas iniciativas são prerrogativas do Poder Executivo. No entanto, a Lei Almino Afonso, a Lei nº 9.709, de 1998, estabelece que “o projeto de lei de iniciativa popular não poderá ser rejeitado por vício de forma, cabendo à Câmara dos Deputados, por seu órgão competente, providenciar a correção de eventuais impropriedades de técnica legislativa ou de redação”.

A Câmara dos Deputados entendeu que, como se tratava de uma iniciativa popular, ela não precisaria estar limitada aos mecanismos de pesos e contrapesos que existem na Constituição Federal brasileira, na independência dos poderes e no equilíbrio harmonioso dos poderes. Entendeu, portanto, que a iniciativa popular poderia, sim, estabelecer esses mecanismos de constituição de um órgão gestor e de um fundo que, evidentemente, dependerá, posteriormente, dos procedimentos que o Poder Executivo venha a tomar.

O Ministro Olívio Dutra tem compromisso com a proposta, com a constituição do fundo e com a constituição do conselho gestor.

Creio que houve hoje uma grande vitória do Movimento Popular de Moradia. Um parecer de vários juristas de renome defende exatamente a constitucionalidade desse mecanismo. Assinam Fábio Konder Comparato, Oscar Vilhena Vieira, o Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, Jacques Távora Alfonsin, Antônio Carlos Malheiros, Nelson Saule Júnior, Edésio Fernandes, Liana Portilho, Betania Alfonsin, Otavio Freire, Pedro Estevam Serrano, Marcelo Figueiredo, Carlos Ari Sundfeld, que dão a fundamentação jurídica, assegurando que esse mecanismo é constitucional.

Parabenizo o Senado pela conclusão dos trabalhos de hoje. Foram 14 anos de luta para chegar à aprovação desse projeto. Espero que essa iniciativa inspire outros setores da nossa sociedade a seguirem o mesmo caminho: proponham iniciativas populares, mobilizem-se, pautem o Congresso Nacional com temas de interesse do povo brasileiro. É uma nova possibilidade no processo legislativo de interação entre a sociedade e o Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Continua em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, aos Senadores Marcelo Crivella e Delcídio Amaral, e às Senadoras Heloísa Helena e Lúcia Vânia.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, cumprimento a todos os componentes do Movimento pela Moradia no Brasil inteiro que, por meio dessa iniciativa popular, conseguiram mobilizar a sociedade brasileira para persuadir o Congresso Nacional a levar em consideração que essa é uma medida que leva em conta o que está previsto na Constituição, ou seja, que, quando há um número de mais de um milhão de assinaturas da população brasileira, isso vale tanto ou mais até que a iniciativa de um Parlamentar, de um Senador, ou Deputado Federal. Assim foi por nós todos considerado.

Dessa maneira, cumprimento a todo o Senado Federal por ter aprovado a iniciativa do Movimento Nacional de Luta por Moradia e de todos aqueles que tanto se empenharam. É também uma vitória daqueles representados por Fábio Konder Comparato, todos aqueles que assinaram o parecer citado pelo Senador Aloizio Mercadante, porque são os que tanto têm batalhado por instrumentos de aperfeiçoamento da democracia, que são não apenas as eleições, mas também o referendo popular, o plebiscito e as iniciativas populares.

Meus cumprimentos a todos que se empenharam por isso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Suplicy.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Constituição – e me dizia com muita sabedoria o Senador Demóstenes Torres – estabelece, na verdade, a exigência de 1% dos eleitores do País, distribuídos em pelo menos cinco Estados da Federação, para que se possa viabilizar a figura do projeto de iniciativa popular. Ou seja, custou muito sacrifício aos que pensam, de fora do Parlamento, a elaboração desse projeto tão relevante que o Senado vota neste momento.

Ressalto aqui o papel desempenhado, em sessões anteriores, pela Senadora Heloísa Helena, que insistiu na tese de que se poderia votar. Foi meritório. E terminamos votando, tal como S. Ex^a pregava.

Sr. Presidente, vemos, de um lado, a carência por habitação popular, por cidadania e, de outro, essa crise moral terrível. Ainda há pouco, lia, nos jornais **on-line**, o Sr. Maurício Marinho depondo e, antes de – quem sabe – inocentar todo mundo, declarar que os R\$3 mil, da propina, ele os teria recebido a título de consultoria que teria prestado aos empresários, e que ele estava endereçando esse dinheiro para uma instituição religiosa.

Fico pasmo porque, em uma ponta, Senadora Heloísa Helena, a vontade é de rir; na outra, quando percebemos a carência de casas populares, a vontade é de chorar. Então, como não é para rir nem para chorar, é pura e simplesmente para se ressaltar como temos de maximizar os tostões brasileiros, os reais brasileiros, os centavos brasileiros na confecção de políticas públicas que melhorem a vida dos brasileiros, que melhorem a vida de nossos cidadãos, que melhorem a vida daqueles que demandam ação por parte do Estado.

Claro que toda política pública depende de vontade política, de capacidade e competência técnica por parte dos executores, mas é um princípio significativo, um princípio elogiável termos nesse projeto, segundo me informou o Senador Ney Suassuna, mais de 1 milhão e 200 mil pessoas perfiladas, tendo assinado o requerimento e estão ansiosas para ver, num Congresso de tantas medidas provisórias, neste Senado violentado por tantas medidas desnecessárias com que o Governo entulha a nossa pauta de legislação, a possibilidade de também legislar sobre um tema nevrálgico, importante e relevante, como o da habitação popular.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com muita honra, Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Desculpe-me, mas gostaria de cumprimentar V. Ex^a por trazer um fio

de algo que nos faz amargar, que é o indício forte de corrupção e a grande atenção, Senadora Heloísa Helena, para as necessidades do povo. Por que eu digo isso? Como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, o então Senador Mauro Miranda apresentou um projeto – eu não poderia deixar de homenageá-lo, Senador José Agripino, por tê-lo feito – que inclui no art. 5º da Constituição, que são os direitos individuais, o direito ao teto, à propriedade. Nesta hora em que a própria população faz um projeto popular, e nós criamos a Comissão a que V. Exª me deu a honra de pertencer, de Direitos Humanos e Legislação Participativa, não apreciamos esse projeto, porque é anterior. Mas, sem dúvida alguma, os projetos vindouros serão apreciados por esta Comissão. Cumprimento V. Exª. Espero que ele encaminhe os três mil para tentar, pelo menos, comprar uns tijolinhos para fazer uma casa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida, Senador Romeu Tuma, V. Exª lembra, com muita propriedade, o Senador Mauro Miranda e o seu mérito na hora de se pensar a questão social. E fala com a ironia merecida sobre esse cinismo, levando em conta que nós sabemos que a drenagem que a corrupção faz de recursos brasileiros é responsável por prostituição infantil, por prostituição adulta, uma outra chaga, é responsável por crianças abandonadas nas ruas e pela criminalidade que termina assolando e ameaçando a existência das pessoas de vida bem resolvida.

Em um País de renda tão desigualmente distribuída, não há como alguém se dizer feliz. Não há como alguém se dizer feliz dentro de um carro blindado, até porque tem de entrar e sair dele. Ao entrar e sair de um carro blindado, a pessoa se expõe aos que resolvem, pela via da ilegalidade e do desespero, o seu problema pessoal da pior maneira, com o uso de drogas e armas.

Por tudo isso, sinto que um País como o Brasil – e infelizmente essa é a realidade – não deveria, assim como outros países de desenvolvimento ainda restrito, ter o direito de desperdiçar qualquer tostão do pouco que tem para investimento nessas políticas públicas.

A corrupção é terrível e tem, além do aspecto moral, o prático. Ao se locupletar, o corrupto está tirando a casa de quem sonhava com ela; está tirando o emprego de quem não o tem, está tirando a educação de quem não a tem e, sem essa ferramenta, não consegue pensar em galgar espaço mais digno na vida.

Em outras palavras, ao olharmos a figura da corrupção, temos de tratá-la com o rigor das leis e da educação, do preparo das novas gerações, até porque algumas já estão mais do que perdidas. Devemos observar os dois aspectos: não se trata de alguém se horrorizar porque fulano de tal é desonesto, mas porque

ele é desonesto e porque a sua desonestidade custa a miséria de pessoas que não têm tido chance alguma de se colocar ou se posicionar na vida.

Portanto, Sr Presidente, é com alegria que o PSDB se declara a favor desse projeto, sobretudo pelo mérito, mas, sem dúvida, muito motivado pelo fato, Senador Ney Suassuna, de a iniciativa popular encontrar espaço para legislar e aqui, nesse momento, em caráter terminativo, no Congresso Nacional, no Senado da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Se o Senador Marcelo Crivella quiser falar antes de mim, concordo, porque S. Exª se esforçou tanto em relação a esse projeto.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Após V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Fizemos uma inscrição aqui não pela quantidade de esforço, mas, pela ordem de pedido.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Não vou agüentar a ironia porque minha capacidade de paciência hoje já está esgotada.

Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, primeiro, quero saudar esse projeto de iniciativa popular. Sei o quanto milhares de pessoas espalhadas pelo Brasil se empenharam para a concretização desse projeto. Sei também que alguns projetos que tramitam na Casa, Senador José Agripino, possibilitam a diminuição do número de assinaturas para projetos de origem popular, até porque um milhão de assinaturas não é uma coisa fácil; é algo extremamente difícil de ser concretizado.

Então, é essencial que, cada vez mais, exista a permeabilidade do aparelho do Estado e do Parlamento nacional, para que, cada vez mais, o povo brasileiro participe diretamente da concretização de projetos de lei.

Esse é um projeto extremamente importante, não apenas porque supera a situação de dor, miséria e sofrimento das famílias. É um projeto também essencial porque, ao concretizar a estrutura de um fundo para a habitação e, portanto, criar as possibilidades para que habitações sejam feitas, implica também a dinamização da economia local, a geração de emprego e de renda.

Portanto, habitação popular, assim como outras áreas de infra-estrutura – infelizmente o atual Governo prefere saquear os cofres públicos para compor o superávit ou jogar na lama da especulação a riqueza

nacional –, os investimentos são essenciais pois minimizam a dor, a pobreza, a miséria e o sofrimento de milhares de pessoas deste País. Ao fazer investimentos na construção civil, também estão dinamizando a economia local, gerando emprego e renda.

Então, cumprimento a todos que se envolveram no projeto, de uma forma muito especial o Senador Crivella, que fez um esforço muito grande, inclusive para convencer os Pares de que havia emenda de redação; não havia nenhum problema de constitucionalidade.

Também passei por ataques injustos, inclusive de V. Ex^a, Sr. Presidente, que ficou todo o tempo dizendo que o problema era de constitucionalidade, quando sabíamos que era de redação e que, portanto, podia ser resolvido aqui. Então, estamos todos de parabéns, porque resolvemos esse problema para garantir aquilo que representa não apenas o sonho, o desejo e a aspiração.

Eu sei que esse problema ocorre no Brasil todo, nas favelas do Rio de Janeiro, na periferia da minha Maceió. A cada chuva, Senador Marcelo Crivella, os pais e mães de família ficam na angústia de a chuva derrubar o seu barraco que está preso na encosta. Ontem mesmo, eu estava em Recife, e mais uma senhora com bastante idade morreu porque sua casinha, que estava presa na encosta, caiu. Nas periferias do Brasil todo, no interior de Alagoas e de várias cidades do Brasil, na Paraíba do Senador Ney e em várias outras, onde existem problemas gravíssimos de doença de Chagas, o Governo não libera recursos para que, ao menos, possa ser solucionado um problema tão grave como esse.

É um mecanismo essencial para minimizar a dor e o sofrimento das famílias, sendo um mecanismo econômico igualmente importante, que dinamiza a economia local, gera emprego, gera renda. Mesmo quando é feito regime de mutirão, significa solidariedade para a concretização de um sonho, individual e coletivo. Além disso, qualquer mecanismo que significar moradia popular trará dinamização da economia local, geração de emprego e renda.

Parabéns a todas as entidades do movimento popular, a todas as pessoas que se envolveram na coleta de assinaturas. Muitos de nós, que aqui estamos, tivemos a oportunidade de participar dessa coleta de assinaturas.

Meus cumprimentos a todos, mas de uma forma muito especial ao Senador Marcelo Crivella. Parabéns a V. Ex^a. Reconhecemos o esforço que fez no sentido de convencer esta Casa a não promover uma alteração legislativa que significasse voltar à Câmara. Se isso ocorresse, não saberíamos quando, poderia ser votado.

Parabéns a todos e a V. Ex^a especialmente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Senadora Heloísa Helena, sinceramente, peço desculpas, não pela Mesa, que esteve isenta naquele dia, como estará isenta sempre. Peço desculpas pela exaltação de alguns em razão dos argumentos de V. Ex^a.

Se V. Ex^a considera que estou incluído nessa relação, peço desculpas também.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero me associar aqui aos Senadores que já cumprimentaram o Senador Crivella por esse importante relatório com o que acaba de brindar a esta Casa.

S. Ex^a, sem dúvida alguma, foi o grande articulador, o negociador desse projeto de tão grande interesse popular. Portanto, ao Senador Crivella os nossos cumprimentos. Quero aqui dizer que esse projeto significa muito, tenho certeza, para a sua carreira, uma vez que tem sido um Senador preocupado com as questões sociais e aplicado naquilo que lhe é delegado pelo seu mandato.

Sr. Presidente, também gostaria de homenagear as pessoas que acreditaram na sua força popular e, principalmente, homenagear aqueles que não perderam a esperança mesmo durante esses 14 anos de tramitação do projeto. Esse resultado mostra que vale a pena ter esperança e acreditar.

Quero saudar esse projeto porque, além de ser de iniciativa popular, é completo e se preocupa com a operacionalização do futuro Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. Não é um projeto apenas demagógico para dizer que se criou mais um projeto, mais uma lei, pois tem a preocupação de estabelecer itens que serão responsáveis pela operacionalização e pela centralização de recursos, evitando, dessa forma, a pulverização dos escassos recursos destinados à habitação.

Em nome do meu Estado de Goiás, quero homenagear a Deputada Estadual Isaura Lemes, que tem feito um trabalho muito grande, juntamente com o seu marido, Euler Ivo, voltado à moradia popular com todo esforço e toda dedicação. Quero aproveitar esta oportunidade para reconhecer, pública e nacionalmente, o trabalho desses dois parlamentares que dignificam o Estado de Goiás.

Ademais, o projeto é importante porque institui o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, com o objetivo de viabilizar a todos uma habitação adequada, com equidade, em assentamentos seguros, salubres, habitáveis, sustentáveis e produtivos. Procura também articular, compatibilizar, fiscalizar e apoiar a atuação de instituições e órgãos que desempenham funções no setor de habitação. Caberá à Caixa Econômica Federal a gestão dos financiamentos e o cadastramento dos interessados.

O segundo item importante é que cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social com o objetivo de centralizar recursos para os programas estruturados no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. Serão recursos do FNHIS: recursos do FGTS nas condições estipuladas pelo Conselho Curador; recursos do Orçamento Geral da União; recursos do FAT, nas condições estabelecidas pelo Codefat; resultados das aplicações financeiras; recursos provenientes de retorno das operações realizadas com recursos do Fundo; recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; e contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas. É interessante observar, portanto, que o Fundo é constituído de um conjunto de recursos que vão garantir a aplicabilidade do projeto.

As aplicações do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social deverão ser destinadas a ações que contemplem a aquisição, a construção, a reparação, enfim, pesquisas na área tecnológica e todos os instrumentos que permitam que a moradia popular seja cada dia mais acessível aos setores de baixa renda.

Portanto, quero deixar consignado aqui, mais uma vez, o meu apoio a este projeto e falar da alegria de ver esta Casa, depois de várias sessões tão tumultuadas, aprovar um projeto de tamanho interesse popular.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero dizer que este dia entra também para a história. Não foram poucos os anos em que este projeto tramitou no Congresso Nacional. Não foram poucas as manifestações, as mobilizações de tantas entidades da sociedade civil e de tantas pessoas que lutaram por algo que é um essencial direito: o direito à moradia.

Para nós é motivo de felicidade votar o projeto de criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e a criação do seu Conselho Gestor. Isso significa a possibilidade de participação da sociedade, inclusive prevendo as formas de financiamento. Quero fazer o registro do interesse e da preocupação de garantir o direito à habitação.

Tramita um projeto de minha autoria, do qual o Senador Rodolpho Tourinho é Relator e com quem já conversei bastante. Encaminha-se para um acordo em seu relatório que altera as *royalties* de vários minérios, alguns dos quais estão até aumentando. São minérios bastante lucrativos, verdadeiros *commodities*, como o

ferro. Em compensação, estamos propondo baixar o valor das alíquotas de todos os minérios que compõem a cesta básica para a construção civil, exatamente no interesse de melhorar o acesso da população à moradia digna.

Quero saudar o Congresso Nacional, todos os Senadores e Senadoras, porque sei que esse projeto será aclamado por unanimidade, mas não poderia deixar de registrar os aplausos da sociedade a todas as entidades que tanto lutaram para que isso se transforme hoje, como vai se transformar daqui a pouco, em uma realidade.

Senador Marcelo Crivella, não apenas esse, mas tantos outros projetos passaram tantos anos tramitando nesta Casa. Porém, sabemos que, para serem aprovadas as leis, é preciso maioria, mas também diálogo e, inclusive, com o Governo. Não poderia deixar também de fazer este registro: foi esse diálogo com o Governo que possibilitou que hoje estejamos aprovando essa esperança para milhões de brasileiras e brasileiros. E digo, primeiro, brasileiras porque a quantidade de mulheres chefes de família é cada vez maior, principalmente na faixa da pobreza.

Sinto-me mais feliz ainda por ser mulher e mãe, pois esta será a chance de muitas mulheres e muitas mães terem acesso a uma moradia digna, além, é claro – e aí falo como profissional, como arquiteta –, de termos mais chances de construção de habitação de interesse social.

Sr. Presidente, era essa minha manifestação, parabenizando o Congresso, as entidades, a população e o povo, que soube pressionar para que esse sonho se transformasse em realidade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Maguito Vilela e, em seguida, darei a palavra a todos os inscritos.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sem dúvida nenhuma, hoje foi um dia importantíssimo para o Senado da República. Votamos e consolidamos o Conselho Nacional de Justiça. Votamos, também, os demais nomes que faltavam.

O Senado da República marcou um gol de placa, embora tenha sido feito de bicicleta e com as costas para o gol, no caso do Dr. Alexandre de Moraes. De qualquer forma, foi validado. Creio que prevaleceu o bom senso, o equilíbrio, a sabedoria dos Líderes e, naturalmente, do Presidente do Senado.

Agora, estamos discutindo – e por certo aprovaremos – o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, que cria um fundo para angariar recursos e viabilizar o Sistema. Votarei a favor, como o fiz quando

da apreciação da PEC de autoria do Senador Mauro Miranda, que transformou a moradia em um direito do cidadão, e foi promulgada pelo Congresso Nacional. Ao ensejo, quero prestar minha homenagem ao Senador Mauro Miranda, que despertou o interesse de todos os brasileiros pelo direito à moradia, e hoje criamos esse Sistema.

Congratulo-me com todos os movimentos deste País que têm por finalidade sensibilizar os governantes para a questão da moradia.

Congratulo-me com o Senador Marcelo Crivella, um batalhador incansável, pelo projeto idealizado por S. Ex^a que, por uma questão legal, teve sua autoria transferida para o Poder Executivo. O Senador Marcelo Crivella tem todos os méritos e foi um guerreiro na batalha em favor da aprovação desse Sistema.

De forma que, Sr. Presidente, fico muito feliz. Eu, que presidi a Comissão de Erradicação da Pobreza e da Miséria no Brasil, que criou também um fundo para tal finalidade, estou extremamente feliz com a criação desse Sistema.

Em Goiás, já o adotamos há muito tempo. O PMDB, em Goiás, construiu milhares e milhares de casas populares, inclusive pelo sistema de mutirão, chegando a construir mil casas num único dia. Durante todos os Governos do PMDB, no Estado, construímos milhares e milhares de casas para os menos favorecidos pela sorte.

Sr. Presidente, a exemplo da aprovação do direito à moradia, a exemplo da aprovação do Fundo de Erradicação da Fome e da Pobreza, a exemplo da criação desse Sistema, hoje, eu disse a dois Ministros da importância de se criarem mecanismos capazes de defender os agricultores brasileiros e a agricultura brasileira, que hoje está asfíxiada. Os agricultores estão desesperados com a situação por que passa a nossa agricultura!

Liguei para o Ministro da Agricultura para alertá-lo para o fato de que haverá um grande movimento neste País, que vai assustar aqueles que não estão acreditando nele.

Ontem visitei três cidades do interior de Goiás e me encontrei com milhares de agricultores, muitos dos quais estavam chorando. Inclusive, um gaúcho suicidou-se na minha cidade, Jataí, desesperado com tantas dívidas. Ontem, vi homens e mulheres chorando em uma reunião com mais de mil agricultores na minha cidade.

Externei o ocorrido ao Ministro José Dirceu, com quem estive há poucas horas, dizendo-lhe que o Governo Federal não está levando a sério a agricultura brasileira, que é profundamente preocupante e séria, pois não tem seguro, não tem garantia alguma e enfrentou uma seca violenta, que dizimou lavouras e mais lavouras. Portanto, a situação é realmente muito grave.

Registro, talvez pela enésima vez, desta tribuna, a minha profunda preocupação com a situação da agricul-

tura e dos agricultores brasileiros, que estão desesperados e que, por isso mesmo, farão uma grande marcha a Brasília para fazerem suas reivindicações, já que parece que não está havendo sensibilidade para com seus problemas.

Espero que o Governo Federal dê respostas a essas reivindicações, a esses pleitos que estão dos agricultores brasileiros, e com muita justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Maguito Vilela.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o momento em que apreciamos esse projeto realmente nos causa muita alegria. A vida pública é assim: às vezes, passamos por momentos tão difíceis e, em outras ocasiões, rejubilamo-nos.

O projeto tem duas grandes vitórias. A primeira é que estamos criando um sistema nacional de habitação melhor do que o antigo BNH, que, quando foi extinto, ensejou que as pessoas recolhessem mais de um 1,2 milhão de assinaturas – uma delas a do Presidente Lula – para apresentar esse projeto.

Portanto, vamos criar o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, o Fundo e o seu Conselho Gestor, uma maneira muito inteligente de unir a sociedade, as Prefeituras e os Estados e o Governo Federal. É bom lembrar que agora temos, de acordo com a lei que votamos aqui ainda este ano, a possibilidade de ter um convênio nas esferas municipais, estaduais e federal. Por exemplo, para uma casa popular que custa R\$30 mil, podemos hoje, facilmente, fazer com que a Prefeitura entre com R\$10 mil, o Estado com R\$10 mil e o Governo Federal com R\$10 mil, dividindo os ônus e fazendo muito mais casas para as pessoas. Esse Sistema Nacional de Habitação é espetacular, no mérito.

E há ainda uma outra grande vitória. O art. 61 da Constituição Federal estabelece quais os projetos são de prerrogativa privativa do Presidente da República, e uma delas é apresentar projetos que incorram em despesa para o Erário público. Este é um deles.

Houve uma grande discussão, apaixonada mesmo, pela Senadora Lúcia Vânia, pela Senadora Heloísa Helena, pelo Senador Maguito Vilela, porque, em um determinado momento, encontramos num impasse: se, de um lado, tínhamos um projeto que já tramitava há 13 anos na Câmara dos Deputados, onde foi considerado constitucional; por outro lado, aqui nesta Casa, os Senadores entenderam que não era constitucional e que, se houvesse uma emenda de redação, tornando-o autorizativo, ele teria que voltar à Câmara dos

Deputados. E naquela Casa não se aprovam projetos autorizativos como fazemos aqui, de maneira simbólica, para dar ao Presidente da República condições de executar ou não aquilo que consta no projeto.

Na primeira reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, não conseguimos acordo. Fomos para a segunda reunião, quando houve a mobilização que o Senador Aloizio Mercadante mencionou. Vieram associações populares, advogados, pessoas das camadas mais humildes de nossa sociedade defenderem um sistema que possa dar aos Prefeitos, Governadores e ao próprio Presidente da República, por meio do Ministério das Cidades condições para implementar uma política que faça frente a esse déficit social horroroso e monstruoso que temos hoje em nosso País de seis milhões de moradias.

A Senadora Heloísa Helena citou muito bem o cinturão de comunidades carentes ao redor das capitais brasileiras, sobretudo Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Salvador, onde as favelas crescem e proliferam. Com os salários que as pessoas recebem, hoje não há como construir casas. Os recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, disponibilizados à Caixa Econômica Federal, acabam financiando moradias que têm um rendimento melhor, que têm um mercado melhor, para a classe média. E aqueles projetos de interesse social acabam ficando postergados.

Portanto, Sr. Presidente, a grande vitória também é que o Plenário do Senado Federal entendeu que o povo brasileiro pode propor qualquer projeto, mesmo aqueles que antigamente se achava ser prerrogativa privativa do Presidente da República. Esse foi o grande entendimento, é a grande vitória que a Constituição cidadã dá, hoje, às pessoas que nos assistem pela TV Senado, nos ouvem pela Rádio Senado, que podem reunir assinaturas, desde que preencham os requisitos de 1% do eleitorado nacional – que hoje está em torno 90 milhões de pessoas – e que estejam espalhados em pelo menos um terço dos Estados do território nacional, 5% desses votos, para propor qualquer tipo de projeto.

Entendeu-se que a criatura não é maior que o criador. Ora, o Presidente da República é uma criatura feita pelo criador, que é o povo. Refiro-me à instituição, ao título, ao mandato do Presidente da República, ou do Senador, ou do Governador, ou do Prefeito, ou do Vereador, ou Deputado Estadual, Federal, ou o que for. Ele é uma criatura e o criador, que está acima dele, é o povo. Portanto, o povo não pode ficar restrito na sua iniciativa legislativa em qualquer área que seja prerrogativa privativa de seja lá quem for.

Essa também é uma vitória extraordinária desse projeto, que foi feito a todas as mãos, que foi debatido, que teve a colaboração do PSDB, do PDT, do PTB,

de todos os Partidos que estão representados aqui na Casa e que chega hoje a uma conclusão feliz, quando será votado por unanimidade.

E esse não será mais um daqueles projetos que ficam apenas na intenção. O Ministro das Cidades já revelou o seu desejo em inúmeras ligações e pediu-me que me empenhasse. A sua assessoria técnica visitou o meu gabinete inúmeras vezes, para que ele pudesse ter nas mãos uma ferramenta como essa.

E, logo, vamos ver, em cada cidade do Rio de Janeiro, sobretudo aquelas onde existem muitas comunidades carentes, placas enormes mostrando uma terra rasgada, um projeto de infra-estrutura e muita gente, em mutirão ou não, construindo habitação de interesse social para o nosso povo.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^s e Srs Senadores, temos razão de sobra para nos rejubilar nesta noite.

Para finalizar, eu gostaria de lembrar, Senador José Agripino, que esse projeto tramitou na Câmara dos Deputados por 14 anos e, aqui, nesta Casa, foi aprovado em 35 dias.

Eu acho que isso é razão para celebrarmos e nos alegrarmos, porque um projeto que tramitou por mais de uma década, não tramitou sequer por 45 dias aqui.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Marcelo Crivella, eu gostaria de, em nome da Mesa, cumprimentar V. Ex^a e, ao fazê-lo, estendo os cumprimentos a todas as Sr^{as} e Srs Senadores, porque o Senado, mais uma vez, deu uma demonstração de bom senso, de convergência.

Estamos votando o que há de mais essencial para ser votado, exatamente quando pouca gente esperava que pudéssemos votar.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PT – RJ) – Parabéns a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Não pude estar presente nas votações nominais e quero me justificar. Se estivesse, teria votado favoravelmente aos nomes que foram propostos ao Senado Federal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Constará da ata a manifestação de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna e, logo depois, ao Senador José Agripino.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senado viveu, hoje, uma tarde memorável, quando o bom senso e a boa vontade prevaleceram e todo o Senado está de parabéns. E o fechamento não poderia ser melhor.

Esse projeto dá um fecho de ouro a esta tarde memorável. Trata-se de um projeto que amealhou 1,2 milhão de assinaturas, tramitou na Casa do povo por dez anos e que aqui ficou apenas 45 dias.

Essa iniciativa vai sanar muitos problemas para as famílias, gerando casas; para os desempregados, gerando inúmeros empregos; e para a indústria em geral. Enfim, é um projeto que traz dividendos a toda a sociedade.

Parabenizo o Senador Marcelo Crivella e principalmente os Senadores que tiveram bom senso para contornar os problemas que, num primeiro momento, pareciam insolúveis.

Encerro, dizendo que votamos com muita satisfação esse projeto, que representa um fecho de ouro nesta tarde memorável no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Ney Suassuna.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino. Em seguida, inscrevo também os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim – o Senador Antonio Carlos Valadares já está inscrito –, e Pedro Simon.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje foi um dia especial no Senado, porque estamos acabando de aprovar dois projetos muito importantes. Um trata do Conselho Nacional de Justiça e o outro cria o Fundo de Habitação e o Conselho que vai geri-lo.

Começamos hoje o dia, Senadora Heloísa Helena, sob a égide da divergência. Nós nos alternamos na tribuna entre oradores do Governo e da Oposição, digladiando-nos, cada qual defendendo o seu ponto de vista. Nós, procurando segurar a bandeira do combate à corrupção; o Governo, justificando as suas atitudes. E evoluímos para um tema muito delicado, porque, mais do que tudo, a sessão de hoje foi, Senadora Heloísa Helena, marcada pela coragem política. Não foi uma sessão qualquer. Foi uma sessão marcada pela coragem política. Por quê? Hoje, nasceu o Conselho Nacional de Justiça, um órgão novo que vai, para a sociedade, fiscalizar os atos de juízes que porventura não procedam no campo da ética.

Todo órgão colegiado – é normal, de se esperar – possui pessoas corretas e incorretas. A classe política, o Congresso, é vigiado pela imprensa, nós nos autoflagelamos, cassamos Deputados e Senadores. Quando

o Poder Executivo erra, tome CPI em cima dele, como agora. Mas o Poder Judiciário não havia nenhum órgão que se atrevesse a fiscalizá-lo. Pois nasceu esse órgão que vai se atrever a fiscalizar a Justiça.

Eu suponho, Senador Tuma, que sejam muito poucos os casos de juízes que faltem com a ética, mas eles existem. O juiz Nicolau está aí para contar a história, o juiz Rocha Mattos está aí para continuar contando a história. E é preciso que exista um instrumento ágil de fiscalização, até para que se impeça a ação do mau juiz. Só que iríamos produzir, operar a gestão do Conselho de forma capenga, porque um dos integrantes – exatamente aquele que foi votado democraticamente pela Câmara dos Deputados –, num equívoco político, foi recusado pelo Senado. Não que ele tenha sido derrotado, ele obteve 39 votos contra 16 votos. Não atingiu o quórum. Os próprios responsáveis pela sua recusa arrependem-se e colocaram as mãos na cabeça. Nós interrompemos o processo de votação, entramos em processo de negociação; negociação que exigiu coragem política, porque eu não sei qual será amanhã a interpretação daqueles que procuram interpretar o Congresso Nacional, as atitudes da Câmara e do Senado.

Eu estou com a consciência tranqüila, porque acho que contribuí, como os Líderes do PT, do Governo, da Minoria, do PSDB, do PMDB, de todos os Partidos. Votei por uma solução política, para desfazer um equívoco político e produzir um Conselho como ele foi sugerido e não pernetá, não maculado pelo equívoco político.

Acho que produzimos um Conselho Nacional de Justiça à altura. Cada órgão indicou o seu nome, que foi aprovado pelo Senado. Mas, para que isso acontecesse, o Senado teve de praticar um ato de coragem política nesta tarde/noite.

O último é um projeto no qual eu e o meu Partido votaremos favoravelmente. Trata-se do Conselho Nacional de Habitação e do Fundo de Habitação. É um projeto de iniciativa popular – houve mais de um milhão de assinaturas – em que houve muita elaboração, muito conserto, muito reparo.

Ninguém se iluda! Houve esse longo período de tramitação na Câmara não por lerdeza daquela Casa, mas por necessidade de aperfeiçoamento. A Câmara cumpriu o seu papel, aperfeiçoou e entregou ao Senado um projeto quase perfeito, quase bom, que aqui foi completado. E temos o prazer de, na noite do dia da coragem do Senado, produzir o Conselho Nacional de Justiça e entregar ao País o Conselho Nacional de Habitação com o seu Fundo Gestor.

O meu Partido, o PFL, neste dia, nesta tarde, nesta noite de convergências e divergências, orgu-

lha-se de ter feito o que fez e vota a favor do projeto em apreço.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador José Agripino.

Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral. Em seguida, concederei a palavra a V. Ex^a, Senador Almeida Lima, com muito prazer. E ficarei aqui para ouvir V. Ex^a e os demais oradores.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, preparei um texto sobre esse projeto, que é muito importante para o Senado Federal. Mas, em função do adiantado da hora – o Senador Luiz Otávio também me aconselha a resumir a minha fala –, quero só registrar um dado importante: o déficit de habitação popular de baixa renda corresponde a 92% do déficit habitacional do País.

Tal situação, agravada nas últimas décadas, provocou uma intensa mobilização da sociedade civil, dando voz à reivindicação de um direito garantido pela Constituição Federal, que confere o direito à moradia. O PLC nº 36/2004 significa um passo fundamental em busca da solução desse problema. Estamos, portanto, diante de uma conquista do povo e do Estado brasileiro.

Um dos produtos mais notáveis da missão que a Constituição de 1988 deu ao Estado e à sociedade brasileira, como manifestação do poder constituinte originário, foi o capítulo sobre a política urbana.

Duas grandes iniciativas despontaram com o objetivo de consolidar o disposto na Constituição. A primeira delas foi a consolidação, por meio de uma única lei, dos objetivos, princípios e instrumentos que permitissem aos administradores públicos desenvolver políticas de democratização do espaço urbano e de acesso aos bens públicos. Foi assim que a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, o Estatuto da Cidade, assegurou as diretrizes de garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações, e de gestão democrática das cidades por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

A segunda grande iniciativa, Sr. Presidente, que se seguiu à Constituição de 1988 e que merece destaque na consolidação de um marco institucional no tratamento de política urbana é o projeto de iniciativa popular que tramita em regime de urgência no Senado Federal, dispondo sobre a criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS – e do Fun-

do Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS – e seu Conselho Gestor, demarcando a estrutura de uma política nacional de habitação para a população de baixa renda. É grande o significado histórico que essa iniciativa teve para a consolidação do Estado democrático brasileiro e para o transbordamento, muito bem amparado na Constituição de 1988, dos limites da chamada democracia representativa em direção ao caminho, que esperamos sem volta, da participação popular direta na construção das políticas públicas.

A proposta em análise é uma bandeira de luta dos movimentos sociais de moradia, que conseguiram dar concretude às suas reivindicações e transformá-las no primeiro projeto de lei de iniciativa popular garantido pela Constituição Federal.

Sr. Presidente, como eu disse anteriormente, esse é o primeiro projeto de lei de iniciativa popular apresentado ao Congresso Nacional, em 19-11-1991, com quase um milhão de assinaturas – portanto, há quinze anos esse projeto tramita no Congresso. Na verdade, foram 1,2 milhão de assinaturas, como corrigiu o competente Senador Romeu Tuma.

Por isso, Sr. Presidente, hoje é um dia especial, fruto de grande luta, uma luta popular, e de trabalho sério da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Quero cumprimentar os Relatores, o Senador Marcelo Crivella, a Senadora Ideli Salvatti e o Senador Garibaldi Alves, pelo trabalho competente que realizaram nas relatorias desse projeto, tão importante para o País.

Sr. Presidente, hoje é dia histórico para uma das causas mais importantes do País, que é a habitação popular.

Cumprimento todos os movimentos sociais que se empenharam arduamente na conquista dessa grande vitória.

Hoje é um dia importante para o País e para o Congresso Nacional. Parabênzimas todas as pessoas que trabalharam nesse projeto fundamental, na busca, acima de tudo, da cidadania.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não é do meu feitio discordar, embora eu já tenha discordado tanto nesta Casa! Mas quem não é favorável neste País a um programa de habitação popular? Não se conhece quem possa ser desfavorável à construção de habitações neste País, pois o nosso déficit habitacional é da ordem de 7,3 milhões

de habitações, algo em torno de 5,3 milhões na área urbana e de 2 milhões na área rural. É um universo muito grande.

Portanto, é preciso ser favorável a tudo o que se possa falar, discutir e deliberar sobre o assunto. Sr. Presidente, votarei favoravelmente a esse projeto. Nobre Senadora Heloísa Helena, não dá para se omitir diante de uma problemática social tão grave, que é o déficit habitacional. Pessoas padecem em quartos de vilas – quando há quartos de vilas –, pagando aluguéis assustadores. Há pessoas pobres que transformam sua casa e seu quintal numa vila sem nenhuma infraestrutura, para não falar daquelas pessoas, Senador Romeu Tuma, que não têm onde morar. Não me permito brincar com o sentimento dessas pessoas.

Portanto, venho à tribuna para fazer um esclarecimento: não estamos, com essa votação, num dia histórico, não. Não há nenhum sonho transformado em realidade, não. Com esse projeto, ainda não. Não há nenhuma conquista, neste momento, plausível de registro para essas famílias a que me referi. Ainda não.

Portanto, é preciso sermos bastante claros, porque, Sr^{as} e Srs. Senadores, fora a imprensa não-oficial, falamos para uma emissora FM, para uma outra de ondas médias e para a TV Senado, que todo o Brasil, Senador Pedro Simon, vê e ouve.

Não dá para dizermos que se trata de uma grande conquista, ou de um sonho transformado em realidade, e que hoje é um dia histórico. Não dá.

O Senador Maguito Vilela disse que esse projeto foi assumido pelo Governo. Esse é um projeto de iniciativa popular. O Governo Federal do Presidente Lula foi instado, por alguns Senadores, inclusive por mim, na Comissão de Assuntos Econômicos, a assumir a sua autoria, mas nenhuma manifestação ouvimos das Lideranças; até pela sua constitucionalidade, que estaria salva se o Governo o assumisse, mas não o fez. Já estamos no terceiro ano do Governo. Se se pretendesse um programa habitacional popular de baixa renda, ele teria sido iniciado no primeiro ano.

Ora, esse é um projeto que deveria ter sido da autoria do Poder Executivo, porque ele estabelece uma estrutura administrativa que somente pode acontecer por iniciativa do Poder Executivo; e cria fundos financeiros e orçamentários, portanto, de iniciativa privativa do Poder Executivo. Em outras palavras, aprovado, como será, o Governo não estará obrigado, por essa lei – e é lei se ele não estará obrigado? –, a executar esse plano nacional de habitação.

Alguma voz poderá, neste plenário, levantar-se para contestar o que digo – concedo o aparte a quem o desejar –, que o Governo estará obrigado a cumprir essa lei?

Concedo aparte ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Não é para contestar. Primeiramente, cumprimento o Presidente Renan Calheiros pela sua visão política e humanista ao criar a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Eu estava presente na Comissão quando se discutiu a matéria e foram apresentados os vícios de inconstitucionalidade do projeto. V. Ex^a, como jurista, também colaborou. Humanística ou moralmente, ele teria que ser aprovado pela força da vocação de se prestar algum serviço à população, e ficaria condicionado à sanção do Governo, que poderia eliminar os vícios de inconstitucionalidade.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Permita-me um contra-aparte. Até aí, V. Ex^a está coberto de razão, até porque, mesmo que o Presidente Lula venha a sancioná-lo, como acredito que o fará, mesmo assim, não estará obrigado a cumprir nada.

V. Ex^a continua com o aparte. Faço apenas um contra-aparte para ajudar neste debate, porque o que desejo é que esta sessão, que delibera o projeto, seja esclarecedora e que o cidadão que nos está ouvindo não imagine que, daqui a quinze dias, o Governo estará executando um programa de habitação popular, porque não estará executando nenhum programa de habitação popular.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Não há milagre. É o que V. Ex^a diz: não há milagre.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Não há. Não há milagre.

Então, Sr. Presidente, méritos tem, sim. Claro! Votarei a favor. No entanto, é preciso dar a dimensão que o projeto tem. Não dá para se chegar aqui – fico impaciente – e se tentar transmitir à opinião pública brasileira uma coisa quando, na verdade, é outra. Não há nenhum sonho transformado em realidade. Sonho é o da moradia, que, quando construída, se transforma em realidade. Isso não vai acontecer por esse projeto, porque, se ele fosse a vontade do Governo Federal, esse teria assumido a sua autoria e o Ministro das Cidades o estaria executando.

Conquista, portanto, não. Não é lá esse dia histórico, não. Histórico seria se o Presidente tivesse assumido a autoria, ao lado da iniciativa popular – aí, sim –, e isso fosse transformado num programa. O programa cria uma estrutura administrativa, com pessoal, membros e conselhos. O projeto cria dois fundos financeiros e orçamentários.

Chegamos até aqui e fazerem como fizeram com a lei que foi deliberada para o primeiro emprego, que todo o Plenário se sentiu à vontade para elogiar, aplaudir e votar favoravelmente, e depois não resultou em nada?

Precisamos economizar um pouco as palavras para não transmitir à opinião pública uma falsa ex-

pectativa, porque esse público, Sr. Presidente, já está decepcionado e angustiado. Não dá mais para ter as suas expectativas frustradas.

Portanto, diga-se: mérito possui? Possui, sim, porque, no mínimo, estamos alertando e debatendo. Agora, esse sonho da casa própria, da moradia, será transformado em realidade pela aprovação desse projeto? Não, porque, se esse fosse o desejo do Presidente da República, Sua Excelência teria encaminhado mensagem a esta Casa avocando, trazendo para si, pelo menos, a autoria conjunta com a iniciativa popular.

Com esses esclarecimentos, votarei a favor plenamente.

Agora, é preciso que se dê ao projeto e à futura lei a dimensão que têm. Não dá para estabelecer uma dimensão grandiosa a algo que não é grandioso. Pode ser um início, um começo, mas não é ainda a realização do sonho.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a habitação popular no Brasil sempre foi uma questão grave, notadamente porque, antes da criação do Banco Nacional de Habitação, não havia uma fonte específica, determinada, adequada, na qual o povo, a população, de um modo geral, pudesse buscar os recursos para a construção da casa própria.

Com a instituição do Banco Nacional de Habitação, no ano de 1964, mais precisamente no mês de agosto, foi possível estabelecer um Programa de Habitação Popular em todo o Brasil.

Sr. Presidente, governei Sergipe em 1987, e, naquela época, já não era mais o Banco Nacional de Habitação e, sim, a Caixa Econômica Federal que assumia integralmente, com o apoio do Governo Federal do Presidente José Sarney, um programa de edificação de moradias em todo o País – não só de moradias, mas também de saneamento –, que revolucionou a administração pública.

Sr. Presidente, somente o meu Estado, Sergipe, o menor Estado da Federação, quando o governei, construiu oito mil habitações, em regime de mutirão, e doze mil em convênio com a Caixa Econômica Federal. Portanto, foram construídas vinte mil habitações.

Quando o Presidente José Sarney deixou a Presidência da República, esse programa habitacional foi praticamente abandonado, tanto no primeiro quanto

no segundo Governo Fernando Henrique Cardoso. E agora, no atual Governo, é que o Programa de Habitação vem adquirindo uma nova feição, vem assumindo a responsabilidade de atender não apenas às camadas da classe média na construção de apartamentos, mas também se voltando para as classes mais humildes, a exemplo do Programa de Arrendamento Residencial, PAR, que, somente em Aracaju, já construiu, por intermédio da prefeitura, mais de cinco mil casas populares para aqueles que podem pagar uma prestação máxima que varia de R\$180,00 a pouco mais de R\$200,00.

Concedo um aparte à Senadora Ideli Salvatti; depois concederei um outro, à Senadora Ana Júlia Carepa.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares. Creio que já disseram neste Plenário para as pessoas que estão nos assistindo por meio da TV Senado, que esse projeto de iniciativa popular, que teve mais de um milhão e duzentas mil assinaturas, está tramitando há doze anos no Congresso Nacional.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Precisamente, desde 1992; portanto, há 13 anos.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Há 13 anos. Que belo número. Senador Antonio Carlos Valadares, há 13 anos significa que o projeto já tramitou por alguns governos. Aliás, poderia ter sido votado antes; poderia ter sido transformado em lei anteriormente, mas isso só está sendo feito agora. Inclusive quero registrar que no debate ocorrido na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que foi muito polêmico, mas que depois se “despolemizou”, porque o projeto acabou sendo aprovado da forma como veio. Alegou-se que ele era inconstitucional, que não podia estar naqueles termos, que podia ser, no máximo, autorizativo. No entanto, a documentação que tínhamos, inclusive com o posicionamento do Governo, era no sentido de aprová-lo da forma como veio, não o transformando em autorizativo. Ou seja, o Governo reconheceu o direito da população, mais de 1 milhão e 200 mil brasileiros, que, legitimamente amparados na Constituição, tomaram a iniciativa da elaboração do texto legal. Então, acho importante ressaltarmos o fato de que isso poderia ter sido feito antes, mas não o foi; está sendo feito agora. O Presidente Lula foi um dos signatários, portanto, foi um entre 1 milhão e 200 mil pessoas que assinaram o projeto. Eu também o fiz e imagino que outros Pares aqui presentes também o tenham assinado, já que isso fez parte de uma mobilização do movimento pela moradia em todo o País. Acho que seria uma afronta, um atestado de contestação à cidadania tomar um projeto de iniciativa popular

e avocar para o Executivo a sua autoria. Então, essa é até uma forma de respeitar esse direito constitucional, que dá à população brasileira o poder de tomar a iniciativa legislativa em apresentar projetos no Congresso Nacional. Tenho a absoluta certeza de que não houve, por parte do Governo, nenhum movimento para usurpar o direito legítimo da população brasileira em propor projetos ao Congresso Nacional.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senadora Ana Júlia, concedo um aparte a V. Ex^a.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Senador Antonio Carlos Valadares, na verdade, parte do que eu falaria já foi dito pela Senadora Ideli Salvatti. A sociedade já percebeu, já viu, já ouviu, já compreendeu que, aqui, estamos valorizando a iniciativa popular e não tentando desmerecê-la. Aqui, estamos valorizando a participação da sociedade naquilo que é um direito legal, outorgado pela Constituição, de ter iniciativa legislativa. Mesmo que alguns tentem desmerecer essa atitude, valorizamos a força dos movimentos sociais e da luta pela moradia. Senador Antonio Carlos Valadares, concordamos com V. Ex^a no pronunciamento, sempre preciso em relação ao crescimento efetivo dos programas de habitação, principalmente os direcionados à população de baixa renda. É impossível deixar de reconhecer isso. Só um cego não vê.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PFL – BA) – Na verdade, no Brasil, só houve duas iniciativas populares com êxito: a primeira, foi a modificação da Lei Eleitoral, que estabeleceu, que criou o art. 41, a, relacionado à compra de votos. Tratou-se de uma iniciativa popular, que contou com mais de um milhão de assinaturas, coordenada por movimentos populares, principalmente pela Igreja Católica e, agora, esse projeto, que obteve aprovação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e vem a Plenário, também de iniciativa de mais de um milhão e duzentos mil brasileiros.

Essa é a resposta que estamos dando a todos os que acreditam num Brasil democrático, livre, soberano, em que a sua população tenha o direito de se manifestar, tenha o direito da iniciativa de apresentar um projeto, e que essa iniciativa seja respeitada por aqueles que o representam, seja na Câmara dos Deputados, seja no Senado Federal.

Sr. Presidente, eu gostaria, antes de encerrar esta minha participação, de dizer que o projeto prevê terra urbanizada e habitação digna e sustentável. Terra urbanizada no sentido de que o terreno onde vai ser edificada a casa, a moradia seja pavimentado, possua esgoto, água, energia e proporcione ao seu morador, o trabalhador, uma habitação digna e sustentável.

E essa moradia digna só pode acontecer, Sr. Presidente, na medida em que haja uma integração dos diversos órgãos, nas esferas federal, estadual e municipal. O que tem acontecido é a construção de conjuntos habitacionais sem a menor infra-estrutura, sem escola, sem esgoto, sem água e sem energia elétrica.

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Isso acontece justamente porque, Sr. Presidente, em muitos casos, falta essa integração. Quem detém o poder de colocar a luz? Geralmente, é o Estado. O Município não tem condições de colocar energia elétrica naquele conjunto. Quem dispõe de condições de colocar água? Geralmente, é o Estado, em convênio com o Governo Federal, que pode destinar parte do recurso para colocar água, e assim por diante.

Esse projeto prevê essa integração, que é tão importante na definição de um programa que venha a atender notadamente as classes sociais mais pobres da população e que precisam, sem dúvida alguma, da ajuda do poder público.

Como aqui já foi dito, mais de 80% do déficit habitacional provêm das classes mais humildes. Hoje, mais de 7 milhões de pessoas no Brasil dependem de habitação. Significa dizer que – multiplicando-se 80 por 7 – são 5,6 milhões de brasileiros que dependem de uma legislação eficiente, adequada e que venha a funcionar não apenas na letra e na nossa vontade, mas na vontade de todos: governos federal, estadual e municipal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, último orador inscrito.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero esclarecer um assunto importante. Este não é o primeiro projeto de iniciativa popular. É o primeiro que entra, mas não é o primeiro que vai ser votado.

O primeiro projeto de iniciativa popular que foi votado se transformou na Lei nº 9.840, com um milhão e duzentas mil assinaturas, tendo à frente a OAB e a CNBB, contra a corrupção eleitoral. Foi um projeto da maior importância, do maior significado. A sociedade se revoltou e várias entidades de todos os tipos se reuniram para protestar e fizeram um projeto de lei para facilitar a cassação, pela Justiça, de políticos brasileiros por corrupção.

Aquele projeto tramitou rápido. Veio, foi debatido, analisado e tramitou com uma rapidez realmente justa e correta, ao contrário deste que votamos agora.

Não é uma questão de salientarmos a importância, o mérito e a maravilha do projeto, mas de salientarmos como um projeto tão importante como este, com 1,2 milhão assinaturas, ficou 12 anos parado. Quando falamos em 12 anos, não estamos falando na nossa legislatura mas nas que vieram antes de nós. Não estamos falando do Governo Fernando Henrique nem do Governo Lula, mas dos vários Governos.

Este projeto é uma demonstração da nossa incapacidade, da nossa dificuldade de superarmos os fatos. Como um projeto da maior importância, do maior significado, que envolve a construção de casas populares e a criação de um fundo destinado a isso, como um projeto que envolve uma questão que há tanto, tanto tempo se debate – inclusive o Presidente Lula criou o Ministério das Cidades com a finalidade de construir casas populares, e havia um projeto parado há doze anos no Congresso Nacional – e ninguém olhou, ninguém pensou, ninguém refletiu e ninguém interpretou?

Sr. Presidente, acho que esse é um projeto do qual se deve fazer um bloquinho – e talvez eu o faça por minha conta –, registrando desde quando a iniciativa chegou a esta Casa, a data em que aqui chegou, por onde andou, por onde tramitou nesses doze anos para hoje chegar aqui. E ainda vamos votá-lo com o mérito do Senado, que conseguiu uma fórmula na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para aprovar o projeto aqui, sem que seja necessário enviá-lo à Câmara. Como muito bem diz a nobre Senadora do PT, Senadora Ideli Salvatti, se o projeto retornar à Câmara, não se tem idéia de para aonde vai. Assim, o projeto será votado graças a uma decisão do Senado Federal de se fazer um entendimento de votá-lo sem a obrigatoriedade de retornar à Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, V. Ex^a que está iniciando na Presidência e que queria a instalação de uma comissão para analisar e debater questões relativas ao funcionamento da Casa, sou-lhe muito sincero, valeria a pena reunir a Mesa, dar uma cópia desse projeto para cada Senador, para ver como ele tramitou, por que levou esse tempo todo, como conseguiu levar esse tempo todo e o que fazer para que essas coisas não se repitam.

Devemos respeitar a Constituinte de 1988, que disse que o povo brasileiro exerce o poder pelo Congresso, mas pelo poder direto, podendo apresentar suas emendas, como apresentou essa, uma emenda de rara felicidade, Sr. Presidente. Legislar sobre habitação popular e criar um fundo destinado à habitação popular é talvez o que melhor poderíamos fazer.

Felicito a Casa, V. Ex^a e os Relatores. Concordo que este não é um dia de festa, mas é o dia em que terminou uma pendenga de 12 anos e que deve servir de exemplo. Quando se quis o projeto da OAB e da CNBB – justiça seja feita –, que envolvia a própria classe política, para cassar e punir políticos por corrupção, a Casa agiu. Nesse caso, levou o tempo que levou.

No entanto, felicito a Casa. Espero que iniciativas como essa se repitam e que o povo tenha a preocupação de participar, não apenas olhando e fiscalizando, para que seus projetos sejam apreciados e aprovados, como esse o foi.

Lamento dizer que também concordo com a nobre Senadora de Santa Catarina. Não poderíamos imaginar, como o Senador disse, que o Presidente Lula se apoderasse do projeto e enviasse uma moção dizendo que o projeto era dele. O projeto é de iniciativa popular e será votado como tal. É um gesto bonito, e todos nós vamos votá-lo por unanimidade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Pedro Simon.

Encerro a discussão.

Informo ao Plenário que o parecer da Senadora Ideli Salvatti acompanhou o parecer da CAE, que apresentou duas emendas de redação. Uma é idêntica à Emenda nº 4, da CAE; a outra altera a ementa do projeto.

Em votação o projeto.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Desculpe-me, Sr. Presidente. Peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima. Em seguida, eu a concederei à Senadora Heloísa Helena.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Se V. Ex^a permitir, cederei a minha vez à Senadora Heloísa Helena e ao Senador Arthur Virgílio. Falarei por último.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Quero só lembrar a V. Ex^{as} que ainda há alguns itens na pauta.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já tive oportunidade, na discussão do projeto, de apresentar saudação à Casa e aos Senadores que se envolveram diretamente na relatoria do projeto.

Entretanto, não posso deixar de dizer que compartilho a preocupação do Senador Almeida Lima quanto à execução de projetos extremamente importantes, apresentados, votados e aprovados na Casa. Sei que

a preocupação de S. Ex^a não é vazia. Nós, que acompanhamos a legislação das políticas sociais do Brasil, temos a mais absoluta clareza de que temos aprovado – não por concessão da elite político-econômica, mas por pressão da sociedade – a legislação mais avançada do mundo. Para se ter uma idéia, a legislação mais avançada do mundo na área da saúde é a brasileira. E o Senador Flávio Arns sabe que foi uma conquista da sociedade a Lei Orgânica da Assistência Social, a mais bela declaração de amor aos pobres, aos oprimidos, aos marginalizados.

Infelizmente, apesar de conquistas tão importantes, muitas vezes, ainda existe um abismo entre o que foi conquistado pela sociedade, aprovado pelo Parlamento, institucionalizado pela legislação em vigor do País e a realidade de dor, de sofrimento e de ausência de acesso às políticas sociais da grande maioria do povo brasileiro.

O Senador Almeida Lima e todos nós pressionaremos e exerceremos a nossa tarefa nobre de fiscalizar os atos do Poder Executivo, seja nos Municípios, seja nos Estados e no Governo Federal. Cumpriremos a nossa tarefa nobre, para possibilitar que essa belíssima conquista dos movimentos sociais, especialmente do movimento popular que luta pela moradia, constitua realidade objetiva e concreta na vida da grande maioria das pessoas.

Então, entendo e compartilho a preocupação de S. Ex^a. Às vezes, a elaboração e a execução dos projetos acabam não sendo viabilizadas de acordo com o diagnóstico dos Estados e Municípios, mas conforme a interferência das promíscuas relações políticas estabelecidas na Casa e no Congresso Nacional.

Espero que sejam reconstruídas as casas de Feliz Deserto. Eu e os Senadores Renan Calheiros e Teotônio Vilela, preocupados, estivemos lá. Sabemos dos problemas gravíssimos de habitação que existem não apenas em Alagoas, mas no Brasil todo.

Evidentemente, é essencial fiscalizarmos, para que aquilo, que foi uma conquista da sociedade e do movimento popular, com o apoio do Parlamento, possa concretizar-se em realidade na vida da grande maioria da população brasileira. Que o percentual estabelecido seja, de fato, encaminhado ao Fundo; que haja a universalização de uma política social importante como essa; que haja a fiscalização do Congresso Nacional; que, na elaboração e na execução dos projetos, não haja o maldito dedinho político que acaba inviabilizando as coisas.

Senador Luiz Otávio, muitas vezes elaboramos emendas para a área de habitação. Eu, por exemplo, faço o diagnóstico onde há doença de Chagas nos Municípios de Alagoas, e, freqüentemente, não se liberam recursos no Orçamento. O Governo passado fazia isso,

e o atual faz o mesmo: não libera os recursos, porque a iniciativa partiu de Parlamentares da Oposição.

A preocupação do Senador Almeida Lima é extremamente justa, mas S. Ex^a e todos nós estamos, neste dia, saudando o movimento popular pela conquista. Foram muitas horas de trabalho, uma luta gigantesca. Imaginem V. Ex^{as} o significado de um milhão de assinaturas há quatorze anos. Foi grande o que aconteceu; houve muita mobilização, muita persistência, muita perseverança dos setores vinculados à conquista da moradia popular! Então, está de parabéns, sem dúvida, o movimento e também o Parlamento.

É evidente que cabe a todos nós o exercício da fiscalização das atividades do Executivo, para evitar ou a ausência do cumprimento do que foi conquistado na lei, ou a velha e conhecida promiscuidade nas relações políticas, que acaba interferindo na vida cotidiana das pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, compreendi muito bem a intenção do Senador Almeida Lima, que é um Parlamentar de enorme senso crítico e de muita presença em sua ação nas Comissões. S. Ex^a queria exatamente traçar a distância que existe entre a boa intenção do legislador – que, no caso, é o próprio povo – e a entrada em prática, para efeitos concretos, das possibilidades da lei.

Sempre digo, Senadora Heloísa Helena, que o artigo da Constituição que mais me agrada é o art. 5^º, no inciso em que garante o direito à vida. Já avisei aos meus filhos: se eu morrer, movam logo uma ação contra o Estado brasileiro, porque está garantido ali que tenho direito à vida – e, como o prazo não está determinado, estou supondo que é para sempre. Como gosto de viver, é um artigo a que me apego com muito carinho.

Há uma distância entre a lei bem-intencionada e a entrada em vigor, para efeitos práticos, desse diploma legal. Então, o Senador Almeida Lima, com muita coragem, sem destoar do apoio que todos nós emprestamos à iniciativa popular, fez exatamente o alerta, para que nos coloquemos em posição de cobrança e vigilância, a fim de que os efeitos práticos sejam gerados.

Outra coisa, Sr. Presidente, é analisarmos, com clareza, o fato. Não vamos ficar nessa história de que, de repente, veio alguém – e é sempre o nosso querido Presidente Lula –, que, do nada, construiu algo que estava parado há 200 anos. Por exemplo, estamos numa votação consensual. Se não houvesse unanimidade, não sairia votação. Ela está saindo, precisamente porque é um processo de amadurecimento a que chegou sobre a matéria o Congresso Nacional – pri-

meiro, a Câmara; agora, o Senado da República. Por isso, a matéria está saindo. Isso não tem nada a ver com quem está no Governo, de plantão, disse-o muito bem o Senador Pedro Simon; não tem nada a ver com quem está rendendo guarda no poder. Essas pessoas passam quatro, oito anos, o tempo que lhes couber. O Senado, como instituição, é que compreendeu que tinha de queimar todas as etapas, para oferecer esse gesto de prestígio à iniciativa popular, que poderá renovar-se em muitos projetos mais, daqui para frente. Está-se vendo que vale a pena recolher um milhão de assinaturas e oferecer uma idéia que, nesses termos, não tinha ocorrido ao Senado como um todo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, nada mais nobre do que a dialética, a discussão, o debate no Parlamento. Embora alguns prefiram a forma indireta do debate, eu aprecio a forma mais objetiva, direta, e quando desejo, inclusive, estabelecer isto que considero nobre, o debate, chego ao ponto de oferecer até o aparte. Mas, lamentavelmente, oferecemos o aparte para ser contestado e a nobre Senadora Ideli Salvatti – e a ela me refiro expressamente – não aceitou, para, num aparte ao Senador Valadares, que me sucedeu na tribuna, fazer referências. Claro! Aqui não somos desinteligentes. Quem está neste plenário tem o mínimo de inteligência para compreender exatamente isso.

Agora, Sr. Presidente, aprecio muito a dialética por isso. Vejamos. Foi dito que, se o Presidente Lula tivesse assumido a autoria desse projeto, que é de iniciativa popular e que tem mais de um milhão de assinaturas, seria um desrespeito para com um milhão de brasileiros. Ora, ele assinou-o como pessoa física há treze anos, porque estava no palanque, porque era candidato, porque precisava aparecer bem na televisão. Agora, como Presidente, ele não assina? Vai ver esqueceu de que tenha assinado há treze anos.

Qual é o objetivo de mais de um milhão de pessoas com a iniciativa popular desse projeto? Concretamente, o objetivo é habitação. Então, se o Presidente da República diz que o projeto é belíssimo, que dele participou, que assinou e coletou assinaturas e que, agora, para a felicidade geral, já que é o Presidente, vai assumir a autoria do mesmo, para que ele seja deliberado de forma imediata – não no terceiro ano de

seu Governo, mas no primeiro –, isso é desrespeito ou é atender ao desejo de mais de um milhão de brasileiros que assinam a proposta?

Sr. Presidente, estou aqui há três anos e não há dez. Tenho de fazer a cobrança.

Recordo-me, agora, de que o projeto do Primeiro Emprego, que tramitava nesta Casa, era do Senador Osmar Dias, do PDT do Paraná. S. Ex^a foi à tribuna e protestou, porque o Governo poderia ter encampado o projeto dele e orientado as suas Lideranças a votá-lo. Mas não! O Presidente enviou um projeto desrespeitando os Senadores, que são representantes do povo, exatamente em um procedimento que, pela fala da Senadora, é criticável.

Para concluir, Sr. Presidente, recordo-me que, em 2004, ou final de 2003, o Senado aprovou uma lei criando um Fundo com sede em Campina Grande, Paraíba, para estabelecer a pesquisa agropecuária voltada para o semi-árido. Naquela ocasião, eu dizia que, para quem já tem a Sudene, as universidades na Paraíba, a Embrapa, falar em mais uma empresa ou em um fundo para pesquisa agropecuária no semi-árido é não querer realizar pesquisa para agropecuária no semi-árido; é pulverizar recursos públicos. Por que não mandá-los para a Embrapa, que já existe, ou para a Universidade em Campina Grande, na Paraíba, para desenvolver estudos? Eu dizia que votava contra, porque aquilo era apenas cabide de emprego.

Para minha felicidade, e infelicidade ao mesmo tempo – porque deveria estar funcionando –, na semana retrasada, o Senador Ney Suassuna foi à tribuna reclamar exatamente que aquele Fundo não estava servindo para nada. Então, é preciso termos cuidado para não enganar a população sofrida que aí está.

Portanto, agradeço as palavras da Senadora Heloísa Helena, que, acudindo ao meu pronunciamento, estabeleceu mais um esclarecimento. Ou seja, o Projeto é importante? Sim. Tem o seu valor? Claro. É a unanimidade do Plenário. Mas é preciso dar a ele o tamanho que de fato ele tem, a grandiosidade que de fato ele tem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Votação do projeto, sem prejuízo das emendas.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, posso fazer um rápido encaminhamento?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pode. Com a palavra V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Creio que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva será, talvez, o único brasileiro que assinará duas vezes esse Projeto:

como cidadão e como Presidente da República. E, ao fazê-lo, elimina todo e qualquer debate a respeito da constitucionalidade, que foi a nossa grande polêmica na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Com relação aos apartes, eu os faço a quem entendo que deva fazê-los. Às vezes, eu posso até não me achar à altura de fazer apartes a pronunciamentos tão elaborados, como muitas vezes tenho a oportunidade de ouvir exaustivamente neste plenário.

Então, o encaminhamento da votação é pela aprovação, para que rapidamente o Presidente da República possa sancionar essa lei que é tão importante para uma parcela significativa da nossa população.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Ideli Salvatti.

Votação do projeto, sem prejuízo das emendas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Votação, em globo, das Emendas nºs 1 a 6, de redação.

As Sr^a e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final ao Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (nº 2.710/92, na Casa de origem), que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 681, DE 2005

(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (nº 2.710, de 1992, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (nº 2.710, de 1992, na Casa de origem), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e o seu Conselho Gestor, consolidando as emendas de redação aprovadas pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 24 de maio de 2005. – Renan Calheiros, Presidente – Tião Viana, Relator – Efraim Moraes – Antero Paes de Barros.

ANEXO AO PARECER Nº 681, DE 2005

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (nº 2.710, de 1992, na Casa de origem).

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

CAPÍTULO I

Do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

SEÇÃO I

Objetivos, Princípios e Diretrizes

Art. 2º Fica instituído o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, com o objetivo de:

I – viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável;

II – implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, promovendo e viabilizando o acesso à habitação voltada à população de menor renda; e

III – articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor da habitação.

Art. 3º O SNHIS centralizará todos os programas e projetos destinados à habitação de interesse social, observada a legislação específica.

Art. 4º A estruturação, a organização e a atuação do SNHIS devem observar:

I – os seguintes princípios:

a) compatibilidade e integração das políticas habitacionais federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, bem como das demais políticas setoriais de desenvolvimento urbano, ambientais e de inclusão social;

b) moradia digna como direito e vetor de inclusão social;

c) democratização, descentralização, controle social e transparência dos procedimentos decisórios;

d) função social da propriedade urbana visando a garantir atuação direcionada a coibir a especulação imobiliária e permitir o acesso à terra urbana e ao pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade;

II – as seguintes diretrizes:

a) prioridade para planos, programas e projetos habitacionais para a população de menor renda, articulados no âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal;

b) utilização prioritária de incentivo ao aproveitamento de áreas dotadas de infra-estrutura não utilizadas ou subutilizadas, inseridas na malha urbana;

c) utilização prioritária de terrenos de propriedade do Poder Público para a implantação de projetos habitacionais de interesse social;

d) sustentabilidade econômica, financeira e social dos programas e projetos implementados;

e) incentivo à implementação dos diversos institutos jurídicos que regulamentam o acesso à moradia;

f) incentivo à pesquisa, incorporação de desenvolvimento tecnológico e de formas alternativas de produção habitacional;

g) adoção de mecanismos de acompanhamento e avaliação e de indicadores de impacto social das políticas, planos e programas; e

h) estabelecer mecanismos de quotas para idosos, deficientes e famílias chefiadas por mulheres dentre o grupo identificado como o de menor renda da alínea a deste inciso.

SEÇÃO II Da Composição

Art. 5º Integram o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS os seguintes órgãos e entidades:

I – Ministério das Cidades, órgão central do SNHIS;

II – Conselho Gestor do FNHIS;

III – Caixa Econômica Federal – CEF, agente operador do FNHIS;

IV – Conselho das Cidades;

V – conselhos no âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios, com atribuições específicas relativas às questões urbanas e habitacionais;

VI – órgãos e as instituições integrantes da administração pública, direta ou indireta, das esferas federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, e instituições regionais ou metropolitanas que desempenhem funções complementares ou afins com a habitação;

VII – fundações, sociedades, sindicatos, associações comunitárias, cooperativas habitacionais e quaisquer outras entidades privadas que desempenhem atividades na área habitacional, afins ou complementares, todos na condição de agentes promotores das ações no âmbito do SNHIS; e

VIII – agentes financeiros autorizados pelo Conselho Monetário Nacional a atuar no Sistema Financeiro da Habitação – SFH.

Art. 6º São recursos do SNHIS:

I – Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, nas condições estabelecidas pelo seu Conselho Deliberativo;

II – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, nas condições estabelecidas pelo seu Conselho Curador;

III – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS;

IV – outros fundos ou programas que vierem a ser incorporado ao SNHIS.

CAPÍTULO II Do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

SEÇÃO I Objetivos e Fontes

Art. 7º Fica criado o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, de natureza contábil, com o objetivo de centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas estruturados no âmbito do SNHIS, destinados a implementar políticas habitacionais direcionadas à população de menor renda.

Parágrafo único. As dotações relativas aos programas referidos no **caput** deste artigo serão centralizadas no SNHIS a partir da publicação desta lei.

Art. 8º O FNHIS é constituído por:

I – recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS, de que trata a Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974;

II – outros fundos ou programas que vierem a ser incorporado ao FNHIS;

III – dotações do Orçamento Geral da União, classificadas na função de habitação;

IV – recursos provenientes de empréstimos externos e internos para programas de habitação;

V – contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacionais ou internacionais;

VI – receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com recursos do FNHIS; e

VII – outros recursos que lhe vierem a ser destinados.

SEÇÃO II Do Conselho Gestor do FNHIS

Art. 9º O FNHIS será gerido por um Conselho Gestor.

Art. 10. O Conselho Gestor é órgão de caráter deliberativo e será composto de forma paritária por ór-

gãos e entidades do Poder Executivo e representantes da sociedade civil.

§ 1º A Presidência do Conselho Gestor do FNHIS será exercida pelo Ministério das Cidades.

§ 2º O Presidente do Conselho Gestor do FNHIS exercerá o voto de qualidade.

§ 3º O Poder Executivo disporá em regulamento sobre a composição do Conselho Gestor do FNHIS, definindo entre os membros do Conselho das Cidades os integrantes do referido Conselho Gestor.

§ 4º Competirá ao Ministério das Cidades proporcionar ao Conselho Gestor os meios necessários ao exercício de suas competências.

SEÇÃO III

Das Aplicações dos Recursos do FNHIS

Art. 11. As aplicações dos recursos do FNHIS serão destinadas a ações vinculadas aos programas de habitação de interesse social que contemplem:

I – aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais;

II – produção de lotes urbanizados para fins habitacionais;

III – urbanização, produção de equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas de interesse social;

IV – implantação de saneamento básico, infraestrutura e equipamentos urbanos, complementares aos programas habitacionais de interesse social;

V – aquisição de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias;

VI – recuperação ou produção de imóveis em áreas encortçadas ou deterioradas, centrais ou periféricas, para fins habitacionais de interesse social;

VII – outros programas e intervenções na forma aprovada pelo Conselho Gestor do FNHIS.

§ 1º Será admitida a aquisição de terrenos vinculada à implantação de projetos habitacionais.

§ 2º A aplicação dos recursos do FNHIS em áreas urbanas deve submeter-se à política de desenvolvimento urbano expressa no plano diretor de que trata o Capítulo III da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, ou, no caso de municípios excluídos dessa obrigação legal, em legislação equivalente.

Art. 12. Os recursos do FNHIS serão aplicados de forma descentralizada, por intermédio dos Estados, Distrito Federal e Municípios, que deverão:

I – constituir fundo, com dotação orçamentária própria, destinado a implementar Política de Habitação de Interesse Social e receber os recursos do FNHIS;

II – constituir conselho que contemple a participação de entidades públicas e privadas, bem como de

segmentos da sociedade ligados à área de habitação, garantido o princípio democrático de escolha de seus representantes e a proporção de 1/4 (um quarto) das vagas aos representantes dos movimentos populares;

III – apresentar Plano Habitacional de Interesse Social, considerando as especificidades do local e da demanda;

IV – firmar termo de adesão ao SNHIS;

V – elaborar relatórios de gestão; e

VI – observar os parâmetros e diretrizes para concessão de subsídios no âmbito do SNHIS de que trata os arts. 11 e 23 desta lei.

§ 1º As transferências de recursos do FNHIS para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios ficam condicionadas ao oferecimento de contrapartida do respectivo ente federativo, nas condições estabelecidas pelo Conselho Gestor do Fundo e nos termos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 2º A contrapartida a que se refere o § 1º dar-se-á em recursos financeiros, bens imóveis urbanos ou serviços, desde que vinculados aos respectivos empreendimentos habitacionais realizados no âmbito dos programas do SNHIS.

§ 3º Serão admitidos conselhos e fundos estaduais, do Distrito Federal ou municipais, já existentes, que tenham finalidades compatíveis com o disposto nesta lei.

§ 4º O Conselho Gestor do FNHIS poderá dispensar municípios específicos do cumprimento dos requisitos de que tratam os incisos I e II do **caput** deste artigo, em razão de características territoriais, econômicas, sociais ou demográficas.

§ 5º É facultada a constituição de fundos e conselhos de caráter regional.

Art. 13. Os recursos do FNHIS e dos fundos estaduais, do Distrito Federal e municipais poderão ser associados a recursos onerosos, inclusive os do FGTS, bem como a linhas de crédito de outras fontes.

CAPÍTULO III

Das Atribuições dos Integrantes do SNHIS

SEÇÃO I

Do Ministério das Cidades

Art. 14. Ao Ministério das Cidades, sem prejuízo do disposto na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, compete:

I – coordenar as ações do SNHIS;

II – estabelecer, ouvido o Conselho das Cidades, as diretrizes, prioridades, estratégias e instrumentos para a implementação da Política Nacional de Habitação de Interesse Social e os Programas de Habitação de Interesse Social;

III – elaborar e definir, ouvido o Conselho das Cidades, o Plano Nacional de Habitação de Interesse Social, em conformidade com as diretrizes de desenvolvimento urbano e em articulação com os planos estaduais, regionais e municipais de habitação;

IV – oferecer subsídios técnicos à criação dos Conselhos Estaduais, do Distrito Federal, Regionais e Municipais com atribuições específicas relativas às questões urbanas e habitacionais, integrantes do SNHIS;

V – monitorar a implementação da Política Nacional de Habitação de Interesse Social, observadas as diretrizes de atuação do SNHIS;

VI – autorizar o FNHIS a ressarcir os custos operacionais e correspondentes encargos tributários do agente operador;

VII – instituir sistema de informações para subsidiar a formulação, implementação, acompanhamento e controle das ações no âmbito do SNHIS, incluindo cadastro nacional de beneficiários das políticas de subsídios, e zelar pela sua manutenção, podendo, para tal, realizar convênio ou contrato;

VIII – elaborar a proposta orçamentária e controlar a execução do orçamento e dos planos de aplicação anuais e plurianuais dos recursos do FNHIS, em consonância com a legislação federal pertinente;

IX – acompanhar e avaliar as atividades das entidades e órgãos integrantes do SNHIS, visando a assegurar o cumprimento da legislação, das normas e das diretrizes em vigor;

X – expedir atos normativos relativos à alocação dos recursos, na forma aprovada pelo Conselho Gestor do FNHIS;

XI – acompanhar a aplicação dos recursos do FNHIS;

XII – submeter à apreciação do Conselho Gestor as contas do FNHIS, sem prejuízo das competências e prerrogativas dos órgãos de controle interno e externo, encaminhando-as ao Tribunal de Contas da União;

XIII – subsidiar o Conselho Gestor com estudos técnicos necessários ao exercício de suas atividades.

SEÇÃO II

Do Conselho Gestor do FNHIS

Art. 15. Ao Conselho Gestor do FNHIS compete:

I – estabelecer diretrizes e critérios de alocação dos recursos do FNHIS, observado o disposto nesta lei, a política e o Plano Nacional de Habitação estabelecidos pelo Ministério das Cidades e as diretrizes do Conselho das Cidades;

II – aprovar orçamentos e planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos do FNHIS;

III – deliberar sobre as contas do FNHIS;

IV – dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, aplicáveis ao FNHIS, nas matérias de sua competência;

V – fixar os valores de remuneração do agente operador; e

VI – aprovar seu regimento interno.

Parágrafo único. Na aplicação de recursos pelo FGTS na forma de subsídio na área habitacional serão observadas as diretrizes de que trata o inciso I deste artigo.

SEÇÃO III

Da Caixa Econômica Federal

Art. 16. A Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente operador do FNHIS, compete:

I – atuar como instituição depositária dos recursos do FNHIS;

II – definir e implementar os procedimentos operacionais necessários à aplicação dos recursos do FNHIS, com base nas normas e diretrizes elaboradas pelo Conselho Gestor e pelo Ministério das Cidades;

III – controlar a execução físico-financeira dos recursos do FNHIS; e

IV – prestar contas das operações realizadas com recursos do FNHIS com base nas atribuições que lhe sejam especificamente conferidas, submetendo-as ao Ministério das Cidades.

SEÇÃO IV

Dos Conselhos Estaduais, do Distrito Federal e Municipais

Art. 17. Os estados que aderirem ao SNHIS deverão atuar como articuladores das ações do setor habitacional no âmbito do seu território, promovendo a integração dos planos habitacionais dos municípios aos planos de desenvolvimento regional, coordenando atuações integradas que exijam intervenções intermunicipais, em especial nas áreas complementares à habitação, e dando apoio aos municípios para a implantação dos seus programas habitacionais e das suas políticas de subsídios.

Art. 18. Observadas as normas emanadas do Conselho Gestor do FNHIS, os conselhos estaduais, do Distrito Federal e municipais fixarão critérios para a priorização de linhas de ação, alocação de recursos e atendimento dos beneficiários dos programas habitacionais.

Art. 19. Os conselhos estaduais, do Distrito Federal e municipais promoverão ampla publicidade das formas e critérios de acesso aos programas, das modalidades de acesso à moradia, das metas anuais de atendimento habitacional, dos recursos previstos e

aplicados, identificados pelas fontes de origem, das áreas objeto de intervenção, dos números e valores dos benefícios e dos financiamentos concedidos, de modo a permitir o acompanhamento e fiscalização pela sociedade das ações do SNHIS.

Parágrafo único. Os conselhos deverão também dar publicidade às regras e critérios para o acesso a moradias no âmbito do SNHIS, em especial às condições de concessão de subsídios.

Art. 20. Os conselhos estaduais, do Distrito Federal e municipais devem promover audiências públicas e conferências, representativas dos segmentos sociais existentes, para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e programas habitacionais no âmbito do SNHIS.

Art. 21. As demais entidades e órgãos integrantes do SNHIS contribuirão para o alcance dos objetivos do referido sistema no âmbito de suas respectivas competências institucionais.

CAPÍTULO IV Dos Benefícios e Subsídios Financeiros do SNHIS

Art. 22. O acesso à moradia deve ser assegurado aos beneficiários do SNHIS, de forma articulada entre as 3 (três) esferas de Governo, garantindo o atendimento prioritário às famílias de menor renda e adotando políticas de subsídios implementadas com recursos do FNHIS.

Art. 23. Os benefícios concedidos no âmbito do SNHIS poderão ser representados por:

I – subsídios financeiros, suportados pelo FNHIS, destinados a complementar a capacidade de pagamento das famílias beneficiárias, respeitados os limites financeiros e orçamentários federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais;

II – equalização, a valor presente, de operações de crédito, realizadas por instituições financeiras autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional e fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil;

III – isenção ou redução de impostos municipais, distritais, estaduais ou federais, incidentes sobre o empreendimento, no processo construtivo, condicionado à prévia autorização legal;

IV – outros benefícios não caracterizados como subsídios financeiros, destinados a reduzir ou cobrir o custo de construção ou aquisição de moradias, decorrentes ou não de convênios firmados entre o poder público local e a iniciativa privada.

§ 1º Para concessão dos benefícios de que trata este artigo serão observadas as seguintes diretrizes:

I – identificação dos beneficiários dos programas realizados no âmbito do SNHIS no cadastro nacional

de que trata o inciso VII do art. 14 desta lei, de modo a controlar a concessão dos benefícios;

II – valores de benefícios inversamente proporcionais à capacidade de pagamento das famílias beneficiárias;

III – utilização de metodologia aprovada pelo órgão central do SNHIS para o estabelecimento dos parâmetros relativos aos valores dos benefícios, à capacidade de pagamento das famílias e aos valores máximos dos imóveis, que expressem as diferenças regionais;

IV – concepção do subsídio como benefício pessoal e intransferível, concedido com a finalidade de complementar a capacidade de pagamento do beneficiário para o acesso à moradia, ajustando-a ao valor de venda do imóvel ou ao custo do serviço de moradia, compreendido como retribuição de uso, aluguel, arrendamento ou outra forma de pagamento pelo direito de acesso à habitação;

V – impedimento de concessão de benefícios de que trata este artigo a proprietários, promitentes compradores, arrendatários ou cessionários de imóvel residencial;

VI – para efeito do disposto nos incisos I a IV do **caput** deste artigo, especificamente para concessões de empréstimos e, quando houver, lavratura de escritura pública, os contratos celebrados e os registros cartorários deverão constar, preferencialmente, no nome da mulher.

§ 2º O beneficiário favorecido por programa realizado no âmbito do SNHIS somente

será contemplado 1 (uma) única vez com os benefícios de que trata este artigo.

§ 3º Outras diretrizes para a concessão de benefícios no âmbito do SNHIS poderão ser definidas pelo Conselho Gestor do FNHIS.

CAPÍTULO V Disposições Gerais, Transitórias e Finais

Art. 24. E facultada ao Ministério das Cidades a aplicação direta dos recursos do FNHIS até que se cumpram as condições previstas no art. 12 desta lei.

Art. 25. Esta lei será implementada em consonância com a Política Nacional de Habitação e com o Sistema Nacional de Habitação, na forma definida pelo Ministério das Cidades.

Art. 26. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Prorrogo a sessão para concluir a leitura da Ordem do Dia. **Item 21:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2003
(*Votação nominal*)

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2003 (nº 306/2000, na Câmara dos Deputados), que *acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura.*

Parecer favorável, sob nº 195, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Marcelo Crivella.

A votação fica transferida para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 22:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 73, DE 1999

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *inclui novo inciso no § 9º, além de novos parágrafos no art. 165 da Constituição Federal* (participação da população ou de entidades civis legalmente constituídas na elaboração, aprovação e execução do processo orçamentário).

Parecer sob nº 1.398, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da última quinta-feira, quando deixou de ser apreciada tendo em vista a falta de quorum qualificado para deliberação dos itens 1 a 19.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias consecutivas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a quarta sessão de discussão.

Em discussão a matéria, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 23:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 31, DE 2000

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.*

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da última quinta-feira, quando deixou de ser apreciada tendo em vista a falta de quorum qualificado para deliberação dos itens 1 a 19.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias consecutivas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a quarta sessão de discussão.

Em discussão a matéria, em primeiro turno.

(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 24:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador An-

tonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Parecer sob nº 1.199, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da última quinta-feira, quando deixou de ser apreciada tendo em vista a falta de quorum qualificado para deliberação dos itens 1 a 19.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias consecutivas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a quarta sessão de discussão.

Em discussão a matéria, em primeiro turno.

(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 25:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2004

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer, sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da última quinta-feira, quando deixou de ser apreciada tendo em vista a falta de quorum qualificado para deliberação dos itens 1 a 19.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas

emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a quarta sessão de discussão.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 568, DE 2005

Requeiro, nos termos do inciso III do art. 279 do Regimento Interno, o adiamento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 12/2004, que “acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”, a fim de que seja feita na Sessão do dia 14 de junho vindouro.

Sala das Sessões em 24 de maio de 2005. – Senador **Delcídio Amaral**.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente. Antes de votar, eu quero saber exatamente o que é.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Qual é a PEC, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – É o Item 25 da pauta, que acabamos de ler.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Senador Delcídio Amaral, é aquela PEC...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Discussão em primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o nobre Senador Luiz Otávio e outros Srs. Senadores.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, vou encaminhar contrariamente ao requerimento do Senador Delcídio Amaral, com todo o respeito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; dispõe sobre processo em andamento de criação de novos Municípios.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Rejeitado o requerimento.

Passa-se à discussão da matéria.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para prosseguimento da quinta sessão de discussão.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Dia 14 de junho?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Foi rejeitado o requerimento.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – O requerimento era para adiar para 14 de junho.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento foi rejeitado. Portanto, será seguido o calendário normal, ordinário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 26:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Relatora Senadora Serys Slhessarenko, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da última quinta-feira, quando deixou de ser apreciada tendo em vista a falta de quórum qualificado para deliberação dos itens 1 a 19.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias consecutivas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a terceira sessão de discussão.

Em discussão a matéria, em primeiro turno.

(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 569, DE 2005

Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a Retirada do Requerimento nº 544, de 2005.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 2005. – **Delcídio Amaral.**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com base no art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno, defiro a retirada do requerimento.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 570, DE 2005

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2005 que, “Regulamenta as relações entre a internet e a propaganda eleitoral e dá outras providências”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 2005. – **Hélio Costa.**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o Requerimento nº 560, lido anteriormente.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os Srs. Senadores Ney Suassuna, Nezinho Alencar, Teotonio Vilela Filho, Sérgio Guerra, Maguito Vilela e Augusto Botelho enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o desemprego é um grave problema dos tempos modernos que aflige quase todas as nações.

Após a crise do Estado do Bem-Estar Social, onde políticas governamentais amparavam o trabalhador mesmo na inatividade temporária, o modelo de desenvolvimento econômico voltou-se para novos padrões de produtividade, e os cortes orçamentários surgiram na ordem do dia.

Vivemos, então, a era da responsabilidade fiscal, hoje símbolo maior da boa governança e do respeito à coisa pública.

O orçamento público não é mais, nem poderá voltar a ser, aquela “mãe” generosa que tudo quer prover, mesmo quando não tem.

Mas o Estado, nunca poderá eximir-se, como já defendia Lorde Keynes na primeira metade do século passado, de seu papel de grande indutor da economia, contribuindo decisivamente para a geração de emprego e renda.

Foi assim que Roosevelt, o maior presidente que os Estados Unidos da América já tiveram, conseguiu tirar o seu país do atoleiro da Grande Crise de 1929.

De fato, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a grande sabedoria é combinar a disciplina e responsabilidade fiscal – uma exigência moderna da qual não podemos fugir com políticas agressivas de fomento à produção e ao emprego.

Não temos dúvidas de que é isso que o Presidente Lula vem buscando, incansavelmente, desde que assumiu a Presidência da República.

Se por um lado o combate à inflação e o desajuste das contas externas obrigaram o Governo a lançar mão de instrumentos monetários de contenção, por outro pudemos testemunhar algumas iniciativas, ainda que incipientes, cujo objetivo era o de estimular a geração de emprego e renda em nosso País.

Exemplo claro foi a política de incentivo ao microcrédito.

Nós, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, agremiação que compõe a base de sustentação governista nesta Casa, acreditamos que o Governo acerta em acolher os preceitos da responsabilidade fiscal.

Entretanto, não podemos nos afastar do nosso papel fundamental, como representantes legítimos do Povo, de cobrar das autoridades econômicas medidas cada vez mais firmes e concretas no sentido de revigorar e fortalecer nosso sistema produtivo.

Precisamos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, simplificar e desburocratizar a abertura de novas empresas, processo ainda dos mais complicados em nosso País.

Precisamos desonerar tributariamente as micro e pequenas empresas, as principais geradoras de emprego no Brasil.

Precisamos, Senhor Presidente, Sras e Srs Senadores, combater a informalidade em nossa economia, oferecendo incentivos aos trabalhadores autônomos e aos empregadores para que registrem as carteiras de trabalho.

Precisamos ampliar e efetivar o Programa do Primeiro Emprego, possibilitando aos jovens recém-ingressos no mercado de trabalho a oportunidade de conseguir mostrar suas habilidades e seu talento.

Precisamos, meus Nobres Colegas, de uma vez por todas, tirar nossa economia do viés financista que hoje pratica para colocá-la a serviço da produção e da geração de emprego e renda.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, no mês em que se comemorou o Dia do Trabalhador, queremos deixar aqui a mensagem e o desejo de que o Brasil consiga, em um futuro próximo, acabar com a praga vil do desemprego, mácula das mais terríveis e humilhantes de nosso tempo.

Virtuosa é a nação que possibilita a todo o seu povo a dignidade do trabalho honesto e produtivo. Como nos ensina o Salmo 128, “Bem-Aventurado é aquele que teme ao Senhor e anda nos seus caminhos, pois comerás do trabalho das tuas mãos; feliz serás, e te irá bem”.

O povo não quer esmola, quer trabalho, dignidade e respeito.

Muito obrigado.

O SR. NEZINHO ALENCAR (Bloco/PSB – TO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta tarde quero chamar a atenção deste Plenário para a necessidade de se debater uma ação conjunta dos diferentes níveis de governo, formando uma verdadeira coalizão, para debelar os graves problemas urbanos que há muito afligem a população brasileira.

Inicialmente, relembro, em linhas gerais, o processo de urbanização ocorrido nas últimas décadas em nosso País. Em 1940, ano do primeiro censo brasileiro que mediu as taxas nacionais de urbanização, apenas um terço da população concentrava-se nas cidades. Nos anos 50 o grau de urbanização começou a crescer acentuadamente na região Sudeste, não parando mais e se estendendo na direção do Sul brasileiro, se tornando marcante, nas demais regiões, a partir dos anos 70.

Obviamente que as razões desse êxodo para as cidades estão associadas às chances de conseguir trabalho mais bem remunerado e melhores condições de vida, bem como à maior oferta de serviços públicos, tais como educação e saúde. Em termos da geração de empregos, o crescimento da atividade industrial brasileira ainda é o combustível que alimenta esse processo.

Quarenta anos depois, portanto em 1980, a população urbana já superava a rural em todas as regiões do País. Nessa época verificou-se, no Brasil, um dos maiores êxodos populacionais de que se tem notícia, quando 40 milhões de pessoas, o equivalente a um terço da população brasileira, migraram do campo para a cidade, de um município para outro ou de uma região para outra.

O acentuado processo de conurbação que se sucedeu, no qual os municípios crescem a ponto de

fundir seus limites, iniciou-se naquela década e prosseguiu durante os anos 90. Isso fez que surgir as regiões metropolitanas, as chamadas "RM" em vários pontos do nosso território. Como resultado surgiu um novo fenômeno urbano que se traduz no fato de uma mesma comunidade socioeconômica estar sujeita a mais de uma administração política.

Sr. Presidente, atualmente, no Brasil já foram formadas e reconhecidas, por lei, 25 regiões metropolitanas, nas quais estão nada menos do que 84% da população do País.

É preciso ressaltar que o crescimento dessas áreas foi motivado pela expansão da atividade urbana e industrial que se verificava há época dos grandes movimentos migratórios, como se constata, nos dias atuais, no Estado do Rio de Janeiro que tem atraído uma grande massa de nordestinos vindos, principalmente da Paraíba, que têm sido atraídos pelo disse-que-disse de quem migrou anteriormente e que hoje se encontram em situação econômica melhor do que viviam em suas cidades de origem.

O problema maior tem sido o mesmo ao longo de todo esse período de movimentação migratória: os investimentos em infra-estrutura ficam sempre muito aquém do que deveriam. Deixa, assim, grande parte da população mal assistida no que diz respeito à habitação, ao saneamento básico, aos transportes, à saúde e em outros serviços públicos.

Para agravar a situação, o refreado crescimento da nossa economia, em boa parte a favor do contraditório pagamento do serviço da dívida externa, e a conseqüente diminuição dos postos de trabalho, nas duas últimas décadas, fizeram surgir uma legião de desempregados nas regiões metropolitanas.

Para ser mais objetivo sugiro que seja feita uma associação óbvia: menos emprego implica, dentre outras questões, no empobrecimento da população e na geração direta do que se pode chamar de "favelização" das cidades.

Tudo isso, por seu turno, acaba por culminar na degradação dos bens e serviços públicos, favorecendo e disparando para cima os índices de violência que vemos noticiados diariamente nos meios de comunicação, por exemplo.

Entre 1980 e 2000, segundo o Atlas da Exclusão Social no Brasil, o número de homicídios por 100 mil habitantes aumentou sensivelmente nas RM. Em São Paulo, Porto Alegre e Recife, os homicídios cresceram acima de 200%. Em Salvador, o índice é alarmante: 360% de aumento nas ocorrências desse delito.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos esses fatores contribuíram para que o governo federal concentrasse nas regiões metropolitanas metade das verbas para habitação e saneamento durante os anos de 2003 e 2004.

Um plano de ação do Ministério das Cidades elegeu as RM de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Belém, Fortaleza, Salvador, Porto Alegre, Curitiba e Distrito Federal, além da cidade de Manaus, prioridades do investimento federal nos próximos 20 anos.

Nessas localidades, que concentram 82% dos domicílios subnormais do País, há um déficit habitacional de mais de dois milhões de casas.

Marco emblemático na questão do ordenamento e planejamento urbano foi o Estatuto da Cidade, aprovado, com unanimidade, pelo plenário desta Casa no dia 18 de junho de 2001. Pelo Estatuto, todos os municípios brasileiros com mais de 20 mil habitantes têm prazo até o próximo ano para elaborar plano diretor, a fim de organizar o crescimento do município e prepará-lo para o futuro. Tal exigência da lei força uma pergunta a ser respondida pelos senhores Prefeitos que assumiram recentemente suas funções: Suas administrações estão preparadas para cumprir tal preceito legal?

Talvez sim, talvez não. O fato é que, o IBGE detectou um aumento de 25% no número de favelas durante a última década, favelas que, hoje, somam cerca de quatro mil em todo o Brasil e isso por si só é um fator que põe um ingrediente a mais nos complexos planos a serem apresentados e executados pelas prefeituras da Regiões Metropolitanas.

Outra área extremamente sensível nas grandes cidades é o dos transportes. A frota brasileira de veículos particulares aumentou nada menos do que 70 vezes nas últimas cinco décadas! É um aumento de sete mil por cento. Só para ser ter uma idéia em números concretos, já em 2003 circulavam pelas sofridas estradas e ruas das cidades brasileiras algo em torno de 36 milhões de veículos.

O tempo gasto nos engarrafamentos faz com que nossa gente tenha menor produtividade e pior qualidade de vida. O desperdício de tempo no trânsito é duplamente perverso: rouba tempo útil e deixa desgastada e estressada tanto a população de motoristas quanto a de transeuntes. Os especialistas em grandes centros urbanos denominam esse fator como "deseconomia urbana".

No fim da década passada, calculava-se em mais de meio bilhão de reais o prejuízo anual com congestionamentos nas dez principais cidades bra-

sileiras. Se computados todos os centros urbanos do País, certamente esse número chegaria à casa dos bilhões de reais.

Como o tempo é curto, infelizmente, sou forçado a deixar de analisar com mais profundidade os importantes prejuízos causados à saúde e à vida dos habitantes, além da questão do sangramento dos recursos públicos destinados à área de atendimento aos acidentados no trânsito.

Basta dizer que contribuem para seu aumento a má conservação de ruas e estradas, a falta de sinalização adequada, o sucateamento da frota e o desrespeito ao Código de Trânsito. Nosso País tem um dos mais altos índices de colisões automobilísticas do mundo, as estatísticas mostram isso com clareza, basta que se veja que em 2002 foram mais de 18 mil mortos e 320 mil feridos em 250 mil acidentes, segundo o Denatran.

Pelo mesmo motivo da escassez de tempo deixo de discorrer sobre os problemas urbanos na área da saúde pública, educação, ação social e tantas outras tão importantes quanto as que foram até aqui abordadas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mas o que preciso registrar de maneira clara neste meu pronunciamento é a necessidade de integração das três esferas de governo, com vistas ao enfrentamento dos graves problemas urbanos que amarguram os brasileiros.

É imperioso juntar numa força tarefa as ações e recursos governamentais, integrando municípios, estados e União. Faço desse mister minha luta pública, pois acredito ser esta a única alternativa capaz de resolver de forma sustentável os problemas como transporte, segurança, coleta e destino final do lixo, captação de água, destino do esgoto, habitação e uso do solo, que são apenas alguns dos principais problemas existentes.

Quanto está em pauta o bem-estar da sociedade outras questões devem ser relegadas a planos menores. O cidadão não merece ser tratado como peça de um jogo no qual o Poder Público prioriza questões e articulações políticas em prejuízo das soluções práticas para os problemas que angustiam a população, fazendo prevalecer a lógica, muitas vezes perversa e equivocada, das posições ideológicas vigentes.

Uma ação governamental articulada que busque a definitiva resolução do cipoal de problemas das conturbadas áreas urbanas é o que espera a população

que seja feito pelos homens e mulheres que estão à frente da administração pública brasileira.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado!

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna desta Casa nesta oportunidade para trazer ao conhecimento de Vossas Excelências e da Nação teor do Editorial publicado no Jornal “Gazeta Mercantil” desta terça-feira, 24 de maio, intitulado “Entre a LRF e o investimento social”, chamando a atenção para o grave fato de que o BNDES emprestou só um terço do que podia a prefeituras e estados em nosso País, por falta de demanda e pelo tipo de índice de reajuste das dívidas, e por causa da Lei de Responsabilidade Fiscal, alega.

As maiores vítimas dessa decisão do banco e dos gestores públicos foram as ações sociais que acabaram recebendo, de janeiro a abril, menos de dois milhões de reais, uma queda de 67% em relação a igual período do ano passado. O Banco avisou, também, que o item “obras paradas” provocou queda de 76% nas liberações para desenvolvimento urbano.

O artigo dá conta de que o próprio diretor da Área Social do Banco, Maurício Lemos, apresenta explicação de que praticamente parou a demanda por novos projetos e registra, ainda, que prefeitos e governadores estão obrigados pelas regras da instituição a apresentar contrapartidas e continuar investindo nas obras já iniciadas para receber dinheiro novo, qualquer que seja o município, grande ou pequeno, e todos sabem que os mais de cinco mil prefeitos empossados em janeiro de 2005, encontraram vazios os cofres das Prefeituras.

Talvez tudo isto esteja acontecendo porque o BNDES prefere emprestar para outros países, como tem feito ultimamente.

Sr. Presidente, requero, nos termos regimentais, transcrição do inteiro teor da matéria a que me refiro acima, para que figure nos Anais do Senado da República.

Era o que tinha a dizer!

Obrigado!

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

GAZETA MERCANTIL

OPINIÃO

EDITORIAL

Entre a LRF e o investimento social

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) emprestou, no primeiro trimestre deste ano, um terço do que permitiam os contratos com as prefeituras e estados. No total, permanecem à disposição de governadores e prefeitos mais de R\$ 1,8 bilhão nos cofres do banco. As maiores vítimas dessa decisão do banco e dos gestores públicos foram as ações sociais que acabaram recebendo, de janeiro a abril, menos de R\$ 2 milhões, uma queda de 67% em relação a igual período do ano passado. O BNDES também avisou que o item "obras paradas" provocou queda de 76% nas liberações para desenvolvimento urbano.

O diretor da Área Social do banco, Maurício Lemos, explicou que "praticamente parou a demanda por novos projetos" sem deixar de registrar que prefeitos e governadores estão obrigados pelas regras da instituição a "apresentar contrapartidas e continuar investindo nas obras já iniciadas" para receber dinheiro novo. A situação é igual, seja qual for o porte do município.

O Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam) avisou que a posse de 5.562 prefeitos em janeiro estava

marcada pelo "pouco dinheiro em caixa". Como mostrou o Perfil dos Municípios Brasileiros, divulgado em abril pelo IBGE, parte desse endividamento se deve ao inchaço nas folhas de pagamento. Entre 1999 e 2002, enquanto o número de pessoas ocupadas no País cresceu 6,6%, o número de fun-

O BNDES emprestou só um terço do que podia a prefeituras e estados, por falta de demanda e pelo tipo de índice de reajuste das dívidas

cionários das prefeituras saltou de 3,4 milhões para 4,02 milhões, crescimento de 18%.

Não foi apenas a abertura de novas 1.500 prefeituras que explica esse salto, distante de qualquer outra referência de emprego e renda no período, mas também as crescentes atribuições decorrentes da descentralização definida pela Constituição de 1988. O aumento no número de funcionários atingiu todo tipo de cidade nos últimos anos, mas nos municípios entre 20 mil e 100 mil habitantes foi muito expressivo: crescimento médio de 25%.

Esses motivos são reais, mas não justificariam abandono de tal ordem nas novas demandas e ações sociais com recursos do BNDES. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que impôs a nova cultura fiscal predominante na administração pública brasileira nos últimos anos, também tem a sua dose de responsabilidade nesse quadro. Primeiro, porque a lei permanece incompleta: o conselho de gestão, que deveria uniformizar a aplicação das regras, não saiu do papel.

Sem a implantação do Conselho, o Tribunal de Contas de cada estado aplica a lei segundo interpretação própria, dando margem às interferências políticas. Os prefeitos e até governadores enredam-se em apadrinhamentos políticos, esperando "compreensão" de suas dificuldades nos tribunais. Se conseguem ou não, é outro assunto, mas os prefeitos acabam comprometendo, até pela espera, a nova decisão de investimento.

A LRF interfere na distribuição do processo produtivo da economia, como já notou o presidente do IBGE, Eduardo Nunes. Municípios endividados não atraem investimento produtivo. E a LRF, ao impor limites ao endividamento público,

define a distribuição da "decisão de investimento". Em outras palavras, municípios pobres acabam mais pobres e ricos concentram cada vez mais investimentos: apenas 407 cidades, como mostram o IBGE, concentram 73,2% da população e 75,2% da riqueza.

Como os dados do BNDES revelam, há um "outro lado", não necessariamente promissor, na LRF. Fazer esta constatação não significa incentivo ao gasto público irresponsável ou à construção de enormes déficits orçamentários que comprometem o futuro das cidades. Como está, a LRF está comprometendo o "presente" dessas cidades.

O Senado discutiu, mas não decidiu, a troca de índices de reajustes das dívidas (do IGP-DI para o IPCA), que aliviaria, sem ferir os princípios da LRF, os compromissos de estados e municípios. Os dados do BNDES, referentes ao abandono de projetos sociais no poder público brasileiro, demonstram o quanto é urgente o debate e a reforma desses índices de atualização dessas dívidas do poder público que fica mais perto do cidadão.

Para imprimir, enviar ou comentar, acesse: www.gazetamercantil.com.br/editorial

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo publicado no jornal **O Globo**, veiculado no dia 23 de maio de 2005, intitulado "Um caso de assassinato empresarial".

Senhor Presidente, sabemos que dentre as empresas nacionais, pouquíssimas são aquelas que conseguem de forma dinâmica e estruturada apresentar características competitivas que possam, em condições de igualdade e dentro de um processo produtivo, afron-

tar as multinacionais procedentes das várias nações com características de locomotivas industriais.

A Vale do Rio Doce é um exemplo claro, sólido e contundente de que podemos fazer melhor no cenário internacional. A vulnerabilidade das contas externas brasileiras são compensadas por uma atividade empreendedora e criativa dessa empresa que muito contribui para nossas exportações, compensado o nosso déficit.

Exportar é um caminho seguro que trilha objetivos econômicos para além de nossas fronteiras e que de forma já amplamente divulgada e estudada, fortalece

a microeconomia do país exportador. Não resta dúvida, desse modo, a ampla contribuição da Vale do Rio Doce para com o patrimônio Nacional.

O Risco Brasil baixo é exemplo claro do respaldo de um trabalho sério o qual corrobora essa companhia, que consegue convencer e tornar credível um esforço de credibilidade internacional que consegue reverter de modo factível em melhores empréstimos e captações de recursos para o Brasil.

Para concluir, Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O GLOBO

Um caso de assassinato empresarial

ELIEZER BATISTA e
RAPHAEL DE ALMEIDA MAGALHÃES

É consensual que o calcanhar-de-aquiles do Brasil é a vulnerabilidade de nossas contas externas. Como é, também, consensual que exportar é o único caminho seguro para fechar esta brecha externa que compromete, inclusive, o grau de autonomia decisória do país.

Alcançamos, no ano passado, a marca histórica de US\$ 100 bilhões na exportação. Neste ano, caminhamos para um novo recorde de US\$ 115 bilhões. Este desempenho, não obstante a valorização do real, permitiu ao país, nos últimos tempos, alcançar um superávit crescente no conjunto de nossas contas externas, com reflexo favorável sobre a evolução do risco Brasil, a cotação dos títulos da dívida brasileira negociados no exterior e a redução do custo de captação dos financiamentos externos promovidos por empresas privadas brasileiras.

A maior exportadora brasileira é a Companhia Vale do Rio Doce, responsável, no último ano, por 13,7 do superávit comercial brasileiro, ou US\$ 4,6 bilhões. E exporta, no essencial, uma matéria-prima de baixo valor unitário em competição com fornecedores cujas minas estão localizadas muito mais próximas dos mercados europeus e asiáticos.

As duas ferrovias — a Vitória-Minas e a Estrada de Ferro de Carajás — e seus dois principais portos — Tubarão e Porto de Madeira — ativos que integram o patrimônio da Vale são essenciais para o desempenho exportador da companhia. E são, reconhecidamente, as duas ferrovias e os dois portos de melhor desempenho operacional do mundo. Sem que as duas ferrovias e os dois portos sejam por ela administrados, a Vale perde poder de competição no mercado internacional com grave reflexo sobre o balanço de pagamento brasileiro, num produto em que, graças à Vale, o Brasil domina o mercado mundial.

A Vale supera seus concorrentes exatamente por haver integrado, em um sistema unificado, todas as fases de seu processo produtivo, desde a extração do minério até sua entrega final no pátio da siderúrgica, sua cliente no exterior.

Este o seu segredo e a razão de seu extraordinário sucesso no mercado internacional, no qual a Vale coloca praticamente a totalidade de sua produção. Mina, ferrovia, porto e navio, são, assim, peças de uma mesma engrenagem empresarial que garante à Vale bater seus concorrentes internacionais com as quais disputa o mercado mundial.

Este desempenho extraordinário não se deve, mesmo ao tempo da Vale sob controle estatal, a incentivos governamentais nem à paridade cambial. Este desempenho, vital para o país, e que se confunde com a história intrínseca da companhia, tem o seu fundamento estratégico na maneira pela qual a empresa se estruturou ao longo de sua trajetória como empresa pública e, agora, sob gestão privada brasileira — uma empresa integrada de mineração e logística.

Em linha com esta visão estratégica da integração mina-pátio do cliente, para ampliar à sua escala de produção e muscular o seu poder de mercado na arena internacional, a empresa adquiriu a Samitri, a Samarco, a MBR e a Ferteco.

Estas aquisições de empresa antes sob controle de sociedades estrangeiras foi fundamental para fortalecer a Vale em seu embate com a BHP e com a Rio Tinto, com as quais, disputa, ferozmente, o mercado mundial de minério de ferro. Sem estas aquisições, a Vale seguiria sendo um *player* secundário, submetida à vontade hegemônica de seus concorrentes, que seriam os grandes vencedores se pudesse vir a prevalecer a espúria tese de seu esquarteramento.

Controlar a mina não basta. A ferrovia, em si, é insuficiente. O porto, per se, não basta. A característica da

Vale, sua marca de fábrica, é a integração desses serviços que se completam e forjam uma companhia de mineração e logística voltada para o mercado externo no qual é o único *player* brasileiro com capacidade de fixar o preço de seu produto.

Destruir este sistema, desfigurá-lo na sua integridade, é cometer um assassinato empresarial contra o Brasil. É claro que a empresa e os seus acionistas perdem. Mas, antes de tudo, perderá o Brasil. E, paradoxalmente, ganharão os nossos concorrentes estrangeiros fornecedores de minério às siderúrgicas estrangeiras clientes da Vale. Pois a Vale, desfigurada, terá sua eficácia operacional seriamente afetada e perderá poder de mercado.

Desintegrar a Vale é, assim, fazer o jogo dos grupos internacionais, seus concorrentes, no mercado mundial. Nada tem a ver com a proteção ao consumidor brasileiro, nem com práticas monopolistas que maculariam a concorrência.

É o depoimento que de público, neste momento delicado para os destinos da companhia, prestamos convencidos de que os interesses da Vale se cruzam com os interesses maiores do país. E diante destes não podem prevalecer questões menores. Pois, uma decisão que fratura a estrutura econômica da Vale, fere de morte uma companhia, constituída pela Nação brasileira para servir ao Brasil e que conquistou a hegemonia mundial como provedor de matéria-prima para a siderurgia, graças à revolução que promoveu no seu sistema de logística — ferroviária, portuária e marítima — convertendo uma enorme distância física que a separava dos mercados internacionais numa distância econômica competitiva e vitoriosa.

ELIEZER BATISTA foi ministro de Minas e Energia e presidente da Companhia Vale do Rio Doce. RAPHAEL DE ALMEIDA MAGALHÃES é advogado e foi ministro da Previdência Social.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o ex-Senador Iris Rezende Machado chega a cinco meses de gestão à frente da prefeitura de Goiânia neste mês de maio. Nesse breve período, deixa registrada uma lição muito clara sobre a política e os políticos: compromissos feitos em campanha são compromissos a serem cumpridos no exercício do mandato.

No ano passado, como candidato, o prefeito Iris Rezende apresentou uma plataforma de trabalho em que propunha atacar, de forma muito vigorosa, os pontos de maior estrangulamento na cidade de Goiânia: saúde, transporte coletivo e falta de asfaltamento nos bairros mais afastados.

Foi duramente criticado por adversários. Os compromissos de Iris foram taxados de “promessas absurdas” ou “compromissos mirabolantes”, que não teriam condições de ser resgatados.

Como a população de Goiânia conhece bem o competente administrador que é Iris Rezende, ela não deu bola aos ataques e o elegeu com quase 60% dos votos válidos. Ainda no início de seu mandato, Iris já pode computar um grande caminho percorrido no cumprimento de seus compromissos.

Em pouco mais de 100 dias, Iris resgatou seu principal compromisso com a saúde, fazendo abrir e funcionar todos os Cais de Goiânia 24 horas por dia. Agora nesse mês, anunciou um projeto arrojado para melhorar o atendimento nas unidades, inclusive com o aumento de médicos e outros profissionais.

Os resultados positivos foram sentidos rapidamente. A facilidade que as pessoas passaram a ter com o atendimento 24 horas perto de casa fez com que houvesse um desafogamento na procura nos grandes hospitais, como o Hugo, o Hospital de Urgências de Goiânia.

Na área de pavimentação está em curso o processo licitatório para asfaltar sete milhões de metros quadrados de ruas, o que vai cobrir quase todas as vias habitadas da cidade onde esse benefício não chegou. As obras começam ainda no primeiro semestre deste ano.

O transporte coletivo começa a sentir as melhorias. Vários terminais foram reformados. Quase 80 ônibus sem condições de tráfego foram retirados de circulação e substituídos por outros, em melhores condições, para dar mais conforto ao usuário.

Setenta novos ônibus se incorporaram à frota da cidade e outros 200 chegarão nos próximos 30 dias. Uma medida que irá melhorar sensivelmente o transporte, porque ataca a principal reclamação do usuário que é a demora e a lotação nos veículos.

Além disso, no último final de semana foram iniciadas obras nas principais vias no centro de Goiânia.

São importantes obras que vão adaptar essas vias para a criação de corredores rápidos para os ônibus. Isso vai dar mais celeridade ao trânsito e, conseqüentemente, tornará as viagens dos ônibus também mais rápidas, com menos transtorno para quem faz uso do sistema.

As ações não param por aí. No último final de semana, o prefeito Iris Rezende retomou a prática dos mutirões, aperfeiçoados para prestar serviços eficientes à comunidade.

Em apenas uma semana, na região Noroeste, escolas, postos de saúde, praças, ruas, praças esportivas foram reformadas e reequipadas. Além disso, mais de 50 mil pessoas receberam algum tipo de atendimento, seja em saúde, assistência jurídica, com emissão de documentos ou de orientação.

E tenho certeza de que é apenas o começo de uma gestão que vai movimentar Goiânia de ponta a ponta. A lição dos 100 dias não deixa margem para dúvidas: o prefeito não só irá cumprir todos os seus compromissos de campanha, como irá surpreender com ações extras que não estavam previstas inicialmente.

Esse é o Iris que Goiás e o Brasil conhecem. O administrador competente, que conversa pouco e trabalha muito. Que não faz “promessas absurdas”, como foi acusado em campanha, mas obras e realizações que melhoram o dia a dia das pessoas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a tolerância da sociedade com os homens públicos que não levam a sério a palavra empenhada tem sido e deve ser cada vez menor. É preciso ter tolerância zero com quem falta com a verdade com o povo.

Em toda a minha vida pública, procurei ter como meta principal justamente honrar a confiança que o povo, nas urnas, depositava em mim e no meu partido. Quando me candidatei a governador de Goiás, por exemplo, o fiz em cima de um tripé de propostas que tinha como objetivo levar Goiás a um novo salto de desenvolvimento: infra-estrutura, industrialização e ação social.

Naquela época, já no primeiro dia de mandato, os compromissos começaram a ser resgatados no campo social, com a implantação de um vigoroso programa de combate à fome e à desnutrição infantil. Um projeto aplaudido pelo saudoso Herbert de Souza, o Betinho, e aprovado pelo Unicef.

No setor de infra-estrutura, demos continuidade às obras em andamento, agindo com a responsabilidade que deve nortear as ações do governante. E construímos outras ao longo do mandato. Conseguimos grandes feitos, como a conclusão da duplicação da rodovia entre Goiânia e Anápolis, esperada há mais de uma década, a reabertura do HGG, o certificado de área livre da febre aftosa, que permitiu que Goiás retomasse as exportações de carne.

Goiás passou a ser a oitava economia do Brasil e a nona mais competitiva, com crescimento anual 70% acima da média nacional. No campo da industrialização, tivemos um dos pontos altos de nossa gestão. Foram centenas de novos empreendimentos que se instalaram em Goiás, como a Perdigão, a Mitsubishi, várias empresas no pólo farmoquímico de Anápolis, hoje o mais importante do Brasil, e tantas outras. Ao todo, em menos de quatro anos, foram cinco bilhões de reais em investimentos.

Agimos com planejamento, seguindo o plano traçado em campanha e os compromissos assumidos com o eleitor. E os resultados vieram. O respeito angariado no cumprimento da palavra é que me trouxe ao Senado e que me dá a tranqüilidade de planejar projetos futuros junto com o povo goiano.

O mesmo exemplo que, como disse, o prefeito Iris Rezende mais vez dispõe para todo o Brasil. O exemplo do político correto, que leva sua atividade com a seriedade e o empenho que o povo exige. Em pouco tempo, Iris fez muito em seu novo mandato como prefeito. E, tenho certeza, fará ainda muito mais, com uma gestão que marcará época na história de Goiânia.

Muito obrigado.

O SR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil de 2005 vive certas realidades únicas e espantosas para uma nação que se insinua capitalista: experimentamos estratosféricas taxas de juro reais, sempre crescentes, ao lado de uma política tributária voraz, que está perigosamente na iminência de exterminar o contribuinte. Juro alto e expropriação tributária são dois dos principais inibidores do empreendedorismo, logo inconcebíveis em um País tão carente de iniciativas. Não estivesse o movimento surrealista já tão distante de nós, seria lícito supor que o Brasil ou, mais precisamente, o atual Governo brasileiro apresta-se a retomá-lo.

A verdade é que a 17 anos do bicentenário de nossa Independência, ainda não fomos capazes de desenhar um projeto mínimo de nação; uma proposta que nos permita contemplar o futuro com alguma seriedade, nutrindo uma perspectiva real de desenvolvimento para a sociedade e o cidadão. É óbvio que isso não se deve à inércia de um só Governo: o conjunto da obra é secular. Entretanto, pela sinalização que emite o Palácio do Planalto, em precoce obsessão pela reeleição, estamos ainda muito distantes de pensar o País com a profundidade exigida.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando o assunto é administração pública, também bancada pelos tributos que recolhemos todos, a perspectiva não é melhor. Em todo o mundo, a administração pública está sendo redimensionada e a gestão governamental profissionali-

zada, buscando contornos de excelência; enquanto isso, em nosso País, o atual Governo e o seu partido tratam obstinadamente de *aparelhar* o Estado. Já são tantos os cargos ocupados pelos partidários, que o Governo perdeu a conta e, relatam os jornais, o Presidente da República teve de encomendar ao Partido dos Trabalhadores um levantamento sobre cargos e ocupantes. Tudo, dentro do mais elevado espírito *republicano*, como gostam de salientar certas autoridades do Governo.

Como conseqüência natural dessa *peculiar* governança, o PT entope seus cofres com o dízimo que impõe aos milhares de apaniguados que hoje se aninham na Esplanada dos Ministérios e adjacências. Entre 2002 e 2003, a arrecadação do partido cresceu 730% (Conforme o jornal Folha de S. Paulo de 16.05.2005, caderno Brasil). Haja contribuinte e capacidade contributiva para manter esse novo estamento!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mas quando imaginei e iniciei este pronunciamento, que não pretendo longo, tratava de encaminhá-lo por uma linha muito bem definida, ou seja, a questão da inadimplência da obrigação tributária e suas trágicas conseqüências para os negócios, para o próprio Fisco e para a economia em geral. Não é segredo, para qualquer brasileiro adulto, a evolução acelerada da carga tributária nas últimas três décadas. A voracidade dos cofres públicos, em sucessivos governos, foi e é tamanha, que parte significativa de nossa economia vive na informalidade. Ora, isso não somente enseja lesões aos direitos trabalhistas e previdenciários de milhões de pessoas, mas também configura um total descompromisso com o recolhimento de tributos, causando pesados prejuízos que serão suportados por toda a sociedade. Engendra uma lógica com elevado grau de perversidade, que, eventualmente, não pode ser avaliada em toda a sua extensão; sem contar que a produtividade no segmento informal da economia é a metade daquela obtida pelos setores formais, que, por sua vez, em geral, ainda não têm um desempenho propriamente invejável.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há outros dados que precisam ser analisados e compreendidos, para que se possa agir adequadamente, e estimular e promover a inclusão, no mercado formal, de milhões de trabalhadores e de negócios. É isso que vai implicar, naturalmente, a necessária e desejada *inclusão fiscal*, pois estaremos ampliando a base de contribuintes. Pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) evidencia que quase metade dos brasileiros vive em famílias chefiadas por trabalhadores da economia informal, vinculados a micro e pequena empresa (Jornal *O Estado de S. Paulo*, 15.05.2005, caderno Economia). A taxa de informalidade de nossa economia é uma das mais altas do mundo – estima-

da em 40% –, quando a média mundial situa-se em 32% e países como Estados Unidos e Argentina, por exemplo, detêm 9% e 25% de informalidade, respectivamente (Revista *Exame*, 02.06.2004). No que se refere ao Brasil, esses números nada têm de positivo. Revelam, antes de tudo, uma tremenda precariedade em nossa arquitetura econômica. E, certamente, são decorrência direta do uso inconseqüente, pelo Estado, do poder de tributar e da crônica indisciplina coletiva na observância do ordenamento jurídico.

Contudo, em muitas ocasiões, tentar escapar do braço fiscal do Estado transformou-se em uma estratégia de sobrevivência, dada a incapacidade de inúmeros negócios observarem estritamente as normas que hoje regem a avidez de nosso emaranhado universo tributário. Ainda há poucas semanas, um dos principais empresários brasileiros, Jorge Gerdau Johanpeter, dizia à revista *Veja* que, antes mesmo de colocar uma empresa para funcionar no Brasil, era preciso recolher uma enormidade de recursos, a título de tributos. Isto é, antes de produzir e comercializar seus produtos, as novas empresas brasileiras já se vêem obrigadas a alimentar os cofres públicos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se tudo isso não bastasse, se essa inauspiciosa realidade já não criasse um ambiente totalmente adverso à livre-iniciativa e ao investimento, tem-se observado, com frequência, a aplicação daquilo que os doutrinadores denominam de *sanções políticas* ou *indiretas*, aplicadas pelo Poder Público ao contribuinte inadimplente. Essas sanções, fundadas em lei, têm como objetivo forçar a adimplência. Na realidade, o que acaba ocorrendo é não apenas a permanência do débito tributário, como também – o que é muito pior quando se pensa a economia nacional – a absoluta inviabilização da atividade econômica por parte do devedor. E isso, acredito, é tudo o que não interessa ao País.

A matéria, aparentemente incontroversa, mas ainda a ameaçar inúmeros contribuintes, chegou ao Supremo Tribunal Federal e contou com a relatoria, naquela corte, do ministro Celso de Mello. Ancorado nos princípios de nossa Carta Política, que garantem a livre prática de atividades econômicas lícitas e a liberdade do exercício profissional, e considerando que o Poder Público detém meios legítimos para exigir créditos tributários, o voto do relator fixou orientação jurisprudencial estabelecendo que a imposição de restrições punitivas, motivadas pela mera inadimplência do contribuinte, revela-se **contrária às liberdades públicas** (Texto de apoio fornecido pelo Gabinete).

Recorde-se ainda que, ao longo dos anos, entavam em vigência três súmulas que impedem a imposição de meios gravosos ao contribuinte devedor.

Vale a pena recuperá-las, para melhor compreensão da vedação. A súmula nº 70 diz que “é inadmissível a interdição de estabelecimento como meio coercitivo para cobrança de tributo”. Por sua vez, a de nº 323 garante ser “inadmissível a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de tributos”. Enfim, a súmula nº 547 estabelece que não “é lícito à autoridade proibir que o contribuinte em débito adquira estampilhas, despache mercadorias nas alfândegas e exerça suas atividades profissionais”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vimos, portanto, que nossa melhor jurisprudência repele as restrições ou proibições impostas ao contribuinte como forma indireta de obrigá-lo ao pagamento do tributo. Em interessante e revelador artigo intitulado *O Inadimplente Tributário tem Direito ao Livre Exercício de Atividade Econômica, segundo o STF*, o professor Roberto Wagner Lima Nogueira dá ampla visibilidade, com base doutrinária e jurisprudencial, ao voto do ministro Celso de Mello. Faz ver, também, que medidas do Poder Público, como interdição do estabelecimento, apreensão de mercadorias, regime especial de tributação, recusa de autorização para impressão de notas fiscais e suspensão ou cancelamento da inscrição do contribuinte no respectivo cadastro, entre outras, são sanções políticas incabíveis.

É forçoso reconhecer que, embora a liberdade de atividade empresarial não seja absoluta, as ditas *sanções políticas* ou *indiretas*, além de eivadas de inconstitucionalidade, como vimos, acabam por inibir e inviabilizar a atividade econômica. A atuação do Estado não pode ser exorbitante, os agentes estatais devem observância aos princípios maiores que regem a vida social, entre os quais se destacam, no caso, a *proporcionalidade* e a *razoabilidade*. Constranger empresários a fechar as portas de seus negócios não é, positivamente, um caminho adequado para ingressarmos na rota de desenvolvimento, de que tanto necessitamos. E todos sabemos que é o desenvolvimento, preferentemente o sustentável, que vai garantir um presente melhor e um futuro auspicioso para todos os brasileiros.

Enfim, o mínimo que se pode esperar do Poder Público é que ele não iniba nem atrapalhe a atividade econômica lícita, essencial para que alcancemos nossos principais objetivos permanentes.

É o que tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA**1****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 241, DE 2005***(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 674, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral), que *aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2004.*

2**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 242, DE 2005***(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 242, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 675, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2004.*

3**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 243, DE 2005***(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 243, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 676, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2004.*

4**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 244, DE 2005***(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 677, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral), que *aprova*

va a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2004.

5**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 73, DE 1999***(Votação nominal, caso não haja emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *inclui novo inciso no § 9º, além de novos parágrafos no art. 165 da Constituição Federal* (participação da população ou de entidades civis legalmente constituídas na elaboração, aprovação e execução do processo orçamentário).

Parecer sob nº 1.398, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

6**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 31, DE 2000***(Votação nominal, caso não haja emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.*

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

7**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003***(Votação nominal, caso não haja emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Parecer sob nº 1.199, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2004**

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, *que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer, sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, *que altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia*.

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 11 minutos.)

OS Nº 13000/05

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALOIZIO MERCADANTE NA SESSÃO DO DIA 23 DE MAIO DE 2005, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Tivemos hoje,

aqui nesta tribuna, uma nova concepção da teoria genética de que ideologia e posição política as pessoas assumem por transmissão hereditária. Não é assim na história, não é assim na ciência, e não é assim na minha vida.

Trago, com muito orgulho, o sangue dos meus pais. A minha mãe é uma professora de ioga, vegetariana. Eu nunca fiz ioga, nem sou vegetariano, adoro uma picanha. E trago o do meu pai, um santista, um General de Exército. Quando nasci, ele era Capitão, mas terminou como General de Exército, Comandante da Escola Superior de Guerra. Um homem que me ensinou muita coisa, especialmente Brasil.

Passei um ano, um ano e meio da minha vida em cada Estado da federação. Nasci em Santos, morrei em São Paulo, fui para Bahia, estive no Rio de Janeiro, moramos em Rondônia, moramos em Campo Grande, no Mato Grosso, hoje, capital de Mato Grosso do Sul. Moramos em tantos Estados da federação que isso me ajudou a entender o Brasil, a diversidade regional, o povo, a história, a cultura, e isso eu devo imensamente ao meu pai.

Mas não trago nas minhas veias 1964. Trago a minha história de vida, de quem se levantou quando mataram Alexandre Vanucchi Leme. Eu tinha 18 anos de idade; de quem paralisou a USP, com 19 anos de idade, quando mataram Wladimir Herzog; quando reconstruímos o DCE da USP contra toda a pressão da ditadura militar; e ajudamos a reconstruir a UNE e todas as entidades estudantis.

O que trago nas minhas veias são os companheiros que vi sair da cadeia, massacrados, arrebentados. O que trago no meu coração são os amigos que enterrei pela ditadura militar; trago todos aqueles do meu partido que lutaram pela democracia, e muitos nem sequer puderam assistir ao fim do processo de construção democrático.

É isso o que trago na minha história de vida, é isso o que trago no meu coração, é essa a minha biografia. É a luta de uma geração que se levantou para lutar por liberdade de expressão, por manifestação, por Estado de direito, por constituinte, por anistia; e são esses valores que inspiram a minha militância, e são esses valores que marcam a minha história de vida. E é por esses valores que estou na política há tanto tempo, há mais de trinta anos.

Portanto, não tenho nada que explicar sobre esse passado. Ele não faz parte da minha história nem da minha biografia.

Entendo as opções de cada um, assim como as compreendo e respeito. Acho que o Brasil melhorou e

muito com a democracia. É muito melhor cultuarmos a tolerância, o respeito à diferença, o pluralismo partidário, a busca do consenso, da negociação, uma agenda positiva para o País e a governabilidade. Creio que esses valores que a nossa geração construiu são aqueles que podem permitir este País andar para frente. E é em nome deles que tenho pautado a minha atuação neste plenário: a busca do diálogo, do debate duro, do debate franco, respeitoso, mas sempre com essas considerações.

Termino com uma pequena piada, uma historinha que acho muito interessante na história da Esquerda. É um diálogo entre Stalin e Chu En-Lai – todos conhecem a biografia do Stalin e do Chu En-Lai. O Stalin chega para o Chu En-Lai e diz o seguinte: “Chu En-Lai, sou filho de operário, sou filho do proletariado. Você, Chu En-Lai, é filho de mandarim, você é filho da elite. Eu sou filho dos verdadeiros proletários, dos despossuídos. Você é filho da elite chinesa, você é filho de um mandarim”. Chu En-Lai, então, vira para o Stalin e diz: “É, mas, Stalin, pelo menos nós temos alguma coisa em comum: ambos superamos a nossa origem”.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALOIZIO MERCADANTE NA SESSÃO DO DIA 23 DE MAIO DE 2005, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para uma explicação pessoal. Com revisão do orador.) – Agradeço aos Senadores Ramez Tebet e Eduardo Suplicy e peço desculpas. Tenho uma reunião do Colégio de Líderes do Governo e serei bastante breve, mas considero indispensáveis alguns esclarecimentos.

O primeiro diz respeito à última votação que tivemos no Senado Federal, referente à indicação do nome de Alexandre de Moraes, que foi Secretário de Justiça do Governo de São Paulo, responsável pela Febem e, que em meio a uma grave crise institucional – 25 rebeliões que vinham ocorrendo naquela instituição –, foi indicado pelo Governador Alckimin para Membro do Conselho Superior da Magistratura. O nome que concorria com ele era o de Sérgio Renault.

Sérgio Renault foi um dos autores da proposta do controle externo sobre o Poder Judiciário, há cerca de dez anos. Trabalhou nesse tema durante muitos anos e secretariou ao Ministro Márcio Thomaz Bastos na implantação da Reforma do Judiciário, defendendo o Conselho como uma das instâncias fundamentais.

Alexandre de Moraes e Sérgio Renault são advogados extremamente competentes, com excelentes currículos. Alexandre de Moraes tem várias obras publicadas e defendeu durante muito tempo posição contrária ao Conselho Superior da Magistratura, tendo revisto posteriormente essa sua análise.

Havia, portanto, um sentimento, em uma parte da Bancada do Governo, de que a Câmara tinha promovido uma grave injustiça ao alijar Sérgio Renault da possibilidade de participar de um conselho, de que era um dos autores, e não apenas como autor, ele tinha ajudado a implantar a Reforma do Judiciário. Ele foi nosso interlocutor permanente nessa matéria. E esse debate foi feito democraticamente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Eu não pude acompanhar a arguição, mas, quando cheguei à Comissão, sentei ao lado do Senador Tasso Jereissati, com quem tive uma desavença num debate no BNDES, recentemente. Eu estava retomando o diálogo com S. Ex^a, que me disse: “O seu assessor está pedindo para derrubar o nome de Alexandre de Moraes na Comissão”.

Eu chamei meu assessor Gustavo e perguntei se ele estava pedindo votos contrários a Alexandre de Moraes, e ele disse que não, que estava entregando aos Parlamentares da Base do Governo argumentos para arguição, tratando exatamente desses problemas que mencionei e, em particular, do posicionamento de Alexandre de Moraes frente à questão do Conselho Superior da Magistratura.

Eu disse ao Senador Tasso Jereissati que, se houvesse alguma articulação contrária – eu não conhecia – nós poderíamos reverter essa articulação na votação de Plenário. Mas que iríamos aguardar a votação para ver como ocorreu na Comissão.

Na Comissão, apenas um nome teve unanimidade de votação – e felizmente foi assim -, que foi o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim. Nenhum outro nome foi unanimidade. Os outros nomes tiveram dois votos contrários e algumas abstenções, e Alexandre de Moraes teve três votos contrários, o que demonstrou que não havia nenhuma articulação na Comissão, como supunha a Oposição, contrária ao nome de Alexandre de Moraes.

Não tendo ocorrido na Comissão, após conversar com alguns Senadores, a avaliação que eu tinha era a de que haveria alguns votos contrários por essa insatisfação na indicação, mas que de forma alguma poderia comprometer o processo de indicação.

Os Líderes da Oposição não voltaram a falar comigo. Os Senadores Arthur Virgílio e José Agripino

não falaram comigo. O Senador José Agripino inclusive inverteu a ordem de votação e, quando vi o painel – na hora inclusive –, havia dezesseis votos contrários, o que foi além do que eu imaginava que aconteceria, mas, de qualquer forma, a diferença foi de dois votos.

A Bancada do PFL sequer votou integralmente. O Senador Romeu Tuma e a Senadora Maria do Carmo Alves não votaram naquela sessão e estavam presentes. Os Senadores Sérgio Guerra e Leonel Pavan, que estavam na sessão, não votaram. Então, não houve também por parte das lideranças da Oposição que patrocinavam a candidatura atenção necessária para evitar que aquilo ocorresse.

Na hora, debitou-se politicamente a um problema menor, como se fosse uma disputa eleitoral, e não se tratava disso. O argumento fundamental era este que estou dizendo: o episódio relacionado a Sérgio Renault, o sentimento de injustiça que tinha ocorrido. Mas eu até disse a minha Bancada que errei porque deveria ter atuado como Líder do Governo e, nessa condição, ter-me empenhado para aprovar o nome, porque, pelo fato de o nome ter sido indicado pela Câmara dos Deputados, institucionalmente, deveríamos tê-lo aprovado, independentemente do mérito e do sentimento que a nossa Bancada tinha em relação a esse episódio.

É evidente que não houve uma articulação orquestrada, porque, o resultado foi pela maioria dos votos secretos – foram mais de 16 votos.

Mesmo quando temos acordo eu peço apoio dos Senadores José Agripino e de Arthur Virgílio, e assim mesmo, obtivemos 25 votos contrários em uma votação, com alterações absolutamente imprevisíveis. Itamar Franco já foi aprovado por um voto. Um membro da Ancine, também o foi recentemente, por 25 a 26, e, anteriormente, o irmão do Senador José Agripino havia tido apenas sete votos contrários, o que mostra que a Base do Governo estava votando e cumprindo seus acordos.

Por tudo isso, Sr Presidente, considero que seria prudente encontrarmos uma alternativa. Estou absolutamente aberto a encontrar uma alternativa, não apenas para esse caso, mas para as outras indicações.

Penso que deveríamos mudar um pouco o procedimento feito nas indicações de voto secreto e fazer um debate político aberto. Como não se permite indicação, não sabemos exatamente o que as pessoas estão pensando; não há debate político. Isso prejudica muito o processo de votação. Havendo um encaminhamento, um debate, ao menos as pessoas podem posicionar-se.

Eu colocaria também, para a reflexão das Lideranças da Oposição, o caso de José Fantini. Pela primeira vez, o Senador Arthur Virgílio manifestou crítica, dizendo que se tratava da posição estatizante desse profissional, que tem uma longa carreira no setor energético. Pondero que essas posições são de muito tempo atrás. A sua evolução profissional, o trabalho que faz – e V. Ex^a pode apurar isso junto a outros profissionais do setor – mostram que é um homem bastante maduro, de 70 anos, por ter construído uma carreira muito competente no setor, demonstrando bastante eficiência e credibilidade, por conhecer profundamente o assunto, já que é um técnico do setor. Portanto, não há por que ter havido uma votação de 11 a 10 na Comissão, sendo que, no processo de arguição, ninguém levantou objeção ao nome dele. Não houve essa objeção. Então, penso que deveríamos também considerar isso nesse processo.

Da mesma forma, refiro-me a outros nomes, como é o caso, por exemplo, de Alexandre Tombini, um funcionário de carreira do Banco Central, que assumiria a Diretoria de Estudos Especiais do Banco Central. É um homem que tem uma longa carreira profissional no setor público, que não vem do mercado financeiro, que esteve com Murilo Portugal. Ele colaborou intensamente com toda a discussão de meta de inflação, que, para mim, é o grande tema da política monetária no Brasil. Espero que possamos também, com transparência, debater isso no processo de encaminhamento.

Portanto, minha disposição, já naquele dia, era buscar uma solução com transparência e lealdade, a forma como temos sempre tratado os temas nesta Casa; não havia, de fato, nenhuma intenção de não-aprovação. Não procede essa preocupação, porque, se tivesse sido assim, teria havido uma votação muito superior. E não houve: foram 16 votos. Com o **quorum** de mais de 70 Deputados presentes, a votação foi bastante baixa, demonstrando que da parte de uma parcela da Bancada havia certa insatisfação, que nem era de todos. Alguns Senadores, inclusive, tinham excelentes recomendações do currículo profissional do Sr. Alexandre de Moraes, do seu desempenho frente à Febem, por cujas dificuldades ele não poderia ser responsabilizado.

Portanto, creio que é um episódio para o qual queremos construir uma alternativa. Em relação ao outro tema – desejo concluir meu pronunciamento no pouco tempo que me resta -, vi algumas notícias. Nesses momentos de vento, de tensão, vejo notícias publicadas sem o menor critério de apuração e de verificação da verdade. Na quinta-feira, por exemplo, li,

na coluna de um grande jornal do País, que o Sr. Sílvio Pereira tinha tido um ataque de nervos, aqui em Brasília, no meu gabinete, ocorre que esse cidadão, na verdade, nunca esteve em meu gabinete. Há dois anos, sou Líder do Governo, e Sílvio Pereira não entrou em meu gabinete. Eu liguei para ele e perguntei: “Você esteve em Brasília?” Ele falou: “Há um mês, não vou a Brasília”. No entanto, a cena estava lá descrita como se isso tivesse ocorrido.

Igualmente, vi publicada, em mais de uma coluna, a afirmação de que Aloizio Mercadante vê que as elites conspiram contra o Governo. Eu o disse da tribuna, não de outro lugar. Li o discurso do Senador Antonio Carlos Magalhães, antes do episódio da denúncia dos correios, antes dos fatos, inclusive S. Ex^a estava sentado aqui. Eu disse o seguinte: “Ou ganha autoridade moral ou este Governo, que já se julga reeleito e até perpetuado no poder, vai se decepcionar, será apeado do poder pelo voto, mas, se não for pelo voto, por aqueles que têm dignidade de reagir de qualquer maneira, para que o Brasil não viva na desordem em que vive”. Ainda repeti para S. Ex^a: “que tem dignidade de reagir de qualquer maneira”. Isso ocorreu no dia 14 de abril. Ora, como se troca um governo de qualquer maneira, que não seja pelo voto?

Isso, para mim, é um tipo de atitude de um setor da elite brasileira conservador, que nunca teve um compromisso profundo com a democracia.

Espero que tenha sido um arroubo de Plenário, mas é a história do Brasil. Quantas vezes, na história do Brasil, buscaram-se soluções que não foram nos marcos da democracia e do resultado eleitoral. Ou não houve prolongados períodos de ditadura militar e tantas tentativas de desestabilização dos governos democráticos?

Por isso, eu disse que não posso concordar com essa afirmação. Isso não corresponde à qualidade do debate democrático que existe nesta Casa, ao esforço que este País teve para construir o processo democrático. Acho que as instituições democráticas brasileiras são sólidas. Vivemos um pleno estado de direito, e não posso aceitar que esse tipo de raciocínio e de argumento volte a ser construído no debate político.

Também disse que não concordo que haja uma desordem. Não concordo que o País esteja vivendo uma desordem. Estamos vivendo um período de estado de direito, de plena liberdade democrática, portanto não concordo com esse pronunciamento. Falei, de forma muito respeitosa a V. Ex^a, como o faço mais uma vez.

Entre essa reflexão que faço e a afirmação de que eu disse que as elites conspiram contra o Governo,

há uma distância relativamente longa. E vi o Senador Efraim Morais tratar exatamente dessa frase, citando artigos. De fato, isso foi colocado em vários jornais, com bastante ênfase. O que eu disse da tribuna, na presença do Senador Antonio Carlos Magalhães, foi relacionado a esse episódio, a esse discurso, a esse raciocínio, que – tenho certeza – foi muito mais um momento de emoção, do que propriamente uma reflexão consistente. Que S. Ex^a realmente considere isso como um processo.

Ser apeado pelo voto é da democracia. Só assim é possível trocarmos governos: por meio da alternância e do processo democrático que o País vive e que foi construído com muito sacrifício, com a participação de muitos, uma conquista irreversível da sociedade brasileira. Por isso, não procede a afirmação exposta pelo Senador Efraim Morais, que tirou uma frase do contexto em que foi mencionada. Posteriormente, ela foi colocada em várias colunas de jornais e não retrata, propriamente, o que digo e penso.

Precisamos restabelecer nesta Casa um processo de discussão transparente, qualificado, aprofundado e respeitoso. Assim tem sido a nossa convivência ao longo desses dois anos e cinco meses. Um diálogo, sobretudo, franco e aberto é o melhor caminho para se construir uma relação entre Governo e Oposição, que seja produtiva e construtiva.

Ata da 68ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 25 de maio de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana, Antero Paes de Barros, Reginaldo Duarte
Mão Santa e Augusto Botelho

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 25/5/2005 07:26:59 até 25/5/2005 20:31:02

| Partido | UF | Nome | Pres | Voto | Partido | UF | Nome | Pres | Voto |
|-----------|----|--------------------------|------|------|-----------|----|-----------------------|------|------|
| PSDB | SE | ALMEIDA LIMA | | X | | | | | |
| Bloco-PT | SP | ALOIZIO MERCADANTE | | X | PFL | RN | JOSÉ AGRIPINO | | X |
| PSDB | PR | ALVARO DIAS | | X | PFL | PE | JOSÉ JORGE | | X |
| PMDB | RO | AMIR LANDO | | X | PMDB | PB | JOSÉ MARANHÃO | | X |
| Bloco-PT | PA | ANA JÚLIA CAREPA | | X | PMDB | TO | LEOMAR QUINTANILHA | | X |
| PSDB | MT | ANTERO PAES DE BARROS | | X | PSDB | GO | LÚCIA VÂNIA | | X |
| PFL | BA | ANTONIO CARLOS MAGALHÃES | | X | PMDB | PA | LUIZ OTÁVIO | | X |
| Bloco-PSB | SE | ANTÔNIO CARLOS VALADARES | | X | PMDB | GO | MAGUITO VILELA | | X |
| PSDB | AM | ARTHUR VIRGILIO | | X | PMDB | PI | MÃO SANTA | | X |
| PDT | RR | AUGUSTO BOTELHO | | X | PFL | PE | MARCO MACIEL | | X |
| PFL | BA | CÉSAR BORGES | | X | PMDB | PB | NEY SUASSUNA | | X |
| Bloco-PT | DF | CRISTOVAM BUARQUE | | X | Bloco-PSB | TO | NEZINHO ALENCAR | | X |
| Bloco-PT | MS | DELCIDIO AMARAL | | X | PMDB | AP | PAPALÉO PAES | | X |
| PFL | GO | DEMÓSTENES TORRES | | X | PFL | DF | PAULO OCTÁVIO | | X |
| PFL | MA | EDISON LOBÃO | | X | Bloco-PT | RS | PAULO PAIM | | X |
| PSDB | MG | EDUARDO AZEREDO | | X | PMDB | RS | PEDRO SIMON | | X |
| Bloco-PT | SP | EDUARDO SUPPLY | | X | PSDB | CE | RÉGINALDO DUARTE | | X |
| PFL | PB | EFRAIM MORAIS | | X | PMDB | AL | RENAN CALHEIROS | | X |
| Bloco-PT | PR | FLÁVIO ARNS | | X | Bloco-PT | RJ | ROBERTO SATURNINO | | X |
| PSDB | PA | FLEXA RIBEIRO | | X | PFL | BA | RODOLPHO TOURINHO | | X |
| PMDB | RN | GARIBALDI ALVES FILHO | | X | PFL | SP | ROMEU TUMA | | X |
| P-SOL | AC | GERALDO MESQUITA JÚNIOR | | X | PSDB | PE | SÉRGIO GUERRA | | X |
| PMDB | AM | GILBERTO MESTRINHO | | X | Bloco-PTB | RS | SÉRGIO ZAMBIASI | | X |
| PMDB | MG | HÉLIO COSTA | | X | Bloco-PT | MT | SERYS SLHESSARENKO | | X |
| P-SOL | AL | HELOISA HELENA | | X | Bloco-PT | AC | SIBÁ MACHADO | | X |
| PFL | PI | HERÁCLITO FORTES | | X | PSDB | CE | TASSO JEREISSATI | | X |
| Bloco-PT | SC | IDÉLI SALVATTI | | X | PSDB | AL | TEOTÔNIO VILELA FILHO | | X |
| PDT | AM | JEFFERSON PÉRES | | X | Bloco-PT | AC | TIÃO VIANA | | X |
| PMDB | MA | JOÃO ALBERTO SOUZA | | X | | | | | |
| PMDB | ES | JOÃO BATISTA MOTTA | | X | PMDB | RO | VALDIR RAUPP | | X |
| Bloco-PSB | AP | JOÃO CAPIBÉRIBÉ | | X | PMDB | DF | VALMIR AMARAL | | X |
| PFL | MT | JONAS PINHEIRO | | X | PMDB | RR | WIRLANDE DA LUZ | | X |
| PFL | SC | JORGÉ BORNHAUSEN | | X | | | | | |

Compareceram: 63 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 63 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO

DO MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA

Nº 4.387/2005, de 20 do corrente, do Ministro da Defesa, encaminhando resposta ao requerimento nº 23, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, avisos que passo a ler.

AVISO

DE MINISTROS DE ESTADO

Nº 491/2005, de 19 do corrente, do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando resposta ao Requerimento nº 197, de 2005, do Senador Arthur Virgílio; e

Nº 1.056/2005, de 13 do corrente, do Ministro da Justiça, encaminhando resposta complementar ao Requerimento nº 800, de 2004, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e cidadania.

São lidos os seguintes:

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 61/05-GLPFL

Brasília, 24 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Atendendo a pedido do Senador Marco Maciel, solicito o seu desligamento, como suplente, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH.

Cordialmente, Senador **José Agripino**, Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/ PT – AC) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 49/05-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília 26 de abril de 2005

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Exce-lência que, em Reunião Ordinária realizada 6 de abril de 2005, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação dos Projetos de Resolução oferecidos como conclusão dos Pareceres da CCJ aos Ofícios “S” nºs: 55/1996; 56/1996; 27/1999;40/2000; e 16/2002.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/ PT – AC) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 682, DE 2005

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 27, de 1999 (Of. nº 92-P/MC, de 30-6-1999, na origem), do Senhor Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Presidente do Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, cópia do acórdão prolatado nos autos do Recurso Extraordinário nº 140773-5/210-SP, que declarou a inconstitucionalidade da Lei nº 2.200, de 3-6-1983, que acrescentou o § 4º ao art. 27 da Lei nº 1.444, de 13-12-1966, ambas do Município de Sorocaba (SP), e em parte, a execução do art. 12 da Lei ordinária federal nº 5.868, de 12-12-1972, no ponto em que revogou o art. 15 do Decreto-Lei nº 57, de 18-11-1966.

Relator: Senador **Antonio Carlos Valadares**

Relator *ad hoc*: Senador **Demóstenes Torres**

I – Relatório

Mediante o Ofício “S” nº 27, de 1999 (Of. nº 92-P/MC, de 30-6-1999, na origem), o Senhor Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal enviou ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52,

X, da Constituição Federal, juntamente com cópia do parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado e da legislação objeto de decisão, cópia das notas taquigráficas e do acórdão prolatado pela Excelsa Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 140.773-5/210, do Estado de São Paulo, que declarou a inconstitucionalidade da Lei nº 2.200, de 3 de junho de 1983, do Município de Sorocaba/SP, e do art. 12 da Lei ordinária federal nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, na parte em que revogou o art. 15 do Decreto-Lei nº 57, de 18 de novembro de 1966.

Segundo o relator do feito, Senhor Ministro Sidney Sanches, trata-se de Recurso Extraordinário em que se alega arguição de inconstitucionalidade de lei municipal e de disposição de lei federal, tendo em vista discussão em tomo de critérios para caracterização de imóvel como rural ou como urbano, com vistas ao pagamento não do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) – tributo municipal –, mas, sim, do Imposto Territorial Rural (ITR) – tributo federal.

Pronunciando-se no processo, o Ministério Público emitiu parecer contrário ao conhecimento do recurso da Prefeitura Municipal de Sorocaba.

O Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária do dia 8 de outubro de 1998, por unanimidade de votos, manifestou-se, favoravelmente ao pleito do recorrido, declarando, **incidenter tantum**, as inconstitucionalidades argüidas, ficando a ementa do venerando acórdão assim resumida:

Ementa: – Direito Constitucional, Tributário e Processual Civil.

Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Imposto Territorial Rural (ITR). Taxa de Conservação de Vias.

Recurso Extraordinário.

1. R.E. não conhecido, pela letra **a** do art. 102, III, da CF, mantida a declaração de inconstitucionalidade da Lei Municipal de Sorocaba, de nº 2.200, de 03-6-1983, que acrescentou o parágrafo 4º ao art. 27 da Lei nº 1.444, de 13-12-1966.

2. R.E. conhecido, pela letra **b**, mas improvido, mantida a declaração de inconstitucionalidade do art. 12 da Lei federal nº 5.868, de 12-12-1972, no ponto em que revogou o art. 15 do Decreto-Lei nº 57, de 18-11-1966.

3. Plenário. Votação unânime.

O acórdão foi publicado no Diário da Justiça de 4 de junho de 1999 e, juntamente com as notas taquigráficas do julgamento, parecer do Ministério Público e legislação questionada, encaminhado ao Senado Federal por ofício de 30 de junho do mesmo ano, vindo à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para manifestação, de acordo com o art. 101, III, do Regimento Interno desta Casa Parlamentar.

II – Análise

Cabe, liminarmente, registrar que este relatório reproduz, em parte, os termos do relatório apresentado pelo Senador Amir Lando para apreciação desta CCJ, em maio de 2001.

Nos precisos termos do art. 52, X, da Constituição Federal, compete, privativamente, ao Senado Federal suspender a execução, no todo ou em parte, de Lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

A comunicação que foi encaminhada a esta Casa pelo Senhor Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal se fez acompanhar de cópia do acórdão, com relatório e voto, do registro taquigráfico do julgamento, da legislação questionada, bem como do parecer da Procuradoria-Geral da República, estando cumpridas, assim, todas as exigências contidas no art. 387 do Regimento Interno do Senado Federal.

Trata-se, no presente caso, da Lei nº 2.200, de 3 de junho de 1983, do Município de Sorocaba/SP, e de parte do art. 12 da Lei ordinária federal nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, no ponto em que revogou o art. 15 do Decreto-Lei nº 57, de 18 de novembro de 1966, declaradas inconstitucionais, incidentalmente, por decisão da Suprema Corte, transitada em julgado, e tomada por unanimidade de votos, estando observado o preceito contido no art. 97 da Lei Maior.

A mencionada Lei do Município de Sorocaba pretendeu fazer incidir tributo municipal (IPTU) sobre imóvel que o art. 15 do Decreto-lei federal nº 57, de 18 de novembro de 1966 –, que altera dispositivos sobre lançamento e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, institui normas sobre arrecadação da Dívida Ativa correspondente, e dá outras providências, também recebido como lei complementar pela Constituição vigente –, exclui da incidência do IPTU, por se tratar de imóvel rural sobre o qual incide o Imposto Territorial Rural (ITR), que é um tributo de competência da União, conforme prevê o art. 153, inciso VI, da Constituição Federal.

O legislador municipal valeu-se, portanto, do art. 12 da Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, que Cria o Sistema Nacional de *Cadastro Rural*, e dá outras providências, na parte que revoga o art. 15 do mencionado Decreto-lei federal nº 57, de 1966.

O referido art. 12 da Lei 5.868/72 foi julgado inconstitucional pelo STF, mediante o recurso extraordinário referente a este Ofício em exame, em razão dessa lei ordinária federal não poder revogar dispositivo daquela lei federal – Decreto-lei nº 57/66 – de natureza complementar, tendo em vista a imposição constitucional que veda ao legislador tratar, mediante lei ordinária, de matéria do âmbito normativo de lei complementar.

Cabe ao Senado Federal, por conseguinte, em razão de sua competência, prevista no art. 52, X, da Constituição Federal, suspender a execução dos dispositivos julgados inconstitucionais pelo STF no caso em exame, de modo que a decisão do Excelso Pretório

rio tenha eficácia *erga omnes*, ou seja, seja aplicada a todos que foram atingidos pela norma inquinada de inconstitucionalidade e não só às partes envolvidas no processo que resultou no Recurso Extraordinário nº 140773 – de um lado, a Prefeitura Municipal de Sorocaba, e de outro um contribuinte do mesmo Município.

III – Voto

Ante o exposto, observadas as normas constitucionais e regimentais pertinentes à matéria, atendendo, mais, à conveniência e oportunidade, impõe-se que se formule projeto de resolução, em obediência ao art. 388 do Regimento Interno do Senado Federal.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 16, DE 2005

Suspende a execução da Lei nº 2.200, de 3 de junho de 1983, que acrescentou o § 4º ao art. 27 da Lei nº 1.444, de 13 de dezembro de 1966, ambas do Município de Sorocaba/São Paulo, e, em parte, a execução do art. 12 da Lei ordinária federal nº 5.868,

de 12 de dezembro de 1972, no ponto em que revogou o art. 15 do Decreto-Lei nº 57, 18 de novembro de 1966.

O Senado Federal, no uso da competência que lhe confere o art. 52, X, da Constituição Federal, e tendo em vista a declaração de inconstitucionalidade de dispositivos de diplomas legais constante de decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 140.773-5/210 do Estado de São Paulo, resolve:

Art. 1º É suspensa a execução da Lei municipal nº 2.200, de 3 de junho de 1983, do Município de Sorocaba, Estado de São Paulo, que acrescentou o § 4º ao art. 27 da Lei nº 1.444, de 13 de dezembro de 1966, também do referido Município, e, em parte, a execução do art. 12 da Lei ordinária federal nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, no ponto em que revogou o art. 15 do Decreto-Lei nº 57, de 18 de novembro de 1966.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: OFS Nº 27 DE 1999

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06/04/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

| | |
|---|--|
| PRESIDENTE: <i>Ant. Carlos Magalhães</i> | |
| RELATOR: <i>Jefferson Pères</i> <i>Sen. Demostenes Torres</i> | |
| BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB) | |
| ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE) | 1-ROMEU TUMA <i>Tuma</i> |
| CÉSAR BORGES | 2-MARIA DO CARMO ALVES |
| DEMÓSTENES TORRES <i>Relator "Ant. Carlos Magalhães"</i> | 3-JOSÉ AGRIPINO |
| EDISON LOBÃO <i>Edison Lobão</i> | 4-JORGE BORNHAUSEN <i>Jorge Bornhausen</i> |
| JOSÉ JORGE | 5-RODOLPHO TOURINHO <i>Rodolpho Tourinho</i> |
| ALMEIDA LIMA <i>Almeida Lima</i> | 6-TASSO JEREISSATI |
| ÁLVARO DIAS <i>Álvaro Dias</i> | 7-EDUARDO AZEREDO |
| ARTHUR VIRGÍLIO | 8-LEONEL PAVAN |
| JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) * | 9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR(*) |
| BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| ALOIZIO MERCADANTE <i>Aloizio Mercadante</i> | 1-DELCÍDIO AMARAL |
| EDUARDO SUPPLY <i>Eduardo Supply</i> | 2- PAULO PAIM <i>Paulo Paim</i> |
| FERNANDO BEZERRA | 3-SÉRGIO ZAMBIASI |
| FRANCISCO PEREIRA | 4-JOÃO CAPIBERIBE |
| IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i> | 5-SIBÁ MACHADO |
| ANTONIO CARLOS VALADARES | 6-MOZARILDO CAVALCANTI |
| SERYS SHHESSARENKO <i>Serys Shhessarenko</i> | 7-MARCELO CRIVELLA <i>Marcelo Crivella</i> |
| PMDB | |
| RAMEZ TEBET | 1-NEY SUASSUNA |
| JOÃO BATISTA MOTTA <i>João Batista Motta</i> | 2-LUIZ OTÁVIO <i>Luiz Otávio</i> |
| JOSÉ MARANHÃO | 3-SÉRGIO CABRAL |
| MAGUITO VILELA | 4-GERSON CAMATA |
| AMIR LANDO | 5-LEOMAR QUINTANILHA |
| PEDRO SIMON | 6-GARIBALDI ALVES FILHO <i>Garibaldi Alves Filho</i> |
| PDT | |
| JEFFERSON PÉRES <i>Jefferson Pères</i> | 1-OSMAR DIAS |

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: CF N° 27, DE 2005

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

| TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
|--|-----|-----|-------|-----------|---|-----|-----|-------|-----------|
| ANTONIO CARLOS MAGALHÃES | | | | | 1 - ROMEU TUMA | X | | | |
| CÉSAR BORGES | | | | | 2 - MARIA DO CARMO ALVES | | | | |
| DEMÓSTENES TORRES | X | | | | 3 - JOSÉ AGRIPINO | | | | |
| EDISON LOBÃO | X | | | | 4 - JORGE BORNHAUSEN | X | | | |
| JOSÉ JORGE | | | | | 5 - RODOLPHO TOURINHO | X | | | |
| ALMEIDA LIMA | X | | | | 6 - TASSO JFREISSATI | | | | |
| ALVARO DIAS | X | | | | 7 - EDUARDO AZEREDO | | | | |
| ARTHUR VIRGÍLIO | | | | | 8 - LEONEL PAVAN | | | | |
| JUVENIO DA FONSECA (PDT) * | X | | | | 9 - GERALDO MESQUITA JUNIOR(*) | | | | |
| TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| ALOIZIO MERCADANTE | X | | | | 1 - DELCÍDIO AMARAL | | | | |
| EDUARDO SUPLICY | X | | | | 2 - PAULO PAIM | X | | | |
| FERNANDO BEZERRA | | | | | 3 - SÉRGIO ZAMBIASI | | | | |
| FRANCISCO PEREIRA | | | | | 4 - JOÃO CAMERIBÉ | | | | |
| IDELI SALVATTI | X | | | | 5 - SIBÁ MACHADO | | | | |
| ANTONIO CARLOS VALADARES | | | | | 6 - MOZARILDO CAVALCANTI | | | | |
| SERYS SLEHSEARENKO | X | | | | 7 - MARCELO CRIVIELLA | X | | | |
| TITULARES - PMDB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - PMDB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| RAMEZ TEBEL | | | | | 1 - NEY SUASSUNA | X | | | |
| JOÃO BATISTA MOTA | X | | | | 2 - LUIZ OTÁVIO | | | | |
| JOSÉ MARIANHÃO | | | | | 3 - SÉRGIO CABRAL | | | | |
| MAGLITO VIELLA | | | | | 4 - GERSON CAMATA | | | | |
| AMIR LAMDO | | | | | 5 - LEOMAR QUINTANILHA | | | | |
| PEDRO SIMON | | | | | 6 - GARIBALDI ALVES FILHO | X | | | |
| TITULAR - PDT | | | | | SUPLENTE - PDT | | | | |
| ALFIERSON PERES | X | | | | 1 - OSMAR DIAS | | | | |

TOTAL: SIM: 13 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: PRESIDENTE

SALA DAS REUNIÕES, EM 16/05/2005

Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)
L:\CCJ\2005\Reunião\Votação nominal.doc (atualizado em 05/04/2005)

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

LEGISLAÇÃO CITADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....
Art. 97. Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
.....

SEÇÃO III
Dos Impostos da União

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

.....
VI – propriedade territorial rural;
.....

DECRETO-LEI Nº 57,
DE 18 DE NOVEMBRO DE 1966

Altera dispositivos sobre lançamento e cobrança do imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, institui normas sobre arrecadação da Dívida Ativa correspondente, e dá outras providências.

.....
Art 15. O disposto no art. 32 da Lei nº 5.172. de 25 de outubro de 1966, não abrange o imóvel de que, comprovadamente, seja utilizado em exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial, incidindo assim, sobre o mesmo, o ITR e demais tributos com o mesmo cobrados.
.....

DOCUMENTO ANEXADO NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.

Relator: Senador **Amir Lando**

I – Relatório

Pelo Ofício “S” nº 27, de 1999 (Of. nº 00092-P/MC, de 30-6-1999, na origem), o Senhor Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal enviou ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, juntamente com cópia do parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado e da legislação objeto de decisão, cópia das notas taquigráficas e do acórdão prolatado pela Excelsa Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 140.773-210, do Estado de São Paulo, que declarou a inconstitucionalidade da Lei nº 2.200, de 3 de junho

de 1983, do Município de Sorocaba/SP, e do art. 12 da Lei ordinária federal nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, na parte em que revogou o art. 15 do Decreto-Lei nº 57, de 18 de novembro de 1966.

Segundo o relator do feito, Senhor Ministro Sidney Sanches, trata-se de Recurso Extraordinário em que se alega arguição de inconstitucionalidade de lei municipal e de disposição de lei federal, tendo em vista discussão em torno de critérios para caracterização de imóvel como rural ou como urbano, com vistas ao pagamento não do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) – tributo municipal – , mas, sim, do Imposto Territorial Rural (ITR) – tributo federal.

Pronunciando-se no processo, o Ministério Público emitiu parecer contrário ao conhecimento do recurso da Prefeitura Municipal de Sorocaba.

O Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária do dia 8 de outubro de 1998, por unanimidade de votos, manifestou-se, favoravelmente ao pleito do recorrido, declarando, incidenter tantum, as inconstitucionalidades argüidas, ficando a ementa do venerando acórdão assim resumida:

EMENTA: – DIREITO CONSTITUCIONAL, TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU). IMPOSTO TERRITORIAL RURAL (ITR). TAXA DE CONSERVAÇÃO DE VIAS.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO.

1) RE. não conhecido, pela letra “a” do art. 102,

III, da CF., mantida a declaração de inconstitucionalidade da Lei municipal de Sorocaba, de nº 2.200, de 3-6-83, que acrescentou o parágrafo 4º ao art. 27 da Lei nº 1.444, de 13-12-66.

2) R.E. conhecido, pela letra “b”, mas improvido, mantida a declaração de inconstitucionalidade do art. 12 da Lei federal nº 5.868, de 12-12-1972, no ponto em que revogou o art. 15 do Decreto-Lei nº 57, de 18-11-1966.

3) Plenário. Votação unânime.

O acórdão foi publicado no Diário da Justiça de 4 de junho de 1999 e, juntamente com as notas taquigráficas do julgamento, parecer do Ministério Público e legislação questionada, encaminhado ao Senado Federal por ofício de 30 de junho do mesmo ano, vindo à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para manifestação, de acordo com o art. 101, III, do Regimento Interno desta Casa Parlamentar.

É o relatório

II – Voto

Nos precisos termos do art. 52, X, da Constituição Federal, compete, privativamente, ao Senado Federal “suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal”.

Trata-se, no presente caso, da Lei nº 2.200, de 3 de junho de 1983, do Município de Sorocaba/SP, e de parte do art. 12 da Lei ordinária federal nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, no ponto em que revogou o art. 15 do Decreto-Lei nº 57, de 18 de novembro de 1966, declaradas inconstitucionais, incidentalmente, por decisão da Suprema Corte, transitada em julgado, e tomada por unanimidade de votos, estando observado o preceito contido no art. 97 da Lei Maior.

A comunicação do Senhor Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal se fez acompanhar de cópia do acórdão, com relatório e voto, do registro taquigráfico do julgamento, da legislação questionada, bem como do parecer da Procuradoria-Geral da República, estando cumpridas todas as exigências contidas no art. 387 do Regimento Interno do Senado Federal.

Ante o exposto, observadas as normas constitucionais e regimentais pertinentes à matéria, atendendo, mais, à conveniência e oportunidade, impõe-se que se formule projeto de resolução, em obediência ao art. 388 do Regimento Interno do Senado Federal.

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 1995

Suspende a execução da Lei nº 2.200, de 3 de junho de 1983, que acrescentou o § 4º ao art. 27 da Lei nº 1.444, de 13 de dezembro de 1966, ambas do Município de Sorocaba/São Paulo, e, em parte, a execução do art. 12 da Lei ordinária federal nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, no ponto em que revogou o art. 15 do Decreto-Lei nº 57, de 18 de novembro de 1966.

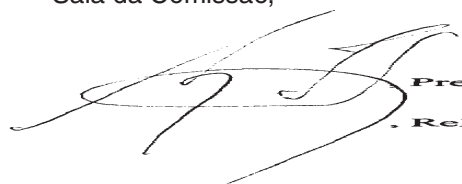
O Senado Federal, considerando a declaração de inconstitucionalidade de dispositivos de diplomas legais constante de decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 140.773-5/210 – do Estado de São Paulo, resolve:

Art. 1º É suspensa a execução da Lei municipal nº 2.200, de 3 de junho de 1983, de Sorocaba/São Paulo, que acrescentou o da Lei § 4º ao art. 27 da Lei nº 1.444, de 13 de dezembro de 1966, também do Sorocaba/São Paulo, e, em parte, a execução do art. 12

da federal nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, no ponto em que revogou o art. 15 do Decreto-Lei nº 57, de 18 de novembro de 1966.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,



Presidente
Relator

Ofício nº 49/05-Presidência/CCJ

Brasília, 26 de abril de 2005

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada em 6 de abril de 2005, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação dos Projetos de Resolução oferecidos como conclusão dos Pareceres da CCJ aos Ofícios “S” nºs: 55/1996; 56/1996; 27/1999; 40/2000; e 16/2002.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, Senador **Antônio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

PARECER Nº 683 , DE 2005

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 40, de 2000 (Ofício 66/2000, na origem), do Senhor Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhado ao Presidente do Senado Federal, para fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 232.896-3, que declarou a inconstitucionalidade da disposição inscrita no artigo 15 da Medida Provisória nº 1.212, de 28 de novembro de 1995 – “aplicando-se aos fatos geradores ocorridos a partir de 10 de outubro de 1995” – e de igual disposição inscrita nas medidas provisórias reeditadas e na Lei 9.715, de 25 de novembro de 1998, artigo 18.

Relator : Senador **Antonio Carlos Valadares**

Relator ad hoc: Senador **Demostenes Torres**

I – Relatório

Pelo Ofício “S” nº 40, de 2000 (Ofício nº 66-P/MC, de 09/05/2000, na origem), o Senhor Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhou ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, juntamente com cópia do parecer da Procuradoria Geral da República, da certidão de trânsito em julgado e da medida provisória e da lei em que se convertera, ambas objeto de decisão, cópia das notas taquigráficas e do acórdão prolatado pela Excelsa Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 232.896-3, do Estado do Pará, que declarou a inconstitucionalidade da disposição inscrita no art. 15 da Medida Provisória nº 1.212, de 28 de novembro de 1995 – “aplicando-se aos fatos geradores ocorridos a partir de 10 de outubro de 1995” – e de igual disposição integrante das medidas provisórias reeditadas e da Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, que “dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/Pasep, e dá outras providências” (art. 18).

Segundo o relator do feito, Senhor Ministro Carlos Velloso, trata-se de Recurso Extraordinário no qual se discute a inconstitucionalidade de norma de medida provisória, convertida posteriormente em lei, estipuladora de efeito retroativo à cobrança de contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/Pasep.

A Procuradoria Geral da República opinou favoravelmente ao conhecimento e provimento do apelo extremo, interposto pela União Federal.

O Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária do dia 2 de agosto de 1999, por votação majoritária, pronunciou-se pelo conhecimento do recurso, dando-lhe provimento, em parte, e declarando, **incidenter tantum**, a inconstitucionalidade argüida, ficando a ementa do venerando acórdão assim resumida:

EMENTA: CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. PIS/PASEP. PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE NONAGÉSIMAL. MEDIDA PROVISÓRIA: REEDIÇÃO.

I – Princípio da anterioridade nonagesimal: C.F., art. 195, § 6º, contagem do prazo de noventa dias. Medida provisória convertida em lei: conta-se o prazo de noventa dias a partir da veiculação da primeira medida provisória.

II – Inconstitucionalidade da disposição inscrita no art. 15 da Med. Prov. 1.212, de 28.11.95 – “aplicando-se aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de outubro de 1995” – e de igual disposição inscrita nas medidas provisórias reeditadas e na Lei 9.715, de 25.11.98, artigo 18.

III – Não perde eficácia a medida provisória, com força de lei, não apreciada pelo Congresso Nacional, mas reeditada, por meio de nova medida provisória, dentro de seu prazo de validade de trinta dias:

IV – Precedentes do S.T.F.: ADIn 1.617-MS, Ministro Octavio Gallotti, “DJ” de 15.8.97; ADIn 1.610-DF, Ministro Sydney Sanches; RE nº 221.856-PE, Ministro Carlos Velloso, 2º T., 25-5-98.

V – R.E. conhecido e provido, em parte.

O acórdão foi publicado no **Diário da Justiça** do dia 1º de outubro de 1999 e, juntamente com as notas taquigráficas do julgamento, cópia do parecer do Ministério Público, da medida provisória e da lei questionadas, encaminhado ao Senado Federal por ofício de 9 de maio de 2000, vindo à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para manifestação, de acordo com o art. 101, III, do Regimento Interno desta Casa Parlamentar.

II – Análise

Ao Ofício já havia sido apresentado parecer, em 2001, concluindo pela apresentação de Projeto de Resolução suspendendo execução de parte do art. 15 da Medida Provisória nº 1.212 de 1995, e de igual disposição constante de medidas provisórias reeditadas, bem como de parte do art. 18 da Lei nº 9.715, de 1998. A matéria, porém, ainda tramita em razão do inciso VI do art. 332 do Regimento Interno, segundo o qual ao final da legislatura deverão continuar tramitando, entre outras, as proposições que tratem de matéria de competência exclusiva do Senado Federal, e foi redistribuída para novo relatório perante a Comissão, tendo em vista o afastamento do Relator anterior, para exercer o cargo de Ministro de Estado, Senador Amir Lando. Da mesma forma estatuem a Resolução do Senado nº 17, de 2002, e as instruções da Secretaria-Geral da Mesa, consolidadas pelo Ato do Presidente nº 97, de 2002.

Assim, resolvemos manter, em linhas gerais, os termos do parecer apresentado naquela ocasião, tendo em vista a não necessidade de alteração da conclusão, pela apresentação do Projeto de Resolução nos termos mencionados.

Ademais, a disposição inscrita da Medida Provisória realmente vicia o dispositivo, e portanto deve ter sua execução suspensa. Era de fato necessário disciplinar o PIS, e assim o fez a Medida Provisória sob análise.

O Programa de Integração Social já estava previsto em lei, mas era preciso discipliná-lo com relação à sua base de cálculo, substituindo-a, em atendimento ao princípio da isonomia tributária, de grande importância,

insculpido da Carta Política como um dos princípios centrais de nosso ordenamento constitucional.

O **caput** do art. 195 da Constituição Federal estabelece que a seguridade social será financiada por toda a sociedade de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais (...).

O § 6º do mesmo dispositivo determina que as contribuições de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto na art 150º III. **b.**

Os referidos dispositivos não foram alterados pelas Emendas Constitucionais nºs 20, de 1998, e 42, de 2003.

A Medida Provisória, editada em 28 de novembro de 1995, no seu art. 15 impôs que se aplicasse seus comandos aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de outubro de 1995, determinação que certamente fere o citado preceito constitucional. Dessa forma, exigível se faz a formulação do projeto de resolução suspendendo a segunda parte do art. 15 da Medida.

Nos precisos termos do art. 52, X, da Constituição Federal, compete, privativamente, ao Senado Federal “suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal”.

Trata-se, no presente caso, de disposição inscrita no art. 15 da Medida Provisória nº 1.212, de 28 de novembro de 1995 – “aplicando-se aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de outubro de 1995” – e de igual disposição constante das medidas provisórias reeditadas e do art. 18 da Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998 – em que finalmente se converteu a aludida medida provisória -, que “dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, e dá outras providências”. Tal expressão foi declarada inconstitucional, incidentalmente, por decisão da Suprema Corte, tomada por maioria de votos, nos termos do art. 97 da Lei Maior, e transitada em julgado em 13 de outubro de 1999.

A comunicação do Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal se fez acompanhar de cópia do acórdão, com relatório e voto, do registro taquigráfico do julgamento, da questionada medida provisória e da lei em que se transformou, bem como do parecer da Procuradoria Geral da República, estando cumpridas todas as exigências do art. 387 do Regimento Interno do Senado Federal.

É relevante consignar que, do texto do Projeto de Resolução que pretende suspender a execução

de norma declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em se tratando de Medida Provisória convertida posteriormente em Lei, faz-se necessária a alusão aos diplomas normativos que se sucederam, uma vez que a declaração de inconstitucionalidade de que se trata, feita pelo método difuso, após a suspensão da executividade pelo Senado, produz efeitos *ex tunc*, vale dizer, retroativamente, desde a vigência do diploma legal atingido pela decisão, no caso, a Medida Provisória nº 1.212, de 28 de novembro de 1995, como bem especificou o acórdão da Suprema Corte (TRF/4ª, AGAAMS 458401, de 14-9-95, in “A Constituição Interpretada pelos Tribunais”, Gabriel Dezen Junior, Editora Vestcon, 2ª edição ampliada, ano 2000, pág 159).

III – Voto

Ante o exposto, observadas as normas constitucionais e regimentais pertinentes à matéria, considerando a jurisprudência sedimentada na Suprema Corte e atendendo, mais, à conveniência e oportunidade, impõe-se que se formule o seguinte projeto de resolução, em obediência ao art. 388 do Regimento Interno do Senado Federal.

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 17, DE 2005

Suspende a execução de parte do art. 15 da Medida Provisória nº 1.212, de 28 de novembro de 1995, e de igual disposição constante das medidas provisórias reeditadas, bem como, de parte do art. 18 da Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998.

O Senado Federal, no uso da competência que lhe confere o art. 52, X, da Constituição Federal, e considerando a declaração de inconstitucionalidade de dispositivo de diploma legal constante de decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 232.896-3, do Estado do Pará, resolve:

Art. 1º É suspensa a execução da disposição inscrita no art. 15 da Medida Provisória nº 1.212, de 28 de novembro de 1995 – “aplicando-se aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de outubro de 1995” – e de igual disposições constante das medidas provisórias reeditadas e do art. 18 da Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: OF 5 Nº 40 DE 2000

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06/04/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

| | |
|---|--|
| PRESIDENTE: <i>Antônio Carlos Magalhães</i> | |
| RELATOR: <i>Ad Hoc</i> : <i>10 de Abril de 2005</i> <i>Sen. Demóstenes Torres</i> | |
| BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB) | |
| ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE) | 1-ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i> |
| CÉSAR BORGES | 2-MARIA DO CARMO ALVES |
| DEMÓSTENES TORRES <i>Relator - Ad Hoc</i> | 3-JOSÉ AGRIPINO |
| EDISON LOBÃO <i>Edison Lobão</i> | 4-JORGE BORNHAUSEN <i>Jorge Bornhausen</i> |
| JOSÉ JORGE | 5-RODOLPHO TOURINHO <i>Rodolpho Tourinho</i> |
| ALMEIDA LIMA <i>Almeida Lima</i> | 6- TASSO JEREISSATI |
| ÁLVARO DIAS <i>Álvaro Dias</i> | 7-EDUARDO AZEREDO |
| ARTHUR VIRGÍLIO <i>Arthur Virgílio</i> | 8-LEONEL PAVAN |
| JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) * | 9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR(*) |
| BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| ALOIZIO MERCADANTE <i>Aloizio Mercadante</i> | 1-DELCÍDIO AMARAL |
| EDUARDO SUPLICY <i>Eduardo Suplicy</i> | 2- PAULO PAIM <i>Paulo Paim</i> |
| FERNANDO BEZERRA | 3-SÉRGIO ZAMBIASI <i>Sérgio Zambiasi</i> |
| FRANCISCO PEREIRA | 4-JOÃO CAPIBERIBE |
| IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i> | 5-SIBÁ MACHADO |
| ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Antonio Carlos Valadares</i> | 6-MOZARILDO CAVALCANTI |
| SERYS SLHESARENKO <i>Serys Slhessarenko</i> | 7-MARCELO CRIVELLA <i>Marcelo Crivella</i> |
| PMDB | |
| RAMEZ TEBET | 1-NEY SUASSUNA <i>Ney Suassuna</i> |
| JOÃO BATISTA MOTTA <i>João Batista Motta</i> | 2-LUIZ OTÁVIO |
| JOSÉ MARANHÃO | 3-SÉRGIO CABRAL |
| MAGUITO VILELA | 4-GERSON CAMATA |
| AMIR LANDO | 5-LEOMAR QUINTANILHA |
| PEDRO SIMON | 6-GARIBALDI ALVES FILHO <i>Garibaldi Alves Filho</i> |
| PDT | |
| JEFFERSON PÉRES <i>Jefferson Péres</i> | 1-OSMAR DIAS |

Atualizada em: 05/04/2005

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSIÇÃO: CFS Nº 40, DE 2005

| TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
|--|-----|-----|-------|-----------|---|-----|-----|-------|-----------|
| ANTONIO CARLOS MAGALHÃES | | | | | 1 - ROMELI TUMA | X | | | |
| CESAR BORGES | | | | | 2 - MARIA DO CARMO ALVES | | | | |
| DEMÓSTENES TORRES | X | | | | 3 - JOSÉ AGRIPINO | | | | |
| EDISON LOBÃO | X | | | | 4 - JORGE BORNHAUSSEN | X | | | |
| JOSÉ JORGE | | | | | 5 - RODOLPHO TOURINHO | X | | | |
| ALMEIDA LIMA | X | | | | 6 - TASSO JERFEISSATI | | | | |
| ALVARO DIAS | X | | | | 7 - EDUARDO AZEREDO | | | | |
| ARTHUR VIRGÍLIO | | | | | 8 - LEONEI PAVAN | | | | |
| JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) * | X | | | | 9 - GERALDO MESQUITA JUNIOR (*) | | | | |
| TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| AL OZIO MERCADANTE | X | | | | 1 - DELCÍDIO AMARAL | | | | |
| EDUARDO SUPLICY | X | | | | 2 - PAULO PAIM | X | | | |
| FERNANDO BEZERRA | | | | | 3 - SERGIO ZAMBIASI | | | | |
| FRANCISCO PEREIRA | | | | | 4 - JOÃO CAPIBERIBE | | | | |
| IDELI SALVATI | X | | | | 5 - SIBÁ MACHADO | | | | |
| ANTONIO CARLOS VALADARES | | | | | 6 - MOZARILDO CAVALCANTI | | | | |
| SERYS SLEPSSARENKO | X | | | | 7 - MARCELO CRIVELLA | X | | | |
| TITULARES - PMDB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - PMDB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| RAMIZ TEBET | | | | | 1 - NEY SUASSUNA | X | | | |
| JOÃO BATISTA MOTTA | X | | | | 2 - LUIZ OTAVIO | | | | |
| JOSE MARANHÃO | | | | | 3 - SERGIO CABRAL | | | | |
| MAGUIHO VILELA | | | | | 4 - GERSON CAMATA | | | | |
| AMIR LANDO | | | | | 5 - LEOMAR QUINTANILHA | | | | |
| PEDRO SIMON | | | | | 6 - GARIBALDI ALVES FILHO | X | | | |
| TITULAR - PDT | | | | | SUPLENTE - PDT | | | | |
| JEFFERSON PERES | X | | | | 1 - OSMAR DIAS | | | | |

TOTAL: SIM: 42 NÃO: 42 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: PRESIDENTE

SALA DAS REUNIÕES, EM 05 / 04 / 2005

Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
PresidenteO VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)
U:\CJ2005\Reuniao\Votacao nominal.doc (atualizado em 05/04/2005)

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

LEGISLAÇÃO CITADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....
Art. 97. Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

.....
Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20,
DE 15 DE DEZEMBRO DE 1998

Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências.

.....
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 42, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003

Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

DOCUMENTO ANEXADO, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

Relator: Senador **Amir Lando**

I – Relatório

Pelo Ofício “S” nº 40, de 2000 (Ofício nº 66-P/MC, de 9-5-2000, na origem), o Senhor Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhou ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, juntamente com cópia do parecer da Procuradoria Geral da República, da certidão de trânsito em julgado e da medida provisória e da lei em que se convertera, ambas objeto de decisão, cópia das notas taquigráficas e do acórdão prolatado

pela Excelsa Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 232.896-3, do Estado do Pará, que declarou a inconstitucionalidade da disposição inscrita no art. 15 da Medida Provisória nº 1.212, de 28 de novembro de 1995 – “aplicando-se aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de outubro de 1995” – e de igual disposição integrante das medidas provisórias reeditadas e da Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, que “dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, e dá outras providências” (art. 18).

Segundo o relator do feito, Senhor Ministro Carlos Velloso, trata-se de Recurso Extraordinário no qual se discute a inconstitucionalidade de norma de medida provisória, convertida posteriormente em lei, estipuladora de efeito retroativo à cobrança de contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP.

A Procuradoria Geral da República opinou favoravelmente ao conhecimento e provimento do apelo extremo, interposto pela União Federal.

O Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária do dia 2 de agosto de 1999, por votação majoritária, pronunciou-se pelo conhecimento do recurso, dando-lhe provimento, em parte, e declarando, *inciderit tantum*, a inconstitucionalidade argüida, ficando a ementa do venerando acórdão assim resumida:

“EMENTA: CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO.

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. PIS-PASEP. PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE NONAGESIMAL. MEDIDA PROVISÓRIA: REEDIÇÃO.

I – Princípio da anterioridade nonagesimal: C.F., art.

195, § 6º, contagem do prazo de noventa dias. Medida provisória convertida em lei: conta-se o prazo de noventa dias

a partir da veiculação da primeira medida provisória.

II – Inconstitucionalidade da disposição inscrita no art. 15 da Med. Prov. 1.212, de 28-11-95 – “aplicando-se aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de outubro de 1995” – e de igual disposição inscrita nas medidas provisórias reeditadas e na Lei 9.715, de 25-11-98, artigo 18.

III – Não perde eficácia a medida provisória, com força de lei, não apreciada pelo Congresso Nacional, mas reeditada, por meio de nova medida provisória, dentro de seu prazo de validade de trinta dias.

IV – Precedentes do STF: Adin I.617-MS, Ministro Octavio Gallotti, “DJ” de 15-8-97; Adin I.610-DF, Ministro Sydney Sanches; RE nº 221.856-PE, Ministro Carlos Velloso, 2ª T., 25-5-98.

V – R.E. conhecido e provido, em parte.”

O acórdão foi publicado no **Diário da Justiça** do dia 1º de outubro de 1999 e, juntamente com as notas taquigráficas do julgamento, cópia do parecer do Ministério Público, da medida provisória e da lei questionadas, encaminhado ao Senado Federal por ofício de 9 de maio de 2000, vindo à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para manifestação, de acordo com o art. 101, III, do Regimento Interno desta Casa Parlamentar.

É o relatório.

II – Voto

Nos precisos termos do art. 52, X, da Constituição Federal, compete, privativamente, ao Senado Federal “suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal”.

Trata-se, no presente caso, de disposição inscrita no art. 15 da Medida Provisória nº 1.212, de 28 de novembro de 1995 – “aplicando-se aos fatos geradores ocorridos a partir de 10 de outubro de 1995” – e de igual disposição constante das medidas provisórias reeditadas e do art. 18 da Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998 – em que finalmente se converteu a aludida medida provisória -, que “dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/Pasep, e dá outras providências”. Tal expressão foi declarada inconstitucional, incidentalmente, por decisão da Suprema Corte, tomada por maioria de votos, nos termos do art. 97 da Lei Maior, e transitada em julgado em 13 de outubro de 1999.

A comunicação do Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal se fez acompanhar de cópia do acórdão, com relatório e voto, do registro taquigráfico do julgamento, da questionada medida provisória e da

lei em que se transformou, bem como do parecer da Procuradoria Geral da República, estando cumpridas todas as exigências do art. 387 do Regimento Interno do Senado Federal.

É relevante consignar que, do texto do Projeto de Resolução que pretende suspender a execução de norma declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em se tratando de Medida Provisória convertida posteriormente em Lei, faz-se necessário a alusão aos diplomas normativos que se sucederam, uma vez que a declaração de inconstitucionalidade de que se trata, feita pelo método difuso, após a suspensão da executividade pelo Senado, produz efeitos **ex tunc**, vale dizer, retroativamente, desde a vigência do diploma legal atingido pela decisão, no caso, a Medida Provisória nº 1.212, de 28 de novembro de 1995, como bem especificou o acórdão da Suprema Corte (TRF/4ª, AGAAMS 458401, de 14/9/95, in “A Constituição Interpretada pelos Tribunais”, Gabriel Denzen Junior, Editora Vestcon, 2ª edição ampliada, ano 2000, pág 159).

Ante o exposto, observadas as normas constitucionais e regimentais pertinentes à matéria, considerando a jurisprudência sedimentada na Suprema Corte e atendendo, mais, à conveniência e oportunidade, impõe-se que se formule projeto de resolução, em obediência ao art. 388 do Regimento Interno do Senado Federal.

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2001

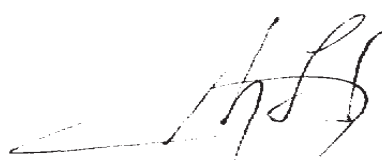
Suspende a execução de pane do art. 15 da Medida Provisória nº1.212, de 28 de novembro de 1995, e de igual disposição constante das medidas provisórias reeditadas, bem como, de pane do art. 18 da Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998.

O Senado Federal, considerando a declaração de inconstitucionalidade de dispositivo de diploma legal constante de decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 232.896-3, do Estado do Pará, Resolve:

Art. 1º E suspensa a execução disposição inscrita no art. 15 da Medida Provisória nº 1.212, de 28 de novembro de 1995 – “aplicando-se aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de outubro de 1995” – e de igual disposição constante das medidas provisórias

reeditadas e do art. 18 da Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

 , **Presidente**
 , **Relator**

Ofício nº 49/05-Presidência/CCJ

Brasília, 26 de abril de 2005

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada em 6 de abril de 2005, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação dos Projetos de Resolução oferecidos como conclusão dos Pareceres da CCJ aos Ofícios “S” nºs: 55/1996; 56/1996; 27/1999; 40/2000; e 16/2002.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

PARECER Nº 684, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2005 (nº 520/ 2003, na Casa de origem), que cria no âmbito do Ministério da Cultura o Prêmio de Artes Plásticas Marcantônio Vilaça e dá outras providências.

Relator: Senador **Cristovam Buarque**

I – Relatório

Vem a esta Comissão de Educação o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 27, de 2005 (PL nº 520, de 2003, na Câmara dos Deputados), de autoria do Deputado José Chaves, que cria, no âmbito do Ministério da Cultura, o “Prêmio de Artes Plásticas Marcantônio Vilaça”, e dá outras providências.

O referido projeto estabelece que as despesas para a execução da lei correrão por conta do Programa

Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Em sua justificativa, o autor ressalta a inexistência, no âmbito do Ministério da Cultura, de um prêmio exclusivamente dedicado às artes plásticas, e alega que, além de suprir essa ausência, o projeto de lei também pretende homenagear um dos mais importantes “marchands” brasileiros.

Na Câmara dos Deputados a proposição foi aprovada na Comissão de Educação e Cultura, na Comissão de Finanças e Tributação e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. No Senado Federal, o PLC nº 27, de 2005, encontra-se em exame na Comissão de Educação. Não foram oferecidas emendas ao projeto.

II – Análise

Sem dúvida é bastante oportuna a iniciativa de criação de prêmio dedicado às artes plásticas. Nossos artistas plásticos, ao longo da história, têm revelado, com muito talento e criatividade, toda a riqueza e diversidade que compõem a sociedade brasileira. Mesmo assim, a obra desses artistas ainda não é conhecida por nosso povo, e as artes plásticas brasileiras não recebem a atenção e o reconhecimento conferidos à nossa produção musical, por exemplo.

Nesse sentido, também é muito procedente a homenagem a Marcantônio Vilaça, um dos maiores defensores das artes plásticas no Brasil, cujo trabalho foi reconhecido pelo governo brasileiro, que lhe conferiu a Ordem do Rio Branco, a mais alta condecoração do País.

Quanto à utilização dos recursos do Pronac para custear as despesas referentes à premiação, vale ressaltar que entre as finalidades do Programa, relacionadas pela Lei que o instituiu, está a de apoiar, valorizar e difundir o conjunto das manifestações culturais e seus respectivos criadores. Desse modo, a concessão do “Prêmio de Artes Plásticas Marcantônio Vilaça”, proposto pelo PLC nº 27, de 2005, enquadra-se perfeitamente nesse objetivo.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2005 (PL nº 520, na Casa de origem).

Sala da Comissão, 24 de maio de 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 027/05 NA REUNIÃO DE 24 105 105
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

H. Costa (senador
Hélio Costa

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

| | |
|-----------------------|----------------------|
| DEMÓSTENES TORRES | 1- ROSEANA SARNEY |
| JORGE BORNHAUSEN | 2- JONAS PINHEIRO |
| JOSÉ JORGE | 3- CÉSAR BORGES |
| MARIA DO CARMO ALVES | 4- JOSÉ AGRIPINO |
| EDISON LOBÃO | 5- MARCO MACIEL |
| MARCELO CRIVELLA | 6- ROMEU TUMA |
| TEOTÔNIO VILELA FILHO | 7- EDUARDO AZEREDO |
| GERALDO MESQUITA | 8- SÉRGIO GUERRA |
| LEONEL PAVAN | 9- LÚCIA VÂNIA |
| REGINALDO DUARTE | 10- TASSO JEREISSATI |

PMDB

| | |
|--------------------|--------------------------|
| HÉLIO COSTA | 1- AMIR LANDO |
| MAGUITO VILELA | 2- GARIBALDI ALVES FILHO |
| VALDIR RAUPP | 3- (VAGO) |
| GERSON CAMATA | 4- PAPALÉO PAES |
| SÉRGIO CABRAL | 5- MÃO SANTA |
| JOSÉ MARANHÃO | 6- LUIZ OTÁVIO |
| WIRLANDE DA LUZ | 7- (VAGO) |
| GILBERTO MESTRINHO | 8- (VAGO) |

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

| | |
|----------------------|-----------------------------|
| AELTON FREITAS | 1- PAULO PAIM |
| CRISTOVAM BUARQUE | 2- ALOÍZIO MERCADANTE |
| RELATOR: | |
| FÁTIMA CLEIDE | 3- FERNANDO BEZERRA |
| FLÁVIO ARNS | 4- DELCÍDIO AMARAL |
| IDELI SALVATTI | 5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES |
| ROBERTO SATURNINO | 6- MAGNO MALTA |
| MOZARILDO CAVALCANTI | 7- PATRÍCIA SABOYA GOMES |
| SÉRGIO ZAMBIASI | 8- NEZINHO ALENCAR |

PDT

| | |
|-----------------|------------------------|
| AUGUSTO BOTELHO | 1- JUVÊNCIO DA FONSECA |
|-----------------|------------------------|

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/ PT – AC) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/ PT – AC) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 49, de 2005**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, comunicando a aprovação em caráter terminativo das seguintes matérias, cujos pareceres foram lidos anteriormente:

- **Projeto de Resolução nº 16, de 2005** (OFS nº 27/99), que suspende a execução da Lei nº 2.200, de 3 de junho de 1983, que acrescentou o § 4º ao art. 27 da Lei nº 1.444, de 13 de dezembro de 1966, ambas do Município de Sorocaba/São Paulo, e, em parte, a execução do art. 12 da Lei ordinária federal nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, no ponto em que revogou o art. 15 do Decreto-Lei nº 57, de 18 de novembro de 1966; e
- **Projeto de Resolução nº 17, de 2005** (OFS nº 40/2000), que suspende a execução de parte do art. 15 da Medida Provisória nº 1.212, de 28 de novembro de 1995, e de igual disposição constante das medidas provisórias reeditadas, bem como, de parte do art. 18 da Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998.

Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/ PT – AC) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 684, de 2005**, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2005 (nº 520/2003, na Casa de origem), que *cria no âmbito do Ministério da Cultura o Prêmio de Artes Plásticas Marcantônio Vilaça e dá outras providências*.

O prazo para que a matéria receba emendas perante a Mesa é de cinco dias úteis, nos termos do art. 235, II, **d**, do Regimento Interno.

A Presidência esclarece, entretanto, que a matéria encontra-se em regime de urgência e constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da próxima terça-feira. Até o encerramento da discussão, poderão ser oferecidas emendas à proposição.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/ PT – AC) – Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, DE 2005

Altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados para reduzir alíquotas de veículos automotores de baixo consumo de combustível.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre os veículos classificados nos códigos 8703.21.00, 8703.22.10, 8703.22.90, 8703.23.10 e Ex-01, 8703.23.90 e Ex 01, 8703.24.10, 8703.24.90, 8703.31.10, 8703.31.90, 8703.32.10, 8703.32.90, 8703.33.10, 8703.33.90, e 8703.90.00, da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), fica reduzida:

I – para 5% (cinco por cento) se os veículos apresentarem rendimento médio igual ou superior a 17,5 km/l (dezessete e meio quilômetros por litro) de combustível derivado de petróleo;

II – para 2% (dois por cento) se os veículos apresentarem rendimento médio igual ou superior a 20 km/l (vinte quilômetros por litro) de combustível derivado de petróleo;

III – para zero se os veículos apresentarem rendimento médio igual ou superior a 22,5 km/l (vinte e dois e meio quilômetros por litro) de combustível derivado de petróleo.

Parágrafo único. Para fins desta Lei, o consumo médio será aferido de acordo com o padrão estabelecido pela norma NBR 7024, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), utilizando-se combustível coletado por amostra aleatória em pontos de venda ao público.

Art. 2º A redução de que trata esta lei será concedida pelo órgão incumbido da administração do IPI, segundo normas operacionais e de controle por ele estabelecidas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

É notório que a economia do petróleo caminha para um estrangulamento dramático, em virtude da perspectiva de exaustão das reservas em horizonte de prazo não muito longínquo. A crise, evidentemente, não ocorrerá somente quando os níveis de produção entrarem em declínio. Ela já se manifesta pela simples percepção de que o fim já é previsível e se caracteriza, principalmente, pela volatilidade e alta dos preços. No momento, assiste-se a uma escalada nervosa das cotações, com o atingimento de um novo patamar em nível significativamente mais alto que há dois ou três anos.

Dizem os estudiosos que a auspiciosa conquista da auto-suficiência brasileira terá efeitos relativamen-

te breves, se mantidas as reservas hoje conhecidas. Teme-se que a auto-suficiência nacional em petróleo não se mantenha por um período muito maior que cinco anos, seja pelo aumento do consumo, seja pelo esgotamento das possibilidades de produção ou, pelo menos do seu incremento.

Neste contexto, urge induzir o mercado automobilístico a investir e buscar o aperfeiçoamento tecnológico que permita redução significativa do consumo. Para esse fim, a variável tributária tem, naturalmente, papel relevante, pelo diferencial de preço que pode proporcionar.

A redução de alíquota prevista, escalonada por faixa de rendimento do combustível alcançada, é propositalmente grande e ambiciosa. O objetivo é de, realmente estimular a competição tecnológica e, no limite, a mudança progressiva do perfil da frota nacional.

Os fabricantes serão incentivados a investir em sua linha de produção, na busca de vantagem tributária que obviamente se traduzirá em vantagem mercadológica e/ou em aumento da margem de lucro.

Considerando que motores que consomem menos combustível tendem a ser também menos poluidores, o projeto tem alcance significativo no que respeita ao meio ambiente, principalmente nas grandes metrópoles, onde o ar já alcança grandes índices de saturação de poluentes. A médio e longo prazos, pode-se estimar melhoria de qualidade de vida para a população, principalmente na questão da saúde. Indiretamente, serão proporcionados menores gastos privados e sociais com a saúde.

Como a indústria nacional não produz, atualmente, veículos de passageiros com consumo nos níveis previstos, as alíquotas reduzidas não terão aplicação imediata. Somente no futuro, na medida em que forem surgindo os motores mais econômicos, haverá a incidência das alíquotas previstas no projeto. Logo, não há que se falar em renúncia de receita, pois o efeito da lei está projetado para um futuro ainda incerto.

É o que se coloca à deliberação.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2005. – Senador **João Alberto Souza**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO Nº 4.542,
DE 26 DE DEZEMBRO DE 2002

Aprova a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI.

.....
(*Á Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.*)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2005

Institui a data de 6 de junho como o “Dia Nacional do Teste do Pezinho”

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o dia 6 de junho de cada ano como o “Dia Nacional do Teste do Pezinho”, com o objetivo de conscientizar a população sobre a importância da Triagem Neonatal.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Programa Nacional de Triagem Neonatal, conhecido como “Teste do Pezinho”, é uma ação de política pública de saúde de grande importância, pois permite identificar e tratar precocemente doenças como a fenilcetonúria, hipotireoidismo congênito, fibrose cística e anemia falciforme, transformando-se em instrumento de prevenção de deficiências.

O diagnóstico laboratorial no recém-nascido, realizado nas primeiras horas de vida, permite a identificação das enfermidades supracitadas, propiciando que o início de seu tratamento ocorra com a maior brevidade, com vistas a impedir manifestações como a deficiência mental e alterações graves.

Por meio da sociedade civil organizada, a Triagem Neonatal teve início no país no ano de 1976. Desde então, várias foram as conquistas obtidas, como a criação do Programa Nacional de Triagem Neonatal – PNTN, pelo Ministério da Saúde, por meio da Portaria 822, de 06 de Junho de 2001, que ampliou o número de patologias triadas e o estabelecimento de critérios únicos para os serviços credenciados, garantindo assim a universalização do direito a todos os recém-nascidos, a busca ativa dos casos suspeitos e, na confirmação do diagnóstico, o tratamento, acompanhamento multidisciplinar especializado e aconselhamento genético para suas famílias.

O “Teste do Pezinho” é obrigatório e gratuito para todas as crianças nascidas no território nacional, sendo financiado pelo Sistema Único de Saúde. Estima-se que, desde sua implantação, mais de 40 milhões de bebês foram beneficiados no Brasil.

Segundo dados do Ministério da Saúde referentes ao ano de 2002, o Programa alcançou 75% dos nascidos vivos. Neste contexto, muito mais que enaltecer a atividade que já vem sendo praticada, é fundamental conscientizar a sociedade para que se alcance 100% de cobertura.

Uma vez que o artigo 10, inciso III do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8.069/90) prevê a obrigatoriedade de “proceder a exames visando ao

diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientação aos pais”, a comemoração do “Dia Nacional do Teste do Pezinho” torna-se ferramenta importante para se efetivar não apenas a previsão legal citada, mas, acima de tudo, a garantia do acesso universal e igualitário do direito à saúde a todos conferidos em nossa Constituição Cidadã.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 2005. – Senador **Flávio Arns**

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2002**, de autoria do Senador Bernardo Cabral, que altera a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, para estender o benefício aos serviços de transporte aéreo;
- **Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2003**, de autoria do Senador Paulo Octávio, que institui o Programa de Alfabetização e Cidadania na Empresa – Pace;
- **Projeto de Lei do Senado nº 526, de 2003**, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera os arts. 136, 137, 138, 139, 141 e 143 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para substituir a expressão “seqüestro” por “arresto”, com os devidos ajustes redacionais;
- **Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2004**, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que denomina a BR 101, no Estado de Sergipe, de “Rodovia da Cultura Sergipana”, identificando os respectivos trechos com os nomes de “Rodovia Escritor Manoel Bonfim”; “Rodovia Escritor Gilberto Amado”; “Rodovia Filósofo Tobias Barreto” e “Rodovia Ensaísta Silvio Romero”;
- **Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2004**, de autoria do Senador Paulo Paim, que dispõe sobre a instituição de feriado nacional na data da morte de Zumbi dos Palmares; e
- **Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2004**, de autoria do Senador Gerson Camata, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal

de São Mateus, por desmembramento da Universidade Federal do Espírito Santo.

Tendo sido aprovados em apreciação terminativa pelas Comissões de Educação e de Constituição, Justiça e Cidadania, os **Projetos de Lei do Senado nºs 174 e 526, de 2003, 228, 302 e 331, de 2004**, vão à Câmara dos Deputados.

O Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2002, rejeitado em apreciação terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais, vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

- **Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2005**, de iniciativa da Comissão de Legislação Participativa, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Rio Doce, na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais; e
- **Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2001** (nº 2.646/2000, na Casa de origem), que altera a redação do § 1º do art. 285 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (permite ao condutor ou proprietário de veículos coletivos interpor recurso com efeito suspensivo de multa aplicada por aparelho eletrônico).

Aos projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 937, de 2004** (nº 550/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sociedade Oeste Catarinense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina*.

Tendo sido aprovada terminativamente pela Comissão de Educação, a matéria vai à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Há oradores inscritos.

Antes, concedo a palavra pela ordem aos Senadores Paulo Paim, Romeu Tuma e Sibá Machado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, para uma comunicação inadiável, se eu não conseguir falar na inscrição, conforme proposto por V. Exª.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pela ordem.)

– Idem, Sr. Presidente, como segundo inscrito, para uma comunicação urgente, se tiver espaço.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Peço também a minha inscrição, Sr. Presidente, para falar como terceiro na parte das comunicações inadiáveis.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^{as} serão atendidos, nos termos do art. 158, §2º, do Regimento Interno, na prorrogação da Hora do Expediente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

S. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, Sr^{as} e Srs. Senadores aqui presentes, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem através do sistema de comunicação do Senado, Senador Romeu Tuma, estamos acabando de chegar do Rio de Janeiro, onde fui prestar solidariedade a um Líder de nossa geração – o Garotinho.

Fazendo uma reflexão, lembrava-me, Senador Paulo Paim, do momento em que vivemos. Esta é a democracia? A democracia nasceu do grito do povo às ruas: *liberdade, igualdade e fraternidade*. Esse grito tombou todos os governos absolutistas – os reis caíram. O governo tornou-se *do povo, pelo povo e para o povo*. Igualdade! No nosso Brasil, nunca a desigualdade foi tão grande! Nunca a desigualdade foi tão intensa!

E lia as manchetes dos jornais de São Paulo. Cresci ouvindo dizer que São Paulo era a capital do trabalho, mas, Senador Paulo Paim, o desemprego lá aumentou. A igualdade, Senador Tuma, se inicia com o direito, com a inspiração que devemos ter em Deus quando disse: “Comerás o pão com o suor do teu rosto”, uma mensagem de Deus aos governantes para propiciarem trabalho. Então, em São Paulo, que, ao longo da História do Brasil, era o eldorado deste País em busca de trabalho, Senador Paulo Paim, agora é desesperança, aumenta o desemprego, e nos entristece quando vemos que essa é a realidade. O mundo, de repente, cedeu às riquezas, ao dinheiro, aos banqueiros, ao FMI, ao BIRD, ao BID, ao Banco Mundial.

Senador Sibá, atentai bem! É um privilégio ter V. Ex^a nascido no Piauí, embalado pelo nosso cântico que diz: “Piauí, terra querida, filha do sol do Equador! Na luta é o seu filho o primeiro que chega”.

A nossa luta agora é propiciar a igualdade.

Senador Paim, o primeiro grito de liberdade... Liberdade de quê, se o povo não tem a liberdade de ter um trabalho, de ter um emprego? Esqueceram o aconselhamento de Rui Barbosa: a primazia do trabalho e do trabalhador. Ele é que cria as riquezas.

Senador Sibá, de todos esses pronunciamentos o mais lúcido que ouvi tinha que ser o de maior vergonha que houve aqui, tinha que vir, Paulo Paim, lá do Rio Grande do Sul, dos gaúchos, dos farroupilhas, de Bento Gonçalves, do Lanceiro Negro, de Alberto Pasqualini, de Getúlio, de Pinheiro Machado, de João Goulart, de Brizola, quando ele mostrou, aqui, um quadro vale por dez mil palavras, atentai bem! Estava aí Pedro Simon. Atentai para o erro do Governo, para o erro do PT, para a vergonha do núcleo duro. E sugeri, para que tivéssemos uma aliança virtuosa, uma aliança de amor ao País, à Pátria, às virtudes, à integridade, à honestidade e à honradez, o nome de Pedro Simon. Eu poderia, Paulo Paim, ter sugerido o meu nome, bem melhor como médico do que o Ministro. O Tião Viana conhece o meu currículo, minha luta. Fui não, Tião Viana!

No início, havia os almoços nosso Partido é bom de almoço. Eu disse ao Líder Aloizio Mercadante, que é bom, bem intencionado, que tem boa formação, tem virtude: “Mercadante, para essa aliança prosperar, basta um que represente o PMDB de vergonha, o MDB de Ulysses Guimarães, encantado no fundo do mar, de Tancredo Neves, Teotônio Vilela, de Juscelino: Pedro Simon”.

Evidentemente, o Líder aceitou a idéia, mas o nome de Pedro Simon, Paulo Paim, foi vetado pelo Rio Grande do Sul, pelo PT, pelo núcleo duro. Então, não poderia dar certo, pois aquilo não era aliança. É como o baiano diz: “pau que nasce torto morre torto”.

Está aí essa aliança, com nomes de que todos nos envergonhamos. Tendo autoridade, não pode ser suspeita. Não pode, Sibá! E esse é o quadro do Brasil.

No meu último pronunciamento, eu trouxe todas as capas das revistas. Senador Romeu Tuma, V. Ex^a se lembra que, quando abríamos as revistas, na nossa juventude, no nosso Brasil, eram páginas bonitas, com misses, com moças, era a beleza. Em todas as páginas das revistas da semana passada, corrupção! Esse é o retrato do Brasil.

Mas Pedro Simon, com sua inteligência privilegiada, deu o quadro. Vou repetir, porque deve ser repetido. Todos os dias repetimos o Pai-Nosso e a Ave-Maria, e eu vou repetir. Senador Sibá Machado, brasileiras e brasileiros, atentai bem: Pedro Simon deu o quadro.

O Lula é difícil, o Lula não pensa; ele voa, ele anda, e o maligno bota ele para viajar para ficar dominando e governando. Essa é a verdade.

Mas olhe o quadro, Senador Sibá Machado, pois um quadro vale por dez mil palavras. Pedro Simon, que tem muitos admiradores, recebeu pela *internet* e trouxe. Disse ele: “Vamos dar o exemplo”. Se, quando começou o real, o Senador Sibá Machado tivesse aplicado

R\$100,00, fruto do seu trabalho digno, hoje, dez anos depois, de 1994 para agora, esse valor teria resultado, para aquele que trabalhou e pôs sua economia, o fruto do seu trabalho, do seu suor e da sua dignidade, em cerca de R\$300,00. É o que o banco dá para quem trabalha. Mas se, em vez disso, as brasileiras e brasileiros tivessem feito um empréstimo de R\$100,00, deveriam hoje, Senador Paulo Paim, mais de R\$300 mil. Se fossem aplicados no banco R\$100,00, daria para comprar três pneus velhos, dos vagabundos; se tivesse sido feito um empréstimo de R\$100,00, o banco cobraria nove carros daquele que o tomou.

Atentai bem, Senadores Paulo Paim e Sibá Machado: o Lula é tonto, o Presidente é tonto ao empregar dinheiro aos nossos idosos segurados com esses juros estratosféricos, imorais e indignos. Não há juro barato, não! Ele transformará nossos velhinhos, nossos dignos aposentados, colocando-os no pesadelo da dívida desses banqueiros. Não há juro barato, não! A ignorância é audaciosa.

Senador Tião Viana, já que Lula diz que foi pobre, retirante, nos Estados Unidos, um, que dizem que foi lenhador, deixou escrito: “Não baseie sua prosperidade em dinheiro emprestado”. Esse é o drama.

O negócio somente é bom para os bancos e os banqueiros, que descontam o dinheiro do aposentado, que não tem possibilidade de não pagar e ser inadimplente. É garantido.

Por que nós estamos nisso? Por que temos audiência aqui?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mais um minuto, Sr. Presidente.

Senador Tião Viana, Senador César Borges, em toda a mídia nacional, na televisão, quem paga os anúncios? Os bancos. Podem ver as novelas, os noticiários, pois os bancos estão pagando. Então, a imprensa, a mídia está servindo aos bancos e aos banqueiros. Essa é a verdade!

Com a palavra o Senador Paulo Paim, que continua a enriquecer a galeria dos brasileiros ilustres do Rio Grande do Sul.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, V. Ex^a citou a situação dos aposentados. Eu queria dizer que apresentei o Projeto de Lei nº 58, que está com cerca de quinhentas mil assinaturas. É intenção que ele chegue aqui com mais de um milhão de assinaturas, como aconteceu com o Fundo da Moradia, articulado pelo movimento social, que teve também o apoio do Ministro Olívio Dutra. Esse projeto vai garantir aos aposentados e pensionistas do nosso País que voltem a receber o número de salários mínimos

que recebiam na época em que se aposentaram. V. Ex^a toca num assunto que me é muito caro, como eu digo sempre, que é a situação dos nossos idosos. Por isso este aparte cumprimentando V. Ex^a, na certeza de que essa situação dos aposentados e pensionistas precisa ser, de uma vez por todas, decidida aqui pelo Congresso, ou na Comissão Mista que vai debater o salário mínimo, ou em cima do Projeto de Lei nº 58. Muito obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço pelo aparte, incorporo-o e relembro a luta do Senador Paulo Paim para que os velhinhos aposentados não fossem taxados, e agora eles estão sendo explorados pelos bancos, ludibriados, enganados. Nossos queridos velhinhos e aposentados vão entrar em verdadeiros pesadelos com a dívida.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Apelo para a bondade e a inteligência do PT, que V. Ex^a representa.

Eu quero o PT forte, como quero forte o PMDB. Essa democracia só será forte, Senador Tião Viana, se existirem partidos fortes. Sou contra, isto sim, o núcleo duro, não contra o arejado, o autêntico.

Franklin Delano Roosevelt, Senador Sibá Machado, ganhou quatro eleições para Presidente e implantou o New Deal. Atentai bem, pois primeiro ele disse o seguinte, ó Lula: “Se as cidades forem destruídas, elas ressurgirão do campo; mas, se o campo não for apoiado, se não for fortalecido, as cidades morrerão”. Mas Franklin disse o seguinte ao americano: “Tentai um negócio. Se não der certo, tentai um negócio, tentai e trabalhai”. Nós não podemos dizer isso, porque nenhum negócio dá certo neste País, onde os juros são os mais altos do mundo, onde a carga tributária é a mais alta do mundo, onde o combustível da Petrobras e o gás são os mais caros do mundo. Agora, Senador César Borges, não é Ave, César; é Ave, Deus. Só mesmo o Divino Espírito Santo para encontrar uma inspiração no Partido que nos governa. E acredite no trabalho e no trabalhador. Isso é que fará a riqueza, a igualdade e a liberdade do povo no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado, por cessão da Senadora Serys Silhessarenko.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Tião Viana, Sr^s e Srs. Senadores, depois de ler atentamente o editorial do jornal **O Estado de S. Paulo** tratando de uma infeliz frase do Comissário Europeu do Comércio, Sr. Peter Mandelson, decidi vir a esta tribuna, mesmo já tendo me

reportado ao problema do desmatamento na semana passada.

Sr. Presidente, inicio esclarecendo alguns pontos. O desmatamento foi somado em 26.130 km, área que corresponde ao tamanho do Estado de Alagoas. A Amazônia é composta de nove Estados. Desses, sete reduziram as suas taxas de desmatamento e apenas dois descumpriram as regras: o Estado de Mato Grosso e o Estado de Rondônia, que, sozinhos, contribuíram com 16.000 km², dos 26 mil totalizados pelo Inpe – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

Acredito, como também defende a matéria do jornal, que qualquer pessoa tem liberdade e autonomia para fazer crítica sobre qualquer coisa errada cometida em qualquer lugar do mundo. Claro que, por esse prisma, vemos com tranqüilidade as reclamações feitas pelo Sr. Peter Mandelson, como por qualquer outra pessoa. No entanto, o que pesa na fala do Sr. Peter, que nos preocupa e nos chama a atenção, é o argumento de que, se o Brasil se interessa em adquirir maiores espaços no cenário internacional, é obrigado a cuidar do chamado “bem público mundial”, que é a Amazônia.

Muitas outras pessoas ilustres do cenário internacional já falaram desse tema, como François Mitterrand, Al Gore, Tony Blair, Margaret Thatcher e outros, sempre insistindo que a Amazônia tem que ser um patrimônio comum da humanidade. No meu entendimento, Sr. Presidente, pode até vir a sê-lo, em termos, desde que uma série de outras coisas do mundo – tanto as boas como as ruins – se tornem, também, bens comuns.

Quero aqui lembrar – como muito bem aborda o editorial do citado jornal – que, quando observamos o que foi a invasão do Iraque, constatamos que, por um pseudo-armamentismo feito pelo governo Saddam Hussein, fez-se a guerra, a invasão e a ocupação daquele país. E isso, em momento algum, desabonou a presença norte-americana no Conselho de Segurança da ONU. Além disso, recentemente, a imprensa mundial publicou o ressurgimento, no governo Bush, da “Guerra nas Estrelas”, inclusive com a colocação em órbita de um satélite que vai interferir nas informações de outros satélites, ou seja, é uma pirataria de informações a olhos vistos, à luz do dia, mas ninguém fala sobre esse assunto.

A reclamação que o Sr. Peter Mandelson ou qualquer outra pessoa fizer sobre erros na condução do Brasil ou de qualquer outro país será bem-vinda. Porém, não podemos deixar de questionar, com essa mesma envergadura, problemas que ocorrem com outros países que se dizem líderes mundiais.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Sibá Machado, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Concedo um aparte à nobre Senadora Ideli Salvatti.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Sibá Machado, para que não paire dúvida alguma, estou muito tranqüila, porque já chegou ao plenário a pessoa que faz a minha marcação. Quero dizer que V. Ex^a está muito bondoso hoje. Quando li a reportagem sobre o comentário desse indivíduo a respeito da situação da Amazônia, afirmando que a Amazônia é um patrimônio mundial, que deve ser internacionalizada e que devemos preservar esse bem da humanidade, imediatamente veio à minha mente o seguinte questionamento: o que eles estão fazendo com o planeta para haver necessidade de termos um cuidado ainda maior com a Amazônia? A Amazônia é considerada o “pulmão do mundo” exatamente para a absorção do gás carbônico que eles, fundamentalmente, geram e jogam na atmosfera, criando essa situação de caos ecológico existente hoje. Portanto, eles não têm moral, porque não cuidam deste planeta maravilhoso que nos deram para viver. Nós temos tido responsabilidade, sim. Sei que V. Ex^a está com os dados atualizados do que a Ministra Marina Silva tem feito e de como tem lutado para preservar esse bem que realmente é da humanidade, mas sob a guarda do Brasil. É território brasileiro. Eles não podem vir aqui dar palpites nem falar como e quando devemos agir, porque eles não cuidam deste planeta na parte que lhes é destinada. Eles não têm direito nenhum de colocar o bedelho na forma como estamos administrando e conduzindo. Gostaria de deixar esse registro, porque fiquei, como brasileira – não como Senadora –, indignada com o fato de alguém, de qualquer personalidade neste planeta, falar da questão da administração da Amazônia, voltando a essa tecla da internacionalização. Pelo que fazem com o planeta, eles não têm moral de levantar qualquer questionamento a respeito da situação que estamos vivenciando. Poderíamos falar da atuação das multinacionais na Amazônia e do mercado cativo para o mogno retirado da nossa floresta, que não é comercializado aqui, mas em vários países europeus. Poderíamos listar a co-responsabilidade deles também nessa situação que buscamos superar.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC. *Fazendo soar a campainha.*) – Peço a atenção dos Senadores que aparteam o Senador Sibá Machado quanto ao tempo de dois minutos de que dispõem, a fim de não prejudicar o discurso de S. Ex^a.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Senadora Ideli Salvatti, agradeço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Ouço V. Ex^a com atenção.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Sibá Machado, sou um apaixonado pela Amazônia. Por muitos anos, na minha chefia da Polícia Federal, andei por aquela região e sempre ouvi esse assunto de internacionalização daquela área, sobre a qual a nossa soberania tem predominância e cuja preservação vem sendo mantida, tanto quanto possível. Falava com V. Ex^a, há pouco, sobre o respeito que tenho pela Senadora e atual Ministra Marina Silva, pela sua coragem, pelo seu destemor e por enfrentar, com dignidade, todas as ameaças que tem sofrido a respeito da Amazônia. Disse inclusive que S. Ex^a tem que se cuidar. Estamos vigilantes para que a Ministra não venha amanhã sofrer algum tipo de conseqüência por essa decisão de preservar a região amazônica e por tantos outros atos que tem feito de bem para o País e para a preservação ecológica. Mas a nossa soberania nunca pode ser ferida. Sei que as Forças Armadas lá se encontram. Quando de uma palestra do General Comandante, à época, em Manaus, perguntei-lhe se o Exército tinha condições de enfrentar uma força externa. Ele disse que não, que só temos possibilidade de dificultar a invasão, porque teríamos que ter uma força guerrilheira para controlar. Então, esse é um risco. Não tenho esse vigor da Senadora Ideli Salvatti – tão elogiado pelo Senador Heráclito –, mas estou sentindo o mesmo que S. Ex^a. Temos de manter a vigilância e esta Casa não pode se descurar. E V. Ex^a, Senador Sibá Machado, tem responsabilidade porque está aqui em nome da Amazônia.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Romeu Tuma.

Ouçó a Senadora Serys Slhessarenko.

A Sr^a Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Tentarei ser breve porque seu tempo está se esgotando. Concordo com o que já foi dito em relação à soberania. A soberania é nossa e ninguém tasca, a Amazônia é nossa e ninguém tasca. Então, essa soberania tem que ser assegurada. No entanto, também acredito que a soberania somente será assegurada se realmente a preservação for feita, ou seja, se os ribeirinhos estiverem lá, se as quebradeiras de coco estiverem lá, se as nações indígenas estiverem lá, enfim, se todos os que vivem na Amazônia tiverem condições de sobrevivência. Desmatamento não é condição de sobrevivência, mas é tábula rasa, princi-

palmente como está ocorrendo no meu Mato Grosso e na nossa Rondônia. Em Mato Grosso, Blairo Maggi foi chamado de maior destruidor de floresta do mundo, junto com Bush. Está convocado o Sr. Blairo Maggi na Comissão de Fiscalização, Controle e Meio Ambiente para vir explicar por que Mato Grosso foi responsável por 50% do desmatamento em 2004. Isso é um absurdo e não pode continuar ocorrendo. Voltarei ao assunto. Obrigada.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senadora Serys.

Concedo o aparte ao Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Senador Sibá, ouvia há poucos minutos a Senadora Ideli e outros Senadores, e se falou de meio ambiente. Mas eu queria falar do ponto de vista econômico. É incrível como a Europa, que destruiu todas as suas florestas, e os Estados Unidos, que destruíram suas florestas e depois remanesceram muito poucas, agora querem controlar as nossas. Nós, do ponto de vista econômico, acreditamos que eles querem congelar a nossa área, o nosso País e querem “meter o bedelho” onde não devem. Um dia desses, num jantar, um senador americano veio dizer que estávamos desbarrancando o rio Paraná e que precisávamos tomar providência porque esse era um problema. Eu perguntei: “Como vocês fazem no Mississipi, no Missouri?” Lá, eles não cuidam e, aqui, querem “meter o bedelho”. Temos que estar muito atentos porque essa é uma forma de frear o crescimento nacional. Temos que cuidar do nosso meio ambiente, sim, mas não temos que deixar gente estranha “meter o bedelho”.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Ney Suassuna.

Solicito à Presidência que incorpore os apartes ao meu pronunciamento.

Eu pediria só mais um instantinho, Sr. Presidente, para concluir a minha fala, dizendo dos esforços do Governo no que diz respeito ao desenvolvimento da região.

O Ministério do Meio Ambiente tem tido uma relação muito fraterna com todas as outras instâncias de Governo, para se poder fazer o tão sonhado desenvolvimento sustentável. Vejam o caso da BR-163. Quando todos imaginavam que aquela BR seria de maneira tradicional, foi feito um acordo, um entendimento entre a comunidade local, os investidores e os governos locais, para que essa BR fosse feita nos parâmetros que todos desejamos.

Foi neste Governo, por meio do trabalho do Ministério do Meio Ambiente, que foram incluídos, recentemente, quase oito milhões de hectares de terra, Sr. Presidente, na área de preservação, acabando com a

situação da grilagem. O Ibama também trabalha para coibir o roubo da madeira, e tantas outras coisas. Mas, infelizmente, devido a desentendimento entre dois Estados, ficamos com a pecha de estarmos queimando a Amazônia.

Portanto, Sr. Presidente, no momento em que o mundo – repito uma frase do Senador Cristovam Buarque – absorver a fome de todas as crianças do planeta; no momento em que o mundo encerrar as guerras regionais, as guerras de interesse meramente político-petrolero; no momento em que o mundo dividir o Museu do Louvre; no momento em que o mundo dividir todo o conhecimento enalhado nas principais universidades dos países mais ricos; no momento em que a sociedade mundial tiver acesso a tudo o que há de bom e socializar todas as coisas que não prestam, esse momento será o grande dia da internacionalização geral do planeta Terra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR SIBÁ MACHADO.**

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, correu pela Internet há algum tempo, e ainda não perdeu o fôlego, um suposto livro de geografia adotado por escolas americanas onde aparece um mapa da América do Sul no qual a Amazônia brasileira estaria identificada como área internacional, não como pertencente ao nosso País. Essa informação gerou algumas matérias no jornal **O Estado de S. Paulo**. Depois de desmentida pela Embaixada brasileira nos Estados Unidos e pelo governo americano, o jornal teve de reconhecer que era mais uma dessas mentiras eletrônicas, infelizmente tão comuns neste novo mundo internáutico.

No início do ano, a declaração do recém-eleito Diretor-Geral da Organização Mundial de Comércio, Pascal Lamy, reacendeu o debate, principalmente em setores nacionalistas sobre a suposta “internacionalização da Amazônia”. O fato é que em uma palestra realizada em Genebra, cujo tema era “As lições da Europa para a governança global”, Lamy afirmou que a floresta amazônica e as demais florestas tropicais do planeta deveriam ser consideradas “bens públicos mundiais” e submetidas a uma gestão coletiva pela comunidade internacional. O francês entende “bens públicos” como bens que a governança global deveria promover ou defender coletivamente em benefício de toda a comunidade mundial.

Questionado por jornalistas brasileiros, Lamy afirmou que “se definirmos as florestas tropicais como bem público, diante do papel fenomenal que elas têm,

então se impõe um certo número de regras de gestão coletiva delas”. Ao ser perguntado se isso implicaria, na prática, a internacionalização da Amazônia, ele retrucou que “não se deve pensar em termos de propriedade”, já que as regras de gestão coletiva “são perfeitamente possíveis sem tocar na questão de propriedade”.

Penso que, para que todos possam usufruir dos bens que a floresta amazônica pode oferecer, não é preciso que esta seja “bens públicos mundial”. Respeitamos as manifestações de apreço pela Amazônia que o mundo tem recebido, mas temos feito nossa parte. Por isso, o Itamaraty rebateu em nota oficial as declarações de Lamy, enfatizando que a posição brasileira é “diametralmente oposta” e que o País “repudia com veemência” qualquer insinuação sobre a relativização da soberania sobre os seus recursos naturais.

A polêmica não tem fim! A edição de ontem do jornal **Correio Braziliense** informa que o comissário europeu de comércio, Peter Mandelson, afirmou que o “Brasil tem que responder, na qualidade de país que aspira a um papel no cenário internacional, pela grave destruição da floresta amazônica”.

Que bom que o Sr. Mandelson esteja preocupado com o desmatamento na Amazônia, mas bem que ele poderia nos ajudar proibindo que o seu país, a Inglaterra, proíba a compra de madeiras brasileiras não-certificadas ou de origens duvidosas. Essa, certamente, seria uma grandíssima contribuição para a preservação da nossa floresta.

Quanto a “assumir nossas responsabilidades, porque algo grave está ocorrendo”, infelizmente o comissário inglês só disse isso porque deve estar mal informado.

Estou certo de que se ele soubesse das ações do Governo Lula para desenvolver de forma sustentável a Amazônia não teria dado esse palpite infeliz. Senão, vejamos:

Desde 2003, o Governo Federal desenvolve uma série de ações para direcionar o desenvolvimento da Amazônia para um modelo mais sustentável. No primeiro ano, houve um aumento de 68% em grandes operações de fiscalização e uma elevação de 54% no total de infrações cadastradas pelo Ibama.

Em 2004, começaram as operações integradas entre Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Ministério do Trabalho e Exército. Além disso, houve um incremento 83% nas infrações registradas, apreensão de 73 mil metros cúbicos de madeira e a instalação de seis das 19 bases previstas para combate ao desmatamento. Neste o Ministério do Meio Ambiente

intensificará as ações de combate ao desmatamento ilegal nas regiões mais críticas.

Este ano, além de dar continuidade aos esforços em andamento, o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama já apreenderam 52 mil metros cúbicos de madeira e continuam a instalação das bases na Amazônia. Outras iniciativas apontadas pelo MMA para frear o desmatamento ilegal na Amazônia são o Plano BR-163 Sustentável e o Projeto de Lei sobre Gestão de Florestas Públicas. O objetivo é criar uma cultura onde as atividades produtivas, de todos os setores, sejam sustentáveis. Isso é imprescindível para o futuro da região.

O Governo Lula também registra um recorde na criação de áreas protegidas, com 7,7 milhões de hectares em novas reservas de proteção integral e uso sustentável na Amazônia, desde 2003. Desse total, 5,5 milhões de hectares estão no Pará. Além disso, 8,2 milhões de hectares estão sob "limitação administrativa" no Pará, na região da rodovia BR-163. Estão sendo feitos estudos para a criação de novas reservas nessa região. Até o fim de 2006, o governo espera criar uma "barreira" ao avanço desordenado da fronteira agrícola e do desmatamento na Amazônia.

O número

6%

foi a taxa de desmatamento registrada na Amazônia em 2003-2004, contra a meta do governo federal de apenas 2%

Europa cobra explicações

Da Redação

O comissário europeu de Comércio, Peter Mandelson, disse ontem que o "Brasil tem que responder, na qualidade de país que aspira a um papel no cenário internacional", pela grave destruição da floresta amazônica.

Em resposta a uma pergunta feita por um eurodeputado, durante uma reunião da comissão de Comércio Internacional do Parlamento Europeu, Mandelson comentou que o Brasil "tem que assumir suas responsabilidades, porque algo grave está ocorrendo".

Mandelson reconheceu que "não é fácil" saber a que órgãos é preciso recorrer para frear a destruição de "um bem público mundial", mas disse confiar em Pascal LAMY, único candidato à direção da Organização Mundial do Comércio (OMC), que já falou deste tema com as autoridades brasileiras.

Na semana passada, a Ministra Marina Silva anunciou, ainda, que este ano o combate ao desmatamento na Amazônia poderá se tornar mais ágil com a efetivação do Deter. O novo sistema utiliza imagens do satélite Modis, que faz varreduras mais freqüentes na Amazônia. Com isso, a fiscalização e o combate ao desflorestamento poderão acontecer antes que grandes áreas de floresta sejam derrubadas. Com o Deter, já foi possível verificar um desmatamento de 3,2 mil quilômetros quadrados no Mato Grosso entre dezembro de 2004 e abril de 2005.

Para finalizar, penso que as declarações do Sr. Peter Mandelson revelam um total desconhecimento sobre nossas ações na Amazônia e subestima nossa capacidade em gerenciar, de forma soberana e sustentável, os nossos recursos naturais.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

| | | | | | |
|---------------------------------------|-------------------|---------------------------|------------------------------|----------------------|----------------------|
| JORNAL O ESTADO DE S. PAULO | DIA: 25 | MÊS/ANO: Mai/05 | EDITORIA: Nacional | CADERNO: A | PÁGINA: 30 |
|---------------------------------------|-------------------|---------------------------|------------------------------|----------------------|----------------------|

Amazônia é coisa nossa

É verdade que não chegaram a ser uma clara defesa da velha tese da "internacionalização da Amazônia" as observações que fez o comissário europeu do Comércio, Peter Mandelson, de que "o Brasil tem de responder, na qualidade de País que aspira a um papel no cenário internacional" (será que já não exerce algum?) "pela destruição da floresta amazônica", e que o País "tem de assumir suas responsabilidades, porque algo grave está ocorrendo". Mas quando indagado a que instituições recorrer para frear a destruição de "um bem público mundial" – categoria em que enquadra a floresta amazônica –, em resposta a um deputado, durante reunião da comissão de Comércio Internacional do Parlamento Europeu, o comissário Mandelson beira o desrespeito à soberania territorial brasileira.

É evidente que é do maior interesse da sociedade brasileira exigir das autoridades públicas esforços especiais para a preservação da grande riqueza nacional, que significa a diversidade biológica do ecossistema amazônico, sob alguns aspectos – de multiplicidade de espécies de fauna e flora, de extensões de habitats vitais e de dimensões de floresta tropical – única no planeta. E já comentamos em nossos editoriais o ritmo assustador de um desmatamento que em um ano (entre agosto de 2003 a agosto de 2004) foi três vezes maior do que o previsto pelo governo, causando na mata um rasgo de mais de 26 mil km² – equivalente ao tamanho do Estado de Alagoas –

dentro de um quadro geral de devastação da floresta que já atinge 680 mil km². Daí, no entanto, a admitir que a cobrança em favor do desenvolvimento sustentável daquela região no Norte do País – e desenvolvimento sustentável é a única forma de preservar aquela enorme riqueza, colocando-a em benefício de nossa população – necessita de admoestações de organismos internacionais, seus delegados ou representantes, vai uma grande diferença.

Por mais que exerça influência sobre o clima geral do plane-

A AMAZÔNIA BRASILEIRA NÃO REQUER SUPERVISÃO INTERNACIONAL

ta – como, de resto, sempre exerceu toda a exploração que o homem tem feito dos bens da natureza, especialmente depois da revolução industrial do século 19 e do formidável desenvolvimento tecnológico que temos experimentado nas últimas décadas, *pari passu* ao crescimento demográfico –, a região amazônica e toda a sua vasta floresta tropical têm jurisdição territorial integralmente definida, em nada podendo equiparar-se, em termos de soberania, ao status de "águas internacionais" ou de "bens públicos mundiais". Quer dizer, a Amazônia que está em território brasileiro é coisa nossa, por mais que sua preservação possa interessar, por inúmeras razões, a todas as nações do globo terrestre.

Não muito sutilmente o comissário Mandelson, depois de

ter dito que confia na "conversa" que Pascal Lamy – já escolhido para o cargo de diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) – teve, sobre o assunto, com as autoridades brasileiras, sugere que sejam postos entaves ao comércio de produtos brasileiros produzidos em áreas ambientalmente delicadas, como a selva amazônica. Eis aí, também, um risco de restrição comercial que não pode ser aceito pelo Brasil, sob pena de poder generalizar-se – incluindo, por exemplo, a venda ao exterior de madeira ou manufaturados de procedência inteiramente regular – em razão de espúrios pretextos concorrenciais ou de eventuais protecionismos.

Não há dúvida de que para a sociedade brasileira a região amazônica representa um bem especial a ser protegido da melhor forma para as futuras gerações – sem deixar de significar um fulcro de desenvolvimento sustentável para suas atuais populações. Mas há um outro aspecto que demanda preocupação do Poder Público brasileiro, que é o da atuação das várias Organizações Não-Governamentais (ONGs), nacionais ou estrangeiras, umas idôneas, mas outras nem tanto, que muitas vezes se assenhoreiam de certos núcleos, se arvoram em liderar trabalhos de interesse específico das populações indígenas, tais como os relacionados a demarcações, e fazem as pesquisas que bem entendem, sem jamais se submeterem a quaisquer controles oficiais, em nosso país. Sim, a Amazônia é riqueza nossa que sempre exigiu, exige e exigirá grandes cuidados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao nobre Senador Efraim Morais por dez minutos.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição pela Liderança da Minoria, após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a está inscrito.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem.)

– Solicito a minha inscrição como Líder da Minoria após o Senador Efraim.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a está inscrito.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, duas matérias publicadas pelo jornal **Correio Braziliense** nos últimos dias oferecem um retrato interessante da incompetência, da gravíssima inépcia gerencial que caracteriza o Governo Lula. A análise combinada das informações contidas nessas duas matérias, por seu turno, servem também para evidenciar as verdadeiras prioridades deste Governo em que tantas esperanças foram depositadas.

Domingo passado, o **Correio Braziliense** publicou matéria sobre os gastos efetuados pelo Governo nos últimos dois anos com reformas nos prédios da Esplanada dos Ministérios. Chamo a atenção, no caso, não apenas para o expressivo valor despendido, R\$ 39,2 milhões, mas especialmente para a má qualidade do gasto, haja vista que a opinião unânime dos especialistas consultados é de que melhores resultados poderiam ser obtidos com dispêndio muito inferior. As críticas dos arquitetos ouvidos são convergentes no sentido de que faltam critérios por parte do Executivo na realização dos cuidados com o conjunto de edifícios tombados como Patrimônio Histórico da Humanidade. Essa falta de critérios, além de encarecer os serviços contratados, abre espaço ainda para a sua menor eficácia.

O Sr. Otto Ribas, Presidente da Seção do Distrito Federal do Instituto de Arquitetos do Brasil e Chefe do Departamento de Pós-Graduação de Arquitetura da Universidade de Brasília, conduziu um levantamento preliminar a respeito dessas obras. A estimativa re-

sultante desse trabalho é de que o Governo poderia gastar metade daquilo que hoje investe na manutenção e conservação dos sistemas de ar-condicionado dos edifícios da Esplanada dos Ministérios.

Estamos falando, portanto, Sr. Presidente, dos gastos em dobro, do desperdício de 50% das verbas públicas investidas nesse serviço. Vale ressaltar que esse item – manutenção e conservação dos sistemas de ar-condicionado – representa uma parcela que nem de longe poderia ser considerada irrisória no conjunto das despesas com as reformas desses prédios. Ao contrário, dos R\$ 39,2 milhões antes mencionados, nada menos do que uma quarta parte é relativa a esse serviço.

Sr. Presidente, para evitar a prodigalidade com os fundos do Erário, bastaria, segundo aquele **expert**, instituir uma administração central responsável pela conservação de aparelhagem de todos os Ministérios. Com isso, restaria facilitada a montagem e a instalação dos equipamentos, e preços mais vantajosos seriam obtidos nas licitações para os contratos de manutenção.

Esse mesmo raciocínio vale para os demais serviços de conservação e restauração realizados na Esplanada.

Em outros países, a gestão arquitetônica e de engenharia unificada para os prédios públicos proporciona um trabalho contínuo, pouco oneroso e eficiente da conservação dos edifícios. Evitam-se, dessa forma, as reformas de atropelo, feitas quando não há como adiá-las, sendo sempre mais dispendiosas.

Mesmo a LDO, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, em vigor contém orientação que condena os exageros de reformas em prédios públicos. Mas nada disso importa para o Governo Lula, que prossegue impávido na ciranda da ganância e do desperdício dos fundos do Erário.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia seguinte à publicação da matéria sobre os substanciais gastos com reformas nos prédios da Esplanada dos Ministérios, o mesmo jornal, ou seja, o **Correio Braziliense**, publicou reportagem de página inteira sobre a drástica exigüidade que se observa no que tange aos investimentos em obras de infra-estrutura.

Baseado em levantamento realizado pela assessoria de Orçamento do meu partido, o PFL, o texto do **Correio Braziliense** informa que, até o dia 10 de maio, o Governo havia executado apenas 1,1% do Orçamento da União para este ano. Em mais de quatro meses, pouco além de 1%, Sr^{as} e Srs. Senadores! Mais de um terço do ano já transcorreu, e o Governo não realizou mais do que 1,1% dos gastos previstos para investimentos!

Dos R\$21,6 bilhões previstos na Lei Orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional foram pagos, até aquela data, apenas R\$255 milhões. Não são poucos os programas – alguns rotulados de “prioritários” pelo Poder Executivo – com execução “zero”, ou seja, não receberam um centavo sequer de investimentos até o dia 10 de maio.

Vale ressaltar que no quadrimestre em questão o Governo obteve excesso de arrecadação da ordem de R\$5,7 bilhões. Ainda assim, em vez de investir na recuperação de estradas, na construção de hospitais e casas populares, em projetos de irrigação ou no assentamento de trabalhadores rurais, o Governo mantém o mais severo arrocho fiscal, no firme desígnio de alcançar – ou, quem sabe, até superar, tal como ocorreu no ano passado – um monumental superávit primário da ordem de 4,25% do Produto Interno Bruto.

Segundo o jornalista que assina a matéria do jornal **Correio Braziliense**, o Governo poderia liberar pelo menos R\$4 bilhões para os Ministérios darem andamento a seus projetos. No entanto, em reunião realizada na última sexta-feira, o Presidente Lula cedeu, mais uma vez, aos argumentos da mentalidade ultra-ortodoxa que impera no seio de sua equipe econômica, e desbloqueou apenas R\$800 milhões.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Efraim Morais?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Pois não, Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Gostaria de participar do discurso que V. Ex^a profere, ressaltando um aspecto que considero muito importante na forma como o Governo do Presidente Lula, o Governo do PT, gasta os recursos públicos. Na verdade, pelo que V. Ex^a demonstra, ele não apenas gasta uma parcela ínfima do que está previsto no Orçamento, como gasta mal, e não dá as prioridades devidas. Muitos projetos prioritários não são devidamente tocados, mesmo havendo recursos. Existem projetos que eram inclusive prioridade do próprio Governo. Vou citar apenas dois: o Fome Zero e o Primeiro Emprego. São dois programas em que ninguém ouve mais falar, além do chamado Computador Popular. São programas que vinham desde a eleição e, até agora, não foram implantados. E os que foram implantados, como é o caso do Primeiro Emprego e do Fome Zero, obtiveram resultados pífios. Portanto, quando o programa do Computador Popular for implantado, o próprio mercado já estará vendendo computador mais barato. O que se espera do Governo é que gaste os recursos públicos com eficiência, com eficácia, no sentido da realização de programas previstos no Orçamento. Muito obrigado, Senador.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, agradeço o aparte do Senador José Jorge, Líder da Minoria, da qual faço parte, com muita honra, e o incorporo ao meu pronunciamento.

Tentando resumir minhas palavras, Sr. Presidente, para que se tenha idéia, no caso do Ministério dos Transportes, Senador José Jorge, o Orçamento para 2005 prevê investimentos de quase R\$6 bilhões. V. Ex^a sabe que, até agora, foram liberados R\$126 mil. Cento e vinte e seis mil reais, Senador Romeu Tuma!...

(Interrupção do som.)

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, tenho mais dois minutos de tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Foi apenas uma falha, Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Sr. Presidente, são seis centésimos de milésimo do total previsto. Pergunto: quantos metros de estrada podem ser reparados – não digo construídos –, quantos buracos podem ser tapados, se o Governo fosse fazer, com R\$126 mil?

Há um outro exemplo, está aqui, da verba em conta-gotas que solta o Governo. Na agricultura foram investidos R\$3,3 milhões, quando dispõe de R\$355 milhões. Na educação, de R\$927 milhões, foram gastos R\$12 milhões. Na saúde, de R\$2.627.000.000,00, foram gastos R\$20,9 bilhões. Somei as três áreas fundamentais (agricultura, educação e saúde), e o investimento feito até agora pelo Governo do PT, pelo Governo Lula, é menor do que o que foi gasto em obras na Esplanada dos Ministérios, nos Ministérios, tratando do conforto dos Srs. Ministros, que são muitos: 36. O que o Governo investiu até agora em educação, saúde e agricultura é menor do que o que gastou para melhorar os gabinetes dos Ministros.

Para concluir, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, obedecendo ao prazo que me foi concedido e, ao mesmo tempo, já...

(Interrupção do som.)

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – ...solicitando um minuto para concluir, peço que seja transcrito na íntegra meu pronunciamento.

Decorridos quase dois anos e meio do Governo Lula, o discurso incoseqüente e vazio já não consegue mais esconder a realidade. Os números aqui trazidos por nós e transcritos no **Correio Braziliense** demonstram a forma como o Governo petista administra o dinheiro público. Gasta muito e de forma irracional no que é supérfluo, realiza investimentos insignificantes naquilo que contribuiria para dinamizar a economia nacional e traria efetiva melhora às condições de vida

da população. Este é um Governo de fachada, que prepara a fachada dos Ministérios e se esquece do povo brasileiro. Lamentavelmente, Sr. Presidente, chegamos a um ponto em que o Governo gasta mais na reforma dos Ministérios em vez de investir em saúde, em educação e em agricultura, relembrando as palavras de nosso estimado Villas Bôas, que disse: “Este governo não tem mais nada para fazer. Acabou!”.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR EFRAIM MORAIS.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, duas matérias publicadas pelo jornal **Correio Braziliense** nos últimos dias oferecem um retrato interessante da incompetência, da gravíssima inépcia gerencial que caracteriza o Governo Lula. A análise combinada das informações contidas nessas duas matérias, por seu turno, serve também para evidenciar as verdadeiras prioridades desse Governo no qual tantas esperanças foram depositadas.

Domingo passado, aquele periódico publicou matéria sobre os gastos efetuados pelo Governo, nos últimos dois anos, com reformas nos prédios da Esplanada dos Ministérios. Chama atenção, no caso, não apenas o expressivo valor despendido – R\$39,2 milhões –, mas, especialmente, a má qualidade do gasto, haja vista que a opinião unânime dos especialistas consultados é que melhores resultados poderiam ser obtidos com dispêndio muito inferior.

As críticas dos arquitetos ouvidos são convergentes no sentido de que faltam critérios, por parte do Executivo, na realização dos cuidados com um conjunto de edifícios tombados como patrimônio histórico da humanidade. E essa falta de critérios, ademais de encarecer os serviços contratados, abre espaço, ainda, para sua menor eficácia.

O Sr. Otto Ribas, Presidente da seção do Distrito Federal do Instituto de Arquitetos do Brasil e Chefe do Departamento de Pós-graduação em Arquitetura da Universidade de Brasília, conduziu um levantamento preliminar a respeito dessas obras. A estimativa resultante desse trabalho é que o Governo poderia gastar metade daquilo que hoje investe na manutenção e conservação dos sistemas de ar-condicionado dos edifícios da Esplanada dos Ministérios. Estamos falando, portanto, de gastos em dobro; do desperdício de 50% das verbas públicas investidas nesses serviços!

E vale ressaltar que esse item – manutenção e conservação dos sistemas de ar-condicionado – representa uma parcela que nem de longe poderia ser considerada irrisória no conjunto das despesas com reformas desses prédios. Ao contrário: dos R\$39,2 mi-

lhões antes mencionados, nada menos do que uma quarta parte é relativa a esse serviço.

Para evitar a prodigalidade com os fundos do Erário, bastaria, segundo aquele experto, instituir uma administração central responsável pela conservação da aparelhagem de todos os Ministérios. Com isso, restaria facilitada a montagem e a instalação dos equipamentos, e preços mais vantajosos seriam obtidos nas licitações para os contratos de manutenção.

Esse mesmo raciocínio vale para os demais serviços de conservação e restauração realizados na Esplanada. Uma gestão centralizada dos serviços de arquitetura e engenharia impediria os dois extremos que se podem observar nos prédios dos Ministérios: enquanto alguns revelam completo desmazelo com o patrimônio público, em outros são promovidas reformas suntuosas. Esse modelo de gestão evitaria, ainda, um outro fator que, freqüentemente, onera as reformas. Refiro-me, aqui, ao desejo de cada gestor público – quando inexistem critérios para definir limites – de colocar a sua marca pessoal no local onde trabalha. Por fim, unificar a administração das reformas favoreceria uma fiscalização mais eficiente das obras.

Em outros países, a gestão arquitetônica e de engenharia unificada para os prédios públicos proporciona um trabalho contínuo, pouco oneroso e eficiente de conservação dos edifícios. Evitam-se, dessa forma, as reformas de atropelo, feitas porque não há como adiá-las, que são sempre mais dispendiosas.

Mesmo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em vigor contém orientação que condena os exageros de reformas em prédios públicos. Mas nada disso importa para o Governo Lula, que prossegue impávido na ciranda da ganância, do desperdício dos fundos do Erário.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia seguinte à publicação da matéria sobre os substanciais gastos com reformas nos prédios da Esplanada dos Ministérios, o mesmo jornal publicou reportagem de página inteira sobre a drástica exigüidade que se observa no que tange aos investimentos em obras de infra-estrutura.

Baseado em levantamento realizado pela Assessoria de Orçamento do meu partido, o texto do **Correio Braziliense** dá conta de que, até o dia 10 do corrente mês, o Governo havia executado apenas 1,1% do Orçamento da União para este ano. Em mais de quatro meses, pouco além de 1%, Sr^{as} e Srs. Senadores! Mais de um terço do ano já transcorreu e o Governo não realizou mais do que 1,1% dos gastos previstos para investimentos!

Dos R\$21,6 bilhões previstos na Lei Orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional, foram pagos, até

aquela data, apenas R\$255 milhões! Não são poucos os programas – alguns deles rotulados como “prioritários” pelo Executivo – com execução “zero”, ou seja: não receberam um centavo sequer de investimento até o dia 10 de maio!

Vale ressaltar que, no quadrimestre em questão, o Governo obteve um excesso de arrecadação astronômico, da ordem de R\$5,7 bilhões.

Ainda assim, em vez de investir na recuperação de estradas, na construção de hospitais e casas populares, em projetos de irrigação ou no assentamento de trabalhadores rurais, o Governo mantém o mais severo arrocho fiscal, no firme desígnio de alcançar – ou, quem sabe, até superar, tal como ocorreu no ano passado – um monumental superávit primário da ordem de 4,25% do Produto Interno Bruto.

Segundo o jornalista que assina a matéria do **Correio**, o Governo poderia liberar pelo menos R\$4 bilhões para os Ministérios darem andamento a seus projetos. No entanto, em reunião realizada na sexta-feira passada, o Presidente Lula cedeu, mais uma vez, aos argumentos da mentalidade ultra-ortodoxa que impera no seio de sua equipe econômica e desbloqueou apenas R\$800 milhões.

No âmbito do Ministério dos Transportes, o Orçamento de 2005 prevê investimentos de quase R\$6 bilhões, mas, até 10 de maio, menos de R\$14 milhões haviam sido pagos, o correspondente a dois milésimos do total. Todos os brasileiros sabem do lamentável estado de conservação em que se encontram as estradas deste País. A previsão de recursos especificamente para a manutenção da malha rodoviária é de quase R\$2 bilhões. Mas o montante até agora liberado é de ínfimos R\$126 mil! Seis centésimos de milésimo do total previsto! Quantos metros de estrada podem ser reparados com R\$126 mil?

Para investimentos a serem realizados pelo Ministério da Integração Nacional, o Orçamento deste ano prevê recursos da ordem de R\$2,342 bilhões. O montante gasto até 10 de maio, porém, não chega a R\$3 milhões, pouco mais de um milésimo do total. Os projetos de desenvolvimento da agricultura irrigada devem receber, de acordo com o Orçamento, R\$214 milhões até o final do ano, mas, nos quatro primeiros meses, foram contemplados com pouco mais de R\$1 milhão, ou cinco milésimos do total.

O Ministério das Cidades gastou, até agora, menos de R\$17 milhões dos R\$2,341 bilhões programados para o ano, sete milésimos do total. O programa de saneamento ambiental urbano, que tem dotação de R\$120 milhões, teve execução zero. Para essa mesma rubrica – saneamento ambiental urbano – há mais R\$717 milhões previstos no âmbito do Ministério da

Saúde, mas, também nesse órgão, as liberações foram insignificantes: R\$723 mil, ou um milésimo do total.

Entre os inúmeros projetos com execução zerada, até o presente, estão o programa de inclusão digital, com orçamento de R\$169 milhões, e o corredor de transportes do Mercosul, com verba de R\$790 milhões.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a publicação dessas duas matérias jornalísticas, em dias subseqüentes, é uma coincidência muito útil para desvelar a verdadeira face do Governo Lula. Um Governo que, em dois anos, gastou mais de R\$39 milhões na reforma dos prédios da Esplanada dos Ministérios; e que, em contrapartida, realizou investimentos de apenas R\$255 milhões ao longo dos quatro primeiros meses deste ano, quantia que representa pouco mais de 1% da previsão orçamentária anual para investimentos.

Como o PFL vem repetindo há tempos, a marca distintiva desse Governo é a incompetência. Em detrimento dos indispensáveis investimentos em infra-estrutura, vultosas verbas públicas são direcionadas a programas de cunho assistencialista de duvidosa eficácia e que se têm prestado a fraudes de toda ordem, como tem sido amplamente mostrado pelos meios de comunicação.

Com efeito, os diminutos índices de execução orçamentária não são explicados apenas pela insidiosa política de arrocho fiscal, voltada para a produção de colossais superávits primários. Às restrições determinadas pela equipe econômica soma-se a completa inépcia dos demais integrantes do Governo. A triste realidade é que os outros Ministérios não conseguem executar nem mesmo os investimentos que o Ministério do Planejamento libera a conta-gotas. Assim, com um Governo inerte, a infra-estrutura do País continua se deteriorando.

Decorridos quase dois anos e meio do Governo Lula, o discurso inconseqüente e vazio já não consegue mais esconder a realidade. Os números aqui trazidos mostram a forma pela qual o Governo petista administra o dinheiro público: gasta muito e de forma irracional no que é supérfluo; realiza investimentos insignificantes naquilo que contribuiria para dinamizar a economia nacional e traria efetiva melhora às condições de vida da população.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EFRAIM MORAIS EM SEU
PRONUNCIAMENTO:**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O governo utilizou apenas **R\$ 255 milhões** do total de **R\$ 21,6 bilhões** previstos para investimentos

ORÇAMENTO

Por pressão da equipe econômica, Lula prefere segurar dinheiro no cofre para aumentar o superávit fiscal, a investir em obras de infra-estrutura. Há projetos importantes com execução orçamentária "zero"

Governo em marcha lenta

LÚCIO VAZ

DA EQUIPE DO CORREIO

No terceiro ano de gestão, com a máquina administrativa já organizada, o governo Luiz Inácio Lula da Silva continua em marcha lenta. Até o dia 10 de maio, havia executado apenas 1,1% do Orçamento da União para 2005. Foram pagos apenas R\$ 255 milhões dos R\$ 21,6 bilhões previstos para investimentos na Lei Orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional. São inúmeros os programas — alguns deles considerados prioritários — com execução "zero", embora o governo tenha obtido um excesso de arrecadação de R\$ 5,7 bilhões no primeiro quadrimestre.

Em vez de investir na recuperação de estradas, na construção de hospitais, casas populares, projetos de irrigação, assentamentos de trabalhadores rurais, o governo prefere manter o arrocho fiscal para alcançar — ou até superar — um superávit primário (receita menos despesa, sem considerar o pagamento de juros) de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB).

O governo poderia liberar pelo menos R\$ 4 bilhões para os ministérios tocarem seus projetos, mas

o presidente Lula cedeu à pressão da equipe econômica, em reunião realizada na última sexta-feira, e desblocou apenas 20% desse valor. Em fevereiro, o Executivo havia feito o contingenciamento (corte provisório) de cerca de R\$ 11 bilhões reservados para investimentos.

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, argumenta que o governo também executou neste ano R\$ 1,5 bilhão de "restos a pagar" do Orçamento de 2004 destinados a investimentos. Isso representa 24% do total dos "restos" que ficaram para 2005 — R\$ 6,3 bilhões. Esse dinheiro foi empenhado (reservado) e deveria ter sido pago em 2004.

Execução "zero"

Os ministérios que têm maior dotação orçamentária para investimentos neste ano são justamente os que tiveram a mais baixa execução. Dos R\$ 5,9 bilhões previstos para a pasta dos Transportes, no Orçamento de 2005, apenas R\$ 13,9 milhões foram pagos até 10 de maio — o correspondente a 0,2% do total. A previsão de recursos para a manutenção da malha rodoviária é de R\$ 1,98 bilhão, mas até agora foram liberados apenas R\$ 126 mil — 0,006% do total.

No Ministério da Integração Nacional, dos R\$ 2,34 bilhões previstos para obras no Orçamento de 2005, só foram gastos R\$ 2,9 milhões — 0,1% da dotação aprovada. Os projetos de desenvolvimento da agricultura irrigada devem receber R\$ 214 milhões até o final do ano, mas, nos quatro primeiros meses, foram contemplados com apenas R\$ 1,1 milhão. O Minis-

tério das Cidades gastou só R\$ 16,8 milhões dos R\$ 2,34 bilhões programados para este ano — 0,7% do total. O programa de saneamento ambiental urbano, que tem dotação de R\$ 120 milhões, teve execução "zero". Há mais R\$ 717 milhões previstos para saneamento ambiental urbano no Ministério da Saúde, mas as liberações estão saindo a conta-gotas também neste órgão — escassos R\$ 723 mil.

Os militares, que vêm reclamando de aumento salarial nos últimos meses, tiveram uma execução orçamentária um pouco mais folgada. Da dotação prevista para investimentos, R\$ 1,44 bilhão, foram liberados R\$ 47,9 milhões — 3,3% do total. O programa de reaparelhamento da Força Aérea Brasileira (FAB) recebeu R\$ 22,9 milhões — cerca de 9% de todos os investimentos já realizados pelo governo. O dinheiro foi utilizado na compra de 12 aviões de transporte C-295, que vão substituir os antigos Búfalos. Com mais R\$ 73 milhões de "restos a pagar", a FAB pagou mais uma parcela da frota de 76 aviões de ataque ALX.

Enquanto isso, há inúmeros projetos com execução zerada. É o caso do programa de inclusão digital, com orçamento de R\$ 169 milhões, e do corredor de transportes do Mercosul, com verba de R\$ 790 milhões.

Assistencialismo

O levantamento dos gastos do governo até o início de maio foi feito pela Assessoria de Orçamento do PFL no Congresso. Para o líder do partido na Câmara, Rodrigo Maia (RJ), a necessidade de fazer o superávit primário de 4,25% do PIB não é a única explicação para a baixa execução orçamentária. Ele argumenta que, em vez de investir em infra-estrutura, o governo "prefere ficar com a sua política assistencialista", despejando dinheiro em programas como o Bolsa-Família. Os números confirmam a

sua tese. Até agora, o Executivo já liberou R\$ 1,77 bilhão para o programa de transferência direta de renda a famílias carentes.

Maia acrescenta outro obstáculo à execução do Orçamento da União: "O problema é que, até agora, a equipe não aprendeu a governar. Os ministérios não conseguem executar nem mesmo o que está liberado pelo Planejamento. Há muita incompetência no governo. Enquanto isso, a infra-estrutura do país continua se deteriorando".

O secretário-executivo do PFL, Saulo Queiroz, reforça essa idéia, afirmando que "o governo está contaminado pelo vírus da incompetência. Esse exame mostra que o governo é soropositivo". Para ele, o maior problema do Executivo é a sua "inépcia gerencial". "O governo não sabe operar a sua máquina administrativa", conclui.

"É legal"

Paulo Bernardo considera normal a inscrição de bilhões de reais nos "restos a pagar" todos os anos. Afirma que esse procedimento "é legal" e foi utilizado em governos anteriores. "Quando o presidente Lula assumiu, havia um estoque de R\$ 11,9 bilhões em 'restos a pagar'", comentou. Mas ele reconheceu que o acúmulo de pagamentos no final do ano acontece porque o governo segura o caixa até garantir o cumprimento da meta do superávit primário.

Bernardo defende, porém, que os valores dos "restos a pagar" de 2004 executados em 2005 sejam somados aos recursos do Orçamento de 2005. Pelo seu raciocínio, o que

importa é que o governo já executou investimentos no valor total de R\$ 1,8 bilhão neste ano. Ele não considera o fato de que a maior parte dessa verba, R\$ 1,56 bilhão, es-

tava prevista no Orçamento de 2004. "Isso não tem cabimento. Não concordo com esse raciocínio. O que importa é o valor pago a cada ano", comentou.

VERBA EM CONTA-GOTAS

| MINISTÉRIO | AUTORIZADO EM R\$ MILHÕES | PAGO (EM R\$ MILHÕES) | PERCENTUAL PAGO |
|-------------------------|---------------------------|-----------------------|-----------------|
| Presidência | 124 | 1,1 | 0,9% |
| Agricultura | 355 | 3,3 | 0,9% |
| Ciência e Tecnologia | 659 | 12 | 1,8% |
| Educação | 927 | 12 | 1,2% |
| Justiça | 673 | 10 | 1,6% |
| Minas e Energia | 39,7 | 0,3 | 0,8% |
| Previdência Social | 151 | 0 | 0% |
| Relações Exteriores | 69,6 | 3 | 4,3% |
| Saúde | 2.627 | 20,9 | 0,8% |
| Trabalho e Emprego | 24,2 | 1,7 | 7,3% |
| Transportes | 5.980 | 13,9 | 0,2% |
| Comunicações | 150 | 3 | 2% |
| Cultura | 137 | 1,8 | 1,3% |
| Meio Ambiente | 128 | 0,2 | 0,1% |
| Desenvolvimento Agrário | 465 | 1,6 | 0,3% |
| Esporte | 479 | 1,2 | 0,2% |
| Defesa | 1.445 | 47,9 | 3,3% |
| Integração Nacional | 2.342 | 2,9 | 0,1% |
| Turismo | 658 | 0,7 | 0,04% |
| Desenvolvimento Social | 192 | 23 | 12% |
| Cidades | 2.341 | 16,8 | 0,7% |
| Total | 21.420 | 255 | 1,1% |

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge, Líder da Minoria, por cinco minutos. A seguir, ao Senador César Borges.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição pela Liderança do PSDB, após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a está inscrito.

Com a palavra o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi realizada, hoje pela manhã, a segunda etapa do processo de instalação da CPI dos Correios. Houve a sessão, os requerimentos foram lidos e as assinaturas conferidas. Devemos, agora, aguardar a indicação dos Líderes para que possamos instalar a Comissão.

Por outro lado, o noticiário informa que o Governo ainda tenta retirar as assinaturas de Deputados e de

Senadores. São cerca de oitenta Deputados a mais do que o necessário para instalar a CPI e, assim mesmo, o Governo acha que pode, em uma noite, retirar essas 80 assinaturas, ninguém sabe com que argumentos. Os Deputados assinaram a CPI por livre e espontânea vontade – uns assinaram até hoje, outros ontem. Creio que, na realidade, é uma luta inglória, em vão, mas, de qualquer maneira, admira-me pensar nos métodos que o Governo vai utilizar para retirar essas assinaturas.

Em segundo lugar, teremos um requerimento do Deputado João Leão, dizendo que não há fato determinado. Essa é uma das CPIs, Senador Mão Santa, que tem um fato determinado bastante específico: uma entrevista dada e gravada, praticamente uma entrevista, uma matéria publicada pela revista **Veja**, em que o funcionário dos Correios Maurício Marinho denuncia um esquema de propina não só nos Correios, Senador César Borges. Ele diz que o esquema envolve outras estatais que têm seus diretores indicados pelo PTB.

Mas o que eu gostaria de destacar é que, não tendo razões concretas para barrar a CPI que toda a sociedade brasileira aguarda, o Governo tenta ganhar tempo, evitando o inevitável. A alegação do Partido do Gover-

no de que a CPI não teria limites só confirma aquilo de que todos desconfiamos: o Governo tem medo de que uma devassa nos Correios conduza as investigações da Comissão a outras empresas e órgãos públicos.

A CPI tem, sim, um fato determinado: refere-se ao que foi publicado na revista **Veja**, onde claramente aparece um alto funcionário da empresa aceitando suborno – filmado, Senador César Borges –, revelando todos os esquemas de corrupção e envolvendo um dos partidos da base de apoio ao Governo. Se houver o envolvimento de outros órgãos, de outros partidos, com certeza, pediremos novas CPIs. Não podia ser diferente: fiscalizar é uma das funções constitucionais do Poder Legislativo.

As perguntas que toda a Nação está fazendo são: primeiro, o que assusta tanto ao Governo? Segundo, porque essa pressão sobre os parlamentares para que retirem as assinaturas? Terceiro, o que ainda não foi revelado? Quarto, existiria novos casos de corrupção?

O jornal **Folha de S. Paulo** de hoje relata a presença sofrida pelo Presidente do PTB, Deputado Roberto Jefferson, por parte dos Ministros José Dirceu e Aldo Rebelo.

Segundo o jornal: “Jefferson relatou que se recusou a receber Dirceu, Aldo e Genoino, que o teriam procurado na noite de anteontem no seu apartamento. “Não deixei subir”, teria dito. O presidente do PTB relatou que foi procurado por Aldo e Dirceu novamente na manhã de ontem e também não teria atendido. Na terceira tentativa, Jefferson disse que estava no banho e que a empregada acabou “deixando” os ministros entrarem. “Eles só faltaram se ajoelhar para pedir a retirada das assinaturas”, afirmou.

Vejam: dois ministros do núcleo duro do Governo, dois ministros que cuidam da coordenação política tendo que se ajoelhar na frente do presidente do PTB – que é acusado, suspeito de comandar esse esquema – e pedir que retirasse as assinaturas da CPI.

De que tem medo o Governo? Por que tanta pressão?

Ainda, segundo o jornal **Folha de S. Paulo**, “o primeiro-ministro” José Dirceu teria dito ao deputado Roberto Jefferson que ele seria “só um degrau, o que eles querem é nos pegar”.

Ao que Roberto Jefferson respondeu: “Na mesma cadeira que eu sentar (na CPI) vão sentar você, o Sílvio Pereira e o Delúbio Soares”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na realidade, a preocupação do Governo não é com o PTB. Eles estão pouco ligando para aliados. A preocupação deles é com o Delúbio Soares e com o Sílvio Pereira.

O próprio Roberto Jefferson veio a público para expressar como é o tratamento traiçoeiro que o Partido dos

Trabalhadores dispensa aos demais partidos de quem se aproxima, usando a fábula do sapo e do escorpião.

Esse deve ser um alerta aos nobres Senadores, aos que não sendo do PT ainda apóiam este Governo. Num outro momento desabafo, declarou “ajudei o governo em tudo e agora tenho de agüentar essa conversa de “requalificar a base”.

Mas, para surpresa de todos, depois de ouvir o depoimento de Maurício Marinho, pessoa que já demonstrou a todos a sua falta absoluta de credibilidade, o PTB resolveu manter-se nos cargos que ameaçava renunciar e retirar as assinaturas da CPI.

Finalmente, o Governo levou um golpe final na sua alegação de que, ao acionar a Polícia Federal, estaria tomando as medidas suficientes para apurar as irregularidades nos Correios, não necessitando de uma CPI no Congresso Nacional.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não, Senador.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Desculpe-me, mas é só um segundo: a Polícia Federal não é acionada. Pela Constituição, ela é obrigada a baixar portaria para investigar uma **notitia criminis**. Então, é incorreto dizer-se que a Polícia Federal foi acionada, porque ela tem a obrigação de investigar. Desculpe-me interrompê-lo.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É verdade. V. Ex^a, como ex-Diretor da Polícia Federal, tem absoluta razão. O problema é que, nesse caso específico, a Polícia Federal começou a investigar de uma maneira, mas depois chamaram o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que estava de férias, para que intensificasse essa investigação da Polícia Federal, porque eles estão usando a investigação para fazer com que não haja a necessidade da CPI. De certa maneira, essa é uma manobra para enganar a população.

Segundo a imprensa, o delegado da Polícia Federal responsável pelo inquérito, Sr. Luís Flávio Zamproinha de Oliveira, ao ser perguntado sobre se apoiava a CPI, disse: “Acredito que uma CPI possa fazer surgir novos elementos”.

Aproveito para informar ao delegado que o medo dele de que a CPI possa atrapalhar as apurações não procede. Gostaria de lembrá-lo dos competentes serviços prestados pela Polícia Federal em CPIs anteriores e deixá-lo tranqüilo de que o Congresso Nacional saberá, como sempre, fazer valer suas atribuições constitucionais.

Sr. Presidente, realizamos...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Vou encerrar, Sr. Presidente. Realizamos, hoje de manhã, um congresso internacional sobre corrupção, que, aliás, ocorreu em um momento ótimo. Esteve presente o Ministro Waldir Pires, que, apesar de ser o Corregedor-Geral, pronuncia-se contra a CPI.

O Sr. Cláudio Weber Abramo perguntou por que o Governo não afasta os demais indicados pelo PTB. Essa é também a minha pergunta, Sr. Presidente. Penso que o Governo, da mesma maneira que afastou os Diretores dos Correios antes das investigações, deveria

afastar todos os indicados do PTB em todos os cargos que estão exercendo nas estatais. Todos eles estão sob suspeição idêntica à daqueles dos Correios, porque o Sr. Maurício Marinho, na realidade, citou todos eles.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOSÉ JORGE EM SEU PRONCIAMENTO:

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

| JORNAL | DIA: | MÊS/ANO: | EDITORIA: | CADERNO: | PÁGINA: |
|---------------------|------|----------|-----------|----------|---------|
| CORREIO BRAZILIENSE | 22 | Mai/05 | Política | 1º | 2a/3 |

OBRAS CONTRA O DESLEIXO

O segundo maior orçamento em manutenção e reforma das instalações físicas é o do Ministério da Justiça com despesas previstas da ordem de R\$ 6,5 milhões. Dispendio que poderia ser abrandado em R\$ 1,6 milhão, não fosse a fiscalização ineficiente de serviços de manutenção contratados pela pasta em 2002. Segundo o próprio ministério, o valor corresponde ao prejuízo que a Empresa Jardos Borges deu ao erário a partir de um contrato firmado para a manutenção da rede elétrica, hidrossanitária e de telefonia.

As irregularidades na prestação do serviço foram detectadas a partir de laudos elaborados pelo Instituto de Criminalística do Departamento da Polícia Federal e de perito designado pela Justiça. Entre os problemas, constatou-se o uso de materiais insuficientes e de técnicas inadequadas, além do fato de a obra não ter sido concluída.

O Ministério da Justiça está processando a empresa por perdas e danos e instaurou um processo administrativo disciplinar contra os funcionários responsáveis pela fiscalização da obra na época.

DINHEIRO PÚBLICO

Para eles, o Executivo gasta muito e mal na manutenção dos prédios da Esplanada dos Ministérios. Sugerem uma administração centralizada para evitar desperdício e preservar projetos originais

Técnicos condenam falta de critérios

LILIAN TAHAM

DA EQUIPE DO CORREIO

O governo poderia gastar menos e ainda assim cuidar melhor da conservação dos prédios na Esplanada dos Ministérios. Essa é a conclusão de especialistas em arquitetura e construção civil ouvidos pelo Correio. Em geral, eles não condenam a iniciativa do governo em realizar obras de manutenção e mesmo as reformas de maior porte dos prédios construídos para abrigar o primeiro escalão do Poder Executivo. O que os técnicos criticam é a falta de critérios dos governantes para cuidar de um conjunto de edifícios tombados como patrimônio histórico da humanidade, tornando o serviço caro e nem sempre eficiente.

Um levantamento preliminar feito pelo atual presidente da sede, em Brasília, do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-DF) e chefe do Departamento de Pós-graduação de Arquitetura da UnB, Otto Ribas, prevê que o governo poderia gastar metade do dinheiro que hoje investe na manutenção e conservação dos sistemas de ar-condicionado dos edifícios da Esplanada, um dos itens recorrentes nas reformas dos blocos ministeriais.

Dos R\$ 39,2 milhões empenhados nos últimos dois anos em reformas, um quarto é relativo a esse serviço. Segundo o arquiteto, a economia seria possível se houvesse uma administra-

ção central responsável pela conservação da aparelhagem. Isso porque facilitaria a montagem, a instalação e os contratos de manutenção ficariam mais baratos pois seriam relativos a uma central e não a dezenas de unidades contratadas por diferentes empresas, como ocorre hoje. A mesma lógica do ar-condicionado poderia ser aplicada nos demais serviços de conservação e restauração da Esplanada.

Na opinião de Otto Ribas, uma gestão centralizada dos serviços de arquitetura e engenharia evitaria, por exemplo, os extremos detectados pela reportagem. "Não se pecaria nem pelo luxo, nem pelo desmazelo", diz. Ele chama a atenção para o fato de ser comum — quando não existem critérios para definir limites —, que cada gestor público queira colocar a sua marca onde trabalha. Um dos fatores que podem onerar as construções.

Fiscalização

A opinião é compartilhada pelo arquiteto Sérgio Brandão, ex-presidente do IAB-DF. Ele acrescenta que a providência de unificar a administração de reformas também ajudaria o governo a conseguir preços mais acessíveis em licitações, além de favorecer uma fiscalização mais eficiente das obras. "As duas medidas, sem dúvida, reduzem custos e ajudam a manter o padrão estético de cons-

A necessidade de recuperar instalações precárias, como a da laje do prédio, inaugurado em 1972, não pôde esperar o desfecho judicial. A corrosão do teto, provocada pelo tempo, causou inúmeras rachaduras na cobertura principal do prédio, que incomodam os funcionários de diferentes setores do ministério.

Um deles, Carlos Alberto Ferreira, trabalha há quatro anos na Secretaria Nacional de Segurança Pública, localizada no quarto andar do prédio, e acompanhou de perto os estragos causados pela falta de manutenção do edifício. Há goteiras permanentes no teto, que inviabilizaram um pedaço da sala. "A gente até se acostuma a ver isso tudo mofado. Ruim mesmo é o fato de não podermos aproveitar o espaço de uma sala que já é pequena", reclama.

Na atual reforma do Ministério da Justiça, estão sendo gastos R\$ 1 milhão em impermeabilização da laje. R\$ 1,1 milhão na modernização de elevadores e outro R\$ 1,1 milhão na compra de estações de trabalho, mesas para reunião e poltronas. O chefe do Núcleo de Engenharia do Ministério da Justiça, Rafael Jardim Cavalcante, explica que as obras têm o objetivo de preservar as instalações físicas e a saúde dos funcionários. "O desmazelo com o patrimônio público, sim, é um desperdício de dinheiro e uma negligência com os servidores", pondera o engenheiro.

truções que toram teitas para serem uniformes", analisa.

Conselheiro da União Internacional dos Arquitetos e presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil entre 2000 e 2004, Aroldo Pinheiro é simpático a centralizar os serviços de conservação da Esplanada. O arquiteto — chefe da equipe responsável pela reforma na Câmara dos Deputados em 1985 — diz que em outros países a medida é comum e bem-sucedida.

Ele cita o exemplo da França, onde a unidade de gestão arquitetônica e de engenharia dos prédios públicos proporciona um trabalho contínuo, pouco oneroso e eficiente de conservação dos edifícios. "É uma forma de evitar reformas de atropelo, feitas porque não há como adia-las, ou mesmo os casos em que as mudanças têm a intenção de deixar digital a de quem ocupa o prédio", diz.

Integrante da Comissão Mista de Orçamento e um estudioso da área, o deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG) lembra que há na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que direciona a forma como o governo deve planejar os gastos públicos em um ano, uma orientação condenando os exageros de reformas em prédios públicos. "A ideia de concentrar os dispêndios sob uma mesma administração me parece uma forma inteligente de adequar os gastos com reformas a LDO", diz o parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães pela Liderança do PFL pelo prazo de cinco minutos. A seguir, fará uso da palavra o Senador César Borges.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Então, V. Ex^a, falando como inscrito, tem o prazo de dez minutos mais dois de tolerância, em virtude de permuta com o Senador César Borges.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente, congratulo-me pela maneira com que presidiu a sessão do Congresso Nacional o Senador Renan Calheiros. Havia, sem dúvida, o propósito, como há, de prejudicar os trabalhos de formação da CPI dos Correios. O Presidente Renan Calheiros – como também V. Ex^a –, com a maior imparcialidade, presidiu os trabalhos, merecendo aplausos gerais até mesmo da Oposição e dos Governistas.

Sr. Presidente, venho hoje aqui fazer o elogio de João Marinho, porque, de uma hora para outra, João Marinho passou a ser uma palavra respeitada. Há pouco tempo, a televisão o mostrava recebendo três mil reais. Biscateiro. E, agora, diz-se que um depoimento dele isentou...

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – O nome dele é Maurício Marinho, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Maurício Marinho. Então, vê-se que Maurício Marinho passou a ser uma voz séria que, isentando o Dr. Jefferson, fez com que ele voltasse a querer os cargos do PTB e, ao mesmo tempo, que todo o PTB retirasse as assinaturas da CPI.

Eu ouvi Maurício Marinho na televisão. Ele não disse que mentiu coisa nenhuma. Ele disse apenas que não sabia que estava sendo gravado, senão não teria dito tantas verdades. Mas ele não sabia que estava sendo gravado. E, aí, o que se faz? Perdoe-me o meu querido Romeu Tuma: arma-se com a Polícia Federal, talvez até com o consentimento do meu queridíssimo amigo Márcio Thomaz Bastos, uma pressa enorme para evitar a CPI. Tudo exclusivamente montado, e mal montado! É duvidar da inteligência brasileira e sobretudo dos Congressistas do nosso País.

Então, ouve-se rapidamente o Sr. Roberto Jefferson, que sai contente. Maurício Marinho disse que ele um homem de bem. Então, ele é um homem de bem. Maurício Marinho disse que ele deve tirar as assinaturas da CPI. Ele tira. Entende que ele deve ficar com os cargos. Ele fica. Maurício Marinho, neste Governo,

vai ser nomeado para cargo muito mais importante, Sr. Presidente. Enquanto não fazem ministro de V. Ex^a, que é homem decente, Maurício Marinho vai ser nomeado – eu tenho certeza – para um cargo importante desse Governo!

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me um aparte, Senador?

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Ele pode ser Corregedor-Geral.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pode ser o Corregedor-Geral! Porque, substituindo Waldir Pires, vai ficar no mesmo (Risos)... Vai ficar no mesmo...

Conseqüentemente, eu estou aqui para lançar um protesto. Sei que Paulo Lacerda é homem de bem. Conheço que é homem de bem. Vejo como ele deve estar constrangido em estar ouvindo agora o Sr. Antonio Osório. Ontem foi um tal Godoy. Todos que deveriam estar realmente no altar, santificados, como homens decentes, dignos, homens que não recebem propina, que não pegam o dinheiro nem o recebem assim, na mão, como fez o Sr. Maurício.

Eu estou estarecido. Montam essa farsa para retirar assinaturas da CPI. Não adianta. A CPI vai ser feita aqui e na Câmara. Se não, vai ser feita aqui. E temos outras CPIs para fazer também. Há outros órgãos, como a Petrobras, que precisam ser olhados. Nós temos que ser vigilantes, porque eles não dormem.

Maurício Marinho é o homem que os instrui. É a figura hoje mais destacada do Governo. E eu não duvido que – talvez, nesta fase, não –, passado um tempinho, vá para o Palácio do Planalto.

Sr. Presidente, sei da responsabilidade de V. Ex^a, mais que a dos outros. V. Ex^a tem um passado e, pior, V. Ex^a ainda tem um grande futuro. V. Ex^a tem voto também, o que é importante, não precisa fazer essas manobras. Precisamos dar um basta. E o Partido de V. Ex^a, na sua maioria, quer dar um basta, está intimidado porque, na hora de resolver uma situação difícil, o Presidente Lula liga do Japão para a reunião dos nossos queridos colegas do PT. E aí o quadro se inverteu: de sete a seis passou para oito a cinco contra fazer a CPI.

Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Antonio Carlos, há dois minutos, V. Ex^a tocou num ponto que chegou também ao meu raciocínio hoje. Eu imaginava que o Sr. Maurício Marinho aliás, um desconhecido até pouco tempo atrás fosse apenas um borra-botas. Eu pensava assim. Mas concluí que não, porque metade da República se movimenta para supostamente o salvar, se é que não há outros por trás.

Se não há outros por trás, então ele é importante; se há outros por trás, a CPI se justifica, para sabermos quais são os outros. Ele é um larápio de quinta. Temos de saber se tem larápio de quarta, de terceira, de segunda, de primeira.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a veja bem: ele é um larápio de quinta, mas que tem voz de primeira.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Pois é, pelo que ele movimentava na República, é verdade. Agora veja V. Ex^a que, tenho a impressão, ele próprio deve estar assustado. Se deixarmos qualquer ironia de lado, ele próprio deve estar assustado, deve estar atemorizado, pensando com seus botões: Maurício Marinho é um homem importante. Ele deve estar quentíssimo na vizinhança, porque, de fato, justifica ministros implorando, segundo a **Folha de S. Paulo**, para o Presidente do PTB não retirar a assinatura da CPI que acusa o Presidente do PTB. Ou seja, é um quadro de dissolução moral, e eles entendem que a saída é, na calada da noite, golpear a CPI. Uma CPI que não é nem da Minoria, porque tem a maioria do Congresso; uma CPI que não é do Congresso, porque é da Nação; uma CPI que vai sair, porque, se não sair, vai sair uma “CPI da retirada das assinaturas da CPI”, porque terá sido vergonhosa essa manobra para que tenha êxito. E, como o Congresso se dá e certamente vai se dar ao respeito, sabemos que é impossível retirarem 85 assinaturas de Deputados Federais, inviabilizando algo que corresponde ao anseio e até ao asco que a Nação está sentindo desse episódio todo. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas temos que chegar à conclusão de que o Sr. Maurício Marinho, o Deputado Roberto Jefferson, um tal de Godoy e o Osório são todos figuras secundárias nesse processo. A figura principal é o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que os nomeou e vai continuar loteando o Brasil, dando cargos àqueles que aqui ou ali, na outra Casa, apoiarem o seu Governo. Enquanto isso, a Nação fica desprotegida; o contribuinte é assaltado; os seqüestros se multiplicam. Tudo isso por causa do exemplo. Quando um Governo dá exemplo de corrupção, não pode evitar que a corrupção corra à solta por todo o País.

Quero neste instante, Sr. Presidente, mais uma vez, dizer a V. Ex^a que confio na sua pessoa e nos seus colegas. Se disser que confio em todos, estarei sendo hipócrita, mas confio na maioria deles, porque tem uns que, por qualquer preço, fazem a defesa e se expõem aqui ou até no Congresso, contanto que agrade ao senhor que preside a Nação, ao torneiro mecânico de ontem, mas o grã-fino de hoje, que participa de festas no mundo inteiro e que bota máscaras quando não

precisava, até mesmo na Coréia. Não precisa botar máscara, todo mundo já conhece.

Conseqüentemente, Sr. Presidente, vamos trabalhar. Vamos, pelo menos, dar a este Congresso a coragem de apurar tudo de errado que existe aí. Isso será um bem para o Presidente, mas sobretudo para a Nação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a

Concedo a palavra ao nobre Senador César Borges e, a seguir, ao Senador Garibaldi Alves Filho, pelo PMDB.

V. Ex^a dispõe de dez minutos, Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este é o tema dominante hoje no País: a CPI. O requerimento tem a assinatura de 254 Deputados – bastariam 171 –, e de 51 Senadores – bastariam 27. De 81 Senadores que compõem esta Casa, 51 assinaram o requerimento dessa CPI, que o Governo não deseja. Ele está removendo montanhas, utilizando de todos os métodos para tentar impedir que ela desempenhe o seu papel saneador para a República. Há que se perguntar: quem tem medo da CPI? Sem sombra de dúvida, a resposta é a de que o Governo tem medo da CPI. Não adianta o uso de desculpas esfarrapadas de que a CPI será palanque eleitoral, de que ela servirá para uma disputa política, pois política se faz todo o tempo. A CPI tem uma razão específica, que é apurar a denúncia feita por uma revista, denúncia grave. Trata-se da filmagem de um ato explícito de corrupção e, mais que isso, de delação pelo Sr. Maurício Marinho de vários outros atos de corrupção. Esse fato é gravíssimo. A sociedade brasileira tem o direito de conhecer toda a verdade sobre esse ato criminoso.

É preciso, portanto, esclarecer o que mais aquele cidadão fez, em nome de quem e com qual propósito. Não fosse a reportagem da revista **Veja**, certamente ainda estaria em pleno funcionamento o esquema de corrupção montado numa estatal tão importante como os Correios, e o tráfico de influência estaria correndo livremente.

Não adianta o Governo dizer que vai investigar, que vai verificar, porque se não fosse a denúncia da revista **Veja**, continuaria operando todo o esquema montado pelo Sr. Maurício Marinho, pelos demais envolvidos e por mais quem quer que esteja utilizando o aparato público para praticar atos ilícitos.

Sr. Presidente, eu pergunto: quantos outros esquemas como esses estão em funcionamento no Governo? Será que alguém poderia responder? Ou só responderemos quando alguma revista fizer a denúncia? Quantos esquemas estarão funcionando neste momento? Quantos outros servidores públicos, empresários e mesmo parlamentares estarão envolvidos?

E ainda: por que a estrutura de controle interno do Governo, a Controladoria, não funciona? Volto a questionar onde estava a Controladoria quando a imprensa denunciou casos extremamente graves de fraudes no Programa Bolsa Família? Onde estava a Controladoria na época das viagens da Ministra Benedita da Silva, das denúncias envolvendo o favorecimento de empreiteiras no Ministério dos Transportes, do caso da ONG Ágora, da Máfia dos Vampiros e agora dos Correios e agora no IRB. Segundo os jornais, há mais de um ano o Governo tem conhecimento dessas denúncias. Está aqui na **Folha de S. Paulo**, sucursal do Rio de Janeiro, da colunista Elvira Lobato. O Governo sabe da denúncia do Instituto de Resseguros do Brasil – IRB há mais de um ano, repito. E o que ele fez para apurar essas denúncias? Absolutamente nada, até que fosse publicado por uma revista.

Diz o artigo:

Executivos do mercado segurador dizem que há mais de um ano membros do segundo escalão do Ministério da Fazenda sabiam de rumores sobre o suposto esquema de arrecadação de dinheiro por partidos no IRB – Instituto Brasil Resseguros, estatal sediada no Rio.

A **Folha de S. Paulo** apurou que o Conselho de Administração soube informalmente da denúncia e não agiu.

Reportagem da revista **Veja** desta semana disse que o Deputado Roberto Jefferson, Presidente do PTB, exigia contribuição de R\$400 mil por mês de Lídio Duarte, ex-Presidente do IRB (Instituto de Resseguros do Brasil), que pediu demissão há dois meses, por – disse ele – não suportar as pressões.

Concedo um aparte ao nobre Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador César Borges. Eu gostaria de dizer a V. Ex^a que a Controladoria fiscaliza apenas os Municípios. Ela montou uma estrutura para fiscalizar os Municípios em relação às verbas federais recebidas, mas ela devia, principalmente, fiscalizar os recursos usados pelo Governo Federal. Isso ela não faz. Em segundo lugar, eu gostaria de aproveitar o pronunciamento de V. Ex^a para pedir que outros empresários também gravem os atos desses funcionários corruptos. Essa é uma forma de nós descobirmos as corrupções que estão ocorrendo

no Governo. Que outros gravem e divulguem, porque, assim agindo, mostram que estão sendo patriotas e estão defendendo o Brasil. Muito obrigado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado. Como V. Ex^a diz, a Controladoria voltou-se apenas para os Municípios, não exercendo sua função precípua, que é a de investigar o Governo Federal, até para ajudá-lo a impedir que esses fatos aconteçam.

Sr. Presidente, é mais do que obrigação desta Casa exercer sua função fiscalizadora e dar as respostas que a Nação exige. A CPI é um instrumento legítimo e fundamental para se chegar a essas respostas.

Sr. Presidente, parece que novamente a dissonância cognitiva do Governo procura deflagrar uma escandalosa operação aberta – esse é o grande escândalo nacional –, uma “operação abafa”, a que o Governo deu o nome, Senador Antonio Carlos Magalhães, de “operação Deus nos acuda”, porque só Deus pode auxiliar o Governo neste momento. É lamentável envolverem logo o nome dEle em “operação abafa CPI”.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a permite um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Com prazer, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Deus é bondoso, mas não é tão bondoso assim para perdoar os corruptos do atual Governo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos.

Sr. Presidente, uma reportagem publicada ontem no jornal **Folha de S. Paulo** revela ao País a maneira torpe e imoral como o Governo pretende impedir a criação da CPI dos Correios. Segundo a **Folha de S. Paulo**, os deputados e senadores da base aliada que não retirarem suas assinaturas da CPI dos Correios serão retaliados pelo Governo, perderão cargos e não terão verbas liberadas. A que ponto chegamos na República, Sr. Presidente! A retaliação, entre outras formas de coerção, implicaria a demissão de indicados pelos “rebeldes” para cargos federais e a não liberação de verbas para suas emendas.

O Governo Federal pretende ainda liberar R\$733 milhões do Orçamento para impedir a criação da CPI dos Correios.

Ameaça, intimidação, perseguição, barganha. Essa, infelizmente, é a linguagem preferida pelo Governo do PT para tratar questões tão importantes na consolidação da democracia na cena política nacional.

Isso é uma prova clara de que, como constatou a Sr^a Sandra Fernandes de Oliveira – que enviou carta ao jornalista Clóvis Rossi, lida ontem aqui – o Brasil não mudou depois do *impeachment* de Collor.

O Presidente Lula e seus principais auxiliares tentam desacreditar e desestimular a iniciativa de se criar a CPI com o argumento de que se trata de uma iniciativa que pretende apenas desestabilizar o Governo. Alega ainda o Governo que a Controladoria-Geral da União e a Polícia Federal estão investigando o caso e por isso não há necessidade de uma CPI.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Ora, desde que o Partido dos Trabalhadores assumiu o Governo, em janeiro de 2003, a cada novo escândalo são invocadas as mesmas desculpas: a CPI serve apenas para dar palanque à Oposição e desestabilizar o Governo; e a Polícia Federal e a Controladoria já estão realizando investigações. São sempre essas as desculpas, Senador Ney Suassuna.

Sob esses falsos argumentos, os escândalos foram se sucedendo sem que os envolvidos tenham sido devidamente identificados e punidos: favorecimento de empreiteiras no Ministério dos Transportes; Waldomiro Diniz; Henrique Meirelles; e, agora, Correios e Instituto de Resseguros do Brasil.

No caso do IRB, o jornal **Folha de S.Paulo** trouxe essa reportagem a que já me referi.

Esses vários casos mostram que não há uma crise artificial, como tentam insinuar alguns. Trata-se de uma crise, sim, presente e entranhada nessa administração, que nasce dentro do próprio Governo e não por herança maldita, porque a herança somente é considerada maldita pelo PT quando lhe convém.

Para o Partido dos Trabalhadores é sempre bem-vinda a barganha política com parlamentares de conduta ética duvidosa, desde que isso lhe renda alguns votos. É a prática do fisiologismo barato, desnudada sem pudor pelo PT.

Aliás, essa também é a opinião do nobre Senador Presidente desta Casa neste momento, Senador Tião Viana, que, em declarações publicadas ontem pelo **Valor Econômico**, disse: “O Presidente deveria ter se aproximado pelo bom caminho, não pelos defeitos, mas pelas virtudes dos partidos”. E diz ainda mais o nobre Senador Tião Viana, cuja coragem e retidão para dizer essas palavras tenho que reconhecer, sendo S. Ex^a do Partido dos Trabalhadores. “Não sabendo conviver (Lula), menosprezou os bons aliados que poderia ter arregimentado e começou a perder votações”.

E vai mais longe o Senador Tião Viana: “O problema é que Lula tem dificuldades para estabelecer uma plataforma de convivência com o Congresso, onde valores republicanos, éticos e as teses legislativas sejam tocados pelo interesse da sociedade brasileira”.

Minhas homenagens e meu reconhecimento, Sr. Presidente Tião Viana.

Concedo um aparte ao nobre Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Primeiramente, Senador, parabéns pelo brilhante pronunciamento. E V. Ex^a destaca um ponto que considero crucial: esta ação “abafa CPI”, com a retaliação prometida, coação mesmo, sobre os Parlamentares, é crime de responsabilidade do Presidente da República e dos Ministros. Está no capítulo II da Lei nº 1.079, que define os crimes de responsabilidade. O capítulo II fala dos crimes contra o livre exercício dos poderes constitucionais: “São crimes de responsabilidade contra o livre exercício dos Poderes Legislativo e Judiciário e dos poderes constitucionais dos Estados usar de violência ou ameaça, no caso, para coagir no modo de exercer o seu mandato, bem como conseguir ou tentar conseguir o mesmo objetivo mediante suborno ou outras formas de corrupção; acenar com liberação de verbas parlamentares etc. Crime de responsabilidade! Eu chamo a atenção do Senado, porque cabe ao Senado, compete ao Senado, é uma imposição constitucional, processos contra o Presidente da República, os Ministros de Estado, quando os crimes de responsabilidade definidos por esta lei, que é específica, são tão visíveis como ocorre agora. Portanto, Sr. Presidente, nós no Senado Federal precisamos aprender a cumprir a lei. E, certamente, o Senado marcaria época se agisse neste momento contra o cometimento do crime de responsabilidade por parte do Presidente da República e de alguns dos seus Ministros.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Por isso, Senador Alvaro Dias, nós já temos condições de abrir uma outra CPI, exatamente para investigar esse crime de responsabilidade cometido pelo Governo Federal.

Mas, Sr. Presidente, a verdade é que a corrupção deste País está no coração do Governo. Está no Ministério dos Transportes, onde a denúncia de favorecimento de empreiteira feita em 2003 pelo ex-diretor financeiro do DNIT, Benito Sérgio Pimentel, nunca foi investigada.

Está no Banco Central, cujo Presidente Henrique Meirelles foi acusado pelo Ministério Público Federal de crime eleitoral, de enriquecimento ilícito, aceita, inclusive, a acusação, pelo Supremo Tribunal Federal, e que aí está o Governo dando todo o crédito, mas está o Presidente Henrique Meirelles comandando a economia brasileira.

Está no Ministério do Trabalho, que repassou recursos para a ONG Ágora, cuja aplicação foi comprovada através da apresentação de notas fiscais frias, e até agora ninguém foi responsabilizado.

Está no quarto andar do Palácio do Planalto, de onde o Sr. Waldomiro Diniz, depois de extorquir o empresário Carlos Cachoeira, comandou as negociações com a empresa GTech, juntamente com seu sócio, Rogério Buratti. Até hoje a Nação aguarda uma resposta sobre o Escândalo Waldomiro.

Sr. Presidente, o que temos assistido é um Presidente da República que estimula a impunidade em seu próprio Governo, criando uma blindagem sobre os companheiros acusados de corrupção.

A recusa do Governo em criar a CPI dos Correios sob a tese de desestabilização do País não se sustenta de maneira nenhuma. Se aceitarmos essa tese, Sr^{as}. e Srs. Senadores, podemos deduzir que o Partido dos Trabalhadores é um histórico desestabilizador de governos e criador de palanques fictícios, já que sua atuação no Parlamento, quando era Oposição, se caracterizou pelo uso constante de CPIs para investigar seus opositores.

Não podemos aceitar o argumento falacioso de que não é necessária a CPI porque o “Governo já tomou as providências necessárias, os culpados serão punidos”. Ora, o Srs. Waldomiro Diniz e Rogério Buratti, pelo que me consta, levam as suas vidas, hoje, normalmente. O Sr. Henrique Meirelles continua comandando o Banco Central. E ficamos assim, fingindo que não está ocorrendo nada de grave, e que “tudo será apurado”.

A Oposição e mesmo aqueles Parlamentares da base de apoio ao Governo que se indignaram com essa crise não podem, após o mais breve exame de consciência, compactuar com essa inércia investigativa do Parlamento. Sr^{as} e Srs. Senadores, a CPI é indispensável e deve ser realizada para o bem da moralidade e para a satisfação do desejo maior de toda a população brasileira, que é dar um basta definitivo a qualquer tipo de corrupção, ao mar de lama que assola, infelizmente, o Governo, com a impunidade e com a complacência do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Muito obrigado, Sr. Presidente. E volto a manifestar o meu reconhecimento pelas declarações V. Ex^a.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho, pela Liderança do PMDB.

Pela ordem, Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de lamentar que estamos aqui, desde o início da sessão, com diversos Senadores fazendo graves acusações ao Governo, e que não venha nenhum Senador, nenhum Líder da base governista defender esse Go-

verno. Não é esse o diálogo que nós queremos aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador José Jorge, a próxima inscrita na lista de oradores é a eminente Senadora Ideli Salvatti, inconfundível aliada do Governo do Presidente Lula – bem o diga o nobre Senador Heráclito Fortes!

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o anúncio feito pelo Governo Federal da licitação para o início das obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional, bem como os seguidos pronunciamentos do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, de que essa importante obra é verdadeiramente prioritária para o seu Governo, causou reações contrárias de alguns Senadores, principalmente daqueles que representam os Estados nos quais o rio São Francisco faz seu curso.

Na oportunidade em que o Senador alagoano Teotônio Vilela Filho realizava pronunciamento acerca do assunto, S. Ex^a reconheceu o esforço feito por alguns Governadores, inclusive por este ex-Governador, para dotar o nosso Estado de uma melhor oferta hídrica, especialmente por meio de um arrojado projeto de adutoras. Ele me classificou, Sr. Presidente, como radicalmente a favor do Projeto de Integração da Bacia do Rio São Francisco. Não sou radicalmente a favor, mas sou favorável por algumas razões que me trazem hoje a esta tribuna. Penso até que, a exemplo do Senador Teotônio Vilela Filho, não esgotarei o assunto num só pronunciamento, assim poderei voltar a esta tribuna para expor os outros argumentos que, acredito, sejam necessários.

Em primeiro lugar, é preciso realizar alguns questionamentos imprescindíveis para a averiguação da necessidade de se realizar a obra de integração da bacia do Rio São Francisco com as bacias do Nordeste Setentrional. Existe água em quantidade na bacia hidrográfica doadora, ou seja, no rio São Francisco? Há, Sr. Presidente, déficit hídrico nas bacias hidrográficas receptoras, que vem a ser exatamente as barragens e açudes do Nordeste Setentrional, a serem beneficiadas com as águas do rio São Francisco? Outra questão importante normalmente colocada de forma equivocada é se o projeto de integração do rio São Francisco já foi devidamente debatido e se está apto de ser agora implementado, de ser agora executado.

Vou agora me deter diante de cada um desses questionamentos, assim, V. Ex^{as} terão a exata compreensão do porquê do meu empenho na defesa desse projeto....

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Garibaldi, V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – V. Ex.^a não quer esperar pelas minhas razões?

O Sr. César Borges (PFL – BA) – V. Ex.^a fez uma indagação e eu gostaria de dar a resposta.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – V. Ex.^a vai dar, mas primeiro vou dar as minhas. Eu pretendo ter, pelo menos, essa prioridade.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – O nome é Projeto de Transposição. Não é Integração nenhuma, não, Senador Garibaldi. É Transposição do rio São Francisco.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Senador César Borges, eu considero, e o Senador Ney Suassuna também, que se trata de uma região que abriga doze milhões de pessoas e que recebe os benefícios de um projeto como esse. Eu não corro o risco de ser considerado exagerado diante do que vou expor aqui.

O rio São Francisco responde por 80% da água disponível em todo o Nordeste, o que corresponde a 4,5 mil metros cúbicos por habitante/ano; os outros 20% (depois dos 80% do São Francisco) correspondem ao 1,7 mil metros cúbicos da bacia do Parnaíba, do Senador Mão Santa, e 450 metros cúbicos das bacias do Nordeste Setentrional, que são exatamente as bacias receptoras da transposição, já que o Senador quer que seja transposição, que seja.

O Projeto de Integração ou de Transposição consiste, dessa forma, em um projeto de segurança hídrica, visto que cerca de 80% da água armazenada no semi-árido são perdidas por vertimento e por evaporação, dada a necessidade de guardá-la para enfrentar os períodos secos. Ora, a integração das bacias garantiria essa fonte perene, utilizando-se apenas 1,4% da vazão mínima do seu manancial. A vazão mínima do rio é de 1.850 metros cúbicos por segundo, e a vazão firme a ser retirada pela transposição é de 26 metros cúbicos por segundo, conforme outorga dada pela ANA, Agência Nacional de Água, com base no Plano da Bacia do Rio São Francisco, aprovado pelo Comitê da Bacia. Só para termos uma idéia do pouco impacto que a transposição irá representar para o São Francisco, o Sistema Guandu, que abastece o Rio de Janeiro, retira 68% do rio Paraíba; a Transposição do Sistema Cantareira, que abastece parte da cidade de São Paulo, retira cerca de 72% do seu manancial.

É evidente, então, com todo o respeito aos que combatem o projeto, como o Senador César Borges,

que se trata de obra essencial para uma região árida como a nossa. Os Estados do Ceará, do Rio Grande do Norte e da Paraíba se prepararam, com esforços de seus Governos, exatamente para receber as águas do São Francisco. Ironicamente, ainda se diz que as obras que foram realizadas é que garantem...

(Interrupção do som.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) –... um fornecimento de água, um fluxo constante de água que dispensa a integração, que dispensa a transposição. A transposição leva água, assim, para aonde ela já existe, porém, como já explicamos, em quantidade insuficiente. Existe água, ninguém vai negar que existe água, mas a água que existe é insuficiente.

O Senador César Borges quer falar agora. Se o Presidente permitir...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O tempo de V. Ex.^a está esgotado. Peço a V. Ex.^a que conclua em mais 20 segundos, porque há vários oradores inscritos.

O SR. César Borges (PFL – BA) – Posso usar da palavra?

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Não há possibilidade de mais um aparte, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O tempo, infelizmente, do orador está esgotado e há vários apartes. Entendo que, para não haver prejuízo dos demais oradores, V. Ex.^{as} podem fazer um pronunciamento sobre o tema a partir de amanhã ou da próxima semana.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, eu até sugiro... Esse debate já foi realizado. Tenho aqui o número de debates que já foram realizados. Foram 250 debates, segundo o Ministério da Integração; foram 15 audiências públicas...

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem, por gentileza. Nós, os três ou quatro Senadores que se interessam pelo tema, poderíamos assinar continuamente e faríamos o debate em 40 minutos nos 10 minutos de cada um. Não é possível? Faríamos isso na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Há um entendimento da Mesa, nobre Senador Ney Suassuna, no sentido de que possamos ter como recurso de plenário, por entendimento dos Líderes e da própria Mesa, um dia em que o assunto, sendo de grande relevância, se possa transformar em debate. Ou seja, fala um a favor e um contra, para que possamos valorizar o debate dentro do Parlamento. Entendo

que essa sugestão pode ser levada à Mesa e, quem sabe, possamos acolher a sugestão de V. Ex^a para a próxima semana. Senador Jefferson Péres.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a tem razão, Senador Tião Viana. Mesmo porque o debate da transposição, único e exclusivo, é prejudicial, sem dúvida alguma, ao rio São Francisco, pois é preciso que falemos sobre sua revitalização.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pois não, Senador Jefferson Péres.

O SR. Jefferson Péres (PDT – AM) – Sr. Presidente, há três ou quatro anos, foi decidido pela Mesa – não sei se o Presidente era Senador José Sarney ou o seu antecessor – que a sessão plenária seria dedicada exclusivamente a debates por um dia da semana, mas isso não foi institucionalizado. Digo isso apenas para ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Levarei o caso à Mesa Diretora, para que possamos acolher sugestões que nos parecem da maior relevância.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho para concluir por mais um minuto.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – O Senador Jefferson Péres tem razão. Creio que isso ocorreu na gestão do Presidente Sarney, e estava sendo feito na sessão da quinta-feira à tarde, se não me engano. Infelizmente, não foi institucionalizado, não prosperou.

Sr. Presidente, não tenho mais tempo. Só quero dizer que debate houve. Pode haver mais. Já foram realizadas 15 audiências públicas, 16 foram impedidas fisicamente de serem realizadas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti e, em seguida, ao Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, após o Senador Antero Paes de Barros, eu gostaria de falar pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a será atendido.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a está inscrita.

Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a dispõe de dez minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós temos tido oportunidade de ouvir e falar muitas coisas ao longo dos últimos dias, inclusive eu já tive oportunidade de me solidarizar com as coitadas das aves brasileiras, porque elas foram muito citadas. E tivemos também debates acalorados a respeito de preconceitos e de posicionamentos, a respeito de expressões utilizadas que acabam revelando muitas vezes a verdadeira motivação, o que vai na alma de determinadas personalidades políticas.

Como realizamos aqui um debate nos últimos dias a respeito de uma frase sobre a “sertanização” da política brasileira, feita pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, e, entre outras coisas, ele falou aquela péssima expressão do “peru bêbado”, peço que seja incluído na íntegra o artigo do nosso querido professor Emir Sader: “O mundo pelo avesso”. Vou ler apenas um trecho e peço que depois seja inserido na íntegra.

FHSeverino

O bom do acordo entre FHC e Severino, que levou este último à presidência da Câmara, é que ele desmascara a falsa oposição entre “modernidade” e “atraso”, entre “dinamismo paulista” e “arcaísmo nordestino”. Um é condição do outro, como já haviam mostrado os 8 anos de governo tucano no país.

O que quer FHSeverino para o Brasil? A volta dos tucanos e o cumprimento dos acordos com o FMI, privatizando a Petrobrás, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, em 2007, para retomar a herança que os seus oito anos de privatária deixaram para o Brasil? Nada melhor para representar a aliança entre o que pretende ser o “progresso” com o que aparece como o “atraso”, do que os acordos, a aliança e o abraço entre FHC e Severino.

Ninguém tem dúvida de que esse foi o candidato incentivado, articulado e apoiado pelos tucanos. O bloco formado pelo PSDB e pelo PFL é a expressão orgânica desse encontro entre o “moderno” e o “arcaico”, entre a Avenida Paulista e os postos do Dnocs nas fazendas privadas. Mas os encontros de FHC e Severino têm um poder simbólico incomparável sobre a natureza das elites brasileiras neste começo do século XXI. A contraposição entre os pólos de “modernidade” e “atraso” nunca conseguiu dar conta da dinâmica real do capitalismo brasileiro. Este sempre se valeu das formas mais atrasadas da exploração da força de trabalho – a começar pelo trabalho escravo, que esteve presente em pelo menos três dos últimos quatro séculos da nossa história.

Por aí vai o artigo do nosso querido Emir Sader, professor da USP, da Universidade de São Paulo e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

É bom registrar – tive oportunidade de fazê-lo, mas depois não foi possível – manifestações recentes da Organização Internacional do Trabalho elogiando o combate ao trabalho escravo realizado pelo Ministério do Trabalho, no último período.

Além de fazer o registro sobre esse debate que está sendo realizado no Congresso Nacional, a motivação é a CPI. Hoje, em muitos discursos, ouvi falarem que a CPI é dos Correios. Mas, em outros discursos, ela é ampla, geral e irrestrita. É mar de lama, é tiro para todo e qualquer lado.

Vamos ter um pronunciamento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a respeito de qual é o fato determinado; ou seja, se é a ementa do documento ou se é a justificativa, porque elas são absolutamente contraditórias.

Além de falar um pouco sobre essa questão, queria tratar de outros assuntos aqui na tribuna porque focamos todo o nosso debate na CPI, mas as coisas andam, o País, as atividades estão caminhando, temos notícias extremamente positivas, temos resultado das ações desencadeadas extremamente animadoras. Hoje, pela manhã, por exemplo, tive oportunidade de falar, como Presidente da Associação Brasileira da Indústria do Material de Construção Civil, extremamente positivo, pela votação que tivemos a capacidade de realizar ontem, até altas horas da noite, aprovando, finalmente, o Fundo Nacional de Habitação para Moradia, de interesse social, o Sistema Nacional, e toda

a movimentação que a aprovação desse projeto vai dar a esse setor.

Todos sabemos que, além de ter um objetivo social muito claro, de estar voltado para a população de mais baixa renda, onde temos o déficit sistemático, opressivo, algo em torno de 84% do déficit habitacional, exatamente para a população que ganha até três salários mínimos, essa criação do fundo e do sistema nacional vai aquecer o mercado, a indústria e o comércio do material de construção, um dos grandes alavancadores do aquecimento da economia, da capilaridade.

Portanto, apesar de todo o nosso debate, todo o nosso combate relacionado à CPI, estamos dando conta de solucionar questões, não só em termos de Executivo, como fizemos ontem, no plenário desta Casa, depois de 13 longos anos de tramitação, aprovando um projeto que, efetivamente, estará voltado para a população de mais baixa renda numa das suas principais demandas, que é a questão da habitação, também muito anima setores econômicos, como o do material de construção, tanto da indústria quanto do comércio.

Eu gostaria ainda de divulgar uma outra notícia que entendo de fundamental importância para que reflitamos e tenhamos o entendimento do que está colocado para o nosso País como desafio e como perspectiva: as exportações para a América Latina superam as vendas feitas para os Estados Unidos. O resultado das exportações é o primeiro indício da mudança de estratégia da política externa do Governo, mais voltada para os países vizinhos. A boa notícia é que os latino-americanos compram do Brasil principalmente produtos manufaturados, ou seja, de maior valor agregado. Para a União Européia, o maior parceiro do País, o forte são as exportações agrícolas, apesar das diversas barreiras. Do total de vendas para a América do Sul, 84,8% foram de produtos semimanufaturados e manufaturados.

Para especialistas, a expansão das vendas de produtos de maior valor agregado é positiva. Portanto, essa notícia que eu quero trazer à tribuna, nesse tiroteio que estamos fazendo, é de fundamental importância porque tivemos todo um cuidado, o Presidente Lula, em toda a sua política externa, de diversificar, de não ficarmos reféns de apenas alguns parceiros, e principalmente estabelecendo parceiros, como no caso da América do Sul, América Latina, que nos permite exportar produtos que geram volume de emprego qualificado para a nossa economia. Então, a notícia de que as exportações, apesar de o dólar estar caindo,

continuam batendo recordes e obtendo crescimento significativo é o resultado da política acertada do Presidente Lula de diversificar, de transformar a relação da América do Sul com a América Latina, com o Eixo Sul-Sul, com toda a questão dos países árabes, da China, do Japão e da Índia, como algo de fundamental importância para que tenhamos alternativas.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a traz assuntos de substância. É claro que à Oposição interessa que nos ocupemos tão-somente desse pretenso escândalo que eles querem instaurar na República, como se isso tivesse raízes firmes – e não tem, o que provaremos com as investigações que estão sendo feitas. Não podemos deixar de trazer ao debate e ao conhecimento da Casa e da Nação assuntos importantes, como a mudança na presença do Brasil no cenário internacional, tanto político quanto econômico, algo que nunca se havia constatado na história deste País. A presença e o prestígio do Brasil e do Presidente Lula ultrapassaram tudo aquilo que o País havia conseguido com a competência do seu Ministério de Relações Exteriores e com suas equipes do Itamaraty. Cumprimento V. Ex^a por esse pronunciamento de grande profundidade.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Quero agradecer, Senador Roberto Saturnino, e dizer que fiz questão absoluta de, nessa situação, trazer esses dados, esses elementos e assuntos, porque senão se passa outra imagem. Para quem assiste à TV Senado e à TV Câmara, nos últimos dias, tem-se a impressão de que nada está acontecendo de bom, nada vem tendo resultado, nada do que se fez, ao longo desses dois anos e cinco meses – completos na próxima semana –, está resultando em benefícios para o nosso País e para a nossa população.

Eu não poderia deixar de comemorar, porque estive no Japão durante uma semana. Tive a oportunidade de fazer o registro, aqui nesta tribuna, da grande expectativa que havia acerca da viagem do Presidente Lula àquele País, devido ao potencial de acordos comerciais, políticos, diplomáticos entre o nosso País e o Japão. E estão aí estampados nos nossos jornais o resultado.

A perspectiva concreta da viagem do Presidente Lula à Coreia e ao Japão é da ordem de US\$6.1 bilhões. Isto é o que está previsto e acertado: na Coreia, algo em torno de US\$4 bilhões; no Japão, cerca de US\$2 bilhões.

É uma pena que eu não consiga localizar aqui algum dos Senadores do Maranhão, porque um dos

principais acordos fechados na viagem à Coreia refere-se exatamente ao novo projeto siderúrgico da Vale do Rio Doce. Lamento que essa empresa tenha sido vendida, privatizada por um terço do valor do lucro que dá em um ano. Infelizmente, essa responsabilidade nós não temos.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senadora, V. Ex^a fala sobre política externa, sobre seus acertos, e eu queria felicitá-la, porque estive na viagem com o Presidente Lula aos países árabes, quando Sua Excelência plantou a semente da Cúpula Árabe. A Cúpula Árabe foi excepcionalmente produtiva. Tínhamos naquela época R\$3 bilhões de negociação com os árabes e já estamos em R\$9 bilhões, partindo para R\$16 bilhões. Solidarizo-me com V. Ex^a por seu discurso.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço V. Ex^a.

Concedo um aparte à Senadora Ana Júlia Carepa.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Eu gostaria de cumprimentá-la, Senadora Ideli Salvatti, e dizer que tenho apenas uma discordância para com V. Ex^a: nós paraenses preferiríamos que essa siderúrgica fosse no Estado do Pará, porque o minério é retirado de nosso Estado. Mas esse foi um debate ocorrido há dezenas de anos. Infelizmente, não foi uma decisão deste Governo, nem mesmo do Governo anterior. Perdemos, porque o porto foi construído no Maranhão. Mas já temos opção de porto. Inclusive, propusemos emenda para se construir o porto do Espadarte, no Estado do Pará, que garantirá o escoamento de todos os produtos de forma mais barata.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, eu não queria instaurar aqui a polêmica entre o Pará e o Maranhão, mas apenas dizer – voltando às coitadinhas das aves – aos agourentos de plantão que não se esqueçam de que a caravana está passando, e os resultados estão aí apresentados. Talvez justamente por isso estejam tão agoniados para criar a tão falada crise, para poderem ter alguma perspectiva no ano que vem.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Agência Carta Maior -24/5/2005

(<http://agenciacartamaior.uol.com.br/agencia.asp?coluna=boletim>)✓

O MUNDO PELO AVESSEO (*EMIR SADER*)

FHSeverino

O bom do acordo entre FHC e Severino, que levou este último à presidência da Câmara, é que ele desmascara a falsa oposição entre “modernidade” e “atraso”, entre “dinamismo paulista” e “arcaísmo nordestino”. Um é condição do outro, como já haviam mostrado os 8 anos de governo tucano no país.

O que quer FHSeverino para o Brasil? A volta dos tucanos e o cumprimento dos acordos com o FMI, privatizando a Petrobrás, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, em 2007, para retomar a herança que seus oito anos de privatária deixaram para o Brasil? Nada melhor para representar a aliança entre o que pretende ser o “progresso”, com o que aparece como o “atraso”, do que os acordos, a aliança e o abraço entre FHC e Severino. Ninguém tem dúvida que este foi o candidato incentivado, articulado e apoiado pelos tucanos. O bloco formado pelo PSDB e pelo PFL é a expressão orgânica desse encontro entre o “moderno” e o “arcaico”, entre a avenida Paulista e os poços do Dnocs nas fazendas privadas. Mas os encontros de FHC e Severino têm um poder simbólico incomparável sobre a natureza das elites brasileiras neste começo do século XXI. A contraposição entre os pólos de “modernidade” e “atraso” nunca conseguiu dar conta da dinâmica real do capitalismo brasileiro. Este sempre se valeu das formas mais atrasadas de exploração da força de trabalho - a começar pelo trabalho escravo, que esteve presente em pelo menos três dos últimos quatro séculos da nossa história. Mesmo depois do término formal da escravidão, o desenvolvimento econômico seguiu dependendo, no campo, das mais variadas formas de exploração pré-capitalista do trabalho. Mais recentemente, houve a generalização das formas precárias de exploração do trabalho - acobertadas sob o nome de “terceirização”, de “informalidade” etc. Esse é um dos aspectos essenciais para compreender a particularidade do capitalismo brasileiro.

Equivocados estavam os que acreditavam que o desenvolvimento industrial representava a “modernidade”, oposta ao “atraso” do campo, fazendo com que aqueles fossem aliados do povo, enquanto o “atraso” se limitaria a “resquícios” que seriam varridos com o avanço da “modernidade”. O próprio golpe militar de 1964 se encarregou de demonstrar como as coisas não eram assim. A interrupção do projeto de desenvolvimento industrial com reforma agrária e com distribuição de renda revelou como essa divisão entre o grande empresariado, que globalmente se somou à ditadura e às suas políticas desnacionalizantes e concentradoras de renda, de freio ao desenvolvimento do mercado interno de consumo popular e de incentivo à alta esfera do consumo e à exportação.

Ao contrário do que alguns previam, no entanto, o Brasil não retrocedeu para ser um país agrário. Avançou na sua industrialização, porém imprimindo a ela um caráter distinto: aceleração da integração internacional subordinada e expansão do consumo de luxo no plano interno. O “atraso” e a “modernidade” - Severino e FHC - davam as mãos, unidos pela brutal intervenção militar de duas décadas e meia, que amoldou por

longo tempo o Brasil injusto e antidemocrático que vivemos hoje. O Brasil passava a ter, cada vez mais, a cara de FHSeverino, de mãos dadas, contra o povo, a soberania e a democracia.

Esse Brasil sobreviveu à ditadura, quando a transição lhe deu forma institucional na aliança PMDB/PFL e se prolongou alegremente no bloco que sustentou o desastroso governo de FHC e que ainda hoje é o bloco preferido do grande empresariado - PSDB/PFL -, a legítima expressão atualizada do FHSeverino.

Antecedentes desse híbrido, desse produto político transgênico, estavam presentes na **adesão de FHC ao governo Collor**. Atribui-se a Sergio Rouanet a afirmação de que a entrada dele e de gente como Celso Lafer e Helio Jaguaribe ao governo Collor serviriam como posto avançado para o desembarque feliz dos tucanos em revoada. FHC-PC Farias seria o mix daquele governo, que teve que esperar um pouco para se materializar na presidência de FHC. Aqui se governou com ACM e com Inocêncio de Oliveira, em um alegre congraçamento entre a “elite paulista moderna” e “o atraso oligárquico do Nordeste”, enquanto o próprio então presidente da República pedia o esquecimento para o que tinha escrito.

Podemos nos preparar para convescotes eleitorais presididos por FHSeverino, cuja aliança teve seu primeiro passo na vitória para a presidência da Câmara. Tatu não sobe em árvore: alguém o colocou lá. Baixo clero e Severino não elegem presidente da Câmara: as vestais FHC e Jorge Bornhausen os colocaram lá.

Não fosse grotesco, seria ridículo, mas certamente é trágico o conluio das elites, em que Severino estica as mãos para políticos corruptos, enquanto FHC, como ponta de lança para cima desse filho do ornitorrinco - segundo a expressão de Chico de Oliveira - vai a Washington abraçar a Henry Kissinger, para completar o leque das elites - do alto e do baixo clero - que querem abocanhar de novo o governo no Brasil.

O bom dessa junção é que ela desmascara a falsa oposição entre “modernidade” e “atraso”, entre “dinamismo paulista” e “arcaísmo nordestino”. Um é condição do outro, o “atraso” está reciclado para os tempos do agronegócio e a “modernidade” vive de modo parasita, mamando nas tetas do Estado através da especulação financeira.

O poeta salvadorenho Roque Dalton já nos advertia: “Atenção, os menos fascistas dentre os fascistas também são fascistas”. Os “menos modernos” dentre os “modernos” e os “menos atrasados” dentre os “atrasados” entendem-se muito bem, dão as mãos diante da marcha dos sem-terra, da política externa independente, da defesa da escola pública, de uma política cultura voltada para as identidades populares. Tudo os assusta e eles cerram os dentes e apertam os bolsos. FHC e Severino: FHCSeverinos todos.

Emir Sader, professor da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), é coordenador do Laboratório de Políticas Públicas da Uerj e autor, entre outros, de “A vingança da História”.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a será atendida.

Concedo a palavra ao nobre Senador Antero Paes de Barros, pela Liderança do PSDB, e, a seguir, para uma comunicação inadiável, ao Senador Romeu Tuma.

O Senador Antero Paes de Barros dispõe de cinco minutos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não tive chance de falar hoje na sessão do Congresso Nacional.

O Deputado Professor Luizinho, que é da região de Santo André, acabou fazendo lá uma série de colocações, inclusive algumas sobre a CPI do Banestado, de que não tem absolutamente conhecimento. Vou aqui rememorar alguns fatos. Entre as muitas razões pelas quais o Relator da CPI, durante um bom tempo, pediu verificação de quórum e a não-realização da CPI, estavam os problemas de Santo André.

Ficou registrado – está divulgado, é público e, portanto, posso falar – que o Senhor Ronan Maria Pinto é dono de uma empresa Roanoake, que fez lavagem de dinheiro de mais de US\$8 milhões. Isso tudo está regis-

trado, está no Ministério Público Federal à disposição das autoridades brasileiras, e era do conhecimento do PT. Esse Ronan Maria Pinto é ninguém menos do que um dos financiadores de alguns jornais que dão apoio ao PT no interior de São Paulo. Esse Ronan Maria Pinto não é nada mais, nada menos do que sócio de Sérgio Gomes da Silva. E esse Deputado Professor Luizinho, que é lá da região, é citado inclusive nas reportagens publicadas sobre o episódio de Santo André.

Jornal de hoje publica que a investigação sobre Celso Daniel é reaberta. A Promotoria Criminal pede a reabertura da investigação do caso Celso Daniel. E quem será o primeiro ouvido nessa nova fase da investigação criminal? Será ninguém mais, ninguém menos do que o Sr. Gilberto Carvalho, Secretário do Presidente Lula. Publicou-se também que já morreram seis testemunhas do caso de Santo André. O cidadão que fica sabendo de alguma coisa morre.

E o que chegou, agora, na Promotoria Criminal? Um envelope. A esse respeito publicou a **Folha de S. Paulo**:

O envelope, encontrado por familiares no antigo apartamento de Daniel, não é datado. Na capa, está escrito “Da parte de Gilberto”. Dentro, um organograma de empresas de transporte (...)

Trata-se das mesmas empresas de transporte coletivo em função das quais o Relator impediu que investigássemos o caso Roanoake na CPMI do Banestado. Essa é uma das verdades. As verdades aparecem, Deputado Luizinho, que é pequenininho, que é pigmeu, que é envolvido com essa gente, que protege essa gente.

Quero dizer, Sr. Presidente, que realizaremos a CPI dos Correios, mas que é necessário apurar para valer essa questão de Santo André.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte? É rápido, sobre essa questão de Santo André.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Pois não.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – A autoridade que iniciou a investigação chama-se Delegado Romeu Tuma Júnior, que avançou profundamente na investigação e depois foi substituído. Porém, ele não deixou de repassar ao Ministério Público tudo aquilo que apurou, inclusive a prisão de um dos participantes, que foi assassinado na cadeia. V. Ex^a tem razão: até o garçom foi morto. Hoje, não é possível acusar nem o mordomo, porque já o mataram. Esse é um fato gravíssimo, que deve ser averiguado. Não quero acusar ninguém,

mas há subsídios suficientes para alcançar a responsabilidade e os objetivos desse assassinato.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, que fala com experiência histórica, por ter sido um dos grandes policiais deste País, embora, evidentemente, o aparte seja na condição de Senador.

Dizer que não há fato determinado na questão da CPI dos Correios? Por que o Governo se enlambuza? Cada Presidente tem uma marca. Qual foi a marca de Getúlio Vargas? Foi a CLT. O pai dos pobres, o Presidente Getúlio Vargas, foi quem organizou a Consolidação das Leis do Trabalho. Qual foi a marca de Juscelino Kubitschek? Foi o Plano de Metas, foi a inauguração de Brasília como capital da República. Qual foi a marca de Fernando Henrique Cardoso? Foi a estabilidade, o combate à inflação, o domínio da inflação, uma conquista importante do Governo do Presidente Fernando Henrique e do Senador Marco Maciel. Qual é a marca deste Governo? O Governo queria ter como marca o Fome Zero. Não conseguiu. Sabem qual é a marca deste Governo? A marca do Governo Lula é de exterminador de CPI, de coveiro da ética. É um Governo que atenta contra o princípio constitucional da CPI, de qualquer CPI, do Oiapoque ao Chuí, dos pampas aos seringais.

O jornal **Folha de S. Paulo** traz hoje, em resumo, as seguintes notas na coluna Painel:

Escala

“Você é só um degrau”, disse José Dirceu a Roberto Jefferson. “O que eles querem é nos pegar”, completou o Ministro.

Joelho na porta

Dirceu e Aldo Rebelo, que na véspera haviam tentado sem sucesso ser recebidos, apareceram sem avisar na casa de Jefferson. A conversa, segundo o petebista, foi “muito áspera”.

Lugar guardado

Jefferson despejou sobre a dupla um caminho de queixas ao tratamento dispensado por governo e PT ao PTB. Chamado de “degrau”, concordou: “Na mesma cadeira em que eu sentar, vão sentar você” – não explica quem; provavelmente seja José Dirceu, pois não deve ser Aldo Rebelo –, “o Sílvio Pereira e o Delúbio Soares*.”

Só faltava...

O Deputado esbravejou especialmente contra José Genoíno. “Ajudei o governo em tudo e agora tenho de agüentar essa conversa de ‘requalificar a base’.”

Uma das conclusões do encontro do PT, Senador Jefferson Péres, anunciada pelo Presidente José Genoíno, foi a de que eles vão requalificar a base. Eu estava perguntando a alguns petistas se nessa requalificação entra gente também do PT. Acho que não. Eles acham que vão requalificar apenas dos outros partidos. Ou seja, vão investigar mais.

Sei que meu tempo está terminando, Sr. Presidente, mas gostaria de encerrar dando um recado ao Presidente Lula: Lula, faça de conta que você é capaz de tomar decisão. Organize com um dos seus amigos – se é que tem amigo no Ministério – para que ele puxe a fila e peça demissão, para que entregue o cargo. Faça de conta que é por iniciativa própria, para inaugurar o Governo, porque um governo ético, como votou o povo brasileiro, um governo de mudança, como votou o povo brasileiro, um governo para fazer a transformação social, como votou o povo brasileiro, um governo para mudar a política econômica, como votou o povo brasileiro, esse governo não começou. Lula, faça de conta que não há apego. Aí o Lula vai poder tomar providência com relação ao Banco Central, com relação ao Ministério da Previdência, ao Banco do Brasil, à GTEch, ao IRB, a todas essas situações. Vamos ter a CPI do fato determinado para os Correios. Mas que há, infelizmente, corrupção grassando e nenhuma providência sendo tomada pelo Governo brasileiro, isso há. Tão grave quanto roubar é deixar roubar.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim e, depois, ao Senador Romeu Tuma, para uma breve comunicação. Antes, pela ordem, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Presidente Tião Viana, na sessão anterior, o Senado Federal aprovou dois requerimentos, um de minha autoria e outro da autoria do Senador Almeida Lima, apresentando votos de pesar pelo falecimento do Desembargador Fernando Franco.

Ele, que exerceu o seu mandato no Tribunal de Justiça do Estado com bastante brilho, inteligência e, acima de tudo, com espírito de equilíbrio e de justiça, granjeou o respeito, a admiração e a consideração de todos os sergipanos, não apenas pelos atos justos que promoveu quando do exercício da desembargadoria, como também pelo bom relacionamento que manteve, ao longo de sua vida, com as instituições do Estado, com a sociedade sergipana.

Foi Presidente da Assembléia, Deputado Estadual por várias legislaturas, e pontificou no exercício de tão altas funções pela força do seu ideal, pela responsabilidade pública, pela honestidade e honradez, razão de ser do orgulho dos sergipanos em tê-lo, como tivemos,

como Desembargador, como Deputado Estadual, como homem público, como homem do povo.

Portanto, minhas palavras, Sr. Presidente, neste instante, são de solidariedade à família enlutada. Que os sergipanos possam se lembrar do Dr. Fernando Franco como uma figura boa, justa e equânime e que sirva de exemplo para o futuro da nossa gente!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Paulo Paim, por cinco minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sou daqueles que entendem que, com CPI ou sem CPI, o Congresso não vai parar. Por isso, venho à tribuna, primeiramente, para cumprimentar o Ministro Olívio Dutra pelo brilhante trabalho que fez, articulando com os movimentos sociais para que ontem esta Casa aprovasse o Fundo da Habitação, uma emenda popular que tive a alegria de receber quando ainda era Deputado Federal, há 14 anos. Votei-a lá e ontem tive a satisfação de votá-la aqui no Senado da República.

Como a vida continua e o País não pode parar, vou falar aqui de uma matéria de interesse do Rio Grande do Sul. No meu Estado, estamos com um problema enorme de fluxo de veículos na BR-116 no trecho que liga a capital gaúcha com o vale dos Sinos, e, por extensão, com a serra e também o vale do Caí.

Essa situação, Sr. Presidente, não é de agora. Ela vem se acumulando há muitos anos, o que está fazendo com que esse trecho da rodovia se torne uma verdadeira panela de pressão. Diariamente, 110 mil veículos trafegam nessa estrada. A população de toda essa área é de cerca de três milhões de pessoas.

Estudos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul indicam que, dentro de cinco anos, o tráfego ali ficará inviabilizado caso medidas urgentes não sejam tomadas. Mas não é só isso, Sr. Presidente. Os números recentes, levantados pela Polícia Rodoviária Federal, colocam o trecho da rodovia entre Novo Hamburgo, chamada “capital do calçado”, e Porto Alegre, capital do Rio Grande, entre os mais violentos de todas as estradas federais do nosso País. Só para ter uma idéia, somente em 2004, foram 2.281 acidentes, resultando em 658 pessoas feridas e 20 mortas.

Pela importância, Sr. Presidente, da região e pela situação crítica que está sendo apresentada, é fundamental que tomemos medidas urgentes.

Por isso tudo, quero louvar, Sr. Presidente, o movimento que o Diretor-Presidente do Grupo Sinos, o Sr. Mário Alberto Gusmão, está fazendo à sociedade civil, ao setor privado, ao Poder Público, enfim, a to-

dos os atores envolvidos. Refiro-me, Sr. Presidente, à construção do anel rodoviário metropolitano de Porto Alegre, intitulado Rodovia do Progresso, que tem como objetivo estabelecer uma via alternativa para desafogar o trânsito da BR-116.

Pelo projeto, o anel rodoviário possui duas alças muito claras: uma a leste, que vai da BR-116 a BR-290; outra, a oeste da BR-116, na Avenida Castelo Branco, em Porto Alegre, estendendo-se por Guaíba e Gravataí.

Sr. Presidente, destaco a atuação do Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, companheiro de Partido, Deputado Ronaldo Zulke, que já montou uma comissão especial, reunindo os mais variados setores da sociedade para viabilizar esse projeto. Também cumprimento o Ministro dos Transportes, que está atuando, trabalhando, para viabilizar o importante anel rodoviário metropolitano.

Sr. Presidente, termino dizendo uma frase do Sr. Mário Gusmão que marca para mim a importância dessa obra: “A responsabilidade é nossa, e a solução deve ser urgente”.

Aproveitando o meu tempo de mais dois minutos, eu gostaria que V. Ex^a considerasse lido na íntegra um outro pronunciamento em que me refiro ao dia 25 de maio, o Dia da Indústria, e à XIII Fenadoce, que será realizada em Pelotas, de 25 de maio a 12 de junho.

Faço esta lembrança do Dia da Indústria, pois falo tanto em defesa dos trabalhadores da área urbana, da área rural, dos servidores públicos, enfim, de todos os assalariados, para destacar o dia dos empreendedores, daqueles que dedicam a sua vida à fonte geradora de emprego.

Sr. Presidente, o dia 25 de maio é mais do que justo que seja lembrado como o Dia da Indústria. É nesse sentido que presto uma homenagem a esse importante lastro da nossa economia, sem deixar de falar da indústria do Rio Grande do Sul, que tem um parque industrial da melhor qualidade.

Eu poderia falar da Federasul, da Fiergs, do movimento dos trabalhadores e do grande debate que estamos fazendo, reunindo empresários e trabalhadores, sobre a redução de jornada, como o evento que ocorreu na semana passada na Comissão de Assuntos Sociais com a presença de representantes da Fiesp, da CNI, da CUT, da CNTC, do Fórum Sindical dos Trabalhadores, da CAT, da Força Sindical, da SDS, da CGT, da CGTB, do Dieese, do Diap.

Sr. Presidente, a redução de jornada sem redução de salário pode ser construída mediante um amplo entendimento entre empregados e empregadores. É possível se caminharmos nesse sentido, e, conforme a Emenda à Constituição nº 75, que apresentei à Casa, geraríamos, num primeiro momento, cerca de quatro

milhões de empregos. Se ampliarmos para turno um de seis horas, poderemos gerar cerca de sete milhões de novos empregos.

Lembro ainda, Sr. Presidente, que essa proposta não foi defendida nessa audiência pública que realizamos somente pelos trabalhadores. Um setor do empresariado de Curitiba aplica o turno de seis horas e mostrou que isso é viável e que a produtividade e o lucro aumentaram, e os acidentes de trabalho e as doenças no trabalho diminuiram.

Redução de jornada sem redução de salário é possível, é viável, e espero que esta Casa vote a PEC por mim encaminhada este ano.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço a V. Ex^a a tolerância, já que ultrapassei o meu tempo em, no mínimo, quarenta segundos.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR PAULO PAIM.**

O SR. SENADOR PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o que me traz a esta tribuna no dia de hoje é o grave problema do esgotamento do fluxo de veículos na BR-116 no meu Estado, no trecho que liga a capital gaúcha com as regiões do Vale dos Sinos, do Paranhana e, por extensão, com a Serra e o Vale do Caí.

Essa situação não é de agora. Ela vem se acumulando há muitos anos, o que está fazendo com que esse trecho da rodovia se torne uma verdadeira “panela de pressão”. Diariamente, 110 mil veículos trafegam nessa estrada. A população de toda essa área está em torno de três milhões de pessoas.

Estudos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul indicam que, dentro de cinco anos, o tráfego ficará inviabilizado caso nenhuma medida seja tomada.

Mas não é só isso. Os números recentes levantados pela Polícia Rodoviária Federal colocam o trecho da rodovia entre Novo Hamburgo e Porto Alegre como o mais violento entre todas as estradas federais do País.

Apenas em 2004, foram 2.281 acidentes, que resultaram em 658 pessoas feridas e em 20 vítimas fatais.

Pela importância da região e pela situação crítica que está sendo apresentada é fundamental que medidas práticas e urgentes sejam feitas.

Por isso, Sr. Presidente, é louvável o movimento que o Diretor-Presidente do Grupo Sinos, Sr. Mário Alberto Gusmão, está fazendo junto a sociedade civil, ao setor privado, ao poder público, enfim, a todos atores envolvidos, para que seja construída uma solução para o problema.

Falo aqui da construção do Anel Rodoviário Metropolitano de Porto Alegre, intitulado de “Rodovia do Pro-

gresso”, que tem como objetivo estabelecer uma via alternativa para desafogar o intenso trânsito da BR-116.

Pelo projeto, o Anel Rodoviário possui duas alças, assim determinadas: uma, a leste da BR-116, que inicia no entroncamento da BR-290 com a Avenida Assis Brasil em Porto Alegre – aqui é o quilometro zero, até atingir a RS-239 na altura da Polícia Rodoviária em Sapiranga; a outra, a Oeste da BR-116, na avenida Castelo Branco em Porto Alegre próximo a curva entre as pontes do Guaíba e do Gravataí. Desse local vai até a BR-386. Segue atingindo a RS-240, concluindo no entroncamento da RS-239 com a BR-116, em Estância Velha. Tem uma extensão de 42 quilômetros.

O projeto do Anel Rodoviário também contempla a restauração e duplicação da RS-118, ligando a BR-290 em Gravataí com a BR-116 em Sapucaia do Sul. A extensão é de 22 quilômetros.

Destaco também a atuação do Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, e meu companheiro de partido, Deputado Ronaldo Zulke, que requereu a criação de uma Comissão de representação externa para acompanhar o desenvolvimento do projeto.

A comissão a qual o deputado Zulke coordena tem a finalidade de auxiliar no trabalho de viabilizar a busca de recursos e identificar fontes de financiamentos para a execução das obras. Algumas estimativas falam que a obra custaria cerca de R\$800 milhões.

O Anel Rodoviário Metropolitano sem dúvida dará um aporte para o progresso e desenvolvimento da região. É rota de ligação ao Mercosul. E cruza os Municípios que detêm dois terços do PIB gaúcho. Esse projeto que está sendo revivido já que é uma antiga reivindicação, tem total apoio deste Senador.

Sr. Presidente, cabe, a nós Parlamentares criar leis que beneficiem o conjunto da população, mas também é de nossa competência procurar o Poder Executivo, os governos, para que obras como a do Anel Rodoviário Metropolitano saiam do papel.

Precisamos, neste momento, unir forças, independentemente de cores partidárias, juntarmos a nossa consciência de cidadãos e representantes do povo. É mister, neste momento, um grande entendimento entre os Governos federal, estadual, municipal envolvidos, sociedade e iniciativa privada.

Finalizo com uma frase do Sr. Mário Gusmão: “A responsabilidade é nossa e a solução deve ser urgente”.

Era o que eu tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Reginaldo Duarte.

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Duarte. PSDB – CE) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Concedo a palavra, por cinco minutos, ao Senador Romeu Tuma para uma comunicação inadiável.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a por ter aberto este espaço.

Eu deveria tratar um pouco de todo esse noticiário enorme sobre a CPI, sobre as investigações relacionadas com a morte de Celso Daniel, sobre o caso Waldomiro e sobre tantos outros casos que, infelizmente, ocupam as páginas dos jornais.

Mas eu não poderia, Senadora Heloísa Helena, deixar de me referir a um fato importante que houve no Senado, qual seja, a homenagem a TV Senado, por um motivo que V. Ex^a tem lutado muito nesta Casa. Como Primeiro-Secretário, tive a sua ajuda. Refiro-me à inclusão dos deficientes físicos nos programas do Governo.

No meu tempo, vou tentar ler um pronunciamento que preparei sobre o assunto. Quero incluí-la nesta homenagem, Senadora Heloísa Helena, por tudo o que V. Ex^a tem feito, principalmente para os deficientes visuais. V. Ex^a dá quase toda a sua cota de papel para a impressão em braille, o que, durante os dois anos da minha gestão na Primeira-Secretaria, em vários Estados, fez com que conseguimos atender às instituições que defendem esse trabalho.

Há doze anos, o Senado Federal, por inspiração do saudoso Senador Humberto Lucena, deu um passo histórico para transformar a sua relação com a sociedade brasileira: criou uma central de vídeo, com o objetivo de produzir telejornais oferecidos a emissoras educativas e culturais. Graças a essa iniciativa, os brasileiros puderam acompanhar resumos dos debates e das decisões do processo de revisão constitucional. Boletins informativos eram veiculados todas as noites na rede comercial de televisão, prestando contas das atividades parlamentares.

Em 1996, sob a presidência do Senador José Sarney, com a nova aprovação da lei da TV a cabo e inspirado pelos fluidos da nova realidade constitucional do País, que acentuava a necessidade de uma maior participação popular no Parlamento e de uma maior transparência do setor público, o Senado decidiu transformar a sua central de vídeo no que viria a ser a primeira televisão legislativa da América do Sul.

A TV Senado mostrou-se pioneira mesmo quando comparada a países mais avançados, como França e Inglaterra. A nossa TV Senado já levava a todos os cantos do País os trabalhos legislativos, as votações e os debates parlamentares, muito antes dos principais parlamentares europeus pensarem em se comunicar diretamente com seus cidadãos.

Ao contrário do que algumas vozes propugnavam, não se construiu um veículo corporativo apenas para falar bem da classe política. Pelo contrário, o princípio da transparência e da fidelidade aos fatos nos fez cortar a própria carne, ao vivo e em cores, para todo o País, mostrando, sem cortes ou edições, o pleno funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito e da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar.

Entretanto, em que pese esse notável papel de aproximar a sociedade do Parlamento, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, a nossa TV Senado não se limitou a transmitir os trabalhos legislativos, o que por si só já é tarefa de grande responsabilidade e importância. Ela foi mais além: cumprindo dispositivos constitucionais, investiu na produção jornalística, educativa, cultural e artística.

Por meio de programas como “Memória Brasileira”, “Conversa de Músico”, “Quem Tem Medo da Música Clássica”, entre outros, todas as expressões culturais do País, desde o samba de raiz e da ciranda, até o teatro, a música erudita e a dança, encontraram sempre espaço na grade de programação da TV Senado, diferindo das outras emissoras Brasil afora. Um espaço onde a cultura regional é prestigiada, a produção literária difundida e a cidadania construída.

Como emissora pública, a TV Senado investe num jornalismo socialmente responsável, comprometido com a construção da cidadania e da verdadeira democracia em nosso País.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Só mais um minuto, Sr. Presidente.

Por meio do “Fala Cidadão”, a TV Senado permite que qualquer pessoa, em qualquer parte do País, exponha publicamente suas questões, dúvidas, idéias e críticas, e receba, de volta, as respostas e comentários feitos por nós, Parlamentares.

Em vários dos seus programas especiais e documentários, foi retratada uma infinidade de temas de interesse nacional, como, por exemplo, os referentes à seca do Nordeste, à riqueza da Amazônia, à redemocratização do País e ao patrimônio histórico dos fortes coloniais brasileiros.

A série “Senado Documento”, por sua vez, resgatou momentos históricos do Brasil, como a Era Getúlio Vargas e a crise de 1964. Outros programas trataram das riquezas turísticas e dos valores sócio-culturais de nossa gente.

Todo esse empenho e inclinação para um jornalismo comprometido com a sua função social de bem informar foram exemplarmente reconhecidos, no último dia 11, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

A CNBB escolheu o programa “Inclusão”, idealizado e dirigido pela jornalista da TV Senado, Solange Calmon, para receber o Prêmio Clara de Assis para Televisão, na categoria documentários.

O programa agraciado é o terceiro de uma nova série que foi ao ar recentemente com a missão de dar voz e visibilidade a setores esquecidos da sociedade brasileira, tais como os portadores de necessidades especiais, a população carcerária e os meninos de rua.

Sr^{as} e Srs. Senadores, prêmios como esse, concedido pela CNBB, mostram o acerto da opção do Senado em criar um canal de comunicação direto com a sociedade brasileira. Canal que hoje atinge, por transmissão aberta, mais de 2 milhões de habitantes no Distrito Federal e Entorno; mais de 5 milhões de lares brasileiros detentores de assinaturas de serviços de cabodifusão ou DTH; e os usuários de mais de 8 milhões de antenas parabólicas em todo o País.

Prêmios como esse reforçam a necessidade de que a programação do nosso canal legislativo tenha a capacidade de chegar a todas as famílias brasileiras gratuitamente, sem o ônus da associação a um serviço de TV paga ou da compra de uma parabólica.

(Interrupção do som.)

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Quero aqui, na pessoa da jornalista Solange Calmon, parabenizar toda a equipe da TV Senado pela qualidade e importância do seu trabalho, difundido para todo País e que, em breve, por meio da TV Brasil Internacional, poderemos, igualmente, levar aos povos irmãos de todos os países.

Destaco o trabalho do nosso Diretor de Comunicação, Armando Rollemberg, e também da jornalista Marilena Chiarelli, com a implantação da Central de Vídeo do Senado, em 1993.

E sinto muito, mas hoje tomei conhecimento da saída da jornalista Marilena Chiarelli dos quadros do Senado Federal. A ela as nossas homenagens e o reconhecimento pelo exemplar trabalho que desenvolveu nesta Casa.

Por várias vezes saí com a jornalista Solange Calmon para apresentarmos o cão-guia a elementos que poderiam colaborar com os deficientes físicos. Em todo um trabalho sério que o Senado Federal vem desenvolvendo, obtivemos o apoio do ex-Presidente José Sarney, e o atual Presidente, Senador Renan Calheiros, tem dado continuidade a essa programação. Acredito que, com isso, estaremos dando conhecimento ao público do trabalho realizado fora deste Congresso Nacional em benefício da população menos favorecida. Meus cumprimentos à TV Senado e aos jornalistas Solange Calmon, Marilena Chiarelli e Armando Rollemberg pelo trabalho desenvolvido.

Durante o discurso do Sr. Romeu Tuma, o Sr. Reginaldo Duarte, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra a nobre Senadora Ana Júlia Carepa, pela Liderança do PT.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pela Liderança do PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, gostaria de colocar que o Senado Federal tem muita coisa importante a ser feita com ou sem CPI. E vou comentar, inclusive, muitos pontos positivos. Mas não poderia deixar de dizer como as coisas às vezes são estranhas e têm dois pesos e duas medidas.

Em relação à questão de Santo André, gostaria de esclarecer à sociedade que, com relação a esse caso, ainda no Governo Estadual de São Paulo, que era um Governo tucano, foi feita investigação e ele foi encerrado. E o Ministério Público Estadual, estranhamente, esta semana – logo esta semana! –, encontra um envelope que não é datado, e em cuja capa estava simplesmente escrito: “Da parte do Gilberto”. E o envelope estava aberto! Se eu fosse usar um termo que meu filho que já está no final da adolescência usa, eu diria: “Fala sério!”, como ele diz para mim.

Será possível, Senador? Sabe-se que é mais uma armação. Na verdade, quero dizer, em relação a tais questões, que há vários fatos. E digo, com muita tranquilidade, Senadora Ideli Salvatti, que há casos de irregularidades que envolveram membros do Governo Fernando Henrique Cardoso, como o caso Sivam, o caso Proer, o da Pasta Rosa, o da compra de votos, o do grampo no BNDES, o Dossiê Cayman, o do Banco Marka e FonteCindam, o das sobras de campanha... Enfim, são inúmeros os casos, mas nenhum foi apurado, nenhuma CPI foi permitida. Esta era inclusive a marca do Governo anterior: não existe CPI.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – V. Ex^a me permite um aparte, Senadora Ana Júlia Carepa?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Pois não, Senadora Ideli Salvatti.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Ainda existia um engavetador, não é?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Quem, no nosso caso, é o “desengavetador”, o Procurador-Geral da República.

No Governo Lula, a Controladoria-Geral da União já realizou seis mil auditorias em órgãos federais, sendo que 2.461 foram encaminhadas ao Tribunal de Contas da União. O Governo tem exercido um combate incisivo à corrupção, inclusive uma articulação internacional no

combate à corrupção. Já prendeu 1.234 pessoas – e não tem co-partidária. Poucas, é verdade. Conta-se nos dedos, mas foram presos sim pessoas do PT, alguns Prefeitos e dirigentes de órgãos do PT. É claro que foram presos muitos outros prefeitos, dirigentes de órgãos, empresários e lobistas. E falo com a tranquilidade de quem não responde a qualquer processo por desvio de recurso público e nem possui empresa que esteja também respondendo a processo. Além disso, 290 servidores públicos e 120 policiais federais e rodoviários foram presos por corrupção. Ou seja, foi como cortar a própria carne. Isso foi feito por quem quer combater.

A sociedade pode pensar que está aparecendo muita corrupção. Isso é verdade e sabe por quê? Eu falo isso com conhecimento de causa, porque sempre militei no movimento de mulheres, no combate à violência cometida contra as mulheres.

A partir de um determinado momento, apareceu uma quantidade imensa de casos de violência contra as mulheres. Foi um crescimento significativo. Será que houve um crescimento rápido? Não. Quando criaram as delegacias de mulheres, começaram as operações e as campanhas para que as mulheres denunciassem a violência cometida contra elas. A violência já existia. Mas passou a aparecer mais, quando se passou a denunciar.

Essa é a mesma situação da corrupção. Quero dizer que defendi – e as pessoas sabem – que a Bancada assinasse o pedido de instalação da CPI. Mas estou sendo convencida por grande parte da Oposição de que o objetivo, infelizmente, não é o de fazer uma apuração séria, porque são dois pesos e duas medidas...

(Interrupção do som.)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

Se não fosse assim, teriam permitido CPIs como a no Governo do Estado do Pará. Peço, inclusive, a inserção nos Anais da Casa de matéria publicada na revista **IstoÉ**. É um verdadeiro escândalo. E não houve nenhuma CPI.

Cabe para uns e não para outros. O PSDB defende aqui e é contra ali. É muito esquisito isso.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senadora Ana Júlia, V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Isso me deixa muito em dúvida em relação a essa questão, porque quero ter clareza. Se todos assinarem lá, o PSDB, o PFL, irão mostrar que é verdade que querem combater. Mas, até então, não conseguiram mostrar isso.

Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Estou ouvindo atentamente o seu pronunciamento...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – ...e acho que há uma discordância entre o seu discurso e a sua ação. Não há correlação entre a CPI proposta para os Correios e a CPI a que se refere V. Ex^a com relação ao Estado do Pará. Na questão do Estado do Pará, Senadora, parece-me que V. Ex^a desconhece os efeitos da Lei de Incentivos Fiscais, aprovada pela Assembléia Legislativa do nosso Estado, que já beneficiou 175 empresas individuais, gerando 120 mil empregos diretos e indiretos. Parece-me que esse é o programa do seu Partido e do seu Governo e em relação ao quais V. Ex^a não pode se colocar contra. Fora os acordos setoriais que geraram milhões de empregos para micro, médias e pequenas empresas. O seu Partido entrou com uma ação na Justiça Federal no nosso Estado, que não foi rejeccionada; entrou com uma Adin...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Senador, obrigado. Posso...

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Já concluo.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – É que V. Ex^a está tomando o meu tempo.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Entrou com uma Adin no STF, que está para ser julgada. Então, é exatamente contra a geração de emprego. Não há correlação.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir, eu vou esclarecer que é V. Ex^a que desconhece completamente. Mas tudo bem. É compreensível.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – E mais...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu já lhe concedi o aparte, Senador.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – E esse processo está no STJ, com o Ministro Fux..

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, eu gostaria de falar. O Senador confunde as coisas.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – SP) – A Senadora Ana Júlia está com a palavra.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Aprendi. O Ministro de Comunicações de Hitler, Goebbels, repetiu uma mentira dezenas e dezenas de vezes para transformá-la em verdade. E é isso o que está ocorrendo, porque não tem nada a ver. O incentivo fiscal que foi achado pelo Ministério Público do Trabalho; pelo INSS, não gerou um único emprego, mas descobriram repasses de recursos para campanha eleitoral do PSDB. E se perdeu uma dívida de R\$47 milhões. Isso não tem nada de incentivo fiscal. Incentivo fiscal é bom quando traz contrapartida; e não quando perdoa dívidas; quando dá 95% de desconto de ICMS. Isso exige investigação.

O Ministério Público Federal está investigando. O Governo do Estado sequer mandou investigar. Nem isso. Ele gastou dinheiro do povo do Pará, para publicar

nota se defendendo, tentando confundir e igualar isso a uma simples ação de incentivos fiscais.

Então, eu quero dizer...

(Interrupção do som.)

Até porque eu fui interrompida. Na região Norte...

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senadora Ana Júlia, pediria um aparte.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Só o número de presos foram: no Acre, 14; no Amazonas, 20; em Roraima, 53, na Operação Gafanhoto; no Amapá, 25; no Pará, foram várias ações, houve várias prisões; no Tocantins, 12; e em Rondônia, 22, ou seja, em várias regiões deste País.

Então, quero dizer que eu defendo a transparência e a ética e acho que CPI é um dos instrumentos de apuração.

E aproveito, como arquiteta, para felicitar e parabenizar o Senado e o Ministério das Cidades, pela aprovação de um dos projetos mais importantes de iniciativa popular do nosso País.

Peço ainda que seja dada como lida uma matéria...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O tempo de V. Ex^a está esgotado, a Mesa concede no máximo...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA.) – Apenas trinta segundos, Sr. Presidente. Peço que seja dada como lida essa matéria completamente distorcida sobre repasse de recursos do Ministério da Saúde, que em relação, por exemplo, à execução orçamentária, em 2002, saiu de R\$546 milhões para 648 milhões em 2004, repassado ao Estado do Pará – um crescimento muito grande, mais de R\$100 milhões.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA.) – Para o ano de 2005, R\$759 milhões, Senador Tião Viana. V. Ex^a que é médico sabe. Está havendo um crescimento grande de repasse à saúde para o Estado do Pará, governado pelo PSDB, que tem como marca no Estado o trancamento e não permite que haja CPIs.

Muito obrigada.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senadora Ana Júlia, peço um aparte rapidinho.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA.) – Não posso.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA ANA JÚLIA CAREPA EM SEU PRONUNCIAMENTO:

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º do Regimento Interno)

Ofício ao Ministério Público Federal detalha fraudes fiscais e trabalhistas na cervejaria de Konrad Karl Seibel e esclarece o envolvimento do bucanato paraense com as maracutaias

Denúncia revela corrupção regada pela Cerpasa

AUGUSTO BARATA
Especial para o Diário

Uma das mais devastadoras denúncias sobre o esquema de corrupção do qual se beneficiou a elite do PSDB paraense foi feita ao procurador da República Ubiratan Cazetta, em ofício de 9 de agosto de 2004, no qual a Cervejaria Paraense S/A (Cerpa) é acusada de um vasto elenco de fraudes trabalhistas e fiscais. No ofício, ao qual o DIÁRIO DO PARÁ teve acesso e publica com exclusividade, a Cerpa é denunciada por sonegar uma extensa relação de impostos, especialmente o Imposto sobre Circulação de Mercadorias

(ICMS), que representa, no dizer do denunciante, "a maior fatia do bolo sonegado".

Na denúncia, o dono da cervejaria, Konrad Karl Seibel, o "Alemão", a ex-mulher deste, Helga Irmengard Jutta Seibel, e um ex-sócio, Victor Villela Monteiro, são apontados como supostos beneficiários diretos de "um verdadeiro império do crime", supostamente construído com a colaboração do ex-deputado federal Jorge Arbage, assessor especial no governo Almir Gabriel (PSDB), cargo no qual se manteve na administração do governador Simão Jatene (PSDB).

Segundo a denúncia, em troca do tráfico de influência, Arbage seria semanalmente

aquinhado com uma propina no valor de "cerca de" R\$ 20 mil. "Gostaria de frisar que não sei se existe convicção do Governo do Estado nas ações sujas deste rãbula (Jorge Arbage), mas é muito suspeito que a cervejaria possua já há alguns anos cerca de 11 ações na Justiça do Estado do Pará ajuizando reparações de dano ao Estado face a sonegação de ICMS", sublinha o denunciante, no ofício endereçado ao Ministério Público Federal.

SONEGAÇÃO - Ainda de acordo com a denúncia, o maior volume de sonegação refere-se ao ICMS, com a suposta cumplicidade da própria Secretaria Executiva da Fazenda (Sefa). "Ao

longo dos anos, a empresa manteve-se parceira dos fiscais da Secretaria de Fazenda do Estado do Pará, onde (sic) todos os caminhões de cerveja que partem da fábrica são 'intocáveis'", relata o denunciante, que passa a detalhar o modus operandi sob o qual é feita a sonegação.

No relato feito pelo autor da denúncia, se, por hipótese, uma caixa de cerveja custa R\$ 26,00, é emitida uma nota fiscal de R\$ 12,00, com os restantes R\$ 14,00 sendo cobrados do distribuidor, através de um recibo interno, a ser quitado no vencimento constante na nota fiscal, preferencialmente em cheque ou em dinheiro vivo. "Só que não para aí. Algumas notas fiscais que chegam na

barrreira, voltam para cancelamento na fábrica, virando mercadoria de troca dos fiscais da Sefa/PA", acrescenta a denúncia, na qual foi anexada uma tabela com os preços das notas fiscais e dos recibos, bem como as saídas de todos os produtos por distribuidor, mês a mês, durante os anos de 2000 e 2002.

"Esses mapas são guardados a sete chaves na fábrica da Cerpa, pois é (sic) uma poderosa arma contra ela e contra seus parceiros - distribuidores", adverte o denunciante. Ele concilia o Ministério Público Federal a fazer uma "devassa em grande estilo" nas distribuidoras cadastradas na Cerpa, para rastrear a extensão da sonegação da empresa.

Distribuidoras sob suspeita

Distribuidoras cadastradas na Cerpasa, que serviriam, segundo a denúncia formulada ao Ministério Público Federal, como tentáculos da sonegação fiscal.

• O. S. Barra
Cametá/PA
Proprietário:
Odilon Barra

• J. C.
Distribuidora
Cerpa de
Marabá
Macapá/AP
Proprietário:
João Carlos
Valente

• Líder
Distribuidoras de
Bebidas Ltda.
Ananindeua/PA
Proprietário
Aoaquim Lima das
Neves

• Distribuidora
Cerpa do Tapajós
Ltda.
Altamira/PA
Proprietário:
Olavo Neves

Distribuidoras de
Bebidas São João
Ltda. Marabá/PA
Proprietário:
Carlos Alexandre
Souza

• Alves & Cardoso
Ltda.
Icoaraci/PA
Proprietário:
Luiz Alves

• Cerpamar -
Distribuidora Cerpa
de Marabá Ltda.
Marabá/PA
Proprietário:
André Csako

• Cerbel -
Distribuidora
Central Ltda.
Belém
Proprietário:
Tito Rezende

• Cerbel - Distribuidora
Central Ltda., Filial
Capanema
Capanema/PA
Proprietário: Tito
Rezende

• J. M. de Souza -
Comércio de Bebidas
Ltda. Salvaterra/PA
Proprietário: Jose
Nária de Souza

Mancel João L.
Miranda (Casa
Mirandinha)
Igarapé
Mirim/PA
Proprietário:
Adma Miranda
• A. A. M. Tenbra
Breyes/PA
Proprietário:
Aroldo Tenbra

• E. B. D. - Empresa
Brasileira de Distribuição
Castanhal/PA
Proprietário: Djalma
Bezerra

• Distribuidora
Cerpa do Tapajós
Ltda.
Santarém/PA
Proprietário:
Olavo Neves

• L. S. Jucá
Distribuidora
Almeirim/PA
Proprietário:
Ferdinando
Figueira

Propinoduto funcionava em troca de concessões fiscais

A descoberta do propinoduto que regou a corrupção tucana ocorreu na esteira de um pedido de busca e apreensão formulado pelo Ministério Público Federal, provocado por indícios, detectados pelo Ministério Público do Trabalho, de que a Cervejaria Paraense S/A (Cerpa) vinha pagando seus funcionários através de um caixa dois, o que a desobrigava de fazer os descontos legais, além de subfaturar os seus produtos, pavimentando com isso a sonegação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda. Realizada a busca na cervejaria, foram apreendidos diversos documentos, computadores e R\$ 300 mil, destinados a pagamentos de salários por um caixa dois. Em um dos computadores apreendidos, auditores fiscais da Previdência Social, que rastreavam fraudes trabalhistas, se depararam com um arquivo, denominado de "Pendências", no qual consta o compromisso da Cerpa em contribuir com R\$ 4 milhões para a campanha do atual governador do Pará, Simão Jatene, além do pagamento de mais R\$ 12,5 milhões ao tucanato, em troca de benefícios fiscais concedidos à empresa.

A descoberta desse arquivo colocou o governador Simão Robson Oliveira Jatene (PSDB) e três de seus secretários em uma fria que está mais para a temperatura daoura estupidamente gelada fabricada pela Cerpa. No inquérito que tramita no Superior Tribunal de Justiça (STJ) Jatene é acusado de corrupção passiva, juntamente com Francisco Sérgio Belich de Souza Leão, atual secretário especial de Governo; Teresa Luzia Mártires Coelho Cativo Rosa, atualmente secretária especial de Gestão; e Roberta Ferreira de Souza, na época secretária executiva da Fazenda, em exercício. Dono da Cerpa, Konrad Karl Seibel, também conhecido como "Alemão", é acusado de corrupção ativa e falsidade ideológica.

Caixa 2 e fraude aos consumidores

A denúncia também reporta-se ao caixa dois mantido pela Cerpa, através do qual a empresa integraliza o pagamento dos seus funcionários, com o adicional maquiado como gratificação por produtividade. Esse adicional, esclarece o denunciante, é etiquetado como "produção", ou "bichona", ou ainda "prêmio", e é pago pela Cerpa mensalmente, no período de 10 a 15 de cada mês, a todos os funcionários, em percentuais que variam de 50% a 200% dos salários brutos, de acordo com os níveis funcionais.

Conforme a denúncia formulada, esse adicional é pago em dinheiro aos funcionários, através de uma única via do recibo, que é retida pela empresa. O denunciante sublinha, como indício da existência desse caixa dois, que em todos os processos trabalhistas movidos contra a Cerpa a petição inicial invariavelmente cita esse suposto adicional de produtividade.

A denúncia ainda inclui a acusação de uma suposta burla da cervejaria ao consumidor. No ofício endereçado ao procurador da República é relatado que a Cerpa produz somente cervejas e chopp, nas embalagens de 600 ml, 350 ml (Cerpa Export), PEN (plástica) e barril de 50 litros (chopp). "Existe um franco desrespeito ao consumidor, pois o produto Cerpa Export, comercializado como 'um produto', é envasado na sua linha de produção com o mesmo conteúdo da garrafa de vidro de 600 ml", afirma o denunciante, acrescentando que isso "deve-se aos 'altos custos' das matérias-primas para envasar a Cerpa Export". "Uma análise de laboratório poderia comprovar o que estou informando", desafia ainda o denunciante, que chega a citar, com os respectivos endereços residenciais, uma relação de nomes de profissionais supostamente a serviço, em diversas instâncias, dos interesses da Cerpa.

CRONOGRAMA - O arquivo "Pendências" revela o cronograma da corrupção, detalhando as datas de pagamentos do propinoduto no qual se alarparou a elite do tucanato paraense, conforme a denúncia do Ministério Público Federal. "Pelos documentos apreendidos apurou-se que os valores prometidos foram efetivamente pagos nas datas programadas e que se encontram registrados na contabilidade da empresa", sublinha Célia Regina Souza Delgado, subprocuradora-geral da República. Os registros sobre "as negociações espúrias", conforme definição da subprocuradora-geral da República, revelam também que o pagamento das propinas foram definidos por Francisco Sérgio Belich de Souza Leão, Konrad Karl Seibel, o "Alemão", dono da Cerpa, e mais duas outras pessoas, referidas como "doutor Ramiro" e "doutor Jorge", que não são devidamente identificadas.

O propinoduto da Cerpa começou a regar a horta da corrupção tucana a partir das negociações de um perdão fiscal de uma dívida de R\$ 47 milhões, iniciadas no final do governo de Almir José de Oliveira Gabriel (PSDB). Já governador, em 29 de outubro de 2003 Jatene contemplou a cervejaria com um desconto de 95% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) devido e prorrogou por mais 12 anos os benefícios fiscais à cervejaria. Na ocasião, Leão presidia a Comissão de Política de Incentivos ao Desenvolvimento Sócio-Econômico do Estado do Pará.

A isenção fiscal concedida à Cerpa e a 37 outras empresas, através de decretos assinados em 29 de setembro de 2003, provocou uma ação direta de inconstitucionalidade, movida pelo procurador-geral da República, Cláudio Lemos Fonteles, que questiona a legalidade da lei estadual no 6439, de 27 de setembro de 2002, que fundamentou os atos do governador Simão Jatene.

DEPOIMENTOS

Depoimentos confirmam que Cerpa burla leis

Citados na solicitação de ordem de busca e apreensão na Cerpa, feito à Justiça Federal pelos procuradores da República Edson Virgínio Cavalcante Júnior e Ubiratan Cazetta, depoimentos de ex-funcionários da Cerpa anteciparam aquilo que a blitz na cervejaria de Konrad Karl Seibel iria constatar: a empresa efetivamente mantinha um caixa dois, através do qual pagava seus empregados. Com isso, a Cerpa burlava os pagamentos devidos ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Em seguida, alguns dos relatos que evidenciam, conforme comprovou a blitz, feita na Cerpa, o menosprezo de Konrad Karl Seibel em relação às leis:

▣ **Jardel Lopes** - Trabalhou na Cerpa de abril a setembro de 2001, na função de sub-gerente de vendas. Oficialmente seu salário era de aproximadamente R\$ 3.500,00, mas na realidade, com o adicional denominado de "pagamento de

produção", chegava a ganhar R\$ 7 mil. Confirma que o "pagamento de produção", com o qual são "fora", relata Lopes, é feito em papel semelhante ao do contracheque, mas por uma única via, que é retida pela empresa. Acrescenta o ex-funcionário que no seu tempo esse pagamento feito "por fora" ocorria entre os dias 5 e 10 de cada mês.

▣ **Otoniel da Rocha Cabral, Rubens Moraes Vieira e Jorge Loureiro Cardoso** - Em

depoimento conjunto confirmam que é prática habitual na Cerpa, extensiva dos taxineiros aos diretores, integralizar os salários dos funcionários com o "pagamento de produção". No caso de Cabral, como o percentual de produção era de 100%, o seu salário oficial de R\$ 1.509,00, mas com o pagamento feito "por fora" chegava a R\$ 3 mil. Vieira, cujo percentual de produção era também de 100%, ganhava oficialmente R\$ 1.691,00, mas em verdade recebia R\$ 3.200,00.

Cardoso, cujo percentual de produção chegava a 150%, recebia oficialmente R\$ 1.100,00, mas seu salário era, na verdade, de R\$ 2.750,00. Todos três revelam que se fizessem horas extras, o "pagamento de produção" era calculado sobre os salários e mais as horas extras. E confirmam que esse adicional não figura nos contracheques. O adicional, revelam também, é pago em um recibo de apenas uma via, retida pela Cerpa.

▣ **José Edmilson Rodrigues Lobato e Valdemir Castro Garcia** -

Também em depoimento conjunto, confirmam também que é prática recorrente da Cerpa integralizar o pagamento dos salários com o chamado "pagamento de produtividade", que não figura no contracheque. Corroboram ainda que o pagamento desse adicional é feito mediante recibo de apenas uma via, retido pela empresa, e que o valor pago por fora varia de 50% a 200% do salário oficial. Lobato, por exemplo, recebia oficialmente R\$ 860,00, mas com o adicional de 100% seu salário chegava a R\$ 1.720,00. Garcia, cujo adicional correspondia a 125% do salário oficial, ganhava oficialmente R\$ 556,00, mas recebia em verdade R\$ 1.250,00. A exemplificação de demais ouvidos, confirmaram que sobre esse pagamento feito "por fora" não incidiam os descontos de INSS e FGTS.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 571, DE 2005

Senhor Presidente,

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o PLC nº 27, de 2005 – Prêmio de Artes Plásticas Marcantônio Vilaça.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Esse requerimento será votado após a Ordem do Dia, na forma do disposto no art. 340, inciso II, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não chegou à Presidência comunicação sobre acordo de Lideranças para apreciação da Ordem do Dia.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

– 1 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 241, DE 2005**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 674, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral), que *aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2004*.

– 2 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 242, DE 2005**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 242, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 675, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2004*.

– 3 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 243, DE 2005**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 243, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 676, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral), que *aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2005*.

– 4 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 244, DE 2005**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 677, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral), que *aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2005*.

– 5 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 73, DE 1999**

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *inclui novo inciso no § 9º, além de novos parágrafos no art. 165 da Constituição Federal* (participação da população ou de entidades civis legalmente constituídas na elaboração, aprovação e execução do processo orçamentário).

Parecer sob nº 1.398, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 6 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 31, DE 2000**

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.*

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

– 7 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Parecer sob nº 1.199, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

– 8 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2004**

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer, sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 9 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Passa-se à apreciação do Requerimento de urgência, nº 571, de 2005, lido no Expediente para o PLC nº 27, de 2005, que cria o Prêmio de Artes Plásticas Marco Antônio Villaça e dá outras providências.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária, nos termos do art. 345, inciso II, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Voltamos à lista de oradores.

Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena, Líder do P-SOL, que disporá de 20 minutos.

A seguir Senador Rodolpho Tourinho e Senador Cristovam Buarque, enquanto aguardamos decisão da Bancada para o Senador Almeida Lima.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA.) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de justificar a minha ausência na sessão de ontem por uma questão estritamente familiar e pedir que conste nos Anais da Casa o meu voto favorável aos nomes aqui apreciados para o Conselho Nacional de Justiça.

Não pude estar presente por ontem ter sido a missa de sétimo dia de falecimento da minha mãe. Então, não pude estar presente na sessão, mas eu gostaria que fosse registrada a minha aprovação pe-

los nomes que foram aqui votados e aprovados para esse Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Mesa registra em Ata a justificativa de V. Ex^a sobre a sessão de ontem e aproveita para prestar justa solidariedade ao momento de dor por que passam V. Ex^a e sua família.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, como Líder do P-Sol, por 20 minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje fiz um pronunciamento na sessão conjunta do Congresso Nacional, Câmara e Senado, que teve como objetivo principal, especial, precioso a leitura do requerimento com as assinaturas dos Deputados e dos Senadores para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Já tive a oportunidade de falar várias vezes na Casa, durante vários dias. Este é o meu sétimo ano de mandato como Senadora, e este é um momento muito difícil. Já passei vários momentos difíceis, tendo que constatar que muitos daqueles com os quais convivi, militando na construção do PT, hoje se apresentam para mim como se fossem não apenas medíocres instrumentos da propaganda triunfalista do neoliberalismo, mas com cheiro de farsa, de vigarice política e de demagogia eleitoralista, o que é absolutamente impressionante e muito triste.

Eu tive a oportunidade de ser Líder do PT na Casa, de ser Líder da Oposição ao Governo Fernando Henrique. Enfrentei gigantescos debates com a Base do Governo Fernando Henrique, debates inimagináveis, que quase beiravam à ferocidade, diante de tanta veemência.

Muitos daqueles que esculhambavam o PT e Lula, muitos daqueles que tentavam, de qualquer forma, desmoralizar o PT e Lula, hoje são tratados como amor primeiro, queridinhos, estão parasitando a máquina pública do Governo Federal, compondo a base de bajulação do Governo.

Há muitas coisas que me deixam profundamente triste, porque sei o significado disso para a Esquerda socialista e democrática; sei o significado dessa traição de classe, dessa traição às concepções programáticas acumuladas pela Esquerda socialista e democrática. Isso, com certeza, significará, para aqueles que defendem as concepções programáticas alternativas ao pensamento único, ao projeto neoliberal, significará para nós, no mínimo, mais 15 anos de trabalho, de militância política, de articulação com os movimentos sociais, de articulação na institucionalidade. Portanto, será uma tarefa muito difícil. Por quê? Especialmente porque o atual Governo e a cúpula palaciana do PT,

essa que vende a alma, os princípios e as convicções para se lambuzar no banquete farto do poder, essa base de bajulação e essa cúpula palaciana do Partido conseguiram incutir no imaginário popular que todos são iguais; que são uma coisa no palanque e outra no Governo, que são uma coisa na Oposição e outra no poder. Conseguiram legitimar, no imaginário popular, que todos os políticos são iguais.

Às vezes, fico impressionada quando percebo como determinados dirigentes do PT e de outros partidos da base de bajulação do Governo se revestem de tanto cinismo, de tanta dissimulação, de tanto moralismo farisaico! E usam todo o tempo o que era dito pelo Governo Fernando Henrique, que, à época, combatíamos com veemência, e continuo combatendo.

Não me envergonho de ter feito oposição ao Governo Fernando Henrique, porque muitos desta Casa o fizeram, aqui ou em seus respectivos Estados, por vigarice política ou por demagogia eleitoralista. E hoje, quando se tornam amigos dos delinquentes de luxo ou quando são parte nos negócios sujos do Governo, esquecem completamente as suas respectivas histórias e deixam de honrar a memória daqueles que entregaram sangue, suor, lágrimas e luta para construir as bandeiras históricas da classe trabalhadora e as concepções programáticas da Esquerda socialista democrática.

Fico impressionada ao ver como alguns hoje, no momento da discussão da Comissão Parlamentar de Inquérito, não se manifestaram. Sei que não são todos, sei que alguns ficam envergonhados, sei que alguns gostariam de estar apoiando o Congresso Nacional na abertura de um procedimento investigatório, mas o que é cínico, avassalador, do ponto de vista do cinismo, é usar, todo o tempo, os argumentos fraudulentos do Governo Fernando Henrique Cardoso para justificar o não apoio a uma Comissão Parlamentar de Inquérito hoje! Isso é de um cinismo debochado.

Ora, se existem denúncias e indícios relevantes de crimes contra a Administração Pública, tráfico de influência, exploração de prestígio, intermediação de interesse privado, roubalheira, a obrigação do Congresso Nacional é abrir um procedimento investigatório. Por quê? Porque a Comissão Parlamentar de Inquérito, por ter autoridade e concepções próprias das autoridades judiciais, é o único instrumento que o Congresso Nacional tem para investigar a roubalheira de delinquentes de luxo, sejam eles filiados ao PSDB, ao PFL, ao PT, seja à base de bajulação do Governo.

O que é grave é que passamos muitos anos das nossas vidas batendo, de manhã, de tarde e de noite, no Governo Fernando Henrique Cardoso, quando eles montavam aqui uma “operação abafa” para impedir que

se desvendassem os mistérios sujos da Administração passada. E os argumentos usados eram os mesmos: o Governo Fernando Henrique Cardoso dizia que isso era golpe político, que isso era para desestabilizar a democracia e o Governo, que a Polícia Federal e o Ministério Público já estavam investigando. E nós, na época, combatíamos com ferocidade e veemência quando esses argumentos eram apresentados e a eles atribuíamos o caráter de argumentos fraudulentos.

O que é cínico é dizer: “Ora, mas tem o Governo do PSDB que não quer abrir CPMI”. Então, ele não tem autoridade moral para criticar o Governo do PSDB ou do PFL, ou de quem quer que seja, se usa a mesma metodologia da “operação abafa” para impedir que esta Casa aprofunde as investigações.

Ora, se não existem dúvidas em relação à corrupção, se não existe envolvimento de personalidades políticas importantes da cúpula do Governo, da cúpula palaciana do PT, se não existe envolvimento, por que não se apura? Até porque uma Comissão Parlamentar de Inquérito pode também dar um atestado de honestidade a quem não tem vinculação política com a pocilga da corrupção. Mas, em vez de fazer isso, eles usam os mesmos argumentos fraudulentos apresentados pelo Governo passado ou pelos Governos do PSDB estadual. De forma cínica, dissimulada, para obscurecer a incapacidade de exercer um mandato com coragem, de assinar o pedido de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, usam os mesmos argumentos fraudulentos para impedir que a CPI seja instalada.

E o que é mais grave, o que é mais doloroso: falávamos muito aqui dos balcões de negócios sujos, onde o Governo passado distribuía cargos, prestígio, liberação de emendas e poder para impedir a realização das CPIs. Agora, o Governo Lula está fazendo a mesma coisa. O nível de detalhamento, de minúcias, de detalhes, como se apresentam nos meios de comunicação, de Ministro tal que falou com deputado tal, de ministro tal que tem um bilhão de recursos para liberar para tais deputados ou tais senadores, para viabilizar que esses parlamentares retirem as assinaturas do requerimento de criação da CPI.

Sinceramente, fico num misto – como eu disse hoje de manhã, na sessão do Congresso Nacional – de indignação e especialmente de profunda tristeza ao ver o cinismo e a dissimulação da Bancada do PT, da cúpula palaciana do PT e do Palácio do Planalto. Fico profundamente triste ao ver o cinismo, a dissimulação e as desculpas esfarrapas, medíocres e fraudulentas para impedir a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito que pretende investigar a pocilga da corrupção, esteja ela onde estiver.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, deixo aqui o meu protesto. Espero, sinceramente, que este Congresso Nacional – especialmente a Câmara dos Deputados, porque me parece que não existe nenhuma predisposição de algum senador para retirar a sua assinatura – não se queira desmoralizar mais do que já é desmoralizado perante a opinião pública.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pois não, Senador Mão Santa. Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Ulysses disse: “Ouça a voz rouca das ruas”. E eu tenho ouvido. A voz do povo é a voz de Deus. O seu comportamento minimiza isto aqui, que é grave: no **Jornal do Brasil** de hoje, na coluna do Boechat, “Pau de galinheiro”. Atentai bem para a sua preocupação e seu esforço para minimizar esse quadro. Pesquisa que a revista **Imprensa** publica em sua próxima edição revela que, dentre os três Poderes, o Legislativo é o que goza de pior reputação entre os jornalistas. Quatrocentos profissionais de 24 Estados foram ouvidos. Para 64% dos entrevistados, a corrupção no Congresso é maior do que no Executivo, que recebeu 40% de votos nesse item, ao passo que o Judiciário, 9%. Então, é grave a condição moral do Poder Legislativo e se agrava com essa palhaçada. Consta no Livro de Deus: “Que seu sim seja sim, que seu não seja não!” Como é que se indica um nome e, no outro dia, por um dinheirinho, se tira o nome?

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Concordo inteiramente com o aparte de V. Ex^a, Senador Mão Santa, e sei que foi força de expressão V. Ex^a dizer “palhaçada”, porque respeitamos muito os profissionais do circo. Evidentemente, os delinquentes de luxo sequer se assemelham a tais profissionais.

Sr. Presidente, faço realmente um apelo ao Congresso Nacional, aos parlamentares, no sentido de minimizar essa desmoralização completa, que já toca mentes e corações espalhados pelo Brasil, em relação ao Legislativo.

A nossa permanência aqui não dá conta de que estamos em uma democracia representativa de fato. Ainda temos muito que lutar por ela. Não estamos em uma democracia, porque sem justiça social não há democracia, mas ao menos aquilo que foi conquistado pelo povo brasileiro não foi, em nenhum momento, concessão da elite política econômica. Pelo pouco que foi conquistado para aprimorar a democracia representativa, e a nossa presença aqui é a demonstração disso, que o Congresso Nacional não se venda, não se renda a esse balcão de negócios sujos montado

pelo Governo Lula, copiando o governo passado, que fazia a mesma coisa. Que os parlamentares não retirem as suas assinaturas. Fica muito feio quando o parlamentar retira a assinatura, porque o que fica no imaginário popular – eu respeito mais quem não assinou – é o seguinte: ora, se ele assinou e não tinha tanta certeza da assinatura que estava a dar, ou ele o fez por malandragem para, depois, com uma etiqueta na testa, se vender, ou o governo ofereceu e montou o propinóndromo dentro da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para retirar essas assinaturas.

Então, faço um apelo, porque sei que a situação é extremamente difícil.

O Sr. Almeida Lima (PSDB – SE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Desculpe, Senador Almeida Lima, eu não o tinha visto. Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Almeida Lima (PSDB – SE) – Senadora Heloísa Helena, permita-me fazer minhas todas as palavras proferidas por V. Ex^a na tarde de hoje na tribuna. Por conta disso, receba minhas homenagens, pela clareza, pelo brilhantismo, pelas colocações seguras, verdadeiras, como, aliás, V. Ex^a sempre tem feito. Acima de tudo, pela coerência, e isso, sem dúvida alguma, é um dos maiores valores que o político tem e precisa preservar para continuar recebendo o respeito do povo, aquele que delega a todos nós a representação popular. Está de parabéns V. Ex^a.

A Sr^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço a delicadeza e a generosidade de suas palavras, Senador Almeida Lima.

Ouçó o Senador Antero Paes de Barros.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a tem absoluta razão. No último episódio da CPI dos Bingos, da CPI do Waldomiro, eu tive a oportunidade de ocupar a tribuna e, na seqüência, apresentei um projeto de resolução para acabar com essa história de retirada de assinatura. Assinou, não pode mais retirar. O cinismo aqui é tão grande, tão disfarçado que a retirada tem o nome de apoio. O cidadão não retira a assinatura: ele vai lá, pega a caneta, abre parêntese, escreve apoio, fecha parêntese, e isso significa que retirou. Aí, na campanha eleitoral, vai lá e mente ao povo: “Não, não retirei. Ao contrário, está aqui: apoiei. Existia um apoio”. Assim, há um projeto de resolução nosso para ser votado. São essas as coisas que nos colocam com 87% de rejeição. É claro que vai ser liberada emenda para um ou outro que não é da base, para disfarçar, mas é assim: libera tanto bilhões, libera cargos, oferece as diretorias X, Y, Z para a retirada de assinatura. É isso que está destruindo o Governo. O

Lula deve compreender que foi eleito para mudar. Ele não tem autoridade, não demite ninguém. Parece que ele, e não o José Dirceu, é **ad nutum**. O problema do Governo em demitir por corrupção é porque não foram tomadas providências no episódio de Waldomiro Diniz. Se José Dirceu fosse afastado e os fatos do caso de Waldomiro Diniz fossem apurados, o Governo teria mais autoridade. Não tem. Esse Governo tem um caminho somente: descobrir se tem algum amigo lá e, se o tiver, pedir para esse cidadão puxar a fila e todos pedirem demissão. Se o Lula consultar sua consciência, não manterá o Meirelles. Se consultar a sua história, passando um filme de sua vida, não manterá o Meirelles, nem uma série de situações que estão lá na decisão presidencial, e não fará mais esse oferecimento de cargo, sem olhar a competência: “Você vai retirar a assinatura da CPI?” “Vou.” “Então, você ganha um cargo na Petrobras.” Não é assim que se governa o Brasil. Ele não tem autoridade. Temos um Presidente que não demite ninguém. Waldomiro Diniz pediu demissão. Esse garoto que foi flagrado, o cidadão dos Correios, esse tal de Maurício, é 15º escalão. Ele não toma nenhuma providência contra engravatado. Temos problema com o Casseb, com o Candiota, com o Beni Parnes, com o Henrique Meirelles, temos problemas no Ministério da Previdência, temos problema com o Waldomiro Diniz. Os telefones e o computador do Waldomiro não foram investigados, ninguém sabe quem o sustenta. Parece que o Lula é demissível **ad nutum**, que o José Dirceu pode demitir o Lula, que não é o Lula que pode demitir o José Dirceu. Então, na minha avaliação, ele tem só um caminho, o de escolher alguém para falar: “Olha, como amigo, eu vou pedir demissão e vou estimular todos a pedirem demissão”. Aí todos pedem demissão, e tenta-se montar um Governo com a sociedade. Vamos investigar só os Correios, mas, do jeito que está, a imprensa continua divulgando a cada dia uma novidade! Formou-se um dique que a turma está querendo tampar com esparadrapo. Não adianta achar que a situação é diferente. Infelizmente, Senadora Heloísa Helena – não é o que ninguém gostaria de dizer –, mas está parecendo um mar de lama mesmo!

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Antero Paes de Barros. Vou até aproveitar algumas colocações de V. Ex^a para dizer um pouco da minha compreensão também em relação a essa questão de quem manda e de quem não manda no Governo.

É evidente que eu achava que conhecia muitas das pessoas que hoje ocupam postos importantes no Palácio do Planalto e nos Ministérios. É evidente que certamente a paixão me cegou ao ponto de eu não

conseguir desvendar os mistérios sujos da alma de alguns deles. Mas, se há algo de que tenho absoluta convicção, é que quem manda no Governo é o Presidente Lula. Dizer que o Presidente Lula é desqualificado e não estudou é conversa. O Presidente Lula é um homem brilhante, absolutamente brilhante! É Sua Excelência quem manda no Governo – não é o José Dirceu, não é não sei quem, não é nada disso. É Sua Excelência quem manda no Governo, o que torna a situação mais grave.

Pelo menos nunca compartilhei da visão que considero elitista e preconceituosa de que quem manda no Governo não é o Lula e sim o fulano de tal ou o “Zé das Quantas”. Não é. Quem manda no Governo é Lula. E, por ser um homem brilhante, Sua Excelência, inclusive, manipula e engana muito bem também as pessoas, que, em vez de o atacarem e o desqualificarem como gestor público, acabam por pinçar uma ou outra personalidade política que, pela intolerância ou pela truculência, tenha posições extremamente diversas.

Senador José Agripino, no caso do Presidente, é o velho estrategema, muito conhecido por quem, como eu, gosta de conhecimento oriental: “Mel na boca e biles no coração”. Alguém sorri na sua frente, e um outro lhe entrega uma faca para que ele lhe esfaqueie pelas costas.

Então, quem manda no Governo – infelizmente, para todos nós – é o Presidente Lula. É Sua Excelência quem manda no Governo. É um homem brilhante, mas, infelizmente, trai as concepções programáticas da esquerda socialista e democrática, despreza as relações com o Parlamento como instituição, consolida o vexatório balcão de negócios e a promiscuidade entre o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional, quer transformar o Congresso Nacional naquilo que outros Governos quiseram transformá-lo também: em mediocre anexo arquitetônico dos interesses não apenas da elite política e econômica, mas dos inquilinos do Palácio do Planalto. Isso é muito triste.

(Interrupção do som.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador José Agripino, com muito prazer.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senadora Heloísa Helena, o pronunciamento de V. Ex^a tem uma importância especial. Como V. Ex^a diz, os melhores dias de sua vida foram dedicados à construção do Partido dos Trabalhadores. Lembro-me muito bem de V. Ex^a, nessa exata tribuna, debulhada em lágrimas, fazendo um discurso quase que de despedida do Partido que lhe expulsou. V. Ex^a conhece as entranhas do PT e conhece

as figuras do PT. E V. Ex^a diz que quem manda no Governo é Lula. Há uma dissimulação. Nunca tive dúvida e nunca questioneei o nível de instrução, de competência, de sapiência e de esperteza de Sua Excelência o Presidente da República. Nunca o fiz! V. Ex^a aponta com muita precisão o fato de que o Presidente sabe de tudo. Dito por V. Ex^a, isso adquire um caráter especial de veracidade. V. Ex^a conhece o subterrâneo do PT, conhece o comportamento do Presidente e sabe que não partiu de ninguém que não tenha tido a palavra final, o endosso explícito do Presidente, por exemplo, bloquear a CPI do Waldomiro. É claro que foi o Presidente da República que esteve por trás de tudo! E é, com certeza, o Presidente Lula que está por trás de todas as manobras procrastinadoras da instalação da CPMI dos Correios. V. Ex^a esteve lá hoje, como eu; falou V. Ex^a, falei eu, e V. Ex^a deve ter o mesmo receio que tenho. Perguntei a um prócer do PT o que ele achava, e ele me disse: “Acho que é fato consumado”. Respirei aliviado, porque percebi que o esforço que eles estão fazendo é para jogar a toalha. Mas não vou ensarilhar armas, porque eles são ardilosos, são cavilosos e, até à meia-noite, vão tentar o possível e o impossível para subtrair assinaturas. Agora, tive a notícia de que mais quatro Deputados a assinaram. Agora, são 258 assinaturas. Eles vão ter de retirar mais quatro assinaturas. De última hora, entraram mais quatro assinaturas de Deputados no requerimento em que se pede a instalação da CPMI. Já estou vendo o que eles vão querer fazer. Deve ser uma orientação do Presidente, de lá da Coréia: “Questionem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania! Ganhem tempo!” O que eu acho, Senadora Heloísa Helena, é que eles podem tentar ganhar o tempo que quiserem, mas, quanto mais tempo tentarem ganhar, mais vão se emporcalhar com a opinião pública. Não temos cargos para negociar; não temos emenda para liberar. A luta é desigual, porque é a luta do Governo, com instrumentos pesados, com a sua base, com quem tem intimidade, e conosco, que não temos nada a dar. Nós temos apenas a obrigação de interpretar o sentimento da sociedade, que precisa mostrar a sua indignação para garantir que, quando da reincidência da corrupção – Waldomiro Diniz foi o primeiro caso, e o episódio dos Correios é a reincidência –, não haja impunidade. Se houver impunidade – vou repetir para V. Ex^a e digo com toda a honestidade –, temo que haja uma mobilização da sociedade e que este Congresso se transforme na Assembléia de Rondônia, porque não terá cumprido o seu dever. Muitos Parlamentares terão retirado as suas assinaturas, e o Congresso não terá cumprido a sua obrigação, a de investigar a corrupção dos Correios e passar a limpo o caso Waldomiro Diniz. Cumprimento V. Ex^a, porque,

com o pronunciamento da tarde de hoje e com os conhecimentos que tem do PT, V. Ex^a passa a limpo a responsabilidade real, diz quem está por trás de cada ação no campo político do Governo do PT.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que não tenho dúvida de que alguns militantes ou dirigentes do PT ficam constrangidos com este momento em que estamos vivendo. Não tenho dúvida de que existe o constrangimento de alguns, que ficam sem conseguir olhar para as suas próprias histórias, para as suas próprias consciências. Não é possível! Por mais que o poder seja sedutor – sei que o poder é muito sedutor e que ser chamado para participar do convívio do poder, para partilhar de cargos, de prestígio e de mordomias e para se lambuzar no banquete farto do poder é muito cômodo, muito sedutor, mexe com a alma, a mente e o coração das pessoas; não tenho dúvida disso –, prefiro ainda continuar acreditando que, até meia-noite, não vamos estar diante...

(Interrupção do som.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Há uma estratégia montada. Não é verdade? Amanhã será feriado. Espero que o Congresso funcione na sexta-feira; mas, se não funcionar, a “malandragem” vai retirar as assinaturas, tarde da noite, já não dando mais tempo de colocar no jornal do dia seguinte. Amanhã é **corpus Christi**, um feriado tão importante para nós que somos religiosos, mas eles vão estar lá se comportando como os vendilhões do templo. Depois de sexta-feira, a mecânica da vida vai se encarregando de se fazer esquecer.

Sei que muitos deles contam com a impunidade. Mas penso que é extremamente conseqüente a proposta de muitos Senadores da Casa, de muitos Parlamentares, porque, se houver a retirada de nomes, para mim é essencial – como falaram os Senadores Arthur Virgílio, Antero Paes de Barros, V. Ex^a e vários outros, e eu também falei...

(Interrupção do som.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Terminando, Sr. Presidente, ou instalamos uma Comissão Parlamentar de Inquérito exclusiva do Senado, ou instalarmos uma Comissão Parlamentar de Inquérito para desvendar os mistérios sujos, a patifaria e a vigarice que levam a um conluio do Governo com Parlamentares para a retirada de assinaturas.

Portanto, Sr. Presidente, era o protesto que queria fazer. Espero que o Congresso não se desmoralize mais ainda perante a opinião pública, que os Parlamentares tenham consciência e, por mais sedutor que seja se

lambuzar no banquete farto do poder, ser parte da escória dos delinquentes de luxo, espero que o Congresso se respeite, não retire os nomes, para que possamos entregar um presente ao povo brasileiro, que é uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a pocilga da corrupção em nosso País.

Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada, sucessivamente, pelos Srs. Antero Paes de Barros, 2º Vice-Presidente, e Reginaldo Duarte.

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Duarte. PSDB – CE) – Passo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho, por vinte minutos, pela Liderança da Minoria.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero tratar hoje de dois temas muito atuais. Um é a questão da PEC paralela e o outro, a questão do gás natural, problema com a Bolívia. Serei breve.

Com relação à PEC paralela, quero dizer que, depois de me dedicar esse tempo todo e com muito empenho analisar as alterações que foram feitas na Câmara, após tantas audiências, tantas conversas e tanta análise, pretendo encaminhar o relatório no decorrer da próxima semana ou no início da outra.

Para que não haja nenhuma margem de dúvida quanto a isso, quero dizer que o meu relatório tem por objetivo honrar e preservar o espírito da PEC paralela que foi aprovada por unanimidade aqui no Senado, em um acordo que envolveu todas as Lideranças de todos os Partidos e mais o Ministro da Previdência, o Ministro-Chefe da Casa Civil e o Presidente da República.

Entendo que deve ser um compromisso de honra do Senado Federal tentar aprovar essa PEC paralela dentro do espírito com que foi feita e promulgá-la, se possível, até o final de junho, antes, portanto, do recesso legislativo. Entendo que é muito importante para milhares de servidores públicos que aguardam essa decisão.

Pretendo também, com o meu relatório, não permitir o chamado pingue-pongue entre as duas Casas do Congresso com essa matéria. Analisei os pleitos de cerca de 90 entidades representativas dos servidores públicos federais, estaduais e municipais, em audiência pública ou em audiências em meu gabinete, e também por meio de documentos que recebi dessas categorias.

Vi com entusiasmo o recebimento, em minha caixa postal eletrônica institucional, de mais de mil mensagens de pessoas interessadas em trazer sugestões ou afirmando suas manifestações de apoio ou

de reprovação a pontos da PEC paralela. Penso que a participação popular no processo legislativo é algo extremamente importante, que deve ser cultivado.

Recebi ainda a chamada Carta de Cuiabá, do Conselho Nacional de Secretários de Administração dos Estados – Consad, trazendo as preocupações dos Secretários de Estado de Administração quanto à inclusão de carreiras nos limites dos subtetos estaduais e também sobre a retroatividade dos efeitos da PEC paralela, alertando sobre o expressivo aumento dos gastos públicos decorrentes do impacto financeiro negativo proveniente dessas alterações e das dificuldades que se apresentarão aos Estados para o cumprimento dos limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

No mesmo sentido do Consad, houve outras manifestações. E, em relação aos Governadores, existe uma manifestação formal já de 17 Governos Estaduais, que representam, eu diria, mais de 70% do PIB brasileiro.

Concluído todo esse planejamento de ação para colher subsídios que norteassem o parecer, quero dizer que o texto do relatório não deverá se afastar, repito, do espírito da PEC paralela que foi aprovada nesta Casa, mas respeitará o aprimoramento que foi realizado pela Câmara naqueles pontos que não ferirem o acordo feito no Senado.

Entendo que esse tempo de estudo e análise foi necessário, em virtude das modificações feitas e por entender que o assunto é bastante complexo e que não pode haver nenhum tipo de engano em relação a isso.

O segundo ponto que quero tratar refere-se ao gás natural e aos recentes acontecimentos na Bolívia. Entendo que a preocupação do Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tem fundamento, porque esse é um problema muito sério para o nosso País.

A participação atual do gás natural na matriz energética brasileira é muito pequena em relação a outros países – cerca de 8%. Essa participação é mais ou menos a mesma da Índia, mas observamos que esse percentual na Rússia é de 54%; na Argentina, 53%; Venezuela, 41%; México, 30%; Estados Unidos, 25%. Ou seja, vamos depender, necessariamente, cada vez mais do gás natural. A minha preocupação é maior em função da questão energética do Nordeste brasileiro. Não vejo como poderá o Nordeste ser atendido, a médio prazo, sem que seja construído o Gasene, cujo projeto já foi contratado com a China, com financiamento para o BNDES e, daí, para a Petrobras.

Temos uma infra-estrutura de gasoduto muito pequena. Enquanto os Estados Unidos têm 450 mil

quilômetros de gasodutos, temos apenas 8 mil quilômetros. Isso representa bem o que é a participação do gás natural na nossa matriz.

Mas ele é muito importante. Como já citei, no Nordeste, não haverá nenhuma possibilidade, até 2010 ou 2011, a médio prazo, de haver qualquer outra fonte de energia para atender ao crescimento da demanda da Região.

O rio São Francisco não pode fornecer absolutamente mais nada em termos de energia ou, se vier a fornecer algo mais, será a custo muito alto e uma quantidade muito pequena de energia será fornecida.

Assim, não há outra saída enquanto não se fizer outra grande usina, como, se fala, a de Belo Monte, para que novas linhas de transmissão venham do Norte para o Nordeste. Não havendo isso, só existe uma saída: o gás natural, seja ele por meio do Gasene, seja ela transportado pelos navios, a um preço caríssimo – normalmente, o dobro do preço do gás transportado via gasoduto.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Concedo o aparte ao Senador Eduardo Azeredo, com muito prazer.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Rodolpho Tourinho, como V. Ex^a menciona o potencial elétrico do rio São Francisco, aproveito para, mais uma vez, colocar nossa preocupação com o projeto de transposição do rio São Francisco. Ainda na semana passada, em discussão com os técnicos do Estado de Minas Gerais, fomos informados de que o rio São Francisco tem a capacidade de 360 metros cúbicos por segundo para ser outorgada – já há 323 outorgados. Portanto, se houver a transposição, nós vamos praticamente esgotar essa capacidade. Daí as pessoas terem que entender por que a Bahia, Minas Gerais e outros Estados são contrários a esse tipo de projeto. Ficaremos impossibilitados de fazer qualquer novo projeto de aproveitamento de água. Hoje, para fazer qualquer projeto de irrigação, há necessidade de uma outorga. Se a outorga estiver completa, por causa da transposição, não sobrarão possibilidades para nós.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Temos, por exemplo, dois grandes projetos na Bahia: o Projeto Baixo Irecê e o Projeto Salitre. São terras da melhor qualidade, aguardando verbas. Pela mesma razão de V. Ex^a, também sou contrário.

Acrescento que existem projetos, tanto na Bahia quanto em Pernambuco, prontos para serem realizados. Entendo que existem outros problemas nesses

Estados. Creio que a questão do São Francisco deve ser olhada dessa forma.

Volto à questão do gás, de sua importância para o Nordeste. O que aconteceu na Bolívia é preocupante. Falei antes que foi muito importante a posição tomada pelo Senador Cristovam Buarque, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Não é só o aumento da taxação. A taxação passou de 18%, e foram acrescentados mais 32%, atingindo-se 50% no seu total. Previa-se que esses 32%, inicialmente, pudessem, de alguma forma, ser dedutíveis, mas não podem; acabaram sendo aprovados sem nenhuma possibilidade de dedução. Isso significa, em primeiro lugar, que os ativos da Petrobras na Bolívia perderam, praticamente, 50% do seu valor. Por outro lado, essa questão vai encarecer o gás, no Brasil, em 16%, metade dos 32%. O gás chega ao Brasil em torno de US\$3,50 por milhão de BTU. Metade corresponde ao pagamento do gás no poço; a outra, ao preço do transporte, que não está afetado por esse imposto.

Então, esses 16% vão encarecer um gás que já era caro. No passado, pelo meu entendimento, cometeu-se um equívoco, ao se considerar que o gás era uma *commodity* normal, e não o é. Se fosse uma *commodity* igual a qualquer outra, as grandes reservas de Camisea no Peru, que eram muito maiores que as da Bolívia, quando a Petrobras começou a explorar, estariam já comercializadas. Não foram e estão lá intactas até hoje.

O transporte do gás é complicado. Sob esse ponto de vista, penso que se pagou caro – pagou-se em dólar e caro. Isso vem apenas agravar a questão do preço do gás, que já era antiga.

O que vai acontecer? De duas uma: ou a Petrobras absorve isso, dependendo dos contratos que tem, ou repassa. Se repassar, isso vai acabar batendo, de alguma forma, no consumidor.

O que me preocupa é a grande dependência que temos hoje em relação à Bolívia. Historicamente, a Petrobras nunca foi uma grande entusiasta do gás natural; sempre o viu como um subproduto, como alguma coisa que vinha junto com o petróleo. Ela nunca foi eficiente no gás, como foi e ainda é na exploração de petróleo, sobretudo em águas profundas.

Então, diria que a cultura do gás na Petrobras é mais recente. Aliás, acabamos queimando muito gás. Em 1999, queimavam-se cerca de dez milhões diários de gás; no gasoduto da Bolívia, são 30 milhões por dia, e estamos importando 24. Então, o que precisa ser feito é tentar diminuir, a longo prazo, essa dependência em relação à Bolívia. E só existe um caminho para isso: desenvolver, cada vez mais, os campos existentes no Espírito Santo e o de Mexilhão, na Bacia de Santos. A

Petrobras terá de investir nisso, porque não há outra saída, sobretudo quando pensamos, Senador Marco Maciel, no Nordeste brasileiro.

Por volta de 2008 e 2009, naturalmente, as curvas de oferta e de demanda devem-se cruzar, e não vejo como fazer o Gasene chegar logo a todo o Nordeste, em face, sobretudo, não do Ministério de Minas e Energia, que, no meu entendimento, tem tido um norte muito correto em relação a essa questão do gás, mas das licenças ambientais.

O gasoduto do campo de Manati, um gasoduto pequeno, de menos de 100 km, que já deveria estar pronto e beneficiando Salvador, enfrenta, outra vez, problemas de licenças ambientais, o que será, de agora em diante, uma constante. Por um lado, entende-se esse aspecto, mas é preciso ter cuidado em relação a isso.

Hoje foi publicado um artigo de Antônio Ermírio de Moraes – gostaria que constasse, Sr. Presidente, dos Anais da Casa –, que trata do assunto de forma muito própria. Segundo ele, a revista **The Economist** prevê a tendência à reestatização do setor de petróleo, apontando os riscos de a Venezuela, a Rússia, depois a Bolívia, a Argentina e o Chile seguirem esse caminho. Isso é algo preocupante, daí a minha intenção de trazer, mais uma vez, esse alerta a todos os meus companheiros.

Concedo um aparte ao Senador Paulo Paim, com muito prazer.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Rodolpho Tourinho, cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento, mas confesso que, enquanto V. Ex^a falava, recebi uma meia dúzia de telefonemas no celular. Pediram-me – e estou tomando esta liberdade – que fizesse uma pergunta a V. Ex^a. Sei sua posição, mas entendo que é o Brasil que quer ouvir; V. Ex^a, inclusive, já foi à tribuna com esse tema. Pode ter certeza de que não é a respeito da CPI, sobre a qual sei que sua posição é clara e definida. Perguntaram-me se eu poderia pedir a V. Ex^a um esclarecimento sobre como está o encaminhamento da PEC paralela. Tenho dito, por onde tenho andado, até autorizado por V. Ex^a, que, se depender de V. Ex^a, nós a votaremos antes do recesso de julho. Mas ninguém melhor do que V. Ex^a para responder, não a mim, porque sei já da sua posição, mas àqueles que me telefonaram. Desculpe-me ocupar seu tempo com outro tema.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Esse foi, inclusive, Senador Paulo Paim, o tema com que comecei meu discurso hoje. Tratei de dois assuntos: no começo, da PEC paralela; depois, da questão do gás.

Em relação à PEC paralela, disse que devo entregar meu relatório no decorrer da próxima semana ou, no máximo, no início da seguinte e que ele vai refletir exatamente o espírito daquele acordo feito com o Presidente da República, com o Ministro da Previdência Social, com o Chefe da Casa Civil, com todas as Lideranças desta Casa e com a Liderança do Governo, ou seja, aquilo que foi aprovado, por unanimidade, por esta Casa e pelo qual V. Ex^a lutou tanto.

Apenas confirmo o que disse no início desta fala quanto ao relatório ser entregue ou no fim da próxima semana ou no início da outra. Penso que ele deve ser votado antes do recesso e que, para isso, devemos quebrar o interstício. Não foi possível fazê-lo antes, em função da complexidade da matéria que V. Ex^a

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES

Prioridade brasileira para o gás natural

As notícias boas nunca vêm sozinhas. No mesmo dia em que a Petrobras anunciou a produção recorde de quase 1,8 milhão de barris diários, a Bolívia decidiu aumentar os impostos sobre o gás natural enviado ao Brasil, passando-os de 32% para 50%, e, além disso, decretou, na prática, uma nacionalização branca da exploração do produto naquele país.

Feitas as contas com detalhes e somando outras despesas incidentes sobre a atividade, os especialistas estimam que o custo com impostos vai chegar a 70% -uma carga insuportável ("Bolívia eleva taxas de gás e petróleo para estrangeiros", jornal "Valor Econômico", 18/5).

A dependência atual do Brasil em relação à Bolívia é enorme. Compramos, diariamente, 24 milhões de metros cúbicos de gás que alimentam as indústrias e centenas de milhares de veículos no país, em especial táxis. O aumento aprovado nos afeta em cheio.

A revista "The Economist" prevê uma acentuação nessa tendência de estatizar ou reestatizar as fontes de gás e de petróleo. A Venezuela e a Rússia estão indo pelo mesmo caminho. Depois da Bolívia, a Argentina e o Chile podem se animar a fazer a mesma coisa. No que tange ao petróleo propriamente dito, a propriedade e a exploração do produto já é estatal em vários países ("Oil troubled waters: a survey of oil", "The Economist", 30/4).

O gesto da Bolívia mostrou a fragilidade dos contratos firmados com países que misturam a defesa da segurança nacional com a prática de ideologias nacionalistas exacerbadas. O Brasil não pode facilitar nesse terreno. Por mais rigoroso que sejam os contratos, uma eventual contenda judicial poderá levar décadas para ser decidida. E, mesmo assim, corremos o risco de "ganhar e não levar".

O fato concreto é que as ameaças de falta de energia fóssil - ou aumento exagerado de preços- não se limitam à decisão da Bolívia. Os Estados Unidos dispõem de pouco petróleo. O consumo da China e da Índia aumenta de forma assustadora. Os custos com tanques, oleodutos e transporte para atender à nova demanda sobem de forma incontrolável. Os estudos apresentados na citada revista inglesa antecipam que uma nova crise do petróleo poderá elevar o preço do barril a US\$ 100!

É claro que, numa crise desse tipo, o mundo inteiro será

conhece. Hoje, em minha sala, recebi, em mais duas audiências, professores e delegados.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Da forma como V. Ex^a construiu seu relatório, a PEC não retorna à Câmara dos Deputados?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Em tese, dependendo do decorrer das discussões, ela pode até retornar, mas, em princípio, deve ser promulgada, mantida a essência, o coração dela.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR RODOLPHO TOURINHO EM SEU PRONUNCIAMENTO:

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

afetado, até mesmo os produtores de petróleo. Mas não podemos contar muito com o bom senso de quem mistura economia com ideologia e idolatria. O Brasil tem de perseguir suas próprias metas. Além do grande feito realizado pela Petrobras nesta semana, é imperioso acelerar a exploração de jazidas de gás natural, como é o caso de Mexilhão, Cedro, Canela, SPS-36 e de outras que poderão produzir tanto quanto importamos da Bolívia, com um custo competitivo e com segurança maior.

Não podemos esquecer ainda que a verdadeira segurança vem de uma combinação inteligente de várias fontes de energéticos. E, nesse ponto, o Brasil é privilegiado, porque pode utilizar o álcool, o biodiesel e várias outras fontes de biomassa, além da generosa reserva de água que nos permite explorar por muito tempo a energia hídrica.

Mas não podemos ficar sentados à espera de que algo aconteça por inércia. Temos de agir muito mais depressa para garantir o tão falado e desejado desenvolvimento sustentado.

Voltaremos ao assunto na próxima semana.

Antônio Ermírio de Moraes escreve aos domingos nesta coluna.

antonio.ermirio@antonioermirio.com.br

[Texto Anterior: Rio de Janeiro - Carlos Heitor Cony: O penico de Napoleão](#)
[Próximo Texto: Frases](#)

[Índice](#)

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Duarte. PSDB – CE) – Concedo a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque, por 20 minutos, e, em seguida, ao Senador Almeida Lima, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, devo dizer que hesitei, antes de vir à tribuna nesta tarde, porque, nos últimos dias, a discussão tem sido, quase toda, em torno de um único tema, salvo raras exceções, como a do Senador Rodolpho Tourinho, que falou, há pouco, sobre energia.

Eu pensava que não era a hora de vir aqui, até ler, hoje, uma frase do Deputado Fernando Gabeira. S. Ex^a, referindo-se a um Ministro, diz que este considera que a História do Brasil é uma história em quadrinhos, porque, segundo ele, o Ministro estava misturando fatos do passado.

Não importa o Ministro, Sr. Presidente, passei a sentir naquele momento que, como Senador, sou parte de uma história em quadrinhos. Não sinto nesta Casa, nessas últimas semanas, sobretudo nos últimos dias, um debate que fique na História do Brasil. Sinto um debate que talvez fique na história das escolas de Direito, talvez até mesmo, com muito boa vontade, nas faculdades de Ciências Políticas, sobre as filigranas para conseguir ou não número suficiente de assinaturas para uma CPMI, até mesmo em cursos de polícia, sobre como fazer investigações. Mas, na história do Brasil, como um marco, o que estamos fazendo, não vai ficar!

Como disse o Deputado Gabeira em relação a um Ministro, e que se podia generalizar para todos nós, inclusive S. Ex^a, hoje estamos vivendo um tempo de história em quadrinhos.

Ainda creio que, para resolver isso, o melhor seria assinarmos todos a CPMI, mas, lá fora, enquanto estamos aqui discutindo essas filigranas, enquanto gastamos energia com isso, Sr. Presidente, a Amazônia está pegando fogo! Lá fora, no meu Nordeste, há 1,5 milhão de crianças que não se matricularam na escola, e, das outras quase 40 milhões, apenas um terço delas concluirá o segundo grau. E posso garantir que, dessas, 70% talvez serão de péssima qualidade!

Sr. Presidente, lá fora temos professores muito mal remunerados. Lá fora tem gente morrendo em fila de hospital. Lá fora temos milhões de desempregados e desesperados com a situação. E pior: lá fora mesmo, no exterior, temos uma quantidade de países cada vez mais se distanciando do Brasil, porque eles conseguem ter um projeto civilizatório.

Em 1970, o Brasil era o mais promissor dos países do chamado Terceiro Mundo, o mais promissor.

O Sr. Almeida Lima (PSDB – SE) – Senador Cristovam Buarque,...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Só um minuto, Senador.

Hoje, creio que podemos, até encabulados e envergonhados, dizer que o Brasil está atrás de quase vinte daqueles que estavam atrás de nós trinta anos atrás. Estamos hoje atrás de países como a Turquia, o México, que estão se distanciando na área da educação, na área da produção, na área da proteção ambiental, em todos aqueles índices de projetos de uma civilização.

Passo a palavra ao Senador, para um aparte.

O Sr. Almeida Lima (PSDB – SE) – Nobre Senador Cristovam Buarque, congratulo-me com V. Ex^a no pronunciamento que faz. Entendo que as palavras são verdadeiras, as informações que V. Ex^a traz também, sobretudo quando diz que enquanto se discute nesta Casa, no Congresso Nacional, a instalação da CPMI, a Amazônia pega fogo, as crianças estão sem escola, os professores são pessimamente remunerados, as pessoas morrem sem assistência nos hospitais, o número de desempregados cresce, e o Brasil se distancia de outros países. Quero apenas, permitindo V. Ex^a, acrescentar, nesta linha de raciocínio, o seguinte: tudo isso está acontecendo lá fora exatamente porque ainda não tivemos a capacidade de eliminar de uma vez por todas a corrupção instalada neste País. As crianças estão sem escola porque este é um País corrupto, este é um País onde se rouba e se deixa roubar. E quando se fala na instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para tentar dar um nó na sangria de recursos públicos neste País, vemos todo tipo de cantilena, de besteira que o Stanislaw Ponte Preta, sem dúvida, estaria escrevendo anualmente em seu **Festival de Besteira que Assola o País**. É por isso, Senador Cristovam Buarque, agradecendo o aparte, que digo que tudo isso acontece lá fora porque aqui dentro não estão desejando apurar e estancar a corrupção neste País. Obrigado mais uma vez pelo aparte.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Senador Almeida Lima, concordo que sem parar a corrupção não vamos construir um grande País. Mas afirmo a V. Ex^a que parando a corrupção que aí está continuaremos sem construir esse grande País, se não descobirmos a corrupção invisível que aqui existe, que é a relativa às prioridades no uso dos recursos. Nós, essa elite brasileira da qual faço parte, nos acostumamos a ver como corrupção apenas aquilo que entre nós vai de um para o outro por causa de apropriação de dinheiro. A outra corrupção também, que é aquela corrupção de fazer obras desnecessárias, mesmo que

não haja roubo, quando tantas crianças precisam de obras para elas.

Existem duas corrupções, Senador: a corrupção no comportamento dos políticos, para a qual precisamos, sim, de CPI; mas, existe uma corrupção nas prioridades do uso dos recursos públicos. Mais ou igualmente corruptos, quanto um funcionário dos Correios que pega dinheiro, seremos nós se, na hora de aprovarmos o Orçamento que vai usar o dinheiro público, colocarmos dinheiro para prioridades da parcela rica da população em vez de resolvermos os problemas da população carente deste País.

O Sr. Almeida Lima (PSDB – SE) – Senador Cristovam Buarque, permita-me.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Quero dizer que estou de acordo com o seu primeiro aparte.

O Sr. Almeida Lima (PSDB – SE) – Somo-me a V. Ex^a nas duas últimas conclusões a que V. Ex^a também chegou.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, pergunto-me, ao ver a declaração do Deputado Gabeira, que vai ficar nos livros de antologia, como frases políticas, o que me pergunto, com tristeza até, Senadora Heloísa Helena, é se nós – e não excluo nenhum e me incluo como primeiro – estamos à altura do momento. Estamos nós à altura do momento que o Brasil vive, de ter que parar com essa corrupção, mas, ao mesmo tempo, ter que superar a outra corrupção? Estamos à altura de definir um novo rumo para o Brasil? E a Senadora Heloísa Helena tocou nisso no seu discurso. Às vezes eu me pergunto se estamos à altura disso.

Claro que o primeiro passo era ter feito essa CPI imediatamente e começar a falar de temas ainda mais sérios por serem permanentes e transformadores.

Lendo o jornalista Mauro Santayanna, que, por sinal, está presente acompanhando esta sessão, refleti sobre determinadas questões. No momento em que para aprovar o projeto da Senadora Heloísa Helena de garantir atendimento às crianças é preciso mudar a Constituição, eu me pergunto se esta Constituição não precisa ser modificada antes disso.

Quando, para criar um fundo, como o Fundeb, em que a União vai dar mais dinheiro a Estados e Municípios – muito pouquinho, diga-se de passagem – é preciso mudar a Constituição, eu me pergunto se esta Constituição está boa, Senador Mão Santa.

Aí, quando me pergunto se esta Constituição está boa, despertado até pelo jornalista Mauro Santayanna, que tanto ajudou a elaborar esta Constituição, quando inspirou o Presidente Tancredo Neves e colaborou

com o Presidente Sarney, naquele momento, eu me pergunto: será que não seria um bom momento para que nós aqui, pensando mais alto, sem deixar de lado as CPIs que forem necessárias, começássemos a pensar em uma revisão que traga essa Constituição para junto do povo, em vez de uma Constituição corporativa, como ela é basicamente? Será que não está na hora de começarmos a completar a República e a abolição da escravidão, que não conseguimos ainda? Como há República em um País em que há duas castas? Como pode haver um País com a desigualdade que o Brasil possui?

Talvez eu esteja pensando como um personagem de história em quadrinhos; talvez eu esteja ainda mais por fora do que os que estão no dia-a-dia; talvez eu esteja completamente desligado da realidade.

Imagino várias realidades: uma realidade aqui dentro; uma do Governo; uma do Palácio do Planalto; uma realidade de cada partido e uma do meu Partido, mas há a verdadeira, que é a realidade do povo, das crianças, dos pais e mães de família, que vejo sem condições para alimentarem seus filhos, sabendo que não vão ter uma escola, condenadas a reproduzir a pobreza que receberam de seus pais.

E não vamos dar um basta nisso? Não vamos dar um corte nisso e começar um novo momento? Talvez seja completamente fora de hora falar em coisas como essas quando só pensamos em coisas outras.

Talvez inspirado pela frase do grande Deputado Fernando Gabeira, decidi vir à tribuna.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Ouço o aparte do Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a aborda um tema que realmente precisa estar nas nossas preocupações. Especialmente os que tiveram a oportunidade de trabalhar no Executivo se impacientam com a demora no funcionamento dos processos não só aqui, mas no Governo também. Não tenho dúvida de que, neste momento, é importante que o Governo Federal entenda e tenha um pouco mais de humildade para ver que as questões políticas estão mal conduzidas e que há necessidade de um entendimento com aqueles que querem o entendimento. Nós, da Oposição – eu como Presidente do PSDB –, não queremos que o Brasil entre num ciclo de desgaste permanente, numa crise institucional. Não comparamos, de forma alguma, o momento com os tempos que vivemos na época do Governo Collor. Em absoluto! O PSDB defende apenas que haja uma atenção a problemas localizados – e que esses problemas sejam localizados. É muito duro para todos os

brasileiros verem as revistas semanais fazerem um nivelamento por baixo em relação a todos que trabalham na área pública – políticos, funcionários, dirigentes –, como se todo o Brasil fosse um País hoje totalmente destruído do ponto de vista ético. Isso não constrói, não interessa a ninguém. Temos de lutar exatamente pela melhoria do sistema educacional brasileiro, por mais recursos na área saúde. Diria que, por isso, estamos na bancada do milênio, uma bancada positiva. Para isso, Senador, é necessário que o Partido de V. Ex^a, o PT – sei que V. Ex^a tem posições de entendimento – não continue nessa caminhada de agressões apenas à Oposição, quando esta exerce democraticamente o seu direito de fazer a crítica. É evidente que um ou outro possa fazer a crítica de uma maneira mais forte, mais agressiva, mas é fundamental que se busque o entendimento, para que o Brasil tenha um benefício efetivo para a sua população.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Senador Eduardo Azeredo, estou de acordo. Só acrescentaria que é preciso que o nosso Governo seja mais modesto nos meios e mais ambicioso nos objetivos. Ao mesmo tempo em que o Governo se comporta arrogantemente nos meios, comporta-se de maneira absolutamente modesta ao achar que não pode mudar nada da realidade, quando foi para mudar, Presidente Mão Santa, que nós elegemos o Governo do Presidente Lula e do meu Partido.

Não estou fazendo crítica a partido ou Senador algum, especialmente; faço uma autocrítica e uma crítica ao meu Partido.

Ontem, uma jornalista me perguntou por que a Oposição e o Governo, especialmente PSDB, PT e PFL, estão brigando tanto? A minha resposta é de que se parecem tanto que brigam tanto. Quem se parece briga pelo superficial. Opostos brigam por princípios, por objetivos, e chegam a conclusões. Não ficam debatendo por muito tempo. Um dos dois vence. Hoje, estão tão parecidos o PT e o PSDB... Desculpe-me, Senador Eduardo Azeredo, mas não é uma crítica a V. Ex^a, mas uma realidade. Estão tão parecidos, com raras exceções, que ficamos brigando demais e nos damos ao luxo de brigar, porque isso não vai ter consequência alguma lá fora. Ficamos brigando, brigando, brigando, e o povo lá fora olhando, olhando e olhando, até que se revolte, se revolte e se revolte.

Não será a primeira vez que o povo vai para frente do Congresso – só que desta vez talvez se manifeste contra Governo, Congresso e Poder Judiciário, pela perda da credibilidade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda é tempo de o Presidente Lula fazer algumas mudanças. Convidar os ex-presidentes, de repente, para

conversar um dia e ouvir o que têm a dizer; fazer uma reforma ministerial, que está na hora de ser feita, mas sem avisar que vai fazer; pedir a renúncia de todos; começar um pacto novo para governar, mas com objetivos e princípios.

Não há problema em alianças. Aliás, só ditador não faz alianças. No entanto, não se justificam alianças sem propósitos. E, quem sabe, ter como propósito essa reformulação da nossa Constituição naquilo que for fundamental para colocar o povo dentro dela, para fazer com que esta República exista depois de mais de 100 anos, para que a escravidão de fato seja abolida depois de tanto tempo. Eu ainda acredito que isso seja possível.

Se V. Ex^a me perguntasse, Sr. Presidente, se eu acho que vai acontecer, eu diria até que não acredito; mas acredito que é possível. Depende do Governo, sobretudo do Presidente Lula, muito mais do que de nós – não tenho a menor dúvida. Depende mais do meu Partido do que dos demais partidos, porque temos mais responsabilidade, estamos no centro do poder e fomos eleitos para isso. V. Ex^{as} podem dar-se ao luxo de esperar, mas não temos esse direito. Depende também de nós.

Finalmente, além dessa idéia de um novo pacto constitucional, além da idéia de um pacto governamental e de uma conversa com personalidades que o Presidente Lula poderia ter, volto a insistir o que temos repetido: a hora de mostrarmos que existimos é no momento de elaborarmos o Orçamento da União.

Temo que os partidos que brigaram tanto pela CPMI esqueçam o Orçamento; que aqueles que brigaram tanto entre ter ou não ter CPMI, que brigaram a favor e contra – volto a insistir que defendo, como o Senador Paulo Paim e o Senador Eduardo Suplicy que deve haver essa CPMI – se igualem na hora de definir quem recebe os recursos públicos. E aí faltará dinheiro para a educação, para a saúde, para as crianças e para os velinhos deste País e para aumentar o salário mínimo, pelo qual tanto briga o Senador Paulo Paim, ficando o dinheiro para aqueles que nem precisam.

Hoje, o que mais temo do meu Governo, Senador Paulo Paim, é que daqui a um ou dois anos vejamos uma manchete no jornal dizendo que aumentou o índice de Gini, que mede a concentração de renda. Lamento dizer que, pelos indicadores, não é impossível que isso aconteça. O que mais temo é os que os indicadores sinalizam que aumentou a prostituição infantil e adolescente, e não é impossível que isso aconteça. E, se isso ocorrer, pergunto-me se alguns de nós vão querer ficar aqui dentro ou lá fora com o povo, manifestando a indignação.

Concedo o aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam Buarque, cumprimento V. Ex^a pelo amplo pronunciamento que faz. Embora não deixe de tocar no assunto CPMI, vai em frente e traz ao debate do Plenário o que podemos dizer ser um grande pronunciamento. V. Ex^a falou do desemprego, da educação, da distribuição de renda, dos direitos dos trabalhadores, dos aposentados. Isso é bom. O temor que nós – que sempre nos posicionamos a favor da CPMI – temos é de que o Plenário do Senado só fique discutindo CPMI para cá, CPMI para lá. Em São Paulo, estão engavetadas mais de 40 CPIs; em Minas ocorre a mesma coisa.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Esse debate permanente só do assunto CPMI, no meu entendimento, não leva a nada. Até para nossa posição, sendo bem claro, se há assinaturas, que se instale a CPMI, e vamos debatê-la na comissão responsável, sem prejuízo do grande debate no Plenário do Senado dos assuntos que interessam a toda a população. Cumprimento V. Ex^a por ter apresentado sua posição clara em relação à CPMI, trazendo ainda o grande debate que, no meu entendimento, interessa a toda a sociedade brasileira. Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, encerro, agradecendo ao Deputado Fernando Gabeira, que não está presente, porque, graças à frase de S. Ex^a – que ficará na antologia – em que diz que um ministro é mais personagem de história em quadrinhos do que da História do Brasil, descobri que também me sinto como um personagem de história em quadrinhos.

Senador Marco Maciel, sinto-me como personagem daqueles gibis que lia em Recife, quando era pequeno, mas ainda tenho esperança...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – ...de que vamos conseguir mudar isso porque não fui eleito apenas para isso. Acredito que fui eleito – e cada um de V. Ex^{as} – para muito mais do que estamos fazendo neste momento.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy, se é que ainda há tempo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Ainda restam 40 segundos.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, serei muito breve. Solidarizo-me com as ponderações de V. Ex^a, que já é um personagem da História do Distrito Federal, do Brasil, do Partido dos

Trabalhadores e tem contribuído – e vai fazê-lo ainda mais – para dignificar e honrar o nosso Partido e o Governo do Presidente Lula. A manifestação de V. Ex^a, hoje e nesses últimos dias, tem sido muito importante para a reflexão...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Suas reflexões têm contribuído para as reflexões de todos nós, seus companheiros de Partido e do Senado Federal.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V. Ex^a. Peço desculpas se falei fora da sintonia da agenda do Senado nos últimos dias.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Reginaldo Duarte, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima, do Estado de Sergipe, para uma comunicação inadiável. S. Ex^a, de acordo com o Regimento, terá direito a cinco minutos.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem. Pedi a palavra pela Liderança do PSDB. Assim o fiz na condição de Vice-Líder, único no plenário, diante da ausência do Líder, Senador Arthur Virgílio, que se encontra em viagem ao exterior, bem como diante da ausência de qualquer outro Vice-Líder.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a retrata, revive, o amor à lei e à justiça de Rui Barbosa. No entanto, para nós – que devemos nos orientar pelo registro de presença –, S. Ex^a está presente.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Quero deixar registrado o meu protesto. Parece-me que a função de Vice-Líder não tem nenhum efeito, nenhum valor.

No plenário, encontram-se os Senadores Eduardo Azeredo, do meu Partido, que não é Vice-Líder, e nenhum outro Parlamentar do PSDB. Sou Vice-Líder. Assumo a Liderança na ausência do Líder e dos demais Vice-Líderes. Se minha palavra, como Senador, valer alguma coisa, está empenhada. O Líder encontra-se viajando. Neste momento, nenhum Vice-Líder do meu Partido encontra-se em plenário. Quero requerer a V. Ex^a o uso da palavra pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Diz o art. 66, do Regimento Interno:

É da competência dos líderes das representações partidárias, além de outras atribuições regimentais, indicar os representantes das respectivas agremiações nas comissões.

Parágrafo único. Ausente ou impedido o líder, as suas atribuições serão exercidas pelo Vice-Líder.

Então, V. Ex^a tem direito ao uso da palavra.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, agradeço a V. Ex^a, agora já com um semblante diferente. V. Ex^a, sem dúvida alguma, é um grande maestro e tem condições, plenamente, de reger esta grande orquestra do Senado Federal. Agradeço pela benevolência e pela inteligência de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pensei que V. Ex^a ia me lançar para reger o Executivo do Brasil.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Com toda a certeza, preparado para isso, tenho plena convicção de que está.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, evidentemente, a pauta é a mesma. É a discussão que envolve todo o País. Não poderia ser outra.

No início desta minha fala, gostaria de fazer uma sugestão – se é que posso e posso até pensar que não – às Lideranças do Governo: parem de usar retrovisor, olhem para o presente e para frente. Retrovisor serve para olhar o passado. A discussão que a Nação deseja ouvir e da qual almeja participar não é a comparação de Governos, nem do ponto de vista dos feitos, nem da ética, por uma razão simples, Sr. Presidente: o Partido dos Trabalhadores, durante mais de 20 anos, afirmou, em alto e bom som, que tinha a solução para o Brasil, que iria salvar o Brasil, que tinha todos os encaminhamentos para dar aos brasileiros aquilo que afirmava que os brasileiros não tinham.

Ora, além dessa cantilena, desse festival de besteira, que está assolando o nosso País, usando a expressão sábia daquele que já se foi, Stanislaw Ponte Preta, agora personalidades da República começam a criar, a inventar e, como se diz lá no meu sertão, “a enxergar chifre em cabeça de cavalo”. É impossível. Só para quem não está no seu perfeito sentido. Minha gente, as instituições deste País encontram-se sólidas.

No Supremo Tribunal Federal existe normalidade, tranquilidade, está em pleno funcionamento. Não há ainda nem convulsão social, o povo não está nas ruas. Esteve no Equador, está na Bolívia, mas não está no Brasil. A imprensa está trabalhando livremente, os sindicatos funcionando, a Oposição – apesar dos entraves criados pelo Governo – está exercendo seu papel, estou na tribuna falando. Não há nenhuma crise institucional; há, sim, crise moral, crise ética. Não convulsão. Salvo duas exceções que ainda não representam convulsão, mas, pelo comportamento do Governo, que, parece-me, desejar, Senadora Heloísa Helena, poderá haver

no campo, com o MST, porque o Partido dos Trabalhadores não estabelece a reforma agrária, pelo menos no volume, na grandeza que outros Governos fizeram, embora seja o Partido dos Trabalhadores. Parece-me que o propósito é que o MST continue nessa marcha, exigindo, legitimamente, a reforma agrária.

Agora, os militares atingiram uma consciência democrática, respeitosa, mas esse Governo está levando-os à miséria. Suas famílias estão protestando. Penso que o Governo procura, de forma impensada e inseqüente, essa convulsão que não existe, é bem verdade.

Ora, não há neste País, sobretudo por parte da Oposição, nenhuma postura golpista e nem pré-golpista. Político sério, imprensa séria, igreja séria, sindicato sério e empresário sério não vêem esse tipo de besteira que o Governo está a apregoar; não vêem no País nenhum clima de golpe. É estranho que figuras como Aldo Rebelo, Valdir Pires, José Genoino e José Dirceu fiquem apregoando a existência de um falso clima golpista.

Aldo Rebelo chega a dizer que aqueles que atingiram Floriano Peixoto foram os mesmos que atingiram Getúlio Vargas, que golpearam – ou tentaram golpear – Juscelino Kubistchek, que golpearam Jânio Quadros e João Goulart. Não, Aldo Rebelo, V. Ex^a está completamente equivocado! Quem age agora somos os mesmos que agiram contra Collor. Quem agiu contra Collor está agindo, agora, contra o Governo Lula.

Senadora Heloísa Helena, pergunto para responder logo a seguir: quem era Roberto Jefferson no episódio Collor, senão um dos chefes das tropas de choque? Então, quem está agindo, agora, democraticamente, em plena luz do dia, não são os mesmos que atingiram Floriano, Getúlio, JK, Goulart, Jânio. Não! Somos os que atingiram Collor!

E o Presidente Lula ofereceu um cheque em branco a Roberto Jefferson e disse que assim o faria e que iria dormir tranquilo. Espero apenas que esse cheque não seja do Banco Central do Brasil, que não seja contra a conta do Tesouro Nacional.

Ora, o que, na verdade, existe é a deterioração ético-moral desse Governo. Quando um governo não se sustenta moralmente, deteriora-se. Então, o Governo Lula perde credibilidade. E aí é onde reside todo o perigo! O Governo Lula não pode continuar adotando essa postura ético-moral reprovável, pois se alia a ela a ampliação do desemprego e da angústia do nosso povo, tudo aquilo que disse o Senador Cristovam Buarque há poucos instantes: a população mal assistida nos hospitais deste País; a insegurança se ampliando; os professores mal remunerados; salários miseráveis,

com reajuste de 0,1%, e muitos outros fatos parecidos e espalhados por todo o País.

A população está se apercebendo de que aquilo que a Nação constrói não lhe é devolvido e de que, no banquete do poder, apenas uma meia dúzia está se refestelando. Enquanto o povo vive miseravelmente, a classe política não tem a coragem, a hombridade e a altivez de estancar a corrupção.

Sr Presidente, somados todos esses fatores, concordo: todo governo corre riscos. A história registra isso no Hemisfério Norte e no Hemisfério Sul, no Oriente e no Ocidente, em todos os lugares. Chega um momento em que o furo passa a não ser suficiente para o cidadão suspirar, respirar, suportar.

Então, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo está brincando como criança numa noite de São João, diante de um barril de pólvora aberto. E isso chama-se irresponsabilidade.

O povo brasileiro não deseja a instabilidade institucional. A Oposição deste País, madura, não deseja nenhuma instabilidade. Mas o que temos acompanhado é um Governo que não decide, que não governa; um Governo que não sabe conduzir a sua orquestra; um Governo sem começo, sem meio e sem fim. Essa é a verdade! E, ainda por cima, não tem a base necessária no Congresso Nacional para estabelecer a governabilidade, porque a maioria que eventualmente possui na Câmara dos Deputados não é uma maioria conquistada e construída na base de entendimentos voltados para a construção de projetos esperados e desejados pela população. É a maioria do “toma lá, dá cá”. É a maioria para a qual, neste momento, o Governo começa a liberar recursos – o que, pelo que li nos jornais de hoje, não fazia desde fevereiro – para conquistar um número suficiente de Parlamentares que possam retirar suas assinaturas no pedido da comissão parlamentar de inquérito. Mesmo assim, não possuindo essa maioria, não procura trabalhar a governabilidade. E essa é uma postura irresponsável e desequilibrada de um Governo que não deseja a governabilidade e a tranquilidade das instituições.

Nós temos visto quase que diariamente as provocações daqueles que sustentam o Governo aqui, nesta Casa, com posições e deliberações inseqüentes, até com ironias desqualificadas e desnecessárias, de baixo nível.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é como disse há pouco o Senador Cristovam Buarque: nós poderíamos, neste País, não estar aqui no Senado ou na Câmara Federal tratando de comissão parlamentar de inquérito para apurar a roubalheira do Governo. Poderíamos já, a esta altura da nossa História de 500 anos, estar aqui discutindo caminhos para ampliar o

nosso progresso, o nosso desenvolvimento. É verdade. Enquanto, Senador Cristovam Buarque, não chegarmos a esse momento – e estamos extremamente atrasados na História –, é preciso ter coragem e altivez para, por meio de comissão parlamentar de inquérito e de outros instrumentos legítimos, darmos um basta nesse mar de lama, avançando e consolidando as nossas instituições, aparelhando melhor o Estado, para que maurícios, waldomiros e tantos outros não queiram transformar o nosso País em uma republiqueta de quinta categoria, com servidores de 15º escalão, vinculados a partidos políticos, torpedeando a tranqüilidade da vida nacional, sem que o Partido que esteja no Governo tenha ou queira ter a autoridade para dar um basta nessa situação.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, concludo, dizendo que já é tarde, mas mesmo assim é preciso que todos, sem sofismas, sem comportamentos inseqüentes e contraditórios, assumamos uma posição patriótica, de relevo, com nobreza, com senso altivo, construtivo, para fazermos do nosso País, da nossa Nação um País respeitado internamente e no exterior.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Almeida Lima, permite-me um aparte?

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – É um breve aparte. Quero apenas comunicar e lamentar os métodos que o Governo está utilizando em relação à retirada de assinaturas da CPI. Sou comunicado agora pelo Líder do PSDB na Câmara, Deputado Alberto Goldman, que a Deputada Ana Alencar, do PSDB de Tocantins, acaba de comunicar a sua desfiliação do PSDB e a filiação ao PL, para poder retirar a sua assinatura da CPI. Esse é o método, Senadora Heloisa Helena, que está sendo usado. A Deputada é suplente e, como tal, está sendo constringida a retirar a assinatura. E o faz comunicando ao Partido a saída...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI.) – Vou conceder a V. Ex^a mais um minuto, lembrando que, em um minuto, Cristo fez o Pai-Nosso.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Concludo, quero lamentar que o Governo esteja utilizando esse método, justo um Governo que tanto criticava no passado o nosso Governo do PSDB, do PFL e das forças aliadas; justo um Governo que tanto dizia que era diferente. O PSDB insiste na CPI, insiste, sendo minoria – o PSDB e o PFL são minorias. A CPI está sendo instalada porque existem assinaturas de aliados do Governo no pedido dessa CPI. O Governo está uti-

lizando esse tipo de método como acaba de fazer em relação à Deputada.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Agradeço a V. Ex^a o aparte e também condeno a postura do Governo, assim como a postura da Deputada. Alguém pode até perguntar: “E se você estivesse na pele dela?”. Já estive. Como 1º Suplente de Deputado Estadual, preferi deixar a Assembléia Legislativa de Sergipe por uma questão de honra, para poder continuar ao lado de companheiros. Preferi perder ou deixar de exercer por praticamente três anos um mandato de Deputado Estadual.

Não se justifica, é condenável a postura da Deputada Federal e é condenável a postura do Governo. Aliás, como disse naquela época, posso dizer agora para a Deputada: Ela não nasceu Deputada. Ser Deputada é uma decorrência do exercício da sua atividade política. Eu não era Deputado Estadual, preferi perder o mandato de Deputado Estadual a não perder a minha dignidade. Hoje, sou Senador da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência queria afirmar que V. Ex^a não nasceu orador, mas tornou-se um dos mais brilhantes oradores.

Acho que Minas Gerais já fez uso da palavra.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Estou inscrito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra, V. Ex^a, que traduz a sensibilidade do povo mineiro. Lembro que está inscrito, logo em seguida, o Senador Marco Maciel.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei breve, até para ouvir o nosso Senador e ex-Vice-Presidente Marco Maciel.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago aqui a notícia e o meu aplauso a uma ação efetiva de um Governador do PSDB, o Governador do meu Estado, Aécio Neves, que ainda ontem anunciou em Belo Horizonte um conjunto de obras estruturais para a capital.

Vejam bem, a capital é dirigida por um Prefeito do PT e o Governador anunciou obras no montante de R\$270 milhões, recursos do Tesouro Estadual e da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais. São obras necessárias, que há muito tempo são prometidas e reclamadas pela população belo-horizontina, como a construção da Linha Verde, uma via expressa, ligando o centro de Belo Horizonte ao aeroporto Tancredo Neves, em Confins, fazendo com que tenhamos um acesso melhorado, um acesso realmente digno para o aeroporto que foi, recentemente, reinaugurado. O aeroporto de Confins estava ocioso e agora é utilizado novamente, um aeroporto que custou

mais de R\$500 milhões e não podia continuar ocioso como estava.

Mas faltava esta providência, faltava fazer o acesso adequado. O Governo Federal chegou a prometer dinheiro para essas obras. Infelizmente, ou como era de se esperar, o dinheiro não saiu. Então, o Governador Aécio Neves, com recursos próprios, está anunciando obras importantes – viadutos e duplicação de vias – para que possamos ter esse acesso, que não beneficia apenas o aeroporto, mas toda a região da Grande Belo Horizonte e várias cidades que fazem parte da região da capital mineira. Reitero que, enquanto isso, o Governo Federal, responsável pela construção do metrô de superfície de Belo Horizonte, repassa minguidos recursos da ordem de R\$10 milhões a R\$15 milhões por ano para a obra, cuja segunda fase ainda falta ser concluída.

Portanto, o Governador dá o exemplo de que busca o entendimento trabalhando, e não fazendo uma política menor, como, infelizmente, tem feito o Governo Federal.

Senador Mão Santa, trago essas informações para mostrar que existe uma disposição dos Governos do PSDB no sentido do entendimento. O PSDB não deseja uma crise institucional no País; o PSDB deseja que exemplos de sucesso, como o são os das administrações do Governador Aécio Neves, em Minas Gerais, que aqui relato, e o do Governador Geraldo Alckmin, em São Paulo – não é à toa que esses governos têm uma avaliação positiva – sejam seguidos. São exemplos de busca de administração eficiente, são exemplos de gestão, são exemplos de entendimento e de respeito à Oposição, são exemplos de trabalho conjunto, como esse, no caso da capital mineira, que, volto a dizer, é dirigida pelo Prefeito Fernando Pimentel, do PT. Assim, como bem disse o Senador Cristovam Buarque, a população poderá ser atendida. Esse é o objetivo principal de todos nós.

O PSDB insiste na CPI porque essa é uma questão nacional que precisa ser corretamente esclarecida. Mas não estamos, de maneira alguma, antecipando o processo eleitoral. Se assim fosse, estaríamos definindo o pré-candidato do PSDB. Ao contrário, temos a confirmação de um calendário e só definiremos o pré-candidato mais no fim deste ano.

Portanto, a ação do Governador no sentido de realizar obras de infra-estrutura, que, há muito tempo, não são feitas em nossa capital, são exemplos de eficiência administrativa e de busca do entendimento.

Aproveito este momento, Sr. Presidente, para fazer um reparo ao que foi dito ontem pelo Líder do Governo. Segundo S. Ex^a, em Minas Gerais, uma CPI foi encerrada pela retirada das assinaturas. É muito di-

ferente a situação. O que o Partido dos Trabalhadores está tentando fazer, em Minas, é uma CPI para apurar a aplicação ou não de 12% na Saúde. O Governador está aplicando mais do que 12%. Deviam questionar quando a Secretaria da Saúde que, no governo anterior, esteve entregue ao PT, seguramente gastou muito menos do que 12%! Agora, não. agora Estão gastando mais.

Essa, sim, é uma CPI política, apenas para se discutir se estão ou não gastando 12%. É uma questão contábil. Não exige CPI. Os deputados que retiraram suas assinaturas, dois ou três apenas, viram que não existia motivo nenhum. Foi uma CPI proposta para investigar o cumprimento ou não de um percentual.

Faço este esclarecimento para que não paire nenhuma dúvida em relação ao procedimento do PSDB no caso de Minas Gerais. Ao mesmo tempo, quero lembrar que o PT insiste em repetir outra afirmação, que foi feita pelo Líder – e eu o disse pessoalmente –, como se verdade fosse. Dizia-se aqui que o Presidente Fernando Henrique teria demonstrado preconceito ao criticar a “sertanização”. O Presidente Fernando Henrique não fez essa afirmação. Em nota oficial, eu já havia registrado que ele não usou esse termo, não fez essa afirmação. Estive em São Paulo, no encontro regional do PSDB, e lamento que essa questão seja aqui repetida. Disse-me o Líder que estava se baseando em uma coluna de jornal; coluna de jornal mal informada, coluna de jornal que não retrata a verdade.

Por isso, faço estes dois reparos, em relação a Minas e em relação ao Presidente Fernando Henrique.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero encerrar a minha manifestação, dizendo que temos que fazer como se está fazendo em Minas Gerais: vamos olhar para frente; vamos caminhar, buscando realizar obras de infra-estrutura de que o Brasil tanto precisa, cuidando das nossas estradas, melhorando a aplicação dos recursos na educação e na saúde, aplicando o dinheiro do Fust. Quatro bilhões estão parados e destinam-se à inclusão digital, e nada se faz!

Esse é o caminho. A CPI é importante sim, mas não é fundamental. O fundamental é que o Governo não fique paralisado ou semiparalisado.

Sr. Presidente, eu gostaria agora de ouvir as palavras do Senador Marco Maciel.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me, Senador Eduardo Azeredo?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sim, Senador Eduardo Suplicy. Com muito gosto, ouço V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – A voz de V. Ex^a, inclusive como Presidente do PSDB, tem sido de muita ponderação e equilíbrio. V. Ex^a aqui esclarece,

por exemplo, que o Presidente Fernando Henrique Cardoso não fez declarações sobre a “sertanização”. Mas, nesses dias, na minha avaliação, o Presidente Fernando Henrique Cardoso foi um pouco além da conta na hora de falar que o Governo poderia estar parecendo... Nem preciso repetir, pois V. Ex^a sabe. Quero dizer a V. Ex^a, como um companheiro que se tornou seu amigo – eu me considero seu amigo –...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Com muita honra.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ...que também seria bom ponderar ao Presidente Fernando Henrique Cardoso para que ele aja com moderação na maneira como se refere ao Presidente Lula, que ele considera como amigo. Isso também contribuirá inclusive para que haja, aqui no Congresso Nacional, o que V. Ex^a acaba de afirmar, com o que concordo. Havendo a CPMI, que ela seja feita não como uma questão principal, não como algo que paralise as atividades do Congresso Nacional. Se ela se realizar, vamos todos contribuir para que ela seja a mais isenta e equilibrada e que apure, de fato, tudo o que precisa ser verificado e apurado: os seus responsáveis e assim por diante. O Presidente Lula transmitiu, por meio do Senador Aloizio Mercadante, a todos nós, Senadores, o quanto ele quer colaborar para que haja a apuração completa dos episódios ocorridos, seja nos Correios ou onde for, porque ele não admite a corrupção e quer a apuração completa dos fatos. Temos certeza de que vamos contar com a sua cooperação, bem como com a minha, e espero que com a de todos os Parlamentares do Congresso Nacional.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Garanto a V. Ex^a que o Presidente Fernando Henrique em nenhum momento faltou ao respeito com o Presidente Lula. Ele tem pelo Presidente o respeito que o Presidente merece ter de todos nós, brasileiros.

Agradeço-lhe pelo aparte e reitero que o desejo do Partido é que a ética seja prevalecida, que não haja corrupção, que tudo seja esclarecido e que o Brasil possa continuar buscando a melhoria para a sua população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Marco Maciel.

Há aqui uma solicitação do Senador Pedro Simon que não podemos deixar de acatar. Tanto é verdade que o Presidente está com o seu último discurso, em que diz, sintetizando o drama do País: “Os bancos ganham uma enormidade, enquanto os cidadãos e as empresas pagam uma barbaridade”!

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo, em rápidas palavras, referir-me à recente instalação de Comissão, no Senado Federal, destinada a promover a reforma do Regimento Interno da instituição. A referida Comissão foi constituída tendo em vista proposta do Senador Tião Viana, que tem como objetivo – a meu ver extremamente meritório e oportuno – buscar simplificar e modernizar o desenvolvimento dos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Marco Maciel, eu pediria permissão para prorrogar a sessão por dez minutos, a fim de ouvirmos V. Ex^a. Comunico, também, a abertura, pelo Secretário Executivo, Dr. Raimundo Carreiro, do livro de inscrições para a próxima sessão de segunda-feira.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem, apenas para dizer que eu agradeceria muito se tivesse a oportunidade de falar ainda hoje, porque estou inscrito após o Senador Marco Maciel.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Entendo que, como Senador cristão, Marco Maciel vai dividir o pão, aliás, o tempo com V. Ex^a.

Senador Marco Maciel, V. Ex^a continua com a palavra.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, prosseguindo, eu diria que essa Comissão tem como Relator o Senador Tião Viana, como Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo e como membros os Senadores Augusto Botelho, Sérgio Zambiasi e Papaléo Paes.

Fui homenageado imerecidamente, não tenho dúvida, com a escolha para presidi-la, e devo, por esse motivo, vir à tribuna para falar dos objetivos da Comissão e da nossa disposição para fazer uma reforma que esteja em sintonia com os desejos da Casa de tornar os nossos trabalhos mais compatíveis com as necessidades e as demandas da sociedade brasileira.

Quando se fala em reforma política – que eu prefiro denominar de reforma institucional –, sempre se tem em mira, em primeiro lugar, a reforma do sistema eleitoral e do sistema partidário. É lógico que essas duas reformas, há tempos reclamadas, uma vez realizadas, muito contribuirão para obter-se a verdade eleitoral e melhorar o desempenho dos Partidos Políticos. No entanto, é evidente que as reformas institucionais não se circunscrevem ao campo do sistema político, ou seja, do subsistema eleitoral e do subsistema partidário. Elas buscam, também, alcançar outros itens importantes para que o País se modernize institucionalmente. Aí, não poderíamos deixar de incluir, além do sistema político a que já me referi, a necessidade

de melhorar o funcionamento do sistema do Governo, a forma de Estado, a Federação, e, finalmente, as instituições republicanas de um modo geral.

Ao falarmos de sistema de Governo, como presidencialista convicto, não posso deixar de frisar que, quando se realizou o último plebiscito, em abril de 1993, os presidencialistas advogavam uma série de reformas para melhorar o sistema de Governo, não somente buscando aperfeiçoar os três ramos de Poder – Executivo, Legislativo e Judiciário -, mas também removendo áreas de fricção existentes entre eles, que, por definição constitucional, são independentes mas devem ser harmônicos.

Isto posto, Sr. Presidente, eu gostaria de lembrar que, quando falamos na reforma do nosso Regimento, certamente estamos lembrando que ela cabe a cada um dos Poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, que, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 45, vai melhorar o seu funcionamento.

Como o Legislativo brasileiro é bicameral desde a sua primeira Constituição, de 1824, após a Independência – o Senado surgiu um pouco depois da que hoje denominamos Câmara dos Deputados -, sabemos que precisamos melhorar o funcionamento das duas Casas, sobretudo quando elas se reúnem, naqueles casos previstos pela Constituição, constituindo o que chamamos de Congresso Nacional.

Sr. Presidente, consideramos que essa reforma regimental tem um objetivo que não pode deixar de ser descurado, porque ela é a nossa lei interna e, certamente, vai ensejar que, na medida em que aperfeiçoamos o Regimento, a Casa melhore o seu desempenho.

A discussão da Comissão, e tenho a oportunidade de, agora, transmitir isso à Casa, é no sentido de que devemos fazer essa reforma não somente de maneira colegiada, mas também por etapas, isto é, progressivamente, por meio de diferentes resoluções que, paulatinamente, vão permitir que o Senado avance cada vez mais no aprimoramento do seu funcionamento.

Sr. Presidente, estamos esperando as contribuições dos Colegas e aquelas que, eventualmente, vierem a ser apresentadas pelos Líderes e Presidentes dos Partidos Políticos, porque, obviamente, poderão trazer achegas muito valiosas para que possamos cumprir bem a nossa tarefa.

Portanto, concluo, Sr. Presidente, agradecendo a oportunidade que me foi conferida e dizendo que, muito brevemente, vamos trazer a debate algumas medidas e propostas que concorrerão para que o Senado continue melhorando o seu desempenho, por intermédio, inclusive, de melhores mecanismos regimentais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedo a palavra, acima do Regimento, pois, de acordo com a Bíblia, “pedi e dar-se-vos-á, ao Senador cristão Pedro Simon, do PMDB.

O SR PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o

seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, passei o dia em silêncio, ouvindo, assistindo à televisão, recebendo e dando telefonemas. Não me lembro de um momento tão estranho como este que estamos vivendo agora: uma quarta-feira, véspera de um dia santo, colhem-se as assinaturas para se constituir uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o que é uma rotina; houve assinaturas bastantes; sobram Deputados e sobram Senadores; os fatos estão aí, reais, caiu na boca do mundo; pede-se para investigá-los. O que tem isso de mais? O que significa isso a mais na vida do Parlamento? Mais uma CPMI? E daí?! Se hoje, à meia-noite, for mantida a CPMI, vivemos um dia positivo; bom para nós e bom para o Governo. Mas, se o que se comenta acontecer e se se retirarem tantas assinaturas quantas forem necessárias para não se ter a CPMI, pobre do Congresso e pobre do Governo!

Se eu fosse de uma oposição, como aquela da antiga UDN, da calúnia, se eu quisesse desmoralizar, se eu buscasse o “quanto pior, melhor”, eu chuleava para não ter CPMI. Não tem CPMI. Caíram as assinaturas; derrubaram a CPMI. Se amanhã acontecer isso, o PT nunca mais será o mesmo! O Lula nunca mais será o mesmo! Porque aquilo que se diz, que se confia no Lula, que o Lula vai ter chance de mudar, de alterar, de se reencontrar com o seu caminho, com a sua biografia, com a sua história... O Lula ainda não cometeu nenhum pecado mortal. As pessoas que o cercam é que não lhe dão condições para avançar. Mas, se essas coisas ocorrerem – e com as notícias de que o Deputado que está lá com o Lula, na Coreia e na China, nos dizendo que o Lula mandou dizer que quem não retirar a assinatura da CPMI é inimigo, não tendo mais vantagem, não tendo mais verba, não tendo mais não sei o quê –, se isso acontecer, segunda-feira nós teremos outro Governo! E o Lula vai ver que aquilo que ele tinha de mais sagrado; aquilo que ele formou... E há os que formam o seu patrimônio cultural, como o Fernando Henrique, um grande intelectual; há os que formam o seu patrimônio financeiro, como Antonio Ermírio de Moraes, um bilionário, mas há os que formam o seu patrimônio ético, moral, cívico. O Lula é isso!

Lá de Pernambuco, depois de o pai ter abandonado a família, ele veio com a mãe e os nove irmãos. E, ali, jogado na floresta da miséria de São Paulo, conseguiu se manter, crescer, avançar, ser gente! Não

tirou o primário, mas mesmo assim se tornou um líder sindical, criou um partido de trabalhadores, o único no mundo. Perdeu três eleições, ganhou a quarta, porque foi crescendo, crescendo, crescendo em credibilidade, em seriedade, em honorabilidade, que ele tinha e que todos reconheciam na presença dele. Todos sabiam que o Lula não era doutor, que o Lula não era gênio, que o Lula não era economista, que o Lula não era dessas pessoas sem cultura, mas de repente avançou, desenvolveu-se numa intelectualidade! Todos sabiam que o Lula era o homem sério, o homem correto! O homem que, como ele dizia, havia sentido no corpo e na alma o peso da miséria, da fome e da injustiça, que tinha caminhado pelo Brasil e trazia com ele o choro e as misérias dos brasileiros que ele tinha encontrado. Conforme ele dizia: “Se querem reforma agrária, votem no Lula! Se querem distribuição da riqueza, votem no Lula! Se querem um Brasil diferente, votem no Lula! Isso era ouvido e todo mundo aceitou. Isso chegou à classe média e até à elite. Cansados daquele Governo do Fernando Henrique, que não criava CPI; cansados daquele Governo do Fernando Henrique, que privatizou – e o dinheiro das privatizações não se sabe até hoje onde foi parar –; cansados daquele Governo, que é igualzinho ao Governo que o Lula está fazendo, votaram nele.

E o Lula ganhou, e a maior expectativa da vida brasileira foi a vitória do Lula. Ele tinha a Nação a seus pés. O Lula não tinha compromisso algum com os militares; o Lula não tinha compromisso algum com as classes empresariais; não tinha compromisso algum com os banqueiros nem com as empreiteiras; não tinha compromisso algum com o seu Partido, a não ser o compromisso moral e ético de fazer um governo.

Tive a oportunidade de falar com o Lula. Jantando na minha casa, eu disse a ele: “Tu, Lula, és a grande esperança do Brasil! Tu tens compromisso com a tua consciência e com o teu País! Faça um grande governo, Lula! Escolha os melhores, os mais capazes, os mais competentes!”

E aí está: o Lula, cá entre nós, não poderia ter nomeado o Ministro da Previdência que aí está, porque o que se está dizendo agora a respeito de S. Ex^a todo mundo já sabia. Não dá para dizer que nomeou porque não sabia, que ficou sabendo depois. Não é verdade. Não há uma palavra nova, não há uma vírgula, não há uma denúncia nova contra o Ministro da Previdência. Todo mundo já sabia, e ele o nomeou. E depois, disse: “Manchetes de jornais! Eu não vou demitir por causa de manchetes de jornais!” Aí o Procurador denunciou; dando 15 dias para o Ministro se defender. S. Ex^a se defendeu e o Procurador, de posse da defesa, apresentou a denúncia. O Ministro do Supremo Tribunal

Federal aceitou a denúncia e o Ministro está sendo processado. Quando é que o Lula vai demiti-lo? Agora que ele tem denúncia aceita no Supremo ou quando for condenado no Supremo? Quando for condenado no Supremo, o Lula não o demitirá mais, porque quem vai demiti-lo será o Supremo. Ele será demitido pelo Supremo Tribunal Federal!

Meus irmãos, o pior que pode acontecer para o Brasil, o pior que pode acontecer para o Governo Lula, o pior que pode acontecer para o PT, o pior que pode acontecer para as nossas esperanças é derrubarem a CPMI. Se derrubarem a CPMI, desmoralizam o Congresso. O povo vai olhar para nós – e não adianta dizer que assinou, que não assinou; que retirou ou não retirou –, para o conjunto, para o contexto e dirá: “E esse Congresso aí! O Lula tinha razão mesmo! São trezentos e não sei quantos canastrões que lá estão!” Vai ser uma humilhação para o Congresso, ridícula e grosseira.

Quando foi o Fernando Henrique, comprando votos para a renovação do seu mandato, a reeleição, quando deu dinheiro e tudo o mais, o PT e nós berramos, discutimos e protestamos, estávamos numa posição, à época, em defesa da ética e da moral. Agora, vejo o Líder do PT e o Líder do Governo lá na Câmara defendendo a não realização da CPMI, usando os argumentos de Fernando Henrique, usando os argumentos do PSDB da época!

Se sair a CPI, pode acontecer como na do Bannestado, dar a liderança a um membro do PT e a Presidência a um do PSDB. Eles brigaram o tempo todo e não concluíram nada. Foi um escândalo. Vieram provas das mais importantes dos Estados Unidos. Nunca na história das CPIs conseguimos que viessem da Justiça americana provas das contas CC-5, das que foram enviadas, das “contas fantasmas” que estão aí nos cofres do Senado Federal. E as brigas entre Presidente e Relator não deixaram que se abrissem para se tomar conhecimento.

Por isso, digo eu, criada a CPI, não significa que ela terá um grande futuro. Não sei o que vai ser. Agora, se não deixarem criar a CPI, eu já sei que o PT será culpado, o Lula será culpado e o Governo será culpado, porque não querem colocar os corruptos no lugar que eles merecem.

Como eu gostaria que junto com o meu pensamento eu pudesse me transferir e estar com o Lula na Ásia, na China, em meio àquela filosofia, àquele conhecimento e àquela cultura milenar, para que alguém desse ao Lula o conselho de que ele precisa. É uma pena que ele esteja tão longe, que as pessoas que estão com ele, pelo que sentimos, estejam numa

posição tão triste e que ele não se dê conta do que acontecerá ao seu Governo.

Sou do PMDB, do velho MDB, e houve um momento em que o Brasil todo era MDB. Quando o MDB fez a campanha das “Diretas Já”, quando derrotou a ditadura, quando conseguimos a anistia, naquele apogeu, era todo mundo MDB. Elegemos todos os governadores, à exceção de um. Fizemos dois terços na Constituinte, na Câmara dos Deputados e aqui, e aí? E aí o MDB começou a jogar fora o seu patrimônio. Começou a jogar fora, começou a desqualificar sua direção, ao arquivarem o Dr. Ulysses da Presidência, começaram a negociar cargos com o Sarney, brigando por cargos aqui e cargos acolá. Eu dizia que estávamos perdendo o nosso patrimônio e que não tínhamos como recuperá-lo. E não o recuperamos. O MDB tem história, tem respeitabilidade popular e, agora, tem condições de vir porque o PT está saindo.

Na última eleição, eu e o Senador Eduardo Sulyciz fizemos uma palestra na PUC, onde 95% dos alunos tinham roupa do PT, bandeira do PT, distintivo do PT e, quando eu entrava eles diziam: “Senador, nós gostamos muito do senhor, mas não fale mal do nosso candidato”. Hoje, quando se entra numa faculdade, se se encontrar um distintivo do PT, ele só estará do lado de dentro do paletó. A pessoa mostra que é do PT de forma escondida; abertamente não mostra. Essa gente foi a primeira que aderiu, que veio, que abraçou, que se agarrou à causa da bandeira do PT e do Lula e estão angustiados.

Quando vou a uma palestra com eles, fico com pena, não sei o que dizer. Estamos sem o direito de ter esperança. O que vamos dizer? Primeiro, vieram os militares. Uma ditadura militar de 20 anos, que podia, pelo menos, como Pinochet, ter feito alguma coisinha boa na economia, mas não fez nada; que podia ter feito algo normal pela moralização da administração pública, mas a desmoralizou. Aí vem o Sarney, coitadinho, sem estar preparado. Aí vem o intelectual Fernando Henrique Cardoso com a social democracia. Foi um fiasco! Aí, sim, aí o Brasil disse: “Dessa vez, chegou a nossa vez com o Lula”. Agora é a nossa vez; repito porque é importante repetir. Lula se elegeu sem ter um compromisso com militar, com a classe empresarial, com a classe financeira, com absolutamente nada. Lula ganhou e está aí.

Meu Deus do céu, fui Governador do Rio Grande. Em meu Governo, reuni o secretariado e disse, na primeira reunião: “No meu Governo não há parentes”. Assumi o Governo do Rio Grande do Sul, que tinha 20 anos de Arena. Fui Líder, durante 20 anos, contra a Arena. Cheguei ao Governo e tive que tomar algumas decisões.

Veio o chefe da Casa Militar trazendo alguns nomes. Olho e digo: e este aqui? Era um nome igual ao dele. Disse-me: “É meu filho. Mas na Brigada é diferente. Há uma escala de promoções. É a vez dele. Não posso prejudicar meu filho”. “Por amor de Deus, o senhor não vai prejudicar o seu filho. O seu filho fica, o senhor sai”. Foi a única vez. Não houve mais nenhuma. No meu Governo, não houve mais ninguém, depois que tomaram conhecimento desse fato, que quisesse repetir. A notícia saiu no jornal. Era um compadre meu, um amigo. Analisei, verifiquei, culpa ele não tinha. Mas eu não podia provar, nem ele poderia. Na dúvida, demiti. No meu Governo, na dúvida, eu demiti. Várias vezes devo ter cometido injustiças, mas demiti.

Um governo não pode agir assim. Se o Presidente Lula fosse fazer um Governo do PT como imaginamos, demitiria meia dúzia e mudaria o seu Governo. O resto se acomodaria. Seu Governo iria mudar porque o resto se acomodaria. Mas dizem que Lula não demite, não manda, é o Chefe da Casa Civil, é não-sei-quê. E aí fazem o que querem. É como eu digo: por amor de Deus, reconduzam o Procurador-Geral da República! Muita coisa não está acontecendo neste País por causa do Procurador-Geral da República, porque todo mundo sabe que esse não é engavetador. Esse, quando tem de denunciar, denuncia; quando não tem, não denuncia!

Se ele fosse homem que quisesse aparecer, um exibido, quando o PFL e o PSDB entraram com a representação, pedindo para enquadrar o Presidente da República... Cá entre nós, o Presidente foi infeliz no seu pronunciamento, fez um discurso no Palácio do Planalto, na frente de uma multidão de lideranças empresariais. Disse: “Eu estava lá, veio o presidente do banco e me disse que tinha havido muita corrupção nas privatizações e que o dinheiro do banco tinha sido envolvido. Aí, eu perguntei para ele” (isso é o Lula falando para o povo): “Você já falou com alguém?” “Não, não falei com ninguém, estou falando com o senhor em primeiro lugar”. “Então, não fale mais. Nesse assunto, não vamos tocar”. O PFL e o PSDB entraram com uma representação.

O Nixon renunciou à Presidência da República, porque ia ser cassado. Por que o Nixon ia ser cassado? Porque, no inquérito sobre a escuta na sede do Partido Democrata, quando foram entrevistá-lo, ele disse que nunca soube de nada, que não tomou conhecimento. Quando o Senado investigou, descobriram que ele sabia de tudo. Quando tomaram conhecimento de que ele sabia, ou ele renunciava ou ele era cassado. Ele renunciou.

Essa declaração do Presidente Lula foi muito grave. Mas o Procurador teve a sensibilidade – dou

nota dez para S. Ex^a – de dizer que não passava pela cabeça do Presidente Lula mandar engavetar a questão; que não era intenção de Lula evitar o combate à corrupção; que ele apenas disse: “Não fale, que não é hora de falar. Vamos conversar adiante!” E foi infeliz na hora de expor. O Procurador mandou arquivar. Mas, quanto ao do Ministro da Previdência, mandou a primeira, a segunda e a terceira; quanto ao do Presidente do Banco Central, mandou a primeira e a segunda, e está sendo denunciado agora.

Quanta gente não age direito, porque tem medo do Procurador-Geral da República! Pôr um novo Brindeiro lá?! Hoje se arquiva uma CPI. No fim do mês, volta um Brindeiro da Silva no lugar do Procurador. Não sei em que isso vai dar.

Não entendo como o Presidente da República não telefona para o Procurador e diz: “Você vai ficar!” “Mas eu disse que ia ficar só por dois anos”. O Presidente deveria dizer-lhe: “Você é franciscano? A hora é de luta. Você não pode deixar-me sozinho agora. Você tem de ficar onde está! Eu determino que fique, e você tem de ficar!” Duvido que o Procurador não fique. Dessa turma aí, sei lá quem vai entrar!

E há gente festejando que retiraram as assinaturas. Será que o PSDB e o PFL vão chorar muito, não havendo as assinaturas? Será que a Senadora Heloísa Helena vai chorar muito, porque não há as assinaturas, não há mais CPI? Não, fizeram a sua parte. E vamos ter três meses de sofrimento, de luta, de batalha – e ninguém gosta disso –, que é uma CPI.

Mas o Governo, na segunda-feira, é outro. Não sei o que Fernando Henrique vai falar; na verdade, ele não tem autoridade para falar coisa alguma, porque também é um arquivador de CPI. Mas muita coisa vai ser dita.

Eu até proponho, Sr. Presidente, fazermos uma resistência física: ficarmos aqui até à meia-noite. Sei que a Taquigrafia já está me olhando; se pudesse, já estaria me comendo pelos olhos. Estou até estou fazendo sinal para isolar.

Não sei se, a esta altura, aquilo que se chama vigília cívica não seria um gesto vazio. Mas pode ser que, daqui a pouco, fiquemos sabendo de uma corrida atrás de A, B ou C, e, talvez, o fato de o Congresso estar reunido possa impedir que isso aconteça. Essa é uma proposta. É viável? Não sei. Mas é uma idéia.

Saio, Sr. Presidente, da tribuna. Foi um dia muito triste. Foi um dia muito triste. Olho para o meu amigo Suplicy, que é uma dessas bandeiras que vêm de tão longe. O Senador Eduardo Suplicy, desde o início, vem lutando, lutando, lutando... E, agora, vem o PT e diz que Suplicy não pode assinar. Como o Partido faz uma coisa dessa? Nem sei o que o PMDB pensa ou deixa

de pensar, mas eu mereço respeito! A individualidade das pessoas merece respeito.

Talvez, Lula faça lá na China o que fiz, quando jovem, ao visitar aquele país. Era uma reunião de jovens estudantes do mundo inteiro. No final de vários dias percorrendo a China, quando chegamos à reunião de encerramento – havia os dirigentes cubanos –, indagaram se queríamos fazer alguma pergunta. Fiz a minha pergunta: “Por que há tanta gente de 70 anos nos cargos de comando?” E me responderam: “Porque os de 80 anos já morreram”.

Que Lula aprenda com a filosofia chinesa! Que aprenda, na China, a possibilidade e a grandeza de viver! Há um pensamento chinês, que nunca esqueci e que diz assim: “O homem vive. Vivendo, o homem sofre. Sofrer faz o homem pensar; pensar torna o homem sábio; ser sábio ajuda o homem a viver”. Quem sabe, no meio daquela cultura extraordinária, Lula tenha tempo para pegar o telefone e dizer: “Deixem a CPI ir adiante! Vamos levá-la adiante! Quando chegar ao Brasil, chamarei os Líderes de todos os Partidos...”

Lula está falando, hoje, no jornal: “Vou convidar a cidadania, para defender-se contra a corrupção”. Ótimo! Convoque a cidadania! Eu sou um dos que estarão na fila dos que defendem a cidadania contra a corrupção. Convoque-nos a todos! E faça um pacto de honra de transformarmos a CPI em um tribunal, como ocorreu no *impeachment* e com os Anões do Orçamento. Nós, Senadores, vamos agir como juízes, com a imparcialidade de julgar o que deve ser julgado.

Juro, meu Deus, que rezo pelo meu amigo Lula, que vive hoje o momento mais importante da sua carreira política. Ele já perdeu eleição; perdeu uma, duas, três. E já ganhou. Agora, a moral, a ética e a dignidade, nunca ninguém as tirou dele, e podem tirá-las, hoje, à meia-noite. Que Deus o abençoe, meu amigo Lula, e que você tenha tempo para pensar!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concedo um aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Em primeiro lugar, quero dizer a V. Ex^a que é muito positiva a sugestão de que permaneçamos em sessão até à meia-noite, porque se trata de um dia de grande relevância para a decisão importante que o Congresso Nacional está tomando. Em segundo lugar, mais uma vez, gostaria de dizer que considero muito significativo que a voz, as palavras e o pensamento de V. Ex^a cheguem ao Presidente Lula, mesmo que Sua Excelência esteja, na Coréia, tomando uma decisão, a exemplo do que ocorreu no Haiti, sobre a possibilidade de a Seleção Brasileira realizar um jogo de futebol, desta vez, com a

seleção mista de ambas as Coréias. Essa proposição foi formulada, ao dialogar com o Embaixador da Coréia e com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Reunificação do Parlamento Coreano, quando estiveram aqui, na semana passada. Haveria um jogo em Seul e outro na capital da Coréia do Norte, para, assim, promover a confraternização entre coreanos do norte e do sul. Isso seria muito importante para a paz, mas, em especial, para refletir sobre a nossa história, a história que V. Ex^a acaba de recordar do seu próprio Partido – o MDB, ao qual eu pertenci, e o PMDB até hoje. Houve muitos que alertaram, conforme V. Ex^a, que poderiam o MDB e o PMDB perderem força se não estivessem muito firmes naquilo que inclusive congregou tantos de nós na luta pela democratização do País. É muito importante o que V. Ex^a nos diz a respeito de quão seria coerente para nós, do Partido dos Trabalhadores, assinarmos o requerimento dessa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Aceito a sugestão e pondero ao Presidente Augusto Botelho, que preside a sessão, que acredito seja positiva. Avalio que haverá um número de Senadores suficiente e necessário para mantermos a nossa sessão até a meia-noite. E digo mais, Senador Pedro Simon, aos Líderes do PT, o meu Líder Delcídio Amaral e o Líder do Governo, Aloizio Mercadante, que continuo refletindo sobre tudo o que aconteceu hoje na reunião da nossa Bancada. Daqui a instantes, quando eu estiver com o direito de falar da tribuna, lerei a carta que enviei, ontem à noite, ao Presidente. Estou prestes a tomar uma decisão relativa à questão da assinatura do requerimento da CPI, e o farei da tribuna do Senado. Estou recebendo muitas mensagens, uma após a outra. O diálogo com o povo brasileiro, o diálogo que encetei nos últimos dias, continua vivo. Portanto, a proposição de V. Ex^a é muito importante. Precisamos, como Congresso Nacional, como Senado Federal, no dia de hoje, estar abertos ao sentimento do povo, perceber como o povo está reagindo a nós; precisamos ser o verdadeiro pulmão que é o Congresso Nacional, quando o povo percebe e precisa que estejamos aqui refletindo e dizendo as coisas, tais como as que V. Ex^a há pouco disse. Congratulo-me com V. Ex^a e registro que as palavras de V. Ex^a estão tocando fundo o coração e a mente das pessoas, inclusive daqueles do PT que aqui se encontram, como os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e eu, que estamos refletindo, pensando e tomando decisões. Cumprimento-o, portanto, por suas ponderações, que são de grande relevância para o momento que vivemos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a. E quero lhe dizer, Senador, que, nesses longos anos que o conheço, V. Ex^a é um homem de uma linha

reta, da dignidade, da correção, da seriedade. V. Ex^a é um homem de princípios. Por exemplo, V. Ex^a defende o direito democrático de se expressar.

Houve um momento em que o Lula tinha de ser candidato, e V. Ex^a se apresentar para uma opção era um escândalo. V. Ex^a pegou a antipatia de muitos, mas manteve a sua palavra. V. Ex^a esteve sozinho aqui. O PT era V. Ex^a. E, muitas vezes, oitenta Senadores caminharam atrás de V. Ex^a, e para caminhos que não imaginávamos que iriam, e em uma época difícil. Não era a época da democracia. V. Ex^a possui autoridade e condições. Não há ninguém que possa existir e que possa não respeitar quem é V. Ex^a, que o Brasil inteiro conhece.

Ouço-o com o maior prazer, companheiro Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – Senador Pedro Simon, em primeiro lugar, quero dizer que, hoje à noite, quando o Senador Suplicy falar da tribuna do Congresso, ele o fará também em meu nome. Segundo, quero dizer que, de tudo, o que mais me preocupa hoje é que um discurso como o seu é visto por grande parte das pessoas que compõem o Governo como se V. Ex^a estivesse contra o Lula e contra o Governo. Isso, a meu ver, é um equívoco total de entendimento das coisas. O discurso de V. Ex^a é o de quem quer que o Governo Lula dê certo. O seu discurso é o de quem deseja, apesar de ser do PMDB, que o PT dê certo. Agora, alguns acham que ser a favor de uma causa é compactuar com tudo, é ficar em silêncio, é ficar omisso, é bajular até. O que V. Ex^a está fazendo é um discurso forte, comprometido com seus princípios, mas, sobretudo, entendo que é um discurso que o Presidente Lula deveria ouvir, e sobre ele refletir, como se fosse de um aliado, como talvez ele não tenha muitos, até mesmo dentro do nosso Partido. O senhor é um aliado das mesmas causas do Presidente Lula, e eu gostaria muito que ele tivesse tempo de escutar, refletir e entender aquilo que V. Ex^a disse aqui esta noite.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a, que vem defendendo uma linha que admiro muito; os pronunciamentos de V. Ex^a são de alguém que é PT, que tem uma vida de cultura, de capacidade, que tem milhares de horas de leitura, de competência e de capacidade, e que fez uma opção pelo PT, que era aquele PT que ganhou as eleições. V. Ex^a se jogou, de corpo e alma – seu nome, sua biografia, sua história – naquilo que para V. Ex^a era o garantido, era o certo. No momento em que isso não está acontecendo, V. Ex^a, ainda mais da maneira elegante como o faz, vai, orienta, aconselha o Governo, mostrando que esse outro é o caminho. Pelo amor de Deus! V. Ex^a está fazendo da forma mais carinhosa, mais construti-

va e mais serena. No entanto, ou V. Ex^a tem o silêncio – não lhe respondem –, ou tem um certo desdém – “é um intelectual, não está entendendo as coisas”. V. Ex^a pode ficar convicto de que ficará com a sua atuação e com o seu trabalho marcados. V. Ex^a está fazendo a coisa certa, na hora certa.

Pois não, Senador Antero.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senador Simon, primeiro, gostaria de cumprimentá-lo. Já assinei a manifestação que V. Ex^a fez oralmente na tribuna do Senado. Reputo, da mesma forma que V. Ex^a, a reindicação de Claudio Fonteles um bem para o Brasil e principalmente para este Governo. Entretanto, reporto-me a alguns detalhes da fala de V. Ex^a: a nomeação do Ministro da Previdência. Depois de tudo o que aconteceu, o próprio Presidente da República disse, naquela famosa entrevista coletiva – uma entrevista que permitia tréplica, uma entrevista moderníssima...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não são notícias de jornal que...

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – ...o Presidente disse que sabia de tudo aquilo antes de nomeá-lo. Disse que, antes de ser nomeado, o Ministro não faltou com a ética, pois lhe contou tudo. S. Ex^a sabia de tudo, e disse isso. Sabia de tudo e, ainda assim, nomeou-o. Pelo menos, deveria ter evitado essas situações. Aliás, quem nomeia o que foi presidente do INSS também tem coragem. Nós, mato-grossenses, quando alguém é muito corajoso, falamos assim: “tem coragem para mamar em onça virgem no Pantanal”. Onça virgem ainda não pariu, e mamar em onça virgem é difícil. Essas coisas acontecem. Por quê? Porque não se faz um governo assim: esse cidadão é competente? É ético? Atende aos anseios da Nação? Atende aos compromissos da campanha? Atende aos compromissos do Governo? Então, vai ser nomeado. Não é assim. *Broadcast* de agora: o Líder do Governo, esperançoso, está convocando a Bancada de Deputados do PT para uma reunião para retirada de assinaturas e está cobrando do PMDB...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A que horas?

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Às 18 horas e 06 minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não, a que horas será a reunião da Bancada?

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Está acontecendo agora a reunião da Bancada do PT. Estão reunidos, agora, para retirar assinaturas, e a Direção Nacional vai cobrar. Estão cobrando também do PMDB, que contribuiu com 37 assinaturas. Estão cobrando, mas estão encontrando uma certa dificuldade.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Se o PMDB não retirar assinaturas, eles vão demitir o Ministro da Previdência.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Pois é, além disso, há a requalificação da base. É a essa requalificação que o Genoíno se refere. Quem retirar a assinatura estará requalificado, passou no teste do Genoíno. Quem não retirar, não estará requalificado. V. Ex^a toca numa questão fundamental quando reverencia – eu também reverencio – o comportamento e a postura ética do Senador Eduardo Suplicy. Tenho uma pequenina divergência com relação a isso. Precisamos fazer a reforma política no Brasil, para que a fidelidade partidária seja fidelidade ao partido e não à cúpula dirigente do partido. Faz-se necessário um debate acadêmico para saber o que é partido e o que é governo; o que é partido no governo; o que é ser fiel ao programa do partido e o que é ser fiel ao que determina quem está no poder. Todos os partidos que chegaram ao poder se transformaram em partido de holerite. Nós acreditávamos que seria diferente com o PT. Senador Pedro Simon, sinceramente, sabe o que o Lula está fazendo? Está fazendo com que o medo derrote a esperança, embora tenha feito sua campanha eleitoral dizendo que a esperança iria derrotar o medo. Não tenho dúvida alguma de que, com esse comportamento, fará com que o medo de uma apuração de uma CPI dos Correios derrote a esperança. E só há um caminho: refundar o Governo: fazer com que todas as pessoas peçam demissão, porque não tem coragem de demitir ninguém – até o Waldomiro pediu demissão – e, depois, inaugurar um novo Governo. E não dá para ninguém da base do Governo ser cobrado quando assume uma postura ética. A nossa credibilidade já está no chão. Temos 87% de rejeição junto à opinião pública, e a retirada de assinaturas vai nos levar a 100%, Senador Pedro Simon. Cumprimento V. Ex^a por sua longa vida pública. Parece-me que é de Santo Agostinho a frase: “As palavras convencem, e os exemplos arrastam”. V. Ex^a, com sua vida pública, é um exemplo para quem quer e para quem insiste em tentar fazer política com ética neste País.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço muito a V. Ex^a pelo aparte.

Sr. Presidente, como o Presidente Eduardo Suplicy está esperando para ocupar a tribuna, encerro dizendo que, se depender de nós, ficamos aqui, ainda mais porque se tem conhecimento de que a Bancada do PT está reunida e que está pedindo para que a Bancada do PMDB também se reúna. Acho que quem puder permanecer no Senado fará muito bem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, ao Senador Antero Paes de Barros.

Prorrogo a sessão para se pronunciarem os Senadores Eduardo Suplicy e Antero Paes de Barros. S. Ex^{as} disporão de 10 minutos cada um.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro, farei uma referência muito positiva ao que considero um dos aspectos importantes do Governo do Presidente Lula: o Programa Bolsa-Família.

Eu, o Senador Pedro Simon e a Senadora Serys Slhessarenko presenciamos ontem a assinatura do convênio entre o Banco Mundial e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Ministro Patrus Ananias. Firmaram o acordo. O empréstimo, autorizado pelo Senado Federal, no valor US\$572,2 milhões será para fortalecer a execução do Bolsa-Família, que vai contribuir para a expansão do número de beneficiários, ocorrendo paralelamente à qualificação do programa, com a cooperação entre União, Estados e Municípios.

É um acordo para garantir o acesso da população a serviços de saúde e educação, além de incluir famílias em ações de geração de trabalho e renda, como forma de romper o ciclo da pobreza no País. Do total do empréstimo, US\$551,5 milhões serão destinados ao reembolso dos recursos remetidos ao Bolsa-Família; US\$15 milhões ao aprimoramento técnico do programa e US\$5,7 milhões referentes à taxa de empréstimo. O empréstimo foi aprovado pelo Senado Federal em 19 de abril.

Estava também presente o Ministro interino da Fazenda, Murilo Portugal, uma vez que o Ministro Antonio Palocci encontra-se na Coreia com o Presidente Lula.

Esse empréstimo vai contribuir para o processo de expansão do Programa Bolsa-Família, já presente em 5.620 Municípios e também no Distrito Federal. Só faltam cinco Municípios. Segundo Patrus Ananias, estamos cumprindo as metas, garantido o direito básico da população pobre à alimentação, educação e saúde, aperfeiçoando os mecanismos de controle do cadastramento e das condicionalidades exigidas pelo programa.

Quero saudar o Programa Bolsa-Família, que atingiu – depois de ter iniciado com cerca de 2,3 milhões de famílias, em outubro de 2003; passando para 3,5 milhões

de famílias, em dezembro de 2003; 6,5 milhões de famílias, em dezembro de 2004 –, em 25 de maio de 2005, 7,033 milhões que estão sendo beneficiadas.

Trata-se de um benefício ainda modesto que varia de R\$15, R\$30, R\$ 45 até R\$95 por família, sendo que as famílias com renda familiar **per capita** até R\$50 por mês têm direito de R\$50 a R\$95, e aquelas com renda familiar **per capita** de R\$50,00 até R\$100 por mês têm direito a R\$15, R\$30 ou R\$45.

Portanto, com 5.560 municípios beneficiados, isso atinge quase 100% dos 5.565 municípios existentes.

A distribuição física por região dos benefícios é a seguinte: no Nordeste, 50,32%; no Sudeste, 26,53%; no Sul, 10,62%; no Norte, 8%; no Centro-Oeste, 4,52%. E a distribuição por valor do benefício é a seguinte: ganham R\$95, 22,20% das famílias; R\$80, 23,3% das famílias; R\$65, 21,68% das famílias; R\$50, 10,43% das famílias; R\$45, 4,13%; R\$30, 8,33%; e R\$15, 10,93%.

Trata-se de um passo muito importante, um desdobramento do Programa Bolsa-Escola, do Programa Bolsa-Alimentação, do Auxílio-Gás e, ainda, do próprio Cartão-Alimentação. Podemos considerar o Bolsa-Família como um passo na direção da renda básica de cidadania, que, segundo a lei aprovada no ano passado, constitui algo que será iniciado pelas pessoas mais necessitadas até que todos, no Brasil, a despeito de sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo socioeconômica, venham a ter o direito de participar da riqueza desta Nação, mediante uma renda básica de cidadania.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, saudei há pouco a sugestão do Senador Pedro Simon de permanecermos aqui, em plantão, até a meia-noite de hoje para a decisão que está sendo tomada pelo Congresso Nacional.

Mas quero, aqui, transmitir aos meus 13 colegas Senadores, e aos meus 81 Senadores, que, ao longo do dia de hoje, tive momentos de reflexão intensa e que estou agora prestes a tomar uma decisão importante.

Gostaria, em primeiro lugar, de transmitir a todo o povo brasileiro de como é que está se dando esse processo de tomada de decisão. Ainda ontem à noite mandei para o assessor pessoal do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Gilberto Carvalho, uma mensagem que pedi a ele pudesse ser transmitida ao Presidente Lula lá na Coréia. Gilberto Carvalho, um amigo que respeito muito, uma pessoa de excepcionais qualidades, respondeu-me, logo depois de eu ter enviado a carta, às 21h14min: “Meu caro Senador, enviei imediatamente para Coréia sua mensagem que será entregue ao Presidente. Forte abraço, Gilberto”.

Na verdade essa foi a segunda mensagem de minha autoria que Gilberto Carvalho enviou ao Presidente.

A outra refere-se, justamente, à carta que o embaixador da Coréia e o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Reunificação da Coréia haviam me enviado, porque eu sugeri ao Presidente Luiz Inácio Lula que propusesse aos coreanos – e o embaixador da Coréia havia se entusiasmado por essa proposta – que a Seleção Brasileira, tão querida dos coreanos, do norte e do sul, por ter sido tão brilhante na Coréia e no Japão, sagrando-se pentacampeã. Também tive a oportunidade de testemunhar aquele jogo tão maravilhoso em que os haitianos, ainda que perdendo por 5 a 0, manifestavam tamanha alegria. Eles que em fevereiro estavam se engalinhando em verdadeira guerra civil; quando chegou em agosto, ao verem a Seleção Brasileira – Ronaldo, Ronaldinho, Roberto Carlos e os demais chegarem nas ruas do Haiti – saíram todos aplaudindo e se confraternizando. Foi uma coisa tão bela! E acompanhei o Presidente Lula ao vestiário do estádio quando os jogadores disseram: “Presidente, pode nos chamar a uma outra missão desse tipo que estaremos prontos para atendê-lo”.

Pensando exatamente nessas palavras de Ronaldo, Ronaldinho, Roberto Carlos e tantos outros é que pensei, quem sabe, se a Seleção Brasileira poderia ir às capitais de Pyongyang, capital da Coréia do Norte, e Seul, capital da Coréia do Sul, e jogar com um combinado de ambos os países e promover, num passo inédito e formidável, a confraternização dos povos e contribuir para a paz. Hoje o Presidente transmitiu a nós, pelo Senador Aloizio Mercadante, que Sua Excelência, sim, tomou essa providência e está falando com os coreanos sobre essa proposta. E a Seleção Brasileira poderá jogar, acredito, lá na Coréia, quando for possível, e – espero – em breve.

Mas a outra carta que mandei ao Presidente, ontem à noite, é a seguinte, e tem muito a ver com as palavras que V. Ex^a, Senador Pedro Simon, há pouco pronunciou.

À atenção do Secretário Pessoal Gilberto Carvalho.

Querido Presidente Luiz Inácio Lula da Silva:

Considero que assinar o requerimento de CPI sobre o problema detectado na Empresa Brasileira de Correios constitui a melhor maneira de ajudar o seu Governo e o nosso Partido. Sobretudo de estar apoiando o Presidente que, sinceramente, desejo ver reeleito. Sei que minha voz é minoritária na direção do PT que apoiou, por maioria, a orientação de que não deveríamos assinar o requerimento, ainda que se tenha resolvido não fechar a questão.

Passo por um dos maiores dilemas da minha vida parlamentar, pois nunca contrariei a decisão tomada pela Bancada ou pela direção do Partido. Todavia, percebo que jamais a direção esteve tão distante da vontade popular e de tantas pessoas que nos deram a maior força, em toda nossa trajetória, desde 1980.

Nas palestras que fiz, nos últimos dias, na FGV, em São Paulo, para meus alunos, no Congresso de Direito Público Alagoano, em Maceió, foi amplamente majoritária a opinião de que eu deveria assinar o requerimento. [Na minha aula, para os meus quarenta e poucos alunos presentes, todos disseram: “Você precisa assinar o requerimento!” No Congresso de Direito Público Alagoano, em Maceió, havia mais de 400 pessoas presentes, e 4 levantaram a mão para que nós, Senadores do PT, não assinássemos, e mais de 400 levantaram a mão para que assinássemos]. Nas ruas, nos aeroportos, nos restaurantes, por onde ando, as pessoas vêm assim recomendar. De ontem para hoje [– isso foi ontem à noite –], recebi 63 e-mails com mensagens qualificadas, recomendando que eu deveria assinar, e apenas 4 para não assinar. Enquete na minha **homepage** do Senado, até agora, indica 75,76% para assinar, 16,16% para não assinar, e 8,08% não sabem. [E agora estava em mais de 80%.]

Para que se possa ter uma idéia do estado de espírito de muitos, encaminho-lhe a íntegra da carta que Sandra Fernandes de Oliveira enviou aos Deputados Federais, registrada hoje na coluna de Clóvis Rossi, na **Folha de S.Paulo**. Ela comete exageros – tem razões para estar desapontada com a vida política brasileira – mas é importante que possa conhecer a profunda mágoa que hoje lhe atinge.

E, ontem à noite, conversei com Sandra Fernandes de Oliveira, transmitindo a ela o teor da carta que tinha encaminhado ao Presidente Lula.

Segue o e-mail:

Estou-me dirigindo, agora, às 20h20 [isso era ontem à noite], para a reunião de nossa bancada petista no Senado. Vamos refletir muito para tomar a decisão que avaliamos como a melhor para Vossa Excelência, querido Presidente, para o PT e para o povo brasileiro.

Um abraço amigo,

Senador Eduardo Matarazzo Suplicy

Pouco depois, vim ao plenário o Senador Almeida Lima debatia com a Senadora Ideli Salvatti –, e senti-

me com a responsabilidade de permanecer um pouco aqui, enquanto os colegas de Bancada estavam na Liderança. Não mais podendo aguardar, eles transferiram a reunião para hoje, às 9 horas.

Então, escrevi: “PS: a reunião de Bancada acaba de ser transferida para amanhã [isto é, hoje pela manhã], às 9 horas”.

E assim foi. Hoje pela manhã, estávamos todos presentes, salvo a Senadora Fátima Cleide, que deixou a sua posição. S. Ex^a precisou, de urgência, ir ao seu Estado, Rondônia, para tratar de assuntos prementes, mas deixou a sua manifestação sincera de que avaliava que não deveríamos assinar o requerimento.

E nós ouvimos com atenção eu já os havia escutado os argumentos de todos os meus colegas do Diretório Nacional no último sábado. Eu ali me senti em uma situação minoritária, pois expressei, conforme digo ao Presidente, que acreditava que o melhor para ele é que viéssemos a assinar o requerimento.

Fiquei pensando, porque tive a idéia de fazer uma plenária, convidando as pessoas a me dizerem se o PT deveria considerar a minha candidatura novamente, no ano que vem. Conversei com José Celso Martinez Corrêa, do teatro Oficina, que me ofereceu o teatro, dia 26 de junho, para realização de uma plenária popular para avaliar o meu mandato, convidando todas as pessoas a dizerem o que acham do que eu fiz ao longo desses 16 anos que serão completados ano que vem, pois ainda posso melhorar, receber sugestões.

Mas, tal era o ambiente de avaliação, onde a minha voz era minoritária, que não me senti bem de distribuir aos meus colegas do Diretório Nacional o convite para ir à plenária.

Fico pensando, porque estou tomando uma decisão neste instante. E sei que essa decisão preocupa os meus Líderes e os meus outros 12 colegas. Mas é uma decisão muito refletida, muito mesmo.

Ao longo de todo o dia, recebi manifestações em que as pessoas lamentavam a decisão de eu, depois de tudo dito, inclusive de transmitir a minha palavra ao Presidente...Porque, na nossa Bancada, éramos favoráveis, por sete a seis, a assinar o requerimento, diferentemente da semana passada, que era por oito a cinco. Mas hoje, por sete a seis, avaliamos que não poderíamos assinar o requerimento para realização da CPMI, a não ser diante da inevitabilidade da sua ocorrência. O nosso Líder Aloizio Mercadante ponderou: “Se vocês avaliarem inevitável a criação da CPMI, com a apresentação do número de assinaturas necessárias, quando chegar a meia-noite, vocês deixam as suas assinaturas lá.” E muitos de nós assim ponderamos: “Bom, pelo menos, quem sabe pudéssemos fazer isso.”

Mas pensando, pensando – inclusive quero transmitir ao meu amigo e colega que nesses momentos foi tão solidário –, o próprio Líder Delcídio Amaral falou: “Será que não vai ficar inadequado vocês assinarem somente nessa circunstância, se tiver sido inevitável?”

Então, pensei, pensei, Sr. Presidente, considerando inclusive o que aqui falo agora. Eu vou tomar esta decisão, consciente de que com ela possa abrir mão de ser o candidato ao Senado pelo PT, em 2006. Pela primeira vez, eu me sinto na responsabilidade de, com toda a sinceridade para com o Presidente Lula, para com meu Presidente José Genoíno, em quem pretendo votar, o que já disse a ele, decidir agora, neste instante, não conforme tinha me autorizado o Senador Delcídio Amaral, de quem me tornei amigo, sobretudo nesse período em que é meu Líder, mas peço que compreenda, bem como o Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo. Por uma questão de consciência, certo de que o melhor para o Brasil e para o Presidente Lula é que a CPI possa ocorrer, eu vou assinar agora o requerimento de CPI. (Palmas.)

Eu havia inclusive dialogado com os meus companheiros, Senadores Paulo Paim e Cristovam Buarque, e juntos consideramos, nós, os Senadores Paulo Paim, Cristovam Buarque, Flávio Arns, Ana Júlia Carepa, Serys Slhessarenko, assinarmos o requerimento quando fosse próximo da meia-noite. Por isso, Senador Pedro Simon, dei boas-vindas a sua sugestão de permanecermos de plantão aqui até a meia-noite.

Mas sinto que é de minha responsabilidade perante todos aqueles que confiaram a mim o seu voto, e certo de que estou fazendo para o bem do meu Partido, mesmo que isso signifique que eu não seja mais candidato em 2006 – porque o Partido terá todo o direito de dizer: “Olha, dessa vez, você não esteve de acordo com a maioria da Bancada” –, assinar o requerimento para a instalação da CPI. Sinto que será melhor para o meu Presidente e para o povo brasileiro.

Assim, Sr. Presidente, meus amigos, colegas que estavam agindo comigo e ambos os Senadores Cristovam Buarque e Paulo Paim disseram para mim que estaríamos juntos, eu assumo inteiramente essa responsabilidade. Vou assinar neste instante. E peço a gentileza da Secretaria da Mesa de colocar-me à disposição o requerimento, que vou assinar agora, deixando nas mãos dos Senadores Paulo Paim e Cristovam Buarque o documento que está junto, onde está confirmada também a minha assinatura.

Sinto a responsabilidade de fazê-lo agora.

Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a mantém, obviamente, todo respeito que merece de mim, mas eu me pronun-

ciei diversas vezes que é um grave erro o Governo não convocar, não assinar e nem mesmo tomar a iniciativa da CPI. Defendi e disse. Mas vou ficar com o meu Partido, a minha Bancada decidiu e, o dia em que tiver que romper com isso, antes pedirei para sair do Partido.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Agradeço e respeito sobremaneira a sua palavra. Essa também era a minha decisão, mas as coisas foram se passando de tal maneira, Senador Cristovam Buarque, que nós somos seres humanos vivos e os fatos que ocorreram ao longo do dia, a maneira como os segmentos mais diversos foram instados por meios que nós mesmos tanto condenamos...

O Presidente José Genoíno, o então Deputado José Dirceu, o Presidente Lula, fomos muito críticos das pressões que foram realizadas no Governo Fernando Henrique para que pessoas, Parlamentares modificassem as suas posturas. Ao longo da minha vida política, aprendi que Parlamentares, sejam Vereadores, Deputados Estaduais, Federais, Senadores, deveríamos sempre tomar as nossas decisões a respeito de como votar, não por causa de eventuais cargos aqui e acolá, no Governo, não por causa da liberação de recursos, aqui e acolá, para tais ou quais empreendimentos, ou o que fosse, mas por aquilo que cada um de nós considerássemos o melhor para o povo brasileiro, para o conjunto da Nação.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É nisso que acredito e foi isso que me fez ingressar no PT. É isso, Senador Pedro Simon, que, em 1979, me fez ir ao Sindicato dos Metalúrgicos.

V. Ex^a, há pouco, transmita um fato do tempo do MDB. Pois vou contar uma coisa a V. Ex^a, Senador Pedro Simon: no ano de 1979, na Assembléia Legislativa de São Paulo, fui tomando, pouco a pouco, conhecimento dos fatos segundo os quais o então Governador, não eleito diretamente pelo povo, procurava persuadir pelas mais variadas formas. Eram empréstimos para grupos econômicos ou para os próprios Parlamentares junto à Caixa Econômica Estadual e Banespa; eram transferências de juízes de um Município para outro para beneficiar decisões que seriam tomadas em benefício de um Deputado ou outro. Era uma pessoa que ligava para o Parlamentar para dizer: “Olha, se você votar a favor daquele indicado para ser o Prefeito da capital, você vai poder ser Secretário ou designar o Secretário que quiser”.

Fui somando aquelas coisas. Senador Pedro Simon, chegou agosto de 1979 e tive diálogos com Franco Montoro, Ulysses Guimarães, Alberto Goldman, Fernando Henrique Cardoso e tantos outros e disse que precisava dizer essas coisas da tribuna da Assembléia, porque elas feriam aquilo que eu entendia como

próprio na vida política. E me disseram, Senador Pedro Simon, algo bem de acordo com aquilo que dizia V. Ex^a há pouco: “Não faça isso, Eduardo, porque vai quebrar a unidade do Partido”. E me disse o Presidente Ulysses Guimarães, tão meu amigo: “Agora, Inês é morta. Não adianta mais. Você tinha que ter levantado da cadeira, subido na mesa e falado que não podíamos. Agora, não adianta mais”. Sabe o que fiz, Senador Pedro Simon? Fui visitar o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, à época, o Presidente Lula e, na sala, com quinze metalúrgicos, eu disse-lhe do que havia tomado conhecimento e fiz a seguinte pergunta:

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, só para concluir.

“O que vocês acham? Estão me falando para que eu não revele essas coisas da tribuna da Assembléia”. E eles me disseram: “Olha, nós resolvemos apoiá-lo porque você é professor de Economia, tem se solidarizado conosco, escrito essas coisas nos jornais e falado, mas você nos diz essas coisas! Nós o elegemos para que você diga essas coisas conforme acontecem na Assembléia Legislativa. Foi para isso que nós o elegemos”.

Então, fui à tribuna da Assembléia Legislativa e falei as coisas como tinham ocorrido. Causou o maior quiproquó no Partido. No dia seguinte, a **Folha de S. Paulo** publicou a seguinte manchete: “Deputado denuncia tio.”

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Lembro-me que, quando cheguei à Assembléia Legislativa, o Deputado, hoje falecido, José Storopoli me disse: “Viu o que você fez? Estão dizendo, no cafezinho, que você está quebrando a unidade da família”.

Imaginem! Um contraparente tinha me dito que se eu votasse em Reinaldo de Barros, poderia designar quem eu quisesse para ser secretário do seu governo. Achei que aquilo era algo que feria minha dignidade e resolvi revelá-lo, dentre outros fatos.

Diante desses fatos é que, quando fundaram o PT, convidaram-me para ser membro fundador. E tomei uma decisão que é de vida. Mesmo que o PT não queira que eu seja candidato ao Senado em 2006, eu vou continuar no PT.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Mas, agora, avalio que o melhor para o meu Partido e para o Presidente Lula é que eu assine esse requerimento, inclusive para que venhamos a refletir melhor, mesmo que o Partido venha a pensar mais aprofundadamente sobre tudo o que está se passando.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antero Paes de Barros, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Senador Eduardo Suplicy, a Mesa informa a V. Ex^a que o requerimento está sobre a mesa à sua disposição para que possa – como já manifestou o desejo – apor sua assinatura.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P–SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P–SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não poderia deixar de saudar o pronunciamento do Senador Eduardo Suplicy, até porque sei do grande dilema que S. Ex^a enfrentou esses dias todos. Reconheço o quanto S. Ex^a é um militante respeitoso das decisões partidárias e sei o quanto é doído, doloroso para S. Ex^a tomar uma decisão como essa. Eu o conheço profundamente. Tenho por S. Ex^a não apenas carinho, mas amizade e respeito. Sei o quanto é difícil e doloroso para S. Ex^a assinar o documento neste momento. Mas eu não poderia deixar de saudá-lo, de dizer-lhe da honra e do respeito que tenho por S. Ex^a, que permanecem e aumentam.

Enquanto o Senador Eduardo Suplicy falava, eu me lembrei da primeira vez em que fui candidata, Senador Antero Paes de Barros, lá no interior de Alagoas. Recebi um cartãozinho de um casal de militantes da Igreja Católica, Lúcia e Severino. Deram-me um cartãozinho bem bonitinho, com o desenho de um jardim delicado. Nele estava escrito assim: “É covardia calar quando se faz necessário falar”. Talvez tenha sido essa a convicção que me moveu na minha caminhada nesta Casa, na minha caminhada política.

Portanto, Senador Suplicy, sei o quanto é dolorosa, o quanto é doída essa decisão. Sei o quanto V. Ex^a respeita as decisões partidárias, o quanto ama o PT, o quanto respeita Lula.

Muitas e muitas vezes, diante de pronunciamentos que fiz nesta Casa, V. Ex^a falou comigo, da tribuna, retrucando. Dizia que eu estava até exagerando nos pronunciamentos que eu fazia. Mesmo tendo uma profunda amizade por mim, em muitos e muitos momentos, quando eu fazia pronunciamentos com veemência, como é o meu jeito, o meu estilo, V. Ex^a, carinhosamente, delicadamente, repreendia-me e contestava-me.

Sei o quanto é doloroso, mas quero que V. Ex^a saiba também o quanto eu me sinto feliz e honrada por este momento tão especial e tão precioso da sua vida.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Não há mais oradores inscritos.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também gostaria de cumprimentar o Senador Eduardo Suplicy pela sua decisão. S. Ex^a fez algo contra o Partido, mas a favor do povo brasileiro, do cidadão brasileiro, que está vendo a sua cidadania ser violada com essas atitudes que estão sendo tomadas, dessa forma como estão fazendo para retirar as assinaturas do requerimento pela instalação da CPI.

S. Ex^a foi, é e continua sendo o Suplicy que o povo colocou aqui e que honra o seu mandato. Essa sua atitude aumenta o nosso orgulho de pertencer a esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Informo que, atendendo à proposta do Senador Pedro Simon, a retirada das assinaturas pode ocorrer até a meia-noite de hoje. As assinaturas estarão na Secretaria da Mesa. Portanto, os Parlamentares que desejarem poderão comparecer à Secretaria da Mesa para constatarem, à meia-noite, o aumento ou a retirada de assinaturas.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, se V. Ex^a permitir, vamos ficar aqui no plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Evidentemente, V. Ex^a pode ficar aqui.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Nós também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Fica autorizada a permanência dos Senadores no Senado. Inclusive, determino que o pessoal de apoio permaneça aqui para dar toda a assistência às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores.

Informo ainda que a Secretaria da Mesa também estará aberta para prestar quaisquer informações aos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Os Srs. Senadores Sérgio Zambiasi, Arthur Virgílio, Alvaro Dias, Pedro Simon, Leonel Pavan e Wirlande da Luz enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Brasil e argentina em crise? O arroz do mercosul

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, historicamente, o fato de a relação entre países enfrentar mo-

mentos de crise está dentro da normalidade. Mesmo assim, estamos acompanhando algumas turbulências entre Argentina e Brasil com relativa preocupação, pois podem retardar o processo de desenvolvimento econômico e social e, porque não dizer, de reconstrução das nossas democracias.

Hoje, temos uma conjuntura onde o Governo argentino critica posturas e propostas do governo brasileiro; onde o Brasil se recente das importações de alguns produtos com preços inferiores aos nossos custos de produção; e onde a Argentina acena com barreiras contra setores que não chegarem a um acordo para limitar exportações.

Existem entre Brasil e Argentina 30 setores que estão contingenciados. Todavia, a aliança que representa o mercosul há muito ultrapassou os interesses comerciais e econômicos para se configurar, também, numa aliança política e cultural.

Por isso, se não tivermos a capacidade de apurar arestas e neutralizar descompassos para construir consensos nossa integração regional corre o risco de hibernação, o que seria um atraso lamentável e nocivo ao irreversível processo de formação do mercosul.

A integração econômica e política que a nova ordem mundial tem exigido constitui-se numa verdadeira obra de engenharia institucional. Exige dos países a capacidade de distinguir entre o estratégico e o crucial. Exige uma mudança nas estruturas das sociedades e dos estados membros, alterando parte significativa da cultura local dos povos. Devemos administrar eventuais embates, passíveis de surgirem no processo, com seriedade e convicção no diálogo e na mútua cooperação.

Ainda temos inúmeros desafios a serem resolvidos, mas todos sabemos que açosamentos ou medidas unilaterais não são a resposta. Se existem queixas com relação à “invasão de produtos brasileiros”, igualmente elas existem em território brasileiro relativamente a produtos importados, como o arroz e o vinho, por exemplo.

Hoje, o Brasil enfrenta um excedente de produção de arroz proveniente da Argentina e do Uruguai, de um milhão de toneladas. Estão chegando pelas nossas fronteiras a preços mais baixos que os nossos custos de produção, segundo a própria Conab.

Dos nove pontos de entrada, apenas quatro possuem balanças rodoviárias. Nos outros cinco pontos o arroz entra sem a devida pesagem, criando oportunidade para casos, já comprovados, de sobrecargas e ausência de notas fiscais, caracterizando inclusive contrabando de mercadoria.

O Brasil, que colhe e consome 12 milhões e 500 mil toneladas de arroz, há alguns anos tornou-se auto-suficiente no produto. A Argentina e o Uruguai, que produzem juntos dois milhões de toneladas, con-

somem 500 mil. Outras 500 mil são vendidas para países terceiros, sobrando 1 milhão de toneladas do cereal que está sendo vendido no Brasil a preços que não temos condições de competir.

Agravando a questão, temos sérias limitações no controle fitossanitário e ausência da análise de resíduos no arroz importado, colocando em risco a saúde da nossa população, diferentemente do arroz brasileiro que passa por rigorosa fiscalização neste sentido.

Entendemos que o ônus de uma equação comercial a ser resolvida, e que envolve fatores macroeconômicos determinantes, não deve recair sobre as categorias produtivas.

Os arrozeiros brasileiros vem gestionando junto aos órgãos competentes há bastante tempo para que estes problemas sejam resolvidos. A situação chegou ao limite da suportabilidade com risco de quebra para esse importante setor da nossa economia que, só no rio grande do sul, é matriz em 130 municípios, gerando 70 mil empregos diretos e 250 mil empregos indiretos.

Há poucos dias, mais uma vez, reuniram-se sindicatos, instituições representativas e produtores na assembléia legislativa do rio grande do sul para analisar a situação. Após intensos debates constataram a necessidade de uma audiência com o presidente da república, pois até agora as negociações feitas em nível federal, infelizmente, não avançaram.

A crise está se agravando. Centenas de pessoas estão mobilizadas em protestos e, com o apoio de comerciantes da região, estão bloqueando as zonas de fronteira com barreiras nas estradas, usando caminhões, máquinas e implementos agrícolas. Na última sexta feira, fecharam a ponte da integração, que liga São Borja a Santo Tomé, na Argentina. O clima de "panela de pressão" que vive a fronteira gaúcha não pode perdurar!

Apelamos, pois, à indiscutível sensibilidade política do presidente lula, no sentido de que receba a delegação dos arrozeiros em audiência e ouça o pleito angustiada da categoria. Especialmente no que diz respeito à liberação de recursos para a compra de um milhão de toneladas de arroz excedente.

Importa para o Rio Grande e para o Brasil que o nosso setor produtivo receba o apoio que precisa. E importa para o fortalecimento do Mercosul que tenhamos a sabedoria de contemplar os múltiplos interesses regionais envolvidos.

Concentrar esforços para exportar o nosso excedente de arroz a países terceiros deve ser motivo de união entre os governos dos países parte.

Salvaguardas são medidas paliativas e não vão resolver a questão. A realidade nos aponta a necessidade de discutirmos regras, mecanismos e recursos

para investimentos em nível regional, pois o mercosul já é um projeto de integração que está para além de acordos comerciais.

Basta saber que as áreas de produção, direção e política de gestão cinematográfica da Argentina e do Brasil estão totalmente vinculados; basta lembrar que cresce vertiginosamente a procura pelo aprendizado do português e do espanhol nos países parte;

Que nas zonas de fronteira, por iniciativa dos ministérios da educação, foram criadas escolas bilíngües e que o intercâmbio intelectual está merecendo programas específicos das respectivas comunidades acadêmicas. Estas realidades constituem uma quantidade de interações que nunca houve antes.

Sr. Presidente, abordo esse assunto sob vários aspectos, como senador gaúcho e como presidente da comissão parlamentar mista do mercosul no congresso nacional. Dentre as responsabilidades do cargo cabe-nos a de construir as bases para a criação do *Parlamento do Mercosul*, sobre o qual tenho o dever de trazer informações ao plenário e à sociedade que nos acompanha.

Dias atrás estivemos em montevidéu, futura sede do organismo, para elaborar o protocolo de sua criação. Na oportunidade, também realizamos a *Primeira Reunião de Parlamentares da Comissão do Mercosul*, quando aprovamos alguns artigos do protocolo.

O parlamento do mercosul será órgão de representação independente dos povos dos países membros que, respeitando a pluralidade ideológica e política, passa a integrar a estrutura institucional do bloco. Trabalhará em prol da consolidação da integração latino-americana, da defesa da democracia, da paz, da igualdade dos cidadãos dos estados partes.

Estará defendendo a solidariedade, a não intervenção e a busca de soluções pacíficas para conflitos. De acordo com o *foro consultivo econômico e social do mercosul*, participará de negociações internacionais e buscará a integração com entidades civis e setores produtivos.

Deverá propor projetos, desenvolver ações e trabalhos conjuntos com os congressos nacionais dos estados partes, fomentando a democracia representativa e participativa no mercosul. Será integrado por parlamentares dos países parte, eleitos pelo voto secreto e direto pelos cidadãos dos respectivos países, a partir de 1º de janeiro de 2011.

Sr Presidente, o *Parlamento do Mercosul* é sem dúvida um grandioso passo rumo à consolidação do Mercosul. Temos que ter muito claro em nossas mentes que os governos passam e as nações são perenes. Alimentar conflitos menores apenas servirá para retardar as imensas possibilidades de cooperação entre nós.

Nas palavras do nobre senador Cristóvão Buarque, ou agimos acordados ou perderemos, todos.

Olhemos para um futuro que se mostra comum e que temos que construir. Trazemos a certeza de que a criação do *Parlamento do Mercosul* será definitivo para a consolidação da integração e da cooperação entre brasileiros, argentinos, paraguaios e uruguaios.

Povos irmãos cujas fronteiras territoriais, um dia, servirão mais como marco da riqueza da nossa história. Uma história que transcendendo batalhas e contendas, um dia mostrará ao mundo a força da união dos povos sul-americanos.

Muito obrigado!

O SR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, Ontem, ao pedir a inserção nos Anais do Senado de editorial do *Estadão* sobre a devastação na Amazônia e de notícia da sem-cerimônia com que o comissário europeu do Comércio, Peter Mandelson, tratou a nossa, e muito nossa, estratégica região, dei um *alto lá!* nesse senhor.

Outra coisa não faz novo editorial do jornal paulista, publicado na edição de hoje, com um basta a postura inconveniente desse Comissário. O editorial vai reproduzido a seguir.

Amazônia é coisa nossa

É verdade que não chegaram a ser uma clara defesa da velha tese da “internacionalização da Amazônia” as observações que fez o comissário europeu do Comércio, Peter Mandelson, de que “o Brasil tem de responder, na qualidade de País que aspira a um papel no cenário internacional” (será que já não exerce algum?) “pela destruição da floresta amazônica”, e que o País “tem de assumir suas responsabilidades, porque algo grave está ocorrendo”. Mas quando indagado a que instituições recorrer para frear a destruição de “um bem público mundial” – categoria em que enquadra a floresta amazônica -, em resposta a um deputado, durante reunião da comissão de Comércio Internacional do Parlamento Europeu, o comissário Mandelson beira o desrespeito à soberania territorial brasileira.

É evidente que é do maior interesse da sociedade brasileira exigir das autoridades públicas esforços especiais para a preservação da grande riqueza nacional, que significa a diversidade biológica do ecossistema amazônico, sob alguns aspectos – de multiplicidade de espécies de fauna e flora, de extensões de habitats vitais e de dimensões de floresta tropical – única no planeta. E já comentamos

em nossos editoriais o ritmo assustador de um desmatamento que em um ano (entre agosto de 2003 a agosto de 2004) foi três vezes maior do que o previsto pelo governo, causando na mata um rasgo de mais de 26 mil km² – equivalente ao tamanho do Estado de Alagoas – dentro de um quadro geral de devastação da floresta que já atinge 680 mil km². Daí, no entanto, a admitir que a cobrança em favor do desenvolvimento sustentável daquela região no Norte do País – e desenvolvimento sustentável é a única forma de preservar aquela enorme riqueza, colocando-a em benefício de nossa população – necessite de admoestações de organismos internacionais, seus delegados ou representantes, vai uma grande diferença.

Por mais que exerça influência sobre o clima geral do planeta – como, de resto, sempre exerceu toda a exploração que o homem tem feito dos bens da natureza, especialmente depois da revolução industrial do século 19 e do formidável desenvolvimento tecnológico que temos experimentado nas últimas décadas, **pari passu** ao crescimento demográfico, a região amazônica e toda a sua vasta floresta tropical têm jurisdição territorial integralmente definida, em nada podendo equiparar-se, em termos de soberania, ao status de “águas internacionais” ou de “bens públicos mundiais”. Quer dizer, a Amazônia que está em território brasileiro é coisa nossa, por mais que sua preservação possa interessar, por inúmeras razões, a todas as nações do globo terrestre.

Não muito sutilmente o comissário Mandelson, depois de ter dito que confia na “conversa” que Pascal Lamy – já escolhido para o cargo de diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) – teve, sobre o assunto, com as autoridades brasileiras, sugere que sejam postos entraves ao comércio de produtos brasileiros produzidos em áreas ambientalmente delicadas, como a selva amazônica. Eis aí, também, um risco de restrição comercial que não pode ser aceito pelo Brasil, sob pena de poder generalizar-se – incluindo, por exemplo, a venda ao exterior de madeira ou manufaturados de procedência inteiramente regular – em razão de espúrios pretextos concorrenciais ou de eventuais protecionismos.

Não há dúvida de que para a sociedade brasileira a região amazônica representa um bem especial a ser protegido da melhor forma para as futuras gerações – sem deixar de signi-

ficar um fulcro de desenvolvimento sustentável para suas atuais populações. Mas há um outro aspecto que demanda preocupação do Poder Público brasileiro, que é o da atuação das várias Organizações Não-Governamentais (ONGs), nacionais ou estrangeiras, umas idôneas, mas outras nem tanto, que muitas vezes se assegnoreiam de certos núcleos, se arvoram em liderar trabalhos de interesse específico das populações indígenas, tais como os relacionados a demarcações, e fazem as pesquisas que bem entendem, sem jamais se submeterem a quaisquer controles oficiais, em nosso país. Sim, a Amazônia é riqueza nossa.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o noticiário da imprensa nacional tem divulgado sucessivos escândalos envolvendo a classe política brasileira. A situação atingiu tal magnitude que é válido falar-se, como o fez com toda propriedade, o **Jornal do Brasil** em editorial na semana passada, em ruína moral. Não há como deixar de dar razão ao importante órgão da imprensa carioca quando diz que o Brasil somente conseguirá remover os escombros deixados pela ruína moral dos políticos brasileiros, atualmente responsáveis pela mais séria ameaça à nossa democracia depois do fim do regime militar, quando reorganizar em definitivo o seu quadro partidário. Tenho defendido nesta Casa a tese de que a reforma política deveria preceder a todas as outras reformas, como condição de êxito para, senão superar, ao menos minimizar as mazelas que a todos infelicitam. Neste particular foi também feliz o JB ao observar que, na terra arrasada em que se transformaram os partidos, tem prevalecido um conjunto perturbador de ações nocivas ao nosso país; um vale tudo no qual se incluem a pouca vergonha das infidelidades, com múltiplos casamentos ao sabor das conveniências eleitorais, os devaneios programáticos, capazes de promover guinadas radicais para saciar o apetite pelo poder; as articulações miúdas, cuja mesquinhez é justificada por uma falsa governabilidade. Tudo isso assusta, é claro, o eleitor brasileiro, que tem manifestado a sua descrença na classe política, o que se pode aferir através das pesquisas de opinião. O mais grave ainda é a descrença que se manifesta na democracia. Não faz muito tempo uma pesquisa com universitários no Rio de Janeiro mostrou que a esmagadora maioria do jovens, com idade entre 18 e 25 anos, responderam não ser a democracia o melhor regime no qual almejam viver. Não tenho dúvida de que essa imagem negativa do sistema que hoje prevalece nas mais importantes nações civilizadas do mundo é o resultado desta ruína moral a qual se refere o JB. A classe política está desacreditada.

E o descrédito é atribuído pelo jornal, com toda razão, às práticas despidoradamente inseridas no cotidiano da esmagadora maioria das agremiações partidárias e que resultam num preocupante relativismo moral que turva o ambiente democrático. Sim, o jornal tem razão em dizer que o clímax desta situação é alcançado na sucessão infindável de atos corruptos, realizados com a omissão dos partidos que acolhem bandidos engratados. Mais do que isso se constata que as legendas não são mais somente siglas de aluguel visando obter dividendos eleitorais; transformaram-se em veículos de intermediação de negócios escusos. Formam-se grupos – ou quadrilhas? – como estratégia para a garantia de benesses privadas. As cenas de tevê mostrando um alto funcionário de estatal embolsando um maço de notas em troca de viabilização de um contrato é somente mais um entre tantos exemplos que surgem diariamente e aguçam a crise moral da representação política no país (afora os incontáveis episódios não captados pela ação da imprensa).

Sim, não há como deixar de dar razão ao JB quando afirma: Eis o paradoxo de um país que experimentou, nos últimos 20 anos, o maior avanço democrático da América Latina e um dos mais notáveis crescimentos eleitorais do mundo. Não é pouco. O mal-estar atual, conforme tem insistido o JB, decorre do fato de que a sociedade se modernizou muito mais rápido do que suas instituições públicas e seus representantes. Não é demais afirmar que o esfacelamento moral cresceu à proporção da pulverização partidária, cujas consequências apontam para uma precária governabilidade. A distribuição mais horizontal do poder, afinal, ampliou o número de partidos e exigiu negociações mais complexas entre os poderes Executivo e Legislativo. Novos ingredientes foram acrescentados quando foi abolida a fidelidade partidária, considerada coisa da ditadura. A redemocratização exigia mudanças, mas não a ponto de se ter “a porta arrombada”, expressão utilizada pelo então presidente eleito Tancredo Neves. Foi o que ocorreu. De lá para cá, criaram-se dezenas de siglas, a política passou a constituir-se num espaço de beltranos e sicranos e se exacerbou o modelo instituído ainda nos anos 50, com voto por meio de listas abertas. Tudo somado, o sistema partidário desmilinguiu-se de vez – problema amplificado pela impunidade que costuma adornar a horta de benefícios concedidos aos nossos políticos. A principal confirmação do desastre está na incapacidade dos partidos de oferecer aos eleitores opções distintas o suficiente para construir suas identidades, criar lealdades e servir como atalho no ato de votar. O esperado DNA programático de cada um é substituído pela genética dos acordos de circunstância. A modernização das propostas cede espaço ao avanço da traquinagem.

Sem justificativa moral que os sustentam, os partidos e seus integrantes perdem credibilidade. Sem política geral, perde a democracia. Portanto, não há mais como protelar. A reforma política deve sair das gavetas e se tornar realidade neste País, por ser um inegável instrumento de moralização dos costumes no Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente e Srs. Senadores. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Sem apanhamento taquigráfico) – O Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de registrar hoje, desta Tribuna um fato da maior relevância. Trata-se da indicação do brasileiro Jeter Jorge Bertoletti, natural de Caxias do Sul, para concorrer ao Prêmio Kalunga para a Popularização da Ciência, criado em 1952 pela Unesco, órgão das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura.

O Prêmio Kalunga destina-se a profissionais que tenham contribuído para a divulgação e interpretação das questões científicas mundiais e para o desenvolvimento cultural e econômico. Entre os vários organismos que indicaram o professor Bertoletti citaremos aqui apenas três: Associação Brasileira para o Progresso da Ciência, Ministério da Ciência e Tecnologia e Academia de Ciências do Brasil.

A indicação do Professor Jeter Jorge Bertoletti deve-se aos seus grandes projetos de popularização da ciência e inclusão social. Dentre esses, podemos destacar a idealização e a fundação do renomado Museu de Ciências e Tecnologia da Pontifícia Universidade Católica, em Porto Alegre, unanimemente elogiado no Rio Grande do Sul.

Até hoje apenas quatro brasileiros receberam este importante prêmio: José Reis, em 1974; Oswaldo Frota Pessoa, em 1982; Ennio Candotti, em 1998; e Ernest Hamburger, em 2000.

Jeter Jorge Bertoletti bacharelou-se em História Natural pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da PUCRS, em dezembro de 1962. Licenciou-se em História Natural pela mesma faculdade em 1963. Obteve seu doutoramento pela mesma Universidade em 1977. É ainda livre-docente em Geografia Biológica.

Entre prêmios e distinções que recebeu, destacam-se:

Homenageado com a escolha de seu sobrenome para uma espécie nova de peixe *Diodon bertoletti*, 1979.

Homenageado com a Comenda Irmão Afonso, em 1987, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Recebeu homenagem pela organização da Feira de Ciência e Tecnologia do Cone Sul, em 1993.

Foi homenageado pela elaboração do Projeto Pro-Mata, pela Universidade de Tübingen, Alemanha, 1996.

Foi homenageado ao ser descoberta uma espécie nova de mosquito, chamada *Simulium (Thyrsopelmar) jeteri*, 1996.

Foi homenageado pela colaboração ao Núcleo Antártico/UFSM, 1997.

Foi homenageado em reconhecimento pelas suas atividades em Ciência e Tecnologia pelo Conselho Nacional da Unesco no Peru, 1998.

Foi homenageado com o Troféu Homens e Mulheres de Ouro do RS, 1999.

Recebeu medalha em homenagem aos 15 anos da Universidade César Vallejo, Peru, 2000.

Foi homenageado com o Troféu Guerreiro 2000 – Destaques do Rio Grande do Sul, Bento Gonçalves, 2000.

Recebeu a Medalha “20 anos da Revista Ciência Hoje”, editada pela SBPC, por seu trabalho pela democratização e acesso ao conhecimento científico, Rio de Janeiro, 2002.

Era o que tinha a dizer.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, os especialistas, os técnicos, os estudiosos do setor de transportes, costumam dizer que a segurança do trânsito se baseia em três pontos fundamentais: educação, engenharia e fiscalização.

Pois bem, Sr. Presidente! Como é que o governo do PT vem cuidando desses três requisitos? Mais especificamente, o que é que o governo do PT tem feito no caso das Rodovias Federais?

Quanto à educação, as iniciativas são pífias. Tanto dinheiro arrecadado, Sr^{as} e Srs. Senadores, e quase nada se investe na capacitação e na conscientização de nossos motoristas.

No que diz respeito à engenharia, a realidade está aí, à vista de todos. Eu mesmo, poucos dias atrás, fiz um pronunciamento em que lamentava a situação calamitosa de nossas rodovias, um quadro que pude constatar, ao vivo, em recente viagem aos Estados do Sul.

Mas hoje, Sr. Presidente, eu gostaria de falar sobre o terceiro pilar da segurança nas rodovias fede-

rais: a fiscalização, um pilar que não se sustenta sem a atuação firme e decidida da Polícia Rodoviária Federal. O fato, o lamentável fato, é que a Polícia Rodoviária Federal vem sendo tratada pelo governo do PT com um descaso que beira a irresponsabilidade.

Pouco tempo atrás, o **Diário Catarinense** publicou uma série de reportagens que dão idéia do nível a que chegou este descaso. Uma pequena amostra, em Santa Catarina, de algo que ocorre no País inteiro. As matérias, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, revelam a angústia, quase o desespero, do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais de Santa Catarina com as condições em que são obrigados a trabalhar.

O efetivo é insuficiente para dar conta de um movimento nas estradas que aumenta 8% ao ano, e o patrimônio se deteriora dia-a-dia. Somente numa oficina no Município de São José, a equipe do **Diário Catarinense** encontrou dezesseis veículos parados por falta de manutenção: duas ambulâncias, sete caminhonetes, cinco automóveis, uma motocicleta e um caminhão-guincho. Muitos postos estão com infiltração, e são cobertos por lonas. Chegam a faltar, vejam só, luvas cirúrgicas para o atendimento das vítimas de acidentes. Faltam equipamentos de sinalização e de segurança. Em Palhoça, os policiais tiveram de comprar a bateria do bafômetro, que custa dez reais, com dinheiro do próprio bolso. Uma solução, aliás, que também é adotada pelos policiais para a compra de uniformes. A situação chegou a tal ponto que, entre 2004 e 2005, o Sindicato dos Policiais Rodoviários encaminhou 20 ofícios ao Ministério da Justiça e à Direção da Polícia Rodoviária Federal, pedindo a adoção de medidas urgentes.

Diante desse quadro, Sr^{as} e Srs. Senadores, sabem o que fez o governo do Presidente Lula? Muito simples. Pegou a dotação prevista para a Polícia Rodoviária Federal em 2005, que era de 218 milhões de reais, e baixou para 165 milhões de reais. Uma redução de 25%! Ou seja: a situação que já é dramática, pode ficar pior.

Essa, Sr. Presidente, é a importância que o governo do PT dá à nossas estradas. Essa, Sr. Presidente, é a importância que o governo do PT dá à segurança do nosso trânsito. Uma importância, por sinal, que podemos constatar na página na internet desse próprio governo. Sabem, Sr^{as} e Srs. Senadores, quais são as estatísticas mais recentes sobre acidentes de trânsito que temos no **site** do Departamento Nacional de Trânsito, o DENATRAN? São de 2002! De 2002, Sr. Presidente! Como é que podemos fazer um bom pla-

nejamento de trânsito, como é que podemos definir as intervenções prioritárias em nossas ruas e estradas, se a estatística mais recente que o Denatran tem a nos oferecer é de 2 ou 3 anos atrás? E nem cabe a desculpa de que um ou outro Estado não tenha enviado suas informações. Que se publiquem, então, as informações disponíveis. É melhor do que nada. É melhor que investir no escuro os já reduzidos recursos destinados ao nosso sistema de transportes.

Chega de descaso, Sr. Presidente! Chega de irresponsabilidade!

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi com grande satisfação que recebi, do Ministério do Esporte, o Calendário Esportivo Nacional de 2005: um documento, Sr^{as} e Srs. Senadores, que comprova a seriedade com que hoje é conduzido o esporte em nosso País.

São centenas de eventos, fruto da parceria do Ministério do Esporte com as mais diversas entidades de administração do sistema esportivo e com os gestores estaduais e municipais; e fruto, também, da harmoniosa relação que o Ministério estabeleceu com as associações, federações e confederações esportivas; eventos, Sr. Presidente, que cumprem não apenas o decisivo papel de estimular em nossa população o gosto pelo esporte, mas que têm, também, importância estratégica na preparação dos nossos atletas para competições classificatórias internacionais.

Ademais, há outro aspecto de grande relevância a ser destacado: se compararmos o Calendário Esportivo de 2005 com o do ano anterior, veremos que estão presentes, em quantidade cada vez maior, entidades de atuação no âmbito nacional. Isso, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, evidencia o esforço do Ministério do Esporte na implementação de uma política para o setor. Nossa programação não é uma simples colagem de eventos regionais ou estaduais, que poderia resultar num painel desprovido de coerência. Ao contrário, trata de conferir a nosso esporte uma visão sistêmica, integrada, efetivamente nacional.

Desse novo Calendário, Sr. Presidente, fazem parte várias ações de importância capital para o esporte brasileiro, como os Programas Bolsa-Atleta e Detecção do Talento Esportivo, e a Implantação de Centros de Treinamento de Alto Rendimento nas cinco regiões do País. Dele constam, também, a Lei de Incentivo à Formação de Atletas e uma gama de

atividades preparatórias aos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007, a serem realizados na cidade do Rio de Janeiro.

Há que se ressaltar, ainda, o esforço previsto, neste ano de 2005, para que o esporte na escola ganhe uma dimensão nunca antes experimentada; um esforço em que já atuam e continuarão a atuar, irmanados, o Governo Federal e o Congresso Nacional, e que dá prioridade a ações que beneficiam diretamente as escolas públicas brasileiras. Um resultado desse esforço, por sinal, já é visível: teremos neste ano um novo formato para os Jogos Escolares – JEBs – e para os Jogos Universitários – JUBs.

Folhear o documento que apresenta o Calendário, Sr^{as} e Srs. Senadores, é experiência rica, gratificante. Ali vamos encontrar desde um Curso de Arbitragem em Futebol de Amputados, promovido na cidade de Maringá pela Associação Brasileira de Desportos para Amputados, ao XVIII Aberto do Brasil, organizado pela Confederação Brasileira de Tênis de Mesa e previsto para ser realizado no Rio de Janeiro.

Uma prova do Campeonato Brasileiro de Fórmula 3, organizada pela Confederação Brasileira de Automobilismo e programada para Curitiba, convive, na mesma página do Calendário Esportivo, com o XVII Campeonato Mundial Militar de Equitação, a ser realizado em Buenos Aires, e que é iniciativa da Comissão Desportiva Militar do Brasil. Isso, Sr. Presidente, porque os dois eventos ocorrem agora, no início do mês de março.

A participação do Brasil nos Campeonatos Mundiais da Classe Finn, em Moscou, e da Classe Tornado, em La Rochelle, França, a cargo da Federação Brasileira de Vela e Motor, integra a programação do mês de junho, ao lado dos Quinquagésimos Terceiros Jogos Universitários Brasileiros, a serem organizados pelo Ministério do Esporte na cidade do Recife, e da Liga Mundial de Voleibol, programada pela Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer de São Paulo para a capital daquela Unidade da Federação.

Vai-se folheando o Calendário, Sr. Presidente, e vão desfilando os eventos, podendo-se imaginar os esforços a serem despendidos em cada um deles por homens e mulheres que estarão, acima de tudo, engrandecendo o esporte de nosso País.

Chega-se a julho, por exemplo, e lá estão o Campeonato Sul-Americano de Atletismo, na Colômbia; o 1º Campeonato Sul-Americano de Basquetebol, no Paraguai; o Campeonato Mundial de Bicicross, na

França; o Campeonato Pan-Americano de Canoagem, no Canadá. No mesmo mês, é possível emocionar-se com o empenho dos portadores de necessidades especiais em praticar esportes. Lá estão eventos de atletismo, natação, judô e xadrez organizados pela Associação Brasileira de Desportos para Cegos; o Curso Internacional de Classificação de Atletismo patrocinado pelo Comitê Paraolímpico Brasileiro; o VIII Campeonato Brasileiro de Basquetebol em Cadeira de Rodas; o Campeonato Brasileiro de Futebol organizado pela Confederação Brasileira de Desportos para Surdos.

Enfim, Sr^{as} e Srs. Senadores, penso que não há como deixar de reconhecer esse esforço de coordenação que vem sendo desenvolvido. Temos, hoje, um verdadeiro Calendário Esportivo em nosso País. Isso porque o Ministério do Esporte resolveu atuar em conjunto com os Estados e os Municípios. Isso porque o Ministério do Esporte resolveu agir de maneira integrada com as associações, federações e confederações esportivas: as associações de vôo livre, de desportos para deficientes, de *wakeboard*, de parapente e tantas mais; as federações brasileiras de vôo a vela e de caratê, entre outras; e, principalmente, as inúmeras confederações, como as de futebol, atletismo, ciclismo, ginástica, hipismo, voleibol, triatlão e muitas outras; de tal modo que hoje já se pode saber, com a devida antecedência, tudo que deverá ocorrer de importante no esporte brasileiro ao longo deste ano.

Espero, Sr. Presidente, que esse esforço seja recompensado. Espero que, nos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007, no Rio de Janeiro, e nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2008, na China, o esporte de alto rendimento do Brasil atinja um número de medalhas condizente com o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Governo Federal.

E parabeno o Ministério do Esporte, uma vez mais, pela qualidade do Calendário Esportivo Nacional que apresentou ao País neste ano de 2005.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 04 minutos.)

Ata da 69ª Sessão Não Deliberativa, em 27 de maio de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. João Alberto Souza, Pedro Simon
da Sra. Heloísa Helena e do Sr. Augusto Botelho*

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) –

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 245, DE 2005

(Nº 1.487/2004, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Vale do Ipanema FM de Águas Belas – PE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas Belas, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 759, de 19 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Vale do Ipanema FM de Águas Belas – PE a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas Belas, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 525, DE 2004

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 2.951, de 18 de dezembro de 2002, alterada pela de nº 615, de 9 de dezembro de 2003 – Associação Comunitária Beneficente Santo Antônio, na cidade de Couto Magalhães – TO;

2 – Portaria nº 364, de 17 de julho de 2003 – Associação Comunitária Cultural Capimense, na cidade de São Domingos do Capim – PA;

3 – Portaria nº 497, de 22 de setembro de 2003 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Goioerê, na cidade de Goioerê – PR;

4 – Portaria nº 639, de 9 de dezembro de 2003 – Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva, no município de Arealva – SP;

5 – Portaria nº 645, de 9 de dezembro de 2003 – Associação Comunitária Barra do Ribeiro, na cidade de Barra do Ribeiro – RS;

6 – Portaria nº 681, de 9 de dezembro de 2003 – Associação Rádio Comunitária Cincão, na cidade de Londrina – PR;

7 – Portaria nº 745, de 19 de dezembro de 2003 – Associação Cultural Beneficente ElShadday, na cidade de Recife – PE; e

8 – Portaria nº 759, de 19 de dezembro de 2003 – Associação Comunitária de Radiodifusão Vale do Ipanema FM de Águas Belas – PE, na cidade de Águas Belas – PE.

Brasília, 23 de agosto de 2004. – **Marco Maciel.**

MC Nº 573 EM

Brasília, 26 de dezembro de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Radiodifusão Vale do Ipanema FM de Águas Belas, na cidade de Águas Belas, Estado de Pernambuco, explore o

serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53103.000216/01, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Miro Teixeira.**

PORTARIA Nº 759, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53103.000216/01 e do Parecer/Conjur/MC nº 1.591/2003, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização a Associação Comunitária de Radiodifusão Vale do Ipanema FM de Águas Belas – PE, com sede na Rua Santa Cruz, s/nº, Centro, na cidade de Águas Belas, Estado de

Pernambuco, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 09º06'44"S e longitude em 37º07'13"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

Relatório nº 367/2003-DOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53.103.000.216-01, protocolizado em 20-6-2001.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária de Radiodifusão Vale do Ipanema FM de Águas Belas – PE, localidade de Águas Belas, Estado de Pernambuco.

I – Introdução

1. A Associação Comunitária de Radiodifusão Vale do Ipanema FM de Águas Belas – PE, inscrita no CNPJ sob o número 04.191.253/0001-40, no Estado de Pernambuco, com sede na Rua Santa Cruz, s/nº, Centro, cidade de Águas Belas, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 19 de junho de 2001, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU**, de 12 de novembro de 2001, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outra entidade foi objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentou sua solicitação para a mesma área de interesse, tendo sido seu processo devidamente analisado e arquivado. Os motivos do arquivamento, bem como a indicação da relação constando os respectivos nomes e processos, se encontram abaixo explicitadas:

a) Associação dos Amigos do Portal do Alvorada – Processo nº 53.103.003.298-01, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: “Diante da impossibilidade da concretização do acordo proposto pelo Ministério das Comunicações ... utilizou-se o critério da representatividade ... do qual constatou-se que esta entidade apresentou menor número de manifestações em apoio á iniciativa que a sua concorrente ...”, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 9894/03, datado de 15-10-2003 (cópia anexa)

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 2/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Santa Cruz, s/nº, 1º Andar, Centro, na cidade de Águas Belas, Estado de Pernambuco, de coordenadas geográficas em 09º06’45”S de latitude e 37º07’15”W de longitude.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 123, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”, que por sua vez trata

de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arrumamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos III, IV, e VIII da Norma 2/98, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ retificado da requerente e declaração do endereço da sede. Diante da regularidade técnico-jurídica do processo nº 53.103.003.298.01 referente à outra interessada na localidade e em observância ao disposto no subitem 6.10.1 da Norma 2/98, foi encaminhado ofício para que se estabelecesse uma associação entre as mesmas, ocorre que, frente a negativa das entidades e considerando o decurso do prazo concedido, utilizou-se o critério de seleção apontado no subitem 6.10.2 da Norma 0298, do qual constatou-se que a requerente conta maior número de manifestações em apoio que a sua concorrente, em decorrência de tal fato a Entidade foi selecionada, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 126 a 193).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” _ fls. 190 firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 194 e 195. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço,

diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 167 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar nº 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar nº 2/98;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar nº 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, depois de detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome

Associação Comunitária de Radiodifusão Vale do Ipanema FM de Águas Belas – PE

• quadro diretivo

Presidente: Robson Pinto de Oliveira
Vice-presidente: Valdilena Tenório de Jesus
Secretário: José Xavier da Silva
Tesoureiro: Elizângela Ferreira dos Santos

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Santa Cruz, s/n, 1º andar, Centro, cidade de Águas Belas, Estado de Pernambuco.

• coordenadas geográficas

09º06'44" de latitude e 37º07'13" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação – fls. 194 e 195, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls 190 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária de Radiodifusão Vale do Ipanema FM de Águas Belas – PE, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.103.000.216-01 de 20 de junho de 2001.

Brasília, de _____ de 2003. – **Sibela Leandra Portela**, Relator da conclusão Jurídica, Chefe de Divisão/SSR – **Ana Maria das Dores e Silva**, Relator da conclusão Técnica Chefe de Serviço/SSR.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 15 de novembro de 2003. – **Jayme Marques de Carvalho Neto**, Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio e Imagem.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 19 de novembro de 2003. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº 367/2003/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 19 de novembro de 2003. – **Eugênio de Oliveira Fraga**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 246, DE 2005**

(Nº 1.489/2004, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga permissão
a Radio FM Nevasca Ltda., para explorar
serviço de radiodifusão sonora em freqüên-
cia modulada na cidade de São Joaquim,
Estado de Santa Catarina.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.818, de 11 de dezembro de 2002, que outorga permissão à Rádio Fm Nevasca Ltda., para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Joaquim, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 557, DE 2004

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 2.818, de 11 de dezembro de 2002, que outorga permissão à Rádio FM Nevasca Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de São Joaquim, Estado de Santa Catarina.

Brasília, 2 de setembro de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 135 EM

Brasília, 24 de julho de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 31/98-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de São Joaquim, Estado de Santa Catarina.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997,

alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio FM Nevasca Ltda., (Processo nº 53820.000167/98) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tomando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Miro Teixeira.**

PORTARIA Nº 2.818, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53820.000167/98, Concorrência nº 31/98-SSR/MC, resolve:

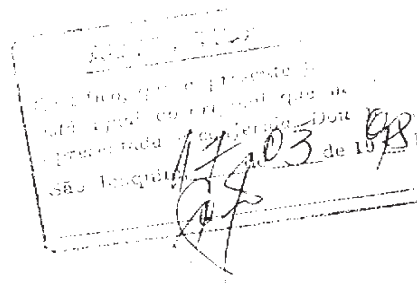
Art. 1º Outorgar permissão à Rádio FM Nevasca Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de São Joaquim, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento.**

CONTRATO SOCIAL

Instrumento particular de contrato de sociedade pór quotas de responsabilidade limitada, que entre si fazem **MARCELO BITTENCOURT PEREIRA**, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, com CPF n.º 639.427.399-68, com cédula de identidade n.º 8/R 593.500, expedida em 29/10/1986, pela SSP/SC, residente e domiciliado à Chácara Paulo Bathke, s/n.º, na cidade de São Joaquim, Estado de Santa Catarina, e **EDITE MARTINS LUENEBERG**, brasileira, casada, odontóloga, com CPF n.º 246.240.049-49, com cédula de identidade RG n.º 635.937, expedida em 20/12/1996, pela SSP/SC, residente e domiciliada à rua Lauro Müller, s/n.º, edifício Lauro Martins apto 05, na cidade de São Joaquim, Estado de Santa Catarina, têm entre si ajustados e contratados a constituição de uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, conforme cláusulas e condições como segue:

I - DENOMINAÇÃO, SEDE, PRAZO E OBJETO SOCIAL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA DE REGISTRO E TABELIONATO
05 SET 2002

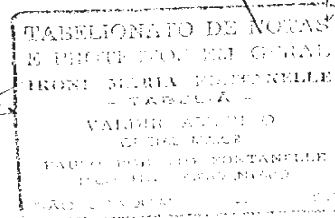
CLÁUSULA PRIMEIRA - **RÁDIO FM NEVASCA LTDA**, é uma sociedade pór quotas de responsabilidade limitada, a qual se rege pór este Contrato Social e disposições legais aplicáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA - A sociedade terá como sede e foro jurídico a cidade de São Joaquim, Estado de Santa Catarina, à rua Juiz Fonseca Nunes n.º 11, podendo estabelecer filiais, agências, escritórios e outras dependências em qualquer ponto do território nacional.

CLÁUSULA TERCEIRA - O prazo de duração da sociedade será pór tempo indeterminado, iniciando-se suas atividades na data de assinatura deste contrato, podendo extinguir-se a qualquer momento, pór deliberação da maioria dos sócios, e observando-se, quando de sua dissolução, os preceitos da legislação vigente.

CLÁUSULA QUARTA - Constitui objeto da sociedade a execução de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, e seus serviços auxiliares, de qualquer modalidade e outros serviços de telecomunicações, na cidade de São Joaquim, Estado de Santa Catarina e em qualquer outra localidade do território nacional, mediante concessão(ões) e/ou permissão(ões) outorgada(s) pelo poder público competente; estúdios de gravação de vídeo e áudio, inclusive dublagem e mixagem sonora.

PARÁGRAFO ÚNICO - Pelas atividades prestadas a empresa, sempre que necessário, terá um profissional devidamente habilitado pela entidade profissional competente e de acordo com a legislação em vigor.



II – CAPITAL SOCIAL E RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

CLÁUSULA QUINTA – O Capital Social é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), dividido em 40.000 (quarenta mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real), cada uma, assim distribuídas entre os sócios quotistas:

| SÓCIOS QUOTISTAS | N.º DE QUOTAS | VALOR EM R\$ |
|-----------------------------|---------------|------------------|
| MARCELO BITTENCOURT PEREIRA | 20.000 | 20.000,00 |
| EDITE MARTINS LUENEBERG | 20.000 | 20.000,00 |
| TOTAL | 40.000 | 40.000,00 |

PARÁGRAFO ÚNICO – A integralização do capital social será feita em moeda corrente do país, sendo o equivalente a 10% (dez) por cento, neste ato e o saldo restante a ser integralizado num prazo de 05 (cinco) meses.

CLÁUSULA SEXTA – A responsabilidade dos sócios é na forma da legislação em vigor, limitada a importância do total do capital social.

III – CESSÃO DE QUOTAS, INCAPACIDADE, RETIRADA E MORTE DE SÓCIOS

CLÁUSULA SÉTIMA – As quotas representativas do capital social, são indivisíveis em relação a sociedade, inalienáveis e incaucionáveis e não poderão ser, a qualquer título e com exceção das transmissões por herança, cedidas ou transferidas a terceiros, sem que seja dado direito de preferência aos sócios que nela permanecerem, sendo-lhes assegurado tal preferência em igualdade de condições.

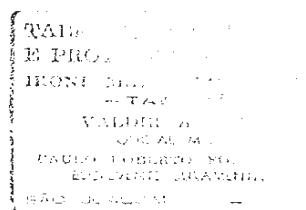
CLÁUSULA OITAVA – O sócio que desejar retirar-se da sociedade, deverá comunicar a sua intenção aos demais sócios quotistas, por escrito, e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO ÚNICO – Neste caso, o sócio que se retira terá direito a receber o valor patrimonial de suas quotas de capital, regularmente apurado e contabilizado no balancete do último dia do mês em que for feita a comunicação, pagando-se os haveres 20% (vinte) por cento, em 30 (trinta) dias da data do balanço e os restantes 80% (oitenta) por cento, em 05 (cinco) parcelas, de igual valor e mensais.

CLÁUSULA NONA – Ocorrendo impedimento ou incapacidade de qualquer um dos sócios quotistas, este será excluído da sociedade, mediante alteração contratual aprovada pela maioria dos sócios, sendo seus direitos e haveres apurados com base no valor patrimonial de suas quotas, levantando-se um balanço especial para esse fim, com base na data do evento.

CLÁUSULA DÉCIMA – Ocorrendo a exclusão de qualquer um dos sócios, os quotistas remanescentes obrigam-se, em caráter irrevogável e irretroatável, a exonerar o quotista que deixar a sociedade, das garantias pessoais existentes, por eles prestadas em favor das obrigações contraídas pela sociedade.

Arquivo
Edite Martins Lueneberg
 SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 05 SET 2002
AP



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O falecimento de qualquer um dos sócios não acarretará a dissolução da sociedade, sub-rogando-se aos herdeiros do “de cujus” os mesmos direitos e obrigações proporcionais ao número de quotas de capital em que tiverem havidos.

PARÁGRAFO ÚNICO – Em caso de não ingresso na sociedade de herdeiros do “de cujus”, será efetuado um balanço dos haveres do sócio falecido, sendo pagos em 10 (dez) parcelas, mensais e iguais, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após a apresentação, à sociedade, da autorização judicial para recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – As quotas do capital social serão sempre subscritas pôr brasileiro natos, naturalizados a mais de 10 (dez) anos ou portugueses com igualdade de direitos civis reconhecida.

IV – ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A Administração da sociedade compete ao sócio quotista **MARCELO BITTENCOURT PEREIRA**, que terá a designação de diretor, com as respectivas atribuições conferidas pôr Lei e pôr este contrato social.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O diretor é dispensado de prestar caução para garantia de suas gestões.

PARÁGRAFO SEGUNDO – É expressamente vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado pôr qualquer diretor, gerente, procurador ou funcionário da sociedade, que a envolva em obrigações relativas a negócios e operações estranhas ao objeto social, sem prejuízo de responsabilidade civil ou criminal, se for o caso, a que estará sujeito o infrator deste dispositivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Compete ao diretor, a representação da sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo praticar todos os atos necessários para o bom desempenho de suas funções e consecução do fim social.

PARÁGRAFO ÚNICO – A sociedade poderá através de seu diretor e mediante instrumento competente, constituir mandatários com poderes específicos para agirem em seu nome, cujos mandatos não poderão ultrapassar o ano civil, ressalvados os de natureza judicial.

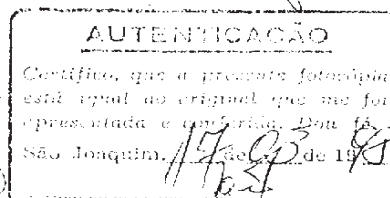
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Pelo exercício da administração, caberá ao diretor uma retirada mensal, a título de “pro-labore”, cujo valor será fixado em comum acordo entre os sócios quotistas.

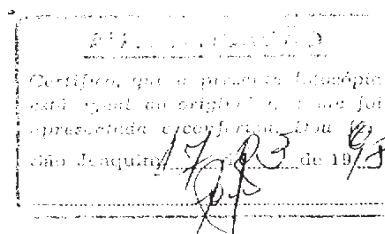
V – EXERCÍCIO SOCIAL E RESULTADOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – O exercício social coincide com o ano civil, e a seu término, a sociedade levantará um balanço geral de suas atividades, para apurar o resultado do período e elaborará as demonstrações financeiras exigidas pôr Lei.

Handwritten signature: Marília
Handwritten signature: F. Bittencourt Pereira

SERVIÇO REGISTRAL
 05 SET 2002





CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Do resultado de cada exercício serão deduzidos antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados, a provisão para o imposto de renda e a contribuição social.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Após procedida as deduções referidas neste artigo, caberá ao diretor uma participação de 5% (cinco) pôr cento, sobre os lucros remanescentes.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os prejuízos, que pôr ventura se apurarem serão mantidos em conta especial, para serem amortizados nos 3 (três) exercícios seguintes, e não o sendo serão suportados pêlos sócios, na proporção de suas quotas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – O lucro líquido do exercício terá a destinação que for decidido em reunião dos sócios quotistas, a ser realizada até o último dia do quarto mês seguinte ao término do exercício social.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Salvo disposição em contrário, tomada em reunião dos sócios quotistas, o pagamento da participação e da distribuição de lucros será efetivado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da data da respectiva deliberação.

PARÁGRAFO ÚNICO – Pôr deliberação tomada em reunião dos sócios quotistas, pode a sociedade levantar balanços intermediários, mensais, trimestrais ou semestrais, bem como distribuir lucros a conta do resultado nestes balanços, ou da conta de lucros acumulados, na forma prevista em Lei.

VI - DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA – As deliberações sociais, ainda que importem em alteração contratual, poderão ser tomadas pôr sócios que representem a maioria absoluta do capital social.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – As modificações no contrato social serão previamente submetidas à aprovação do Ministério das Comunicações ou outro órgão que venha substituí-lo nesta competência.

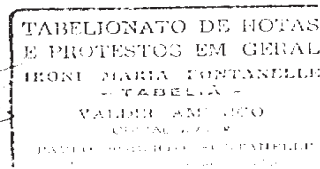
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – A sociedade não poderá defer concessões/permisões para executar serviços de radiodifusão e telecomunicações além dos limites fixados na legislação em vigor.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – A sociedade se obriga a cumprir rigorosamente as Leis, Decretos, Portarias, Regulamentos, Normas e Instruções vigentes, emanadas do poder concedente, referentes à execução de serviços de radiodifusão e de telecomunicações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – Os sócios quotistas, declaram que não estão incurso em qualquer dos crimes previstos em Lei, nem nas restrições legais, que possam impedir de exercer atividades mercantis.


CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – Os casos omissos neste contrato serão regulados pela Legislação em vigor.

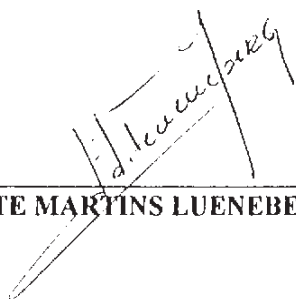
Handwritten signatures and initials:
 - A large signature that appears to be "A. Maria"
 - Another signature below it, possibly "E. T. ..."
 - Various initials and scribbles.




E pôr estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento juntamente com as testemunhas, para que se produza seus devidos e legais efeitos, obrigando-se todos a bem e fielmente cumpri-lo, pôr si, seus herdeiros e/ou sucessores.

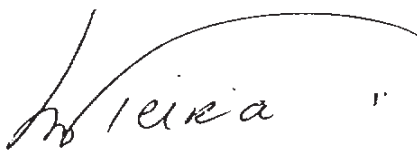
São Joaquim, 28 de janeiro de 1998


MARCELO BITTENCOURT PEREIRA


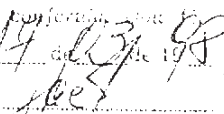

EDITE MARTINS LUENEBERG

TESTEMUNHAS:


CEZARO GOULART DUTRA
FRUTICULTOR-SÃO JOAQUIM/SC
8/R 153.401 SSI/SC
CPF 138.096.019-34


LEIDA MARTINS VIEIRA
OAB/SC 0946


ACIOLY LIMA DA SILVA FILHO
AUXILIAR DE ESCRITÓRIO-SÃO JOAQUIM/SC
8/R 1.824.598 SSI/SC


Certifico, que o presente instrumento, está igual no original que me foi apresentada e conferida, em São Joaquim, 19 de 03 de 1998


TABELIONADO DE NOTARIAS E PROTESTOS EM AGRICULTURA E Pecuária - TABELIONADO - VALDÉO - UNIDADE - PAULO HENRIQUE - ESTANVILLE - SECRETARIA FEDERAL - SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - MONTEIRO DAS COELHAS - 05 SET 2002

À Comissão de educação (decisão Terminativa)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 247, DE 2004**

(Nº 1.490/2004, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão e Jornalismo Comunitário Popular de Samambaia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Samambaia, Distrito Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 145, de 16 de abril de 2004, que autoriza a Associação de Radiodifusão e Jornalismo Comunitário Popular de Samambaia a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Samambaia, Distrito Federal.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 640, DE 2004

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Podaria nº 559, de 5 de novembro de 2003 – Associação Comunitária Cultural Garças, na localidade de Alto Garças – MT;

2 – Portaria nº 642, de 9 de dezembro de 2003 – Associação Comunitária de Radiodifusão de Magoa Grande, na cidade de Alagoa Grande – PB;

3 – Portaria nº 733, de 15 de dezembro de 2003 – Fundação Pedra Branca para o Desenvolvimento e Assistência Social, na cidade de Pedra Branca – CE;

4 – Portaria nº 20, de 15 de janeiro de 2004 – Associação Cultural de Integração Comunitária de Santa Cruz do Sul – ACICOM, na cidade de Santa Cruz do Sul – RS;

5 – Portaria nº 42, de 15 de janeiro de 2004 – Associação Rádio Comunitária Campeche, na cidade de Florianópolis – SC;

6 – Podaria nº 55, de 16 de janeiro de 2004 – Associação Cultural, Educacional e Ecológica de Capanema – “ACEC”, na cidade de Capanema – PR;

7 – Podaria nº 145, de 16 de abril de 2004 – Associação de Radiodifusão e Jornalismo Comunitário Popular de Samambaia, na cidade de Samambaia – DF;

8 – Portaria nº 180, de 16 de abril de 2004 – Associação Cultural Comunitária, na cidade de Duartina – SP;

9 – Podaria nº 219, de 28 de abril de 2004 – Associação Comunitária de Comunicação “Alternativa EM”, no município de Mirante do Paranapanema – SP; e

10 – Portaria nº 220, de 28 de abril de 2004 – Sociedade Comunitária Costa Sul – SCCS, na Localidade de Boiçucanga, no município de São Sebastião – SP. Brasília, 28 de Setembro de 2004. – **Luiz Inácio**

Lula da Silva.

MC Nº 148 EM

Brasília, 11 de maio de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Podaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Radiodifusão e Jornalismo Comunitário Popular de Samambaia, situada em Samambaia, no Distrito Federal, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o capta do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53.000.003.269/00, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Eunício Lopes de Oliveira.**

PORTARIA Nº 145, DE 16 DE ABRIL DE 2004

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no

inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.000.003.269/00 e do PARECER/CONJUR/MC nº 0221 – 1.08/2004, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Radiodifusão e Jornalismo Comunitário Popular de Samambaia, com sede na QN 510, conjunto 02, lote 03, sala 210, Samambaia, Distrito Federal, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 15º53'43"S e longitude em 48º07'11"W utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, – **Eunício Oliveira**.

RELATÓRIO Nº 23/2004/RADCOM/DOS/SSCE/MC-LC

Referência: Processo nº 53000003269/00, protocolizado em 27-4-2000.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação de Radiodifusão e Jornalismo Comunitário Popular de Samambaia, localidade de Samambaia, Estado do Distrito Federal.

I – Introdução

1. A Associação de Radiodifusão e Jornalismo Comunitário Popular de Samambaia, inscrita no CNPJ sob o número 03.747.163/0001-20, no Estado do Distrito Federal, com sede na QN 510, Conj. 02, Lote 03, Sala 210, cidade de Samambaia, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 26 de abril de 2000, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial** da

União – **DOU** de 27 de março de 2000, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outras entidades foram objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentaram suas solicitações para a mesma área de interesse, tendo sido seus processos devidamente analisados e arquivados. Os motivos dos arquivamentos, bem como a indicação da relação constando os respectivos nomes e processos, se encontram abaixo explicitadas:

a) Prefeitura Comunitária da Quadra 601 de Samambaia – Processo nº 53000006620/98, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: A Entidade não cumpriu as exigências do último ofício em tempo hábil, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 6.604, datado de 11-9-2001. (cópia anexa.)

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 02/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na QS 310, Conj. 05 Lote 03 Sala 01, na cidade de Samambaia, Estado do Distrito Federal, de coordenadas geográficas em 15º52'40"S de latitude e 48º04'21"W de longitude. Ocorre que, posteriormente, as coordenadas e endereço propostos foram retificados passando a estar na QR 323 Conj 02 Lote 03 em 15º53'43" de latitude e 48º07'11"W de longitude consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 27-3-2000.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser confirmadas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 74/75, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE,

compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos II, III, VIII da Norma 02/98, comprovação de necessária alteração estatutária, comprovante de válida existência das entidades que manifestaram apoio à iniciativa. Diante da regularidade técnico-jurídica do processo, foi solicitada à Entidade a apresentação do projeto técnico (fls. 102 a 166).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 109, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observase nas folhas 164/165. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial) com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 166, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de armamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos

XIX e X da Norma Complementar nº 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar nº 2/98;

- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar nº 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome

Associação de Radiodifusão e Jornalismo Comunitário Popular de Samambaia:

• quadro diretivo

Diretor Geral: Erinaldo Fábio Bispo Lourenço

Diretor Adm.: Márcio Vieira Silva

Diretor de Operações: Reinaldo Félix de Araújo Leite

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

QR 323 Conj 2 Lote 3, cidade de Samambaia, Estado do Distrito Federal;

• coordenadas geográficas

15°53'43 de latitude e 48°07'11” de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação” – fls. 164/165, bem como “Formulário de Informações Técnicas” – fls 109 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação de Radiodifusão e Jornalismo Comunitário Popular de Samambaia, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53000003269/00, de 27 de abril de 2000.

Brasília, 15 de janeiro de 2004. – **Luciana Coelho**, Relator da Conclusão Jurídica – **Neide Aparecida da Silva**, Relator da Conclusão Técnica.

De acordo,

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços. Brasília, 15 de junho de 2004.

– **Jayme Marques de Carvalho Neto**, Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio e Imagem.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 15 de janeiro de 2004. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº 23/2004/RadCom/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 15 de janeiro de 2004. – **Eugênio de Oliveira Fraga**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(*À Comissão de Educação – decisão terminativa.*)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 248, DE 2005

(Nº 1.493/2004, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Pirangiense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pirangi, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 600, de 24 de outubro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Pirangiense a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pirangi, Estado de São Paulo, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.402, DE 2001

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 595, de 24 de outubro de 2001 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Assu/RN, na cidade de Assu – RN;

2 – Portaria nº 96, de 24 de outubro de 2001 – Fundação Mário Negócio, na cidade de Parnamirim – RN;

3 – Portaria nº 597, de 24 de outubro de 2001 – Associação Cultural Macaparana FM, na cidade de Macaparana – PE;

4 – Portaria nº 598, de 24 de outubro de 2001 – Associação Beneficente de Chã do Pavão, na cidade de Vertente do Lério – PE;

5 – Portaria nº 599, de 24 de outubro de 2001 – Associação de Mídia Comunitária Cidade das Brisas, na cidade de Votuporanga – SP;

6 – Portaria nº 600, de 24 de outubro de 2001 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Pirangiense, na cidade de Pirangi – SP;

7 – Portaria nº 601, de 24 de outubro de 2001 – Associação Comunitária Cultural Portuense de Rádio e TV, na cidade de Astolfo Dutra – MG;

8 – Portaria nº 604, de 24 de outubro de 2001 – Associação dos Moradores da Praia da Costa, na cidade de Vila Velha – ES;

9 – Portaria nº 606, de 24 de outubro de 2001 – Sociedade Civil Boca Maldita, na cidade de Curitiba – PR;

10 – Portaria nº 607, de 24 de outubro de 2001 – Associação de Assistência aos Bairros de Pitangui – ABAP, na cidade de Pitangui – MG; e

11 – Portaria nº 608, de 24 de outubro de 2001 – Associação Comunitária Cultural Rural da Imagem e do Som de Lagamar, na cidade de Lagamar – MG.

Brasília, 18 de dezembro de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso**.

MC Nº 732 EM

Brasília, 19 de novembro de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Encaminho a Vossa Excelência portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Pirangiense na cidade de Pirangi, Estado de São Paulo, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com

a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53830.001736/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 600, DE 24 DE OUTUBRO DE 2001

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53830.001736/98, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Pirangiense, com sede na Rua Floriano Peixoto, nº 448, na cidade de Pirangi, Estado de São Paulo, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 21º05'31"S e longitude em 48º39'25"W, utilizando a frequência de 105,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga**.

RELATÓRIO Nº 210/2001 – DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53.830.001.736/98 de 21-8-1998.

Objeto: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Pirangiense, localidade de Pirangi, Estado de São Paulo.

I – Introdução

1. A Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Pirangiense, inscrita no CNPJ sob o número 02.628.748/0001-69, Estado de São Paulo, com sede na Rua Floriano Peixoto nº 448, Cidade de Pirangi, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 19-08-1998, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 18-3-1999, Seção 3, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, substanciando na Petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, em face dos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 11 a 100 dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório

• informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Floriano Peixoto nº 448, Cidade de Pirangi, Estado de São Paulo, de coordenadas geográficas em 21°05'35"S de latitude e 48°39'43"W de longitude, retificadas em 21°05'31"S de latitude e 48°39'25"W de longitude consoantes aos dados constantes no aviso no **DOU** de 18-3-1999, Seção 03.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que, as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 78, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom".

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;
- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço para instalação da antena;

- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se diligências para apresentação da Ata de Eleição dos atuais dirigentes da Entidade, declarações de acordo com o subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma nº 2/98 no que se refere aos novos membros, cópia do CNPJ da requerente, bem como do subitem 6.11 (Projeto Técnico) e adequação do mesmo à Norma nº 2/98 (fls. 82 a 114).

13. Cumpridas as exigências, foi expedido o "Formulário de Informações Técnicas", fls. 114, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;
- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o Roteiro de Verificação de Instalação da Estação, constatando-se conformidade com a Norma 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, folhas 115 e 116.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– nome

Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Pirangiense.

– quadro diretivo

Presidente: Paulo César Geraldini

Vice-Presidente: Carlos Augusto Coviello

Secretária: Luzia Regina de Souza Marques Rosa

1º Tesoureiro: Fernando César Sanches

2º Tesoureiro: José Antônio Biscola

Dir. de Patrimônio: Valdemir José de Arruda

– **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Rua Floriano Peixoto nº 448, Cidade de Pirangi, Estado de São Paulo;

– **coordenadas geográficas**

21º 05' 35" S de latitude e 48º 39' 43" W de longitude, retificadas em 21º 05' 31" S de latitude e 48º 39' 25" W de longitude, correspondentes aos dados constantes no "Formulário de Informações Técnicas", fl. 114, e "Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RADCOM", fls. 115 e 116, que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Pirangiense, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.830001.736/98 de 21 de agosto de 1998.

Brasília, 2 de junho de 2001.


Relator da conclusão Jurídica


Relator da conclusão Técnica

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 249, DE 2005**

(Nº 1.495/2004, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Estereosom de Limeira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Limeira, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 739, de 10 de maio de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 7 de outubro de 1997, a

permissão outorgada à Rádio Estereosom de Limeira Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Limeira, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 699, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, renovações de permissões para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 694, de 9 de maio de 2002 – Rádio Menina Tropical FM Ltda., na cidade de Blumenau – SC;

2 – Portaria nº 695, de 9 de maio de 2002 – Rádio Menina do Atlântico EM Ltda., na cidade de Balneário Camboriú – SC;

3 – Portaria nº 739, de 10 de maio de 2002 – Rádio Estereosom de Limeira Ltda., na cidade de Limeira – SP; e

4 – Portaria nº 950, de 7 de junho de 2002 – Rádio Araranguá Ltda., na cidade de Araranguá – SC.

Brasília, 6 de agosto de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC Nº 1.009 EM

Brasília, 12 de maio de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência a inclusa Portaria nº 739, de 10 de maio de 2002, pela qual renovei a permissão outorgada à Rádio Estereosom de Limeira Ltda., pela Portaria nº 1038, de 30 de setembro de 1977, publicada no **Diário Oficial** da União em 7 de outubro de 1977, tendo sido renovada pela Portaria nº 178, de 11 de julho de 1988, publicada em 29 de setembro de 1988, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Limeira, Estado de São Paulo.

2. Os órgãos competentes deste Ministério manifestaram-se sobre o pedido, considerando-o instruído de acordo com a legislação aplicável, o que me levou a deferir o requerimento de renovação.

3. Esclareço que, nos termos do § 3º, do art. 223 da Constituição, o ato de renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do Processo nº 53830.000900/97, que lhe deu origem.

Respeitosamente, **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 739, DE 10 DE MAIO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no conforme o disposto no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro o que consta do Processo nº 53830.000900/97, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 7 de outubro de 1997, a permissão outorgada à Rádio Estereosom de Limeira Ltda., pela Portaria nº 1038, de 30 de setembro de 1977, publicada no **Diário Oficial** da União em 7 de outubro de 1977, tendo sido renovada pela Portaria nº 178, de 11 de julho de 1988,

publicada em 29 de setembro de 1988, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Limeira, Estado de São Paulo.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º, do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento**.

SINGULAR



JUCESP PROTOCOLO
143594/00-0



*** **RÁDIO ESTEREOSOM DE LIMEIRA LTDA** ***

CNPJ/MF. 46.985.107/0001-37

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL
E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO, DE UMA SOCIEDADE
POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.**

Pelo presente instrumento particular, os abaixo assinados:

ESPÓLIO DE VITÓRIO BORTOLAN FILHO, falecido em 10/10/1997, portador do RG. nº 5.166.059-SSP-SP., e do F.MF. nº 027.671.398-20, neste ato representado pela sua venturante **NADIR ARCARO BORTOLAN**, portadora do RG. nº 100.653-4 e do CPF.MF. nº 600.414.398-72, residente e domiciliada à Rua Alferes Franco nº 870 - centro, nesta cidade de Limeira, Estado de São Paulo, CEP.13480-917;

FRANCISO ALTIMARI, brasileiro, casado, radialista, portador do RG. nº 2.905.249-SSP-SP; e do CPF. MF. nº 0.835.208-68, residente e domiciliado à Rua Guararapes nº 5 - Vila Claudia, nesta cidade de Limeira, Estado de São Paulo, CEP. 13480-405 e,

MARIA CRISTINA SAVOI BORTOLAN, brasileira, viúva, prossora, portadora do RG. nº 5.101.272-SSP-SP; e do CPF. MF. 600.414.208-53, residente e domiciliada à Rua Guararapes 811 - Vila Claudia, nesta cidade de Limeira, Estado de São Paulo, CEP. 13480-405, **ÚNICOS SÓCIOS QUOTISTAS** da sociedade de quotas de responsabilidade limitada, que gira nesta praça de Limeira, Estado de São Paulo, sob a denominação social de: **RÁDIO ESTEREOSOM DE LIMEIRA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF. sob o nº 46.985.107/0001-37, com sede, foro e administração à Rua Professora Maria Aparecida Martinelli Faveri nº 988 - Jardim Iza Fumagalli, CEP. 13485-316, conforme contrato social arquivado nessa MM.JUCESP sob nº 834.466/76 em sessão de 30 de

Fls. 01/15

AS

MAB

[Assinatura]

MAB

.....

Março de 1976 e registrado no NIRC nº 35 2 0262820 4 e última alteração contratual arquivada sob nº 72.231/97-0 em sessão de 21/05/1997, resolveu como de fato resolvido tem, promover a **ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO SEU CONTRATO SOCIAL, DE SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA**, que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo discriminadas, nos termos do Decreto Lei 3.708 de 10 de janeiro de 1.919 e nos casos omissos, pela legislação vigente que disciplina essa matéria específica.

***** ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL *****

I.- DA PARTILHA DAS QUOTAS DE CAPITAL SOCIAL " do de cujus ", VITORIO BORTOLAN FILHO.

Em virtude do falecimento do sócio **VITORIO BORTOLAN FILHO**, em 31/10/1997, na forma do que dispõe os artigos 1031 a 1045 do Código de Processo Civil, e do que foi requerido nos autos de INVENTÁRIO, sob nº 2556/97, que tramita na (4ª) Quarta Vara da Comarca de Limeira, Estado de São Paulo, em cumprimento ao Alvará, foi AUTORIZADA a representante do espólio, **NADIR ARCARO BORTOLAN**, já qualificada no preâmbulo deste instrumento, a **PROCEDER a TRANSFERÊNCIA DAS QUOTAS DE CAPITAL**, deixada pelo " de cujus ", que era possuidor de **22.410** (Vinte e duas mil Quatrocentos e Dez) quotas de capital de valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, perfazendo o total de R\$ 22.410,00 (Vinte e Dois Mil Quatrocentos e Dez Reais), e que ficam assim atribuídas aos seus herdeiros legais a saber: a)- **3.735** (Três Mil Setecentos e Trinta e Cinco) quotas para o herdeiro **BRUNO ARCARO BORTOLAN**; b)- **3.735** (Três Mil Setecentos e Trinta e Cinco) quotas para a herdeira **MARIÁ ARCARO BORTOLAN**; c)- **3.700** (Três Mil Setecentas) quotas para o herdeiro maior **CAIO ARCARO BORTOLAN**; e d)- **11.240** (Onze Mil Duzentas e Quarenta) quotas para viúva meeira **NADIR ARCARO BORTOLAN**.

II.- DA ADMISSÃO DE SÓCIOS EM FUNÇÃO DA PARTILHA DAS QUOTAS DE CAPITAL SOCIAL " do de cujus ".

Os sócios remanescentes, deliberam nesta data, admitir

Fls. 02/15

KB *MAB*

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

na referida sociedade, a viúva meeira e os herdeiros legais do sócio falecido, a saber:

a)- **NADIR ARCARO BORTOLAN**, brasileira, viúva, professora, portadora do RG. nº 5.100.653-4-SSP-SP; e CPF.MF. nº 600.414.398-72, natural de Limeira, Estado de São Paulo, nascida em 07/12/1951, filha de Orlando Arcaro e Maria Aparecida Coletta Arcaro, que doravante passa a possuir o total de 11.240 (Onze Mil Duzentas e Quarenta) quotas, no valor total de R\$ 11.240,00 (Onze Mil Duzentos e Quarenta Reais);

b)- **CAIO ARCARO BORTOLAN**, brasileiro, solteiro, maior, capaz, administrador, portador do RG. nº 27.819.000-5-SSP-SP; e do CPF.MF. nº 265.202.438-84, nascido em 16/06/1977, natural de Limeira, Estado de São Paulo, filho de Vitório Bortolan Filho e Nadir Arcaro Bortolan, que doravante passa a possuir o total de 3.700 (Três Mil e Setecentas) quotas de capital no valor total de R\$ 3.700,00 (Três Mil Setecentos Reais);

c)- **BRUNO ARCARO BORTOLAN**, brasileiro, solteiro, menor púbere, estudante, portador do RG. nº 27.820.000-X-SSP-SP; e do CPF.MF. nº 600.414.398-72, nascido em 02/07/1981, natural de Limeira, Estado de São Paulo, filho de Vitório Bortolan Filho e Nadir Arcaro Bortolan, neste ato representado pela sua genitora, que doravante passa a possuir o total de 3.735 (Três Mil Setecentas e Trinta e Cinco) quotas de capital no valor total de R\$ 3.735,00 (Três Mil Setecentos e Trinta e Cinco Reais);

d)- **MARIÁ ARCARO BORTOLAN**, brasileira, solteira, menor impúbere, estudante, portadora do RG. nº 27.821.000-X-SSP-SP; e do CPF.MF. nº 600.414.398-72, nascido em 15/09/1984, natural de Limeira, Estado de São Paulo, filho de Vitório Bortolan Filho e Nadir Arcaro Bortolan, neste ato representado pela sua genitora, que doravante passa a possuir o total de 3.735 (Três Mil Setecentas e Trinta e Cinco) quotas de capital no valor total de R\$ 3.735,00 (Três Mil Setecentos e Trinta e Cinco Reais), todos residentes e domiciliados à Rua Alferes Franco nº 870 - Centro, nesta cidade de Limeira, Estado de São Paulo, CEP. 13480-917.

Fls. 03/15

MAB

AB

16/10

III

III.- DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO.

Os sócios ~~recem admitidos~~ declaram não estarem incurso em nenhum crime previsto em Lei, que os impeçam de exercerem a atividade mercantil.

IV.- DA NOVA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS DE CAPITAL AOS SÓCIOS ADMITIDOS APÓS "CAUSA MORTIS" E REMANESCENTES.

Em virtude da alteração no quadro social, noticiado anteriormente, o Capital Social da referida sociedade ficou assim distribuído e subscrito pelos sócios a saber:

| NOME DOS SÓCIOS | QUANTIDADE DE QUOTAS | VALOR TOTAL R\$ |
|---|----------------------|-----------------|
| a)-NADIR ARCARO BORTOLAN | 11.240 | 11.240,00 |
| b)-FRANCISCO ALTIMARI | 11.205 | 11.205,00 |
| c)-MARIA CRISTINA SAVOI BORTOLAN | 11.205 | 11.205,00 |
| d)-CAIO ARCARO BORTOLAN | 3.700 | 3.700,00 |
| e)-BRUNO ARCARO BORTOLAN (menor púbere) | 3.735 | 3.735,00 |
| f)-MARIÁ ARCARO BORTOLAN (menor púbere) | 3.735 | 3.735,00 |
| TOTAL..... | 44.820 | 44.820,00 |

PARÁGRAFO ÚNICO: A responsabilidade dos sócios é limitada ao montante do capital social, nos termos do Artigo 2. (Segundo) "In-Fine" do Decreto Lei nº. 3.708 de 10 de Janeiro de 1.919.

IV.- DA ALTERAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL (AUMENTO)

Os sócios deliberam nesta data, por unanimidade, **aumentar o Capital Social** da referida sociedade, elevando-o do valor de R\$ 44.820,00 (Quarenta e Quatro Mil e Oitocentos e Vinte Reais) **para o valor de R\$ 137.332,00** (Cento e Trinta e Sete Mil e Trezentos e Trinta e Dois Reais), cujo aumento do valor de R\$ 92.512,00 (Noventa e Dois Mil, Quinhentos e Doze Reais), deu-se mediante o aproveitamento dos saldos das

Quint

AKB
MAB

J.B.S.P.

seguintes contas, a saber: R\$ 2.130,00 (Dois Mil Cento e Trinta Reais) do saldo existente na conta de **RESERVA DE CORREÇÃO MONETÁRIA DO CAPITAL REALIZADO**; R\$ 41.382,00 (Quarenta e Um Mil, Trezentos e Oitenta e Dois Reais) referente a parte do saldo da conta de **RESERVAS DE LUCROS**; R\$ 49.000,00 (Quarenta e Nove Mil Reais) referente ao saldo da conta de **PROLABORE A RECEBER**, que encontra-se devidamente contabilizada e rateada entre os sócios.

Em virtude da alteração de aumento do Capital Social, fica doravante assim distribuído e subscrito o Capital Social desta sociedade a saber:

| NOME DOS SÓCIOS | CAPITAL SUBSCRITO ANTERIOR | RESERVAS DE C/MO- CAP. REA- | RESERVAS DE LUCROS | C/C DE PROLABORE A RECEBER | CAPITAL TOTAL ATUAL |
|---------------------|----------------------------------|-----------------------------------|--------------------------|----------------------------------|---------------------------|
| NADIR A. BORTOLAN | 11.240,00 | 535,00 | 10.378,00 | 12.288,00 | 34.441,00 |
| CAIO A. BORTOLAN | 3.700,00 | 176,00 | 3.419,00 | 4.048,00 | 11.343,00 |
| BRUNO A. BORTOLAN | 3.735,00 | 177,00 | 3.447,00 | 4.082,00 | 11.441,00 |
| MARIÁ A. BORTOLAN | 3.735,00 | 177,00 | 3.447,00 | 4.082,00 | 11.441,00 |
| FRANCISCO ALTIMARI | 11.205,00 | 532,50 | 10.345,50 | 12.250,00 | 34.333,00 |
| MARIA C.S. BORTOLAN | 11.205,00 | 532,50 | 10.345,50 | 12.250,00 | 34.333,00 |
| TOTAL | 44.820,00 | 2.130,00 | 41.382,00 | 49.000,00 | 137.332,00 |

PARÁGRAFO ÚNICO: A responsabilidade dos sócios é limitada ao montante do capital social, nos termos do Artigo 2. (Segundo) "In-Fine" do Decreto Lei nº. 3.708 de 10 de Janeiro de 1.919.

V.- DA RETIRADA DE SÓCIO, TRANSFERÊNCIA E CESSÃO DE QUOTAS POR ALIENAÇÃO.

Retira-se desta sociedade por livre e espontânea vontade, a sócia cedente **MARIA CRISTINA SAVOI BORTOLAN**, devidamente qualificada no preâmbulo deste instrumento particular, **que cede e transfere a totalidade as suas quotas de capital, mais todos os direitos e haveres na referida sociedade**, aos sócios remanescentes e adquirentes cessionários a seguir especi-

Fls. 05/15

duy

AB *MAS*

Maria

cados, por alienação e que assim se caracteriza, a saber: à sócia adquirente cessionária, **NADIR ARCARO BORTOLAN**, a quantia de **23.003** (Vinte e Três mil e Três) quotas, de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, perfazendo o total de **R\$ 23.003,00** (Vinte e Três Mil e Três Reais); e ao sócio adquirente cessionário **FRANCISCO ALTIMARI** a quantia de **11.330** (Onze Mil Trezentos e Trinta) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, perfazendo o total de **R\$ 11.330,00** (Onze Mil Trezentos e Trinta); perfazendo assim a totalidade das suas 34.333 (Trinta e Quatro Mil e Trezentos e Trinta e Três) quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, e que totaliza o valor de R\$ 34.333,00 (Trinta e Quatro Mil Trezentos e Trinta e Três Reais).

A sócia cedente e retirante, declara haver recebido neste ato dos sócios remanescentes e adquirentes cessionários, o valor de **R\$ 45.000,00** (Quarenta e Cinco mil Reais), pela totalidade das quotas ora alienadas, cujos pagamentos foram feitos através de cheques administrativos, que assim ficam discriminados: à sócia adquirente **NADIR ARCARO BORTOLAN**, pagou o valor de **R\$ 30.150,00** (Trinta Mil Cento e Cincoenta Reais) e o outro sócio adquirente **FRANCISCO ALTIMARI**, pagou o valor de **R\$ 14.850,00** (Quatorze Mil Oitocentos e Cincoenta Reais).

As partes, cedente e cessionários dão reciprocamente, plena, geral, rasa e irrevogável quitação, para mais nada reclamarem um do outro a qualquer título que seja. A **CEDENTE** declara, também, que nada mais tem a receber ou reclamar na referida sociedade a qualquer título e tempo que seja.

Declara, cedente e cessionários, que no presente contrato, foi de manifestação das partes por livre e espontânea vontade onde foram ofertadas e aceitas as referidas condições da presente alienação e assim desta forma, pactuam-se com expressa irrevocabilidade e irrevogabilidade, por força da qual nenhuma delas poderá arrepender-se, abrindo mão da faculdade de arrependimento tacitamente prevista no CÓDIGO CIVIL.

VI.- DA NOVA COMPOSIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL.

| NOME DOS SÓCIOS | CAPITAL | QUOTAS | QUOTAS | CAPITAL | PARTI- CIPAÇÃO |
|--------------------|-------------------|------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| | SUBSCRITO | ALIENADAS | ADQUIRIDAS | TOTAL | |
| | ANTERIOR | R\$ | R\$ | R\$ | |
| NADIR A. BORTOLAN | 34.441,00 | - | 23.003,00 | 57.444,00 | 41,83 |
| CAIO A. BORTOLAN | 11.343,00 | - | - | 11.343,00 | 8,26 |
| BRUNO A. BORTOLAN | 11.441,00 | - | - | 11.441,00 | 8,33 |
| MARIÁ A. BORTOLAN | 11.441,00 | - | - | 11.441,00 | 8,33 |
| FRANCISCO ALTIMARI | 34.333,00 | - | 11.330,00 | 45.663,00 | 33,25 |
| MARIA C.S.BORTOLAN | 34.333,00 | 34.333,00 | - | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | 137.332,00 | 34.333,00 | 34.333,00 | 137.332,00 | 100,00 |

PARÁGRAFO ÚNICO: A responsabilidade dos sócios é limitada ao montante do capital social, nos termos do Artigo 2. (Segundo) "In-Fine" do Decreto Lei nº. 3.708 de 10 de Janeiro de 1.919.

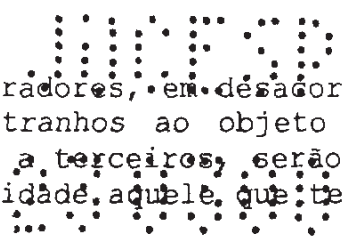
VII.- DAS FUNÇÕES, ATRIBUIÇÕES, GERÊNCIA E ADMINISTRAÇÃO AOS SÓCIOS RECEM ADMITIDOS:

Os sócios menores púberes e impúberes, especificamente, BRUNO ARCARO BORTOLAN e MARIÁ ARCARO BORTOLAN, serão sócios quotistas sem direito a retirada pro labore, e serão representados por sua genitora, NADIR ARCARO BORTOLAN, até adquirirem a maioria, enquanto que os demais sócios recém admitidos, por serem maiores e capazes, ou seja, NADIR ARCARO BORTOLAN e CAIO ARCARO BORTOLAN, exercerão os direitos estabelecidos no presente instrumento particular.

VIII.- ALTERAÇÕES DAS CLÁUSULAS 5ª e 6ª :

A Cláusula 5ª que tinha a seguinte redação:

"CLAUSULA 5ª :- O direito e o dever da Administração e as deliberações sobre todos os negócios sociais da Sociedade, inclusive alterações do Contrato Social, caberão aos (3) três sócios cotistas, com iguais poderes, conjuntamente. Porém a representação da mesma em Juízo ou fora dele, assinaturas de documentos, inclusive cheques, deverá conter a assinatura de pelo menos (2) dois sócios, um majoritário e mais (1) outro minoritário. Todos os atos praticados por qualquer um dos só-



 cios ou procuradores, em desacordo com as decisões da administração ou estranhos ao objeto social, tais como endossos, aval, fianças a terceiros, serão nulos e inoperantes, ficando a responsabilidade, a quem, que tenha cometido a prática explícita."

Passando doravante a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA 5ª: - O direito e o dever da administração e as deliberações sobre todos os negócios sociais da Sociedade, inclusive Alterações do Contrato Social, caberão a todos os sócios cotistas, com iguais poderes, conjuntamente. Porém a representação da mesma em Juízo ou fora dele, com todos e plenos poderes das cláusulas "Ad-Negotia" e "Ad-Judicia" bem como ainda as assinaturas de todos e quaisquer documentos, inclusive nomeação de procuradores, poderão ser praticados e aceito com a representação em conjunto dos sócios a saber: **NADIR ARCARO BORTOLAN e FRANCISCO ALTIMARI.**


PARÁGRAFO PRIMEIRO:

Em caso de impossibilidade permanente ou temporária, motivada por qualquer viagem, doença, que impeçam os sócios **NADIR ARCARO BORTOLAN e/ou FRANCISCO ALTIMARI** de aporem a sua assinatura, conforme determina o "caput" desta cláusula e seus parágrafos, **estes serão substituídos pelo sócio CAIO ARCARO BORTOLAN**, com iguais poderes, ficando assim a representação: **NADIR ARCARO BORTOLAN e CAIO ARCARO BORTOLAN ou FRANCISCO ALTIMARI e CAIO ARCARO BORTOLAN.**



PARÁGRAFO SEGUNDO:

Fica ressalvado que todos os atos administrativos praticados junto ao Ministério da Comunicação, do Trabalho e Previdência Social, e ainda junto aos seus órgãos fiscalizadores e fazendários de arrecadação, da União, Estado e Município, em cumprimento das obrigações diversas perante estes órgãos, **poderão ser praticados e aceitos todos os documentos com a assinatura isoladamente dos sócios NADIR ARCARO BORTOLAN, ou FRANCISCO ALTIMARI, ou CAIO ARCARO BORTOLAN.**



Fls. 08/15




111111
111111
111111

PARÁGRAFO TERCEIRO:

Todos os atos praticados por qualquer um dos sócios ou procuradores, em desacordo com as decisões da administração ou estranhos ao objeto social, tais como endossos, aval, fianças a terceiros, serão nulos e inoperantes, ficando a responsabilidade àquele que tenha cometido a prática explícita."

A Cláusula 6ª que tinha a seguinte redação:

"CLAUSULA 6ª:- Todos os sócios exercerão a função de sócio gerente, com direito de efetuar uma retirada prolabore de valor entre ele combinados, respeitando contudo, a proporção de participação das suas cotas do capital social que cada um possui e ainda o limite máximo estabelecido pela legislação do imposto de renda vigente e que serão levadas a débito da conta de resultado operacional "Despesas Administrativas".

Passando doravante a ter a seguinte redação:

CLAUSULA 6ª:- Todos os sócios exercerão a função de sócio gerente, com direito de efetuar uma retirada prolabore de valor entre ele combinados, respeitando contudo, a proporção de participação das suas cotas do capital social que cada um possui e ainda o limite máximo estabelecido pela legislação do imposto de renda vigente e que serão levadas a débito da conta de resultado operacional "Despesas Administrativas".

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

Os sócios BRUNO ARCARO BORTOLAN e MARIÁ ARCARO BORTOLAN, serão sócios quotistas até adquirirem a maioria civil. Após adquirirem a maioria civil, passarão automaticamente a exercerem a função de sócio gerentes.

MAB

AB

AB

ABRIL

VI. - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Face a esta Alteração e outras anteriores, os sócios em comum acordo, resolvem neste ato CONSOLIDAR O SEU CONTRATO SOCIAL, ficando doravante esta sociedade regida pelas cláusulas e condições que a seguir se descrevem:

VII. - *** CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL ***

I - TIPO DE SOCIEDADE, DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, OBJETO SOCIAL E DURAÇÃO.

CLÁUSULA 1ª:- A sociedade ora constituída, é por quotas de responsabilidade Limitada, que se regerá pelas cláusulas e condições deste instrumento e nos casos omissos, pela legislação vigente que disciplina essa matéria, cuja razão social ora adotada será: **RÁDIO ESTEREOSOM DE LIMEIRA LTDA**, inscrita no CNPJ.MF. n°. 46.985.107/0001-37, com sede, Foro e administração à Rua Professora Maria Aparecida Martinelli Faveri, 988 - Jardim Eliza Fumagalli - CEP. n°. 13.485-316, com SEDE e Foro nesta cidade de Limeira - Estado de São Paulo, podendo abrir filiais, escritórios de representação em qualquer parte do Território Nacional, a critérios dos cotistas.

CLÁUSULA 2ª:- A sociedade tem por objeto social a exploração do ramo de Atividade de Serviços de Radiodifusão, em Freqüência Modulada, com finalidades informativas, educacionais, culturais, artísticas, cívicas e patrióticas, inclusive - veiculação de propaganda e locação de horário, tudo de acordo com a concessão e permissão do Governo Federal, através das deliberações do Ministério das Comunicações, sempre observando a legislação específica regedora dessa matéria. CÓD. 9221-5.

Fls. 10/15

PARÁGRAFO PRIMEIRO:- A sociedade não poderá deter a concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão em todo o país, além dos limites previstos no Art.12 do Decreto Lei nº. 236 de 28/02/1967 e posteriores alterações, portarias ou normas baixadas pelo Ministério das Comunicações e demais Órgãos competentes a ele subordinado, a qual está submetida a atividade desta sociedade.

PARÁGRAFO SEGUNDO:- A Sociedade, por todos os seus sócios, se obrigará a cumprir rigorosamente todas as Leis, Regulamentos e Instruções emanadas do Poder Cedente, vigentes ou que vierem a vigorar referente a radiodifusão.

CLÁUSULA 3ª:- O prazo de duração da referida sociedade é por tempo indeterminado, observando-se quando de sua dissolução os preceitos da Lei específica.

II.- DO CAPITAL SOCIAL:

CLÁUSULA 4ª:- O capital social é do valor de R\$ 137.332,00 (Cento e Trinta e Sete Mil e Trezentos e Trinta e Dois Reais), divididos em 137.332 (Cento e Trinta e Sete Mil, Trezentas e Trinta e Duas) cotas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizados e subscritos pelos sócios em moeda corrente do país e ficam assim distribuídas entre eles a saber:

| NOME DOS SÓCIOS | QTDE. QUOTAS | VALOR TOTAL R\$ |
|--|----------------|-------------------|
| a) -NADIR ARCARO BORTOLAN | 57.444 | 57.444,00 |
| b) -FRANCISCO ALTIMARI | 45.663 | 45.663,00 |
| c) -BRUNO ARCARO BORTOLAN (menor púbere) | 11.441 | 11.441,00 |
| d) -MARIÁ ARCARO BORTOLAN (menor púbere) | 11.441 | 11.441,00 |
| e) -CAIO ARCARO BORTOLAN | 11.343 | 11.343,00 |
| TOTAL..... | 137.332 | 137.332,00 |

PARÁGRAFO ÚNICO: A responsabilidade dos sócios é limitada ao montante do capital social, nos termos do Artigo 2. (Segundo) "In-Fine" do Decreto Lei nº. 3.708 de 10 de Janeiro de 1.919.

16/13

Fls 11/15

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

III.- DA GERÊNCIA E ADMINISTRAÇÃO:

CLÁUSULA 5ª: - O direito e o dever da administração e as deliberações sobre todos os negócios sociais da Sociedade, inclusive Alterações do Contrato Social, caberão a todos os sócios cotistas, com iguais poderes, conjuntamente. Porém a representação da mesma em Juízo ou fora dele, com todos e plenos poderes das cláusulas "Ad-Negotia" e "Ad-Judicia" bem como ainda as assinaturas de todos e quaisquer documentos, inclusive nomeação de procuradores, poderão ser praticados e aceito com a representação em conjunto dos sócios a saber: **NADIR ARCARO BORTOLAN e FRANCISCO ALTIMARI.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

Em caso de impossibilidade permanente ou temporária, motivada por qualquer viagem, doença, que impeçam os sócios **NADIR ARCARO BORTOLAN e/ou FRANCISCO ALTIMARI** de aporem a sua assinatura, conforme determina o "caput" desta cláusula e seus parágrafos, estes serão substituídos pelo sócio **CAIO ARCARO BORTOLAN**, com iguais poderes, ficando assim a representação: **NADIR ARCARO BORTOLAN e CAIO ARCARO BORTOLAN ou FRANCISCO ALTIMARI e CAIO ARCARO BORTOLAN.**

PARÁGRAFO SEGUNDO:

Fica ressalvado que todos os atos administrativos praticados junto ao Ministério da Comunicação, do Trabalho e Previdência Social, e ainda junto aos seus órgãos fiscalizadores e fazendários de arrecadação, da União, Estado e Município, em cumprimento das obrigações diversas perante estes órgãos, poderão ser praticados e aceitos todos os documentos com a assinatura isoladamente dos sócios **NADIR ARCARO BORTOLAN, ou FRANCISCO ALTIMARI, ou CAIO ARCARO BORTOLAN.**

PARÁGRAFO TERCEIRO:

Todos os atos praticados por qualquer um dos sócios ou procuradores, em desacordo com as decisões da administração ou estranhos ao objeto social, tais como endossos, aval, fianças a terceiros, serão nulos e inoperantes, ficando a responsabilidade àquele que tenha cometido a prática explícita.

Fls. 12/15

11050

CLAUSULA 6ª:- Todos os sócios exercerão a função de sócio gerente, com direito de efetuar uma retirada pro labore de valor entre eles combinados, respeitando contudo, a proporção de participação das suas cotas do capital social que cada um possui e ainda o limite máximo estabelecido pela legislação do imposto de renda vigente e que serão levadas a débito da conta de resultado operacional "Despesas Administrativas".

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

Os sócios BRUNO ARCARO BORTOLAN e MARIÁ ARCARO BORTOLAN, serão sócios quotistas até adquirirem a maioria civil. Após adquirirem a maioria civil, passarão automaticamente a exercerem a função de sócio gerentes.

V.- DO EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇO:

CLÁUSULA 7ª:- O exercício social encerrar-se-à todo dia 31 de Dezembro de cada ano, onde será procedido o levantamento do Balanço Patrimonial e sua respectiva Demonstração de Apuração do Resultado do Exercício, exigidos por Lei, havendo lucro o mesmo poderá ser distribuído entre os sócios, incorporados ao capital social ou permanecer em conta especial, em suspenso; em caso de prejuízo será suportado em proporção a participação do capital social a que cada sócio possui, ressaltando que tal regra aplica-se para lucro e prejuízo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO:- Os sócios quotistas, concordam que a finalidade lucrativa será considerada num plano secundário, prevalecendo o ideal de servir a causa de um bom rádio no Brasil, a serviço da Educação, da Cultura, da Informação correta, do entretenimento saudável, do relacionamento proveitoso entre Governo e Governados, da Paz Nacional, da Ordem e Progresso para o Município, Estado e Nação.

VI.- DO FALECIMENTO DOS SÓCIOS OU INTERDIÇÃO.

CLÁUSULA 8ª:- A morte, exclusão, falência ou incapacidade declarada de qualquer um dos sócios, não implicará ou acarretará a dissolução, extinção ou liquidação da referida sociedade.

Fls. 13/15

Handwritten signatures and initials:
 BSB, MAB, [Signature], [Signature]

Handwritten initials: MAB

ABEP

de, que continuará a existir com os demais sócios remanescentes e os herdeiros ou sucessores legais do sócio falecido, excluído ou falido. De qualquer maneira na data em que ocorrer o fato, será procedido o levantamento de um Balanço Especial, onde apurar-se-á todos os bens, direitos e obrigações do sócio falecido, falido, interdito ou incapaz. Caso não haja interesse dos herdeiros ou sucessores fazer parte da referida sociedade, os direitos e haveres apurados no Balanço Especial, serão pagos a ele ou a seus herdeiros e sucessores legais, de maneira entre eles amigavelmente combinados, ressaltando que tal procedimento, não venha a abalar ou prejudicar a situação financeira da referida sociedade.

CLÁUSULA 9ª:- As quotas da sociedade são indivisíveis ou intransferíveis, incaucionáveis, direta ou indiretamente, no todo ou em parte a terceiros, sem o expresse conhecimento e consentimento por escrito dos demais sócios, e estes, é que terão a prioridade e o direito de aquisição das quotas daquele que desejar dispor, em igualdade de preços e condições de pagamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO:- Caberá a qualquer um dos sócios quotistas, nomear um procurador idôneo, para representá-lo na sociedade, ficando porém estabelecido que esse procurador somente poderá desempenhar as funções juntamente com um dos outros sócios, nos termos estabelecidos na **CLÁUSULA QUINTA**. Antes de outorgar a procuração, o nome do procurador deverá ser submetido a apreciação do GOVERNO FEDERAL em requerimento ao MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, anexando-se todos os documentos que foram exigidos pela legislação disciplinadora da matéria.

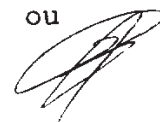
PARÁGRAFO SEGUNDO:- Para os cargos de gerente, procuradores, administradores, locutores, encarregados de instalações radioelétricas, somente serão admitidos brasileiros natos, devendo em qualquer caso ser estritamente observada a proporcionalidade de 2/3 (dois terços) em favor de brasileiros.

CLÁUSULA 10ª:- Os casos omissos ou não previstos no presente instrumento de contrato, serão resolvidos de acordo com os dispositivos da Lei nº. 3.708 de 10 de Janeiro de 1.919 ou

Fls. 14/15

KB

MAB



MAB

outra qualquer que regula o funcionamento das sociedades por quotas de responsabilidade limitada, elegendo neste ato o FORO da cidade e comarca de Limeira - Estado de São Paulo, para dirimir as dúvidas e aplicar as sanções legais deste instrumento por mais privilegiada que seja qualquer uma das partes .

VII.-DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO.

CLÁUSULA 11:- Os sócios declaram não estarem incurso em nenhum crime previsto em Lei, que os impeçam de exercerem a atividade mercantil.

E assim por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento particular, em três vias de igual teor, frente as testemunhas abaixo assinadas.


Limeira-SP., 01 de Setembro de 1.999


ESPÓLIO DE VITORIO BORTOLAN FILHO


NADIR ARCARO BORTOLAN


BRUNO ARCARO BORTOLAN
(Menor Púbere)


Representante do menor Púbere
Nadir Arcaro Bortolan (Genitora)



MARIÁ ARCARO BORTOLAN
Representado pela sua genitora
Nadir Arcaro Bortolan



CAIO ARCARO BORTOLAN


FRANCISCO ALTIMARI


MARIA CRISTINA SAVOI BORTOLAN

TESTEMUNHAS


Risonaldo Vieira de Lima
RG. 5.639.207-SSP-SP
CPF.MF. 452.871.048-04


Patrícia Sonego de Lima Ferreira
RG. 23.661.950-0-SSP-SP
CPF.MF. 192.062.398-13

Fls. 15/15

À Comissão de Educação (decisão Terminativa)



SECRETARIA DA JUSTIÇA E DEFESA
DA CIDADANIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

CERTIFICO O REGISTRO
SOB O NÚMERO
54.011/00-0

ARLETE S. FÁRIA LIMA
SECRETÁRIA GERAL



JUCESP

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 250, DE 2005**

(Nº 1.521/2004, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão a Rádio Imbituba Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Imbituba, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.906, de 11 de dezembro de 2002, que outorga permissão à Rádio Imbituba Ltda., para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Imbituba, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 738, DE 2004

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões às entidades abaixo para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 2.806, de 11 de dezembro de 2002 – Rádio Imbituba Ltda., na cidade de Imbituba – SC; e

2 – Portaria nº 141, de 4 de junho de 2003 – Rádio FM Serrote Ltda., na cidade de Ipueiras – CE.

Brasília, 8 de novembro de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 147 EM

Brasília, 24 de julho de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 41/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Imbituba, Estado de Santa Catarina.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio Imbituba Ltda., (Processo nº 53740.000555/2000) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tomando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Miro Teixeira.**

PORTARIA Nº 2.806, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53740.000555/2000, Concorrência nº 41/2000-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Rádio Imbituba Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Imbituba, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

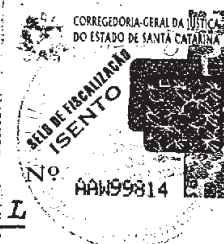
Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento.**

RÁDIO IMBITUBA LTDA

Rua Manoel Miguel Inácio, 324 - Centro -
Imbituba - SC.

C O N T R A T O S O C I A L



Pelo presente instrumento particular de contrato Social, que fazem entre si: a Sra. **GISELLE ESTEVAM COLARES COELHO**, brasileira, casada, maior, comerciante, residente e domiciliada à Av.: Nereu Ramos, 265 - Apto 101 - Centro - Sombrio - SC, portadora da cédula de identidade N°. 3.490.566 expedida pela SSP/SC, e CPF n°. 020.286.449-90, e o Sr. **CLEONALDO COLARES COELHO**, brasileiro, casado, maior, comerciante, residente e domiciliado à Av.: Getúlio Vargas, 147 - Apto 01 - Centro - Sombrio - SC, portador da cédula de identidade N°. 15/R 1.971.622 expedida pela SSP/SC, e CPF N°. 579.560.739-87, resolvem de comum acordo constituir uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada que reger-se-á sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA 01- A sociedade girará sob a Denominação Social de:
RÁDIO IMBITUBA LTDA

CLÁUSULA 02- A Sede da Sociedade será à: **Rua Manoel Miguel Inácio, 324 - Centro - Imbituba - SC.**

CLÁUSULA 03- O Objetivo principal da sociedade, será a **Execução de Serviços de Radiodifusão.**

CLÁUSULA 04- A sociedade se obriga a observar, com rigor que se impõe, as leis, Decretos, Regulamentos, Portarias e quaisquer decisões ou despachos emanados do Ministério das Comunicações ou de seus demais órgãos subordinados, ou a vigir, e referentes à legislação de radiodifusão em geral.

CLÁUSULA 05- É vedado fianças, avais e outros atos de favor estranhos ao interesse da sociedade, ficando os diretores, na hipótese de infração desta cláusula, pessoalmente responsáveis pelos atos praticados.

CLÁUSULA 06- A Sociedade iniciará suas atividades a partir da autorização expressa do Ministério das Comunicações, através de seus departamentos componentes.

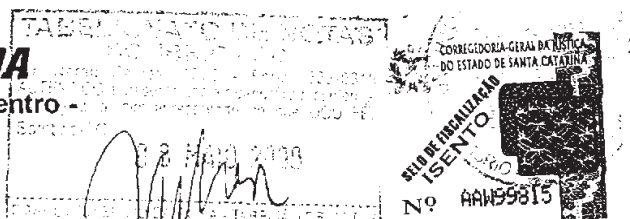
CLÁUSULA 07- A sociedade é por prazo indeterminado.

Giselle Estevam Colares Coelho

[Handwritten signature]

ZARA I. SHMIDT NUNES
Advogada - OAB/SC 8015
Fone: 533-0145 - Sombrio - SC

[Handwritten signature]

RÁDIO IMBITUBA LTDARua Manoel Miguel Inácio, 324 - Centro -
Imbituba - SC.

CLÁUSULA 08- O Capital Social da sociedade será de R\$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais), representado em 15.000 (Quinze Mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (Hum Real) cada uma, integralizadas neste ato em moeda corrente nacional da seguinte forma:

| | | |
|---|-------------|----------------------|
| <i>GISELLE ESTEVAM COLARES COELHO</i> | <i>60%</i> | <i>R\$ 9.000,00</i> |
| <i>CLEONALDO COLARES COELHO</i> | <i>40%</i> | <i>R\$ 6.000,00</i> |
| <i>Total</i> | <i>100%</i> | <i>R\$ 15.000,00</i> |

CLÁUSULA 09- Em caso de aumento de capital mediante reservas de capital e de lucros, será subscrito por sócios na mesma proporção das quotas que possuírem.

CLÁUSULA 10- Em uma eventual retirada de qualquer dos sócios, deverá comunicar a sociedade com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, tendo preferência na aquisição das quotas o sócio remanescente. Não havendo interesse do sócio remanescente, poderá ser vendido a terceiros.

CLÁUSULA 11- A responsabilidade dos sócios quotistas é limitada ao valor total do Capital Social de conformidade com o Art. 2, "in fine", do Decreto no. 3.708 de 10/01/1919.

CLÁUSULA 12- A gerência e administração da Sociedade será exercida única e exclusivamente pela sócia **GISELLE ESTEVAM COLARES COELHO**, o qual representará a sociedade em todos os seus atos, ativa, passiva, Judicial e Extra-judicialmente, podendo nomear procuradores e constituir advogados para representar a sociedade em seus objetivos.

CLÁUSULA 13- Os sócios que exercerem atividade na sociedade terão direito a uma retirada mensal a título de pró-laborê, em valor a ser fixado de comum acordo pelos sócios, observando porém os limites estabelecidos pela legislação do Imposto de Renda vigente.

CLÁUSULA 14- Em caso de falecimento de um dos sócios, a sociedade não será dissolvida, podendo o sócio ausente ser substituído por seus herdeiros legais.

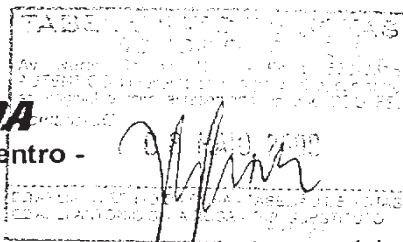
Giselle Estevam Colares Coelho

26 AGO 2002

ZARA L. SHMIDT NUNES
Advogada - OAB/SC 8015
Fone: 533-0145 - Sombrio - SC

RÁDIO IMBITUBA LTDA

Rua Manoel Miguel Inácio, 324 - Centro -
Imbituba - SC.



CLÁUSULA 15- A sociedade encerrará o seu exercício social em 31 de dezembro de cada ano, procedendo-se um levantamento de ativo e passivo, fazendo-se um balanço geral, a fim de apurar o resultado do exercício Social, sendo que, os Lucros ou Prejuízos serão distribuídos ou suportados pelos sócios, na proporção de suas quotas de capital, podendo os Lucros acumulados serem destinados a formação de Reservas no critério estabelecido pela Lei 6404/76, ou então permanecerem em Lucros Acumulados para futura destinação.

CLÁUSULA 16- Os casos omissos e não regulamentados pelo presente contrato, serão observadas as disposições contidas na legislação vigente.

CLÁUSULA 17- Os sócios declaram que não estão incurso em nenhum crime previsto em lei que os impeçam de exercerem a atividade mercantil.

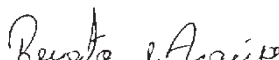
CLÁUSULA 18- Fica eleito o Foro da Comarca de Imbituba - S.C. para qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por muito especial que seja.

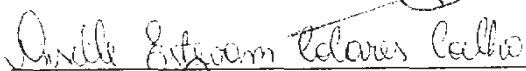
E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

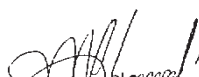
IMBITUBA(SC), 17 DE ABRIL DE 2000.

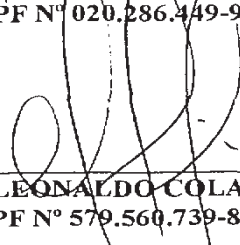
TESTEMUNHAS:

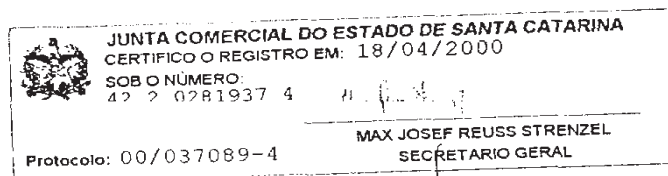
SÓCIOS:



RENATO JERÔNIMO ARAÚJO
CPF Nº 946.685.909-91
C.I. 3.715.724 EXPEDIDA SSP/SC


GISELLE ESTEVAM COLARES COELHO
CPF Nº 020.286.449-90


MARCELO CAMILO GOMES
CPF Nº 725.942.840-68
C.I. Nº 1064929548 EXPEDIDA DPC/RS


CLEONALDO COLARES COELHO
CPF Nº 579.560.739-87




LARA J. SCHMIDT NUNES
Advogada - OAB/SC 8015
Fone: 533-0145 - Sombria - SC

À Comissão de Educação(decisão Terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 245 a 250, de 2005**, que acabam de ser lidos, tramitarão com prazo determinado de 45 dias, de acordo com o art. 223, § 1º, da Constituição Federal.

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, os projetos lidos serão apreciados terminativamente pela Comissão de Educação, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, **b**, combinado com o art. 375, I, ambos do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Esgotou-se no dia 25 o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2005** (nº 1.266/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ouro Fino FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ouro Fino, Estado de Minas Gerais; e
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 148, de 2005** (nº 1.397/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização ao Governo do Estado do Ceará para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Esgotou-se no dia 25 o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei do Senado nº 113, de 2003**, de autoria do Senador Hélio Costa, que revoga o inciso V, do art. 83, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; e
- **Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2003**, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera os §§ 1º e 3º do art. 1.331, o inciso I do art. 1.336 e o art. 1.351, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que “institui o Código Civil”, no que tange às disposições sobre a alienação e locação de abrigos para veículos, ao critério de fixação da fração ideal e à alteração do regimen-

to interno relativamente a condomínios edilícios, respectivamente.

Tendo sido aprovado em apreciação terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o **Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2003**, vai à Câmara dos Deputados.

O **Projeto de Lei do Senado nº 113, de 2003**, rejeitado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Esgotou-se no dia 25 o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 443, de 2004** (nº 259/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à FH Comunicação e Participações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quiterianópolis, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 464, de 2004** (nº 3.134/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à WEB Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cocalzinho de Goiás, Estado de Goiás;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 930, de 2004** (nº 524/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Macambira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ipueiras, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 931, de 2004** (nº 535/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Porto Feliz Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mondai, Estado de Santa Catarina;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 961, de 2004** (nº 3.232/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária 26 de Julho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Cariri, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 976, de 2004** (nº 310/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação de Arte, Comunicação, Cultura e Ensino – Facce para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Lambari, Estado de Minas Gerais;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 995, de 2004** (nº 504/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Província FM Stereo S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belém, Estado do Pará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.001, de 2004** (nº 561/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Princesa do Oeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Xanxerê, Estado de Santa Catarina;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.002, de 2004** (nº 579/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Santo Antônio, de Antonina do Norte (CE) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Antonina do Norte, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.003, de 2004** (nº 583/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Stúdio Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.005, de 2004** (nº 585/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Poços de Caldas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.035, de 2004** (nº 596/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Doze de Maio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Lourenço D'Oeste, Estado de Santa Catarina;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.069, de 2004** (nº 655/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Guamá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Miguel do Guamá, Estado do Pará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.074, de 2004** (nº 670/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora FM de Paragominas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paragominas, Estado do Pará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.076, de 2004** (nº 675/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM Jangadeiro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.080, de 2004** (nº 697/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Itajaí Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.102, de 2004** (nº 864/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jornal de Canindé Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na – cidade de Canindé, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.109, de 2004** (nº 929/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Litoral de Cascavel Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cascavel, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.115, de 2004** (nº 937/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Centro Oeste de Pinhalzinho Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.126, de 2004** (nº 66/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária Ipojucana a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipojuca, Estado de Pernambuco;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.135, de 2004** (nº 422/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária “Maria Rosa” – FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curitiba, Estado de Santa Catarina;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.153, de 2004** (nº 713/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Empresa Blumenauense de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.168, de 2004** (nº 772/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio

Cultura Fluminense Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.172, de 2004** (nº 782/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Laguna Sociedade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Laguna, Estado de Santa Catarina;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.195, de 2004** (nº 775/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora dos Inhamuns Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tauá, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.200, de 2004** (nº 825/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Cultura Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Serra Talhada, Estado de Pernambuco;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.203, de 2004** (nº 867/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cultura de Joinville Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.206, de 2004** (nº 902/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rede Sol de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Granja, Estado do Ceará; e
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.212, de 2004** (nº 996/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Princesa da Serra Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itabaiana, Estado de Sergipe.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)

– Agradeço a V. Ex^a, Senador Pedro Simon, que, para

a honra de todos nós, preside a sessão do Senado hoje.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, é de conhecimento de todos que, sem dúvida, o assunto da CPI toma mentes e corações, como ocorreu tantas outras vezes na história do País sempre que são apresentadas pela imprensa denúncias graves de corrupção ou o que chamamos de indícios relevantes de crimes contra a Administração Pública. Trata-se, portanto, de tráfico de influência, intermediação de interesses privados, exploração de prestígio, enfim, tudo aquilo que consta no Código Penal como crimes que levam à prisão.

Infelizmente, sabemos todos que, muitas vezes, o Código Penal, que pode até apresentar uma capa preta para mostrar-se sisudo, independente e disciplinante, serve como mecanismo para atribuir a penalidade máxima, a cadeia, o presídio e a reclusão para os filhos da pobreza, mas acaba sendo interpretado com flexibilidade quando se destina aos delinquentes de luxo do País.

Todas as vezes em que se trata de comissão parlamentar de inquérito, é absolutamente natural que muitas perguntas surjam. São muitas pessoas que nos encaminham questionamentos querendo saber o que de fato ocorre com uma comissão parlamentar de inquérito quando instalada no Congresso Nacional.

Na história muito recente do País, ainda nas disputas do Governo Fernando Henrique – eu na época era do PT –, estávamos no Congresso Nacional juntamente com outros Parlamentares e nas ruas gritando palavras de agitação política, o que é muito próprio dos movimentos sociais, dos movimentos de esquerda: “Fora, Collor”, “Xô, Sarney”, “Fora, Fernando Henrique”.

Especialmente no governo Fernando Henrique, é evidente que muitos argumentos que à época eu caracterizava como fraudulentos e que continuo fazendo, argumentos esses que, no passado recente, condenávamos com veemência hoje são os mesmos reivindicados pela cúpula palaciana do PT, por muitos dirigentes do Partido e pelo Governo Lula de uma forma geral. Esses mesmos argumentos fraudulentos passam a ser apresentados como se fossem a expressão da verdade absoluta. É claro que, por estarem sendo apresentados por um Partido que reivindicou, ao longo da sua história, a bandeira da ética e que hoje joga essa bandeira como desprezada, de uma forma absolutamente vexatória e vergonhosa, acabam fazendo ressurgir no imaginário popular muitos questionamentos.

As pessoas perguntam sempre: a CPI atrapalha o Congresso Nacional? Ela impede o funcionamento do Congresso Nacional? Quando uma CPI está instalada impede que o Congresso Nacional faça leis ou

abra procedimentos de investigação ou de fiscalização dos atos do Executivo?

Qualquer pessoa honesta intelectualmente, independentemente de ser contra ou a favor da CPI, de ser da Oposição ou da Situação, sabe que uma CPI não atrapalha os trabalhos do Congresso Nacional.

Para se ter idéia, quando o Plenário do Congresso Nacional, ou Plenário da Câmara dos Deputados e/ou do Senado Federal estão funcionando – e tanto no plenário quanto nas comissões são votadas leis que aprimoram a legislação em vigor no País, se estabelece um procedimento de investigação ou aprovação de um requerimento de informação –, quando o Plenário está funcionando, é proibido o funcionamento de qualquer comissão. Nenhuma comissão ou CPI pode funcionar quando o Plenário está trabalhando. E o Plenário tem seus horários, que são todos os dias, mesmo que seja sessão não deliberativa, como ocorre às sextas-feiras e às segundas-feiras, que são dias em que as comissões também não funcionam. Portanto, é mentira dizer que uma CPI atrapalha o funcionamento do Congresso Nacional. É impossível, pois é proibido funcionar qualquer comissão, inclusive CPI, quando o Plenário da Câmara e do Senado estão trabalhando.

Outra mentira é dizer que as Comissões Parlamentares de Inquérito atrapalham o País. O Governo Fernando Henrique Cardoso dizia isso de forma fraudulenta. Infelizmente, o atual Governo também diz isso. Nada tem a ver uma coisa com a outra, porque investigar crimes contra a administração pública, investigar saqueadores de cofres públicos, investigar delinquentes de luxo, que, ao saquearem os cofres públicos, retiram o dinheiro que seria utilizado em saúde, em educação e em segurança pública, o que minimizaria a dor, a pobreza e o sofrimento da grande maioria da população, é essencial para o País.

Uma outra coisa que as pessoas dizem muito – é claro que falo daqueles que querem impedir a instalação de CPIs – é que a Polícia Federal já está apurando, já está investigando, portanto, não é preciso uma comissão do Congresso para fazê-lo. O Governo Fernando Henrique Cardoso utilizava esse argumento fraudulento, e, para tristeza de todos nós, o atual Governo e ilustres representantes da sua base de bajulação também falam isso. Isso não é verdade, porque a Constituição do País estabeleceu um mecanismo precioso para que o Congresso Nacional cumprisse a tarefa nobre de fiscalizar os atos do Poder Executivo, que é a Comissão Parlamentar de Inquérito.

O único instrumento, de fato, com poder de investigação próprio das autoridades judiciais para que o Congresso cumpra a tarefa nobre de fiscalizar os atos do Poder Executivo é a Comissão Parlamentar

de Inquérito. Não há outro procedimento investigatório, seja o das Comissões de Fiscalização e Controle do Senado e da Câmara, seja o procedimento de investigação chamado Controle Externo, inclusive do Tribunal de Contas da União, que possibilita a fiscalização financeira, contábil, orçamentária, que tenha o poder de investigação que uma CPI tem.

Não é à toa que a Constituição Federal, em seu art. 58, § 3º, prevê que, ao entregar ao Congresso Nacional um poder de investigação próprio das autoridades judiciais, que é a Comissão Parlamentar de Inquérito, é justamente para deixar claro que o Congresso Nacional, para cumprir a tarefa nobre de fiscalizar os atos do Poder Executivo, precisa de um instrumento com poder de investigação próprio das autoridades judiciais, e, portanto, quebra sigilo bancário, fiscal e telefônico. Além do fato de que com uma CPI, ao contrário de outros procedimentos de investigação instalados por outras instituições, a capacidade de transparência e de democratização do acesso da população às investigações é muito maior, pois são realizadas audiências públicas em que a população pode acompanhar o que está acontecendo. Os mecanismos de esconderijo são muito mais difíceis de ser viabilizados, as “patas” do poder político tentando impedir os trabalhos de investigação são mais dificultadas. Enfim, é um instrumento próprio, essencial e precioso que o Congresso Nacional tem para cumprir a tarefa nobre de fiscalizar os atos do Poder Executivo.

Uma outra mentira que, infelizmente, representantes ilustres da base de bajulação do atual Governo utilizam, e a base de bajulação do Governo Fernando Henrique Cardoso também utilizava, outro argumento fraudulento – é sempre isso, quem já acompanhou Comissão Parlamentar de Inquérito sabe, é sempre a velha desculpa, a velha cantilena, enfadonha e mentirosa – é que não existe fato determinado. Ora, como não existe fato determinado? O fato determinado acabou sendo criado, no caso específico da CPI dos Correios, no caso Waldomiro Diniz, no caso dos Bingos ou em qualquer outro caso, casos relacionados a indícios de crimes contra a administração pública no Governo Fernando Henrique Cardoso, nas privatizações do setor elétrico. O fato determinado, até para a Polícia Federal e para o Ministério Público – uma denúncia de corrupção apresentada pelos meios de comunicação –, é um instrumento primoroso e essencial para que esses órgãos estabeleçam outros mecanismos de investigação.

Mas o fato determinado, agora, é uma denúncia grave. Não são apenas denúncias, não são apenas palavras gastas e vazias soltas ao vento por algum adversário político; não são apenas denúncias, são

indícios relevantes de crimes contra a administração pública apresentados por personalidades que estão nos Correios. Portanto, existe o fato determinado. Mais fato determinado do que um indício relevante de crime contra a administração pública, do que o que está acontecendo, mais fato determinado do que isso só se uma das personalidades disser para a opinião pública: “Eu roubei!”. Mas já foi demonstrado que ele roubou, que participou de esquemas gigantescos de corrupção. O essencial agora, por intermédio da CPI, é desvendar as raízes, os tentáculos, os mistérios sujos, ainda não desvendados pela opinião pública. E isso só pode ser feito pela Comissão Parlamentar de Inquérito.

Uma outra coisa que as pessoas dizem – e agora vemos mais um processo de intolerância e totalitarismo, não apenas contra o Senador Eduardo Suplicy, mas contra outros membros do PT que assinaram a CPI –: “Ora, assinar a CPI é fazer o jogo da direita, que foi derrotada no processo de disputa entre PSDB e PT”. É evidente que esse argumento não é sério; é desprezível, é desavergonhado. Sabemos que a direita carcomida do Brasil também está no Governo Lula: da tropa de choque de Collor até outros delinquentes de luxo muito conhecidos da opinião pública continuam, por concessão do Presidente Lula, compondo sua base de bajulação e, portanto, parasitando e privatizando a estrutura do Estado brasileiro.

É muito estranho. E é por isso que a opinião pública, Senador Pedro Simon, com certeza fica entre a indignação, a aversão à política e a surpresa diante do que acontece, porque os mesmos representantes, muitos deles os mesmos, que eram da tropa de choque do Governo Fernando Henrique Cardoso e que utilizavam os mesmos argumentos fraudulentos atualmente utilizados pelo PT e pelo Governo Lula, hoje defendem a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito.

É claro que existe um jogo de cinismo e de dissimulação dos dois lados. Mas a pessoa honesta intelectualmente e que tem zelo com o exercício de seu mandato não faz a distinção política disso.

O que defendemos – e este Congresso tem sido, muitas vezes com razão, desmoralizado perante a opinião pública – é que seja iniciado um procedimento investigatório. Uma CPI é um mecanismo para inocentar quem não tem relação promíscua com o aparato de corrupção criado e também um mecanismo essencial para estabelecer, definir, apresentar à sociedade aqueles que estão envolvidos em crimes contra a Administração Pública.

O Parlamentar honesto, sério, conseqüente, que zela pelo seu mandato, tem a obrigação de ajudar e

promover mecanismos de investigação independentemente de quem esteja diretamente envolvido.

Há sermões muito bonitos do Padre Antônio Vieira tratando do crime de omissão. Quem é cristão sabe exatamente a gravidade do crime da omissão. Quem lê a história da luta e da libertação do povo de Deus conhece uma das passagens mais bonitas da Bíblia que é o diálogo de Deus com Elias, homem designado por Deus como grande profeta de Israel. Elias pensava que estava abafando, fazendo o máximo, numa caverna jejuando, disciplinando sua própria vontade para servir a Deus. E Deus grita lá de cima para ele: “O que você está fazendo aí, Elias?” Ele diz: “Eu estou aqui jejuando, disciplinado, honrando o meu papel junto com Deus”. Então Deus lhe disse: “Eu não lhe dei uma tarefa para que esteja isolado, jejuando, salvando a sua própria alma, mas para que esteja nas praças, gritando para ajudar a salvar não apenas a você mesmo, mas aos outros”.

O que acontece no mundo da política é algo completamente distinto. Muitas pessoas negam-se a investigar os crimes contra a Administração Pública para salvar a sua própria pele, seus cargos, prestígio, poder e sua medíocre capacidade de vender a alma para se lambuzar no banquete farto do poder. Isto é que é especialmente triste: a omissão patrocinada hoje por muitos que, com veemência, condenavam no passado as denúncias de corrupção do Governo Fernando Henrique.

O Governo Lula e a sua base de bajulação usar os mesmos argumentos fraudulentos do Governo Fernando Henrique para impedir a instalação da CPI causa muito mais do que indignação, dá muita tristeza nas mentes e nos corações de muitos daqueles que sempre condenaram esses atos de corrupção.

As declarações do Procurador-Geral da República – o Senador Pedro Simon está inscrito e certamente falará sobre isso –, nos faz lembrar um texto de um livro belíssimo de Hannah Arendt sobre responsabilidade e julgamento. Ela, que é uma das mais importantes personalidades da história contemporânea, nesse livro diz que a capacidade de pensar é a pré-condição de julgar e que a recusa e a incapacidade de julgar convidam o mal a entrar e infeccionar o mundo. É a omissão no julgar, é a omissão da responsabilidade de ser parte das instâncias de julgamento que convidam o mal a entrar e a infeccionar o mundo.

Portanto, espero que nenhuma das manobras protelatórias sejam utilizadas para impedir a Comissão Parlamentar de Inquérito. Infelizmente, os detalhes nos jornais são tristes. Durante esta semana, até anteontem, ficamos aqui, por proposta do Senador Pedro Simon, até meia-noite para identificar se iria ou não

ser instalada a CPI; identificamos também o vergonhoso balcão de negócios sujos que hoje, tal qual era montado no Governo Fernando Henrique Cardoso, é montado pelo Governo Lula para comprar Parlamentares. Agora, são as novas manobras protelatórias, ou na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ou esvaziando a Comissão não aprovando requerimentos para convocar determinadas personalidades a prestar depoimento, ou não dando quórum para a realização dessas Comissões.

Então, eu espero, realmente, que esta Casa seja capaz de impedir aquilo que, sem dúvida, convida o mal a entrar e infeccionar o mundo. Se nós identificamos denúncias de corrupção, seja no Governo Fernando Henrique Cardoso, seja no Governo Lula, se nós entendemos o quão grave para o aparelho de Estado é o que está acontecendo – porque, infelizmente, onde se toca sai secreção purulenta no aparelho de Estado, em função das denúncias graves de corrupção – eu espero, acima de tudo, que sejamos capazes de julgar esses fenômenos morais e políticos e, portanto, cumprir a nossa obrigação constitucional, que é desvendar os mistérios sujos de todos os crimes contra a Administração Pública, de corrupção, de intermediação de interesses privados, de exploração de prestígio, de tráfico de influência, e que possamos honrar, zelar pelos nossos mandatos, abrindo esses procedimentos de investigação.

É só, Sr. Presidente.

O Sr. Pedro Simon, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Heloísa Helena.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Com a palavra o Senador Pedro Simon pelo tempo que entender necessário para fazer seu pronunciamento.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, em primeiro lugar, pode parecer estranho que, estando presentes a Senadora Heloísa Helena e eu, dois Senadores, tenhamos aberto esta sessão. Claro que nós sabemos que o Regimento Interno diz que é necessário que estejam presentes quatro Senadores para se iniciar uma sessão. Então, como fizemos isso? Violentamos o Regimento Interno? Em parte. Na verdade, estamos dando uma resposta aos 79 Senadores que poderiam estar presentes e não estão. De Oposição, poderia estar presente um Senador e de Governo, um Senador que levantasse uma questão de ordem e dissesse que não pode ser aberta a sessão porque não há quórum, falta quórum. Mas não há nenhum desses representantes, não há nenhum Senador para

levantar a questão de ordem e dizer que está faltando quórum, vamos levar a sessão enquanto estivermos aqui e enquanto não aparecer um Senador, alguém do PT, por exemplo, para dizer que estamos numa sessão que não tem quórum.

Penso que, de certa forma, estamos ajudando a imagem do Congresso Nacional. Seria estranho que entrássemos no feriadão. Ontem foi dia de **Corpus Christi** e hoje seguiremos o mesmo caminho? Não, não há feriadão. Estamos aqui. E os nossos irmãos Senadores que porventura estejam em Brasília venham para cá! Existe tempo à vontade. Poderão falar, debater e discutir.

Sr^a. Presidente, Srs. Senadores, eu li, com profunda expectativa, a nota que saiu no jornal, vinda do Japão, intitulada “Lula fará ‘choque ético’ no governo, afirmam aliados”.

Diz a nota:

Aliados do governo que conversaram com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva por telefone disseram que ele, quando voltar no domingo de viagem à Coréia do Sul e ao Japão, promete adotar medidas para inibir a corrupção, endurecendo regras para compras governamentais (...).

“Choque ético” teria sido a expressão de Lula. O presidente demitiria ministros, como Aldo Rebelo (Coordenação Política) e Romero Jucá (Previdência) e o presidente do Banco Central (...).

Queira Deus que essa notícia seja verdadeira.

O Lula chega com muitas histórias que serão contadas a ele do que se passou aqui. Eu creio que quem vem de tão longe e viu uma civilização antiga e milenar, com tantas aulas a nos oferecer, uma nação que gosta de pensar, de refletir, de filosofar, onde há um respeito incomensurável às pessoas mais velhas – mais velhas ficam, mais carinho e respeito têm, porque se considera que mais condições tiveram de tornarem-se cultas e sábias. Estive lá e vi. Como é bonito ver, em qualquer lar, às vezes a velhinha ou o velhinho quase não enxergando, caminhando lentamente, mas num lugar especial! Todas as pessoas – os filhos, os netos, os bisnetos, os tetranetos – olhando com respeito, com carinho, com veneração, e não se faz nada ali sem primeiro ouvir a palavra do chefe, o que acha, o que pensa. De lá vem o Lula, 24, 30 horas de viagem, durante as quais poderá meditar, poderá ler, poderá sonhar, poderá rezar – e ele diz que reza. Peço a Deus que ilumine o Presidente Lula. Peço a Deus que, em regresso dessa viagem ao outro lado do mundo, ele tenha a chance, que Deus lhe abra os olhos para ver

e que ele tenha a oportunidade de chegar aqui e não ligar para as manchetes de jornal em que o seu Chefe da Casa Civil exige punição de parte do PT. Não vá por aí, Lula! Não vá por aí!

Quando era jovem, criança, cometi um ato de vindita com alguém que tinha me feito algo. O meu pai me chamou. Embora o meu pai falasse árabe, falasse francês – e na escola do Líbano, que era colônia da França, falava-se o francês –, o seu português era bem arrevesado. Então, ele falava de uma maneira... e morreu falando daquele jeito. E, quando eu estava com aquela mágoa, com aquela revolta, querendo fazer algo para dar resposta àquilo que eu havia sofrido, meu pai me disse algo que nunca esqueci. Quando eu deixei o Governo do Rio Grande do Sul, foi a frase final que deixei com o Governador que assumia. Meus auxiliares fizeram um quadro bonito, com as rochas à beira mar e aquelas frases escritas, e me presentearam.

Dizia o meu pai que um homem estava caminhando à beira mar quando uns bandidos apareceram e o deixaram praticamente morto, roubando tudo o que trazia consigo. E ele, alquebrado, escreveu na areia: “Aqui Said quis matar o seu irmão”. Logo depois veio alguém e lhe deu apoio. Carregando-o nos ombros, ficou com ele, curou suas feridas e o salvou. Quando ele se sentiu salvo, saiu dali e escreveu em uma rocha: “Aqui Fulano salvou a vida de Elias”. Aí, o que o salvou, lhe perguntou: “Mas como? Escreves na areia o nome daquele que quase te matou e escreves na rocha o nome daquele que te salva. Por quê?” “Ao que ele respondeu: “Porque as coisas que me fazem mal, eu quero esquecê-las; eu quero esquecer os males que me fazem; eu não quero que fique na minha alma. Eu quero que, assim como vem a água do mar e lava a areia e desaparece com as marcas, saiam também do meu sentimento o rancor e o ódio para que eu não viva no rancor e no ódio. Porém, aquele que me fez o bem, aquele que me salvou, escrevo o seu nome na rocha, porque quero que ele esteja inscrito no meu coração para que, pelo resto da minha vida, eu me lembre de que ele me fez o bem, que ele me ajudou e me salvou”.

Meu amigo Lula, você chegou à Presidência da República, vindo de tão longe... No mundo moderno, não há uma figura que tenha a tua biografia, meu amigo Lula, que tenha a tua história, que agora alguns querem tomar como se fosse deles, de A, de B ou de C. Estes fizeram parte do grupo, mas tu os conduziste com a tua palavra, com o teu exemplo, com a tua história, e chegaste onde estás hoje. Então, Lula, se é verdade o que a imprensa diz, ou seja, que tu, pelo telefone, avisaste a teus colegas que darás um choque ético, se isso é exato, meu bom Presidente Lula, que Deus

te ajude, que tu medites e não te deixes levar pela mágoa nem pelo rancor. Que tu ouças as pessoas, Lula, não apenas aqueles que estão ali em roda de ti, não apenas o grupo que, dizem, tu deixaste – não sei se isso é exato – para coordenar a retirada de assinaturas; deves ouvi-lo, é claro, mas não fiques apenas nele, ouve mais, ouve a análise que deve ser feita do contexto. Se tu chegasses, segunda-feira, aqui, Lula, e os teus auxiliares tivessem tido êxito, tivessem conseguido a retirada das assinaturas de 120 Deputados e 30 Senadores, eles iriam ao aeroporto para esperarte, dizendo: “Vitória! Foi espetacular. Desmoronamos aqueles que queriam a CPI”. Mas, Lula, será que essa vitória seria realmente uma vitória?

Meu amigo Lula, na tua biografia, que será escrita adiante, quanto tu estiveres mais velho, com teus filhos, netos e bisnetos, quando os historiadores escreverem a magnífica obra da tua vida, da tua história, será que essa página de não ter deixado criar uma CPI, com verbas, com favores, com cargos, com ameaças, seria uma página bonita na tua biografia, Lula? Será que os teus netos se orgulhariam dela? Será que tu recordarias com alegria isso? Ou será “que passado!” Porque, na tua vida, isso será algo que ocorreu em relação a uma comissão parlamentar de inquérito. Mais uma. Se tu tiveres a grandeza de aceitar e, aceitando, pedir aos teus Líderes nesta Casa que indiquem os componentes... Porque tu sabes, meu amigo Lula, criamos a CPI. Mas a CPI é um direito da minoria – um terço a cria –, mas para funcionar tem a maioria. O Governo tem a maioria permanente, toda hora, para dar **quorum**, para concordar em convocar, para fazer as perguntas, para defender. O Governo não está exposto no banco dos réus, abandonado e esquecido. Não! O Governo, com a sua autoridade, terá condições de levar adiante.

E eu peço ao PMDB, ao PDT, ao PT, ao PFL, ao PSDB, a todos os partidos, principalmente aos Parlamentares que vêm de mais tempo: vamos fazer dessa CPI a busca da verdade. Tivemos uma CPI procurando a verdade, a do **impeachment**; tivemos uma CPI buscando a verdade, a dos Anões do Orçamento. Não tivemos CPI – porque o Fernando Henrique não deixou – para apurar os corruptores. Tivemos CPI – e está tendo agora a do Banestado – dolorosamente com um trágico fim. Nunca, na história do Parlamento, tivemos uma CPI com tanta força, com tanta prova. Centenas de caixas vieram dos Estados Unidos, da Justiça americana para cá, contendo as contas fantasmas dos dinheiros enviados ilicitamente para os Estados Unidos. E ali não se apurou nada, porque o PT e o PSDB, um defendendo o governo anterior, e o outro defendendo o atual governo, não deixaram abrir as contas, não dei-

xaram se convocar nem o atual Presidente do Banco Central nem o anterior.

Que esta CPI siga um caminho reto, de busca da verdade! Que o Presidente Lula, chegando ao Brasil, talvez até nem precise chegar ao Brasil, possa pedir a página 10 da **Folha de S.Paulo** de ontem, com a entrevista do Procurador-Geral da República:

Fonteles vê corrupção institucionalizada. Procurador-Geral diz que atuação integrada do Ministério Público com o Executivo cortou “aquele pus que estava represado havia décadas.”

A 35 dias de deixar o cargo de procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, 58, compara o atual momento político do País, com várias suspeitas de corrupção no meio político, à ruptura de um tecido cheio de pus, em decorrência de uma infecção crônica.

Em entrevista à **Folha**, na última sexta-feira, ele disse que a corrupção não aumentou no Brasil: apenas está mais evidente, em razão da eficiência de investigações, que trazem os casos a público.

Para ele, há corrupção institucionalizada no País desde o regime militar, mas ela começa a ser controlada pela primeira vez com atuação integrada do Ministério Público Federal com órgãos do Executivo, como a Polícia Federal, a Receita Federal e o INSS (...) Nesses dois anos, iniciou-se um novo ciclo, que eu chamo de amadurecimento institucional. A sociedade passou a conhecer a instituição “Ministério Público”, e não os personagens dela.

É a resposta que ele dá, quando lhe perguntam sobre as críticas feitas ao Ministério Público. Reparem V. Ex^{as} que, nos dois anos, desapareceu aquela figura dos procuradores que eram manchetes de jornal, denunciando todo dia. Não! O que aparece é a instituição.

Com toda a lealdade, digo que, em nenhum momento, quer o Presidente da República, quer o Ministro da Justiça me insinuou qualquer coisa. Não houve nenhum laivo de pressão. Eu disse ao Presidente Lula, por mais de duas vezes, que essa atitude do Ministério Público, de independência com maturidade e consciência, é muito importante para a democracia brasileira, e posso dizer que ele concordou com isso. (...)

Eu entreguei a lista tríplice, da classe, com os três nomes.

O Presidente não lhe falou nada. Reparem a entrevista de uma pessoa que tem a paz de espírito. Aqueles procuradores que eram manchete no tempo do PT e que o PT abraçava e vinha todo dia à tribuna para contar as suas entrevistas não estão mais. Porque o Procurador, às vezes, agindo em conjunto com a própria Polícia Federal, denunciou o que tinha de ser denunciado. E o Presidente da República, quando chegar, chame o Fonteles, fale com ele e veja o que precisa ser dito. Se o Presidente da República chegar aqui...

Em primeiro lugar, concordo com o ex-presidente Itamar Franco. O Ministro da Previdência e o Presidente do Banco Central tinham que ter o espírito público de solicitar a sua demissão, de renunciar. Eles tinham que ver o constrangimento que estão criando para o Presidente, a situação difícil em que está o Presidente, e deviam renunciar.

Se isso não acontecer, que o Presidente o faça. Que o Presidente aja para estabelecer o choque de ética que ele diz que quer para o seu Governo. Que seja um choque de ética no qual apareça o Lula, duro, às vezes, sim, mas com a sua personalidade, demitindo quando tem que demitir, nomeando quando tem que nomear, punindo quem deve ser punido.

O Lula tem muito ainda pela frente. Tive a honra de ser convidado pelo Ministro Ananias para assistir à assinatura de um convênio do nosso Governo com o Banco Mundial. O Vice-Presidente estava aí. E eu lhe disse, na oportunidade: o Brasil paga 180 bilhões de juros, por ano, e estava ali assinando um convênio de 15 bilhões para o problema da fome. E lhe disse que o Papa João Paulo II já defendia que as nações ricas deveriam dar uma espécie de moratória aos países pobres, e lhe disse que o Presidente Lula, quando esteve na ONU, falou assim, de que as nações ricas, uma parte do que pagamos em juros... Imaginem se o Brasil, dos 180 bilhões que paga em juros por ano, metade, 1/3 disso, 50 bilhões, durante dez anos, pudesse utilizar na educação, na saúde, na fome, na infra-estrutura! Que país seria o Brasil! Essas eram as bandeiras que o Lula tinha de levantar e levava com ele o Brasil inteiro. O Brasil estaria coeso e unido em torno de uma bandeira como essa. Mais importante, na minha opinião, do que lutar e criar antipatia com a Argentina e tudo o mais para fazer parte do Conselho da ONU. O Lula vai chegar aqui exatamente em meio ao seu Governo. Um pouco mais já passou, mas eu tenho a convicção de que talvez como nunca ele tenha ficado tanto tempo tão longe e num ambiente, caminhando, andando, vendo e conhecendo, Sua Excelência talvez possa refletir. Ninguém deixará de reconhecer a capacidade intuitiva do Presidente, ninguém poderá deixar

de reconhecer a capacidade de análise, de debate, de tomada de posição do Presidente...

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já o da-rei. O que a gente estranha é que Sua Excelência use isso com competência ao exagero na hora da política, mas, na hora da administração, na hora de tomar uma decisão enérgica no seu Governo, Sua Excelência titudeie, deixe para amanhã. Ele mesmo disse para a imprensa que lhe causa pena, que lhe causa dó, que é com sofrimento que demite alguém que é seu amigo, esquecendo que presidente não tem amigo. O Lula tem amigo; o Presidente Lula não tem amigo. O Lula poderia dar um cheque em branco para o Sr. Jefferson, tinha todo o direito; mas, o Presidente da República não tem o direito de dar um cheque em branco, nem para o Jefferson, nem para ninguém, porque ele é Presidente da República.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Pedro Simon, estava às 9:15h ligado na Rádio Senado ouvindo o discurso de V. Ex^a. A Presidência era da Senadora Heloísa Helena e V. Ex^a estava falando – falando e justificando que a sessão estava ocorrendo com a presença de apenas dois Senadores; que não tinha ninguém do Governo ou da Oposição para contestar e, por conta disso, a sessão iria continuar, até que aparecesse alguém para contestá-la. Agora, já somos cinco, não há mais quem conteste. Eu quero dizer que a atitude de V. Ex^{as}, Senadora Heloísa Helena e Senador Pedro Simon, de chegarem aqui às 9 horas, em ponto, para abrir a sessão – e era minha intenção fazê-lo também –, demonstra o espírito de civilidade e de responsabilidade civil para com o País. Isso porque hoje não é uma sexta-feira qualquer. Não é um dia imprensado entre um feriado e um sábado qualquer. Hoje é o dia seguinte à instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito e é um dia de se debater, é um dia de se falar para a sociedade, é um dia de se comemorar com a opinião pública um fato que ela aplaudiu na quarta-feira, à meia-noite. V. Ex^a está falando quais deveriam ser as preocupações do Presidente Lula. Eu não sei se V. Ex^a viu, ontem à noite e hoje pela manhã, declarações do Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Ministro José Dirceu, dizendo que o lugar dos que são contra o Governo é na Oposição. Ele se referia aos Parlamentares que haviam assinado o requerimento para a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito. Primeira constatação: quem assinou a CPI é contra o Governo, porque investigar corrupção é contra o Governo. Assim, essa é a primeira constatação que qualquer brasileiro comum faz após ouvir as declarações do Ministro José

Dirceu. Segunda, Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a não está mais só. A temporada de caça está aberta, mais uma temporada de caça. O Ministro José Dirceu disse que o lugar daquelas pessoas era o PSTU, era o P-SOL. Ele citou o Partido de V. Ex^a, nominalmente, textualmente. Prepare-se para receber adeptos novos, pela vontade e desejo do Deputado e Ministro José Dirceu. Mas a grande constatação que qualquer brasileiro de qualquer nível de instrução haverá de fazer, depois do que falou o Ministro José Dirceu: que lugar de quem é contra o Governo é na Oposição, é que lugar de “caça-corrupto” é fora do PT. Repito: lugar de “caça-corrupto” é fora do PT.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não é V. Ex^a quem o diz.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Não. Falou o Ministro José Dirceu. Estou constatando.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a está interpretando a frase incluída no pensamento dele.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Exatamente. Qualquer brasileiro de mediana inteligência haverá de constatar, pela palavra dita ontem à noite e repetida esta manhã, que lugar de quem é contra o Governo é na Oposição – e ser contra o Governo, neste momento, é assinar a CPI dos Correios, é querer investigar a corrupção, que é um clamor não somente da Oposição, mas dos brasileiros de Norte a Sul. Então, evidentemente, lugar de “caça-corrupto”, daqueles que assinaram, é fora do PT. Esse é o grande dilema do Presidente Lula. Penso que, acima de tudo, ele terá de se debruçar sobre este assunto: o que fazer com os “caça-corruptos” que estão instalados no Partido dos Trabalhadores, organização que, há tanto tempo, ele conduz?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a fala com muita propriedade o que eu tentei expor antes de V. Ex^a chegar. Eu dizia que o Presidente deveria solicitar, lá do Japão, que lhe fosse enviado um fax contendo essa entrevista do Chefe da Casa Civil, em que exige a punição daqueles que assinaram. E deveria ainda pedir que lhe enviassem a entrevista do Procurador-Geral Fonteles, onde ele analisa como tem sido a atuação dele e dos órgãos que ele representa no combate à corrupção.

Acho que o Chefe da Casa Civil não é o melhor conselheiro. Nas suas mágoas, nos seus rancores, ele – e não sei qual foi sua conversa com o Garotinho – tinha prometido não sei o que e recebeu um “não”. Ele, que achava que voltando para coordenar, teria uma grande vitória, não teve. E acho que foi muito bom que não tenha tido essa grande vitória. E ele não tem muita autoridade para chegar para o Lula e cobrar qualquer coisa do Lula. E eu tinha dito que saiu no jornal que o Presidente telefonou aos representantes, às Lideranças

suas daqui dizendo que vai fazer uma reforma ética quando chegar aqui, começando com a demissão do Ministro da Previdência e o Presidente do Banco Central. E eu digo que peço a Deus que isso aconteça, e que ele realmente comece um novo Governo.

Acho que o Lula tem tudo para começar e fazer um grande Governo, porque, graças a Deus, não tem nada ainda marcado na carne do Presidente que não lhe dê o direito e a autoridade de falar e de agir com o respeito de toda a Nação. Mas ele está ali no seu limite. Essa é uma decisão que não é como as outras decisões que Sua Excelência tomou. Essa é uma decisão definitiva. Aceite o pensamento do Chefe da Casa Civil, faça as demissões, boicote a Comissão, e estará carimbado o Governo do Presidente Lula de uma maneira dramática e triste. Venha o Presidente, dê o choque de ética, aceite com respeito a CPI, peça aos seus Líderes que nomeiem pessoas capazes, responsáveis e competentes para agir na CPI e buscar a verdade e Sua Excelência estará iniciando um momento de reencontro com a sua história.

Meu amigo Fonteles, a quem eu quero tanto bem – e espero que ele fique lá – está certo quando diz que a Procuradoria agiu, agiu; que a Polícia Federal agiu, agiu; que o Governo agiu, agiu. Só não agiu no caso do Waldomiro. No caso do Waldomiro, quando pedimos a CPI, o Governo disse que não precisava porque a Polícia ia agir, que era caso de Polícia. Até hoje o Waldomiro não foi demitido. Pediu demissão, foi demitido a pedido, e até agora não se sabe nada. Interessante como, nesse caso dos Correios, rapidamente o Governo agiu, e agiu bem. Mas no caso Waldomiro parece que os seus aliados são muito fortes, porque até agora não fez nada.

Encerro, Sr^a Presidente.

Felicitó o Congresso Nacional. Seria hoje um dia muito triste, uma sexta-feira muito dolorosa se a CPI não tivesse sido instalada. Foi instalada, e estamos aqui serenos, tranquilos, rezando para que esta seja uma continuidade daquelas anteriores, em que se busque a verdade e em que um membro da CPI seja um juiz que julga de acordo com sua consciência, e não de acordo com seu Partido, que vota buscando a verdade.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador José Agripino, como orador inscrito, por permuta com o Senador Marco Maciel.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador José Agripino, pelo tempo que julgar necessário para a conclusão do pronunciamento.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a

Presidente, às onze e meia da noite, eu estava em contato com V. Ex^a, que estava aqui no plenário, e eu, ao telefone, articulado com o Deputado Rodrigo Maia, Líder do PFL na Câmara, e com Lideranças do PSDB, fazendo um acompanhamento monitorado do movimento de retirada de assinaturas que o Governo procurava levar a efeito, e nós, com as armas que podíamos usar – as do convencimento – procuramos contrabalançar. Era um momento difícil, porque, conforme eu disse a V. Ex^a e a vários companheiros, era uma luta desigual, Senador Augusto Botelho. As armas de que dispúnhamos eram as do convencimento, da pressão da opinião pública, da necessidade de se combater a corrupção, uma endemia que se está arraigando pelo serviço público brasileiro devido à prática, adotada por este Governo, da impunidade.

Contra nós se moviam forças poderosas: liberação de emendas, dinheiro público usado para forçar pessoas que haviam assinado a CPI a retirar as assinaturas, chantagem de retirada de pessoas nomeadas para funções-chave no Governo, tentativas de pressão de toda natureza usando recursos públicos e instrumentos de caráter público.

O que poderíamos fazer para evitar a retirada da assinatura de um deputado encostado no canto da parede, ameaçado da demissão de tal ou qual funcionário que ele havia nomeado, por prestígio político, para essa ou aquela função? Se retirasse a assinatura, mantinham-no; se mantivesse a assinatura, retiravam o indicado. A emenda que esse parlamentar havia destinado ao seu município, a isso, aquilo ou aquilo outro, fosse lícito ou ilícito, seria liberada se a assinatura fosse retirada; não seria liberada se a assinatura fosse mantida. Coisas dessa natureza, Senador Cristovam Buarque. Acompanhava isso com muita atenção, com muita tensão e com muita aflição, quando tocou o telefone: era um médico de Brasília, meu amigo, que me perguntava se ia haver CPI. Era quarta-feira, onze e meia da noite, ele estava numa roda de amigos, acompanhando pelo rádio ou pela televisão a retirada de assinaturas e queria saber se podia comemorar com os amigos. Achei aquilo estranhíssimo, sinal dos tempos: um médico estava com um grupo de amigos e ligava às onze e meia da noite para meu celular, o que não é comum, para perguntar se a CPI ia existir, porque ele queria comemorar.

Ora, comemoram-se coisas que dão satisfação pessoal, que agradam à família, a si próprio, mas, no caso, aquilo agradava ao país dele, à sociedade da qual ele participa. Percebi, Senadora Heloísa Helena, o sentimento nacional naquele telefonema. Era o sentimento dos brasileiros que refletem, que acompanham o que está acontecendo neste País, que participam da

evolução democrática do Brasil, que percebem que a remoção da corrupção é um fato fundamental na preservação da democracia brasileira, que só seremos um país sério na hora em que, existindo a corrupção, ela for combatida, porque corrupção vai existir sempre. Agora, se ela existir e não for combatida à vera, aí está tudo perdido.

Aquele brasileiro, a cujo telefonema não respondi, porque ele deve ter acompanhado à meia-noite, meia-noite e pouco o feliz desfecho, aqueles que querem passar a limpo este País, de que as assinaturas tinham sido mantidas e de que a CPI ia existir, ele deve ter comemorado como muito brasileiros. Na sua Alagoas, no meu Rio Grande do Norte, no Amapá do Senador Augusto Botelho, em Pernambuco do Senador Marco Maciel, em Brasília do meu amigo médico, do Senador Cristovam Buarque, brasileiros de toda a parte devem ter comemorado, porque a opinião pública do Brasil quer que se investigue o escabroso caso do sujeito pegando com a ponta dos dedinhos aquele maço de dinheiro e botando sorratamente no bolso. Ah, sujeitinho! Ah, sujeitinho! É a repetição da história de Waldomiro.

A CPI, Senador Marco Maciel, está instalada. Qual é a minha preocupação? A reação daqueles que, como acabei de dizer em aparte ao Senador Pedro Simon, vão se mover contra a instalação e os trabalhos da CPI, como se a CPI fosse acabar com o País. Não vai acabar com o País; vai passar o País a limpo.

E V. Ex^a, Senador Marco Maciel, que já foi Vice-Presidente da República, que é um homem de larguíssima experiência, que é uma referência dentro do Partido da Frente Liberal, estou seguríssimo, pensa como eu. Não podemos fazer da CPI um palco político, nunca. Não se trata de uma luta entre Governo e Oposição. Os membros que eu, como Líder, vou indicar vão ser pessoas que tenham tempo para dedicação senão exclusiva, quase exclusiva aos trabalhos da CPI e tenham competência e equilíbrio de comportamento. A sociedade não vai aceitar radicalismo, o jogo do Governo e Oposição, lama para aqui e para acolá. Vai querer que se investigue e que o caso dos Correios, mostrado na fita de vídeo, seja passado a limpo. Se tiver ramificações, que sejam identificadas e que os corruptos sejam identificados e entregues à Justiça para punição.

Vamos trabalhar, Senadora Heloísa Helena, com absoluta isenção, com equilíbrio de comportamento, para não cometer injustiças, como fizemos na CPI do Judiciário. O que aconteceu com a CPI do Judiciário? Foi um trabalho duro. Eu participei e fui membro dela. É muito desagradável investigar pessoas, se transformar em delegado ou investigador de Polícia, mas fomos

eleitos para cumprir um papel, e, circunstancialmente, naquele momento, o papel era de investigar. O que aconteceu? Nós levamos para a cadeia o presidente de uma Corte – a de São Paulo. Rasgando as carnes, cassamos o mandato de um colega que sentava onde V. Ex^a está sentado. Outros juizes, além de admoestados, foram presos.

A missão de uma Comissão Parlamentar de Inquérito não é missão política. A Comissão Parlamentar de Inquérito é um instrumento especial de investigação a quem se dá, Senador Augusto Botelho, a prerrogativa de quebrar sigilo fiscal, telefônico e bancário. A Comissão Parlamentar de Inquérito é acompanhada pela imprensa todos os dias. Os brasileiros ficam antenados nela. É quase uma torcida Fla x Flu, em que o brasileiro, participando, fica torcendo para que se chegue a resultados. É a mobilização nacional em torno de uma causa, que, no caso, é o combate à corrupção. E vem o Ministro José Dirceu, em uma pérola do vernáculo, dizer ontem de noite – e repetiu hoje de manhã – que lugar dos que são contra o Governo, porque assinaram a CPI, é na Oposição.

Quando V. Ex^a, Presidente Heloísa, manifestou as opiniões que até hoje manifesta, com muita coerência, foi alvo de perseguições, de uma via-crúcis que lhe levou a viver um inferno astral. Lembro-me do grande momento em que V. Ex^a, daquela tribuna, debulhada em lágrimas, fez um dos mais bonitos discursos que já ouvi na minha vida, ao anunciar que estava prestes a ser expulsa do seu partido, mas que iria agüentar firme.

Agora, alguns Deputados e Senadores do PT – e existe o PT de 1^a e o PT de 2^a, porque o Senador Eduardo Suplicy, no entendimento do Ministro José Dirceu, é desse jeito mesmo e se compreende, mas os Deputados, não – terão que se agasalhar em outra sigla, porque são “caça-corruptos”, e lugar de “caça-corrupto” é fora do PT. Esse é o entendimento do Ministro José Dirceu, e não tenho dúvida alguma de que qualquer brasileiro comum, Senador Pedro Simon, é capaz de interpretá-lo. Não há necessidade de inteligência superior para se deduzir isto, está claríssimo: lugar de “caça-corrupto” é fora do PT!

Senador Marco Maciel, o fato de que mais me orgulho na vida é ter sido Prefeito e duas vezes Governador. Tive a oportunidade de conviver, em alguns momentos difíceis, com denúncias de corrupção no âmbito da minha administração. Fui obrigado a, rasgando as carnes, demitir amigos pessoais, íntimos, que eu reputava bons amigos, porque, como disse o Senador Pedro Simon, governante não tem o direito de ter amigo, deve ser amigo da instituição que preside, amigo da vontade coletiva. Ele deve ser o guardião do

interesse da maioria. E interesse da maioria não agasalha corrupção, não pode conviver com corrupção. Meu pai, que foi Governador, dizia uma frase que marcou a minha vida pública: “Não conviverei com a improbidade”. Isso significa não roubar e não deixar roubar.

Estamos agora diante de um dilema. O Presidente da República vai chegar ao País e encontrar essa pérola dita pelo Chefe da Casa Civil, o arauto do seu Governo, e decidirá se expulsa ou se mantém os Deputados, se convive com a Comissão Parlamentar de Inquérito ou se vai combatê-la. E venho à tribuna hoje, fundamentalmente, para dizer que estou preparado para o combate em muitos momentos. Tenho certeza de que o Governo, que não deseja ver a Comissão Parlamentar de Inquérito levar adiante o seu trabalho de investigação, tentará tudo.

O primeiro ponto é o combate ao fato determinado. O Líder do PL, em uma peça tragicômica pronunciada no plenário do Congresso Nacional, na quarta-feira, levantou uma questão de ordem, dizendo que o requerimento era dúbio no que dizia respeito ao fato determinado. Pelo amor de Deus! Senador Augusto Botelho, aquele Deputado deve ser ruim da vista. S. Ex^a não deve ter visto – como eu, V. Ex^a e todo o Brasil – a fita de vídeo e a corrupção explícita: a ponta dos dedos do ladrão pegando o dinheiro e colocando no bolso, sorrateiro. Houve também o diálogo em torno do assunto, falando-se em 18 empresas sobre as quais eles teriam alcance.

Aquele diálogo porco e nojento impõe a investigação, sob pena de o brasileiro pensar que esse Governo pode até não roubar, mas deixa que roubem gostosamente. E o fato determinado será discutido na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na qual alegarão que a Polícia Federal já está investigando o caso, Sr^a Presidente Heloísa Helena.

Senadora Heloísa Helena, o caso Waldomiro faz 13 meses. A Polícia Federal e a Corregedoria – foi dito pelo Presidente da República ou pelos órgãos do Governo – estão investigando o caso há todo esse tempo. Tenho informações precisas da PF, um órgão que merece respeito, de que a instituição está engessada na sua capacidade de agir e que, por esse motivo, não chegou a conclusão alguma. A Polícia Federal não pode quebrar sigilos telefônico, bancário e fiscal, mas a CPI pode. As investigações chegaram a um ponto e pararam, não tendo havido conclusão. Waldomiro está aí, no meio da rua, comprando revista, de bermuda, e voltando para casa sem punição.

Nas investigações a cargo dos Correios, que já estão em curso, ouvimos, em certo momento, a opinião do delegado responsável, que disse, há três ou quatro dias, que era favorável à instalação da Comissão

Parlamentar de Inquérito. Ele, que está investigando os fatos, disse isso. Portanto, o fato determinado é claríssimo, é evidente que existe. Mas é possível investigá-lo e chegar às últimas consequências somente com a investigação da Polícia Federal? Não. Não é possível, a começar pela declaração do próprio delegado da Polícia Federal que está investigando o caso, afirmando que “a Comissão Parlamentar de Inquérito é bem-vinda”. Por quê? Porque ele se declarou incompetente para chegar às conclusões que a opinião pública exige e quer.

Então, vamos aos votos, vamos à CCJC, vamos chamar a opinião pública a se manifestar sobre os Deputados que elegeram e que vão votar naquela comissão, para saber se ela quer a corrupção passada a limpo ou não. Temos votos, não o suficiente para garantir a maioria na CCJC, mas a opinião pública pode forçar. Faremos a nossa função e estamos começando agora o trabalho de esclarecimento das nossas razões, dos nossos objetivos para que a opinião pública se mova. Senador Pedro Simon, a opinião pública nunca terá sido tão forte quanto agora. Não temos maioria, mas a maioria a opinião pública fará.

A primeira batalha ocorrerá no plenário da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara. Vamos ganhar. Aquela Casa vai demorar uns trinta dias para indicar os membros que vão compor a comissão. Tudo bem, é regimental e não podemos fazer nada. Vamos agüentar e ficar trabalhando, mas vamos ficar pressionando para que, no prazo de trinta dias, aconteça a indicação.

Estamos no dia 27 de maio. Se considerarmos trinta dias corridos, o prazo termina em 27 de junho. Eles estão loucos para que chegue o fim de junho, para que chegue o mês de julho, que é recesso, e não haja trabalho algum. E a opinião pública vai ficar se coçando para que a CPI comece a operar. E temos que nos sintonizar com a opinião pública e com o sentimento do povo brasileiro. Não nos restará, Senadores Heloísa Helena, Marco Maciel, Augusto Botelho, Pedro Simon e Senador Cristovam Buarque, outra alternativa senão não interromper os trabalhos legislativos. Já assinei o requerimento de autoconvocação, assim como o Senador Arthur Virgílio e a Senadora Heloísa Helena, e tomarei a providência de levá-lo à maioria do Senado para que o assine. Além disso, pedirei aos Líderes na Câmara que requerimento igual seja feito e assinado, a fim de que, se manobras regimentais existirem, o Congresso possa funcionar no mês de julho, para que a Comissão Parlamentar de Inquérito não perca o seu ímpeto, passando a limpo a história da corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

Essa providência está anunciada e será efetivada. É bom que o Brasil todo tome conhecimento desse fato.

A última que já estão anunciando: “Ah, mas vão ter o Presidente e o Relator da Comissão.” O que eles desejam, Senador Marco Maciel, é a CPI de um lado só. São linhas paralelas que vão terminar se encontrando: de um lado, o Ministro José Dirceu declara que quem está contra o Governo deve ir para a Oposição; de outro, que o Presidente e o Relator têm que ser da base do Governo. É a CPMI de um lado só.

Senador Augusto Botelho, a última CPMI a se instalar, há pouco tempo, a CPMI da Terra, presidida pelo Senador Alvaro Dias e relatada por um Deputado do PT, seguiu a tradição e o que o Regimento dispõe: a Câmara indica um e o Senado indica outro – Presidente e Relator. Quem for majoritário na Câmara indica um, o Presidente, por exemplo; quem for majoritário no Senado indica o outro, como exemplo o acordo para que o Presidente eleito indique o Relator do Bloco que for majoritário no Senado.

Qual é o quadro? O quadro, Presidente Heloísa Helena, é que, na Câmara, quem tem maioria é a Bancada do PT. No Senado, quem tem maioria, é o Bloco da Minoria. E assim foi feito, sem discussão. V. Ex^a ouviu falar em alguma discussão para a entrega ao Senador Alvaro Dias da presidência da CPMI da Terra, uma CPMI importante, e para que o Presidente eleito indicasse Relator um Deputado do PT? Não houve discussão nenhuma. É o Regimento! É a tradição! Agora não. Agora é investigar corrupção e a conversa é diferente. Quando se trata de discutir corrupção, é igual a Waldomiro, é igual ao caso dos Correios: aí é confusão grande. Eles querem? Não. Eles querem inventar um Regimento novo, vão querer inventar fazer um bloco de última hora, vão tentar fazer com que no Senado tenham maioria, o que não têm.

Não é que queiramos, por razão essa ou aquela, de ordem política, defender ponto de vista. Senadora Heloísa Helena, é aquela história de colocar a raposa dentro do galinheiro. Já imaginou? A base do Governo tem a maioria dos 32 membros, 20, contra 12 da Oposição. Numericamente, ela tem a maioria, e tem o Presidente e tem o Relator. Eles podem, perfeitamente, convocar quem quiserem, porque essa decisão é comandada pelo Presidente e pela maioria, o Relator pode colocar as conclusões que quiser no relatório, pode afrontar qualquer evidência que tenha sido mostrada no curso dos trabalhos, porque ele é o Relator e tem essa prerrogativa, e a maioria pode votar o absurdo do relatório do Relator. É tudo de um lado só. É a manobra que eles querem fazer... Vamos ficar parados?

Primeiro de tudo temos o Regimento, depois temos o gogó, depois temos a opinião pública, que vamos tentar mobilizar para que esta CPMI remova a corrupção e não passe para a opinião pública o atestado de que somos lenientes, que estamos concordando com o rolo compressor que o Governo quer passar na sociedade. Nós vamos resistir! Se quiserem amornar os fatos para chegar a julho, vamos cuidar de fazer a autoconvocação; se quiserem usar argumentos fraudulentos na CCJ, vamos combatê-los e mostrar o fato determinadíssimo que existe, vamos trabalhar com equilíbrio; não vamos politizar essa CPMI hora nenhuma. Se quiserem a CPMI de um lado só, vão encontrar a Oposição pela frente para falar o que a sociedade deseja e quer – e o que a sociedade quer é a CPI já.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador José Agripino. V. Ex^a deixou claro quando falou em autoconvocação do Congresso, mas, para aqueles que não dominam muito bem o linguajar da Casa, quero dizer que se trata de convocação sem nenhum custo, sem salário adicional, sem absolutamente nada, apenas para que possamos cumprir nossa obrigação de trabalhar a fim de desvendarmos os mistérios da corrupção, estejam eles onde estiverem.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel, como orador inscrito.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr^a Presidente desta sessão, Senadora Heloísa Helena, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna nesta sessão matutina para ferir um assunto que diz respeito a nossa política externa. Refiro-me especificamente, Sr^{as} e Srs. Senadores, à questão do nosso esforço de integração internacional.

Como é de conhecimento público, nossa prioridade deve ser, pelo menos a meu ver, a consolidação do Mercosul. O Mercosul não é, como disse Celso Lafer certa feita, uma opção, mas o destino, mesmo porque, como sabemos, a geografia condiciona a história de um país. Estarmos na América do Sul e, de modo especial, sermos um país que se encontra no Cone Sul nos torna, naturalmente, parceiros dos países que o integram.

Assim, nossa vocação natural será, certamente, a de fortalecer o Mercosul. Fortalecendo-o, adquiriremos musculatura para ter uma maior presença na política internacional e, por que não dizer, também no comércio exterior. Esta é, certamente, a primeira e grande opção do Brasil.

A segunda, obviamente, como eu não poderia deixar de observar, diz respeito à necessidade de ampliarmos o Mercosul, convertendo-o naquilo que

hoje se chama Associação de Livre Comércio Sul-Americana, Alcsa, compreendendo, assim, todos os países da América Meridional. De alguma forma, ao assim procedermos, estaremos criando condições para termos parcerias, para estabelecermos um bloco que compreenda os doze países. Isso é algo muito importante, porque nos ajudará a melhorar a nossa interlocução com duas outras grandes alianças que também precisamos estabelecer: com a União Européia – cujo acordo-quadro foi firmado em Madri, em 1995 – e com a Alca – proposta americana de 1994.

É bom lembrar que, quando a Alca foi proposta pelo Governo dos Estados Unidos, o Presidente daquele país era George Bush, pai do atual Presidente, e o Presidente eleito era Bill Clinton. O Brasil compareceu ao lançamento da proposta, em reunião realizada em Miami, por meio do Presidente da República à época, Itamar Franco, e do Presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso.

A partir dessas tratativas com relação à Alca, surgiu a proposta de que houvesse uma bipresidência, ou seja, um presidente de um país da América do Norte, no caso os Estados Unidos, e um da América do Sul, no caso o Brasil. Então, de alguma forma, podemos dizer que o Brasil é co-presidente dessa proposta de criação de uma associação de livre comércio que viesse a promover uma integração hemisférica, abrangendo a América do Norte, a América Central, o Caribe e a América do Sul.

Sr. Presidente, o Mercosul tem avançado, mas muito aquém do que desejávamos.

Se olharmos bem para essa questão, vamos verificar que estamos perdendo tempo na consolidação do Mercosul.

Já Rio Branco, reputado como patrono da diplomacia brasileira, pela sua visão, pelo seu descortino, pela maneira como negociou a definição das nossas fronteiras, tinha uma preocupação enorme com a questão do Prata. Ele considerava ser esse talvez o ponto mais delicado da nossa política externa.

Rio Branco exerceu o Ministério das Relações Exteriores durante dez anos. Acredito que os seus paradigmas, as suas propostas, os seus princípios se consolidaram. Ele mudou um pouco o eixo da política externa brasileira, e houve um acolhimento, ao longo da história da política externa brasileira, daquilo que anunciara.

Ao afastar-se do Ministério das Relações Exteriores, se não me engano em 1912, ele deixara já os nossos problemas de fronteira totalmente resolvidos. O Brasil tem muitos países limítrofes, mas não tem conflito nem aberto e nem latente com nenhum deles, graças em grande parte a Rio Branco, pela sua capacidade

de interlocução política, de recorrer muitas vezes à arbitragem na solução dos problemas. Mas a sua obra também passou pela preocupação com o Prata.

Volto a dizer que o Mercosul avançou, mas avançou pouco. Lamentavelmente, a sensação que temos hoje é de que o Mercosul está ficando uma instituição que, nos últimos anos, tem tido mais reveses do que conquistas. Cabe à nossa chancelaria e, mais do que isso, ao Governo Federal dar uma maior prioridade ao Mercosul.

É lógico que o Mercosul não é só o Brasil. O Mercosul, além dos quatro países do Cone Sul, tem outros membros que, posteriormente, a ele se associaram, mas ninguém pode deixar de reconhecer que o Brasil exerce uma posição de certa – eu não diria de liderança – ascendência no desenvolvimento do Mercosul, já porque é, sob o ponto de vista econômico, o parceiro de maior porte.

Isso é, talvez, uma marca singular do nosso País. Poucos países têm tantos vizinhos – temos dez Estados vizinhos –, e não temos problema com nenhum deles, a não ser no futebol. Conheço países no mundo que têm menor número de Estados limítrofes e têm enormes problemas externos, inclusive com seus vizinhos. Precisamos dar um pouco mais de ênfase ao Mercosul. Essa é, talvez, a nossa questão central.

Fico muito preocupado quando observo que as negociações não se desenvolvem. A sensação que se passa para a sociedade e para o empresariado é que estamos vivendo momentos de retrocesso de conquistas feitas. O Mercosul poderia estar seguindo o exemplo da União Européia, que, a partir de 2007, possivelmente, se converterá numa verdadeira confederação de estados.

É certo que alguém poderá dizer que a União Européia começou há 50 anos, no pós-guerra, com o Tratado de Roma, que é de 1957. Mas a União Européia adquiriu grande musculatura e, além dos 15 países que a integram, está incorporando mais 10 países, o que a converterá talvez na mais bem tecida política de integração regional. Se quisermos tomar como modelo um tipo de associação de nações, a União Européia é hoje o nosso modelo.

É possível que, em 2007 – se tudo continuar caminhando como está –, a União Européia se converta numa federação, num estado confederado. Pela nova constituição, haverá uma política externa comum, uma moeda e que, por fim, haverá, no que diz respeito à defesa e à segurança, uma ação coordenada. Isso significa dizer que os estados membros da União Européia abrem mão de parte de sua soberania em torno de um órgão central que exercerá esses papéis.

Isso está fazendo com que a Europa, sobretudo essa dos 25, tenha hoje uma moeda que desempenha um papel tão importante quanto o dólar americano. É talvez a segunda moeda de reserva e tende a se estabilizar como tal. Quando o euro foi lançado, havia muita dúvida sobre seu êxito, mas hoje vemos um euro consolidado, inclusive com excelente cotação no mercado financeiro internacional.

Sr. Presidente, volto à questão do Mercosul. O Governo Federal precisa dar uma maior ênfase ao Mercosul, porque esse é o nosso destino. Mas não podemos também descartar as nossas opções. O Mercosul é um destino que decorre da geografia. Napoleão dizia que a história de um país é a história da sua geografia. É evidente que a geografia condiciona a história de um povo, de um país.

Se o Mercosul é um destino manifesto, se assim posso dizer, temos nossas opções de curto prazo. Quais são? Uma é um acordo com a União Européia, que caminha, mas não com a velocidade desejada. Há outra: o entendimento para a criação da Alca.

Verifico, pelas últimas palavras do Presidente da República, que Sua Excelência descartou a Alca entre suas prioridades. Não entendo, não sei as razões dessa decisão, porque, de toda maneira, em tese, a idéia de uma integração hemisférica é uma idéia positiva. É lógico que promover um processo de integração significa que haja um acerto para que esse bloco que surge, esse bloco que seria fortíssimo, a chamada Alca, não traga prejuízos senão traga vantagens para nosso País.

O fato de descartarmos, pura e simplesmente, a Alca, a meu ver é um erro, sobretudo porque ninguém pode deixar de reconhecer que, na medida em que estabelecemos essa associação hemisférica, se alavanca muito nosso comércio exterior. Entendo que não custa nada discutir essa questão.

Aliás, recorro à citação de um ex-Presidente americano, Kennedy, que, quando tomou posse, em janeiro de 1961, na Presidência dos Estados Unidos da América do Norte, em seu discurso disse uma frase que ainda ressoa em meus ouvidos: “Nunca negocie por medo, mas nunca tenha medo de negociar.”

A Alca é uma opção que está aí. Não devemos ter medo de negociar. Pode ser que não nos convenha, mas, em tese, por que não discutir? Sobretudo, Sr. Presidente, se observarmos que se um acordo vier a ser construído isso nos daria condições mais privilegiadas inclusive de comércio internacional.

Faço tais considerações porque os Estados Unidos estão concluindo agora, já que não houve, pelo que leio nos jornais, interesse do Governo brasileiro em continuar as negociações da Alca – e os ameri-

canos são pragmáticos inclusive em negócios –, um acordo com a América Central, envolvendo também a República Dominicana, o chamado Cafta-DR. Com isso, naturalmente o Governo dos Estados Unidos começa a expandir seu processo de integração. O acordo foi assinado, mas não ratificado pelo Congresso dos Estados Unidos e, se vier a ser ratificado, certamente vai afetar o comércio exterior brasileiro.

Aliás, o jornal **O Estado de S. Paulo**, no dia 19 de maio, observa, em editorial intitulado “O Cafta e o Brasil”:

“Mais seis países ganharão acesso ampliado ao mercado americano, o maior do mundo, se o Congresso dos Estados Unidos aprovar o acordo de livre comércio com a América Central e a República Dominicana (Cafta-DR, abreviação em língua inglesa)”

E observa, mais adiante, o editorial de **O Estado de S. Paulo**: “Perder oportunidades comerciais, que outros governos mais prosaicos não enjeitam, é a maneira escolhida pelas autoridades brasileiras para mostrar que não se submetem ao jugo e ao jogo das potências imperialistas.”

O **O Estado de S. Paulo**, dissentindo dessa opinião, observa que tal medida certamente demonstra que os Estados Unidos procuram – pelo que ouvi das declarações do Presidente Lula –, já que outros países, sobretudo o Brasil, não desejam discutir esta questão, expandir suas alianças, começando, notadamente, pelos países mais próximos, os países da América Central, incluindo a República Dominicana, que são países com os quais, até por proximidade geográfica, mantêm intercâmbio maior.

Mas, Sr. Presidente, não gostaria de encerrar minhas palavras sem dizer que espero que possamos continuar avançando no processo de integração internacional. O mundo vive um acentuado processo de globalização, isso é reconhecido. Se desejamos ampliar a inserção do Brasil, precisaremos recorrer a alianças. Ou seja, em primeiro lugar, dando ênfase ao Mercosul, que é nosso destino, e trabalhando as opções: o acordo com a União Européia, a viabilização ou não da Alca, que não pode ser descartada sem uma análise aprofundada de nossos interesses e enlances com outros blocos. Agindo dessa forma, certamente criaremos condições para sermos um país que venha a ter, neste século XXI, um certo, não diria protagonismo, mas, pelo menos, uma presença forte na sociedade internacional.

Eu era estudante universitário, quando surgiu o livro **Brasil, País do Futuro**, de Stefan Zweig, um alemão que para cá veio com a esposa, fugindo do

regime nazista. Aqui viveu, escreveu e morreu de forma dramática – ele e a mulher se suicidaram –, mas deixou esse livro que marcou a minha geração e as gerações subseqüentes.

A pergunta que sempre se faz é: quando o Brasil se converterá em uma nação do presente? Quando deixará de ser sempre o país do futuro a que aspiramos, futuro que nunca se materializa? Quando o futuro começará a habitar em nós antes de ocorrer? Essa é a grande questão. A meu ver, para que isso ocorra, muito já foi feito. Consolidamos a democracia no País, e alcançamos estabilidade política. É uma democracia que considero robusta. O Brasil vive, portanto, numa democracia plena. Ninguém desconhece que há estabilidade institucional no País. O Brasil avançou na estabilidade econômica. O real é o ícone – para usar uma expressão da moda – da estabilidade econômica.

Estamos avançando, também, em que pesem as dificuldades, no campo social. Não podemos deixar de dizer que alguns índices, na área de educação e de saúde, melhoraram consideravelmente. Precisamos, todavia, avançar em dois setores em que ainda, lamentavelmente, pouco progredimos. O primeiro, naturalmente, é o campo das reformas institucionais, também chamadas reformas políticas, que pouco progresso tiveram. Na medida em que avancarem, certamente testemunharemos maior robustez institucional e teremos melhorado a nossa governabilidade. Precisamos avançar também na integração internacional. O Brasil pela sua expressão demográfica, pela sua extensão territorial, tem tudo para ser não o país do futuro, mas do presente, neste século que se inicia, isto é, neste milênio que nasce, sob as esperanças de que possamos construir uma sociedade internacional democrática, justa e desenvolvida, que seja símbolo daquilo que é o Brasil, que cultua os valores da integração étnica, da liberdade, da solidariedade e da convivência pacífica.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, a Sra. Heloísa Helena, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, por permuta com o Senador José Jorge. Em seguida, fará uso da palavra o Senador Augusto Botelho.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, a imprensa e os Líderes do meu Partido reconhece-

ram a derrota por não terem impedido a realização de uma CPI. Reconhecer a derrota está certo, mas a razão deveria ser outra. Deveríamos reconhecer que perdemos a batalha pela credibilidade no País e por demonstrar à opinião pública que somos um governo sem medo de CPIs.

Não assinei a convocação da CPI. Defendi que deveria haver, lutei por isso, fui para dentro do meu partido, defendi na bancada. E a bancada, por maioria expressiva, achou que não deveríamos assinar. E me submeti à bancada. Por quê? Muitos não entenderam e não vão entender – fui avisado disso. Não conseguem entender que questões de princípios não levamos para debater na bancada. Quando levamos para debater na bancada uma decisão, em um coletivo, é porque é uma questão política e, nesse caso, nos submetemos ao que a maioria deseja, mesmo quando achamos que a maioria está errada politicamente. Não por questões de princípios.

Na hora, Sr. Presidente, em que for preciso debater uma questão de princípios, eu nem vou à reunião e mando dizer que estou fora do partido. Quando for questão de política, irei, debatarei e, se perder, me submeterei à decisão coletiva. Muitos marqueteiros amigos disseram que “esse discurso as pessoas não entendem”. Continuarei fazendo esse discurso, não jogo por *marketing* e, se for preciso, ficarei sem ser entendido, mas tranqüilo por ter defendido a posição certa de que o nosso Partido deveria ter saído na frente, ter sido o primeiro a defender a CPI. A posição, democraticamente a meu ver certa, é a de ter me submetido à maioria sem mudar o que eu acho.

Agora, estou mais uma vez preocupado com os rumos do PT e com os rumos do Governo. Vejo nos jornais manifestações de que haverá manipulações, postergação da CPI e que haverá escolha para a CPI de pessoas que vão representar o Governo e não a sociedade brasileira. Eu acho que o PT deveria ser o primeiro partido a indicar seus membros para a CPI, para tentar recuperar um pouquinho da derrota de credibilidade que tivemos. E, mais do que isso, deveria colocar na CPI pessoas que, de fato, não se submetem ao que o Palácio do Planalto determina, porque, se mais uma vez fizermos isso, vamos cometer um erro talvez definitivo.

Ao mesmo tempo, acho que a CPI tem que ser um instrumento do Congresso: é Comissão Parlamentar de Inquérito, não é comissão do Planalto para inquérito! Se fizermos isso, destruiremos as instituições nacionais.

Quero apelar às lideranças do meu partido para que entendam que não podemos ter outra derrota na credibilidade. Temos que sair à frente e indicar pessoas

da maior seriedade, de clareza e de independência na imagem da opinião pública, para que o que vier seja o resultado, não apenas certo, mas que pareça certo para toda a opinião pública.

O meu outro apelo é em relação a essa história de punição aos que assinaram. Fico à vontade para falar sobre isso, porque não assinei! Fico à vontade, porque já fui a favor, em momentos anteriores, até em relação à minha amiga a Senadora Heloísa Helena, de que aqueles que não cumprissem determinação do Diretório Nacional, fechamento de questão, fossem punidos de fato, até pelos seus méritos, como disse a ela, de público, naquele momento, porque são de outro partido.

Neste caso, não houve fechamento de questão, houve orientação! Eu tinha direito de assinar, sem ferir uma determinação. Foi uma opção que fiz de me submeter à maioria da bancada.

Desta vez, punir significa uma arbitrariedade que não se pode permitir. Tenho dito e vou continuar dizendo: sou dono das minhas palavras, não sou dono do meu voto quando houver fechamento de questão. E sou dono do meu voto quando quero e decido me submeter à maioria, mesmo sem haver fechamento de questão.

A punição desses deputados e do Senador Eduardo Suplicy será um absurdo sobre o qual vou me manifestar. Mas, mais do que isso, quero deixar claro que mesmo não tendo assinado a CPI, em qualquer punição a qualquer deles, quero estar do lado deles.

Se eles forem impedidos de participar de comissões, quero dizer que o meu cargo de Presidente da Comissão de Relações Exteriores será entregue, porque não assinei, mas estou do lado deles naquilo que eles fizeram.

Quero dizer também que me parece absolutamente surpreendente que a notícia, que a idéia de punir venha do Planalto, e não do dirigente do PT. Fico surpreso ao ver o Ministro José Dirceu, nos jornais, hoje – espero que ele desminta –, dizer que haverá punição para os nossos deputados que assinaram o requerimento de criação da CPI.

Se punição houver, e não a defendo, deveria ser para aqueles que conduziram esse processo, e o Ministro José Dirceu era o principal. Se punição houver, deve ser pela incompetência de não ter saído na frente e ganhado a disputa pela credibilidade, defendendo a CPI. E se cometeram esse erro, a incompetência de perderem. E, se não fosse por isso, pela incompetência de perderem, Senador Marco Maciel, passando a idéia de uma vergonhosa submissão, de um vergonhoso comportamento, como lemos nos jornais, de

que teriam ido, ajoelhados, pedir a parlamentares de outros partidos que não assinassem.

Acho que houve discordância entre os que assinavam e os que não assinavam. E eu estava do lado dos que deveriam assinar e me submeti. Não tenho de pedir desculpas porque agi incoerente com o princípio da democracia e de acordo com a opção da maioria. Mas aqueles que não fizeram isso, em um momento em que o Diretório Nacional apenas recomendou, se forem punidos, creio que será mais um, de uma sucessiva, parece, inesgotável sucessão de erros que estamos cometendo, descolando da opinião pública, descolando do que o povo sempre viu no Partido dos Trabalhadores e esperava do Governo do Presidente Lula.

Vim aqui para deixar claro o meu descontentamento com a condução desse processo ao longo de todo esse tempo. Descontentamento, em primeiro lugar, com o fato de que, ao ser convocada uma CPI, tenhamos dado a impressão de ter ficado contra; em segundo lugar, de ter lutado contra por meios que pareceram à opinião pública não muito dignos; e, em terceiro, de querer agora punir.

Devo lembrar ainda que, se é para punir alguém, é preciso punir os que escolhem os colaboradores do Governo, pois sabemos que toda nomeação passa pela Casa Civil. Eu mesmo, quando Ministro, quis contratar uma pessoa, fui impedido de contratá-la porque, três anos atrás, tinha passado um cheque sem fundo, Sr. Presidente. Essa pessoa explicou que esse cheque sem fundo tinha sido por erro, como muitos cometem, e que tinha sido pago no mesmo dia. Mas a Casa Civil teve a firmeza de não deixar que fosse nomeada uma pessoa que um dia na sua vida passou um cheque sem fundo. Agora, vemos nomeações desse tipo. E quem é responsável por essas nomeações agora se dá o direito do arbítrio de querer punir alguns que discordaram de nós – já que não assinei, faço parte –, que não assinamos.

Quero deixar claro que qualquer punição a qualquer um desses, com a posição de independência que tenho por não ter assinado, eu me submeterei como se eu próprio estivesse merecendo essa punição, porque, durante essas semanas, eu disse que deveria haver a CPI. Portanto, se houver punição para eles, deve haver punição para mim também. E disse porque sou dono da minha fala, mas assumo que o meu voto pertence aos meus eleitores, à minha consciência e ao meu Partido. E eu procuro combinar os três.

Quando for questão de princípios, não submeterei nem ao menos aos meus colegas, nem irei às reuniões, não aceitarei a maioria, porque princípio não se negocia. Quando for questão política, debatarei, tentarei ganhar. Se perder, me submeterei, mas não

me esconderei no fato de ter estado do lado daqueles que não queriam a CPI, para evitar qualquer punição contra mim. Sou solidário com aqueles companheiros do PT que votaram pela instalação da CPMI. Mais do que isso: sou agradecido a eles, porque derrota maior do que a CPI ser convocada é se ela tivesse sido impedida por decisão de nós, petistas. Fico agradecido que eles tenham votado, porque permite que haja uma CPI, que seja apurada a realidade, possamos mostrar que o Governo Lula não compactua com corrupção.

Era isso que tinha a dizer, Sr. Presidente, agradecendo V. Ex^a pela tolerância com relação ao tempo.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Concedo a palavra ao Senador João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não gostaria de voltar a este assunto e abordá-lo pela terceira vez, mas a inoperância do Governo do Estado do Maranhão faz com que eu venha a esta tribuna tratar de um problema relacionado a um empréstimo ao meu Estado pelo Banco Mundial.

Eu já fui Governador do Estado do Maranhão e fiz empréstimos que, na minha época, funcionaram bem.

Refiro-me ao empréstimo de US\$ 30 milhões em negociação entre o Estado do Maranhão e o Banco Mundial para ser aplicado no combate à pobreza no meio rural. O Governo do Estado está tentando transformar o empréstimo em um fato político, porque tem difundido informações atribuindo a mim, ao Senador Edison Lobão e à eminente Senadora Roseana Sarney responsabilidade pela demora na proposta pelo Senado Federal.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, afirmar que eu, o Senador Edison Lobão e a Senadora Roseana Sarney estamos criando dificuldades para a autorização do referido empréstimo é desconhecer totalmente o conhecimento que tenho das dificuldades por que passam os habitantes do meio rural maranhense, os sentimentos que me ligam a esses trabalhadores e a profunda preocupação que me invade o corpo e a alma pelo desenvolvimento do meu Estado. É certeza que a demora das negociações para esse empréstimo está atrelada à situação político-administrativa em que se encontra o Estado do Maranhão, por absoluta responsabilidade do atual Governador do Estado, que se tem mostrado desinteressado no comando do Estado. Não é nesta Casa que se encontram os obstáculos para

a efetivação do empréstimo do Banco Mundial, mas na própria administração do Estado. Segundo a experiência e o conhecimento que tenho da metodologia do Banco Mundial para realizar empréstimos, posso afirmar que essa instituição se distingue pela análise minuciosa, rigorosa e criteriosa dos programas e projetos a apoiar com financiamentos. Nesse sentido, enquanto os projetos propostos não demonstrarem patamares confiáveis de programação e de estrutura de execução, não recebem aprovação. O Banco Mundial é uma instituição já tradicional no setor de financiamento de projetos no Estado do Maranhão. Os Governadores Luís Rocha, Epitácio Cafeteira, Edison Lobão e Roseana Sarney, todos assinaram os acordos de empréstimo com esse banco após negociações que não se prolongaram além do tempo necessário para os imprescindíveis ajustes técnicos exigidos por transações desse gênero. Esses acordos atingiram um montante de US\$ 427,8 milhões.

Ora, não seriam agora esses US\$ 30 milhões que iriam resolver todos os problemas dos trabalhadores pobres do Estado do Maranhão ou dos rincões pobres do meu querido Estado. Já recebemos US\$ 427,8 milhões nos governos de Cafeteira, Luiz Rocha, Edison Lobão e Roseana. E é bom que se diga que o atual Governo usou e muito, os US\$ 80 milhões recebidos no Governo da hoje Senadora Roseana Sarney. Esses US\$ 80 milhões foram contratados no período em que o Estado foi governado pela Senadora Roseana Sarney, para aplicação no programa de combate à pobreza rural no Estado do Maranhão. E mais da metade foi aplicado pelo atual Governador José Reinaldo. E hoje ele tanto reclama de US\$ 30 milhões que ainda não foram contratados.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o banco já conhece o Estado em detalhe. Equivocase o Sr. Governador ao projetar a responsabilidade pela demora das negociações em curso para fora do âmbito administrativo de sua responsabilidade e competência. O que todos desejamos é que o empréstimo seja efetivado e sua aplicação seja feita da forma adequada, para benefício desse público-meta, abnegado e esperançoso, que é o trabalhador rural do Estado do Maranhão.

Lamento, Sr. Presidente, que eu tenha que voltar a este assunto nesta Casa. Realmente o Maranhão precisa desse empréstimo de US\$ 30 milhões, mas não são US\$ 30 milhões que vão resolver o problema do Estado. Eu já fui Prefeito da cidade de Bacabal, no Maranhão, e sei das necessidades do povo tão querido do meu Estado. Mas dizer que nós, Senadores, estamos atrapalhando esse empréstimo é querer justificar a inoperância e a administração caótica do

Governador do Estado, transformando esse empréstimo em uma ação política. Eu lamento, como disse, profundamente trazer novamente esse assunto, mas é necessário que o Maranhão conheça a realidade dos fatos para que não fique apenas, diante da imprensa local, subsidiada pelo Palácio do Governo, a falar de um empréstimo quando nós, Senadores, só queremos ajudar na sua concessão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Pois não, ao Senador Edison Lobão eu permito um aparte, com muita satisfação.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador João Alberto, eu me encontrava no meu gabinete e ouvi, pelo alto-falante da Casa, o discurso de V. Ex^a, e aqui compareci para este aparte que agora V. Ex^a me concede. Nós estamos vivendo no Maranhão um momento de turbulência política. É visível, não podemos negar isso. A imprensa todos os dias aborda esse assunto. Em razão da turbulência, muitas injustiças se perpetram. Uma delas, Senador João Alberto, é a de nos atribuir uma parede, uma oposição, uma má vontade com esse empréstimo de US\$ 30 milhões para o combate à pobreza no interior do Estado. Sei que nenhum de nós jamais moveu uma palha contra a concessão do empréstimo, ao contrário, temos procurado ajudar. Eu mesmo, Senador João Alberto, por duas vezes fiz discurso na Comissão de Assuntos Econômicos defendendo o empréstimo, falando da necessidade dele. Por duas vezes isso já ocorreu lá. Mas eu ouço autoridades do Governo do Estado – e não estou aqui para falar mal de nenhuma dessas autoridades ou para condená-las – insistentemente dizerem que nenhum dos Senadores contribui e que nenhum deles jamais fez um discurso no plenário do Senado sobre o empréstimo, como se um discurso resolvesse os problemas nacionais. Pois estamos agora a fazê-lo, Senador João Alberto, V. Ex^a na tribuna e eu, seu colega, aqui a aparteá-lo para dizer que sou defensor do empréstimo. Por favor, Srs. Senadores da República Federativa do Brasil, ajudem-nos apoiando também. Se era isso que as autoridades do Maranhão desejavam, estamos nós dois aqui a fazê-lo agora, da maneira mais expressiva possível. Vejo aqui o Senador Marco Maciel. Pois bem, Senador Marco Maciel, lá no meu Estado se mencionou o nome de V. Ex^a, recentemente, como tendo feito aqui um discurso a favor do empréstimo do seu Estado o que teria bastado para resolver. Pois bem, agora estamos nós, o Senador João Alberto e eu, pedindo o seu apoio, já que V. Ex^a é tão importante, para que nos ajude também a aprovar o empréstimo. Eu acho que, somente assim, nós vamos conseguir convencer as autoridades

do Maranhão de que não estamos nos manifestando contrariamente a esse objetivo e sim a seu favor. Agora, não sei, Senador João Alberto, se vamos resolver os problemas do Maranhão com US\$30 milhões. V. Ex^a relatou os oitenta milhões que foram recebidos. No meu Governo, também houve empréstimo dessa natureza, e eu confesso que apliquei honestamente todos os centavos dos recursos que recebemos, mas também não resolvemos os problemas do Maranhão com eles. Em quanto importam US\$30 milhões? Em números redondos, acrescentando bastante, R\$80 milhões. Ora, o empréstimo é para ser aplicado até 2008 – portanto, seria 2005, 2006, 2007 e 2008. Oitenta milhões divididos por quatro significam R\$20 milhões por ano. Ora, as receitas do Estado do Maranhão, pelo que sei, vão quase a R\$4 bilhões por ano. Frise-se: R\$4 bilhões! Se com esses R\$4 bilhões os problemas do Maranhão não estão sendo resolvidos, como é que vamos resolvê-los com R\$20 milhões? Então, chego à conclusão de que estão usando realmente esse empréstimo com motivação política, para falar mal de nós, que só queremos ajudar. Não estou contra o Governo do Estado; não tenho nenhuma palavra de ódio, até porque estou no convencimento de que o ódio é o inverso do amor, assim como a noite é o inverso do dia. Não odeio ninguém. Eu tenho amor por todo mundo. Espero que as autoridades do Governo, o Governador inclusive, os seus secretários, todos tenham sucesso em sua administração. É o que desejo. E não desejo sequer responder às objurgatórias de que fui vítima, assim como V. Ex^a e a Senadora Roseana Sarney também, por conta desse empréstimo que temos nos esforçado por resolver, embora não tenhamos conseguido. Muito obrigado a V. Ex^a. Parece-me que o Senador Marco Maciel deseja também apartear V. Ex^a, diante do apelo que lhe fiz de ajuda também ao nosso caso.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Eu quero agradecer o aparte do Senador Edison Lobão e incorporá-lo a meu pronunciamento.

Desejo, reafirmando que V. Ex^a foi um excelente Governador do Estado do Maranhão, dizer que lamento profundamente voltar a essa questão nesta tribuna. Mas, lamentavelmente, a inoperância do Governo do Estado do Maranhão faz com que se crie um fato político com referência apenas a um empréstimo de R\$30 milhões, como V. Ex^a falou. Hoje, com o dólar a R\$2,4, esse empréstimo representa R\$72 milhões para um orçamento, como o do Estado do Maranhão, da ordem de R\$4 bilhões. E esses R\$72 milhões é que iriam resolver todos os problemas do Estado!

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Mas os R\$72 milhões eu já arredondei para R\$80 milhões.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA)

– Exato!

Concedo com muita satisfação um aparte ao ex-Vice-Presidente da República, Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre Senador João Alberto, quero cumprimentar V. Ex^a por vir à tribuna, nesta sessão matutina, para defender a concessão de empréstimo para o seu Estado. E devo, a propósito do assunto, dizer o obvio: naturalmente, nós todos estamos interessados na aprovação desse projeto, porque ele certamente ajudará em muito o desenvolvimento da economia do Maranhão, e isso influi também no desenvolvimento da economia nordestina. Mas, como salientou, com muita propriedade, o experiente e competente Senador Edison Lobão, a questão de tramitação de um pedido de empréstimo externo é extremamente complexa. Primeiro, tem a negociação com o órgão financiador e o Governo brasileiro, o Governo central, porque só quem tem capacidade internacional para contrair empréstimos internacionais é a União. Nós vivemos num Estado Federal, a personalidade internacional, portanto, é a União. Esse início de negociação é muito complexo e longo, e depois há necessidade de que o Senado aprove a operação. Somente após esses passos, a União pode autorizar a contratação do empréstimo. E essa é uma tramitação que cumpre toda uma disciplina regimental, com a prévia manifestação de Comissão técnica da Casa, para depois ser apreciada pelo Plenário. Daí porque quero dizer a V. Ex^a, como também ao Senador Edison Lobão, que estamos solidários com as lutas desenvolvidas por V. Ex^a nesse sentido e que estimo mais rapidamente possível vê-lo aprovado. Quero aproveitar para dar o testemunho do trabalho que não somente V. Ex^a, mas também o Senador Edison Lobão e a Senadora Roseana Sarney realizam em favor do seu Estado. Aqui é a Casa da Federação e, portanto, em primeiro lugar, a Casa de defesa dos interesses dos Estados. V. Ex^{as} são Senadores não somente competentes, mas também muito atentos na defesa dos pleitos do seu Estado, o Maranhão.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA)

– Agradeço o aparte do Senador Marco Maciel, que muito me honrou. Como fiz em relação ao aparte do senador Edison Lobão, quero também incorporar o seu aparte ao meu pronunciamento, fazendo minhas as palavras de V. Ex^{as}. E que V. Ex^a nos ajude na aprovação desse empréstimo para o Estado do Maranhão.

Sr. Presidente, eu pediria que V. Ex^a, por gentileza, me concedesse mais um minuto.

Recentemente, nós tivemos uma reunião com a Bancada do PMDB com a Direção da Vale do Rio Doce, justamente para tratar da instalação de uma siderúrgica no Estado do Maranhão, siderúrgica esta que conta com o apoio do Senador Edison Lobão, com o meu apoio e com o apoio da Senadora Roseana Sarney. Pela conversa que tivemos, é o Estado do Maranhão que retarda o início do programa de instalação da siderúrgica do Maranhão. Ora, uma siderúrgica é muito importante para o nosso Estado. Segundo os dirigentes da Vale, nós teríamos três mil empregos diretos e mais de dez mil indiretos. Lamento profundamente que as medidas iniciais o Governo do Estado do Maranhão ainda não tenha tomado para instalação desse tão importante empreendimento do meu Estado.

Sr. Presidente, agradeço a paciência da Mesa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Com a palavra, por permuta com a Senadora Heloísa Helena, o Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, movimenta-se no País uma corrente de pressões, naturalmente acionada por interesses econômicos, para que se volte a permitir no Brasil a importação de pneus usados que possam ser remoldados. A rigor, essa importação já está se fazendo por alguns setores, ou com produtos do Mercosul, ou por força de liminares concedidas pela justiça brasileira. O fato é que o destino dos pneus velhos começou a mudar há três anos, quando os fabricantes foram obrigados a fazer o recolhimento para reciclagem, período em que recrudesceram os planos de importação.

Os que são favoráveis a esse tipo de importação, como os dirigentes da Associação de Pneus Remoldados, argumentam que os pneus utilizados no Brasil ficam imprestáveis para a recauchutagem em virtude das nossas deficientes estradas rodoviárias. Deterioram-se com defeitos que os tornam inviáveis para a rodagem, mas seu material, após ser picado, pode virar combustível para a produção de cimento, tapete de automóvel e matéria-prima para asfalto.

A televisão, no último dia 21 de maio, divulgou uma reportagem sobre o assunto e citou que, graças à legislação que obrigou os fabricantes a recolherem pneus usados por determinado número de novos, reduziu-se bastante o estoque dessas carcaças. No rio Tietê, em São Paulo, por exemplo, eram retirados dois mil pneus por dia como lixo que descia no rio. Hoje, estão reduzidos a 100. Houve uma ação governamental produtiva e eficaz nesse

setor. É o caso de perquirir por que foram lançados ao lixo pneus que poderiam transformar-se nas utilidades acima descritas.

A mesma indagação é válida frente ao interesse dos países desenvolvidos em nos oferecerem as dezenas de milhões dos seus pneus usados, bem como aos nossos 100 milhões de usados na última década.

Em suma, parece mais interessante aos setores econômicos lançar ao lixo as peças usadas do que transformá-las a um preço que lhes parece inconveniente.

Desta tribuna, em abril de 2003, mencionei o trecho de uma reportagem do jornal **O Estado de São Paulo**, de 17 de março daquele ano, na qual se registrava:

Com um passivo ambiental de 100 milhões de pneus usados, o Brasil corre um sério risco de tornar-se o lixo preferencial dos países do Primeiro Mundo, que já não sabem onde colocar as sobras de uma produção anual de 900 milhões de peças. O cenário sombrio da última década – período em que 43 milhões de pneus usados e reformados entraram no País e somaram-se a uma produção que não pára de crescer (46 milhões em 2002) – foi agravado por confusões e espertezas no fim do Governo FHC e piorou em fevereiro, quando o Presidente atual, por meio do Decreto nº 4.592/03, isentou de multa as importações de pneus remodelados do Mercosul.

Portanto, já importamos os pneus usados na área do Mercosul; e o que se deseja é a ampliação desse absurdo por todos os títulos inconvenientes ao nosso País.

Naquele meu pronunciamento de 2003, citei declarações do Sr. Gustavo Trindade, Consultor Jurídico do Ministério do Meio Ambiente, que dizia:

A gente entende que o Brasil não pode retroagir na sua legislação ambiental, permitindo que se importe lixo de outros países. Temos pneus no meio ambiente que podem ser recolhidos e podem ser utilizados por essas empresas e também a baixo custo.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, é do conhecimento dos meios científicos que este é um problema que afeta a saúde pública, cujos danos alcançam as futuras gerações. A carcaça do pneu não se autodestrói mesmo soterrada. O pneu é quente, úmido e acumula água da chuva, tornando-se um perigoso depósito do mosquito da dengue ou da febre amarela. Qualquer

pneu abandonado é um criadouro em potencial do mosquito. O ovo desse mosquito no pneu pode durar até quatrocentos dias, ou seja, mais de um ano, com as funestas conseqüências já por nós conhecidas. É o diagnóstico do médico especialista em doenças infecciosas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Edmilson Migowski.

Soterrado ou na superfície, o pneu velho é um campo fértil para doenças. Entope canais; nos rios e córregos, provocam enchentes.

Eu já dizia no meu discurso sobre o assunto:

Os problemas do pneu usado não param por aí. São evidentes os problemas para a segurança de trânsito que tal produto gera para a população. Peças com sulcos de profundidade inferior a 1,6 milímetro (um novo tem 7 mm), não oferecem segurança e, em piso molhado, perdem o contato com o solo – a chamada aquaplanagem –, deixando o motorista sem o controle da viatura. Na verdade, os tais pneus importados não passam, a rigor, de verdadeiras sucatas com **marketing** de seminovos. Especialistas dizem que se trata de um componente severamente regulado em outros países e sem a menor garantia de uso aqui no Brasil.

Esse é o problema.

A disputa no mercado de pneus, muito acirrada – uma disputa comercial e industrial envolvendo as indústrias de pneus novos e fabricantes de remoldados (pneus usados) no mercado brasileiro – ainda é um tema não equacionado por nossas autoridades e empresários. Por isso, o assunto continua a merecer a nossa reflexão, pois tem como pano de fundo a preservação do meio ambiente.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Edison Lobão, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Com todo prazer, Senador José Agripino!

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Edison Lobão, gostaria de louvar a iniciativa de V. Ex^a nesta sexta-feira, ao abordar um assunto dessa importância, que, na verdade, significa a dignidade nacional. Essa história de importar pneu usado é antiga e atenta contra a estatura do Brasil no plano internacional, porque importar pneu usado é importar sucata, lixo, coisas que os países que querem exportar têm dificuldade de jogar fora. E aí, ao invés de jogar fora, fazem-no vendendo para o Brasil. Tenha paciência! Depois das fábricas que temos, da produção de borracha que temos, que história é essa de você importar sucata para esvaziar lixeira do plano

internacional? Na verdade, entendo como tal. Você permitiria a importação para esvaziar a lixeira dos países desenvolvidos, tomando, assim, o lugar de pessoas que se podem empregar na expansão de fábricas no Brasil. O Brasil, hoje, é produtor e bom exportador de veículos. O acordo bilateral do Brasil com o México fez com que o Brasil passasse a ser um grande fornecedor de automóveis, e cada automóvel leva pneus novos – que não podem ser pneus recauchutados nem pneus importados reconicionados –, pneus fabricados no Brasil, empregando brasileiros. E o Brasil é, além de grande exportador, grande produtor de veículos que só podem levar pneus novos. O veículo é fabricado empregando brasileiro, e tem pneu. E você vai agora importar sucata para apenas encher de borracha e de máquinas que, além do mais, não empregam ninguém, ou empregam um mínimo de gente? Queda e coice? Então, quero louvar o pronunciamento de V. Ex^a, que é, acima de tudo, além de racional, patriótico, porque, em última análise, ele defende a dignidade do Brasil e a preservação ou ampliação do nível de emprego em nosso País. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador José Agripino, Líder do meu Partido. V. Ex^a usa uma frase com muito vigor. Eles, os países que nos enviam essas sucatas, diz V. Ex^a, querem jogar fora o seu lixo vendendo-o. E agora acrescento eu: e nós, como se fôssemos bobos, compramos esse lixo. Temos que tomar, definitivamente, uma decisão. Trata-se de lixo e o lixo não nos interessa. Portanto, não vamos comprá-lo, não vamos perturbar ainda mais o nosso meio ambiente e prejudicar a mão-de-obra que aqui deve produzir e se deve incentivar. Não devemos gerar emprego no exterior. O emprego devemos gerar, V. Ex^a tem toda razão, em nosso País. Portanto, devemos todos nós, políticos com responsabilidade, fazer uma parede contra a importação de sucata de pneu, contra esse lixo que, no exterior, não se quer mais. Que o Brasil não seja, portanto, o viveiro, o lixeiro dessas inutilidades do exterior.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, V. Ex^a já me chama a atenção para o meu tempo. Peço que, portanto, receba como lido o restante do meu discurso. Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR EDISON LOBÃO.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs.

Senadores, movimenta-se no País uma corrente de pressões, naturalmente acionada por interesses econômicos, para que se volte a permitir no Brasil a importação de pneus usados, que possam ser remoldados. A rigor, essa importação já está se fazendo por alguns setores ou com produtos do Mercosul, ou por força de liminares concedidas pela Justiça. O fato é que o destino dos pneus velhos começou a mudar há três anos, quando os fabricantes foram obrigados a fazer o recolhimento para reciclagem, período em que recrudesceram os planos de importação.

Os que são favoráveis a esse tipo de importação, como os dirigentes da Associação de Pneus Remoldados, argumentam que os pneus utilizados no Brasil ficam imprestáveis para a recauchutagem em virtude das nossas deficientes estradas rodoviárias. Deterioram-se com defeitos que os tornam inviáveis para a rodagem, mas seu material, após ser picado, pode virar combustível para a produção de cimento, tapete de automóvel e matéria-prima para asfalto.

A televisão, no último dia 21 de maio, divulgou uma reportagem sobre o assunto, e citou que, graças à legislação que obrigou os fabricantes a recolherem pneus usados por determinado número de novos –, a resolução 258/1999, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) – reduziu-se bastante o estoque dessas carcaças. No Rio Tietê em São Paulo, por exemplo, eram retirados dois mil pneus por dia. Hoje, são 100.

É o caso de perquirir por que foram lançados ao lixo pneus que poderiam se transformar nas utilidades acima descritas?

A mesma indagação é válida frente ao interesse dos países desenvolvidos em nos oferecerem as dezenas de milhões dos seus pneus usados, bem como aos nossos 100 milhões de usados na última década.

Em suma: parece mais interessante aos setores econômicos lançar ao lixo as peças usadas do que transformá-las a um preço que lhes pareça inconveniente.

Desta tribuna, em abril de 2003, eu mencionei o trecho de uma reportagem de “O Estado de São Paulo” de 17 de março daquele ano, na qual se registrava:

“Com um passivo ambiental de 100 milhões de pneus usados, o Brasil corre um sério risco de tornar-se o lixo preferencial dos países do primeiro mundo, que já não sabem onde colocar as sobras de uma produção anual de 900 milhões de peças. O cenário

sombrio da última década – período em que 43 milhões de pneus usados e reformados entraram no país e somaram-se a uma produção que não pára de crescer (46 milhões em 2002) – foi agravado por confusões e espartezas no fim do governo FHC e piorou em fevereiro, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por meio do Decreto nº 4.592/03, isentou de multa as importações de pneus remoldados do Mercosul.”

Portanto, já importamos os pneus usados na área do Mercosul, e o que se deseja é a ampliação desse absurdo por todos os títulos inconveniente ao nosso País.

Naquele meu pronunciamento de 2003, citei declarações do Sr. Gustavo Trindade, consultor do Ministério do Meio Ambiente, que dizia:

“A gente entende que o Brasil não pode retroagir na sua legislação ambiental, permitindo que se importe lixo de outros países. Temos pneus no meio ambiente que podem ser recolhidos e podem ser utilizados por essas empresas a também baixo custo”.

Sr Presidente, é do conhecimento dos meios científicos que este é um problema que afeta a saúde pública, cujos danos alcançam as futuras gerações. A carcaça do pneu não se autodestrói mesmo soterrada. O pneu é quente, úmido e acumula água da chuva, tornando-se um perigoso depósito do mosquito da dengue ou da febre amarela. Qualquer pneu abandonado é um criadouro em potencial do mosquito. O ovo desse mosquito no pneu pode durar até 400 dias, ou seja, mais de um ano, com as funestas conseqüências já por nós conhecidas. É o diagnóstico do médico especialista em doenças infecciosas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Edmilson Migowski.

Soterrado ou na superfície, o pneu velho é um campo fértil para doenças. Entope canais; nos rios e córregos, provocam enchentes.

Eu já dizia no meu discurso sobre o assunto:

“Os problemas do pneu usado não param por aí. São evidentes os problemas para a segurança de trânsito que tal produto gera para a população. Peças com sulcos de profundidade inferior a 1,6 milímetro (um novo tem 7 mm) não oferecem segurança e, em piso molhado, perdem o contato com o solo – a chamada aquaplanagem –, deixando o

motorista sem o controle da viatura. Na verdade, os tais pneus importados não passam, a rigor, de verdadeiras sucatas com marketing de seminovos. Especialistas dizem que se trata de um componente severamente regulado em outros países e sem a menor garantia de uso aqui no Brasil”.

Este o problema.

A disputa no mercado de pneus, muito acirrada – uma disputa comercial e industrial envolvendo as indústrias de pneus novos e fabricantes de remoldados (pneus usados) no mercado brasileiro –, ainda é um tema não equacionado por nossas autoridades e empresários. Por isso, o assunto continua a merecer a nossa reflexão, pois tem como pano de fundo a preservação do meio ambiente.

Mas o fato é que há divergências que precisam ser solucionadas. As empresas que fazem a remodelagem de pneus dizem que os fabricantes descumprem a lei e não recolhem o que deveriam. Por isso, pedem a liberação da importação dos usados – hoje proibida com a correta argumentação de que o Brasil não se interessa pelo lixo das nações ricas.

O Ministério do Meio Ambiente, visceralmente contrário à pretendida importação, parece atento em relação ao recolhimento em nosso País dos pneus usados. Há esperanças de que o problema pode ser amenizado com alterações na inspeção de veículos. A par disso, anunciam-se estudos técnicos para definir os números de pneus que devem ser recolhidos em 2006.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o assunto, como se vê, é complexo não só pelas suas implicações econômicas, financeiras e ambientais, como também pelos seus aspectos jurídicos.

Repito neste meu pronunciamento as ponderações sobre a questão da importação de pneus usados, que fiz anteriormente nesta tribuna:

“Os problemas do pneu usado não param por aí. São evidentes os problemas para a segurança de trânsito que tal produto gera para a população. Peças com sulcos de profundidade inferior a 1,6 milímetro (um novo tem 7 mm) não oferecem segurança e, em piso molhado, perdem o contato com o solo – a chamada aquaplanagem –, deixando o motorista sem o controle da viatura. Na verdade, os tais pneus importados não passam, a rigor, de verdadeiras sucatas com marketing de seminovos. Especialistas dizem que se tra-

ta de um componente severamente regulado em outros países e sem a menor garantia de uso aqui no Brasil”.

Espero que estas minhas palavras sirvam de reflexão para a busca de uma solução para este tema tão relevante para o meio ambiente do nosso País, e que dê segurança ao bem-estar da população brasileira.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Edison Lobão, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela liderança do P-SOL, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela liderança do P-SOL, concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena pelo espaço de cinco minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a, como possibilita o Regimento, que eu possa falar sentada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Está concedida a solicitação de V. Ex^a.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Como Líder.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, já tive oportunidade, pela manhã, logo no início, na abertura da sessão, de falar um pouco sobre as muitas dúvidas colocadas por muitas pessoas que acompanham o nosso mandato, que acompanham os trabalhos do Congresso Nacional. É absolutamente natural que elas tenham dúvidas sobre a instalação de Comissões Parlamentares de Inquérito, coisa que já tive oportunidade de, do ponto de vista metodológico, com muita serenidade e tranquilidade, esclarecer, dando conta de todos os significados da CPI, dizendo que não paralisam os trabalhos do Congresso Nacional, que não impedem que sejam feitas ações concomitantes de procedimentos investigatórios junto com outras instituições, como Polícia Federal e outras mais.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, tive oportunidade também de falar um pouco de algumas partes do Sermão do bom ladrão, que é um sermão muito interessante do Padre Antonio Vieira. Eu sabia que já tinha lido esse sermão aqui em um determinado espaço de tempo.

Fiz a leitura do **Sermão do Bom Ladrão**, de autoria do Padre Antônio Vieira e vou deixar muito claro qual é o significado do bom ladrão. Trata-se daquele episódio em que, na história do Livro de Deus, se diferencia o papel de Dimas do papel de Zaqueu. Dimas era aquele ladrão pobre, que nada tinha a restituir, que estava ao lado de Jesus na sua crucificação e foi a primeira pessoa que Jesus, filho de Deus, deixou que adentrasse ao reino do seu Pai. Foi a pessoa – não foi a mãe e nenhuma outra – que, no momento da crucificação, quando Jesus estava naquele momento difícil, pediu para entrar no Reino de Deus. E Jesus respondeu ao mais simples dos ladrões, o que nada tinha a restituir: “Estarás comigo hoje no Reino de Deus”. E a Zaqueu, que era o ladrão rico, Ele fez uma formulação completamente diferente.

E eu dizia que o que é mais triste para mim é estar hoje a solicitar uma CPI, a solicitar procedimentos investigatórios relacionados ao Governo Lula, porque eu já identificava a corrupção no atual Governo, identificava o mesmo balcão de negócios sujos que era montado pelo Governo Fernando Henrique para impedir Comissão Parlamentar de Inquérito. O atual Governo faz a mesma coisa, comprando parlamentares, oferecendo o Estado brasileiro a ser parasitado conforme as conveniências de tantos delinquentes de luxo do Brasil. São as mesmas desculpas esfarrapadas, os mesmos argumentos fraudulentos que o Governo Fernando Henrique usava para impedir CPI. O Governo Lula hoje faz a mesma coisa. E eu lembrava que eu já tinha lido e fui buscar as notas taquigráficas. Fiz a leitura desse mesmo sermão em 23 de fevereiro de 2001. Na época, eu era Líder do PT no Senado e Líder da Oposição ao Governo Fernando Henrique. Havia, na Casa, uma briga gigantesca com relação a denúncias de corrupção no então Governo Fernando Henrique.

Hannah Arendt, num livro maravilhoso que já citei hoje, **Responsabilidade e Julgamento**, falava muito sobre a questão da liberdade, de como é importante a liberdade e qual o preço que poderá ser pago em função dessa liberdade.

Eu me sinto muito tranqüila com minha própria consciência, por não ser parte de nenhum grupelho, de nenhuma corriola, de nenhum acordo político para entregar passaporte para roubar alguns delinquentes de luxo que, infelizmente, parasitam e privatizam o Estado brasileiro.

Para os cristãos é muito importante rever coisas superinteressantes que a Bíblia diz. Isso porque há tanta gente que se diz cristã, que senta na primeira fila da igreja e todos os dias rasga a Bíblia, com um moralismo farisaico. Por exemplo, a relação de Dimas com Zaqueu é superinteressante. Há também uma passagem lindíssima do livro de Salomão, quando ele diz que “o ladrão que furta para comer não vai nem leva ao inferno”. Os que não só vão, mas levam, são os ladrões de maior calibre e de mais alta esfera, os quais debaixo do mesmo nome e do mesmo procedimento agem.

Ou ainda São Basílio Magno, que diz:

Não são ladrões os que cortam bolsas ou espreitam os que se vão banhar para lhe colher a roupa. Os ladrões que mais própria e dignamente merecem o título de ladrão são aqueles a quem os reis encomendam os exércitos e legiões ou o governo das províncias, ou a administração das cidades. Os maiores ladrões são aqueles que, com manha, com força, roubam e despojam os povos. Os outros ladrões roubam o homem. Esses roubam cidades e reinos. Os outros furtam debaixo do próprio risco e aqueles poderosos, sem temor nem perigo. Se os outros furtam, são enforcados e aqueles poderosos, se furtam, acabam levando ao enforcamento.

Por isso é importante uma comissão parlamentar de inquérito. Nada pior e mais doloroso do que viver em um País onde o pobre favelado que rouba, que sabe o risco que corre, que já viu seu irmão, seu primo, seu parente ser igualmente assassinado...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – ...quando o pobre rouba, com certeza, vai para os presídios, para os “carandirus” da vida. Infelizmente, os grandes, poderosos e ricos, quando roubam, acabam ganhando mais passaportes para continuar a roubar. Então, realmente espero que esta Comissão Parlamentar de Inquérito seja instalada.

O Senador Augusto Botelho ficou conosco até meia-noite, junto com os Senadores Pedro Simon e Eduardo Suplicy, e ligou na hora em que instalávamos esta sessão para dizer que não estaria aqui porque participava de uma reunião, mas estava acompanhando todos os trabalhos da Casa.

Espero que a CPI seja instalada para que possamos desvendar os mistérios sujos dentro da estru-

tura de Governo, esteja ela pertencendo a quaisquer partidos.

Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, o Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Os Srs. Senadores Teotônio Vilela Filho, Antero Paes de Barros, Reginaldo Duarte, Leonel Pavan, Almeida Lima, Alvaro Dias, Sérgio Guerra, Arthur Virgílio e a Srª Senadora Lúcia Vânia enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203, c/c o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos na forma do Regimento.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro de matérias publicadas nos jornais **Correio Braziliense**, **Folha de S.Paulo** e **O Globo**, em suas edições de 12 de maio do corrente ano, e que dizem respeito à Reunião de Cúpula América do Sul-Países Árabes, realizada em Brasília.

A reunião não atingiu os resultados esperados pelo Governo. Segundo o diretor do Centro de Estudos das Américas da Universidade Candido Mendes, Clóvis Brigagão, “O presidente sabe muito bem o que é democracia. Até na luta sindical ele aprendeu sobre isso. E o povo brasileiro outorgou-lhe um mandato democrático”. Quanto ao terrorismo, Brigagão também é enfático e cita a definição do secretário-geral da ONU, Kofi Anan: “Terror é todo ato que causa vítimas civis” e por isso, afirma que “não há meio terrorismo”.

Em resposta as inúmeras críticas, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, respondeu: “Colocamos o que foi possível no documento. Nem sempre o que você pensa é colocado, e sim o consenso”. É, no mínimo, discutível assistir ao Presidente Lula aceitar a inclusão de uma crítica direta aos EUA, no caso das sanções à Síria, independentemente aqui do mérito da ação de Washington.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que as matérias abaixo citadas sejam consideradas como parte integrante deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O GLOBO

Democracia não coube no papel

Por pressão árabe, Cúpula deixa de fora da Carta de Brasília defesa da liberdade política

Eliane Oliveira, Cristiane Jungblut e
Renato Galeno

BRASÍLIA

Por pressão dos países árabes, a versão final da Carta de Brasília, divulgada ontem pelos participantes da Cúpula América do Sul-Países Árabes, não tem uma defesa clara da democracia, como defendiam os países sul-americanos. O termo democracia aparece apenas de forma implícita no documento, nos parágrafos que falam da eleição no Iraque e da necessidade de democratização das instituições internacionais.

— Colocamos o que foi possível no documento. Nem sempre o que você pensa é colocado, e sim o consenso — tentou explicar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A América do Sul tentou incluir um parágrafo que, pelo menos, reforçasse o apoio a governos eleitos democraticamente, mas foi derrotada. Um dia antes da última reunião plenária, segundo fontes da delegação, a palavra chegou a ser escrita, mas acabou sendo retirada, diante da forte resistência dos árabes. Alguns desses países convivem com teocracias, que misturam religião com Estado; outros são monarquias absolutistas.

— Seria falta de democracia se tentássemos, em um documento plural, estabelecer o conceito de democracia que eu entendo, sem respeitar o direito de democracia dos outros. Essa é a condição elementar para que você possa construir um documento que envolve mais de 30 países, com culturas totalmente diversificadas, com hábitos políticos diversificados — disse Lula, ao ser indagado se a ausência da palavra democracia não causava constrangimento aos sul-americanos.

“Colocamos o que foi possível no documento. Nem sempre o que você pensa é colocado, e sim o consenso. Seria falta de democracia se tentássemos, num documento plural, definir o conceito de democracia sem respeitar o direito dos outros.”

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

Em discurso, Lula dá opinião diferente

• Lula esclareceu que pesou na decisão o fato de árabes e sul-americanos terem formas diferentes de pensar em diversas áreas, inclusive em se tratando de regimes de governos. No entanto, no discurso na abertura da última reunião da cúpula, o presidente mostrou o que pensa sobre o assunto, ao lembrar que, no Brasil, convivem povos de todas as raças e religiões, como árabes e judeus.

— O que vocês viram aqui, em Brasília, é o que vemos em qualquer cidade do país. Verão gente pobre, gente

que mora em favelas, gente que protesta contra o governo, gente de todas as cores, dos mais diferentes credos. Mas uma coisa vocês encontrarão: seres humanos que têm um otimismo extraordinário, uma vontade de estabelecer relação com o mundo como poucos e que acreditam, firmemente, que apenas com paz e democracia poderemos construir o mundo que queremos, ao porque o mundo que queremos precisa de desenvolvimento.

Prevaleceram os interesses dos árabes na declaração final da Cúpula América do Sul-Países Árabes, questões como a instituição do Estado palestino, a retirada de Israel dos territórios ocupados, as sanções econômicas impostas à Síria pelos EUA e a criação de uma zona livre de armas nucleares no Oriente Médio foram a tônica da declaração.

De olho num mercado de US\$ 240 bilhões em importações anuais da Liga Árabe, os sul-americanos estavam particularmente interessados em mais comércio e investimentos. O maior destaque da cúpula foi a cobrança do cumprimento de resoluções da ONU. Dois parágrafos afetam, diretamente, Israel e EUA. O primeiro pede que os israelenses desocupem os territórios palestinos invadidos, solicitação justificada pela “necessidade de se obter uma paz justa, abrangente e duradoura”. Em outro parágrafo, os signatários expressam “profunda preocupação com as sanções unilaterais impostas à Síria pelo governo dos EUA”.

Perguntado se a menção aos EUA e a Israel traria problemas ao Brasil, Lula desconversou. Mas um graduado diplomata brasileiro disse que agradeceu aos americanos o parágrafo em que é enfatizada a importância de respeitar a unidade, a soberania e a independência do Iraque.

'Desculpa amarela', diz especialista

Já ex-embaixador afirma que conceitos são realmente delicados

Luciana Brafman e Adair Antunes Barbosa

• RIO E SÃO PAULO. Substantivos abstratos, os termos democracia e terrorismo causaram polêmica não só na discussão do documento final da cúpula, mas entre os especialistas em relações internacionais e direitos humanos. O diretor do Centro de Estudos das Américas da Universidade Cândido Mendes, Clóvis Brigagão, disse que a explicação do presidente Lula de que "seria falta de democracia definir o conceito de democracia" não passa de uma "desculpa amarela".

O presidente sabe muito bem o que é democracia. Até na luta sindical ele aprendeu sobre isso. E o povo brasileiro nutre um hábito democrático.

Brigagão explica que o conceito de democracia é universal e vai se ampliando ao longo do tempo. Atualmente inclui, por exemplo, acesso às instituições, eleições livres, liberdade de imprensa, respeito aos direitos humanos.

Os gregos tinham a âgora, onde os assuntos eram discutidos, mas havia escravos, não havia igualdade. Era a democracia da época, que foi se aprofundando até os dias de hoje. Atualmente, não adianta dizer que um governo foi eleito e, por isso, é democrático, se rouba. O Colômbio foi um exemplo — diz Brigagão, lembrando que o termo, de origem

grega, significa autoridade (cracia) do povo (demo).

Quanto ao terrorismo, Brigagão também é enérgico e cita a definição do secretário-geral da ONU, Kofi Annan: "Terror é todo ato que causa vítimas civis". Por isso, afirma, "não há meio terrorismo".

A auto-determinação dos povos é outra coisa. Os povos têm o direito de se defender, até com armas, mas isso não é terrorismo.

Quanto ao terrorismo, não há como abrir exceções.

O presidente do conselho de comércio exterior da Fiesp, Rubens Barbosa, ex-embaxador em Washington, discorda. Para ele, os conceitos são realmente delicados e não houve surpresas na redação do documento, que "tratou de temas controversos dentro do razoável". Em relação ao terrorismo, diz que o termo ainda está para ser definido de forma clara na ONU.

O que é terrorismo para uns, pode ser defesa de autonomia para outros — diz, lembrando que o Brasil tem condenado abertamente a prática terrorista.

Quanto à democracia, Barbosa explica que os países árabes não têm uma carta democrática, como a da Organização dos Estados Americanos (OEA), que obriga os países la-

ços. E que há uma questão, sensível, envolvendo os Estados Unidos e agenda americana de querer espalhar a democracia pelo mundo.

Se fizesse referência à democracia, o documento estaria endossando a posição americana.

Para o jurista Dalmo de Figueiredo DALLARI, o fato de não constar na Carta de Brasília a definição de democracia não significa que os países signatários sejam contrários aos princípios democráticos. Para o professor de Universidade de São Paulo (USP), o papel do documento é tratar de problemas específicos, não globais.

Como que quer a definição, abrangência é limitada. Isso, por em não significa que o Brasil e os países árabes e sul-americanos são contra a democracia — disse Dallari.

A professora Maria Inez Mendonça, da ONU, R. E. Social de Justiça e Paz, concorda. Para ela, a palavra democracia tem sido entendida de formas diferentes, com significados que chegam a ser opostos.

Ontem 14 países, desfilando as dividas, ram o manifesto "Terror não", condenando o fato de o documento não condenar o terrorismo. As entidades criticam, ainda, a Carta por não fazer menção à "democracia, nem aos direitos humanos, nem aos direitos das mulheres, sistematicamente desrespeitados por muitas nações que participaram da Cúpula".

"Quanto ao terrorismo, não há como abrir exceções"

CLÓVIS BRIGAGÃO
Constituinte político

"Isso não significa que o Brasil é contra a democracia"

DALMO DALLARI
Jurista

O poder nos países árabes

- Marrocos:** O rei Mohamed VI tem a palavra final no governo, apesar de Parlamento constituído em eleições livres.
- Mauritânia:** Depoente, Mohamed Sidi Ahmed Jaja no poder desde 1984 através de golpe. Foi eleito por voto direto em 1992, 1997 e 2003, mas oposição denunciou fraude.
- Tunísia:** Presidente Zine el Abidine Ben Ali no poder desde 1987 por meio de golpe, reeleito sem oposição a cada 5 anos. Câmara dos Deputados controlada por ele.
- Argélia:** Realizou suas primeiras eleições presidenciais democráticas em 2004. Oposição recusou de reconhecer a presidente Abdelaziz Bouteflika, que se reelegerá.

- Líbia:** Coronel Muammar Kadafi no poder desde 1969 por meio de golpe. Rejeita a democracia parlamentar.
- Egito:** Foi o estado de emergência mais duradouro. Presidente Hosni Mubarak no poder desde 1981, reeleito para ao cargo por referendo. O governo controla a Assembleia do Povo.
- Sudão:** Presidente Omar Hassan al-Bashir governa em estado de emergência desde o golpe de 1989. Eleições em 2000 sob estado de emergência.
- Dibuti:** Presidente Omar al-Bachar eleito em 1999 em pleito multipartidarista, considerado não honesto.
- Palestina:** O presidente Mahmoud Abbas eleito de novo, em 2005. Tem 2005: Há um Conselho Palestino. Eleições em 2005 por voto direto em emergência.
- Síria:** Foi o estado de emergência mais duradouro. Presidente Bashar al-Assad no poder desde 1970. Rejeita a democracia parlamentar.

- Líbano:** Governo paritário. Foi formado em 1990 por meio de negociação militar da ONU.
- Jordânia:** Foi Assolamit. O rei Hussein foi eleito em 1952. O rei Hussein foi eleito em 1952. O rei Hussein foi eleito em 1952.
- Iraque:** Presidente Saddam Hussein governou no Irã durante 12 anos. Foi o iraquiano mais poderoso do mundo.
- Arábia Saudita:** Moammar al-Qaddafi governou em 1969. Foi o líder da Revolução Verde.
- Omã:** Foi o estado de emergência mais duradouro. O rei Qaboos bin Said Al Said governa no Omã.
- Iêmen:** Foi o estado de emergência mais duradouro. O presidente Ali Abdullah Saleh eleito em 1992. Foi o líder da Revolução Verde.
- Ruanda:** Foi o estado de emergência mais duradouro. O presidente Paul Kagame eleito em 2000. Foi o líder da Revolução Verde.

- Bahrein:** Monarquia constitucional. Foi o primeiro estado árabe a ser eleito em 1971. Foi o primeiro estado árabe a ser eleito em 1971.
- Emirados Árabes Unidos:** Confederação formada por sete emiratos absolutos em 1971. Foi o primeiro estado árabe a ser eleito em 1971.
- Qatar:** Monarquia constitucional. Foi o primeiro estado árabe a ser eleito em 1971. Foi o primeiro estado árabe a ser eleito em 1971.
- Ilhas Comores:** Foi o primeiro estado árabe a ser eleito em 1971. Foi o primeiro estado árabe a ser eleito em 1971.
- Somália:** Foi o primeiro estado árabe a ser eleito em 1971. Foi o primeiro estado árabe a ser eleito em 1971.

FOLHA DE S. PAULO

Cúpula acaba com perdas e ganhos políticos

Resultado econômico foi equilibrado; evento mostrou limitações, virtudes e perigos da retórica triunfalista do Itamaraty sob Lula

IGOR GIELOW

SECRETÁRIO DE REDAÇÃO
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A Cúpula América do Sul-Países Árabes foi o que pode ser classificado de um fracasso relativo, que teve como maior mérito deixar claras as limitações, as virtudes e os perigos da retórica triunfalista do Itamaraty sob a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva.

Logicamente, como diz o chanceler brasileiro Celso Amorim, “cada um interprete como quiser”, e será possível enxergar grandes feitos e tremendos fracassos no encontro. Do ponto de vista político, houve perdas e ganhos, com vantagem para as primeiras. Já do lado econômico, o resultado foi equilibrado.

Analisando a cúpula politicamente, é argumentável que ela foi um sucesso em si pelo pioneirismo. Não se pode aí criticar o Itamaraty por incoerência: a busca de estreitamento de laços com lugares como o mundo árabe é pedra de toque da política externa de Lula desde que assumiu.

Mas a foto em que o Brasil aparece bem começa a empalidecer quando se fazem as ressalvas necessárias. O baixo comparecimento de líderes árabes relevantes, o aparente surto de estrelismo de Néstor Kirchner e as cobranças públicas de Hugo Chávez por mais politização não ajudaram a dar contornos de uma iniciativa com aprovação unânime.

Há o documento final da cúpula, que é um pequeno petardo contra o unilateralismo americano da era Bush. O texto, diferentemente da fala de Amorim na qual ele desqualificou questionamen-

tos sobre seu conteúdo, é ponderado em quase sua totalidade.

Não faz apologia ao terrorismo. Sua defesa do direito de defesa de populações sob ocupação (no contexto, palestinos e iraquianos) é condizente com a posição brasileira. Enxergá-la só como afronta aos EUA e Israel é algo raso.

Mais discutível, para o Brasil, é aceitar a inclusão de uma crítica direta aos EUA, no caso das sanções à Síria, independentemente aqui do mérito da ação de Washington. Mais uma vez, o Itamaraty parece mover-se por desejo de parecer independente — “ativo”, como gosta de definir Lula. O ganho político é próximo de zero.

Há a questão da omissão à defesa da democracia. Engana-se quem pensa que houve um acalorado debate sobre a inclusão do termo. Neste tipo de reunião, essa discussão já chega pronta. E não há aceitação ampla, entre os países árabes, sobre o modelo ocidental de democracia representativa. Sem isso, não há consenso. Sem acordo, omite-se.

O que ficou estranho foi Lula aparecer no último dia falando sobre democracia, como que para aparar o inevitável estrago à imagem do governo pela co-assinatura do documento que não a cita. Talvez fosse melhor aceitar o fato de que, como dizia o ditador soviético Stálin, “diplomacia sincera é tão possível quanto água seca”.

Resultados econômicos

A colheita de resultados pode ser um pouco mais otimista, contudo, analisando alguns resultados econômicos desses dias. Não muito mais, já que o principal

acordo assinado não o foi sob o guarda-chuva do encontro, e sim num encontro trilateral.

Trata-se do acerto que criou a Petrosul, uma associação entre as petrolíferas do Brasil, Venezuela e Argentina para projetos em comum. Como disse a ministra Dilma Rouseff (Minas e Energia), não se trata de uma união como sonharia o próprio Chávez, mas sim da abertura de possibilidades amplas de novos negócios — o que não é pouco, visto que a Venezuela nada em petróleo.

Já a assinatura do acordo-quadro entre os países do Golfo Pérsico e o Mercosul é pouco mais que uma carta de intenções. Toda retórica de que um dia haverá um mercado comum entre os dois blocos é apenas isso, retórica.

O fórum empresarial paralelo não trouxe grandes novidades, até porque teve um comparecimento inferior à metade dos inscritos. A projeção feita pelo ministro Luiz Fernando Furlan (Desenvolvimento) de o país vender US\$ 15 bilhões anuais daqui a três anos para a região não é animadora — uma parcela ínfima do total de exportações brasileiras.

Por fim, houve o tom dado pelo Itamaraty. O triunfalismo, que Lula chama de “pensamento positivo” ou algo assim, dominou. A frase de Amorim, citada acima, trai uma dificuldade de lidar com o questionamento que beira a arrogância — já tradicional quando ele lança o epíteto de “mente colonizada” sobre quem não concorda com suas políticas.

Nesse contexto, foi irônico ver Lula ter de defender a inclusão na

declaração final do apoio ao Uruguai na disputa pela Organização Mundial do Comércio, após a campanha agressiva promovida por Amorim para ter a vaga.

A cúpula não foi nem um sucesso absoluto, nem um desastre completo. Para ficar nas metáforas futebolísticas caras ao pensamento lulista, foi um empate em

casa, com alguns lances duvidosos, mas no qual as contusões, expulsões, cartões e xingamentos ao juiz deixaram dúvidas para o resto do campeonato.

| O BALANÇO DA CÚPULA | | | |
|--|--|---|---|
| FAÇA POLÍTICA | | | |
| | VISÃO OTIMISTA  | VISÃO PESSIMISTA  | NA PRÁTICA |
| ANTIAMERICANISMO Em seu conjunto, texto faz uma condenação ao unilateralismo associado aos EUA, país que recebe uma crítica explícita (na questão das sanções à Síria) e defende o pluralismo | Agenda de mudanças em estruturas internacionais do Brasil é adotada, e o país mostra sua face altiva ao não compactuar com o discurso hegemônico americano | Altivez pode ser confundida com infantilismo quando a crítica é feita por atores sem condições de propor alternativas políticas exequíveis. A conta pode vir alta | Não é o caso de esperar um bombardeio de Brasília, mas esse tipo de declaração não é esquecida |
| QUESTÃO PALESTINA Tanto em discurso como em textos, a visão que prevaleceu foi a contrária à ocupação israelense dos territórios palestinos. Até aí, nenhuma novidade, já que é a posição histórica dos envolvidos | Brasil assume uma postura de destaque no mais importante conflito geopolítico do mundo, como possível mediador, e se cacifa para uma vaga no Conselho de Segurança | Se por um lado é coerente a posição brasileira, não passa de delírio achar que o país terá alguma importância real em qualquer mediação. Esse papel é americano, europeu e árabe | Vai tudo ficar como está, com ou sem Brasil |
| TERRORISMO A prática foi condenada, mas um parágrafo a pedido dos árabes dá aos povos sob ocupação justificativa para reagir. Isso foi incorretamente confundido como uma defesa do terror | O Brasil dá o exemplo de ponderação condizente com sua história diplomática e tende a ganhar pontos em fóruns internacionais por sua altivez no trato do assunto | O texto pode ser interpretado como mais uma provocação aos Estados Unidos (por conta do caso iraquiano e por tomar dores de Israel) que pode ter efeitos futuros | Termos sensatos foram borrados pela fala de Celso Amorim ("Cada um entende o que quer"), que pode ser lembrada |
| ARGENTINA No meio de mais uma rixa com o Brasil, o presidente argentino, Néstor Kirchner, veio à cúpula. Após reunião com Lula na véspera, participou da abertura e foi embora antecipadamente | A visita serviu para Kirchner acertar suas arestas com Lula e com o Brasil, e o fato de ele ter saído mais cedo não significa demérito para cúpula | Brasil novamente deu palco para um estrelismo de Kirchner, com o agravante de que ele ocorreu num evento internacional, com descortesia aos outros participantes | A briga entre Brasília e Buenos Aires continua |
| REPRESENTATIVIDADE Apenas 8 dos 17 chefes de Estado ou governo árabes vieram, e nenhum deles de grande peso econômico. Politicamente importantes, Abbas e Talabani. Dos vizinhos, vieram mais | Encontro inédito valeu o esforço, até porque todos os convidados estiveram representados de alguma forma, e defecções no meio da cúpula são normais | Não houve representatividade real do mundo árabe, algo mais significativo quando o único aliado dos EUA presente foi o presidente sob sua tutela no Iraque —um país sem soberania | O evento em si foi importante e pioneiro, mas foi esvaziado |
| ACORDO Foi assinado um acordo-quadro entre o Mercosul e os países do Golfo Pérsico que prevê estudos para eventuais ajustes tarifários com fins de liberalizar o comércio entre as duas regiões | O acordo é tentador porque os países do Golfo nadam em petrodólares, e num futuro poderia haver até uma zona de livre comércio entre as duas áreas | Acordos-quadro são meramente cartas de intenção, que expressam mais boa vontade do que realidades comerciais | Pode até facilitar algum negócio para o Brasil, mas nosso foco está em outros mercados |

PETRÓLEO

Num evento paralelo à cúpula, Brasil, Argentina e Venezuela anunciaram que uma certa Petrosul tomará conta de projetos conjuntos na área de petróleo no continente

O acordo é o primeiro passo para a constituição de uma petrolífera gigante, que abarcará as já enormes Petrobras e PDVSA, para ações em vários pontos do continente

As diferenças de interesses estratégicos e comerciais de empresas tão grandes —e de seus governos— podem levar a iniciativa à inocuidade

Podem ser facilitados negócios como a refinaria no Nordeste, mas não se deve pensar em união das empresas

FLUXO COMERCIAL

No fórum empresarial, o governo brasileiro disse que as oportunidades abertas poderiam dobrar as exportações para a região em três anos, para US\$ 15 bilhões

Os mercados árabes, com dinheiro do petróleo, devem ser explorados porque a desconfiança mútua da região com os EUA os abre para países como o Brasil

O fórum foi esvaziado, com menos da metade dos inscritos presentes, e outros mercados são muito mais importantes para o Brasil

Novo mercado é sempre bom, mas, mesmo que chegue a US\$ 15 bi/ano, isso vai representar cerca de 10% das exportações brasileiras

Governo dos EUA e analistas ignoram evento

FABIANO MAISONNAVE

DE WASHINGTON

Alegando desconhecer o seu teor, o governo americano não comentou a declaração conjunta da Cúpula América do Sul-Países Árabes divulgada ontem, que critica os EUA pelas sanções econômicas contra a Síria no ano passado, em retaliação contra a suposta ajuda a grupos terroristas.

“Se eles esperam divulgar a declaração final amanhã [hoje], podemos conversar sobre isso amanhã”, disse o porta-voz do Departamento

de Estado, Richard Boucher, em seu encontro diário com jornalistas, ao ser questionado sobre a crítica aos EUA.

Por causa do incidente envolvendo uma aeronave não-autorizada que invadiu o espaço aéreo da capital americana, o “briefing” começou por volta das 13h30 locais, cerca de 40 minutos após o horário habitual. Nesse horário, a versão final do documento já estava pronta.

Já o porta-voz da Casa Branca, Scott McLellan, não foi questionado em nenhum momento sobre o assunto durante seu encontro com jornalistas.

A cúpula realizada em Brasília teve pouco espaço na imprensa americana ontem. Dos três principais jornais da Costa Leste, apenas o

“New York Times” publicou um pequeno artigo, assinado pelo correspondente Larry Rohter. O “Washington Post” e o “Wall Street Journal” ignoraram o assunto.

Aparentemente nem mesmo os “think tanks”, como são chamados os centros não-governamentais de estudos e análise, acompanham a cúpula de perto.

“Não tenho nenhuma idéia, francamente, sobre os resultados da cúpula e qual será a sua importância”, disse Anthony H. Cordesman, analista do (Centro para Estudos Estratégicos e Internacionais), de Washington.

Cordesman classificou as críticas da cúpula contra os EUA de “apenas um fato da vida”.

CORREIO BRAZILIENSE

Estudiosos criticam Declaração de Brasília, alertam para retaliação dos EUA e fazem balanço do encontro

ANALISTAS TEMEM RISCOS

RODRIGO CRAVEIRO
DA EQUIPE DO CORREIO

A Cúpula América do Sul-Países Árabes não convenceu analistas, foi valorizada pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva e surpreendeu EUA e Israel. Entre outros pontos, os países signatários da Declaração de Brasília — documento oficial do encontro — reafirmam a não-ocupação estrangeira e reconhecem o direito dos Estados e dos povos de resistir a ocupação. Para Eduardo Viola, professor de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), o documento expressa sólida posição antiamericana, encabeçada pelos governos da Venezuela e da Síria. “O Brasil adota uma política externa inconsistente, que não corresponde aos direitos internacionais, mas às relações internacionais terceiro-mundistas do Partido dos Trabalhadores.” A consequência dessa postura pode ser a oposição dos EUA à concessão de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU para o Brasil.

O acadêmico denuncia a ruptura da política do Brasil em relação ao Oriente Médio. Ele lembra que, até o governo de Fernando Henrique Cardoso, o país mantinha neutralidade em relação ao conflito, apesar de enfatizar os direitos de existência do Estado Palestino e de Israel, com fronteiras seguras. “Agora, Lula destaca a questão do Estado palestino. Ele adotou uma posição pró-palestinos”, explica. Viola recorda que, em dezembro de 2003, em viagem à Síria, Lula condenou a invasão ao Iraque e reivindicou a retirada de Israel dos territórios

palestinos. O brasilianista Thomas Skidmore, Ph.D. em Ciências Políticas em Harvard, minimizou os ataques a Israel e aos EUA. “São uma tentativa do Brasil de mostrar soberania, de provar que a política brasileira é independente. Não passam de retórica”.

A defesa do direito de um país se defender da ocupação estrangeira pode ser mal recebida no próprio Iraque. O iraquiano Louay Bahri, professor de Ciências Políticas da Universidade do Catar, frisa que os rebeldes não são reconhecidos pelo povo do Iraque. E explica que a resistência é formada por aliados sunitas de Saddam Hussein e por rebeldes xiitas interessados em criar uma teocracia. Para o analista, a presença do presidente Jamal Talabani na cúpula não é um paradoxo. “Talabani é um político sem representatividade e partidário da minoria no Parlamento.”

Para o também iraquiano Alon Ben-Meir, professor de Relações Internacionais da Universidade de Nova York, a cúpula “não pode ser levada a sério”. Ele lembra que quase todos os líderes árabes de expressão não compareceram.

Economia

Já o balanço econômico da cúpula divide especialistas. Para Skidmore, encontros entre chefes de Estado e de governo “têm pouco valor e se destinam às platéias”. Procópio também ignora a importância da cúpula. “Foi muito mais um espetáculo, inserido em uma política externa que enfatiza a retórica e tenta reviver condições terceiro-mundistas para atingir objetivos ambiciosos, como mudar a geografia econômi-

ca e comercial do mundo.” Bahri discorda e sustenta que o evento “é um grande movimento para as relações comerciais com árabes”.

É o que espera Antonio Sarkis Jr., presidente da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira. “Os empresários ficaram contentes e mais de 600 já confirmaram presença no Encontro Empresarial Brasil-Países Árabes, que acontece de amanhã (hoje) a sexta-feira (amanhã)”, afirma. “Todos os números de mercado árabe têm sido superados. Tínhamos um estu- do anterior à cúpula que previa que o comércio dobraria em cinco anos. Com o evento, é possível a redução desse período para três anos”. O presidente destaca os setores alimentício e de agronegócios como favoritos à expansão comercial. “Nos países árabes, não existe protecionismo agrícola.” Ele contou que os empresários não gostam de abrir negociações em cúpulas. Mas adiantou que acordos foram fechados. Argemiro Procópio, professor de Relações Internacionais da UnB, também admite que o Brasil ganha um conhecimento maior do mundo árabe e oportunidades de negócios. “O evento deve incrementar o a exportação de móveis e do café”, acredita. Ele aposta no acréscimo de exportações a curto prazo. “Outro setor que promete é o de mármore. O nosso país tem o produto de maior qualidade no mundo, mas os árabes importam mármore brasileiro da China.” Mesmo com previsões otimistas, Procópio diz que a previsão de aumento do fluxo comercial para US\$ 15 bilhões anuais até 2008 é pequena. “Só o fluxo Brasil-Argentina é maior do que o realizado com países árabes.”

AMÉRICA DO SUL

MUITA FUMAÇA E POUCO FOGO

Em que pese o discurso otimista do presidente Lula — que anunciou uma nova era nas relações entre sul-americanos e árabes —, analistas não se furtam a relacionar a cúpula à consolidação hegemônica do Brasil no continente. “Quando se faz uma cúpula na Europa, ninguém diz que o país-anfitrião fortalece seu poder. Essa afirmação não passa de intriga da oposição”, comenta Argemiro Procópio, professor de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB). Ele acredita que o es-

pírito da reunião entre chefes de Estado e de governo em Brasília girou em torno do multilateralismo. O debate ganhou força com o retorno do presidente argentino, Néstor Kirchner, a Buenos Aires, na terça-feira.

Para o argentino Eduardo Viola, professor da UnB, o episódio reflete a crise profunda do Mercosul. “São países com dinâmicas diferentes. O Brasil está integrado à economia global e cumpre contratos internacionais. A Argentina deu um imenso calote e não possui credibilidade no

mundo ocidental”, analisa. O brasileiro Thomas Skidmore acrescenta que tentativas de unificar a América Latina têm sido em vão. “O Mercosul é quase ilusório, uma tentativa de integrar exportações.” A sobrevivência do bloco depende do respeito às regras do sistema internacional. “O Brasil é correto, mas a Argentina não segue o jogo”, diz Viola. Procópio avisa que os vizinhos têm que chegar a um acordo, porque ambos dependem um do outro. “Essa briga é muita fumaça e pouco fogo”. (RC)

VIOLÊNCIA

PROTESTO
DIANTE DE
CHÁVEZ

Um ato organizado pela Associação de Pensionistas e Esposas dos Militares das

Forças Armadas (Apemfa) terminou ontem em violência. Segundo Aparecida Maria de Sousa, vice-presidente da entidade, as mulheres dos militares exigiam 23% de aumento salarial em um trevo próximo à Base Aérea de Brasília, quando sofreram repressão de policiais. A manifestação ocorreu perto da pas-

sagem da comitiva do presidente venezuelano, Hugo Chávez. “Os policiais tentaram segurar algumas mulheres. Uma delas sofreu arranhões, passou mal e teve de ser levada ao hospital”, contou Aparecida. “Mas conseguimos o nosso objetivo, que foi o de protestar diante de Chávez.”

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “O ‘bombeiro’ Lula em ação”, publicada no jornal **Correio Braziliense** em sua edição de 22 de maio do corrente.

A matéria relata a mudança de postura do Presidente Lula em relação àquela adotada quando era dirigente sindical e líder da oposição. O Presidente Lula, que desde a sua posse passou a lidar com frequentes denúncias de corrupção em seu Governo, tem sugerido a atuação da Polícia Federal e de órgãos de fiscalização e controle, em detrimento das CPIs.

Ocorre que, sob a alegação de investigar denúncias de corrupção no governo anterior, o então dirigente sindical foi um ferrenho defensor da instalação de Comissões Parlamentares de Inquérito.

Pela oportunidade do assunto, requeiro que a matéria seja dada como lida e considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

POLÍTICA

DENÚNCIAS

Diante de ataques e acusações de corrupção contra ministros e aliados políticos, o presidente prefere destacar publicamente o direito de defesa de seus protegidos, a falar de CPI ou de exoneração

O “bombeiro” Lula em ação

SANDRO LIMA

DA EQUIPE DO CORREIO

Desde que assumiu a Presidência da República e passou a ter que lidar com denúncias de supostos casos de corrupção envolvendo aliados, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem tomado uma atitude diferente da que tomava quando era dirigente sindical e líder da oposição. Defensor da instalação de comissões parlamentares de inquérito, para investigar denúncias de corrupção no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, agora Lula sugere a atuação da Polícia Federal e de órgãos de fiscalização e controle em detrimento das CPIs.

Recentemente, três aliados envolvidos em supostos casos de corrupção ganharam respaldo e apoio público de Lula: o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles; o ministro da Previdência, Romero Jucá; e o presidente nacional do PTB, Roberto Jefferson. Além deles, o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, teve o apoio do presidente quando no início de 2004 estourou o escândalo Waldomiro Diniz. Apesar de não estar envolvido com as irregularidades cometidas por Waldomiro, Dirceu foi o responsável pela indicação do

funcionário para ocupar um posto na estrutura da Casa Civil.

Se com Dirceu, Lula foi mais comedido e evitou defender o ministro publicamente, com os outros três aliados, não teve receios em declarar apoio. Em todos os casos, o presidente tem dito que não se pode condenar alguém previamente e antes que as denúncias sejam comprovadas.

Foi este argumento que utilizou para defender Jefferson, durante almoço com líderes da base aliada no Palácio do Planalto, na última terça-feira. “Zé Múcio (líder do PTB na Câmara), diga ao Roberto Jefferson que sou solidário a ele. Terceria é parceria. Tem de ter solidariedade. O Roberto Jefferson é inocente, até prova em contrário. Quem tiver culpa no cartório, que pague. Essa é a hora em que o Roberto Jefferson vai saber quem é amigo dele e quem não é”.

Além de não querer fazer pré-julgamentos, Lula tem dificuldade em rifar amigos e aliados. É o caso de Henrique Meirelles. Lula se sente em dívida com Meirelles, que renunciou ao mandato de deputado federal pelo PSDB para assumir o Banco Central. Na época, vários economistas recusaram o convite do PT para presidir o BC, antes que Meirelles aceitasse. No mês passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou abertura de investigação contra Mei-

relles. Ele é acusado de crime contra o sistema financeiro, evasão de divisas e crime eleitoral. Se no passado, Lula defendeu a demissão de presidentes do BC suspeitos de corrupção, agora, agiu diferente.

“O fato de o Supremo começar a investigar pode chegar ao final e concluir que todas as coisas que foram levantadas contra o presidente do Banco Central não têm procedência. Se eu o tiver tirado antes, eu criaria um problema político desagradável, porque julguei antecipadamente uma pessoa. Então, vamos esperar a decisão do STF”, disse Lula, em entrevista coletiva concedida no dia 29 de abril.

Aliança

Na defesa de Jucá, Lula levou em conta a complicada relação do governo com o PMDB. O presidente hesitou por vários meses até concluir a segunda reforma ministerial de seu governo. Um dos objetivos era consolidar a aliança com o PMDB e nomear um ministro que representasse os anseios da bancada. O nome de consenso no governo e na bancada do PMDB foi Jucá, que logo que assumiu foi bombardeado por uma série de denúncias de corrupção, tais como apresentar fazendas inexistentes como

garantia de empréstimo levantado junto ao Banco da Amazônia (Basa).

Mesmo com a publicação de fortes indícios de irregularidades cometidas, Lula não só o manteve no cargo, como o defendeu publicamente. “Eu sou obrigado a esperar que haja a investigação e que haja uma decisão, como já tem no Tribunal de Contas, de que não tem nenhum erro, não tem nenhum problema na vida dele, naquilo que ele está sendo acusado, ou uma declaração do Ministério Público ou da Polícia Federal dizendo: ‘Olhe, ele está culpado por isso’ ou ele está inocente por isso”, disse Lula aos jornalistas.

Sobre as acusações contra Jucá, ele destacou ainda que não pode tomar decisões de demitir ou manter um ministro com base no que foi publicado pela imprensa. “Não posso tirar ou pôr um ministro em função desta ou daquela manchete de jornal. (...) Por enquanto, há muitas insinuações. Quem é político sabe o que significam insinuações. O ‘eu acho’ e o ‘eu penso’ não adiantam. É preciso que surjam coisas concretas”, afirmou Lula, após encontro com o presidente do Chile, Ricardo Lagos, em São Paulo, ocorrido em 19 de abril.

SUCESSÃO DE PROBLEMAS

Escândalo nos Correios

● O Congresso vai realizar uma sessão conjunta na quarta-feira para a leitura do requerimento de instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar denúncias de corrupção nos Correios. Inicialmente foram recolhidas 217 assinaturas de deputados e 49 de senadores. Os líderes do governo passaram os últimos dias

tentando convencer os aliados a retirarem as assinaturas do pedido de abertura da CPI, mas, na iminência de uma derrota nessa empreitada, já discutem a indicação de nomes para compor a comissão. O Ministério Público Federal (MPF) investiga 21 casos que envolvem os Correios nos crimes de corrupção, improbidade administrativa e problemas em

licitações. Desses, sete foram abertos este ano. Dois deles apuram a denúncia de um esquema de corrupção na empresa supostamente comandado pelo PTB. O escândalo nos Correios foi deflagrado com a divulgação de uma gravação na qual o funcionário da instituição Maurício Marinho conta detalhes de como o esquema funciona na estata. Uma

reportagem da revista *Veja* reproduziu trechos da fita nos quais Marinho afirma estar agindo em nome do deputado Roberto Jefferson (RJ), presidente do PTB, e do diretor de Administração dos Correios, Antônio Osório Batista — nomeado para o cargo por indicação de Jefferson. Antônio Osório e Maurício Marinho pediram afastamento de seus

cargos, até que seja concluída a investigação da denúncia.

Caso Jucá

● O procurador-geral da República, Claudio Fonteles, pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a abertura de inquérito criminal contra o ministro da Previdência, Romero Jucá (foto). O ministro é suspeito de aplicar indevidamente R\$ 1,5 milhão de um empréstimo junto ao Banco da Amazônia (Basa), obtido a partir da garantia de fazendas inexistentes. O desvio do dinheiro teria ocorrido entre os anos de 1995 e 1996, quando Jucá era sócio da empresa Frangonorte. O STF, no entanto, só abrirá a investigação depois de ouvir o procurador-geral sobre os argumentos apresentados pelos advogados de Jucá. Após essa resposta, o STF decidirá sobre a abertura do inquérito e a participação da Polícia Federal nas diligências. O ministro do Supremo Cezar Peluso decidirá se acolhe ou não o pedido do procurador-geral. O STF também está investigando o envolvimento do ministro em suposta cobrança de propina em projetos de obras públicas em Cantá, município do entorno de Boa Vista.

Esquema de contrabando

● A investigação da PF chamada Operação Nove, sobre suposta fraude na

importação de equipamentos para jogos de azar, chegou a dois ocupantes de cargos de chefia na Receita Federal: Cesar Dalston, chefe da Divisão de Nomenclatura, Classificação Fiscal e Origem de Mercadorias, e de Helder Silva Chaves, chefe da Coordenação de Tributos sobre a Produção e o Comércio Exterior. Havia indícios de que teria sido montado um plano para importar 200 mil equipamentos por meio de uma brecha aberta na legislação, ao custo de US\$ 1,2 bilhão. Entre os endereços que foram alvo da operação policial, está uma casa do empresário de jogos Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, pivô do escândalo Waldomiro Diniz.

Meirelles investigado

● O ministro Marco Aurélio de Mello, do STF, abriu inquérito criminal contra o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e determinou a quebra do sigilo fiscal para apurar indícios de crimes contra o sistema financeiro, sonegação fiscal e crime eleitoral. Marco Aurélio acolheu quase todas providências sugeridas por Claudio Fonteles, mas ordenou que a investigação tramite em segredo de justiça e excluiu a Polícia Federal da apuração, para reduzir o risco de vazamento. Depois desse procedimento, o procurador-geral decidirá se pedirá abertura de ação penal,

prosseguimento do inquérito ou arquivamento do caso.

Reformas no Ministério da Cultura

● O Tribunal de Contas da União (TCU) está investigando suspeitas de irregularidades em contratos de serviços de arquitetura para a reforma do prédio do Ministério da Cultura (foto). A empresa contratada, Ata Tecnologias Alternativas, pertence a Fabrício Pedroza, casado com a assessora especial do ministro, Maria de Nazaré Pedroza. O contrato para fiscalizar a execução da obra foi feito sem licitação. O ministério gastará R\$ 9 milhões para reformar e decorar as instalações do prédio. A pasta também está apurando as denúncias por meio de uma comissão formada por integrantes da Consultoria Jurídica, da Controladoria Interna e da Diretoria de Gestão Interna. Nesta semana a equipe deve apresentar as conclusões da investigação. Maria de Nazaré pode ser afastada do cargo.

Fraudes na Receita

● O Ministério Público Federal (MPF) está investigando funcionários da Receita Federal que conseguiram beneficiar empresas por meio de mudanças na legislação tributária. O MPF denunciou o auditor-fiscal aposentado Paulo Baltazar Carneiro, ex-secretário-adjunto da Receita Federal, e Sandro Martins, que foi coordenador de tributação,

por improbidade administrativa.

CPI do caso Waldomiro

● O embate político gerado pela instalação da CPI dos Correios acirrou o clima entre governistas e oposição no Congresso. O PSDB reagiu à ameaça de parlamentares sobre a instalação da CPI do setor elétrico, que investigaria as privatizações ocorridas no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, ressuscitando o debate sobre a instalação da CPI do caso Waldomiro Diniz (foto abaixo). O caso do ex-assessor parlamentar da Presidência da República veio à tona em fevereiro de 2003, quando a revista Época divulgou o conteúdo de uma fita de vídeo que mostrava uma negociação entre o então assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz e o empresário de jogos eletrônicos Carlinhos Cachoeira. O braço-direito do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, pedia propina ao empresário para alterar uma licitação da Loteri, que ele presidia em 2002. Waldomiro foi exonerado do cargo que ocupava no Palácio do Planalto, mas o governo viveu uma crise política intensa durante dois meses. A oposição tentou, sem sucesso, instalar uma CPI para apurar o caso. A investigação, feita pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal, resultou em denúncia contra Waldomiro, mas não chegou a Dirceu. Existe um novo inquérito sobre o caso em andamento na PF.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “O balanço final da Cúpula”, publicado na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 12 de maio do corrente.

O texto mostra que o balanço final da Cúpula América do Sul-Países Árabes, realizada em Brasília nos dias 10 e 11 de maio, pode ser resumido em poucas palavras: O Brasil só teve prejuízos.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

NOTAS E INFORMAÇÕES 33
O ESTADO DE S. PAULO • QUINTA-FEIRA, 12 DE MAIO DE 2005

Conselho de Administração:

PRESIDENTE
Francisco Mesquita Neto
MEMBROS
Fernão Lara Mesquita
Júlio César Mesquita
Mariana Cecília V. C. Mesquita
Patrícia Maria Mesquita
Roberto C. Mesquita



Fundado em 1875

Julio Mesquita (1891-1927)
Julio de Mesquita Filho (1927-1969)
Francisco Mesquita (1927-1969)
Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)
José Vieira de Carvalho Mesquita (1859-1988)

Julio de Mesquita Neto (1969-1996)
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1997)
Américo de Campos (1875-1884)
Nestor Rangel Pestana (1927-1933)
Plínio Barreto (1927-1958)

www.estado.com.br

Publicação da S.A. O ESTADO DE S. PAULO
Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP 02598-900
São Paulo - SP - Caixa Postal 2439 CEP 01060-970-SP
Tel. 3856-2122 (PABX) Fax Nº (011) 3856-2940

NOTAS & INFORMAÇÕES

O balanço final da Cúpula

O balanço final da Cúpula América do Sul e Países Árabes, encerrada ontem em Brasília, pode ser resumido em poucas palavras: a América do Sul, em geral, não ganhou nada, os países árabes obtiveram o que queriam – usar a conferência como um palco novo para atacar Israel e os Estados Unidos – e o Brasil só teve prejuízos.

Em primeiro lugar, o clima de *mala sangre* com a Argentina se acentuou, em vez de se abrandar – como supunha o *wishful thinking* do Itamaraty –, por obra e graça do presidente Néstor Kirchner, cuja partida antecipada foi apenas a culminação de uma seqüência de má-criações, se não até ofensas, ao chefe do governo anfitrião, que presidia o encontro.

Em segundo lugar, a projeção internacional que a conferência deveria dar ao País foi de fato alcançada, mas por motivos que não se pode imaginar que fossem aqueles que o Planalto desejaria – porque, se fossem, atestariam a definitiva perversão da diplomacia brasileira, em nome de um aventureirismo escancaradamente adverso ao interesse nacional.

A cúpula destinava-se, como se sabe, a ser

um marco de primeira grandeza na construção da liderança brasileira no mundo pela redefinição das relações de poder entre os países ricos e os demais – “a nova geografia política e comercial” que o presidente não perde vez de proclamar.

Esta página crê ter evidenciado a futilidade desse anacrônico projeto mundista, sem falar no seu efeito buerangue: os vizinhos, a começar da Argentina, só poderiam reagir com desagrado, menos ou mais contudente – ou educado –, a tão impertinente exercício de autopromoção, cristalizado na busca a todo custo de uma vaga no Conselho de Segurança.

Mas o encontro árabe-sul-americano não só não agregou qualquer coisa de valioso ao patrimônio diplomático brasileiro, como ainda exibiu aos interlocutores estrangeiros que de fato contam na ordem das coisas o constrangedor papel de “mula” dos interesses árabes que o País acabou desempenhando.

Às vésperas da conferência, o chanceler Celso Amorim garantia que ficara acertado que o

magno acontecimento não se prestaria à exploração política dos conflitos do Oriente Médio. A política que a sua própria realização encarnaria e que se condensaria na declaração conjunta dos 34 governos participantes diria respeito às questões da ordem global.

Custa a crer que o Itamaraty ignorasse um dado imutável da conduta árabe nos foros internacionais. Os tabus proíbem que se façam certas coisas. O oposto é a obrigação absoluta de fazer algo, sempre. Para os árabes, esse algo é a defesa da causa palestina, a denúncia dos atos de Israel e a inculpação dos Estados Unidos pelo estado de coisas na região.

Em qualquer evento, as delegações muçulmanas abordarão o assunto com aspereza e insistirão para que as suas teses constem do documento final.

O Brasil, como a quase totalidade das nações, é favorável a um Estado palestino viável, ao lado de Israel. O problema, portanto, não é esse. É o Itamaraty não ter previsto o óbvio: os duros discursos à margem do contexto da cúpula e a legitimação implícita, a que teria de ade-

rir na declaração conjunta, das ações armadas palestinas contra alvos israelenses.

A extensão de documentos diplomáticos tende a ser inversamente proporcional à sua importância. A declaração de Brasília passa de 3.400 palavras. Isso diz tudo do seu provável impacto mundial, descontado, com o contraproducente envolvimento brasileiro, o efeito desejado de pisar nos calos israelenses e de *épater les américains*. A nossa praia, como se diz, é outra.

De resto, não há como levar a sério o altissonante fraseado do cartapácio que deplora a pobreza no mundo, a distância entre os países ricos e os outros, além de enaltecer os direitos humanos – quando não poucos de seus signatários são potentados com imensas fortunas pessoais, em sociedades miseráveis onde as provocações da população feminina patenteiam o respeito desses autocráticos governantes pelos direitos humanos. Até ontem à noite, discutia-se a inclusão no texto de referência à democracia – palavra vetada por algumas lideranças árabes.

Esse o imenso passivo da cúpula. Há um pequeno ativo, traduzido no esboço de acordo de cooperação assinado pelo Mercosul e pelo Conselho de Cooperação do Golfo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^ª e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “O PT também quer ser governo”, publicada na revista **IstoÉ** na edição de 1^º de maio de 2005.

A matéria mostra que o PT se prepara para mais uma eleição interna, com quatro candidatos adversários à política econômica do Presidente Lula e, con-

seqüentemente, ao atual presidente José Genoíno, a quem os demais candidatos atribuem ligação muito estreita com o Palácio do Planalto.

“Embora vista como coisa natural no PT, assusta o Planalto”; e segue mostrando os números da eleição de 2001, onde, somando os votos das correntes dissidentes, o partido teria, no mínimo, um segundo turno, já que aumentou o número de filiados descontentes em relação aos 49% da eleição passada.

Para que conste dos Anais do Senado da República, requeiro, Sr. Presidente, que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ISTO É



Candidatos de esquerda à presidência do partido atacam a política econômica de Lula e podem abrir novas crises

LUIZ CLAUDIO CUNHA

Como as cinco pontas de sua estrela-símbolo, o PT se agita em torno de cinco candidatos que se preparam para a eleição nacional que vai escolher seu novo presidente. Contra José Genoino, candidato à reeleição, mobilizam-se quatro nomes à esquerda, que coincidem na crítica ao governo e no bombardeio à política econômica de Palocci e cia. A eleição levava 830 mil filiados às urnas no dia 18 de setembro. Eles votarão diretamente nos novos dirigentes. Mas a proliferação de candidatos, embora vista como coisa natural no PT, assusta o Planalto. A hipótese de um segundo turno, se ninguém garantir a metade mais um dos votos, pode complicar a reeleição de Genoino e tornar ainda mais turbulenta a convivência do governo com um PT cada vez mais inquieto. Tanto que o próprio Lula disse a aliados, em Belém, na quinta-feira 28, que está pensando em antecipar em três meses a eleição, passando-a para junho. A precipitação do presidente – que enfrentou uma semana de turbulências devido às fortes críticas à política econômica de seu governo, mas passou no teste da primeira entrevista coletiva realizada na sexta-feira 29 (*leia mais à pág. 30*) – pode aumentar o tiroteio interno e as rachaduras no partido. Na eleição de 2001, o Campo Majoritário, grupo moderado que abriga os ministros Palocci, José Dirceu e as principais estrelas petistas, incluindo Lula, somou 51%. A esquerda, de onde nascem as candidaturas de Valter Pomar (Articulação de Esquerda), Raul Pont (PS) e Plínio de Arruda Sampaio (Ação Popular Socialista), obteve 36%. O centro, de Maria do Rosário (Movimento PT), teve 13%. Somados, teriam 49% dos votos, que podem garantir a perigosa e decisiva adesão dos dissidentes, cada vez mais numerosos.

MARIA DO ROSÁRIO**“Este BC já tem autonomia demais”**

Deputada federal mais votada do Rio Grande do Sul, a pedagoga Maria do Rosário Nunes, 38 anos, foi aclamada por 300 delegados do Movimento PT.

ISTOÉ – Sua candidatura revela a divisão atual do PT?

Maria do Rosário – Ao contrário. Meu nome não é contra José Genoino. Eu me apresento para o debate político. A pluralidade de idéias compõe a própria história do partido e o fortalece.

ISTOÉ – É o que a incomoda na condução do PT?

Rosário – Devemos ser um partido de governo e que dialogue com os movimentos sociais. O PT deve ser o principal partido de sustentação do governo. Mas o governo tem condicionantes, por causa das alianças, que o partido não tem.

ISTOÉ – O PT tem amigos ricos?

Rosário – Nós compreendemos as ações neste primeiro período, mas defende nos que é preciso uma transição. E isso significa ir mais para a esquerda.

ISTOÉ – A economia a desagrada?

Rosário – Há conquistas importantes, mas é preciso investir mais em infraestrutura e nas políticas sociais. Isso passa pela redução do superávit primário, que representaria mais recursos.

ISTOÉ – É uma crítica a Palocci?

Rosário – Somos críticos. Alguns setores do partido acham que, para criticar, é preciso se aliar à oposição. Nós não pensamos assim.

ISTOÉ – Vocês acham que Palocci é um clone de Pedro Malan?

Rosário – Claro que não. Mas é possível avançar. O Copom, por exemplo, deve ter representantes do setor produtivo, trabalhadores, empresários. E não se deve mais falar em autonomia do Banco Central. Este BC já tem autonomia demais.

JOSE GENOINO**“Não existe eleição ganha”**

O ex-deputado José Genoino completa 59 anos na terça-feira 3, preparado para enfrentar uma dura batalha interna pela reeleição.

ISTOÉ – Dá para ganhar contra quatro candidatos?

José Genoino – Não existe eleição ganha. Vamos fazer dela um momento de diálogo do PT com a sociedade.

ISTOÉ – A existência de cinco candidaturas não mostra um PT dividido?

Genoino – Em 2001 foram seis candidatos. E normal num partido democrático.

ISTOÉ – Todos os seus adversários criticam a política econômica.

Genoino – Se consideramos a situação em que recebemos o País, a política econômica só registra avanços, com crescimento, geração de empregos, a não-renovação do acordo com o FMI. Os juros estão altos, mas temos que trabalhar de maneira responsável e consistente para diminuir a taxa.

ISTOÉ – É mais fácil derrotar uma esquerda dividida?

Genoino – Ter diferentes correntes disputando é um compromisso do PT. Somos o único partido do mundo com eleição direta para seus dirigentes.

ISTOÉ – As críticas da esquerda não obrigam a ir de que o PT está submetido ao Planalto?

Genoino – Pelo contrário. O PT realizou a experiência de ser o partido do governo e, ao mesmo tempo, saber negociar e até fazer mudanças de decisões do próprio governo.

ISTOÉ – Um exemplo em que o PT dobrou o Planalto?

Genoino – Na reforma da Previdência, no aumento de 50% do salário mínimo, na reforma arcaria, na questão dos transgênicos...

RAUL PONT**“É preciso ter um pé na decisão popular”**

Ex-prefeito de Porto Alegre, o deputado estadual Raul Pont, 58 anos, concorre pela Democracia Socialista, uma das principais tendências da esquerda petista.

ISTOÉ – Por que mudar a direção?

Raul Pont – O partido dá apoio ao governo mas tem que manter a autonomia. Seu programa defende os sindicatos e os movimentos sociais e eles nem sempre se expressam no governo.

ISTOÉ – O PT virou correia de transmissão do Planalto?

Pont – Sim. O diretório se reúne, diz que estamos numa transição, que temos que defender o governo, vota e a maioria diz que está tudo bem, mesmo quando se sabe que na base do partido há uma oposição grande.

ISTOÉ – Qual a principal crítica ao governo?

Pont – A subordinação à política de juros elevados. Além disso, não podemos governar sem participação popular. Ou ficaremos reféns do Congresso. Nenhum projeto inteiro do governo chegou lá e foi aprovado. Uma política voltada só para conseguir a maioria está errada. O PT tem que ter um pé apoiado na decisão popular.

ISTOÉ – Mas o PT, no governo, não precisa de alianças?

Pont – Não. Eu fui prefeito e nunca tive maioria. E isso não impediu que fizesse o maior investimento em obras e serviços da história de Porto Alegre.

ISTOÉ – Mas o sr. perdeu a eleição...

Pont – Não por isso. Perdemos por erros de campanha, pelas reformas no Congresso, pela renúncia do Tarso Genro...

ISTOÉ – Lula pode perder a reeleição?

Pont – Se continuarmos desvinculados dos movimentos sindicais e sociais, as pessoas podem não acreditar na gente.

PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO

“Tem que substituir Palocci e equipe”

Autor da tese que serviu de base para o estatuto de fundação do PT, em 1980, o professor e ex-deputado constituinte Plínio de Arruda Sampaio, 74 anos, está sendo cogitado pela tendência Ação Popular Socialista para enfrentar Genoino.

ISTOÉ – O PT virou um partido de cúpula?

Plínio de Arruda – Virou uma máquina eleitoral.

ISTOÉ – Ficou igual aos outros?

Plínio – Não, isso também não. Mas, se não tomar cuidado, vai ficar.

ISTOÉ – Neste desvio de conduta, o PT perca o quê?

Plínio – Virou um partido eleitoral, e não era para ser apenas isso. Era para disputar eleições com um pé na institucionalidade e outro na organização popular.

ISTOÉ – O que falta fazer?

Plínio – A reforma agrária e a parte dos gastos sociais. E a política econômica precisa mudar. Uma coisa é a estabilidade, outra é a política que enriquece os bancos. Os juros altos são parte do quadro.

ISTOÉ – Pode-se mudar com esta equipe econômica?

Plínio – Não tem que substituir. Temos um monte de gente competente para o lugar de Palocci.

ISTOÉ – A atual direção do PT é submissa ao Planalto?

Plínio – Virou uma corrente de transição, não está certo. O partido tem que apoiar o governo, mas ele tem um programa que transcende os quatro anos. O governo é refém deste mercado. É preciso dar ao Lula a certeza de que, se ele enfrenta este mercado, terá um partido capaz de mobilizar o povo.

ISTOÉ – Esta visão não é um tanto romântica?

Plínio – Sem romantismo, o que se faz? Deve-se enfrentar. O PT era o partido da mudança. Virou um partido da ordem.

VALTER POMAR

“O Planalto pode se surpreender”

Neto do mentor da guerrilha do Araguaia, Pedro Pomar, morto pela repressão no massacre da Lapa, em 1975, Valter Pomar, 34 anos, quer subir na hierarquia do PT: trocar a atual terceira vice-presidência nacional pelo cargo máximo do partido, hoje ocupado pelo ex-guerrilheiro Genoino.

ISTOÉ – Por que não reeleger Genoino?

A última de Severino

Em um novo round na batalha com o governo por causa do excesso de medidas provisórias, o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti (PP-PE), subiu o tom e comparou a administração de Lula à ditadura militar. E mais: propôs uma cruzada contra o juros altos, retirando do Comitê de Política Monetária (Copom) o poder de decidir sozinho o nível de juros. Severino disse que a forma como o Executivo usa as MPs estava provocando um virtual fechamento do Congresso.

Para botar mais le-

Valter Pomar – Precisamos mudar a política econômica.

ISTOÉ – A política do Palocci é como a do Lula?

Pomar – Não. Há muita diferença nas privatizações, no fortalecimento do Estado, na importância dos gastos sociais. Mas no aspecto monetário não conseguimos superar a anterior.

ISTOÉ – Que mudanças sugere?

Pomar – Baixar a taxa de juros, reduzir o superávit primário para ampliar os investimentos sociais e de infra-estrutura e medidas de proteção do espaço econômico-social.

ISTOÉ – Há um ponto em comum na esquerda?

Pomar – A crítica a política econômica e a defesa da autonomia do PT diante do governo. Governo tem limites, e o partido pode ir além.

ISTOÉ – Um exemplo.

Pomar – O Bush vem ao Brasil. Lula deve recebê-lo com dignidade, segurança e cortesia. E o PT, com mobilização de rua contra o imperialismo americano.

ISTOÉ – Isso não é contradutório?

Pomar – Contraditória é a realidade. Se o partido limitar sua atuação ao que o governo pode fazer, para que partido?

ISTOÉ – O Planalto acredita na vitória de Genoino.

Pomar – Acho que eles vão ter uma surpresa. Acredito que Lula possa votar num candidato que, como ele, esteja insatisfeito com a alta dos juros. ■

mba na fogueira política, Severino quer obrigar o Copom a dar explicações ao Congresso quando houver mudança na taxa de juros. Ele anunciou que irá criar uma comissão interna na Câmara para apresentar uma proposta que retira do Copom a responsabilidade isolada de fixar a taxa Selic. Severino apresentou ainda um projeto que torna obrigatório, em no máximo dez dias, a presença do presidente do Banco Central no Congresso para explicar suas decisões.

Após 850 dias, a estréia de Lula

O presidente Lula levou 850 dias para conceder a primeira entrevista coletiva à imprensa, na manhã de sexta-feira 29, no Palácio do Planalto. O desempenho foi tão positivo que, depois das 14 perguntas feitas por repórteres sorteados, ficou faltando uma 15ª: Presidente, por que o sr. demorou tanto a falar? Seus pares Bush e Clinton foram mais pródigos: Bush concedeu cinco coletivas em quatro meses e Clinton, 62 em oito anos. Em uma hora e meia de entrevista, Lula surfou com segurança, bom humor e consistência em temas predominantemente econômicos, sem derrapar em assuntos mais delicados como as denúncias contra o ministro Romero Jucá, da Previdência, o aumento salarial nas Forças Armadas, a violência nos morros do Rio de Janeiro e o eterno conflito dos Estados Unidos com a Venezuela de Hugo Chávez.

Preocupado com a agenda negativa – numa semana em que o presidente foi criticado por ter acusado a população de não levantar o traseiro da cadeira para brigar com os bancos por juros menores –, o Planalto passou o dia anterior fazendo um treinamento intensivo com Lula, que requisitou até o marqueteiro Duda Mendonça. Ao fi-

nal da bateria de perguntas, Lula, relaxado, sorria e respondia aos cumprimentos: “Gostei muito.” O País também. Lula reconheceu os três erros que gostaria de não ter cometido: a omissão do Planalto na eleição de Severino Cavalcanti, a ênfase dos juros altos na política de combate à inflação e a crônica degradação das rodovias. Quem gostou mais ainda foi o ministro Antônio Palocci, um amigo de décadas com quem tem profunda afinidade política e ideológica: “Somos unha e carne.” Lula endossou as mudanças de Palocci na equipe econômica e apoiou o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, que enfrenta no STF um pedido de investigação do Ministério Público. “Uma investigação é uma investigação. Só posso tomar uma atitude quando houver uma conclusão”, disse. Palocci só não faturou a tese da autonomia do BC, que começa a ser debatida no Senado. “Vamos deixar o Congresso discutir. Não faço disso uma peça de campanha.” Lula afirmou que o governo tenta buscar uma alternativa para reduzir as críticas à política monetária, mas fez mistério. “Um sujeito mais sábio do que eu, Ulysses Guimarães, me disse que nem tudo que se vai fazer na economia, se pode avisar antes. Se não, não faz.” Sobre a derrota da MP 232, que aumentava impostos, Lula reconheceu: “No frigar dos ovos, foi

aprovado o que era de interesse dos trabalhadores”, referindo-se à correção de 10% na tabela do IR.

Assim como Meirelles, Lula apoiou Jucá, alvo de uma série de denúncias.

“Ele é inocente até que provem em contrário”. Numa pergunta, sobre um suposto veto da segurança a sua visita à favela da Rocinha, respondeu: “Se o povo vai, não há por que o presidente da República não ir.” No início da entrevista, o secretário de Imprensa, André Singer, comunicou que a coletiva seria a primeira de uma série. A próxima ainda não está marcada. O País espera que o presidente tenha tomado gosto.

LUIZ CLAUDIO CUNHA E SÔNIA FILGUEIRAS

A CAFE DE FHC

➤ Em maio de 1998, Fernando Henrique, ao reclamar da derrota da proposta do governo para fixar em 65 anos a idade mínima para pedidos de aposentadoria, atacou: “É preciso fazer a reforma, para que aqueles que se locupletam da Previdência não se locupletem mais, não se aposentem com menos de 50 anos, não sejam vagabundos num país de miseráveis.” Ofendeu quase dois milhões de pessoas e a frase não foi esquecida até hoje.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Fundo do poço de incompetência”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 7 de maio do corrente.

A Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal aprovou requerimento de convocação do Ministro José Dirceu, que terá que explicar o projeto de venda de parte da Infraero. No mesmo dia, o Governo não conseguiu emplacar uma nomeação para o Conselho Nacional de Justiça. Essas derrotas levaram o Presi-

dente Lula a dizer que sua articulação política “chegou ao fundo do poço”.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALMEIDA LIMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FERNANDO RODRIGUES

Fundo do poço e incompetência

BRASÍLIA - O PT tem 13 senadores. Cada um emprega nos seus gabinetes uma média de 30 funcionários. São pouco mais de 400 almas a serviço do petismo federal.

Nenhum integrante desse pequeno exército foi capaz de estar presente na sessão da Comissão de Infra-Estrutura do Senado na quinta-feira. Sem esforço, a oposição aprovou a convocação do ministro José Dirceu (Casa Civil), que terá de explicar o projeto de venda de um pedaço da milionária Infraero — a estatal que manda nos aeroportos do país.

É possível que a oposição recue dessa decisão de convocar José Dirceu. Mas o preço cobrado será alto, com discursos e humilhação.

O líder do governo no Senado é Aloizio Mercadante. Cuida dos assuntos de interesse do Palácio do Planalto dentro da Casa. Mercadante estava, aparentemente, sem tempo. Ocupa-se ultimamente de negar sua beligerância contra adversários na

disputa pelo governo paulista (Marta Suplicy e João Paulo Cunha).

Quando soube da derrota, com José Dirceu já convocado, o líder Mercadante saiu-se com esta: “Quem coordena essa comissão é o senador Delcídio. Vou ter de conversar com ele”. Em resumo: a culpa passou a ser exclusivamente de Delcídio Amaral, o líder do PT no Senado.

No mesmo dia, o governo tomou uma tunda na Câmara. Não conseguiu emplacar uma nomeação para o Conselho Nacional de Justiça. Ensimismado, Lula disse que sua articulação política “chegou ao fundo do poço”. O presidente fala como se tudo ocorresse à sua revelia.

Quem jogou o PT no fundo do poço da articulação política foi o próprio Lula. Está fazendo escola no Senado, com Mercadante sempre procurando responsáveis e não enxergando os próprios erros no seu quintal.

@ → frodriguesbsb@uol.com.br

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “A pista é o uniforme”, de autoria do articulista Tales Alvarenga, publicado na revista **Veja** em sua edição de 25 de maio do corrente.

O artigo trata da Marcha Nacional pela Reforma Agrária, promovida pelo MST na última semana. O articulista comenta que “Lula não pode renegar agora um movimento que certamente o incomoda, mas que sempre foi apoiado por ele. Ingenuamente, Lula ajudou

a construir o mito e a mística do MST como movimento social e, portanto, inimputável”.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

TALES ALVARENGA

A pista é o uniforme

Desconfie de movimentos que reúnem multidões de uniforme, carregando uma ideologia na cabeça e uma bandeira na mão. Fuja até de torcidas organizadas de futebol. Na semana passada, 12 000 integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) chegaram a Brasília com sua Marcha Nacional pela Reforma Agrária. Saíram de Goiânia e levaram quinze dias nessa passeata, usando o uniforme do movimento — a camiseta com a sigla do MST e o boné vermelhos.

Não se deixe enganar pelas sandálias havaianas dos sem-terra. Nada existe de simplório no MST. Seus líderes desenvolveram uma sensibilidade especial para impor suas exi-

gências por meio de ameaças. Sabem que essa ferramenta funciona, inclusive com o governo. Tanto que seus representantes foram recebidos na semana passada pelo presidente Lula, que colocou o boné do MST e teve de abrir um sorriso para a câmera fotográfica. Lula não pode renegar agora um movimento que certamente o incomoda, mas que sempre foi apoiado

por ele. Ingenuamente, Lula ajudou a construir o mito e a mística do MST como movimento social e, portanto, inimputável.

O MST faz o que levaria outros para a cadeia. Na qualidade de "movimento social", fica no entanto liberado de prestar contas ao delegado. Os sem-terra invadem prédios públicos e fazendas produtivas. Mantêm empregados de propriedades rurais em cárcere privado. Roubam gado para fazer churrasco. Depredam instalações. Derrubam florestas. Agem como se não devessem explicações de nada a ninguém. Tão hábeis são os seus líderes para manipular a simpatia da opinião pública que não preci-

sam mesmo se responsabilizar pelos abusos que cometem.

Uma parte dos brasileiros considera o MST um movimento destinado a dar terra a agricultores pobres — e ponto final. Outra parte já entendeu que o tema da distribuição de terra está hoje mais para pretexto do que para finalidade do MST. Não há mais latifúndios improdutivos para ser distribuídos. Nem que houvesse, o MST não os aceitaria. Quer a coisa pronta, com infra-estrutura já instalada. Não há terras improdutivas mas também não há tantos sem-terra como se imagina. Como eles não exis-

tem em número suficiente na vida real, o MST precisa inventá-los. Para isso, recruta soldados entre o lumpesinato urbano, gente miserável das periferias das cidades, com o objetivo de engrossar seu movimento político.

O movimento se recusa a adotar personalidade jurídica ou a constituir-se em partido para disputar poder no jogo institucional vigente. Em

primeiro lugar, o MST não aprova o regime de democracia política e economia de mercado. Em nome de sua utopia socialista, luta pela transformação do Brasil numa Cuba de 180 milhões de habitantes. Nunca se viu sair bom resultado de multidões de uniforme, com bandeira ideológica e apego à ilegalidade. Os fascistas de camisa preta, os nazistas de camisa cáqui, os guardas vermelhos do camarada Mao são apenas alguns dos fantasmas que vêm à memória. O Brasil, cego à evidência, continua dando força ao MST, que conseguiu mais de 5,5 milhões de reais para financiar sua marcha até Brasília. Quem os financia e por quê?

“O MST faz o que levaria outros para a cadeia. Na qualidade de ‘movimento social’, fica no entanto liberado de prestar contas ao delegado”

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer alguns comentários sobre a edição de 25 de maio do corrente da revista **Veja**, especialmente das matéria intituladas “Diga-me com quem anda...” e “Mesada de 400.000 reais para o PTB”.

As matérias acima citadas mostram que denúncias de corrupção em órgãos como os Correios e o Instituto de Resseguros do Brasil – IRB – estão deixando o Governo do PT assustado e atônito: envolvido em tantas denúncias, o governo petista “deslançou sua maior mobilização no Congresso desde a posse com a finalidade de barrar a CPI dos Correios”. Temerosos

de que as investigações possam alcançar estrelas do PT, o atual Governo insiste em uma “operação abafa” para evitar a investigação por meio de uma CPI.

Para concluir, Sr. Presidente, requeiro que as matérias acima citadas, bem como a capa da edição 1.906 da referida revista, sejam consideradas como parte integrante deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



O PAVOR DA CPI

**Delúbio Soares
e Silvío Pereira,
operadores do PT,
não escapariam
da investigação**

AS “MESADAS”

**Só de uma estatal,
Roberto Jefferson,
do PTB, exigia
400 000 reais por mês**

MICROCÂMERAS

**Aprenda a flagrar
um corrupto**

CORRUPTOS

Estamos perdendo a guerra contra essa praga

DIGA-ME COM QUEM ANDAM

...que direi quem você é, a menos que faça de público a diferença. Em vez disso, Lula se solidariza com o PTB e Roberto Jefferson e, assustado e atônito, mobiliza o governo para impedir a criação da CPI dos Correios

André Petry

A reportagem de VEJA mostrando que o PTB do deputado Roberto Jefferson organizou uma rede de corrupção nos Correios deixou o Palácio do Planalto atônito — e por mais de um motivo. O primeiro temor do governo, diplomaticamente dissimulado em público, é que apareçam novos tentáculos de roubo na máquina estatal, além do PTB e dos Correios. Um caso já apareceu. É a pressão feita pelo PTB para extorquir uma mesada de 400 000 reais em outra estatal, o Instituto de Resseguros do Brasil (*veja reportagem na pág. 40*). Outro receio do governo é que esses tentáculos possam enlaçar também estrelas do próprio PT, principalmente aquelas mais ligadas à área financeira do partido. Movido por esse temor, que em alguns momentos da se-

mana passada beirou o pânico, o Palácio do Planalto deslançou sua maior mobilização no Congresso desde a posse com a finalidade de barrar a CPI dos Correios (*veja reportagem na pág. 44*). É uma pena. A investigação parlamentar, se sair, dará uma dupla contribuição ao país e ao Planalto: poderá revelar a extensão das falcatruas na máquina pública e ajudar a expulsar as más companhias do governo.

A CPI dos Correios, porém, é apenas um dos instrumentos necessários para enfrentar o assunto. Na base da crise atual está a ausência de duas reformas. Uma é a reforma administrativa, que reduziria o escandaloso número de 20 000 cargos de confiança na máquina federal, o que sempre atiga o apetite daqueles que entram na política com motivações inconfessáveis. Quanto menos cargos houver no balcão da burocracia, mais reduzido será o espaço para a pilantragem. A outra é a reforma política, orientada para dar um mínimo de organização e racionalidade ao sistema atual, fortalecendo os partidos e a fidelidade partidária. Com partidos sólidos e políticos comprometidos com suas legendas, a tendência é que haja menos fisiologismo, menos chantagem política e, portanto, menos corrupção. O governo Lula, como os anteriores, tem sua parcela de culpa pela situação atual. Tivesse se dedicado a fazer as duas reformas, Lula não estaria hoje ao lado da constrangedora figura de Roberto Jefferson. Nem precisaria dar a constrangedora declaração da semana passada. “Nós temos de ser parceiros, e parceiro é solidário com seu parceiro”, disse Lula, ao prestar solidariedade a Roberto Jefferson. Ora, parceiros de quê, presidente?

MESADA DE 400.000 REAIS PARA O PTB

No IRB, estatal de resseguros, Jefferson pressionou para arrancar renda mensal — e não escondeu que quem ganha cargo tem de roubar para ajudar o partido

Polícarpo Junior e Ronaldo França

Assim que veio a público o vídeo da corrupção nos Correios, o governo tomou as providências necessárias: abriu uma sindicância interna na estatal, instalou um inquérito policial, afastou o diretor da área envolvida e suspendeu uma milionária licitação sob suspeita. “O governo federal é absolutamente intransigente com a corrupção. Pior que a corrupção é a corrupção impune”, disse o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, ao anunciar o inquérito da Polícia Federal. “Este é um governo que não rouba e não deixa roubar”, voltou a dizer o ministro da Casa Civil, José Dirceu, ao ser entrevistado no programa *Roda Viva*, da TV Cultura. O dado desalentador é que tais providências, por mais eficazes que venham a se revelar, são tímidas para a dimensão do caso e portanto incapazes de atingir o cerne do problema — ou seja: o esquema de corrupção do PTB instalado não apenas nos Correios, mas em outros espaços da máquina pública, sob o comando onipresente do deputado Roberto Jefferson. No vídeo, Maurício Marinho, o funcionário dos Correios pilhado descrevendo as maracutaias na estatal, cita algumas empresas nas quais a malha de roubalheiras do PTB tem ramificações — além dos Correios, ele fala em Infraero, Eletrobrás, Petrobras. Com certeza,

faltou mencionar uma em especial: o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB).

Há dois meses, o então presidente do IRB, o economista Lídio Duarte, funcionário de carreira da estatal, entregou sua carta de demissão ao Ministério da Fazenda. Na época, divulgou-se que ele se demitira por discordar da intenção do governo de privatizar o IRB, uma estatal fundada em 1939 e inteiramente fora de moda no mundo globalizado de hoje. O motivo da demissão, porém, era apenas uma desculpa pública. Na verdade, Lídio Duarte vinha travando uma batalha surda com o PTB, partido ao qual, no loteamento de cargos do governo Lula, coube o comando do IRB. E a batalha surda tinha um motivo bem mais grave do que a discordância a respeito da privatização: Lídio Duarte vinha sendo pressionado a entregar 400.000 reais ao PTB todos os meses. Isso: 400.000 reais mensais. A idéia era que, com uma mesada desse tamanho, ao fim de um ano, as falcatruas no IRB tivessem rendido ao caixa do PTB perto de 5 milhões de reais. Antes de deixar o cargo, em março passado, Lídio Duarte contou a um graduado servidor público os problemas que vinha enfrentando por se negar a produzir a mesada de 400.000 reais via operações administrativas irregulares.

O economista Lídio Duarte chegou à presidência do IRB por indicação de José Carlos Martinez, que comandava o PTB quando morreu num acidente aéreo.

em outubro de 2003. Depois da morte de Martinez, Duarte permaneceu no cargo, mas o deputado Roberto Jefferson, que assumiu a presidência do PTB no lugar do correligionário falecido, fez questão de estender seus domínios sobre o IRB. Henrique Brandão, um corretor de seguros que costumava circular pelos corredores da estatal, passou a fazê-lo investido da autoridade de quem é velho amigo do deputado Roberto Jefferson. Certo dia, Brandão entrou no gabinete de Lídio Duarte e, sem meias palavras, disse que a partir daquela data sua gestão precisava render 400 000 reais ao PTB. Sem saber se Brandão falava mesmo em nome do partido ou se blefava, Lídio Duarte procurou o deputado Roberto Jefferson, presidente do PTB. Na conversa, Jefferson não deixou dúvidas: disse que era amigo de Henrique Brandão havia mais de trinta anos, repetiu que as despesas do partido eram altas e que precisava da colaboração financeira dos dirigentes de estatais indicados para seus cargos pelo PTB. Em outras palavras: quem tinha cargo tinha de roubar.

As pressões para que a mesada de 400 000 reais fosse fabricada eram fortes e constantes. Num dado momento, a tensão chegou a tal ponto que Lídio Duarte expulsou Henrique Brandão de sua sala. "Nunca fiz isso na vida", nega Brandão, o corretor de seguros. "Sou amigo pessoal do Roberto Jefferson, me relaciono com todos os partidos, mas minha vida é vender seguros." Com o excesso de pressão, Lídio Duarte acabou pedindo demissão.

Em seu lugar, o PTB colocou Luiz Apollonio Neto, que se confessa apadrinhado pelo ex-governador Luiz Antonio Fleury e — é claro — pelo deputado Roberto Jefferson. O IRB, que tinha o monopólio do mercado de resseguros internacionais, que movimentava algo em torno de 450 milhões de dólares, resolveu dividi-lo entre 23 corretoras credenciadas, gerando uma participação em comissões que, só no ano passado, chegou a 30 milhões de dólares. A corretora de Henrique Brandão é uma das 23 credenciadas, além de ter em seus quadros Marcos Vinícius, que vem a ser genro de Roberto Jefferson e também seu assessor parlamentar. Apenas no primeiro ano, a corretora de Brandão abocanhava 10% de todos os seguros de embarcações e 20% dos de empresas aéreas. Desde 2003, nesse ambiente esplendorosamente favorável, os negócios de

Brandão, o amigo de três décadas de Roberto Jefferson e empregador de seu genro, crescem a um ritmo de 25% ao ano. Procurado por VEJA, Lídio Duarte afirmou que apenas fez o que achava correto, mas guarda para si, por enquanto, os detalhes das pressões que sofreu do PTB.

O deputado Roberto Jefferson é o grande protagonista do vídeo da corrupção nos Correios. Na gravação, o funcionário Maurício Marinho diz abertamente que o deputado é quem lhe fornece condições para promover as roubalheiras. "Ele me dá cobertura, fala comigo, não manda recado. Eu não faço nada sem consultar."

O funcionário também diz que Roberto Jefferson é o chefe do esquema de corrupção em toda a máquina federal, e não apenas nos Correios, e que seus dois principais auxiliares são Antonio Osório Batista, o diretor de administração dos Correios afastado na semana passada depois que o escândalo veio a público, e Roberto Garcia Salmeron, presidente da Eletro norte, uma das grandes estatais elétricas do país. Na última terça-feira, o deputado Roberto Jefferson, injuriado com o papel de líder da corrupção do PTB no governo, subiu à tribuna da Câmara para defender-se. Num discurso de quarenta minutos, ancorou sua linha de defesa num único ponto: o funcionário dos Correios usara seu nome indevidamente. Teve o apoio de uma nota de Maurício Marinho, na qual o funcionário conta que teve um surto de grandeza e falou além da realidade.

É incrível como a proximidade com Roberto Jefferson faz de qualquer pessoa um gigante moral. Na semana passada, VEJA investigou mais um caso em que outro funcionário, igualmente apadrinhado por Roberto Jefferson, também foi acometido por um "surto de grandeza". Luis Carlos Roque chefiava a delegacia da Polícia Rodoviária Federal (PRF) na estrada que liga o Rio de Janeiro a Santos, no litoral paulista, e chegou a ser preso por suspeita de participar de uma quadrilha que falsificava combustíveis. Numa investigação, tocada pela Polícia Federal, Roque aparece em diversas ligações telefônicas grampeadas com autorização judicial. Nelas, além de fornecer os indícios que levaram a sua prisão, Roque deixa claro que só chegou ao cargo por indicação de Roberto Jefferson. Em uma das conversas, confessa abertamente que sua ascensão não decorre de sua retidão ética. "Não sou correto, não sou honesto, não sou santo", diz ele, num bate-

papo com uma colega de trabalho. Em seguida, defende seu ponto de vista segundo o qual é incorreto se envolver em crimes pesados, como narcotráfico ou contrabando de armas, mas não vê maiores problemas numa propina aqui, outra propina ali. “Não concordo com sacanagem de droga, de arma. A gente pode ver nosso lado, mas de uma forma light, sem comprometer a instituição”, diz o afilhado de Jefferson.

Em outros diálogos gravados, a Polícia Federal colheu indícios do que o policial considera ser uma corrupção light: ele liberava irregularmente carros apreendidos pela polícia, desaparecia com multas de trânsito, distribuía favores a empresários e facilitava a passagem de carros-tanques carregados com combustível adulterado. No inquérito que rendeu a prisão temporária de Roque, o próprio deputado Roberto Jefferson também aparece por causa do grampo telefônico. É uma conversa entre o deputado e Maria de Fátima Pina, presidente do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais do Rio. Na ligação, Maria de Fátima pede que Jefferson interfira em favor de um policial junto à direção-geral da PRF. Diante do pedido, Jefferson pondera que ela mesma deveria fazer contato com a direção-geral, de modo que o deputado não ficasse gastando cartucho com coisa pequena. Ao fim da ligação, a sindicalista diz ao deputado que, ao seu lado, está uma pessoa a quem ela se refere como “o patrão”. Ela pergunta se o deputado gostaria de falar com “o patrão”. Mas o deputado, num sinal de que temia estar sendo grampeado, recusa a sugestão e explica: “Esses telefones são todos ruins”.

Um dado constrangedor para o deputado Roberto Jefferson é o fato de que seus indicados se envolvem com falcatruas diversas com uma desconcertante frequência. O médico Paulo Cesar Rondinelli, por exemplo, ficou nove anos na diretoria do Instituto Nacional de Traumatismo-Ortopedia, com sede no Rio de Janeiro. Nesse período, atingiu a espetacular marca de 104 denúncias. É um universo

de denúncias amplo e muitas vezes despuddorado, como no caso das próteses encontradas no mercado ao preço de 200 dólares, mas que o instituto de Rondinelli comprava por 2 000 dólares. Com versatilidade, o médico fez de tudo um pouco no instituto e, assim, acabou recebendo condenações não muito comuns. Numa delas, junto com um auxiliar, foi sentenciado pelo Tribunal de Contas da União a restituir 447 000 reais aos cofres públicos. Rondinelli também já foi proibido de ocupar cargos de confiança por cinco anos. No ano passado, depois de uma auditoria do Ministério da Saúde, ao qual o instituto é subordinado, foi demitido “a bem do serviço público”. Ele afirma que não era afilhado de Roberto Jefferson, a quem garante ter encontrado poucas vezes na vida. Mas, quando se refere ao deputado, diz apenas “o Roberto”.

Ivone Barros de Souza e Silva, que era coordenadora de fiscalização e arrecadação do INSS no Rio, é outro exemplo — e de longa data. Sua primeira aparição num rol vem de 2002, no âmbito da CPI estadual que investigou irregularidades na Previdência Social. Ivone de Souza e Silva começou a ser investigada pela Polícia Federal em 2003, depois que surgiu a suspeita de que se envolveu com uma quadrilha que, entre outras pilantragens, emitia falsas certidões negativas de débito em Volta Redonda, no sul do estado do Rio. Ivone de Souza e Silva está para ser indiciada pela Polícia Federal, que já sabe de seu envolvimento até com Maria Auxiliadora de Vasconcelos, presidente do sindicato dos auditores do INSS, que foi presa no início do mês sob a acusação de integrar uma quadrilha cujas fraudes podem chegar a 1 bilhão de reais. Em sua função, Ivone de Souza e Silva ocupava o segundo posto mais importante do INSS no Rio, cuja importância só era inferior à do superintendente. O gabinete dela ficava no 25º andar do prédio do INSS, no centro do Rio, e um de seus visitantes habituais era o deputado Roberto Jefferson. Nas festas de aniversário dos funcionários da repartição, Ivone costumava exibir seu prestígio aos colegas de trabalho trazendo sempre um mesmo convidado de honra: Roberto Jefferson. ■

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Governo ausente, Estado capturado”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** de 23 de maio do corrente.

O artigo aponta que atualmente, no Brasil, não existe Governo, apenas Estado. A ausência de ação do Governo no sentido de criar uma agenda política positiva e de implementar reformas estruturais demonstra a real falta de projeto para o País, sem objetivos claros e limites definidos.

O autor afirma:

Em vez de um governo que define objetivos nacionais claros e estratégias que con-

duzam a eles, e estabelece limites para os compromissos a que está disposto a fazer, o que vemos é um governo fraco e acuado pelo que há de pior na política. Instala-se, assim, a chamada crise de governabilidade, que não é outra senão a ausência de governo.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que a referida matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S.PAULO

OPINIÃO ECONÔMICA

Governo ausente, Estado capturado

LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA

HOJE, no Brasil, não existe governo, apenas Estado. Enquanto o governo só é perceptível ao nível de alguns ministérios, o Estado garante a ordem e os serviços públicos. O sinal mais claro da sua paralisação está no impasse surgido com a Câmara dos Deputados, mas a falta de governo é um processo mais geral, que facilita a captura do Estado por grupos poderosos, internos e externos.

Governar é tomar decisões e promover os objetivos políticos básicos das sociedades democráticas: liberdade, justiça e desenvolvimento econômico. Como a liberdade está hoje razoavelmente assegurada no Brasil, o desafio está na justiça social e no desenvolvimento.

Ora, o governo não tem projeto nessa direção. Embora tenha sido eleito com base na crítica à herança do governo anterior, repetiu os acertos e principalmente os erros daquele governo, no qual se espelha de maneira patética. Comprometeu-se, assim, mais uma vez, quando difícil é governar o Brasil. Difícil por motivos estruturais, que se refletem em fatores institucionais.

As causas estruturais são conhecidas. Em primeiro lugar, temos a própria dimensão do país, geográfica e populacional. Em segundo, há a radical heterogeneidade social da população, dadas as profundas diferenças de classe.

Essa heterogeneidade é parcial-

mente compensada por uma língua única, e uma identidade cultural forte, que, entretanto, não se traduzem em identidade política nacional: ao contrário do que acontece nos países ricos, não está claro para os brasileiros que o governo tem como obrigação defender o trabalho, o capital e o conhecimento nacionais.

Um terceiro fator estrutural que torna difícil governar o Brasil está no fato de que grande parte de nossa sociedade, principalmente suas elites intelectuais e seus setores rentistas, serem dependentes do exterior, incapazes de pensar o Brasil em termos do interesse nacional. As instituições nacionais refletem essa heterogeneidade e alienação social e, assim, contribuem para a dificuldade em governar. A inadequação das instituições eleitorais é particularmente importante.

Ao rejeitar qualquer sistema distrital, essas instituições afastam os eleitores dos eleitos. Ao adotarem o sistema de voto proporcional com listas abertas, enfraquecem os partidos, e facilitam a eleição de políticos sem efetiva representatividade política.

Dessa forma, facilita-se a eleição de "políticos de negócios", que apenas fazem compensações entre a vontade de serem reeleitos e a de ficarem ricos, enquanto se dificulta a eleição de políticos republicanos, cuja compensação é entre a vontade de serem reeleitos e a busca do interesse público.

O mais grave é que sistema proporcional de listas abertas impede que o partido vitorioso nas eleições alcance ou se aproxime de alcançar maioria no Congresso, levando ao chamado "presidencialismo de coalizões". Alguns cientistas políticos, com base em pesquisas, chegaram à conclusão de que esse sistema não impede a governabilidade, já que os governos têm logrado apoiar a maioria de suas proposições. Não consideram, porém, que isto é conseguido por meio de uma desmoralizante "compra" de apoio dos políticos.

Diante desse quadro, governar exige habilidade e competência política para fazer os compromissos necessários, e, ao mesmo tempo, a determinação e a coragem de buscar objetivos nacionais mesmo que com risco da própria reeleição. Isso implica lograr maioria no Congresso para realizar reformas, sem comprometer em demasia os próprios objetivos do governo.

Não é isso o que vemos hoje no Brasil. Em vez de um governo que define objetivos nacionais claros e estratégias que conduzam a eles, e estabelece limites para os compromissos a que está disposto a fazer, o que vemos é um governo fraco e acuado pelo que há de pior na política. Instala-se, assim, a chamada "crise de governabilidade", que não é outra coisa senão a ausência de governo.

Se o governo tivesse objetivos

claros e limites definidos quanto ao que está disposto a conceder, nem os políticos fisiológicos, nem os rentistas teriam tanto poder. Na falta deles, o governo se vê prisioneiro de seus capturadores. Os salários dos trabalhadores e da classe média caem, sobem os salários de alguns setores privilegiados da burocracia, crescem os juros dos rentistas e vicejam os rendimentos do setor financeiro associado a esses juros.

Nesse quadro de paralisia do Estado e de crise de governabilidade, a captura do Estado se institucionaliza. Em alguns momentos chega ao limite da corrupção consentida.


Quando não chega a esse limite, se expressa na subordinação do país a políticas econômicas recomendadas por terceiros, no pagamento de juros absurdos e na confusão do partido político com o governo e do governo com o Estado. Em qualquer uma das hipóteses, é a cidadania que sai derrotada, é a sociedade brasileira que assiste, perplexa, à ausência de governo.

Luiz Carlos Bresser-Pereira, 70, professor da Fundação Getúlio Vargas e ex-ministro da Fazenda, da Administração Federal e Reforma do Estado e da Ciência e Tecnologia, é autor de "Democracy and Public Management Reform" (Oxford University Press, 2004).

Internet: www.bresserpereira.org.br

✉ E-mail: bresserpereira@uol.com.br

O BRASIL NO MUNDO

| Compare os indicadores | Inflação Em % em 12 meses | Desemprego Em % força de trabalho | PIB* Em % | Reservas Em US\$ bilhões | Juros % ao ano |
|--|------------------------------|--------------------------------------|----------------|-----------------------------|-------------------|
|  Brasil | 8,07 abr (1) | 10,8 mar (1) | 4,9 4º tri (1) | 61,6 abr (5) | 19,75 (8) |
| África do Sul | 3,0 mar | — | 4,7 4º tri | 14,3 abr | 7,05 |
| Alemanha | 1,6 abr | 11,8 abr | 1,0 1º tri | 95,7 mar (7) | — |
| Argentina | 8,8 abr | 14,4 mar (2) | 8,4 4º tri | 19,6 mar | 5,56 |

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, matérias de jornais da semana passada mostram que a nova Lei de Recuperação de Empresas, que entra em vigor no próximo mês, já está apresentando seus primeiros sinais positivos.

Segundo o gerente de análise setorial do Serasa, Marcos Abreu, foram decretadas 313 falências em abril deste ano, contra 458 falências em abril de 2004.

A queda percentual, em relação ao número de falências nesse período, segundo o Serasa, foi de 31,7%.

A pesquisa mostra ainda que o volume de requerimentos de falências, em abril de 2005 também caiu.

Segundo o Serasa, foram requeridas 810 falências no quarto mês deste ano, o que representou queda de 36,7% em relação a abril de 2004, quando foram requeridas 1.279 falências.

O número de concordatas também seguiu o mesmo comportamento das falências. O número de requerimentos de concordatas em 2005 foi 45,4% menor do que no ano passado, com um total de 33 requerimentos registrados.

Sr, Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a nova Lei de Recuperação de Empresas começará a vigorar em junho deste ano.

Mas, conforme a análise dos técnicos do Serasa, a queda nos pedidos e deferimentos de falências e concordatas demonstram que o mercado está ansioso pela aplicação das novas regras, justamente porque elas visam, precipuamente, à continuação da atividade empresarial e não, como na Lei de Falências atual, a liquidação da empresa insolvente.

De acordo com a Lei de Recuperação de Empresas que esta Casa aprovou, com alterações altamente relevantes para a atividade econômica nacional, a concordata deixa de existir e em seu lugar entra em vigor a recuperação extrajudicial e a judicial.

Nos inúmeros debates que promovemos nas comissões de Assuntos Econômicos e Constituição e Justiça e em audiências públicas, buscávamos encontrar meios para criar processos de recuperação daqueles empresários em situação de insolvência.

Hoje, com essa primeira pesquisa da Serasa, tenho a certeza de que aquilo que antevíamos começa a se tornar realidade, o que mostra a importância do trabalho feito por esta Casa.

Uma vez sancionada, a lei estabelecerá novos procedimentos a serem seguidos pelos administradores que desejam reestruturar suas empresas.

O processo de repactuação pode ser conduzido diretamente entre devedores e credores, no caso da recuperação extrajudicial, ou com a participação direta do Judiciário, no caso da recuperação judicial.

Esses novos procedimentos prevêm o desenvolvimento de um plano de reestruturação, que deverá conter o diagnóstico da situação da empresa, as medidas necessárias à sua reorganização, e uma proposta para a repactuação de suas dívidas.

Outro impacto significativo da nova Lei, com certeza, será o desenvolvimento de um novo mercado de investimento em empresas com dificuldades financeiras. Este mercado já existe nos Estados Unidos e movimenta centenas de bilhões de dólares ao ano.

A importância dessa iniciativa não se limita ao momento da recuperação de empresas em dificuldade, mas pode ser utilizada antes mesmo de a empresa entrar em situação crítica.

Implica também um ambiente de negócios menos arriscado para novos investimentos, à medida que investidores e empresários disponham de mecanismos mais eficientes de análise de oportunidades de negócio.

Essa nova lei pode significar, portanto, uma revolução institucional na economia brasileira.

As informações da pesquisa do Serasa só vêm reforçar minha crença de que esta Casa é um instrumento de grande responsabilidade na representação da sociedade brasileira e de extrema importância para o desenvolvimento social e econômico deste País.

A nova Lei de Recuperação de Empresas, já sancionada pelo Presidente da República e que entrará em vigor no próximo mês, representa, sem dúvida, o coroamento de um grande esforço do Legislativo em benefício da economia brasileira.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 59 minutos.)

Ata da 70ª Sessão Não Deliberativa, em 30 de maio de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, João Alberto Souza e Luiz Otávio

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 687, de 2003** (nº 1.509/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pró Vida de Sobradinho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sobradinho, Distrito Federal;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 309, de 2004** (nº 2.050/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Líder Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Feijó, Estado do Acre;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 946, de 2004** (nº 565/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão à L & C Rádio Emissoras Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Roque, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.164, de 2004** (nº 752/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio e Televisão Record S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.191, de 2004** (nº 912/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Emissora da Barra Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barra Bonita, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.192, de 2004** (nº 913/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jornal de Barretos OM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barretos, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.216, de 2004** (nº 1011/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Cidade Macarani Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Macarani, Estado da Bahia;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.217, de 2004** (nº 1.012/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Tabajara de São Benedito Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Benedito, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.225, de 2004** (Inº 414/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Jeremoabo – BA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jeremoabo, Estado da Bahia;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.226, de 2004** (nº 528/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores de São Mamede – PB (Amsam) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Mamede, Estado da Paraíba;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.230, de 2004** (nº 630/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa Eduardo Sá para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Pacajus, Estado do Ceará.
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.239, de 2004** (nº 598/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da TV O Estado Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.274, de 2004** (nº 1.104/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Dom Justino José de Santana para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.276, de 2004** (nº 1.212/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Morro Alto FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Restinga Seca, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.277, de 2004** (nº 1.213/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Morro Alto FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rosário do Sul, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.279, de 2004** (nº 1.215/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Morro Alto FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Progresso, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.282, de 2004** (nº 131/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Verdes Florestas para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.297, de 2004** (nº 674/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Progresso de Russas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Russas, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.313, de 2004** (nº 965/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sociedade de Friburgo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.315, de 2004** (nº 968/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Vitória FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vitória de Santo Antão, Estado de Pernambuco;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.322, de 2004** (nº 1.017/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à FM Planto de Cajuru Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cajuru, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.326, de 2004** (nº 1.065/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Central de Rádio e Notícias de Itatiba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itatiba, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.327, de 2004** (nº 1.070/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Universitária Metropolitana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Branco, Estado do Acre;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.330, de 2004** (nº 1.075/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Difusoras de Pernambuco Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pesqueira, Estado de Pernambuco;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.332, de 2004** (nº 1.077/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Bahiana de Jequié Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jequié, Estado da Bahia;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.343, de 2004** (nº 1.098/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Vida de Promoção Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro da Aldeia, Estado do Rio de Janeiro;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.346, de 2004** (nº 1.107/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Salgadinho FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salgadinho, Estado de Pernambuco;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.347, de 2004** (nº 1.108/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Aramoc – Associação Regional de Amigos e Moradores do Cruzeiro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasília, Distrito Federal;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.352, de 2004** (nº 1.129/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Copacabana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.353, de 2004** (nº 1.130/2004, na Câmara dos Deputados), que

- aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Jornal Gazeta de Nova Friburgo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.364, de 2004** (nº 837/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jornal de Amambaí Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Amambaí, Estado de Mato Grosso do Sul;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.369, de 2004** (nº 978/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores da Estrada da Sapata a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Armação dos Búzios, Estado do Rio de Janeiro;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.372, de 2004** (nº 1.013/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Bagé Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média de âmbito local na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.375, de 2004** (nº 1.045/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Água Boa Associação Comunitária/Abac a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.378, de 2004** (nº 1.074/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Televisão Bandeirantes de Presidente Prudente Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.381, de 2004** (nº 1.086/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Planetário Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Espumoso, Estado do Rio Grande do Sul;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.392, de 2004** (nº 1.136/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Radiodifusão Paranhana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taquara, Estado do Rio Grande do Sul;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.398, de 2004** (nº 1.161/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Assunção Cearense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.401, de 2004** (nº 1.165/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rede Brasil de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salgueiro, Estado de Pernambuco;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.402, de 2004** (nº 1.168/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Viçosa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viçosa, Estado do Rio Grande do Norte;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.406, de 2004** (nº 1.174/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rede Independente de Rádio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.412, de 2004** (nº 1.189/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Porto Santo Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paranaiguara, Estado de Goiás;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.413, de 2004** (nº 1.193/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Serrado Verdes de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itapaci, Estado de Goiás;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.416, de 2004** (nº 1.201/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Joaninha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tauá, Estado do Ceará;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.418, de 2004** (nº 1.206/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Quipapá FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quipapá, Estado de Pernambuco;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.428, de 2004** (nº 1.196/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Vida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís de Montes Belos, Estado de Goiás;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.431, de 2004** (nº 1.202/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Abadia de Goiás a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abadia de Goiás, Estado de Goiás;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.438, de 2004** (nº 1.264/2004 na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão a Voz Ativa Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itapuranga, Estado de Goiás;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.441, de 2004** (nº 1.271/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Costa Verde – Sideral FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maricá, Estado do Rio de Janeiro;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.450, de 2004** (nº 678/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Parque de Exposição a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morada Nova, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.457, de 2004** (nº 981/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Santa Cruz FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brodósqui, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.458, de 2004** (nº 1.008/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio e Televisão Caçula Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.471, de 2004** (nº 730/2003 na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Arjona e Chaves Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jataí, Estado de Goiás;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.472, de 2004** (nº 750/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Campograndense de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.475, de 2004** (nº 714/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Nova Sumaré Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sumaré, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.478, de 2004** (nº 724/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores e Amigos do Nova Florida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alexânia, Estado de Goiás;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.479, de 2004** (nº 726/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Stereosul de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.480, de 2004** (nº 767/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Independência do Tocantins Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paraíso do Tocantins, Estado do Tocantins;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.484, de 2004** (nº 781/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Cristal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.486, de 2004** (nº 784/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Padre Luso Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Nacional, Estado do Tocantins;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.491, de 2004** (nº 245/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Central São Carlos de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2005** (nº 1.188/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Montes Belos de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Palmeiras de Goiás, Estado de Goiás;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 2005** (nº 1.267/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão a Lopes & Passamani Ltda. para explorar serviço de radiodi-

fusão sonora em frequência modulada na cidade de Mara Rosa, Estado de Goiás;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 2005** (nº 1.277/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ultra FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2005** (nº 1.282/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Guarujá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina; e
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 88, de 2005** (nº 1.316/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária de Itajá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itajá, Estado de Goiás.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte parecer:

PARECER Nº 685, DE 2005

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Aviso nº 34, de 2004 (Aviso nº 2140/2004, na origem), que versa sobre irregularidades no recolhimento do ICMS pela Petrobras, no Estado do Mato Grosso do Sul, de acordo com o previsto na Resolução nº 69, de 1998, do Senado Federal (TC – 011.582/2003-6).

Relator: Senador **Aelton Freitas**

I – Relatório

O Tribunal de Contas da União encaminha para conhecimento e exame desta Casa o TC nº 011.582/2003-6, relativo ao Estado de Mato Grosso do Sul e a empresa Petrobras, que trata da compensação de débito de ICMS com crédito do sujeito passivo contra a Fazenda Pública Estadual.

O assunto foi submetido ao Senado, pelo TCU, em razão do entendimento de que, desse procedimento adotado pelo referido Estado, resultou o descumprimento, por este, de obrigações constantes do

contrato de refinanciamento que firmou com a União, estando, por isso, sujeito às consequências previstas no parágrafo único do art. 2º da Resolução nº 69, de 1998, do Senado Federal.

Quanto às demais questões suscitadas no referido documento, informa o TCU que as mesmas estão submetidas aos respectivos órgãos competentes para as devidas providências.

Através do Ofício nº 131/2005, de 2 de maio de 2005, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, legítimo interessado no esclarecimento dos fatos, encaminhou a este Relator para juntada aos autos e servir de subsídios à apreciação da matéria, cópia dos seguintes documentos:

a) Ofício/SERC/GAB/nº 162/03, de 6 de junho de 2003, expedido pelo Secretário de Estado de Receita e Controle do referido Estado ao Dr. Luiz de Lima Stefanini, Procurador Regional da República, na Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul;

b) Parecer, emitido em 6 de maio de 2004, por Paulo de Barros Carvalho, em atendimento à solicitação de parecer jurídico sobre o assunto, feita pelo Estado de Mato Grosso do Sul;

c) Parecer PGE/62/01, emitido no Processo nº 15/000815/2001, pela Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul;

d) Contestação à Ação Civil Pública c/c Ação de Improbidade Administrativa (Autos nº 2004.60.00.002359-4), movida perante a 3ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Campo Grande (MS);

e) Processo nº 154/9, relativo ao Projeto de Lei nº 108/99, e Processo nº 137/01, relativo ao Projeto de Lei nº 96/01, pelos quais foram aprovadas a Lei nº 1.993, de 31 de agosto de 1999, e a Lei nº 2.262, de 16 de julho de 2001.

Juntamente com os documentos mencionados, foram encaminhadas cópias contendo os textos dos dispositivos legais nos quais o Estado embasou para adotar os procedimentos em análise.

II – Análise

1. Os procedimentos adotados pelo Estado de Mato Grosso do Sul

A análise da questão exige, primeiramente, a compreensão dos procedimentos adotados pelo referido Estado na realização da referida compensação.

Examinando o assunto, nesse aspecto, tendo por base os elementos existentes nos autos, verifica-

se que os procedimentos adotados pelo Estado de Mato Grosso do Sul, por meio de sua Secretaria de Estado de Receita e Controle, relativamente a essas operações, envolveram duas situações distintas, com características próprias.

Um dos procedimentos consistiu na transferência de crédito de ICMS, de um estabelecimento para outro, para que o estabelecimento destinatário da transferência, no caso a Petrobras, utilizasse o crédito de ICMS recebido na compensação com o seu débito de ICMS.

O outro procedimento consistiu na transferência que o credor do Estado de Mato Grosso do Sul fez a contribuinte do ICMS, no caso a Petrobras, do crédito que possuía contra a Fazenda Pública, decorrente de cumprimento de contrato celebrado com o Estado, para que o destinatário da transferência (Petrobras) compensasse o crédito recebido do credor da Fazenda Pública com crédito tributário que devia ao Estado, configurando a operação entre o credor do Estado e o contribuinte do ICMS uma cessão de crédito e a operação entre o contribuinte do ICMS e o Estado uma compensação entre obrigações.

1.1 A transferência de crédito de ICMS

A transferência de crédito de ICMS é procedimento admitido pelos Estados, em determinados casos, como forma de beneficiar os contribuintes que não realizam operações tributadas em quantidade suficiente para absorver os créditos de ICMS que acumulam em decorrência do direito que lhes é dado para a manutenção de crédito em hipóteses em que, em regra, devem estorná-lo.

Ou seja, existem situações em que, para beneficiar contribuintes ou alguma atividade, os Estados exoneram da tributação determinadas operações e, cumulativamente, permite que os contribuintes que realizam essas operações (não tributadas) mantenham o crédito do ICMS correspondente a entrada das respectivas mercadorias. E na permissão para a manutenção do crédito, desde que a legislação não imponha restrição, está implícita a autorização para utilizá-lo na compensação com débito do ICMS de qualquer operação tributada.

Ocorre que, muitas vezes, os contribuintes não realizam operações tributadas em quantidade suficiente para absorver os créditos de ICMS resultantes da manutenção do crédito, tornando-se inútil a sua manutenção, não se alcançando, conseqüentemente, o objetivo pretendido com a manutenção do crédito. Para se atingir esse objetivo, é que os Estados permitem a transferência de crédito de ICMS, uma vez que, de outra forma, o benefício fiscal da manutenção do crédito resultaria

– repita-se – uma concessão ineficaz, porquanto sem qualquer resultado útil para o beneficiário.

1.1.1 A isenção dos insumos agropecuários e a manutenção do respectivo crédito de ICMS pelas empresas comercializadoras

2.1.1.1 Fundamento legal

No caso em análise, a isenção, no Estado de Mato Grosso do Sul, foi deferida aos insumos agropecuários.

Autorizado pelo Confaz (Convênios ICMS nºs 36/92 e 100/97), o referido Estado concedeu a isenção do ICMS nas operações internas com insumos agropecuários destinados a agropecuaristas (art. 29 do Anexo I ao Regulamento do ICMS do referido Estado).

Com base na autorização legislativa constante no art. 74 da sua Lei nº 1.810, de 22 de dezembro de 1997, o Poder Executivo, no caso, permitiu a manutenção do crédito pelas cooperativas, nas vendas para os seus associados, e pelas empresas executantes de atividades integradas, nas áreas de avicultura e de suinocultura (Art. 29, § 1º, III, do Anexo I ao seu Regulamento do ICMS). Anote-se que o art. 156, § 2º, II, **b**, da Constituição Federal ressalva a possibilidade de a legislação permitir a manutenção de crédito.

Não obstante na autorização contida no art. 74 da Lei nº 1.993, de 31 de agosto de 1999, no inciso VIII do seu art. 8º, reforçou essa autorização no que especificamente à manutenção de créditos fiscais do ICMS originados de entrada de insumos agropecuários.

Com isso, o Poder Executivo do referido Estado passou a dispor de autorização legislativa de forma genérica (para todos os casos), prevista no art. 74 da Lei nº 1.810, de 22 de dezembro de 1999, e de forma específica para os casos de insumos agropecuários, prevista no inciso VIII do art. 8º da Lei nº 1.993, de 31 de agosto de 1999, para permitir a manutenção de crédito.

Com amparo nessas autorizações legais, empresas comercializadoras de insumos agropecuários foram autorizadas a manter os créditos decorrentes das entradas de insumos agropecuários em seus estabelecimentos cujas saídas ocorreram com isenção do ICMS.

1.1.1.2 Fundamento econômico-social

A isenção aos insumos agropecuários foi deferida, pelo referido Estado, com o objetivo de incentivar a produção agropecuária no seu território. Por tratar-se de um Estado em que a sua economia esta assentada, em grande parte, na produção agropecuária, a isenção desses produtos apresentou-se como uma forma

de estimular essa atividade, como fator de desenvolvimento econômico e social da região.

Nesse contexto, a manutenção do crédito teve a função de somar-se aos efeitos da isenção para amenizar os preços dos produtos e beneficiar, assim, os agropecuaristas, estimulando as respectivas atividades.

1.1.2 A transferência para a Petrobras de crédito de ICMS mantido pelas empresas comercializadoras de insumos agropecuários

1.1.2.1 Fundamento legal

No Estado de Mato Grosso do Sul, tanto o art. 68, § 8º, do seu Regulamento do ICMS, que, por sua vez, encontra fundamento de validade no art. 76, § 1º, da sua Lei nº 1.810, de 22 de dezembro de 1997, com o art. 8º, VIII, da Lei nº 1.993, de 31 de agosto de 1999, autorizam a transferência de crédito de ICMS de um para outro estabelecimento, valendo destacar que este último dispositivo refere-se especificamente aos créditos mantidos por empresas comercializadoras de insumos agropecuários.

Assim, a transferência de crédito de ICMS para a Petrobras foi procedimento legítimo, amparado na Lei nº 1.810, de 22 de dezembro de 1997, na Lei nº 1.993, de 31 de agosto de 1999, e no Regulamento do ICMS, todos do referido Estado.

1.1.2.1 Fundamento econômico-social

A manutenção do crédito de ICMS, no caso, como exposto acima, foi permitida como fator de redução dos preços dos produtos agropecuários comercializados pelas empresas que exerciam a respectiva atividade no Estado, na expectativa de reflexo positivo no resultado da atividade agropecuária.

Mas ao lado da manutenção do mencionado crédito surge a transferência desse mesmo crédito com função complementar, também de cunho social.

Como a maioria dos produtos comercializados pelas mencionadas empresas estavam alcançados pelo benefício da isenção, não houve oportunidade para que elas mesmas utilizassem os créditos de ICMS que acumularam em decorrência do seu direito à manutenção dos mesmos.

Essa acumulação exigiu que se autorizasse a transferência dos respectivos valores sob pena de não se alcançar o objetivo pretendido com a manutenção.

A necessidade dessa transferência, como forma de estimular as empresas comercializadoras de insumos agropecuários e, conseqüentemente, a atividade agropecuária, pela redução dos preços dos seus insumos, foi compreendida pelo próprio Poder Legislativo

do referido Estado que, por iniciativa de alguns de seus membros, apresentou e aprovou emenda destinada a aditar o Projeto encaminhado pelo Poder Executivo, do qual surgiu a Lei nº 1.993, de 31 de agosto de 1999, mediante a inclusão do inciso VIII ao **caput** do art. 80, contendo a autorização para a manutenção e a transferência dos créditos de ICMS relativos a insumos agropecuários.

A possibilidade da transferência do crédito de ICMS apresentou-se, assim, como fator integrante do conjunto de medidas destinadas ao incentivo da produção agropecuária.

Com essa possibilidade, o Estado procurou incentivar a permanência das empresas comercializadoras de insumos agropecuários em seu território e, ao mesmo tempo, beneficiar a produção agropecuária, com a redução dos preços dos respectivos insumos.

A transferência do crédito, em tal hipótese, evitou a inutilidade da sua manutenção e fez com que as empresas beneficiárias se mantivessem no território do Estado, fornecendo aos produtores agropecuários, a preços reduzidos, os insumos de que necessitavam para o desempenho de suas atividades, livrando-os das dificuldades e dos custos que teriam que suportar no caso de aquisição desses produtos fora do território do seu Estado.

Nessa transferência, a Petrobras surge, no caso dos autos, como destinatária. Isso, pelo que se verifica, decorreu de uma escolha embasada na certeza de que, pela sua idoneidade e pela circunstância de se tratar de uma empresa submetida a controle por diversos órgãos, a empresa teria as condições ideais para colaborar no atingimento dos objetivos pretendidos pela manutenção dos créditos pelas referidas empresas. Isto somado ao fato de se tratar de empresa que realiza, em quantidade considerável, operações tributadas pelo ICMS, condição necessária para a efetivação dos objetos pretendidos pela manutenção do crédito de ICMS.

1.2 A transferência para a Petrobras de crédito contra a Fazenda Pública de credores do Estado e a sua compensação com débito de ICMS

1.2.1 Fundamento legal

A transferência que determinados (empresas construtoras) fizeram à Petrobras (contribuinte do ICMS), do crédito que possuíam contra a Fazenda Pública, decorrente de execução de obra, é procedimento permitido pelo direito civil.

Por seu lado, a compensação dos créditos que em transferência com débito do ICMS encontra respaldo no art. 274 da Lei nº 1.810, de 22 de dezembro de 1997, que atribui ao Secretário de Estado de Receita

e Controle do Estado de Mato Grosso do Sul a competência para autorizá-la.

Essa possibilidade jurídica da compensação de crédito que o contribuinte possui contra a Fazenda Pública, inclusive aqueles recebidos por cessão, com crédito tributário foi inclusive, objeto de resposta da Procuradoria-Geral do Estado (MS) à consulta, nesse sentido, formulada pela mencionada Secretaria de Estado Receita e Controle (Processo nº 15/000815/2001).

De fato, para a adoção deste procedimento, consistente na compensação de crédito contra a Fazenda Pública Estadual com débito de ICMS, na modalidade referida, isto é, no momento da apuração do referido imposto, a Secretaria de Estado de Receita e Controle solicitou a manifestação da Procuradoria-Geral do Estado, a qual, como órgão competente para, em caráter exclusivo, exercer as funções de consultoria e de assessoramento jurídico ao Poder Executivo daquele Estado, nos termos do inciso IV do art. 2º da Lei Complementar Estadual nº 95, de 26 de dezembro de 2001, emitiu parecer favorável.

Nesse particular, a manifestação da Procuradoria-Geral do Estado, ratificando entendimento da Secretaria de Estado de Receita e Controle foi expressa, no Processo nº 15/000815/2001, nestes termos:

“É possível autorizar que o sujeito passivo possuidor de crédito líquido e certo contra a Fazenda Pública “compense”, na apuração do ICMS, o valor do seu crédito com os débitos do referido imposto em relação ao qual seja o sujeito passivo, extinguindo-se, com a efetivação dessa compensação, a obrigação em que a Fazenda Pública seja devedora, a exemplo da compensação prevista no parágrafo único do art. 273 da Lei nº 1.810, de 22 de dezembro de 1997, relativamente ao crédito do sujeito passivo decorrente de deferimento de pedido de restituição.

O ICMS é um tributo em cujo regime jurídico impera princípio da não-cumulatividade, o que significa que, no seu caso, o valor devido ou o objeto da obrigação tributária, denominada crédito tributário, surge do encontro do valor do imposto incidente na operação ou prestação praticada pelo contribuinte com o valor do imposto pago na operação ou prestação antecedentes. Do encontro desses dois valores (valor devido na operação ou prestação realizada pelo contribuinte e valor pago na operação ou prestação antecedente) resulta o objeto da obrigação tributária ou o crédito tributário.

A Lei nº 1.810/97, no parágrafo único do seu art. 273, valendo-se dessa possibilidade matemática, incorporada no regime jurídico do referido imposto, estabelece que, no caso do ICMS, a restituição deve ser feita, preferencialmente, em forma de crédito, para ser compensado como débito do mesmo imposto, nas condições estabelecidas no Regulamento.

A aplicação do referido dispositivo implica a extinção da obrigação em que a Fazenda Pública seja devedora, relativa à restituição do tributo pago indevidamente, mediante a encontro do seu valor (objeto da obrigação em que a Fazenda Pública é devedora) com o valor do imposto incidente nas operações ou prestações realizadas pelo contribuinte (credor da Fazenda Pública). A extinção, no caso, efetiva-se sempre que o valor do débito do imposto seja igual ou superior ao crédito do sujeito passivo ou no momento em que aquele venha a ser (em decorrência de operações ou prestações posteriores) suficiente para observar este. Na falta dessa suficiência, a obrigação em que a Fazenda Pública seja devedora remanesce pelo saldo do valor que representa o seu objeto.

É uma possibilidade que o parágrafo único do art. 273 da referida lei previu para o caso de restituição de ICMS pago indevidamente, mas que pode ser aplicada também em relação a créditos de outras origens que o sujeito passivo de obrigações tributária relativas ao ICMS possua contra a Fazenda Pública.

O objetivo da regra do art. 274 da referida Lei é possibilitar que o credor da Fazenda Pública, em havendo autorização do Secretário de Estado de Receita e Controle, utilize seu crédito para a quitação de seus débitos fiscais que porventura possua.

No caso específico do ICMS, cujo regime jurídico contempla uma técnica de apuração em que envolve o encontro de créditos e débitos do mesmo imposto para se obter o valor efetivamente devido pelo sujeito passivo, o objetivo pretendido pelo referido dispositivo pode ser alcançado mediante a inclusão, nesse encontro de valores, do crédito que o sujeito passivo possua contra a Fazenda Pública.

Em tal caso, a exemplo do que ocorre no caso de restituição de ICMS pago indevidamente mediante compensação como débito do mesmo imposto, a extinção da obrigação relativa ao crédito que o sujeito passivo pos-

sua contra a Fazenda Pública ocorre com o encontro do seu valor (objeto da obrigação em que a Fazenda Pública é devedora) com o valor do imposto incidente nas operações ou prestações realizadas pelo contribuinte (credor da Fazenda Pública). E efetiva-se sempre que o valor do débito do imposto seja igual ou superior ao crédito do sujeito passivo ou no momento em que aquele venha a ser (em decorrência de operações ou prestações posteriores) suficiente para observar este. Na falta dessa suficiência, a obrigação da Fazenda Pública remanesce pelo saldo do valor que representa o seu objeto.

Conclui-se assim que é possível autorizar-se o sujeito passivo possuidor de crédito contra a Fazenda Pública, ainda que não decorrente de pedido de restituição de ICMS pago indevidamente, a 'compensar', na apuração do referido imposto, o valor do seu crédito com os débitos de ICMS de sua responsabilidade, extinguindo-se, com a efetivação dessa compensação, a obrigação da Fazenda Pública.

Incluem-se, nessa possibilidade, os créditos que o sujeito passivo possua contra as autarquias estaduais, vez que, na expressão "Fazenda Estadual", contida no art. 274 da Lei nº 1.810, de 22 de dezembro de 1997, estão compreendidas essas entidades".

Com base nesse entendimento, é que se permitiu que a Petrobrás adotasse o critério de compensar os créditos contra a Fazenda Pública Estadual, que recebeu de terceiros, no procedimento de apuração do ICMS de sua responsabilidade.

1.1.2. Fundamento econômico-social

Os créditos contra a Fazenda Pública objetos da transferência e compensação em questionamento são oriundos, na sua quase totalidade, pelo que se constata, da realização de obras públicas, por empresas do ramo da construção civil, para o Estado de Mato Grosso do Sul, em gestões anteriores ao do Governo que permitiu a quitação dessa dívida por esses procedimentos.

Pelo que se depreende, a opção pela quitação dessa dívida por meio de compensação foi feita, primeiramente, por se tratar de uma forma permitida pelo ordenamento jurídico, como já demonstrado, e, além disso, por se revelar um meio mais simplificado de solução das obrigações do Estado com as referidas empresas.

A decisão do Estado pelo pagamento dessa dívida, valendo-se da possibilidade da compensação, foi

tomada, conforme se deduz, tendo em vista, por um lado, a necessidade dessas empresas quanto ao recebimento de seus créditos contra a Fazenda Pública, para o prosseguimento normal de suas atividades, e, por outro, o interesse do Estado em que essas empresas, na condição de colaboradores do desenvolvimento econômico e social do Estado, continuassem prestando os seus serviços ao Estado e às demais pessoas integrantes dos setores econômicos da região, contribuindo, com isso, para a manutenção ou elevação do nível de emprego no Estado, uma vez que essas empresas, nesse aspecto, se incluem dentre as que mais contribuem para o desenvolvimento social.

2. A compensação dos débitos de ICMS, a sua caracterização ou não como receita pública e a necessidade ou não de sua contabilização

Esclarecidos os procedimentos adotados pelo Estado de Mato Grosso do Sul, impõe-se analisar se o valor do débito de ICMS objeto da compensação realizada tem a natureza de receita para o Estado e se, em razão disso, deveria ter sido contabilizado, nos termos da legislação aplicável.

Como acima esclarecido, os procedimentos adotados foram de duas naturezas: um consistente na transferência de crédito do ICMS, com a conseqüente autorização para a sua compensação com débito de ICMS de responsabilidade do destinatário da transferência, e outro consistente na compensação de crédito contra a Fazenda Pública estadual, recebido de terceiros, credores do Estado, com débito de ICMS, de responsabilidade do novo possuidor do direito de crédito, que, no caso, era a Petrobrás.

Embora a Petrobrás afirme que apenas tenha atendido solicitação do Estado, o próprio TCU reconhece que houve, por parte da referida empresa, a aquisição de crédito:

"Da análise dos documentos, e conforme afirmado pelos próprios servidores da Serc em seus depoimentos no inquérito do MPF (...), verifica-se que a natureza das operações realizadas é de aquisição de crédito, ainda que não tenha sido aplicado deságio, ao menos aparentemente, e não tenha havido negociação entre empresas e Petrobrás" (TC 011.582/2003-6 (com 2 volumes) – Natureza: Representação).

2.1 Os créditos de ICMS recebidos em transferência e a sua compensação

No caso de crédito de ICMS recebido em transferência, a compensação foi feita pela Petrobrás observando-se o regime jurídico do referido imposto, o qual,

para operacionalizar o princípio da não cumulatividade, prevê a compensação dos créditos de ICMS decorrentes das entradas das respectivas mercadorias ou do recebimento de serviços com elas relacionados, com débitos de ICMS relativos às operações de saídas.

Os créditos recebidos em transferência não perdem a sua natureza e são compensados pelo destinatário da operação da mesma forma – como são compensados os créditos decorrentes das entradas de mercadorias que promovem ou do recebimento dos serviços que contratam.

Em relação a essas compensações, não há questionar-se a existência ou não de receita. Tratou-se, como se verifica, de compensação de crédito do imposto com débito do próprio imposto, procedimento que integra as características desse tributo.

A compensação, nesse caso, produziu os mesmos efeitos que teriam sido produzidos se a compensação tivesse sido realizada pelas próprias empresas que, na transferência, foram as remetentes dos respectivos créditos: simples redução no valor do imposto devido ao Estado.

2.2 Os créditos do sujeito passivo contra a Fazenda Pública recebidos em transferência e a sua compensação

A questão da existência ou não de receita e, conseqüentemente, da sua contabilização limita-se ao caso de compensação de créditos do sujeito passivo contra a Fazenda Pública com débitos de ICMS.

Quanto aos créditos contra a Fazenda Pública Estadual, verifica-se que não houve, de fato, a contabilização como receita dos valores compensados. Isto porque a compensação deu-se na fase da apuração do imposto, nos termos da resposta da consulta formulada à Procuradoria-Geral do Estado, modalidade em que não ocorre, em relação ao valor compensado, receita correspondente. Ou seja, o encontro do valor do crédito do sujeito passivo contra a Fazenda Pública dá-se com o débito de ICMS, no momento da sua apuração, resultando para o sujeito passivo, como imposto a recolher, resultante da apuração, apenas a diferença, a qual, uma vez recolhida, caracteriza, esta sim, produto de arrecadação. E esta é a justificativa porque também não houve repasses para os Municípios. De conformidade com a resposta da Procuradoria Geral do Estado à consulta formulada por aquela Secretaria, que concluiu pela sua possibilidade, a compensação dos créditos das empresas construtoras, cedidos à Petrobrás, foi realizada com débito do ICMS, já na sua apuração. Em tal caso, o valor do imposto apurado e recolhido pela Petrobrás, sobre o qual recaiu a repartição de receita, por configurar produto de arrecadação,

surgiu em momento posterior à compensação. Em relação à parte que deixou de ser recolhida, em face da compensação, não houve repasse, porque, em relação a ela, não houve produto de arrecadação.

O fato de não ter havido produto de arrecadação quanto ao valor compensado também foi a razão por que não houve, por parte do Estado de Mato Grosso do Sul, a aplicação obrigatória em ações e serviços públicos de saúde de que trata o art. 198 da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constituição nº 29, de 2000, nos percentuais definidos pelo art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, na redação dada pela referida Emenda Constitucional.

O mesmo se diga quanto à não-aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, na forma exigida pelo art. 212 da Constituição Federal. Também nesse aspecto, a falta da aplicação dos referidos recursos nessa área, relativamente ao valor compensado, está justificada no fato de não ter havido, quanto ao referido valor, produto de arrecadação.

Essa modalidade foi permitida por redundar em vantagem para o Estado, na medida em que possibilitou a redução do seu passivo sem implicar a inclusão dos respectivos valores do cálculo das transferências previstas. Ou seja, essa modalidade permitiu a redução do passivo do Estado sem que o valor do débito de ICMS utilizado no processo fosse convertido em produto de arrecadação, que é utilizado para o cálculo do valor de algumas de suas obrigações. Não servindo o débito de ICMS utilizado na compensação ao cálculo dessas parcelas, esse procedimento resulta em vantagem para o Estado, haja vista que implica a elevação da sua capacidade financeira.

Esse procedimento assemelha-se ao adotado pela União relativamente ao Imposto de Renda e IPI. As destinações pecuniárias _ abatíveis do IR _ para incentivo das atividades Culturais, Artísticas e Audiovisuais (Leis nº 8.313/91, art. 26, e Lei nº 8.695/93, art. 1º); para o Fundo de Amparo à Criança e ao Adolescente (Lei nº 8.069/90); para os Programas de Desenvolvimento Tecnológico Industrial (PDTI) e Agropecuário (PDTA) _ Dec.Lei nº 2.433/88, art. 6º, II, programas em que as contribuições são também abatíveis do IPI), bem como destinações para os Programas de Alimentação do Trabalhador (Lei nº 6.321/76, art. 1º), e cujas destinações e seus posteriores abatimentos dos débitos de IR e IPI ocasionam, no campo da União, alterações negativas nas bases de cálculo do Fundef, dos Fundos de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da Dívida Pública da União, bem como no cálculo dos repasses de recursos para os Poderes Legislativos e Judiciário e para os outros destinatários constitucionais.

2.3 O entendimento de Paulo de Barros Carvalho

Consultado sobre o assunto, Paulo de Barros Carvalho, Titular de Direito Tributário da PUC/SP e da USP, autor de renome nacional, além do seu entendimento quanto à possibilidade da compensação de crédito contra a Fazenda Pública, ainda que recebido de terceiros, com débito de ICMS, por ocasião da apuração deste, corroborando entendimento da Secretaria de Estado de Receita e Controle, concluiu pela desnecessidade de se escriturarem, para efeitos orçamentários, os valores do ICMS que forem compensados nessa modalidade. Afirma o referido professor:

“Considerando que a receita pública consiste na entrada de recursos que se integram ao patrimônio do Estado, apenas os tributos efetivamente arrecadados devem ser contabilizados como “receita corrente” e computados na receita líquida real da pessoa política. Assim, nas hipóteses em que não haja esse ingresso financeiro, como ocorre na compensação entre créditos e débitos da Fazenda Pública, descabido falar-se em receita.

Uma coisa é a extinção do crédito tributário, outra é a ocorrência de receita. Há receita quando a extinção se dá pelo pagamento, mas, nos casos em que o motivo do desaparecimento do liame é outro, sem a correspondente entrada de pecúnia, inexistente receita. É o que ocorre nas hipóteses de compensação, decadência, prescrição, decisão administrativa irreformável e decisão judicial passada em julgado. Por isso, dissolvido o vínculo obrigacional de ICMS em virtude de sua compensação com relação em que a Fazenda Pública estadual ocupe o pólo passivo, o valor do crédito tributário deve ser excluído do cômputo da receita líquida real do Consultente e, por via de consequência, do cálculo da parcela mensal da dívida do estado para com a União...”

Dessa forma, não tendo havido ingresso de recurso no procedimento de compensação, não houve a necessidade de se escriturar, porquanto nada se incorporou ao patrimônio do Estado.

Por outro lado, inexistindo receita em relação à parte do débito de ICMS compensada, o seu valor, como conclui Paulo de Barros Carvalho, “deve ser excluído do cômputo da receita líquida real do Consultente e, por via de consequência, do cálculo da parcela mensal da dívida do estado para com a União”.

Entendendo assim, não houve o propalado descumprimento de obrigações contratuais por parte do Estado, consistente na falta de pagamento de parte da sua dívida para com a União, decorrente da não inclusão dos valores compensados na receita líquida, não estando o Estado, dessa forma e em razão disso, sujeito às implicações previstas no parágrafo unido do art. 2º da referida Resolução.

3. A compensação de débitos de ICMS e a inexistência de prejuízo para a União

O entendimento, como se vê, é de que não houve, por parte do Estado, o descumprimento de obrigações constantes nos contratos firmados com a União.

Mas ainda que se entenda que em tais hipóteses o Estado está obrigado a computar os débitos de ICMS compensados na base de cálculo dos valores a serem pagos à União a propósito de quitar a sua dívida para com ela, é de se considerar que, do procedimento ao contrário, adotado pelo Estado, nenhum prejuízo importou para a União.

De fato, existem dois contratos pelos quais o Estado de Mato Grosso do Sul ajustou com a União as formas e condições de pagamento de várias de suas dívidas: um contrato celebrado 23 de dezembro de 1993 e outro, determinado pelo nº 9/98/STN/COAFI, celebrado 30 de março de 1998, reunidas neles as chamadas dívidas intralimites.

Por esses contratos, embora as dívidas tenham sido parceladas em um determinado número de prestações, fixando-se, teoricamente, o valor de cada prestação mensal, o valor a ser efetivamente pago, a cada mês, em respeito à capacidade financeira do Estado, é definido pela aplicação de percentuais (11% e 15%), previstos nos referidos contratos, sobre a Receita Líquida Real, como neles definida, observadas as demais regras estabelecidas.

Nesse critério, as eventuais diferenças entre o valor teórico da prestação mensal e o valor efetivamente pago em cada mês são registradas em uma conta de “saldo residual”, em favor da União, quando o valor pago é inferior ao valor teoricamente apurado no respectivo mês, e em favor do Estado, para abatimento do saldo devedor do Estado, quando o valor pago é superior ao valor teoricamente apurado.

Quando a esse saldo residual, há previsão de estabelecimento, no final do contrato, de novas regras para a continuidade do seu pagamento, o permite concluir que os eventuais pagamentos mensais em valor menor que o teoricamente previsto nunca representarão prejuízo para a União.

Exemplificando, caso o valor teórico da prestação seja de R\$30.000,00 (trinta mil reais) e o valor pago, determinado com base na receita líquida, seja

de R\$28.000,00 (vinte e oito mil reais), a diferença, de R\$2.000,00 (dois mil reais), permanece como dívida do Estado para com a União, na forma de saldo residual, com formas e condições para o seu pagamento, o que demonstra que a variação da Receita Líquida Real não tem o condão de, por si só, reduzir o crédito da União em face do Estado.

O caso assemelha-se com a hipótese da equivalência salarial adotada pela Caixa Econômica Federal em contratos com seus mutuários, no financiamento da casa própria, em que o fato de se reduzir a prestação, para compatibilizar-se com a capacidade financeira do assalariado, não significa redução do valor da sua dívida para com a credora.

A Receita Líquida Real, no caso, assume a simples função de parcela, integrante do critério de cálculo do valor a ser pago em cada mês. A sua variação altera o valor a ser efetivamente pago em cada mês, mas não exclui, em prejuízo da União, qualquer parcela ou valor da dívida do Estado sem que tenha havido o correspondente pagamento.

Na determinação dessa Receita Líquida Real, este Estado não está levando em consideração o valor do débito de ICMS compensado com crédito do sujeito passivo, na forma acima exposta, por entender, com respaldo inclusive nos pareceres citados, que esse valor, pelo efeito da compensação, não representa receita.

3.1. O entendimento do TCU

O próprio TCU, em sua análise, conclui pela inexistência desse prejuízo, o que se verifica nesta afirmação:

“Ao contrário, a não contabilização como receita estadual dos pagamentos efetuados pela Petrobras, tanto para compensação de créditos de ICMS como para compensação de créditos não tributários de empresas de construção, implicou efetivamente um cálculo a menor da receita líquida real e, portanto, a ausência de repasse de percentual devido à União para amortização da dívida do estado, conforme previsto no art. 2º da Resolução nº 69/98 do Senado Federal.

Entretanto, a dívida estadual não deixa de existir porque não está sendo quitada e portanto, permanecerá sofrendo atualização monetária e incidência de juros. Ou seja, há uma burla ao acordo e um atraso no pagamento, permitindo a capitalização momentânea do estado, mas não seria correto afirmar que efetivamente houve prejuízo à União.” (TC nº

011.582/2003-6 (com 2 volumes) – Natureza: Representação).

Os procedimentos adotados pelo Estado não implicou, assim, conforme entendimento do próprio TCU, qualquer prejuízo para a União.

4. A adoção de procedimentos idênticos por outros estados

Embora, nos presentes autos, a questão limita-se ao Estado de Mato Grosso do Sul, registre-se que vários outros Estados adotaram procedimentos idênticos, inclusive envolvendo a empresa Petrobrás. Todavia, não estão sendo alvo de censura ou de investigação por qual órgão da União.

III – Voto

Em face do exposto, a conclusão é de que não há nenhuma sanção a ser imposta ao Estado de Mato Grosso do Sul com base no § 2º do art. 2º da Resolução nº 69, de 1998, do Senado Federal, por qualquer que seja o ângulo que se analisa o resultado do seu procedimento na compensação de débitos do ICMS.

Efetivamente, no entendimento de que os débitos de ICMS compensados com créditos do sujeito passivo contra a Fazenda Pública não caracterizam receita, porquanto não há entrada de recursos no tesouro do Estado, não se pode afirmar que o Estado deixou de cumprir as suas obrigações decorrentes do contrato firmado com a União, relativamente ao refinanciamento de sua dívida.

Isto porque, em tal hipótese, a parte do débito de ICMS absorvida pela compensação não implica receita para o Estado, não podendo ser considerada, por isso, na base de cálculo da parcela mensal da dívida a que o Estado está obrigado a pagar à União.

Por outro lado, ainda que se entenda que os referidos débitos deveriam ter sido contabilizados como receita, não se pode afirmar que a falta dessa contabilização implicou prejuízo para a União. Isto porque, conforme conclusão do próprio TCU, com o procedimento adotado pelo Estado a sua dívida para com a União não deixou de existir, mas permanece sofrendo atualização monetária e incidência de juros.

O Estado é obrigado a pagar a dívida na sua integralidade, independentemente do valor das parcelas mensalmente pagas. A eventual redução nas parcelas não implica a redução da dívida. A parte reduzida da parcela teoricamente estabelecida permanece no total da dívida, tendo como consequência apenas um eventual adiamento no prazo do seu pagamento.

Assim, não tendo havido prejuízo, nenhuma sanção deve ser aplicada ao Estado de Mato Grosso do Sul.

Realmente, se a sanção tem por objetivo forçar o cumprimento das obrigações para evitar prejuízo decorrente do seu descumprimento, não tendo havido,

no presente caso, qualquer prejuízo, não há motivo para a sua aplicação.

Diante do exposto e uma vez o Senado Federal tendo tomado conhecimento dos fatos, sugerimos o encaminhamento da matéria ao arquivo.

Sala da Comissão,

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
AVISO Nº 34, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 17/05/05, OS SENHORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

| | |
|-------------------------|----------------------------------|
| CÉSAR BORGES (PFL) | 1-JOSÉ AGRIPINO (PFL) |
| EDISON LOBÃO (PFL) | 2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL) |
| JONAS PINHEIRO (PFL) | 3-HERÁCLITO FORTES (PFL) |
| JORGE BORNHAUSEN (PFL) | 4-DEMÓSTENES TORRES (PFL) |
| RODOLPHO TOURINHO (PFL) | 5-JOSÉ JORGE (PFL) |
| ROMEU TUMA (PFL) | 6- ROSEANA SARNEY (PFL) |
| ALMEIDA LIMA (PSDB) | 7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB) |
| EDUARDO AZEREDO (PSDB) | 8-ÁLVARO DIAS (PSDB) |
| LÚCIA VÂNIA (PSDB) | 9-LEONEL PAVAN (PSDB) |
| SÉRGIO GUERRA (PSDB) | 10-FLEXA RIBEIRO (PSDB) |
| TASSO JEREISSATI (PSDB) | 11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB) |

PMDB

| | |
|-----------------------|----------------------|
| FAMEZ TEBET | 1-NEY SUASSUNA |
| LUÍZ OTÁVIO | 2-HÉLIO COSTA |
| BARIBALDI ALVES FILHO | 3-VALMIR AMARAL |
| MÃO SANTA | 4-PEDRO SIMON |
| SÉRGIO CABRAL | 5- VAGO |
| GILBERTO MESTRINHO | 6-GERSON CAMATA |
| VALDIR RAUPP | 7-PAPALÉO PAES |
| JOSÉ MARANHÃO | 8-JOÃO BATISTA MOTTA |

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

| | |
|------------------------------|----------------------------------|
| ALOÍZIO MERCADANTE (PT) | 1-IDELI SALVATTI (PT) |
| ANA JÚLIA CAREPA (PT) | 2-AELTON FREITAS (PL) |
| DELCÍDIO AMARAL (PT) | 3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB) |
| EDUARDO SUPLICY (PT) | 4-ROBERTO SATURNINO (PT) |
| ERNANDO BEZERRA (PTB) | 5-FLÁVIO ARNS (PT) |
| EDSON CAPIBERIBE (PSB) | 6-SIBÁ MACHADO (PT) |
| FRATRICIA SABOYA GOMES (PPS) | 7-SERYS SLHESSARENKO (PT) |

PDT

| | |
|------------|--------------------|
| ISMAR DIAS | 1- JEFFERSON PERES |
|------------|--------------------|

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO V
Dos Impostos dos Municípios

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I – propriedade predial e territorial urbana;

II – transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

III – serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar. *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)*

§ 2º O imposto previsto no inciso II:

I – não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

II – compete ao Município da situação do bem.

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I – descentralização, com direção única, em cada esfera de governo;;

II – atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III – participação da comunidade.

§ 1º O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados e dos Municípios, além de outras fontes. *(Parágrafo único renumerado para § 1º pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)*

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da

aplicação de percentuais calculados sobre: *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)*

III – no caso dos Municípios e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea **b** e § 3º. *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)*

§ 3º Lei complementar, que será reavaliada pelo menos a cada cinco anos, estabelecerá: *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)*

I – os percentuais de que trata o § 2º *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)*

II – os critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados destinados a seus respectivos Municípios, objetivando a progressiva redução das disparidades regionais; *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)*

III – as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal; *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)*

IV – as normas de cálculo do montante a ser aplicado pela União. *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)*

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no **caput** deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do plano nacional de educação.

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º O ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas, na forma

da lei. *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)*

TÍTULO X

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Art. 77. Até o exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde serão equivalentes: *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)*

I – no caso da União: *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)*

a) no ano 2000, o montante empenhado em ações e serviços públicos de saúde no exercício financeiro de 1999 acrescido de, no mínimo, cinco por cento; *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)*

b) do ano 2001 ao ano 2004, o valor apurado no ano anterior, corrigido pela variação nominal do Produto Interno Bruto – PIB; *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)*

II – no caso dos Estados e do Distrito Federal, doze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios; e *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)*

III – no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 dos recursos de que tratamos arts. 158 e 159, inciso, alínea b e § V. *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)*

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que apliquem percentuais inferiores aos fixados nos incisos II e III deverão elevá-los gradualmente, até o exercício financeiro de 2004, reduzida a diferença à razão de, pelo menos, um quinto por ano, sendo que, a partir de 2000, a aplicação será de pelo menos sete por cento. *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)*

§ 2º Dos recursos da União apurados nos termos deste artigo, quinze por cento, no mínimo, serão aplicados nos Municípios, segundo o critério populacional, em ações e serviços básicos de saúde, na forma da lei. *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)*

§ 3º Os recursos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinados às ações e serviços públicos de saúde e os transferidos pela União para a mesma finalidade serão aplicados por meio de Fundo de Saúde que será acompanhado e fiscalizado por Conselho de Saúde, sem prejuízo do disposto no art.

74 da Constituição Federal. *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)*

§ 4º Na ausência da lei complementar a que se refere o art. 198, § 3º, a partir do exercício financeiro de 2005, aplicar-se-á à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o disposto neste artigo. *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)*

LEI Nº 6.321, DE 14 DE ABRIL DE 1976

Dispõe sobre a dedução, ao lucro tributável para fins de imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas em programas de alimentação do trabalhador.

Art 1º As pessoas jurídicas poderão deduzir, do lucro tributável para fins do imposto sobre a renda o dobro das despesas comprovadamente realizadas no período base, em alimentação do trabalhador, previamente aprovados pelo Ministério do Trabalho na forma em que dispuser o Regulamento desta Lei.

§ 1º A dedução a que se refere o **caput** deste artigo não poderá exceder em cada exercício financeiro, isoladamente, a 5% (cinco por cento) e cumulativamente com a dedução de que trata a Lei nº 6.297, de 15 de dezembro de 1975, a 10% (dez por cento) do lucro tributável.

§ 2º As despesas não deduzidas no exercício financeiro correspondente poderão ser transferidas para dedução nos dois exercícios financeiros subsequentes.

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

LEI Nº 8.313, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991

Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) e dá outras providências.

Art. 26. O doador ou patrocinador poderá Deduzir do imposto devido na declaração do Imposto sobre a Renda os valores efetivamente contribuídos em favor de projetos culturais aprovados de acordo com os dispositivos desta Lei, tendo como base os seguintes percentuais: *(vide art. 6º, inciso II, da Lei nº 9.532, de 10-12-97 e MPV 2.189-49, de 23-8-2001)*

I – no caso das pessoas físicas, oitenta por cento das doações e sessenta por cento dos patrocínios;

II – no caso das pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, quarenta por cento das doações e trinta por cento dos patrocínios.

§ 1º A pessoa jurídica tributada com base no lucro real poderá abater as doações e patrocínios como despesa operacional.

§ 2º O valor máximo das deduções de que trata o **caput** deste artigo será fixado anualmente pelo Presidente da República, com base em um percentual de renda tributável das pessoas físicas e do imposto devido por pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real.

§ 3º Os benefícios de que trata este artigo não excluem ou reduzem outros benefícios, abatimentos e deduções em vigor, em especial as doações a entidades de utilidade pública efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas.

§ 4º (Vetado)

§ 5º O Poder Executivo estabelecerá mecanismo de preservação do valor real das contribuições em favor de projetos culturais, relativamente a este Capítulo.

LEI Nº 8.695, DE 20 DE AGOSTO DE 1993

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito especial até o limite de CR\$ 424.215.000,00, para os fins que especifica.

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 8.652, de 29 de abril de 1993), em favor do Ministério da Previdência Social, crédito especial até o limite de CR\$ 424.215.000,00 (quatrocentos e vinte e quatro milhões e duzentos e quinze mil cruzeiros reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

DECRETO-LEI Nº 2.433, DE 19 DE MAIO DE 1988

Dispõe sobre os instrumentos financeiros à política industrial, seus objetivos, revoga incentivos fiscais e dá outras providências.

Art. 6º As empresas que executarem, direta ou indiretamente, programas de desenvolvimento tecnológico industrial no País, sob sua direção e responsabilidade diretas, poderão ser concedidos os seguintes benefícios, nas condições fixadas em regulamento:

II – dedução até o limite de oito por cento do imposto de renda devido, de valor equivalente à aplicação da alíquota cabível do Imposto sobre a Renda ao valor das despesas de custeio incorridas no período-base, em atividades voltadas exclusivamente para o desenvolvimento tecnológico industrial, podendo o eventual excesso ser deduzido nos dois períodos-base subsequentes;

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Com relação ao **Parecer nº 685, de 2005**, que acaba de ser lido, referente ao Aviso nº 34, de 2004, a Presidência, em observância à conclusão do referido parecer, encaminha a matéria ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

– Ofício nº 16, de 2005-CN (Of. PRESI-2005/0387, do Presidente do Banco do Brasil), encaminhando ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no artigo 20, § 4º, da Lei 7.827, de 27-09-1989, as Demonstrações Contábeis de 31-12-2004, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Cento-Oeste – FCO.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O expediente que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

– Ofício nº 17, de 2005-CN (GP-O nº 1954/2005, do Presidente da Câmara dos Deputados), encaminhando ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no caput do art. 116 da Lei 10.934, de 11-8-2005 (LDO/2005), e no inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19-10-2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de maio de 2004 a abril de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O expediente que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, por dez minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria me inscrever para uma comunicação inadiável, para falar, se possível, logo no início da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a está inscrita, nos termos dos arts. 158 e 14, inciso VII, do Regimento Interno, intercalando com os oradores regularmente inscritos.

Também faço a minha própria inscrição.

Com a palavra o Senador Mão Santa, por dez minutos, com cinco de tolerância.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem através do sistema de comunicação do Senado Federal, é impressionante a audiência da TV Senado.

Senadora Heloísa Helena, continue no seu sonho ideal, que hoje vou me reportar sobre uma civilização, como se diz em espanhol, bem *cercana*, o Chile. Senadora Heloísa Helena, no Chile, o candidato à Presidência preferido dos chilenos é uma mulher.

Senador Tião Viana, pode parecer que tenho um perfil pessimista, mas não é verdade. Sou extremamente otimista, convicto, Senador Pedro Simon, tanto que uma das fontes da minha inspiração é o discurso de V. Ex^a do dia 23 de maio de 2005.

Creio muito na ciência médica, como o Presidente Tião Viana. Na Psicologia, uma ciência médica, surgiu a neurolingüística. Senador Pedro Simon, segundo a neurolingüística, devemos ter um modelo. Quem quiser ser jogador de futebol deve buscar um modelo, o Pelé ou o Ronaldinho. Se quiser ser cantor, o Roberto Carlos.

Para mim, na minha geração, por ser médico, o meu modelo foi Juscelino. Era médico como eu, cirurgião de Santa Casa, sorridente; foi prefeito, governador, cassado nesta Casa. Ele dizia que era melhor ser otimista. O otimista pode errar, mas o pessimista já nasce errado e continua errado.

Diante desses fatos, ainda estou otimista. O nosso País vai mal e muito mal, nunca esteve tão mal. Agora, a verdade é que toda mídia é paga pelos bancos, Senador Paulo Paim, pelos banqueiros. Pode-se ver na televisão quem financia as novelas boas, os jogos de futebol. Os banqueiros estão bem.

O Senador Pedro Simon, no dia 23/05/2005, fez um dos pronunciamentos mais contundentes sobre os banqueiros. Os banqueiros levam a mídia de roldão, mostrando a farsa de que este País vai bem, mas nunca esteve tão mal nos seus 505 anos e nos meus 62 anos de existência. Nunca, nunca, nunca.

Senador Tião Viana, essa corrupção passou do momento do isolamento, da endemia. Hoje, ela é uma epidemia, uma vergonha. Respira-se corrupção.

Todas as capas de revista, todas as manchetes de jornais e noticiários trazem notícia da corrupção. O teor da corrupção está muito maior, Senador Augusto Botelho, do que o do oxigênio necessário à vida, à combustão, para transformação da energia térmica e mecânica em vida. É a corrupção.

Entendo, Senador Pedro Simon, como médico, que isso é uma doença, uma praga, uma epidemia. Como médicos, temos de buscar a causa. É a etiologia: onde está o micróbio?

Senadora Heloísa Helena, o micróbio dessa corrupção, que se transformou em epidemia desavergonhada, está em Santo André. É lá o foco, a malignidade; o maligno veio de lá e se multiplica. É uma metástase.

Entendo, Senador Pedro Simon, na minha maneira de entender as coisas e de falar como o povo quer entender, que CPI é como vacina. Se não houvesse vacina contra poliomielite, Salk e Sabin, estava aí a poliomielite da qual até o Presidente Franklin Roosevelt foi acometido. Tem que haver a vacina.

A CPI é uma das vacinas contra a corrupção. Se não se repetirem as doses de vacina, vem a patologia, a doença isolada que está na falta de moral dos homens do PT de Santo André, que não dissecam, não exploram e não buscam o agente responsável por esse mar de corrupção. Essa é a verdade.

Foi praticamente proibida a CPI. Ela era um mecanismo de controlar, sobretudo, a corrupção, como vimos na história deste País. Uma CPI afastou um Presidente, outra investigou os “anões parlamentares do orçamento”. Era uma vacina. Mas o núcleo duro e corrupto impediu da aplicação dessa vacina no País. Alastrou-se! Nunca vi na história do mundo e do Brasil tanta corrupção. Quais são as causas?

Senador Pedro Simon, está aqui o seu pronunciamento de 23 de maio. Permita-me falar ao Brasil de um Parlamentar para quem ainda há esperança, virtude, honestidade.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Rui Barbosa nos advertia que chegaria o dia de rir de tanto vermos as nulidades subirem ao poder, de tanto vermos a corrupção, fazendo com que tivéssemos vergonha de ser

honestos. Isso tudo nasce porque este Governo não está servindo nem ao trabalho, nem ao trabalhador, mas aos que se utilizam das riquezas criadas pelo trabalho e pelo trabalhador, ou seja, o capital e os banqueiros. São os banqueiros que pagam a mídia.

Bastaria o que o Senador Pedro Simon trouxe, um texto fundamentado, cujas palavras faço minhas: “Se um correntista tivesse depositado R\$100,00 na poupança no dia 1º de julho de 1994, data do lançamento do real, ele teria hoje a conta fantástica de R\$374,00”.

Se você, trabalhador, brasileiro ou brasileira honrada que trabalha, colocou em um banco R\$100,00 em 1994, quando começou o real, hoje você teria R\$374,00, segundo pesquisa de Pedro Simon.

Se, no mesmo instante, esse mesmo correntista tivesse tirado R\$100,00 de um banqueiro, de um cheque especial, na mesma data, teria hoje uma dívida de R\$139.250,00, no mesmo banco. Ou seja, com R\$100,00 do cheque especial, ele ficaria devendo nove carros populares; e com uma poupança no mesmo valor, ele compraria apenas três ou quatro pneus. Esse é o sanguessuga.

Senador Tião Viana, Lula chegou. V. Exª é um homem do Acre. V. Exª é a esperança. Vá lá e diga: “Lula, Vossa Excelência vai acabar de assassinar muitos aposentados com a mentira desse negócio do empréstimo para servidor público, de que ele é barato”.

Barato onde, Senador Pedro Simon? Os juros deste País são os mais imorais e estratosféricos do mundo e da história do mundo, são um pouco menos do que o cheque-ouro, mas são exorbitantes, e uma transação indigna e vergonhosa, sem qualquer risco, já tira.

Senador Pedro Simon, haverá muitos suicídios. Presidente Lula, Vossa Excelência estudou pouco, mas quero dizer o que sei. Senador Paulo Paim, conheço o que é o velho porque sou medido e trabalhei muito. O Lula trabalhou muito pouco, quase não trabalhou. Sei que foi acidente, tenho sensibilidade para isso. Um acidente lamentável! Senador Augusto Botelho, conheço, e não há quem tenha mais honra, dignidade e vergonha do que nossos velhos, porque eu os tratei.

Senador Pedro Simon, eles vivem com um orçamento estreito. E sei da generosidade dos velhos, que conheci e assisti, através de minha profissão e de meus conhecimentos de psicologia, pois vi muitos se suicidarem pelo descontrole do seu orçamento. De repente, eles que vão ganhar R\$400,00 e não têm essa dívida, foram atraídos por um consumismo, compraram um aparelho elétrico, uma televisão e uma moto. São comprometidos com os netos, pagam os estudos dos netos, pagam luz, água, alimentação, aluguel – pois nunca conseguiram comprar a casa própria porque o

Governo não desenvolveu um plano de habitação – e remédios. E agora, Senador Pedro Simon, mais esse compromisso, mais essa prestação, essa escravidão que são os juros altos, a dívida. Uma escravidão moderna. Senador Tião Viana, sei que o Presidente Lula não gosta dele, mas bastaria aprender isto de Abraham Lincoln, que disse: “Não baseie sua prosperidade em dinheiro emprestado”.

Portanto, muitos velhos vão desequilibrar seu orçamento com essa dívida, e vai haver suicídio.

Essa é a verdade, é a ignorância do nosso núcleo duro.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Exª me permite um aparte, Senador Mão Santa?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois não, Senador Pedro Simon, que foi a fonte inspiradora deste pronunciamento.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Gostaria de dizer a V. Exª, que faz mais um dos seus pronunciamentos, que, quando ando pelo Rio Grande, todos me perguntam: “Aquele Mão Santa é seu amigo?”. Respondo: “É meu grande amigo”. Perguntam ainda: “Ele, na vida real, é tão bom quando como fala?”. Respondo: “É, exatamente. O apelido dele é Mão Santa e o nome dele é Mão Santa porque, como médico, ele era um santo que operava de graça e curava todo mundo”. V. Exª está fazendo mais um desses pronunciamentos que têm um grande embasamento na sensibilidade popular. V. Exª tem razão, principalmente quando vemos noticiar, mais uma vez, mais uma reunião do Copom e mais um aumento nos juros deste País. Isso é incompreensível. Parece que esse Ministro Presidente do Banco Central, pelo fato de noticiarem que ele deve sair, que está sendo processado no Supremo Tribunal Federal, está sendo denunciado, estão escancarando sua vida, parece que quer dar uma demonstração de firmeza, de homem que está acima do bem e do mal e que não tem medo, e está anunciando mais um aumento de juros neste País. O que é ridículo. É algo que não tem mais razão de ser, nenhuma lógica, nenhum significado de ser. Por isso, V. Exª, de certa forma se antecipando a essa reunião do Copom, vem dizer que todos estamos na base do insustentável. É impossível conviver com a estupidez dos juros que estamos vivendo. Meu abraço muito carinhoso e meus cumprimentos a V. Exª, indiscutivelmente, que traz a voz do povo quando fala em seus pronunciamentos nesta Casa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, agradeço. E digo que não sou mão santa, mas sou filho de mãe santa, porque ela é terceira franciscana, como V. Exª. Mãe Santa. Estas mãos são mãos humanas, comuns, que Deus as guiou em uma Santa Casa, que salvava uma vida aqui, outra acolá.

Mas elas são – o Piauí e o Brasil sabem – limpas, honradas, trabalhadoras, porque para se fazer oposição tem que se ter coragem e vida limpa; não apenas as mãos, mas a vida toda.

Senador, gostaria de me demorar mais. Estudei o pronunciamento de V. Ex^a: a dívida desde os primórdios, como ela foi fundada e como chegou até aqui. Como médico, tenho que dar a terapêutica.

Senador Tião Viana, tenho que dar o tratamento. E está aqui o Chile. E tanto acredito no Chile, Senador Augusto Botelho, que quarta-feira irei àquele país. Houve a oportunidade de participar de um Congresso Parlatino, e já me inscrevi, porque gosto de ver a civilização para mostrar aqui.

Senador João Alberto, não estou falando em Primeiro Mundo, em Estados Unidos, em Alemanha, em Inglaterra; mas no Chile, que está bem aí. Mas a nossa mídia reconhece por que o Chile dá certo. Está na **Veja**. Eu apenas gostaria de dizer, sobre a reportagem, que se criou uma lei que impede o Estado de gastar mais do que arrecada. Até hoje, a responsabilidade fiscal é um dos pontos fortes da política chilena.

Senador Pedro Simon, eu teria que vir como médico dar o tratamento, o caminho, orientar o núcleo duro e o Lula. Senador Tião Viana, naquele país, os impostos foram reduzidos, e a arrecadação simplificada. Atualmente, as empresas pagam um único imposto de menos de 20% – sabemos que a carga tributária do Brasil é de 40% –, medida que ajuda a aumentar os investimentos, fazendo com que a sonegação no Chile seja a mais baixa da América Latina.

No que tange à educação, há uma lei, agora, estabelecida pelo Presidente daquele país, Senador Pedro Simon e Senadora Heloísa Helena.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Mão Santa, V. Ex^a já extrapolou em cinco minutos o tempo de prorrogação, e peço que conclua em mais um minuto.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Atendo a V. Ex^a. Obrigado por esse minuto. Nos primeiros segundos, agradeço a sua generosidade. Tenho esperança de que V. Ex^a possa convencer o núcleo duro.

Mas aqui está! Então, Ricardo Lagos assinou um decreto em que aumentou o quadro de estudos do chileno para 12 anos. E, para terminar, diria apenas que o Chile tem 3% de analfabetos. É plantar nesse país a semente do saber.

Essas são minhas palavras, na esperança de que, agora, depois...

(Interrupção de som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ...da perda daquilo que é mais importante, a dignidade do povo,

a moral do povo, a vergonha abalada pelos escândalos, possamos nos inspirar em Rui Barbosa, que disse que o único caminho é acreditarmos no trabalho, no trabalhador, que é quem propicia e faz as riquezas, e não nos banqueiros que, segundo a Senadora Heloísa Helena, engordam suas panças com o trabalho e o suor de nossos brasileiros e brasileiras, que são quem mais paga impostos e juros!

Muito agradecido, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti, para uma breve comunicação, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno. A seguir, ao Senador Pedro Simon.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, só vou pedir a V. Ex^a um terço de generosidade para extrapolar o tempo!

Tenho ouvido aqui na tribuna algumas falas, alguns discursos, nos quais se diz que nunca viram tanta corrupção! Há várias falas sobre o tal do mar de lama! Minha comunicação não é sobre isso, apenas gostaria de fazer um registro.

Em depoimento, o líder da quadrilha da falsificação dos concursos públicos, Senador Tião Viana, declarou que fraudava concursos públicos há 24 anos! Há 24 anos! Ou seja, se formos fazer uma regressão, desde o Governo Figueiredo, passando por Figueiredo, Sarney, Collor, Itamar, os dois do Fernando Henrique, e ele foi preso no Governo Lula. Só para deixar assinado esse fato, porque estamos falando de corrupção. Mas há muita gente que não enxergava corrupção, nem combatia, nem prendia! Então é só para registrar!

Vim à tribuna, hoje, para fazer uma outra comunicação que considero importante. Na sexta-feira, dia 27 de maio, tivemos um grande encontro da agricultura familiar dos três Estados do Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Mais de 3 mil agricultores se reuniram, comandados pela Fetraf-Sul, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar. Os Senadores Paulo Paim e Pedro Simon, que estão aqui, sabem da importância da agricultura familiar para os nossos Estados.

Esse encontro tinha como objetivo central fortalecer a luta e a conquista dos agricultores familiares no nosso País, que estão tendo agora, pela primeira vez na história, o direito a linhas de financiamento para habitação, moradia, construção, reforma e ampliação de casas na área rural.

Por mais incrível que possa parecer, nunca a agricultura familiar, aqueles que são responsáveis por tudo, ou pela maioria daquilo que se come neste

País – porque é exatamente da agricultura familiar, do pequeno agricultor, do agricultor que toca a propriedade com a sua família que vêm, fundamentalmente os alimentos que consumimos –, tinham tido linhas de financiamento como essa. Eles tinham financiamento para pocilga, para estrebaria, ou seja, muitas das propriedades de agricultura familiar tinham condições de “habitação” para os animais melhores do que as dos próprios agricultores.

E desse encontro, promovido pela Fetraf, pela Cresol, que são as cooperativas de crédito do sistema que atende os agricultores familiares, pela Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar, a Cooperhaf, entidades que foram fortalecidas, que contou com a presença do Ministro Olívio Dutra, foi retirada uma carta, para ampliar de forma significativa o atendimento – em menos de 2 anos, mais de 4.500 famílias foram atendidas com financiamento.

Inclusive, tive oportunidade, com muita emoção, de participar da inauguração de uma das casas, da família Zanela, que foi entregue durante o evento, na sexta-feira. Presenciei a emoção da família Zanela por poder adentrar a casa, eles que são agricultores familiares de várias gerações e que nunca tinham tido a oportunidade de ter uma casa digna de tijolo, em condições dignas de habitação, onde pudessem morar. Conseguiram isso exatamente a partir desse financiamento.

Para nós é muito importante, porque há muita fala, muita gente agourenta, que diz: “Governa, Lula” e “Nada muda”. Agora, a emoção da família Zanela ao entrar naquela casa nos comove, porque eles a conseguiram a partir do financiamento de um Governo que tem tido sensibilidade, compromisso e ações políticas de fundamental importância para esse setor, que, volto a afirmar, é responsável pela alimentação do povo brasileiro, além de ser responsável por 40% das exportações. As exportações no setor agrícola brasileiro têm participação de uma parcela significativa da agricultura familiar, pois muitos acreditam que somente o agronegócio é que está contribuindo para o crescimento de nossas exportações e da superação dos recordes.

Ouçõ com muito prazer o Senador Paulo Paim, contando com a generosidade do nosso Presidente ao nos contemplar com uma prorrogação.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senadora Ideli Salvatti, quero cumprimentá-la pelo seu pronunciamento. Viajei, hoje pela manhã, do Rio Grande do Sul para Brasília com o Ministro Miguel Rosseto, que me falava do seguro agrícola, que este País nunca teve.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Nunca teve.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Ele viajou por dezenas de cidades da Região Sul. Por onde passava, os agricultores perguntam se efetivamente receberiam o seguro agrícola. E ele nos garantiu que durante o mês de junho os pagamentos começarão a ser feitos. Milhares, e milhares, e milhares de agricultores, principalmente os pequenos, vão começar a receber o seguro agrícola, coisa que eles até duvidavam. Mas, pela fala do Ministro hoje pela manhã, não tenho nenhuma dúvida de que o seguro agrícola vai ser um grande momento para o nosso pequeno produtor que foi atingido pela seca, depois pela chuva e que agora vai poder ter esse retorno. Então quero somente cumprimentar V. Ex^a pelo pronunciamento que faz. Tomei a liberdade de, no seu pronunciamento, falar do seguro agrícola, cuja implantação V. Ex^a acompanhou passo a passo.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço-lhe, Senador Paulo Paim. Essa questão do seguro agrícola, junto com o programa de habitação na área de agricultura familiar, são duas conquistas inequívocas desse segmento econômico e social importante, porque, quando se dá viabilidade econômica e dignidade social para esse segmento, isso vai exatamente na contramão do êxodo rural. Se o agricultor familiar tem condição de morar com dignidade, se ele tem condição de, numa intempérie como a sofrida recentemente pelos Estados do Sul, que foram assolados por uma das estiagens mais fortes das últimas décadas, deixando praticamente em situação de insolvência parcelas significativas da agricultura familiar, receber o seguro agrícola, isso lhe traz uma garantia inequívoca.

E nada disso tinha antes! Nada disso! Os governos anteriores ao Governo Lula não tiveram sensibilidade para com esse setor tão importante. Sempre me orgulho e registro isso, do fato de que, na minha primeira relatoria, aqui no Senado da República, tratar exatamente o refinanciamento da dívida dos agricultores. Pela primeira vez, os pequenos agricultores, aqueles com contratos menores, é que foram atendidos no refinanciamento da dívida. Antes, a lógica era atender sempre os grandes. Eram sempre atendidos os grandes devedores da área da agricultura brasileira. Nunca tinha sido atendido o pequeno produtor.

Portanto, para aqueles que insistem na tecla de que nada muda, eu gostaria muito de trazer – disse, inclusive, em meu pronunciamento – à tribuna do Senado, nesta tarde de segunda-feira, a alegria, a satisfação, o sentimento de realização e de atendimento da família Zanela ao entrar em sua casa própria, construída com financiamento do Governo.

Isso nunca ocorreu antes, pois jamais existiu linha de financiamento de qualquer outro governo que não

fosse o do Presidente Lula para o agricultor familiar. Então, solicito, Sr. Presidente, que a Carta Aberta do 1º Encontro de Habitação para a Agricultura Familiar, realizada sexta-feira última, em Cordilheira Alta, Município do oeste do Estado de Santa Catarina, reunindo mais de 3 mil agricultores dos três Estados sulistas: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, constasse na íntegra nos Anais desta sessão.

Agradeço a generosidade de V. Ex^a ao me conceder um pouco mais de tempo.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SRA. SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 310, inciso I, § 2º do Regimento Interno.)

Desmatamento e política

FERNANDO CÉSAR MESQUITA

JORNALISTA

Em 1988, no governo Sarney, em decorrência das queimadas e desmatamento na Amazônia, acentuadas nas décadas de 70 e 80, resultado desastroso de orientações equivocadas do regime militar para a ocupação e o desenvolvimento daquela região, a questão ambiental era um contencioso tão grave para o país, em termos de imagem negativa mundial, como o foram os desrespeitos aos direitos humanos durante o regime de exceção.

Como tudo que envolve a Amazônia acaba se transformando numa infundável e inconclusa discussão, da teoria conspiratória da internacionalização à idéia fundamentalista da intocabilidade, credite-se à Nova República ter encarado a realidade e adotado as medidas certas para enfrentar o desafio de conter o aumento da destruição em curso. E o fez de maneira certa ao convocar uma equipe multidisciplinar de especialistas e acadêmicos de alto nível para estudar o estado geral dos recursos naturais e propor saídas para conciliar o desenvolvimento econômico com a preocupação ecológica. Foi aí que surgiu o Programa Nossa Natureza, o mais completo diagnóstico do meio ambiente no Brasil, coordenado pelo general Bayma Denys, chefe da Casa Militar da Presidência da República.

Na época, os partidários do PT adotaram em relação àquele trabalho a velha postura do não vi e não gostei.

E registre-se que, em 1988, a devastação tinha sido de 17.770 km², número muito inferior aos 26 mil km² registrados agora e

que só tendem a crescer, se mantida a desorientação que é a marca da atual direção do Ministério do Meio Ambiente.

A repercussão internacional do desmatamento na Amazônia era tão séria que todos os financiamentos de bancos oficiais internacionais para o Brasil – BID, Bird, Eximbank, Comunidade Econômica Européia – estavam suspensos para qualquer tipo de projeto econômico. A propósito, é bom que se alerte o governo para a possibilidade de a divulgação dos números atuais da devastação agravar a paranóia planetária sobre a Amazônia e seus mitos, provocando novamente retaliações econômicas danosas ao estágio do crescimento econômico brasileiro.

Convidado para dirigir o Pro-

**E bom que se alerte
o governo para a
divulgação dos
números da devastação**

grama Nossa Natureza, após consultas a técnicos experimentados de vários setores, sugeri ao presidente Sarney a idéia de um único ente público para gerir as políticas oficiais relacionadas com a produção dos recursos naturais renováveis e o seu adequado uso, dentro da linha do desenvolvimento sustentável, proposta na ECO 72, em Estocolmo.

Foi então criado o Ibama, com a extinção do IBDF, da Sema, da Sudhevea e da Sudepe, agências que, com exceção da Sema, haviam fracassado no cumprimento de suas finalidades, em meio a conflitos de competência legal, de interesses, corrupção e má gestão administrativa. O presidente

Sarney chegou a ser aconselhado a criar o Ministério do Meio Ambiente, mas não o fez para não inchar mais ainda a estrutura burocrática.

Nessa linha de ação, seguindo as recomendações do Nossa Natureza, Sarney assinou vários decretos importantes, encaminhou projetos de leis ao Congresso e os regulamentou, num curto espaço de tempo, depois de transformados em lei.

Um dos decretos mais relevantes para a defesa da floresta amazônica suspendeu a aplicação de recursos decorrentes de financiamentos governamentais em projetos que implicassem desmatamento. É que o regime militar havia estimulado a agropecuária em terras inadequadas para o plantio até de pasto, com milhares de hectares de floresta queimadas em fogueiras detectadas pelos satélites.

Nomeado primeiro presidente do Ibama, recebi carta branca do presidente Sarney para agir prioritariamente dentro dos objetivos propostos de reduzir as queimadas e os desmatamentos na Amazônia e cumprir as orientações do programa Nossa Natureza.

Com o apoio de uma equipe de técnicos de alto nível, entre os quais se destacava José Carlos Carvalho – depois ministro do Meio Ambiente no governo Fernando Henrique Cardoso e atual secretário de Meio Ambiente do governo de Minas –, Marília Marreco, Antônio Prado, entre outros, a direção do Ibama traçou um bem sucedido plano de trabalho que rapidamente começou a apresentar resultados positivos. Recursos financeiros foram conseguidos e o Ibama equipado para efetivamente funcionar. Convênios foram firmados com vários órgãos da administração federal e

também dos estados.

Para alívio dos diplomatas brasileiros no exterior e do governo como um todo, ao ser concluído o levantamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) do período 1988/1989, o desmatamento que tinha sido de 17.770 km² caiu para 13.730 km² no período 89/90. E no período 90/91, ficou em apenas 11.030 km². Isto se deu, repito, graças ao decidido apoio de Sarney, que dotou o Ibama de meios financeiros indispensáveis à execução de sua missão e deu total cobertura ao seu presidente, e prestigiou os esforços e a competência de dirigentes, técnicos e funcionários do órgão, visitando-o mais de uma vez.

Hoje, o Ibama é presidido por um renomado cientista, o professor Marcus Barros, tem alguns bons diretores, mas sem recursos para atuar como deve e boa parte de seu excelente quadro de técnicos foi substituído por pessoas inexperientes e sem qualificação. Foi aparelhado politicamente. Ao contrário do que aconteceu no seu início, quando o recrutamento de seu pessoal não via vínculos partidários, obedecia tão somente a critérios de eficiência funcional. E ainda por cima o Ministério do Meio Ambiente, hoje controlado pelas ONGs, mantém estranhamente uma sistemática política de esvaziar o Ibama: Retirou o controle da pesca e agora quer criar um “novo IBDF” para privatizar as florestas. Infelizmente, o resultado são 26 mil km² devastados no período 2004/2005. Por enquanto, se não conseguirem vencer o INPE a mudar definitivamente os parâmetros de avaliação do desmatamento.

Fernando César Mesquita foi o primeiro presidente do Ibama.

Para a consolidação de uma política nacional de habitação para a agricultura familiar propomos que:

Os Governos:

- a) Que todos os programas criados pelo governo federal através do Ministério das Cidades tenham 30% dos seus recursos destinados para a agricultura familiar;
- b) Que os programas de habitação para agricultura familiar contemplem a construção de casas novas e também reformas, que é hoje a grande demanda;
- c) Que na resolução 460 do FGTS seja garantida a assinatura de um convênio com a Fetraf-Sul/CUT para atender seis mil famílias para o ano de 2005, permitindo a construção e reforma de unidades habitacionais da agricultura familiar;
- d) Que o governo federal crie uma linha específica de crédito para a habitação no PRONAF, o “PRONAF Habitação” para a construção de casas novas e para reformas;
- e) Que os governos estaduais invistam em programas de habitação da agricultura familiar, colocando recursos a fundo perdido para a complementação dos programas, de no mínimo um real para cada dois investidos pelo governo federal, nestes programas no âmbito dos estados;
- f) Liberação por parte do IBAMA de madeiras aprendidas para projetos sociais de habitação, neste caso na agricultura familiar, sendo que os agricultores beneficiados deverão repor árvores em suas propriedades para recompensar a madeira recebida para a construção de sua casa;
- g) Reconhecer as cooperativas de crédito e de habitação e sindicatos para implementação de programas de habitação para agricultura familiar;
- h) Que os governos municipais garantam as obras de infraestrutura, terraplanagem, escavações e criem o fundo municipal de habitação possibilitando o financiamento de recursos aos agricultores para conclusão das casas;
- i) Que os governos federal e estaduais destinem recursos para o desenvolvimento de projetos sociais junto às famílias beneficiadas.

As Organizações da Agricultura Familiar:

- a) Intensifiquem a luta pela implementação de um amplo programa de habitação para a agricultura familiar em âmbito nacional;
- b) Construam cooperativas de habitação da agricultura familiar em outras regiões do país, possibilitando o acesso dos agricultores e agricultores aos programas de habitação.

Queremos finalmente convidar a toda a agricultura familiar brasileira a se envolver no grande mutirão de construção da FETRAF-BRASIL, que será fundada em setembro deste ano, no I Congresso Nacional da Agricultura Familiar. A articulação de nossa organização em nível nacional será a certeza que as conquistas e alegrias que vivemos de forma localizada serão ampliadas para o conjunto da agricultura familiar brasileira, que, orgulhosamente, é a mão que alimenta esta nação.

Viva a agricultura familiar ! Viva a nossa organização !

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a será atendida na forma do Regimento, Senadora Ideli.

Concedo a palavra ao eminente Senador Pedro Simon, que terá dez minutos com mais cinco de prorrogação.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, sou daqueles que acompanharam toda essa caminhada desde o término da 2^a Grande Guerra, sucedida pela cruel Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética, a ponto de com o tempo viver um estado de paz cheio de guerra. Acompanhei com emoção a unificação da Europa e ficava admirado, emocionava-me verificar que se dava entre aquelas nações com tantas guerras, algumas centenárias, como a Guerra dos Cem Anos entre a França e a Inglaterra. No século passado, após duas guerras mundiais, o ódio entre França, Inglaterra e Alemanha era brutal. De repente, essas nações começaram a se reunir, começaram a discutir, começaram a dialogar e, aos poucos, foram se achegando. E chegaram à conclusão de que deveriam deixar de lado o ódio, a malquerença, os séculos de lutas por divisas, por mil e uma razões, justas ou injustas, e se aproximar. Primeiro vieram as normas de mercado comum; depois, as normas de intercâmbio, as normas de diálogo cultural, a abertura de fronteiras, a unificação de linguagem, a criação do Parlamento – sem nenhum conteúdo, mas que reunia os representantes de todos os países. Isso foi crescendo, crescendo, e surgiu a União Européia, com moeda única e, agora, com uma Constituição, abrindo as portas a nações européias sem maior tradição e história, mais longínquas, algumas que durante anos tinham sido satélites da União Soviética. E assim se deu o surgimento desta grande comunidade: a chamada Comunidade Européia.

Acompanhei agora o plebiscito da Constituição da unidade européia votada pelo Parlamento europeu. Para que ela possa ser aplicada é necessário que haja plebiscito aprobatório de todas as nações do Mercado Comum Europeu. Ontem, surpreendentemente para mim, exatamente a França, o país que mais havia tido atuação, participação na busca da unidade européia; a França, que mais tinha sofrido na última guerra, e mesmo assim havia tido o gesto de grandeza de aproximação; a França que havia tido a atitude de aproximar inclusive inimigos como Inglaterra e Alemanha; a França que, aos que eram contrários à unidade européia, fazia um mapa de como ficaria a Europa – a Alemanha unificada, enorme, no meio, cercada por dez países, praticamente o centro de tudo –; a França que praticamente coordenou sempre favoravelmente os passos

dados até aqui, ontem, disse: “Não, esta Constituição o povo francês não aceita”. O argumento é o de que se dará muita ação para o liberalismo, que se abrirão as portas para que grandes empresas, com facilidade, se adonem de territórios. Por outro lado, as portas se abrirão em definitivo para que os imigrantes das unidades européias mais pobres, que estão entrando agora, venham fazer concorrência à mão-de-obra francesa. Será preciso novo estudo. Anos passarão. O Mercado Comum Europeu, a Comunidade Européia deverá fazer uma nova reunião, refazer a Carta e começar de novo.

Quando ouvi o Senador Marco Maciel, na sexta-feira, defender a importância do Mercosul e o esforço que devemos fazer para a sua consolidação, e quando vejo alguns se assustarem porque não se avança como deveria, fico refletindo sobre o ocorrido ontem, quando a França atrasou em não sei quanto tempo a consolidação da Comunidade Européia.

As análises todas diziam que, se fosse aprovada ontem pela França, a Constituição praticamente passaria incólume pelos países restantes; mas, derrubada pelos franceses, terá de percorrer um longo caminho e deverá analisar as interrogações levadas pela França para ver qual será o seu destino.

Torço para que os equívocos sejam equacionados e para que a Comunidade Européia seja uma realidade, assim como, desde o início, no Governo Sarney como Ministro e depois como Governador do Rio Grande do Sul, participei e trabalhei para que o Mercosul fosse uma realidade. Porque vejo que a Europa unida será um fator de paz, entendimento e garantia de estabilidade. Com o Mercado Comum Europeu, a Europa está se unindo; a China está crescendo e a Índia está se desenvolvendo. Elas serão forças que participarão da organização mundial, dando equilíbrio, não permitindo, como hoje, a supremacia absoluta dos americanos, que praticamente são a única voz que fala e decide em âmbito internacional.

Recebo com mágoa a decisão da França, mas não acho que ela signifique um retrocesso, apenas a necessidade de parar, de fazer uma revisão naquela Constituição. O Presidente francês fez um esforço dramático à última hora. Parecia que aquela diferença de dez pontos havia sido tirada por ele. As pesquisas mostravam dez pontos de diferença; mas, nas últimas horas, apontavam um empate técnico. No entanto, o resultado foi de dez pontos de diferença. Nem a paixão com que falou o Presidente da França, apelando para que os franceses aceitassem a Constituição, foi o suficiente para que aquele povo deixasse de lado as dúvidas e as angústias que tem com relação àquela Constituição.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Pedro Simon, escuto com muita atenção o pronunciamento de V. Ex^a e devo dizer que, a meu ver, o povo francês, ontem, votou mais pensando nas questões internas do que nas questões externas. Acho que isso levou à rejeição da nova constituição europeia pela França. A questão não vai afetar tanto – assim o desejo também – a consolidação da União Europeia. Acredito que a União Europeia vai continuar a avançar. É um projeto que não começou agora, já tem – podemos dizer – mais de 50 anos, se formos tomar a Comunidade do Carvão e do Aço, que é do início da década de 50, poderá ser talvez o instrumento mais significativo para a constituição da hoje União Europeia. Tenho a impressão de que a União Europeia vai continuar a avançar. E é bom que continue a avançar porque está construindo um modelo que serve de referência para o mundo todo, para nós aqui no Mercosul, inclusive. Em segundo lugar, eu gostaria de fazer uma outra observação. Vamos admitir que o exemplo da França venha contaminar – perdoe-me a expressão –, venha reverberar sobre outros países, e admitamos que a maioria, ao final, não venha ratificar a nova constituição. Ainda assim eu diria que nada de muito trágico teria ocorrido, porque continuarão prevalecendo as regras de Nice (França) que foi a última grande reunião, da qual brotou a ideia da constituição europeia. Essas instituições progredem entre avanços e recuos. Ali e acolá, questões internas e externas afetam o desempenho das instituições. Mas acho que o resultado da França foi mais um sinal de advertência do que uma condenação ao modelo que se está construindo. Acho muito oportuno que V. Ex^a venha ferir essa questão hoje à tarde, porque o que se passou na França deve servir de exemplo para nós. Estamos fazendo um grande esforço para consolidar o Mercosul, mas é necessário que tiremos lições desses fatos. É fundamental que a União Europeia realmente seja um concerto de êxito das Nações, que já a essa altura congrega um número muito significativo, 25 nações, chegando a quase se discutir um conceito novo de Europa. Com a própria incorporação da Turquia – a Turquia tem pequena parte de seu território na Europa –, e a de novos países, a União Europeia está se convertendo em um modelo que não pode deixar de merecer muitos elogios. Isso vale de exemplo – perdoe-me prolongar um pouco – para o Mercosul. Eu acho que, para nós, não há outro caminho a não ser consolidar o Mercosul. A essa altura, eu nem chamaria de Mercosul somente os países do Prata, mas também os países da América do Sul. Porque este é o nosso destino: integrar todos os países da América do Sul. Felicito V. Ex^a pelo discurso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço-lhe e concordo plenamente com V. Ex^a. Eu devia até ter citado: a impopularidade do Governo deve ter sido um fator importante. O próprio Presidente fez questão de dizer que não era o Governo dele que estava em jogo; o que estava em jogo era a França e o Mercado Comum. Mesmo assim, a impopularidade do Presidente deve ter deixado um efeito muito forte na opinião pública.

Também concordo com V. Ex^a que, entre avanços e recuos, a União Europeia chegará lá. Também concordo com V. Ex^a que é importante para nós que o Mercosul, entre avanços e recuos, também chegue a uma posição daquelas.

Encerro, Sr. Presidente, dando as boas-vindas, em nome do Senado, ao Presidente Lula e à sua comitiva. Chegaram, e ontem descansaram. E já ontem estava o Presidente reunido para ver as medidas que vai tomar. Sua Excelência deve ler os jornais. A manchete da **Folha de S. Paulo** falando em declínio ético; o **Correio Braziliense** dando a palavra ao Presidente da OAB, que pede uma faxina moral no governo; e as palavras de equilíbrio de Cláudio Fonteles, do Ministério Público, sobre a realidade do papel daquela entidade.

Eu confio que o Presidente da República, como os jornais de sexta-feira noticiaram, falando aos companheiros do Brasil, lá do Japão, diria que haveria um choque ético no Brasil com a sua chegada. Não sei nem penso, mas acho que Sua Excelência deve refletir, meditar e não ficar apenas naqueles que o cercam, mas olhar por cima o contexto do Brasil inteiro. Hoje é o grande momento que vive o Governo Lula. Ou ele diz a que veio ou ele faz as transformações que lhe dêem condições de credibilidade e de respeitabilidade. Que o povo olhe e diga: “Não, as coisas vão acontecer”. Ou que siga o conselho daqueles que acham que o caminho é afastar parlamentares do seu Partido, que o caminho é uma linha rígida de mostrar quem está com o Governo e quem não está com o Governo, e que parta para a ação.

Quantas matérias vi hoje, quantos telefonemas recebi, quantas correspondências dizendo exatamente isso! As pessoas que comigo se comunicaram diziam: “Que Deus ajude o Presidente Lula a entender que a hora é de grandeza e de humildade, a hora é de uma visão nacional, a hora é de estadista. A hora não é de picuinha, a hora não é das questões miúdas, a hora não é de fazer uma cobrança de contas de aqui e de acolá, a hora é de olhar para frente”.

Aquilo que o Lula não fez quando assumiu e que não tem feito nesses dois anos e meio, esta é a oportunidade de fazer, é a chance que ele tem, que a história lhe oferece. Tome ele as providências, mostre que o seu

Governo tem uma grandeza de propósito, identificada com o futuro do País, e as dificuldades que estão aí serão superadas. A Nação lhe renderá homenagem, e o Congresso Nacional fará a sua parte com grandeza. Mas, se seguir o conselho daqueles cujas manchetes cobram ação rígida com relação a alguns subirem e outros serem afastados, eu não sei. O Governo já fez o afastamento de um grupo chefiado pela Senadora Heloisa Helena, e continuou. Mas não sei se ele tem condições e capacidade de repetir a atitude, porque lá o povo foi surpreendido, não entendeu direito o que estava acontecendo. Aqui, o povo está entendendo até demais. Se alguém não entender, vai ser o Lula. Mas Deus queira que o Presidente entenda e faça aquilo que deva ser feito, lembrando-se sempre, Sr. Presidente, de que o Lula, o companheiro e líder sindical pode ter amigo de montão; pode ter amigo banqueiro, trabalhador, operário, empresário, intelectual, artista, seja o que for, mas o Presidente da República, esse não tem amigo, esse tem a responsabilidade de olhar a sociedade brasileiro.

Que Deus o proteja, Presidente Lula, para que Vossa Excelência aja como deve agir, como já devia ter agido. Mas ainda é tempo. Aliás, o último tempo.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão pelo tempo de cinco minutos.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, nunca se dirá que o Senador Pedro Simon é radical ou intolerante nem, menos ainda, insensato. As palavras que S. Ex^a pronunciou desta tribuna, apoiado pelo Senador Marco Maciel, são de prudência, sobre as quais devemos todos meditar.

Mas, Sr. Presidente, cuido hoje de outra matéria. Tornou-se um escândalo internacional, amplamente comentado na imprensa e nas tribunas parlamentares, a recente informação sobre o crescente desmatamento da Amazônia brasileira. O que se devastou no período de 2004/2005, segundo levantamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, corresponde a extensões que superam às de alguns dos nossos Estados e de muitas nações. Justifica-se, pois, a perplexidade que extravasa a nossa, de brasileiros, para repercutir com igual gravidade no mundo inteiro – todos preocupados com a relevância amazônica para o bem-estar da humanidade.

É ilusória a suposta ‘segurança’ de que se pode fazer na Amazônia a devastação que se quiser e o mundo testemunhará de braços cruzados os desmandos que ameaçam as riquezas naturais indescritíveis daquela preciosa região. Não impedir a sua progressiva destruição é uma omissão impatriótica, uma provocação aos que lutam pela preservação do meio ambiente e, infelizmente, um convite a algum processo intervencionista que agrediria a soberania nacional.

O que inspira este discurso, Sr. Presidente, é o artigo do jornalista Fernando César Mesquita – “Desmatamento e Política” – na edição do dia 27 de maio do **Jornal do Brasil**, cuja transcrição agora peço. Ele recorda o grande progresso que se obteve, na defesa da Amazônia, no Governo José Sarney, graças ao decidido apoio às ações do Ibama, então criado e dirigido pelo citado jornalista. O desmatamento de 17.770km² registrado em 1988 caiu para 13.730km² no período 89/90, já sob a administração de Fernando César Mesquita, e para 11.030 km², em 90/91.

Contra fatos não há argumento, já diz o adágio popular. Defrontando agora os 26 mil km² devastados no período 2004/2005, salta aos olhos mais incautos a obviedade de que alguma ou muita coisa se fez ou se deixou de fazer para impedir as ameaças à integridade amazônica. O citado artigo “Desmatamento e Política” esclarece o porquê das fases de sucesso e de insucesso na defesa da Amazônia brasileira, oferecendo informações que deviam merecer a atenção dos nossos dirigentes.

Sr. Presidente, eu era Senador da República e, certa vez, convidei Fernando César Mesquita, Presidente do Ibama, a que comigo comparecesse a Imperatriz e examinasse, ali numa reunião com madeireiros, a situação de devastação que se processava em toda a região.

Fernando César não se fez de rogado, foi comigo à Amazônia maranhense e ali teve um debate pessoal com os madeireiros, mostrando a sua coragem e a sua determinação no sentido de coibir os abusos que então se praticavam.

É assim que um dirigente deve proceder. Ou procede assim, ou os desmandos se sentem animados a prosseguir em razão da impunidade e da falta de ação do próprio Governo.

Sr. Presidente, o jornalista Fernando César Mesquita foi o principal colaborador do então Presidente do Senado José Sarney na idealização, planejamento e execução do Sistema de Comunicação do Senado, entre os quais o **Jornal do Senado**, que completou há dias dez anos de profícua existência. A ele foi igualmente atribuída a incumbência de implementar nesta Casa os serviços de rádio e televisão, hoje considerados e copiados como uma das mais criativas inovações, no

mundo inteiro, em benefício do fortalecimento do Poder Legislativo e da sua inter-relação com a opinião pública de um País.

No meu Governo do Maranhão, Fernando César Mesquita – que anteriormente fora administrador de Fernando de Noronha – exerceu as funções de Secretário do Meio Ambiente, realizando um fecundo trabalho nesse setor e, notadamente na área do turismo, coube-lhe dar dimensão nacional às belezas naturais do meu Estado, entre as quais as dos Lençóis Maranhenses.

Segue abaixo o conteúdo da carta aberta aprovada pelos participantes do encontro:

Carta Aberta do 1º Encontro de Habitação Para a Agricultura Familiar

“Morar bem faz parte da dignidade humana”

1º Encontro de Habitação para a Agricultura Familiar

Dia vinte e sete de maio de 2005, marcará para sempre a nossa história. Nós, mais de três mil agricultores e agricultoras familiares, beneficiados por programas públicos de habitação na agricultura familiar, e representantes de nossas entidades, nos reunimos no 1º Encontro da Habitação da Agricultura Familiar para comemorar as conquistas destes dois últimos anos e propor políticas para ampliação dos programas de habitação na agricultura familiar. Vindos de inúmeros municípios da Região Sul do Brasil, somos homens e mulheres, jovens, adultos, crianças e idosos, todos comemorando a melhoria de nossas condições de residência na roça e munidos de esperança de continuar avançando em conquistas para o fortalecimento da agricultura familiar.

Queremos partilhar com o conjunto dos agricultores e agricultoras familiares a alegria da conquista nestes últimos dois anos de quatro mil e quinhentas casas novas, sendo o espaço de nossa convivência familiar, o local onde recebemos os parentes, amigos, vizinhos, o espaço da dignidade de morar bem, que foi possibilitado pela luta dos Sindicatos organizados em nossa Federação, a FETRAF-SUL, pela COOPERHAF e pela CRESOL Central (SC e RS), conquistando essa importante política pública para o meio rural, o direito à moradia digna.

Sabendo que a agricultura familiar precisa de um conjunto de políticas públicas, que juntas promovam o desenvolvimento rural, nossa luta vai consolidando sempre com novas conquistas neste caminho, primeiro foi a conquista da condição de segurado especial que possibilitou a aposentadoria dos agricultores aos 60 anos, das agricultoras aos 55 anos e o direito às agricultoras ao salário maternidade. Depois veio o reconhecimento da agricultura familiar, com a conquista do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, que tem possibilitado o acesso ao crédito para custeio e investimento, aumentando as possibilidades de renda. Neste último período duas conquistas importantes vêm sendo consolidadas a do seguro da agricultura familiar e a o acesso às políticas de construção de moradias no meio rural.

Estas conquistas são frutos da luta da agricultura familiar organizada pelos Sindicatos da Agricultura Familiar no sistema FETRAF e, em sua consolidação, temos construído organizações econômicas importantes como as Cooperativas de Crédito do Sistema CRESOL Central (SC e RS) e a nossa Cooperativa da Habitação - a COOPERHAF. Estas organizações, somadas a tantas outras que estamos construindo, estão se constituindo como tijolo a tijolo que usamos para construir nossas casas, em tijolos da grande casa coletiva que vai sendo construída pela agricultura familiar, nossa defesa, nosso abrigo, nosso espaço de luta e organização.

Essas são as qualificações que valorizam ainda mais os conceitos por ele emitidos no referido artigo publicado no **Jornal do Brasil**, cujo texto, por sua importância, eu incorporo a este meu pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDISON LOBÃO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.

Durante o discurso do Sr. Edison Lobão, o Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Otávio.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento, Senador Edison Lobão.

Com a palavra o Senador João Alberto Souza, do PMDB do Estado do Maranhão.

V. Ex^a disporá de dez minutos, Senador João Alberto, que poderão ser prorrogados por cinco minutos.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho lido manifestações de Srs. Senadores e de Sr^{as} Senadoras sobre o relatório global da Organização Internacional do Trabalho – OIT, que trata do trabalho forçado.

O relatório foi apresentado na primeira quinzena deste mês de maio, simultaneamente em Genebra e em Brasília. Foi amplamente comentado pela imprensa nacional e por meio de pronunciamentos nesta Casa.

No documento, o Brasil recebeu elogios pela sua situação no combate à escravidão e ao trabalho forçado. Mesmo assim, apesar do progresso feito, ainda existiriam no Brasil cerca de 25 mil cativos em fazendas e carvoarias, realizando trabalho forçado, em situação de extremo desconforto, que caracteriza verdadeiro atentado à dignidade humana.

São situações em que o trabalhador é obrigado a executar as suas tarefas normalmente árduas, mediante pagamento ínfimo de diárias que ultrapassam em horas a jornada normal de trabalho, sem direito ao descanso semanal, sem comida adequada e suficiente e sem alojamento conveniente. São pessoas que se obrigaram a sair do interior, onde não tinham nem terra e nem trabalho, para procurar sustento alhures, abandonando suas famílias, enfrentando toda a sorte de revezes, desventuras, humilhações e sofrimentos. São as vítimas dos “gatos” que aliciam sem escrúpulo, privados de qualquer sensibilidade para com os desprotegidos, fabricantes de verdadeiras arapucas para capturar e manusear a mão-de-obra necessitada de sobrevivência.

A questão subsiste também por omissão do Estado, seja porque sua presença não é realidade efetiva em muitos espaços deste imenso País, seja porque a legislação, além de omissa, quando existente, é falha, imprecisa e ambígua. Refiro-me, em particular, à grave lacuna da justiça, quando permite que processos parem por existir dúvida sobre se determinado caso é da competência do âmbito federal ou da justiça comum.

Refiro-me também à mediocridade, à parcialidade dos projetos públicos destinados à reforma agrária, quando jogam as famílias na terra e não lhes propiciam as condições para que cultivem a terra, fazendo-a produzir.

O problema do trabalho escravo subsiste por causa da impunidade. O relatório da OIT informa que, no mundo todo, quando os tribunais julgam casos de trabalho escravo, as condenações são parcas se comparadas com a gravidade do delito. “Cabe perguntar-nos, diz o relatório, se as leis não são inadequadas, tanto porque impõem sanções demasiadamente leves quando porque não facilitam as ações judiciais, dada a sua ambigüidade.”

A impunidade, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, prolonga a prática do trabalho forçado, um comportamento nitidamente que ora diminui e, logo em seguida, ressurge por obra de exploradores de pobres e negros necessitados. Esse problema terá solução somente mediante penas eficazes, de preferência financeiras, partindo do princípio de que “quem faz deve pagar pelo que faz”.

Li, na imprensa, que o parlamento alemão sancionou, em 6 de julho de 2000, uma lei que cria a fundação Memória, Responsabilidade e Futuro, aprovada pelo Conselho Federal da Alemanha, em 04 de julho do mesmo ano. O objetivo da lei é “ajudar, prontamente, trabalhadores forçados e outras vítimas do nazismo, de forma cooperativa, justa e desburocratizada”.

A lei deverá entrar em vigor no próximo mês e agosto. Prevê indenização para os trabalhadores utilizados em campo de concentração ou em outras prisões, inclusive fora do território alemão, para os que foram deportados de seus países para o império alemão, nos limites vigentes, em 1937, para os que sofreram danos em função de perseguição racial; e para aqueles que tiveram prejuízos pessoais, em especial aos casos de experimentos médicos ou morte ou graves danos à saúde. As indenizações constantes da Lei de Criação do Fundo de Indenização, com exceção de danos ao patrimônio, devem ser requeridas pessoalmente. Caso o beneficiário tenha falecido depois de 15 de fevereiro de 1999 ou se o requerimento diz respeito a danos patrimoniais, o respectivo cônjuge e os filhos ainda vivos têm direito a partes iguais. Se o beneficiário não tiver deixado cônjuge nem filhos, a indenização pode ser requerida, em partes iguais, também pelos netos e, caso estes não estejam mais vivos, pelos irmãos. Se estes também não apresentarem requerimento, passam a ter direito os herdeiros deixados em testamento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, li na imprensa que cidadãos brasileiros negros planejam entrar na justiça para pedir indenização, em dinheiro, pelo sofrimento

mento de seus antepassados que foram escravos. O objetivo é buscar indenizações que lhes dêem condições de acesso a serviços de saúde, educação e moradia. Como vejo, isso devemos aos nossos escravos.

Não há dúvida de que o Brasil possui dívida significativa com os negros que foram trazidos da África e aqui escravizados. É importante, do ponto de vista da justiça e da História que o país se estruture em termos de iniciativa e de legislação para que os descendentes dos escravos requeiram indenização pelos sofrimentos impostos aos seus antepassados. Seria muito justo isso. Só assim poderíamos chegar um pouco perto de indenizar, realmente, os sofrimentos dos negros, que tanto fizeram com que este País avançasse.

Entendo que uma atitude corajosa, forte e concreta nesse sentido será eficaz para corrigir as injustiças do passado e prevenir a repetição de atitudes de desrespeito à dignidade humana, mediante trabalho forçado.

Sr. Presidente, faço este pronunciamento olhando um pouco para o futuro e na certeza de que um dia o Brasil terá que indenizar os descendentes dos escravos, que tanto fizeram com que o nosso País crescesse.

Concedo um aparte ao nobre Senador.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador João Alberto Souza, acompanho o pronunciamento de V. Ex^a e quero cumprimentá-lo porque, quando a comunidade negra fala de políticas reparatórias, compensatórias, afirmativas, na verdade, o que eles querem é mais investimento na área da saúde, da educação, da habitação, do saneamento básico, mais investimentos para garantir a titularidade da terra dos quilombolas. Aproveito o pronunciamento de V. Ex^a para comentar que um grande astro do futebol brasileiro, considerado o melhor do mundo por duas ou três vezes, o Ronaldinho, quando perguntado se era negro, disse que era branco. O pai dele, quando consultado, disse que na certidão de nascimento está registrado que ele é negro. Faço essa reflexão para exemplificar como infelizmente isso está no subconsciente das pessoas, que acabam negando sua própria origem, sua história, sua etnia, sua própria raça, porque entendem que ser negro é ser permanentemente discriminado. Por isso, Ronaldinho fez uma declaração infeliz. Ninguém tem dúvida de que ele é negro, o pai dele não tem, a mãe dele não tem. Porém, quase que em autodefesa, ele, que é considerado uma autoridade mundial, teve como reação primeira dizer que não era negro. Disse ele: “Eu, que sou branco, vejo isso.” Ora, isso demonstra o quanto é importante aprovarmos aqui o Estatuto da Igualdade Racial, que prevê um fundo com o objetivo de haver investimentos em políticas de combate ao racismo e ao preconceito. Não estou aqui fazendo uma

crítica contundente ao Ronaldinho. Ele fez isso quase em autodefesa. Recentemente, houve uma pesquisa na Bahia, onde – todos sabemos – 90% da população são de negros, e somente 15% se assumiram como negros. O racismo é tão forte que Ronaldinho quis demonstrar: “Eu, não!” Quero cumprimentar V. Ex^a, que está fazendo um discurso afirmativo, propositivo, dizendo que este País tem uma dívida de cerca de cinco séculos com a nação negra. E a forma de pagar não é dar dinheiro para um cidadão ou para uma cidadã negra. É, isto sim, fazendo investimentos. Por isso, o fundo que está contemplado no Estatuto da Igualdade Racial é o veio para combatermos o racismo e o preconceito. Sempre digo que é bonito cada um assumir a sua etnia. Eu, por exemplo, tenho orgulho da minha. Meus pais vieram da África. Sou negro. Recentemente, em sala de aula, um menino chamou meu filho de negro. Ele, então, indagou-me sobre o que deveria dizer. Eu disse que ele deveria afirmar que tem orgulho de ser negro e que seus antepassados vieram da África. Acabou o debate, e os amiguinhos ficaram ainda mais amigos dele, porque entenderam que ele não tinha vergonha alguma de assumir a sua identidade. Por isso, quero cumprimentar V. Ex^a. Seu pronunciamento é afirmativo, propositivo, em defesa da igualdade e da liberdade. Parabéns, Senador!

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA)

– Agradeço ao nobre Senador Paulo Paim pelo aparte, que incorporo ao meu pronunciamento. Quero dizer a V. Ex^a e aos demais Senadores que a nossa luta deverá continuar para que o Brasil venha realmente resgatar essa grande dívida com a raça negra em nosso território.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. João Alberto Souza, o Sr. Luiz Otávio, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– É com grande satisfação que anunciamos a presença em nossas galerias dos alunos do Colégio Militar Dom Pedro II de Brasília-DF.

Meus jovens, esta é a Casa do povo para que façamos leis boas e justas para o nosso País.

Concedemos a palavra à Senadora Heloísa Helena, inscrita para uma comunicação inadiável.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Quero falar como inscrita, porque disporei de mais tempo. Estou inscrita como oradora e falarei quando for possível, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendida. É uma satisfação para nós e para a Pátria ouvi-la por mais tempo.

Concedemos a palavra ao Senador Wirlande da Luz, por permuta com o Senador Augusto Botelho, previamente inscrito.

S. Ex^a terá direito de usar a tribuna por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, falarei hoje a respeito de uma pesquisa feita por esta Casa sobre a violência doméstica contra as mulheres, mas antes quero reportar-me a uma nota veiculada sábado no **Correio Braziliense** sobre a minha pessoa.

A matéria fala claramente como se eu tivesse dado uma entrevista aos repórteres do jornal. Não conheço os repórteres que assinaram a matéria, não dei entrevista alguma a eles e a nota claramente tenta atingir um outro alvo.

Diz o jornal que eu, Senador Wirlande da Luz, assinei a CPI dos Correios. Assinei-a, sim, porque estou absolutamente convicto de que a CPI ajudará o Governo a chegar mais próximo da verdade. Assinei-a por uma questão de ética. Sr. Presidente, a ética conheço muito bem, por ser médico, por ter formação ética, por estar no segundo mandato de Conselheiro Estadual e Federal de Medicina. Aliás, a palavra “ética” apareceu quase coincidentemente com a prática médica há mais de 2.500 anos.

A matéria publicada no **Correio Braziliense**, de 28 de maio do corrente afirma:

A decisão que pode respingar na relação de Lula com Jucá é colocada por Wirlande da Luz na sua conta de “independência política”. O parlamentar é médico e ex-secretário de Saúde de Boa Vista (RR), e alega que tem perfil técnico e não político e que, por isso, não teria obrigação de se submeter às decisões partidárias ou de governo.

Jamais dei essa entrevista. Não conheço os repórteres que assinaram a matéria. A minha decisão de assinar a CPI foi uma decisão pessoal, de convicção, porque é a melhor maneira de se aproximar da verdade.

Portanto, não fui eu quem deu essa entrevista referida na nota do jornal, com todas as aspas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senado Federal, por meio de sua Secretaria de Pesquisa e Opinião, realizou no mês de março próximo passado, pesquisa nacional sobre a violência doméstica contra

as mulheres. Dois pontos merecem ser ressaltados no trabalho feito. Sobre eles passo a discorrer.

O primeiro é o mérito intrínseco de uma tal pesquisa. Quando o Senado Federal se preocupa em ouvir a sociedade sobre fatos em destaque na atualidade brasileira, ele está cumprindo, com louvor, seu papel de fórum de debate das causas públicas. Quando esta Casa sai em busca da informação no seio da própria sociedade para nela fundamentar as discussões que aqui travamos, damos um passo significativo no sentido da conformidade entre a reflexão do Parlamento e os anseios desta Nação. Desse modo, a pesquisa realizada pela Secretaria de Comunicação Social desta Casa é uma importante contribuição para o esclarecimento dos Parlamentares sobre a violência contra a mulher.

O segundo ponto a ressaltar na pesquisa é o seu resultado. Baseada em sólidos critérios de amostragem, a pesquisa fornece importantes informações para o Congresso Nacional. Recebemos relevantes subsídios para o debate sobre as medidas que ainda são necessárias para prevenir a violência contra as mulheres, em particular a ocorrida no ambiente doméstico.

Entre as informações úteis que podemos colher na pesquisa, gostaria de ressaltar algumas.

A primeira é o fato de que as próprias mulheres, de modo aparentemente contraditório, identificam o espaço doméstico como o local em que maior respeito lhes é dedicado e, simultaneamente, como aquele em que maior desrespeito lhes é impingido. De fato, se 53% das mulheres entrevistadas se referem ao ambiente familiar como o mais respeitoso, 23% o percebem como espaço de desrespeito. Cumpre observar, nobres pares, que na percepção de desrespeito destaca-se também o ambiente de trabalho para 24% das mulheres.

Pasmem, Sr^{as} e Srs. Senadores, pois um terço das mulheres afirmam que a violência sexual é a forma mais grave de violência doméstica, seguida pela violência física, com 29% das opiniões. Interessante é conjugar esse dado com o fato de que, também, 33% das mulheres que trabalham fora de casa identificam a violência física como a mais grave e que 32% das donas-de-casa apontam a violência sexual como a pior delas. E o agressor-mor, assinalado por 50% das mulheres, é o marido ou companheiro. E surge, então, como fato inesperado, o namorado como segundo agressor.

Sr. Presidente, mesmo com o natural constrangimento de falar sobre assunto tão delicado como a violência que sofreram, 17% das mulheres entrevistadas afirmam já ter sido vítimas de agressão doméstica em suas vidas. E as formas são algo surpreendente, se compararmos com o que é veiculado no noticiário: 55% delas afirmam terem sido vítimas de violência fi-

sica, 24%, de violência psicológica, 14%, de violência moral e apenas 7% apontam-se vítimas de agressão sexual.

Outro ponto grave identificado pela pesquisa é que, entre as mulheres agredidas no espaço doméstico, a grande maioria o foi mais de uma vez. Estarrecedor é o fato de que 50% delas foram atacadas mais de quatro vezes. Tal situação, Sr. Presidente, revela um grave quadro de reincidência, que coloca em risco a integridade das mulheres agredidas em suas próprias casas.

A situação é tanto mais complicada pelo fato de que 70% das mulheres agredidas e que foram à delegacia dar queixa do ocorrido têm de retornar a suas próprias casas, expondo-se, por conseguinte, ao confronto com o agressor, maximizando o risco de nova violência contra elas. Na maioria das vezes, essas mulheres ainda não completaram 29 anos de idade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos diante de um fato social dos mais graves, fato que carece de ação por parte do Estado, mas que exige, também, a ação das organizações sociais.

O Brasil está em franco processo de maturação de sua sociedade. Tal processo, Sr. Presidente, implica, forçosamente, o equilíbrio nas relações, no espaço social, entre brasileiros e brasileiras. Acabou-se a era em que o patriarca era senhor absoluto do universo doméstico e a senhora lhe era submissa, inclusive fisicamente.

Fica patente, pela pesquisa realizada pelo Senado, que temos ainda um bom caminho a percorrer para alcançar esse equilíbrio. Mãos à obra! É o que nos é dito pelas informações colhidas. Ajamos, então, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, por permuta com o Senador Geraldo Mesquita Júnior, previamente inscrito, ao Senador Ramez Tebet, do Estado do Mato Grosso do Sul, do PMDB, ao tempo que manifestamos o nosso grande contentamento, assim como o de todo o País, pela recuperação da sua saúde.

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^a Senadora Heloísa Helena e Srs. Senadores, o que me traz a esta tribuna é um assunto um pouco diferente do que se vem debatendo nesta Casa.

Há muito tempo, o Senado Federal procurou melhorar e muito – e como conseguimos melhorar! – a chamada Reforma da Previdência, que ainda não acabou, diga-se de passagem, porque a chamada PEC Paralela ainda é objeto das nossas considerações. Felizmente,

nesta Casa, ela está em mãos de um Relator que tem se mostrado um grande estudioso, que é o Senador Rodolpho Tourinho, um homem de vasta experiência, que tão bem representa o Estado da Bahia.

Vou falar hoje nos aposentados deste País, de modo geral. Há pouco eu conversava com o Senador Paulo Paim a respeito. São mais de 20 milhões de aposentados e pensionistas neste País, com toda certeza. São pessoas que trabalharam ao longo da sua vida, que recebem esse pagamento, por parte do Estado, ao fim de cada mês e que, sem dúvida nenhuma, contribuem para o sustento das suas famílias. São homens e mulheres de idade que ou sustentam a sua família diretamente ou ajudam a melhorar a renda familiar e, conseqüentemente, a proporcionar uma melhor qualidade de vida para os seus dependentes, para aqueles que lhes estão próximos, para os seus filhos, netos, bisnetos, enfim, para suas famílias.

Recentemente, o Governo fez loas, vendendo como se fosse uma verdadeira panacéia, o Governo chamou a atenção do País, chamou a atenção dos aposentados – eu diria que fez até um convite aos aposentados do Brasil – para que procurassem os estabelecimentos bancários e contraíssem empréstimos, porque esses empréstimos teriam juros mais acessíveis, o custo do dinheiro lhes seria mais barato.

Sr. Presidente, acredito que, para os aposentados envolvidos com cartões de crédito, para aqueles aposentados do País que acreditam nessa mentira chamada cheque especial, que é um assalto, para aqueles que trabalham com os estabelecimentos de crédito, num primeiro momento, essa medida foi boa. Se, com um cartão de crédito, ele está pagando juros, se um cheque especial não custa menos de 7% ou 7,5% ao mês, trocá-lo por 3% ou 2,9% parece vantajoso ao aposentado.

Para as instituições financeiras, Sr. Presidente, garanto-lhe que não há melhor negócio no mundo do que fazer empréstimo aos aposentados, àqueles que ganham menos. Nesse caso, não há que se falar em inadimplência, pois o valor emprestado é descontado na boca do caixa. Então, que negócio é melhor do que emprestar dinheiro a 2,5%, 3% ou 3,5% ao mês, como estão fazendo com os aposentados do Brasil? As instituições financeiras disputam um *marketing* extraordinário. Liga-se a televisão e vê-se a propaganda ostensiva das instituições financeiras, dos estabelecimentos de crédito, convidando: “Venham que lhes emprestamos dinheiro”!

Sr. Presidente, isso é um assalto! Temos que falar a verdade. É preciso esclarecer o povo sobre situações dessa natureza.

Qual é o negócio do Brasil, hoje, que dá 2%, 1,5%, Sr. Presidente? Não existe melhor negócio no mundo, desde que o mundo é mundo, que emprestar dinheiro a juro. Por isso, as instituições financeiras apresentam em seus balanços lucros extraordinários, cifras astronômicas. Fecham seus balanços com milhões de reais ao ano de lucro. Mas fazê-lo à custa dos aposentados, à custa dos pensionistas, Sr. Presidente, não é justo.

É preciso que o Governo tome uma providência. Esse tinha que ser um dinheiro mais barato não só em razão de o tomador ser uma pessoa necessitada, aquele que está precisando ajudar sua família, aquele que está precisando comprar remédio, não apenas por isso, mas também porque, por parte da instituição, é o melhor negócio que há. Como é que vai tomar prejuízo se o pagamento do fim do mês é feito por ela mesma?

Esse chamado empréstimo já existia por meio de várias instituições financeiras que usavam o servidor público da ativa, que pedia dinheiro emprestado para ser descontado em folha a juros exorbitantes. Há melhor negócio que esse para o tomador?

Pois bem, Sr. Presidente, venho a esta tribuna porque conheço casos de aposentados que estão recebendo o holerite zerado.

Note bem, Sr. Presidente, o aumento para o funcionalismo público federal é de 6% ao ano e, quando toma um dinheiro emprestado, o faz a um juro exorbitante! Isso é justo? Dá para se fazer propaganda de Governo em cima disso?

Há necessidade de uma ampla campanha de esclarecimento a fim de que o aposentado não tenha o holerite zerado, não receba zero por ter empréstimo descontado dos seus vencimentos. Essas pessoas, na maioria das vezes, não sabem trabalhar com instituição de crédito. Se os industriais, se os agricultores, se os proprietários de terra têm dificuldade de trabalhar com estabelecimento de crédito, imaginem as pessoas mais humildes!

O que me traz à tribuna é a necessidade de procurar esclarecer, para que se tome cuidado com isso.

Conheço casos de gente que não está mais recebendo vencimento. Está ficando tudo para alguns estabelecimentos de crédito e para instituições financeiras. Eles ficam com parte do dinheiro, e a pessoa não tem mais o que receber, o que torna a sua situação cada vez mais drástica e difícil.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Lembro a todos que esses juros são bastante elevados, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores; até automóvel se

vende hoje com juros de 0,99%, mas não conheço dinheiro emprestado a aposentado a 0,99%.

Juros para vender automóvel, Senador Mão Santa, variam de 0,99% a 3%, aproximadamente. Mas juros para o aposentado, para aquele que precisa, não conheço abaixo de 2%. Não conheço nenhum mesmo.

Poder-se-á perguntar: mas o Senado tem alguma relação com isso? Tem, sim, porque isso é coisa grave. Temos que proceder em defesa da sociedade; temos que procurar esclarecer a sociedade. O Banco Central pode agir junto às instituições financeiras; o Governo pode fazer uma lei estabelecendo como serão os empréstimos e as taxas, definindo que a taxa não pode ser superior, por exemplo, a 1,5%, o que já é um juro elevado diante da economia por que atravessa o nosso País.

Vamos deixar de fazer propaganda falaciosa. Vamos deixar de afirmar que as taxas cobradas são baixas. Esses argumentos são falaciosos, porque elas somente são baixas em relação às elevadíssimas taxas normalmente praticadas no Brasil em outras modalidades financeiras.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Ramez Tebet, permita-me um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Já darei um aparte a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

Uma reavaliação desse modelo se faz necessário com a máxima urgência, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Concedo o aparte ao Senador Paulo Paim.

Depois, Sr. Presidente, atenderei o chamado de V. Ex^a, encerrando o meu pronunciamento.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Ramez Tebet, primeiramente, cumprimento V. Ex^a por trazer mais uma vez ao plenário o debate da PEC paralela. O Senador Rodolpho Tourinho disse que, se depender de S. Ex^a, essa matéria será votada durante este mês de junho. Tenho muita esperança, Senador Ramez Tebet, de que não entraremos de recesso sem que, primeiro, se vote a PEC paralela, fruto de um amplo acordo entre o Senado da República e a sociedade, entre a Câmara e o próprio Executivo. Em segundo lugar, entendo que o alerta que V. Ex^a faz é muito importante. Ninguém é obrigado a tirar empréstimo, mas o *marketing*, a propaganda montada pelos bancos é muito forte. Esse aposentado, que teve um reajuste em torno de 6,5%, tem que lembrar que os planos de saúde aumentaram 11%. Apenas aí a renda dele já diminui. A partir do momento em que ele tira um empréstimo a 1,5%, 2%, 2,5% – não existe milagre –, o recurso sai da conta dele, e ele terá que pagar os juros. Ele tem que entender essa lógica, essa matemática. Eu vim do Rio Grande do Sul agora e perce-

bo que essa máquina de *marketing* dos bancos tem incentivado, e muito, os aposentados a avançarem o sinal e, conseqüentemente, entrarem numa situação de desespero. Por isso, cumprimento V. Ex^a. Tenho esperança ainda de que aprovemos uma lei que garanta ao aposentado receber pelo menos o percentual dado ao salário mínimo, que foi 15,38%. O plano de saúde aumentou 11%, o aposentado ganha de reajuste menos de 7% e ainda entra nessa corrida de incentivo ao empréstimo bancário, o que o deixa numa situação muito difícil. V. Ex^a faz este alerta e, por isso, meus cumprimentos. Lembro-me do tal plano de demissão voluntária que muito servidor público foi incentivado a fazer. Fez, recebeu algumas antecipações e, depois, ficou desempregado.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Paulo Paim, agradeço a V. Ex^a. Fazer um pronunciamento defendendo o direito dos aposentados sem ouvir um aparte de V. Ex^a seria uma frustração. Graças a Deus, o meu pronunciamento está enriquecido.

Concedo o aparte à Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (P-Sol – AL) – Senador Ramez Tebet, alguns Parlamentares da Casa já tiveram a oportunidade de tocar neste tema, o que é muito positivo. Entretanto, V. Ex^a ocupar mais uma vez a tribuna para tratar desta realidade objetiva é essencial, porque, às vezes, a mecânica do trabalho legislativo, a mecânica das nossas próprias vidas acaba se encarregando de fazer esquecer um problema gravíssimo por que passam hoje milhares de pais e mães de família e de avós – muitos deles chefes de família –, que comprometem todo o orçamento familiar com esse tipo de política apresentado pelo Governo Lula como a redenção da economia nacional. Se, por um lado, há o aumento da taxa de juros – portanto, o aumento da riqueza para alguns poucos, o aumento do montante da dívida pública, o aumento do comprometimento da receita dos Estados, dos Municípios e do Governo Federal para jogar na lama da especulação acaba criando, como única possibilidade hoje, no País, o artificialismo do consumo via crédito consignado, sem imaginar absolutamente nada. Fico impressionada com a insensibilidade do Governo Federal de não montar... Várias vezes discutimos o assunto aqui. O Senador José Jorge inclusive encaminhou um requerimento ao Conselho de Comunicação Social, que trata do assunto. É inadmissível que o Governo não faça propaganda, não faça publicidade, dentro dos meios de comunicação, mostrando qual é a repercussão disso na vida das pessoas, especialmente de aposentados. Eu também, como V. Ex^a, conheço muitas pessoas que se endividaram para resolver o problema de um neto ou de um filho, e não têm mais como pagar. Pessoas que não

conseguem comprar seus remédios, não conseguem pagar o seguro-saúde, porque estão penduradas nos bancos, que acabam obrigando muitos aposentados a abrir uma conta, seduzem os aposentados a isso. E, quando ocorre essa abertura, significa o desconto em folha, como V. Ex^a disse, na boca do caixa. Isso é um escândalo. Parabenizo V. Ex^a. É inadmissível que uma economia nacional seja “artificializada” pelo crédito consignado, prejudicando especialmente as famílias mais pobres, que muitas vezes têm como única referência o salário de um aposentado. Portanto, parabéns a V. Ex^a.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Sr. Presidente, encerro, não sem antes dizer que recebo com alegria a solidariedade do aparte da Senadora Heloísa Helena, que lembrou ainda que não estou sozinho nessa parada, que outros Senadores já ocuparam a tribuna com a mesma preocupação, o que para mim é um alento e demonstra que não estou só nessa luta, que é uma prioridade desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a presença do ex-Presidente José Sarney, eu pediria permissão, Senador Ramez Tebet, para associar o pensamento de outro presidente da estatura de S. Ex^a. Trata-se de Abraham Lincoln, que disse: “Não baseie sua prosperidade em dinheiro emprestado”.

Acabamos de receber um documento comunicando que o Senador Efraim Morais fará uso da palavra por delegação da Liderança Parlamentar da Minoria, na sessão de 30 de maio.

Senador Efraim Morais, V. Ex^a tem direito a cinco minutos, e, com a sensibilidade e compreensão do Presidente da Mesa, pelo que V. Ex^a representa de grandeza na Oposição e na Mesa Diretora, prorrogo por mais cinco.

Portanto, V. Ex^a tem a palavra por dez minutos, Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, meu pronunciamento de hoje diz respeito à questão da universidade do meu querido Estado da Paraíba.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um dos mais importantes sinalizadores do desenvolvimento, ou melhor, de um processo de desenvolvimento social é a existência de centros de estudo e pesquisa bem implantados no coração da Nação. E o mais importante desses centros é a universidade, com sua diversidade cultural, sua pluralidade, seus debates internos, seu diálogo com a sociedade e sua permanente capacidade de renovação. Nas universidades se faz ciência e tecnologia; discute-se o passado e molda-se o futuro.

Sr. Presidente, contrariando esse “quase axioma”, a Paraíba enfrenta hoje, infelizmente, uma situação de atraso socioeconômico e de regressão no ensino superior, cuja superação impõe uma atuação decisiva do Governo Federal.

É preciso que a Paraíba recupere sua outrora destacada posição de centro universitário no Nordeste. Para tanto, devemos promover uma grande expansão do sistema de ensino superior no Estado. Só assim poderemos falar de projeto de desenvolvimento para o Nordeste e a Paraíba.

A realidade é que não é sensato esperar que tal expansão se faça pela rede privada ou pelas Instituições de Ensino Superior (IES) estaduais ou municipais. A população e os poderes públicos locais não dispõem de condição econômico-financeira compatível com os investimentos necessários. Na verdade, a responsabilidade do Governo Federal com a educação superior pública e gratuita é mandamento constitucional, imperativo crítico no caso de um Estado pobre como a Paraíba.

Obviamente, a rede privada de ensino superior da Paraíba vai continuar se expandindo, mas em ritmo insuficiente para as necessidades do nosso povo. O baixo nível de renda da população é um sério fator limitante, como demonstra a recente evolução das matrículas nas instituições de ensino superior privadas paraibanas, que cresceram 183%, no período 1995-2003. Enquanto isso, o crescimento geral nas instituições de ensino superior nordestinas foi de 231%. Além disso, a rede privada responde por 32% das matrículas no ensino de graduação na Paraíba, e por 46% no Nordeste, em geral. Há que haver solução pelo sistema público federal para suprir as demais matrículas e propiciar a expansão no ritmo imposto pelo crescimento da demanda.

De fato, Sr^{as} e Srs. Senadores, o sistema público federal de ensino superior do País está entrando em nova fase de expansão. A Paraíba deve se beneficiar dessa fase, como já o fez no período 1970-1980. Para tanto, temos que ter um bom projeto de desenvolvimento educacional, e ser ousados e eficientes na concepção de nossa proposta e nos encaminhamentos políticos necessários.

A Universidade Federal da Paraíba e a Universidade Federal de Campina Grande passarão, certamente, por um importante processo de expansão no ensino de graduação e de pós-graduação, na pesquisa e na extensão. Isso é indispensável para a consolidação qualitativa acadêmico-científica do sistema de ensino superior no Estado. O Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) de nosso Estado também colabora nesse processo.

É prudente, contudo, reconhecer que não basta o desenvolvimento e expansão dessas instituições federais. Apenas com elas, a Paraíba não granjeará o salto quantitativo e qualitativo que precisa em sua educação superior. À luz da história do ensino paraibano e da atual situação cultural, econômica, social e política, impõe-se a criação de uma nova universidade federal na Paraíba: a Universidade Federal do Sertão Paraibano. Este é o bom e ousado projeto que propomos para meu Estado e que lhe resgatará a posição de vanguarda na qualificação de terceiro nível.

A Universidade que propomos deverá ter oito centros acadêmicos, abarcando todas as áreas do conhecimento – ciências sociais, humanas, exatas, da saúde e tecnológicas –, distribuídos em oito ou mais cidades do sertão paraibano. Sua abrangência geográfica e acadêmica lhe dará o perfil dos melhores centros de excelência do País.

Essa nova universidade, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, atenderá diretamente a população de uma vasta área territorial, compreendendo todo o sertão paraibano, numa região que engloba 83 municípios e uma população de cerca de 900 mil habitantes, ou seja, 25% dos paraibanos. Na verdade, sua abrangência não se limitará aos rincões da Paraíba, mas alcançará também cidades sertanejas dos Estados vizinhos do Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco, totalizando uma população de pelo menos duas vezes a do sertão da Paraíba.

Sr. Presidente, a principal população alvo do ensino superior é a da faixa dos 18 aos 24 anos. Em consequência, estimamos que nossa nova universidade terá uma demanda inicial mínima de 48 mil alunos, o que a torna, desde o nascedouro, uma das maiores universidades públicas do País.

Há, ainda, outros argumentos de peso em favor da criação da Universidade do Sertão Paraibano.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a estimativa de concluintes do ensino médio na Paraíba, em 2005, é de 35 mil alunos. Se somarmos a esses os reprovados nos vestibulares passados, teremos uma demanda efetiva provável de 110 mil vagas no ensino superior paraibano. Ocorre que, hoje, a oferta não chega a 20 mil vagas, o que demonstra a inviabilidade do atendimento da demanda atual. E a permanecer a presente taxa de crescimento da oferta, inferior à taxa de aumento da procura por matrículas, teremos o colapso do sistema em curto espaço de tempo. Chegaremos ao absurdo de viver em um País carente de mão-de-obra qualificada, que não é capaz de oferecer vagas em escolas na quantidade suficiente para atender aos reclamos de formação de nossa juventude.

Sr. Presidente, a implantação da Universidade Federal do Sertão Paraibano poderá ser feita em sete anos, de modo a consolidá-la e torná-la viável do ponto de vista orçamentário e financeiro. Ao cabo desse período, estimamos que a universidade esteja atendendo a 25 mil alunos de graduação e pós-graduação, com 1.200 professores e 2.300 servidores técnico-administrativos. Após esses sete anos iniciais, a universidade estará apta a ingressar em ciclo de expansão e desenvolvimento rumo a um alunado de, pelo menos, 50 mil pessoas. Estará, então, completando sua maturação e oferecendo à Paraíba, ao Nordeste e ao País um centro de excelência acadêmica à altura das necessidades nacionais.

A implantação da referida universidade representará...

(Interrupção do som.)

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – ...um marco histórico no encaminhamento da questão educacional e na busca da superação do subdesenvolvimento do sertão paraibano. Trata-se de uma instituição estratégica para o crescimento sustentável da região.

A Paraíba, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, precisa ser mais eficiente na solução do progressivo esvaziamento econômico da sua região sertaneja. O momento não poderia ser mais favorável, quando se vislumbra a regularização da oferta de água, a construção da ferrovia transnordestina, a refundação da Sudene e diversos outros projetos promissores para o Nordeste e a Paraíba.

Com todos esses novos projetos, abrem-se perspectivas de desenvolvimento nas atividades agropecuárias, agroindustriais e terciárias da região, com reflexos positivos para a economia paraibana e nordestina. A Universidade Federal do Sertão de Paraibano poderá ser a mola propulsora desse processo, como provedora de educação superior de qualidade e geradora e difusora de ciência e tecnologia adaptada à região.

Como se vê, Sr. Presidente, a nova universidade trará inúmeros benefícios na área social, cultural, acadêmico-científico e tecnológica. Os efeitos econômicos daí decorrentes serão de grande monta para toda a região envolvida.

As ações do Ministério da Educação com vistas à expansão do sistema federal de ensino superior vêm ao encontro das expectativas da Paraíba de ver criada e funcionando sua universidade sertaneja.

(Interrupção do som.)

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Vou concluir, Sr. Presidente.

Esperamos que o Governo Federal seja sensível ao justíssimo pleito de meu Estado.

Agradeço, Senador Mão Santa, a tolerância de V. Ex^a, mas se trata de assunto de maior importância para a minha querida Paraíba, porque se faz necessária à expansão da Universidade Federal da Paraíba, ou melhor, da Universidade Federal de João Pessoa e Universidade Federal de Campina Grande. Eu tenho certeza de que a solução é dar oportunidade a quem mais precisa, que são os irmãos sertanejos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Efraim Moraes, quero afirmar que a minha tolerância foi muito menor do que o desejo do povo da Paraíba em ouvi-lo.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho, do PDT do Estado de Roraima, em substituição ao orador inscrito Senador Wirlande da Luz.

Senador Augusto Botelho, V. Ex^a dispõe de dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Organização Mundial de Saúde (OMS) está seriamente preocupada com uma das mais graves doenças do século XXI: a obesidade.

Se medidas preventivas apropriadas não forem tomadas imediatamente, as perspectivas que se apresentam para este século indicam que mais pessoas morrerão por excesso do que por falta de comida, inclusive no Brasil, conforme pesquisas recentes realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A excessiva acumulação de gordura no corpo é um problema que está atingindo tanto os países mais ricos como as camadas mais pobres das populações dos países em desenvolvimento.

A Associação Internacional para Estudo da Obesidade estima que 30% da população dos Estados Unidos é obesa e que uma das conseqüências diretas dessa epidemia é uma perda anual de 4 bilhões de dólares, em decorrência de queda na produtividade da economia americana.

Dos anos 80 aos dias atuais, as taxas de obesidade triplicaram nos Estados Unidos, Reino Unido, Europa Oriental, Oriente Médio, Austrália e China.

As estatísticas brasileiras não nos fornecem informações fidedignas sobre obesidade. No entanto, todos os fatores sociais que nos rodeiam indicam que caminhamos na mesma direção dessas regiões mais ricas, apesar de também convivermos com a subnutrição crônica, confirmando nossa condição de país das grandes e cruéis desigualdades.

O endocrinologista Walmir Coutinho, chefe do Grupo de Obesidade e Transtornos Alimentares, afirmou à revista **Veja**, de 30 de junho de 2004, que “na favela tem mais obeso do que desnutrido”, o que comprova a complexidade, a gravidade e a extensão social desse problema.

Não estamos, de modo algum, negando a importância nem a prioridade de programas contra a fome, pois não podemos admitir o escândalo de, em pleno século XXI, ainda existir fome num País que é um verdadeiro celeiro da humanidade e grande exportador de alimentos.

Estamos, sim, preocupados com a saúde e bem-estar da população brasileira, que está sendo constantemente atingida pelos problemas da obesidade, inclusive a chamada obesidade mórbida.

As estimativas da Organização Mundial de Saúde (OMS) indicam a existência de mais de um bilhão de adultos acima do peso, dos quais 300 milhões são considerados clinicamente obesos.

No Brasil, são quase 39 milhões de adultos com excesso de peso, dos quais 10,5 milhões são considerados obesos, sem contar as crianças e adolescentes, pois o IBGE não incluiu a população com idade inferior a vinte anos.

Essa é outra grande preocupação, em termos de saúde pública, pois a atual população de jovens está sendo educada, ou talvez deseducada, com hábitos alimentares não saudáveis, que incluem muitos hambúrgueres, doces, sorvetes e outros alimentos com elevados índices de gordura e de açúcar.

Sr. Presidente Mão Santa, infelizmente, estamos preparando as condições para o surgimento de enfermidades graves como diabetes **mellitus** tipo II, doenças cardiovasculares, hipertensão arterial, algumas formas de câncer e doenças ósseas.

É realmente preocupante o futuro da nossa juventude, por ela não incorporar hábitos saudáveis, como exercícios físicos e alimentação adequada, incluindo frutas, verduras, alimentos integrais e não gordurosos.

A obesidade pode ser diagnosticada facilmente pelo Índice de Massa Corporal, IMC, que é obtido pela divisão do peso em quilogramas pelo quadrado da altura da pessoa.

Sr. Presidente Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, como médico, cidadão e homem público, sinto-me na obrigação de pedir a colaboração de todos os membros desta Casa, do Congresso Nacional e do Poder Executivo e de todos quanto têm responsabilidade pública, para que trabalhem efetivamente no sentido de combater o problema da obesidade, que poderá, neste século XXI, matar mais que muitas

guerras, que o trânsito caótico, que o narcotráfico e outras calamidades.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Senador Augusto Botelho, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Com todo prazer, Senador.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Estou ouvindo com atenção e com certa preocupação a exposição de V. Ex^a nesta tarde, quando revela o número assombroso de brasileiros já acometidos de obesidade: quase 40 milhões de pessoas. Isso, de fato, é uma preocupação nacional. É importante que o próprio Governo cuide disso. Fazendo uma avaliação da minha própria vida – eu que tive oportunidade de frequentar universidade, de visitar escolas e de visitar o Congresso Nacional –, pude observar que são raras as famílias brasileiras que se preocupam em consultar um nutricionista, um profissional da área para avaliar se a sua dieta normal é adequada, se não é causadora de distúrbios inúmeros, entre eles o da própria obesidade. Vimos há pouco tempo uma matéria divulgando a situação preocupante em que vivem os americanos, naturalmente em decorrência da dieta extravagante que ali é praticada. Seguramente essa situação se repete aqui no Brasil. Se temos um número tão elevado de pessoas com obesidade é porque as famílias, as pessoas não tiveram a preocupação, na sua grande maioria, salvo as exceções, de consultar um nutricionista ou profissional habilitado para a indicação adequada e correta da sua forma de se alimentar. Isso é preocupante. Com uma alimentação adequada, naturalmente, preserva-se mais a saúde. E a medicina preventiva fica mais barata para o Estado do que a curativa. V. Ex^a tem razão, é médico, é da área, compreende isso muito bem e coloca com propriedade a questão.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Enriquece muito a minha fala a sua observação, Senador.

É obrigação de todos nós trabalhar para reduzir e eliminar as causas e efeitos deletérios da obesidade, que deve ser combatida a partir da infância com medidas educativas a favor de hábitos alimentares saudáveis, que devem ser ensinados e mantidos desde os primeiros anos de vida de nossas crianças, para que possamos ter um País com mais saúde e com um futuro mais promissor.

Trabalhar pela melhoria do bem-estar e da saúde de todos os brasileiros é obrigação de todos os cidadãos, principalmente daqueles que detêm maior poder econômico, político ou social: não é apenas obrigação dos médicos e dos profissionais da área de saúde. Essa é uma obrigação dos meios de comunicação social, dos jornais, das rádios, das emissoras de televisão; é obri-

gação de todas as igrejas, dos professores de todos os níveis, das escolas, das universidades, do Conselho de Comunicação Social e de todos que têm compromisso com a construção de um Brasil desenvolvido.

O Professor Kenneth Cooper, criador do famoso “Teste de Cooper”, afirma – como o Sr. Senador acabou de dizer – que é mais barato e eficiente manter a boa saúde do que recuperá-la depois de perdida. Daí a importância de praticar esportes e levar uma vida mais saudável, com uma alimentação mais adequada.

Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, sabemos perfeitamente que o combate efetivo à obesidade não é tarefa fácil nem de curto prazo, pois requer mudanças de hábitos sociais e comportamentos mais saudáveis. As mudanças sociais que ocorreram nas últimas décadas contribuíram fortemente para o aumento do número de pessoas obesas, atingindo indivíduos de todas as idades e classes sociais e representando uma verdadeira epidemia.

O Brasil não adotou ainda uma atitude firme em relação à obesidade. Existem algumas recomendações do Ministério da Saúde e de instituições médicas sobre o assunto. No entanto, ainda temos uma postura muito tímida em relação a um problema tão grave no tocante a muitas vidas que podem ser perdidas.

A nossa atitude em relação ao cigarro é muito firme e uma das melhores que há no Brasil no que tange ao combate ao hábito de fumar. Mas, no que diz respeito à obesidade, estamos engatinhando. Precisamos adotar uma política mais afirmativa quanto a essa questão, utilizando principalmente os meios educativos, a rede de emissoras de televisão governamental – a TV Senado, a TV Câmara, a TV Justiça, a Radiobrás, além de emissoras de rádio do setor público – poderia fazer muito mais por uma causa tão importante e meritória, salvando vidas e melhorando a saúde da população brasileira.

Deixo aqui o meu apelo para que todos possamos contribuir para missão tão importante.

Finalmente, eu gostaria de aqui relembrar as recomendações da Organização Mundial de Saúde para um combate mais efetivo à obesidade que servem para todos os brasileiros, de todas as idades, inclusive para mim: redução de alimentos muito energéticos e ricos em gorduras saturadas; redução de açúcar; diminuição da quantidade de sal na dieta; aumento do consumo de frutas e verduras frescas; prática de atividade física moderada durante, pelo menos, uma hora por dia.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância!

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Concedemos a palavra ao orador inscrito Senador

Eduardo Suplicy, do Estado de São Paulo, do Partido dos Trabalhadores.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, tentei agora me comunicar com o Senador Delcídio Amaral, que está presente no Senado Federal, na sala da Liderança do Governo, do Líder Aloizio Mercadante. Pensei em informá-lo deste meu discurso até porque vi nos jornais de hoje que S. Ex^a fará um pronunciamento amanhã de análise do meu procedimento na última quarta-feira. Fiz questão de estar aqui hoje pensando que fosse oportuno e próprio, caso ele desejasse falar hoje.

Li aqui a matéria publicada no jornal **Valor Econômico** de hoje, que menciona: “Aliados pedem a Lula que assuma a articulação política” Legenda da foto de Delcídio Amaral: “Delcídio: Senador fará discurso no plenário acusando Suplicy de ter ignorado acordo entre a bancada e os dirigentes petistas”.

E diz aqui:

(...) Líder do PT no Senado, Delcídio Amaral, fará um discurso no plenário que deixará Suplicy em situação delicada. Ele contará que os dirigentes do PT deram autorização para que cinco Senadores do Partido assinassem o requerimento de criação da CPI cinco minutos antes do encerramento do prazo regimental, desde que essas assinaturas não alterassem o quadro político. Suplicy ignorou o acordo. “Foi o Waterloo de Suplicy”, disse o líder.

Eu quero aqui reiterar, Sr. Presidente, as palavras que pronunciei naquela quarta-feira. Primeiro, do meu respeito pelo Senador Delcídio Amaral, de como votei nele para Líder, como continuo a confiar nele como Líder. Ele deverá exercer a liderança, para a qual o escolhemos, durante todo o ano. Ele me disse, na quarta-feira, depois da minha decisão, que não teria outra alternativa senão a de deixar o cargo de Líder. E eu lhe transmiti: de maneira alguma, você deve continuar como Líder, eu assumo inteiramente a minha decisão de ter assinado o requerimento de CPI. Inclusive reconhecendo que, naquela tarde, considerando a ponderação do Senador Aloizio Mercadante para nossa Bancada, quando ele disse que, se nós seis – eu, Cristovam Buarque, Paulo Paim, Ana Júlia Carepa, Serys Slhessarenko e Flávio Arns – considerávamos que era uma questão tão importante para nós, uma questão de consciência, assinar o requerimento de CPI, então poderíamos deixar um documento pronto para ser entregue à Mesa alguns instantes antes da meia noite, com a nossa assinatura, desde que ficas-

se comprovada a inevitabilidade da existência da CPI. Ou seja, desde que não se conseguisse o número de assinaturas necessário para inviabilizar a CPI, sobretudo na Câmara dos Deputados, caso não se tivesse alcançado 171 assinaturas ou um terço.

Aconteceu que, ao longo daquele dia, tantos os fatores foram que me levaram a tomar essa decisão. Inclusive, em artigo para o **Jornal do Brasil** e para a **Folha de S.Paulo** de ontem, expliquei muitas dessas razões.

Vou ler e comentar o artigo que escrevi para a **Folha de S.Paulo**, a qual considerou suficientemente importante para destacar na primeira página:

Assinei a CPI dos Correios na quarta-feira e penso que o mais importante agora é garantir que ela seja realizada da maneira mais séria, isenta, responsável e eficaz. É a melhor maneira de atender ao propósito expresso pelo Presidente Lula, transmitido à nossa bancada do PT no Senado: o de apurar firmemente todas as ações de corrupção e todos os seus responsáveis.

Isso logo depois de termos tomado aquela decisão. Mas, ainda estávamos reunidos quando o Senador Aloizio Mercadante atendeu ao telefonema do Presidente Lula, lá da Coréia, em Seul. E o Presidente Lula soube do resultado da nossa reunião, mandamos um abraço solidário a ele. Todos estamos interessados em defender o seu Governo.

E quero aqui assinalar, Sr. Presidente: desde o início do Governo Lula, votei favoravelmente a todas as suas proposições, a todas as indicações, nunca descumprí. E o fiz porque achava que assim deveria ser feito e porque acredito que as coisas, segundo o que ele tem apresentado, são, no melhor sentido de defesa, do interesse público. Quando, por exemplo, houve o episódio em que o PT avaliou que a Senadora Heloísa Helena, por muitos dos seus dirigentes e do Diretório Nacional, não poderia mais permanecer porque tinha votado contrariamente à reforma da Previdência, eu votei favoravelmente à reforma da Previdência. Discordei no diretório de que ela deveria ser expulsa, preferiria que ela continuasse entre nós, mas em todos os episódios – só quero registrar isso – votei favoravelmente.

Pois bem, disse o Presidente Lula que era o seu propósito apurar firmemente todas as ações de corrupção e todos os seus responsáveis, quaisquer que fossem eles.

A preocupação dos membros do Diretório Nacional do PT, que orientaram os Deputados Federais e os Senadores a não assinar o re-

querimento, era a de que nossos opositores no Congresso Nacional usariam a CPI para desestabilizar o Governo, paralisar a administração pública e até os trabalhos do Congresso Nacional. É claro que esse risco existe, já que muitos da Oposição têm tido esse tipo de atitude.

V. Ex^a sabe quantas das vezes nós vemos aqui atitudes que poderiam, se levadas a um exagero sistemático, tentar inviabilizar até o Congresso Nacional de votar projetos. Felizmente, aqui no Senado, em muitas ocasiões, em que pesem todos os curtos-circuitos havidos, o bom senso prevalece e os nossos trabalhos continuam com a votação de importantes matérias.

Entretanto, penso que isso dependerá muito da própria atitude do Presidente Lula, de seus ministros, de seus líderes e parlamentares da base de apoio, de colaborar para que a CPI possa realizar um trabalho bem feito, coisa que, certamente, espera de nós o povo brasileiro.

Eu quero aqui ressaltar o que mostrou a imprensa hoje. Noto que as declarações do Presidente Lula são exatamente as de que a base do Governo deve estar cooperando com a realização da CPI, da forma tal como eu estou aqui propondo. E o próprio Secretário-Geral do Partido dos Trabalhadores, Silvinho Pereira, afirmou hoje que ele acredita que a CPI deve realizar-se de maneira serena, como a que eu próprio aqui assinalo.

Tivemos nas últimas décadas exemplos de CPIs que cumpriram os seus propósitos. Em 1992 e 1993, as CPIs para investigar os atos de PC Farias, ex-tesoureiro da campanha do Presidente Collor de Melo, e para investigar as ações e irregularidades relacionadas ao Orçamento da União, foram exemplares.

A primeira desencadeou a memorável Campanha por Ética na Política, que concluiu com o afastamento do Presidente da República. A segunda concluiu responsabilizando inúmeros parlamentares que perderam seu mandato. O povo se sentiu de alma lavada e avaliou que o Congresso estava cumprindo com seus deveres constitucionais.

Há casos de CPIs, entretanto, em que são criadas todas as dificuldades. Foi o que aconteceu recentemente na CPI do Banestado. Foram tantos os desentendimentos entre o Presidente, Senador Antero Paes de Barros (PSDB – MT), e o Relator, Deputado José

Mentor (PT – SP), que cada um produziu um relatório final, e nenhum dos dois foi aprovado pelo Plenário da comissão. Ambos acabaram sendo enviados para o Ministério Público e até agora não sabemos exatamente quais são as conclusões principais dessa CPI.

Esses episódios precisam ser lembrados para que o governo e a oposição ajam bem na escolha dos membros da CPI. Há inúmeros senadores e deputados que, por sua experiência e história, merecem o respeito de todos para ocupar a presidência e a relatoria. O Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros (PMDB – AL), já avisou que obedecerá à tradição e ao regimento, designando o presidente da base de apoio ao Governo e o relator da Oposição ou vice-versa.

Esta CPI, que tem por base as gravações publicadas inicialmente na revista **Veja**, e que indignaram toda a Nação [inclusive o Presidente], cita pessoas que estão no Congresso Nacional. Isso obviamente a justifica. É preciso assegurar todo o direito de defesa a elas, mas não há dúvida de que o caso envolve complexidade suficiente que o Congresso, além da Polícia Federal, da Controladoria-Geral da República e do Ministério Público possam colaborar entre si para apurar os atos irregulares e seus atores.

Ao assinar o requerimento, tomei a decisão que minha consciência determinou. Pela primeira vez em 25 anos de história do PT, agi em desacordo com a orientação do Diretório Nacional e com a decisão da maioria de minha Bancada. Naquela oportunidade, não houve deliberadamente fechamento de questão e, com a anuência dos Líderes, nós seis que éramos a favor – Paulo Paim, Cristovam Buarque, Flávio Arns, Ana Júlia Carepa, Serys Slhessarenko e eu – estávamos autorizados a entregar a nossa assinatura no requerimento de CPI instantes antes do prazo final, desde que constatada a sua inevitabilidade.

Tudo que se passou ao longo das últimas semanas, inclusive na última quarta-feira, ao receber a comunicação de apoios por minha assinatura vinda de todos os lugares do Brasil, sobretudo da enorme base petista que tanto contribuiu para me eleger Senador, levou-me à decisão de assinar a CPI.

Comuniquei que o faria aos meus dois colegas, Paulo Paim e Cristovam Buarque, que estavam aqui, a quem entreguei o documento com as seis assinaturas. Recomendei que consultassem os demais, pois poderiam querer seguir o mesmo caminho.

O Ministro José Dirceu, que comigo requereu a CPI sobre os atos de PC Farias e também trabalhou na CPI do Orçamento, afirmou, de maneira respeitosa, que sou *hours concours*, que se trata de uma questão de consciência – o que é verdade – e que eu seria estranho, que sou estranho. No dicionário isso quer dizer “fora do comum”, “desusado”, “novo”, “anormal”. Quando ele era dirigente, responsável por minhas campanhas...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI. *Fazendo soar a campanha.*) – V. Ex^a fique à vontade porque já consultei o Plenário – que é soberano – e determinou que o Presidente liberasse o tempo para V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Quando o Ministro José Dirceu era dirigente responsável por minhas campanhas majoritárias, ele aprovou os motes criados pelo querido publicitário, falecido, Carlito Maia, criador de OPTeI e de tantas coisas importantes na história do PT. Esses motes diziam palavras como: Experimente Suplicy! Ele é diferente de tudo o que está aí. Pintou limpeza! É Eduardo Suplicy que o Senado precisa.

Ou seja, quem sabe os adjetivos de José Dirceu estejam consistentes com a história do que ele mesmo aprovou que fosse adequado?

Minha decisão, portanto, levou em conta tudo o que o Presidente Lula e todos nós do PT defendemos nesses 25 anos. E a tomei considerando as razões que fizeram o PT propor ao povo de São Paulo que me elegesse Senador em 1990 e novamente em 1998.

Sr. Presidente, queria transmitir algo aos meus companheiros de Partido. A minha decisão está sendo confirmada como a mais correta, pelo que percebo por toda parte. Eu os convido a sair comigo pelas ruas, como fiz ontem na Parada Gay em São Paulo, onde havia 1 milhão e 800 mil pessoas nas ruas.

Resolvi percorrer com aquela multidão, das 13h30 às 19h30, desde o Masp na Avenida Paulista até a Igreja da Consolação. Por todas as partes, a cada poucos metros que andava, era interrompido. Era difícil caminhar sem receber cumprimentos efusivos das pessoas. Elas me cumprimentavam e batiam palmas exatamente pela decisão que tomei.

Quando fui comprar um remédio na farmácia, o farmacêutico me cumprimentou; o vizinho da janela apareceu dizendo que estava orgulhoso do seu Senador, seu vizinho; a professora de ginástica e as pessoas, no parque, hoje pela manhã, na pracinha onde faço os meus exercícios às 6h45min, vieram interromper a minha ginástica para dar os parabéns; no avião – e estava o Deputado Luiz Eduardo Greenhaug ao meu lado – pessoas vieram me cumprimentar.

Chegaram até há pouco 1.140 mensagens no meu Gabinete, Sr Presidente. Há algumas, talvez entre 10 ou 15 – amanhã irei relatar no fim do dia quantas mensagens – disseram que eu não fiz bem, mas muito mais do que mil mensagens disseram que eu tomei a decisão correta. Sobretudo, são pessoas do PT que assim dizem. Pessoas que não são do Partido, mas também tantas pessoas das centrais de movimentos populares, do MST, dos movimentos pela moradia, de tantos lugares vêm me dizer de como avaliam que agi corretamente.

Também quero dizer uma palavra a um Senador, por quem tenho o maior respeito e amizade e que por mim tem demonstrado também o maior respeito. S. Ex^a sempre age da forma mais aberta. Refiro-me ao Líder do Partido de V. Ex^a, o PMDB.

É fato que eu mencionei que uma das razões que me levaram à decisão foi inclusive o que eu ouvi, porque todos se lembram de que aqui terça-feira à noite nós terminamos a sessão plenária às 21 horas. Tínhamos um jantar para o qual eu fui convidado, onde estavam doze Senadores, na Embaixada da China. Perante o Embaixador da China, na mesa, o Senador Ney Suassuna, assim da forma mais amável, de bom-humor, digamos, engraçado, fazia uma descrição de como era o nosso Partido, cheio de tendências, com mais de quinze tendências. Até mencionou, segundo S. Ex^a, não sei se a Senadora Heloísa Helena o informou, que o P-SOL já teria nascido também com umas quinze tendências. Não sei se é verdade. Mas no nosso PT nós sabemos que há até mais.

Daí S. Ex^a começou a comentar de como era o Governo, com certas particularidades e características. Mencionou como inúmeros Senadores tinham tido compromissos assumidos com o Governo e que o Governo muitas vezes demorava em atender. E por essa razão, subentendi, havia tantas dificuldades em obter a votação em apoio.

Eu noto que o Senador Ney Suassuna hoje disse: “Ah, o Senador Suplicy parece que não entende que as coisas são assim”.

Bom, eu quero transmitir, com muito respeito e amizade, ao Senador Ney Suassuna que eu de fato acredito ter sido convidado para ingressar no PT porque no meu entendimento os Senadores, os Deputados Federais, os Parlamentares normalmente devem votar a matéria por causa do mérito...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a pode ficar à vontade. Se houve tolerância anteriormente, a Mesa será tolerante com as palavras de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Aprendi, na minha vida política, desde Deputado Estadual, Federal, Vereador, Presidente da Câmara e Senador desde 1990, que o adequado, o correto é apreciarmos o mérito de cada matéria, de cada projeto de lei, de cada emenda, de cada projeto de resolução, de cada nome indicado para ser Embaixador, Chefe de missão diplomática, membro da Aneel, da ANP ou do Cade, tudo por causa do mérito das questões que defendem ou do conteúdo do projeto, e não pelo fato de ter sido designado por determinada recomendação de Senador, de Deputado, nem em face de ter sido liberada determinada verba.

Senador Ney Suassuna, compreendo as coisas diferentemente. O Governo sabe que não tenho um nome sequer em Ministério ou não há um dirigente de empresa que esteja lá porque eu tenha indicado.

Recentemente escrevi um artigo elogiando o Ministro Gilberto Gil, mas, quando saiu Ana Fonseca, também a elogiei. Contudo, nenhuma pessoa está lá porque eu disse que deveria estar. Não há um nome no Governo que esteja lá, não há tampouco nenhum pedido de registro, seja quando o Presidente era José Sarney, ou Fernando Collor de Mello, ou Itamar Franco, ou Fernando Henrique Cardoso ou o Presidente Lula, em decorrência de “Por favor, libere essa verba ou emenda, ou confirme tal pessoa em tal lugar, porque senão não voto mais em qualquer...”

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, com toda esta problemática da CPI, está ocorrendo a oportunidade de o Presidente Lula dizer: “Meus caros Congressistas, meus caros Deputados e Senadores, vamos aqui criar uma sistemática, vamos votar o mérito das questões, o mérito da pessoa designada para esta ou para aquela função. Vamos votar cada projeto de lei, cada emenda à Constituição em função do que entendemos ser mais correto, e não porque foi designada tal e qual pessoa para uma Diretoria da Petrobras, ou da empresa de Correios, ou do IRB ou do que quer que seja”. Pelo menos é essa a compreensão que tenho do que seja a função de cada um de nós no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI. Fazendo soar a campanha.) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a pode guardar essa sua solicitação, o seu pedido, porque ele nunca voltará a ser o meu Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, quem sabe posso estar sendo um pouco ingênuo, puro, inocente, mas tenho certeza de que o povo brasileiro gostaria que cada um de nós,

Senadores, agíssemos dessa maneira. E eu vim aqui para agir assim.

Então, se há necessidade de o PT fazer alianças e precisar proceder desta maneira, proponho ao Presidente Lula, da forma mais construtiva e amiga: vamos mudar isso; a oportunidade está aqui, está dada por esta circunstância.

Senador Paulo Paim, transmiti aqui tudo como se passou.

O Senador Cristovam disse algo que o Presidente José Genoíno repetiu: “Ah, o Senador Suplicy agiu por questão de *marketing*, ainda mais porque – vejam só – se aproximava das 20 horas, hora do Jornal Nacional”. Ora, por que razão eu agi naquele horário? Porque estava chegando o momento de encerrar a sessão. Eu era o último Senador inscrito. Aguardei o pronunciamento do Senador Pedro Simon, que me tocou profundamente. S. Ex^a disse à certa altura – e os Senadores Paulo Paim e Heloísa Helena estavam aqui: “Eu quero falar como amigo de vocês, do PT”, algo assim. Eu disse: “Senador Pedro Simon, lembro-me da época em que o MDB e o PMDB tinham tamanha força, e eram apoiados pelo povo brasileiro”. Eles tinham uma força extraordinária. Aos poucos, foram deixando de levar em conta certos valores. Foram tolerantes aqui e acolá, e uma série de coisas foi ocorrendo, esvaziando a força do Partido. S. Ex^a então disse: “Eu quero transmitir a vocês, amigos do PT, que não permitam que isso ocorra com o seu Partido”. Pois bem. Isso também mexeu comigo. Muitas coisas mexeram comigo.

A partir do momento em que foi dada a notícia no *blog* de Ricardo Noblat de que os Senadores Delcídio Amaral e Aloizio Mercadante tinham informado que, na Bancada do PT composta por 13 Senadores, 7 votaram para que não fosse assinado...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...e mesmo Senadores como Eduardo Suplicy, Paulo Paim e Cristovam iriam respeitar. Eu realmente tinha tomado a decisão de respeitar a decisão da maioria, mas, ao longo daquele dia, chegaram muitas mensagens. Podem observar o *blog* do Ricardo Noblat com 40 comentários, altamente destruidores a minha pessoa e a dos outros Senadores.

Gostaria, inclusive, de agradecer por esses comentários porque isso foi como um despertar, uma luz para eu tomar essa decisão, e digo com toda a sinceridade – e quero fazê-lo pessoalmente ao Ministro José Dirceu, ao Ministro Aldo Rebelo, ao Presidente José Genoíno, a todos os Deputados Federais e Senadores de meu partido e aos meus companheiros no Senado...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com muita honra, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Nobre Senador Eduardo Suplicy, antes de mais nada, tomo a liberdade de sugerir ao Presidente Mão Santa que lhe conceda mais cinco minutos. Este discurso está fazendo bem ao Senador Eduardo Suplicy, ao País pelo que S. Ex^a representa, pois está prestando contas à sociedade, ao seu Partido, dos motivos que o levaram a tomar a atitude de assinar aquela CPI na quarta-feira. É evidente que apenas um fato justificaria a atitude: o Governo autorizar os companheiros assinarem o documento de instalação da CPI desde que não houvesse mais efeito prático, porque a CPI era inevitável. Aí seria induzi-lo a uma farsa. Mas quem conhece o Senador Eduardo Suplicy sabe que S. Ex^a jamais aceitaria participar de um ato que não fosse motivado pelas suas convicções e, acima de tudo, por aquilo que a sua consciência estaria mandando.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Evidentemente, Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a vai pagar um preço alto por isso. V. Ex^a foi consciente desse fato, ao dizer que estaria em jogo o seu futuro político. As coisas acontecem assim. Não é a primeira crise com que o Partido de V. Ex^a convive. Penso apenas que algumas questões são dispensáveis, como a maneira jocosa e desrespeitosa com que o Ministro José Dirceu, seu colega de Partido, tratou V. Ex^a perante milhões de brasileiros na televisão, dizendo que V. Ex^a era diferente e que a questão de V. Ex^a era outra coisa. Pela tradição, pelo serviços prestados ao Partido, V. Ex^a deve merecer mais respeito por parte dos companheiros. Entretanto, mais cedo ou mais tarde, a virtude triunfa sempre. V. Ex^a pode ficar tranqüilo, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Agradeço, Senador Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Gostaria de pedir permissão, atendendo à solicitação do Senador Heráclito Fortes, aos que estão inscritos, ou seja, a Senadora Heloísa Helena, os Senadores Jorge Bornhausen, Leomar Quintanilha e Paulo Paim, para que o Senador Eduardo Suplicy prossiga. Fica a critério dos Srs. Senadores, se considerarem conveniente, eu poderia deixá-lo prosseguir ou encerrar o tempo. (Pausa.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vou concluir, Sr. Presidente, em atenção a todos os Senadores inscritos.

Agradeço a palavra do Senador Heráclito Fortes.

Há muitos momentos da história do PT e do Brasil em que estive ao lado do Ministro José Dirceu, não apenas no episódio em que eu e ele, juntos, ouvimos Pedro Collor de Mello e, em minha residência, escrevemos o requerimento de CPI. Também durante a CPI do Orçamento, participamos juntos; durante a campanha das Diretas Já, em 1983, 1984, em que me empenhei bastante, também como ele, que foi um dos coordenadores daquela campanha. Então, sabe o Ministro José Dirceu da estima que tenho por ele. Ele sabe que, algumas vezes, expressei opiniões diferentes da dele, ou da Senadora Ideli Salvatti. No ano passado, a Senadora Ideli Salvatti ficou brava comigo quando falei que seria interessante que o Ministro José Dirceu tivesse vindo aqui. Não era para a CPI; seria apenas para prestar esclarecimentos. Tenho certeza de que ele teria se saído muito bem, teria desanuviado o ambiente aqui.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Agora eu também tenho uma opinião divergente da dele, mas tenho certeza de que ele age de acordo com o que acredita ser para o bem do Presidente Lula e do PT, e eu também assim o faço.

Senador Paulo Paim, com muita honra, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a sabe, mais do que ninguém, o quanto o respeito e como lhe tenho um grande carinho. Alguns Senadores diziam-me para não fazer o aparte. Mas, em contribuição ao desabafo de V. Ex^a, esclareço-lhe que votei contra o salário mínimo. Avisei ao Presidente Lula, na frente de 13 Ministros, de que eu não votaria a favor do salário mínimo de R\$260,00. E assim o fiz. Alertei a toda a Bancada – e V. Ex^a estava junto – que eu não acompanharia o voto favorável àquele valor. O meu voto foi o único da Bancada naquela situação. Respeito sua decisão, mais do que V. Ex^a possa imaginar, mas, infelizmente, não há como não falar. Eu não dormiria bem com a minha consciência se não falasse com V. Ex^a neste momento. Onde está a discordância? V. Ex^a inclusive viajaria às seis horas da tarde – estou relatando os fatos – e já tinha a passagem comprada. Foi a meu pedido que V. Ex^a não viajou.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– É verdade.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Eu disse a V. Ex^a: “Senador Suplicy, existe uma decisão da Bancada, de uma questão de convicção nossa, já que per-

demos de seis a sete e somos contra a CPI, de que possamos encaminhar à Mesa a assinatura dos seis Senadores que perderam na Bancada.” V. Ex^a, de forma muito equilibrada, disse que a unidade da Bancada estava em primeiro lugar. V. Ex^a inclusive entregou-me um cartaz, quando o Senador Aloizio Mercadante falava com o Presidente Lula depois da nossa decisão, no qual estava escrito: “Diga ao Presidente que a decisão foi em solidariedade a ele.” V. Ex^a é testemunha desses fatos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Sim. Mande um abraço solidário ao Presidente.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Exatamente.

Conversamos aqui no plenário. O seu gabinete fez esse documento. Não fui eu que fiz. Então, a situação que estamos enfrentando é delicada e desgastante para todos nós. Esse documento foi feito no seu gabinete. V. Ex^a me perguntou se eu queria assinar em primeiro lugar ou em segundo, e respondi que, para mim, tanto fazia. Assinei em primeiro lugar, V. Ex^a assinou em segundo lugar...

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Na mesma linha.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Na mesma

linha, e seguiram-se as assinaturas de seis Senadores. Diz o requerimento: “Requeiro, nos termos regimentais, a inclusão de meu nome no Requerimento (...) que cria a Comissão Parlamentar (...)” É o mesmo que V. Ex^a preencheu. Faço apenas esse desabafo com V. Ex^a, porque não tenho nada contra a sua decisão. Disseram-me antes que foi uma questão de foro íntimo. O que me deixa chateado – V. Ex^a sabe – é que, depois de firmar um acordo com parceiros, com companheiros, sou daqueles que nunca deixa ninguém para trás. Tenho a convicção de que a CPI é importante e de que o PT não tem que ter medo dela. V. Ex^a me acompanhou nesse debate ao longo das reuniões que fizemos na Comissão. Entretanto, V. Ex^a assinou o acordo do meu lado e ainda me disse: “Senador Paim, gostaria que V. Ex^a fosse até a Câmara dos Deputados ver como está lá o debate.” Fui, cumprindo a orientação de V. Ex^a, que me liderava nesse assunto.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Acompanhado do nosso nobre Colega Eurípedes.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Exatamente,

Eurípedes foi junto comigo. Fui para a Câmara e, quando voltei, V. Ex^a me entregou seu celular e disse: “Vou para a tribuna, porque vou assinar agora.” Essa foi a única fala que conseguimos ter. Em seguida, comuniquei ao Senador Cristovam, que disse: “Não acredito que isso vai acontecer.” Estamos dialogando. Respeito-lhe muito, V. Ex^a sabe disso, mas eu tinha que fazer esse desabafo. Senti que V. Ex^a rompeu o

acordo que nos unificou durante todos esses anos aqui neste Parlamento. Continuamos juntos, mas, de fato, fiquei chateado. Se tivéssemos conversado... Veja bem, Senador Suplicy, que estávamos com a procuração dos seis Senadores. Poderíamos ter conversado e decidido em bloco, naquele momento em que V. Ex^a assinou – e foi o 52^o –, de encaminharmos à Mesa o documento. Mas V. Ex^a decidiu e rompeu um acordo que havíamos feito. Nós seis sabíamos que a CPI era irreversível. Sempre soubemos disso! Não seriam retiradas 80 assinaturas na Câmara, nem mais de 20 assinaturas no Senado, como, de fato, ninguém retirou. Quero até lembrar, por questão de justiça, que o Senador Zambiasi deixou uma procuração comigo para que eu pudesse, a meu critério, retirar o nome dele. Não considerei correto tirar o nome de S. Ex^a, porque o problema ocorreu dentro do PT. Fomos nós que não nos entendemos. Então, a minha questão, Senador Suplicy, é apenas de método: depois de acordo firmado, não consigo voltar atrás. Conversamos com os outros seis Senadores, e todos pediram que eu não mais encaminhasse à Mesa o documento. Concluindo, Senador, quero dizer que respeito muito V. Ex^a. Sei que o conflito interno era muito grande e que V. Ex^a teve que tomar uma decisão. Posso discordar do método. Por isso, eu tinha, à luz da verdade dos fatos, de fazer esse pequeno relato. V. Ex^a tem todo o direito de rebatê-lo se considerar que usei uma palavra sequer indevidamente. O Senador Tião Viana, que tinha a mesma posição nossa na Bancada, submeteu-se e não assinou o documento, mas os seis que assinamos fizemos um tipo de pacto, um pacto de procedimento com a nossa consciência. Foi isso o que me moveu, e por isso, infelizmente, essas assinaturas não foram encaminhadas. Mas quero dizer que decisão de foro íntimo eu respeito. Mas eu tinha de esclarecer essa situação, até porque, Senador Suplicy, lá no meu Rio Grande, tive que relatar esses fatos, para o bem da verdade somente. Quero dizer que respeito V. Ex^a, que tomou uma decisão de foro íntimo, embora eu tenha discordado do método. E V. Ex^a sabe que isso que estou afirmando falarei também para a Bancada. Enfim, não há como os fatos não serem relatados. Era isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Agradeço as suas palavras e o seu respeito, Senador Paulo Paim. V. Ex^a sabe que não foi uma estratégia senão a de solicitar que V. Ex^a obtivesse a melhor informação sobre o que ocorria na Câmara, para que visitasse a Câmara.

Acontece que o momento de tomada de decisão, conforme já revelei aqui, deu-se enquanto eu ouvia o discurso do Senador Pedro Simon, que terminou no

momento em que V. Ex^a estava para cá retornando. Eu então disse...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador Suplicy, um instante. Quero primeiro justificar ao Presidente de fato e de direito, que está chegando, que utilizamos aqui o entendimento de Montesquieu em **O Espírito das Leis**. O Plenário concordou em que V. Ex^a usasse o tempo que julgasse conveniente. E V. Ex^a, então, fez uso da palavra.

Com muita satisfação, passamos a Presidência ao Senador Tião Viana, Presidente de fato e de direito neste momento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, quero apenas responder às observações do Senador Paulo Paim e, como chegou agora o Senador Delcídio Amaral, reiterar o que disse há pouco sobre S. Ex^a.

Senador Paulo Paim, V. Ex^a sabe que houve um detalhe importante, que aconteceu um episódio a mais no meu processo de decisão. Havíamos combinado de entregar aquele documento, porque havia a perspectiva de que a CPI seria inevitável. Mas, por volta das 19 horas, outro Senador que estava comigo conversou com o Dr. Carreiro, Secretário-Geral da Mesa – que sabe muito bem do que se passa no Congresso Nacional –, perguntando-lhe como estava a perspectiva. E ele fez um cálculo, estimando que a Base de Apoio do Governo – PT, PTB, PL e PP – teria o volume de assinaturas necessárias para baixar de 171 assinaturas e, conseqüentemente, inviabilizar a CPI, o que tornaria inócuo, inexistente o nosso documento.

Quando aqui falei, instei – eram 20 horas – que teriam V. Ex^a e o Senador Cristovam Buarque a possibilidade de também fazer o mesmo. Isso ficou inteiramente livre. Conversamos a respeito. Inclusive falei: “Quem sabe possa V. Ex^a consultar os outros três que não estavam presentes.”

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Consultei, Senador. Consultei todos, e me disseram: “O acordo foi rompido”. Então, conseqüentemente, me desautorizaram a entregar à Mesa o requerimento que V. Ex^a havia construído.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Talvez, então, esses Senadores não tenham obtido todos os sinais, todas as informações que obtive e que levou...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a já está na tribuna há quase uma hora. Darei apenas mais um minuto a V. Ex^a, que poderá, posteriormente, na fala do Senador

Delcídio Amaral, ao ser citado, recorrer ao art. 14 para ter mais tempo para falar. Apenas mais um minuto.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Portanto, talvez os demais Senadores, os outros cinco, inclusive V. Ex^a, não tenham obtido todas as informações que eu tive para tomar a decisão. Mas agradeço o respeito de V. Ex^a por essa minha decisão e tenho todo o respeito pelo procedimento e ação de V. Ex^a, que tanto tem honrado o povo do Rio Grande do Sul e o povo brasileiro neste Senado.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço ao nobre Senador Suplicy e concedo a palavra à eminente Senadora Heloísa Helena.

V. Ex^a dispõe de dez minutos e mais cinco de prorrogação.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)

– Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, eu ia falar sobre outra coisa, mas vou voltar ao debate sobre o covil dos reinos da política. Eu estava querendo mesmo era falar sobre os novos dados do superávit, que é construído sob a infame prática de cortar recursos sociais, retirando recursos das áreas da saúde, da segurança pública, do saneamento básico, da moradia popular, recursos essenciais para os pobres do País, preferindo o atual Governo, repetindo o anterior, jogar mais da metade da riqueza nacional na lama da especulação.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, eu me sinto forçada a entrar no debate da corrupção não apenas pela fala do Senador Suplicy, que acabou por incluir o processo de expulsão, de criação do P-SOL e outras coisas mais, mas também pelo que está apresentado na mídia desse fim de semana e também hoje. Sem dúvida, isso nos obriga a comentar um pouco sobre o fato.

Primeiramente, quero dizer ao Senador Suplicy e a todos os parlamentares que deixaram o nome no requerimento que não haverá expulsão nenhuma. Isso é blefe. Não vai haver expulsão, não vai haver punição, nada disso, porque os meses de glória da cúpula palaciana do PT e do Governo Lula, que acabaram motivando a expulsão do Deputado João Fontes, da Deputada Luciana Genro, do Deputado Babá e a minha, os meses de glória do Governo Lula já passaram. Então, não vai haver expulsão. Isso é conversa fiada.

Não vai haver expulsão, não vai haver punição também porque, se fosse respeitado o Estatuto, nós

nem seríamos expulsos, pois o Estatuto do PT possibilita que o parlamentar, mesmo após o fechamento de questão, recorra de uma decisão, alegando questões de natureza ética, filosófica ou de foro íntimo para não votar. Pautados nos meses de glória e para dar à pocilga do capital um sinal de que expulsavam, aniquilavam e acorrentavam qualquer parlamentar do PT que fosse contra esse tipo de política econômica, eles nos expulsaram, evidentemente sob o silêncio de muitos militantes do Partido, a despeito da rebeldia e da solidariedade de muitos outros, como, também, do próprio Senador Eduardo Suplicy.

Não é somente por isso que não haverá expulsão. Não vai haver a expulsão do Senador Suplicy por uma coisa óbvia que move os neurônios oportunistas da cúpula palaciana do PT. Não é por respeito, por amor à história de vida. Não é nada disso! É porque sabem que, se expulsarem o Suplicy, haverá uma repercussão negativa nas candidaturas do PT ao Governo do Estado e à Presidência da República. Portanto, não haverá expulsão. É só conversa mole, conversa fiada. Não haverá nada, pois os meses de glória do Governo já passaram.

Hoje, qualquer pessoa honesta intelectual e que não está se lambuzando no banquete farto do poder sabe que, infelizmente, para a tristeza de todos nós, que somos militantes da esquerda socialista, para profunda tristeza de todos nós, qualquer pessoa honesta intelectual e que não está se lambuzando no banquete farto do poder sabe que, no atual Governo, onde se toca sai secreção purulenta. Portanto, não há como discutir mais nada.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, sei que não há novidade em relação aos detalhes da corrupção. Toda semana, minuciosamente, é apresentada a promiscuidade entre camarilhas de políticos, empresários, agentes públicos, base de bajulação e o aparelho de Estado, o aparelho público.

Os detalhes como esses crimes contra a Administração Pública são apresentados particularmente nos causam nojo, náusea, ânsia de vômito, porque, quando eram atos patrocinados pelo Governo Fernando Henrique, nos nossos adversários históricos, pelos nossos supostos inimigos de classe, adversários ideológicos, quando os crimes contra a Administração Pública, as negociatas, a promiscuidade e as camarilhas faziam o que queriam nos governos passados, de alguma forma nós nos animávamos ainda mais a fazer o debate ideologizado, programático, o debate de classe.

No atual Governo, é especialmente triste, Deputado João Fontes. É especialmente triste porque é o mesmo detalhamento, são as mesmas denúncias nos jornais, é tudo a mesma coisa: a cúpula de um partido, a base de bajulação, personalidades do mundo

empresarial. É o mesmo negócio. É por isso que os que compartilham com a omissão e a cumplicidade para se lambuzar no banquete farto do poder perdem a autoridade moral de falar das malas-pretas, da corrupção dos outros governos porque usam a corrupção e as malas-pretas do governo passado para justificar o balcão de negócios sujos no atual Governo. Por que é triste? Porque os detalhes nos meios de comunicação são terríveis. É a mesma prática: utilizar o aparelho de Estado, o aparato público, entregar determinados e conhecidos delinquentes de luxo. É a mesma visão patrimonialista, onde o aparelho de Estado é usado como uma caixinha de objetos pessoais para alguns conhecidos delinquentes de luxo ou para partilhar o espaço com algumas camarilhas. Isso é muito triste, especialmente triste.

O Senador Eduardo Suplicy brincava conosco do P-SOL dizendo que soube que no nosso Partido já havia mais de quinze tendências. Não sei se há essas quinze tendências. Se houver, o Senador está sabendo mais do que eu. Pode até ser que haja muitas tendências mesmo, o que pode nos transformar num balaio de gatos. Mas é melhor um balaio de gatos do que um ninho de ratos. É melhor um balaio de gatos onde as disputas sejam ideológicas, programáticas, do que os velhos e conhecidos ninhos de ratos onde se disputam outras coisas que não as idéias, onde se disputam os velhos e conhecidos espaços de apropriação indevida daquilo que é patrimônio de todos, que é patrimônio público.

Portanto, Sr. Presidente, tive que fazer esse breve registro.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Delcídio Amaral, por permuta com a Senadora Ana Júlia Carepa.

V. Ex^a dispõe de dez minutos e mais cinco de prorrogação.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna hoje para explicar claramente os últimos acontecimentos, especialmente os ocorridos na quinta-feira, aliás, na quarta-feira – como muito bem me corrigiu a Senadora Heloísa Helena –, frutos de uma decisão que a Bancada do PT, por consenso, deliberou.

Quero registrar que não têm sido fáceis, ou não o foram, os debates na Bancada do PT com relação às assinaturas da CPI dos Correios.

Foram momentos importantes para mim, um Senador novo, que nunca havia tido mandato. Mas coordenei reuniões muito ricas em que todas as Senadoras e todos os Senadores foram ouvidos. Todos os nossos

Líderes manifestaram seus entendimentos de maneira sincera, honesta e leal.

Penso que crescemos muito, Sr. Presidente, como Bancada, que tem V. Ex^a como uma das suas principais estrelas.

Confesso que essas decisões não foram fáceis. Sempre por consenso, sem votar absolutamente nada na Bancada, fomos não só fazendo uma avaliação dos fatos como um todo, mas, com muita maturidade, com respeito ao Partido, com respeito à história do PT, das nossas Senadoras e dos nossos Senadores, procuramos encaminhar a decisão mais conveniente para o momento, que ajudaria o Governo a enfrentar essa situação, até porque temos como Presidente o nosso principal líder, o grande ícone do Partido dos Trabalhadores, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Na quarta-feira, depois de uma longa reunião e de uma série de encontros promovidos por esta Liderança, encaminhamos – não votamos – a não-assinatura da CPI dos Correios, a despeito, Sr. Presidente, de muitas posições contrárias a esse consenso, contrárias não somente fruto da sensibilidade dos nossos Senadores e Senadoras, como também da própria história de cada um. Mas, em respeito ao PT e ao Governo, nós, de comum acordo, não colocamos em votação essa questão e, consensualmente, deliberamos pela não-assinatura.

Ao final da reunião, por uma sugestão do próprio Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo, a Bancada não só entrou em consenso sobre a assinatura, como decidi que, depois, se todos os esforços de convencimento que ocorriam na Câmara não tivessem sucesso, aqueles Senadores e Senadoras que tivessem interesse em assinar poderiam fazê-lo. Com isso, estávamos protegendo uma decisão de Bancada e, acima de tudo, sendo coerentes com todo o trabalho que o Governo vinha desenvolvendo e, mais do que nunca, com as ações incisivas e rigorosas na apuração dos fatos pela Polícia Federal e pela Controladoria-Geral da União, com demissão dos funcionários que prejudicaram a imagem de uma das instituições mais respeitadas do Brasil, senão a mais respeitada: os Correios.

Encaminhamos as questões dessa maneira. Traçou-se de um fato histórico, de um comportamento exemplar, Sr. Presidente, da nossa Bancada.

As horas foram passando. Ainda estávamos em sessão no plenário do Senado quando o nosso caro Senador Eduardo Suplicy assomou à tribuna e, falando de pressões e de todas as preocupações que perpassavam sua mente naquele instante, disse que quebraria o acordo, porque efetivamente se sentia constrangido, não se sentia bem em relação aos fatos.

Evidentemente, Sr. Presidente, o posicionamento do Senador Eduardo Suplicy provocou uma reação forte na Bancada, a começar pelo Senador Cristovam Buarque, depois pelo Senador Paulo Paim, pela Senadora Ana Júlia Carepa, enfim, por Senadoras e Senadores que teriam interesse, tendo em vista o acordo feito, de assinar a CPI.

Meu querido amigo Senador Eduardo Suplicy, não vim questionar a história política de V. Ex^a, que é uma das maiores lideranças do Partido dos Trabalhadores. V. Ex^a tem respeitabilidade e credibilidade na Casa e uma história ilibada. Vim como amigo, aproveitando a oportunidade, meu caro Senador Eduardo Suplicy, para dizer a V. Ex^a que não pretendo tirar-lhe nada.

Quando conversamos pelo telefone, na quarta-feira à noite, V. Ex^a me disse: “Se quiserem expulsar-me do PT, não vou sair do Partido. Por mim, não saio. Se quiserem tirar a minha candidatura ao Senado, será uma decisão do Partido”.

Meu caro amigo Senador Eduardo Suplicy, nenhum de nós da Bancada quer tirar nada de V. Ex^a, o que conquistou com muito trabalho, com muitas horas de dedicação, honrando o PT junto à nossa militância, junto aos movimentos sociais, com toda a história de V. Ex^a.

Venho principalmente, meu caro Senador Eduardo Suplicy, destacar que o que ocorreu na quarta-feira, para um político e companheiro, não é bom, porque entramos em consenso sobre um posicionamento, o que honrou muito toda a Bancada, num momento de extrema dificuldade.

Foi quebrado o acordo, meu caro Senador Suplicy. Estamos no Senado Federal, estamos no Parlamento. Nós aqui não temos caneta; não temos cargo executivo. O que vale, Sr. Presidente, é a palavra.

Senador Suplicy, também não posso deixar de registrar, até para ser coerente com a minha Bancada, que, assim como V. Ex^a foi bastante pressionado, tendo recebido vários *e-mails* questionando o posicionamento – V. Ex^a diz, inclusive, num dos artigos estampados nos jornais, que logo depois que dei a entrevista para a imprensa, choveram reclamações –, V. Ex^a não pode esquecer, meu caro Senador Suplicy, que, assim como V. Ex^a registrou várias mensagens contestatórias àquela decisão que tomamos, outros Senadores e Senadoras da nossa Bancada também o receberam. Muitas, muitas.

Meu caro Senador Suplicy, na Bancada não existem aqueles mais sensíveis, medianamente sensíveis ou menos sensíveis. Todos temos contato com as nossas bases. Todos ouvimos os reclamos das pessoas que acreditaram no nosso projeto, nas nossas propostas. Ninguém nasceu na nossa Bancada e em outro

Partido do Senado com uma espécie de dom divino de sempre repercutir mais intensamente o desejo de nossa gente.

Meu caro Presidente, aproveito a oportunidade para deixar registrado, com todo o respeito, meu caro Senador Eduardo Suplicy, que tenho pela sua história, por tudo que V. Ex^a construiu pelo Partido dos Trabalhadores, que houve uma quebra de confiança. Quando V. Ex^a disse que podíamos retirar sua candidatura do PT, naquele momento, quem nos tirou alguma coisa foi V. Ex^a, que nos tirou a confiança de companheiros e de amigos. O importante, Senador Eduardo Suplicy, é que não quero aqui questionar o mérito da iniciativa de V. Ex^a, não quero nem entrar no mérito da decisão, mas quero entrar no mérito daquilo que consensualmente encaminhamos na Bancada.

Senador Eduardo Suplicy, a maneira como as coisas aconteceram, sinceramente, nós, Bancada do PT no Senado Federal, não ficamos em uma situação confortável, porque foi passada a imagem de que existem em nossa Bancada alguns mais justos e outros talvez menos justos, ou até mais injustos. E isso, meu caro Senador Eduardo Suplicy, não pode acontecer.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Delcídio Amaral?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Pois não, Senadora Ideli Salvatti.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Delcídio Amaral, em primeiro lugar, gostaria de parabenizá-lo pelo pronunciamento absolutamente tranqüilo. Estou até invejosa da sua tranqüilidade. Exercer o cargo de liderança de uma Bancada, como tive a oportunidade de fazê-lo no ano passado, algumas vezes, já disse, com tantas estrelas – algumas delas com pontas que acabam se chocando e até se magoando entre si – é difícil. Parabenizo V. Ex^a pela serenidade com que faz esse pronunciamento, retratando, indiscutivelmente, o sentimento que perpassa – tenho este entendimento – pela maioria da Bancada do PT no Senado Federal. Sou uma pessoa normalmente brava. De vez em quando, fico brava. E não há nada que me deixe mais enfurecida que deliberações tomadas no conjunto e que são suplantadas por decisões individuais. Nada individualmente é melhor ou mais correto que o que se delibera ou que se faz no coletivo. Não digo isso apenas para decisões partidárias. Para mim, isso é uma regra de vida. O que é feito, decidido e construído em conjunto é sempre melhor que qualquer coisa, por melhor que seja, feita individualmente. Penso que esse é um reconhecimento da humanidade. A humanidade tem de ser solidária e agregar interesses, convergir ações. É isso que nos diferencia das feras, dos animais. Atitudes individuais, mesmo que em um

primeiro momento possam parecer as mais corretas e mais justas, sempre são atitudes individuais, que confrontam interesses coletivos quando não respeitam uma decisão coletiva. Outra coisa que me deixa mais brava ainda é quando existe um acordo coletivo e se decide, individualmente, quebrar o acordo. Além de quebrar acordo coletivo, existe outra coisa que me deixa mais brava – quero usar a palavra novamente: é quando se percebe que houve premeditação, ou montagem, algo que pode vir a dar margem de que o ato não foi tão natural assim, que a cena foi construída. Nesse caso, é algo, para mim, mais angustiante, porque não é o arroubo de uma decisão fruto de paixão. É quando paira no ar algo premeditado. Da forma como foi feito, tenho esse sentimento, que não é só meu. Não foi conversado? O Senador Paulo Paim falou, ocupou a tribuna, estava lá com os documentos. Tudo havia sido combinado. Mas, de repente, o fato ocorre em determinado horário. Houve inclusive artigos publicados logo em seguida. Então, deixa-me ainda mais angustiada se houver a confirmação de que os fatos não foram tão emocionais nem impulsivos. Parabens novamente V. Ex^a por sua tranqüilidade no pronunciamento neste momento difícil. Gostaria de não estar participando deste debate, Senador Delcídio Amaral. Preferiria que a discussão ocorresse na Bancada e não na tribuna do Senado Federal.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Delcídio Amaral?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Ouço V. Ex^a com prazer, Senador Tião Viana.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Também gostaria de me inscrever para um aparte.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Caro Senador Delcídio Amaral, externo muito respeito pela manifestação de V. Ex^a. Saiba que é difícil para qualquer Senador do PT apartear um pronunciamento da grandeza do de V. Ex^a, primeiramente porque V. Ex^a está conseguindo o que, talvez, nenhum de nós conseguiu: expor de forma muito respeitosa e responsável uma crítica que considera justa e que se identifica com o sentimento de tristeza que envolve nossa Bancada, sem dúvida alguma. Além disso, V. Ex^a consegue preservar todo o respeito à história, à vida, à grandeza pessoal do Senador Eduardo Suplicy. Entendo que S. Ex^a não deve nos causar surpresa neste momento porque age de acordo com o que é. E essa é uma ação diária de S. Ex^a que nunca foge daquilo que é em todos os momentos de desconforto, de dificuldade, de encontrarmos um pensamento comum, uma resultante comum na Bancada; S. Ex^a nunca deixou de ser aquilo que é. E nós, que o conhecemos há muitos anos, temos que aprender a conviver com ele e a valorizá-lo

muito. Apenas entendo que a ação de S. Ex^a nos entristeceu, como V. Ex^a muito bem diz. Por quê? Porque havia um acordo, havia um entendimento. Eu, às 19 horas, estava aqui, o Senador Eduardo Suplicy foi ao cafezinho e me disse que estava mantido o acordo, que todos ficássemos tranqüilos, mas S. Ex^a teve um outro convencimento. Mas S. Ex^a representa muito em minha vida, pois quando ainda era militante do movimento estudantil, por volta de 1981, o Senador Suplicy já era uma referência de tese, de conceito de vida, de visão de sociedade. S. Ex^a saberá fazer essa travessia conosco, e penso que todos nós temos a capacidade de procurar compreendê-lo. Devemos ter essa capacidade. Mas não deixo, com isso, de reconhecer que errou, que causou tristeza na Bancada, porque quebrou um princípio fundamental na história do Partido dos Trabalhadores, que é o sentimento da unidade, como disse o Senador Paim. O Senador Paulo Paim também tinha todas as razões históricas e disciplinares para agir da mesma maneira que o Senador Suplicy agiu, mas S. Ex^a renunciou, enfrentou o sacrifício perante o setor da sociedade que o acompanha para preservar o Partido e, com isso, reconhecer a confiança em nosso Governo, o Governo do Presidente Lula. E eu, da mesma forma, assim agi. V. Ex^a é sabedor que defendi a CPI desde o início, acreditando que deveríamos, neste momento, dar uma demonstração à sociedade de que não temos nada a temer, que o aparelho de Estado fará a sua parte. Mas se a Oposição quer, vamos fazer a CPI e mostrar que o PT não tem nada a temer. Não foi esse o entendimento. Segui os líderes, segui a Bancada, entendendo que devo fazer sacrifícios em nome da unidade e da afirmação de um partido que nada tem o que temer em relação à corrupção. Acredito que o aparelho de Estado que o Presidente Lula dirige é capaz de responder a todas as expectativas da sociedade do ponto de vista moral, para elucidar como deve esse episódio dos Correios. Agora, não foi o entendimento de todos. Tivemos esse desfecho e temos que conviver no processo democrático assim. Só gostaria de concluir dizendo a V. Ex^a que é um dos mais maduros momentos que vejo no Parlamento, uma demonstração de grandeza humana, de convergência entre ética e dignidade na atividade de V. Ex^a. Na verdade, são duas coisas indissociáveis. Acho que a manifestação de V. Ex^a traduz apenas um olhar para o Senador Suplicy com todo o respeito histórico que ele merece, mas dizendo que estamos sofrendo. Creio que, pelo que ele representa, ainda vai errar algumas vezes mais conosco, mas temos que ter o coração grande para acolher qualquer erro de uma pessoa com tamanha alma como a do Senador Suplicy.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Obrigado, Senador Tião Viana.

Concedo o aparte ao Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero agradecer a maneira amigável e respeitosa com que V. Ex^a, como meu Líder, está me transmitindo seus sentimentos e os da Bancada. Assumo inteiramente a responsabilidade por meus atos. Eu o fiz para o bem do Partido dos Trabalhadores, da Bancada à qual pertencço e da qual V. Ex^a é o Líder e, sobretudo, para o bem do Presidente Lula e de seu Governo. A minha companheira Senadora Ideli Salvatti, junto com quem tantas vezes atuei, inclusive quando era Deputada Estadual, e a quem apoiei como Senador, hoje nem quis dirigir a palavra a mim, nem me cumprimentou, está brava. Vai continuar brava, mas eu queria dizer... Sr. Presidente, vou pedir ao responsável pelo som, não sei se é homem ou mulher quem está lá... Sr. Presidente Renan Calheiros, eu teria até direito ao art. 14, mas acho que será mais respeitoso e amigo falar com o Senador Delcídio assim, em aparte. E para a Senadora Ideli, eu queria relembrar alguns fatos da história. Outro dia assisti ao filme **A Queda**, que mostra a tragédia que foi Adolf Hitler. É um filme maravilhoso do ponto de vista de sua importância feito pelos próprios alemães. Adolf Hitler foi eleito pela maioria do povo alemão. Não estou dizendo que a decisão da Bancada, por maioria, tenha sido algo que faz lembrar. É só para dizer que há ocasiões na história em que mesmo a maioria pode errar, e alguém que queira respeitar essa idéia tem que dizer: “Desta vez, houve erro”. E, nessa ocasião, o Partido dos Trabalhadores – e quero dizer com toda a franqueza – por sua Direção Nacional e pela nossa Bancada, tomou uma decisão que não era a mais correta, que não defende o melhor para o Presidente Lula; uma decisão que nos colocaria em uma situação muito pior. O que a Senadora Ideli Salvatti e V. Ex^a ainda não compreenderam bem é que, por volta das 19 horas, percebi que aquele documento que entreguei ao Senador Paulo Paim, no qual eu dizia que se quisesse poderia também tomar a mesma atitude, se tornaria inócuo. E é possível, Senador Delcídio Amaral, que a minha atitude dentro do PT seja considerada um agravante, mas assumo também essa atitude. Por que razão? Na hora em que tive a estimativa, de quem sabe muito bem das coisas no Congresso Nacional, de que o PT, PP, PTB, PL conseguiriam retirar as assinaturas necessárias – e faltaram poucas, somente nove –, por volta das 20 horas, resolvi fazer o pronunciamento dizendo que achava adequado haver a CPI e que o Presidente e todos os Ministros não deveriam ter receio algum, como hoje muito bem disse Sílvio Pereira: “Não há por que ter receio disso, vamos

ter uma atitude serena”. Palavras corretas: vamos ter uma atitude serena, colaborar com essa CPI. Naquele momento, é possível que, se eu não tivesse tomado aquela atitude, então aquelas nove assinaturas teriam ocorrido, e o Deputado Arlindo Chinaglia teria chegado aqui, à meia-noite, com o número de assinaturas necessárias para invalidar a CPI, e ela não teria existido. O importante agora é todos nós contribuirmos para que essa CPI se faça da maneira mais isenta, imparcial e responsável. Quero dizer mais, Senadora Ideli: não tenho preocupação alguma. V. Ex^a preferiria que o nosso diálogo fosse apenas entre nós, na Bancada. Eu, por mim, tornaria as reuniões de Bancada abertas, transparentes, poderiam ser gravadas, com notas taquigráficas. Não tenho receio algum de dizer as coisas que penso no Parlamento da maneira mais transparente possível. Quero já dizer que tudo o que eu falar dentro da Bancada todos os meus companheiros podem comentar à vontade, porque não tenho o que esconder na minha vida pública. Muito obrigado. Meus cumprimentos, meu abraço. E confirmo que V. Ex^a é o meu Líder escolhido quando votarmos em fevereiro. V. Ex^a sempre tem me tratado com a maior fidalguia, respeito, amizade, inclusive hoje nas suas palavras. Então tenho a convicção de que essa minha decisão está sendo muito bem compreendida por todos os filiados do PT e, sobretudo, pelo povo brasileiro, e é para o bem do Presidente Lula.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Sr. Presidente, para concluir, eu gostaria de deixar muito claro que todos os Senadores e Senadoras do PT pautaram o seu comportamento em respeito ao Partido, em respeito ao Governo. E, graças a Deus, no Parlamento, e graças a Deus, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, ninguém recebeu o dom divino de ter mais sensibilidade para as questões sociais que outros. Todos nós aqui trabalhamos diretamente e, mais do que nunca, defendemos uma série de posições que encontram a empatia e a esperança nas pessoas que discutem a política e discutem um futuro melhor para os nossos Estados e para o Brasil.

Ouçõ o Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Delcídio Amaral, V. Ex^a conversava comigo hoje e dizia que o bom seria se o debate fosse feito na Bancada – e assim também eu entendia. Mas o Senador Suplicy legitimamente entendeu que poderíamos fazer o debate aqui no Plenário do Senado. Senador Suplicy, darei uma informação, resultado do que V. Ex^a me deu uma missão ao pedir que fosse à Câmara. Pois, bem. Fui à Câmara, e a Bancada tinha encerrado a reunião. Aqueles onze decidiram que não retirariam a assinatura. Conseqüentemente, os outros Partidos que espe-

ravam essa decisão, também não retiraram. Se V. Ex^a tivesse conversado comigo, antes de subir à tribuna, talvez tivesse cumprido o acordo. Mas, Senador Delcídio Amaral, quero mais é cumprimentar V. Ex^a, que, de forma equilibrada e tranqüila, dialoga com o Senador Suplicy, mostrando a ele que houve uma quebra de acordo – e S. Ex^a reconhece isso –, que lamentamos. Senador Tião Viana foi muito feliz. É claro que nós estamos tristes, porque tínhamos caminhado juntos, do início ao fim, ao longo desses dias. Infelizmente, o Senador teve outra posição. Senador Delcídio Amaral, de forma muito equilibrada – por isso que nem mesmo faria o aparte – V. Ex^a faz o relato fiel da discussão na Bancada. É preciso que fique claro, Senador Suplicy, que, quando V. Ex^a formulou o documento, era apenas para mostrar nossa convicção, que gostaríamos que ficasse registrada nos **Anais** – vou falar depois e entregar para que seja publicada nos **Anais** da Casa. Gostaríamos que ficasse clara a nossa posição em relação à CPI, apenas isso. V. Ex^a se precipitou, mas respeito assim mesmo a sua posição. Meus cumprimentos, meu Líder, pelo equilíbrio e pela forma como estabeleceu o debate desse tema.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, para concluir, deixo bem claro que não questiono o mérito da decisão do Senador Suplicy; não questiono o mérito, mas questiono a política, a decisão política. E política se faz com palavra; política é compromisso! Essa é uma das razões por que eu, Sr. Presidente, mui respeitosamente, vim aqui. Primeiro, quero relatar claramente o que ocorreu, sem esconder nada, sem assumir qualquer postura mais marqueteira, uma postura mais surpreendente, mas, acima de tudo, para relatar, com absoluta sinceridade, o que efetivamente ocorreu.

Sr. Presidente e meu caro Senador Eduardo Suplicy, em 1974, o Brasil perdeu a Copa do Mundo na Alemanha. Aquilo foi uma grande decepção para todos nós, brasileiros, para todos que amamos o Brasil. Eu me lembro de que, naquela ocasião, quando a Seleção Brasileira chegou, encontraram um meio de os jogadores saírem rapidamente; do próprio avião cada um tomou seu carro e sumiu, com medo de uma reação forte da população.

Um dos principais jogadores da Seleção Brasileira à época, Paulo César Caju, quando foi ligar o seu carro, percebeu uma falha. Estava ali perto um dos populares que tinham ido receber a Seleção Brasileira com carinho, apesar da mágoa e da tristeza. O Paulo César Caju ficou preocupado, receoso de receber um insulto. Mas o que aquele brasileiro, tão brasileiro como Paulo César e tão brasileiro como nós, sentia refletiu o que nós estamos sentindo. Ele olhou para o

Paulo César Caju e disse assim: “Paulo César Caju, que papelão”. E assim acabou.

Meu querido Senador Eduardo Suplicy, eu quero externar meu sentimento. Sou um homem positivo nas coisas; acredito sempre, acima de tudo, nas pessoas, e eu sei que nós vamos suplantar isso. Mas hoje, confesso a V. Ex^a, é um dia para nós de muita... Nós não merecíamos isso, seus companheiros de Bancada. E parafraseando aquele torcedor brasileiro em 1974, eu digo: Meu caro Eduardo Suplicy – se V. Ex^a me permite chamá-lo assim – que decepção!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Delcídio Amaral, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Sr. Presidente, requeiro a V. Ex^a a palavra pela Liderança do PSDB.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pelo art. 14, eu me sinto agora no dever de falar uma palavra a mais.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Inscrevo o Senador Almeida Lima e concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, para uma explicação pessoal, na forma do art. 14.

V. Ex^a tem a palavra por até cinco minutos, Senador Eduardo Suplicy.

Em seguida, darei a palavra, como Líder, ao Senador José Agripino.

Está inscrito para uma comunicação inadiável o Senador Antonio Carlos Magalhães e, pela Liderança, o Senador Almeida Lima.

Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a está com a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, por ter sido citada, quero também pedir a minha inscrição pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Inscrevo também V. Ex^a, Senadora Ideli Salvatti.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, quero pedir também a minha inscrição pelo art. 14 por ter sido citado uma dúzia de vezes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, quero que V. Ex^a avalie também a possibilidade de eu falar baseado no art. 14. Quero defender aqui os animais que foram atacados, sendo chamados de desunidos. Como eles não têm voz aqui, quero me dar o direito, por questão de justiça, de defender essa espécie que, tirando os peçonhentos, na sua maioria são solidários.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O art. 14 diz o seguinte:

Art. 14. O Senador poderá fazer uso da palavra: (...)

VI – Para explicação pessoal, em qualquer fase da sessão, por cinco minutos, se nominalmente citado na ocasião, para esclarecimento de ato ou fato que lhe tenha sido atribuído em discurso ou aparte, não sendo a palavra dada, com essa finalidade, a mais de dois oradores na mesma sessão;

Infelizmente, só poderemos conceder a palavra a dois oradores. É o que manda o Regimento Interno.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, como fui a segunda inscrita pelo art. 14, estou abrindo mão do meu direito de falar em favor do Senador Paulo Paim, que é o terceiro. Assim, ficamos dentro do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Inscrevo, na forma do art. 14, o Senador Paulo Paim, que terá a palavra em seguida.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, por cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dizer aqui, com o maior carinho e amizade ao Senador Delcídio Amaral, que a decepção seria do povo brasileiro se eu não tivesse tido a oportunidade de refletir durante todo aquele dia. E não foi por estar fazendo *marketing* naquela hora. Foi uma das decisões mais sérias que tomei ao longo da minha vida política, ao longo da minha vida. Fiz isso com base na própria história do Partido dos Trabalhadores; por todos aqueles motivos que me levaram a ser membro do Partido.

A Senadora Ideli Salvatti, o Senador Delcídio Amaral, a quem eu acabo de entregar o meu pronunciamento, vão observar que, em 1979, fui instado a dizer que estava considerando ingressar no PT, cuja direção havia me convidado a fazê-lo por ocasião da

sua fundação. Tendo sido eleito Deputado Estadual com 78 mil votos, solicitei a todas as pessoas que haviam votado em mim que, na medida do possível, se comunicassem comigo por telefone ou carta. Mais de 85% das respostas que recebi foram para que eu ingressasse no PT. Então o fiz conscientemente. Muitos foram os motivos que me levaram a ser do Partido dos Trabalhadores e a defender o PT e o Presidente Lula na campanha, inclusive depois de ter disputado com ele, em 17 de março de 2002, de forma democrática, de uma maneira que levou alguns companheiros a dizerem: “Mas como poderá você ser candidato diante do companheiro Lula?” Mas eles respeitaram.

O Partido dos Trabalhadores foi o primeiro na história a convidar todos os seus filiados a, diretamente, votarem no seu candidato à Presidência. E, no dia 17 de março, quando Lula teve 84,4% dos votos e eu tive 15,6%, eu disse: a partir de hoje até o fechamento das urnas, eu estarei em campanha pelo companheiro Lula para que ele se eleja Presidente. Tenho certeza de ter contribuído, e muito, para que ele chegasse aonde chegou. E contribuí, durante aquela prévia, para que ele se tornasse muito mais legítimo como candidato à Presidência.

Sr. Presidente, tenho procurado defender que o Partido dos Trabalhadores e o Governo do Presidente Lula sejam sempre o mais transparentes possível. Eu não tenho preocupação alguma de que haja qualquer pessoa, seja no Ministério, seja em empresa estatal, seja na direção do Partido, que não tenha procedido senão com correção. E foi o Presidente Lula que transmitiu à nossa Bancada, no telefonema ao Senador Aloizio Mercadante, que quer a apuração completa dos fatos, mesmo que haja alguém que tenha errado. Então, ele quer que seja definida a responsabilidade e, obviamente, que seja feita a correção, com a responsabilização de quem porventura errou.

Assim, eu acreditei que com a CPI é que nós poderíamos chegar a isso, dada a complexidade dos fatos relatados naquela reportagem da revista **Veja** e também porque são citados membros do Congresso Nacional. Assim, justifica-se inteiramente a CPI. O bom senso levou à população a dizer ao PT: “Está na hora de aceitarmos realizar a CPI”. Então, o fiz não de maneira a decepcionar, mas de maneira a confirmar aquilo que é a expectativa do povo e dos filiados e membros do Partido dos Trabalhadores. Eu tenho a convicção de que essa é a vontade da própria Base do nosso Partido e de que, nesta ocasião, os dirigentes e a maior parte dos Parlamentares não foram sensíveis à vontade do próprio PT.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT AC) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, nos termos do art. 14, inciso VI – o último a ter direito na presente sessão a recorrer a esse artigo –, por cinco minutos improrrogáveis.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, eu usei o art. 14 porque, apesar de que eu estava inscrito regularmente para falar por dez minutos, percebi que os Líderes e o art. 14 não permitiriam que eu fizesse uso da palavra. Então, eu o faço neste momento.

Qual era a minha intenção, Senador Suplicy? Eu simplesmente quero encaminhar à Mesa e faço questão de que V. Ex^a esteja aqui neste momento os documentos, requerendo a inclusão dos nossos nomes na CPI. Estão aqui as procurações de todos os Senadores que haviam nos autorizado a encaminhar esse documento à Mesa, já no dia 25, às 17 horas, conforme redação feita pelo próprio Senador Suplicy.

Repito: eu sou o primeiro, o Senador Eduardo Suplicy é o segundo. E entendo, Senador Suplicy, que o Carreiro vai pagar a conta, porque ele, o nosso Secretário da Mesa, induziu V. Ex^a ao erro, ao dizer a V. Ex^a que a CPI não seria instalada – pelas palavras do meu Senador Eduardo Suplicy. Tenho certeza de que não foi essa a intenção, Senador Eduardo Suplicy...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Foi uma previsão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT RS) – Uma previsão de que a CPI não seria instalada. Tenho certeza de que essa não é a posição do Senador Eduardo Suplicy.

Ele declarou da tribuna – e confirma agora – que havia dito que V. S^a fez uma previsão a ele de que a CPI não seria instalada. Por isso, ele não esperou a minha volta lá da Câmara dos Deputados.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Mas eu esperei!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT RS) – ... quando V. Ex^a subiu à tribuna e abriu o seu voto sem conversar comigo, que tinha uma posição clara de que os onze Deputados do PT não iriam retirar o seu nome. Então, Senador Tião Viana...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Mas V. Ex^a pôde acompanhar todo o diálogo, e o meu raciocínio na tomada de decisão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a subiu à tribuna, e eu o respeito, V. Ex^a sabe disso.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – E poderia ter acompanhado também.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Suplicy, estou com o documento assinado por V. Ex^a. Eu vou botar nos Anais da Casa.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu é que lhe dei.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E foi V. Ex^a inclusive que redigiu o documento. Não fui eu. V. Ex^a me convidou para assinar o documento, depois de um diálogo que nós tivemos. Então, eu não quero fazer que esse debate vire quem é a favor ou contra dentro da Bancada. Acho que houve um acordo, o acordo foi rompido. Quero dizer que eu respeito a decisão do Senador Suplicy, embora – repito – discorde do método. Por isso, para que fique nos Anais da Casa o acordo firmado com a assinatura do meu Senador, estou encaminhando à Mesa o documento.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador, não vou defender o Carreiro, vou falar a verdade: eu estava sentado ali na ponta da mesa, juntamente com o Senador Raupp, e nós fizemos essa conta. E o Senador Suplicy ouviu a conta. Não foi o Carreiro que fez a conta de que não seria possível. Nós tiramos por Partido, e aí não sobrou ninguém. O Carreiro estava sentado no lugarzinho dele. Estávamos eu e o Raupp na ponta, e o Senador Suplicy ouviu. Talvez ele tenha se confundido na hora em que falou em Carreiro. Até estranhei o fato de ele falar em Carreiro. Quem fez a conta fomos eu e o Raupp, e achamos que não sairia a CPI. Não foi o Carreiro, não.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a o ato de defesa da imparcialidade do Secretário-Geral da Mesa.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino Maia, como Líder do PFL, por cinco minutos. A seguir, tem a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães, pela Minoria.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu até não deveria me manifestar sobre assunto que não diz respeito ao meu Partido, mas me vejo na obrigação de dar uma opinião sobre o que se discutiu aqui, até em tom cavalheiresco, em tom civilizado, em tom maduro, um assunto que diz respeito a uma questão intestina do Partido dos Trabalhadores.

Eu queria manifestar a minha opinião ao Senador Eduardo Suplicy, um cavalheiro por excelência, com quem tenho divergido tantas vezes, mas a quem, tanto eu como a Casa, devotamos um sentimento de respeito pela sua vida pública reta, pela sua correção, pelos seus princípios, pela sua probidade pessoal. Mas, fundamentalmente, ele demonstra agora, Senadora Heloísa Helena, o sentido intuitivo de sintonia com a opinião pública.

Senador Eduardo Suplicy, pode-se falar do Presidente Lula muita coisa, abonadora e desabonadora. Eu posso falar, mas uma coisa eu tenho que reconhecer: a incrível capacidade que ele tem de sobrevivência política, por saber sintonizar com a opinião pública. Ele está sempre procurando interpretar o sentimento da opinião pública. Nesse episódio, como em episódios recentes, ele está em rota de colisão com o sentimento da opinião pública, claramente, ao colocar-se contra a instalação e funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a questão dos Correios, que é uma recidiva do caso Waldomiro. Ele está agredindo o sentimento da opinião pública, que é o de ver a corrupção investigada e punidos os culpados.

“Ao meu rei tudo, menos a honra”. Acho que foi assim, sem nem pensar nessa frase, que V. Ex^a se inspirou para tomar posição. V. Ex^a manifestou apreço, respeito, disse até que a sua atitude iria colaborar com o Governo do Presidente Lula, a quem V. Ex^a ajudou a eleger. Mas V. Ex^a não vai entrar em rota de colisão com a opinião pública.

Aqui foi dito que a Oposição queria a CPI – queria e quer, e foi ela quem tomou a iniciativa. Mas a CPI existiu não foi só pelas fotos e assinaturas do PFL, do PSDB e do PDT. Ela se constituiu pelas assinaturas de Parlamentares de todos os Partidos, inclusive do PT de V. Ex^a. Não é que a Oposição queira, a Oposição tomou a iniciativa. Quem quer essa CPI é o povo brasileiro. Quem não pensar assim vai pegar o bonde errado da história. E V. Ex^a, que tem um sentido intuitivo de sintonia com a opinião pública, percebeu isso em muito boa hora, e, rasgando as carnes, assinou a CPI, para poder andar tranqüilamente pela passeata *gay* de São Paulo, sendo festejado, aplaudido e admirado.

Sem nenhum desdém às opiniões que aqui foram manifestadas que eu respeito pelo Líder Delcídio Amaral, um cavalheiro, pelos Senadores todos do PT, quero manifestar a minha solidariedade e respeito à posição de V. Ex^a. Sem nenhum **parti pris**, sem entender que a atitude de V. Ex^a tenha definido ou não – e não definiu a CPI, pois ela já estava definida, aplaudo a iniciativa de V. Ex^a, porque está sintonizada com a opinião pública. Eu acho que fazer política com acerto

é fazer a vontade do povo, e V. Ex^a manifesta-se por fazer a vontade do povo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Com muito prazer, se o Presidente permitir.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero agradecer as palavras de V. Ex^a, de solidariedade e de compreensão. Agora, uma observação sobre o que disse V. Ex^a sobre o Presidente Lula. Se V. Ex^a ler com atenção os jornais de hoje, poderá perceber que o Presidente Lula, também hoje, está sintonizado com a opinião pública, pois ele tomou a postura de dizer à coordenação política, aos seus ministros, que não há mais por que se objetar a CPI. Vamos realizar um esforço para que ela seja a mais séria e correta. Nesse sentido, quero acrescentar que, quando V. Ex^a, na semana passada, assumiu a tribuna para dizer, como Líder do PFL, que quer fazer desta CPI um trabalho sério, competente, imparcial e com neutralidade, isso também me ajudou na decisão e na argumentação, porque considero que a Oposição deve ter a necessária responsabilidade de não fazer desta CPI algo que vá contribuir para desestabilizar o Governo e as instituições, para o Congresso Nacional e a Administração Pública, como muitos companheiros, na direção nacional, argumentaram. Quero aqui dizer que, a cada momento no decorrer desta CPI, eu vou instar as Lideranças do PFL e do PSDB a honrar a palavra de V. Ex^a. E, na hora de escolher o Presidente e o Relator, que possam os Líderes recordar-se, por exemplo – e citarei uma CPI de extraordinária sensibilidade para todos no Congresso Nacional –, da CPI do Orçamento. Escolheu-se para Presidente o Senador Jarbas Passarinho, que era por todos respeitado, e, para Relator, o Deputado Roberto Magalhães. Ambos tiveram uma atitude harmônica, como todos os membros da CPI, que funcionou a contento. Da mesma maneira, no ano anterior, noutra CPI, o Presidente, Deputado Benito Gama, e o Relator, Senador Amir Lando, tiveram harmonia e foram respeitados pelos demais. Ambas as CPIs puderam dar um salto, que contribuiu para lavar a alma do povo brasileiro e fazer com que providências importantes ocorressem neste País, inclusive a campanha por ética na política, de tão boa memória. Agradeço as palavras de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sou eu que agradeço a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy. Só se fôssemos muito pouco inteligentes, Senador Suplicy, faríamos desta CPI um palco de emoções, um Fla X Flu, um jogo entre o Governo e a Oposição, porque a opinião pública rejeita esse procedimento. O que ela deseja é a investigação correta da corrupção para

o apontamento de culpados. A opinião pública não aceita a procrastinação do caso Waldomiro Diniz e a reincidência no caso dos Correios; ela quer passar a corrupção a limpo. Quem for inteligente e pretender ficar sintonizado deve agir com equilíbrio, moderação e dedicação para encontrar os culpados e entregá-los à Justiça. É o que o PFL deseja e fará. Mas espero que V. Ex.^a tenha razão e que o Presidente da República, que chegou da Coréia, ponha ordem na sua base e que acabe com essa conversa de desmanchar tudo o que foi feito até hoje.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Vou só concluir o raciocínio. Até hoje, Senador Heráclito Fortes, nas comissões permanentes, nas CPMLs que estão em curso, para estabelecer o debate e o confronto de idéias e para provocar o esclarecimento, existe um acordo e um Regimento que, coordenados, levam as comissões permanentes a terem presidentes de partidos alternados. Senão, o PMDB, que é o Partido majoritário nesta Casa, teria todas as presidências; ou o Bloco PFL/PSDB, que é majoritário, teria todas as presidências. Mas foi feito um acordo de cavalheiros, para que a CAE fique com um Partido, para que a CCJ fique com outro Partido, para que a Comissão de Relações Exteriores fique com outro Partido.

E o acordo feito na CPML é exatamente a mesma coisa. O Partido majoritário na Câmara indica o Presidente ou o Relator; o Partido majoritário que, no caso, é o Bloco PFL/PSDB no Senado, indica o Relator ou o Presidente. Estão falando em um Bloco novo. Espero que a chegada do Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador José Agripino, peço a V. Ex.^a que conclua.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – ...bote ordem nessa questão e se retome a racionalidade, que se estabeleça o acordo amparado no Regimento que se pratica há anos no Congresso brasileiro, e que se honre o expediente que o Bloco da minoria recebeu de S. Ex.^a o Presidente Renan, pedindo a indicação, ao Bloco PFL/PSDB, de cinco membros titulares e cinco suplentes como bloco majoritário. Porque, pela proporcionalidade constante do expediente de S. Ex.^a, o Bloco PFL/PSDB indicará cinco membros, o Bloco PT/PTB/PL/PSB indicará quatro e o PMDB quatro. O majoritário indica cinco.

Então, ou Presidência ou Relatoria – e, no caso, pela tradição e pela seqüência, será a Relatoria – cabe ao Bloco PFL/PSDB. Se o Presidente quer colaborar, precisa dar uma orientação à sua base para procurar o entendimento que sempre se fez.

E aqui quero comunicar que o Bloco PFL/PSDB, Sr. Presidente, para encerrar, está indicando, em atenção ao Expediente nº 215/2005, do Presidente Renan Calheiros, titulares para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito: Senadores César Borges, Demóstenes Torres, Heráclito Fortes, Antero Paes de Barros e Sérgio Guerra. Como suplentes os Senadores: José Jorge, Efraim Moraes, Romeu Tuma, Alvaro Dias e Almeida Lima. Indicará hoje e espera que o acordo se proceda, para que a palavra do Senador Suplicy seja uma palavra com força de verdade pela ação do Presidente que deseja realmente a investigação. Senão, é CPI de um lado só. CPI de um lado só é farsa só. E, de farsa, o PFL não participa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex.^a.

Com a palavra o nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, como Líder da minoria.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço, como Líder, a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Inscrevo o Senador Ney Suassuna.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não há dúvida de que o PT sofreu uma grande derrota com a criação da CPI. Entretanto, essa derrota seria muito maior se a CPI não existisse.

Logo, a formação da CPI foi benéfica para o PT, porque a derrota política existiu no dia da apresentação do número. A luta que o PT realizou foi demasiada e com aspectos que não são os melhores no Parlamento nacional. Mas se ela não existisse, aí, sim, é que a população se revoltaria demasiadamente contra o Partido dos Trabalhadores.

Agora, realmente causa espécie que no meio de tudo isso – e o Senador Augusto Botelho colocou com muita propriedade – se venha culpar o Dr. Carreiro. Tenham paciência. Era o único que não poderia ser culpado. Então, ele passa a ser o bode expiatório nesta CPI? Não está certo. Não está certo. Foi uma frase infeliz do meu querido amigo Paulo Paim, porque – não está presente agora, eu gostaria que estivesse, o Senador Suplicy – o Senador Suplicy agiu em consonância com a população, com o Partido dos Trabalhadores, inclusive. Se o conselheiro de Lula fosse o Suplicy, a situação não seria esta. A derrota política não teria existido, mas, como bem disse aqui o Senador José Agripino, queremos apurar. E hoje o Presidente e alguns de seus auxiliares também já recuaram, já disseram que querem apuração. E queremos apurar este caso e outros que porventura existam. Não é ficar aqui parado só porque está se apurando os Correios

e ocorre o escândalo na Infraero, como o jornal aqui noticia, e não se apura. Não, vamos ver as provas para fazer também, se for o caso, uma CPI. Se amanhã for na Petrobras, que seja na Petrobras. O ideal é que não encontremos culpados, mas é muito difícil não haver culpado com tantas provas evidentes.

De modo, Sr. Presidente, que a minha colocação hoje é de aplauso ao Senador Eduardo Suplicy. E sei que, aplaudindo, estou piorando a sua situação na bancada. Sei que vai ser pior quando receber o aplauso do Senador ACM. Era a prova de que ele... Isto é do temperamento do Senador Suplicy: agir por conta própria. É o mais educado entre os muito educados como ele nesta Casa, merece o nosso respeito e tem idéias próprias.

Quando fiz a CPI do Judiciário, fui ao fórum trabalhista, em São Paulo. Na volta, por acaso, encontrei-o num bar pequenininho conversando com Paulo Nogueira Batista e disse: "Suplicy, você não sabe o que está havendo no Fórum do Trabalho. É um escândalo!" E ele me disse: "Vou lá agora", e foi, e apoiou, e tudo se deu aqui como deveria se dar, e a CPI trouxe resultados magníficos.

Essa CPI dos Correios tem que ser realmente isenta, mas, para isso, também a sua formação tem que ser isenta; do contrário, não existirá isenção. De modo que o meu interesse nesta hora é perante V. Ex^a que tanto elogio com razão e dizer que o Presidente Renan Calheiros tem atuado com muita correção – e V. Ex^a segue o exemplo – e que precisamos imediatamente formar esta CPI. Não queiram protelar, que é pior. Vamos encontrar as soluções, porque, do contrário, estaremos todos os dias nesta tribuna reclamando.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Com muito prazer. É uma honra.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Antonio Carlos, quero, primeiro, agradeço as suas palavras. De fato, confirmo o episódio que V. Ex^a relembra. O encontro que tivemos em São Paulo foi no bar e restaurante Supremo, do qual meu irmão era sócio, e ali encontramos num almoço. Eu estava almoçando e V. Ex^a chegou e me disse: "Olha, preciso que verifiquemos o que ocorreu no edifício do TRT". Fui lá fazer a visita e depois V. Ex^a bem conduziu aqui a CPI, que acabou desvendando um episódio muito grave de corrupção. Espero que sempre tenhamos CPIs conseqüentes, com trabalhos sérios, equilibrados, e que seja sempre respeitado o direito de defesa, como aconteceu, inclusive, com o próprio juiz Nicolau, que veio aqui e respondeu a toda e qualquer pergunta, mas ele tinha ... Não respondeu? Ele teve a oportunidade de

responder. V. Ex^a, Senador Ramez Tebet... Não entendi bem... Ele não esclareceu tudo, mas teve a oportunidade de se defender. Foi esse o sentido das minhas palavras. Acabou não respondendo. Teve a oportunidade de fazê-lo, V. Ex^a aqui está me recordando. Ele veio aqui e acabou se recusando a esclarecer, o que poderia ter feito.

Agora, quero ter a oportunidade de esclarecer. O Senador Augusto Botelho me recordou do fato como aconteceu. S. Ex^a esteve com o Senador Valdir Raupp, e eu estava ao lado perguntando ao Dr. Raimundo Carreiro quantos senadores e deputados havia em cada bancada. E de fato foi do diálogo entre ambos... E a informação dada pelo Secretário Carreiro é que ele chegara à conclusão: vai dar um número suficiente para retirar. Esse foi o resultado daquele diálogo. Mas é óbvio que aquela informação levou-me à conclusão de que, muito provavelmente, havia um risco muito grande de se tornar inócuo o documento que entreguei ao Senador Paulo Paim. Muito obrigado pela oportunidade de esclarecer esse episódio.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço, como sempre, a V. Ex^a, sobretudo a sua participação nesse modesto discurso, que chama à razão todo o PT, do Presidente da República ao mais modesto dos seus representantes. É a hora de se apurar, é a hora de demonstrar a verdade; caso contrário, a situação do Partido dos Trabalhadores vai ficar muito difícil, e não haverá verbas pagas para Parlamentares – e, aliás, vou apresentar um requerimento – na véspera de atos como esse último da CPI que resolva o problema. Não resolve. O caráter dos Parlamentares, em sua grande maioria, é muito bom, e como deve ser melhor ainda para que cresçamos aos olhos da opinião pública. Eu acho, mais do que nunca, que temos que apurar tudo – tudo – que for suscitado que tenha algum veio de verdade.

Sr. Presidente, chegou o momento decisivo deste Parlamento. V. Ex^a e o Presidente Renan Calheiros principalmente têm a obrigação de elevar o nome desta Casa, como o fazem desde que tomaram posse, sucedendo o Presidente José Sarney.

Agradeço a V. Ex^a e espero que todos caiam nesta realidade: é melhor apurar do que colocar embaixo do tapete.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o nobre Senador Ney Suassuna, como líder, por cinco minutos.

A seguir, falará o Senador Heráclito Fortes, para uma comunicação inadiável, e a Senadora Heloísa Helena, como líder.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Já havia sido assegurada a palavra a mim, pela Liderança do PSDB, pelo Senador Presidente Renan Calheiros. E requeri bem anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Infelizmente, Senador Almeida Lima, nos papéis de que disponho não consta o nome de V. Ex^a.

Pode ter sido uma falha. A Mesa vai averiguar e dará uma resposta imediatamente. (Pausa.)

Será feita a devida correção. V. Ex^a usará da palavra a seguir.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, muitas vezes não estamos no plenário, mas estamos ouvindo tudo o que se passa aqui.

Eu ouvia o discurso do Senador Delcídio e as colocações do Senador Eduardo Suplicy, e quero fazer aqui um parêntese de que S. Ex^a é uma pessoa por quem tenho a maior estima. Para que V. Ex^{as} vejam, já fui relator da renda mínima por duas vezes, ou seja, de duas variantes do renda mínima.

O Senador Suplicy é uma pessoa por quem tenho uma admiração incrível. Não conheço quem não goste de S. Ex^a neste Senado – e por que não estender mais – neste País. Tenho uma estima tão especial, que S. Ex^a foi o meu João Batista, no rio Jordão, em Israel. Ele me batizou no rio Jordão. Tenho por ele a maior estima, mas me surpreendi com a quantidade de jornalistas que me telefonou para saber o que eu tinha dito a Suplicy, que o fez mudar de opinião e assinar a CPI.

Eu disse que não havia dito absolutamente nada de especial. O que conversamos na Embaixada da China? Lá estavam presentes os Senadores Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque, Serys Slhessarenko, Valdir Raupp, João Batista Motta, eu. Havia vários Senadores na Embaixada da China, e eu dizia da nossa dificuldade em aprender a conviver com o PT – para mim foi um aprendizado complicado, difícil –, que é um Partido feito de várias tendências. Falamos com uma tendência, pensamos que está resolvido o problema, mas temos de falar com mais uma e outra. Tem de haver uma assembléia para se poder resolver a questão.

Qual é a novidade nisso? Não existe novidade.

Além disso, falava da dificuldade que gera no PT a cena paulista, que já divide uma boa parte do Partido, e a cena de 2010, outra problemática. Depois, discutíamos que o Governo vai bem: a economia vai bem, o Risco Brasil caiu, o dólar caiu. Quem observa os índices econômicos deste País percebe que ele está bem. Mas lamentavelmente a política não está.

Eu me queixava exatamente da dificuldade de interlocução. Coisas miúdas, coisas pequenas criam, para quem lidera, dificuldades enormes. Eu dizia que é difícil liderar a Bancada. O que é participar de um Governo? É gerir, administrar junto, participar do Governo. Não conheço outra forma; é assim em todos os países do mundo. Se o Partido dos Trabalhadores – dizia eu ao Senador Eduardo Suplicy, em uma conversa íntima, coloquial na Bancada – chamou alguém para participar e, depois de um ano e meio, ainda não fechou esse assunto, o Senador, o Parlamentar não pode estar satisfeito. E contava eu para S. Ex^a o caso de um colega nosso aqui de Brasília que foi convidado para indicar tal pessoa, fez a seleção entre os amigos, decidiu por alguém e o que fizeram? Chamaram outro para tomar posse. Entendo que participar é isso. Não conheço, não tenho essa hipocrisia de dizer que fulano está participando do Governo, mas não tem cargo. Não. Participar, em qualquer país do mundo, é fazer parte do Governo.

Pois bem. Era essa a conversa que tínhamos com os três Senadores do PT. Eu disse que uns mandam muito e outros mandam pouco. E os três se colocaram como os párias, como os que menos têm, porque são sempre independentes. E eu disse: “Então, vocês são realmente os párias.” E foi essa uma conversa coloquial.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Com muita satisfação, Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a bem registra o diálogo, ocorrido com o Embaixador presente à mesa. V. Ex^a relatou tal como aqui está dizendo. É fato que estávamos os Senadores Cristovam Buarque, Serys Slhessarenko, eu próprio, dentre outros. Havia, creio, onze ou doze Senadores – V. Ex^a citou alguns que estavam à mesa, mas eu nem quis relatar, porque não vinha ao caso. Nós comentávamos que não sabemos dessas coisas, porque de fato nós... O que eu quero registrar, Senador Ney, é que o PMDB e o PTB, por exemplo, podem ser parte do Governo, podem até sugerir nomes, mas o que não considero

o mais adequado – falo com franqueza a V. Ex^a – é que um Senador diga que só votará em determinada matéria, que até pode julgar boa, ou em algum nome designado para uma agência reguladora, por exemplo, se for designado aquele que nomeou. Então, esse tipo de relacionamento é que considero inadequado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Isso não falamos. Dissemos que o relacionamento se esgarça quando não se cumpre a palavra.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Eduardo Suplicy, há vários oradores inscritos e líderes que desejam usar da palavra. V. Ex^a já aparteu pelo menos dez vezes durante a sessão. É muito importante ouvi-lo, mas peço que seja sucinto em consideração aos demais inscritos.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – É fato, Senador Ney Suassuna. V. Ex^a não disse que aqueles Senadores estavam solicitando aquilo como condição de voto, mas V. Ex^a estava dizendo, de alguma maneira, como as coisas se tornavam difíceis aqui no Parlamento, quando não eram atendidos aqueles pressupostos. Desculpe-me V. Ex^a, mas subtendi que algumas vezes o Governo tem dificuldades de obter votações aqui por não atender tão bem o que V. Ex^a descrevia. Foi o que entendi e o faço com todo o respeito e amizade com que V. Ex^a sempre me tratou.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – São recíprocos.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Pois não.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– Serei breve. Tenho que dar um testemunho em seu favor, embora V. Ex^a não esteja em causa. V. Ex^a me mostrou uma carta em que abria mão dos seus cargos no Governo, dirigida há algum tempo, ao Senador Aloizio Mercadante. V. Ex^a antecipou-se a tudo isso que está acontecendo. Tenho o dever de dizer que, se não demitiram, foi porque não quiseram, porque V. Ex^a abriu mão.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Obrigador, nobre Senador.

Digo isso com muita tranquilidade, porque não tenho hipocrisia. Sou transparente; sou do “sim” e do “não”. Eu dizia que esgarçar confiança é muito ruim e que a situação fica difícil para qualquer Líder quando um membro da sua Bancada verifica que o que foi pro-

metido não foi cumprido. Não se trata de cargo. Cargo é insignificante. Tanto é que eu mesmo, no tempo do Governo FHC, tinha um indicado na Sudene, outro no Correio, e há um mês entreguei os dois cargos, porque não posso ter algo se meus liderados não estão satisfeitos em vários aspectos.

Estou falando sem hipocrisia. Não vejo outra forma de participar do Governo. Como é que se participa na Inglaterra, nos Estados Unidos, na França? Fazendo coalizão no Governo.

(Interrupção do som.)

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não vejo outra forma. O que me causa espécie é que tudo isso está na imprensa diariamente, Senador Eduardo Suplicy. Basta ler jornal. Eu mesmo observo que esse assunto está na imprensa todos os dias. Quando me referi a essa dificuldade – com todo o respeito que tenho a V. Ex^a – não disse novidade alguma. V. Ex^a tomou uma atitude que considero correta, diante da sua consciência e do seu comportamento, mas não se pode citar como fato decisivo a minha conversa, porque o que eu disse está constantemente nos jornais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Almeida Lima, pela Liderança do PSDB, e, a seguir, ao Senador Heráclito Fortes, para uma comunicação inadiável.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago comigo uma grande preocupação. Considero que, por esses dias, têm ocorrido fatos estarrecedores, evidentemente que não apenas o caso da corrupção no Governo. Estamos presenciando a uma total inversão de valores, e isso tem contribuído para a tentativa da formação de conceitos, de referenciais éticos e morais neste País os mais absurdos possíveis, por conta da criação ou não da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a corrupção nos Correios.

Personalidades da República, pessoas admiradas, apesar das divergências político-partidárias, têm dito cobras e lagartos; têm se expressado de maneira a mais vergonhosa possível, dando exemplos tristes à Nação brasileira, sobretudo à nossa juventude, pessoas como o Ministro da Educação, Tarso Genro, o Ministro Aldo Rebelo, o ex-Governador e Ministro Valdir Pires. E reparem que já não falo de José Dirceu, José Genoíno e outros que para mim

já perderam a credibilidade. As figuras a que me referi têm dado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, exemplos horrorosos.

Para Aldo Rebelo e Valdir Pires, apurar a corrupção é golpe das elites contra o operário, é golpe das elites contra as instituições democráticas. Que inversão de valores! Golpe às instituições democráticas, Srs. Senadores, é tentar varrer a lama, a imundice para baixo do tapete.

A revista **Veja** publica reportagem sobre declarações de um nosso colega Senador, mostrando o envolvimento, o enraizamento dessa corrupção. Figuras como estas virem a público, pela TV Senado, por outros canais de televisão, pela Imprensa Nacional, emitindo conceitos os mais hipócritas possíveis, como se devessem ser conceitos referências de valores éticos e morais...!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quem golpeia as instituições é a corrupção e, posso até acrescentar, não apenas ela, mas esse tipo de ensinamento ou de novo conceito ou de nova referência de valor ético e moral que estão tentando transmitir à juventude e à sociedade deste País.

O Ministro condena a absurda e irresponsável manifestação de apoio de Parlamentares da base à CPI sob a avaliação, que considero hipócrita, de que, se algum ato for provado contra o PTB ou outro aliado, a aliança ficará prejudicada. Ou seja, o Ministro Tarso Genro, em nome de alianças, pensa que se pode roubar, que pode não se apurar o crime e que o criminoso pode não ser punido. O Ministro chegou a acrescentar: "É profundamente entristecedor para nós termos companheiros que assinaram a CPI, demonstrando falta de solidariedade com o Governo e falta de espírito partidário". Isso é uma inversão de valores.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC. Fazendo soar a campainha.) – Interrompo V. Ex^a para prorrogar a sessão por mais dez minutos.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Agradeço a V. Ex^a.

Isso é uma inversão de valores. Falta de solidariedade ao Governo porque aliados assinaram a CPI? Solidariedade é ao povo, que foi roubado! Solidariedade é àqueles que estão nas filas dos hospitais sem poder serem atendidos! Isto nas palavras de um Ministro da Educação? Que grande exemplo à juventude deste País este senhor está dando! Ora, não assinar a CPI ou estabelecer outro tipo de manobra significa vitória do Governo! A vitória do Governo neste episódio é a derrota da moral, a derrota de princípios os mais elevados.

Pois bem, Sr. Ministro, triste, digo eu, é a nação, é a juventude que tem um Ministro da Educação que pede solidariedade ao Governo pela corrupção praticada pelo próprio Governo. Pois o que isso representa mesmo é a inversão de valores.

Sei que o meu tempo se esgota. Retornarei a esta tribuna porque agora levantam a tese de que não pode haver CPI porque vão transformá-la num palanque político, porque farão política da CPI. Esse é outro grande absurdo.

(Interrupção do som.)

Agradeço pelos mais 60 segundos.

Retornarei, como disse, porque, agora, parece-me que é a própria classe política, em outra inversão de valores, que não quer entender como legítima a sua atuação, porque só entendo classe política exercendo e executando a política, que é a sua atividade. De um minuto para outro, o exercício da atividade política passou a ser condenado pela própria classe política. É preciso colocar os fatos, os conceitos e essas definições em seus devidos lugares. Ora, é necessário dar a interpretação lógica e cabível a esses fatos.

Retornarei e agradeço dizendo que precisamos, sem dúvida, agora, estabelecer a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito para não darmos ao povo brasileiro a demonstração de que a classe política se encontra deteriorada. É preciso, sim, estabelecer a apuração dos fatos, fazer da CPI o uso digno que precisa ser feito. Ela deve ser permanente, de uso contínuo, como é de uso contínuo o medicamento para a pressão arterial. O trabalho de fiscalização e de apuração da corrupção precisa ser permanente, efetivo, contínuo e que todas as CPIs possam ser devidamente instaladas.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Paulo Paim, a Mesa pergunta se V. Ex^a deseja a transcrição, nos Anais da Casa, do referido documento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Na íntegra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa defere a transcrição, de acordo com o Regimento.

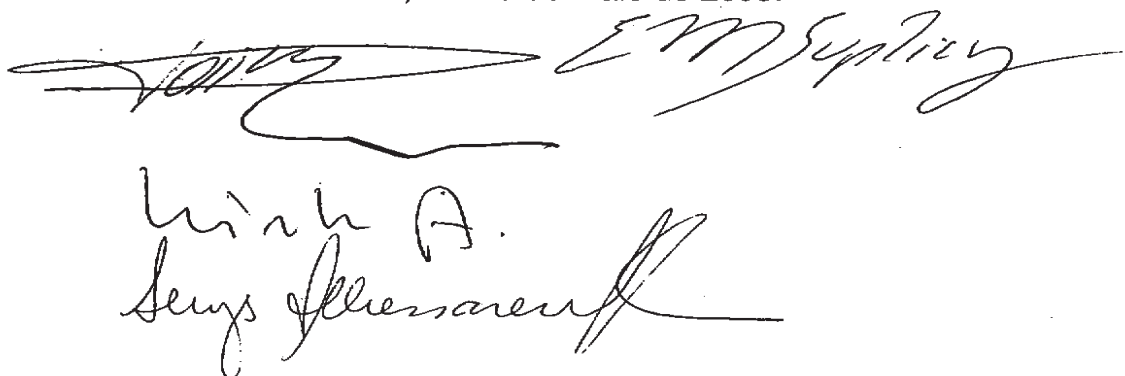
DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO ANTERIOR NESTA SESSÃO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)

Requerimento

Requeremos, nos termos regimentais, a inclusão de nossos nomes no requerimento 3/2005-CN.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 2005.



Handwritten signatures of two individuals, one above the other.

REQUERIMENTO Nº , DE 2005-CN

Requeiro, nos termos regimentais, a inclusão do meu nome, no Requerimento nº 03/2005-CN, que cria a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2005.



Senadora ANA JÚLIA CAREPA

REQUERIMENTO

Requeiro, nos termos regimentais, a inclusão de meu nome no requerimento Nº 03/2005 – CN.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 2005.



Handwritten signature of Flávio Arns.

Senador FLÁVIO ARNS

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Com a palavra o nobre Senador Heráclito Fortes, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, o Senado Federal hoje teve a oportunidade de ver a inauguração de uma nova fase na vida do Partido dos Trabalhadores. Digo isso lamentando profundamente, Senador Tião Viana, por estar presidindo a sessão neste momento V. Ex^a, que esta Casa tanto admira e tanto quer bem. Fico triste porque vejo aqui o Senador Delcídio Amaral ainda não recuperado da tarde em que teve que subir à tribuna para relatar fatos que, tenho certeza, não seriam do seu agrado, assim como vejo este grande companheiro que é o Paulo Paim e vejo a Ideli Salvatti arrumando seus documentos para novos pronunciamentos.

O PT hoje inaugurou a nova fase, a lavanderia para limpar a sujeira das suas roupas, agora fora de casa, no meio da rua.

Uma das coisas que mais invejávamos no PT era o fato de que as suas decisões eram tomadas internamente e eram obedecidas. Hoje o PT tornou-se igual a todos os outros partidos: já é também um partido insubordinado. Passou de partido ideológico para fisiológico. Está adquirindo, com o poder, todos os vícios que tanto combateu ao longo dos anos.

O Senador Antonio Carlos Magalhães e o Senador José Agripino mostraram, meu caro Presidente, que não há mais condições de o PT tentar colocar debaixo do tapete fatos que vêm ocorrendo na administração. O primeiro e o segundo casos eram de corrupção isolada, mas agora está parecendo que são fatos endêmicos, diferentemente do que ocorria com os Governos passados, quando as ações eram isoladas. Agora, não. Há grupos – não gosto de usar o termo quadrilha, acho grosseiro –, e há esquemas. Se abrimos os jornais, vamos ver a denúncia do Instituto de Resseguros do Brasil.

Senador Mão Santa, há dias um membro do conselho da Previ, Sr. Waldir não sei das quantas – não sei o sobrenome dele –, vem denunciando o mau uso dos recursos daquele fundo de pensão, a nomeação de conselheiros dirigida para atender sindicalistas.

O jornal **Folha de S. Paulo** desse final de semana mostra mais uma vez fatos graves que estão ocorrendo, negociações de alto vulto sendo feitas pelo Presidente da Previ sem a participação do conselho. O mais grave, Senador José Agripino, é que se omite a direção do Banco do Brasil, que é mantenedora desse fundo. São negócios de bilhões, e o conselho não é ouvido, não é consultado.

Fiquem certos V. Ex^{as} de que essa será uma área que vai trazer muita tristeza para o Governo. Vê-se denúncia dessa natureza na Funcef, na Previ, na Centrus, o fundo de pensão do Banco Central.

E o Governo? Onde estão os órgãos de informação? Não se comunicam? O Governo não sabe? Não se lê jornal? A verdade é que providência nenhuma é tomada.

Quando estoura um escândalo e há necessidade de uma CPI, tenta-se dizer que é uma ação política das oposições, aliás a mesma prática do Partido do Governo quando estava na situação que estamos hoje. Não é nada disso. O instituto da CPI é um mecanismo que se tem que usar no Congresso Nacional para a apuração de fatos graves como esse. Quanto mais tempo, Presidente Tião Viana, o PT levar esses fatos com a barriga, maior preço pagará por isso, mais perto ficará o período da eleição, mais exposto ficará o Governo.

O Presidente Lula, um homem bem intencionado, deve, de uma vez por todas, dar um basta em todas essas vertentes sobre as quais pairam suspeitas de malversação ou mau uso do recurso público, seja por meio de sindicância, seja por meio de CPI, seja por outra maneira que melhor lhe convier. Deve tomar providências para que o seu Governo não fique à mercê de escândalos um atrás do outro, todos eles envolvendo órgãos vitais para a administração pública do País.

Faço essa reflexão neste final de noite, Sr. Presidente, na certeza de que a CPI dos correios deverá ser uma CPI centrada exclusivamente nos fatos, para apurar denúncias. Não deve ser conduzida de maneira politizada ou ser usada para outros meios ou fins. Sou contra, Sr. Presidente.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Participei da CPI do Banestado e lamentei que, desde o início, o PT quisesse fazer a sua politização, trazendo questões regionais para o seu centro de discussão. V. Ex^a era Líder na época e sabe muito bem o que se pagou, o que se passou para se tentar contornar o encaminhamento daquela comissão mista.

Infelizmente, ao aproximar-se o pleito eleitoral do ano passado, os fatos tomaram um grau tão grande de politização que a CPI ficou inconclusa. Está aí, lacrada, e ninguém sabe o que realmente pôde ser apurado naquela CPI de grande importância para o País.

Chamo a atenção para esse fato até para evitar que adiamentos, que tecnicamente os Regimentos permitem, sejam usados e terminem caindo exatamente sobre os ombros do próprio Governo. Quanto mais cedo, quanto mais rápido essa CPI for instalada e

concluída, melhor será para o País, apurando os erros e os desmandos e salvando uma instituição tradicional como são os Correios e Telégrafos do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti por cinco minutos, mais dois de prorrogação.

Antes, prorrogo a sessão por mais 15 minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, franciscamente, peço todas as desculpas aos animais. Às vezes, é mais fácil pedir desculpas aos animais do que a companheiros. Infelizmente, a honestidade, a franqueza e o jogo aberto, às vezes, são até mal interpretados, mas é de fundamental importância que tenhamos a capacidade de fazê-lo.

Sempre digo que quem assiste à TV Senado e ouve os pronunciamentos muitas vezes acaba tendo uma visão catastrófica que não bate com a realidade. Ao longo da tarde, fui recebendo os informativos *online* da imprensa e, Senador Tião Viana, quero apenas trazer dois, por serem de fundamental importância para ilustrar o que estamos debatendo.

Passo a ler alguns trechos de umas notas:

Depois de resistir sem maiores traumas à forte volatilidade externa dos últimos meses, o mercado brasileiro também parece enfrentar sem grandes dramas a piora do cenário político das últimas semanas. Mesmo a bolsa, que tem sido o mercado mais volátil, conseguiu na última sexta zerar as perdas acumuladas em maio e já está no azul. Mas é no câmbio e no risco Brasil, que costumam ser os melhores termômetros do estresse dos investidores, que a serenidade fica mais patente. O dólar acumula queda de 5,65% neste mês, enquanto o risco Brasil caiu 8,5% no mesmo período.

No final da nota, um operador ouvido pela Agência diz: “Por enquanto, não há sinal de que vai acontecer alguma decisão que prejudique o desempenho da economia”.

Portanto, quem ouve o que é dito no plenário acha que há uma turbulência, e estão aí os indicadores econômicos, com a bolsa e o risco Brasil reagindo.

Faço questão de trazer outra notícia:

BRASIL É O 5º MAIOR INVESTIDOR DIRETO ENTRE EMERGENTES.

O Brasil é a nação latino-americana com maior volume de investimentos diretos feitos em outros países (IED), com um total de US\$66

bilhões, e é o quinto maior do mundo em desenvolvimento, atrás apenas de China, Hong Kong, Cingapura e Taiwan, segundo dados da Comissão da ONU para Comércio e Desenvolvimento (Unctad), divulgados há pouco no seminário “*Global Players From Emerging Markets: Brazil*”.

Meu inglês é horrível, já fui até admoestada nesta Casa.

De qualquer forma, são essas as notícias da realidade, do que está posto. Muitas vezes o cenário fica meio estranho aqui. Já tive oportunidade de ouvir que estamos vivendo um caos, uma catástrofe. Mas, como todos estão recebendo documentos, eu também não poderia deixar de registrar aqui – e eu nem sabia que tinha virado livro, Senador Paulo Paim – **O Mapa da Corrupção no Governo FHC**. Virou livro. Estão aqui registrados os principais casos de suspeita de corrupção, passo a passo: reeleição, Proer, DNER, Sudam, Pasta Rosa, Sivam e por aí se vão os escândalos. Gostaria de registrar que recebi o livro e vou lê-lo com bastante atenção, até porque não tive a oportunidade de estar no cenário nacional enquanto todas essas situações ocorreram.

Sr. Presidente, em minha fala do início da tarde, citei um único exemplo. Gostaria de citar mais alguns, pois todas as falas da Oposição têm seguido a lógica de que há um mar de lama e de que temos um Governo corrupto. Já tive oportunidade de vir à tribuna e dizer que nenhum outro Governo antes do Governo Lula tem a possibilidade de apresentar o mapa que foi divulgado no domingo passado pelo jornal **O Globo**, citando todas as operações, mais de 70, da Polícia Federal, em que mais de 1.200 pessoas foram presas. Em apenas oito operações, a Polícia Federal combateu em torno de R\$2,7 bilhões em fraudes contra a Administração Pública. Muitas dessas operações desmontaram quadrilhas que atuavam na malha da Administração Pública brasileira, seja no Poder Executivo, seja no Judiciário, seja no Legislativo, na esfera federal, estadual ou municipal, há muitos anos.

Citei uma, mas gostaria de citar outras. A Operação Gafanhoto inclusive chegou a atingir pessoa recém-filiada ao PT, em uma demonstração clara de que o Governo Lula não tem frescor. Seja quem for, se foi pego com a “mão na botija”, tem prisão. A Operação Gafanhoto funcionava desde 1998, mas foram presos agora, no Governo Lula.

Desde 1992, havia o esquema dos Vampiros no Ministério da Saúde, que diz respeito à fraude de hemoderivados. Depois de doze ou quase treze anos é que o Governo Lula desencadeou a operação, também sem dó nem piedade, descobrindo inclusive pes-

soas nomeadas pelo atual Governo, desmontando o esquema.

A Operação Gabiru – que diz respeito à merenda escolar, dos Prefeitos – tinha mais de dez anos.

A Operação Ajuste Fiscal prendeu onze auditores fiscais da Secretaria da Receita Previdenciária, do INSS, que, nos últimos dez anos, mediante recebimento de propina, causaram um prejuízo de mais de um bilhão aos cofres da Previdência.

Portanto, são quadrilhas que funcionam há muito tempo, entra Governo, sai Governo, e não foram desmontadas.

E citei aqui o caso que considero o mais emblemático, que é o da fraude dos concursos. O líder da quadrilha disse que fraudava concursos desde a época do Governo João Batista Figueiredo, há 24 anos.

Portanto, é de fundamental importância trazer-mos dados a respeito do combate efetivo à corrupção. Existe uma questão de ordem acatada e encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados, que será apreciada nos próximos períodos.

O Sr Heráclito Fortes (PMDB – PI) – Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Vou apenas concluir, pois já se passaram vários minutos.

O Sr Heráclito Fortes (PMDB – PI) – Apenas para perguntar: em que Governo começou o caso Waldomiro, e que providência foi tomada?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr Presidente, o aparte sou eu quem concedo, regimentalmente. E já se esgotou o prazo.

O SR PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a tem a palavra, Senadora Ideli Salvatti.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte? Apenas para ajudá-la, Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Gostaria apenas de concluir minha fala, dizendo, de forma muito tranqüila, que vamos acompanhar a deliberação da Comissão de Constituição e Justiça e vamos nos conduzir, com toda a serenidade, nos processos de investigação e de combate à corrupção, como nenhum outro Governo fez na história republicana das últimas décadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra a nobre Senadora Heloísa Helena, como Líder do P-Sol, por cinco minutos.

O SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, já falei, logo no início da sessão, sobre o covil da política brasileira. Mas, diante de murmúrios

e de outros mecanismos mais que passam pelos corredores do Senado Federal, gostaria de falar das novas estratégias, estratégias, ardis e táticas montadas pelo Governo e pela sua corriola de bajulação para impedir a Comissão Parlamentar de Inquérito.

É evidente todos nós sabemos que é baboseira e desonestidade intelectual dizer que corrupção sempre existiu e que, como ocorreu no Governo passado, seria justificada a corrupção no atual Governo. Claro que isso é desonestidade intelectual e baboseira política, mas até entendemos, porque não é algo fácil, simples e simplório defender uma estrutura governamental, um aparato público, um aparelho de Estado entregue a vários e conhecidos “ilustres” delinqüentes de luxo espalhados pelo Brasil, que a sociedade brasileira sabe quem são. Muitos desses delinqüentes de luxo que patrocinaram crimes contra a Administração Pública em governos passados hoje são tratados como amor primeiro pelo Governo Lula, e continuam a parasitar e a privatizar a estrutura do Estado brasileiro, da mesma forma desavergonhada que sempre fizeram.

Espero realmente que seja instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito. A metodologia utilizada pelo Governo, reproduzindo a metodologia utilizada pelo Governo passado, já deu conta de que foi insuficiente. O Governo se comprometeu com o novo balcão de negócios sujos. Certamente, muitos de nós estamos aqui apresentando requerimentos de informação, nós que analisamos o Siafi.

Senador Tião Viana, sei que era proposta de V. Ex^a, do ex-Senador José Eduardo Dutra e minha também que não apenas os Parlamentares tivessem senhas para fiscalizar a liberação de recursos por intermédio do Siafi. E acredito que isso é um crime contra qualquer mecanismo para garantir a transparência pública, primeiro porque, no Siafi, sabemos, são montados mecanismos para obstaculizar a transparência. A própria forma de lidar com o Siafi cria obstáculos para desvendar o que por lá está. Imaginem quando isso é feito apenas com a senha de Parlamentares!

Portanto, isso é essencial em um momento como este, em que ficou clara, perante a opinião pública, a metodologia infame e desonesta que o Governo Lula, copiando o Governo Fernando Henrique Cardoso, utilizou para impedir a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito. Nada pior para todos nós do que observar a velha fórmula de liberação de prestígio, de cargos, de poder, a velha metodologia de partilhar a máquina pública como se fosse um banquete para os mesmos delinqüentes de luxo, conhecidos da história política brasileira. Isso é realmente muito ruim. Espero que nenhum outro ardil, mecanismo ou tática sejam utilizados.

Vai para a Comissão de Constituição e Justiça, e qualquer um de nós sabe exatamente que nada existe de complexidade no debate sobre fato determinado. Como tática e mecanismo protelatório, é até interessante. Mas fato mais determinado do que fitas apresentadas, do que a ratazana pega exatamente saqueando os cofres públicos é difícil entender.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte, Senadora Heloísa Helena?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pois não, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora Heloísa Helena, o que V. Ex^a diz é muito oportuno. Gostaria de citar fatos que ocorreram quando talvez nem V. Ex^a, nem o Senador Tião Viana, nem a Líder do PT tinham nascido. A Polícia Federal sempre foi o maior símbolo de organização e de moral. Ela é simbolizada aqui pelo nosso Senador Romeu Tuma. Mas eu quero contar um fato. Nos anos 70, quando o PMDB no Piauí era MDB e começou a tomar as capitais, as melhores cidades como Floriano, com Bruno Santos, Parnaíba, eu fui acusado de comunista, subversivo. Eu ia saindo, Senador Tião Viana, de um hospital, e um policial federal, desses conscientes, me disse: “Dr. Mão Santa, eu estou aqui fazendo um inquérito. Andei nesta cidade, e V. Ex^a é uma das pessoas mais dignas e honradas. Então, eu não quero lhe dar o desprazer de ir à Capitania dos Portos, porque lá eu estou fazendo sindicância de bandido, de contrabandista. Então, eu quero ir na sua casa”. E ele bateu ao lado da Adalgisa, para encerrar. Quer dizer, a Polícia Federal é ativa, é digna, descente, é honrada em todos os períodos, até no revolucionário. O que eles fizeram foi me excluir, evitaram até que eu fosse à Capitania dos Portos. Conforme ele disse: “Lá, nós estamos levando contrabandista e nós não queremos maculá-lo, porque eu já andei nesta cidade...” Foi na casa, e nós não tínhamos nem casa, éramos recém-casados. Então, essa Polícia Federal sempre foi digna e honrada e ela é que tem salvo o Brasil, como está salvando agora o Governo Lula.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço V. Ex^a pelo aparte. Compartilho inteiramente da compreensão de V. Ex^a em relação ao aparato da Polícia Federal. Não tenho dúvida disso. Aliás, essa é mais uma desculpa desonesta, a mesma que o governo passado usava, de que não precisava abrir um procedimento investigatório aqui, porque a Polícia Federal já estava fazendo, o Ministério Público também já estava. Os policiais federais, que hoje são tão reivindicados para justificar o balcão de negócios sujos aqui montados para impedir a realização de Comissão Parlamentar de Inquérito, fazem parte da mesma Polícia Federal que foi sufocada, atropelada,

quase aniquilada no movimento de reivindicações por melhores condições de trabalho, feito ainda ano passado, no atual Governo.

Sr. Presidente, encerrando, pois vi que o meu tempo já se esgotou, o Senador da Bahia dizia que fazer elogios ao Senador Suplicy complicava a vida dele. Sei também que muitos dos mecanismos de entrave e de intolerância contra o Senador Suplicy, pela cúpula palaciana do PT, também estão relacionados ao fato de S. Ex^a ter agido da forma correta, solidária, todo o tempo, conosco, ainda no processo de expulsão, de inquisição, de santo ofício, que, tal qual o outro, de santo nada tinha.

Então, deixamos a nossa solidariedade ao nosso querido Senador Eduardo Suplicy. Para mim, machuca profundamente quando vejo algumas declarações de que é jogo de *marketing*, de que é isso ou aquilo outro, porque quem conhece em profundidade o Suplicy, a alma dele, os gestos mais nobres, mais simples, mais humildes que S. Ex^a é capaz de ter, quer seja em uma favela de um periferia de Alagoas ou em uma favela de São Paulo, os gestos tão simples, delicados, humildes e preciosos que o Suplicy sempre tem, e alguém acusá-lo de um jogo sórdido de *marketing*, do que quer que seja, é tão injusto e infame que talvez consideração nem merecesse.

Mas, não poderia deixar de dar o nosso abraço de solidariedade, na certeza de que ele cumpriu aquilo que a grande maioria do seu povo a ele deu, que foi uma eleição. É muito hipocrisia, vigarice política, falar em fidelidade às decisões tomadas pelas cúpulas dos partidos quando essas decisões se confrontam com as decisões do programa do partido e da sua história.

É por isso que o debate da reforma política tem muito de farsa, porque quando fala de fidelidade partidária não fala de fidelidade ao programa do partido, aos compromissos assumidos pelo partido ao longo da sua história e nas campanhas eleitorais. Então, por fidelidade partidária, por fidelidade aos eleitores, o Suplicy agiu absolutamente certo, porque uma cúpula, uma decisão, por mais nobre que seja, não é maior que a consciência, as convicções éticas, filosóficas, pessoais das pessoas e não é maior que a vontade de todos os eleitores.

Então, tenho absoluta certeza de que os eleitores do Suplicy, em São Paulo, com certeza, estão felizes com o gesto de grandeza política que ele deu ao assinar a Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:



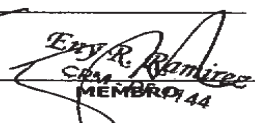
REQUERIMENTO N. 572, DE 2005

Nos termos do artigo 43 do Regimento Interno do Senado Federal, requero afastamento por 130 (cento e trinta) dias, a partir de 1º de junho de 2005, para tratamento de saúde, conforme laudo da Junta Médica do Senado Federal em anexo.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 2005

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Segundo Secretário do Senado Federal
- PMDB/MA -

CONCESSÃO DE LICENÇA A SENADOR

| IDENTIFICAÇÃO | | | |
|--|--|---|---|
| NOME DO(A) SENADOR(A) JOÃO ALBERTO SOUZA | | PARTIDO PMDB | ESTADO MA |
| PRONTUÁRIO | | | |
| TIPO | AFASTAMENTO | SITUAÇÃO | |
| <input checked="" type="checkbox"/> TRATAMENTO DE SAÚDE | A PARTIR DE 1.6.2005 | <input type="checkbox"/> CONCESSÃO INICIAL | |
| <input type="checkbox"/> REPOUSO A GESTANTE * | Nº DE DIAS 130 dias (Cento e trinta dias) | <input type="checkbox"/> PRORROGAÇÃO | |
| Brasília - DF, 1.6.2005 | | Geto Artiga L. Silva Médico CRM-DF 3635 | |
| JUNTA MÉDICA | | ORIGEM/MÉDICO | |
| OBSERVAÇÕES N 30.L.D 29.L E 10.0 | | CRM | |
| | | <input type="checkbox"/> HOMOLOGADO | <input type="checkbox"/> NÃO HOMOLOGADO |
| ASSINATURAS/CARIMBOS | | | |
|  Dr. Carlos Henrique S. de Sá Psiquiatra CRM-DF 1929 MEMBRO | | PRESIDENTE  Dr. Paulo R. R. Ramalho CRM-DF 2081 | |
| | |  Eury R. Ramires CRM-DF 144 MEMBRO 44 | |
| FUNDAMENTAÇÃO LEGAL | | | |
| CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 56, II * CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 7º, XVIII REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, art. 43, I DECRETO LEGISLATIVO nº 7, de 19.01.1995, art 4º, § 4º, REVIGORADO PELO DECRETO LEGISLATIVO nº 7, de 29.01.1999 | | | |
| DECISÃO DA MESA | | | |
| <input type="checkbox"/> APROVADO | <input type="checkbox"/> REJEITADO | | |
| PRESIDENTE | | | |
| 1º Vice-Presidente | | 2º Vice-Presidente | |
| 1º Secretário | | 2º Secretário | |
| 3º Secretário | | 4º Secretário | |

REQUERIMENTO Nº ⁵⁷³, de 2005

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para que seja realizada, no dia 10 de junho de 2005, Sessão Especial em função do Dia Mundial pela Erradicação do Trabalho Infantil, que acontece em 12 de junho, e com intuito de destacar a necessidade de continuar a luta para abolir esta tragédia no Brasil.

Sala das sessões, em 30 de maio de 2005.

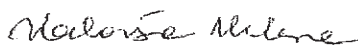

CRISTOVAM BUARQUE
Senador – PT/DF

PAULÍNIA SABOYA GOMES
Senadora – PPS/CE


Paulo Paim
Senador – PT/RS


João Capiberibe
Senador – PSB/AP


Ana Júlia Carepa
Senadora – PT/PA


Heloísa Helena
Senadora – PSOL/AL

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão votados oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os Srs. Senadores Sérgio Guerra, Teotônio Vilela Filho, Alvaro Dias e Paulo Paim enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a entrevista do escritor João Ubaldo Ribeiro publicada na revista Veja, edição de 18 de maio do corrente, sob o título “Somos um país corrupto”.

Na opinião do escritor, o Presidente Lula não gosta de administrar: “Ele não senta para ler, para despachar, para trabalhar” além de não digerir muito bem as críticas que lhe são feitas. E segue dizendo

que “Quando alguém critica Lula chamando-o, por exemplo, de ignorante – o que não é uma difamação, é uma verdade – diz-se que o Presidente está sendo desrespeitado”.

Comenta, ainda, que votou em Lula na última eleição, mas, hoje, o acha despreparado para ocupar o cargo: “Vende a imagem da leitura como uma coisa difícil, comparável a andar em esteira. Uma das coisas graves que eu acho que Lula faz é se gabar, se vangloriar da própria falta de formação”.

Para concluir, Sr. Presidente, requeiro que a entrevista seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU
PRONCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Entrevista: João Ubaldo Ribeiro

“SOMOS UM PAÍS CORRUPTO”

O escritor diz que o governo Lula é incompetente, que ricos e pobres brasileiros são igualmente desonestos e que a idéia de cotas significa um esforço para dividir o Brasil em raças

João Gabriel de Lima

O escritor João Ubaldo Ribeiro fustiga o presidente Lula com a mesma intensidade com que Luis Fernando Verissimo atormentava Fernando Henrique Cardoso. Nestes dois anos e meio de administração petista, Ubaldo se tornou um dos críticos mais ácidos do governo. “Não gosto dessa posição, não gosto de aparecer, mas fazer o quê? É inevitável se indignar com certas coisas”, diz o autor. Seu motivo mais recente de irritação foi a cartilha com termos politicamente corretos elaborada pela Secretaria dos Direitos Humanos. Ubaldo escreveu um e-mail a dezenas de amigos, e isso desencadeou toda a polêmica a respeito do tema. Aos 64 anos, o escritor baiano é um dos maiores best-sellers brasileiros, com 3 milhões de exemplares vendidos ao longo da carreira. Em casa, quando não está escrevendo, Ubaldo se dedica a uma nova paixão: o computador. Ele é capaz de ficar um dia inteiro baixando programas e viajando na internet. Compartilha o hobby com o amigo e também autor Rubem Fonseca: “Ele é um expert e dizia que eu nunca seria como ele. Hoje me chama de mestre”. Em seu apartamento no bairro do Leblon, no Rio de Janeiro, João Ubaldo Ribeiro recebeu VEJA para a seguinte entrevista.

Veja — O senhor é um dos maiores críticos do governo. O que há de errado com a administração petista?

Ubaldo — O governo é de uma extraordinária incompetência. Não conseguiu formular nenhum projeto, nenhuma vi-

são nacional. O presidente, na minha opinião, tem de ser respeitado, pela sua condição de incorporar e encarnar o cargo supremo do Executivo brasileiro.

E eu jamais faltei com esse respeito. No entanto, o brasileiro é tão subserviente que, quando alguém critica Lula chamando-o, por exemplo, de ignorante — o que não é uma difamação, é uma verdade — diz-se que o presidente está sendo desrespeitado.

Veja — A ignorância a que o senhor se refere não seria compensada por outras qualidades?

Ubaldo — Lula é autor de uma obra monumental, o Partido dos Trabalhadores. É algo sem precedentes na história brasileira, e talvez na história latino-americana. Governar um país, no entanto, não é a dele. Lula não sabe administrar. Ele não senta para ler, para despachar, para trabalhar. Ele tem um ministério que dificilmente conseguirá reunir num mesmo dia porque é impossível, num time de quarenta integrantes, que pelo menos um não esteja gripado ou com algum impedimento.

Veja — O senhor votou em Lula?

Ubaldo — Sim, na última eleição. Em 1994 e 1998, votei em Fernando Henrique. Eu não considerava Lula preparado. Hoje vejo que tinha razão. Na época da eleição de 2002, deixei-me convencer

de que os quadros do PT seriam suficientes para manter a coisa sob controle e que o presidente não se deixaria seduzir de forma tão flagrante pelos atrativos do poder. Observando o comporta-

mento de Lula, nota-se que o prazer dele não é administrar. São os discursos, são as aparições que eu classifiquei, e não me arrependo do adjetivo, de circenses. Vem sendo assim desde o primeiro dia. Ele foi a uma das cidades mais pobres, se não a mais pobre e faminta do Brasil, lá no Piauí. Muitas daquelas pessoas não sabiam exatamente o que significava um presidente da República, que para elas seria algo assim como um dono do mundo. Lá, ele disse ao povo que todos iriam comer no dia seguinte. E eu duvido que estejam comendo hoje.

Veja — Por causa desse tom crítico ao governo, o senhor é acusado de estar a serviço do PSDB. Como reage a isso?

Ubaldo — Eu sou uma pessoa totalmente destituída de rabo preso. Nunca roubei ninguém, não tenho antecedentes criminais, nunca fui dedo-duro, é difícil desencavar em meu passado algo mais grave do que ter enganado uma namorada, e assim mesmo muito eventualmente. Quando eu falo mal do governo, recebo cartas iradas dizendo: “Mas o que o PSDB faria neste caso?”. Como se tudo o que eu escrevi contra o PSDB não valesse nada. No Brasil, sempre se acredita que a imprensa vive no bolso de alguém. Eu convivi com Roberto Marinho episodicamente por causa de nossa condição de integrantes da Academia Brasileira de Letras. Por ter comparecido a três ou quatro jantares na casa do dono

da Globo, fui acusado de conspirar com ele. Você imagina que Roberto Marinho iria chamar um colunista de jornal para que ambos, juntos, manobrassem os cordões que gerem esta República? As pessoas têm essa convicção porque estão acostumadas ao ambiente de corrupção que reina no Brasil.

Veja — Não é um exagero dizer que a corrupção reina no Brasil?

Ubaldo — Nós vivemos num ambiente de lassitude moral que se estende a todas as camadas da sociedade. Esse negócio de dizer que as elites são corruptas mas o povo é honesto é conversa fiada. Nós somos um povo de comportamento desonesto de maneira geral, ou pelo menos um comportamento pouco recomendável. Se você me acompanhar à rua, a gente pode até fazer uma experiência. A população da Zona Sul do Rio de Janeiro é formada em grande parte de gente da terceira idade. Quando um idoso atravessa a rua, os motoristas de ônibus costumam acelerar em ponto morto, fazendo um barulhão. Eles querem dar um susto no velho; eles querem matar o velho. Já vi fazerem isso com crianças, que acabam saindo correndo. Eu mesmo, que tenho 64 anos, já tomei um susto assim. Os brasileiros estão convictos de que, se um

“Nós vivemos num ambiente de lassitude moral que se estende a todas as camadas da sociedade.

Esse negócio de dizer que as elites são corruptas mas o povo é honesto é conversa fiada.

Nós somos um povo de comportamento desonesto de maneira geral”

pedestre atravessar fora da faixa, o motorista tem o direito de atropelá-lo e matá-lo. Outro exemplo. Eu ouço de várias empregadas domésticas que é comuníssimo aqui no Rio de Janeiro que responsáveis pela merenda escolar retirem substancial quantidade de víveres e alimentos das crianças para levar para casa, distribuir entre parentes e até montar quitandas. Isso é um evidente absurdo.”

Veja — *O senhor falou em lassitude moral. Isso não ocorreria porque o país não tem instituições fortes, ao contrário de nações européias e dos Estados Unidos?*

Ubaldo — Nós somos de um país cuja colonização se deu em moldes muito diferentes dos da colonização dos Estados Unidos, nação à qual somos frequentemente comparados. Os colonizadores ingleses, ao vir para a América, estavam dando as costas para a Europa. Eles vieram para nunca mais voltar. Sua intenção, ao chegar ao Novo Mundo, era conhecer uma nação ou várias pequenas nações nas treze colônias. No Brasil isso não ocorreu. Não porque os portugueses sejam ordinários pela própria natureza, como frequentemente se diz. A questão é que Portugal nos pegou num momento em que sua prosperidade dependia do fato de o país ser um grande entreposto da Europa, um grande fornecedor de mercadorias. Fizeram, assim, uma colonização predatória. Portugal enriqueceu à custa do açúcar brasileiro, e Lisboa foi recons-

truída pelo marquês de Pombal com dinheiro brasileiro. Convinha manter aqui um controle rígido, diferentemente dos americanos, que de costas para a Europa criaram suas próprias leis. Os portugueses, no entanto, não tinham estrutura para isso. Com essa presença forte do governo necessariamente despoliciado pela metrópole, o domínio dos portugueses ocorreu de uma maneira desordenada, desregulada, importando caoticamente a burocracia lusitana, com a corrupção que essa burocracia gera. Construiu-se toda uma visão de mundo centrada na ação estatal. A origem de muitos dos nossos problemas pode ser essa.

Veja — *De acordo com Gilberto Freyre, no entanto, os portugueses contribuíram positivamente ao criar uma nação miscigenada.*

Ubaldo — É verdade, eles deram algumas contribuições positivas, e essa é uma delas. Com a qual, por falar nisso, o governo quer acabar, implantando o sistema de cotas nas universidades. Eu vejo essa idéia com profunda desconfiança e muito desagrado. Em minha opinião, ela representa um esforço para dividir este país, pela primeira vez, em linhas raciais. Tenho amigos diretores e donos de colégios que estão sendo obrigados a classificar os alunos por raça. Que retrocesso é esse? Já me chamaram e me chamam de vez em quando de negro. Eu me recuso a ser chamado de negro. Não porque tenha vergonha. Eu sou filho de uma família portuguesa pelo lado da mãe, neto de um português pelo lado do pai. A mulher do meu avô paterno era uma mulata acabocada. O que significa que eu tenho sangue negro. Mas eu me recuso a usar o critério americano que diz que é negro todo mundo que tem uma gota de sangue negro. Ou seja, se o sujeito é filho de um zulu com uma sueca, por que a metade zulu tem de prevalecer? E aí vem o governo com essa bobagem de que não se pode usar a palavra “mulato” porque vem de mula. Vou dizer algo politicamente incorreto: Lula é mulato. Se bem me lembro, o cabelo dele era crespo, encarapinhado, no tempo em que era líder metalúrgico. Já hoje, presidente da República, ele tem cabelos sedosos.

Veja — *O senhor acha que o sistema de cotas é de difícil implantação?*

Ubaldo — Eu acho muito complicado classificar as pessoas por raças no Bra-

sil. Eu não vejo TV, posso estar dizendo alguma bobagem, mas eu me lembro de que, a Xuxa só aceitava loirinhas para paquitas. Suponhamos que baixassem no Brasil um decreto específico, dizendo: “Xuxa Meneghel é obrigada a reservar 50% das vagas de paquitas para afro-descendentes”. Apareceriam no dia seguinte 20 000 loiras de olhos azuis mostrando o retrato de um vovô negro. Carla Perez, minha conterrânea, é uma loira artificial. Ela é mulata, filha de mulato, sem deixar de ser loira. Essa idéia das cotas embute, no fundo, uma visão equivocada: aquela que enxerga a questão da escravidão como um problema de origem racial.

Veja — *E não é?*

Ubaldo — Não existe nada mais falso do que isso. Ao longo da história, os escravos sempre foram os vencidos, e não necessariamente os negros. Na maior parte das civilizações, os escravos eram brancos. Os hebreus foram escravos dos egípcios, por exemplo. Não foram os portugueses que escravizaram os africanos. Eles trouxeram nos navios negreiros pessoas que já haviam sido escravizadas em sua nação de origem. Eram negros escravizando negros. As nações da África do início do ciclo das grandes navegações nunca tinham ouvido falar na existência dos brancos. Acreditavam que a humanidade era negra. Achavam-se, assim, tão diferentes dos vizinhos que falavam outra língua, cultuavam outros deuses e comiam outra comida quanto um inglês se acha diferente de um francês, de um alemão ou de um napolitano. A suposta irmandade entre os negros passou a existir quando eles foram unificados na categoria de escravos.

Veja — *O senhor sempre se autodefiniu como um autor que escreve por dinheiro. Alguém com essa postura sofre algum tipo de discriminação no Brasil?*

Ubaldo — Sem dúvida. Em parte por causa da inveja dos que não conseguem vender livros. Durante a maior parte da história a regra foi a encomenda. Quase toda a arte renascentista foi produzida assim, da Capela Sistina às fontes de Roma. Esse negócio de se sentar e se comunicar magicamente com as musas é conversa de rico que fica falando em arte. O artista de verdade quer ser pago.

“Eu vejo essa idéia de cotas com profunda desconfiança. Ela representa um esforço para dividir este país, pela primeira vez, em linhas raciais. Tenho sangue negro. Mas eu me recuso a usar o critério americano que diz que é negro todo mundo que tem um gota de sangue negro”

Veja — *Por que se lê tão pouco no Brasil?*

Ubaldo — É um lugar-comum dizer que isso ocorre porque o livro é caro. Sem dúvida essa é uma das razões. Há, no entanto, uma cultura de que o livro é uma coisa chata, difícil. Eu sou adotado em escolas, e devo ser odiado por um número imenso de estudantes brasileiros. Os jovens lêem os livros preocupados em responder a perguntas incompreensíveis em provas. Um grande número de professores transmite aos alunos o ódio que eles mesmos têm dos

clássicos. O próprio presidente vende a imagem da leitura como uma coisa difícil, comparável a andar em esteira. Uma das coisas graves que eu acho que Lula faz é se gabar, se vangloriar da própria ignorância, da própria falta de formação.

Veja — *O senhor recentemente teve graves problemas de saúde por causa do alcoolismo. Poderia contar o que aconteceu?*

Ubaldo — Foi uma luta de oito anos, complicadíssima. Tudo começou com uma depressão, em 1994, quando voltei da Copa do Mundo dos Estados Unidos. Uma depressão sem motivo, mas eu caí de cama, só não quis me suicidar. Tomei todos os remédios possíveis. Eu, que já bebia bastante, tentei curar a depressão com álcool, que é a pior burrice que alguém pode fazer. Porque a depressão vai embora durante três horas, quatro horas, depois volta pior. Você entra numa espiral descendente da qual é difícil sair. Fiquei oito anos nesse inferno, inchado, tremendo. O auge, há quatro ou cinco anos, foi quando tive uma pancreatite que quase me levou à morte. Passei quinze dias na unidade semi-intensiva do hospital. Tive a sorte de ser um dos poucos casos de pancreatite que não deram dor nenhuma. Dizem que as dores associadas a essa doença estão entre as piores que se podem suportar. Hoje, felizmente, estou há três anos sem beber.

Veja — *Como o senhor superou o problema?*

Ubaldo — Pela via da religião. Eu não me submeto ao ministério de nenhuma crença; embora acredite em Deus, reze todas as noites e me considere cristão. Há algum tempo, por uma série incrível de coincidências que não vou relatar aqui, tornei-me devoto de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Eu dizia que quase morri de pancreatite. Depois que saí do hospital, voltei a meus velhos hábitos de beber. Acordava cedíssimo, por volta das 5 da manhã, ia comprar jornal e passava pelos bares que fecham tarde para comprar uísque. As 10 da manhã já estava bêbado, e assim passava o dia inteiro. Logo tive o anúncio de que a pancreatite estava voltando: engulhos em seco. Eu acordava e ia direto para o vaso sanitário, para uma sessão de náuseas. Isso piorava a cada dia, e uma segunda pancreatite para mim seria a morte. Até que uma noite, na hora de dormir, eu rezei a Nossa Senhora: “Se amanhã eu amanhecer sem náuseas, eu paro de beber”. Acordei-e, pela primeira vez em muito tempo, não tive engulhos. Desde então, e isso foi há três anos, não bebi mais nada. Todos os fins de semana vou com meus amigos ao boteco e só tomo guaraná diet. O mais incrível é que não sinto a mínima vontade de beber. Eu poderia dizer que tenho uma imensa força de vontade, mas não seria verdade. Eu não faço esforço nenhum. ■

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Boquinha livre”, de autoria do jornalista Valdo Cruz, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 22 de maio do corrente.

O artigo mostra que o Partido dos Trabalhadores é contra as privatizações porque, com elas, o PT perde espaço dentro do Estado para fazer o jogo político e eleitoral.

Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Minha presença nesta tribuna hoje também tem a finalidade de registrar o excelente artigo do Colunista Josias de Souza, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 29 de maio último, sob o título “A última do Lula: um plano de metas para o ano 2022”.

A matéria trata de um “plano de metas para vigorar até 2022”, remetido pelo Ministro Luiz Gushiken, em correspondência a 50 mil pessoas espalhadas pelo

Brasil, apresentando um tal “Projeto Brasil 3 Tempos”. O custo disso ficou em torno de R\$900 mil reais.

Essa correspondência contém questionário de 50 temas, que vão de política cultural a nanotecnologia, por meio do qual o destinatário é instado a dar sua opinião para ajudar a “Construção de um Futuro Melhor”.

Segundo o articulista “Não há projeto de futuro capaz de subsistir a um presente tão promíscuo”, referindo-se à desastrosa gestão atual do PT.

Sr. Presidente, o artigo, por sua importância, merece a reflexão de todos, razão pela qual solicito seja transcrito como parte integrante deste meu pronunciamento, para que também conste dos Anais do Senado da República.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado:

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Boquinha livre

BRASÍLIA - A privatização do sistema Telebrás rendeu ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso muita crítica antes, durante e depois do programa. De aliados e de opositores.

Algumas eram procedentes. Como as baseadas em grampos telefônicos, que levantaram a suspeita de ação do governo para beneficiar alguns grupos nos leilões de privatização.

Outras escondiam a defesa de interesses corporativos e pessoais. Sobre essas, lembro de um desabafo de FHC na época: “É chiadeira de quem vai perder uns cem cargos políticos”.

Diretórias das teles faziam parte das jóias da coroa. Presentes em todos os Estados, eram cobiçadas pelos políticos pelo potencial eleitoral.

Rendiam negócios milionários, um canal para a coleta de doações eleitorais e outros negocinhos. Serviam ainda para ganhar votos, prestando serviços como a instalação de telefones a eleitores. A farrá acabou com venda da Telebrás.

Tal uma grande serventia das privatizações. Estreitar ao máximo o es-

paço dentro do Estado utilizado para o jogo político pessoal e eleitoral. Afinal, ninguém se esbofeteia por cargos pensando em um projeto de país.

No caso das teles, é inegável também que o serviço de telefonia no país melhorou — e muito. É o ideal? Ainda não, mas imagine se ainda fosse estatal. Veja o que acontece com nossas estradas esburacadas.

Alguém vai lembrar das denúncias de corrupção e comissões nos leilões das teles. Até hoje esses fantasmas, ainda não comprovados, continuam rondando a cena brasileira.

Deveriam existir? Não. Mas isso não significa que tudo deveria ter ficado como estava. Um Estado gigantesco é campo fértil para as negociações políticas. Como a dos Correios, que ainda vai tirar muita noite de sono do presidente Lula!

Infelizmente, o PT não é muito favorável a privatizações. Seus aliados agradecem. Vão mantendo suas boquinhas. E nem precisam votar a favor do governo.

NO PLANALTO

DOCUMENTO, A QUE SE
REFERE

A última de Lula: um plano de metas para o ano 20.

JOSIAS DE SOUZA

CC: UNISTADAFOLHA

NÃO HÁ mais dúvidas: é mesmo uma espécie de capadocês que foi à casa de Von Steuben para salvar a Chapetuzinha Vermelha e acabou casando com o Lobo Mau. Mas o presidente já fez esteja enojado da opção que fez. Tanto que encomendou ao camarada-estrategista Luiz Gushiken um plano de metas para vigotar até 2022. Duas décadas de convivência com a desfaçatez é tudo o que Lula e o ex-PT parecem dispostos a aguentar. A paciência do peitismo tem limites.

Em carta recebida da Presidência da República, o repórter foi convidado a ajudar a construir o Brasil do futuro. A mesma correspondência foi enviada a outros 49.999 brasileiros. Todos foram instados a visitar um endereço eletrônico - (www.pt.sidenca.gov.br/br3). Ali, digitando-se uma senha individual, as pessoas são apresentadas a um tal "Projeto Brasil 3 Tempos".

O repórter alarmou-se com a súbita responsabilidade acordada sobre os seus ombros estreitos. "O projeto depende da sua opinião". Com o auxílio de acadêmicos, o governo elaborou um questionário. Cosa ambiciosa. Aborda 50 temas da política cultural e nanotecnológica. Com a sua participação, os temas serão discutidos, formando o alicerce de um processo de planejamento estratégico, que permitirá a construção de um futuro melhor, estimulando a mensagem.

Embora sensibilizado com tanta deferência, o repórter achou melhor declinar do convite para participar da ambiciosa empreitada governamental. Súbita, lembrou-se de Stefan Zweig, autor do livro "Brasil, País do Futuro", o escritor austríaco suicidou-se em fevereiro de 42, em Petrópolis (RJ), por não suportar o presente. Observando a sem-vergonhice dos dias que correm, o repórter, por vezes também sente as ansiedades da morte voluntária.

A colaboração com Gushiken revolveria perigosamente os subterrâneos da psique do repórter. O id poderia receber mal a ideia. Decerto decodificaria as respostas do questionário do Planalto como evidências da cumplicidade com o governo. Um governo que, por indigno, não merece ajuda. Seria arriscado. Muito arriscado. Arriscadíssimo. Melhor evitar. Não é hora de apressar o encontro com Stefan Zweig.

Nada como o presente para descreatar o futuro. Enquanto Gushiken, instalado no terceiro andar do Palácio do Planalto, finge construir 2022, Lula, na sala ao lado, e José Dirceu, no pavimento superior, conduzem operações que destroem 2005.

Poder-se-ia imaginar que o "tour-de-farsa" fosse coisa combinada. Lula e Dirceu mergulhariam o país no caos de propósito, só para que Gushiken pudesse erigir dos escombros uma nação novinha em folha, nascida do zero. O mais provável, no entanto, é que Gushiken esteja mesmo planejando um imaginário Brasil das maravilhas, a ser gerido por uma improvável Alice petista.

As voltas com as contradições de uma gestão convencional, o PT parece não ter fugido aqui

não é mais a elite conservadora. Tampouco é neoliberalismo. Muito menos o mercado financeiro. O principal adversário do ex-PT é, e nisso vai uma subordinação dose de ironia, o próprio passado. O partido vive um boxe orzório. Encontra-se numa corda bamba. Nos seus instantes que consegue abrir os olhos, vê o adversário que, inesperadamente, tem a natureza do velho PT, aquela genética ambivalente de outrora, que transige com a ética.

Vida melancólica para o presidente do que acabou fundido com os demônios que se rebatam. O petismo é um tinido de próprias trapalhadas. Não há ex-PT, converte-se na desgraça do PT. O sucesso de um matou o outro. Não há projeto de futuro, capaz de subsistir a um presente tão promiscuo.

Um novo Brasil, organizado e sério, exigiria respeito ao erário. Mas Lula achou melhor não correr o risco de melhorar o país. Optou pelo arcaísmo de sempre. Preservou a névoa de atraso que recobre o vale-tudo da predação patrimonialista. A covardia cobra agora o preço da desmoralização.

Por todas as razões, o repórter quer distância do mirabolante plano de metas de Gushiken. Mas, levando-se em conta que está contribuindo com a bilheteria do circo - o "Projeto Brasil 3 Tempos" custará à ViaViva cerca de R\$ 900 mil - sente-se no direito de dar um palpite gratuito ao companheiro-estrategista.

Além de não poder ajudar a consertar o presente, caro camarada, é melhor deixar o futuro em paz. No rumo em que as coisas vão, o amanhã terá o aspecto semelhante de anteontem. Em 2022, o país já terá retrocedido a uma era muito emota. Não haverá mais PT. Não existirá mais Brasil! Res não apenas uns poucos hominídeos. Entre eles o chamado petebê ere tú e o chamado dirceu sapiens. Travarão renhidas contendas para decidir quem controlará o último osso e quem ocupará mais espaços na derradeira caverna, um buraco escuro, úmido e fétido.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto à tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Ligações perigosas”, publicada na revista **Veja** em sua edição do último dia 8 de maio.

A matéria mostra o envolvimento entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Primeiro Comando da Capital (PCC), facção criminosa que age nos presídios do Estado de São Paulo. Gravações indicam que o contato entre o MST e o PCC

teria começado por meio das relações pessoais de um dos presos com integrantes do Movimento.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Revista:

veja

08/05/05

LIGAÇÕES PERIGOSAS

Escuta mostra que o MST orientou a facção criminosa PCC a organizar uma manifestação

Carlos Rydlewski e Fábio Portela

Era o que faltava: uma ligação entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Primeiro Comando da Capital (PCC), facção criminosa que atua nos cárceres paulistas. Não se sabe ainda se é rasa ou profunda, mas, ao que tudo indica, ela existe. Um relatório preparado pelo juiz Edmar de Oliveira Ciciliati, da Vara de Execuções Criminais de Tupã (SP), com uma hora de escutas telefônicas, feitas no início de abril pela Polícia Militar em celulares de presos, sugere que o PCC contou com a colaboração dos sem-terra para organizar um protesto em 18 de abril, em São Paulo. Participaram da manifestação mais de 4 000 pessoas, no que foi a maior concentração de parentes de condenados já vista no Brasil. O ato, que reivindicava mudanças no regime de visitas dos presídios, mostrou uma capacidade até então inédita de articulação dos detentos.

As gravações indicam que o contato com o MST teria começado por meio das relações pessoais de um dos presos com integrantes do movimento. “Aí veio a idéia de ter uma maior orientação no campo de batalha”, diz um criminoso (veja trechos da escuta na pág. ao lado). As aulas dos sem-terra tinham sido transmitidas em “palestras” ministradas a pessoas em liberdade, que depois as repassaram para a facção criminosa. Um integrante do MST ofereceu ainda os serviços de uma gráfica. Nas ligações, há comentários sobre o fato de um dos líderes do PCC ter conhecido José Rainha Júnior, do MST, na prisão de Presidente Bernardes (SP), em 2003. “Mas ele é sujo”, diz o condenado. “Não com ladrão (detentos comuns), mas com o comando (o PCC).” Já um tal Gaúcho, apontado como membro da cúpula do MST, seria “da hora”.

Nos telefonemas gravados, parcialmente divulgados na semana passada pelos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*, discutem-se ainda detalhes práticos do protesto, como o preço do frete de ônibus para levar pessoas do interior ao ato na capital. Cada veículo custou 1 300 reais. Os presos também acertaram o valor de 10 000 camisetas — cada uma a 0,40 reais. O juiz corregedor dos presídios, Miguel Marques e Silva, afirma: “Tudo isso precisa ser apurado, mas a questão que fica é como o Es-

tado, organizado e com mobilidade para defender a sociedade, não consegue combater um grupo de presos que faz esse tipo de coisa de dentro da cadeia”.

Xico Graziano, ex-presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), não considera improvável que tenha sido estabelecida uma relação mais próxima entre o MST e o PCC. “Desde que passou a montar fábricas de sem-terra, o MST faz alianças urbanas de todo tipo”, diz Graziano. “Eles precisavam arregimentar pessoas para a militância e, nesse processo, essa aproximação é razoável.” Razoável e com precedentes, enfatize-se. Alianças entre bandos criminosos e organizações que se pretendem revolucionárias são comuns. O caso mais próximo e atual é a associação entre as Farc, a guerrilha esquerdista que minuzza a Colômbia, e os traficantes de cocaína daquele país. Um alimenta o outro, numa simbiose que tenta minar o poder do Estado. ■

Protesto em SP que reuniu mais de 4 000 pessoas: detentos planejaram o transporte e até as palavras de ordem

OS DIÁLOGOS DO PCC

As escutas feitas pela polícia de São Paulo, no início de abril, flagraram conversas por celular entre prisioneiros, todos apontados como integrantes da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC).

OS PERSONAGENS

Orlando Mota Júnior, conhecido como Cala Calu, então preso na cidade de Iaras. Condenado a 48 anos de prisão.

Douglas Azevedo, o Da Paz, na ocasião, preso em Araraquara. Condenado a dezesseis anos.

Marcos Willians Camacho, vulgo Marcôla ou Narigudo, atual cabeça do PCC. Condenado a 39 anos.

Denis e Luizinho, outros dois integrantes do grupo. Luizinho está solto.

AS CONVERSAS

O PCC PEDE AJUDA AO MST

Fala 1. Entre Orlando Mota Júnior, o Cala Calu, e Denis:

Cala Calu – (...) Eu acabei de conversar com os líderes do MST e eles vão dar umas instruções (sic) pra gente.

Fala 2. Entre Cala Calu e Douglas Azevedo, o Da Paz:

Da Paz – (...) O Narigudo (Marcôla) conhece um dos líderes dele, que estava em Bernardo. É sujeito, o Rainha (José Rainha).

Cala Calu – É sujeito, né?

Da Paz – Sujo, sujo. Nem conversava (...). Mas um outro que assumiu é o líder-geral de es lá, que é o Alemão, e o nome de ele é Caetano, ele já mandou as cartas para o irmão aqui (Marcôla). Ele é um cara da hora, irmão, e está fechando com a gente de igual.

Fala 3. Mantêm-se os personagens:

Cala Calu – (...) Nós pode (sic) ficar tranquilo que ele (o suposto integrante do MST) tem experiência com isso, ele vai conduzir a situação dessa, aí veio a idéia de (...) ter uma maior orientação no campo de batalha, entendeu? (...)

Da Paz – Pra você ver que, às vezes, os ventos estão a nosso favor, né, cara?

Cala Calu – Ele deixou a nossa disposição até mesmo a gráfica dele e as pessoas que fez (sic) faixa para ele pra todo tipo de manifestação.

Da Paz – Não tô acreditando no tamanho do negócio que estamos proporcionando. O paguê é evolução, mesmo. O barato vai ser mil grau (sic).

CRIME MUITO ORGANIZADO

Fala 4. Da Paz faz comentário sobre a consulta feita ao Ministério da Justiça, por um advogado, os ritos burocráticos para organizar um protesto:

Da Paz – Eles (do Ministério da Justiça) não podem estar diretamente com a gente, não mover nenhuma balha. A única que podem fazer é mandar avisos para a prefeitura, para a PM, a (polícia), o DSV (departamento trânsito). Tem de avisar um momento (...). Ti do isso, como eu te falar, é um direito nosso (...). Vocês fizer (sic) desse jeito, porque já era (...).

PODER DE FOGO

Fala 5. Da cadeia, outros negócios também são tratados nas ligações gravadas, como a compra de um metralhadora:

Luizinho – Tem um cara aqui que está vendendo uma metralha (metralhadora). (...) Fala que dá 3 000 reais, no máximo 3 500 se estiver nova.

veja 11 de maio, 2005

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na última terça-feira, o Senado aprovou, com o apoio de todos os Partidos políticos, projeto de lei de iniciativa popular (PLC 36/04, na Câmara), que cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), e institui seu conselho gestor.

O projeto contou com mais de 1 milhão e 200 mil assinaturas, inclusive do Presidente Lula e há catorze anos tramitava na Câmara Federal.

Foi aprovado no Senado com o apoio de todos os partidos, num prazo considerado extremamente rápido (quarenta e cinco dias).

Para semelhante projeto são necessárias assinaturas de 1% do eleitorado do País, distribuído pelo menos por cinco estados com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um desses cinco Estados.

Nessa casa o projeto teve a contribuição de todos, mas gostaríamos de ressaltar o excelente trabalho realizado pelos Relatores Ideli Salvatti (Bloco/PT

–SC), Relatora do projeto, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Marcelo Crivella (Bloco/PL – RJ), Relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), e Garibaldi Alves (PMDB-RN), relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Todos eles ressaltaram a importância de se aprovar um projeto de iniciativa popular, fato que se repete pela segunda vez na história do nosso País.

Com a extinção do BNH, em meados da década de 80, apenas tentativas isoladas buscaram solucionar o problema habitacional no Brasil, que apresenta um déficit de sete milhões de moradias.

Sr. Presidente, gostaríamos ainda de ressaltar o papel imprescindível do Ministério das Cidades neste processo. O Ministro Olívio Dutra deu seu inteiro aval para que a proposta fosse aprovada.

Para o Ministro o projeto aprovado pelo Congresso tornou-se a espinha dorsal da Política Nacional de Habitação do Ministério das Cidades e tanto a sua aprovação, quanto a sua implantação é prioridade para o Governo Federal.

O projeto prevê a criação de um fundo, o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS. Prevê também a criação de um conselho gestor para o fundo, coordenado pelo Ministério das Cidades.

A criação de um sistema nacional de habitação de interesse social trará mais segurança para investimentos tanto da iniciativa privada, quanto do poder público no setor habitacional.

É fundamental ressaltar também que 88% do déficit de habitações recai sobre as famílias com renda mensal de até três salários mínimos e que o novo sistema visa atender prioritariamente essas famílias.

As ações do sistema se darão de forma articulada entre Municípios, Estados e União ante um levantamento prévio das demandas locais no setor habitacional e da existência de áreas sub utilizadas, entre outros fatores.

Considerada por todos uma grande vitória da democracia, a aprovação desse projeto de iniciativa popular é a demonstração de que a sociedade articulada e organizada é uma força viva na construção dos seus próprios caminhos e nas soluções das barreiras que se apresentam.

Parabéns a todo povo que construiu a proposta e a todos os envolvidos na sua aprovação. Precisamos agora é da concretização deste sonho!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA Às 15:30 horas

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2005

(Em regime de urgência,
nos termos do Requerimento nº 571,
de 2005 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2005 (nº 520/2003, na Casa de origem), que *cria no âmbito do Ministério da Cultura o Prêmio de Artes Plásticas Marcantônio Vilaça e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 684, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Cristovam Buarque.

2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 241, DE 2005

(Em regime de urgência,
nos termos do parágrafo único do art. 353
do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 674, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral), que *aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2004.*

3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 242, DE 2005

(Em regime de urgência,
nos termos do parágrafo único do art. 353
do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 242, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 675, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2004.*

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 243, DE 2005

(Em regime de urgência,
nos termos do parágrafo único do art. 353
do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 243, de 2005 (apresentado)

tado como conclusão do Parecer nº 676, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral), que *aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2005*.

5

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 244, DE 2005**

(*Em regime de urgência,
nos termos do parágrafo único do art. 353
do Regimento Interno*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 677, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral), que *aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2005*.

6

PARECER Nº 595, DE 2005

(*Escolha de Autoridade – votação nominal*)
(*Em regime de urgência, nos termos do
art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno*)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 595, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/29, de 2005 (nº 535/2005, na origem), pelo qual a Procuradoria-Geral da República submete à deliberação do Senado a indicação da Procuradora Regional da República, Dra. *Janice Agostinho Barreto Ascari*, pelo Ministério Público Federal, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

7

PARECER Nº 596, DE 2005

(*Escolha de Autoridade – votação nominal*)
(*Em regime de urgência, nos termos do art. 353, pa-
rágrafo único, do Regimento Interno*)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 596, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/30, de 2005 (nº 535/2005, na origem), pelo qual a Procuradoria-Geral da República submete à deliberação do

Senado a indicação da Subprocuradora-Geral do Trabalho, Dra. *Ivana Auxiliadora Mendonça Santos*, pelo Ministério Público do Trabalho, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

8

PARECER Nº 597, DE 2005

(*Escolha de Autoridade – votação nominal*)
(*Em regime de urgência, nos termos do art. 353, pa-
rágrafo único, do Regimento Interno*)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 597, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/31, de 2005 (nº 535/2005, na origem), pelo qual a Procuradoria-Geral da República submete à deliberação do Senado a indicação do Procurador da Justiça Militar, Dr. *Osmar Machado Fernandes*, pelo Ministério Público Militar, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

9

PARECER Nº 598, DE 2005

(*Escolha de Autoridade – votação nominal*)
(*Em regime de urgência, nos termos do art. 353, pa-
rágrafo único, do Regimento Interno*)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 598, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/32, de 2005 (nº 535/2005, na origem), pelo qual a Procuradoria-Geral da República submete à deliberação do Senado a indicação do Promotor de Justiça, Dr. *Gaspar Antônio Viegas*, pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

10

PARECER Nº 599, DE 2005

(*Escolha de Autoridade – votação nominal*)
(*Em regime de urgência, nos termos do art. 353, pa-
rágrafo único, do Regimento Interno*)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 599, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/33, de 2005

(nº 17/2005, na origem), pelo qual o Supremo Tribunal Federal submete à deliberação do Senado a indicação do Juiz do Trabalho, Dr. *Hugo Cavalcanti Melo Filho* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

11**PARECER Nº 600, DE 2005**

(Escolha de Autoridade – votação nominal)

(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 600, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/34, de 2005 (nº 453/2005, na origem), pelo qual o Superior Tribunal de Justiça submete à deliberação do Senado a indicação do Juiz Federal *Ricardo César Mandarino Barretto* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

12**PARECER Nº 601, DE 2005**

(Escolha de Autoridade – votação nominal)

(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 601, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/18, de 2005 (nº 88/2005, na origem), pelo qual pelo qual o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil submete à deliberação do Senado a indicação do Dr. *Francisco Ernando Uchoa Lima* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

13**PARECER Nº 602, DE 2005**

(Escolha de Autoridade – votação nominal)

(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 602, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/19, de 2005 (nº 88/2005, na origem), pelo qual pelo qual o Conselho Federal da Ordem dos Advogados

do Brasil submete à deliberação do Senado a indicação do Dr. *Luiz Carlos Lopes Madeira* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

14**PARECER Nº 603, DE 2005**

(Escolha de Autoridade – votação nominal)

(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 603, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/35, de 2005 (s/nº, na origem), pelo qual os Líderes Partidários desta Casa submetem à deliberação do Senado Federal a indicação do Senhor *Alberto Machado Cascais Meleiro* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

15**PARECER Nº 604, DE 2005**

(Escolha de Autoridade – votação nominal)

(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 604, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/36, de 2005 (nº 583/2005, na origem), pelo qual a Câmara dos Deputados submete à deliberação do Senado Federal a indicação do Senhor *Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

16**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 7, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2003 (nº 306/2000, na Câmara dos Deputados), que acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura.

Parecer favorável, sob nº 195, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Marcelo Crivella.

17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 73, DE 1999**

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *inclui novo inciso no § 9º, além de novos parágrafos no art. 165 da Constituição Federal* (participação da população ou de entidades civis legalmente constituídas na elaboração, aprovação e execução do processo orçamentário).

Parecer sob nº 1.398, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

18

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 31, DE 2000**

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças*.

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

19

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como

primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Parecer sob nº 1.199, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

20

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2004**

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer, sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

21

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia*.

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 6 minutos.)

Ata da 71ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 31 de maio de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Paulo Paim,
Leomar Quintanilha e Romeu Tuma

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 31/5/2005 07:38:40 até 31/5/2005 20:23:01

| Partido | UF | Nome | Pres | Voto | Partido | UF | Nome | Pres | Voto |
|-----------|----|--------------------------|------|------|-----------|----|-----------------------|------|------|
| Bloco-PL | MG | AELTON FREITAS | X | | PSDB | GO | LÚCIA VÂNIA | X | |
| PSDB | SE | ALMEIDA LIMA | X | | PMDB | PA | LUIZ OTÁVIO | X | |
| Bloco-PT | SP | ALOIZIO MERCADANTE | X | | Bloco-PL | ES | MAGNO MALTA | X | |
| PSDB | PR | ALVARO DIAS | X | | PMDB | GO | MAGUITO VILELA | X | |
| PMDB | RO | AMIR LANDO | X | | PMDB | PI | MÃO SANTA | X | |
| Bloco-PT | PA | ANA JÚLIA CAREPA | X | | Bloco-PL | RJ | MARCELO CRIVELLA | X | |
| PSDB | MT | ANTÉRO PAES DE BARROS | X | | PFL | PE | MARCO MACIEL | X | |
| PFL | BA | ANTONIO CARLOS MAGALHÃES | X | | PFL | SE | MARIA DO CARMO ALVES | X | |
| Bloco-PSB | SE | ANTÔNIO CARLOS VALADARES | X | | Bloco-PTB | RR | MOZARILDO CAVALCANTI | X | |
| PDT | RR | AUGUSTO BOTELHO | X | | PMDB | PB | NEY SUASSUNA | X | |
| PFL | BA | CÉSAR BORGES | X | | Bloco-PSB | TO | NEZINHO ALENCAR | X | |
| Bloco-PT | DF | CRISTOVAM BUARQUE | X | | PDT | PR | OSMAR DIAS | X | |
| Bloco-PT | MS | DELCIDIO AMARAL | X | | Bloco-PPS | CE | PATRICIA SABOYA GOMES | X | |
| PFL | GO | DEMÓSTENES TORRES | X | | PFL | DF | PAULO OCTÁVIO | X | |
| PSDB | MG | EDUARDO AZEREDO | X | | Bloco-PT | RS | PAULÔ PAIM | X | |
| Bloco-PT | SP | EDUARDO SUPLICY | X | | PMDB | RS | PEDRO SIMON | X | |
| PFL | PB | EFRAIM MORAIS | X | | PMDB | MS | RAMEZ TEBET | X | |
| Bloco-PT | RO | FÁTIMA CLEIDE | X | | PSDB | CE | REGINALDO DUARTE | X | |
| Bloco-PTB | RN | FERNANDO BEZERRA | X | | PMDB | AL | RENAN CALHEIROS | X | |
| Bloco-PT | PR | FLÁVIO ARNS | X | | Bloco-PT | RJ | ROBERTO SATURNINO | X | |
| PSDB | PA | FLEXA RIBEIRO | X | | PFL | SP | ROMEU TUMA | X | |
| PMDB | RN | GARIBALDI ALVES FILHO | X | | PMDB | RJ | SÉRGIO CABRAL | X | |
| P-SOL | AC | GERALDO MESQUITA JÚNIOR | X | | PSDB | PE | SÉRGIO GUERRA | X | |
| PMDB | ES | GERSON CAMATA | X | | Bloco-PTB | RS | SÉRGIO ZAMBIASI | X | |
| PMDB | AM | GILBERTO MESTRINHO | X | | Bloco-PT | MT | SERYS SLHESARENKO | X | |
| PMDB | MG | HÉLIO COSTA | X | | Bloco-PT | AC | SIBÁ MACHADO | X | |
| P-SOL | AL | HELOISA HELENA | X | | PSDB | CE | TASSO JEREISSATI | X | |
| PFL | PI | HERÁCLITO FORTES | X | | PSDB | AL | TEOTÔNIO VILELA FILHO | X | |
| Bloco-PT | SC | IDELI SALVATTI | X | | Bloco-PT | AC | TIÃO VIANA | X | |
| PDT | AM | JEFFERSON PÉRES | X | | PMDB | RO | VALDIR RAUPP | X | |
| PMDB | MA | JOÃO ALBERTO SOUZA | X | | PP | DF | VALMIR AMARAL | X | |
| PMDB | ES | JOÃO BATISTA MOTTA | X | | PMDB | RR | WIRLANDE DA LUZ | X | |
| Bloco-PSB | AP | JOÃO CAPIBERIBE | X | | | | | | |
| PFL | MT | JONAS PINHEIRO | X | | | | | | |
| PFL | SC | JORGE BORNHAUSEN | X | | | | | | |
| PFL | RN | JOSÉ AGRIPINO | X | | | | | | |
| PFL | PE | JOSÉ JORGE | X | | | | | | |
| PMDB | PB | JOSÉ MARANHÃO | X | | | | | | |
| PMDB | AP | JOSÉ SARNEY | X | | | | | | |
| PDT | MS | JUVÊNCIO DA FONSECA | X | | | | | | |
| PMDB | TO | LEOMAR QUINTANILHA | X | | | | | | |
| PSDB | SC | LEONEL PAVAN | X | | | | | | |

Compareceram: ⁷⁵ 74 Senadores



O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 75 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Paim.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 574, DE 2005

Requeiro, nos termos do número 12, alínea c, inciso II do art. 255 do Regimento interno, que sobre o PLS nº 177/2002, “que altera a Lei nº 7.998/90, com vistas a estabelecer que o FAT financie estágio remunerado em empresas e universidades”, seja ouvida, também, a comissão de Assuntos Econômicos, sobre seus aspectos financeiros, além das comissões constantes do despacho inicial.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2005. – **Delcídio Amaral**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, alínea “c”, item 12, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Paim.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 575, DE 2005

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de congratulações aos membros da AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros – pelo Dia do Geógrafo ocorrido no dia 29 de maio.

Justificação

Esta Casa não poderia deixar de congratular, através da AGB, com todos os geógrafos brasileiros pelo seu dia comemorado no dia 29 de maio. Esses profissionais nos ajudam a compreender o mundo, a geografia, como afirma o professor Silvio Simione, em sua diversidade segue seu caminho, como uma “saber” e um “fazer” capaz de servir para a Guerra, mas também para evitá-la fazendo a paz; capaz de alienar, mas também de conscientizar; capaz de oprimir, mas também de libertar; capaz de edificar novas concepções de mundo.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2005. – Senador **Siba Machado**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência encaminhará o voto de congratulações solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Paim.

É lido o seguinte:

Ofício nº 287/2005 – GLDBAG

Brasília, 30 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Sibá Machado como Titular e a Senadora Fátima Cleide como Suplente, alterando, desta forma, a composição anterior da Comissão Especial criada pelos Requerimentos nºs 535 e 536 para apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos exibidos pelo programa “Fantástico” exibido pela Rede Globo de Televisão em 15 de maio de 2005.

Atenciosamente, – Senador **Delcídio Amaral**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência designa o Senador Sibá Machado e a Senadora Fátima Cleide para comporem a Comissão Especial criada pelos Requerimentos nºs 535 e 536, de 2005, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, mensagem que será lida pelo Sr. 1º Secretário, Senador Paulo Paim.

É lida a seguinte:

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

– Nº 144, de 2005 (nº 289/2005, na origem), de 18 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2004 (nº 3.407/2000, na Casa de origem), que declara o arquiteto Oscar Niemeyer Patrono da Arquitetura Brasileira, sancionado e transformado na Lei nº 11.117, de 18 de maio de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Paulo Paim.

É lido o seguinte:

Of. nº 56/05

Brasília, 31 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Em resposta ao Of/SF nº 17/05–CN, dessa Presidência, indico, para comporem a Comissão Mista

de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização, os seguintes Senhores Senadores:

Titulares

Heráclito Fortes
Efraim Moraes
Romeu Tuma
Paulo Octávio
Sergio Guerra
Lúcia Vânia
Leonel Pavan

Suplentes

Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro
José Jorge
Edison Lobão
Flexa Ribeiro
Teotônio Vilela
Arthur Virgílio

Senador **José Jorge**, Líder do Bloco Parlamentar de Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência designa os Senadores Heráclito Fortes, Efraim Moraes, Romeu Tuma, Paulo Octávio, Sérgio Guerra, Lúcia Vânia e Leonel Pavan, como titulares, e os Senadores Demóstenes Torres, Jonas Pinheiro, José Jorge, Edison Lobão, Flexa Ribeiro, Teotônio Vilela e Arthur Virgílio, como suplentes, para integrarem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de conformidade com o expediente que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT-AC)

– A Presidência comunica ao Plenário o recebimento do seguinte expediente:

Ofício nº 18/2005-CN (nº 679/2005, na origem), do Procurador-Geral da República encaminhando ao Congresso Nacional, em cumprimento ao artigo 116 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, os demonstrativos que compõem o Relatório de Gestão Fiscal do Ministério Público da União, referente ao 1º quadrimestre de 2005.

Ofício nº 19/2005-CN (nº 2.618/2005, na origem), do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral encaminhando ao Congresso Nacional, em cumprimento ao artigo 116 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao período de maio de 2004 a abril de 2005.

Os expedientes lidos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT-AC)

– A Presidência comunica ao Plenário o recebimento do Aviso nº 18, de 2005-CN (nº 5.611/2005, na origem), do Presidente do Tribunal de Contas da União encaminhando ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades daquele Tribunal, referente ao 1º trimestre do exercício de 2005.

O expediente lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência lembra ao Plenário que o Senado Federal está convocado para uma Sessão Especial a realizar-se amanhã, às 11 horas, destinada a homenagear o Tribunal Superior Eleitoral pelos 60 anos de sua criação, de acordo com o Requerimento nº 259, de 2005, do Senador José Sarney e de outros Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 887, de 2004** (nº 473/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Tarumã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Manaus, Estado do Amazonas;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 897, de 2004** (nº 490/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação – ACC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lábrea, Estado do Amazonas;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 936, de 2004** (nº 549/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Brasil Novo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 977, de 2004** (nº 311/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Televisão Princesa D'Oeste de Campinas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campinas, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.043, de 2004** (nº 884/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Turquesa Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Astorga, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.064, de 2004** (nº 643/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Ita – Negócios e Participações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itaituba, Estado do Pará;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.066, de 2004** (nº 646/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Santíssimo Redentor para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Coari, Estado do Amazonas;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.138, de 2004** (nº 452/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Padre Bernardo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macajuba, Estado da Bahia;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.140, de 2004** (nº 507/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Transamérica da Bahia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.167, de 2004** (nº 768/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Capanema Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Capanema, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.178, de 2004** (nº 808/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Poema de Pitanga Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pitanga, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.181, de 2004** (nº 876/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Chopinzinho Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Chopinzinho, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.187, de 2004** (nº 899/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Grande Lago Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Helena, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.196, de 2004** (nº 709/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Yara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.205, de 2004** (nº 886/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Paracuru Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paracuru, Estado do Ceará;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.213, de 2004** (nº 998/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Nossa Senhora de Fátima para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cianorte, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.246, de 2004** (nº 563/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cabiúna Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.259, de 2004** (nº 656/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Educacional Dom Pedro Felipak para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Wenceslau Braz, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.265, de 2004** (nº 1.036/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Várzea Alegre Ltda. para explorar serviço de radiodifusão

sonora em onda média na cidade de Várzea Alegre, Estado do Ceará;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.275, de 2004** (nº 2.899/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Araripina – FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araripina, Estado de Pernambuco;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.288, de 2004** (nº 546/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Atalaia de Londrina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Londrina, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.294, de 2004** (nº 660/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Três Fronteiras Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.296, de 2004** (nº 671/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Salinas da Margarida de Radiodifusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salinas da Margarida, Estado da Bahia;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.302, de 2004** (nº 765/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio e Televisão OM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Curitiba, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.321, de 2004** (nº 1.014/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cultura Novo Som Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Apucarana, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.325, de 2004** (nº 1.060/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de São Sebastião da Amoreira a executar serviço de radiodifusão

comunitária na cidade de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.340, de 2004** (nº 1.093/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada da Rádio Venâncio Aires Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Venâncio Aires, Estado do Rio Grande do Sul.

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.345, de 2004** (nº 1.106/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Santa Luzia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia D'Oeste, Estado de Rondônia;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.358, de 2004** (nº 522/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária FM “Morada do Vento” de Joaquim Távora a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joaquim Távora, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.360, de 2004** (nº 648/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Parintins Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Parintins, Estado do Amazonas;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.367, de 2004** (nº 966/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Vale do Rio Madeira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Humaitá, Estado do Amazonas;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.371, de 2004** (nº 1.007/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Barreiras Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barreiras, Estado da Bahia;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.376, de 2004** (nº 1.052/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Valeparaibana

de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.377, de 2004** (nº 1.055/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Televisão Naipi Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.379, de 2004** (nº 1.081/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Nova Dracena Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Dracena, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.391, de 2004** (nº 1.134/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jutanópolis de Manacapuru Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Manacapuru, Estado do Amazonas;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.397, de 2004** (nº 1.159/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Aracaju Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.407, de 2004** (nº 1.175/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Nossa Senhora da Piedade a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Largo, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.425, de 2004** (nº 1.190/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão a Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Cantu, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.434, de 2004** (nº 1.255/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Bairro Monte Castelo a executar serviço de radiodifusão

comunitária na cidade de Tamboril, Estado do Ceará;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.449, de 2004** (nº 581/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Águas Claras FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goioerê, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.467, de 2004** (nº 1.164/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Crateús Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Crateús, Estado do Ceará;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.470, de 2004** (nº 727/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Novas de Paz Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de Curitiba, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.473, de 2004** (nº 751/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Pindorama Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sidrolândia, Estado de Mato Grosso do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.476, de 2004** (nº 721/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Placar Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ortigueira, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.488, de 2004** (nº 788/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Independência de Medianeira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Medianeira, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.492, de 2004** (nº 1.221/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Barigui Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda mé-

dia local na cidade de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2005** (nº 722/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Foz do Iguaçu Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 2005** (nº 1.041/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Brotense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Porecatu, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2005** (nº 1.054/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Vila Real Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2005** (nº 1.173/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cultural Celinauta para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2005** (nº 1.241/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão a Alagoas Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pio IX, Estado do Piauí;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 37, de 2005** (nº 1.243/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 2005** (nº 1.246/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Social e Comunicação Popular de Paraipaba a executar

serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraipaba, Estado do Ceará;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 2005** (nº 1.284/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Aquarela Cearense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itapagé, Estado do Ceará;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 2005** (nº 1.286/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Aquarela Cearense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Canindé, Estado do Ceará;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 2005** (nº 1.289/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Assaré a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Assaré, Estado do Ceará;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 2005** (nº 1.294/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Itapipoca a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapipoca, Estado do Ceará;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 2005** (nº 1.321/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Sociedade Civil para o Desenvolvimento de Barbalha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barbalha, Estado do Ceará;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 61, de 2005** (nº 1.336/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão a Lopes & Passamani Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio da Barra, Estado de Goiás;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 63, de 2005** (nº 1.219/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão a Sinco – Sistema Nacional de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão

sonora em frequência modulada na cidade de Landri Sales, Estado do Piauí;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 2005** (nº 1.247/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Rádio e Televisão Educativa do Paraná – TVE para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 86, de 2005** (nº 1.314/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão a Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Prata do Iguazu, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 95, de 2005** (nº 1.334/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Montes Belos de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiás, Estado de Goiás;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 97, de 2005** (nº 1.339/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural dos Moradores de Petrolina de Goiás – GO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Petrolina de Goiás, Estado de Goiás;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 2005** (nº 1.343/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores do Município de Fortim a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortim, Estado do Ceará; e

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 100, de 2005** (nº 1.347/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rede Sol de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cascavel, Estado do Ceará.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o texto final do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.066, de 2004:

TEXTO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 1.066, DE 2004

Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Santíssimo Redentor para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Coari, Estado do Amazonas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto de 19 de setembro de 2001, que renova por dez anos, a partir de 6 de fevereiro de 1996, a concessão da Fundação Santíssimo Redentor, outorgada originariamente à Rádio Educação Rural de Coari Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Coari, Estado do Amazonas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 5 de abril de 2005. – Senador **Hélio Costa**, Presidente – **Augusto Botelho**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Paim.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 686, DE 2005

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/38, de 2005, de indicação do Senhor Paulo Sérgio Prata Rezende para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 31 de maio de 2005, apreciando o relatório apresentado pelo Senador Relator, sobre o Ofício nº S/38, de 2005, opina pela aprovação da indicação do Senhor Paulo Sérgio Prata Rezende para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, por 23 votos favoráveis, contrários e abstenções.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2005. – Senador **Pedro Simon**, Relator – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: OFS Nº 38 DE 2005ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 31/05/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

| | |
|---|--|
| PRESIDENTE: <i>[assinatura]</i> | |
| RELATOR: <i>[assinatura]</i> | |
| BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB) | |
| ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE) | 1-ROMEU TUMA |
| CÉSAR BORGES | 2-MARIA DO CARMO ALVES |
| DEMÓSTENES TORRÉS | 3-JOSÉ AGRIPINO |
| EDISON LOBÃO | 4-JORGE BORNHAUSEN <i>[assinatura]</i> |
| JOSÉ JORGE | 5-RODOLPHO TOURINHO |
| ALMEIDA LIMA | 6-TASSO JEREISSATI <i>[assinatura]</i> |
| ÁLVARO DIAS | 7-EDUARDO AZEREDO |
| ARTHUR VIRGÍLIO | 8-LEONEL PAVAN |
| JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) | 9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR(*) |
| BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| ALOIZIO MERCADANTE | 1-DELCÍDIO AMARAL <i>[assinatura]</i> |
| EDUARDO SUPLYCY | 2- PAULO PAIM |
| FERNANDO BEZERRA | 3-SÉRGIO ZAMBIASI |
| MAGNO MALTA | 4-JOÃO CAPIBERIBE |
| IDELI SALVATTI | 5-SIBÁ MACHADO |
| ANTONIO CARLOS VALADARES | 6-MOZARILDO CAVALCANTI |
| SERYS SLHESARENKO | 7-MARCELO CRIVELLA |
| PMDB | |
| RAMEZ TEBET | 1-NEY SUASSUNA <i>[assinatura]</i> |
| JOÃO BATISTA MOTTA | 2-LUIZ OTÁVIO |
| JOSÉ MARANHÃO | 3-SÉRGIO CABRAL |
| MAGUITO VILELA | 4-GERSON CAMATA |
| AMIR LANDO | 5-LEOMAR QUINTANILHA <i>[assinatura]</i> |
| PEDRO SIMON (RELATOR) | 6-GARIBALDI ALVES FILHO |
| PDT | |
| JEFFERSON PÉRES | 1-OSMAR DIAS |

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

Atualizada em: 04/05/2005

RELATÓRIO

Relator: Senador **Pedro Simon**

É submetida ao exame desta Comissão a indicação, pelo Senado Federal, do Doutor Paulo Sérgio Prata Rezende, para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos do inciso III do art. 130-A, da Constituição Federal, inserido pela Emenda à Constituição nº 45, de 2004.

Consoante o dispositivo constitucional em referência, os membros daquele Conselho, ao qual cabe o controle externo das atividades do Ministério Público, serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta dos membros desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Compete a esta Comissão, de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, proceder à sabatina dos indicados.

Em obediência aos ditames desse diploma legal, o Senhor Paulo Sérgio Prata Rezende encaminhou o seu **curriculum vitae**, que passamos a resumir.

O indicado é bacharel em Direito pela Faculdade de Direito Laudo de Camargo, na cidade de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, havendo concluído o curso em 1990. É mestre em Ciências Penais pela Universidade Federal de Goiás (1999-2002).

Após curto período como advogado, ingressou no Ministério Público do Estado de Goiás, em 3 de fevereiro de 1992. Após exercer suas funções de promotor de justiça nas comarcas de Cumari, Mara Rosa, Santa Helena Goiânia, exerce, desde maio de 2003, o cargo de Procurador de Justiça, ao qual foi conduzido após promoção por merecimento.

Como membro do Ministério Público, além de haver participado, como membro da banca, da organi-

zação de diversos concursos públicos de ingresso na carreira, também desempenhou outras atividades de relevo para a instituição, incluindo a função de Diretor Geral do Ministério Público.

Ativo colaborador de revistas especializadas, é autor de vários artigos jurídicos, entre os quais cumpre citar: **Imunidade parlamentar dos vereadores e do descumprimento da transação penal: impossibilidade de conversão em pena privativa de liberdade**. Participou ainda de congressos técnicos em todo o País.

Foram apresentadas as declarações exigidas em razão do disposto no art. 5º da Resolução nº 7, de 2005.

Diante do exposto, entendemos que os Senhores Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Sala da Comissão, 31 de maio de 2005. – **Pedro Simon**, Relator.

PARECER Nº 687, DE 2005

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/39, de 2005, de indicação do Senhor Luciano Chagas da Silva para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 31 de maio de 2005, apreciando o relatório apresentado pelo Senador Relator, sobre o Ofício nº S/39, de 2005, opina pela aprovação da indicação do Senhor Luciano Chagas da Silva para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, por 23 votos favoráveis.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2005. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – Senador **Pedro Simon**, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: OFS Nº 39 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 31, 05, 2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

| | |
|---|--|
| PRESIDENTE : | <i>Antonio Carlos Magalhães</i> |
| RELATOR: | <i>Pedro Simon</i> Senador Pedro Simon |
| BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB) | |
| ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE) | 1-ROMEU TUMA |
| CÉSAR BORGES | 2-MARIA DO CARMO ALVES |
| DEMÓSTENES TORRES | 3-JOSÉ AGRIPINO |
| EDISON LOBÃO | 4-JORGE BORNHAUSEN <i>J. B. Bornhausen</i> |
| JOSÉ JORGE | 5-RODOLPHO TOURINHO <i>Rodolpho Tourinho</i> |
| ALMEIDA LIMA | 6- TASSO JEREISSATI |
| ÁLVARO DIAS | 7-EDUARDO AZEREDO |
| ARTHUR VIRGÍLIO | 8-LEONEL PAVAN |
| JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) | 9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR(*) |
| BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| ALOIZIO MERCADANTE | 1-DELCÍDIO AMARAL <i>Delcídio Amaral</i> |
| EDUARDO SUPLICY | 2- PAULO PAIM |
| FERNANDO BEZERRA | 3-SÉRGIO ZAMBIASI |
| MAGNO MALTA | 4-JOÃO CAPIBERIBE |
| IDELI SALVATTI | 5-SIBÁ MACHADO |
| ANTONIO CARLOS VALADARES | 6-MOZARILDO CAVALCANTI |
| SERYS SLHESARENKO | 7-MARCELO CRIVELLA |
| PMDB | |
| RAMEZ TEBET | 1-NEY SUASSUNA <i>Ney Suassuna</i> |
| JOÃO BATISTA MOTTA | 2-LUIZ OTÁVIO |
| JOSÉ MARANHÃO | 3-SÉRGIO CABRAL |
| MAGUITO VILELA | 4-GERSON CAMATA |
| AMIR LANDO | 5-LEOMAR QUINTANILHA <i>Leomar Quintanilha</i> |
| PEDRO SIMON (RELATOR) | 6-GARIBALDI ALVES FILHO |
| PDT | |
| JEFFERSON PÉRES | 1-OSMAR DIAS |

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Pedro Simon**

É submetida ao exame desta Comissão a indicação do Doutor Luciano Chagas da Silva, integrante do Ministério Público do Estado de Alagoas, para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos do inciso III do art. 130-A, da Constituição Federal, inserido pela Emenda à Constituição nº 45, de 2004.

Consoante o dispositivo constitucional em referência, os membros daquele Conselho, ao qual cabe o controle externo das atividades do Ministério Público, serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta dos membros desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida urna recondução.

Compete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, proceder à sabatina dos indicados.

Em obediência aos ditames desse diploma legal, o Doutor Luciano Chagas da Silva encaminhou o seu **curriculum vitae**, que passamos a resumir.

O indicado é bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Alagoas, havendo concluído o curso em 1973, tendo participação em diversos cursos de extensão.

Exerceu cargo em comissão de Promotor de Justiça de 1972 a 1976. Aprovado em concurso público para o cargo efetivo de Promotor de Justiça do Estado de Alagoas em 1975, exerceu essa função em diversas Comarcas do interior e da Capital até o ano de 1990, quando foi promovido ao cargo de Procurador de Justiça. Tendo exercido o cargo de Chefe de Gabinete do Procurador-Geral entre 1994 e 1995, vem atuando desde então junto ao Tribunal de Justiça do Estado, além de exercer outras funções no âmbito do Ministério Público estadual. Em janeiro último foi indicado para o cargo de Procurador-Geral de Justiça Substituto.

Participou de comissão examinadora de concursos públicos. Foi eleito por diversas vezes para integrar o Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas e participou de diversos outros eventos relacionados a essa instituição, inclusive no âmbito da sua Confederação Nacional.

Exerce também a docência, tendo sido Professor de Direito Penal da Faculdade de Direito de Maceió,

sendo titular da Cadeira de Direito Processual Penal I, do Centro Universitário de Ciências Jurídicas, em Maceió. Foi agraciado com a Comenda Graciliano Ramos, concedida pela Câmara de Vereadores de Maceió, tendo ainda exercido, em sua vida profissional, as funções de Delegado de Polícia e de jornalista profissional.

Foram apresentadas as declarações exigidas em razão do disposto no art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, com a ressalva que se segue.

O indicado assinou declaração no sentido de que possui parentes exercendo cargos comissionados na instituição a que pertence, embora tais pessoas não estejam lotadas em seu Gabinete. Informa, ademais, que na data da inscrição para concorrer à presente indicação inexistia qualquer exigência quanto a parentesco, conforme cópia de petição anexa ao processado.

Diante do exposto, entendemos que os Senhores Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Sala da Comissão. – **Pedro Simon**, Relator.

PARECER Nº 688, DE 2005

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/40, de 2005, de indicação do Senhor Saint'clair Luiz do Nascimento Júnior para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 31 de maio de 2005, apreciando o relatório apresentado pelo Senador Relator, sobre o Ofício nº S/40, de 2005, opina pela aprovação da indicação do Senhor Saint'Clair Luiz do Nascimento Júnior para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, por 23 votos favoráveis.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2005. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – Senador **Pedro Simon**, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: OFS Nº 40 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 31/05/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

| | |
|---|--|
| PRESIDENTE : | <i>Antônio Carlos Magalhães</i> |
| RELATOR: | <i>Osiris</i> Senador Pedro Simon |
| BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB) | |
| ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE) | 1-ROMEU TUMA |
| CÉSAR BORGES <i>César Borges</i> | 2-MARIA DO CARMO ALVES |
| DEMÓSTENES TORRES <i>Demóstenes Torres</i> | 3-JOSÉ AGRIPINO |
| EDISON LOBÃO <i>Edison Lobão</i> | 4-JORGE BORNHAUSEN <i>Jorge Bornhausen</i> |
| JOSÉ JORGE <i>José Jorge</i> | 5-RODOLPHO TOURINHO <i>Rodolpho Tourinho</i> |
| ALMEIDA LIMA <i>Almeida Lima</i> | 6- TASSO JEREISSATI <i>Tasso Jereissati</i> |
| ÁLVARO DIAS <i>Álvaro Dias</i> | 7-EDUARDO AZEREDO |
| ARTHUR VIRGÍLIO <i>Arthur Virgílio</i> | 8-LEONEL PAVAN |
| JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) <i>Juvêncio da Fonseca</i> | 9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR(*) |
| BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| ALOIZIO MERCADANTE <i>Aloizio Mercadante</i> | 1-DELCÍDIO AMARAL <i>Delcídio Amaral</i> |
| EDUARDO SUPLYCY <i>Eduardo Suplicy</i> | 2- PAULO PAIM |
| FERNANDO BEZERRA <i>Fernando Bezerra</i> | 3-SÉRGIO ZAMBIASI |
| MAGNO MALTA <i>Magno Malta</i> | 4-JOÃO CAPIBERIBE |
| IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i> | 5-SIBÁ MACHADO |
| ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Antonio Carlos Valadares</i> | 6-MOZARILDO CAVALCANTI |
| SERYS SLHESSARENKO <i>Serys Slhessarenko</i> | 7-MARCELO CRIVELLA |
| PMDB | |
| RAMEZ TEBET <i>Ramez Tebet</i> | 1-NEY SUASSUNA <i>Ney Suassuna</i> |
| JOÃO BATISTA MOTTA <i>João Batista Motta</i> | 2-LUIZ OTÁVIO |
| JOSÉ MARANHÃO <i>José Maranhão</i> | 3-SÉRGIO CABRAL |
| MAGUITO VILELA <i>Maguito Vilela</i> | 4-GERSON CAMATA <i>Gerson Camata</i> |
| AMIR LANDO <i>Amir Lando</i> | 5-LEOMAR QUINTANILHA <i>Leomar Quintanilha</i> |
| PEDRO SIMON (RELATOR) <i>Pedro Simon</i> | 6-GARIBALDI ALVES FILHO |
| PDT | |
| JEFFERSON PÉRES <i>Jefferson Péres</i> | 1-OSMAR DIAS |

Atualizada em: 04/05/2005

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Pedro Simon**

É submetida ao exame desta Comissão a indicação, pelo Senado Federal, do Doutor Sant'Clair do Nascimento Júnior, para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos do inciso III do art. 130-A, da Constituição Federal, inserido pela Emenda à Constituição nº 45, de 2004.

Consoante o dispositivo constitucional em referência, os membros daquele Conselho, ao qual cabe o controle externo das atividades do Ministério Público, serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta dos membros desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Compete a esta Comissão, de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, desta Casa, proceder à sabinata dos indicados.

Em obediência aos ditames desse diploma legal, o Doutor Sant'Clair do Nascimento Júnior encaminhou o seu *curriculum vitae*, que passamos a resumir.

O indicado é bacharel em Direito pela Universidade do Espírito Santo, havendo concluído o curso em 1990. É especialista em Direitos Humanos e Comunitário pela Escola Nacional da Magistratura da França (2000) e em Direito Civil e Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002).

Na atividade pública, foi Secretário Executivo do PROCON/ESPÍRITO SANTO (1990-1991), Subsecretário de Estado da Justiça (1993-1994) e Secretário de Estado da Justiça do Espírito Santo (1995-1996). Ingressou no Ministério Público do Espírito Santo em 1991, mediante concurso público de provas e títulos, tendo exercido a direção do Centro de Estudos de Aperfeiçoamento Profissional (2001-2002) e a Chefia da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Vitória (2003). Atualmente, é titular da Promotoria de Defesa do Consumidor, desempenhando a função de Chefe de Apoio ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça.

No magistério, foi professor de Direito do Consumidor da Universidade Federal do Espírito Santo (2002-2004). É professor de Direito do Consumidor, Meio Ambiente e Tutela Coletiva dos Direitos Metaindividuais da Escola Superior do Ministério Público, desde 1991.

Por fim, cabe registrar que foram apresentadas as declarações exigidas em razão do disposto no art. 5º da Resolução nº 7, de 2005.

Diante do exposto, entendemos que os Senhores Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Sala da Comissão, – **Pedro Simon**, Relator.

PARECER Nº 689, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 102, de 2005 (nº 1.361/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ação Candeias FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Candeias, Estado da Bahia.

Relator: Senador **Demóstenes Torres**

Relator **Ad hoc** Senador José Jorge

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 102, de 2005 (nº 1.361, de 2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ação Candeias FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Candeias, Estado da Bahia.

Por meio de Mensagem Presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 447, de 28 de setembro de 2003, que outorga permissão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta

Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 102, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts.

49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.


III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 102, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio Ação Candeias FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Candeias, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 12 de abril de 2005. – **Hélio Costa**, Presidente – **Demóstenes Torres**, Relator. – **José Jorge**, Relator *ad hoc*.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 102/05 NA REUNIÃO DE 12 104 105
OS SENHORES SENADORES:

| | |
|---|-----------------------------|
| PRESIDENTE:  (Senador Hélio Costa) | |
| BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) | |
| DEMÓSTENES TORRES | 1- EDISON LOBÃO |
| RELATOR: | |
| JORGE BORNHAUSEN | 2- JONAS PINHEIRO |
| JOSÉ JORGE <i>Relator ad hoc</i> | 3- CÉSAR BORGES |
| MARIA DO CARMO ALVES | 4- JOSÉ AGRIPINO |
| ROSEANA SARNEY | 5- MARCO MACIEL |
| MARCELO CRIVELLA | 6- ROMEU TUMA |
| TEOTÔNIO VILELA FILHO | 7- LEONEL PAVAN |
| GERALDO MESQUITA | 8- SÉRGIO GUERRA |
| EDUARDO AZEREDO | 9- LÚCIA VÂNIA |
| REGINALDO DUARTE | 10- TASSO JEREISSATI |
| PMDB | |
| HÉLIO COSTA | 1- AMIR LANDO |
| MAGUITO VILELA | 2- GARIBALDI ALVES FILHO |
| VALDIR RAUPP | 3- (VAGO) |
| GERSON CAMATA | 4- PAPALÉO PAES |
| SÉRGIO CABRAL | 5- MÃO SANTA |
| JOSÉ MARANHÃO | 6- LUIZ OTÁVIO |
| WIRLANDE DA LUZ | 7- (VAGO) |
| GILBERTO MESTRINHO | 8- (VAGO) |
| BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS) | |
| AELTON FREITAS | 1- PAULO PAIM |
| CRISTOVAM BUARQUE | 2- ALOÍZIO MERCADANTE |
| FÁTIMA CLEIDE | 3- FERNANDO BEZERRA |
| FLÁVIO ARNS | 4- DELCÍDIO AMARAL |
| IDELI SALVATTI | 5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES |
| ROBERTO SATURNINO | 6- FRANCISCO PEREIRA |
| MOZARILDO CAVALCANTI | 7- PATRÍCIA SABOYA GOMES |
| SÉRGIO ZAMBIASI | 8- ANA JÚLIA CAREPA |
| PDT | |
| AUGUSTO BOTELHO | 1- JUVÊNCIO DA FONSECA |


COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 102/05

| TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PEL E PSDB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SUPLENTE | BLOCO DA MINORIA (PEL E PSDB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
|--|-----|-----|-------|-----------|--------------------------|--|-----|-----|-------|-----------|
| DEMOSTENES TORRES | | | | | EDISON LOBÃO | | | | | |
| JORGE BORNHAUSEN | X | | | | JONAS PINHEIRO | | | | | |
| JOSÉ JORGE | X | | | | CÉSAR BORGES | | | | | |
| MARIA DO CARMO ALVES | | | | | JOSÉ AGRIPINO | X | | | | |
| ROSEANA SARNEY | | | | | MARCO MACIEL | | | | | |
| MARCELO CRIVELLA | | | | | ROMEU TUMA | X | | | | |
| TEOTÔNIO VILELA FILHO | | | | | LEONEL PAVAN | | | | | |
| GERALDO MESQUITA | X | | | | SERGIO GUERRA | | | | | |
| EDUARDO AZEREDO | | | | | LÚCIA VÂNIA | | | | | |
| REGINALDO DUARTE | X | | | | TASSO JEREISSATI | | | | | |
| TITULARES - PMDB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SUPLENTE | PMDB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| HELIO COSTA | | | | | AMIR LANDO | | | | | |
| MAGUITO VILELA | X | | | | GARIBALDI ALVES FILHO | | | | | |
| VALDIR RAUPP | | | | | VAGO | | | | | |
| GERSON CAMATA | X | | | | PAPALÉO PAES | | | | | |
| SÉRGIO CABRAL | X | | | | MÃO SANTA | | | | | |
| JOSÉ MARANHÃO | | | | | LUIZ OTÁVIO | | | | | |
| WIRLANDE DA LUZ | X | | | | VAGO | | | | | |
| GILBERTO MESTRINHO | X | | | | VAGO | | | | | |
| TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL, E, PPS) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SUPLENTE | BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL, E, PPS) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| AELTON FREITAS | | | | | PAULO PAIM | | | | | |
| CRISTOVAM BUARQUE | | | | | ALOIZIO MERCADANTE | X | | | | |
| FÁTIMA CLEIDE | X | | | | FERNANDO BEZERRA | | | | | |
| FLAVIO ARNS | X | | | | DELÍCIO AMARAL | | | | | |
| IDELI SALVATTI | X | | | | ANTÔNIO CARLOS VALADARES | | | | | |
| ROBERTO SATURNINO | | | | | FRANCISCO PEREIRA | | | | | |
| MOZARILDO CAVALCANTI | | | | | PATRICIA SABOYA GOMES | | | | | |
| SÉRGIO ZAMBIASI | X | | | | ANA JULIA CAREPA | | | | | |
| TITULAR - PDT | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SUPLENTE | PDT | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| AUGUSTO BOTELHO | X | | | | JUVÊNCIO DA FONSECA | | | | | |

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 12/05/2005


 SENADOR HELIO COSTA
 Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 690, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 104, de 2005 (nº 1.318/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Telecomunicações Góis Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itamaraju, Estado da Bahia.

Relator: Senador **Demóstenes Torres**
Relator *ad hoc*: Senadora **Lúcia Vânia**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 104, de 2005 (nº 1.318, de 2004, na Câmara dos Deputados),

que aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Telecomunicações Góis Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itamaraju, Estado da Bahia. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e de imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 233 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 104, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 104, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Empresa


de Telecomunicações Góis Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itamaraju, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 26 de abril de 2005. – Senador **Hélio Costa**, Presidente – Senador **Demóstenes Torres**, Relator – Relatora **ad hoc** Senadora **Lúcia Vânia**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 104/05 NA REUNIÃO DE 26 104 105
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

 (Senador Hélio Costa)

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

| | |
|-----------------------------------|--|
| DEMÓSTENES TORRES RELATOR: | 1- ROSEANA SARNEY |
| JORGE BORNHAUSEN | 2- JONAS PINHEIRO |
| JOSÉ JORGE | 3- CÉSAR BORGES |
| MARIA DO CARMO ALVES <i>mg a</i> | 4- JOSÉ AGRIPINO |
| EDISON LOBÃO <i>Edison</i> | 5- MARCO MACIEL |
| MARCELO CRIVELLA | 6- ROMEU TUMA |
| TEOTÔNIO VILELA FILHO | 7- LEONEL PAVAN |
| GERALDO MESQUITA <i>GM</i> | 8- SÉRGIO GUERRA |
| EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo</i> | 9- LÚCIA VÂNIA <i>Lúcia Vânia</i> → <i>Relato ad hoc</i> |
| REGINALDO DUARTE <i>Reginaldo</i> | 10- TASSO JEREISSATI |

PMDB

| | |
|---------------------------------|--------------------------------|
| HÉLIO COSTA | 1- AMIR LANDO |
| MAGUITO VILELA | 2- GARIBALDI ALVES FILHO |
| VALDIR RAUPP <i>Valdir</i> | 3- (VAGO) |
| GERSON CAMATA <i>Gerson</i> | 4- PAPALÉO PAES <i>Papaléo</i> |
| SÉRGIO CABRAL | 5- MÃO SANTA |
| JOSÉ MARANHÃO | 6- LUIZ OTÁVIO |
| WIRLANDE DA LUZ <i>Wirlande</i> | 7- (VAGO) |
| GILBERTO MESTRINHO | 8- (VAGO) |

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

| | |
|-------------------------------|---------------------------------------|
| AELTON FREITAS <i>Aelton</i> | 1- PAULO PAIM <i>Paulo Paim</i> |
| CRISTOVAM BUARQUE | 2- ALOÍZIO MERCADANTE <i>Aloízio</i> |
| FÁTIMA CLEIDE <i>Fátima</i> | 3- FERNANDO BEZERRA |
| FLÁVIO ARNS <i>Flávio</i> | 4- DELCÍDIO AMARAL |
| IDELI SALVATTI | 5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES |
| ROBERTO SATURNINO | 6- FRANCISCO PEREIRA <i>Francisco</i> |
| MOZARILDO CAVALCANTI | 7- PATRÍCIA SABOYA GOMES |
| SÉRGIO ZAMBIASI <i>Sérgio</i> | 8- JOÃO RIBEIRO |

PDT

| | |
|-----------------|------------------------|
| AUGUSTO BOTELHO | 1- JUVÊNCIO DA FONSECA |
|-----------------|------------------------|

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 104 105

| TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
|--|-----|-----|-------|-----------|---|-----|-----|-------|-----------|
| DEMÓSTENES TORRES | | | | | ROSEANA SARNEY | | | | |
| JORGE BORNHAUSEN | | | | | JONAS PINHEIRO | | | | |
| JOSÉ JORGE | X | | | | CÉSAR BORGES | | | | |
| MARIA DO CARMO ALVES | X | | | | JOSÉ AGRIPINO | | | | |
| EDISON LOBÃO | | | | | MARCO MACIEL | | | | |
| MARCELO CRIVELLA | | | | | ROMEU TUMA | | | | |
| TEOTÔNIO VILELA FILHO | | | | | LEONEL PAVAN | | | | |
| GERALDO MESQUITA | X | | | | SERGIO GUERRA | X | | | |
| EDUARDO AZEREDO | X | | | | LÚCIA VÂNIA | | | | |
| REGINALDO DUARTE | X | | | | TASSO JEREISSATI | | | | |
| TITULARES - PMDB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - PMDB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| HÉLIO COSTA | | | | | AMIR LANDO | | | | |
| MAGUITO VILELA | | | | | GARIBALDI ALVES FILHO | | | | |
| VALDIR RAUPP | X | | | | VAGO | | | | |
| GERSON CAMATA | X | | | | PAPALÉO PAES | X | | | |
| SERGIO CABRAL | | | | | MÃO SANTA | | | | |
| JOSÉ MARANHÃO | | | | | LUIZ OTÁVIO | | | | |
| WIRLANDE DA LUZ | X | | | | VAGO | | | | |
| GILBERTO MESTRINHO | | | | | VAGO | | | | |
| TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| AELTON FREITAS | X | | | | PAULO PAIM | X | | | |
| CRISTOVAM BUARQUE | | | | | ALOIZIO MERCADANTE | | | | |
| FÁTIMA CLEIDE | X | | | | FERNANDO BEZERRA | | | | |
| FLÁVIO ARNS | X | | | | DELÍCIO AMARAL | | | | |
| IDELI SALVATTI | | | | | ANTÔNIO CARLOS VALADARES | | | | |
| ROBERTO SATURNINO | | | | | FRANCISCO PEREIRA | X | | | |
| MOZARILDO CAVALCANTI | | | | | PATRICIA SABOYA GOMES | | | | |
| SERGIO ZAMBIASI | X | | | | JOÃO RIBEIRO | | | | |
| TITULAR - PDT | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - PDT | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| AUGUSTO BOTELHO | | | | | JUVENICIO DA FONSECA | | | | |

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 0!

SALA DAS REUNIÕES, EM 26/04/2005

SENADOR ~~HÉLIO COSTA~~
Presidente da Comissão de Educação

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Com referência ao Ofício nº 38, de 2005, e ao Ofício nº 49, de 2005, da Comissão de Educação, lido em 12 de maio, a Presidência comunica ao Plenário que nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os **Projetos**

de Decreto Legislativo nºs 102 e 104, de 2005, aprovados pela referida Comissão e cujos pareceres acabam de ser lidos, sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Paim.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 191, DE 2005

Altera as Leis nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 10.962, de 11 de outubro de 2004, para, entre outras providências, considerar como prática abusiva a oferta à venda ou a venda de produtos ou serviços mediante a sistemática de pagamento a prazo pelo preço à vista.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º **O caput** do art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, com as alterações incluídas pelas Leis nº 8.884, de 11 de junho de 1994, no 9.008, de 21 de março de 1995, e nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, passa a vigorar acrescido dos incisos XIV e XV, com a seguinte redação:

“Art. 39.

XIV – oferecer à venda ou vender produtos ou serviços mediante a sistemática de pagamento a prazo pelo preço à vista;

XV – recusar a concessão de desconto sobre os juros incorporados às parcelas de pagamento a prazo na hipótese de que o consumidor se disponha a antecipar uma ou mais dessas parcelas.

.....”(AC)

Art. 2º A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescida dos arts. 66-A e 66-B, com a seguinte redação:

“Art. 66-A. Oferecer à venda ou vender produtos ou serviços mediante a sistemática de pagamento a prazo pelo preço à vista:

Pena – Detenção de três meses a um ano e multa.” (AC)

“Art. 66-B. Recusar a concessão de desconto sobre os juros incorporados às parcelas de pagamento a prazo na hipótese de que o consumidor se disponha a antecipar uma ou mais dessas parcelas:

Pena Detenção de três meses a um ano e multa.” (AC)

Art. 3º Os arts. 31 e 66 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar, entre outros dados, informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, garantia, prazos de validade, origem, preço, taxa e valor dos juros incidentes na hipótese de venda a prazo, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.” (NR)

“Art. 66. Fazer afirmação falsa ou enganosa ou omitir informação relevante sobre a natureza, características, qualidade, quantidade, segurança, desempenho, durabilidade, garantia ou preço dos produtos ou serviços, assim como sobre a taxa e o valor dos juros incidentes na hipótese de venda a prazo:” (NR)

Art. 4º A Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, passa a vigorar acrescida do art. 5º-A, com a seguinte redação:

Art. 5º-A Os estabelecimentos que ofereçam à venda ou vendam bens ou serviços, são obrigados a especificar, ao lado dos preços afixados ou da relação de preços dos produtos expostos ou dos serviços oferecidos, a taxa e o valor dos juros incidentes na hipótese de pagamento a prazo.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

É comum falar-se que o brasileiro não se preocupa com a taxa de juros embutida nos financiamentos de venda de bens e serviços, limitando-se a verificar se o valor da prestação cabe em seu orçamento. Com isso as lojas não oferecem desconto para pagamento à vista, além de se servirem da informação enganosa de que o preço à vista pode ser pago em um certo número de parcelas, escondendo o preço do financiamento.

Infelizmente até agora a única solução apresentada atribui responsabilidade ao próprio consumidor, uma vez que caberia a este pedir o “desconto”, ou melhor, a retirada do preço do financiamento ali contido.

A realidade do mercado brasileiro está demonstrando que as lojas ou as prestadoras de serviços não fazem nenhum “desconto”, simplesmente afirmam – como se fosse algo vantajoso ao consumidor ou

mesmo fosse uma “promoção” – que o preço à vista pode ser pago em até 3, 4 ou 10 vezes. Ora, o preço do financiamento e até da taxa de administração deste financiamento estão por exemplo, ambos contidos no preço supostamente à vista que poderá ser pago em até 3, 4 ou 10 vezes, daí porque o consumidor, na verdade, está comprando a mercadoria ou o serviço e também um financiamento.

Tal situação toma o preço das mercadorias ou dos serviços muito caro aos consumidores, especialmente para aquela faixa da população que compra os bens domésticos básicos e úteis como uma geladeira, um fogão, aparelho de som, etc. Esse setor da população se submete, sem pestanejar, a tal situação, justamente porque estão em nível vertical de negociação, seja porque não possuem uma cultura de negociação, ou porque precisam de bens básicos e úteis e naquele momento estão encontrando a chance de realizar esse sonho. O pior é que, no final, as contas indicam que os consumidores, por exemplo, compraram uma geladeira e meia ou às vezes até duas geladeiras.

O Código de Defesa do Consumidor aparece como um instrumento de equilíbrio da relação, buscando igualar pessoas tão sócio-economicamente desiguais. Ademais, não por outro motivo que consta na Lei nº 8.884/94, de Defesa da Concorrência, dentre várias caracterizações de infração à ordem econômica, o aumento sem justa causa dos preços de bens e serviços e também a famigerada “venda casada”, isto é, quando o vendedor impõe a compra de um segundo produto como condição para fornecer o produto desejado pelo comprador. É necessário perceber aqui a sutileza da “imposição do financiamento” como “condição para fornecer a mercadoria”. Sem tal sensibilidade, efetivamente o direito de defesa do consumidor e da concorrência passariam a ser meras declarações formais.

Em síntese: Ao comprar o bem ou serviço desejado, o consumidor assume o pagamento de juros a uma taxa em geral desconhecida, e sobre a qual não lhe é dada oportunidade de refletir. Tal procedimento tem a mesma natureza das práticas abusivas de que trata o art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), devendo, portanto, ser expressamente incluído entre elas. Para esse fim, o art. 1º do presente projeto de lei acrescenta ao **caput** do art. 39 da Lei nº 8.078, de 1990, os incisos XIV e XV, incluindo, respectivamente, no rol das práticas abusivas, os seguintes procedimentos comerciais:

a) oferecer à venda ou vender produtos ou serviços mediante a sistemática de pagamento a prazo pelo preço à vista;

b) recusar a concessão de desconto sobre os juros incorporados às parcelas de pagamento de prazo na hipótese de que o consumidor se disponha a antecipar uma ou mais dessas parcelas.

Na mesma linha de idéias, o art. 2º do projeto de lei acrescenta os arts. 66-A e 66-B à Lei nº 8.078, de 1990, para incluir entre as infrações penais os procedimentos previstos nas alíneas **a** e **b** acima.

O art. 3º do projeto de lei, por outro lado, inclui entre as informações que devem estar asseguradas na oferta e apresentação de produtos ou serviços, segundo o disposto no art. 31 da Lei nº 8.078, de 1990, a taxa e o valor dos juros incidentes na hipótese de pagamento a prazo.

O mesmo artigo do projeto de lei altera, também, a redação do art. 66 da Lei nº 8.078, de 1990, para caracterizar como infração penal a afirmação falsa ou enganosa ou a omissão de informação relevante quanto à taxa e ao valor dos juros incidentes na hipótese de pagamento a prazo.

O art. 4º do projeto de lei, por fim, amplia o conteúdo das informações referentes a preços dos produtos ou serviços oferecidos ao consumidor pelos estabelecimentos comerciais, de que trata a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, exigindo que o vendedor preste ao consumidor informações, também, quanto à taxa e ao valor dos juros incidentes quando se tratar de venda mediante pagamento a prazo.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2005, – Senador **Antonio Carlos Valadares**, PSB/SE.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990.

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

Art. 31 A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, ostensivas e língua portuguesa sobre suas características, claras, precisas, e de qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: (Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11-6-94)

I – condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos;

II – recusar atendimento às demandas dos consumidores, na exata medida de suas disponibilidades de estoque. e, ainda, de conformidade com os usos e costumes;

III – enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço;

IV – prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impingir-lhe seus produtos ou serviços;

V – exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva;

VI – executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes;

VII – repassar informação depreciativa, referente a ato praticado pelo consumidor no exercício de seus direitos;

VIII – colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro);

IX – recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento, ressalvados os casos de intermediação regulados em leis especiais; (Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994)

X – elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços. (Incluído pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994).

XI – Dispositivo incluído pela MPV nº 1.890-67, de 22.10.1999, transformado em inciso XIII, quando da conversão na Lei nº 9.870, de 23-11-99.

XII – deixar de estipular prazo para o cumprimento de sua obrigação ou deixar a fixação de seu termo inicial a seu exclusivo critério. (Incluído pela Lei nº 9.008, de 21.3.1995).

XIII – aplica fórmula ou índice de reajuste diverso do legal ou contratualmente estabelecido. (Incluído pela Lei nº 9.870, de 23.11.1999).

Parágrafo único. Os serviços prestados e os produtos remetidos ou entregues ao consumidor, na hipótese prevista no inciso III, equiparam-se às amostras grátis, inexistindo obrigação de pagamento.

Art. 66. Fazer afirmação falsa ou enganosa, ou omitir informação relevante sobre a natureza, característica, qualidade, quantidade, segurança, desem-

penho, durabilidade, preço ou garantia de produtos ou serviços:

Pena – Detenção de três meses a um ano e multa.

§ 1º Incorrerá nas mesmas penas quem patrocinar a oferta.

§ 2º Se o crime é culposos;

Pena Detenção de um a seis meses ou multa.

.....
LEI Nº 10.962, DE 11 DE OUTUBRO DE 2004.

Dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor.

.....
Art. 5º No caso de divergência de preços para o mesmo produto entre os sistemas de informação de preços utilizados pelo estabelecimento, o consumidor pagará o menor dentre eles.

.....
LEI Nº 8.884, DE 11 DE JUNHO DE 1994.

Transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em Autarquia dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I
Da Finalidade

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica, orientada pelos ditames constitucionais de liberdade de iniciativa, livre concorrência, função social da propriedade, defesa dos consumidores e repressão ao abuso do poder econômico.

.....
LEI Nº 9.008, DE 21 DE MARÇO DE 1995

Cria, na estrutura organizacional do Ministério da Justiça, o Conselho Federal de que trata o art. 13 da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, altera os arts. 4º 39, 82, 91 e 98 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e dá outras providências.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 913, de 1995, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, para os efeitos do disposto no parágrafo

único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado, no âmbito da estrutura organizacional do Ministério da Justiça, à Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (CFDD).

.....
LEI Nº 9.870, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1999

Dispõe sobre o valor total das anuidades escolares e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O valor das anuidades ou das semestralidades escolares do ensino pré-escolar, fundamental, médio e superior, será contratado, nos termos desta Lei, no ato da matrícula ou da sua renovação, entre o estabelecimento de ensino e o aluno, o pai do aluno ou o responsável. (Vide Medida Provisória nº2.173-24, 23.8.2001).

.....
(À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e fiscalização e controle, em decisão terminativa).

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

Sobre a mesa, avisos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Paim.

São lidos os seguintes:

**AVISOS
DO MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA
CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

– Nº 391/2005, de 20 de abril último, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1.597, de 2004, do Senador Álvaro Dias;

– Nº 516/2005, de 25 de maio passado, encaminhando resposta ao Requerimento nº 168, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Paim.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 37, DE 2005

(Nº 5.239/2001, na Casa de Origem)

Dá nova redação ao parágrafo único, reenumerado como § 1º e acrescenta § 2º ao art. 25 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1996, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 25 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 25.

§ 1º Os projetos culturais relacionados com os segmentos culturais do inciso II do **caput** deste artigo beneficiarão exclusivamente as produções independentes, bem como as produções cultural– educativas de caráter não comercial, realizadas por empresas de rádio e televisão.

§ 2º Os projetos culturais relacionados com as artes cênicas e beneficiados com os incentivos previstos nesta lei deverão ser apresentados em pequenas e médias cidades, de forma a assegurar a difusão cultural.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 5.239, DE 2001

Altera O art. 25 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que “Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC e dá providências”, estabelecendo obrigações aos projetos culturais relacionados com a produção cinematográfica e as artes cênicas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 25 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 25.

Parágrafo único A. Os projetos culturais relacionados com a produção cinematográfica e beneficiados com os incentivos previstos nesta lei deverão assegurar sua distribuição gratuita às salas de exibição de entidades culturais sem fins lucrativos e aos cineclubes.

Parágrafo único B. Os projetos culturais relacionados com as artes cênicas e beneficiados com os incentivos previstos nesta lei deverão ser apresentados em pequenas e médias cidades, de forma a assegurar a difusão cultural” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 215, **caput**, representou um avanço significativo ao reconhecer o princípio da Cidadania Cultural, expresso no dever do Estado em garantir o acesso aos direitos culturais a todos os brasileiros e no apoio e incentivo à difusão das múltiplas manifestações culturais de nosso país. O legislador constituinte inculpiu, também, no texto constitucional, que a lei deveria estabelecer incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais (art. 216, § 3º).

No ordenamento jurídico brasileiro, já dispomos de uma lei federal de incentivo à cultura. Trata-se da Lei nº 8.313/91, que “restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, Institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura PRONAC e dá outras providências”, mais conhecida como “Lei Rouanet”. No atual governo, essa legislação já sofreu duas importantes modificações, tendentes a seu aprimoramento.

A presente proposição legislativa objetiva inserir no art. 25 do referido dispositivo legal a determinação para que os produtos de projetos culturais relacionados com a produção cinematográfica e beneficiados com os incentivos nele previstos sejam distribuídos gratuitamente às salas de exibição de entidades culturais sem fins lucrativos e aos cineclubes. Determina, também, que os projetos culturais relacionados com as artes cênicas e beneficiados com os incentivos da Lei nº 8.313/91 sejam apresentados em pequenas e médias cidades, de forma a assegurar a difusão cultural.

O objetivo do projeto é, de fato, propiciar a um maior número de brasileiros o acesso a duas das mais importantes manifestações artísticas da cultura nacional, sobretudo neste país de dimensões continentais e marcado por forte diversidade cultural, onde muitos municípios sequer dispõem de salas de cinema e teatro, que possibilitem a exibição daqueles bens culturais.

Sabe-se, também, que muitas peças teatrais e atividades mencionadas às artes cênicas, que recebem incentivos oriundos da legislação cultural vigente, são exibidas, preferencialmente, nos grandes centros urbanos. Por outro lado, não há o devido incentivo à interiorização das peças e espetáculos, que não chegam às cidades de médio e pequeno portes, privando

a população local de ter acesso à arte cênica em suas múltiplas modalidades (teatro, dança, circo, ópera, mímica e congêneres).

Portanto, o projeto tem por finalidade contribuir para o desenvolvimento de duas das maiores manifestações da cultura brasileira: as artes cênicas e a produção cinematográfica. Espero, pois, contar com o apoio dos nobres Pares na tramitação da matéria, cuja aprovação reforçará a possibilidade de exercício da Cidadania Cultural.

Sala das Sessões, – Deputado **Luiz Carlos Haully**

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 8.313, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991

Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) e dá outras providências.

Art. 25. Os projetos a serem apresentados por pessoas físicas ou pessoas jurídicas, de natureza cultural para fins de incentivo, objetivarão desenvolver as formas de expressão, os modos de criar e fazer, os processos de preservação e proteção do patrimônio cultural brasileiro, e os estudos e métodos de interpretação da realidade cultural, bem como contribuir para propiciar meios, à população em geral, que permitam o conhecimento dos bens de valores artísticos e culturais, compreendendo, entre outros, os seguintes segmentos:

I – teatro, dança, circo, ópera, mímica e congêneres;

II – produção cinematográfica, videográfica, fotográfica, discográfica e congêneres;

III – literatura, inclusive obras de referência;

IV – música;

V – artes plásticas, artes gráficas, gravuras, cartazes, filatelia e outras congêneres;

VI – folclore e artesanato;

VII – patrimônio cultural, inclusive histórico, arquitetônico, arqueológico, bibliotecas, museus, arquivos e demais acervos;

VIII – humanidades; e

IX – rádio e televisão, educativas e culturais, de caráter não-comercial.

Parágrafo único. Os projetos culturais relacionados com os segmentos do inciso II deste artigo deverão beneficiar exclusivamente as produções independentes, bem como as produções culturas-educativas

de caráter não comercial, realizadas por empresas de rádio e televisão. (Redação dada pela Lei nº 9.874, de 23-11-99)

LEI Nº 7.505, DE 2 DE JULHO DE 1988

Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico.

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, DE 2005

(Nº 2.674/2003, na Casa de origem)

Altera o caput do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.040, de 21 de outubro de 1969, que dispõe sobre os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, regula a eleição de seus membros, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.040, de 21 de outubro de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O Conselho Federal de Contabilidade – CFC será constituído por 1 (um) representante efetivo de cada Conselho Regional de Contabilidade – CRC, e respectivo suplente, eleitos para mandatos de 4 (quatro) anos, com renovação a cada biênio, alternadamente, por 1/3 (um terço) e 2/3 (dois terços).

..... “(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.674, DE 2003

Altera o art. 1º do Decreto-Lei nº 1.040, de 21 de outubro de 1969, que “dispõe sobre os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, regula a eleição de seus membros, e dá outras providências.”

O Congresso Nacional decreta:

Ar. 1º O art. 1º do Decreto-Lei nº 1.040, de 21 de outubro de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) será constituído por um representante efetivo de cada Conselho Regional de Contabilidade (CRC), e respectivo suplente, eleitos para mandatos de 4 (quatro) anos, com

renovação a cada biênio, alternadamente, por 1/3 (um terço) e 2/3 (dois terços).” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Conselho Federal de Contabilidade forma em conjunto com os 27 (vinte e sete) Conselhos Regionais de Contabilidade uma entidade federativa.

Temos, assim, que os Conselhos de Contabilidade – Federal e Regionais – são uma organização nítida e unicamente federativa.

Ao Conselho Federal de Contabilidade compete manter a unidade de ação administrativa em todo o território nacional.

Os Conselhos de Contabilidade – Federal e Regionais – foram criados pelo Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946.

O Conselho Federal de Contabilidade foi criado com a composição de 9 (nove) membros.

O art. 1º, do Decreto-Lei nº 1.040, de 21 de outubro de 1969, com redação dada pela Lei nº 5.730, de 8 de novembro de 1971, declarou que o Conselho Federal de Contabilidade será composto de até 15 (quinze) membros, de igual número de suplentes.

O direito nasce dos fatos. Os fatos não nascem do direito.

A realidade de 1946 não corresponde à realidade dos dias de hoje. Atualmente, são cerca de 350.000 (trezentos e cinquenta mil) contabilistas registrados nos Conselhos Regionais de Contabilidade e de 70.000 (setenta mil) organizações cadastradas.

O Conselho Federal de Contabilidade para atender ao cumprimento de sua finalidade institucional adotou uma estrutura administrativa por meio de Câmaras, a saber:

- Câmara de Registro e Fiscalização;
- Câmara de Ética e Disciplina;
- Câmara Técnica;
- Câmara de Controle Interno;
- Câmara de Desenvolvimento Profissional; e
- Câmara de Assuntos Gerais.

A composição de até 15 (quinze) conselheiros não atende à necessidade atual da entidade.

No exercício de 2002, a Câmara de Registro e Fiscalização julgou 1.402 (um mil quatrocentos e dois) processos de recurso ao CFC; a Câmara Técnica analisou 66 (sessenta e seis) processos de consultas de ordem técnica; a Câmara de Controle Interno, 568 (quinhentos e sessenta e oito) processos; a Câmara de Assuntos Gerais, 60 (sessenta) processos; e a Câ-

mara de Desenvolvimento Profissional, 40 (quarenta) processos.

Esses dados atestam o crescimento administrativo da entidade.

O Estado Brasileiro, de 1946 até o ano em curso, 2003, experimentou uma profunda e radical modificação. Temos uma série de transformações em todos os pontos da sociedade, principalmente no campo da fiscalização do exercício profissional, matéria de interesse público.

O art. 5º da Constituição Federal sustenta que todos são iguais perante a lei.

É justo que todos os Conselhos Regionais de Contabilidade, cada um deles na jurisdição de seus respectivos Estados, tenham o direito de ter um representante no Conselho Federal de Contabilidade.

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil possui uma composição plenária de 81 (oitenta e um) conselheiros, três por Estado da Federação.

O Conselho Federal de Medicina tem em sua composição plenária 28 (vinte e oito) conselheiros, sendo 1 por Estado da Federação e um representante da Associação Médica Brasileira (AMB).

O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal. Cada Estado elege três senadores. Cada senador é eleito com dois suplentes.

Propõe-se que o Conselho Federal de Contabilidade seja composto por um representante de cada Conselho Regional de Contabilidade.

O presente projeto de lei se assenta no princípio da necessidade da adaptação do Conselho Federal de Contabilidade às necessidades atuais para atender aos contabilistas e às organizações contábeis, bem como a sociedade de um modo geral, e no princípio da isonomia previsto na Constituição.

Sala das Sessões, 3 de dezembro de 2003. –
Deputado **Átila Lira**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

DECRETO-LEI Nº 1.040,
DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Dispõe sobre os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, regula a eleição de seus membros, e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do arti-

go 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º O Conselho Federal de Contabilidade se comporá de até 15 (quinze) membros, com igual número de suplentes, eleitos pela forma estabelecida neste Decreto-lei.

Parágrafo único. A composição dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade obedecerá à seguinte proporção:

- a) 2/3 (dois terços) de contadores;
- b) 1/3 (um terço) de técnicos de contabilidade.

.....
(À Comissão de Assuntos Sociais.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, DE 2005
(Nº 2.485/2003, na Casa de origem)

Dá nova redação ao art. 12 do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, que cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Técnico em Contabilidade, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 12 do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12. O exercício das atividades compreendidas no campo da Contabilidade é prerrogativa do Contador e do Técnico em Contabilidade regularmente registrados nos respectivos Conselhos Regionais de Contabilidade, observadas as competências privativas do Contador.

§ 1º Somente podem pleitear o registro profissional nos Conselhos Regionais de Contabilidade:

I – na categoria de Contador, o bacharel em Ciências Contábeis, ou a ele equiparado, diplomado no Brasil, em instituição de ensino superior, e o bacharel em Ciências Contábeis, ou a ele equivalente, portador de diploma expedido por instituição de ensino superior estrangeira, nos termos da legislação vigente;

II – na categoria de Técnico em Contabilidade, o portador de diploma de Técnico em Contabilidade, conferido por instituição nacional de ensino de nível médio, na forma da legislação vigente.

§ 2º Para a obtenção do registro profissional nos Conselhos Regionais de Contabilidade, o bacharel em Ciências Contábeis e o Técnico em Contabilidade devem ser aprovados em prévio Exame de Suficiência, destinado a compro-

var o nível de conhecimento indispensável para o exercício da profissão contábil.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. – **Severino Cavalcanti**, Presidente

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.485, DE 2003

Dá nova redação ao art. 12 do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, que “cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Técnico em Contabilidade, e dá outras providências”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 12 do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12. O exercício das atividades compreendidas no campo da Contabilidade é prerrogativa do Contador e do Técnico em Contabilidade, regularmente registrados e em dia com suas obrigações nos respectivos Conselhos Regionais de Contabilidade, observadas as competências privativas do Contador.

§ 1º Somente podem pleitear o registro profissional nos Conselhos Regionais de Contabilidade:

I – na categoria de Contador, o bacharel em Ciências Contábeis, ou a ele equiparado, diplomado no Brasil, em instituição de ensino superior, e o bacharel em Ciências Contábeis, ou a ele equivalente, portador de diploma expedido por instituição de ensino superior estrangeira, nos termos da legislação vigente;

II – na categoria de Técnico em Contabilidade, o portador de diploma de Técnico em Contabilidade, conferido por instituição nacional de ensino de nível médio, na forma da legislação vigente.

§ 2º Para a obtenção do registro profissional nos Conselhos Regionais de Contabilidade, o bacharel em Ciências Contábeis e o Técnico em Contabilidade devem ser aprovados em prévio Exame de Suficiência, destinado a comprovar o nível de conhecimento indispensável para o exercício da profissão contábil.

§ 3º A manutenção do registro profissional fica condicionada à submissão do Contador e do Técnico em Contabilidade a programas de avaliação de competência profissional e de educação continuada.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto de lei apresenta propostas para adequação do artigo 12º da lei de regência da profissão contábil – Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, que trata do Registro da Carteira Profissional dos profissionais da Contabilidade e busca uma melhor ordenação, organização e terminologia dos assuntos ali tratados, tendo como finalidade última a materialização de indispensável segurança jurídica na aplicação de suas medidas. A nova redação do art. 12 do projeto propõe as adequações abaixo.

Em seu **caput**, é definida a exclusividade de prerrogativa do Contador e do Técnico em Contabilidade para exercerem as atividades de natureza contábil, cuja exclusividade é extensiva à denominação profissional, além da exigência da condição de adimplência perante os Conselhos Regionais para exercer a profissão.

Nos novos §§ 1º a 3º são definidas as pessoas que podem pleitear o registro profissional como Contador e/ou Técnico em Contabilidade, incluindo suas qualificações técnico-educacionais, vinculando o exercício da profissão ao registro nos Conselhos Regionais, onde os atos de obtenção e manutenção desse registro são condicionados à aprovação em Exame de Suficiência e à submissão em Exame de Competência e programas de Educação Continuada.

A Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso XIII, estabelece o princípio da profissão regulamentada, que é determinada pelo interesse público. Decorre daí o fato de que a sociedade espera e deve contar com profissionais devidamente habilitados e capacitados para o exercício de sua profissão.

O registro profissional concedido pelos Conselhos Regionais constitui-se num ato de responsabilidade pública, pois com o registro e a entrega da Carteira Profissional do Contador ou do Técnico em Contabilidade a entidade fiscalizadora do exercício profissional assume essa responsabilidade perante a sociedade, além do que o mundo moderno exige do profissional de Contabilidade conhecimentos de alto padrão técnico, principalmente no momento em que o Brasil busca novos parceiros internacionais.

Neste sentido, é imprescindível que o Conselho Federal de Contabilidade, como órgão máximo da profissão contábil, disponha de mecanismos jurídicos para exercer com autonomia, e na sua plenitude, as atribuições de regulamentação, normalização e disciplinamento do exercício dessa profissão, especialmente para ratificar e convalidar todos os normativos que já disciplinam os procedimentos retromencionados.

Amparada no princípio da moralidade jurídica, a classe contábil brasileira entende ser indispensável a adoção dos Exames de Suficiência e de Competên-

cia e da Educação Continuada para a obtenção e a manutenção do registro profissional, como formas de avaliação da capacidade técnica do Contador e do Técnico em Contabilidade.

Convencido de que a proposição significa um avanço na gestão desse órgão fiscalizador e de que ela atende aos mais elevados interesses de nossa Nação e de sua economia num mundo globalizado, bem como da nossa sociedade como um todo, tenho certeza de que ela contará com o voto unânime dos meus distintos Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2003.
– Deputado **Átila Lira**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

DECRETO-LEI Nº 9.295, DE 27 DE MAIO DE 1946

Vide Lei Nº 4.399, de 31-8-1964

Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e da outras providências

CAPÍTULO II

Do Registro da Carteira Profissional

Art. 12. Os profissionais a que se refere este Decreto-lei, somente poderão exercer a profissão depois de regularmente registrados no órgão competente do Ministério da Educação e Saúde e ao Conselho Regional de Contabilidade a que estiverem sujeitos.

Parágrafo único – O exercício da profissão, sem o registro a que alude este artigo, será considerado como infração do presente Decreto-lei.

.....
(À comissão de Assuntos Sociais.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 40, DE 2005
(Nº 1.438/2003, na Casa de origem)

Altera a redação do inciso VI do art. de 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (acrescenta ao princípio da gratuidade do ensino público a vedação de cobrança de contribuições e taxas de qualquer natureza).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso VI do art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, vedada a cobrança de contribuições e taxas de qualquer natureza dos graduandos e graduados;

..... (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.438, DE 2003

Altera a redação do inciso VI do art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Este projeto de lei altera a redação do inciso VI do art. 3º, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com vistas a garantir o princípio constitucional da gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais proibindo, dessa forma, a cobrança de contribuição e de taxas de qualquer natureza.

Art. 2º O inciso VI do art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

VI – da gratuidade do ensino estabelecimentos oficiais, vedada a contribuição e taxas de qualquer graduandos e graduados.”(NR)

.....

Art. 3º Esta lei passa a vigorar na data da sua publicação.

Justificação

A Constituição Federal no capítulo da Educação estabeleceu como princípio básico a gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação declara confirmando esse mesmo princípio.

Mas vejo com muita preocupação a disposição de algumas opiniões divulgadas recentemente na imprensa, sustentando a idéia da implantação do ensino pago nos estabelecimentos oficiais brasileiros e defendendo a contribuição financeira de graduandos e graduados.

Tal assertiva deve ser refutada de plano, porquanto julgo inaceitável e absurda, revelando flagrante contraste ao compromisso com as causas públicas e democráticas.

Comparando com os países mais desenvolvidos do mundo verifica-se que o ensino superior público e

gratuito é fundamental como instrumento estratégico de desenvolvimento e de pesquisa.

Nesse sentido proponho a alteração da Lei nº 9.394, de 1996 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional) impossibilitando a tentativa da cobrança de contribuição e taxas de qualquer natureza dos graduandos e dos graduados.

Sala das Sessões, 8 de julho de 2003. _ Deputado **Wilson Santos**.

LEGISLAÇÃO CITADA

*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA
– CEDI*

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Vide Adin 3324-7, de 2005

Vide Decreto nº 3.860, de 2001

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

.....
Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII – valorização do profissional da educação escolar;

VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX – garantia de padrão de qualidade;

X – valorização da experiência extra-escolar;

XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

.....
(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2005

(Nº 392/2003, na Casa de origem)

Denomina “Rodovia Alfeo Almeida Vellozo” o trecho da rodovia BR-376 entre o entroncamento com a rodovia BR-163 e a cidade de Fátima do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O trecho da rodovia BR-376, entre o entroncamento com a rodovia BR-163, próximo à cidade de Dourados, e à cidade de Fátima do Sul, aflitas no Estado de Mato Grosso do Sul, passa a ser denominado “Rodovia Alfeo Almeida Velozo”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI Nº 392-C, DE 2003

Denomina “Rodovia Alfeo Almeida Velozo” o trecho da rodovia BR – 376 entre o entroncamento com a rodovia BR – 163 e a cidade de Fátima do Sul, Estado do Mato Grosso do Sul;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O trecho da rodovia BR-376, entre o entroncamento com a rodovia BR-163, próximo à cidade de Dourados, e a cidade de Fátima do Sul, ambas no Estado de Mato Grosso do Sul, passa a ser denominado “Rodovia Alfeo Almeida Velozo”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Alfeo Almeida Velozo nasceu em 13 de novembro de 1932, na cidade de Severina, Estado de São Paulo, e formou-se como Engenheiro Agrônomo pela Faculdade Superior de Agronomia e Veterinária, na cidade de Curitiba, Paraná, em 1959. Ainda jovem, deslocou-se para o Estado de Mato Grosso do Sul onde constituiu família e vida profissional.

Como administrador do Núcleo Colonial de Dourados, nomeado em 1964, prestou, a este Município e adjacências, serviços de elevado valor social que proporcionaram ao homem do campo, sem terra, a possibilidade de possuir a sua própria moradia, trazendo a esta região mão-de-obra produtiva de grande desenvolvimento. Com o decorrer do tempo, colonos de outros estados interessaram-se em trabalhar com a terra, formando um grande contingente agrícola.

Como conseqüência, esta obra colonizadora possibilitou a criação de novos municípios que se achavam encravados na área do Núcleo Colonial de Dourados, resultado do trabalho desempenhado pelos lavradores, com o apoio de Alfeo Almeida Velozo.

Frente à sua administração, Alfeo Almeida Velozo construiu obras necessárias para o escoamento da produção agrícola, como estradas de rodagem e pontes, ampliando e modificando e melhorando, não apenas o município de Dourados, como também outros municípios vizinhos.

Sempre preocupado com o bem estar de seus semelhantes e sabedor de que a educação é a base do desenvolvimento de um povo, Alfeo Almeida Velozo construiu muitas salas de aula para possibilitar aos filhos dos colonos uma aprendizagem básica digna. Seu trabalho e idealismo foi rompido ao morrer em 5 de junho de 1994, aos 61 anos de idade.

Cumpra, portanto, denominar o trecho em questão da rodovia BR-376, como homenagem dos cidadãos douradenses pelo seu trabalho e dedicação. Esta é a razão pela qual solicitamos aos ilustres Parlamentares a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 18 de março de 2003. – Deputado **Murilo Zauith**.

(À Comissão de Educação).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2005

(Nº 276/2003, na Casa de origem)

Altera o caput do art. 11 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências (substitui a expressão “atendimento médico” por “atendimento integral à saúde”).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei explicita o direito ao atendimento integral à saúde de crianças e adolescentes.

Art. 2º O **caput** do art. 11 da Lei nº 9.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. É assegurado atendimento integral à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, garantido o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde.

..... “(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 276, DE 2003

Altera o art. 11 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ao artigo 11 da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, acrescenta-se após a expressão “atendimento médico”, a expressão “e psicológico”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Este acréscimo justifica-se por si mesmo. Talvez tenha o legislador imaginado que o tratamento psicológico estaria implícito no atendimento médico. Mas a lei não pode reclinar-se sobre o implícito pois pode acontecer que ele seja negligenciado com base na falta de clareza.

De fato é raro que os serviços públicos, em especial, fora das grandes cidades, disponha de atendimento psicológico para oferecer às crianças e adolescentes. Entretanto é o que lhe deve o Estado e colocar-se o princípio na lei é um início para que seja realizado.

Há freqüente crítica de analistas políticas quanto às leis que não saem do papel e da letra escrita. O legislador precisa sim, antecipar-se à realidade e buscar o ideal. Não pode o legislador limitar-se a consolidar, legitimar e institucionalizar o que já se tornou hábito, em uma sociedade tão carente, seria “chover no molhado”, por assim dizer. A legislação consuetudinária é válida sim, porém para civilizações que consolidaram fórmulas de atendimento aos direitos humanos antes de passarem por governos de tipo providencial.

Em nosso caso, somos uma Sociedade que estamos ainda no início do atendimento a muitos dos direitos que a família poderia atender, sem precisar recorrer ao Poder Público. Entretanto, o Estatuto da Criança e do Adolescente tem a intenção de antecipar-se ao que o menor pode precisar, a defendê-lo em todas as circunstâncias e a prover um modelo de sociedade no futuro em que ele seja totalmente atendido.

Este o motivo porque buscamos este aperfeiçoamento da letra da lei, mesmo antes que ela esteja em franco exercício.

Sala das Sessões, 11 de março de 2003. – Deputada **Marinha Raupp**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990

Vide texto compilado

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Art. 11. É assegurado atendimento médico à criança e ao adolescente, através do Sistema Único de Saúde, garantido o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde.

§ 1º A criança e o adolescente portadores de deficiência receberão atendimento especializado.

§ 2º Incumbe ao poder público fornecer gratuitamente àqueles que necessitarem os medicamentos, próteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.

(À Comissão de Assuntos Sociais.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2005 (Nº 6233/2002, na Casa de origem)

Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (determina que a pessoa que for retirada cautelosamente da moradia comum, por maus tratos, opressão ou abuso sexual contra criança ou adolescente, está obrigada a prestar alimento).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei visa a compelir aquele que for afastado cautelarmente da moradia comum, na hipótese de maus tratos, opressão ou abuso sexual contra criança ou adolescente, a prestar os alimentos de que eles necessitem.

Art. 2º O art. 130 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 130.

Parágrafo único. Da medida cautelar constará, ainda, a fixação provisória dos alimentos de que necessitem a criança ou o adolescente dependentes do agressor.(NR)”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 6.233 DE 2002

Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei visa compelir aquele que for afastado cautelarmente da moradia comum, na hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual contra criança ou adolescente, a prestar os alimentos de que deles necessitem.

Art. 2º O art. 130 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 130.

Parágrafo único. Da medida cautelar constará, ainda, a fixação provisória dos ali-

mentos de que necessitem a criança ou adolescente dependentes do agressor(NR).”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Muito sabiamente, o legislador previu a possibilidade do afastamento cautelar, da moradia comum, daquele que infligir maus-tratos, oprimir ou abusar sexualmente de criança ou adolescente.

Entretanto, a falta de previsão expressa da fixação, na mesma medida cautelar dos alimentos provisórios a serem prestados aos menores pode levar a uma atuação inusitada, na qual o afastamento redunde num prêmio para o agressor e num castigo para seus dependentes.

Realmente, não é concebível que aquele que seja afastado da moradia comum em face de condutas tão graves não seja compelido, pela autoridade judicial, a continuar arcando com a manutenção daqueles a quem desprezou, física e moralmente.

Deve-se esclarecer que a pensão de que ora se trata é dirigida somente aos filhos e demais dependentes menores porventura existentes, porquanto o cônjuge ou companheiro já dispõe de arsenal jurídico para defender-se, haja vista a medida cautelar da separação de corpos, a qual, no mais das vezes, também acarreta a fixação de pensão provisória.

Tratando-se, pois, de acréscimo legislativo que prescinde de maiores explicações, posto que ditado pelo bom senso, estamos certos de contar com a aprovação de nossos Pares para sua conversão em norma jurídica.

Sala das Sessões, 6 de março de 2002. _ Deputado **Paulo Rocha**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990

Vide texto compilado

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

.....
Art. 130. verificada a hipótese de maus- tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum.
.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2005 (Nº 5.124/2001, na Casa de origem)

Denomina Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza – CE, passa a denominar-se Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 5.124, DE 2001

Denomina Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza – CE; (relator: Deputado Luis Barbosa); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O Congresso Nacional decreta

Art. 1º O Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza – CE, passa a denominar-se Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Nosso projeto objetiva homenagear o Dr. Carlos Alberto Studart Gomes, um dos grandes vultos cearenses na área da medicina, da administração e probidade transformá-lo num centro de referência nacional.

Em toda a sua vida, foi um sacerdote da medicina e uma de suas maiores expressões. Quando faleceu, em maio de 1999, um de seus discípulos, o Dr. Regis Jucá, manifestou que comunidade médica ficava mais pobre e o Hospital de Messejana sem o seu grande nome.

O Dr. Carlos Alberto Studart Gomes nasceu em Fortaleza, em 23 de setembro de 1917, onde cursou seus estudos primários e secundário. Teve sua vocação para a medicina incentivada pela admiração ao médico da família, Dr. Adalberto Studart. Aos 17 anos, iniciou seus estudos na Faculdade de Medicina da Bahia. Por motivos de saúde, transferiu-se para Minas Gerais, local em que concluiu o curso e deu os primeiros passos profissionais como presidente do Hospital Militar de Minas Gerais, oficial do Corpo de Saúde da Polícia Militar Mineira.

Registramos que, antes de regressar ao Ceará, o Dr. Carlos Alberto incursionou pela Amazônia, convidado para ser médico do Serviço Especial de Mobiliza-

ção de Trabalhadores para a Amazônia. Retornando a Fortaleza, desempenhou papel fundamental na estruturação de instituições e de entidades da classe e foi admitido como Tisiologista do Instituto de Previdência do Estado do Ceará – IPEC. Um fato marcante na volta a sua terra foi o curso de pós-graduação do Sanatório Imaculada Conceição da Universidade Federal de Minas Gerais, que deu início a um dos projetos mais importantes de sua vida: a reformulação do Sanatório de Messejana.

Em 1944, logo após seu retorno ao Ceará, foi indicado pelo Dr. Mozart Catunda, então presidente do IPEC, para dirigir o Sanatório de Messejana, onde permaneceu até se aposentar.

Acrescentamos que nesses 39 anos de dedicação ímpar e de trabalho probo, o pequeno sanatório ganhou dimensão modelar de Hospital para Doenças Torácicas e cardiovasculares, nada ficando a dever aos hospitais dos grandes centros. Com criatividade e responsabilidade, traçou urna meta e atingiu seu objetivo. O tiscômio com 20 leitos foi multiplicado por 10, o que comprova sua competência administrativa e o exercício de uma gestão voltada inteiramente para a coletividade.

Não podemos deixar de mencionar que nem tudo foi fácil. Voltamos ao depoimento do Dr. Régis Jucá, que em artigo publicado na imprensa cearense, afirmou sobre o Dr. Carlos Alberto “como Diretor, atravessou as diferentes fases do Hospital, IPEC, IAPB, INPS, Inamps enfrentou com calma e bom senso diversas turbulências. Formou um grupo de trabalho, mas nunca uma curriola. O balanço da vida de um homem é positivo quando a sua contribuição for maior do que aquilo que auferiu. O Dr. Carlos Alberto deu muito mais do que recebeu”. Este é, sem dúvida, um testemunho compartilhado por todos os cearenses.

O Hospital de Messejana foi, inegavelmente, a grande realização do Dr. Carlos Alberto, mas não foi a única. Seus conhecimentos e experiência foram aplicados também na reestruturação do Hospital Geral de Fortaleza, na transformação do Sanatório de Maracanaú em Hospital Geral e transmitidos a outras gerações. Foi professor catedrático do Instituto de Ensino do Estado do Ceará, Vice-Presidente do curso de Organização e Administração Hospitalar, ministrado pelo Dr. Odair Pedroso, Presidente da Sociedade de Patologia Respiratória e da Sociedade Cearense de Radiologia, Presidente do Centro Médico Cearense e membro da Academia Cearense de Medicina, Presidente do Centro de Estudos Prof. Manoel de Abreu, do Sanatório de Messejana.

Integrou variadas entidades médicas, sendo Sócio Honorário da Sociedade Pernambucana de Tubercu-

lose, Sócio Honorário do Instituto Mineiro da História da medicina, sócio Correspondente do Ateneu de Tisiologia Clemente Ferreira, do Amazonas, Associação Internacional contra a Tuberculose, Sociedade Brasileira de Tuberculose, American College of Chest Physicians, American Trudeau Society entre outras. Autor de numerosos trabalhos publicados em revistas médicas, foi diversas vezes homenageado pelos relevantes serviços prestados à comunidade.

E com esse espírito de reconhecimento ao vasto e profícuo trabalho do Dr. Carlos Alberto Studart Gomes que oferecemos à apreciação dos nobres Pares o presente projeto de lei e esperamos contar com o apoio de todos para a sua rápida aprovação e transformação em norma legal.

Sala das Sessões, 15 de Agosto de 2001. – Deputado **Roberto Pessoa**

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 45, DE 2005

(Nº 4.889/2001, na Casa de origem)

Altera a redação do *caput* do art. 66 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que institui o Código de Proteção e Defesa do Consumidor (inclui o ato de descumprir data de entrega de validade entre as possíveis condutas criminosas do fornecedor).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 66 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 66. Fazer afirmação falsa ou enganosa, descumprir data de entrega ou validade ou omitir informação relevante sobre a natureza, característica, qualidade, quantidade, segurança, desempenho, durabilidade, preço ou garantia de produtos ou serviços:

..... (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.889, DE 2001

Altera a redação do art. 66 da Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, que institui o código de Proteção e Defesa do Consumidor

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 66 da Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“art. 66 – Fazer afirmação falsa ou enganosa, descumprir data de entrega ou validade ou omitir informação relevante sobre a natureza, característica, qualidade, quantidade, segurança, desempenho, durabilidade, preço ou garantia de produtos ou serviços.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificação

É praxe das lojas de móveis, eletrodomésticos e outros fornecedores não cumprirem prazos de entrega dos produtos que vendem, porque as datas marcadas pelo comerciante não passam de promessas.

É praxe dos supermercados e outros comerciantes de produtos de venda a varejo, fatiar os produtos cuja data de validade já esteja expirando e, com isso, remarcar com uma nova data de validade, ocasionando riscos à saúde do consumidor.

Estes são problemas característicos de ato lesivo ao consumidor e são praticados constantemente por falta de amparo na parte penal do código. Contrariam, inclusive, o artigo 35 do CPDC e são passíveis de cumprimento forçado exigido pelo consumidor.

Por esta razão, submeto a presente proposição à apreciação dos Nobres Pares, com o intuito de garantir ao consumidor brasileiro a plenitude de seus direitos.

Sala das Sessões, 20 de junho de 2001. – Deputado **Celso Russomanno**

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990.

Vide Texto compilado

Mensagem de veto

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

Art. 35. Se o fornecedor de produtos ou serviços recusar cumprimento à oferta, apresentação ou publicidade, o consumidor poderá, alternativamente e à sua livre escolha:

I – exigir o cumprimento forçado da obrigação, nos termos da oferta, apresentação ou publicidade;

II – aceitar outro produto ou prestação de serviço equivalente;

III – rescindir o contrato, com direito à restituição de quantia eventualmente antecipada, monetariamente atualizada, e a perdas e danos.

Art. 66. Fazer afirmação falsa ou enganosa, ou omitir informação relevante sobre a natureza, característica, qualidade, quantidade, segurança, desem-

penho, durabilidade, preço ou garantia de produtos ou serviços:

Pena – Detenção de três meses a um ano e multa.

§ 1º Incorrerá nas mesmas penas quem patrocinar a oferta.

§ 2º e o crime é culposos;

Pena Detenção de um a seis meses ou multa.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2005

(Nº 4.538/2001, na Casa de origem)

Dá nova redação ao art. 134 da Lei nº 5.969, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (dispõe sobre o impedimento do juiz).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei destina-se a alterar disposição do Código de Processo Civil relativa aos casos de impedimento do juiz para atuar no processo.

Art. 2º O art. 134 da Lei nº 5.969, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 134.

IV – quando nele estiver postulando, como advogado da parte, o seu cônjuge ou companheiro, ou qualquer parente seu, consanguíneo ou afim, em linha reta, ou na linha colateral até o 2º (segundo) grau;

V – quando cônjuge, companheiro, parente, consanguíneo ou afim, de alguma das partes, em linha reta ou, na colateral, até o 3º (terceiro) grau;

§ 1º No caso do inciso IV do **caput** deste artigo, o impedimento ao se verifica quando o advogado já estava exercendo o patrocínio da causa; é porém, vedado ao advogado pleitear no processo a fim de criar o impedimento do juiz.

§ 2º O impedimento a que se refere esse inciso verifica-se inclusive no caso de mandato conferido em conjunto com outro advogado ou à sociedade de advogados da qual o profissional faça parte, mesmo que este não intervenha diretamente no processo.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se desde logo aos processos pendentes.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.538, DE 2001**Altera disposições sobre o impedimento no Código de Processo Civil – Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973;**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 134 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 134.

I

II

III

IV – quando nele estiver postulando, como advogado da parte, o seu cônjuge ou qualquer parente seu, consanguíneo ou afim, em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau, e participante de união estável. (NR)

V

VI

§ 1º No caso do inciso IV, o impedimento se verific desde a outorga do mandato ao advogado, isolada, em conjunto ou separadamente, ou à sociedade de advogados de que dela faça parte, mesmo que aquele não intervenha no processo. (NR)

§ 2º No juízo singular, o feito será distribuído ou redistribuído à outra Vara ou substituto legal e, nos Órgãos Colegiados, em distribuição ou redistribuição aleatória, à Turma, Seção ou Câmara diversa daquela que funcione impedido. (RN)

§ 3º Nos Órgãos Plenos, Especiais, Câmaras, Seções ou Turmas, quando únicas, o julgador impedido será substituído por convocação, mediante sorteio, de outro membro do mesmo ou outro Tribunal. (NR)

§ 4º Reputa-se viciosa e litigância de má-fé a omissão do parentesco pelo advogado ou a outorga de mandato a fim de criar o impedimento de juiz no curso do processo desde que o constituído nele não intervenha como representante ativo da parte, aplicando-se, noutro caso, o que dispõe o art. 44.”(RN)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e alcança os processos em curso.

Justificação

A relação de parentesco do juiz com o advogado é matéria de fundamental significação na prática forense e valor supremo da confiança e credibilidade do julgador e da própria independência e autoridade da jurisdição.

Não há dúvida que não se pode limitar a atuação e o exercício da advocacia de quem seja parente do magistrado, mas a clareza desse exercício exige o afastamento de um ou de outro, **ab initio**, nas demandas deduzidas em juízo, para tranqüilidade e segurança das partes.

A proposta não vulnera o princípio constitucional do juiz natura na medida que prevê a redistribuição do feito, com a cautela da substituição ou convocação nos colegiados.

A cláusula da litigância de má-fé é indispensável para o conjunto da proposta, uma vez que coarctada eventuais deslizos, o chamado “partido negativo” ou mera juntada de procuração para impedir o magistrado, sem intervenção no processo. Incluiu-se, também, a omissão do parentesco, que deve ser desde logo declinada.

Segundo a teoria tridimensional de Miguel Reale, traz-se à colação o valor dos fatos a reclamar a edição da norma. Passou a notório na mídia, com os naturais exageros, especialmente, que filhos de magistrados dos Tribunais Superiores mantêm suas bancas na Capital da República, advogando com desenvoltura naquelas Cortes.

Em princípio, nada a opor ao legítimo exercício da advocacia por quem quer que seja, desde que atendida a qualificação profissional que a Lei nº 8.906/94 (Estatuto da Advocacia) estabelece, como assentado entre as garantias constitucionais.

Sendo o Poder Judiciário suscetível de observação pública quanto a sua credibilidade, pelo feixe de atribuições e autoridade que exerce, substituindo-se a autodefesa no exercício arbitrário das próprias razões (NICETO ALCALÁ Y ZAMORA), impõe a norma de equilíbrio, valor fundamental e inderrogável no processo.

Se a concorrência desleal no patrocínio é objeto da disciplina e ética do advogado, em sede corporativa, não pode o legislador ficar alheio a questão que, em princípio, vem estabelecida pelo art. 134 do Código de Processo Civil, quanto aos impedimentos do juiz.

Articulamos, assim, a extensão do impedimento e de sua causa eficiente que é a outorga do mandato. Sem impedir o exercício da profissão, obriga-se à clareza por um lado e, de outro, a forma de redistribuir feitos ou substituir os juízos ou colegiados de tal maneira que a outra parte do processo encontre sempre uma Jurisdição isenta e insuscetível do desgaste da desconfiança num equilíbrio desejado quanto ao julgado.

Atacamos também, com a sanção da litigância de má-fé, eventuais manobras de natureza dolosa com o fito de tão só impedir o julgador, sem intervenção direta no processo, com a simples outorga de poderes **ad judicium** e sua juntada aos autos. Inclui-se aí a

omissão voluntária por não declinar, antecipadamente, a condição de parente.

Mas, não dando por encerrada e perfeita, então, a presente proposta de lei, é que invoco o apoio e os indispensáveis e ilustres suprimentos dos ilustres Pares para o seu aperfeiçoamento, no empenho comum de dar a resposta legislativa ao que se reclama em nome da ética e da segurança jurídica a que todos aspiramos.

Salda das Sessões, 24 de abril de 2001. – Deputado **João Caldas**

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973.

Vide texto compilado

Institui o Código de Processo Civil.

.....
Art. 134. É defeso ao juiz exercer as suas funções no processo contencioso ou voluntário:

I – de que for parte;

II – em que interveio como mandatário da parte, oficiou como perito, funcionou como órgão do Ministério Público, ou prestou depoimento como testemunha;

III – que conheceu em primeiro grau de jurisdição, tendo-lhe proferido sentença ou decisão;

IV – quando nele estiver postulando, como advogado da parte, o seu cônjuge ou qualquer parente seu, consanguíneo ou afim, em linha reta; ou na linha colateral até o segundo grau;

V – quando cônjuge, parente, consanguíneo ou afim, de alguma das partes, em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau;

VI – quando for órgão de direção ou de administração de pessoa jurídica, parte na causa.

Parágrafo único. No caso do nº IV, o impedimento só verifica quando o advogado já estava exercendo o patrocínio da causa; é, porém, vedado ao advogado pleitear no processo, a fim de criar o impedimento do juiz.

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2005

(Nº 2.354/2000, na Casa de origem)

Exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Fica excluída uma fração de 31.489 (trinta e um mil, quatrocentos e oitenta e nove) hectares e 49 (quarenta e nove) centiares da área da Reserva Extrativista do rio Ouro Preto, localizada na parte norte da Reserva, abrangida pelos Setores Pacaás Novos e Cachoeirinha, criada pelo Decreto nº 99.166, de 13 de março de 1990, administrada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, entidade autárquica de regime especial, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, que passa a ter área aproximada de 173.094 (cento e setenta e três mil e noventa e quatro) hectares, tendo, o seguinte memorial descritivo:

Partindo do Ponto 1, de coordenadas geográficas aproximadas 10º58'30.45"S e 65º12'34.13" Wgr, localizado na margem direita do rio Pacaás Novos, na confluência de um igarapé sem denominação, segue pela margem esquerda do referido igarapé no sentido montante, por uma distância de aproximadamente 3.942,67 m, até o Ponto 2, de coordenadas geográficas aproximadas 10º58'12.71" S e 65º11'04.73" Wgr, localizado na margem esquerda do citado igarapé; deste, segue por uma reta de azimute de 126º47'140.32", por uma distância de 5.150,70 m, até o Ponto 3, de coordenadas geográficas aproximadas 10º59'54.05"S e 65º09'49.64" Wgr, localizado no canto do lote 28 da Gleba 02 do Setor Bananeiras; deste, segue por uma reta de azimute de 8º53'57.62", por uma distância de 4.735,00 a, até o Ponto 4, de coordenadas geográficas aproximadas 10º 57'22.02"S e 65º08'24.43" Wgr, localizado na confrontação do lote 7 da Gleba 7A com os lotes 9 e 20 da Gleba 02 do Setor Bananeiras; daí, segue por uma reta de azimute de 121º43'29.72", por uma distância de 671,30 m, até o Ponto 5, de coordenadas geográficas aproximadas 10º 57'33.64"S e 65º08'05.71" Wgr, localizado na confrontação do lote 19 da Gleba 02 com o lote 9 da Gleba 7A do Setor Bananeiras, coincidindo com a interseção das linhas L-62 e L-62B; daí, segue por uma reta de azimute de 82º50'12.76", por uma distância de 3.817,32 m, até o Ponto 6, de coordenadas geográficas aproximadas 10º57'19.02"S e 65º06' 00.89" Wgr, localizado na confrontação dos lotes 14, 15 e 18 da Gleba 01 do Setor Evandro da Cunha, com o lote 13 da Gleba 02 do Setor Bananeiras; daí, segue por uma reta de azimute de 358º55'56.34", por uma distância de 3.476,60 m, até o Ponto 7, de coordenadas geográficas aproximadas 10º55'25.90"S e 65º06'02.23" Wgr, localizado no sopé da serra do Macaxeiral, na confrontação do lote 10 da Linha 62B da Gleba 02 do Setor Bananeiras; deste, segue pelo sopé da referida serra, rumo ME, por linha tortuosa, numa distância aproximada de 23.577,85 a,

passando pelo fundo dos lotes 21, 20, 19, 18, 17, 16 e 15 da Gleba 01 do Setor Bananeiras e pela lateral do lote 06 da Gleba 01. do Setor Pacaás Novos, até o Ponto 9, de coordenadas geográficas aproximadas' 10°52'36.24"S e 65°07'05.20" Wgr; daí, segue por uma reta de azimute de 35°37'29.73", por uma distância de 2.862,77 m, até o Ponto 9, de coordenadas geográficas aproximadas 10°51'20.91"S e 65°06'09.79" Wgr, localizado próximo à confrontação dos lotes 12 e 14 da Gleba 01 do Setor Pacaás Novos; daí, segue por uma reta de azimute de 134°25' 49.48", por uma distância de 1.942,73 m, até o Ponto 10, de coordenadas geográficas aproximadas 10°52'05.47"S e 65°05'24.42" Wgr, localizado próximo à confrontação dos lotes 14 e 20 da Gleba 01 do Setor Pacaás Novos; dai, segue por uma reta de azimute de 57°32' 39.34", por uma distância de 4.958,55 m, pela Linha 54, até o Ponto 11, de coordenadas geográficas aproximadas 10°50' 39.81"S e 65°03' 06.10" Wgr, localizado na confrontação do lote 28 da Gleba 01 com o lote 02 da Gleba 02 do Setor Pacaás Novos, na Linha 46; daí, segue por uma reta de azimute de 332°03'50.02", por uma distância de 2.079,16 m, pela Linha 46, até o Ponto 12, de coordenadas geográficas aproximadas 10°49'39.86"S e 65°03'37.74" Wgr, localizado na confrontação do lote 29 da Gleba 01 com os lotes 01 e 02 da Gleba 02 do Setor Pacaás Novos; daí segue por uma reta de azimute de 65° 11' 51.82", por uma distância de 28.465,64 m, até o Ponto 13, de coordenadas geográficas aproximadas 10°43'16.63"S e 64° 49' 24.86" Wgr, Linha 48, localizado na confrontação dos lotes 49 e 50 da Gleba 03 com os lotes 01 e 02 da Gleba 04 do Setor Pacaás Novos; daí, segue por uma reta de azimute de 333°55'19.82", por uma distância de 4.000,23 m, até o Ponto 14, de coordenadas geográficas aproximadas 10°41'19.37"S e 64°50' 22.02" Wgr, localizado na confrontação do lote 05 da Gleba 03 do Setor Cachoeirinha com o lote 01 da Gleba 04 do Setor Pacaás Novos; daí, segue por uma reta de azimute de 359°45'49.61", por uma distância de 5.398,04 m, passando pela Linha N-2, até o Ponto 15, de coordenadas geográficas aproximadas 10°39'23.70"S e 64°50' 21.69" Wgr, localizado na confrontação do lote 08 da Gleba 02 com o lote 01 da Gleba 03 do Setor Cachoeirinha; daí, segue por uma reta de azimute de 280° 55'14.60", por uma distância de 459,22 m, passando pela Linha E-3, até o Ponto 16, de coordenadas geográficas aproximadas 10°38'20.78"S e 64°50' 36.51" Wgr, localizado na confrontação dos lotes 08 e 09 da Gleba 01 do Setor Cachoeirinha; daí, segue por uma reta de azimute de 356°05'08.11", por uma distância de 3.382,89 m, passando pela lateral dos lotes 09 e 09 da Gleba 01 do Setor Cachoeirinha, até o Ponto 17, de coordenadas

geográficas aproximadas 10°36'30.91"S e 64°50'43.45" Wgr, localizado na confrontação dos lotes 09 e 09 da Gleba 01 do Setor Cachoeirinha; daí, segue por uma reta de azimute de 87°12'49.42", por uma distância de 7.014,94 m, até o Ponto 18, de coordenadas geográficas aproximadas 10° 36'21.14"S e 64°46'52.90" Wgr, localizado na confrontação dos lotes 16 e 17 da Gleba 01 do Setor Cachoeirinha; daí, segue por uma reta de azimute de 01°04'04.46", por uma distância de 2.000,34 m, até o Ponto 19, de coordenadas geográficas aproximadas 10° 35'16.06"S e 64°46'51.430" Wgr, localizado no canto do lote 17 da Gleba 01 do Setor Cachoeirinha; daí, segue por uma reta de azimute de 49°49' 17.69", por uma distância de 5.790,34 m, até o Ponto 20, de coordenadas geográficas aproximadas 10°35'16.53"S e 64°43'41.16" Wgr, localizado no final da Linha E-I, no canto do lote 27 da Gleba 01 do Setor Cachoeirinha; daí, segue pelo contorno do sopé da serra do Pacaás Novos, num percurso aproximado de 9.362,94 m, até o Ponto 21, de **coordenadas geográficas aproximadas 10° 39'47.02"S e 64°43'32.49" Wgr**, localizado na confrontação dos lotes 41 e 43 da Gleba 04 do Setor Pacaás Novos; deste, segue por uma reta da azimute da 70°40'30.56", por uma distância de 1.903,76 m, até o Ponto 22, de coordenadas geográficas aproximadas 10° 38'26.84"S e 64°42'33.27" Wgr, localizado na confrontação do lote 47 da Gleba 04 com o Lote 01 da Gleba 05 do Setor Pacaás Novos; deste, segue por uma reta de azimute de 70°38'05.49", por uma distância de 4.092,43 m, até o Ponto 23, de coordenadas geográficas aproximadas 10°37'43.36"S e 64°40' 26.01" Wgr, localizado na confrontação dos lotes 13 e 15 da Gleba 05 do Setor Pacaás Novos; deste, segue por uma reta de azimute de 88°48'49.04", por uma distância de 10.722,20 m, até o Ponto 24, de coordenadas geográficas aproximadas 10°37'37.96"S e 64°34' 33.28" Wgr, localizado na confrontação do lote 49 da Gleba 05 do Setor Pacaás Novos com os lotes 01 e 02 da Gleba 22 do Setor Evandro da Cunha; deste, segue por uma reta de azimute de 333°49' 32.44", por uma distância de 1.746,04 m, até o Ponto 25, de coordenadas **geográficas aproximadas 10°36'46.83"S e 64°34'59.36" Wgr**, localizado no canto do lote 02 da Gleba 22 do Setor Evandro da Cunha; deste, segue por uma reta de azimute de 86°29'32.09", por uma distância de 12.176,46 m, até o Ponto 26, de coordenadas geográficas aproximadas 10°36'24.53"S e 64°28' 19.39" Wgr, localizado no canto do lote 22 da Gleba 22 do Setor Evandro da Cunha; deste, segue por uma reta de azimute de 179°39'42.87", por uma distância de 7.626,13 m, até o Ponto 27, de coordenadas geográficas aproximadas 10°40'32.75"S e 64°28' 18.10" Wgr, localizado na confrontação dos

lotes 25 e 27 da Gleba 18 do Setor Evandro da Cunha; deste, segue por uma reta de azimute de $89^{\circ}41'06.67''$, por uma distância de 2.001,99 m, até o Ponto 29, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ}40'32.70''$ S e $64^{\circ}27'12.22''$ Wgr, localizado no canto do lote 27 da Gleba 19 do Setor Evandro da Cunha; deste, segue por uma reta de azimute de $790^{\circ}44'47.62''$, por uma distância de 982,00m, até o Ponto 29, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ}41'04.66''$ S e $64^{\circ}27'12.23''$ Wgr, localizado na confrontação dos lotes 23 e 25 da Gleba 19 do Setor Evandro da Cunha; deste, segue por uma reta de azimute de $89^{\circ}40'23.36''$, por uma distância de 2.629,51 m, até o Ponto 30, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ}41'04.57''$ S e $64^{\circ}25'45.70''$ Wgr, localizado na confrontação dos lotes 24 e 26 da Gleba 16 do Setor Evandro da Cunha; deste, segue por uma reta de azimute de $179^{\circ}42'16.72''$, por uma distância de 4.001,05 a, até o Ponto 31, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ}43'14.80''$ S e $64^{\circ}25'45.63''$ Wgr, localizado na confrontação dos lotes 16 e 18 da Gleba 18 do Setor Evandro da Cunha; deste, segue pela Linha E – 10, por uma reta de azimute de $89^{\circ}37'08.07''$, por uma distância de 2.405,55 a, até o Ponto 32, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ}43'14.64''$ S e $64^{\circ}24'26.45''$ Wgr, localizado na confrontação dos lotes 15 e 17 da Gleba 19 do Setor Evandro da Cunha; daí, segue por uma reta de azimute $179^{\circ}40'09.56''$, por uma distância de 3.998,06 m, até o Ponto 33, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ}45'24.78''$ S e $64^{\circ}24'26.30''$ Wgr, localizado na confrontação dos lotes 09 e 11 da Gleba 19 do Setor Evandro da Cunha; daí, segue por uma reta de azimute $90^{\circ}37'51.09''$, por uma distância de 4.501,21 m, até o Ponto 34, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ}45'24.49''$ S e $64^{\circ}21'58.13''$ Wgr, localizado próximo ao canto do lote 10 da Gleba 20 do Setor Evandro da Cunha; daí, segue pela Linha E – 13, por uma reta de azimute de $180^{\circ}00'00''$, por uma distância de 309,00 m, até o Ponto 35, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ}45'34.55''$ S e $64^{\circ}21'58.17''$ Wgr, localizado na margem direita do rio Ouro Preto, próximo ao canto do lote 9 da Gleba 20 do Setor Evandro da Cunha; daí, segue pela margem direita do rio Ouro Preto, no sentido jusante, numa distância aproximada de 16.954,92 m, até o Ponto 36, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ}50'06.42''$ S e $64^{\circ}26'46.83''$ Wgr, localizado na confluência do referido rio com o igarapé Repartição; daí, segue pela margem esquerda do igarapé Repartição, no sentido montante, numa distância aproximada de 9.575,19 a, até o Ponto 37, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ}49'29.73''$ S e $64^{\circ}22'41.12''$ Wgr, localizado na confluência do igarapé Concórdia com um iga-

rapé sem denominação; daí, segue pela margem esquerda do citado igarapé, no sentido montante, numa distância aproximada de 9.492,92 a, até o Ponto 39, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ}54'09.92''$ S e $64^{\circ}22'12.16''$ Wgr, localizado próximo ao canto do lote 05 da Gleba 12 do Setor Evandro da Cunha; daí, segue por uma reta de azimute de $269^{\circ}22'23.67''$, por uma distância de 7.039,79 m, até o Ponto 39, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ}54'11.36''$ S e $64^{\circ}26'04.00''$ Wgr, localizado no canto do lote 13 da Gleba 11 do Setor Evandro da Cunha; deste, segue por uma reta de azimute de $359^{\circ}32'40,10''$, por uma distância de 6.505,20 m, até o Ponto 40, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ}50'39.63''$ S e $64^{\circ}26'04.69''$ Wgr, localizado na confrontação dos lotes 01 e 03 da Gleba 11 do Setor Evandro da Cunha; deste, segue por uma reta de azimute de $263^{\circ}41'40.22''$, por uma distância de 4.980,44 m, até o Ponto 41, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ}50'56.66''$ S e $64^{\circ}29'47.77''$ Wgr, localizado no canto do lote 04 da Gleba 09 do Setor Evandro da Cunha; deste, segue por uma reta de azimute de $179^{\circ}59'53.55''$, por uma distância de 1.000,00 m, até o Ponto 42, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ}51'29.21''$ S e $64^{\circ}28'47.93''$ Wgr, localizado no canto do lote 04 da Gleba 09 do Setor Evandro da Cunha; deste, segue por uma reta de azimute de $269^{\circ}39'15.21''$, por uma distância de 2.485,54 a, até o Ponto 43, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ}51'29.30''$ S e $64^{\circ}30'09.77''$ Wgr, localizado na confrontação dos lotes 03, 04 e 05 da Gleba 09 do Setor Evandro da Cunha; daí, segue por uma reta de azimute de $179^{\circ}36'41.24''$, por uma distância de 4.996,11 a, até o Ponto 44, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ}54'11.59''$ S e $64^{\circ}30'09.47''$ Wgr, localizado no canto do lote 13 da Gleba 09 do Setor Evandro da Cunha; daí, segue por uma reta de azimute de $269^{\circ}37'36.46''$, por uma distância de 7.522,69 m, até o Ponto 45, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ}54'11.94''$ S e $64^{\circ}34'17'20''$ Wgr, localizado no canto do lote 15 da Gleba 08 do Setor Evandro da Cunha; daí, segue por uma reta de azimute de $359^{\circ}40'30.79''$, por uma distância de 2.999,04 m, até o Ponto 46, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ}52'34.33''$ S e $64^{\circ}34'17.25''$ Wgr, localizado na confrontação dos lotes 09 e 11 da Gleba 09 e lote 12 da Gleba 07 do Setor Evandro da Cunha; daí, segue por uma reta de azimute de $269^{\circ}40'58.15''$, por uma distância de 2.528,97 m, até o Ponto 47, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ}52'34.36''$ S e $64^{\circ}35'40.52''$ Wgr, localizado no canto do lote 12 da Gleba 07 do Setor Evandro da Cunha; daí, segue por uma reta de azimute de $359^{\circ}37'23.69''$, por uma distância de 998,02 m, até o Pon-

to 48, de coordenadas geográficas aproximadas 10°52'01.87"S e 64°35'40.57"Wgr, localizado na confrontação dos lotes 9, 10 e 12 da Gleba 7 do Setor Evandro da Cunha; daí, segue por uma reta de azimute de 269°42'08.79", por uma distância de 2.503,19m, até o Ponto 49, de coordenadas geográficas aproximadas 10°52'01.87"S e 64°37'02.99"Wgr, localizado no canto do lote 9 da gleba 7 do setor Evandro da Cunha; daí, segue por uma reta de azimute de 359°50'36.00", por uma distância de 2.000,00m, até o Ponto 50, de coordenadas geográficas aproximadas 10°50'56.77"S e 64°37'02.82"Wgr, localizado na confrontação dos lotes 5 e 7 da Gleba 7 com o lote 8 da Gleba 6 do setor Evandro da Cunha; daí, segue por uma reta de azimute de 270°23'55.49", por uma distância de 2.586,43m, até o Ponto 51, de coordenadas geográficas aproximadas 10°50'55.74"S e 64°38'27.97"Wgr, localizado no canto do lote 8 da Gleba 6 do Setor Evandro da Cunha; daí, segue por uma reta de azimute de 359°38'37.37"; por uma distância de 990,01m, até o Ponto 52, de coordenadas geográficas aproximadas 10°50'23.52"S e 64°38'28.00"Wgr, localizado na confrontação dos lotes 6, 7 e 8 da Gleba 6 do Setor Evandro da Cunha; daí, segue por uma reta de azimute de 269°40'33.23", por uma distância de 2.474,97m, até o Ponto 53, de coordenadas geográficas aproximadas 10°50'23.54"S e 64°39'49.48"Wgr, localizado na confrontação do lote 7 da Gleba 6 com o lote 12 da Gleba 5 do Setor Evandro da Cunha; daí, segue por uma reta de azimute de 269°38'13.62", por uma distância de 2.526,26m, até o Ponto 54, de coordenadas geográficas aproximadas 10°50'23.60"S e 64°41'12.63"Wgr, localizado na confrontação dos lotes 12, 13 e 15 da Gleba 5 do Setor Evandro da Cunha; daí, segue por uma reta de azimute de 179°42'22.90", por uma distância de 1.000,01m, até o Ponto 55, de coordenadas geográficas aproximadas 10°50'56.15"S e 64°41'12.66"Wgr, localizado no canto do lote 15 da Gleba 5 do Setor Evandro da Cunha; daí, segue por uma reta de azimute de 269°42'12.00" por uma distância de 2.510,72m, até o Ponto 56, de coordenadas geográficas aproximadas 10°50'56.12"S e 64°42'35.32"Wgr, localizado na confrontação do lote 15 da Gleba 5 com os lotes 12 e 14 da Gleba 4 do Setor Evandro da Cunha; daí segue por uma reta de azimute de 179°42'30.40", por uma distância de 1.001,01m, até o Ponto 57, de coordenadas geográficas aproximadas 10°51'28.69"S e 64°42'35.34"Wgr, localizado no canto do lote 14 da Gleba 4 do Setor Evandro da Cunha; daí, segue por uma reta de azimute de 269°42'01.19", por uma distância de 2.485,56m,

até o Ponto 58, de coordenadas geográficas aproximadas 10°51'28.66"S e 64°43'57.17"Wgr, localizado no canto do lote 14 da Gleba 4 do Setor Evandro da Cunha; daí, segue por uma reta de azimute de 359°40'47.37", por uma distância de 1.001,01m, até o Ponto 59, de coordenadas geográficas aproximadas 10°50'56.08"S e 64°43'57.17"Wgr, localizado na confrontação dos lotes 11, 12 e 14 da Gleba 4 do Setor Evandro da Cunha; daí, segue por uma reta de azimute de 269°33'31.19", por uma distancia de 9.996,46m, até o Ponto 60, da coordenadas geográficas aproximadas 10°50'56.69"S e 64°49'26.27"Wgr, localizado na confrontação dos lotes 5, 6 e 7 da Gleba 2 do Setor Evandro da Cunha; daí, segue por uma reta da azimute de 179°31'06.84", por uma distância de 450,01m, até o Ponto 61, de coordenadas geográficas aproximadas 10°51'11.33"S e 64°49'26.24"Wgr, localizado no sopé da serra do Pacaás Novos, no Setor Evandro da Cunha; divisa com o Setor Samaúma; daí, segue pelo sopé da serra do Pacaás Novos, por um caminho tortuoso, numa distância aproximada de 31.991,21m, até o Ponto 62, de coordenadas geográficas aproximadas 10°51'05.00"S e 64°54'08.99"Wgr; daí, segue por uma reta de azimute de 250°09'57.80", por uma distância de 3.318,64m, até o Ponto 63, de coordenadas geográficas aproximadas 10°51'41.00"S e 64°55'52.00"Wgr; daí, segue por uma reta de azimute de 234°57'39.92", por uma distância de 7.238,74m, até o Ponto 64, de coordenadas geográficas aproximadas 10°53'54.99"S e 64°59'08.00"Wgr; daí, segue por uma reta de azimute de 210°43'22.22", por uma distância de 11.522,14m, até o Ponto 65, de coordenadas geográficas aproximadas 10°59'16.00"S e 65°02'24.00"Wgr; daí, segue por uma reta de azimute de 235°19'20.08", por uma distância de 14.807,71m, até o Ponto 66, de coordenadas geográficas aproximadas 11°03'47.35"S e 65°09'06.99"Wgr, localizado na margem direita do rio Pacaás Novos; daí, segue pela margem direita do rio Pacaás Novos, no sentido jusante, por uma distância aproximada de 16.862,09m, até o Ponto 1, de coordenadas geográficas aproximadas 10°58'30.45"S e 65°12'34.13"Wgr, Localizado na margem direita do rio Pacaás Novos, início desta descritiva.

Art. 2º Ficam mantidas as disposições estabelecidas no Decreto nº 99.166, de 13 de março de 1990.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.354, DE 2000

Exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia:

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica excluída uma fração de trinta e um mil, quatrocentos e oitenta e nove hectares e quarenta e nove centiares da área da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, localizada na parte norte da Reserva abrangida pelos Setores Pacaás Novos e Cachoeirinha, criada pelo Decreto nº 99.166, de 13 de março de 1990, administrada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, entidade autárquica de regime especial, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, que passa a ter área aproximada de cento e setenta e três mil e noventa e quatro hectares, tendo o seguinte memorial descritivo:

Partindo do Ponto 1, de coordenadas geográficas aproximadas 10° 58' 30.45" S e 65° 12' 34.13" Wgr, localizado na margem direita do Rio Pacaás Novos, na confluência de um igarapé sem denominação, segue pela margem esquerda do referido igarapé no sentido montante, por uma distância de aproximadamente 3.942,67, até o Ponto 2, de coordenadas geográficas aproximadas 10° 58' 12.71" S e 65° 11' 04.73" Wgr, localizado na margem esquerda do citado igarapé; deste, segue por uma reta de azimute de 126° 47' 40.32", por uma distância de 5.150,70 m, até o Ponto 3, de coordenadas geográficas aproximadas 10° 59' 54.05" S e 65° 08' 49.64" Wgr, localizado no canto do lote 28, da Gleba 02, do Setor Bananeiras; deste, segue por uma reta de azimute de 8° 53' 57.62", por uma distância de 4.735,00 m, até o Ponto 4, de coordenadas geográficas aproximadas 10° 57' 22.02" S e 65° 08' 24.43" Wgr, localizado na confrontação do lote 7, da Gleba 7A, com os lotes 9 e 20, da Gleba 02, do Setor Bananeiras; daí, segue por uma reta de azimute de 121° 43' 29.72", por uma distância de 671,30 m, até o Ponto 5, de coordenadas geográficas aproximadas 10° 57' 33.64" S e 65° 08' 05.71" Wgr, localizado na confrontação do lote 19, da Gleba 02, com o lote 9, da Gleba 7A, do Setor Bananeiras, coincidindo com a interseção das linhas L-62 e L-62B; daí, segue por uma reta de azimute de 82° 50' 12.76", por uma distância de 3.817,32 m, até o Ponto 6, de coordenadas geográficas aproximadas 10° 57' 19.02" S e 65° 06' 00.89" Wgr, localizado na confrontação dos lotes 14, 15 e 18, da Gleba 01, do Setor Evandro da Cunha, com o lote 13, da Gleba 02, do Setor Bananeiras; daí, segue por uma reta de azimute de 358° 55' 56.34", por uma distância de 3.476,60 m, até o Ponto 7, de coordenadas geográficas aproximadas 10° 55' 25.90" S e 65° 06' 02.23" Wgr, localizado no sopé da Serra do Macaxeiral, na confrontação do lote 10, da Linha 62B, da Gleba 02, do Setor Bananeiras; deste, segue pelo sopé da referida serra, rumo NE, por linha tortuosa, numa distância aproximada de 23.577,85 m, passando pelo fundo dos lotes 21, 20, 19, 18, 17, 16 e 15, da Gleba 01, do Setor Bananeiras, e pela lateral do lote 06, da Gleba 01, do Setor Pacaás Novos, até o Ponto 8, de coordenadas geográficas aproximadas 10° 52' 36.24" S e 65° 07' 05.20" Wgr; daí, segue por uma reta de azimute de 35° 37' 29.73", por uma distância de 2.862,77 m, até o Ponto 9, de coordenadas geográficas aproximadas 10° 51' 20.91" S e 65° 06' 09.78" Wgr, localizado próximo à confrontação dos lotes 12 e 14, da Gleba 01, do Setor Pacaás Novos; daí, segue por uma reta de azimute de 134° 25' 49.48", por uma distância de 1.942,73 m, até o Ponto 10, de coordenadas geográficas aproximadas 10° 52' 05.47" S e 65° 05' 24.42" Wgr, localizado próximo à confrontação dos lotes 14 e 20, da Gleba 01, do Setor Pacaás Novos; daí, segue por uma reta de azimute de 57° 32' 39.34", por uma distância de 4.958,55 m, pela Linha 54, até o Ponto 11, de coordenadas geográficas aproximadas 10° 50' 39.81" S e 65° 03' 06.10" Wgr, localizado na confrontação do lote 28, da Gleba 01, com o lote 02, da Gleba 02, do Setor Pacaás Novos, na Linha 46; daí, segue por uma reta de azimute de 332° 03' 50.02", por uma distância de 2.078,16 m, pela Linha 46, até o Ponto 12, de coordenadas geográficas aproximadas 10° 49' 39.86"

S e 65° 03' 37.74" Wgr, localizado na confrontação do lote 29, da Gleba 01, com os lotes 01 e 02, da Gleba 02, do Setor Pacaás Novos; daí, segue por uma reta de azimute de 65° 11' 51.82", por uma distância de 28.465,64 m, até o Ponto 13, de coordenadas geográficas aproximadas 10° 43' 16.63" S e 64° 49' 24.86" Wgr, Linha 48, localizado na confrontação dos lotes 49 e 50, da Gleba 03, com os lotes 01 e 02, da Gleba 04, do Setor Pacaás Novos; daí, segue por uma reta de azimute de 333° 55' 19.82", por uma distância de 4.000,23 m, até o Ponto 14, de coordenadas geográficas aproximadas 10° 41' 19.37" S e 64° 50' 22.02" Wgr, localizado na confrontação dos lotes 05, da Gleba 03, do Setor Cachoeirinha, com o lote 01, da Gleba 04, do Setor Pacaás Novos; daí, segue por uma reta de azimute de 359° 45' 48.61", por uma distância de 5.398,04 m, passando pela Linha N-2, até o Ponto 15, de coordenadas geográficas aproximadas 10° 38' 23.70" S e 64° 50' 21.69" Wgr, localizado na confrontação do lote 08, da Gleba 02, com o lote 01, da Gleba 03, do Setor Cachoeirinha; daí, segue por uma reta de azimute de 280° 55' 14.60", por uma distância de 459,22 m, passando pela Linha E-3, até o Ponto 16, de coordenadas geográficas aproximadas 10° 38' 20.78" S e 64° 50' 36.51" Wgr, localizado na confrontação dos lotes 08 e 09, da Gleba 01, do Setor Cachoeirinha; daí, segue por uma reta de azimute de 356° 05' 08.11", por uma distância de 3.382,89 m, passando pela lateral dos lotes 08 e 09, da Gleba 01, do Setor Cachoeirinha, até o Ponto 17, de coordenadas geográficas aproximadas 10° 36' 30.91" S e 64° 50' 43.45" Wgr, localizado na confrontação dos lotes 08 e 09, da Gleba 01, do Setor Cachoeirinha; daí, segue por uma reta de azimute de 87° 12' 49.42", por uma distância de 7.014,94 m, até o Ponto 18, de coordenadas geográficas aproximadas 10° 36' 21.14" S e 64° 46' 52.90" Wgr, localizado na confrontação dos lotes 16 e 17, da Gleba 01, do Setor Cachoeirinha; daí, segue por uma reta de azimute de 01° 04' 04.46", por uma distância de 2.000,34 m, até o Ponto 19, de coordenadas geográficas aproximadas 10° 35' 16.06" S e 64° 46' 51.30" Wgr, localizado no canto do lote 17, da Gleba 01, do Setor Cachoeirinha; daí, segue por uma reta de azimute de 89° 49' 17.69", por uma distância de 5.780,34 m, até o Ponto 20, de coordenadas geográficas aproximadas 10° 35' 16.53" S e 64° 43' 41.16" Wgr, localizado no final da Linha E-1, no canto do lote 27, da Gleba 01, do Setor Cachoeirinha; daí, segue pelo contorno do sopé da Serra do Pacaás Novos, num percurso aproximado de 9.362,84 m, até o Ponto 21, de coordenadas geográficas aproximadas 10° 38' 47.02" S e 64° 43' 32.49" Wgr, localizado na confrontação dos lotes 41 e 43, da Gleba 04, do Setor Pacaás Novos; deste, segue por uma reta de azimute de 70° 40' 30.56", por uma distância de 1.903,76 m, até o Ponto 22, de coordenadas geográficas aproximadas 10° 38' 26.84" S e 64° 42' 33.27" Wgr, localizado na confrontação do lote 47, da Gleba 04, com o lote 01, da Gleba 05, do Setor Pacaás Novos; deste, segue por uma reta de azimute de 70° 38' 05.49", por uma distância de 4.092,43 m, até o Ponto 23, de coordenadas geográficas aproximadas 10° 37' 43.36" S e 64° 40' 26.01" Wgr, localizado na confrontação dos lotes 13 e 15, da Gleba 05, do Setor Pacaás Novos; deste, segue por uma reta de azimute de 88° 48' 49.04", por uma distância de 10.722,20 m, até o Ponto 24, de coordenadas geográficas aproximadas 10° 37' 37.96" S e 64° 34' 33.28" Wgr, localizado na confrontação do lote 49, da Gleba 05, do Setor Pacaás Novos, com os lotes 01 e 02, da Gleba 22, do Evandro da Cunha; deste, segue por uma reta de azimute de 333° 49' 32.44", por uma distância de 1.746,04 m, até o Ponto 25, de coordenadas geográficas aproximadas 10° 36' 46.83" S e 64° 34' 58.36" Wgr, localizado no canto do lote 02, da Gleba 22, do Setor Evandro da Cunha; deste, segue por uma reta de azimute de 86° 29' 32.09", por uma distância de 12.176,46 m, até o Ponto 26, de coordenadas geográficas aproximadas 10° 36' 24.53" S e 64° 28' 18.39" Wgr, localizado no canto do lote 22, da Gleba 22, do Setor Evandro da

Cunha; deste, segue por uma reta de azimute de $179^{\circ} 39' 42.87''$, por uma distância de 7.626,13 m, até o Ponto 27, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ} 40' 32.75''$ S e $64^{\circ} 28' 18.10''$ Wgr, localizado na confrontação dos lotes 25 e 27, da Gleba 18, do Setor Evandro da Cunha; deste, segue por uma reta de azimute de $89^{\circ} 41' 06.67''$, por uma distância de 2.001,99 m, até o Ponto 28, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ} 40' 32.70''$ S e $64^{\circ} 27' 12.22''$ Wgr, localizado no canto do lote 27, da Gleba 18, do Setor Evandro da Cunha; deste, segue por uma reta de azimute de $179^{\circ} 44' 47.62''$, por uma distância de 982,00 m, até o Ponto 29, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ} 41' 04.66''$ S e $64^{\circ} 27' 12.23''$ Wgr, localizado na confrontação dos lotes 23 e 25, da Gleba 18, do Setor Evandro da Cunha; deste, segue por uma reta de azimute de $89^{\circ} 40' 23.36''$, por uma distância de 2.629,51 m, até o Ponto 30, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ} 41' 04.57''$ S e $64^{\circ} 25' 45.70''$ Wgr, localizado na confrontação dos lotes 24 e 26, da Gleba 18, do Setor Evandro da Cunha; deste, segue por uma reta de azimute de $179^{\circ} 42' 16.72''$, por uma distância de 4.001,05 m, até o Ponto 31, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ} 43' 14.80''$ S e $64^{\circ} 25' 45.63''$ Wgr, localizado na confrontação dos lotes 16 e 18, da Gleba 18, do Setor Evandro da Cunha; deste, segue pela Linha E - 10, por uma reta de azimute de $89^{\circ} 37' 08.07''$, por uma distância de 2.405,55 m, até o Ponto 32, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ} 43' 14.64''$ S e $64^{\circ} 24' 26.45''$ Wgr, localizado na confrontação dos lotes 15 e 17, da Gleba 19, do Setor Evandro da Cunha; daí, segue por uma reta de azimute $179^{\circ} 40' 08.56''$, por uma distância de 3.998,06 m, até o Ponto 33, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ} 45' 24.78''$ S e $64^{\circ} 24' 26.30''$ Wgr, localizado na confrontação dos lotes 09 e 11, da Gleba 19, do Setor Evandro da Cunha; daí, segue por uma reta de azimute $89^{\circ} 37' 51,09''$, por uma distância de 4.501,21 m, até o Ponto 34, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ} 45' 24.49''$ S e $64^{\circ} 21' 58.13''$ Wgr, localizado próximo ao canto do lote 10, da Gleba 20, do Setor Evandro da Cunha; daí, segue pela Linha E - 13, por uma reta de azimute de $180^{\circ} 00' 00''$, por uma distância de 309,00 m, até o Ponto 35, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ} 45' 34.55''$ S e $64^{\circ} 21' 58.17''$ Wgr, localizado na margem direita do Rio Ouro Preto, próximo ao canto do lote 9, da Gleba 20, do Setor Evandro da Cunha; daí, segue pela margem direita do Rio Ouro Preto, no sentido jusante, numa distância aproximada de 16.854,92 m, até o Ponto 36, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ} 50' 06.42''$ S e $64^{\circ} 26' 48.83''$ Wgr, localizado na confluência do referido rio com o Igarapé Repartição; daí, segue pela margem esquerda do Igarapé Repartição, no sentido montante, numa distância aproximada de 9.575,19 m, até o Ponto 37, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ} 49' 29.73''$ S e $64^{\circ} 22' 41.12''$ Wgr, localizado na confluência do Igarapé Concórdia com um igarapé sem denominação; daí, segue pela margem esquerda do citado igarapé, no sentido montante, numa distância aproximada de 9.482,82 m, até o Ponto 38, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ} 54' 09.92''$ S e $64^{\circ} 22' 12.16''$ Wgr, localizado próximo ao canto do lote 05, da Gleba 12, do Setor Evandro da Cunha; daí, segue por uma reta de azimute de $269^{\circ} 22' 23,87''$, por uma distância de 7.039,79 m, até o Ponto 39, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ} 54' 11.36''$ S e $64^{\circ} 26' 04.00''$ Wgr, localizado no canto do lote 13, da Gleba 11, do Setor Evandro da Cunha; deste, segue por uma reta de azimute de $359^{\circ} 32' 40,10''$, por uma distância de 6.505,20 m, até o Ponto 40, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ} 50' 39.63''$ S e $64^{\circ} 26' 04.69''$ Wgr, localizado na confrontação dos lotes 01 e 03, da Gleba 11, do Setor Evandro da Cunha; deste, segue por uma reta de azimute de $263^{\circ} 41' 40.22''$, por uma distância de 4.980,44 m, até o Ponto 41, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ} 50' 56.66''$ S e $64^{\circ} 28' 47.77''$ Wgr, localizado no canto do lote 04, da Gleba 09, do

Setor Evandro da Cunha; deste, segue por uma reta de azimute de $179^{\circ} 59' 53.55''$, por uma distância de 1.000,00 m, até o Ponto 42, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ} 51' 29.21''$ S e $64^{\circ} 28' 47.93''$ Wgr, localizado no canto do lote 04, da Gleba 09, do Setor Evandro da Cunha; deste, segue por uma reta de azimute de $269^{\circ} 39' 15.21''$, por uma distância de 2.485,54 m, até o Ponto 43, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ} 51' 29.30''$ S e $64^{\circ} 30' 09.77''$ Wgr, localizado na confrontação dos lotes 03, 04 e 05, da Gleba 09, do Setor Evandro da Cunha; daí, segue por uma reta de azimute de $179^{\circ} 36' 41.24''$, por uma distância de 4.986,11 m, até o Ponto 44, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ} 54' 11.59''$ S e $64^{\circ} 30' 09.47''$ Wgr, localizado no canto do lote 13, da Gleba 09, do Setor Evandro da Cunha; daí, segue por uma reta de azimute de $269^{\circ} 37' 36.46''$, por uma distância de 7.522,69 m, até o Ponto 45, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ} 54' 11.94''$ S e $64^{\circ} 34' 17.20''$ Wgr, localizado no canto do lote 15, da Gleba 08, do Setor Evandro da Cunha; daí, segue por uma reta de azimute de $359^{\circ} 40' 30.79''$, por uma distância de 2.999,04 m, até o Ponto 46, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ} 52' 34.33''$ S e $64^{\circ} 34' 17.25''$ Wgr, localizado na confrontação dos lotes 09 e 11, da Gleba 08, e lote 12, da Gleba 07, do Setor Evandro da Cunha; daí, segue por uma reta de azimute de $269^{\circ} 40' 58.15''$, por uma distância de 2.528,97 m, até o Ponto 47, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ} 52' 34.36''$ S e $64^{\circ} 35' 40.52''$ Wgr, localizado no canto do lote 12, da Gleba 07, do Setor Evandro da Cunha; daí, segue por uma reta de azimute de $359^{\circ} 37' 23.69''$, por uma distância de 998,02 m, até o Ponto 48, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ} 52' 01.87''$ S e $64^{\circ} 35' 40.57''$ Wgr, localizado na confrontação dos lotes 9, 10 e 12, da Gleba 07, do Setor Evandro da Cunha; daí, segue por uma reta de azimute de $269^{\circ} 42' 08.79''$, por uma distância de 2.503,19 m, até o Ponto 49, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ} 52' 01.87''$ S e $64^{\circ} 37' 02.99''$ Wgr, localizado no canto do Lote 09, da Gleba 07, do Setor Evandro da Cunha; daí, segue por uma reta de azimute de $359^{\circ} 50' 36.00''$, por uma distância de 2.000,00 m, até o Ponto 50, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ} 50' 56.77''$ S e $64^{\circ} 37' 02.82''$ Wgr, localizado na confrontação dos lotes 05 e 07, da Gleba 07, com o lote 08, da Gleba 06, do Setor Evandro da Cunha; daí, segue por uma reta de azimute de $270^{\circ} 23' 55.49''$, por uma distância de 2.586,43 m, até o Ponto 51, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ} 50' 55.74''$ S e $64^{\circ} 38' 27.97''$ Wgr, localizado no canto do lote 08, da Gleba 06, do Setor Evandro da Cunha; daí, segue por uma reta de azimute de $359^{\circ} 38' 37.37''$, por uma distância de 990,01 m, até o Ponto 52, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ} 50' 23.52''$ S e $64^{\circ} 38' 28.00''$ Wgr, localizado na confrontação dos lotes 06, 07 e 08, da Gleba 06, do Setor Evandro da Cunha; daí, segue por uma reta de azimute de $269^{\circ} 40' 33.23''$, por uma distância de 2.474,97 m, até o Ponto 53, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ} 50' 23.54''$ S e $64^{\circ} 39' 49.48''$ Wgr, localizado na confrontação do lote 07, da Gleba 06, com o lote 12, da Gleba 05, do Setor Evandro da Cunha; daí, segue por uma reta de azimute de $269^{\circ} 38' 13.62''$, por uma distância de 2.526,26 m, até o Ponto 54, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ} 50' 23.60''$ S e $64^{\circ} 41' 12.65''$ Wgr, localizado na confrontação dos lotes 12, 13 e 15, da Gleba 05, do Setor Evandro da Cunha; daí, segue por uma reta de azimute de $179^{\circ} 42' 22.90''$, por uma distância de 1.000,01 m, até o Ponto 55, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ} 50' 56.15''$ S e $64^{\circ} 41' 12.66''$ Wgr, localizado no canto do lote 15, da Gleba 05, do Setor Evandro da Cunha; daí, segue por uma reta de azimute de $269^{\circ} 42' 12.00''$, por uma distância de 2.510,72 m, até o Ponto 56, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ} 50' 56.12''$ S e $64^{\circ} 42' 35.32''$ Wgr, localizado na confrontação do lote 15, da Gleba 05, com os lotes 12 e 14, da Gleba 04, do Setor Evandro da Cunha; daí, segue por uma reta de azimute de $179^{\circ} 42' 30.40''$, por uma distância de 1.001,01 m, até o Ponto 57, de

coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ} 51' 28.69''$ S e $64^{\circ} 42' 35.34''$ Wgr, localizado no canto do lote 14, da Gleba 04, do Setor Evandro da Cunha; daí, segue por uma reta de azimute de $269^{\circ} 42' 01.19''$, por uma distância de 2.485,56 m, até o Ponto 58, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ} 51' 28.66''$ S e $64^{\circ} 43' 57.17''$ Wgr, localizado no canto do lote 14, da Gleba 04, do Setor Evandro da Cunha; daí, segue por uma reta de azimute de $359^{\circ} 40' 47.37''$, por uma distância de 1.001,01 m, até o Ponto 59, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ} 50' 56.08''$ S e $64^{\circ} 43' 57.17''$ Wgr, localizado na confrontação dos lotes 11, 12 e 14, da Gleba 04, do Setor Evandro da Cunha; daí, segue por uma reta de azimute $269^{\circ} 33' 31.19''$, por uma distância de 9.996,48 m, até o Ponto 60, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ} 50' 56.69''$ S e $64^{\circ} 49' 26.27''$ Wgr, localizado na confrontação dos lotes 05, 06 e 07, da Gleba 02, do Setor Evandro da Cunha; daí, segue por uma reta de azimute de $179^{\circ} 31' 06.84''$, por uma distância de 450,01 m, até o Ponto 61, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ} 51' 11.33''$ S e $64^{\circ} 49' 26.24''$ Wgr, localizado no sopé da Serra do Pacaás Novos, no Setor Evandro da Cunha; divisa com o Setor Samaúma; daí, segue pelo sopé da Serra do Pacaás Novos, por um caminho tortuoso, numa distância aproximada de 31.991,21 m, até o Ponto 62, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ} 51' 05.00''$ S e $64^{\circ} 54' 08.99''$ Wgr; daí, segue por uma reta de azimute de $250^{\circ} 09' 57.80''$, por uma distância de 3.318,64 m, até o Ponto 63, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ} 51' 41.00''$ S e $64^{\circ} 55' 52.00''$ Wgr; daí, segue por uma reta de azimute de $234^{\circ} 57' 39.92''$, por uma distância de 7.238,74 m, até o Ponto 64, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ} 53' 54.99''$ S e $64^{\circ} 59' 08.00''$ Wgr; daí, segue por uma reta de azimute de $210^{\circ} 43' 22.22''$, por uma distância de 11.522,14 m, até o Ponto 65, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ} 59' 16.00''$ S e $65^{\circ} 02' 24.00''$ Wgr; daí, segue por uma reta de azimute de $235^{\circ} 19' 20.08''$, por uma distância de 14.807,71 m, até o Ponto 66, de coordenadas geográficas aproximadas $11^{\circ} 03' 47.35''$ S e $65^{\circ} 09' 06.99''$ Wgr, localizado na margem direita do Rio Pacaás Novos; daí, segue pela margem direita do Rio Pacaás Novos, no sentido jusante, por uma distância aproximada de 16.862,09 m, até o Ponto 01, de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ} 58' 30.45''$ S e $65^{\circ} 12' 34.13''$ Wgr, localizado na margem direita do Rio Pacaás Novos, início desta descritiva.

Art. 2º Ficam mantidas as disposições estabelecidas no Decreto nº 99.166, de 13 de março de 1990.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília,

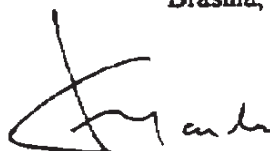
Mensagem nº 114, de 2000

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do

Meio Ambiente, o texto do projeto de lei que “Exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia”.

Brasília, 24 de janeiro de 2000.



EM nº 226

GM/MMA/99

Brasília, 13 de dezembro de 1999

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Em 13 de março de 1990, o Decreto nº 99.166, criou a Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, a qual foi declarada de interesse ecológico e social, e passou a integrar a estrutura do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, com área aproximada de 204.583 ha (duzentos e quatro mil, quinhentos e oitenta e três hectares).

Devido a então conjuntura política, os limites foram definidos muito apressadamente, sem uma análise mais detalhada da situação fundiária, resultando em equívoco na delimitação da superfície eleita, pois englobou erroneamente uma fração de terras, com aproximadamente 31.489,49 ha (trinta e um mil, quatrocentos e oitenta e nove hectares e quarenta e nove centiares), totalmente antropizada, que vem sendo utilizada na exploração da atividade agropecuária.

Ao fazer um levantamento de identificação em campo da situação fundiária da área, o IBAMA, responsável pela sua implantação, proteção, administração e pelas desapropriações por interesse social, constatou a exploração de atividade agropecuária no Vale da Serra do Pacaás Novos, área referida acima.

A inclusão indevida da referida porção de terras, no bojo da Reserva Extrativista Rio Ouro Preto, vem causando um enorme desconforto aos extrativistas e, ao mesmo tempo, tem causado inúmeros prejuízos aos produtores rurais ali instalados, que se encontram tolhidos de desenvolver suas atividades legalmente, além de estarem cerceados de obter créditos rurais, fomentos e outras formas de incentivo à produção agropecuária, gerando um significativo descompasso no desenvolvimento sócio-econômico da região.

Em Reunião de Trabalho, realizada em 14 de janeiro de 1992, com os representantes dos segmentos interessados, seringueiros e agropecuaristas acordaram com a exclusão da área antropizada e, conseqüentemente, com a alteração dos limites da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto.

Assim, inexistindo prática de extrativismo que justifique a permanência dessa porção de terras nos limites da reserva e reconhecendo ter sido um equívoco incluí-la na área de preservação, a única alternativa é a alteração dos limites da referida Reserva Extrativista, com a exclusão de 31.489,49 ha, aproximadamente quinze por cento de sua área total.

A Constituição da República, em seu art. 225, § 1º, inciso III, incumbe ao Poder Público, definir, "em todas as Unidades da Federação espaços territoriais a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justificam sua proteção.". É, portanto, necessária que a alteração dos limites da Reserva Extrativista seja feita exclusivamente mediante lei.

Estas, Senhor Presidente, são as razões que justificam o anteprojeto de Lei, acompanhado do Anexo à Exposição de Motivos, ora submetido à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,


JOSE SARNEY FILHO
 Ministro de Estado do Meio Ambiente

ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE-MMA Nº 226, DE 13 / 12 /1999.

1. Síntese do Problema ou da situação que reclama providências:

A inclusão indevida de porção de terras antropizadas, no bojo da Reserva Extrativista Rio Ouro preto criada mediante o Decreto nº 99.166, de 13 de março de 1990, vem causando enorme desconforto aos extrativistas e inúmeros prejuízos aos produtores rurais ali instalados, os quais se encontram tolhidos de desenvolver suas atividades legalmente, além de estarem impossibilitados de obter créditos rurais fomentos e demais formas de incentivo à produção agropecuária, gerando um significativo descompasso no desenvolvimento sócio-econômico da região.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

O anteprojeto de Lei proposto visa a exclusão de 31.489,49 ha (trinta e um mil, quatrocentos e oitenta e nove hectares e quarenta e nove centiares), área antropizada, sem prática extrativista desatendendo às determinações do Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1999.

3. Alternativas existentes às medidas propostas:

Inexistem medidas alternativas.

4. Custos:

Os dispêndios financeiros, referentes às ações de desapropriação serão subsidiadas com recursos oriundos do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PPG-7, porém a solução e definição da situação fundiária, depende da edição e publicação do ato normativo, ora proposto, conforme informações contidas nos autos do processo nº 02001.004957/97. 83/IBAMA/MMA.

5. Razões que justificam a urgência:

6. Impacto sobre o meio ambiente:

A exclusão de porção de terras da Reserva Extrativista Rio Ouro Preto não terá nenhum impacto sobre o meio ambiente, uma vez que a área a ser excluída já se encontrava completamente antropizada antes mesmo da criação da reserva.

7. Alterações propostas:

8. Síntese do parecer do órgão jurídico

O anteprojeto de Lei, ora analisado, encontra-se elaborado em conformidade com as exigências do Decreto nº 2.954, de 29 de janeiro de 1999. Presentes os requisitos de constitucionalidade e juridicidade da matéria.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETÁRIA-GERAL DA MESA

DECRETO Nº 99.166, DE 13 DE MARÇO DE 1990.

CRIA A RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO OURO PRETO.

Art. 1º Fica criada nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova do Mamoré, no Estado de Rondônia, a RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO OURO PRETO, com área aproximada de 204.583 ha (duzentos e quatro mil, quinhentos e oitenta e três hectares), que passa a integrar a estrutura do INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO-AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, compreendida dentro do seguinte perímetro: NORTE: Partindo do marco "M-23", pela linha L-52, com rumo aproximado de 64.15NE, limitando com o lote 01 da gleba 06 do Setor Bananeiras, numa distância aproximada de 4.000,00 m, até o marco "M-02", cravado no canto do lote 19 da gleba 011; deste, segue pela lateral do referido lote com rumo aproximado de 332.20 NW, limitando com o lote 01 da gleba 06, numa distância de 2.000,00 m, até o marco "M-08" cravado no canto do lote 15 da gleba 01; deste, segue pela linha L-01, com azimute verdadeiro de 58.1553", percorrendo ao longo da Serra dos Pacaás Novos, uma distância de 9.149,69 m, até o marco "M-75", cravado no canto do lote 03; deste, segue pela lateral do referido lote com azimute verdadeiro de 333.5157", percorrendo uma distância de 1177,14 m, até o marco "M-111", cravado na linha fundiária do referido lote; deste, segue pela referida linha com azimute verdadeiro de 64.3532", percorrendo uma distância de 1.447,56 m, até o marco "M-109", deste, pela linha fundiária do lote 02 com azimute verdadeiro de 621.44 m, até o marco "M-108"; deste, segue pela linha LH-58 com azimute verdadeiro de 64.3441, percorrendo uma distância de 1.961,64 m, até o marco "M-106", localizado no sopé da Serra dos Pacaás Novos; deste segue pelo referido sopé, num percurso aproximado de 1.500 m, até o marco "M-11", cravado no canto do lote 17; deste segue pela linha L-83 com azimute verdadeiro de 24.3322", percorrendo uma distância de 1.196,63 m, até o marco "M-61"; deste, segue pela linha L-84 com azimute verdadeiro de 115.1710", limitando com o setor Bom Sossego, numa distância de 2.394,53 m, até o marco "M-66", cravado no azimute verdadeiro de 61.4655", limitando com o Setor Bom Sossego, numa distância de 1.798,55 m, até o marco "M-67", localizado no sopé da referida serra; do marco "M-03" ao marco "M-67", pertencente a gleba 09 da TP-13/81; prosseguindo do marco "M-67" pelo referido sopé, num percurso aproximado de 19.100,00 m, até o marco "M-06" cravado no canto do lote 05 da gleba 01.TP-06/82 do Setor Bananeiras; deste, segue com um rumo aproximado de 77.00 SE, limitando com o Setor Bom Sucesso numa distância aproximada de 2.000,00 m, localizado no sopé da referida serra; deste segue pelo referido sopé, num percurso aproximado de 19.800,00 m, até o marco "M-22", localizado no canto do lote 21 da

gleba 02, TP-14/82 do Setor Evandro da Cunha; deste, segue pela linha L-AJ com azimute verdadeiro de 26.5556, limitando com a gleba 08 do Setor Bom Sucesso, numa distância de 6.892,78 m até o marco "M-02", cravado no canto do lote 01 do referido setor, que faz divisa com a Área Indígena Laje; deste, segue pela linha L-E2 com azimute verdadeiro de 87.1258", limitando com a referida Área Indígena, numa distância de 13.949,26 m, até o marco "M-35", cravado na lateral do lote 17 de gleba 01 do Setor Evandro da Cunha; deste, segue pela divisa da referida Área Indígena com azimute verdadeiro de 01.0343", percorrendo uma distância de 2.001,26 m, até o marco "M-36", cravado no canto do lote 17 da citada gleba, na linha L-E1; deste, segue pela referida linha com azimute verdadeiro de 89.4952, percorrendo uma distância de 5.804,70 m, até o marco "M-43", cravado no canto do lote 26 da gleba 01 do referido Setor, deste, contornando o sopé da Serra dos Pacaás Novos, num percurso aproximado de 8.500,00 m, até o marco "M-97", cravado no canto comum aos lotes 43 e 41 da gleba 04 do Setor Pacaás Novos; deste, segue com azimute verdadeiro de 70.4013", percorrendo uma distância de 1.934,72 m, até o Marco "M-100" cravado no canto do lote 001 da gleba 05 do Setor Pacaás Novos; deste, segue pela linha L-01 com azimute verdadeiro de 70.3834", percorrendo uma distância de 4.092,23 m, até o marco "M-86", cravado no canto do lote 15 da referida gleba; deste, segue pela linha L-01 com azimute verdadeiro de 88.4837", percorrendo uma distância de 10.722,21 m, até o marco "M-104" cravado no canto do lote 49 da referida gleba; deste, segue pela lateral do lote 02 da gleba 22, do Setor Evandro da Cunha, com azimute verdadeiro de 333.4852", percorrendo uma distância de 1.745,30 m, até o marco "M-360", cravado no canto do referido lote; deste, segue pela linha E-01 com azimute verdadeiro de 86.2919", percorrendo uma distância de 12.176,50 m, até o marco "M-348", cravado no canto do lote 22 da gleba 22, TP-14/82 do Setor Evandro da Cunha; do marco "M-36" ao marco "M-348" faz divisa com a área para a criação do Parque Estadual de Guajará-Mirim; LESTE: prosseguindo, do marco "M-348" pela linha L-18A com azimute verdadeiro de 179.3943", percorrendo uma distância de 7.626,89 m, até o marco "M-484", cravado no canto do lote 09 da gleba 21; deste, segue pela linha E-04, com azimute verdadeiro de 89.4038", percorrendo uma distância de 2.002,02 m, até o marco "M-483", cravado no canto do lote 27 da gleba 18; deste, segue pela linha L-19, com azimute verdadeiro de 179.4448", percorrendo uma distância de 982,00 m, até o marco "M-485", cravado no canto comum aos lotes 25 e 27 da gleba 18; deste, segue pela linha E-05, com azimute verdadeiro de 89.4015", percorrendo uma distância de 2.629,50 m, até o marco "M-499", cravado no canto do lote 26 da gleba 18; deste, segue pela linha L-20 com azimute verdadeiro de 179.4216", percorrendo uma distância de 4.000,72 m, até o marco "M-507", cravado no canto comum aos lotes 18

e 20 da gleba 18; deste, segue pela linha E-09 com azimute verdadeiro de 89.3817", percorrendo uma distância de 2.405,55 m, até o marco "M-913" cravado no canto do lote 17 da gleba 19; deste, segue pela linha L-21 com azimute verdadeiro 179.4010", percorrendo uma distância de 3.998,07 m, até o marco "M-904" cravado no canto comum aos lotes 09 e 11 da gleba 19; deste, segue pela linha E-13 com azimute verdadeiro de 89.3711" percorrendo uma distância de 4.501,24 m, até o marco "M-546", cravado no canto do lote 09 da gleba; deste, segue pela linha L-23 com rumo de 0.005, percorrendo uma distância aproximada de 500,00 m, até o ponto P-2 de coordenadas geográficas aproximadas de latitude 10.4615" S e longitude 64.2219" Wgr, situado na margem direita do Rio Ouro Preto; do marco "M-348" ao ponto "P-02" pertence ao Setor Evandro da Cunha, TP-14/82 da Gleba Samaúma, que limita com a área proposta para a criação do Parque Estadual de Guajará-Mirim, prosseguindo do ponto "P-02" pela margem direita do Rio Ouro Preto sentido da jusante, confrontando com a Área Indígena Uru- Eu-Wau-Wau, num percurso aproximado de 13.000,00 m, até o ponto "P-3" de coordenadas geográficas aproximadas de latitude 10.5005" S e longitude de 64.2646" Wgr, situado na confluência do Igarapé Repartição; deste, segue pela margem esquerda do referido igarapé no sentido da montante, confrontando com a citada Área Indígena num percurso aproximado de 9.500,00 m, até o ponto "P-04" de coordenadas geográficas aproximadas de latitude 10.4933" S e longitude 64.2240" Wgr, situado na confluência de um igarapé sem denominação; deste, segue pela margem esquerda do citado igarapé no sentido da montante, confrontando com a referida Área Indígena, num percurso aproximado de 10.000,00 m, até o ponto "P-05" de coordenadas geográficas aproximadas de latitude 10.5410" S e longitude 64.2225 Wgr, situado na linha LE- 28; SUL: Prosseguindo do ponto "P-05", pela referida linha com azimute verdadeiro de 269.2228", percorrendo uma distância de 6.650,00 m, até o marco "M-631", cravado no canto do lote 13 da gleba 11; deste, segue pela linha L-20 com azimute verdadeiro de 359.3240", percorrendo uma distância de 6.504,70 m, até o marco "M-623", cravado no canto do lote 1A da gleba 11; deste segue com azimute verdadeiro de 263.4205", percorrendo uma distância de 4.980,36 m, até o marco "M-619", cravado no canto do lote 04 da gleba 09; deste, segue pela linha L-18 com rumo aproximado de 0.005, percorrendo uma distância aproximada de 1.000,00 m, até o marco "M-617" cravado na lateral do lote 04; deste, segue pela referida lateral com azimute verdadeiro de 269.3923", percorrendo uma distância de 2.485,56 m, até o marco "M-611", cravado no canto comum aos lotes 05 e 04 da gleba 09; deste segue pela linha L-17 com azimute verdadeiro 179.3640", percorrendo uma distância de 4.986,16 m, até o marco "M-616", cravado no canto do lote 13 da gleba 09; deste, segue pela linha LE-26 com azimute verdadeiro de 269.3728", percorrendo uma distância de 7.522,72 m, até o marco "M-143", cravado no canto do lote 15 da gleba

08; deste, segue pela linha L-14 com azimute verdadeiro de 359.4032", percorrendo uma distância de 2.998,46 m, até o marco "M-151", cravado no canto comum aos lotes 09 e 11 da gleba 08; deste, segue pela lateral do lote 12 da referida gleba com azimute verdadeiro de 269.4117", percorrendo uma distância de 2.528,97 m até o marco "M-134", cravado no canto do citado lote; deste, segue pela linha L-13 com azimute verdadeiro de 359.3722", percorrendo uma distância de 998,28 m, até o marco "M-7A", cravado no canto comum aos lotes 10 e 12 da gleba 07; deste, segue pela linha lateral do lote 09 da referida gleba com azimute verdadeiro 269.4200" percorrendo uma distância de 2.503,18 m, até o marco "M-6A", cravado no canto do referido lote; deste, segue pela linha L-12 com azimute verdadeiro de 359.5036", percorrendo uma distância de 2.000,00 m, até o marco "M- 125", cravado no canto comum aos lotes 05 e 07 da gleba 07; deste, segue pela lateral do lote 08, com azimute verdadeiro de 270.2415", percorrendo uma distância de 2.586,44 m, até o pilar "PI-03", cravado no canto do lote 08 da gleba 08; deste, segue pela linha L-11, com azimute verdadeiro de 359.3836", percorrendo uma distância de 990,08 m até o marco "M-13", cravado no canto comum aos lotes 07 e 08 da gleba 06; deste, segue pela lateral do lote 07 da referida gleba, com azimute verdadeiro de 269.3937", percorrendo uma distância de 2.475,00 m, até o marco "M-10", cravado no canto do referido lote; deste, segue pela lateral do lote 12 da gleba 05, com azimute verdadeiro de 269.3918" percorrendo uma distância de 2.526,24 m, até o pilar "PI- 02", cravado no canto comum aos lotes 15 e 12 da gleba 05; deste, segue pela linha L-09, com azimute verdadeiro de 179.4228", percorrendo uma distância de 999,97 m, até o marco "M-2A", cravado no canto do lote 15 da referida gleba; deste, segue pela lateral do citado lote com azimute verdadeiro de 269.4139", percorrendo uma distância de 2.510,72 m, até o marco "M-71", cravado no canto comum aos lotes 12 e 14 da gleba 04; deste, segue pela linha L-08, com azimute verdadeiro 179.4230", percorrendo uma distância de 1.000,65 m, até o pilar "PI-1A", cravado no canto do lote 14 da referida gleba; deste, segue pela lateral do referido lote, com azimute verdadeiro de 269.4152", percorrendo uma distância de 2.485,55, até o pilar "PI-01", cravado na linha fundiária do lote 14 da referida gleba; deste, segue pela linha L-07, com azimute verdadeiro de 359.4043", percorrendo uma distância de 1.000,51 m, até o marco "M-09", cravado no canto comum aos lotes 11 e 12 da referida gleba; deste, segue pela linha LE-23, com azimute verdadeiro de 269.3346", percorrendo uma distância de 9.996,47 m, até o marco "M-48", cravado no canto comum aos lotes 06 e 07 da gleba 02; deste, segue pela lateral do lote 07, com azimute verdadeiro de 179.3109", percorrendo uma distância de 450,42 m, até o marco "M-48A", cravado no sopé da Serra dos Pacaás Novos do ponto "P- 05" ao ponto "P-06", pertence ao Setor Evandro Cunha, TP-14/82 da gleba Samaúma, que faz divisa com a área proposta para criação da Reserva Biológica do Rio Ouro Preto; prosseguindo do

marco "M-48A" pelo sopé da referida serra, num percurso aproximado de 23.000,00 m, até o ponto "P-06", de coordenadas geográficas aproximadas de latitude 10.5105 S e longitude 64.5409 Wgr, situado no referido sopé; deste, segue rumo aproximado de 71.00 SW, percorrendo uma distância aproximada de 3.300,00 m, até o ponto "P-07" de coordenadas geográficas aproximadas de latitude 10.5141 S e longitude 64.5552" Wgr; deste, segue com rumo aproximado de 7.200,00 m, até o ponto "P-08" de coordenadas geográficas de latitude 10.5355 S e longitude 64.5908 Wgr; deste, segue com rumo aproximado de 32.00 SW, percorrendo uma distância aproximada de 11.500,00 m, até o ponto de "P-09" de coordenadas geográficas aproximadas de latitude 10.5916 S e longitude 65.0224" Wgr; deste, segue com rumo aproximado de 56.00 SW, percorrendo uma distância aproximada de 14.700,00 m, até o ponto "P-10" de coordenadas geográficas aproximadas de latitude 11.0346 S e longitude 65.0905" Wgr, localizadas na margem direita do Rio Pacaás Novos; do ponto "P-02" ao ponto "P-10" faz divisa com a área proposta para criação da Floresta Extrativista do Rio Pacaás Novos; OESTE:

Prosseguindo do ponto "P-10" pela margem do referido rio, no sentido da jusante, num percurso aproximado de 15.000,00 m, até o ponto "P-11", de coordenadas geográficas aproximadas de latitude 10.5758 S e longitude 65.1258" Wgr, situado na confluência da margem esquerda de um igarapé sem denominação; deste, segue pela citada margem do igarapé no sentido da montante, confrontando com o Setor Bananeiras TP-06/82, num percurso de 3.700,00 m, até o ponto "P-1" de coordenadas geográficas aproximadas de latitude 10.5756 S e longitude 65.1127" Wgr; deste, segue pela linha L-36 com azimute verdadeiro de 126.4750", confrontando com o setor Bananeiras, numa distância aproximada de 6.000,00 m, até o marco "M-89", localizado na linha 62/A; deste, segue pela linha 62/A, com azimute verdadeiro de 08.5400" confrontando com a gleba 02 do Setor Bananeiras, numa distância de 4.734,70 m, até o marco "M-83", localizado na divisa do lote 20 da gleba 02 com o lote 07 da gleba 07/A; deste, segue pela linha 62, com azimute verdadeiro de 121.4303", confrontando com a gleba 07/A, numa distância de 671,25 m, até o marco "M-73", localizado na divisa do lote 19 da gleba 02 do Setor Bananeiras; deste, segue pela linha 62/B, com azimute verdadeiro de 82.4946", confrontando com a referida gleba, numa distância de 3.817,36 m, até o marco "M-105", localizado na divisa do lote 13 da referida gleba; deste, segue com azimute verdadeiro de 358.5556", confrontando com a referida gleba, numa distância de 3.482,90 m, até o marco "M-126", localizado no sopé da Serra do Macaxeiral, divisa com o lote 10; deste, segue pelo sopé da referida serra, rumo nordeste, por linha tortuosa numa distância aproximada de 20.000,00 m, até o marco "M-23", onde iniciou-se a descrição deste polígono.

Art. 2º O Poder Executivo deverá proceder às desapropriações das áreas privadas legitimamente extremadas do Poder Público, à identificação e arrecadação das áreas públicas e, nos termos do art. 4 do Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990, à outorga de contratos de concessão de direito real de uso à população com tradição extrativista.

Parágrafo único. Caberá, ainda, ao Poder Executivo, a permanente gestão no sentido de assegurar a eficaz destinação da área descrita no artigo anterior.

Art. 3º A área da Reserva Extrativista ora criada fica declarada de interesse ecológico e social, conforme preconiza o art. 225 da Constituição Federal, o art. 9º, Inciso VI, da Lei nº 6.938, de 11 de agosto de 1981, com a nova redação dada pela Lei nº 7.804, de 18 de julho de 1989 e art. 2 do Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogadas as disposições em contrário.

A comissão do meio ambiente, defesa do consumidor e Fiscalização e controle)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Os **Projetos de Lei da Câmara nºs 38, 39 e 42, de 2005**, vão à Comissão de Assuntos Sociais; os de **nºs 43 e 46, de 2005**, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; os de **nºs 37, 40, 41 e 44, de 2005**, à de Educação; o de **nº 45, de 2005**, às Comissões de Constituição Justiça e de Cidadania e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e o de **nº 47, de 2005**, à de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Sobre a mesa, propostas de emenda à Constituição que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Paulo Paim.

São lidas as seguintes:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 25, DE 2005

Altera a repartição com Municípios da receita de imposto estadual.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 158.

Parágrafo único.

I – três quartos, no mínimo, proporcionalmente, em partes iguais, à população, ao valor adicionado nas operações tributadas relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços e ao consumo de energia elétrica residencial, ambos realizados em seus territórios;

Art. 161.

I – dispor sobre os cálculos da participação prevista no art. 158, parágrafo único, I;

Art. 2º Acrescentar o seguinte artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

Art. 95. O critério de cálculo previsto no art. 158, parágrafo único I da Constituição, com a redação dada por esta Emenda, será aplicado:

I – a apenas um quinto das parcelas dos municípios no primeiro exercício financeiro subsequente ao da promulgação desta Emenda a dois quintos no segundo exercício; e a três quintos, no terceiro exercício; o restante das parcelas atenderá aos critérios estabelecidos pelo art. 158, parágrafo único I da Constituição, com a redação que lhe foi dada em 1988.

II – integralmente a partir do quarto exercício financeiro subsequente ao da promulgação desta Emenda;

Art. 3º Esta Emenda entra em vigor a partir do exercício financeiro seguinte a data de sua promulgação.

Justificação

Esta emenda tem por objetivo corrigir graves distorções nos critérios de rateio da maior fonte de repartição de receitas tributárias em favor dos Municípios previstas na Constituição Brasileira, que é a cota-parte de 25% da arrecadação do imposto estadual sobre circulação de mercadorias e serviços de transportes e comunicações – o ICMS.

Tal partilha segue até hoje a mesma sistemática definida em meados dos anos sessenta, no bojo da reforma tributária promovida pelo regime militar. Quando foi originalmente concebido, o citado imposto estadual incidia apenas sobre mercadorias e seguia o chamado princípio de origem puro – ou seja, nas transações interestaduais, sua pertença integralmente ao Estado em que foi produzido e vendido, nada cabendo ao governo do Estado em que a mercadoria foi comprada e consumida. Neste contexto, fazia todo o sentido que, quando o Estado partilhasse parcela da receita com seus Municípios, levasse em conta apenas o valor adicionado no respectivo território, assim, o imposto era cobrado no local da produção e parcela cabia ao município em que foi produzido. Pouco depois de promovida a reforma dos anos 60, a cobrança do imposto estadual começou a mudar de modo a que uma parcela da receita interestadual coubesse ao Estado de destino, ou seja, cada vez mais se tornou um imposto sobre consumo, o que deve se concretizar quando for feita a reforma tributária.

É preciso, portanto, corrigir o erro histórico que representa a partilha do ICMS continuar seguindo o princípio da origem e da produção que é o rateio segundo o valor adicionado. Pior ainda é computar a produção de bens e serviços que não estão mais sujeitos à incidência de impostos – caso notório das exportações.

Para corrigir tais distorções, propomos uma simples mudança na Constituição que é adequar o rateio de 75% da cota-municipal que hoje segue apenas o critério do valor adicionado. Sugerimos, primeiro, que sejam consideradas apenas as operações tributadas e, depois, que também sejam computados outros dois parâmetros que representam o consumo local – a população e a energia elétrica residencial.

Portanto, pela proposta para a nova partilha constitucional permanente, o peso do valor adicionado no rateio da receita entre os Municípios diminuiria dos atuais 75% para 25%, e consideraria apenas as operações em que houver incidência do imposto. Quando for promovida a reforma tributária verdadeira e se o ICMS se tornar um imposto sobre o consumo, por princípio, tal parâmetro deveria até ser extinto. Por ora, é mantido até para evitar transição mais abrupta.

O consumo de cada Município passará a explicar metade do rateio, sendo este expresso 25% pela população e outros 25% segundo o consumo de energia elétrica residencial. Neste último caso, chamamos a atenção que não será computada qualquer energia elétrica (ou seja, a industrial ou comercial não é computada, até porque isto não atende ao conceito do imposto e ainda concentraria renda sem sentido). Se a população só é recenseada a cada 10 anos, o consumo de energia permite uma apuração precisa e medirá mais rápido os diferentes movimentos demográficos.

É proposto também que a lei complementar que hoje só regula o conceito de valor adicionado passe a dispor sobre toda a apuração do novo rateio municipal. Embora, seja muito mais fácil quantificar e ponderar os novos parâmetros propostos do que o vigente.



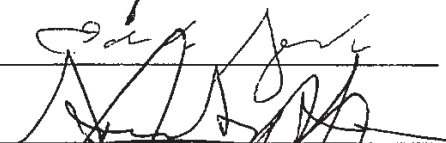



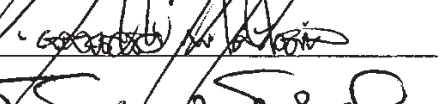
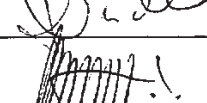

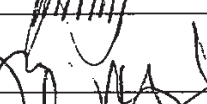
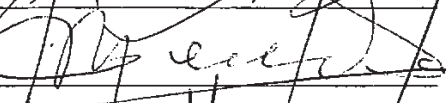

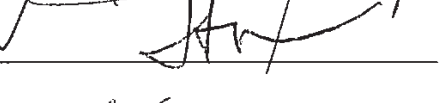

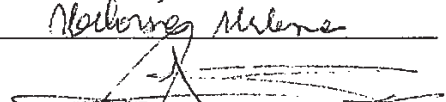
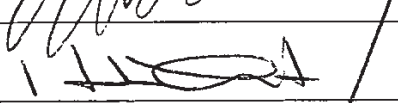
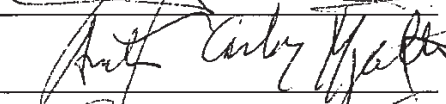
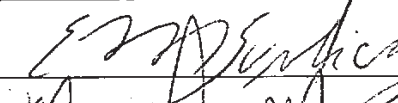

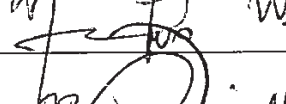
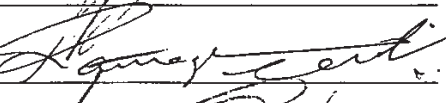
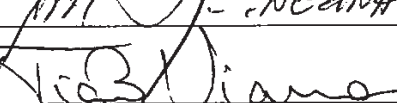
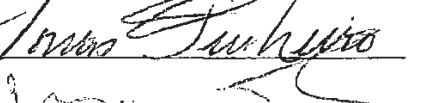

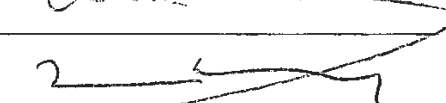




Para evitar uma transição abrupta, é proposta a implantação gradual da nova sistemática. A transição duraria três anos, durante os quais seria adotada e ampliada gradativamente a nova sistemática de partilha ora proposta, enquanto seria reduzida a vigente. A partir do quarto exercício seguinte aquele em que for promulgada esta emenda constitucional, seria adotado plenamente a sistemática ora sugerida.

Por último, alertamos que é mantido o texto constitucional vigente no que tange à tributação para que a lei estadual defina a partilha de até um quarto do rateio de um quarto do ICMS. Ou seja, esta proposta altera apenas os critérios nacionais de rateio da cota municipal.

Esperamos, enfim, que tal emenda venha a ser aprovada, pois contribuirá para corrigir mais uma aberração do atual sistema tributário, para tornar mais justa e equilibrada a partilha de receitas entre os municípios e para solidificar a federação brasileira.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2005. – **Antero Paes de Barros.**

ASSINATURA

- | | | | |
|-----|---|-----|---|
| 1. |  | 18. |  |
| 2. |  | 19. |  |
| 3. |  | 20. |  |
| 4. |  | 21. |  |
| 5. |  | 22. |  |
| 6. |  | 23. |  |
| 7. |  | 24. |  |
| 8. |  | 25. |  |
| 9. |  | 26. |  |
| 10. |  | 27. |  |
| 11. |  | 28. |  |
| 12. |  | 29. |  |
| 13. |  | 30. |  |
| 14. |  | 31. |  |
| 15. |  | | |
| 16. | | | |
| 17. | | | |

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....
Art. 158. Pertencem aos municípios:

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II – cinqüenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

III – cinqüenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;

IV – vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Parágrafo único. As parcelas de receita pertencentes aos municípios, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios:

I – três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios;

II – até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos territórios, lei federal.

.....
Art. 161. Cabe à lei complementar:

I – definir valor adicionado para fins do disposto no art. 158, parágrafo único, I;

II – estabelecer normas sobre a entrega dos recursos de que trata o art. 159, especialmente sobre os critérios de rateio dos fundos previstos em seu inciso I, objetivando promover o equilíbrio socioeconômico entre estados e entre municípios;

III – dispor sobre o acompanhamento, pelos beneficiários, do cálculo das quotas e da liberação das participações previstas nos arts. 157, 158 e 159.

Parágrafo único. O Tribunal de Contas da União efetuará o cálculo das quotas referentes aos fundos de participação a que alude o inciso II.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania).

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2005

Inserir os parágrafos 1º a 3º no artigo 168 da Constituição Federal, limitando a dotação orçamentária para o Poder Legislativo Federal e estaduais.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Inserir-se os parágrafos 1º a 3º no art. 168 da Constituição Federal:

“Art. 168.

§ 1º Durante o prazo de cinco anos, o orçamento do Poder Legislativo Federal e estaduais não poderá superar o valor executado no ano de 2004, corrigido até o ano anterior à entrada em vigor da presente Emenda pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), ou o índice que o substituir.

§ 2º Após os cinco anos previstos no parágrafo 1º, o orçamento do Poder Legislativo Federal e estaduais deverá ser anualmente corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), ou o índice que o substituir.

§ 3º Ao final de cada exercício, a soma dos duodécimos dos repasses feitos para o Congresso Nacional e as Assembléias Legislativas estaduais não poderá exceder o disposto neste artigo.

Art. 2º Esta emenda constitucional entrará em vigor na data da sua publicação, assegurado o direito dos atuais deputados estaduais e federais, bem como senadores, de perceberem o subsídio fixado até o final do mandato.

Justificação

O inchaço orçamentário do Poder Legislativo, seja no âmbito federal, seja nas diversas unidades da Federação, vem levando a um desperdício de recursos públicos que, além de pernicioso à economia nacional, denigre a imagem da instituição com maior legitimidade para representar o povo brasileiro.

A presente Proposta de Emenda Constitucional consubstancia uma contribuição do Legislativo ao equilíbrio das contas nacionais, especialmente quando pensamos nos Legislativos estaduais, que freqüentemente consomem mais recursos orçamentários que importan-tes programas para o desenvolvimento social.

Assim, considerando que o valor atualmente já se encontra inflado, propõe-se seu “congelamento” nominal ao longo de quatro anos, com base no valor de 2004 reajustado em relação ao ano de entrada em vigor da Emenda, findos os quais o orçamento deverá ser reajustado periodicamente, com base no IPCA ou índice que venha a substituí-lo como oficial para fins de medir a inflação na economia brasileira.




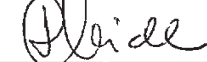


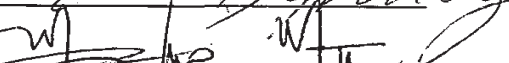
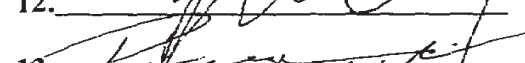
Saliente-se que os Legislativos municipais já possuem hoje limitação semelhante, implementada pela Emenda Constitucional nº 25, que acrescentou ao texto constitucional o atual artigo 29-A.

Desse modo, haverá inicialmente uma fase de redução do valor real a ser gasto com o Poder Legislativo, que durará quatro anos, ao longo dos quais se prevê uma redução entre 20% e 30%, em termos reais, do valor atualmente gasto. Superada essa fase, o valor estabilizar-se-á em termos reais, de modo a possibilitar uma maior racionalidade dos gastos do Legislativo, como, aliás, exige-se de toda a Administração Pública, por aplicação direta do art. 37 da Constituição Federal.

Essas as razões que nos levam a apresentar a presente Emenda à Constituição.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2005. – Senador **Antero Paes de Barros**.

ASSINATURA

| | | | |
|-----|---|-----|--|
| 1. |  | 18. |  |
| 2. |  | 19. |  |
| 3. |  | 20. |  |
| 4. |  | 21. |  |
| 5. |  | 22. |  |
| 6. |  | 23. |  |
| 7. |  | 24. |  |
| 8. |  | 25. |  |
| 9. |  | 26. |  |
| 10. |  | 27. |  |
| 11. |  | 28. |  |
| 12. |  | 29. |  |
| 13. |  | 30. |  |
| 14. |  | | |
| 15. |  | | |
| 16. |  | | |
| 17. |  | | |

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....
 Art. 168. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004).

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania).

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
 – As propostas de emenda à Constituição que acabam de ser lidas estão sujeitas às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

As matérias serão publicadas e remetidas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
 – Há oradores inscritos. Antes, porém, concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ideli Salvatti e aos Senadores César Borges e Valdir Raupp.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para fazer uma comunicação inadiável antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
 – Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito também a gentileza de me inscrever para fazer uma comunicação inadiável, antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
 – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, pela ordem.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem.)
 – Sr. Presidente, da mesma forma, peço a minha inscrição para fazer uma comunicação inadiável, antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
 – Nobre Senador, V. Ex^a está inscrito, embora eu já tenha feito a minha inscrição por ofício. Mas V. Ex^a fica inscrito, e eu tentarei conciliar o excesso de inscrições para que as três comunicações inadiáveis sejam feitas pelos Srs. Senadores.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
 – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, por dez minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, quero, mais uma vez, reafirmar a minha posição quanto à CPI – e invoco aqui, Sr. Presidente Tião Viana, inclusive o testemunho de V. Ex^a. Tanto a minha posição quanto a de V. Ex^a e a de outros tantos Senadores em relação à CPI sempre foi a mesma: uma vez comprovado um fato determinado – isto é constitucional –, e levantadas as assinaturas nas duas Casas, que se instale a CPI. É claro que nenhum de nós, entendo – inclusive a Oposição tem dito isto –, gostaria que Parlamentares transformassem o palco da CPI em um palanque de debate político que fuja do objeto da CPI.

Então, mais uma vez, para aqueles que ainda duvidam, deixamos muito clara a nossa posição: nunca fomos e não somos contra CPI nenhuma. Que se faça o debate dentro do fato determinado, doa a quem doer.

Sr. Presidente Tião Viana, venho à tribuna hoje muito mais para falar de um episódio que acontece hoje no Rio Grande do Sul. Cerca de 3,5 mil agricultores saíram com tratores e máquinas do Parque de Exposição Assis Brasil, em Esteio, e percorreram 30 km até a capital gaúcha. Com isso, Sr. Presidente, posso afirmar que a Região Metropolitana de Porto Alegre está sendo palco, no dia de hoje, de uma das maiores manifestações já feitas naquele Estado por parte de produtores rurais.

As informações que recebi até o momento dizem que são cerca de 500 tratores, mais de 200 caminhões e 80 ônibus. Em várias cidades do interior do meu Rio Grande, a mobilização também está acontecendo.

Neste momento, eles estão reunidos, Senador Tião Viana, em frente ao prédio do Ministério da Fazenda e Agricultura. Sem dúvida, esse é um ato histórico que está mobilizando os produtores do Rio Grande.

Entre as várias reivindicações dos agricultores, cito em especial a do setor orizícola. Os arrozeiros gaúchos atravessam um dos piores momentos, uma das piores crises de toda a nossa história. Hoje, o arroz brasileiro é comercializado muito abaixo do custo de produção.

Senador Tião Viana, estive com eles numa audiência com o Ministro Aldo Rebelo e fizemos um longo debate sobre essa situação. Estamos tentando agora uma outra audiência, com o Ministro Palocci e também com o Presidente Lula.

Sr. Presidente, os prejuízos são enormes devido ao ingresso indiscriminado do excedente arrozeiro do Mercosul. Em março, por exemplo, a importação de arroz do Mercosul pelo Brasil bateu o recorde de 80 mil toneladas.

É precária a fiscalização sobre a entrada de arroz oriundo da Argentina e do Uruguai. Não há pesagem adequada. A carga de arroz é maior do que a registrada nas notas fiscais. O custo do implemento agrícola é maior devido à tributação diferenciada entre a Argentina, o Uruguai e o Brasil. O País exporta colheiteiras a um preço inferior ao praticado no mercado interno.

Vale lembrar o que representa o setor orizícola para a economia do Rio Grande:

- 40% da produção de grãos do Estado;
- 2,3% do PIB do Estado;
- 2,9% do ICMS;
- 15 mil produtores;
- 300 mil empregos diretos;
- 20 mil empregos indiretos;
- 135 Municípios envolvidos.

Sr. Presidente, o Brasil é auto-suficiente na produção de arroz. A própria Conab, órgão do Governo Federal, diz que o Brasil não precisa importar nenhum grão de arroz neste ano, pois há sobras do produto para garantir o abastecimento interno.

A produção de arroz, neste ano, será de 2,9 milhões de toneladas, para um consumo nacional que não ultrapassa 2,6 milhões de toneladas anuais. Mesmo assim, podemos cair no erro de importar 1,3 milhões de toneladas do Uruguai e da Argentina.

O tamanho do rombo que a queda de produção e de preço irá causar aos produtores de arroz é gigantesco. Somente no Rio Grande do Sul, segundo dados levantados pelo Instituto Rio-grandense de Arroz (Irga), caso seja mantido o atual cenário, o prejuízo pode chegar a R\$1,74 bilhões em 2005.

Insisto: os produtores estão numa situação de falência. E esclareço: não se tratam apenas dos arroseiros do Rio Grande do Sul, mas de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul.

Os produtores querem que seja feito um debate sério a respeito das vantagens tributárias da importação de arroz da Argentina e do Uruguai, com salvaguardas para o grão nacional em relação à entrada do cereal estrangeiro. Querem, efetivamente, incentivos à exportação do arroz e não à importação. Querem apoio à comercialização por contrato de opção, em que poderá ser obtido um preço maior que o mínimo. Os agricultores também querem que o Governo discuta como fazer para responder pelo excedente do custo de produção.

Se nada for feito de imediato, o caos poderá ser instalado. Essa cadeia econômica e social está por quebrar, caso não ocorram soluções imediatas.

Já solicitei à Comissão de Agricultura do Senado a realização de uma audiência pública em que serão ouvidos todos os envolvidos: produtores, trabalhadores, representantes das categorias, Prefeitos, Governo Estadual e Governo Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário; da Agricultura; da Fazenda; do Planejamento; e das Relações Exteriores, que abrange o quadro do Mercosul. Assim, teremos a oportunidade de iniciar um grande debate sobre a necessidade da construção de uma política pública a longo prazo para o setor do arroz.

Quero dizer também, Senador Tião Viana, que fiz contato hoje, pela manhã, com o Líder Delcídio Amaral, com o Líder do Governo, Aloizio Mercadante, e também com Gilberto Carvalho, que responde pela agenda do Presidente Lula. Fiz um apelo para que Sua Excelência receba os produtores. Entendo que numa audiência em que estejam presentes representante dos produtores e dos trabalhadores, numa política de entendimento e de parceria, poderão ser encontrados meios para se enfrentar a gravidade do problema.

Os produtores rurais, Sr. Presidente, e o setor orizícola podem contar com a solidariedade, tenho certeza, de toda a Bancada gaúcha e de Parlamentares de outros Estados.

Sr. Presidente, neste momento em que as dificuldades são imensas devido à seca, em seguida, ao excesso de chuva, e ainda à entrada de produtos pelas fronteiras entre a Argentina, o Uruguai e o Rio Grande, quero dizer que este Senador – Senador Tião Viana, V. Ex^a sabe que sou daqueles que depois que empenha a palavra não volta atrás – é parceiro do povo do Rio Grande e fará de tudo para construir esse grande entendimento com o Governo Federal.

Lembro que, outrora, os Governos convocaram a gente do Rio Grande para fazer Pátria a ponta de lança e casco de cavalos. Saibam que essa mesma gente continua a pelear pelo desenvolvimento do Rio Grande, na busca de um grande entendimento com o Governo Federal.

Senador Tião Viana, faço este pronunciamento, no momento em que é grave a situação do nosso Rio Grande, na linha do entendimento. Esse movimento é legítimo. As mobilizações todas são legítimas e têm um único objetivo.

O Sr. Nezinho Alencar (Bloco/PSB – TO) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador. Com satisfação, ouço o aparte de V. Ex^a, dentro do limite que o Presidente permitir.

O Sr. Nezinho Alencar (Bloco/PSB – TO) – Senador Paulo Paim, ouço atentamente o discurso de V. Ex^a. Associo-me às suas palavras e informo que na minha cidade, Guaraí, no Tocantins, está ocorrendo um movimento de igual teor ao de Esteio, no Rio Grande do Sul. Devemos adotar uma medida emergencial, porque os produtores rurais do nosso País estão passando por dificuldades financeiras. O Estado do Tocantins é um grande produtor de arroz e de soja, e os agricultores estão em situação de desespero. O que está acontecendo em Esteio, no Estado de V. Ex^a, está ocorrendo na minha Guaraí, no Estado do Tocantins. Portanto, associo-me às palavras de V. Ex^a. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Nezinho Alencar, é com alegria que recebo o aparte de V. Ex^a, que vai na linha da solidariedade e da construção de alternativas, o que acredito ser possível.

Hoje pela manhã, conversei com o Líder Aloizio Mercadante, que me falou de algumas iniciativas que poderiam ser tomadas de imediato. Por isso, considero fundamental a realização dessa audiência, com as presenças dos Ministros da Fazenda; da Agricultura; da Pecuária e Abastecimento; do Desenvolvimento Agrário; e do Presidente da República.

Sem sombra de dúvida, o agronegócio tem respondido às expectativas do nosso Governo nos últimos dois anos.

Neste ano, em que a dificuldade se acentua, é preciso que tenhamos uma política de parceria. Presidente Tião Viana, estou convencido de que isso é possível. Tenho certeza de que esse entendimento será construído mediante a realização dessa audiência pública e, em seguida, de uma reunião com o Presidente da República. Espero que no mesmo dia da audiência, estejamos também com o Presidente Lula, já que Sua Excelência está sensível ao quadro, inclusive realizando reuniões com esse objetivo.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ontem mesmo, Senador Tião Viana, falava da importância da decisão do Presidente Lula no que diz respeito à questão do seguro agrícola, que beneficiou, sem sombra de dúvida, milhares e milhares de pequenos agricultores. Este é o momento de fazermos, no plenário do Senado, um grande debate desses grandes temas.

Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir, para não falar apenas dos produtores, quero dizer que no Rio Grande do Sul, nessa semana, há um grande movimento para que a Assembléia Legislativa conceda ao piso regional o mesmo percentual dado pelo Presidente Lula ao salário mínimo, ou seja, de 15,38%.

Até o momento, a intenção na Assembléia do Estado é assegurar o índice de, no máximo, 8%. Ao mesmo tempo em que defendo o mesmo percentual de reajuste dado ao piso regional do Estado, que foi concedido ao mínimo, também entendemos que, por coerência, esse mesmo percentual deve ser estendido a todos os aposentados e pensionistas.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao eminente Senador Jorge Bornhausen.

S. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o momento que vivemos nos leva, responsável e inexoravelmente, a todos os integrantes do Parlamento a uma profunda reflexão.

As denúncias inequívocas, mostradas até mesmo em vídeo, caracterizam crimes que são graves e que merecem a mais absoluta investigação. A crise existe. É moral e política. Não há crise institucional, mas devemos cuidar o suficiente para que ela não possa vir a se instalar no País.

A Oposição não pode e nem deve extrapolar os limites da investigação, e o Governo não pode e nem deve procrastinar ou impedir o correto caminho da investigação pela CPMI, fruto das disposições constitucionais.

O Governo procurou, inicialmente, impedir a CPMI com a retirada de assinaturas, o que não conseguiu no seu Partido nem na Base aliada; recebeu, pois, um alerta de que os Parlamentares que a assinaram estão conscientes de suas posições e que essas coincidem com o pensamento majoritário da sociedade brasileira. A sociedade brasileira quer a punição de corruptores e de corruptos. O sinal inicial, parece, não serviu para um alerta definitivo sobre as tentativas de não permitir o pleno funcionamento da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

A questão de ordem levantada por um vice-Líder do Governo, alegando que não havia fato determinado, foi, de imediato, rechaçada em atitude correta, serena e oportuna do Presidente Renan Calheiros. Mas, mesmo assim, por parte da Base governista, houve o recurso à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados.

Qual é o argumento? O de não haver fato determinado! Ora, isso demanda cuidado. Mais de 80 milhões de brasileiros assistiram ao vídeo que estava carregado de denúncias por meio das colocações

feitas por um integrante do Governo. Não se pode, portanto, expor o Congresso, pois ele é indispensável e é um grande pilar para a democracia. Negar a existência de fato público e notório, sem dúvida alguma, pode acarretar danos maiores; e vimos recentemente o que ocorreu no Estado de Rondônia. Dizer que não há fato determinado é dizer que o vídeo não existiu, que o denunciante não apareceu, que os fatos sumiram. É, portanto, querer demais exigir daqueles que compõem os Partidos da base aliada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para seguirem o descaminho de determinar a inconstitucionalidade do pedido. Certamente não o farão. Certamente a resposta virá da mesma maneira que veio em relação à retirada de assinaturas. Todos têm que preservar a sua idoneidade moral e a sua vida pública. Aliás, não acredito que os integrantes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro possam, naquela Comissão, colocarem-se de forma diferente à que se colocou o Presidente Renan Calheiros, de imediato, na solução da questão de ordem.

Se esse passo é errado, como já foi errado o jogo de abafa na CPI dos Bingos, no caso Waldomiro Diniz, que está sendo julgado pelo Supremo Tribunal Federal e cuja posição adotada na ocasião pelo então Presidente do Senado foi objeto de mandado de segurança dos Partidos de Oposição, se já era errado, quatro votos, os quatro únicos votos já substanciados pelos seus Ministros no Supremo foram a favor dos Partidos de oposição. Cercear aquela CPMI fará nascer novas CPMIs. E esse não é o melhor caminho.

Sr. Presidente, a ameaça de quebra de tradição do rodízio é grave. Sabemos, aqui nesta Casa, que a última CPMI foi a da Terra. O Presidente da Comissão, dentro do rodízio e da proporcionalidade, o eminente Senador Alvaro Dias, foi indicado pelo Bloco de Oposição no Senado e o Relator, pelo PT da Câmara dos Deputados. Agora é a hora inversa. É a regra do jogo. Cabe ao PT, na Câmara dos Deputados, indicar o Presidente, e nos cabe, ao único Bloco existente por ocasião da distribuição por parte do Presidente Renan Calheiros da informação para o preenchimento dos membros da nova CPMI, o único Bloco existente – repito –, era, e é até agora formado pelo PSDB e pelo PFL. Portanto, cabe ao único e legítimo Bloco para, dentro do rodízio, no que diz respeito à proporcionalidade em ter o Relator da CPMI, que deve se conduzir de forma digna, correta e dentro dos limites indispensáveis ao cumprimento constitucional. Qualquer outra posição, qualquer outra definição será rechaçada pela opinião pública.

Concedo o aparte ao eminente Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Jorge Bornhausen, tomei a liberdade de apartear-lo, por perceber que V. Ex^a traz o debate à tribuna do Senado com muita tranquilidade, explicitando claramente o seu ponto de vista ao defender a instalação da CPMI apoiado no fato determinado. É muito bom ouvir de V. Ex^a, um dos Líderes da Oposição, uma abordagem da qual comungo. E V. Ex^a sabe que isso é bom, porque, dessa forma, pode-se tirar o fantasma do ar; ou seja, a idéia de que se vai atirar para todo lado. V. Ex^a é um Parlamentar respeitado – e o digo com muita tranquilidade. Existe sim um fato determinado, o número de assinaturas é suficiente, na Câmara e no Senado. Que se instale, pois, a CPMI – a dos Correios – em cima do fato determinado, doa a quem doer. Pedi este aparte porque percebo, às vezes, um ou outro Parlamentar mais exaltado fazer o debate de forma agressiva, desrespeitosa com relação àqueles que pensam de modo diferente. V. Ex^a defende suas posições com elegância, demonstrando ser um Senador que quer fazer um debate democrático, que quer fazer com que a CPMI seja um fórum de debates para fazer averiguações. Se alguém cometeu um delito, no que se refere à questão dos Correios, essa pessoa vai ter que responder por isso, vai ter que pagar, doa a quem doer. Por isso fiz este aparte ao discurso de V. Ex^a.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim, pelo aparte, que muito contribui com aquilo que estamos colocando com tranquilidade, com respeito e olhando as consequências disso para o Parlamento brasileiro.

Não fazer a CPMI, abafá-la, impedi-la, procrastiná-la significa desacreditar o Congresso Nacional perante a opinião pública. Isto é muito grave. A democracia tem os seus pilares, e estes são insubstituíveis. Retirar a Casa do povo do processo de credibilidade junto à opinião pública é corroer a democracia, é permitir que uma crise moral e política que atinge Parlamentares não seja averiguada; é permitir que a democracia comece a sofrer impactos negativos.

E nós estamos assistindo a impactos negativos com a presença da chamada democracia das multidões. Nós queremos a nossa democracia viva, representativa, e estas duas Casas respeitadas. Se existem corruptores que estão agindo, certamente, contra aquilo que pensa o Presidente da República, eles têm que ser destituídos, punidos; e, se existem parlamentares corruptos – e nós não devemos fazer, por isso queremos a CPMI, nenhum prejulgamento –, eles deverão ter também os seus mandatos perdidos, para que a vontade popular da democracia representativa não seja ofendida.

É com essa intenção, com esse desejo de que as coisas tenham um caminho correto, que esperamos que a Oposição faça o que deve fazer para apurar o que tem que ser apurado e depurar o que tem que ser depurado. E que o Governo acompanhe, fiscalize, não permitindo ações que fujam à normalidade, à legalidade, à constitucionalidade, sem, contudo, fugir ele à responsabilidade porque isso será de um custo muito maior para o Parlamento e para a democracia brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço ao nobre Senador Jorge Bornhausen.

Concedo a palavra ao Senador César Borges, por cessão da Senadora Heloísa Helena.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero inicialmente agradecer a gentileza da Senadora Heloísa Helena, que me cedeu esse espaço.

Neste momento, Sr. Presidente, quero trazer a esta Casa informações que estão na grande mídia nacional no que toca à falta de investimentos por parte do Governo Federal. Veja bem V. Ex^a que para um País como o nosso, carente de infra-estrutura, de apoio a setores fundamentais para a nossa sociedade, como saúde, educação, transportes, é preciso investimento público para a geração de emprego e de renda, para dinamizar a nossa economia; todavia, isso não está acontecendo, Sr. Presidente.

Hoje o jornal **Folha de S. Paulo** traz algo que é extremamente preocupante, estarrecedor. Diz o jornal, em sua pág. B3: “Investimento no ano não paga um dia de juros”. É o total de investimentos até agora, Sr. Presidente, quando já estamos alcançando a metade do ano em curso, a metade da execução orçamentária.

Diz o jornal, Sr. Presidente:

Apesar de proclamar que 2005 seria “o ano dos investimentos”, o Governo Luiz Inácio Lula da Silva destinou a eles, até o momento, montante inferior ao do gasto de um dia com o pagamento de juros da dívida.

De um total de R\$21,624 bilhões autorizados no Orçamento, o maior valor estipulado na administração petista, nada além de R\$271 milhões foram investidos até o último dia 20, o que ajuda a explicar os números recordes do superávit primário.

Vejam bem, o Orçamento, que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias do País aprovada pelo Congresso Nacional, autoriza investimentos de R\$21 bilhões. Pois

bem, até o presente momento, decorridos cinco meses do ano, apenas R\$271 milhões foram investidos.

Ora, Sr. Presidente, em troca de que se comemora o superávit primário efetivamente? Do corte de recursos importantes para a população brasileira, corte de programas fundamentais, como o Programa de Inclusão Social, como programas do Ministério da Saúde – programa destinado às obras de saneamento ambiental urbano, programas de controle da malária –, como programas de manutenção das rodovias federais, como o Programa da Inclusão Digital. No caso do programa destinado às obras de saneamento ambiental urbano, dos R\$717 milhões previstos, foram gastos 0,11%, até o dia 20 de maio. Ou seja: a máquina pública está paralisada. Esta é a realidade: não há investimentos. Apenas em abril, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Geraldo Mesquita, o Governo Federal destinou aos seus credores internacionais e também aos credores internos, R\$8,874 bilhões, uma média diária de R\$296 milhões, que é maior do que os R\$271 milhões gastos em investimentos no País até o dia 31 de maio.

Essa é a triste realidade. Até este mês, o Governo já realizou 30% das despesas permanentes e com pessoal previstas para este ano – despesas-meio, com cargos comissionados ocupados pelos apaniguados e afilhados do Governo. Pois bem; enquanto ele gasta isso, no caso dos investimentos, não só os valores mas também o percentual de execução, de 1,25%, são muito inferiores.

Em 2004, o percentual de execução dos investimentos foi maior do que o deste ano. Estava em 2% e, agora, caiu para 1,25%.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (P-SOL – AC) – Senador César Borges, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Ouço o aparte de V. Ex^a, Senador Geraldo Mesquita.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (P-SOL – AC) – Senador César Borges, vim à sessão do Congresso Nacional, na quarta-feira passada, quando foi instalada a CPI dos Correios, e ouvi respeitosamente o Líder do PT na Câmara mencionar que este Governo distribui renda; hoje, vejo V. Ex^a referir-se às transferências vultosas que ele promove à “banqueirada” internacional. Vendo a situação do povo brasileiro, do povo da minha terra, que continua na miséria crônica; vendo que o País continua a ostentar índices de concentração de renda elevadíssimos – para não dizer que é o campeão nesse campo –, a conclusão que se pode tirar é a de que o Governo realmente distribui renda, mas à “banqueirada” nacional e internacional. Quando se falar em distribuição de renda neste Brasil, leia-se:

transferência de renda, distribuição de renda à “banqueirada” nacional e internacional.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Efetivamente, aquilo a que assistimos é ao setor financeiro muito bem aquinhoado, haja vista os lucros recordes dos bancos brasileiros, os *spreads* praticados. Mas o pior, Senador Geraldo Mesquita, Srs. Senadores, é que os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, que deveriam ser utilizados exatamente em setores que melhorassem a qualidade de vida do trabalhador, como habitação e saneamento, estão sendo aplicados em letras do Tesouro Nacional e utilizados também para formar superávit primário.

Este ano, já aumentou em 10 bilhões a aplicação no FGTS. O Fundo de Garantia do Trabalhador foi aplicado exatamente em contas do Governo. Enquanto isso, este bate a cabeça. V. Ex^a leu a manchete que saiu no jornal **O Globo**: “Berzoini resolve duelar com Tesouro para financiar setor de saneamento e também de habitação”. Dos R\$2,7 bilhões do FGTS disponíveis para serem aplicados este ano, sabe V. Ex^a quanto se aplicou, Senador? Sabe quanto contratou o FGTS este ano? Zero! No entanto, há disponibilidade de recursos.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado e ao nobre Senador Ramez Tebet.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Eminentemente Senador César Borges, do Estado da Bahia, um dos pensadores desta Casa, agradeço a concessão do aparte por V. Ex^a. Ouvindo atentamente as preocupações citadas por V. Ex^a, estava jogando minha imaginação um pouco para o passado. Foi um sonho da Esquerda brasileira, durante tantos anos, fazer uma série de rompimentos – rompimentos profundos. Bastava que essas idéias fossem difundidas, faladas, proferidas, para que se levasse a uma inquietação muito forte a elite brasileira, que jamais conviveu com o fantasma do que eram esses rompimentos. Até houve uma série de governos de exceção ao longo da nossa história republicana.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador, o nosso Governo tem um espaço constitucional muito pequeno: quatro anos, conforme determina a Constituição. É um Governo que escolheu um caminho lento e gradual. Sabemos que, apesar das muitas vontades que tínhamos, fomos obrigados a circular dentro do caminho daquilo que é aceito pela democracia instalada. Diante disso, penso que as conquistas estão ocorrendo: o desendividamento brasileiro, o equilíbrio melhor entre a dívida do nosso País e o PIB, a situação da saída do

FMI, que, embora não possa ser dado como ato glorioso, é um passo que está sendo dado. Gostaríamos de ter feito alguns rompimentos mais profundos, mas a estrutura agrária brasileira, por exemplo, não comporta uma reforma agrária um pouco mais ousada; a estrutura financeira do País, também não, e assim por diante. Infelizmente, o receituário ainda é seguir alguns passos do capitalismo vigente, mas penso que o arco da independência está-se colocando. Espero que, na comemoração do bicentenário da Independência em 2022 – oxalá, que assim Deus nos permita –, o Brasil tenha comportado uma série dessas rupturas, às quais a felicidade geral da nossa Nação estará imputada. Obrigado a V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a. Mas das duas uma: ou o PT praticou estelionato eleitoral – já que sua proposta não foi a de estabelecer a ruptura em 2022, nem de a seguir os ditames do FMI –, ou não conhecia nada da realidade brasileira.

Na verdade, a discrepância – está no jornal – entre os valores pagos de juros e os de investimento tem origem nas regras do Programa de Ajuste Fiscal brasileiro negociado com o FMI, em 1998, e mantido até hoje.

O Partido de V. Ex^a criticava tanto esse acordo com o FMI: “Fora FMI!” E hoje, “Vem FMI!”. Não precisamos sequer de acordo mais; o Governo aplica tão bem os ditames do FMI, que esse fica muito tranqüilo.

Concedo um aparte ao Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador César Borges, o pronunciamento de V. Ex^a é de grande conteúdo e muita substância, pois envolve a realidade nacional, que está a exigir, realmente, novos rumos.

(Interrupção do som.)

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Não é possível ter idéia fixa com relação ao superávit primário. Isso já passou a ser uma obsessão e está fazendo com que o Governo só tenha uma missão, que é a de pagar suas contas no exterior, rigorosamente em dia, com juros elevadíssimos.

(Interrupção do som.)

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Sr. Presidente, tenho notado – se o Senador César Borges me permitir, vou dirigir-me a V. Ex^a – que, no decorrer das últimas sessões, o sistema de som está falhando. Já não digo diariamente, ele está falhando de hora em hora, durante as sessões. Acho que urge providências urgentes, para que isso não ocorra. Isso está, realmente, prejudicando os nossos trabalhos. Veja V. Ex^a que o orador está na tribuna, pronunciando um discurso de conteúdo, que chama a atenção para a realidade

brasileira, mostrando que há falta de investimentos ou que só existe investimento a favor do FMI, com base na política financeira de pagar juros.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – S. Ex^a fica prejudicado, e os apartes, também. Creio que já é suficiente o que quis dizer. Concordo com V. Ex^a, Senador César Borges; na minha opinião, existe uma obsessão. Já não é uma idéia fixa; é mais do que isso: a obsessão de aumentar, cada vez mais, o superávit. E o pior: à custa do desenvolvimento social do Brasil ou, em outras palavras, da qualidade de vida da sociedade brasileira.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço e incorporo inteiramente o aparte do nobre Senador Ramez Tebet ao meu pronunciamento.

Quero dizer a S. Ex^a e também ao Presidente, Senador Paulo Paim – S. Ex^a fez um pronunciamento sobre o pequeno agricultor brasileiro –, que há projetos, nesta Casa, para dilatar o pagamento...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – ... da dívida dos agricultores, para abranger o maior número de agricultores, e há total insensibilidade por parte do Governo Federal, do Ministério da Fazenda, do Tesouro Nacional – que, a esta altura, não é mais Tesouro; podemos chamá-lo de “tesoura nacional”, porque corta todos os investimentos importantes deste País.

O jornal **O Globo** noticiou: “Dinheiro retido pelo Governo emperra obras”. Algumas constituíam um compromisso do Presidente da República. Sua Excelência anunciou a inauguração, mas as obras não tiveram início, Sr. Presidente.

Portanto, essa é uma situação extremamente preocupante. No setor do FGTS, não há recursos para saneamento e habitação, e são dois setores fundamentais para a melhoria da vida do povo brasileiro.

Fica aqui lavrado esse protesto. O Governo tem de sair dessa política canhestra, pequena, que não investe e que não desenvolve o País.

Agradeço a tolerância de V. Ex^a, Sr. Presidente. É essa observação grave que eu queria trazer nesta tarde ao Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao nobre Vice-Presidente desta Casa, Senador Tião Viana.

S. Ex^a dispõe da palavra por dez minutos, prorrogáveis por mais dois minutos.

Senador Ramez Tebet, quanto à ponderação sobre o som que V. Ex^a fez, normalmente, quando o tempo termina, para se dar tolerância de mais dois minutos e, normalmente, de mais um minuto, acaba-se cortando o som.

Senador Tião Viana, V. Ex^a tem a palavra por dez minutos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, temos uma agenda posta com muitos assuntos interessantes no campo político e no campo técnico. Hoje mesmo, a Câmara dos Deputados está em franco debate na Comissão de Constituição e Justiça sobre um assunto da maior relevância, que diz respeito a regras do Governo quanto à política de patentes, desde a presença das grandes transnacionais de medicamentos até as posições assumidas pelo Governo em relação ao tema.

O Procurador da República, Dr. Cláudio Fonteles, num ato de absoluta coerência com sua consciência e com sua visão jurídica, renova o debate sobre a constitucionalidade ou não da utilização de células-tronco para fins terapêuticos, utilizando embriões, arguindo feridas a princípios básicos da Constituição Federal.

São temas da maior relevância, e acredito que o Parlamento deve estar motivado a levá-los adiante e a aprofundá-los e também a dar sua contribuição. Entendo que o debate sobre as patentes chegará ao Senado brasileiro em breve, e teremos ampla oportunidade de dar a devida contribuição.

Hoje, vim ao plenário para especificamente ressaltar a visita que fez hoje ao Senado Federal, ao Presidente Renan Calheiros e a alguns Senadores, o Sr. Ministro da Saúde, Humberto Costa, acompanhado de representantes de vários Ministérios do Estado brasileiro, de Deputados Federais e de Senadores ligados à área da saúde, de maneira mais específica. Inclusive, o Senador Augusto Botelho se fez presente com muito entusiasmo naquele momento.

Sei que o Senador Paulo Paim, que, neste momento, preside com muita honra a sessão, o Senador Pedro Simon e o Senador Sérgio Zambiasi têm tido grande preocupação com o tema, que deverá vir a debate novamente no Senado Federal: a votação da chamada Convenção Quadro para o controle e a redução do uso do fumo no cenário nacional e internacional.

Estamos diante do Primeiro Tratado Internacional sobre Saúde Pública de toda a história da humanidade. Construído entre 1999 e 2003, a partir do direcionamento que teve a Organização Mundial de Saúde, tem como confronto a realidade terrível do cigarro no

mundo atual. Há 1,3 bilhão de fumantes inveterados no mundo, dos quais 80% estão nos países em desenvolvimento ou nos chamados países do terceiro mundo. Entre os 100 mil novos fumantes de cada dia, há o domínio absoluto – 80% – de jovens e um número crescente de mulheres.

São causados graves danos à saúde humana, como disfunções de ordem sexual, disfunções do aparelho respiratório, doenças degenerativas graves, câncer em diversos órgãos e problemas de ordem circulatória. Amplas manifestações clínicas graves à saúde humana são decorrentes do cigarro. Isso significa enormes e vultosos custos por parte do Poder Público na área da saúde pública e na área previdenciária e uma incapacidade constatada, crescentemente, em todo o mundo, entre as famílias de baixa renda, as maiores vítimas da utilização do fumo, com a diminuição de sua renda familiar devido à redução da capacidade de trabalho dos chefes de família e com a redução de uma política de segurança alimentar. Ou seja, as famílias pobres, vítimas do uso inveterado do cigarro, têm uma redução de sua renda mensal, e nelas se constata a presença de doenças inovadoras e de doenças degenerativas graves e a contaminação pelo uso passivo da fumaça do cigarro por parte das crianças no microambiente familiar.

Há ainda os danos previdenciários, porque a incapacidade do Governo tem sido crescente em manter custos de proteção previdenciária para aqueles que já são vítimas avançadas da utilização do cigarro.

Trata-se de um problema de grande complexidade que atinge todo o mundo. O debate envolveu 190 países junto à Organização Mundial de Saúde, com a responsabilidade de criar o Primeiro Tratado Internacional de Saúde Pública envolvendo a humanidade, a Convenção Quadro.

Já há a perspectiva de, em fevereiro de 2006, ser realizada – e temos o dever de fazê-lo – a 1ª Conferência Mundial para discutir alternativas de financiamento, em substituição aos pequenos produtores que ainda dependem do cigarro e vivem numa espécie de exploração grave por parte da grande indústria farmacêutica.

O Brasil, assim, está reagindo diante da dificuldade em se entender a necessidade de assinar a Convenção Quadro.

Em abril do ano passado, a Câmara dos Deputados cumpriu a sua parte, mostrando claramente que, em nosso País, morrem 200 mil pessoas por ano em decorrência da utilização do cigarro e que é preciso uma alternativa à atividade rural, em substituição àqueles que trabalham e dependem do fumo – são dezenas de milhares de famílias que, de fato, precisam de uma alternativa de substituição, precisam de vantagens comparativas.

O Ministro da Saúde, hoje, diante do Presidente do Senado, foi claro ao dizer que estão fortes e solidamente empenhados em levar ao Ministro da Fazenda – e já levaram – estudos que apontem vantagem comparativa para aqueles que mudarem a atividade rural e que são dependentes do fumo, especialmente os pequenos produtores.

Então, não há razão para a falta de decisão sobre esse tema. Sei que os Senadores Paulo Paim, Pedro Simon e Sérgio Zambiasi, movidos pela mais alta sensibilidade e responsabilidade ética com relação ao tema, nunca negaram os graves danos que o cigarro causa à saúde humana, nunca negaram a responsabilidade que devem ter com os pequenos produtores do Rio Grande do Sul e de outras partes do Brasil, que dependem, há gerações e gerações, dessa atividade rural. S. Ex^{as} querem achar uma saída que não signifique dano à microeconomia dependente dessa atividade e que também proteja a saúde humana. É essa equação que o Governo está disposto a fazer, como muito bem disse o Ministro da Saúde hoje.

Vale ressaltar que os cinco países que mais importam fumo do Brasil já assinaram e ratificaram a Convenção Quadro. Então, se o Brasil não assina essa Convenção, não participa, em fevereiro do próximo ano, da Conferência Internacional, para criar vantagens comparativas e financiamento, em substituição a uma atividade que está criando dificuldade para os pequenos produtores rurais neste País, nós é que perderemos, os pequenos produtores é que irão perder. E as pessoas que são vítimas do cigarro continuarão padecendo.

Meu entendimento é o de que a responsabilidade, o desafio está posto. O Senado Federal tem o dever de votar essa matéria. Quem for contrário deve se manifestar e será respeitado por seu posicionamento. Mas vamos ter de avançar nesse debate.

Fiz hoje um apelo aos Senadores que propõem audiência pública nas Comissões, o que é um direito legítimo, para que possamos avançar numa conclusão. Se o Brasil não assinar a Convenção Quadro até o mês de outubro, no dia 7 de novembro, a Organização Mundial de Saúde promoverá o último encontro de definição. Aqueles que aderiram estarão bem definidos no encontro internacional, aqueles que não aderiram e não ratificaram estarão fora e serão responsáveis pelos prejuízos que advirão dessa decisão.

Portanto, entendo que pesa uma responsabilidade muito grande sobre o Governo brasileiro, sobre a sociedade brasileira. O Ministério da Agricultura se fez presente, fez questão de externar a sua posição favorável a esse tema, entendendo, como disse muito bem o nosso Líder do Governo hoje, que o conceito de crescimento econômico, o conceito de elevação do

PIB tem de estar pautado diretamente por valores e referenciais éticos. E não é ético que estejamos adoecendo milhares de pessoas, deixando morrer duzentas mil pessoas por ano em decorrência da utilização do cigarro, em razão de não se ter alcançado o nível ideal no que diz respeito à disseminação de informações.

É verdade que o Brasil avançou muito nesses anos na política de educação, de informação e restrição do uso do cigarro, mas também é verdade que muito ainda tem de ser feito. Os números falam por si: são duzentos mil mortos todos os anos em decorrência direta ou indireta da utilização crônica do fumo.

Tenho o dever, Sr. Presidente, de saudar e elogiar a forte atitude tomada pelo Ministro de Estado Humberto Costa ao trazer diversos dirigentes de áreas técnicas, de áreas institucionais de Ministérios, para falar com absoluta autoridade sobre o tema e apelar para que o Senado vote.

O desafio está posto. Que a Comissão de Agricultura, que a Comissão de Constituição e Justiça possam, em breve – sei que os seus Presidentes têm a devida sensibilidade – dar o passo de colocar essa matéria em votação, após a audiência pública que se aguarda na Comissão de Agricultura.

Era o que eu tinha dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

Peço a minha inscrição, pela Liderança do PT, para falar imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está assegurada a palavra a V. Ex^a. Eu havia convocado o Senador Antonio Carlos Valadares, mas se S. Ex^a concorda, V. Ex^a, Senador Sibá, poderá falar antes, por cinco minutos, pela Liderança.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com a palavra, o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela Liderança do PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Tião Viana, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste final de semana estive em meu Estado do Acre, onde fui colhido por uma surpresa, algo que muito me preocupou: a previsão de uma manifestação a ser promovida pelos moradores das vilas de Extrema e Nova Califórnia, localizadas na chamada Ponta do Abunã, dentro do Estado de Rondônia, na divisa com o Estado do Acre.

Como é sabido, essa comunidade viveu um litígio por mais de vinte anos. A incerteza quanto à jurisdição

estadual a que deveria se submeter criava problemas de toda ordem, inclusive no horário – as pessoas eram obrigadas a utilizar dois horários, o fuso horário do Acre e o de Rondônia. Havia ainda dificuldades no encaminhamento de qualquer problema legal e até mesmo para receber uma correspondência, porque não se sabia se a destinação era o Estado do Acre ou o Estado de Rondônia. Chegou-se a uma conclusão em 1996, quando o Supremo Tribunal Federal definiu, com base em estudos feitos pelo IBGE, que a região pertencia a Rondônia.

Passado esse tempo todo, essa comunidade se manifesta porque se encontra em extremo abandono. Digo assim porque convivi com os habitantes daquela região durante quase vinte anos e acompanhei muitas daquelas pessoas. Acompanhei, inclusive, a formação de um dos mais bonitos projetos de desenvolvimento comunitário rural da Amazônia, que é o Projeto Reça, e tantas outras atividades.

Causa-me preocupação a situação dessa comunidade. Hoje li, em um jornal de sábado passado, uma carta que lideranças da comunidade de Extrema mandaram para o Governo do Acre para dizer que o Estado poderá ficar isolado.

O Acre, durante um século, por ocasião do Ciclo da Borracha, foi abastecido única e exclusivamente por vias fluviais, principalmente pelos rios Juruá e Purus. O rio Juruá atendia o lado oeste do nosso Estado, e o Purus atendia o lado leste. Agora, a nossa principal fonte de ligação com o resto do País é a BR-364.

Sr. Presidente, quero dizer que sou sensível às angústias que a comunidade expressa em sua carta. No entanto, a comunidade está prometendo tomar algumas iniciativas no sentido de interromper a comunicação do Estado do Acre com o resto do País, bloqueando a BR-364.

Nosso Estado não tem absolutamente nada a ver com o problema. Consideramos os irmãos de Rondônia ou de qualquer outro lugar como irmãos. Sentindo-se abandonados, acho que eles têm inteira razão em cobrar uma solução – eles têm reclamado bastante da atuação do atual Governo de Rondônia, ou seja, do total abandono em que se encontram.

Hoje, venho à tribuna para dizer que estou preocupado com a situação. Precisamos iniciar uma conversa imediata com aqueles moradores. Quem sabe, poderemos fazer com que o Governador de Rondônia tome alguma atitude para que o Estado do Acre não venha, Senador Valdir Raupp, um dos líderes do Estado de Rondônia, a pagar o pato por algo com o qual não tem absolutamente nada a ver.

Rogo a V. Ex^a que nos ajude a intermediar uma negociação sadia entre o Governo de Rondônia e os moradores das vilas Extrema e Nova Califórnia. Só

assim o Estado do Acre não será prejudicado pela iniciativa daqueles moradores.

Ouçó com atenção V. Ex^a.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Cabe o aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Cabe dentro do tempo, Senador. Pode falar, temos tempo.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Muito obrigado, Senador Sibá Machado. São problemas sazonais. Quando fui Governador do Estado, de 1994 a 1999, o Governo do Acre é que tinha abandonado Extrema e Nova Califórnia. A população se levantou e conseguimos ganhar na Justiça, aqui em Brasília, a devolução daquele pedaço da Ponta do Abunã, do rio Madeira até a divisa do Acre, para o Estado de Rondônia, já que está dentro do mapa do Estado de Rondônia. Naquele momento, era o Governo do Acre que tinha abandonado aquela região, a chamada Ponta do Abunã. Hoje, infelizmente, não acontece o que aconteceu no meu Governo, quando fiz duas pistas de pouso, abri estradas, construí escolas, enfim, fizemos muitas obras em Extrema e Nova Califórnia. Hoje, o Governo de Rondônia – ou os últimos governos – abandonou Extrema e Nova Califórnia, a Ponta do Abunã. V. Ex^a tem razão nesse aspecto. No entanto, de repente, daqui a dez, vinte anos, se aquela região for submetida ao Governo do Acre, pode ocorrer a mesma coisa: o Governo do Acre pode abandonar aquelas comunidades e Rondônia terá de acudi-las novamente. Creio que se trata de provocar o Governo de Rondônia para começar a fazer obras naquela região.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador Valdir Raupp, agradeço o aparte de V. Ex^a.

Para encerrar, Sr. Presidente, manifesto o meu apoio a essa nossa brilhante comunidade, formada principalmente por pessoas nativas da região, desde o período da borracha, e por tantos migrantes que vieram do centro-sul do Brasil apostando no sucesso. É uma comunidade que me surpreende por seu crescimento, por sua capacidade de produção e organização comunitária. Apesar de todas essas dificuldades, a comunidade cresce, mostra serviço.

Da parte do Acre, com certeza, nosso Governo estará aberto e propenso a encontrar o melhor caminho possível. Pretendo, Sr. Presidente, no próximo final de semana, visitá-los e conversar para que possamos chegar a um entendimento. Quero ouvir melhor os anseios da comunidade. Coloco-me, já de antemão, à disposição dos moradores de Extrema e Nova Califórnia para que encontremos uma saída imediata para os seus problemas, que são verdadeiros.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Agradeço a oportunidade.

Durante o discurso do Sr. Siba Machado, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares, que falará pela Liderança do PSB. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, vou falar por permuta com o Senador Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Então, é como orador inscrito que V. Ex^a vai falar.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Então, após o pronunciamento de V. Ex^a, concederei a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, que falará pela Liderança da Minoria.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dei entrada nesta Casa em mais um projeto de lei de minha autoria, que altera o art. 39 da Lei nº 8.078, o Código de Defesa do Consumidor. A alteração pretende evitar que o consumidor menos avisado venha a pagar por um bem que está comprando numa loja ou num supermercado, um valor acima daquele que está na marca do produto.

É comum dizer que o brasileiro não se preocupa com a taxa de juros embutida nos financiamentos de venda de bens e serviços, limitando-se a verificar se o valor da prestação cabe em seu orçamento. Com isso, as lojas não oferecem descontos para o pagamento à vista, além de se servirem da informação enganosa de que o preço à vista pode ser pago em um certo número de parcelas, escondendo o preço do financiamento.

Então, Sr. Presidente, o projeto tem a finalidade de proteger aquele consumidor que quer adquirir um produto e não sabe que, por detrás daquele preço que está na prateleira, existe, embutido, um financiamento pelo qual vai pagar juros escorchantes. Vai proteger também o consumidor que, querendo pagar à vista, não tem o desconto devido, porque o dono, o proprietário da loja simplesmente oculta que o pagamento à vista poderia render-lhe algum benefício.

Infelizmente, Sr. Presidente, a única solução apresentada até agora atribui responsabilidade ao próprio consumidor, uma vez que caberia a este pedir o desconto, ou melhor, a retirada do preço do financiamento ali contido.

A realidade do mercado brasileiro está demonstrando que as lojas ou as prestadoras de serviços não fazem nenhum “desconto”, simplesmente afirmam – como se fosse algo vantajoso ao consumidor ou fosse mesmo uma “promoção” – que o preço à vista pode ser pago em três, quatro ou dez vezes. Ora, o preço do financiamento e até da taxa de administração deste financiamento estão, por exemplo, contidos no preço supostamente à vista, que poderá ser pago em até três, quatro ou dez vezes. O consumidor, na verdade, está comprando a mercadoria ou o serviço e, também, um financiamento.

Tal situação torna o preço das mercadorias ou dos serviços muito caro aos consumidores, especialmente para aquela faixa da população que compra os bens domésticos básicos e úteis, como uma geladeira, um fogão, um aparelho de som, etc. Esse setor da população se submete, sem pestanejar, a tal situação, justamente porque estão em nível vertical de negociação, seja porque não possui uma cultura de negociação ou porque precisam de bens básicos e úteis e, naquele momento, estão encontrando a chance de realizarem este sonho. O pior é que, no final, as contas indicam, por exemplo, que os consumidores compraram uma geladeira e meia ou, às vezes, até duas geladeiras.

O Código de Defesa do Consumidor aparece como um instrumento de equilíbrio da relação, buscando igualar pessoas de tão socioeconomicamente desiguais. Ademais, não por outro motivo que consta na Lei nº 8.884/94, de Defesa da Concorrência, dentre várias caracterizações de infração à ordem econômica, está o aumento sem justa causa dos preços de bens e serviços e também a famigerada “venda casada”, isto é, quando o vendedor impõe a compra de um segundo produto como condição para fornecer o produto desejado pelo comprador. É necessário perceber aqui a sutileza da “imposição do financiamento” como “condição para fornecer a mercadoria”. Sem tal sensibilidade, efetivamente o direito de defesa do consumidor e da concorrência passaria a ser mera declaração formal.

Em síntese, ao comprar o bem ou serviço desejado, o consumidor assume o pagamento de juros a uma taxa em geral desconhecida e sobre a qual não lhe dá oportunidade de refletir. Tal procedimento tem a mesma natureza das práticas abusivas de que trata o art. 39, do Código de Defesa do Consumidor, devendo, portanto, ser expressamente incluído entre elas.

Para esse fim, o art. 1º do presente projeto de lei acrescenta ao **caput** do art. 39, do Código de Defesa do Consumidor, dois incisos, o XIV e o XV, incluindo, respectivamente, no rol das práticas abusivas, os seguintes procedimentos comerciais:

a) oferecer à venda ou vender produtos ou serviços mediante a sistemática de pagamento a prazo pelo preço à vista;

b) recusar a concessão de desconto sobre os juros incorporados às parcelas de pagamento a prazo na hipótese de que o consumidor se disponha a antecipar uma ou mais dessas parcelas.

Na mesma linha de idéias, o art. 2º do projeto de lei acrescenta os arts. 66-A e 66-B ao Código de Defesa do Consumidor, para incluir entre as infrações penais os procedimentos previstos nas alíneas **a** e **b** acima.

O art. 3º do projeto de lei, por outro lado, inclui entre as informações que devem estar asseguradas na oferta e apresentação de produtos ou serviços, segundo o disposto no art. 31 da Lei nº 8.078, de 1990, a taxa e o valor dos juros incidentes na hipótese de pagamento a prazo.

Por fim, Sr. Presidente, o art. 4º amplia o conteúdo das informações referentes a preços de produtos ou serviços oferecidos ao consumidor, exigindo que o vendedor preste ao consumidor informações também quanto à taxa e ao valor dos juros incidentes quando se tratar de venda mediante pagamento a prazo.

Sr. Presidente, esse projeto procura fazer uma separação entre os direitos do consumidor e aquilo que o dono da loja pode cobrar do consumidor. Portanto, conforme esse projeto de lei, que pode se tornar lei no futuro, o proprietário ou o vendedor poderá ser punido, de acordo com o art. 66-A, com uma pena que varia de detenção de três meses a um ano e multa.

Isso, Sr. Presidente, não estava previsto no Código de Defesa do Consumidor. Queremos que sejam incluídos esses direitos de proteção ao consumidor, porque sabemos que o consumidor de boa-fé, quando deseja comprar um produto, vai a um supermercado, ao *shopping center* ou a uma loja de corpo aberto, achando, inclusive, que o proprietário da loja está fazendo um favor ao lhe conceder tantas prestações para comprar uma televisão, uma geladeira ou um fogão, quando, na realidade, ali estão embutidos juros que o próprio consumidor desconhece.

Esse projeto obriga que, naquelas prestações, quando houver incidência de juros, o proprietário ou o vendedor seja obrigado a informar, sob as penas da lei, que o consumidor vai pagar juros.

Era isso, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2005

Altera as Leis nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, para, entre outras providências, considerar como prática abusiva a oferta à venda ou a venda de produtos ou serviços mediante a sistemática de pagamento a prazo pelo preço à vista.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O *caput* do art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, com as alterações incluídas pelas Leis nº 8.884, de 11 de junho de 1994, nº 9.008, de 21 de março de 1995, e nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, passa a vigorar acrescido dos incisos XIV e XV, com a seguinte redação:

“**Art. 39.**

XIV – oferecer à venda ou vender produtos ou serviços mediante a sistemática de pagamento a prazo pelo preço à vista;

XV – recusar a concessão de desconto sobre os juros incorporados às parcelas de pagamento a prazo na hipótese de que o consumidor se disponha a antecipar uma ou mais dessas parcelas.

.....” (AC)

Art. 2º A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescida dos arts. 66-A e 66-B, com a seguinte redação:

“**Art. 66-A.** Oferecer à venda ou vender produtos ou serviços mediante a sistemática de pagamento a prazo pelo preço à vista:

Pena – Detenção de três meses a um ano e multa.” (AC)

“**Art. 66-B.** Recusar a concessão de desconto sobre os juros incorporados às parcelas de pagamento a prazo na hipótese de que o consumidor se disponha a antecipar uma ou mais dessas parcelas:

Pena – Detenção de três meses a um ano e multa.” (AC)

Art. 3º Os arts. 31 e 66 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 31.** A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar, entre outros dados, informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, garantia, prazos de validade, origem, preço, taxa e valor dos juros incidentes na hipótese de venda a prazo, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.”
(NR)

“**Art. 66.** Fazer afirmação falsa ou enganosa ou omitir informação relevante sobre a natureza, características, qualidade, quantidade, segurança, desempenho, durabilidade, garantia ou preço dos produtos ou serviços, assim como sobre a taxa e o valor dos juros incidentes na hipótese de venda a prazo:
.....” (NR)

Art. 4º A Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, passa a vigorar acrescida do art. 5º-A, com a seguinte redação:

Art. 5º-A Os estabelecimentos que ofereçam à venda ou vendam bens ou serviços, são obrigados a especificar, ao lado dos preços afixados ou da relação de preços dos produtos expostos ou dos serviços oferecidos, a taxa e o valor dos juros incidentes na hipótese de pagamento a prazo.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

É comum falar-se que o brasileiro não se preocupa com a taxa de juros embutida nos financiamentos de venda de bens e serviços, limitando-se a verificar se o valor da prestação cabe em seu orçamento. Com isso as lojas não oferecem desconto para pagamento à vista, além de se servirem da informação enganosa de que o preço à vista pode ser pago em um certo número de parcelas, escondendo o preço do financiamento.

Infelizmente até agora a única solução apresentada atribui responsabilidade ao próprio consumidor, uma vez que caberia a este

pedir o “desconto”, ou melhor, a retirada do preço do financiamento ali contido.

A realidade do mercado brasileiro está demonstrando que as lojas ou as prestadoras de serviços não fazem nenhum “desconto”, simplesmente afirmam – como se fosse algo vantajoso ao consumidor ou mesmo fosse uma “promoção” - que o preço à vista pode ser pago em até 3, 4 ou 10 vezes. Ora, o preço do financiamento e até da taxa de administração deste financiamento estão, por exemplo, ambos contidos no preço supostamente à vista que poderá ser pago em até 3, 4 ou 10 vezes, daí porque o consumidor, na verdade, está comprando a mercadoria ou o serviço e também um financiamento.

Tal situação torna o preço das mercadorias ou dos serviços muito caro aos consumidores, especialmente para aquela faixa da população que compra os bens domésticos básicos e úteis como uma geladeira, um fogão, aparelho de som, etc. Esse setor da população se submete, sem pestanejar, a tal situação, justamente porque estão em nível vertical de negociação, seja porque não possuem uma cultura de negociação, ou porque precisam de bens básicos e úteis e naquele momento estão encontrando a chance de realizar esse sonho. O pior é que, no final, as contas indicam que os consumidores, por exemplo, compraram uma geladeira e meia ou às vezes até duas geladeiras.

O Código de Defesa do Consumidor aparece como um instrumento de equilíbrio da relação, buscando igualar pessoas tão sócio-economicamente desiguais. Ademais, não por outro motivo que consta na Lei nº 8.884/94, de Defesa da Concorrência, dentre várias caracterizações de infração à ordem econômica, o aumento sem justa causa dos preços de bens e serviços e também a famigerada “venda casada”, isto é, quando o vendedor impõe a compra de um segundo produto como condição para fornecer o produto desejado pelo comprador. É necessário perceber aqui a sutileza da “imposição do financiamento” como “condição para fornecer a mercadoria”. Sem tal sensibilidade, efetivamente o direito de defesa do consumidor e da concorrência passariam a ser meras declarações formais.

Em síntese: Ao comprar o bem ou serviço desejado, o consumidor assume o pagamento de juros a uma taxa em geral desconhecida, e sobre a qual não lhe é dada oportunidade de refletir. Tal

procedimento tem a mesma natureza das práticas abusivas de que trata o art. 39 da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), devendo, portanto, ser expressamente incluído entre elas. Para esse fim, o art. 1º do presente projeto de lei acrescenta ao *caput* do art. 39 da Lei nº 8.078, de 1990, os incisos XIV e XV, incluindo, respectivamente, no rol das práticas abusivas, os seguintes procedimentos comerciais:

a) oferecer à venda ou vender produtos ou serviços mediante a sistemática de pagamento a prazo pelo preço à vista;

b) recusar a concessão de desconto sobre os juros incorporados às parcelas de pagamento a prazo na hipótese de que o consumidor se disponha a antecipar uma ou mais dessas parcelas.

Na mesma linha de idéias, o art. 2º do projeto de lei acrescenta os arts. 66-A e 66-B à Lei nº 8.078, de 1990, para incluir entre as infrações penais os procedimentos previstos nas alíneas *a* e *b* acima.

O art. 3º do projeto de lei, por outro lado, inclui entre as informações que devem estar asseguradas na oferta e apresentação de produtos ou serviços, segundo o disposto no art. 31 da Lei 8.078, de 1990, a taxa e o valor dos juros incidentes na hipótese de pagamento a prazo.

O mesmo artigo do projeto de lei altera, também, a redação do art. 66 da Lei nº 8.078, de 1990, para caracterizar como infração penal a afirmação falsa ou enganosa ou a omissão de informação relevante quanto à taxa e ao valor dos juros incidentes na hipótese de pagamento a prazo.

O art. 4º do projeto de lei, por fim, amplia o conteúdo das informações referentes a preços dos produtos ou serviços oferecidos ao consumidor pelos estabelecimentos comerciais, de que trata a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, exigindo que o vendedor preste ao consumidor informações, também, quanto à taxa e ao valor dos juros incidentes quando se tratar de venda mediante pagamento a prazo.

Sala das Sessões,


Senador ANTONIO CARLOS VALADARES
PSB/SE

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, pela Liderança do PFL.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero pedir a transcrição do editorial sobre a CPI, muito bem lançado pelo jornal **A Tarde**, de Salvador. O título do editorial é “Ataque à Hidra”, e foi muito bem-feito, por isso merece ser transcrito. Trata-se do jornal mais forte do Nordeste. Estou à vontade porque talvez eles não tenham muita simpatia por mim. De modo que, ao pedir a transcrição, o faço com muito contentamento porque esse editorial representa o pensamento dos brasileiros sobre a CPI.

Entretanto, Sr. Presidente, estou um pouco – não diria decepcionado porque assim seria se fosse inesperado – triste, e V. Ex^a ficará mais triste do que eu. Avalie que a **Agência Estado** publica: “Corrupção é o maior motivo de vergonha do País, diz pesquisa”. Aqui se passou a ter o hábito de se transcreverem notícias dos jornais, daí por que pedi a transcrição do editorial e também quero transcrever esta manchete: “Corrupção é o maior motivo de vergonha do País”.

De quem é a corrupção? É de quem está no governo! Quais são os corruptos? Os que estão no governo! Começa a me preocupar, como cidadão, a pesquisa da Sensus, realizada entre 24 e 27 de maio. Depois vou mostrar a V. Ex^a, pois não quero que fique triste na Presidência. V. Ex^a é sempre um homem alegre, afável e, como tal, não merece que eu diga as coisas tão claras como elas são aqui. A situação do seu Partido e do seu Governo está piorando muito.

Não digo isso satisfeito, porque todo brasileiro quer, evidentemente, que seu País cresça, mas a situação começa a ficar mais grave. Nessa pesquisa, não há um índice sequer de que o Governo tenha melhorado – nem o Governo nem, o que é pior, o Presidente. Alguém poderia perguntar se caiu 10 pontos. Não, mas o índice vem caindo sistematicamente três pontos, quatro pontos. Hoje, o negativo já ultrapassou o positivo. A situação é muito grave.

Quando acontece isso em relação a seu Governo, Sr. Presidente, todos temos que ficar apreensivos, porque temos feito tudo para que ele melhore, mas, evidentemente, as coisas estão piorando.

Sei o quanto V. Ex^{as} sofrem na reunião de Bancada, com os mais exaltados querendo defender o Presidente, mas soube hoje que a Bancada resolveu tomar coragem e ir ao Presidente dizer que Sua Excelência tem que mudar. Bem-feito! Ainda bem que isso aconteceu! Ninguém esperava mais: a cada dia caía um, caía

outro. A situação começa a ficar tão grave que amanhã – não duvide V. Ex^a – poderá haver uma homenagem do seu Partido ao Senador Eduardo Suplicy. Estou realmente achando muito grave a situação.

Agora mesmo eu estava ouvindo na televisão – tenho todo respeito pelo Dr. Biscaia, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados – que o Dr. Biscaia assinou o requerimento da CPI e, posteriormente, de madrugada, retirou a assinatura. S. Ex^a foi daqueles que, infelizmente, aceitaram a pressão, sobretudo porque se trata de um homem de valor que teve uma atuação no Rio de Janeiro muito importante. O Deputado retirou a assinatura, até aí muitos retiraram. Mas como podemos ouvir do Dr. Biscaia que a CPI é inconstitucional? S. Ex^a a assinou! Evidentemente, Sr. Presidente, é uma coisa ruim para o Congresso Nacional porque...

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Em seguida, Senador.

... esses altos valores em que o temos e que seu Partido o tem, a ponto de entregar-lhe a Presidência da Comissão de Constituição e Justiça ... O Deputado Biscaia assina corajosamente a CPI e depois corajosamente também retira a assinatura – porque é preciso coragem para assinar e, depois, retirar a assinatura. Mas dizer, depois que assinou e retirou a assinatura, que a CPI é evidentemente inconstitucional! Fiquei estarecido!

Não vão por esse caminho! Formem a CPI! Não vão por esse caminho estreito que não leva a nada e que é, realmente, o que mais desejamos porque vamos ficar tratando desse tema toda a vida. Vamos ficar aqui no mês de julho trabalhando em discursos sobre o Governo. Assim, vamos falar sobre o IRB, a Infraero, a Petrobras. Ninguém ficará parado no mês de julho.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu também gostaria que V. Ex^a me concedesse um aparte, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Primeiro, concederei um aparte ao Senador Alvaro Dias, depois ao Senador José Jorge e, por último, ao meu querido amigo Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A Mesa pede aos apartes atenção ao tempo. O Senador Antonio Carlos Magalhães dispõe de cinco minutos, mas, pela relevância do debate, V. Ex^{as} poderão apartear-lo com objetividade.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Serei objetivo, Sr. Presidente. Senador Antonio Carlos Magalhães, quero apenas trazer a opinião da população, porque, neste

debate, é preciso saber o que a população quer. Essa CPMI não é nossa, mas da população. E o que diz a pesquisa sobre a CPMI dos Correios? Oitenta e seis por cento da população é a favor. Sobre a corrupção no Governo Lula: “aumentou muito”, 11%; “aumentou pouco”, 14%; “ficou como sempre esteve”, 51%. Somando-se, são quase 70%. Portanto, creio que temos o dever de oferecer resposta a essas exigências da sociedade.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a tem toda a razão. Tenho esses números em mão, mas não os li para não constranger o Presidente desta sessão, Senador Tião Viana, por quem tenho realmente grande amizade e respeito. Estou com todos esses números aqui, mas não quis constranger o Presidente, que merece todo o apreço não quando diverge do Senador Eduardo Suplicy, mas quando está presidindo é sempre um diplomata e, mais do que isso, um homem excessivamente educado e amigo.

Ouçó o aparte do Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Antonio Carlos Magalhães, para tirar uma assinatura depois de colocada é preciso muito mais coragem do que para colocá-la. Essas pessoas que estão tirando a assinatura de requerimentos que assinaram de livre e espontânea vontade, dois ou três dias depois, terão que se explicar à opinião pública depois. E isso é algo muito difícil de se explicar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Veja V. Ex^a: assinar, retirar e considerar inconstitucional, sendo Presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Confesso que me estremeceu essa posição do Dr. Biscaia, a quem respeito e por quem tenho admiração pelo seu valor e, sobretudo, pela sua atuação no passado. Mas, evidentemente, às vezes, as pessoas erram. Vamos perdoar o erro do Dr. Biscaia.

Ouçó o aparte do Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Antonio Carlos Magalhães, em um exame pormenorizado da ementa e justificativa do requerimento de instalação da CPMI, acredito que juristas como o Senador Jefferson Péres poderão constatar que, de fato, há, ali, como que uma tal diversidade, possibilitando algo que deixaria o foco daquilo que poderemos entender como um fato determinado. A própria ementa, quando diz que é para examinar as causas e conseqüências daquilo que ocorreu nos Correios, bem como a justificativa, que trata de tantos assuntos, ambas fazem com que aquele fato determinado não seja tão bem delimitado. Assim, gostaria de propor à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania que lá se dê uma melhor definição ao fato determinado a ser apurado e que, assim, haja um entendimento entre a Base de apoio ao Governo e a Oposição sobre os termos do que

seria um requerimento muito bem definido. Havendo o entendimento – e ainda que isso venha a requerer novas assinaturas daqueles que...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a conhece os seus companheiros. Por isso, se antecipou.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Pois não; mas pode, perfeitamente, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania propor que, diante desse dilema, desse impasse, se faça um entendimento para que essa CPMI seja instalada e funcione com a devida serenidade, imparcialidade, que parece ser o desejo expresso aqui pelos Líderes do PFL e PSDB. É a sugestão que formulo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Creio até que se poderia chegar à conclusão, na própria Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, de que o fato determinado era aquele e pronto, não se levando em conta outros. Até aí poderíamos ir.

De qualquer forma, outras CPIs, Senador, infelizmente, nós vamos ter que assinar, visto que as coisas estão realmente correndo de uma maneira, do ponto de vista da corrupção no País, que será impossível o Parlamento ficar parado, assistindo ao caso do IRB, da Infraero, da Petrobras, enfim a uma série de órgãos do Governo, levando a esse título que V. Ex^a não viu, mas que é manchete: “Corrupção é o maior motivo de vergonha do País, diz pesquisa”.

Quem tem dúvida de que a corrupção é realmente a coisa mais triste que o povo brasileiro está sofrendo? E é a corrupção que está fazendo o Governo cair a cada momento, como mostra essa pesquisa que eu não quis ler em sua totalidade.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas o Senador Alvaro Dias apresentou alguns números que demonstram realmente uma queda do Governo, a ponto de ficar quase que politicamente insustentável.

Ninguém quer golpe! Essa história de golpe é conversa de quem quer... O nosso golpe é nas urnas, votando, elegendo novos dirigentes para o País, como sei que quer o Senador José Agripino, a quem concedo um aparte.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a aborda com muita propriedade a preocupação com a corrupção. Estava ouvindo o pronunciamento de V. Ex^a com relação à opinião do Presidente da CCJ da Câmara, que incrivelmente manifestou-se – e ele é árbitro – pela inconstitucionalidade. Senador Antonio Carlos Magalhães, vamos tranquilizar o País. Se quiserem, os do Governo, inviabilizar a CPI

dos Correios, tenho certeza absoluta de que o Supremo Tribunal Federal vai decidir favorável à ADIn que nós impetramos, arguindo a obrigação do Presidente do Senado a, na omissão dos Líderes em indicarem os membros, ter de fazê-lo na Câmara e no Congresso, para que a comissão possa se instalar. Se quiserem inviabilizar a CPI dos Correios, tomaremos a providência – e tenho certeza de que o Supremo vai se manifestar ao nosso lado –, tomaremos a iniciativa de fazer, no, Senado, uma CPI bem mais ampla, bem mais completa, que consulte mais ainda o interesse da opinião pública em varrer a corrupção do serviço público brasileiro.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – E podemos fazer funcionar também a CPI dos Bingos, porque essa já está aí, só falta o quê? Assinar, porque o Presidente José Sarney teve uma interpre-

tação, que não é a nossa, de que a Mesa não podia indicar quando os Partidos não indicassem. Sendo assim, jamais haveria CPI.

Portanto, haverá a CPI dos Bingos e outras CPIs. Esse é o nosso dever. E temos esse dever com o povo brasileiro. E não vamos faltar, Sr. Presidente. Vamos cumprir o nosso dever até o fim, custe o que custar, soframos as ameaças que nos quiserem fazer, as retaliação que venham, mas vamos sair de cabeça erguida, mostrando que o Senado da República não se rebaixa diante do poder e do autoritarismo do Presidente da República.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno

2. 1. SAUVADOR, SÁBADO, 28/5/2005

OPINIÃO
opinioao@atarde.com.br

EDITORIAL

Ataque à hidra

O governo nadou contra a correnteza, a contrapelo da lógica, e desfaleceu na praia, antes de atingir a faixa de arca. Um esforço inglório, que o deixa em situação de constrangimento: a crise, que poderia ficar na periferia, desenvolve-se agora dentro do governo, transportada que foi para ali pelo próprio governo.

A CPI dos Correios vingou, no último minuto, apesar de todo o fisiologismo utilizado, incluindo a liberação de verbas para atender a emendas de congressistas ao Orçamento da União. Cofres abertos, as despesas pingaram grosso. Logo as despesas, sobre as quais a equipe econômica fechava questão. Por mais que se procure entender o governo, as estranhezas avultam. É que o vencido, em vez de ensarilhar armas, volta a apontá-las e arquitetar novas estratégias de ataque. Não se dá por vencido conforme seria lícito esperar-se. Falta-lhe a altivez dos vencidos, aquela altivez prezada pelos antigos e íntegros magistrados romanos.

Até parece que o governo tem culpa. Que a CPI não pretenda apurar fraudes apenas na administração dos Correios, mas estendê-las aos altos escalões governistas. Ora, um governo legítimo, democrático, pautado na austeridade, alicerçado no apoio popular, como é o governo Lula, não po-

de fazer de simples amizades e alianças políticas motivos para abafar escândalos, nem temer que águas revoltas de uma CPI possam minar-lhe eventualmente os alicerces.

Vê-se, no entanto, o contrário: o governo reafirma o ânimo belicoso e se desgasta na composição de estratégias alternativas. Uma delas, talvez à custa do erário, consiste em esvaziar o quorum das sessões da CPI. Congressistas aliados seriam instados a não comparecer – e qual a forma mais doce de induzi-los à ausência? Pelo toma-lá-dá-cá fisiológico que já vitou praga da vida pública e chegou a cunhar a expressão: “É dando que se recebe”.

Se este plano de combate falhar, viriam providências para que o trabalho dos grupos de inquérito parlamentar não crie desdobramentos. Pois a corrupção é uma água-podre, subterrânea, que vai corroendo até assomar em superfícies estáveis. Se o Planalto assim pensa, neste caso a corrupção é uma hidra de muitas cabeças – e o governo acaba de injetar-lhe ânimo, na medida em que impede a sua localização exata e o alcance do seu hálito envenenado.

Não há melhor estratégia do que atacar a hidra de frente. Não é preciso ser Hércules: bastaria acatar a CPI dos Correios, seguir-lhe o curso, devassar-lhe as entranhas. E depois, cortar-lhe todas as cabeças, de uma vez.

Corrupção é maior motivo de vergonha do País, diz pesquisa

Brasília – A corrupção é, para os brasileiros, o principal motivo de vergonha do Brasil, segundo a pesquisa CNT/Sensus divulgada hoje.

A pesquisa mostrou que o número de entrevistados que tem orgulho de ser brasileiro subiu de 91,8%, em agosto do ano passado, para 92,5%, em maio deste ano, enquanto os que não se orgulham da nacionalidade diminuíram de 7% para 6,4%. Os principais motivos de orgulho foram a ausência de guerras (25,5%), a solidariedade do brasileiro (23,4%) e as riquezas naturais (17,9%). Características exaltadas no passado tiveram pouca citação, como futebol e esportes (6,2%), praias e belezas naturais (5,3%) e música e cultura (4,2%).

Já a corrupção é o principal destaque entre os motivos para não se ter orgulho do Brasil, com 27,1% das citações, ficando acima da violência (23,4%). A posição desses dois fatores se inverteu desde agosto de 2004, quando a violência era o maior motivo de vergonha, com 27,3%, contra 22,7% da corrupção. O item pobreza e miséria permaneceu no terceiro lugar, com 15,1% das citações.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Luiz Otávio. S. Ex^a dispõe de dez minutos.

Antes, porém, concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de pedir a palavra como Líder da Minoria, logo após a fala do Senador Luiz Otávio.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a está inscrito, tendo antes os Senadores Ney Suassuna, Magno Malta, Alvaro Dias e João Capiberibe. V. Ex^a terá prioridade como Líder efetivo.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela ordem.) – Eu queria, Sr. Presidente, em nome da Banca do Espírito Santo, Senadores João Batista Motta e Magno Malta, registrar a presença em nosso plenário dos alunos do curso de Direito da Faculdade Univix, do Estado do Espírito Santo, que aqui estão.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pois não, Excelência.

A Mesa informa ainda ao Senador Antonio Carlos Magalhães que S. Ex^a será atendido na forma do Regimento, no que diz respeito ao editorial do jornal **A Tarde**, da Bahia.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente quero cumprimentar também os universitários do Curso de Direito da Faculdade Univix, do Espírito Santo, lembrada aqui pelos Senadores Magno Malta e Gerson Camata. Ainda mais, cumprimento-os também pela

indicação de um membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo para compor o Conselho Nacional de Justiça.

O Dr. Saint'Clair Luiz do Nascimento Júnior, representante do Estado do Espírito Santo, foi eleito entre os indicados dos 27 Estados e o Distrito Federal para compor, ao lado de mais dois membros do Ministério Público dos Estados, o Conselho Nacional de Justiça. Os outros indicados foram dos Estados de Goiás e de Alagoas, completando a lista de três indicados para comporem, em nome do Ministério Público Estadual, o Conselho Nacional de Justiça. Eles foram aprovados após arguição na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, presidida pelo eminente Senador do PFL da Bahia, Líder inconteste do Brasil, Antonio Carlos Magalhães. Esses nomes vêm, agora, para serem votados, nesta tarde, pelo Plenário do Senado Federal.

Senadora Heloisa Helena, estou me referindo aos três nomes indicados pelo Ministério Público dos Estados e aprovados na CCJ para comporem o Conselho Nacional de Justiça, que serão votados logo mais pelo Plenário do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago, hoje à tarde, ao Plenário do Senado Federal a grande discussão sobre um problema da maior importância para o País. Refiro-me às PPPs – Parcerias Público-Privadas, já aprovadas pelo Congresso Nacional, por meio de lei, que foi motivo de grande debate nesta Casa e na Câmara Federal.

O Senador Tasso Jereissati, que acaba de chegar ao plenário, foi um dos relatores dessa importante matéria, muito discutida nas duas Casas e no Congresso Nacional. Hoje, essa lei prevalece nos investimentos públicos, nos investimentos privados, em uma parceria que vai definir os grandes projetos brasileiros.

Entre esses projetos, temos a pavimentação da Santarém-Cuiabá – Santarém no meu Estado, no Pará. Com certeza, essa pavimentação será um novo eixo de desenvolvimento, principalmente de escoamento da produção agrícola do Centro-Oeste brasileiro. Ela vai viabilizar, por meio do Porto de Santarém, do Porto da Vila do Conde, lá no Estado do Pará, a exportação de soja. Vamos competir com o mercado internacional dentro dos Estados Unidos. Teremos uma soja US\$50 mais barata do que a produzida nos Estados Unidos.

O tema Parceria Público-Privada foi debatido, na semana passada, em uma audiência pública no auditório do Ministério dos Transportes, dirigida pelo Ministro Alfredo Nascimento. Foram equacionadas todas as pendências, os obstáculos, as dificuldades com relação ao projeto.

Essa obra vai viabilizar, hoje, um porto de grãos, que já está pronto, da Cargill, no Norte, no Estado do Pará. Ela demanda a pavimentação de um trecho entre Mato Grosso e a foz do rio Tapajós, em Santarém. São cerca de mil quilômetros de rodovia, cujas base e sub-base já estão praticamente preparadas, haja vista o tempo que essa rodovia existe. Com certeza, isso vai dar condições para aumentarmos as nossas exportações e para viabilizarmos a nossa balança comercial, hoje ainda muito procurada, porque esse é um item importante na nossa economia e na economia internacional.

Agora mesmo, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva retornou da viagem que fez à Coreia e ao Japão. Tanto os coreanos como os japoneses deixaram claro a necessidade de se investir mais em infra-estrutura, principalmente no que se refere ao Centro-Oeste brasileiro até o Norte – e principalmente atender a Amazônia.

É importante a oportunidade para encurtarmos essa distância entre o nosso mercado e o mercado americano, o próprio mercado europeu e o mercado asiático, tendo em vista que hoje os portos utilizados são os de Paranaguá e de Santos, que têm cerca de quase três mil milhas de distância a mais do que os portos da nossa região.

Para o futuro, há um outro projeto de Parceria Público-Privada, que será a hidrovía Araguaia-Tocantins, que vai racionalizar, equacionar esse modal de transportes hidroviário e rodoviário; a interligação desses modais com o modal ferroviário. Com certeza, essa interligação, essa economia, essa praticidade, essa logística vai ser muito importante para as exportações brasileiras.

Hoje, não só o Estado do Pará, mas todos os Estados da Amazônia, principalmente os Estados que produzem no Centro-Oeste – com essas novas fronteiras agrícolas que existem em todos esses Estados que compõem essas regiões produtivas –, precisam, cada vez mais, investir em infra-estrutura.

Sentimos muito a necessidade de investir em infra-estrutura na Região Amazônica, porque somos solução, e não problema. Existe a capacidade do homem amazônida, os recursos naturais, as nossas potencialidades, não só de produção mineral, como é o caso do Pará, um dos maiores produtores de minério de ferro do mundo – agora também de cobre, de alumínio, de níquel. Há grandes projetos instalados na Região Amazônica, em especial no Estado do Pará, como é o caso da Companhia Vale do Rio Doce, uma empresa que já foi estatal e que hoje é privada e tem capacidade de geração de riquezas para o Brasil.

Com certeza, empresas como a Vale têm grande interesse nas Parcerias Público-Privadas, assim como os Governos dos Estados, como o do Pará, do próprio Estado do Mato Grosso, que faz fronteira conosco – essa fronteira agrícola tão disputada. Inclusive temos um sério problema de limites, discutido até em nível do Poder Judiciário, tendo em vista que o Estado de Mato Grosso reivindica parte do território do Estado do Pará. Já foi confirmada pelo IBGE a capacidade e a realidade, a legalidade do Pará com relação aos seus limites fronteiriços com o Estado de Mato Grosso.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero também dizer que, com certeza, existem dificuldades ainda. Hoje mesmo, os jornais **O Valor** e **Gazeta Mercantil** mostram que, em outras áreas, em outros segmentos, há dificuldade ainda de projetos de Parceria Público-Privadas. A explicação dada pelos técnicos, pelos economistas é a de que é preciso que haja mais garantias dos investimentos. O que quer dizer essa garantia? Ao longo dos contratos, não haverá alterações nas regras, nas normas e nas formas de ressarcimento dos recursos investidos; que haja a garantia de que os investimentos serão feitos pela Parceria Público-Privada.

Ainda há dificuldades em outros segmentos, o que não é o caso da nossa rodovia, da Cuiabá–Santarém ou da Santarém–Cuiabá. Ao contrário, o estudo de viabilidade econômica prova claramente – e o Ministro Alfredo Nascimento foi muito objetivo na sua explanação e até nos surpreendeu – que os investimentos necessários para esse trecho de rodovia no Brasil são viáveis, independentemente do tempo da construção da rodovia e de haver necessidade de a tarifa ser remunerada de acordo com o seu investimento.

Pelo fluxo de tráfego já existente hoje e pela necessidade de encurtarmos distâncias – como, por exemplo, entre o pólo industrial de Manaus, a Zona Franca de Manaus, que utiliza, hoje, por meio de Porto Velho ou de Belém, o trecho rodoviário e o trecho fluvial –, passando por Santarém, que é um porto médio entre Porto Velho e Belém, haverá, com certeza, racionalidade e tempo de viagem a custo de questão de questão de logística não só nos portos, mas nos trechos rodoviários Cuiabá–Porto Velho ou Belém–Brasília.

Com certeza, Santarém–Cuiabá é uma realidade. Estive lá há duas semanas – ou três, no máximo – em companhia do Governador Simão Jatene, para assinar não só a viabilidade, mas principalmente a liberação dos recursos para que nós, de Alter do Chão, em Santarém, pudéssemos – e poderemos no futuro, com certeza – usufruir dessa obra. Hoje, já há um centro turístico. São mais de 90 navios de turistas que passam por lá todos os anos.

Com esse investimento do Governo do Estado, por meio do Paraurb, um financiamento feito para a urbanização da via portuária dessa localidade, a obra desejada, pela população e pelos próprios turistas, há muito tempo não será mais um sonho.

Lá contamos inclusive com a presença da Prefeita do Partido dos Trabalhadores de Santarém, Maria do Carmo, demonstrando o alto nível de relacionamento em investir, tendo em vista as necessidades da população, independentemente de sigla partidária e de políticas menores. Temos tido, realmente, junto com o Governador, esse bom relacionamento no Estado do Pará.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador?

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Pois não, Senador Heráclito Fortes, digno Presidente da Comissão de Infra-Estrutura.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me um aparte, Senador Luiz Otávio?

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Pois não, Senador Heráclito Fortes, digno Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Ouvindo atentamente o pronunciamento de V. Ex^a, faço este aparte a fim de lhe chamar a atenção para um fato: o Governo do PT, no ano passado, fez um acordo com o FMI, o Fundo Monetário Internacional, o qual combateu ao longo de toda a sua vida como opositor. Por esse acordo, serão aplicados neste ano 2,9 bilhões, dos quais 70% a 80% serão destinados a rodovias e a operações “tapa-buracos”, a famosa recuperação de estradas. Por intermédio da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, consultei vários Governadores para saber se tinham sido ouvidos com relação ao plano viário dos seus respectivos Estados. Já recebi resposta de 16 ou de 17 deles – ninguém foi consultado. A minha sugestão, Senador Luiz Otávio, é que reunamos a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e a de Assuntos Econômicos e que convoquemos o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e quem mais estiver envolvido nesse acordo com o FMI, para que expliquem à Nação quais foram os critérios adotados. V. Ex^a, em seu pronunciamento, citou algumas estradas vitais para o Estado do Pará que não estão incluídas nesse plano. Como este ano está perdido, tentemos salvar pelo menos o ano que vem! Deveríamos juntar as duas Comissões e chamar as pessoas envolvidas, para explicarem, de uma vez por todas, que critério, maneira e metodologia foram escolhidos, que participação no processo teve o FMI e, enfim, como esses 2,9 bilhões foram distribuídos pelo Brasil sem que,

aparentemente, um critério lógico tivesse prevalecido. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Senador Heráclito Fortes, do PFL do Piauí, aceito a proposta de V. Ex^a.

A partir da próxima terça-feira, em audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos, ouviremos o Presidente do Banco Central chileno a respeito da autonomia do Banco Central. Logo após, se V. Ex^a apresentar o requerimento, eu o subscreverei. Com certeza, ele será aprovado, e marcaremos uma audiência pública com o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, a fim de que possamos discutir a matéria.

(Interrupção do som.)

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, nosso encontro na cidade de Santarém e, posteriormente, em Marabá, onde assinamos o Projeto de Zoneamento Ecológico-Econômico para o Estado do Pará, foi uma grande oportunidade de resposta, assim como o foi, no domingo, a publicação no jornal **O Liberal** do resultado de pesquisa do Ibope mostrando que o Governador Simão Jatene detém 85% de aceitação do povo paraense. Isso demonstra a capacidade de trabalho e de articulação, no Estado do Pará, dessa ampla coligação da União pelo Pará.

Concedo um aparte, para encerrar, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a faz um importante discurso. É bom que saliente o prestígio do Governador Simão Jatene, seu amigo e, realmente, bom administrador. É uma pena que esses administradores competentes não recebam a ajuda que deveriam do Governo Federal.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, agradeço a atenção de V. Ex^a e encerro meu pronunciamento, nele inserindo os apartes dos Senadores Heráclito Fortes e Antonio Carlos Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra por cinco minutos, como Líder do PL, ao Senador Magno Malta e, a seguir, ao Senador Ney Suassuna.

Depois, iniciaremos as breves comunicações, intercaladas com as palavras de Líderes.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pela Liderança do PL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de ter cumprimentado a juventude bonita do Estado do Espírito Santo, os estudantes do curso de Direito da Univix que visitam Brasília e que estiveram, há poucos instantes, nas galerias do Senado Federal.

A galopante e assustadora violência que toma conta da sociedade do Espírito Santo e do Brasil traz-

me a esta tribuna. Quero revelar a minha preocupação e a de parte significativa da opinião pública, que sofre a cada dia com o avanço avassalador das drogas, do uso e do abuso.

Nos últimos 15 dias, vivemos momentos extremamente nefastos no Espírito Santo: “Peritos Criminais da PF alertam para o riscos do uso de *ecstasy*”; “Apreensão na classe média”. Essas são manchetes dos jornais **A Tribuna** e **A Gazeta**, do meu Estado.

Há 15 dias, uma estudante de 18 anos, filha de um Promotor respeitado e meu amigo, Dr. Emmanoel Gagno, Presidente da Associação do Ministério Público, foi apanhada com *ecstasy* na universidade. Sua foto, juntamente com a filha presa, uma jovem aparentemente bem criada, foi estampada nas páginas dos jornais. Impressionaram-me a entrevista e as declarações daquele pai, por quem tenho muita amizade, carinho e respeito, que disse: “Sou pai, tenho senso de justiça. Ela vai ter de pagar. Mas, mais do que isso, eu, como pai, tenho de refletir, juntamente com minha esposa e família, sobre onde erramos”.

São manchetes de jornais: “Cabo da PM é preso com drogas e armas”; “Jovens no hospital após uso de droga em boate – Médicos revelam que adolescentes misturam remédios, cocaína e álcool nas ‘baladas’”; “Exames são propostos no sentido de identificar drogados em escolas”; “Garoto de 13 anos, drogado, faz assalto”; “Laboratório de cocaína em apartamento de luxo”; “Flagrante de entrega em areia da praia”; “Droga preparada na cozinha”.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Concedo um aparte ao Senador Gerson Camata.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Estou, tanto quanto V. Ex^a, aparvalhado. Durante os últimos dias, li essas manchetes que V. Ex^a menciona, e deixou-me mais espantado a notícia, que certamente V. Ex^a há de ler, de que traficantes estão matriculando alunos nas faculdades e nos colégios para lá venderem droga. Eles pagam a mensalidade de alunos pobres e os introduzem na faculdade, a fim de que ali pratiquem o tráfico. Isso foi comprovado pela Polícia do Espírito Santo e deixou-me, realmente, um pouco preocupado com o futuro até do País.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Todas essas manchetes estão aqui.

Na sua entrevista, o Dr. Emmanoel Gagno disse que a filha de 18 anos deve pagar. Propus-me, por telefone, a ajudá-lo na recuperação de sua filha, o que é a nossa grande batalha, nossa luta.

“Multa para pais baderneiros”, são palavras do Dr. Paulo Luppi, Juiz da Vara de Infância. “O Juiz Paulo

Luppi quer punir pais que não conseguem disciplinar seus filhos e já recebeu denúncia contra 40 adolescentes. Pai que cria filho não pode passar a mão na cabeça. Sou um professor rígido”.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Deixe-me ler rapidamente, Sr. Presidente: “Estudante presa com ecstasy”; “Pai diz que quer verdade”. Aqui está a estudante. Eu disse ao Dr. Emanuel que pegasse esse limão e fizesse dele uma limonada; que, de fato, recuperasse a sua filha – “Mais de quatrocentos assassinatos” – e se envolvesse numa grande luta neste País, fazendo coro com aqueles que trabalham prevenção pela via da família.

“Polícia alerta para a droga do medo”; “Tráfico feito por universitários”. O Senador Gerson Camata dizia há pouco o que está ocorrendo no nosso Estado: traficantes estão matriculando jovens nas escolas e nos cursinhos. E são jovens de classe média! Quebra-se esta lógica maligna e maléfica de que o filho do pobre, do desempregado, do pedreiro, da viúva pobre, da lavadeira é que, de fato, produz a miséria na sociedade. Mas agora a droga invadiu os condomínios, os apartamentos de luxo. São nas escolas particulares, de igual modo nas escolas públicas, que se faz o tráfico.

“Tráfico leva medo para condomínios”; “Uso do crack nos condomínios”; “Crack chega a bairros nobres”; “Ameaça a pastor e a professor” – a carta está aqui; “Os bandidos é quem mandam no bairro”; “Traficantes seduzem garotas para o tráfico”, e aqui vem a matéria inteira; “Droga vendida a universitários”; “O ecstasy virou uma moda”.

A Polícia Federal tem dados que o meu Estado, o Espírito Santo, tornou-se rota de tráfico internacional para as drogas químicas, de maneira muito especial o ecstasy.

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Só um minuto, Sr. Presidente.

“Família bem presente pode prevenir uso de drogas”. Já encerro. “Major diz que escola não pune”.

O nosso Estado é o quarto em consumo de drogas.

Meu tempo é muito curto. Quero voltar à tribuna todos os dias para falar sobre essa matéria.

“Baderna e crime nas escolas”.

Concluo minha fala, lendo aqui que Gilberto Gil, Ministro da Cultura, por quem tenho muito respeito e amizade, defende, em São Paulo, a legalização das drogas.

Atentem bem, senhores pais de família que estão assistindo à TV Senado: o Governo vivendo uma turbulência dessa, e um Ministro do Governo vai à mídia defender a legalização das drogas. Senador Ney Suassuna, drogas que são o maior flagelo da Nação brasileira hoje! A causa dessa violência são as drogas, e o adubo disso é a impunidade.

Há aqueles que defendem que ao traficante, tudo; ao usuário, nada.

Há essa sensação de impunidade, Senador Antonio Carlos Magalhães, na juventude. Sabem eles que há uma corrente tentando, com esse projeto de lei, com essa nova lei de drogas – e a Senad, infelizmente, Senadora Heloísa Helena, faz coro com isto –, que o usuário, que é quem mantém vivo o traficante, esse não deve sofrer qualquer tipo de punição para não ferir os direitos individuais da pessoa.

Vejam só: famílias que sofrem, Senador Tião Viana, mães que estão chorando, pessoas que estão me assistindo – falo isso porque conheço os dois lados do balcão. Há 25 anos da minha vida eu invisto em vidas tirando drogados das ruas e colocando-os em minha casa; conheço o outro lado do balcão porque presidi a maior CPI deste País, a do Narcotráfico. Sei exatamente o que significa o tráfico: o tráfico, o uso, que é o que mantém o tráfico, que é o que mantém a violência. É o uso de drogas no Brasil que mantém viva essa violência advinda desse vício.

Eu gostaria de pedir às pessoas que estão me ouvindo e que têm *e-mail*, que enviem um *e-mail* ao Ministro da Cultura: mães que têm filhos drogados, ou cujos filhos já estão no cemitério, nas cadeias, ou em casas de recuperação, filhos que começaram com um simples baseado, baseado que o Ministro diz ter fumado até os 50 anos de idade. Que S. Ex^a explique melhor a sua posição em relação...

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Senador Magno Malta, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Magno Malta, ainda há um pedido de aparte e o tempo de V. Ex^a já se esgotou. Acredito que V. Ex^a queira conceder um aparte ao Senador Jefferson Péres. Portanto, peço a V. Ex^a, encarecidamente, Senador Magno Malta, que conclua o seu discurso.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Creio que V. Ex^a está sendo injusto para com o Ministro. S. Ex^a não faz apologia às drogas. O Ministro apenas entende que a única maneira racional de acabar com essa praga, que é o narcotráfico, é legalizando as drogas. Como V. Ex^a está reconhecendo, nem todo o Exército americano e os US\$ 3 bilhões investidos na Operação Colômbia tiveram êxito. Sabe o que aconteceu? A produção de cocaína na Colômbia é a mesma de antes

da Operação Colômbia. Enquanto houver usuário de droga, haverá narcotraficante. Enquanto houver proibição, haverá narcotraficante. Essa posição do Ministro, S. Ex^a não está defendendo as drogas.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Mas essa é que é a verdade, V. Ex^a acabou de colocar. E essa posição do Ministro, a mim me faz muito mal, porque lido com essa massa humana. Meu negócio não é discurso. Tiro essa gente da rua e ponho dentro da minha casa. Tenho uma instituição lotada de meninos de oito a 70 anos de idade, portanto, sei o que sofre uma mãe, na pele, e sei o que sofrem esses garotos e esses homens maduros que se desgraçaram por causa de teorias e pensamentos como o do Ministro. É verdade que a questão das drogas na Colômbia e esse negócio com os Estados Unidos é só pano de fundo, não é para resolver nada. Nós sabemos disso. É por isso que a situação não melhorou. Agora, passe a mão na cabeça do usuário que o traficante fica feliz! Legalize as drogas no Brasil. Quem vai comercializar? Quem vai comprar as terras do Polígono da Maconha e cultivar a maconha no Polígono e vendê-la livremente no Brasil? Quem são os empresários? Será que serão incluídos na parceria público-privada (PPP), comprando aquele terreno lá? É muita coisa para imaginar! Nós temos que imaginar é a felicidade da família. Droga, hoje, e essa sensação de impunidade são o adubo da violência em que vive a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna, pela Liderança do PMDB, por cinco minutos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ultimamente temos ouvido desta tribuna reclamações, más notícias, catástrofes. Assim sendo, gostaria de trazer um pouco de esperança. Começaria dizendo que uma pessoa, um ser humano que queira ter sucesso precisa conhecer-se a si próprio; precisa saber de suas limitações, de sua capacidade; precisa se preparar para a vida. Não é assim? Um ser humano que queira ter sucesso precisa saber o que quer daqui a três anos, a cinco, a dez anos e se programar para esse sucesso, preparando-se técnica, social, economicamente, e assim por diante. Essa a regra de sucesso na vida.

Como Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sempre perguntava para os meus alunos: Quais são os seus projetos para daqui a três anos? E para daqui a cinco? E para daqui a dez anos? As pessoas têm que saber onde querem chegar; senão, não chegarão; serão brinquedos na mão do destino.

Não é à toa que Sêneca dizia que não há bons ventos para quem não sabe onde quer ir. Imaginem V.

Ex^{as} um cidadão, no centro de uma cidade, cansado, suado, com um pacote na mão, e você lhe faz a seguinte pergunta: “Para onde o senhor quer ir?” “Não sei. Não sei o endereço onde tenho que entregar isto.” É certo que ele não vai entregar o pacote em lugar algum!

Aqui, nos reportamos a uma pessoa. Mas, ao nos referirmos a uma nação, isso não é diferente. Uma nação, um poder nacional, tem que saber quais são os seus óbices, qual é o cenário internacional, qual o cenário interno, quais suas capacitações, suas propensões, seus elementos de vantagem. Um país tem que saber sempre aonde deseja chegar nesse mosaico completo que é, hoje, o mundo globalizado.

Aqui, no Brasil, só vemos, desta tribuna ou de qualquer outro lugar, as pessoas discutirem o passado, os problemas de ontem que estão atingindo hoje. Raramente, ouvimos alguém citar o futuro. No Orçamento, discutíamos planos quinquenais, decenais, mas isso sempre teve a conotação política daquele grupo que dominava o poder. E sempre me exasperei com isso.

Outro dia, Senador Ramez Tebet, li uma notícia que me deixou muito triste: os Estados Unidos programam seu futuro para daqui a 100, 200 anos. E nós, brasileiros? Nada. Nós, brasileiros, ousamos, no plano orçamentário, falar de planos quinquenais e decenais, mas parou por aí. E, hoje, o País inteiro, só discute crise, problemas e não pensa no seu futuro.

E, assim, eu estava deprimido, até que, há duas semanas, fomos ao Núcleo de Estudos Estratégicos, que faz parte da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República. E um pouco dessa minha tristeza, dessa minha depressão mudou quando vi que há, hoje, cientistas políticos, economistas, militares, organizados num núcleo de estudos, pensando o Brasil para daqui a 15, 20, 25 anos, ou seja, vendo o futuro. Fiquei feliz por ver que, acima da política, sem motivação partidária, há gente pensando no futuro do Brasil.

Recomendo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores a visita a esse centro, porque vale a pena. Vale a pena ver a prospecção do passado, o estudo do presente e a programação para o futuro. A metodologia adotada é interessante e os assuntos tratados são sérios. Estudam os cenários nacional e internacional. Pela primeira vez, vejo acontecer, no Brasil, com racionalidade, um estudo apolítico, que se propõe a considerar o futuro desta grande Nação, que está afogada em crises, sem tempo para programar seu futuro.

Era esta a notícia que eu queria trazer: que tem gente pensando e que vale a pena os Senadores, até para saírem dessa depressão em que estamos – crise, crise e crise! –, visitarem esse centro para ver como os pensadores do futuro estão vendo nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge, pela Liderança da Minoria, por cinco minutos.

A seguir, falará o Senador Alvaro Dias.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP.

Pela ordem.) – Sr. Presidente, fiz a inscrição para falar pelo PSB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agora falará o Senador José Jorge. Em seguida, o Senador Alvaro Dias; depois, V. Ex^a, porque são os efetivos.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

– Eu havia pedido antes.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Antes do Senador José Jorge? Não, S. Ex^a pediu antes, e o Senador Alvaro Dias também tem a delegação aqui. V. Ex^a é o terceiro.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Peço a

palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente,

Sr^{as} e Srs. Senadores, quero comunicar à Casa...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador José Jorge, há um pedido pela ordem. V. Ex^a terá que aguardar um minuto, por gentileza.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, pela ordem.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, não há uma determinação no sentido de que falará um líder e um inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Acabamos de entrar na Hora do Expediente. Nesse momento, o critério muda.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela Liderança

da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero comunicar à Casa que hoje, pela manhã, encaminhamos à Mesa, como Líder do Bloco da Minoria, os nomes dos Senadores que irão compor a CPI dos Correios, titulares e suplentes.

Da parte do PFL, são titulares os Senadores: Heráclito Fortes, Demóstenes Torres e César Borges. São suplentes os Senadores: Efraim Moraes, Romeu Tuma e José Jorge. Da parte do PSDB, são titulares os Senadores: Sérgio Guerra e Alvaro Dias. São suplentes os Senadores: Leonel Pavan e Almeida Lima.

Gostaríamos, agora, de passar à próxima etapa. Faça um apelo para que os demais Líderes indiquem seus membros. A maioria já o fez. Esperamos que a Base do Governo, principalmente o PMDB, faça suas

indicações para que possamos, então, iniciar essa CPI que vem sendo solicitada pelo Brasil inteiro. Tive oportunidade de ir ao meu Estado, Pernambuco, no final da semana passado. Diversas vezes fui parado no aeroporto, na cidade, nos restaurantes. As pessoas perguntavam-me quando a CPI vai começar, incentivando aqueles que a assinaram e que são favoráveis à sua instalação.

Sr. Presidente, quero comentar algumas declarações de lideranças do PT no decorrer do fim de semana. Segundo divulgado pela imprensa, o maior temor do Palácio do Planalto em relação à CPI dos Correios é “surgir algo que envolva dois petistas graúdos: o Secretário-Geral do PT, Sílvio Pereira, e o Tesoureiro do Partido, Delúbio Soares”.

Em matérias publicadas neste final de semana, declarações desconstruídas do Presidente do PT, José Genoíno, e de dirigentes partidários, Delúbio Soares e Sílvio Pereira, demonstram que, de fato, há muita coisa a apurar no Governo Lula e que, mais do que nunca, uma CPI é imprescindível.

O Presidente do PT divulgou uma nota dizendo que o seu Partido, Senador Antonio Carlos Magalhães, “nunca decidiu sobre nomeação de cargos públicos”. Essa é a declaração do Deputado José Genoíno. Negou também que o Partido dos Trabalhadores tenha “influenciado negócios ou licitações em empresas estatais com empresas privadas”.

Ficou faltando, Senador Jefferson Péres, acertar o discurso com o Secretário-Geral do PT, Sr. Sílvio Pereira, que declarou ao jornal **Folha de S. Paulo**: “Eu participei com Genoíno e Delúbio de nomeação de cargos para o Governo até o dia 16 de dezembro de 2003”. Como o Governo assumiu no dia 1º de janeiro de 2003, então o Sr. Delúbio Soares, o Sr. José Genoíno e o Sr. Sílvio foram quem nomearam, durante todo o ano de 2003, segundo suas próprias palavras. O ano de 2004, vamos analisar depois. “De lá para cá, eu não participei de mais nenhuma negociação sobre cargos”. É ele quem diz isso, não sou eu.

O Líder do Governo no Congresso, Senador Fernando Bezerra, também negociou uma indicação com o Sílvio Pereira há apenas cinco meses, ou seja, num período muito posterior ao citado dia 16 de dezembro de 2003.

Todos viram a entrevista do Líder Fernando Bezerra na revista **Veja**, em que conta como indicou o Sr. Ezequiel Ferreira de Souza para Diretor dos Correios. Começou pelo Ministro, passou pelo Ministro das Comunicações, depois passou para o Ministro José Dirceu, da Casa Civil, e terminou com o Silvinho. No final, ele foi discutir a nomeação com o Sílvio Pereira. Isso foi há cinco meses.

Portanto, o Sr. Silvinho não falou a verdade. No ano de 2004, ele ainda estava nomeando e discutindo cargos no Governo do PT.

Segundo a revista **Veja** desta semana, o Senador Fernando “Bezerra conta que, há cinco meses, tentou obter uma nomeação de Ezequiel [Ferreira de Souza] com o Sílvio Pereira, o Silvinho, Secretário-Geral do PT, aquele que ‘uma CPI minimamente competente pegaria’... [como disse o Ministro José Dirceu] Silvinho não tem cargo eletivo, formalmente jamais fez parte do Governo, mas, por uma dessas misteriosas conveniências petistas, foi indicado para negociar com Deputados e Senadores da base aliada”.

Portanto, Senador Alvaro Dias, o que me preocupa, neste caso, é que são pessoas – tanto o Sr. Silvinho, quanto o Sr. Delúbio e o Deputado Genoíno – que não fazem parte do Governo, e eram eles quem discutiam nomeações de cargos importantíssimos. Por isso, deu no que deu. São pessoas que não estão com a responsabilidade de governar. Portanto, não têm a responsabilidade de fazer a melhor escolha.

Então, a pergunta que fica no ar: Em quem devemos acreditar? Em Sílvio Pereira ou no Presidente José Genoíno?

O editorial do jornalista Valdo Cruz, do jornal **Folha de S. Paulo** de hoje, foi muito esclarecedor da situação constrangedora em que o Partido do Governo se encontra. Disse ele:

as últimas declarações de Silvinho, como é mais conhecido, tornaram público que ele e Delúbio Soares negociavam cargos no governo Lula. Isto mesmo, negociavam a partilha de postos na administração petista, mesmo não sendo funcionários nomeados pelo Presidente. E combinavam não só os carguinhos do PT – o que já seria estranho – mas também os de outros partidos... é realmente estranho um secretário e um tesoureiro do PT negociarem o toma-lá-dá-cá do governo Lula. É, para não dizer outra coisa, caso explícito de conflito de interesses e de promiscuidade [**sic**].

É preciso uma CPI para investigar a fundo esse escândalo dos Correios. E há muita gente querendo falar, pois, segundo o jornal **O Globo**, de sábado, o “Silvinho” teria declarado: “Não vou mais ficar calado, vou me defender”. Esperamos que ele se defenda, mostrando quem tem culpa no cartório. Uma CPI do Congresso Nacional é o lugar mais propício, para que os Srs. Delúbio e Sílvio Pereira falem toda a verdade que sabem sobre os Correios.

Portanto, Sr. Presidente, fica claro que essa CPI é necessária, para o Governo voltar ao seu rumo, aquele em que confiou a população brasileira.

Encerro meu discurso, solicitando ao Governo que acabe com as medidas protelatórias, tais como a de fazer um requerimento à Comissão de Constituição e Justiça e de não indicar os membros; que faça com que os membros dos Partido do Governo sejam indicados, para que instalemos a CPI. Nós, da Oposição, indicaremos Senadores de alto nível, para que se faça a CPI que o País deseja. Não é uma briga, mas uma investigação séria.

Então, apelo aos Líderes do Governo para que imediatamente indiquem seus membros, a fim de que a CPI, na semana que vem, possa funcionar no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Com a palavra, o nobre Senador Alvaro Dias, pela Liderança do PSDB, por cinco minutos. A seguir, falará o Senador João Capiberibe.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança do PSDB. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assusta-me ver o Governo, por meio de suas Lideranças mais expressivas, inclusive o Presidente da República, comemorando reiteradamente os índices de crescimento econômico do País. Chegam a afirmar que houve um crescimento espetacular no ano passado, quando o País cresceu 5,2%. Trata-se de um crescimento, a meu ver, medíocre, que desautoriza essa comemoração e que coloca o Brasil muito aquém dos demais países.

Repito insistentemente que o Brasil só não cresceu menos que o Paraguai e a Guiana, na América Latina. A comparação com a Argentina nos deixa distanciados de forma negativa. Enquanto a Argentina cresce, num ano, 9% e, no outro, 10%, alcançando 19%, o Brasil cresce 0%, num ano, e 5,2%, no outro, ou seja, apresenta 2,6% de crescimento anual. Não há razões para comemoração.

De outro lado, como comemorar, quando o Governo adota uma política econômica na contramão da proposta desenvolvimentista, de taxas de juros escorchantes, de carga tributária brutal, impiedosa? E não se diga que não houve crescimento da carga tributária no atual Governo. Essa é outra mistificação que constantemente se ouve.

Mas venho, não para desancar o Governo, porque comemora indevida e desonestamente um feito que não realizou, uma conquista que não alcançou. Venho preocupado com os números apresentados pelo IBGE, referentes a esse primeiro trimestre do ano. Nossa economia cresce apenas 0,3% no primeiro trimestre deste ano. Isso sinaliza para a verdade do

relatório do Fundo Monetário Internacional, que prevê que o Brasil terá, entre todos os países do mundo, o pior crescimento econômico no ano de 2005, inferior ao dos países da África.

É evidente que há razões para preocupação, mas, na contramão dessa realidade, o Governo pode comemorar – sim, este feito ele pode comemorar –, pois bate, mais uma vez, o recorde de superávit primário. Enquanto a economia cresce 0,3%, o menor crescimento desde o segundo semestre de 2003, o Governo alcança, no mês de abril, um superávit da ordem de R\$16,335 bilhões, o mais alto registrado desde 1991.

Esse arrocho fiscal, determinado por aquilo que chamamos de FMI doméstico, acumulou um superávit de R\$44 bilhões contra R\$32 bilhões no mesmo período do ano passado. Ou seja, o superávit é equivalente a 7,26% do PIB. Portanto, quase dobrou o índice de superávit primário que exigia o Fundo Monetário Internacional – refiro-me àquele de Washington, porque o nosso fundo, o fundo monetário doméstico, é muito mais rigoroso, impiedoso, eficiente e alcança altos índices.

Por isso, Sr. Presidente, é preciso olhar para o que está pensando o povo do Brasil. Ouvimos muito as Lideranças, a propaganda enganosa, que desenha um quadro que não é o da realidade nacional. Quando buscamos a opinião pública, constatamos a realidade.

A pesquisa, de hoje, da CNT/Sensus revela: sobre a renda mensal nos últimos seis meses, 12% da população considera que aumentou, 54%, que permaneceu igual, e 30,8%, que diminuiu. Relativamente à área social, o desastre é maior: sobre a área da saúde, 20% da população diz que melhorou, 30%, que ficou igual, e 47%, que piorou; sobre a educação, 31% afirma que melhorou; 34%, que ficou igual, e 32%, que piorou. E quanto à pobreza? O Governo constantemente comemora seus programas sociais, fala dos investimentos na área social, alardeia que aumenta o volume de recursos para o social, e a constatação é o oposto dessa pregação. Nos últimos seis meses, no que diz respeito à pobreza, 8% respondem que melhorou, 25%, que ficou igual, e 64%, que piorou. Isso é contundente, Sr. Presidente, Srs. Senadores! Quanto à violência, 3% da população afirma que melhorou, 11%, que ficou igual, e 83%, que piorou.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são números que condenam a gestão do atual Governo; que alertam o Presidente da República para a necessidade de mudança de rumos. Não é um discurso da Oposição; é a conclamação da sociedade brasileira para uma realidade gritante que nos atormenta.

Relativamente à corrupção, já apresentei os dados, em parte, ao Senador Antonio Carlos Magalhães,

mas é bom dizer aos homens que representam o Governo nesta Casa que 86% do povo brasileiro deseja investigação, transparência, esclarecimento e, sobretudo, responsabilização civil e criminal para aqueles que, lamentavelmente, de costas para as aspirações da sociedade, praticam a corrupção de forma escancarada e impune, com a complacência ou com a cumplicidade daqueles que deveriam combatê-la em função da autoridade que assumiram, do poder que representam e da responsabilidade, sobretudo, que assumiram diante do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador João Capiberibe, pela Liderança do PSB, e, a seguir, ao Senador Aloizio Mercadante, pela Liderança do Governo.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como em 29 de maio se comemora o Dia do Geógrafo, submeto à Mesa um requerimento de apresentação de voto de congratulações aos membros da Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB.

Esta Casa não poderia deixar de congratular todos os geógrafos brasileiros nesse seu dia. Esses profissionais nos ajudam a compreender o mundo. A geografia, como afirma o Professor Silvio Simione, em sua diversidade, segue seu caminho, como um “saber” e um “fazer” capazes de servir para a guerra, mas também para evitá-la, trazendo a paz; capaz de alienar, mas também de conscientizar; capaz de oprimir, mas também de libertar; capaz de edificar novas concepções sobre o mundo.

Em nome dos geógrafos, quero saudar Azis Ab’Saber, Milton Santos e tantos outros que contribuem muito com a Geografia de nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe.

O Sr. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pela Liderança do PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Tião Viana, embora tenha me deixado por último entre os Senadores que usam da palavra pela Liderança, V. Ex^a gostará muito do que vou dizer. Quero usar como argumento o seu Estado, o Acre, até para que possamos estabelecer diferenças entre os Estados amazônicos.

Na Amazônia, cada estado é diferente do outro. Os índices de desflorestamento anunciados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais têm causado,

no mundo todo, comentários. Alguns nos atingem, atingem até nossa própria soberania.

O Estado do Acre reduziu o desflorestamento em 23%, enquanto o Estado de Mato Grosso aumentou o desflorestamento em 40%, no período de agosto de 2003 a agosto de 2004. Esses dados mostram, com clareza, que existem dois modelos e amazônias diferentes.

Insisto em falar sobre a Amazônia, Senador Romeu Tuma, porque corremos sérios riscos. Morei dez anos fora do País. Não fui voluntariamente, fui exilado. Não podia viver aqui porque havia uma ditadura infame. Aprendi muito. Aprendi a conviver com as diferenças e a conhecer com certa profundidade o comportamento dos países ricos – não é à toa que são tão ricos.

Tenho acompanhado a questão na imprensa internacional. Tenho uma série de matérias do **Le Monde**. Tenho em mão o editorial do **The New York Times** de hoje, que aponta um caminho que me parece muito prejudicial para o Brasil. Fala-se muito da internacionalização da Amazônia. Atualmente, com a globalização do mercado, dos problemas ambientais, sabemos todos que as queimadas na Amazônia ampliam o efeito estufa e que os problemas são globais.

De acordo com o editorial do **The New York Times**, até o Governo brasileiro pareceu chocado com as notícias que divulgam o aumento do desflorestamento e investiu US\$140 milhões em projetos de conservação. O editorial continua a análise.

Não vou fazer referência ao **Le Monde**, vou me ater ao editorial, porque nosso tempo é muito exíguo.

Mais adiante, o editorial afirma que o conflito para salvar a Amazônia vem fazendo muitas vítimas, a mais notável é Chico Mendes, em Xapuri, no Acre; depois, a irmã Dorothy Stang, de naturalidade norte-americana, recentemente assassinada em defesa da floresta, mas sobretudo em defesa de um novo modelo, exatamente a ação nossa.

Falando da Amazônia, Sr. Presidente, amazônica como nós, concedo o aparte ao Senador Jefferson Péres.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Senador Capiberibe, V. Ex^a tem razão. Podemos perder a Amazônia a longo prazo não pela internacionalização, mas pela destruição, feita pela irresponsabilidade de brasileiros. Nesse dado alarmante relativo ao aumento do desmatamento, alguns Estados como o meu, o Amazonas, tiveram a devastação diminuída. No Amazonas, o desmatamento diminuiu em 38%, o que é um dado alentador, mas não me deixa satisfeito, Senador. Quero chegar a 0% de desmatamento. Haveremos de chegar lá. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Muito obrigado, Senador. Parabenizo o Estado do Amazonas por essa informação, porque é fundamental.

O editorial do **The New York Times** cita a Ministra Marina Silva. Tenho convicção de que a Ministra Marina Silva pensa num modelo diferente para a Amazônia, como o Senador Jefferson Péres, como tantos Senadores, como tantos Deputados representantes da Amazônia no Parlamento e como muitos amazônidas. A maioria do povo da Amazônia não quer esse desenvolvimento destruidor. Estamos produzindo, e o editorial carrega as tintas para culpar a soja.

Na verdade, os fatores de desflorestamento da Amazônia são vários, não é apenas a soja. Há a pecuária, os pequenos agricultores familiares que desmatam, a mineração, um conjunto de fatores e, sobretudo, a falta de política para a Amazônia. É isto que destrói a nossa região: a falta de uma política, a falta do programa Amazônia Sustentável. Esse programa é decisivo para a mudança de modelo, mas, enquanto o programa não vem, não podemos cruzar os braços.

Sr. Presidente, V. Ex^a me permite conceder um aparte ao Senador Sibá Machado?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – De maneira muito objetiva, em função da escassez do tempo.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Senador Sibá Machado, concedo o aparte a V. Ex^a, que tem toda autoridade para intervir no tema.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador João Capiberibe, agradeço muito a V. Ex^a e ao Sr. Presidente a oportunidade deste aparte. O assunto é muito provocante. Creio que todos ficamos mal impressionados com os números do desmatamento. Estou terminando um estudo dos escritos da Professora Berta Becker – acabei de falar dos geógrafos –, uma das geógrafas mais respeitáveis do Brasil. Ela trata muito bem do assunto no seu livro mais novo, intitulado **Amazônia e a Geopolítica no Terceiro Milênio**. Estamos vivendo uma guerra pelo poder naquela região, onde temos o poder constituído, o poder legal, o Poder Público e um poder obscuro, escondido, clandestino, um inimigo que não sabemos exatamente quem é, que tem um nome tão, digamos, superficial que não conseguimos identificá-lo. Acredito, Senador Capiberibe, que o nosso problema não será falta de leis, porque já temos, digamos assim, uma rota para o desenvolvimento regional. O que precisamos agora é constituir um aparato para coibir aqueles que insistem em fazer um trabalho fora da lei. Parabenizo V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, para encerrar, gostaria de dizer que

o editorial sugere que as agências de fomento internacional, como o Banco Mundial e o BID, estabeleçam exigências para continuarem financiando o Brasil.

A opinião pública internacional vai se mobilizar, sim, até porque as florestas tropicais têm uma função decisiva em relação à contenção do efeito estufa. Sugiro que façamos a nossa lição de casa. A minha proposta – já conversei com alguns Senadores e quero conversar com todos os meus Pares nesta Casa – é que estabeleçamos que 50% do FNO, do fundo criado pela Constituição Federal para financiar o desenvolvimento da região, seja destinado ao financiamento da cadeia produtiva das espécies animais e vegetais da biodiversidade amazônica, e 10% destinados a financiar pesquisas com a biodiversidade.

Portanto, darei entrada ao projeto nesta Casa...

(Interrupção do som.)

O SR JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)
– ...com o apoio das Sr^{as} e os Srs. Senadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição, pela Liderança do PFL, após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– V. Ex^a está inscrito.

Senador Aloizio Mercadante, V. Ex^a tem a palavra.

O SR ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALOIZIO MERCADANTE NA SESSÃO DO DIA 31 DE MAIO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, pela Liderança do PT, por cinco minutos.

Em seguida, terão a palavra os Senadores Marco Maciel e Pedro Simon.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela Liderança do PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, continuo na minha tarefa de trazer alguns temas que continuam passando despercebido no Plenário.

Matéria publicada no Caderno B da **Folha de S.Paulo**, de 29 de maio, traz o seguinte título: “Explosão de crédito habitacional à classe média”. Diz a matéria que “Novas regras geram surto em financiamento, que superam 50 mil unidades/ano, e o governo já estuda ampliação”. E continua:

A expansão da renda e novas regras fixadas pelo governo patrocinam um surto de financiamentos imobiliários voltados para a classe média, que já atingiram o maior volume em dez anos, em valores corrigidos, e ainda podem superar essa marca.

No mês passado, o crédito com recursos das cadernetas de poupança acumulado em 12 meses atingiu R\$3,556 bilhões, resultado só superado na história recente – e ainda por pequena margem – pelo registrado em 1995, na seqüência da euforia provocada pelo Plano Real.

(...)

Há apenas um ano, o volume de empréstimos era inferior ao atual em R\$1 bilhão.

Portanto, pulamos de menos de R\$1 bilhão para R\$3,5 bilhões em menos de doze meses.

Ainda diz mais: “O desempenho levou os bancos financiadores a elevarem a previsão de desembolsos neste ano de R\$3,9 bilhões para R\$4,2 bilhões”.

É por conta exatamente desse tipo de notícia de ampliação de financiamento para imóvel da classe média – todos sabemos que a construção civil tem potencial de gerar emprego e de aquecer e movimentar, de forma bastante repicada, a economia brasileira – que o Presidente Lula deu uma declaração forte ao retornar da viagem à Coreia e ao Japão. Sua Excelência disse que aqueles que torcem pelo fracasso vão quebrar a cara, que não existe espaço no País para uma política menor. Esse espaço está definitivamente descartado, porque aqueles que têm responsabilidade para com o Brasil estão apostando no crescimento e exatamente nessa situação que gradativamente começa a se construir.

É claro que nos preocupamos e nos sentimos responsáveis quando a pesquisa CNT/Sensus aponta como a maior vergonha para os brasileiros a questão da corrupção. E aqui ouço as pessoas falarem a respeito da corrupção do Governo como se Governo só um existisse. É importante todos lembrarem que, dos

27 Governos estaduais, o PT administra três e que, das mais de 25 prefeituras, nós administramos pouco mais de 400. E a corrupção está impregnada no tecido social brasileiro, na Administração Pública de cabo a rabo; durante décadas, séculos, ela se instalou, age, repercute e está aí. É muito importante perguntar sempre o que vem sendo feito para combater, a partir do próprio aparelho de Estado, a corrupção, que é endêmica no nosso País, sim, e é antiga. Infelizmente, é muito mais antiga do que gostaríamos.

Não vou voltar aqui a falar das ações da Polícia Federal; não vou reproduzir que já me referi a esse órgão de forma exaustiva. Mas quero apenas destacar aqui quatro mudanças na estrutura do aparelho do Estado brasileiro, patrocinadas pelo Governo Lula, que modificam o comportamento no combate à corrupção. A primeira delas é o sistema de sorteio das Prefeituras instalado pela Controladoria-Geral da União, para que não haja qualquer viés e qualquer dúvida a respeito de quem está sendo escolhido para ser fiscalizado. Essa mudança na estrutura do aparelho do Estado é fundamental para o combate à corrupção e para a manutenção da fiscalização permanentemente.

A outra mudança ocorreu na Secretaria Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça. Lá, o Departamento Nacional de Recuperação de Ativos Ilícitos, num combate sistemático à lavagem de dinheiro, com ações muito concretas, rastreou e investigou US\$300 milhões, quantia esta que pode retornar aos cofres públicos.

A outra mudança diz respeito à Secretaria de Direito Econômico. Por meio da sua reestruturação, das inspeções, da busca e apreensão e de acordos de leniência juntamente com o Ministério Público e a Polícia Federal, houve mais de 297 investigações em mercados relevantes para a economia. O funcionamento de acordos econômicos e de cartéis traz grande prejuízo para a economia brasileira.

A outra medida também na estrutura do aparelho do Estado adotada pelo Governo Lula relaciona-se às sindicâncias patrimoniais. Essa modalidade, fruto do Encontro de Lavagem de Dinheiro, realizado pelo Ministério da Justiça no fim de 2003, permite a investigação de agentes e de funcionários públicos com sinais inequívocos de enriquecimento ilícito. Atualmente, são mais de 70 servidores nessa situação. Antes dessas mudanças na estrutura do aparelho do Ministério da Justiça, não era permitida a instituição dessas sindicâncias patrimoniais.

Por último, gostaria de relembrar uma música. Até pedi ao Senador Demóstenes Torres que, com seu conhecimento musical, me ajudasse um pouco. Há uma canção muito linda de Caetano Veloso que

diz “navegar é preciso, viver não é preciso”, frase que, segundo o Senador Demóstenes, é da Escola Naval de Sagres. E gostaria, aqui, de parafrasear um pouquinho, dizendo que “lembrar é preciso”. Nos dias de hoje, lembrar é muito preciso, para podermos viver, às vezes, não com tanta precisão!

E desejo aqui trazer uma lembrança: no final do mandato do Presidente Itamar Franco, foi instituída, por sua ordem, a Comissão Especial de Investigação, baseada em experiência de um órgão francês de combate à corrupção, que tinha o objetivo de mapear todos os indícios e práticas ilícitas cometidas no Executivo.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a me concede um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Concedo um aparte ao Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Tenho de lhe pedir uma tremenda desculpa! Não sei onde eu estava com a cabeça, quando V. Ex^a falou comigo.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu lhe fui perguntar sobre isso, porque era da sua época.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Eu era Líder do Governo e levei essa proposta ao Presidente Itamar Franco, que instalou imediatamente uma comissão composta de notáveis, sem membro algum do governo, para fazer, com amplitude total, diretamente ligada ao Presidente da República, qualquer acusação de corrupção no Governo dele. Fez o levantamento, apurou, encontrou, publicou um livro, que entreguei ao Fernando Henrique, quando assumiu o Governo, mas ele mandou arquivar. Até hoje, não sei onde foi parar!

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Exatamente, Senador Pedro Simon! Agradeço-lhe o aparte e a história viva que V. Ex^a é.

Foi realizada uma verdadeira radiografia dos diferentes tipos de corrupção nas diversas esferas da Administração Pública. Faziam parte do grupo, entre outros, o hoje Deputado Emerson Kapaz e o jurista Modesto Carvalhosa, contando com o suporte do TCU e de Procuradores. O primeiro relatório da Comissão foi entregue em dezembro de 1994. Já em final de mandato, Itamar Franco deixou para o Presidente FHC a incumbência de dar segmento às investigações e decidir o que fazer com o que já havia sido apurado. O material foi reunido em 40 caixas de papelão.

Aos vinte dias do seu primeiro Governo, o Presidente Fernando Henrique Cardoso extinguiu sumariamente a comissão. E, até hoje, não se sabe ao certo onde está reunido esse material. Talvez uma das primeiras coisas que devemos fazer é achar as 40 caixas para poder reconstituir e dar continuidade ao combate à corrupção.

Muito obrigada, Senador Tião Viana.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte, Senadora Ideli Salvatti?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não, já terminei o meu tempo, agradeço e entrego a palavra ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon. V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não quis o debate.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR PEDRO SIMON NA SESSÃO DO DIA 31 DE MAIO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, que será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador Nezinho Alencar, em permuta com o Senador Marco Maciel, por dez minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, tem V. Ex^a a palavra.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Em respeito ao Senador Nezinho, que já vai usar a palavra, mas e quanto à Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O Senador Renan Calheiros, Presidente da Casa, estava reunido com alguns Líderes, tentando um entendimento com o Procurador da República sobre a pauta de hoje, e S. Ex^a já está chegando para darmos início. Estamos com um atraso de uma hora e 12 minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pois é, engraçado, porque eu sou Líder e não fui para a reunião. Então é alguma reunião...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Comunicarei a S. Ex^a a admoestação de V. Ex^a.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Ah, com certeza! Porque se for sobre o que estou pensando, vai ter que ser público. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Nezinho Alencar, tem a palavra por dez minutos.

O SR. NEZINHO ALENCAR (Bloco/PSB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do ora-

dor.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cheguei a esta Casa há pouco mais de vinte dias. Ainda sinto dificuldades para andar nas suas dependências. Conheço poucos Senadores ainda, os seus Estados de origem. Vim de um Estado pequeno, porém de vocação agrícola, o Estado do Tocantins. Dos poucos dias que estou aqui no Senado Federal, já posso fazer uma avaliação. Vejo que o Senado da República Federativa do Brasil é constituído de cidadãos e cidadãs de conduta ilibada, de homens e mulheres do maior prestígio político, expressivos e renomados. E vejo também, Sr. Presidente, que vários Senadores chegaram aqui provenientes de vários segmentos da sociedade brasileira. Vieram Senadores em cujos Estados imperam a agricultura, a pecuária e outras atividades relacionadas a esse setor.

Ainda há pouco vi aqui, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a preocupação do Senador Paulo Paim com relação à situação dos nossos agricultores, quando S. Ex^a citava que, no seu Estado, na cidade de Esteio, no Rio Grande do Sul, fazia-se um movimento com mais de cinco mil agricultores, que saíam da cidade de Esteio em direção a Porto Alegre, com ônibus, com caminhões, com tratores.

Por isso quero também, Sr. Presidente, informar a V. Ex^a e a este Plenário que na minha cidade, Guarai, apesar de não ter a mesma proporção do movimento feito lá na cidade de Esteio – porque a minha cidade é bem menor, tem pouco mais de 30 mil habitantes –, os nossos agricultores e pecuaristas também faziam um movimento nesse sentido.

Eu sei que a sensibilidade dos Srs. Senadores da República e dos Srs. Deputados Federais haverá de encontrar um caminho para que se possa resolver o problema dos nossos pecuaristas e dos nossos agricultores.

O custo de produção de um saco de soja fica em mais de dez dólares, e hoje o agricultor está vendendo por menos de dez dólares. Os juros estão muito altos. Por isso, precisamos tomar uma medida emergencial para resolver o problema dos nossos agricultores.

O meu Estado do Tocantins é um dos maiores produtores de soja daquela região. Produz o arroz, o milho, o feijão e é um grande produtor também de gado bovino. Mas a situação dos nossos agricultores e pecuaristas é de calamidade pública. Precisamos melhorar as condições de vida daquele povo, porque o nosso Estado é de vocação agrícola e pecuária e está encontrando dificuldade.

Quero pedir aos Srs. Senadores, e vejo a sensibilidade de todos...

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Nezinho Alencar, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. NEZINHO ALENCAR (Bloco/PSB – TO)
– Ouço V. Ex^a com muito prazer, Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – É a primeira vez que o vejo na tribuna, e o vejo com alegria, porque V. Ex^a o faz em defesa de seu Estado, que tão bem representa nesta Casa, em defesa da agricultura, em defesa do campo, em defesa dos agricultores e dos produtores. E V. Ex^a, ao defender o Estado do Tocantins, pode estar certo de que seu apelo é o mesmo de outros Estados que têm a mesma vocação do seu. Há pouco, estava na tribuna o Senador Pedro Simon, que representa o Rio Grande do Sul que é, além de grande produtor de grãos, um Estado também altamente industrializado, diferentemente do nosso – do meu e o de V. Ex^a. Mas quero dizer que V. Ex^a tem toda a minha solidariedade. Os meus cumprimentos por estar defendendo essa causa tão justa. A situação dos Estados do Tocantins e do Rio Grande do Sul é a mesma de todos os Estados brasileiros. O que o Governo precisa fazer é ter uma atitude firme, baixar os juros, ter mercado regulador. É isso o que o Governo precisa fazer, protegendo, portanto, aqueles que produzem para este País e que são altamente sacrificados. Quero, portanto, cumprimentar V. Ex^a e dizer que o seu apelo é também o apelo do Estado do Mato Grosso do Sul.

O SR. NEZINHO ALENCAR (Bloco/PSB – TO)
– Eu agradeço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Senador Nezinho Alencar, eu também gostaria de merecer um aparte de V. Ex^a.

O SR. NEZINHO ALENCAR (Bloco/PSB – TO)
– Com todo prazer, Senador.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Eu quero congratular-me com V. Ex^a pelo oportuno e brilhante pronunciamento defendendo os agricultores e a agricultura brasileira, que realmente estão asfixiados. E os pleitos dos agricultores brasileiros são honestos, justos e corretos. Por exemplo, o seguro rural, o seguro agrícola foi criado em lei. Por que não consta verba no Orçamento para ele? Todos os anos os agricultores têm de estar dando pulo no escuro, ou seja, plantam e não sabem se terão frustração de safra. E se tiverem, precisam vender sua propriedade. O seguro é uma necessidade e eu espero que os Ministros se sensibilizem para ele. E quanto à questão dos genéricos? Hoje os agricultores pagam preços altíssimos por remédios de fábrica, quando nós, seres humanos, estamos tomando os genéricos; mas as plantas não podem fazê-lo, porque as multinacionais não permitem, pois precisam vender seus produtos caríssimos. Então, eu não entendo por que o Ministério da Agricultura e o Governo Federal não estipulam o seguro, não criam os genéricos para

a agricultura brasileira e outros pleitos? As máquinas agrícolas do nosso País custam às vezes o dobro do que custam em outros países. Eu acho que o Governo deverá intervir nisso para diminuir custo para que os produtores naturalmente possam ter competitividade. De forma que V. Ex^a honra e dignifica o Estado do Tocantins fazendo esse pronunciamento. Creio que a defesa que V. Ex^a é de todo o Centro-Oeste e de todos os Estados produtores do nosso País. Hoje, no meu Estado de Goiás, houve protestos em praticamente todas as cidades goianas. Volto a repetir: as reivindicações dos produtores rurais são justas e honestas e precisam ser atendidas. Muito obrigado.

O SR. NEZINHO ALENCAR (Bloco/PSB – TO)
– Agradeço-lhe o aparte, Senador Maguito Vilela.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Nezinho Alencar?

O SR. NEZINHO ALENCAR (Bloco/PSB – TO)
– Com todo o prazer, Senador Álvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador, primeiramente, receba meus cumprimentos. V. Ex^a, há poucos dias nesta Casa, já traz um assunto relevante. Na minha cidade de Londrina, no Paraná, hoje também houve uma grande manifestação de produtores rurais. Ou seja, o grito é um só, de ponta a ponta neste País. E os agricultores têm certamente crédito junto ao Governo, porque não há uma política agrícola no nosso País que alavanque a agricultura, como em países avançados da Europa e nos Estados Unidos, que possuem subsídios da ordem de US\$1 bilhão por dia, além de política protecionista, política de barreiras alfandegárias e não alfandegárias, estabelecendo uma competição desigual no momento de os nossos produtores exportarem seus produtos. Então, se não há apoio permanente do Governo, pelo menos neste momento atípico de crise no campo, o Governo deveria atender os pleitos com sensibilidade. Daí a nossa solidariedade a V. Ex^a. Associamo-nos ao seu pleito, na esperança de que realmente o Governo possa ter essa sensibilidade necessária num momento difícil da agricultura brasileira.

O SR. NEZINHO ALENCAR (Bloco/PSB – TO)
– Muito obrigado, Senador Alvaro Dias, o seu aparte só engrandece o meu pronunciamento.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. NEZINHO ALENCAR (Bloco/PSB – TO)
– Com muito prazer.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador, eu já tive a honra de apartear V. Ex^a, mas eu acabo de receber, veja bem, a notícia que vou ler e que requer urgentes providências por parte do Governo. Veja aqui o que está acontecendo no meu Estado: “Produtores

rurais invadem as principais cidades do Estado”. Produtores rurais e suas máquinas agrícolas invadiram nesta terça-feira as ruas das principais cidades do Estado de Mato Grosso do Sul como parte da mobilização nacional SOS, quer dizer, um socorro rural para chamar a atenção da sociedade para a crise do agronegócio. São caminhões, são tratores, colheitadeiras, que tomaram conta das ruas de Campo Grande, Dourados, Três Lagoas, Ponta Porã, Fátima do Sul, Jardins, Japagão do Sul, Bandeirantes entre outras cidades. Então, existe uma mobilização nacional. O Governo tem que se pronunciar. Tem V. Ex^a inteira razão. Veja o que está acontecendo. Então, urge que o Governo venha com medidas aptas a socorrer os produtores não só de Mato Grosso do Sul, como de Tocantins, mas também de todo o Brasil, Excelência.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Um minutinho. Antes de encerrar, eu gostaria que V. Ex^a me concedesse um aparte.

O SR. NEZINHO ALENCAR (Bloco/PSB – TO) – Pois não, Senador.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Eu tenho a honra de compartilhar com V. Ex^a a representação do Estado do Tocantins nesta Casa. E o relato que V. Ex^a traz chama a atenção de todos nós, porque é um problema de caráter nacional, envolvendo um setor nobre que se dedica exclusivamente à produção de algo essencial à vida, que é o alimento, o que só por isso já justificaria um reclamo nacional, particularmente para o nosso Estado, o Tocantins, para quem o setor primário efetivamente enseja as maiores oportunidades de desenvolvimento econômico. Por essa razão, entendo que V. Ex^a traz uma preocupação muito grande e o apelo acaba repercutindo muito no cenário nacional, principalmente no do Poder Executivo, para que adote urgentemente medidas com vistas a atenuar o grande prejuízo que o setor primário está na iminência de ter.

O SR. NEZINHO ALENCAR (Bloco/PSB – TO) – Obrigado, Senador Leomar Quintanilha. Encerrando, digo a V. Ex^a – e todo o Brasil tem conhecimento disto – de que o agronegócio neste País representa 37% do PIB e 42% do mercado de emprego. Quero dizer a V. Ex^a que a nossa meta maior neste País é fazer a reforma agrária e levar o nosso cidadão, o homem que trabalha com as mãos calejadas e a pele queimada, para o campo, para que ele possa dar o sustento a sua família. Precisamos alavancar a reforma agrária, para que possamos resolver isso.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do ora-

dor.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho falar hoje a respeito de uma PEC que está em votação no Senado Federal e que devolve às Assembléias Legislativas dos Estados o direito de criar, incorporar novos municípios.

Essa Emenda está em tramitação no Senado Federal, já tendo recebido parecer favorável, de minha autoria, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A Emenda encerra importantes dispositivos em relação à sistemática para criação de novos Municípios, dando às Assembléias Legislativas estaduais a competência e o direito de legislar sobre a criação de novos Municípios, seja em referência à necessidade de estudo de viabilidade, seja no que diz respeito à participação da população interessada.

Esta PEC, que é de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, já teve participação ativa na sua aprovação dos Senadores Eduardo Azeredo e Antônio Carlos Magalhães. É uma proposta de plebiscito de interesse direto da população da área envolvida, que é convocada para debater e opinar. É o povo que vai se manifestar sobre o que mais lhe convém, em termos da organização do Estado, para que os serviços proporcionados pelo Estado respondam às necessidades específicas das comunidades. O povo conhece suas necessidades e sabe como encaminhar a solução dos seus problemas. Por isso, é preciso que tenha espaço e instâncias para manifestar suas visões e opiniões. O povo precisa de espaço de decisão para dar mais velocidade ao atendimento de suas demandas.

A proposta dispõe da assinatura de 28 Srs. Senadores, o que resulta plenamente atendida a exigência do art. 60 da Constituição Federal.

Trata-se, sem dúvida, de uma proposta benéfica para a administração do País, na medida em que mais Municípios possibilitam maior conhecimento e participação. O Brasil possui hoje 5.561 Municípios, mas as dimensões do território nacional são enormes e de difícil administração exatamente pelo seu tamanho.

Muitas cidades que hoje não são Municípios têm condições e necessidade de sê-los. A população quer mais, mas é obrigada a assistir à estagnação de seu desenvolvimento por causa da excessiva centralização das decisões administrativas.

Países mais desenvolvidos possuem grande número de Municípios. Na Itália, por exemplo, todas as vilas e os povoados, com diminuto território, dispõem de uma Prefeitura Municipal, que cuida dos interesses dos habitantes com presença e ações diretas.

Por essas razões, faço apelo aos nobres Pares para que adotem as providências cabíveis no sentido de favorecer o encaminhamento da mesma para a defi-

nitiva aprovação pelo Senado Federal. É um bem para o povo brasileiro. Não tenho a menor dúvida.

Sr. Presidente, antes de uma emenda constitucional oriunda da Câmara dos Deputados, os próprios Estados criavam os seus Municípios. E nós estamos devolvendo. A Federação não pode tirar o direito dos Estados – penso que é uma intervenção – na sua ação precípua de criar novos Municípios.

Faço um apelo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores. Vamos apressar para que devolva aos Estados o direito de criar novos Municípios no nosso País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. João Alberto Souza, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador João Alberto Souza.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 192, DE 2005

Altera o § 3º do art. 54 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para exigir que os caracteres impressos em contrato de adesão observem padrão mínimo de medida tipográfica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 3º do art. 54 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 54.
.....

§ 3º Os contratos de adesão escritos serão redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, cujo tamanho não será inferior a 2,5mm na largura e a 2mm na altura, caracterizado como “corpo doze”, de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor.
..... (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Em sua redação atual, o § 3º do art. 54 da Lei nº 8.078, de 1990, não protege o consumidor dos abusos

praticados pelo fornecedor de produto ou serviço ao confeccionar formulários impressos, utilizados para a celebração de contratos de adesão.

É comum verificar o uso de caracteres minúsculos nos instrumentos de contrato disponibilizados no mercado de consumo, o que dificulta sensivelmente a leitura das cláusulas contratuais e, por conseqüência, a compreensão das obrigações assumidas e dos direitos adquiridos, no contrato, pelo consumidor.

A despeito da atual redação do dispositivo indicado (§ 3º do art. 54 da Lei nº 8.078, de 1990) exigir que os caracteres sejam impressos de forma ostensiva e legível, não há, na lei, padrão mínimo de medida tipográfica a ser observado. Tampouco a jurisprudência dos Tribunais fixou, até o momento, parâmetro a ser observado.

Pelo projeto, ficam os fornecedores proibidos de ofertar aos consumidores instrumentos contratuais impressos com caracteres de tamanho inferior ao padrão tipográfico conhecido como “corpo doze”, com largura aproximada de 2,5 mm e altura aproximada de 2mm, conforme o tipo de fonte gráfica utilizado.

A solução eleita assegura, assim, a utilização de caracteres com corpo tipográfico que garanta a leitura ostensiva e legível, de forma a proteger o consumidor, auxiliando-o a identificar as obrigações assumidas e os direitos adquiridos pelo contrato de adesão celebrado.

Também nos inspirou a tal propositura a iniciativa do Senador Romeu Tuma quanto à apresentação das bulas de remédio pelas empresas farmacêuticas aos consumidores que sugere sejam as mesmas imprimidas em letras legíveis e em termos populares para melhor visão e melhor compreensão do consumidor. Propositura encampada pela Anvisa que já normatizou tais procedimentos.

São essas as razões que nos levam a apresentar esta proposta de relevante cunho social, para cujo acolhimento contamos com o apoio dos ilustres pares.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2005. – Senador **Paulo Paim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....
Art. 54. Contrato de adesão é aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade compe-

tente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo.

§ 3º Os contratos de adesão escritos serão redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor.

.....
(À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, DE 2005

Altera os arts. 246 e 247 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 246 e 247 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, passam a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 246. A propaganda mediante cartazes só se permitirá, quando afixados em quadras ou painéis ou locais destinados exclusivamente a esse fim, desde que previamente autorizados pelo Judiciário local, para utilização de todos os partidos em igualdade de condições." (NR)

Parágrafo único. Faculta, ao candidato, a exposição da propaganda eleitoral em propriedade particular na qual obtenha prévia autorização e desde que restabeleça o estado de bem às qualificações anteriores à exposição de sua propaganda eleitoral.

"Art. 247. É proibida a propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas fixas, cartazes colocados em pontos não especialmente designados e inscrições nos leitos das vias públicas, inclusive rodovias. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Ao apresentar esta proposição, primeiramente, utilizo-me do momento de reflexão em face de contendas eleitorais ocorridas, onde pudemos vislumbrar um desrespeito ao patrimônio público e particular, bem como uma poluição visual sem precedentes; por segundo, nossa legislação é carecedora de adequação quanto a normatização e aos procedimentos dos candidatos frente à matéria supra.

Em tempos atrás, a Lei Eleitoral continha em seus enunciados a previsão de proibição que ora pretendemos resgatar, sendo inconcebível que o poder econômico do candidato possa servir para enxovalhar e poluir nosso hábitat.

Não se pretende coibir a propaganda por cartazes e faixas, quadros ou painéis, o que se busca é que haja definição onde pode e onde não pode ser fixada este tipo de propaganda.

Nesta proposição inovamos quando creditamos ao Judiciário a competência para determinar onde é permitida a fixação da propaganda, visto entendermos que, por ser de competência dos Tribunais Eleitorais julgar e decidir sobre crime eleitoral, também cabe a ele decidir onde poderá se fixado este tipo de propaganda eleitoral.

Tal proposição não gera custo com sua implementação e, ainda, vai gerar bem estar social e econômico ao não impor reforma ao bem público e particular após cada pleito eleitoral.

Pelos motivos supra expostos é que fundamento minha pretensão de ver tal projeto aprovado, pelo qual conto com o apoio de todos os meus pares.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2005. – Senador **Paulo Paim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CÓDIGO ELEITORAL

LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965

O Presidente da República, faço saber que sanciono a seguinte lei aprovada pelo Congresso Nacional, nos termos do art. 4º, **caput**, do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964.

.....
 Art. 246. (Revogado pela Lei nº 9.504, de 30-9-1997)

Art. 247. (Revogado pela Lei nº 9.504, de 30-9-1997)

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997

Estabelece normas para as eleições.

O Vice-Presidente da República no exercício do cargo de Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em Decisão Terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 194, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

**Acrescenta parágrafo ao artigo 1º da
Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro
de 2001, para excluir do benefício do sigilo
bancário as pessoas que menciona.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 1º.....

§ 5º O sigilo das operações a que se refere o **caput** não abrange:

I – os Deputados Federais;

II – os Senadores;

III – os Ministros de Estado;

IV – o Presidente e o Vice-Presidente da República;

V – os dirigentes partidários;

VI – os Presidentes e Diretores de entidades da Administração Direta e Indireta.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Em 8 de outubro de 1993, submeti a esta Casa o Projeto de Lei do Senado nº 135 – Complementar, cujo objetivo era “Acrescentar parágrafo ao art. 38 da Lei nº 4.595, de 31-12-1964, para excluir do benefício do sigilo bancário as pessoas que menciona”. Em votações no plenário do Senado, no dia 15-12-1993, esse projeto recebeu 39 votos favoráveis e 2 contrários, sendo rejeitado, portanto, por apenas 2 votos.

Em 16-2-1995, voltei a apresentar proposição com idêntica finalidade, que foi autuada como Projeto de Lei do Senado nº 5, de 1995 – Complementar. Aprovado no Senado foi ele encaminhado à Câmara dos Deputados. Ali, lamentavelmente, ele foi lançado à vala comum dos projetos que tramitam em conjunto com o objetivo de reestruturar legalmente o sistema financeiro nacional. E não mais evoluiu.

Reapresento-o, agora, com o mesmo intento, por tratar-se de tema que continua a exigir regulamentação imediata. Além disso, o teor do PLS nº 5/1995 apresenta-se inadequado à realidade atual, uma vez que o art. 38 da Lei nº 4.595/64 foi revogado pela Lei Complementar nº 105/2001.

Destarte, por considerar mais que oportuno e adequado ao quadro normativo atual, submeto aos meus pares o presente projeto de lei, cujo propósito

venho defendendo, de longa data, com os seguintes argumentos:

“É da tradição do direito mercantil que as operações negociais realizadas por empresários ou comerciantes estejam resguardadas pelo sigilo, o qual só pode ser levantado por ordem judicial e no interesse de alguma investigação específica. A previsão legal fundamenta-se na necessidade de os agentes econômicos poderem planejar e executar livremente as respectivas estratégias empresariais, não ficando sujeitos a expedientes desleais por parte dos concorrentes.

A ampla proteção reconhecida alcança não só a escrita, os livros e a contabilidade das empresas mas também as transações financeiras, em especial aquelas realizadas por intermédio de bancos e outras instituições afins.

O vetusto instituto foi acolhido entre nós e passou a ter uma amplitude incompatível com as exigências da complexa sociedade contemporânea. Com efeito, aquilo que, na origem, tinha endereço certo e limitado, justificável pelos fins a que se destinava, transformou-se em instrumento para acobertar todo tipo de fraude e transação ilícita, não importando a condição pessoal do agente.

No particular do sigilo bancário, meio de que se valem os inescrupulosos para ocultar imensas fortunas havidas de forma inconfessável, vêm as legislações de quase todos os povos restringindo-no, em atenção aos superiores interesses da coletividade, mormente tendo em vista a necessidade de assegurar célere e eficaz combate à sonegação fiscal, aos crimes de “colarinho branco” e outras formas de delinqüências associativas que colocam em risco a paz social e a própria estabilidade das instituições.

Em relação aos que atuam no setor público, por razões óbvias, tal privilégio não deveria existir. O estatuto jurídico aplicável aos comerciantes e aos particulares em geral não lhes pode ser extensivo.

Para estes, é natural o resguardo do sigilo das operações; para aqueles, há de se exigir absoluta e irrestrita transparência pois, em virtude de uma decisão individual, decidiram dedicar suas vidas à defesa do interesse comum. Qualquer desvio de comportamento ou infidelidade para com a causa pública há de ser severamente punido, inclusive com a perda

do cargo e a proibição de exercer qualquer outro, pelo tempo que a lei determinar.

De resto, o constituinte de 1988, cuidando de preservar a moralidade administrativa, tratou de proscrever, expressamente, em diversos dispositivos, comportamentos tidos como incompatíveis com a conduta ética exigível dos agentes estatais.

Assim é que declarou-se incompatível com o decoro parlamentar “a percepção de vantagens indevidas” (art. 55 § 1º, **in fine**, da Constituição Federal); como crime de responsabilidade de Chefe do Poder Executivo, os atos atentatórios à probidade administrativa (art. 85, inciso V da CF); e como passível de ensejar a suspensão dos direitos políticos, com a perda da função, indisponibilidade dos bens é responsabilização penal e civil, a prática de malversação, sob qualquer de suas formas, por servidor público (art. 37, § 4º da CF). No âmbito partidário, inscreveu-se entre os preceitos fundamentais a serem obrigatoriamente observados, o dever de “prestação de contas à Justiça Eleitoral” por parte dos dirigentes das agremiações (art. 17, inciso III, da CF).

Como se vê, a ordem democrática restaurada em 1988, na esteira da melhor tradição republicana, coibiu, de forma severa e ampla, a conduta eticamente reprovável, em todos os setores da vida pública.

Aos que se propõem representar a coletividade, gerir seus interesses, administrar seus destinos, há de se exigir uma conduta ilibada, escorreita e rigorosamente fiel às expectativas da cidadania. E inadmissível que pessoas investidas de tais **munus** possam pretender ocultar seus haveres, bens e transações sob o manto do sigilo, como se simples mercadores fossem. A lei não pode ignorar a diversidade da situação entre o particular que cuida dos seus próprios interesses e o cidadão investido de representação popular. O primeiro tem o direito à preservação da sua privacidade patrimonial porque cuida exclusivamente de interesses próprios; o segundo tem o dever de transparência em todos os atos da vida civil porque vela por um bem que transcende a sua pessoa: a realização do interesse coletivo.

O projeto de lei que ora submetemos à apreciação dos ilustres pares exclui da pro-

teção do sigilo bancário as seguintes pessoas:

- Deputados Federais;
- Senadores;
- Ministros de Estado;
- Presidente e Vice-Presidente da República;
- Dirigentes partidários;
- Presidentes e Diretores de entidades da Administração direta e indireta.

As razões apontadas nesta justificativa evidenciam os motivos pelos quais as autoridades citadas não podem permanecer sujeitas ao regime comum aplicável a empresários e particulares em geral. Acreditamos, com a iniciativa, estarmos a contribuir para o aperfeiçoamento das instituições democráticas e a elevação dos padrões éticos exigíveis de todos os que aspiram atuar em nome e por conta da cidadania.”

Sala das Sessões, 31 de maio de 2005. – Senador **Pedro Simon**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI COMPLEMENTAR Nº 105,
DE 10 DE JANEIRO DE 2001

Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências.

O Presidente da República Faça saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar

Art. 1º As instituições financeiras conservarão sigilo em suas operações ativas e passivas e serviços prestados.

§ 1º São consideradas instituições financeiras, para os efeitos desta lei complementar:

- I – os bancos de qualquer espécie;
- II – distribuidoras de valores mobiliários;
- III – corretoras de câmbio e de valores mobiliários;
- IV – sociedades de crédito, financiamento e investimentos;
- V – sociedades de crédito imobiliário;
- VI – administradoras de cartões de crédito;
- VII – sociedades de arrendamento mercantil;
- VIII – administradoras de mercado de balcão organizado;
- IX – cooperativas de crédito;
- X – associações de poupança e empréstimo;

XI – bolsas de valores e de mercadorias e futuros;

XII – entidades de liquidação e compensação;

XIII – outras sociedades que, em razão da natureza de suas operações, assim venham a ser consideradas pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 2º As empresas de fomento comercial ou factoring, para os efeitos desta lei complementar, obedecerão às normas aplicáveis às instituições financeiras previstas no § 1º.

§ 3º Não constitui violação do dever de sigilo:

I – a troca de informações entre instituições financeiras, para fins cadastrais, inclusive por intermédio de centrais de risco, observadas as normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil;

II – o fornecimento de informações constantes de cadastro de emitentes de cheques sem provisão de fundos e de devedores inadimplentes, a entidades de proteção ao crédito, observadas as normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil;

III – o fornecimento das informações de que trata o § 2º do art. 11 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996;

IV – a comunicação, às autoridades competentes, da prática de ilícitos penais ou administrativos, abrangendo o fornecimento de informações sobre operações que envolvam recursos provenientes de qualquer prática criminosa;

V – a revelação de informações sigilosas com o consentimento expresso dos interessados;

VI – a prestação de informações nos termos e condições estabelecidos nos artigos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 9 desta lei complementar.

§ 4º A quebra de sigilo poderá ser decretada, quando necessária para apuração de ocorrência de qualquer ilícito, em qualquer fase do inquérito ou do processo judicial, e especialmente nos seguintes crimes:

I – de terrorismo;

II – de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins;

III – de contrabando ou tráfico de armas, munições ou material destinado a sua produção;

IV – de extorsão mediante seqüestro;

V – contra o sistema financeiro nacional;

VI – contra a Administração Pública;

VII – contra a ordem tributária e a previdência social;

VIII – lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores;

IX – praticado por organização criminosa.

Art. 38 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Art. 38. As instituições financeiras conservarão sigilo em suas operações ativas e passivas e serviços prestados.

§ 1º As informações e esclarecimentos ordenados pelo Poder Judiciário, prestados pelo Banco Central da República do Brasil ou pelas instituições financeiras, e a exibição de livros e documentos em Juízo, se revestirão sempre do mesmo caráter sigiloso, só podendo a eles ter acesso as partes legítimas na causa, que deles não poderão servir-se para fins estranhos à mesma.

§ 2º O Banco Central da República do Brasil e as instituições financeiras públicas prestarão informações ao Poder Legislativo, podendo, havendo relevantes motivos, solicitar sejam mantidas ar reserva ou sigilo.

§ 3º As Comissões Parlamentares de Inquérito, no exercício da competência constitucional e legal de ampla investigação (art. 53 da Constituição Federal e Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952), obterão as informações que necessitarem das instituições financeiras, inclusive por meio do Banco Central da República do Brasil.

§ 4º Os pedidos de informações a que se referem os §§ 2º e 3º, deste artigo, deverão ser aprovados pelo Plenário da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal e, quando se tratar de Comissão Parlamentar de Inquérito, pela maioria absoluta de seus membros.

§ 5º Os agentes fiscais tributários do Ministério da Fazenda e dos Estados somente poderão proceder a exames de documentos, livros e registros de contas de depósitos, quando houver processo instaurado e os mesmos forem considerados indispensáveis pela autoridade competente.

§ 6º O disposto no parágrafo anterior se aplica igualmente à prestação de esclarecimentos e informes pelas instituições financeiras às autoridades fiscais, devendo sempre estas e os exames serem conservados em sigilo, não podendo ser utilizados senão reservadamente.

§ 7º A quebra do sigilo de que trata este artigo constitui crime e sujeita os responsáveis à pena de reclusão, de um a quatro anos, aplicando-se, no que couber, o Código Penal e o Código de Processo Penal, sem prejuízo de outras sanções cabíveis. (Revogado pela Lei Complementar nº 105, de 10-1-2001) (Vide Lei nº 6.385, de 1976)

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Na sessão de ontem, foi lido o Requerimento nº 573/2005, do Senador Cristovam Buarque e outros, solicitando a realização, no próximo dia 10 de junho, de sessão especial do Senado Federal destinada a comemorar o Dia Mundial pela Erradicação do Trabalho Infantil.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência convoca sessão especial a realizar-se em 10 de junho, sexta-feira, às dez horas. Não haverá, como consequência, sessão deliberativa naquele dia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 571, de 2005 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2005 (nº 520/2003, na Casa de origem), que *cria no âmbito do Ministério da Cultura o Prêmio de Artes Plásticas Marcantônio Vilaça e dá outras providências*.

Parecer favorável, sob nº 684, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Cristovam Buarque.

A Presidência esclarece ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

Em discussão, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2005

(Nº 520/2003, na Casa de origem)

Cria no âmbito do Ministério da Cultura o Prêmio de Artes Plásticas Marcantônio Vilaça e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criado no âmbito do Ministério da Cultura o Prêmio de Artes Plásticas Marcantônio Vilaça.

Art. 2º As despesas para a execução desta lei correrão por conta do Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC, instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 2:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 241, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 674, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral), que aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2004.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão do dia 25, quando deixou de ser apreciada tendo em vista a falta de acordo das lideranças para deliberação daquela pauta.

A Presidência esclarece ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Delcídio Amaral, Relator da matéria.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito provavelmente, vamos aprovar essa programação monetária. Apenas gostaria de registrar que, quando falamos em Banco Central aqui, que vamos realizar audiências públicas para discutir essa questão de Banco Central autônomo ou não, essa programação monetária está absolutamente fora do contexto atual, daquilo que se pratica, que é meta de inflação e câmbio flutuante.

O que estamos aprovando é de uma época em que o câmbio era fixo e a inflação era controlada por meio da emissão de moeda.

Portanto, Sr. Presidente, quero apenas registrar que, pelos procedimentos, devemos aprovar a matéria, mas sabendo que se trata de um tipo de programação que já não tem nenhuma praticidade no atual momento e dentro das políticas que o Banco Central adota. Mas creio que pode servir de exemplo, e o Senador Garibaldi Alves apresentou um projeto que está tramitando aqui no Senado Federal que efetivamente muda esses procedimentos. Esse é um tema fundamental para o País, para que sejam disponibilizados mecanismos necessários para que o Senado faça o acompanhamento e o controle do Banco Central.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, para discutir o projeto.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda bem que o Senador Delcídio Amaral, por honestidade intelectual, acabou dando conta do faz-de-conta que estamos aqui a votar. Há o faz-de-conta que monitora o Banco Central; há o faz-de-conta de que o Banco Central não é independente, de que não faz absolutamente o que quer, e estamos aqui.

É por isso que nós do P-SOL vamos votar contra, não apenas pelo faz-de-conta, mas também porque os documentos foram encaminhados completamente fora do prazo ordinário. Existe uma clara descontinuidade da remessa dos documentos pela Presidência da República ao Senado. Vamos votar contra porque somos contra a verborragia da patifaria neoliberal e contra essa ortodoxia monetária muito bem representada. Mas é evidente que saudamos a honestidade intelectual do Senador Delcídio como Relator.

O P-SOL vota contra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima para discutir o projeto.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra, não propriamente para discutir, mas para fazer um requerimento a V. Ex^a, no sentido de que esta matéria não conste da Ordem do Dia. Não temos o avulso disponível aqui no nosso computador. Há a informação de que o avulso está em produção, encontra-se

em elaboração pela Seep. Portanto, não é apropriada ainda a deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Estou encaminhando para V. Ex^a uma cópia completa da Ordem do Dia, porque a matéria está tramitando em caráter de urgência, de acordo com o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 25 de junho de 1995.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Sr. Presidente, estou recebendo o avulso neste instante. Eu pediria a V. Ex^a que, no mínimo, verificasse a inversão de pauta, para que possamos tomar conhecimento.

Recebemos agora. É impraticável!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Basta V. Ex^a acessar a Ordem do Dia eletrônica, em que consta inclusive o parecer.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Almeida Lima; em seguida, darei a palavra a V. Ex^a, Senador Delcídio Amaral, com prazer.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há outra questão. Estamos deliberando aqui, salvo engano, sobre quatro ou cinco decretos legislativos incluídos na Ordem do Dia. Já se cometeu o absurdo de que uma dessas deliberações deveria ter acontecido no ano passado, referente a uma programação monetária trimestral. E não houve deliberação. Na Comissão, semana passada, a matéria foi aprovada em um piscar de olhos, em conjunto com várias, ou melhor, no mesmo instante.

Chega ao Senado Federal uma programação monetária oferecida pelo Executivo – Ministério da Fazenda e Banco Central –, cuja lei em vigor não está sendo cumprida em nada. E há pouco ouvimos a Liderança do PT, o Senador Delcídio Amaral, quase como se estivesse sugerindo o não-cumprimento da lei, porque ela não deve ser aplicada a um projeto do Senador Garibaldi Alves em tramitação. Sim, mas isso é de **lege ferenda**, é de lei a ser feita. A legislação hoje exige.

Então, a matéria vem a Plenário para não ser discutida, sem avulso, pois o avulso eletrônico não consta? O mais correto, Sr. Presidente, seria a retirada de pauta para ser devidamente formalizada, para os Srs. Senadores terem acesso, para se fa-

zer uma leitura, porque aqui vamos deliberar uma programação trimestral que já foi executada no terceiro trimestre passado. E deliberar mais o quê? O que já foi proposto, apresentado e executado, sendo que elas devem vir por antecipação à abertura do trimestre?

Portanto, faço esse apelo a V. Ex^a e reafirmo que o avulso não consta da pauta eletrônica.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Devo informar a V. Ex^a que atrasou a tramitação em virtude de um requerimento aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos para que os processados referentes à programação do terceiro e do quarto trimestre, de 2004 e 2005, fossem anexados. Isso delongou evidentemente a tramitação.

O preciosismo do Senador Delcídio Amaral tem sentido, mas só vamos resolver esse tipo de problema quando realizarmos, no Brasil, a consolidação das leis. Temos, no Brasil, mais de 20 mil diplomas legais, inteligíveis e ininteligíveis. Toda vez que nos deparamos com o cumprimento da lei, para votarmos algo que não tem mais eficácia, temos, pelo menos, que pensar na necessidade de consolidarmos as leis neste País. Isso já foi aprovado tanto nesta como na outra Casa, mas, lamentavelmente, não se deu nenhum passo a respeito, absolutamente.

O Senador Geraldo Mesquita sabe muito bem do que estou falando.

A diligência foi cumprida, e o ofício, assinado pelo 1º Secretário, Senador Efraim Morais, foi comunicado à Comissão. De modo que não nos resta alternativa senão votar.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE) – Sr. Presidente, quero fazer apenas um esclarecimento, se V. Ex^a me permite.

O Sr. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com todo o prazer, Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Desde o ano passado, na Comissão de Assuntos Econômicos, levanto-me e peço a palavra pela ordem, algumas vezes, cobrando a tramitação dessa programação monetária. Isso consta em ata, desde o ano passado, diversas vezes. Simplesmente, os processos chegaram a esta Casa e ninguém dava conhecimento e informação de seu paradeiro. Essa é a verdade. Tanto que as programações do terceiro e quarto trimestres não foram deliberadas no ano passado; vieram a ser deliberadas na semana passada. A programação monetária dos meses de julho, agosto e setembro e de outubro, novembro e dezembro já foram executadas. Ora, a programação monetária trimestral vem para que o Senado faça uma avaliação

sobre se deve ou não ser aprovada, para que seja ou não implementada.

Estão em pauta as programações monetárias referentes ao terceiro e ao quarto trimestres do ano passado, ao primeiro e ao segundo trimestres deste ano, sendo que já terminaremos o segundo agora em junho! Deveríamos estar aqui recebendo já a terceira programação trimestral deste ano, que o Ministério não mandou para esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Almeida Lima, esta Casa tem muito a agradecer-lhe, porque foi exatamente em consequência de uma brilhante intervenção que V. Ex^a fez na Comissão que realizamos essas diligências. Mas, do ponto de vista da Mesa, outra alternativa não há senão darmos encaminhamento à votação da matéria.

V. Ex^a tem absoluta razão agora nessa intervenção, assim como na intervenção que fez na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria de destacar, Sr. Presidente, até em função da própria ação do Senador Almeida Lima e da Comissão de Assuntos Econômicos, que foi feito um requerimento para a atualização da programação monetária de todos os trimestres. Essa análise, inclusive, ficou sobrestada na Comissão de Assuntos Econômicos até que toda a programação dos trimestres anteriores fosse apresentada. É o que estamos aprovando agora.

Evidentemente, já existem projetos no Senado criando mecanismos para, em uma nova realidade, discutir-se a questão da programação de todas as ações do Banco Central. No entanto, não temos outra saída, Sr. Presidente, a não ser aprová-los, até porque a matéria já passou pela outra Casa e pela Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a matéria já foi discutida na Comissão de Assuntos Econômicos e chegou-se à conclusão

de que essas matérias estão sendo discutidas fora do prazo. Só há um remédio: a aprovação de projetos como o que pude apresentar, que dá oportunidade para que haja um novo tratamento sobre a matéria.

Gostaria de fazer um apelo ao Senador Almeida Lima, que tanto já discutiu na Comissão a matéria, para que a aprovássemos e fizéssemos um esforço para aprovar o nosso projeto de lei, que dá o tratamento adequado ao assunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros, PMDB – AL) – O encaminhamento de V. Ex^a, Senador Garibaldi Alves, é absolutamente pertinente.

Eu gostaria de fazer um apelo para que pudéssemos continuar a discussão.

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 241.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Com voto contrário dos dois Senadores do P-SOL, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Voto contrário dos dois Senadores do P-SOL, mais precisamente do Senador Geraldo Mesquita e da Senadora Heloísa Helena, e do Senador Almeida Lima.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 2005, que passo a ler..

É lido o seguinte:

PARECER Nº 691, DE 2005

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 2005.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 2005, que aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2004.

Sala de Reuniões da Comissão, 31 de maio de 2005. _ Senador **Tiã Viana**, Presidente – Senador **Antero Paes de Barros**, Relator – Senador **Álvaro Dias** – Senador **Paulo Octávio** – Senador **Efraim Morais**.

ANEXO AO PARECER Nº 641, DE 2005

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 2005.

Aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2004.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovada a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2004, nos termos da Mensagem nº 122, de 2005 (nº 389/04, na origem).

Art. 2º Este decreto legislativo entra em Vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 3:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 242, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 242, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 675, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2004.*

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão do dia 25, quando deixou de ser apreciada tendo em vista a falta de acordo das Lideranças para deliberação daquela pauta.

A Presidência esclarece ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com os votos contrários do Senador Geraldo Mesquita, da Senadora Heloísa Helena e do Senador Almeida Lima.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 242, de 2005, que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 692, DE 2005

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 242, de 2005.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 242, de 2005, que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2004.

Sala de Reuniões das Comissão, 31 de maio de 2005. _ Senador **Tião Viana**, Presidente – Senador **Antero Paes de Barros**, Relator – Senador **Álvaro Dias** – Senador **Paulo Octávio** – Senador **Efraim Morais**.

ANEXO AO PARECER Nº 692, DE 2005

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 242, de 2005.

Aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2004.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovada a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2004, nos termos da Mensagem nº 135, de 2005 (nº 262/05, na origem).

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão redação final.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam a redação final queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 4:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 243, DE 2005

*(Em regime de urgência,
nos termos do parágrafo único
do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 243, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 676, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral), que *aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2005*.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão do dia 25, quando deixou de ser apreciada tendo em vista a falta de acordo das Lideranças para deliberação daquela pauta.

A Presidência esclarece que poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com os votos contrários da Senadora Heloísa Helena, do Senador Almeida Lima e do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 243, de 2005, que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 693, DE 2005

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 243, de 2005.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 243, de 2005, que aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2005.

Sala de Reuniões da Comissão, 31 de maio de 2005. _ Senador **Tião Viana**, Presidente – Senador **Antero Paes de Barros**, Relator – Senador **Álvaro Dias** – Senador **Paulo Octávio** – Senador **Efraim Morais**.

ANEXO AO PARECER Nº 693, DE 2005

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 243, de 2005.

Aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2005.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovada a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2005, nos termos da Mensagem nº 136, de 2005 (nº 262/05, na origem).

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada, com voto contrário dos Senadores Geraldo Mesquita Júnior e Almeida Lima e da Senadora Heloisa Helena.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 5:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 244, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 677, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral), que aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2005.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão do dia 25, quando deixou de ser apreciada tendo em vista a falta de acordo das Lideranças para deliberação daquela pauta.

A Presidência esclarece que poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos à votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 244.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado, com voto contrário da Senadora Heloísa Helena, do Senador Almeida Lima e do Senador Geraldo Mesquita.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 2005, que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 694, DE 2005

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 2005.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 2005, que aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2005.

Sala de Reuniões da Comissão, 31 de maio de 2005. _ Senador **Tiã Viana**, Presidente – Senador **Antero Paes de Barros**, Relator – Senador **Álvaro Dias** – Senador **Paulo Octávio** – Senador **Efraim Morais**.

ANEXO AO PARECER Nº 694, DE 2005

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 2005.

Aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2005.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovada a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2005, nos termos da Mensagem nº 137, de 2005 (nº 262/05, na origem).

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a redação final, com voto contrário do Senador Almeida Lima, da Senadora Heloísa Helena e do Senador Geraldo Mesquita.

A matéria foi aprovada e vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não há acordo para prosseguirmos a nossa pauta de votação. Os demais itens ficarão, portanto, para a sessão ordinária de amanhã.

São os seguintes os itens sobrestados:

6

PARECER Nº 595, DE 2005

(Escolha de Autoridade – votação nominal)

(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 595, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/29, de 2005 (nº 535/2005, na origem), pelo qual a Procuradoria-Geral da República submete à deliberação do Senado a indicação da Procuradora Regional da República, Dra. *Janice Agostinho Barreto Ascari*, pelo Ministério Público Federal, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

7

PARECER Nº 596, DE 2005

(Escolha de Autoridade – votação nominal)

(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 596, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/30, de 2005 (nº 535/2005, na origem), pelo qual a Procuradoria-Geral da República submete à deliberação do Senado a indicação da Subprocuradora-Geral do Trabalho, Dra. *Ivana Auxiliadora Mendonça Santos*, pelo Ministério Público do Trabalho, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

8

PARECER Nº 597, DE 2005

(Escolha de Autoridade – votação nominal)

(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 597, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro

Simon, sobre o Ofício nº S/31, de 2005 (nº 535/2005, na origem), pelo qual a Procuradoria-Geral da República submete à deliberação do Senado a indicação do Procurador da Justiça Militar, Dr. *Osmar Machado Fernandes*, pelo Ministério Público Militar, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

9

PARECER Nº 598, DE 2005

(Escolha de Autoridade – votação nominal)

(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 598, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/32, de 2005 (nº 535/2005, na origem), pelo qual a Procuradoria-Geral da República submete à deliberação do Senado a indicação do Promotor de Justiça, Dr. *Gaspar Antônio Viegas*, pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

10

PARECER Nº 599, DE 2005

(Escolha de Autoridade – votação nominal)

(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 599, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/33, de 2005 (nº 17/2005, na origem), pelo qual o Supremo Tribunal Federal submete à deliberação do Senado a indicação do Juiz do Trabalho, Dr. *Hugo Cavalcanti Melo Filho* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

11

PARECER Nº 600, DE 2005

(Escolha de Autoridade – votação nominal)

(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 600, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/34, de 2005 (nº 453/2005, na origem), pelo qual o Superior Tribunal de Justiça submete à deliberação do Senado a indicação do Juiz Federal *Ricardo*

César Mandarin Barretto para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

12

PARECER Nº 601, DE 2005

(Escolha de Autoridade – votação nominal)
(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 601, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/18, de 2005 (nº 88/2005, na origem), pelo qual pelo qual o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil submete à deliberação do Senado a indicação do Dr. *Francisco Ernando Uchoa Lima* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

13

PARECER Nº 602, DE 2005

(Escolha de Autoridade – votação nominal)
(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 602, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/19, de 2005 (nº 88/2005, na origem), pelo qual pelo qual o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil submete à deliberação do Senado a indicação do Dr. *Luiz Carlos Lopes Madeira* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

14

PARECER Nº 603, DE 2005

(Escolha de Autoridade – votação nominal)
(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 603, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/35, de 2005 (s/nº, na origem), pelo qual os Líderes Partidários desta Casa submetem à deliberação do Senado Federal a indicação do Senhor *Alberto Machado Cascais Meleiro* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

15

PARECER Nº 604, DE 2005

(Escolha de Autoridade – votação nominal)
(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 604, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/36, de 2005 (nº 583/2005, na origem), pelo qual a Câmara dos Deputados submete à deliberação do Senado Federal a indicação do Senhor *Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

16

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 57, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2003 (nº 306/2000, na Câmara dos Deputados), que acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura.

Parecer favorável, sob nº 195, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Marcelo Crivella.

17

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 73, DE 1999

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que inclui novo inciso no § 9º, além de novos parágrafos no art. 165 da Constituição Federal (participação da população ou de entidades civis legalmente constituídas na elaboração, aprovação e execução do processo orçamentário).

Parecer sob nº 1.398, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

18

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 31, DE 2000**

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.*

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

19

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Parecer sob nº 1.199, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

20

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2004**

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer, sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

21

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, com base no art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Antes de voltar à lista de oradores, concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tendo o Senador Antonio Carlos Magalhães feito uma referência pessoal a mim e dadas as circunstâncias havidas, eu gostaria, a propósito, de ler a seguinte carta que Leonardo Boff, Professor Emérito de Ética da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, enviou-me há pouco.

Querido amigo Senador Eduardo Suplicy,

Acompanhei ontem, segunda-feira à noite, na sessão do Senado, sua justificacão de voto em favor da abertura da CPI da corrupçã dos Correios. Vi também as críticas que seus colegas de PT lhe fizeram. E observei uma profunda diferença. Você falava a partir da consciência e eles falavam a partir da palavra dada. Você falava de ética e eles de combinações políticas que você teria rompido. Em nenhum momento, no discurso deles, se aventava a questão de consciência. Ou porque a esta altura do jogo político já se perdeu o sentido de respeito a este santuário, onde só Deus entra, e aí se extraviou a ética, ou a palavra dada é considerada última instância, e então se aceita o jogo dos oportunismos e o inferno das interpretações das interpretações e das interpretações das palavras.

É a consciência que julga as palavras, mesmo dadas, não as palavras que julgam a

consciência, pois esta coloca a pessoa diretamente diante de Deus, a única Palavra infalível. Você, ao votar, não pensou na parte (no Partido), pensou no todo, naquilo que é melhor para o Brasil, para a educação do povo e para o futuro do Presidente Lula.

Quero me solidarizar com você. Você deu à Nação brasileira um sentido de respeito, de grandeza ética e de política como mediação do justo e do certo, e não de política como jogo de poder. Estou seguro que os melhores da Nação estarão ao seu lado. Entre esses melhores, quero incluir a maioria do povo brasileiro, humilde, “gente boa”, que, apesar de todas as manipulações, nunca perdeu o sentido ético e moral da vida, última dignidade que lhe restou.

Receba minha solidariedade e abraço bem fraterno, sentindo-me honrado em tê-lo como amigo e representante maior da consciência emancipatória do Brasil. Neste apoio vai também a solidariedade de minha companheira Márcia Miranda e do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis, que há quase 30 anos trabalha com a dignificação dos empobrecidos.

Leonardo Boff, professor emérito de ética da UERJ.

Gostaria de informar, Sr. Presidente, que hoje, pela manhã, os meus colegas de Bancada, com muita sinceridade, expressaram o seu sentimento da discordância que tiveram com a minha decisão, o meu pronunciamento.

Ao final da manhã, tive uma reunião, na sede nacional do Partido dos Trabalhadores, com Delúbio Soares, Diretor-Tesoureiro, e, depois, na segunda parte do diálogo, com o Presidente José Genoíno, estando presente também Delúbio Soares. Eles me expressaram o quanto divergiram de minha decisão. Comunicou-me Delúbio Soares, com muito companheirismo e respeito, que, em função da decisão por mim tomada e de meu discurso, a coordenação daqueles que compõem a chapa do campo majoritário – ainda que tivesse ele próprio, em nome de todos e da coordenação majoritária, convidado para que eu compusesse essa chapa – a partir daquela minha decisão, avaliava que não seria adequado que eu estivesse na chapa. Compreendi essa decisão.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, já estou concluindo.

Quis transmitir ao Presidente José Genoíno, meu colega no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, que, pelo respeito que tenho por ele, pela dedicação extraordinária que tem tido para com o PT e não apenas por essa questão, mas por toda a nossa história comum, continuarei votando nele como o candidato à Presidência do PT. Não será isso a nos dividir.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Finalmente, Sr. Presidente, diante até de especulações ocorridas hoje na imprensa, como no jornal **Valor Econômico**, segundo as quais o PT poderia lançar outro nome até do PMDB para candidato da chapa ao Senado no próximo ano, ressalto que o Presidente José Genoíno reiterou-me, pois já havia dado essa explicação, em face de todo o episódio, que, no entendimento dele, o candidato ao Senado para 2006 será este Senador que lhes fala.

De qualquer maneira, é mais do que natural que este assunto seja objeto do diálogo entre todos os membros do PT e os eleitores de São Paulo.

Convido todos a comparecer, no dia 26 próximo, no Teatro Oficina, em São Paulo, às 15 horas, a uma plenária de debate sobre tudo o que ocorreu nos 15 anos de meu mandato, sobre o que recomendam para o futuro e sobre se avaliam que deva ser eu o candidato ao Senado pelo PT para um novo mandato.

São os esclarecimentos que eu gostaria de dar, agradecendo a atenção, o respeito de meus colegas de Bancada e sobretudo ao Líder Delcídio Amaral, que comigo foi tão sincero. Todos os membros de minha Bancada disseram a mim de seu sentimento, mesmo divergindo do meu ato.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Líder Osmar Dias, pelo PDT.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, estou inscrito como orador.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a está inscrito, mas estamos intercalando um orador com um Líder, democraticamente, como foi decidido por este Plenário. Concederei a palavra a V. Ex^a com satisfação.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cheguei no final da tarde ainda a tempo de votar na sessão de hoje, vindo da cidade de Londrina, no Paraná, onde se realizou um grande movimento de alerta dos produtores rurais do meu Estado. Pequenos agricultores, agricultores familiares, agricul-

tores médios e grandes reuniram-se juntamente com as entidades que os representam, como a Fetaep, a Faep e as cooperativas, que têm, entre seus cooperados, 95% de agricultores familiares e de pequenos agricultores. Todos manifestaram a sua preocupação e o seu desespero em relação à situação que se encontram no momento.

A agricultura está alertando o Governo de que a crise no campo que hoje afeta os agricultores e os trabalhadores rurais poderá se expandir, se espalhar e atingir toda a economia brasileira e, mais do que a economia, as pessoas, e o nível de emprego, que já é insatisfatório, poderá cair ainda mais.

O alerta pacífico que ocorreu no meu Estado, com a presença de mais de 11 mil agricultores, foi uma manifestação sem tumulto, em harmonia, para que todos pudessem se posicionar. Foi uma reunião que durou quatro horas, em que se debateu e se concluiu pela apresentação de uma carta de propostas ao Governo Federal.

Os agricultores brasileiros não querem confronto com o Governo. Eles querem ser ouvidos pelo Governo Federal. Afinal de contas, o Governo fez algumas promessas que estão pendentes. Quero relembrar algumas.

Primeiro, durante a campanha eleitoral, o Presidente Lula prometeu criar o seguro de safra, o seguro de produção. O Congresso Nacional cumpriu a sua missão. O Senado aprovou, assim como a Câmara, a lei para regulamentar a instituição do seguro de produção. Mas o Governo não alocou recursos para dar sustentação às empresas e não atraiu dessa forma empresas nem nacionais nem estrangeiras para investir no seguro da produção do campo.

Com isso, a estiagem que castigou as lavouras, especialmente no Sul do País e também em alguns Estados do Centro-Oeste, acabou com mais de 50% da produção no Rio Grande do Sul e prejudicou no Paraná mais de 30% da produção. Com isso, a renda dos produtores começou a ser prejudicada.

Além da estiagem, os produtores semearam a safra com o dólar a R\$ 3,10, compondo um custo de produção altíssimo, um custo de produção que foi contabilizado com o dólar a R\$ 3,10. Durante a colheita, o dólar caiu para R\$ 2,40.

Lá, em nome do Presidente da Comissão de Agricultura do Senado, Sérgio Guerra, e em nome dos Senadores que se preocupam com esse segmento, assim como da Senadora Lúcia Vânia, que também compartilha a mesma preocupação, falei exatamente aquilo que temos discutido na Comissão de Agricultura.

Senador Aelton Freitas, não dá mais para postergar as medidas que foram anunciadas. Fizemos um

trabalho na Comissão de Agricultura do Senado e na Comissão de Agricultura da Câmara, elaboramos propostas, que foram aceitas pelo Governo e anunciadas no encontro em Rio Verde, em Goiás, e aqui mesmo nas instalações do Congresso Nacional.

Mas essas medidas anunciadas estão muito longe de serem colocadas em prática, pois, quando o agricultor procura a prorrogação dos seus empréstimos, o banco faz tantas exigências que praticamente inviabiliza a prorrogação dos empréstimos de custeio e muito mais de investimento. Há bancos que se negam até a atender o agricultor e a conversar com ele sobre o seu problema. Essa é uma medida que não foi cumprida.

A outra medida que não foi cumprida foi o seguro da produção. Não há como o Governo continuar fazendo um discurso na televisão, principalmente na propaganda que consome recursos públicos neste País e praticar uma outra realidade.

O Governo Lula está dizendo que os agricultores estão bem, que nunca houve tanto dinheiro na agricultura familiar, mas o que está ocorrendo no campo é diferente. Esse dinheiro não está chegando ao agricultor familiar. Quando ele chega, o agricultor toma o empréstimo e, se tem frustração de safra, não tem o seguro que lhe foi prometido durante a campanha eleitoral e mesmo durante o Governo, porque o Governo fala como se o seguro estivesse à disposição do produtor.

Senador Sérgio Guerra, não existe seguro para a produção. Já foi o tempo em que havia o Proagro, que dava segurança ao banqueiro, ao dono do banco e não ao produtor rural. Agora, nem isso há, porque também o Proagro está inoperante e não chega ao produtor rural.

A situação não é brincadeira, é de calamidade. Onze mil agricultores deixaram as suas propriedades, as suas casas, e foram a Londrina de ônibus. Chegaram ao local 312 ônibus e muitos carros, completando 11 mil pessoas diante de um palanque organizado pelas entidades. Esses produtores, homens e mulheres de bem, deixaram as suas propriedades para protestar e dizer ao Governo que o que eles querem é continuar na sua propriedade produzindo.

O Governo que prometeu 10 milhões de empregos está acabando com milhares de empregos no campo desde País. O Governo que prometeu gerar 10 milhões de empregos se esquece de que há 5,5 milhões de produtores rurais, entre eles 4,5 milhões de pequenos agricultores familiares, que poderão estar na fila da reforma agrária se não tiverem agora as medidas anunciadas pelo Governo atendidas, postas em prática.

O discurso do Governo é muito diferente do que o que acontece. O Governo fala como se a economia nacional estivesse crescendo, como se as pessoas estivessem usufruindo do crescimento da economia. Só que o Governo transforma o crescimento da economia em impostos. A economia cresce, o Governo come esse crescimento com mais tributos, com mais impostos, e não deixa o dinheiro irrigar a economia.

Querem ver um cálculo simples? Só no Paraná, a agricultura perdeu R\$3 bilhões com a estiagem mais a queda de preço em função do dólar irreal, do câmbio irreal que está sendo praticado. Só que cada real gerado na economia primária de um Estado – e esse não é um cálculo meu, mas de especialistas da Fundação Getúlio Vargas e de outros especialistas que trabalham com o tema – gira quatro vezes na economia.

No Paraná foram R\$3 bilhões, mas, no Brasil, o volume de dinheiro que se perde com a queda de preços das *commodities* e dos produtos agrícolas é imensurável. A economia brasileira está sofrendo impacto em pequenos, médios e grandes Municípios. O comércio já não vende mais como vendia. Se o comércio não vende, tem que demitir; se demite, as pessoas não têm salário, não consomem, e forma-se um círculo vicioso. Com isso, as fábricas de equipamentos e máquinas demitem trabalhadores. Só as fábricas do Rio Grande do Sul já demitiram oito mil funcionários, de fevereiro até agora, e parece que ninguém vê isso por parte do Governo. O Governo continua fazendo o discurso do momento maravilhoso que estamos vivendo na economia brasileira. Mas como, se a indústria de máquinas e de insumos demite e as cooperativas brasileiras começam a ter a preocupação que tiveram há dez anos, quando metade delas quebrou?

Certas pessoas em meu Estado costumam dizer que defender grandes cooperativas é defender grandes corporações e grandes empresas. Mas quem são os que formam a grande cooperativa? São milhares. Cada uma delas com 15 mil, 20 mil pequenos agricultores que dependem da cooperativa, que suporta o endividamento do setor exatamente para não abandoná-los, neste momento, à própria sorte.

O Governo está dormindo, e, assim, permite que a agricultura brasileira entre em uma crise que vai se aprofundar. Fiz o alerta aqui em janeiro, e o Governo continuou dormindo. Alerto novamente, Senador Leomar Quintanilha, que preside neste momento a sessão, porque a questão não se relaciona apenas ao Paraná, mas também a seu Estado, o Tocantins, onde, segundo os agricultores, uma saca de arroz está sendo vendida a R\$10,00.

Esse valor não chega ao consumidor, para o qual os preços continuam subindo. E o Governo usa o ar-

gumento de que precisa combater a inflação, aumentando a taxa de juros a cada reunião do Copom e do Banco Central, fazendo com que o câmbio desande ainda mais. Esse fato reflete nos preços dos produtos agrícolas.

A defasagem existente do plantio até agora é de 30% só no custo de produção. Alguém que produziu uma saca de arroz ao custo de R\$30,00 pode vendê-la a R\$10,00? O que acontecerá com esse agricultor? Ele não será mais um desempregado, mais um a reivindicar, daqui a pouco, a terra que perdeu?

Há, no pátio de algumas concessionárias de meu Estado, 300 tratores que foram devolvidos. É preciso que as emissoras de televisão, que divulgaram o bom momento da agricultura, possam cobrir agora o momento que a agricultura está vivendo e mostrar que, nos pátios das concessionárias, os tratores vendidos, financiados, estão voltando, e a inadimplência cresce a cada dia.

Estamos vendo a multiplicação dos efeitos do que ocorre na agricultura e nas empresas que comercializam equipamentos e insumos agrícolas, que não estão recebendo. E, se não estão recebendo, vão quebrar e começar a demitir. Os empregos prometidos estão ocorrendo sim, mas às avessas, porque estão destruindo o modelo de pequena propriedade construído ao longo de décadas no País.

Esse modelo de pequena propriedade é sagrado e não pode ser destruído sob pena de nos defrontarmos com um problema social muito grave, pois atrás do desemprego vem tudo o mais que conhecemos. E não estamos vendo o Governo tomar providência alguma no sentido de debelar a crise que afeta o setor primário da economia, o agronegócio brasileiro.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Osmar Dias?

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Osmar Dias?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Com muita satisfação, concedo um aparte ao Senador Sérgio Guerra, que preside com muita competência e muita dedicação a Comissão de Agricultura do Senado Federal. Em seguida, à Senadora Heloísa Helena.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador Osmar Dias, com absoluta convicção, digo que a fala de hoje de V. Ex^a é contundente, é a expressão de uma realidade sem retoques, pintada em sua exata cor com o coeficiente de autoridade que todos reconhecem em um Senador aplicado e competente como V. Ex^a o é. O cenário é extremamente grave. É impressionante! Eu próprio fico espantado com a insensibilidade diante desse cenário, e com a insinceridade também, em relação à propaganda enganosa que estaria a vender

um país que não existe, uma realidade que não se confirma na prática. Objetivamente, há uma crise com agravamento geométrico, e nenhuma providência. Participei de algumas reuniões, inclusive com o Ministro da Fazenda, e a conclusão é sempre a mesma: não há a menor condição financeira de se encarar a necessidade da agricultura. Isso é o que se diz, e disso não se sai. Como afirmar que o País vai bem, se os fatos são esses? Se vai se quebrar um ciclo de produção que tem segurado o Brasil, que só lhe tem feito bem, do ponto de vista geral, macroeconômico, social, do emprego, da exportação, seja lá o que for? Penso que as pessoas estão subestimando um processo que vai se agravar e que vai marcar muito este ano. E, seguramente, este Governo ufanista, que comemora resultados, não terá muito que comemorar, porque se mostra absolutamente incapaz de enfrentar o problema e de dar solução a ele. Não julgo pessoas, mas constato fatos. Não é história. É falsa a informação de que a gordura é dos produtores; é verdadeira a informação de que há distorção no mercado, que estamos atuando para combater. Mas, de uma maneira muito clara, temos um Ministro da Agricultura respeitável e um Ministério da Agricultura sem instrumentos, desaparelhado. O Governo se protege na imagem pública do Ministro da Agricultura, já que não tem o que dizer aos agricultores.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Senador Sérgio Guerra, o assunto é tão grave que hoje recebi a notícia do ingresso de uma doença em aviários de uma região importante de produção. Espero que a notícia seja desmentida, porque, apenas em meu Estado, uma cooperativa investiu recentemente R\$400 milhões para colocar em funcionamento um complexo avícola. Se a doença se expandir, haverá um outro caos econômico e social, pois a avicultura emprega dois milhões de pessoas no País.

E digo a V. Ex^a que a negligência do Governo com a defesa sanitária chega a ser irritante. O Ministro da Agricultura fala e não é ouvido. Nós falamos, ninguém ouve. E liberam R\$37 milhões para a defesa sanitária de um país que possui, só de bovinos, 180 milhões de cabeças, o que exigiria, para o controle da febre aftosa, R\$170 milhões. Estão brincando com um assunto de extrema gravidade e que pode trazer conseqüências dramáticas para a sociedade brasileira. Não para os agricultores apenas, mas para a sociedade, porque quem vai pagar as conseqüências disso é o trabalhador, que vai perder seu emprego, e já começa a perder.

Concedo o aparte à Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Osmar Dias, saúdo o pronunciamento de V. Ex^a, o Senador Sérgio Guerra e a Senadora Lúcia Vânia tam-

bém. Não é à toa que o velho Goebbels, publicitário de estimação de Hitler, dizia que mentira repetida muitas vezes vira verdade. Fico impressionada com a propaganda enganosa em relação ao setor agrícola. Só se para os grandes, para os muito grandes do agrosHOW estiver funcionando. Porque para a agricultura familiar, para o pequeno e médio produtor, não funciona nada. Aliás, o Senador César Borges tem um projeto que repactua a dívida, tenho em relação à anistia familiar por perdas em função de questões climáticas. Não conseguimos nem incluir no Seguro Safra determinados produtos agrícolas essenciais do Nordeste, plantados pela grande maioria da população nordestina, que necessita de apenas um salário mínimo e meio de renda para se capacitar. Para o seguro agrícola, lembrado pela Senadora Lúcia Vânia, está disponibilizado zero. Não se corrigem as distorções do saldo devedor, nem se repactua a dívida. Quando isso ocorre, são repactuações e mais repactuações feitas, o que não resolve o problema. Além do crédito, política agrícola, subsídio, tudo aquilo que todos sabem. Portanto, quero saudar V. Ex^a pelo pronunciamento. Aliás, Senador Osmar Dias, para que V. Ex^a tenha idéia, quando fui para aquele tribunal de inquisição do PT, usaram inclusive os debates que fiz aqui na Casa para introduzir os pequenos produtores, especialmente devedores dos fundos constitucionais, que ficaram fora da medida provisória. A mentira foi tanta, tanta, que ludibriou muita gente de bom coração, como o Senador Antonio Carlos Valadares, comprometido com o setor, que fez uma cartilha dizendo como era repactuar. Os produtores chegavam no banco e não conseguiam repactuar coisa alguma. Fizemos reunião com o Palocci, com o Secretário do Tesouro, todos diziam que iam fazer e não fizeram absolutamente nada. Portanto, quero compartilhar do pronunciamento de V. Ex^a. Sei que não é a primeira vez que, nesta Casa, fala sobre isso. Tem sido um dos principais defensores nesta Casa. Sei que o Senador Jonas Pinheiro também, a despeito de nossas brigas. Mas é inadmissível essa propaganda enganosa. É uma propaganda enganosa! Onde você vai é problema, porque até entre os sem-terra. Estava em Uberlândia, num Fórum Social do Triângulo Mineiro, a maioria era produtor rural de todos os movimentos. Era uma mulher que me reclamava, porque não conseguia acesso ao Pronaf Mulher; era um jovem que não conseguia acesso ao Pronaf Jovem, que estava devendo porque não conseguia pagar. Um caos. Mas, quero saudar com muito prazer e carinho V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado, Senadora Heloísa Helena.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Osmar Dias, a Mesa adverte V. Ex^a que o seu o tempo está esgotado e que já estamos com a prorrogação de um minuto, apesar da relevância do tema e do interesse de muitos Senhores Senadores em efetuar o aparte.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Então, tenho um minuto para encerrar. Vou considerar os apartes que foram solicitados pelo Senador Aelton Freitas, pela Senadora Lúcia Vânia e pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, que tinham contribuições a dar.

Mas, vou encerrar fazendo aqui um apelo ao Governo: não deixe passar essa oportunidade de tomar medidas para debelar essa crise, porque ela vai atingir fortemente a economia e vai atingir, se é que estão pensando só no ano que vem, só na eleição, a popularidade do Presidente da República. E, sem nenhuma dúvida, o assunto que trato aqui hoje será motivo de discussão neste e próximo ano se ele não for resolvido agora, porque a crise que vem aí é muito maior do que imagino.

Vamos tomar as atitudes que foram prometidas. O seguro só depende do Governo, não depende mais do Congresso, e o produtor rural está cobrando que o Governo, pelo menos, cumpra o que prometeu.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado pela concessão do minuto, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente pelos Srs. Demóstenes Torres e Leomar Quintanilha.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concedo a palavra ao eminente Senador Demóstenes Torres, pela Liderança do PFL, pelo tempo que resta da sessão.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Após a Senadora Lúcia Vânia, V. Ex^a terá a palavra pela ordem.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu utilizarei um pequeno tempo, pois preciso cumprimentar o Senador Osmar Dias pelo seu pronunciamento, uma vez que o Estado de Goiás, hoje, encontra-se inteiramente paralisado. Acabo de chegar da cidade de Jataí, de

onde trago todo o descontentamento dos produtores daquela área. As palavras do Senador Osmar Dias vieram dar a resposta que eu gostaria de dar neste microfone. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concedo a palavra, pela ordem, ao eminente Líder do PT, Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só gostaria de cumprimentar o nosso querido Senador Osmar Dias pelo discurso. S. Ex^a é homem competente, sério, conhecedor do agronegócio. Sr. Presidente, preciso também lembrar ao Senador Osmar Dias muitas ações promovidas pelo Governo. Quero me referir ao Pesa, programa que demandou grande discussão e muito tempo dos Parlamentares e foi de extrema relevância para o agronegócio. Lembro ainda da Lei de Biossegurança, que, após muito tempo de discussão, foi aprovada, cujo texto foi bastante aperfeiçoado aqui no Senado Federal.

Recentemente, foi editado decreto caracterizando emergência em várias regiões e municípios do Brasil, dando aquele “oxigênio” necessário aos nossos produtores. Senador Osmar Dias, concordo com o que disse V. Ex^a a respeito da doença do frango. Mas iremos além, mencionando a questão da aftosa na região das fronteiras. Como V. Ex^a sabe, não existem mais barreiras de alíquotas no mercado internacional. Atualmente, as barreiras são sanitárias. Não tenho dúvida nenhuma de que vamos ter que trabalhar bastante para garantir o orçamento projetado pelo Ministério da Agricultura.

Sr. Presidente, para concluir, além de mencionar esse debate, essa discussão, quero registrar o desejo do Governo, mais do que nunca, de buscar soluções específicas no que se refere ao seguro, Senador Osmar Dias, como V. Ex^a mencionou com muita precisão.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Delcídio Amaral, não cabe a V. Ex^a, ao pedir a palavra pela ordem, o argumento que usou. Há um orador na tribuna.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Mas, Sr. Presidente, com a devida permissão, eu não poderia deixar de falar.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Havia outros senhores Senadores pleiteando o aparte.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu também queria falar pela ordem, para dizer do sofrimento do Dr. Delcídio Amaral como Líder do Governo. S. Ex^a sabe que não será nada.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Agradeceria a colaboração de V. Ex^a para com a Mesa.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, só gostaria de fazer esse registro.

Muitas coisas foram feitas. Temos ainda muitos assuntos para debater e implementar. É importante ressaltar o grande salto que o agronegócio trouxe ao País. O Governo do Presidente Lula acreditou no agronegócio.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, “Deu no **New York Times**...”, de Jorge Ben Jor.

No último domingo, li uma interessante matéria do correspondente do New York Times no Brasil. Dessa feita, o jornalista Larry Rother, o responsável por furo jornalístico que quase o leva à expulsão do País, foi até Acauã, no Piauí, para verificar **in loco** o andamento das políticas sociais que o Governo Lula tanto se jacta de desenvolver para árabes e africanos. Acauã foi um dos municípios escolhidos para o projeto piloto do Fome Zero. Trago de boa memória aquele 10 de janeiro de 2003, quando o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e todo séqüito ministerial – tão faustoso como a corte de Dom João VI que aportou no Brasil em 1806 – foram conhecer a miséria do sertão para aprender a governar o Brasil, conforme destacou o primeiro mandatário na oportunidade.

Da pacata Vila Irmã Dulce, em Teresina, o Presidente Lula mandou avisar para todo o semi-árido que, apesar de não possuir varinha de condão, os pobres e os ofendidos do Nordeste brasileiro podiam ter certeza de que a esperança venceria a fome. E assim o Presidente Luiz Inácio encerrou o espetáculo do populismo:

Daqui a um tempo eu vou voltar nesta vila. Eu estou assumindo o compromisso, olhando na cara de cada mulher, de cada criança, de cada homem que está aqui. Eu vou voltar aqui. E nós vamos fazer uma ação combinada entre o Governo Federal, o governo estadual, a prefeitura municipal, para que a gente possa voltar aqui e conversar com vocês com orgulho, porque vocês conquistaram a cidadania de vocês (sic).

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Demóstenes Torres, a Mesa interrompe o pronunciamento de V. Ex^a para prorrogar a sessão por cinco minutos, para que possa concluir o seu pronunciamento.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Agradeço esta oportunidade.

Não tinha a vara mágica, mas a prometeu.

O Presidente Lula, naturalmente, não contava com uma agenda de compromissos internacionais das mil e uma noites, nem que a administração do PT fosse resolver o problema da fome no Brasil. O fato é que não voltou mais à região para falar de fome, certamente não por temer os apupos, mas o clima abrasivo, a rudeza do mandacaru e o pio do assum-preto. No entanto, o “inconveniente” Larry Rother apareceu por lá. O Palácio do Planalto pode não ter gostado, mas os leitores do **The New York Times** ficaram sabendo, no último domingo, que o tal Fome Zero e as políticas de inclusão do Governo Lula são um extraordinário embuste.

Observem o cenário que Rother encontrou no Piauí e relatou no maior jornal norte-americano:

Alguns dos projetos prometidos para reduzir a fome e a miséria simplesmente não saíram do papel, enquanto outros estão atolados em burocracia ou emaranhados em políticas partidárias. Mesmo o simples pagamento de R\$50 por mês para as famílias pobres tem gerado problemas, deixando de fora alguns que deveriam recebê-lo e inscrevendo outros que não deveriam.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Com muito prazer, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Em primeiro lugar, quero, em nome do povo piauiense, agradecer a V. Ex^a por trazer este tema à tribuna. V. Ex^a tem razão. Aquela visita do Presidente Lula a Teresina, com todo o seu Ministério, foi como se acendesse uma esperança em toda aquela gente que há muitos anos esperava afinal encontrar o seu momento. E para lá Sua Excelência se dirigiu, com a imensa comitiva de Ministros; convidou alguns políticos, alguns Senadores, como o Senador Mão Santa, sem direito a subir no palanque presidencial porque não podia misturar as classes. E, em termos de resultados, até agora, tal qual o Fome Zero, só temos promessa, Senador Demóstenes. Aliás, esse programa é conhecido no Piauí como o SPA do Presidente Lula, que esperou saciar a fome com o programa tão prometido e tão anunciado que perdeu alguns quilos. De resto, ficou apenas um consolo: o gasto estratosférico com o almoço da comitiva presidencial no hotel mais caro da cidade. E nada mais restou. Muito obrigado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Agradeço a V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes.

O consultor da Câmara dos Deputados Edilberto Carlos Pontes de Lima, em setembro do ano passado, realizou um estudo sobre a execução orçamentária do Fome Zero em 2003 e chegou a números que desmentem a demagogia do Presidente e traduzem em cifras a desídia do Governo Lula percebida pelo aguçado faro jornalístico de Larry Rother. No Orçamento da União, havia sido reservado para o então Ministério Extraordinário de Combate à Fome R\$1,68 bilhão para 2003. Desses foram pagos apenas 52,7%, ou exatos R\$885,6 milhões. O consultor fez as contas e chegou a uma conclusão interessante. Considerando-se os valores efetivamente pagos em 2003, e caso os 44 milhões de brasileiros previstos para receber o socorro providencial do Fome Zero tivessem sido alcançados pela iniciativa, cada um teria um benefício de R\$20,00 por ano, R\$2,00 por mês e R\$0,06 por dia. Há um dado ainda mais grave. Na hipótese de se levar em consideração a promessa do Presidente Lula de garantir três refeições por dia, os recursos pagos em 2003 representariam pouco mais de 1% do que se demandaria para honrar a promessa.

Sr. Presidente, o Governo Lula, como dizia o dramaturgo Nelson Rodrigues, precisa ser observado pelo buraco da fechadura tal a desconfiança social gerada pela conduta de sistemáticas enganações. Quando o Presidente foi ao Nordeste para conhecer de perto a pobreza, proclamou que havia recebido a malsinada herança de uma incontrolável massa famélica, que percebia menos de US\$1,00 por dia.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a, já que estamos encerrando a sessão, mais cinco minutos para poder concluir o meu pronunciamento. (Pausa.)

O SR PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Vá em frente, Senador.

O SR DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – No entanto, no final do ano passado, a Presidência da República enviou à Organização das Nações Unidas (ONU) números bastante inferiores. No documento intitulado “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) – Relatório Nacional de Acompanhamento” é efetuada uma prestação de contas das iniciativas do Governo brasileiro com a ONU a respeito da meta pactuada no ano de 2000, de reduzir pela metade a extrema pobreza até o ano 2015. De acordo com o relatório, não houve herança maldita alguma. Ao contrário, conforme acentua o documento da Presidência da República, “não importa a metodologia utilizada para medi-la: a trajetória da pobreza é de queda”.

E o mais interessante, o relatório não se reporta aos indicadores produzidos no primeiro biênio da

Era Lula, mas à década passada. Conforme ressalta o documento, “em 1990, ano inicial de referência para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, havia 8,8% dos brasileiros abaixo dessa linha de renda **per capita**, ou seja, menos de US\$1,00 por dia. Logo, a meta seria de reduzir esse percentual para 4,4% em 25 anos. Mas, passada só uma década, essa proporção já chegara a 4,7%, a apenas 0,3% da meta”.

A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), instituição da ONU, usa uma metodologia diferente do dólar PPC (Paridade do Poder de Compra) para medir o grau de pobreza. Em vez da renda, a Cepal leva em consideração o consumo. Consoante tal critério, a pobreza praticamente também caiu pela metade no período de 1990 e 2001 no Brasil. Era de 22,4% em 1990 e foi reduzida para 13,2% dez anos depois.

Esses dados não são nada animadores e traduzem a razão de que a superação da pobreza é o desafio da civilização brasileira. Agora, o que transgride o bom senso é a deliberada capacidade do Governo Lula de manipular os indicadores sociais. Para o discurso direto com as massas famintas de escola, de saneamento, de saúde, de segurança e do pão, vale um parâmetro superfaturado de miséria para minimizar os efeitos da paralisia administrativa do PT. Já aos foros internacionais o Governo Lula, sem a menor mancha de rubor, envia confirmações de que o Brasil vai cumprir com folga a Meta do Milênio no que se refere ao combate à pobreza e à fome.

Para desanuviar a ambivalência mentirosa dos indicadores com que trabalha o Governo Lula, um documento divulgado no último sábado, sob o título “Investimento no desenvolvimento: um plano prático para alcançar os objetivos do milênio”, coordenado pelo economista americano Jeffrey Sachs, apontou que o Brasil está incluído entre os países que, se quiserem, resolvem o problema da miséria apenas com o seu próprio esforço material e interesse político.

Sr. Presidente, na semana passada, falou-se tanto no reino animal que me lembrei de uma fábula que situa no modo de vida do macaco, do leão e do porco três fases que muito lembram o Governo Lula. A primeira etapa do comportamento teve a euforia do símio. A segunda, a agressividade felina. A terceira é própria das atitudes do suíno. Realmente, do ponto de vista moral, o Governo Lula derramou todas as medidas.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Demóstenes Torres, o Sr. Leomar Quintanilha, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Pois não, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Estou inscrito e apelo para o coração de V. Ex^a, que é maior do que São Paulo e do que o Brasil, é do tamanho do mundo, no sentido de que me conceda três minutos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador Mão Santa, lerei apenas os requerimentos e, em seguida, concederei a palavra a V. Ex^a.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 576, DE 2005

Nos termos do artigo 43, inciso I, do Regimento Interno, requero licença para tratamento de saúde, conforme laudo médico anexo, no período de 31-05 a 28-9-2005.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2005. – **Antero Paes de Barros.**

REQUERIMENTO Nº 577, DE 2005

Senhor Presidente,

Para os fins previstos no art. 56, inciso II, da Constituição Federal, requero licença para tratar de interesses particulares (art. 43, inciso II, do Regimento Interno), no dia 29-9-05.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2005. – **Antero Paes de Barros.**

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Em votação os requerimentos de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que acabam de ser lidos.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Em votação o Requerimento nº 572, lido na sessão de ontem.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência tomará as providências necessárias à convocação do Suplente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Com a palavra o Senador Mão Santa, por solicitação, pelo prazo de três minutos.

Prorroga a sessão por igual período de três minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Romeu Tuma, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e

os que nos acompanham pelo sistema de comunicação do Senado; Senador Delcídio, que tão bem lidera o PT, recebi, como todos nós recebemos, muitos *e-mails*; um deles, Senador Almeida Lima – em respeito a V. Ex^a –, veio de Santa Catarina e lembra o seu amor ao Direito.

Assim começa Lígia, de Santa Catarina:

“De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantar os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar-se da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto.” (Rui Barbosa)

Hoje o vi pela TV e desde o primeiro instante simpatizei com o senhor. Espero que esta mensagem chegue em suas mãos. Caso contrário não há muito sentido em divulgarem o *e-mail*.

Enfim, ela termina assim:

Infelizmente nosso País é visto lá fora como o país dos ladrões... é essa a imagem suja que alguns, alguns não se envergonham de passar.

Ando desiludida com tanta sujeira, e eu, pessoa honesta que sou não conseguir nada... e quem não é está aí se dando bem! O que adianta tantos bons valores?

É uma mulher que estuda, fala três idiomas e fez aqueles concursos, nesse mar de corrupção.

Senador Almeida Lima, eu diria o seguinte: corrupção é o maior motivo de vergonha no País, segundo a **Agência Estado**. Hoje, Senador Duarte, não é mais o desemprego o que está envergonhando mais o nosso País, é a corrupção.

A corrupção é, para os brasileiros, o principal motivo de vergonha do Brasil, segundo a pesquisa do CNT/Sensus divulgada hoje. O levantamento mostrou que o número de entrevistados que tem orgulho de ser brasileiro subiu de 91,8%, em agosto do ano passado, para 92,5%, em maio deste ano, enquanto os que não se orgulham da nacionalidade diminuíram de 7% para 6,4% [...]

Já a corrupção é o principal destaque entre os motivos para não se ter orgulho do Brasil, com 27,1% das citações [...]

Depois, é o desemprego.

Entendo, Senador Augusto Botelho, que a corrupção é uma doença que assola a Pátria. Senador Ney Maranhão, para onde vamos, levamos a nossa profissão. Como médico, eu quero dizer que a causa,

a origem dessa corrupção foi lá em Santo André. Deixaram. Em Santo André, todo mundo sabe. A gloriosa Polícia Federal, vamos deslocar para lá. Senador Almeida Lima, a doença se alastra. Vira endemia. Hoje, vivemos uma epidemia. Como médico, eu entendo, Senador Romeu Tuma, que a CPI seria...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL SP) – Estamos fazendo as prorrogações. Os três minutos já foram, além de mais dois.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O coração de V. Ex^a é grande, mas a corrupção é muito maior. Então, o tempo foi pequeno.

Esse Governo está aí há quase três anos e não a combate. Então, ela se propaga. Aí está: a endemia passa a uma epidemia. Entendo, Senador Almeida Lima, que a CPI é uma vacina de corrupção. Agora, vacina precisa de doses sucessivas. Não teve mais CPI e ela se alastrou.

Eu queria terminar, e as últimas palavras são as seguintes: “Aprovação do Governo cai; a de Lula, também”. Quero dizer aqui, Senador Ney Maranhão, Senador Heráclito Fortes: “Aprovação do Governo cai; a de Lula, também”.

Olha, eu já conheci muito freio: freio em caminhão, em bicicleta, em carro, em avião, até em homem mulher bota. A Adalgisa bota freio em mim? Bota. Mas, em queda política, não conheço freio, não! Vão cair o Governo e o Lula, e, no dia da eleição, eu sei quem vai subir: é a democracia, é o povo do Brasil, com o melhor governo que vamos escolher.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL SP) – Os Srs. Senadores Alvaro Dias, Sérgio Zambiasi e Leomar Quintanilha enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadoras, a devastação da floresta amazônica é um tema recorrente da agenda ambiental e das manchetes da mídia escrita e eletrônica de nosso País. Na gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o assunto voltou a ganhar destaque em razão da estimativa anunciada de desmatamento da Amazônia, no período de 2003-2004, ter ficado em 26.130 quilômetros quadrados. Isso representa, Senhor Presidente, um crescimento da ordem de 6,23% em relação ao consolidado no ano anterior.

Segundo cálculos preliminares do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), a devastação da Amazônia já atinge uma área de aproximadamente 680

mil quilômetros quadrados, o que é maior, por exemplo, que os territórios da França e de Portugal.

Os 26 mil quilômetros quadrados desmatados constituem uma perda de “floresta anunciada”: o alerta dos especialistas conjugado ao novo sistema de monitoramento da Amazônia, em funcionamento desde 2004, é capaz de mostrar como está a floresta a numa periodicidade de 15 dias.

Após a divulgação dos dados que demonstram o crescimento da área devastada na região em epígrafe, ficou patente a ineficácia do novo plano de combate ao desmatamento engendrado pelo atual governo. Na avaliação das instâncias técnicas de várias organizações não-governamentais, foi destacada a vertente contraditória da política ambiental da administração do presidente Lula.

Nesse contexto, gostaria de ressaltar um trecho do artigo do jornalista Marcos Sá Corrêa, intitulado: “No fogo para se queimar”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição do dia 26 de maio, na página 17 do Caderno A, Editoria Nacional, no qual o digno e competente profissional da imprensa brasileira, destaca que a reação do presidente da República, em face do anúncio do crescimento de área devastada na Amazônia, surpreendentemente, “foi desagrarar a Ministra Marina Silva”.

Como bem destacou o jornalista Marcos Sá Corrêa, ao se referir ao presidente Lula: “... Cada vez mais à vontade no papel de soberano demiúrgico, desses que curam pelo toque, ele posou para os fotógrafos com as mãos da ministra entre as suas. Elogiou-lhe os bons serviços. E aproveitou o Dia da Biodiversidade para dizer que, acima da mata tropical, paira o prestígio de Marina.”

A gestão ambiental do governo do presidente Lula, ao contrário do que a propaganda oficial tenta disseminar, será lembrada pela “leviandade ambiental”, na avaliação do jornalista em tela. Nas palavras de Marcos Sá Corrêa, “um surto de autocomplacência em que as idéias mais caducas passam por novas”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, considero que o primoroso artigo do Jornalista Marcos Sá Corrêa retrata de forma magistral a incoerência presente na formulação da Política Ambiental do governo do Partido dos Trabalhadores.

Nesses termos, solicito que seja transcrito na íntegra o artigo do Jornalista em destaque, intitulado: “No fogo para se queimar”.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ARTIGO

Não bastou perder mais 26.130 quilômetros quadrados de floresta amazônica. Para ajudar o brasileiro a engolir a notícia, tudo o que ocorreu ao presidente Lula foi desagrar a ministra Marina Silva. Cada vez mais à vontade no papel de soberano demiúrgico, desses que curam pelo toque, ele posou para os fotógrafos com as mãos da ministra Marina entre as suas. Elogiou-lhe os bons serviços. E aproveitou o Dia da Biodiversidade para dizer que, acima da mata tropical, paira o prestígio de Marina.

O que é uma Bélgica inteira de árvores para um povo que tem a sombra dessa dupla? A ministra se deixou consolar como se ela, e não o país ou o planeta, fosse a grande vítima da derrubada. E Lula deu mais uma daquelas aulas sobre a parte que lhe cabe na natureza, que é a crítica da natureza humana, a seu ver o maior problema do governo. “Alguns”, ele falou, “se pudessem derrubar tudo”.

Mais uns anos como 2004 e alguns acabam conseguindo. Enquanto isso a ministra vai assando numa fogueira de proporções amazônicas, com tempero de soja transgênica e borrifos do rio São Francisco. Ver ministro fritar já deixou de ser assunto em Brasília. Como o fritado gruda na chapa quente, até os repórteres políticos cedo ou tarde se esquecem dele. Mas o caso de Marina é diferente. Ela é a primeira que se deixa moquear em incêndios florestais, muito mais escandalosos que a fritura de salão.

Será por achar que não está ali como administradora do meio ambiente, e sim como o símbolo de que os Povos da Floresta chegaram à Esplanada dos Ministérios? Se é isso, faz mau negócio. De uma administração que se queima podem sobrar medidas concretas. Do símbolo, nem a cinza. Seu tempo no ministério será lembrado pela leviandade ambiental do governo Lula, um surto de autocomplacência onde as idéias mais caducas passam por novas só porque um dia acordaram com febre. A transposição do São Francisco, por exemplo.

O passado da ministra não é a vacina do presente. Ele dava, com folga, para o discurso de posse. Mas não basta para o balanço da gestão. E não adianta esticá-lo, como ela fez meses atrás, escrevendo sobre a escolha da queniana Wangari Maathai para o prêmio Nobel da Paz. “O momento em que esta bióloga africana começou a reunir mulheres de comunidades do Quênia para plantar árvores em 1976”, disse Marina Silva na ocasião, lembrava-lhe “o que se passava nas florestas do estado do Acre, também em meados da década de 70”.

Era um paralelo feito com duas linhas divergentes. A linha africana tem raízes numa ex-colônia dilacerada

por guerras tribais. Um país que ficou independente em 1963. E só saiu da ditadura na virada do século XXI. Nesse meio tempo, Maathai pôs no currículo, além do PhD em Biologia, 30 milhões de árvores, plantadas como um primeiro passo para se livrar do pior tipo de miséria, que é a miséria derivada da pobreza ambiental.

Maathai conseguiu tudo isso sem mandato nem título, fora o acadêmico. Foi deputada pela primeira vez em 2002, quando Marina Silva já somava 18 anos de carreira parlamentar, como vereadora, deputada estadual e senadora. São duas biografias notáveis. Mas duas histórias diferentes. E estão se distanciando desde que elas viraram, quase ao mesmo tempo, ministras do meio ambiente. De um lado ficaram os 30 milhões de árvores. Do outro, mais de 50 mil quilômetros quadrados de desmatamento. Árvore, como se sabe, não cresce em gabinete.

Marcos Sá Corrêa Marcos Sá Corrêa é jornalista e fotógrafo. Formou-se em História. Escreve no site NoMínimo e no portal AOL. Foi editor de *Veja* e de *Época*, diretor do *JB*, de *O Dia* e do site NO. É pai de Rafael Corrêa, colunista de *O Eco*.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS. Sem Apanhamento Taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, trago a esta honrada tribuna uma questão relevante e de interesse de todos.

Quase todos os dias os veículos de comunicação apresentam, em seu noticiário, incidentes, motins e atitudes violentas envolvendo menores infratores. O problema da violência juvenil é grave e cresce rapidamente em quase todas as grandes cidades brasileiras.

A sociedade brasileira se preocupa cada vez mais com a situação dos centros de internação e das instituições que supostamente se especializam na aplicação de políticas públicas voltadas para a recuperação e a correção de comportamentos desviantes. Apesar de tudo, a violência cresce!

O momento atual é crítico. Assistimos, rotineiramente, a motins, revoltas e uma série de problemas graves recrudescendo, demonstrando, antes de tudo, a ineficácia das medidas socioeducativas de privação de liberdade no tratamento do adolescente infrator e com problemas com a lei.

Sr Presidente, é necessário fazermos uma reflexão mais detida sobre essa questão, pois a violência social é um fenômeno que ocorre de forma crescente e está preocupando a família brasileira. O Estado não está conseguindo produzir resultados efetivos que minimizem a ocorrência do comportamento criminoso, sobretudo o juvenil.

A experiência tem demonstrado que ações corretivas com excesso de rigor, que podem levar até a

violência e que privam o menor infrator da liberdade, não produzem o resultado esperado: a recuperação do infrator. O ambiente violento e cruel das instituições de correção tem produzido mais reação violenta, além de expressar a incapacidade dessas organizações e suas políticas serem efetivas.

O Estado brasileiro não aplica o Estatuto da Criança e do Adolescente corretamente. A correta implementação das propostas socioeducativas preconizadas pelo ECA poderia produzir melhores resultados. Pelo menos, não produziria os resultados negativos que sua não aplicação produz.

A questão da violência juvenil precisa ser mais bem trabalhada pelo Poder Público junto à sociedade brasileira. É preciso conscientizar a todos os brasileiros que não se pode combater a ação infratora do menor com violência e crueldade. É um problema delicado e de difícil solução, uma vez que menores são induzidos à ação criminosa e violenta muito cedo. Alguns se tornam criminosos perigosos e até irrecuperáveis para o convívio social.

Mas o assunto é muito sério! Vale o questionamento: por que cresce a violência juvenil? Por que o Estado não consegue recuperá-los? Por que as instituições “especializadas” não conseguem produzir resultados positivos? São questões que merecem uma reflexão profunda, pois tratam de um assunto que interessa a todos os brasileiros: a paz social e a cidadania.

O Estado brasileiro precisa aplicar todo o conjunto de direitos e políticas sociais afirmadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como a sociedade nacional precisa derrubar vários mitos que cercam o debate sobre a adolescência, especialmente em relação aos adolescentes em conflito com a lei.

Sr. Presidente, o Juiz gaúcho João Batista Costa Saraiva afirma que medidas socioeducativas em meio aberto se constituem na grande alternativa prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente em relação ao adolescente em conflito com a lei.

A experiência demonstra que nos Municípios onde estas políticas estão sendo implementadas ocorre substancial redução da delinquência e diminuição nos índices de gravidade dos atos praticados.

Afirma o ilustre magistrado que “as medidas socioeducativas de meio aberto estão para este sistema, como a rede ambulatorial está para o sistema de Saúde. As medidas privativas de liberdade teriam como correspondentes as UTIs, reservadas para os casos extremos”.

Além disso, as medidas não privativas de liberdade representam para o Estado um custo irrisório, se comparados aos custos da internação.

Essas medidas, quando adequadamente executadas, produzem resultados bastante positivos. Pode-

mos até utilizar a máxima de que “para cada grama investido na prevenção economizamos um quilograma de repressão”, para caracterizar sua eficácia como política pública.

É por verificar a necessidade de se dar, urgentemente, eficácia ao sistema socioeducativo na questão do adolescente em conflito com a lei, que apóio, com muita satisfação, a publicação da pesquisa, desenvolvida pela Pedagoga e Advogada Liliane Gonçalves Saraiva e pelo Psicólogo Gerson Silveira Pereira, do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cededica), localizado na cidade de Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul.

Esta pesquisa radiografa o quadro atual dos programas de atendimento em medida socioeducativas não-privativa de liberdade (Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade) no Estado do Rio Grande do Sul.

A análise dos dados nos permite avaliar o estágio de desenvolvimento desse tema no Estado, concluindo-se, de imediato, pela insuficiência de programas. Há municípios que têm tantos ou mais adolescentes em medida socioeducativas de privação de liberdade quanto em meio aberto. Isso revela uma inadmissível distorção do sistema, que deve privilegiar o meio aberto em detrimento da privação de liberdade.

Os dados da amostragem recolhidos pelo Cededica, na pesquisa de Gerson e Liliane, apontam para a necessidade de darmos prioridade a uma política pública que retire o ECA do papel, no que se refere aos programas socioeducativos de meio aberto.

Se isso não ocorrer, corremos o risco de vermos multiplicados os Centros de internação, uma alternativa necessária, mas somente reservada para os casos extremos, de alta gravidade, ou quando fracassadas as tentativas de uma ação não privativa de liberdade.

Enquanto estes programas não forem uma realidade em todos os municípios, não haverá unidades de internação que sejam suficientes para abrigar a demanda existente.

Sr. Presidente, a questão do menor infrator é um dos mais graves problemas sociais que o Estado tem que enfrentar. O Estado dispõe de um instrumento para nortear sua ação, o Estatuto da criança e do adolescente. É dever do Estado implementá-lo corretamente.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR SÉRGIO ZAMBIAZI EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

REALIDADE DA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS EM MEIO ABERTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



Pesquisa elaborada e executada pelo Centro de Defesa dos
Direitos da Criança e do Adolescente – CEDEDICA
Santo Ângelo

Pesquisadores:

Liliane Gonçalves Saraiva

Gerson Silveira Pereira

DADOS DA INSTITUIÇÃO EXECUTORA DA PESQUISA

ENTIDADE: Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDEDICA.

PRESIDENTE: Liliane Gonçalves Saraiva

ENDEREÇO: Avenida Venâncio Aires, 1705.
CEP: 98801-660
FONE: (55) 3313 3003
Site: www.cededica.org.br
E-mail: cededica@cededica.org.br
Município: Santo Ângelo

CNPJ: 02.433.278/0001-88

DATA DE FUNDAÇÃO: 18/02/1998

Introdução

O CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CEDEDICA é uma Organização Não Governamental, sem fins lucrativos, fundada por um grupo de voluntários em 18/02/98, com sede e foro na Comarca de Santo Ângelo e tem por objetivo geral a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Através de convênios de cooperação entre a Prefeitura Municipal de Santo Ângelo e o Juizado Regional da Infância e da Juventude de Santo Ângelo, o CEDEDICA tornou-se órgão executor do PROGRAMA DE MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS EM MEIO ABERTO, entre outras atividades como: coordenação e execução de cursos de capacitação para profissionais na área da infância, criação e coordenação de cooperativas de trabalho para adolescentes e mães dos adolescentes, criação e coordenação de uma ESCOLA DE PASSAGEM que atende os adolescentes em Medidas Sócio-Educativas em Meio Aberto e programas de atendimento à saúde dos adolescentes e suas famílias.

Desenvolve ainda um projeto financiado pelo Ministério da Justiça através da Secretaria Especial dos Direitos Humanos de atendimento jurídico ao adolescente em conflito com a lei, cujo objetivo é prestar assistência jurídica gratuita a adolescentes carentes nos procedimentos judiciais para apuração de atos infracionais a eles atribuídos e nos procedimentos de execução de Medidas Sócio-Educativas restritivas ou privativas de liberdade.

O Cededica tem sob sua responsabilidade na coordenação de execução das Medidas Sócio-Educativas de Prestação de Serviço à Comunidade e de Liberdade Assistida, toda a área de abrangência da Comarca de Santo Ângelo, compreendendo, além do município sede Santo Ângelo, os municípios de São Miguel das Missões, Eugênio de Castro, Vitória das Missões e Entre-Ijuis.

Apesar de já datar o ECA de mais de 13 anos de sua promulgação, ainda não existe no Estado do Rio Grande do Sul uma política pública de atendimento nas Medidas Sócio Educativas em Meio Aberto. Preocupado com essa realidade, o Governo do Estado, através da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Ação Social, firmou um convênio de parceria com o Cededica para assessoramento na implantação destes programas. Nesse sentido, buscando obter elementos para sua atuação, foi elaborada pesquisa apontando a real situação dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul na execução das Medidas Sócio-Educativas em Meio Aberto.

No Estado do Rio Grande existem 10 Juizados Regionais da Infância e Juventude. Nas diversas Comarcas integrantes existem diversas modalidades de atendimento, permanecendo a ênfase pela “judicialização” da execução de Medida Sócio-Educativa ou utilização dos Conselhos Tutelares para tal finalidade, contrariando orientação do próprio Poder Judiciário. Conforme se constata nos resultados da pesquisa diversos atores tem atuado nesta execução tais como: judiciário, Poder Público Municipal, Organização Não Governamental, sem ter uma uniformidade e um controle na forma de atendimento.

Esta pesquisa iniciou pelo Juizado Regional de Santo Ângelo e foram enviados questionários para os demais Juizados Regionais da Infância e Juventude que ao todo abrangem 161 Comarcas Judiciais atendendo aos 497 municípios do Estado.

O método adotado foi por amostragem tomando a movimentação de cada Juizado no período pesquisado. Trata-se de uma pesquisa estatística, visto que, algumas Comarcas forneceram dados aproximados ou não forneceram.

Os dados no Juizado Regional de Santo Ângelo, onde todas as Comarcas responderam ao questionário, foram coletados no período de julho de 2004. Já nos demais Juizados, os dados foram recolhidos no período de agosto a dezembro de 2004, sendo que 20% das Comarcas consultadas não responderam ao questionário.

Os elementos colhidos permitem a visualização da realidade do Estado e denotam a carência de programas, a reclamar providências imediatas na implantação de um sistema socioeducativo de meio aberto eficaz e eficiente de modo a estancar a crescente alternativa pela internação de adolescentes em conflito com a lei.

A leitura atenta dos dados colhidos autoriza uma crítica do sistema e reclama a elaboração de um plano eficaz de ação, tendo em vista que a internação é o último recurso a ser utilizado e não será pela ausência de programas em meio aberto que aquela alternativa será acionada, haja vista o princípio da excepcionalidade consagrado em nossa normativa.

Demais, é de conhecimento público e notório que os custos de manutenção de programas em meio aberto são ínfimos se comparados aos altos custos da internação, a justificar a expressão consagrada por Marcel Hoppe de que “para cada grama investido na prevenção se economiza um quilograma de repressão”.

Modelo do Questionário enviado para os Juizados

Levantamento de Dados sobre Sistemática de Execução das Medidas Sócio-Educativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade nas Comarcas do Rio Grande do Sul.

PSC

1. Órgão Coordenador de PSC: () Juizado () Prefeitura () ONG

2. Locais de Execução da PSC:

- () Hospital
- () Escolas Estaduais
- () APAEs
- () Asilos
- () FORUM
- () Prefeituras: () Bibliotecas
 - () Secretaria de Ação Social
 - () Secretaria de Agricultura
 - () Secretaria de Educação: () Escolas Municipais () Creches
 - () Secretaria de Cultura
 - () Outros
- () Ministério Público
- () Conselho Tutelar
- () Brigada Militar
- () Delegacia de Polícia
- () ONG
- () Universidades:
- () Outros. Onde? _____

3. Número total de adolescentes em cumprimento de PSC: _____

LA

4. Órgão Executor da LA: () Juizado () Prefeitura () ONG () Conselho Tutelar

5. Quem exerce a função de orientador judiciário?

- () Assistente social Judiciário
- () Assistente social ou outro funcionário da prefeitura
- () Oficial de Proteção
- () Conselheiro Tutelar
- () Membro de ONG
- () Psicólogo do Judiciário
- () Pessoa indicada ou nomeada pelo juiz
- () Outros. Quem? _____

6. Número total de adolescentes em LA: _____



**Levantamento de dados sobre a Sistemática de
Execução das Medidas Sócio Educativas em Meio
Aberto de *Liberdade Assistida* e de *Prestação de
Serviços à Comunidade* nas Comarcas do
Rio Grande do Sul**

**Juizados Regionais da Infância e da Juventude do
Estado do Rio Grande do Sul**

1. Porto Alegre
2. Caxias do Sul
3. Novo Hamburgo
4. Osório
5. Passo Fundo
6. Pelotas
7. Santa Cruz do Sul
8. Santa Maria
9. Santo Ângelo
10. Uruguaiana

1. Juizado Regional da Infância e da Juventude de
PORTO ALEGRE

Comarcas Judiciais

- 1.1 Alvorada
- 1.2 Barra do Ribeiro
- 1.3 Butiá
- 1.4 Cachoeirinha
- 1.5 Canoas
- 1.6 Charqueadas
- 1.7 General Câmara
- 1.8 Gravataí
- 1.9 Guaíba
- 1.10 Porto Alegre
- 1.11 São Jerônimo
- 1.12 Tapes
- 1.13 Triunfo
- 1.14 Viamão

1. Juizado Regional da Infância e da Juventude de
PORTO ALEGRE

Comarcas com seus respectivos municípios jurisdicionados

| | População Total | Pop. Adolescente |
|-----------------------------|------------------------|-------------------------|
| 1.1 Alvorada | 205.476 | 36.589 |
| 1.2 Barra do Ribeiro | 12.408 | 2.102 |
| Mariana Pimentel | 4.077 | 647 |
| Sertão Santana | 5.484 | 918 |
| 1.3 Butiá | 21.153 | 3.954 |
| Minas do Leão | 7.572 | 1.471 |
| 1.4 Cachoeirinha | 117.501 | 20.223 |
| 1.5 Canoas | 324.994 | 58.624 |
| Nova Santa Rita | 18.765 | 2.964 |
| 1.6 Charqueadas | 32.631 | 5.379 |
| 1.7 General Câmara | 8.655 | 1.532 |
| Vale Verde | 3.217 | 459 |
| 1.8 Gravataí | 259.100 | 45.515 |
| Glorinha | 6.247 | 1.001 |
| 1.9 Guaíba | 102.290 | 18.400 |
| Eldorado do Sul | 32.175 | 5.428 |
| 1.10 Porto Alegre | 1.416.363 | 232.466 |
| 1.11 São Jerônimo | 20.102 | 3.782 |
| Arroio dos Ratos | 14.110 | 2.522 |
| Barão do Triunfo | 7.064 | 1.248 |
| 1.12 Tapes | 17.448 | 3.017 |
| Cerro Grande do Sul | 8.676 | 1.565 |
| Sentinela do Sul | 5.037 | 885 |
| 1.13 Triunfo | 24.343 | 4.179 |
| 1.14 Viamão | 251.407 | 43.177 |

| Juizado Regional de Porto Alegre | | | | | |
|---|------------|------------|--------------|----------------|----------------------|
| COMARCA (14) | PSC | LA | TOTAL MSE | POP. ADOLESC. | % DE ADOLESC. EM MSE |
| Alvorada | 132 | 25 | 157 | 36.589 | 0,43% |
| Barra do Ribeiro | 3 | 2 | 5 | 3.667 | 0,14% |
| Butiá | 31 | 0 | 31 | 5.425 | 0,57% |
| Cachoeirinha | 18 | 0 | 18 | 20.223 | 0,09% |
| Canoas | - | - | - | - | - |
| Charqueadas ⁽¹⁾ | 10 | 0 | 10 | 5.379 | 0,19% |
| General Câmara | 2 | 0 | 2 | 1.991 | 0,10% |
| Gravataí | 97 | 26 | 123 | 46.516 | 0,26% |
| Guaíba ⁽²⁾ | 12 | 6 | 18 | 23.828 | 0,076% |
| Porto Alegre | 598 | 381 | 979 | 232.466 | 0,42% |
| São Jerônimo | 15 | 9 | 24 | 7.552 | 0,32% |
| Tapes ⁽³⁾ | 15 | 0 | 15 | 5.467 | 0,27% |
| Triunfo | 10 | 2 | 12 | 4.179 | 0,29% |
| Viamão | 34 | 1 | 35 | 43.177 | 0,081% |
| TOTAL | 977 | 452 | 1.429 | 436.459 | 0,33% |

Média por comarca **75,15** **34,77** **109,92** **33.573,77**

Municípios **25**

¹ A Comarca de Charqueadas informa que não há levantamento específico sobre os casos de PSC. O número de adolescentes é aproximadamente 10.

² A Comarca de Guaíba informa que devido a restrição de locais, estão aguardando cerca de 60 processos a serem encaminhados à PSC. A implantação das MSE está em processo de discussão junto a Prefeitura a fim de abranger mais locais de execução.

³ O número de adolescentes em PSC na Comarca de Tapes é aproximadamente 15.

| Juizado Regional de Porto Alegre | | | |
|---|------------------------|--------------|---|
| Comarca | Coordenador PSC | Executor LA | Orientador judiciário |
| Alvorada | Prefeitura | Prefeitura | Assistente Social ou outro funcionário da Prefeitura |
| Barra do Ribeiro | Juizado | Juizado | Assistente Social ou outro funcionário da Prefeitura/ Conselheiro Tutelar |
| Butiá | Juizado/ Prefeitura | Não informou | Não informou |
| Cachoeirinha | Juizado | Juizado | Assistente Social do Judiciário |
| Canoas | - | - | - |
| Charqueadas | Juizado | Juizado | Pessoa indicada ou nomeada pelo Juiz |
| General Câmara | Prefeitura | Não informou | Não informou |
| Gravataí | Juizado | Não informou | Assistente Social Judiciário /Diretor do Depto de Psicologia da ULBRA |
| Guaíba | Prefeitura | Prefeitura | Assistente Social da Prefeitura de Guaíba |
| Porto Alegre | Prefeitura | Prefeitura | Técnicos do Poder Judiciário / Técnicos da PMPA |
| São Jerônimo | ONG | ONG | Membro da ONG/ Pessoa indicada ou nomeada pelo Juiz |
| Tapes | Prefeitura | Prefeitura | Assistente Social e Psicóloga da Prefeitura |
| Triunfo | Juizado | Juizado | Assistente Social ou outro funcionário da Prefeitura |
| Viamão | Juizado | Juizado | Assistente Social do Judiciário |

2. Juizado Regional da Infância e da Juventude de CAXIAS DO SUL

Comarcas Judiciais

- 2.1 Antônio Prado
- 2.2 Bento Gonçalves
- 2.3 Bom Jesus
- 2.4 Canela
- 2.5 Carlos Barbosa
- 2.6 Caxias do Sul
- 2.7 Farroupilha
- 2.8 Feliz
- 2.9 Flores da Cunha
- 2.10 Garibaldi
- 2.11 Gramado
- 2.12 Nova Petrópolis
- 2.13 Nova Prata
- 2.14 São Francisco de Paula
- 2.15 São Marcos
- 2.16 Vacaria
- 2.17 Veranópolis

2. Juizado Regional da Infância e da Juventude de CAXIAS DO SUL

Comarcas com seus respectivos municípios jurisdicionados

| | População Total | Pop. Adolescentes |
|------------------------------------|-----------------|-------------------|
| 2.1 Antônio Prado | 13.908 | 2.214 |
| Ipê | 5.322 | 905 |
| Nova Roma do Sul | 3.069 | 459 |
| 2.2 Bento Gonçalves | 100.467 | 15.915 |
| Monte Belo do Sul | 2.859 | 454 |
| Pinto Bandeira | * | * |
| Santa Tereza | 1.064 | 264 |
| 2.3 Bom Jesus | 11.361 | 2.288 |
| Jaquirana | 5.204 | 984 |
| São José dos Ausentes | 3.207 | 574 |
| 2.4 Canela | 38.152 | 6.460 |
| 2.5 Carlos Barbosa | 22.664 | 3.528 |
| Barão | 5.334 | 978 |
| 2.6 Caxias do Sul | 396.261 | 65.328 |
| 2.7 Farroupilha | 60.624 | 9.915 |
| 2.8 Feliz | 12.467 | 2.027 |
| Alto Feliz | 2.859 | 405 |
| Linha Nova | 1.618 | 230 |
| São Vendelino | 1.797 | 263 |
| Vale Real | 4.808 | 779 |
| 2.9 Flores da Cunha | 26.813 | 4.318 |
| Nova Pádua | 2.444 | 366 |
| 2.10 Garibaldi | 28.714 | 4.855 |
| Boa Vista do Sul | 2.887 | 450 |
| Coronel Pilar | 2.044 | * |
| 2.11 Gramado | 31.927 | 5.141 |
| 2.12 Nova Petrópolis | 18.711 | 2.862 |
| Picada Café | 5.267 | 815 |
| Boa Vista do Sul | 2.887 | 450 |
| Coronel Pilar | 2.044 | * |
| 2.13 Nova Prata | 20.021 | 3.176 |
| André da Rocha | 1.147 | 188 |
| Guabiju | 1.755 | 325 |
| Nova Bassano | 8.387 | 1.291 |
| Protásio Alves | 1.995 | 360 |
| São Jorge | 2.876 | 532 |
| Vista Alegre do Prata | 1.533 | 249 |
| 2.14 São Francisco de Paula | 19.968 | 3.646 |
| Cambará do Sul | 6.711 | 1.331 |
| 2.15 São Marcos | 20.549 | 3.399 |
| 2.16 Vacaria | 60.756 | 10.703 |
| Campestre da Serra | 3.229 | 520 |
| Esmeralda | 3.045 | 995 |
| Monte Alegre dos Campos | 3.219 | 553 |
| Muitos Capões | 3.025 | 456 |
| Pinhal da Serra | 2.346 | * |
| 2.17 Veranópolis | 20.774 | 3.390 |
| Cotiporã | 4.059 | 687 |
| Fagundes Varela | 2.429 | 357 |
| Vila Flores | 3.310 | 553 |

| Juizado Regional de Caxias do Sul | | | | | |
|--|------------|------------|------------|----------------|----------------------|
| COMARCA (17) | PSC | LA | TOTAL MSE | POP. ADOLESC. | % DE ADOLESC. EM MSE |
| Antônio Prado | 5 | 0 | 5 | 3.578 | 0,14% |
| Bento Gonçalves | - | - | - | - | - |
| Bom Jesus | - | - | - | - | - |
| Canela | - | - | - | - | - |
| Carlos Barbosa | - | - | - | - | - |
| Caxias do Sul | 156 | 123 | 279 | 65.328 | 0,43% |
| Farroupilha ⁽¹⁾ | 108 | 0 | 108 | 9.915 | 1,09% |
| Feliz | 8 | 0 | 8 | 3.704 | 0,22% |
| Flôres da Cunha | 4 | 3 | 7 | 4.684 | 0,15% |
| Garibaldi | 14 | 1 | 15 | 5.305 | 0,28% |
| Gramado | - | - | - | - | - |
| Nova Petrópolis | - | - | - | - | - |
| Nova Prata | 76 | 4 | 80 | 6.121 | 1,31% |
| São Francisco de Paula | 4 | 4 | 8 | 4.977 | 0,16% |
| São Marcos | - | - | - | - | - |
| Vacaria | 33 | 11 | 44 | 13.227 | 0,33% |
| Veranópolis | 28 | 0 | 28 | 4.987 | 0,56% |
| TOTAL | 436 | 146 | 582 | 121.826 | 0,48% |

Média por comarca **43,6 14,6 58,2 12.182,60**

Municípios **48**

¹ A Comarca de Farroupilha informa que não possui programa de LA, está em discussão um projeto de execução de MSE cuja operacionalização ficará a cargo de uma entidade da sociedade civil, com recursos financeiros oriundos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Farroupilha.

| Juizado Regional de Caxias do Sul | | | |
|--|-----------------|------------------|--|
| Comarca | Coordenador PSC | Executor da LA | Orientador judiciário |
| Antônio Prado | Prefeitura | Não informou | Não informou |
| Bento Gonçalves | - | - | - |
| Bom Jesus | - | - | - |
| Canela | - | - | - |
| Carlos Barbosa | - | - | - |
| Caxias do Sul | Prefeitura | Prefeitura | Assistente Social ou outro funcionário da Prefeitura |
| Farroupilha | Juizado | Não há programa | Não há programa |
| Feliz | Juizado | Juizado | Pessoa indicada ou nomeada pelo Juiz |
| Flores da Cunha | Juizado | Juizado | Assistente Social ou outro funcionário da Prefeitura / Conselheiro Tutelar |
| Garibaldi | Prefeitura | Prefeitura | Assistente Social ou outro funcionário da Prefeitura / Conselheiro Tutelar |
| Gramado | - | - | - |
| Nova Petrópolis | - | - | - |
| Nova Prata | Juizado | Juizado | Assistente Social ou outro funcionário da Prefeitura / Conselheiro Tutelar |
| São Francisco de Paula | ONG | Prefeitura | Assistente Social ou outro funcionário da Prefeitura |
| São Marcos | - | - | - |
| Vacaria | Juizado | Prefeitura | Assistente Social ou outro funcionário da Prefeitura |
| Veranópolis | Juizado | Conselho Tutelar | Conselheiro Tutelar |

2. Juizado Regional da Infância e da Juventude de
NOVO HAMBURGO
Comarcas Judiciais

- 3.1 Campo Bom
- 3.2 Dois Irmãos
- 3.3 Estância Velha
- 3.4 Esteio
- 3.5 Igrejinha
- 3.6 Montenegro
- 3.7 Novo Hamburgo
- 3.8 Parobé
- 3.9 Portão
- 3.10 São Leopoldo
- 3.11 São Sebastião do Cai
- 3.12 Sapiranga
- 3.13 Sapucaia do Sul
- 3.14 Taquara

3. Juizado Regional da Infância e da Juventude de
NOVO HAMBURGO

Comarcas com seus respectivos municípios jurisdicionados

| | População Total | Pop. Adolescente |
|----------------------------------|-----------------|------------------|
| 3.1 Campo Bom | 57.169 | 10.300 |
| 3.2 Dois Irmãos | 26.406 | 4.238 |
| Morro Reuter | 5.375 | 895 |
| Santa Maria do Herval | 6.297 | 1.038 |
| 3.3 Estância Velha | 38.694 | 6.752 |
| Ivoti | 17.443 | 2.879 |
| Lindolfo Collor | 5.075 | 846 |
| Presidente Lucena | 2.141 | 376 |
| 3.4 Esteio | 84.923 | 15.289 |
| 3.5 Igrejinha | 29.975 | 5.054 |
| Três Coroas | 21.658 | 3.736 |
| 3.6 Montenegro | 58.623 | 10.306 |
| Brochier | 4.535 | 698 |
| Maratá | 2.540 | 387 |
| Pareci Novo | 3.479 | 519 |
| Salvador do Sul | 5.981 | 1.210 |
| São José do Sul | 1.851 | * |
| São Pedro da Serra | 3.222 | 521 |
| 3.7 Novo Hamburgo | 251.854 | 43.735 |
| 3.8 Parobé | 51.333 | 8.573 |
| 3.9 Portão | 27.308 | 4.659 |
| Capela de Santana | 11.343 | 1.881 |
| 3.10 São Leopoldo | 206.702 | 36.607 |
| 3.11 São Sebastião do Cai | 21.431 | 3.616 |
| Bom Princípio | 10.532 | 1.670 |
| Harmonia | 3.959 | 604 |
| São José do Hortêncio | 3.783 | 568 |
| Tupandi | 3.283 | 485 |
| 3.12 Sapiranga | 75.996 | 13.124 |
| Araricá | 4.580 | 738 |
| Nova Hartz | 17.774 | 2.940 |
| 3.13 Sapucaia do Sul | 131.917 | 23.437 |
| 3.14 Taquara | 58.139 | 9.732 |
| Riozinho | 4.421 | 737 |
| Rolanté | 20.124 | 3.219 |

| Juizado Regional de Novo Hamburgo | | | | | |
|--|------------|-----------|------------------|----------------------|-----------------------------|
| COMARCA (14) | PSC | LA | TOTAL MSE | POP. ADOLESC. | % DE ADOLESC. EM MSE |
| Campo Bom ⁽¹⁾ | 40 | 0 | 40 | 10.300 | 0,39% |
| Dois Irmãos | 7 | 2 | 9 | 6.171 | 0,15% |
| Estância Velha | - | - | - | - | - |
| Esteio | 14 | 11 | 25 | 15.289 | 0,16% |
| Igrejinha | - | - | - | - | - |
| Montenegro | 18 | 8 | 26 | 13.641 | 0,19% |
| Novo Hamburgo | 25 | 10 | 35 | 43.735 | 0,08% |
| Parobé | 11 | 0 | 11 | 8.573 | 0,13% |
| Portão | - | - | - | - | - |
| São Leopoldo | 67 | 21 | 88 | 36.607 | 0,24% |
| São Sebastião do Cai | 15 | 8 | 23 | 6.943 | 0,33% |
| Sapiranga | 87 | 11 | 98 | 16.802 | 0,58% |
| Sapucaia do Sul | 43 | 23 | 66 | 23.437 | 0,28% |
| Taquara | - | - | - | - | - |
| TOTAL | 327 | 94 | 421 | 181.498 | 0,23% |

Média por comarca 32,70 9,40 42,10 18.149,80

Municípios 35

| Juizado Regional de Novo Hamburgo | | | |
|--|------------------------|------------------------------|---|
| Comarca | Coordenador PSC | Executor LA | Orientador judiciário |
| Campo Bom | Juizado | Juizado | Pessoa indicada ou nomeada pelo Juiz |
| Dois Irmãos | Juizado | Conselho Tutelar | <i>Conselheiro Tutelar</i> |
| Estância Velha | - | - | - |
| Esteio | Juizado | Juizado | Assistente Social do Judiciário |
| Igrejinha | - | - | - |
| Montenegro | Juizado | Juizado/ Conselho Tutelar | Assistente Social Judiciário/ Oficial de Proteção/ Conselheiro Tutelar/ Pessoa indicada ou nomeada pelo Juiz |
| Novo Hamburgo | Juizado | Juizado | Psicólogo do Judiciário |
| Parobé | Prefeitura | Prefeitura | Conselheiro Tutelar |
| Portão | - | - | - |
| São Leopoldo | Juizado | Juizado | Assistente Social Judiciário |
| São Sebastião do Cai | Prefeitura | Conselho Tutelar | Conselheiro Tutelar |
| Sapiranga | Prefeitura | Prefeitura | Assistente Social ou outro funcionário da Prefeitura |
| Sapucaia do Sul | Juizado | Juizado | Assistente Social do Judiciário |
| Taquara | - | - | - |

3. Juizado Regional da Infância e da Juventude de **OSÓRIO**

Comarcas Judiciais

- 4.1 Capão da Canoa
- 4.2 Mostardas
- 4.3 Osório
- 4.4 Palmares do Sul
- 4.5 Santo Antônio da Patrulha
- 4.6 Torres
- 4.7 Tramandaí

4. Juizado Regional da Infância e da Juventude de **OSÓRIO**

Comarcas com seus respectivos municípios jurisdicionados

| | População Total | Pop. Adolescente |
|--------------------------------------|-----------------|------------------|
| 4.1 Capão da Canoa | 36.154 | 6.259 |
| Xangri-Lá | 9.693 | 1.623 |
| 4.2 Mostardas | 12.976 | 2.094 |
| Tavares | 5.479 | 865 |
| 4.3 Osório | 39.251 | 7.050 |
| Itati | 2.973 | * |
| Maquine | 7.559 | 1.334 |
| Terra de Areia | 9.017 | 2.243 |
| 4.4 Palmares do Sul | 11.889 | 2.049 |
| Capivari do Sul | 3.414 | 544 |
| 4.5 Santo Antônio da Patrulha | 38.272 | 6.546 |
| Caraá | 6.618 | 1.107 |
| 4.6 Torres | 33.680 | 6.081 |
| Arroio do Sal | 6.423 | 989 |
| Dom Pedro de Alcântara | 2.831 | 447 |
| Mampituba | 3.154 | 657 |
| Morrinhos do Sul | 3.537 | 682 |
| Três Cachoeiras | 10.305 | 1.879 |
| Três Forquilhas | 3.229 | 584 |
| 4.7 Tramandaí | 36.637 | 6.210 |
| Balneário Pinhal | 9.278 | 1.400 |
| Cidreira | 10.884 | 1.614 |
| Imbé | 14.751 | 2.344 |

| Juizado Regional de Osório | | | | | |
|-----------------------------------|------------|-----------|------------------|----------------------|-----------------------------|
| COMARCA (7) | PSC | LA | TOTAL MSE | POP. ADOLESC. | % DE ADOLESC. EM MSE |
| Capão da Canoa | - | - | - | - | - |
| Mostardas | 7 | 2 | 9 | 2.959 | 0,30% |
| Osório | 73 | 12 | 85 | 10.627 | 0,80% |
| Palmares do Sul | 1 | 0 | 1 | 2.593 | 0,04% |
| Santo Antônio da Patrulha | - | - | - | - | - |
| Torres | 49 | 5 | 54 | 11.319 | 0,48% |
| Tramandaí | - | - | - | - | - |
| TOTAL | 130 | 19 | 149 | 27.498 | 0,54% |

Média por comarca 32,5 4,75 37,25 6.874,50

Municípios 23

| Juizado Regional de Osório | | | |
|-----------------------------------|------------------------|--------------------|--------------------------------------|
| Comarca | Coordenador PSC | Executor LA | Orientador judiciário |
| Capão da Canoa | - | - | - |
| Mostardas | ONG | Conselho Tutelar | Conselheiro Tutelar |
| Osório | Prefeitura | Juizado | Pessoa indicada ou nomeada pelo Juiz |
| Palmares do Sul | Juizado/Prefeitura | Juizado/Prefeitura | Pessoa indicada ou nomeada pelo Juiz |
| Santo Antônio da Patrulha | - | - | - |
| Torres | Prefeitura | Conselho Tutelar | Conselheiro Tutelar |
| Tramandaí | - | - | - |

5. Juizado Regional da Infância e da Juventude de **PASSO FUNDO**

Comarcas Judiciais

- 5.1 Arvorezinha
- 5.2 Carazinho
- 5.3 Casca
- 5.4 Constantina
- 5.5 Erechim
- 5.6 Espumoso
- 5.7 Frederico Westphalen
- 5.8 Gaurama
- 5.9 Getúlio Vargas
- 5.10 Guaporé
- 5.11 Ibirubá
- 5.12 Iraí
- 5.13 Lagoa Vermelha
- 5.14 Marau
- 5.15 Marcelino Ramos
- 5.16 Não-Me-Toque
- 5.17 Nonoai
- 5.18 Palmeira das Missões
- 5.19 Passo Fundo
- 5.20 Planalto
- 5.21 Rodeio Bonito
- 5.22 Ronda Alta
- 5.23 Sananduva
- 5.24 São José do Ouro
- 5.25 São Valentim
- 5.26 Sarandi
- 5.27 Seberi
- 5.28 Soledade
- 5.29 Tapejara
- 5.30 Tapera

5. Juizado Regional da Infância e da Juventude de **PASSO FUNDO**

Comarcas com seus respectivos municípios jurisdicionados

| | População Total | Pop. Adolescente |
|----------------------------|------------------------|-------------------------|
| 5.1 Arvorezinha | 10.495 | 1.936 |
| Ilópolis | 4.458 | 829 |
| Itapuca | 2.620 | 493 |
| Putinga | 4.194 | 842 |
| 5.2 Carazinho | 60.652 | 11.471 |
| Almirante Tamandaré do Sul | 2.357 | * |
| Chapada | 9.513 | 1.765 |
| Coqueiros do Sul | 2.594 | 434 |
| Santo Antônio do Planalto | 1.997 | 348 |
| 5.3 Casca | 8.683 | 1.478 |
| Ciríaco | 4.942 | 1.018 |
| David Canabarro | 4.777 | 852 |
| Nova Araçá | 3.425 | 496 |
| Paráí | 6.487 | 1.085 |
| Santo Antônio do Palma | 2.177 | 393 |
| São Domingos do Sul | 2.970 | 498 |
| Vanini | 1.918 | 339 |
| 5.4 Constantina | 9.545 | 2.353 |
| Engenho Velho | 1.814 | 472 |
| Liberato Salzano | 5.503 | 1.413 |
| Novo Xingu | 1.794 | * |
| 5.5 Erechim | 96.310 | 16.518 |
| Aratiba | 6.692 | 1.231 |
| Barão de Cotegipe | 6.472 | 1.201 |
| Barra do Rio Azul | 2.231 | 470 |
| Campinas do Sul | 5.064 | 1.483 |
| Cruzaltense | 2.502 | * |
| Itatiba do Sul | 4.531 | 1.126 |
| Jacutinga | 3.797 | 763 |
| Mariano Moro | 2.206 | 464 |
| Paulo Bento | 2.287 | * |
| Ponte Preta | 1.985 | 349 |
| Quatro Irmãos | 1.895 | * |
| Severiano de Almeida | 4.011 | 791 |
| Três Arroios | 3.070 | 481 |
| 5.6 Espumoso | 14.839 | 3.095 |
| Alto Alegre | 2.136 | 385 |

| | | |
|---------------------------------|---------------|--------------|
| Campos Borges | 3.742 | 725 |
| 5.7 Frederico Westphalen | 27.695 | 5.211 |
| Caiçara | 5.261 | 1.105 |
| Palmitinho | 7.014 | 1.445 |
| Pinheirinho do Vale | 3.835 | 924 |
| Taquaruçu do Sul | 2.850 | 586 |
| Vicente Dutra | 5.874 | 1.295 |
| Vista Alegre | 2.918 | 609 |
| 5.8 Gaurama | 6.336 | 1.106 |
| Áurea | 3.774 | 696 |
| Carlos Gomes | 1.680 | 337 |
| Centenário | 3.034 | 571 |
| Viadutos | 5.862 | 1.091 |
| 5.9 Getúlio Vargas | 16.222 | 3.015 |
| Erebango | 2.928 | 595 |
| Estação | 6.586 | 1.111 |
| Florianópolis | 2.242 | 426 |
| Ipiranga do Sul | 1.908 | 349 |
| Sertão | 7.043 | 1.446 |
| 5.10 Guaporé | 21.463 | 3.495 |
| Anta Gorda | 6.225 | 1.049 |
| Dois Lajeados | 3.227 | 559 |
| Montauri | 1.632 | 289 |
| São Valentim do Sul | 2.009 | 369 |
| Serafina Corrêa | 12.144 | 1.889 |
| União da Serra | 1.611 | 354 |
| 5.11 Ibirubá | 19.052 | 3.317 |
| Quinze de Novembro | 3.660 | 611 |
| 5.12 Iraí | 8.470 | 1.859 |
| 5.13 Lagoa Vermelha | 28.618 | 5.448 |
| Capão Bonito do Sul | 1.962 | * |
| Caseiros | 2.877 | 538 |
| Ibiraiaras | 7.052 | 1.333 |
| Muliterno | 1.703 | 332 |
| 5.14 Marau | 31.586 | 4.951 |
| Camargo | 2.484 | 450 |
| Gentil | 1.685 | 335 |
| Nicolau Vergueiro | 1.816 | 322 |
| Nova Alvorada | 2.810 | 503 |
| Vila Maria | 4.231 | 739 |
| 5.15 Marcelino Ramos | 5.609 | 1.126 |
| Maximiliano de Almeida | 5.147 | 1.074 |
| 5.16 Não-Me-Toque | 14.997 | 2.660 |
| Tio Hugo | 2.404 | * |
| Victor Graeff | 3.315 | 652 |

| | | |
|----------------------------------|----------------|---------------|
| 5.17 Nonoai | 12.919 | 2.797 |
| Gramado dos Loureiros | 2.486 | 589 |
| Rio dos Índios | 4.220 | 981 |
| Trindade do Sul | 5.406 | 1.297 |
| 5.18 Palmeira das Missões | 36.049 | 7.818 |
| Boa Vista das Missões | 2.205 | 404 |
| Lajeado do Bugre | 2.390 | 514 |
| Novo Barreiro | 3.787 | 783 |
| Sagrada Família | 2.552 | 560 |
| São José das Missões | 2.881 | 613 |
| São Pedro das Missões | 1.777 | * |
| 5.19 Passo Fundo | 182.233 | 32.920 |
| Coxilha | 2.947 | 594 |
| Ernestina | 3.113 | 746 |
| Mato Castelhanos | 2.576 | 463 |
| Pontão | 3.617 | 799 |
| 5.20 Planalto | 10.782 | 2.281 |
| Alpestre | 8.572 | 2.335 |
| 5.21 Rodeio Bonito | 5.602 | 1.203 |
| Ametista do Sul | 7.927 | 1.508 |
| Cerro Grande | 2.418 | 544 |
| Cristal do Sul | 2.799 | 576 |
| Jaboticaba | 4.265 | 878 |
| Novo Tiradentes | 2.428 | 495 |
| Pinhal | 2.381 | 509 |
| 5.22 Ronda Alta | 9.637 | 1.967 |
| Rondinha | 5.584 | 1.019 |
| Três Palmeiras | 4.410 | 1.029 |
| 5.23 Sananduva | 14.896 | 2.685 |
| Ibiaçá | 4.521 | 875 |
| Paim Filho | 4.542 | 875 |
| São João da Urtiga | 4.784 | 852 |
| 5.24 São José do Ouro | 7.029 | 1.209 |
| Barracão | 5.263 | 1.159 |
| Cacique Doble | 4.647 | 932 |
| Machadinho | 4.902 | 1.129 |
| Santo Expedito do Sul | 2.520 | 532 |
| Tupanci do Sul | 1.555 | 291 |
| 5.25 São Valentim | 3.847 | 775 |
| Benjamin Constant do Sul | 2.541 | 559 |
| Entre Rios do Sul | 3.209 | 679 |
| Erval Grande | 4.813 | 1.193 |
| Faxinalzinho | 2.840 | 588 |
| 5.26 Sarandi | 19.273 | 3.367 |
| Barra Funda | 2.362 | 392 |

| | | |
|-------------------------|---------------|--------------|
| Nova Boa Vista | 2.136 | 345 |
| 5.27 Seberi | 10.598 | 2.256 |
| Dois Irmãos das Missões | 2.134 | 491 |
| Ervál Seco | 8.650 | 1.986 |
| 5.28 Soledade | 30.542 | 5.831 |
| Barros Cassal | 10.854 | 2.329 |
| Fontoura Xavier | 11.155 | 2.485 |
| Ibirapuitã | 3.975 | 1.082 |
| Mormaço | 2.447 | 459 |
| São José do Herval | 2.568 | 536 |
| 5.29 Tapejara | 15.123 | 2.720 |
| Água Santa | 3.940 | 755 |
| Charrua | 3.740 | 731 |
| Santa Cecília do Sul | 1.767 | * |
| Vila Lângaro | 2.284 | 357 |
| 5.30 Tapera | 10.953 | 1.970 |
| Colorado | 3.906 | 689 |
| Lagoa dos Três Cantos | 1.553 | 268 |
| Selbach | 5.006 | 894 |

| Juizado Regional de Passo Fundo | | | | | |
|--|------------|------------|------------------|----------------------|-----------------------------|
| COMARCA (30) | PSC | LA | TOTAL MSE | POP. ADOLESC. | % de adolesc. em MSE |
| Arvorezinha | - | - | - | - | - |
| Carazinho | - | - | - | - | - |
| Casca | 12 | 0 | 12 | 6.159 | 0,19% |
| Constantina | 16 | 4 | 20 | 4.238 | 0,47% |
| Erechim | 150 | 86 | 236 | 24.877 | 0,95% |
| Espumoso | - | - | - | - | - |
| Frederico Westphalen | 15 | 1 | 16 | 11.175 | 0,14% |
| Gaurama | 8 | 2 | 10 | 3.801 | 0,26% |
| Getúlio Vargas | 9 | 3 | 12 | 6.942 | 0,17% |
| Guaporé | - | - | - | - | - |
| Ibirubá | 6 | 2 | 8 | 3.928 | 0,20% |
| Iraí | 14 | 0 | 14 | 1.859 | 0,75% |
| Lagoa Vermelha | - | - | - | - | - |
| Marau | 38 | 1 | 39 | 7.300 | 0,53% |
| Marcelino Ramos | 10 | 0 | 10 | 2.200 | 0,45% |
| Não-Me-Toque | - | - | - | - | - |
| Nonoai | 6 | 0 | 6 | 5.664 | 0,11% |
| Palmeira das Missões | 5 | 1 | 6 | 10.692 | 0,06% |
| Passo Fundo | 54 | 25 | 79 | 35.522 | 0,22% |
| Planalto | 7 | 0 | 7 | 4.616 | 0,15% |
| Rodeio Bonito | 8 | 1 | 9 | 5.713 | 0,16% |
| Ronda Alta | 8 | 0 | 8 | 4.015 | 0,20% |
| Sananduva | 3 | 0 | 3 | 5.287 | 0,06% |
| São José do Ouro | 13 | 0 | 13 | 5.252 | 0,25% |
| São Valentim | 7 | 0 | 7 | 3.794 | 0,18% |
| Sarandi | 18 | 1 | 19 | 4.104 | 0,46% |
| Seberi | 8 | 2 | 10 | 4.733 | 0,21% |
| Soledade | 18 | 2 | 20 | 12.722 | 0,16% |
| Tapejara | 17 | 3 | 20 | 4.563 | 0,44% |
| Tapera | - | - | - | - | - |
| TOTAL | 450 | 134 | 584 | 179.156 | 0,33% |

Média por comarca 19,57 5,83 25,39 7.789,39

Municípios 146

| Juizado Regional de Passo Fundo | | | |
|--|------------------------|---------------------------------|---|
| Comarca | Coordenador PSC | Executor LA | Orientador judiciário |
| Arvorezinha | - | - | - |
| Carazinho | - | - | - |
| Casca | Juizado | Juizado | Assistente Social ou outro funcionário da Prefeitura / Conselheiro Tutelar / Oficial de Justiça |
| Constantina | Juizado | Juizado | Conselheiro Tutelar |
| Erechim | Juizado | Juizado | Assistente Social do Judiciário |
| Espumoso | - | - | - |
| Frederico Westphalen | Juizado | Juizado | Assistente Social do Judiciário |
| Gaurama | Juizado | Juizado | Conselheiro Tutelar / Pessoa indicada ou nomeada pelo Juiz |
| Getúlio Vargas | Juizado | Conselho Tutelar | Conselheiro Tutelar |
| Guaporé | - | - | - |
| Ibirubá | Juizado/ Prefeitura | Juizado/Conselho Tutelar | Assistente Social ou outro funcionário da Prefeitura/ Conselheiro Tutelar/ Pessoa indicada ou nomeada pelo Juiz |
| Iraí | Juizado | Prefeitura/ Conselho Tutelar | Assistente Social ou outro funcionário da Prefeitura / Conselheiro Tutelar |
| Lagoa Vermelha | - | - | - |
| Marau | Prefeitura | Prefeitura | Assistente Social ou outro funcionário da Prefeitura |
| Marcelino Ramos | Juizado | Conselho Tutelar | Pessoa indicada ou nomeada pelo Juiz |
| Não-Me-Toque | - | - | - |
| Nonoai | Juizado | Juizado | Pessoa indicada ou nomeada pelo Juiz |
| Palmeira das Missões | Juizado | Conselho Tutelar | Conselheiro Tutelar |
| Passo Fundo | Prefeitura | Prefeitura | Assistente Social ou outro funcionário da Prefeitura |
| Planalto | Prefeitura | Conselho Tutelar | Conselheiro Tutelar |
| Rodeio Bonito | Prefeitura | Prefeitura | Pessoa indicada ou nomeada pelo Juiz |

| Comarca | Coordenador PSC | Executor LA | Orientador judiciário |
|------------------|-----------------|--------------|---|
| Ronda Alta | Juizado | Não informou | Não informou |
| Sananduva | Juizado | Juizado | Pessoa indicada ou nomeada pelo Juiz |
| São José do Ouro | Prefeitura | Não informou | Não informou |
| São Valentim | Prefeitura | Não informou | Não informou |
| Sarandi | Juizado | Juizado | Assistente Social ou outro funcionário da Prefeitura / Conselheiro Tutelar / Pessoa indicada ou nomeada pelo Juiz |
| Seberi | Juizado | Prefeitura | Assistente Social ou outro funcionário da Prefeitura |
| Soledade | Juizado | Juizado | Assistente Social ou outro funcionário da Prefeitura / Conselheiro Tutelar / Assistente Social do Judiciário |
| Tapejara | Prefeitura | Prefeitura | Não há Orientador Judiciário |
| Tapera | - | - | - |

6. Juizado Regional da Infância e da Juventude de **PELOTAS**

Comarcas Judiciais

- 6.1 Arroio Grande
- 6.2 Bagé
- 6.3 Camaquã
- 6.4 Canguçu
- 6.5 Herval
- 6.6 Jaguarão
- 6.7 Pedro Osório
- 6.8 Pelotas
- 6.9 Pinheiro Machado
- 6.10 Piratini
- 6.11 Rio Grande
- 6.12 Santa Vitória do Palmar
- 6.13 São José do Norte
- 6.14 São Lourenço do Sul

6. Juizado Regional da Infância e da Juventude de **PELOTAS**

Comarcas com seus respectivos municípios jurisdicionados

| | População Total | Pop. Adolescente |
|-------------------------------------|------------------------|-------------------------|
| 6.1 Arroio Grande | 19.666 | 3.459 |
| 6.2 Bagé | 120.129 | 22.027 |
| Aceguá | 4.109 | * |
| Candiota | 9.323 | 1.698 |
| Hulha Negra | 4.330 | 1.067 |
| 6.3 Camaquã | 63.128 | 11.063 |
| Arambaré | 4.375 | 680 |
| Chувиска | 4.600 | 915 |
| Cristal | 6.918 | 1.183 |
| 6.4 Canguçu | 52.001 | 8.777 |
| 6.5 Herval | 7.395 | 1.508 |
| 6.6 Jaguarão | 31.293 | 5.338 |
| 6.7 Pedro Osório | 8.191 | 1.414 |
| Cerrito | 6.928 | 1.140 |
| 6.8 Pelotas | 338.544 | 58.288 |
| Arroio do Padre | 2.708 | * |
| Capão do Leão | 26.193 | 4.684 |
| Morro Redondo | 5.961 | 980 |
| Turuçu | 3.889 | 690 |
| 6.9 Pinheiro Machado | 14.327 | 2.448 |
| Pedras Altas | 2.708 | * |
| 6.10 Piratini | 20.316 | 3.057 |
| 6.11 Rio Grande | 193.789 | 34.221 |
| 6.12 Santa Vitória do Palmar | 34.363 | 6.130 |
| Chuí | 6.165 | 937 |
| 6.13 São José do Norte | 24.681 | 4.181 |
| 6.14 São Lourenço do Sul | 44.935 | 7.759 |

| Juizado Regional de Pelotas | | | | | |
|------------------------------------|------------|-----------|------------------|----------------------|-----------------------------|
| COMARCA (14) | PSC | LA | TOTAL MSE | POP. ADOLESC. | % DE ADOLESC. EM MSE |
| Arroio Grande | 2 | 0 | 2 | 3.459 | 0,06% |
| Bagé ⁽¹⁾ | 36 | 0 | 36 | 24.792 | 0,15% |
| Camaquã | 40 | 5 | 45 | 13.841 | 0,33% |
| Canguçu | 11 | 0 | 11 | 8.777 | 0,13% |
| Herval | 0 | 0 | 0 | 1.508 | 0,00% |
| Jaguarão | - | - | - | - | - |
| Pedro Osório ⁽²⁾ | 30 | 6 | 36 | 2.554 | 1,41% |
| Pelotas | 65 | 62 | 127 | 64.642 | 0,20% |
| Pinheiro Machado | 15 | 1 | 16 | 2.448 | 0,65% |
| Piratini ⁽³⁾ | 6 | 0 | 6 | 3.057 | 0,20% |
| Rio Grande | 137 | 21 | 158 | 34.221 | 0,46% |
| Santa Vitória do Palmar | - | - | - | - | - |
| São José do Norte | 8 | 2 | 10 | 4.181 | 0,24% |
| São Lourenço do Sul | - | - | - | - | - |
| TOTAL | 350 | 97 | 447 | 163.480 | 0,27% |

Média por comarca **31,82** **8,82** **40,64** **14.861,82**

Municípios **27**

¹ A Comarca de Bagé informa que não há programa de LA, possui projeto em discussão com o Ministério Público.

² A Comarca de Pedro Osório não forneceu números exatos dos adolescentes em MSE. PSC (cerca de 30) e LA (cerca de 6).

³ A Comarca de Piratini informou apenas o número aproximado de 6 adolescentes em PSC.

| Juizado Regional de Pelotas | | | |
|------------------------------------|------------------------|----------------------------|---|
| Comarca | Coordenador PSC | Executor LA | Orientador judiciário |
| Arroio Grande | Juizado | Não informou | Não informou |
| Bagé | Prefeitura | Não há programa | Não há programa |
| Camaquã | Prefeitura | Prefeitura | Assistente Social ou outro funcionário da Prefeitura |
| Canguçu | Juizado | Juizado | Conselheiro Tutelar |
| Herval | Prefeitura | Prefeitura | Conselheiro Tutelar/ Membros do Rotary / Sindicato Rural |
| Jaguarão | - | - | - |
| Pedro Osório | Juizado | Juizado | Conselheiro Tutelar |
| Pelotas | Prefeitura | Prefeitura | Assistente Social/ Psicólogo e Técnico em Educação Física da Prefeitura |
| Pinheiro Machado | Juizado | Juizado | Não informou |
| Piratini | Prefeitura | Conselho Tutelar | Pessoa indicada ou nomeada pelo Juiz |
| Rio Grande | Juizado | ONG | membro de ONG |
| Santa Vitória do Palmar | - | - | - |
| São José do Norte | Juizado / Prefeitura | Juizado / Conselho Tutelar | Conselheiro Tutelar |
| São Lourenço do Sul | - | - | - |

7. Juizado Regional da Infância e da Juventude de SANTA CRUZ DO SUL

Comarcas Judiciais

- 7.1 Arroio do Meio
- 7.2 Arroio do Tigre
- 7.3 Candelária
- 7.4 Encantado
- 7.5 Encruzilhada do Sul
- 7.6 Estrela
- 7.7 Lajeado
- 7.8 Rio Pardo
- 7.9 Salto do Jacuí
- 7.10 Santa Cruz do Sul
- 7.11 Sobradinho
- 7.12 Taquari
- 7.13 Teutônia
- 7.14 Venâncio Aires
- 7.15 Vera Cruz

7. Juizado Regional da Infância e da Juventude de SANTA CRUZ DO SUL

Comarcas com seus respectivos municípios jurisdicionados

| | População Total | Pop. Adolescente |
|--------------------------------|------------------------|-------------------------|
| 7.1 Arroio do Meio | 18.086 | 3.025 |
| Capitão | 2.751 | 434 |
| Coqueiro Baixo | 1.563 | * |
| Nova Bréscia | 3.035 | 755 |
| Pouso Novo | 2.185 | 468 |
| Travesseiro | 2.242 | 385 |
| 7.2 Arroio do Tigre | 12.401 | 2.414 |
| Estrela Velha | 3.673 | 750 |
| Tunas | 4.270 | 941 |
| 7.3 Candelária | 30.577 | 4.986 |
| 7.4 Encantado | 19.558 | 3.227 |
| Doutor Ricardo | 2.164 | 308 |
| Muçum | 4.660 | 740 |
| Relvado | 2.146 | 401 |
| Roca Sales | 9.339 | 1.555 |
| Vespasiano Corrêa | 2.180 | 327 |
| 7.5 Encruzilhada do Sul | 24.860 | 4.086 |
| Amaral Ferrador | 5.649 | 1.012 |
| Dom Feliciano | 14.233 | 2.440 |
| 7.6 Estrela | 28.902 | 5.125 |
| Bom Retiro do Sul | 11.627 | 2.078 |
| Colinas | 2.401 | 355 |
| Fazenda Vilanova | 3.098 | 491 |
| 7.7 Lajeado | 65.190 | 11.880 |
| Canudos do Vale | 2.102 | * |
| Cruzeiro do Sul | 12.189 | 2.040 |
| Forquetinha | 2.856 | * |
| Marquês de Souza | 4.419 | 708 |
| Progresso | 6.020 | 1.203 |
| Santa Clara do Sul | 5.168 | 863 |
| Sério | 2.536 | 498 |
| 7.8 Rio Pardo | 37.935 | 6.893 |
| Pantano Grande | 11.473 | 2.111 |
| 7.9 Salto do Jacuí | 12.481 | 2.604 |
| Jacuizinho | 2.453 | * |
| 7.10 Santa Cruz do Sul | 116.081 | 19.117 |
| Gramado Xavier | 3.714 | 756 |
| Herveiras | 2.998 | 582 |

| | | |
|----------------------------|---------------|---------------|
| Passo do Sobrado | 5.680 | 969 |
| Sinimbu | 9.785 | 1.871 |
| 7.11 Sobradinho | 14.287 | 3.063 |
| Ibarama | 4.117 | 890 |
| Lagoa Bonita do Sul | 2.529 | * |
| Lagoão | 6.129 | 1.173 |
| Passa Sete | 4.582 | 900 |
| Segredo | 6.891 | 1.339 |
| 7.12 Taquari | 27.793 | 4.668 |
| Tabaí | 3.928 | 610 |
| 7.13 Teutônia | 23.661 | 4.015 |
| Imigrante | 2.944 | 564 |
| Paverama | 8.022 | 1.313 |
| Poço das Antas | 1.864 | 336 |
| Westfália | 2.810 | * |
| 7.14 Venâncio Aires | 65.459 | 10.477 |
| Boqueirão do Leão | 8.064 | 1.627 |
| Mato Leitão | 3.467 | 557 |
| 7.15 Vera Cruz | 23.038 | 3.690 |
| Vale do Sol | 10.617 | 1.720 |

Juizado Regional Santa Cruz do Sul

| COMARCA (15) | PSC | LA | TOTAL MSE | POP. ADOLESC. | % DE ADOLESC. EM MSE |
|--------------------------|------------|-----------|------------|----------------|----------------------|
| Arroio do Meio | 5 | 1 | 6 | 5.067 | 0,12% |
| Arroio do Tigre | - | - | - | - | - |
| Candelária | 18 | 0 | 18 | 4.986 | 0,36% |
| Encantado ⁽¹⁾ | 0 | 0 | 0 | 6.558 | 0,00% |
| Encruzilhada do Sul | - | - | - | - | - |
| Estrela | 33 | 16 | 49 | 8.049 | 0,61% |
| Lajeado | 87 | 9 | 96 | 17.192 | 0,56% |
| Rio Pardo | 11 | 2 | 13 | 9.004 | 0,14% |
| Salto do Jacuí | 9 | 0 | 9 | 2.604 | 0,35% |
| Santa Cruz do Sul | 9 | 9 | 18 | 23.295 | 0,08% |
| Sobradinho | - | - | - | - | - |
| Taquari | 1 | 2 | 3 | 5.278 | 0,06% |
| Teutônia | 21 | 0 | 21 | 6.228 | 0,34% |
| Venâncio Aires | 13 | 2 | 15 | 12.661 | 0,12% |
| Vera Cruz | 21 | 0 | 21 | 5.410 | 0,39% |
| TOTAL | 228 | 41 | 269 | 106.332 | 0,25% |

Média por comarca **19,00** **3,42** **22,42** **8.861,00**

Municípios **58**

¹ A juíza responsável pela Comarca de Encantado informa que assumiu recentemente e que a situação na área da infância é de completo caos. Inexiste qualquer tipo de organização que permita correta execução das medidas em meio aberto.

Juizado Regional Santa Cruz do Sul

| Comarca | Coordenador PSC | Executor LA | Orientador judiciário |
|---------------------|-----------------|--------------|---|
| Arroio do Meio | Juizado | Juizado | Pessoa indicada ou nomeada pelo Juiz |
| Arroio do Tigre | - | - | - |
| Candelária | Juizado | Não informou | Não informou |
| Encantado | Prefeitura | Juizado | Pessoa indicada ou nomeada pelo Juiz |
| Encruzilhada do Sul | - | - | - |
| Estrela | Juizado | Juizado | Assistente Social Judiciário |
| Lajeado | Juizado | Juizado | Assistente Social Judiciário |
| Rio Pardo | Juizado | Juizado | Assistente Social Judiciário |
| Salto do Jacuí | Prefeitura | Prefeitura | Não informou |
| Santa Cruz do Sul | Prefeitura | Prefeitura | Pessoa da comunidade indicada pelo Programa da LA |
| Sobradinho | - | - | - |
| Taquari | ONG | ONG | Conselho Comunitário |
| Teutônia | ONG | Juizado | Conselheiro Tutelar |
| Venâncio Aires | Juizado | Não informou | Pessoa indicada ou nomeada pelo Juiz |
| Vera Cruz | Juizado | Juizado | Pessoa indicada ou nomeada pelo Juiz |

8. Juizado Regional da Infância e da Juventude de SANTA MARIA

Comarcas Judiciais

- 8.1 Agudo
- 8.2 Caçapava do Sul
- 8.3 Cacequi
- 8.4 Cachoeira do Sul
- 8.5 Dom Pedrito
- 8.6 Faxinal do Soturno
- 8.7 Jaguari
- 8.8 Júlio de Castilhos
- 8.9 Lavras do Sul
- 8.10 Restinga Seca
- 8.11 Rosário do Sul
- 8.12 Santa Maria
- 8.13 São Gabriel
- 8.14 São Pedro do Sul
- 8.15 São Sepé
- 8.16 São Vicente do Sul
- 8.17 Tupanciretã
- 8.18 São Francisco de Assis

8. Juizado Regional da Infância e da Juventude de SANTA MARIA

Comarcas com seus respectivos municípios jurisdicionados

| | População Total | Pop. Adolescente |
|------------------------------------|-----------------|------------------|
| 8.1 Agudo | 17.833 | 3.093 |
| Paraíso do Sul | 7.544 | 1.249 |
| 8.2 Caçapava do Sul | 34.656 | 6.260 |
| Santana da Boa Vista | 8.730 | 1.365 |
| 8.3 Cacequi | 15.043 | 3.007 |
| 8.4 Cachoeira do Sul | 89.120 | 16.279 |
| Cerro Branco | 4.308 | 702 |
| Novo Cabrais | 3.686 | 642 |
| 8.5 Dom Pedrito | 41.619 | 7.242 |
| 8.6 Faxinal do Soturno | 6.953 | 1.302 |
| Dona Francisca | 4.064 | 724 |
| Ivorá | 2.460 | 468 |
| Nova Palma | 6.380 | 1.242 |
| São João do Polêsine | 2.891 | 479 |
| 8.7 Jaguari | 12.354 | 2.182 |
| Nova Esperança do Sul | 4.226 | 736 |
| 8.8 Júlio de Castilhos | 20.778 | 4.037 |
| Pinhal Grande | 5.031 | 944 |
| 8.9 Lavras do Sul | 7.739 | 1.470 |
| 8.10 Restinga Seca | 16.994 | 2.928 |
| 8.11 Rosário do Sul | 41.363 | 7.535 |
| 8.12 Santa Maria | 261.980 | 44.874 |
| Dilermando de Aguiar | 3.308 | 610 |
| Itaara | 5.024 | 837 |
| São Martinho da Serra | 3.329 | 538 |
| Silveira Martins | 2.669 | 412 |
| 8.13 São Francisco de Assis | 20.645 | 3.865 |
| Manoel Viana | 7.626 | 1.318 |
| 8.14 São Gabriel | 61.788 | 11.109 |
| Santa Margarida do Sul | 2.236 | * |
| 8.15 São Pedro do Sul | 16.911 | 3.084 |
| Quevedos | 2.650 | 525 |
| Toropi | 3.174 | 572 |
| 8.16 São Sepé | 24.690 | 4.263 |
| Formigueiro | 7.548 | 1.416 |
| Vila Nova do Sul | 4.480 | 735 |
| 8.17 São Vicente do Sul | 8.726 | 1.559 |
| Mata | 5.573 | 1.012 |
| 8.18 Tupanciretã | 21.763 | 4.117 |
| Jarí | 3.683 | 708 |

| Juizado Regional de Santa Maria | | | | | |
|--|------------|------------|------------------|----------------------|-----------------------------|
| COMARCA (18) | PSC | LA | TOTAL MSE | POP. ADOLESC. | % DE ADOLESC. EM MSE |
| Agudo | - | - | - | - | - |
| Caçapava do Sul | 66 | 2 | 68 | 7.625 | 0,89% |
| Cacequi | 10 | 0 | 10 | 3.007 | 0,33% |
| Cachoeira do Sul | 41 | 7 | 48 | 17.623 | 0,27% |
| Dom Pedrito | 15 | 3 | 18 | 7.242 | 0,25% |
| Faxinal do Soturno | - | - | - | - | - |
| Jaguari | 9 | 0 | 9 | 2.918 | 0,31% |
| Júlio de Castilhos | 46 | 1 | 47 | 4.981 | 0,94% |
| Lavras do Sul | 13 | 0 | 13 | 1.470 | 0,88% |
| Restinga Seca | 3 | 1 | 4 | 2.928 | 0,14% |
| Rosário do Sul | 24 | 5 | 29 | 7.535 | 0,38% |
| Santa Maria | 215 | 124 | 339 | 47.271 | 0,72% |
| São Francisco de Assis | 4 | 0 | 4 | 5.183 | 0,08% |
| São Gabriel | - | - | - | - | - |
| São Pedro do Sul | 14 | 8 | 22 | 4.181 | 0,53% |
| São Sepé | 0 | 0 | 0 | 6.414 | 0,00% |
| São Vicente do Sul | 7 | 0 | 7 | 2.571 | 0,27% |
| Tupanciretã | 21 | 0 | 21 | 4.825 | 0,44% |
| TOTAL | 488 | 151 | 639 | 125.774 | 0,51% |

Média por comarca 32,53 10,07 42,60 8.384,93

Municípios 40

| Juizado Regional de Santa Maria | | | |
|--|------------------------|----------------------------|---|
| Comarca | Coordenador PSC | Executor LA | Orientador judiciário |
| Agudo | - | - | - |
| Caçapava do Sul | ONG | ONG | Membro da ONG |
| Cacequi | Juizado | Juizado | Assistente Social e Psicóloga da Prefeitura |
| Cachoeira do Sul | Não informou | Prefeitura | Assistente Social do Judiciário / Oficial de Proteção |
| Dom Pedrito | Juizado / Prefeitura | Juizado | Assistente Social do Judiciário/ Oficial de Proteção/ Conselheiro Tutelar |
| Faxinal do Soturno | - | - | - |
| Jaguari | Juizado | Conselho Tutelar | Conselheiro Tutelar/ Pessoa indicada ou nomeada pelo Juiz |
| Júlio de Castilhos | Juizado | Juizado / Conselho Tutelar | Assistente Social ou outro Funcionário da Prefeitura/ Conselheiro Tutelar |
| Lavras do Sul | Juizado | Não Informou | Não informou |
| Restinga Seca | Juizado | Juizado | Pessoa indicada ou nomeada pelo Juiz |
| Rosário do Sul | Juizado | Juizado | Assistente Social do Judiciário/ Psicóloga nomeada |
| Santa Maria | Prefeitura | Prefeitura | Assistente Social ou outro funcionário da Prefeitura |
| São Francisco de Assis | Juizado | Não Informou | Não informou |
| São Gabriel | - | - | - |
| São Pedro do Sul | Prefeitura | Conselho Tutelar | Conselheiro Tutelar |
| São Sepé | Prefeitura | Conselho Tutelar | Assistente Social do Judiciário/ Conselheiro Tutelar |
| São Vicente do Sul | Juizado | Não Informou | Não informou |
| Tupanciretã | Juizado | Juizado | Conselheiro Tutelar |

9. Juizado Regional da Infância e da Juventude de **SANTO ÂNGELO**

Comarcas Judiciais

- 9.1 Augusto Pestana
- 9.2 Campina das Missões
- 9.3 Campo Novo
- 9.4 Catuípe
- 9.5 Cerro Largo
- 9.6 Coronel Bicaco
- 9.7 Crissiumal
- 9.8 Cruz Alta
- 9.9 Giruá
- 9.10 Guarani das Missões
- 9.11 Horizontina
- 9.12 Ijuí
- 9.13 Panambi
- 9.14 Porto Xavier
- 9.15 Santa Bárbara do Sul
- 9.16 Santa Rosa
- 9.17 Santiago
- 9.18 Santo Ângelo
- 9.19 Santo Antônio das Missões
- 9.20 Santo Augusto
- 9.21 Santo Cristo
- 9.22 São Luiz Gonzaga
- 9.23 Tenente Portela
- 9.24 Três de Maio
- 9.25 Três Passos
- 9.26 Tucunduva

9. Juizado Regional da Infância e da Juventude de **SANTO ÂNGELO**

Comarcas com seus respectivos municípios jurisdicionados

| | População Total | Pop. Adolescente |
|---------------------------------|-----------------|------------------|
| 9.1 Augusto Pestana | 7.755 | 1.327 |
| Jóia | 8.683 | 1.578 |
| 9.2 Campina das Missões | 6.622 | 1.297 |
| Cândido Godói | 6.696 | 1.267 |
| São Paulo das Missões | 6.502 | 1.411 |
| 9.3 Campo Novo | 6.467 | 1.361 |
| Braga | 3.826 | 801 |
| Sede Nova | 2.938 | 613 |
| 9.4 Catuípe | 9.826 | 1.810 |
| 9.5 Cerro Largo | 12.350 | 2.240 |
| Roque Gonzáles | 7.281 | 1.553 |
| Salvador das Missões | 2.611 | 487 |
| São Pedro do Butiá | 2.867 | 517 |
| Ubiretama | 2.564 | 480 |
| 9.6 Coronel Bicaco | 7.838 | 1.676 |
| Redentora | 8.677 | 1.928 |
| 9.7 Crissiumal | 13.904 | 2.870 |
| Humaitá | 4.840 | 950 |
| 9.8 Cruz Alta | 68.541 | 13.630 |
| Boa Vista do Cadeado | 2.513 | * |
| Boa Vista do Incra | 2.327 | * |
| Fortaleza dos Valos | 5.196 | 896 |
| Pejuçara | 4.266 | 860 |
| 9.9 Giruá | 18.138 | 3.696 |
| Senador Salgado Filho | 2.844 | 566 |
| 9.10 Guarani das Missões | 8.660 | 1.696 |
| Sete de Setembro | 2.212 | 432 |
| 9.11 Horizontina | 18.046 | 3.208 |
| Doutor Mauricio Cardoso | 5.878 | 1.066 |
| 9.12 Ijuí | 78.400 | 14.558 |
| Ajuricaba | 7.508 | 1.334 |
| Bozano | 2.428 | * |
| Coronel Barros | 2.466 | 381 |
| Nova Ramada | 2.602 | 515 |
| 9.13 Panambi | 34.268 | 6.082 |
| Condor | 6.527 | 1.235 |

CEDEDICA

| | | | |
|------|-------------------------------|---------------|---------------|
| 9.14 | Porto Xavier | 11.321 | 2.206 |
| 9.15 | Santa Bárbara do Sul | 10.035 | 1.915 |
| | Saldanha Marinho | 3.126 | 563 |
| 9.16 | Santa Rosa | 68.468 | 12.245 |
| | Porto Mauá | 2.724 | 544 |
| | Tuparendi | 9.363 | 1.659 |
| 9.17 | Santiago | 51.375 | 9.746 |
| | Capão do Cipó | 2.625 | * |
| | Itacurubi | 3.571 | 633 |
| | Unistalda | 2.699 | 538 |
| 9.18 | Santo Ângelo | 79.086 | 14.380 |
| | Entre-Ijuís | 9.572 | 1.823 |
| | Eugênio de Castro | 3.196 | 591 |
| | São Miguel das Missões | 7.456 | 1.484 |
| | Vitória das Missões | 3.758 | 700 |
| 9.19 | Santo Ant. das Missões | 12.556 | 2.465 |
| | Garruchos | 3.936 | 738 |
| 9.20 | Santo Augusto | 14.023 | 2.853 |
| | Chiapeta | 4.530 | 858 |
| | Inhacorá | 2.393 | 470 |
| | São Martinho | 5.810 | 1.178 |
| | São Valério do Sul | 2.609 | 554 |
| 9.21 | Santo Cristo | 14.902 | 2.795 |
| | Alecrim | 7.650 | 1.713 |
| | Porto Lucena | 6.035 | 1.114 |
| | Porto Vera Cruz | 2.266 | 455 |
| 9.22 | São Luiz Gonzaga | 35.676 | 8.059 |
| | Bossoroca | 7.666 | 1.568 |
| | Caibaté | 5.003 | 1.419 |
| | Dezesseis de Novembro | 3.170 | 693 |
| | Mato Queimado | 1.939 | * |
| | Pirapó | 3.108 | 729 |
| | Rolador | 2.790 | * |
| | São Nicolau | 6.166 | 1.316 |
| 9.23 | Tenente Portela | 13.657 | 2.921 |
| | Barra do Guarita | 2.715 | 626 |
| | Derrubadas | 3.325 | 721 |
| | Miraguaí | 4.539 | 1.003 |
| | Vista Gaúcha | 2.713 | 515 |
| 9.24 | Três de Maio | 24.211 | 4.425 |
| | Alegria | 4.916 | 1.023 |
| | Boa Vista do Buricá | 6.648 | 1.302 |
| | Independência | 7.214 | 1.380 |
| | Nova Candelária | 2.755 | 547 |
| | São José do Inhacorá | 2.329 | 440 |
| 9.25 | Três Passos | 23.617 | 4.441 |
| | Bom Progresso | 2.837 | 558 |
| | Esperança do Sul | 3.396 | 749 |
| | Tiradentes do Sul | 6.703 | 1.464 |
| 9.26 | Tucunduva | 6.092 | 1.101 |
| | Novo Machado | 4.340 | 800 |

| Juizado Regional de Santo Ângelo | | | | | |
|---|------------|------------|------------------|----------------------|-----------------------------|
| COMARCA (26) | PSC | LA | TOTAL MSE | POP. ADOLESC. | % DE ADOLESC. EM MSE |
| Augusto Pestana | 2 | 0 | 2 | 2.905 | 0,07% |
| Campina das Missões | 4 | 0 | 4 | 3.975 | 0,10% |
| Campo Novo | 4 | 2 | 6 | 2.775 | 0,22% |
| Catuípe | 0 | 2 | 2 | 1.810 | 0,11% |
| Cerro Largo | 26 | 1 | 27 | 5.277 | 0,51% |
| Coronel Bicaco | 10 | 1 | 11 | 3.604 | 0,31% |
| Crissiumal ⁽¹⁾ | 5 | 0 | 5 | 3.820 | 0,13% |
| Cruz Alta | 75 | 5 | 80 | 15.386 | 0,52% |
| Giruí | 18 | 3 | 21 | 4.262 | 0,49% |
| Guarani das Missões | 20 | 6 | 26 | 2.128 | 1,22% |
| Horizontina | 17 | 4 | 21 | 4.274 | 0,49% |
| Ijuí | 87 | 50 | 137 | 16.788 | 0,82% |
| Panambi | 11 | 11 | 22 | 7.317 | 0,30% |
| Porto Xavier | 6 | 4 | 10 | 2.206 | 0,45% |
| Santa Bárbara do Sul | 13 | 4 | 17 | 2.478 | 0,69% |
| Santa Rosa | 19 | 3 | 22 | 14.448 | 0,15% |
| Santiago | 33 | 20 | 53 | 10.917 | 0,49% |
| Santo Ângelo | 97 | 53 | 150 | 18.978 | 0,79% |
| Santo Antônio das Missões | 9 | 2 | 11 | 3.203 | 0,34% |
| Santo Augusto | 12 | 2 | 14 | 5.913 | 0,24% |
| Santo Cristo | 7 | 0 | 7 | 6.077 | 0,12% |
| São Luiz Gonzaga | 85 | 14 | 99 | 13.784 | 0,72% |
| Tenente Portela | 32 | 1 | 33 | 5.786 | 0,57% |
| Três de Maio | 55 | 4 | 59 | 9.117 | 0,65% |
| Três Passos | 10 | 2 | 12 | 7.212 | 0,17% |
| Tucunduva | 1 | 0 | 1 | 1.901 | 0,05% |
| TOTAL | 658 | 194 | 852 | 176.341 | 0,48% |

Média por comarca **25,31 7,46 32,77 6.782,35**

Municípios **87**

¹ A Comarca de Crissiumal informa que nos últimos dois anos não houve aplicação de LA

| Juizado Regional de Santo Ângelo | | | |
|---|-----------------------|-------------------------------|--|
| Comarca | Orientador PSC | Executor LA | Orientador judiciário |
| Augusto Pestana | Juizado | Conselho Tutelar | Pessoa indicada ou nomeada pelo Juiz |
| Campina das Missões | Prefeitura | Conselho Tutelar | Conselheiro Tutelar |
| Campo Novo | Prefeitura | Juizado / Conselho Tutelar | Assistente Social ou outro Funcionário da Prefeitura |
| Catuípe | Juizado | Prefeitura / Conselho Tutelar | Conselheiro Tutelar / Pessoa indicada ou nomeada pelo Juiz |
| Cerro Largo | Juizado | Juizado | Conselheiro Tutelar / Brigada Militar |
| Coronel Bicaco | Juizado | Juizado / Conselho Tutelar | Assistente Social ou outro Funcionário da Prefeitura / Conselho Tutelar |
| Crissiumal | Juizado | Juizado | Conselheiro Tutelar |
| Cruz Alta | Juizado / ONG | ONG | Pessoa indicada ou nomeada pelo Juiz / Membro de ONG |
| Giruí | Juizado | Juizado / Conselho Tutelar | Pessoa indicada ou nomeada pelo Juiz |
| Guarani das Missões | Juizado | Juizado | Pessoa indicada ou nomeada pelo Juiz |
| Horizontina | Juizado / Prefeitura | Juizado / Conselho Tutelar | Conselheiro Tutelar |
| Ijuí | ONG | Conselho Tutelar | Membro de ONG |
| Panambi | Juizado | Juizado | Pessoa indicada ou nomeada pelo Juiz |
| Porto Xavier | Juizado | Juizado | Conselheiro Tutelar |
| Santa Bárbara do Sul | Juizado | Juizado | Assistente Social ou outro Funcionário da Prefeitura / Conselho Tutelar / Pessoa indicada ou nomeada pelo Juiz |
| Santa Rosa | Prefeitura | Juizado | Assistente Social do Judiciário / Oficial de Proteção |
| Santiago | Juizado | Juizado | Pessoa indicada ou nomeada pelo Juiz |
| Santo Ângelo | ONG | ONG | Membro da ONG |
| Santo Antônio das Missões | Juizado | Juizado | Pessoa indicada ou nomeada pelo Juiz / Conselho Tutelar |
| Comarca | Orientador PSC | Executor LA | Orientador judiciário |
| Santo Augusto | Prefeitura | Conselho Tutelar | Assistente Social ou outro Funcionário da Prefeitura / Conselho Tutelar |
| Santo Cristo | Juizado | Conselho Tutelar | Conselheiro Tutelar |
| São Luiz Gonzaga | Prefeitura | Juizado | Pessoa indicada ou nomeada pelo Juiz |
| Tenente Portela | Juizado | Juizado / Conselho Tutelar | Assistente Social ou outro Funcionário da Prefeitura / Conselho Tutelar |
| Três de Maio | Prefeitura | Conselho Tutelar | Assistente Social ou outro Funcionário da Prefeitura |
| Três Passos | Juizado | Juizado | Conselheiro Tutelar |
| Tucunduva | Juizado | Juizado | Conselheiro Tutelar |

10. Juizado Regional da Infância e da Juventude de **URUGUAIANA**

Comarcas Judiciais

- 10.1 Alegrete
- 10.2 Itaqui
- 10.3 Quaraí
- 10.4 Santana do Livramento
- 10.5 São Borja
- 10.6 Uruguaiana

10. Juizado Regional da Infância e da Juventude de **URUGUAIANA**

Comarcas com seus respectivos municípios jurisdicionados

| | População Total | Pop. Adolescente |
|----------------------------|-----------------|------------------|
| 10.1 Alegrete | 87.236 | 16.145 |
| 10.2 Itaqui | 41.902 | 7.965 |
| Maçambará | 5.339 | 993 |
| 10.3 Quaraí | 24.987 | 4.275 |
| 10.4 Santana do Livramento | 16.595 | 96.286 |
| 10.5 São Borja | 66.896 | 12.675 |
| 10.6 Uruguaiana | 133.481 | 24.926 |
| Barra do Quaraí | 4.196 | 1.056 |

Juizado Regional Uruguaiana

| COMARCA (6) | PSC | LA | TOTAL MSE | POP. ADOLESC. | % DE ADOLESC. EM MSE |
|-----------------------|------------|-----------|------------|---------------|----------------------|
| Alegrete | 113 | 16 | 129 | 16.145 | 0,80% |
| Itaqui | 15 | 3 | 18 | 8.958 | 0,20% |
| Quaraí | 7 | 0 | 7 | 4.275 | 0,16% |
| Santana do Livramento | 0 | 0 | 0 | 16.595 | 0,00% |
| São Borja | - | - | - | - | - |
| Uruguaiana | 82 | 38 | 120 | 25.982 | 0,46% |
| TOTAL | 217 | 57 | 274 | 71.955 | 0,38% |

Média por comarca 43,40 11,40 54,80 14.391,00

Municípios 8

Juizado Regional Uruguaiana

| Comarca | Coordenador PSC | Executor LA | Orientador Judiciário |
|-----------------------|-----------------|-------------------------------|--|
| Alegrete | Juizado | Juizado | Assistente social Judiciário/ Conselheiro Tutelar |
| Itaqui | Juizado | Juizado | Pessoa indicada ou nomeada pelo juiz |
| Quaraí | Juizado | Juizado / Conselho Tutelar | Conselho Tutelar |
| Santana do Livramento | Juizado | Juizado | Assistente social judiciário e oficial de proteção |
| São Borja | - | - | - |
| Uruguaiana | Juizado | Juizado | Judiciário e assistente social ou funcionário da prefeitura |



TOTALIZAÇÃO DE DADOS RESULTADOS OBTIDOS

| Juizados Regionais | Comarcas* | Comarcas pesquisadas | Municípios* | LA | PSC | MSE | Pop. Adolescente pesquisada* | % de adolescentes em MSE |
|--------------------|------------|----------------------|-------------|--------------|--------------|--------------|------------------------------|--------------------------|
| PORTO ALEGRE | 14 | 13 | 25 | 977 | 452 | 1.429 | 436.459 | 0,33% |
| CAXIAS DO SUL | 17 | 10 | 48 | 436 | 146 | 582 | 121.826 | 0,48% |
| NOVO HAMBURGO | 14 | 10 | 35 | 327 | 94 | 421 | 181.498 | 0,23% |
| OSÓRIO | 7 | 4 | 23 | 130 | 19 | 149 | 27.498 | 0,54% |
| PASSO FUNDO | 30 | 23 | 146 | 450 | 134 | 584 | 179.156 | 0,33% |
| PELOTAS | 14 | 11 | 27 | 350 | 97 | 447 | 163.480 | 0,27% |
| SANTA CRUZ DO SUL | 15 | 12 | 58 | 228 | 41 | 269 | 106.332 | 0,25% |
| SANTA MARIA | 18 | 15 | 40 | 488 | 151 | 639 | 125.774 | 0,51% |
| SANTO ÂNGELO | 26 | 26 | 87 | 658 | 194 | 852 | 176.341 | 0,48% |
| URUGUAIANA | 6 | 5 | 8 | 217 | 57 | 274 | 71.955 | 0,38% |
| TOTAL | 161 | 129 | 497 | 4.261 | 1.385 | 5.646 | 1.590.319 | 0,36% |

* Fontes:

1. IBGE, Censo Demográfico 2000.
2. Site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Executor da Liberdade Assistida

| | |
|-----------------------------|----|
| Juizado | 54 |
| Prefeitura | 22 |
| ONG | 6 |
| Juizado/prefeitura | 1 |
| Juizado/conselho tutelar | 10 |
| Não informou | 13 |
| Conselho tutelar | 19 |
| Prefeitura/conselho tutelar | 2 |
| Não há programa de LA | 2 |

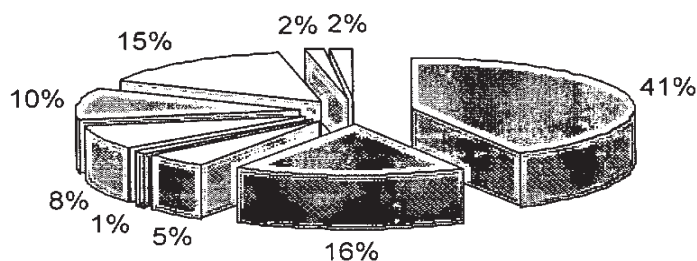
Orientadores Judiciários

| | |
|--|----|
| Conselheiro tutelar | 49 |
| Assistente social ou outro funcionário da prefeitura | 35 |
| Pessoa indicada ou nomeada pelo juiz | 32 |
| Assistente social do poder judiciário | 21 |
| Não informou | 14 |
| Membro de ONG | 6 |
| Oficial de proteção | 5 |
| Não há programa | 2 |
| Não há orientador | 1 |
| Psicóloga do poder judiciário | 1 |
| Oficial de justiça | 1 |
| Pessoa da comunidade | 1 |
| Conselho comunitário | 1 |
| Psicólogo de universidade | 1 |
| Técnico do poder judiciário | 1 |
| Membros do Rotary | 1 |
| Sindicato rural | 1 |
| Brigada militar | 1 |

Coordenador de Prestação de Serviço à Comunidade

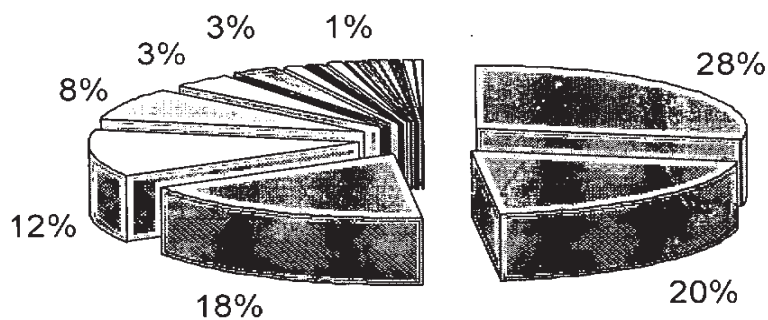
| | |
|--------------------|----|
| Juizado | 76 |
| Prefeitura | 37 |
| ONG | 8 |
| Juizado/prefeitura | 6 |
| Juizado/ONG | 1 |
| Não informou | 1 |

Executor da Liberdade Assistida



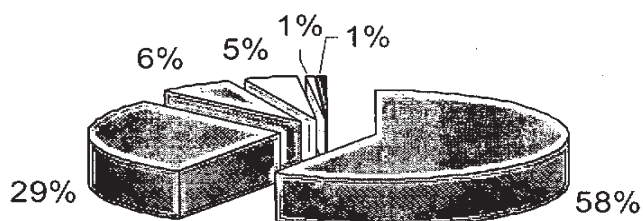
- JUIZADO
- PREFEITURA
- ONG
- JUIZADO/PREFEITURA
- JUIZADO/CONSELHO TUTELAR
- NÃO INFORMOU
- CONSELHO TUTELAR
- PREFEITURA/CONSELHO TUTELAR
- NÃO HÁ PROGRAMA DE L A

Orientadores Judiciários



- CONSELHEIRO TUTELAR
- ASSIST. SOC. OU OUTRO FUNC. DA PREFEITURA
- PESSOA INDICADA OU NOMEADA PELO JUIZ
- ASSISTENTE SOCIAL DO PODER JUDICIÁRIO
- NÃO INFORMOU
- MEMBRO DE ONG
- OFICIAL DE PROTEÇÃO
- NÃO HÁ PROGRAMA
- NÃO HÁ ORIENTADOR
- PSICÓLOGA DO PODER JUDICIÁRIO
- OFICIAL DE JUSTIÇA
- PESSOA DA COMUNIDADE
- CONSELHO COMUNITÁRIO
- PSICÓLOGO DE UNIVERSIDADE
- TÉCNICO DO PODER JUDICIÁRIO
- MEMBROS DO ROTARY
- SINDICATO RURAL
- BRIGADA MILITAR

Coordenador de Prestação de Serviço à Comunidade



- JUIZADO
- PREFEITURA
- ONG
- JUIZADO/PREFEITURA
- JUIZADO/ONG
- NÃO INFORMOU

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o setor agropecuário brasileiro vive uma das piores crises da história e as conseqüências econômicas e sociais dela advindas podem ser desastrosas para o País. A combinação do aumento dos preços dos insumos agropecuários com a diminuição das cotações dos produtos agrícolas no mercado internacional e a valorização do real frente ao dólar impõe pesados prejuízos à renda agrícola em 2005. Os custos de produção das lavouras aumentaram significativamente: 17% no milho, 15,5% na soja e 12% no trigo. Para desequilibrar ainda mais a situação, houve uma queda acentuada dos preços agrícolas e, em muitos casos, os preços de mercado não cobrem os custos de produção. O preço da soja, comercializada a R\$44,00 a saca, no ano passado, caiu para abaixo de R\$20,00, neste ano, acumulando uma redução de preço de mais de 54%. O arroz, a soja, o algodão, o trigo e o milho estão sendo comercializados a preços que sequer cobrem os custos de produção das lavouras.

Tenho mantido contato com diversos segmentos representativos da classe produtora e o sentimento predominante é de profunda preocupação com os rumos da agropecuária. A situação atingiu um nível de gravidade tal que os produtores rurais estão realizando hoje, dia 31 de maio, protestos em diversos pontos do País para alertar a sociedade brasileira sobre a crise financeira que o setor enfrenta. O movimento, batizado de “SOS Rural”, é uma mobilização dos produtores rurais contra a política econômica do Governo Federal, prejudicial à agricultura e à pecuária brasileira, especialmente no que se refere às exportações. De acordo com a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária os protestos estarão ocorrendo nos Estados de Goiás, Tocantins, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, com manifestações nas principais rodovias federais. No meu Estado, o Tocantins, os protestos do SOS Rural estão se concentrando no Município de Guaraí, com a presença de pelo menos dois mil produtores rurais em um comboio formado por caminhões e máquinas agrícolas na BR-153. Do protesto será extraída a “Carta do Tocantins”, documento a ser encaminhado ao Governo Federal contendo as principais reivindicações do setor.

Ao trazer ao conhecimento deste Plenário a mobilização dos produtores rurais no dia de hoje quero submeter à discussão da Casa os principais entraves apontados pela categoria que estão prejudicando as atividades do setor agropecuário:

- elevação intensa dos preços dos insumos agrícolas;
- armazenamento inadequado da produção – em alguns casos os produtos estão sendo estocados a céu aberto;
- perda da quase totalidade da safra no Sul do País, em decorrência do longo período de estiagem;
- no caso da soja, prejuízos de US\$2 bilhões em decorrência da perda de mais de 10 milhões de toneladas e do aumento dos custos no combate à “ferrugem asiática”;
- queda brutal dos preços dos principais produtos como soja, milho e algodão;
- problemas com as exportações;
- variação cambial. A desvalorização do dólar frente ao real faz com que o setor do agronegócio – até agora um dos maiores responsáveis pelo bom desempenho da balança comercial brasileira nos últimos anos – esteja em estado de alerta máximo. Os produtores, mesmo com perda de rentabilidade, preferem exportar para preservar os seus clientes e respeitar os contratos firmados;
- crédito oficial insuficiente para atender às necessidades dos produtores rurais, obrigando-os a recorrer a outras fontes de financiamento como fornecedores e compradores. As estimativas do setor apontam para uma necessidade de crédito da ordem de R\$81 bilhões para financiar a safra 2005/2006, incluindo linhas de custeio, comercialização e investimento. Para a safra atual o Governo anunciou a liberação de R\$46 bilhões, contra uma reivindicação do setor de R\$56 bilhões. Entretanto, apenas R\$24,7 bilhões foram operados com juros equalizados pelo Tesouro;
- necessidade de ajustes na política governamental de garantia do preço mínimo. É preciso corrigir os preços mínimos de garantia. No caso do arroz irrigado, por exemplo, a saca com 50 quilos apresentava custo de produção de R\$30,68 em fevereiro deste ano, mas o preço mínimo estabelecido pelo Governo é de R\$20,00;
- taxa de juros elevada. As taxas de juros praticadas no crédito rural têm de ser compatíveis com a baixa rentabilidade do setor, que enfrenta alta nos custos de produção e queda nos preços de comercialização.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a atividade agropecuária é peculiar. É uma atividade nobre por natureza, já que possui a função social de produzir alimentos, indispensáveis à sobrevivência da humanidade. Não pode ela, portanto, ser submetida às regras ditadas pelo mercado, pela livre concorrência, assim como outras atividades econômicas. Em todos os países desenvolvidos do mundo a atividade agropecuária recebe generosos subsídios governamen-

tais, fato que tem, inclusive, causado grande prejuízo à competitividade dos produtos brasileiros. É preciso que soluções urgentes sejam adotadas pelo Governo federal para sanar a crise vivida pelo setor, sob pena de sufocarmos uma atividade essencial para economia brasileira e para a obtenção de superávits na balança comercial.

Por essa razão é que trago à tribuna do Senado Federal essa profunda inquietação que toma conta da classe produtora rural, causada pelas dificuldades aqui elencadas. Faço um sonoro apelo ao Governo federal para que equacione as dificuldades vividas pelo setor, adotando as medidas necessárias, algumas emergenciais, para devolver a tranquilidade ao campo.

É preciso prorrogar os vencimentos das parcelas de investimentos, vencidas e vincendas, em 2005 e 2006, para dois anos subseqüentes aos vencimentos finais dos contratos.

Nos financiamentos de custeio, a categoria reivindica a possibilidade de pagamento de 20% do custeio de 2005 e prorrogação dos restantes 80%, acrescidos do saldo remanescente de 2004, para ser parcelado em quatro vezes nos anos seguintes.

Os preços mínimos de garantia têm de ser atualizados, adequando-os à realidade do custo de produção, mediante a realização de Aquisição do Governo Federal (AGF).

Alocar no orçamento das operações oficiais de crédito o montante de R\$2,4 bilhões para a garantia de preços e suporte à comercialização agropecuária, mediante o lançamento de contratos de opções, Prêmio de Escoamento de Produto (PEP) e remoção dos estoques oficiais de milho para a região Nordeste e Estado do Amazonas, para atender à venda de balcão aos pequenos e médios produtores de aves, suínos e piscicultores.

Alocar recursos suficientes para subvenção ao prêmio do Seguro Rural para atender a todas as regiões produtoras e os produtos agropecuários.

Nos contratos privados com as empresas fornecedoras de insumos e *tradings* obter a prorrogação do vencimento por 90 dias das parcelas a vencer.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não é possível que no momento em que o País mais precisa aumentar a sua produção, incrementar a pauta de exportações, gerar superávits e criar emprego e renda para os brasileiros estejamos no caminho inverso, sufocando uma atividade que já comprovou a sua potencialidade e a sua rentabilidade.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar

os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PARECER Nº 595, DE 2005

(Escolha de Autoridade – votação nominal)
(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 595, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/29, de 2005 (nº 535/2005, na origem), pelo qual a Procuradoria-Geral da República submete à deliberação do Senado a indicação da Procuradora Regional da República, Dra. *Janice Agostinho Barreto Ascari*, pelo Ministério Público Federal, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

2

PARECER Nº 596, DE 2005

(Escolha de Autoridade – votação nominal)
(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 596, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/30, de 2005 (nº 535/2005, na origem), pelo qual a Procuradoria-Geral da República submete à deliberação do Senado a indicação da Subprocuradora-Geral do Trabalho, Dra. *Ivana Auxiliadora Mendonça Santos*, pelo Ministério Público do Trabalho, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

3

PARECER Nº 597, DE 2005

(Escolha de Autoridade – votação nominal)
(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 597, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/31, de 2005 (nº

535/2005, na origem), pelo qual a Procuradoria-Geral da República submete à deliberação do Senado a indicação do Procurador da Justiça Militar, Dr. *Osmar Machado Fernandes*, pelo Ministério Público Militar, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

4

PARECER Nº 598, DE 2005

(Escolha de Autoridade – votação nominal)
(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 598, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/32, de 2005 (nº 535/2005, na origem), pelo qual a Procuradoria-Geral da República submete à deliberação do Senado a indicação do Promotor de Justiça, Dr. *Gaspar Antônio Viegas*, pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

5

PARECER Nº 599, DE 2005

(Escolha de Autoridade – votação nominal)
(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 599, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/33, de 2005 (nº 17/2005, na origem), pelo qual o Supremo Tribunal Federal submete à deliberação do Senado a indicação do Juiz do Trabalho, Dr. *Hugo Cavalcanti Melo Filho* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

6

PARECER Nº 600, DE 2005

(Escolha de Autoridade – votação nominal)
(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 600, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/34, de 2005 (nº 453/2005, na origem), pelo qual o Superior

Tribunal de Justiça submete à deliberação do Senado a indicação do Juiz Federal *Ricardo César Mandarino Barretto* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

7

PARECER Nº 601, DE 2005

(Escolha de Autoridade – votação nominal)
(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 601, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/18, de 2005 (nº 88/2005, na origem), pelo qual pelo qual o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil submete à deliberação do Senado a indicação do Dr. *Francisco Ernando Uchoa Lima* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

8

PARECER Nº 602, DE 2005

(Escolha de Autoridade – votação nominal)
(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 602, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/19, de 2005 (nº 88/2005, na origem), pelo qual o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil submete à deliberação do Senado a indicação do Dr. *Luiz Carlos Lopes Madeira* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

9

PARECER Nº 603, DE 2005

(Escolha de Autoridade – votação nominal)
(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 603, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/35, de 2005 (s/nº, na origem), pelo qual os Líderes Partidários desta Casa submetem à deliberação do Senado Federal a indicação do Senhor *Alberto*

Machado Cascais Meleiro para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

10

PARECER Nº 604, DE 2005

(Escolha de Autoridade – votação nominal)
(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 604, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/36, de 2005 (nº 583/2005, na origem), pelo qual a Câmara dos Deputados submete à deliberação do Senado Federal a indicação do Senhor *Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

11

PARECER Nº 686, DE 2005

(Escolha de Autoridade)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 686, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/38, de 2005 (nº 776/2005, na origem), pelo qual o Presidente do Senado Federal submete à deliberação desta Casa a indicação do Procurador de Justiça *Paulo Sérgio Prata Rezende* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

12

PARECER Nº 687, DE 2005

(Escolha de Autoridade)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 687, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/39, de 2005 (nº 777/2005, na origem), pelo qual o Presidente do Senado Federal submete à deliberação desta Casa a indicação do Procurador de Justiça *Luciano Chagas da Silva* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

13

PARECER Nº 688, DE 2005

(Escolha de Autoridade)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 688, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre o Ofício nº S/40, de 2005 (nº 778/2005, na origem), pelo qual o Presidente do Senado Federal submete à deliberação desta Casa a indicação do Promotor de Justiça *Saint'Clair Luiz do Nascimento Júnior* para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 57, DE 2003***(Votação nominal)*

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2003 (nº 306/2000, na Câmara dos Deputados), que *acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura.*

Parecer favorável, sob nº 195, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Marcelo Crivella.

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº**73, DE 1999***(Votação nominal, caso não haja emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *inclui novo inciso no § 9º, além de novos parágrafos no art. 165 da Constituição Federal* (participação da população ou de entidades civis legalmente constituídas na elaboração, aprovação e execução do processo orçamentário).

Parecer sob nº 1.398, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 31, DE 2000**

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.*

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº
48, DE 2003**

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Parecer sob nº 1.199, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

18

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº
12, DE 2004**

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer, sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável,

nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

19

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Depois das palavras do Senador Mão Santa, dou por encerrada a sessão para todos, com um sorriso no rosto, porque foi um bom encerramento.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 47 minutos.)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª Sessão Legislativa Ordinária da
52ª Legislatura -2005

Resenha Mensal das matérias apreciadas
referente ao mês de maio de 2005
(Período de 1º a 31/5/2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
FEDERAL

I - MEDIDAS PROVISÓRIAS

1 – APROVADAS NA FORMA DE PROJETO DE LEI DE
CONVERSÃO E ENVIADAS À SANÇÃO:

Total 02

Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2005 (oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 232, de 2004), que altera a *Legislação Tributária Federal e dá outras providências.*

Sessão: 05.5.2005

Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2005 (oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 231, de 2004), que *cria na Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, para lotação no Ministério da Saúde, os cargos que menciona; institui a Gratificação de Incentivo à Prestação de Assistência Integral à Saúde – GI – PAS; altera o § 1º do art. 6º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993; revoga o art. 17 da Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002, e dá outras providências.*

Sessão: 17.5.2005

2 - APROVADA NA ÍNTEGRA E ENVIADA À PROMULGAÇÃO:

Total..... 01

Medida Provisória nº 236, de 2005, que *abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de dois bilhões, oitocentos e noventa milhões de reais, para os fins que especifica.*

Sessão: 17.5.2005

II – PROJETOS DE LEI APROVADOS E ENVIADOS À
SANÇÃO:

De iniciativa da Câmara dos Deputados 3
 De iniciativa Popular..... 1
 Total..... 4

Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2004 (nº 856/2003, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho

Sessão: 05.5.2005

Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2005 (nº 955/03, na Casa de origem), que inscreve o nome do Almirante Barroso no Livro dos Heróis da Pátria.

Sessão: 05.5.2005

Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (nº 2.710/92, na Câmara dos Deputados), de iniciativa popular, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e o seu Conselho Gestor.

Sessão: 24.05.2005.

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2005 (nº 520/2003, na Casa de origem), que cria no âmbito do Ministério da Cultura o Prêmio de Artes Plásticas Marcantônio Vilaça e dá outras providências.

Sessão: 31.05.2005.

III – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

| | |
|---------------------------------------|-----------|
| De iniciativa do Senado Federal | 22 |
| Total..... | 22 |

Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2004, de autoria do Senador Heráclito Fortes, que determina o tombamento de túmulos onde se encontram os restos mortais de ex-presidentes da República

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 11.5.2005

Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2004, de autoria do Senador Fernando Bezerra, que dispõe sobre o parcelamento de débitos tributários de devedores em recuperação judicial.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 11.5.2005

Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2004, de autoria do Senador Maguito Vilela, que institui o Dia Nacional da Alimentação.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.5.2005

Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2002, de autoria do Senador Pedro Simon, que prorroga o prazo previsto no artigo 6º da Lei nº 9.454, de 1997 (institui o número único de Registro de Identidade Civil).

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 18.5.2005

Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2004, de autoria do Senador Cristovam Buarque, *que insere parágrafo do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), de modo a assegurar, aos docentes da rede pública que não tenham habilitação em nível superior, vagas nos cursos de graduação de formação de professores.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 18.5.2005

Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2004, de autoria do Senador José Maranhão, *que altera o art. 2º da Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978, para*

instituir o Exame de Proficiência como requisito adicional a ser exigido na inscrição em Conselho Regional de Corretores de Imóveis e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 18.5.2005

Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2004, de autoria do Senador Romeu Tuma, *que dá a denominação de “Comandante João Ribeiro de Barros” ao Aeroporto de Bauru, no Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 18.5.2005

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2004, de autoria do Senador Marco Maciel, *que inscreve o nome de Frei Caneca no “Livro dos Heróis da Pátria”.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 18.5.2005

Projeto de Lei do Senado nº 354, de 2004, de autoria do Senador Osmar Dias, *que inscreve o nome de Ildefonso Pereira Correia, o Barão de Serro Azul, no “Livro dos Heróis da Pátria”.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 18.5.2005

Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2004, de autoria do Senador Sérgio Cabral, *que acrescenta um inciso ao art. 3º da Lei nº 10.741, de 2003 – Estatuto do Idoso – para dar prioridade ao idoso no recebimento da Restituição do Imposto de Renda.*

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 18.5.2005

Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2004, de autoria do Senador José Sarney, *que altera o art. 2.038 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para permitir a cobrança de laudêmio ou prestação análoga nas transmissões de bens aforados.*

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 24.05.2005

Projeto de Lei do Senado nº 362, de 2004, de autoria do Senador Gerson Camata, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Petróleo de Cachoeiro de Itapemirim, no Estado do Espírito Santo.

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2005

Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2003, de autoria do Senador Paulo Octávio, que institui o Programa de Alfabetização e Cidadania na Empresa – Pace.

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.5.2005

Projeto de Lei do Senado nº 526, de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera os arts. 136, 137, 138, 139, 141 e 143 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para substituir a expressão “seqüestro” por “arresto”, com os devidos ajustes redacionais.

(Decisão Terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 25.5.2005

Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2004, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que denomina a BR 101, no Estado de Sergipe, de “Rodovia da Cultura Sergipana”, identificando os respectivos trechos com os nomes de “Rodovia Escritor Manoel Bonfim”; “Rodovia Escritor Gilberto Amado”; “Rodovia Filósofo Tobias Barreto” e “Rodovia Ensaísta Silvio Romero”.

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.5.2005

Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2004, de autoria do Senador Paulo Paim, que dispõe sobre a instituição de feriado nacional na data da morte de Zumbi dos Palmares.

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.5.2005

Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2004, de autoria do Senador Gerson Camata, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de São Mateus, por desmembramento da Universidade Federal do Espírito Santo.

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.5.2005

Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera os §§ 1º e 3º do art. 1.331, o inciso I do art. 1.336 e o art. 1.351, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que “institui o Código Civil”, no que tange às disposições sobre a alienação e locação de abrigos para veículos, ao critério de fixação da fração ideal e à alteração do regimento interno, relativamente a condomínios edilícios, respectivamente.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 27.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 674, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral), que aprova a Programação Monetária

para o terceiro trimestre de 2004.

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 242, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 675, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2004.*

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 243, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 676, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral), que *aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2005.*

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 677, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral), que *aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2005.*

Sessão: 31.05.2005

IV - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO:

| | |
|---------------------------------------|------------|
| De iniciativa da Câmara dos Deputados | 172 |
| Total..... | 172 |

Projeto de Decreto Legislativo nº1.280, de 2004 (nº 2.266/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Cidade Gaúcha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná;*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 09.5.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº30, de 2005 (nº 1.205/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão a Porto Santo Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quirinópolis, Estado de Goiás;*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 09.5.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº52, de 2005 (nº 1.292/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Nativa FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Edéia, Estado de Goiás;*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 09.5.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.411, de 2004 (nº 1.180/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Evangélica de Comunicação - FUNEC para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.5.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº135, de 2005 (nº 1.251/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Eslovaca sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bratislava, em 12 de novembro de 2003.*

Sessão: 17.5.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº138, de 2005 (nº 1.525/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, adotada pela Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas em outubro de 2003.*

Sessão: 17.5.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº131, de 2005 (nº 685/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Cooperativista da Guiana, celebrado em Brasília, em 7 de fevereiro de 2003.*

Sessão: 24.5.2005.

Projeto de Decreto Legislativo nº937, de 2004 (nº 550/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sociedade Oeste Catarinense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação).

Sessão: 25.5.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2005 (nº 1.266/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ouro Fino FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ouro Fino, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 27.5.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 148, de 2005 (nº 1.397/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização ao Governo do Estado do Ceará para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 27.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 443, de 2004 (nº 259/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à FH Comunicação e Participações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quiterianópolis, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 27.5.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 464, de 2004 (nº 3.134/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à WEB Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cocalzinho de Goiás, Estado de Goiás.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 27.5.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 930, de 2004 (nº 524/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Macambira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ipueiras, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 27.5.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 931, de 2004 (nº 535/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Porto Feliz Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mondai, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 27.5.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 961, de 2004 (nº 3.232/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária 26 de Julho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Cariri, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 27.5.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 976, de 2004 (nº 310/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação de Arte, Comunicação, Cultura e Ensino – Facce para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Lambari, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 27.5.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 995, de 2004 (nº 504/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Província FM Stereo S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belém, Estado do Pará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 27.5.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.001, de 2004 (nº 561/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Princesa do Oeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Xanxerê, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 27.5.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.002, de 2004 (nº 579/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Santo Antônio, de Antonina do Norte (CE) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Antonina do Norte, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 27.5.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.003, de 2004 (nº 583/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Stúdio Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 27.5.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.005, de 2004 (nº 585/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Poços de Caldas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 27.5.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.035, de 2004 (nº 596/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Doze de Maio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Lourenço D'Oeste, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 27.5.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.069, de 2004 (nº 655/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Guamá Ltda. para explorãr serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Miguel do Guamá, Estado do Pará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 27.5.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.074, de 2004 (nº 670/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora FM de Paragominas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paragominas, Estado do Pará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 27.5.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.076, de 2004 (nº 675/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM Jangadeiro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 27.5.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.080, de 2004 (nº 697/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Itajaí Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 27.5.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.102, de 2004 (nº 864/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jornal de Canindé Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Canindé, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 27.5.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.109, de 2004 (nº 929/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Litoral de Cascavel Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cascavel, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 27.5.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.115, de 2004 (nº 937/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Centro Oeste de Pinhalzinho Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 27.5.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.126, de 2004 (nº 66/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária Ipojuca a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipojuca, Estado de Pernambuco.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 27.5.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.135, de 2004 (nº 422/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária "Maria Rosa" - FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curitiba, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 27.5.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.153, de 2004 (nº 713/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Empresa Blumenauense de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 27.5.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.168, de 2004 (nº 772/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura Fluminense Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 27.5.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.172, de 2004 (nº 782/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Laguna Sociedade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Laguna, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 27.5.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.195, de 2004 (nº 775/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora dos Inhamuns Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tauá, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 27.5.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.200, de 2004 (nº 825/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Cultura Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Serra Talhada, Estado de Pernambuco.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 27.5.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.203, de 2004 (nº 867/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cultura de Joinville Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 27.5.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.206, de 2004 (nº 902/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Rede Sol de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Granja, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 27.5.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.212, de 2004 (nº 996/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Princesa da Serra Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itabaiana, Estado de Sergipe.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 27.5.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 687, de 2003 (nº 1.509/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pró Vida de Sobradinho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sobradinho, Distrito Federal.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 309, de 2004 (nº 2.050/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Líder Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Feijó, Estado do Acre*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 946, de 2004 (nº 565/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão à L & C Rádio Emissoras Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Roque, Estado de São Paulo*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.164, de 2004 (nº 752/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio e Televisão Record S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.191, de 2004 (nº 912/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Emissora da Barra Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barra Bonita, Estado de São Paulo.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.192, de 2004 (nº 913/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jornal de Barretos OM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barretos, Estado de São Paulo.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.216, de 2004 (nº 1011/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Cidade Macarani Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Macarani, Estado da Bahia.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.217, de 2004 (nº 1.012/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Tabajara de São Benedito Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Benedito, Estado do Ceará.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.225, de 2004 (nº 414/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Jeremoabo - BA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jeremoabo, Estado da Bahia.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.226, de 2004 (nº 528/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores de São Mamede - PB (Amsam) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Mamede, Estado da Paraíba.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.230, de 2004 (nº 630/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa Eduardo Sá para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Pacajus, Estado do Ceará.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.239, de 2004 (nº 598/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da TV O Estado Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.274, de 2004 (nº 1.104/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Dom Justino José de Santana para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.276, de 2004 (nº 1.212/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Morro Alto FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Restinga Seca, Estado do Rio Grande do Sul;*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.277, de 2004 (nº 1.213/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Morro Alto FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rosário do Sul, Estado do Rio Grande do Sul;*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.279, de 2004 (nº 1.215/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Morro Alto FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Progresso, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.282, de 2004 (nº 131/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Fundação Verdes Florestas para explorar serviço radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.297, de 2004 (nº 674/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Progresso de Russas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Russas, Estado do Ceará.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.313, de 2004 (nº 965/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sociedade de Friburgo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.315, de 2004 (nº 968/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Vitória FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vitória de Santo Antão, Estado de Pernambuco.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.322, de 2004 (nº 1.017/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à FM Planalto de Cajuru Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cajuru, Estado de São Paulo.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.326, de 2004 (nº 1.065/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Central de Rádio e Notícias de Itatiba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itatiba, Estado de São Paulo.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.327, de 2004 (nº 1.070/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Universitária Metropolitana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Branco, Estado do Acre.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.330, de 2004 (nº 1.075/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Difusoras de Pernambuco Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pesqueira, Estado de Pernambuco.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.332, de 2004 (nº 1.077/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Bahiana de Jequié Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em em onda média na cidade de Jequié, Estado da Bahia.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.343, de 2004 (nº 1.098/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Vida de Promoção Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro da Aldeia, Estado do Rio de Janeiro.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.346, de 2004 (nº 1.107/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Salgadinho FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salgadinho, Estado de Pernambuco.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.347, de 2004 (nº 1.108/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Aramoc - Associação Regional de Amigos e Moradores do Cruzeiro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasília, Distrito Federal.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.352, de 2004 (nº 1.129/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Copacabana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.353, de 2004 (nº 1.130/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Jornal Gazeta de Nova Friburgo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.364, de 2004 (nº 837/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jornal de Amambai Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Amambai, Estado de Mato Grosso do Sul.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.369, de 2004 (nº 978/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores da Estrada da Sapata a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Armação dos Búzios, Estado do Rio de Janeiro.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.372, de 2004 (nº 1.013/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Bagé Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média de âmbito local na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.375, de 2004 (nº 1.045/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Água Boa Associação Comunitária/Abac a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.378, de 2004 (nº 1.074/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Televisão Bandeirantes de Presidente Prudente Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.381, de 2004 (nº 1.086/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Planetário Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Espumoso, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.392, de 2004 (nº 1.136/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Radiodifusão Paranhana Ltda. para explorar serviço de*

radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taquara, Estado do Rio Grande do Sul.

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.398, de 2004 (nº 1.161/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Assunção Cearense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.401, de 2004 (nº 1.165/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rede Brasil de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salgueiro, Estado de Pernambuco.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.402, de 2004 (nº 1.168/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Viçosa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viçosa, Estado do Rio Grande do Norte.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.406, de 2004 (nº 1.174/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rede Independente de Rádio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.412, de 2004 (nº 1.189/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Porto Santo Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paranaiguara, Estado de Goiás.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.413, de 2004 (nº 1.193/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Serrado Verdes de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itapaci, Estado de Goiás.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.416, de 2004 (nº 1.201/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Joanhina a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tauá, Estado do Ceará.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.418, de 2004 (nº 1.206/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Quipapá FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quipapá, Estado de Pernambuco.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.428, de 2004 (nº 1.196/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Vida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís de Montes Belos, Estado de Goiás.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.431, de 2004 (nº 1.202/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Abadia de Goiás a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abadia de Goiás, Estado de Goiás.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.438, de 2004 (nº 1.264/2004 na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão a Voz Ativa Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itapuranga, Estado de Goiás.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.441, de 2004 (nº 1.271/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Costa Verde – Sideral FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maricá, Estado do Rio de Janeiro.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.450, de 2004 (nº 678/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação dos*

Moradores do Parque de Exposição a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morada Nova, Estado do Ceará.

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.457, de 2004 (nº 981/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Santa Cruz FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brodósqui, Estado de São Paulo.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.458, de 2004 (nº 1.008/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio e Televisão Caçula Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.471, de 2004 (nº 730/2003 na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Arjona e Chaves Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jataí, Estado de Goiás.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.472, de 2004 (nº 750/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Campograndense de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em-onda média na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.475, de 2004 (nº 714/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Nova Sumaré Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sumaré, Estado de São Paulo.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.478, de 2004 (nº 724/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores e Amigos do Nova Florida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alexânia, Estado de Goiás.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.479, de 2004 (nº 726/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Stereosul de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.480, de 2004 (nº 767/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Independência do Tocantins Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paraíso do Tocantins, Estado do Tocantins.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.484, de 2004 (nº 781/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Cristal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.486, de 2004 (nº 784/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Padre Luso Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Nacional, Estado do Tocantins.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº1.491, de 2004 (nº 245/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Central São Carlos de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº29, de 2005 (nº 1.188/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Montes Belos de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Palmeiras de Goiás, Estado de Goiás.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 2005 (nº 1.267/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão a Lopes & Passamani Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mara Rosa, Estado de Goiás.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 2005 (nº 1.277/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ultra FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2005 (nº 1.282/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Guarujá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 88, de 2005 (nº 1.316/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária de Itajá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itajá, Estado de Goiás.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 887, de 2004 (nº 473/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Tarumã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 897, de 2004 (nº 490/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação – ACC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lábrea, Estado do Amazonas.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 936, de 2004 (nº 549/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Brasil Novo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em*

freqüência modulada na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 977, de 2004 (nº 311/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Televisão Princesa D'Oeste de Campinas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.043, de 2004 (nº 884/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Turquesa Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Astorga, Estado do Paraná.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.064, de 2004 (nº 643/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Ita – Negócios e Participações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itaituba, Estado do Pará.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.066, de 2004 (nº 646/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Fundação Santíssimo Redentor para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Coari, Estado do Amazonas.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.138, de 2004 (nº 452/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Padre Bernardo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macajuba, Estado da Bahia.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.140, de 2004 (nº 507/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Transamérica da Bahia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.167, de 2004 (nº 768/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Capanema Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Capanema, Estado do Paraná.

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.178, de 2004 (nº 808/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Poema de Pitanga Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pitanga, Estado do Paraná.

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.181, de 2004 (nº 876/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Chopinzinho Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Chopinzinho, Estado do Paraná.

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.187, de 2004 (nº 899/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Grande Lago Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Helena, Estado do Paraná.

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.196, de 2004 (nº 709/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Yara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná.

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.205, de 2004 (nº 886/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Paracuru Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paracuru, Estado do Ceará.

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.213, de 2004 (nº 998/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da

Fundação Nossa Senhora de Fátima para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cianorte, Estado do Paraná.

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.246, de 2004 (nº 563/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cabiúna Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná.

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.259, de 2004 (nº 656/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Educacional Dom Pedro Felipak para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Wenceslau Braz, Estado do Paraná.

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.265, de 2004 (nº 1.036/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Várzea Alegre Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Várzea Alegre, Estado do Ceará.

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.275, de 2004 (nº 2.899/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Araripina – FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araripina, Estado de Pernambuco.

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.288, de 2004 (nº 546/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Atalaia de Londrina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.294, de 2004 (nº 660/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Três Fronteiras Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.296, de 2004 (nº 671/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Salinas da Margarida de Radiodifusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salinas da Margarida, Estado da Bahia.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.302, de 2004 (nº 765/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio e Televisão OM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.321, de 2004 (nº 1.014/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cultura Novo Som Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Apucarana, Estado do Paraná.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.325, de 2004 (nº 1.060/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de São Sebastião da Amoreira a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.340, de 2004 (nº 1.093/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada da Rádio Venâncio Aires Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Venâncio Aires, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.345, de 2004 (nº 1.106/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Santa Luzia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia D'Oeste, Estado de Rondônia.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.358, de 2004 (nº 522/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária FM “Morada do Vento” de Joaquim Távora a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joaquim Távora, Estado do Paraná.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.360, de 2004 (nº 648/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Parintins Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Parintins, Estado do Amazonas.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.367, de 2004 (nº 966/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Vale do Rio Madeira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Humaitá, Estado do Amazonas.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.371, de 2004 (nº 1.007/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Barreiras Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barreiras, Estado da Bahia.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.376, de 2004 (nº 1.052/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Valeparaibana de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.377, de 2004 (nº 1.055/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Televisão Naipi Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.379, de 2004 (nº 1.081/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio*

Nova Dracena Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Dracena, Estado de São Paulo.

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.391, de 2004 (nº 1.134/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jutanópolis de Manacapuru Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Manacapuru, Estado do Amazonas.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.397, de 2004 (nº 1.159/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Aracaju Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.407, de 2004 (nº 1.175/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Fundação Nossa Senhora da Piedade a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Largo, Estado do Paraná.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.425, de 2004 (nº 1.190/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão a Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Cantu, Estado do Paraná.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.434, de 2004 (nº 1.255/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Bairro Monte Castelo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tamboril, Estado do Ceará.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.449, de 2004 (nº 581/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Águas Claras FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goioerê, Estado do Paraná.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.467, de 2004 (nº 1.164/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Crateús Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Crateús, Estado do Ceará.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.470, de 2004 (nº 727/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Novas de Paz Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.473, de 2004 (nº 751/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Pindorama Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sidrolândia, Estado de Mato Grosso do Sul.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.476, de 2004 (nº 721/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Placar Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ortigueira, Estado do Paraná.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.488, de 2004 (nº 788/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Independência de Medianeira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Medianeira, Estado do Paraná.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.492, de 2004 (nº 1.221/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Barigui Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média local na cidade de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2005 (nº 722/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Foz do Iguaçu Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 2005 (nº 1.041/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Brotense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Porecatu, Estado do Paraná.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2005 (nº 1.054/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Vila Real Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2005 (nº 1.173/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cultural Celinauta para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2005 (nº 1.241/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão a Alagoas Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pio IX, Estado do Piau.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 37, de 2005 (nº 1.243/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 2005 (nº 1.246/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Social e Comunicação Popular de Paraipaba a executar*

serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraipaba, Estado do Ceará.

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 2005 (nº 1.284/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Aquarela Cearense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itapagé, Estado do Ceará.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 2005 (nº 1.286/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Aquarela Cearense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Canindé, Estado do Ceará.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 2005 (nº 1.289/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Assaré a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Assaré, Estado do Ceará.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 2005 (nº 1.294/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Itapipoca a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapipoca, Estado do Ceará.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 2005 (nº 1.321/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Sociedade Civil para o Desenvolvimento de Barbalha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barbalha, Estado do Ceará.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 61, de 2005 (nº 1.336/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão a Lopes & Passamani Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio da Barra, Estado de Goiás.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 63, de 2005 (nº 1.219/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão a Sinco – Sistema Nacional de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Landri Sales, Estado do Piauí.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 2005 (nº 1.247/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Rádio e Televisão Educativa do Paraná - TVE para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 86, de 2005 (nº 1.314/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão a Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Prata do Iguazu, Estado do Paraná.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 95, de 2005 (nº 1.334/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Montes Belos de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiás, Estado de Goiás.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 97, de 2005 (nº 1.339/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural dos Moradores de Petrolina de Goiás – GO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Petrolina de Goiás, Estado de Goiás.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 2005 (nº 1.343/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores do Município de Fortim a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortim, Estado do Ceará.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 100, de 2005 (nº 1.347/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rede Sol de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cascavel, Estado do Ceará.*

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.05.2005

V – PARECERES REFERENTES A ESCOLHA DE AUTORIDADES:

| | |
|-------------|----|
| Total | 15 |
|-------------|----|

Parecer nº 514, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/11, de 2005 (nº 1/2005, na origem), pelo qual o Superior Tribunal de Justiça submete à deliberação do Senado a indicação do Ministro *Antônio de Pádua Ribeiro* para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Sessão: 18.5.2005

Parecer nº 515, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/12, de 2005 (nº 448/2005, na origem), pelo qual o Superior Tribunal de Justiça submete à deliberação do Senado a indicação do Desembargador Federal *Jirair Aram Megueriam* para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Sessão: 18.5.2005

Parecer nº 516, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/13, de 2005 (nº 165/2005, na origem), pelo qual o Superior Tribunal de Justiça submete à deliberação do Senado a indicação da Juíza Federal *Germana de Oliveira Moraes* para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Sessão: 18.5.2005..

Parecer nº 517, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/15, de 2005 (nº 87/2005, na origem), pelo qual os Líderes Partidários submetem à deliberação do Senado Federal, a indicação do Senhor *Joaquim Falcão*, para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Sessão: 18.5.2005

Parecer nº 518, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/16, de 2005 (nº 87/2005, na origem), pelo qual o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, submete à deliberação do Senado a escolha do Dr. *Oscar Otávio Coimbra Argollo* para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Sessão: 18.5.2005

Parecer nº 528, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/28, de 2005 (nº 582/2005, na origem), pela qual a Câmara dos Deputados submete à deliberação do Senado a escolha do Dr. Alexandre de Moraes para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Sessão: 24.05.2005 (em reapreciação, nos termos do Requerimento nº 566, de 2005, de autoria do Senador Romeu Tuma, que solicitou nova votação da matéria, uma vez que havia sido rejeitada pelo Plenário no dia 18/05/2005).

Parecer nº 519, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/17, de 2005 (nº 87/2005, na origem), pelo qual o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, submete à deliberação do Senado a escolha do Dr. Paulo Luiz Neto Lôbo para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Sessão: 24.5.2005

Parecer nº 520, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, sobre o Ofício nº S/20, de 2005 (nº 157/2005, na origem), pelo qual o Tribunal Superior do Trabalho submete à deliberação do Senado a escolha do Ministro Vantuil Abdala para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Sessão: 24.5.2005

Parecer nº 521, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, sobre o Ofício nº S/21, de 2005 (nº 157/2005, na origem), pelo qual o Tribunal Superior do Trabalho submete à deliberação do Senado a escolha do Dr. Douglas Alencar Rodrigues para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Sessão: 24.5.2005

Parecer nº 522, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, sobre o Ofício nº S/22, de 2005 (nº 157/2005, na origem), pelo qual o Tribunal Superior do Trabalho submete à deliberação do Senado a escolha do Dr. Paulo Luiz Schmidt para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Sessão: 24.5.2005

Parecer nº 523, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, sobre o Ofício nº S/23, de 2005 (nº 19/2005, na origem), pelo qual o Supremo Tribunal Federal submete à deliberação do Senado a indicação do Ministro Nelson Jobim para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Sessão: 24.5.2005

Parecer nº 524, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, sobre o Ofício nº S/24, de 2005 (nº 16/2005, na origem), pelo qual o Supremo Tribunal Federal submete à deliberação do Senado a indicação do Desembargador Marcus Antonio de Souza Faver para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Sessão: 24.5.2005

Parecer nº 525, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, sobre o Ofício nº S/25, de 2005 (nº 18/2005, na origem), pelo qual o Supremo Tribunal Federal, submete à deliberação do Senado a escolha do Juiz de Direito Cláudio Luiz Bueno de Godoy para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Sessão: 24.5.2005

Parecer nº 526, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, sobre o Ofício nº S/26, de 2005 (nº 534/2005, na origem), pelo qual a Procuradoria-Geral da República, submete à deliberação do Senado a escolha do Dr. Eduardo Kurtz Lorenzoni para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Sessão: 24.5.2005

Parecer nº 527, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, sobre o Ofício nº S/27, de 2005 (nº 534/2005, na origem), pelo qual a Procuradoria-Geral da República, submete à deliberação do Senado a escolha da Dra. Ruth Lies Scholt de Carvalho para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Sessão: 24.5.2005

VI - REQUERIMENTO DE CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA:

Total.....1

Requerimento nº 535, de 2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa do Senado Federal com o objetivo específico de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos divulgados pelo Programa “Fantástico”, da Rede Globo de Televisão, exibido no domingo, dia 15/05/2005.

Sessão: 17.05.2005

VII - REQUERIMENTOS DIVERSOS:

Total.....10

Requerimento nº 310, de 2005, de autoria do Senador Cristovam Buarque, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 96, de 2002, e 310, de 2004, por regularem a mesma matéria.

Sessão: 05.5.2005

Requerimento nº 325, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Guerra, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 216, de 1999, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.

Sessão: 05.5.2005

Requerimento nº 326, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Guerra, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.

Sessão: 05.5.2005

Requerimento nº 327, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Guerra, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2002, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.

Sessão: 05.5.2005

Requerimento nº 328, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Guerra, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 87, de 2002, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.

Sessão: 05.5.2005

Requerimento nº 329, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Guerra, solicitando, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 158, de 2002, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.

Sessão: 05.5.2005

Requerimento nº 330, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Guerra, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 200, de 2002, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.

Sessão: 05.5.2005

Requerimento nº 331, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Guerra, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Câmara nº 57, de 2001, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.

Sessão: 05.5.2005

Requerimento nº 332, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Guerra, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Câmara nº 32, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.

Sessão: 05.5.2005

Requerimento nº 333, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Guerra, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2002, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.

Sessão: 05.5.2005

VIII – MATÉRIAS REJEITADAS:

| | |
|---------------------------------------|----------|
| De iniciativa do Senado Federal | 3 |
| Total..... | 3 |

Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2002, de autoria do Senador Carlos Bezerra, que *altera a Lei nº 10.205, de 21 de março de 2001, para proibir a fixação de limite superior de idade para os doadores de sangue.*

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 18.5.2005

Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2002, de autoria do Senador Bernardo Cabral, que altera a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, para estender o benefício aos serviços de transporte aéreo.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 25.5.2005

Projeto de Lei do Senado nº 113, de 2003, de autoria do Senador Hélio Costa, que *revoga o inciso V, do art. 83, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal;*

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 27.05.2005

IX - MATÉRIAS RETIRADAS PELOS AUTORES:

| | |
|---------------------------------------|----------|
| De iniciativa do Senado Federal | 2 |
| Total..... | 2 |

Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2005 de autoria do Senador Pedro Simon, que *dispõe sobre o reconhecimento dos diplomas de pós-graduação no âmbito do Mercosul.*

(Retirado pelo Requerimento nº 288, de 2005)

Sessão: 05.5.2005

Projeto de Lei do Senado nº 465, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que *institui o Programa Nacional de Estímulo ao Emprego de Trabalhadores Experientes.*

(Retirado pelo Requerimento nº 441, de 2005)

Sessão: 05.5.2005

X - OUTRAS DELIBERAÇÕES (Encaminhadas):

| | |
|---------------------------------------|-----------|
| De iniciativa do Senado Federal | 29 |
| Total..... | 29 |

Requerimento nº 442, de 2005, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, *solicitando voto de louvor em homenagem ao ex-jogador de futebol Nilton Santos.*

Sessão: 03.5.2005

Requerimento nº 443, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Sr. Eurípedes Ferreira Lins.*

Sessão: 03.5.2005

Requerimento nº 446, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao ex-Senador João Menezes.*

Sessão: 03.5.2005

Requerimento nº 461, de 2005, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Srs. Senadores, *solicitando a inserção em Ata de voto de pesar pelo falecimento do Dr. Fernando Alfredo de Mello Freyre, ex-Presidente da Fundação Gilberto Freyre e da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), ocorrido no dia 28 de abril, na cidade de Recife.*

Sessão: 03.5.2005

Requerimento nº 462, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do cientista e pesquisador Sebastião José de Oliveira, da Fiocruz.*

Sessão: 03.5.2005

Requerimento nº 463, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do escritor paraguaio Augusto Roa Bastos, um dos maiores nomes da literatura latino-americana, ocorrido em abril de 2005, em Assunção.*

Sessão: 03.5.2005

Requerimento nº 469, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares – IPEN, de São Paulo/SP, pela criação de técnica que transforma resíduos industriais tóxicos em vidro e material de construção.*

Sessão: 04.5.2005

Requerimento nº 470, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Jornal do Senado pelo transcurso de seu 10º aniversário de vitoriosa circulação.*

Sessão: 04.5.2005

Requerimento nº 478, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao maestro Luiz Fernando Malheiro, pela criação do Festival Amazonas de Ópera e pela apresentação, no dia 7 de maio de 2005, no Teatro Amazonas, da ópera O Anel de Nibelungo, de Wagner, em Manaus.*

Sessão: 05.5.2005

Requerimento nº 482, de 2005, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, *solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do médico patologista mineiro Geraldo Lustosa Cabral, pioneiro do controle de qualidade em laboratórios de análises clínicas.*

Sessão: 05.5.2005

Requerimento nº 490, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao professor Hidembergue Ordozgoith da Frota, pela sua reeleição ao cargo de Reitor da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.*

Sessão: 06.5.2005

Requerimento nº 492, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Mestre Oswaldo Fadda, ocorrido no Rio de Janeiro.*

Sessão: 09.5.2005

Requerimento nº 493, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao advogado Tércio Lins e Silva, pelo lançamento do livro O que é ser Advogado.*

Sessão: 09.5.2005

Requerimento nº 504, de 2005, de autoria do Senador José Sarney e outros Srs. Senadores, *solicitando voto de aplauso ao ex-Senador José Bernardo Cabral, pela outorga do Título de Doutor Honoris Causa.*

Sessão: 11.5.2005

Requerimento nº 505, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, *solicitando voto de louvor à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.*

Sessão: 11.5.2005

Requerimento nº 506, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, *solicitando voto de louvor à Escola de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.*

Sessão: 11.5.2005

Requerimento nº 507, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Coronel-aviador Aloísio da Cunha Nóbrega, ocorrido no dia 4 de maio, no Rio de Janeiro.*

Sessão: 11.5.2005

Requerimento nº 524, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à revista Gracie Magazine, pela edição de seu 100º número.*

Sessão: 17.5.2005

Requerimento nº 533, de 2005, de autoria do Senador Leonel Pavan, *solicitando voto de pesar pelo falecimento de membros da equipe de handebol do município de Chapecó.*

Sessão: 17.5.2005

Requerimento nº 547, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senadores, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento, em Belém, da Sra. Luna de Souza Flexa Ribeiro.*

Sessão: 20.5.2005

Requerimento nº 550, de 2005, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Suplicy, solicitando voto de pesar pelo falecimento do artista circense Waldemar Seyssel, o palhaço Arrelia, ocorrido no dia 23/05/2005.

Sessão: 23.05.2005

Requerimento nº 551, de 2005, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando voto de aplauso ao jornalista e historiador Pedro Rocha Jucá pelo aniversário de circulação e manutenção na internet do “site” Varanda Cuiabana, primeiro periódico virtual da cultura mato-grossense, ocorrido em 14 de fevereiro do corrente ano.

Sessão: 23.05.2005

Requerimento nº 552, de 2005, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando voto de aplauso ao jornalista Alberto Dines pelo duplo aniversário do Observatório da Imprensa, que está presente na internet há 9 anos e há 7 anos na versão televisionada.

Sessão: 23.05.2005

Requerimento nº 553, de 2005, de autoria dos Senadores Antonio Carlos Magalhães e Eduardo Suplicy, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Roberto Pelegrino, médico e jornalista, ocorrido no dia 23/05/2005.

Sessão: 23.05.2005.

Requerimento nº 557, de 2005, de autoria dos Senadores Almeida Lima e Antonio Carlos Valadares, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Desembargador Fernando Ribeiro Franco.

Sessão: 24.05.2005.

Requerimento nº 563, de 2005, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado João Falcão Ferraz.

Sessão: 24.05.2005

Requerimento nº 564, de 2005, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. José Airton Andrade, Prefeito da Cidade de Tobias Barreto – SE.

Sessão: 24.05.2005

Requerimento nº 565, de 2005, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Desembargador Fernando Ribeiro Franco.

Sessão: 24.05.2005

Requerimento nº 575, de 2005, de autoria do Senador Siba Machado, solicitando voto de congratulações aos membros da AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros – pelo Dia do Geógrafo ocorrido no dia 29 de maio.

Sessão: 24.05.2005.

XI - ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE VIGÊNCIA DE MEDIDA PROVISÓRIA

Total..... 2

Ato nº 18, de 2005, que prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 27 de maio de 2005, a vigência da Medida Provisória nº 242, de 24 de março de 2005, que altera dispositivos da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

(publicado no Diário Oficial da União de 17.5.2005, seção I)

Ato nº 19, de 2005, que prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 30 de maio de 2005, a vigência da Medida Provisória nº 243, de 31 de março de 2005, que altera a legislação tributária Federal e dá outras providências.

(publicado no Diário Oficial da União de 20.5.2005, seção I)

| SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS (1º a 31 de maio de 2005) | |
|---|-----------|
| Deliberativas Ordinárias | 11 |
| Não Deliberativas | 7 |
| Especial | 1 |
| Total | 19 |
| Reuniões | 2 |

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL (de 1º a 31 de maio de 2005)

| | |
|--|------------|
| MATÉRIAS APROVADAS | 227 |
| I – Medidas Provisórias aprovadas | 3 |
| 1 – aprovadas na forma de Projeto de Lei de Conversão da Câmara dos Deputados e enviadas à sanção..... | 2 |
| 2 – aprovada na íntegra e enviada à promulgação | 1 |
| II – Proposições aprovadas e enviadas à sanção..... | 4 |
| III - Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados | 22 |
| 1 – Por decisão do Plenário..... | 4 |
| 1.1 - Proposições do Senado | 4 |
| 2 – Por decisão terminativa..... | 18 |
| 2.1 - Proposições do Senado | 18 |

| | |
|--|------------|
| IV - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação | 172 |
| 1 - Concessões de telecomunicações | 169 |
| 2 - Acordos internacionais | 3 |
| V - Escolha de autoridades | 15 |
| VI - Criação de comissão temporária..... | 1 |
| VII - Requerimentos diversos | 10 |
| MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO | 5 |
| VIII - Matérias rejeitadas | 3 |
| IX - Matérias retiradas pelos autores..... | 2 |
| TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS | 232 |
| ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA | 2 |

SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 15 DE FEVEREIRO A DE 31 DE MAIO DE 2005

| |
|---|
| SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS PELO SENADO FEDERAL NA 3ª LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA (15 de fevereiro a 31 de maio de 2005) |
|---|

| | |
|-------------------------------------|-----------|
| Deliberativas Ordinárias | 37 |
| Não Deliberativas | 27 |
| Deliberativas Extraordinárias | 3 |
| Especial..... | 4 |
| Total | 71 |
| Reuniões | 4 |

| | |
|--|------------|
| MATÉRIAS APROVADAS | 679 |
| I - Medidas Provisórias aprovadas..... | 9 |
| 1 - Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão apresentado pela Câmara dos Deputados, e enviadas à sanção..... | 3 |
| 2 - Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação | 3 |

| | |
|--|------------|
| 3 – Aprovadas com alterações e devolvidas à Câmara dos Deputados | 3 |
| II - Projetos aprovados e enviados à sanção | 11 |
| III – Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados..... | 38 |
| 1 - Em decisão terminativa..... | 24 |
| 1.1 Projetos de Lei do Senado Federal..... | 24 |
| 2 - Por decisão de Plenário..... | 14 |
| 2.1 - Do Senado Federal..... | 10 |
| 2.2 – Da Câmara dos Deputados..... | 4 |
| IV - Projetos aprovados e enviados à promulgação | 523 |
| 1 - Concessões de telecomunicações | 511 |
| 2 - Acordos Internacionais | 3 |
| 3 - Operações de crédito..... | 5 |
| 4 – Propostas de Emenda à Constituição | 1 |
| 5 –Outros..... | 3 |
| V – Mensagens relativas à escolha de Chefes de Missão Diplomática | 6 |
| VI – Pareceres referentes a Mensagens de Escolha de Autoridade | 27 |
| VII – Requerimentos de Votos de Aplauso, Censura ou Semelhante..... | 7 |
| VIII – Requerimentos de Criação de Comissão Temporária | 4 |
| IX – Requerimentos de Auditoria do Tribunal de Contas da União | 3 |
| X – Requerimentos Diversos..... | 51 |
| MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO | 15 |
| XI - Matérias prejudicadas..... | 7 |
| XII - Matérias rejeitadas | 3 |
| XIII - Matérias retiradas pelos autores..... | 5 |
| TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS | 694 |
| ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA | 19 |
| REQUERIMENTOS DE CRIAÇÃO DE CPI DEFERIDOS | 2 |

**CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL**

| OF/SF de Maio de 2005 | | | | |
|--|----------------|-------------------|--|---|
| origem | Expediente | data do documento | Assunto | Destino |
| Senador Presidente SF Kenan Calheiros | OF/SF/659/2005 | 03/05/2005 | Encaminha à Comissão Especial do Regimento Interno, 138 (cento e trinta e oito) projetos de resolução em tramitação no Senado Federal. | Senador Marco Maciel Presidente da Comissão Especial do Regimento Interno Senadora Heloisa Helena |
| Senador Eduardo Siqueira Campos Quarto-Secretário | OF/SF/674/2005 | 04/05/2005 | Encaminha cópia do Aviso 3767/2005 do Presidente do Tribunal de Contas da União, que trata de sua solicitação sobre inspeção e fiscalização, a qual foi atuada sob o número TC-006.368/2005-1 e remetida ao relator Ministro Benjamin Zymler, objeto do Requerimento 318/2005 de sua autoria | Senadora Heloisa Helena |
| Senador Eduardo Siqueira Campos Quarto-Secretário | OF/SF/674/2005 | 04/05/2005 | Encaminha cópia Aviso 3767/2005 de 29 de abril, do Presidente do Tribunal de Contas da União TCU. Comunica inspeção fiscalização Requerimento 318/2005 foi atuado TC 006368/2005-1 enviado Ministro Benjamin Zymler. | Senadora Heloisa Helena |
| Senador Segundo Suplente de Secretário Papaleo Paes | OF/SF/673/2005 | 04/05/2005 | Encaminha cópia Aviso 90/2005 de 22 de abril, do Ministro de Minas e Energia. Envia informações em resposta ao Requerimento 25/2005. | Senador Arthur Virgílio |
| Senador Presidente SF Renan Calheiros | OF/SF/706/2005 | 09/05/2005 | Refere ao Requerimento s/nº 2005 de autoria Senador João Capiberibe que trata de fatos envolvendo a proibição de acesso de membros da nação Guarani à audiência pública realizada pela na Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa. | Senador João Capiberibe |
| Senador Primeiro-Secretário SF Efraim Morais | OF/SF/707/2005 | 09/05/2005 | Encaminha OF 156/2005, de 29 de abril de 2005, conforme solicitação Senador Paulo Paim | Antônio Pallocci Ministro Fazenda |
| Senador Primeiro Vice-Presidente SF Tião Viana | OF/SF/758/2005 | 12/05/2005 | Encaminha notas taquigráficas (anexo) do pronunciamento do Senador Antero Paes de Barros, feito na sessão do Senado Federal em 12 de maio de 2005, sobre o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. | Senador Efraim Morais Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização |
| Senador Primeiro-Secretário SF Efraim Morais | OF/SF/755/2005 | 12/05/2005 | Encaminha cópia OF 156/2005, de 29 de abril 2005, acompanhado de documentação referente ao processo de privatização do Banco do Estado de São Paulo - DANLESPA. | Albeto Machado Cascais Meleiro ADVOSF |
| Senador Primeiro-Secretário Efraim Morais | OF/SF/763/2005 | 16/05/2005 | Encaminha o processado do Aviso 10/2005, reatualdo como Mensagem 137/2005, referente à Programação Monetária relativa ao segundo trimestre de 2005, bem como as mensagens 135 e 136/2005. | Senador Luiz Otavio Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos |

| | | | | | |
|-----------------------------------|--------------------|----------------|------------|--|--|
| Senador Presidente SF | Renan Calheiros | OF/SF/721/2005 | 16/05/2005 | Encaminha um exemplar do Relatório Final nº 03/2005 (publicado no Diário SF de 07 de maio de 2005), da Comissão Externa criada para acompanhar as investigações da Polícia Federal e Polícia Civil do Pará sobre o assassinato de Dorothy Stang. | Paulo César Hartung Gomes Governador do Espírito Santo |
| Senador Primeiro-Secretário SF | Efraim Morais | OF/SF/714/2005 | 16/05/2005 | Encaminha a Mensagem 34/2005(SF), do Senador Renan Calheiros, acompanhada de um exemplar do Relatório Final 03/2005, da Comissão Externa criada pelo Ato 08/2005, publicado no Diário do Senado Federal de 07 de maio de 2005. | José Dirceu de Oliveira e Silva Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil da Presidência da República. |
| Senador Presidente SF | Renan Calheiros | OF/SF/752/2005 | 16/05/2005 | Encaminha um exemplar do Relatório Final nº 03/2005 (publicado no Diário SF de 07 de maio de 2005), da Comissão Externa criada para acompanhar as investigações da Polícia Federal e Polícia Civil do Pará sobre o assassinato de Dorothy Stang. | Deputado Severino Cavalcanti Presidente da Câmara dos Deputados |
| Senador Presidente SF | Renan Calheiros | OF/SF/724/2005 | 16/05/2005 | Encaminha um exemplar do Relatório Final nº 03/2005 (publicado no Diário SF de 07 de maio de 2005), da Comissão Externa criada para acompanhar as investigações da Polícia Federal e Polícia Civil do Pará sobre o assassinato de Dorothy Stang. | Blaio Borges Maggi Governador do Mato Grosso |
| Senador Presidente SF | Renan Calheiros | OF/SF/718/2005 | 16/05/2005 | Encaminha um exemplar do Relatório Final nº 03/2005 (publicado no Diário SF de 07 de maio de 2005), da Comissão Externa criada para acompanhar as investigações da Polícia Federal e Polícia Civil do Pará sobre o assassinato de Dorothy Stang. | Roberto Requião de Mello e Silva Governador do Paraná |
| Senador Presidente SF | Renan Calheiros | OF/SF/719/2005 | 16/05/2005 | Encaminha um exemplar do Relatório Final nº 03/2005 (publicado no Diário SF de 07 de maio de 2005), da Comissão Externa criada para acompanhar as investigações da Polícia Federal e Polícia Civil do Pará sobre o assassinato de Dorothy Stang. | Geraldo José Rodrigues Alekmin Filho Governador de São Paulo |
| Senador Primeiro-Secretário | Efraim Morais | OF/SF/749/2005 | 16/05/2005 | Encaminha um exemplar do Relatório Final nº 03/2005 (publicado no Diário SF de 07 de maio de 2005), da Comissão Externa criada para acompanhar as investigações da Polícia Federal e Polícia Civil do Pará sobre o assassinato de Dorothy Stang. | Francisco Barbosa de Oliveira Procurador-Geral de Justiça do Pará |
| Senador Presidente SF | Renan Calheiros | OF/SF/720/2005 | 16/05/2005 | Encaminha um exemplar do Relatório Final nº 03/2005 (publicado no Diário SF de 07 de maio de 2005), da Comissão Externa criada para acompanhar as investigações da Polícia Federal e Polícia Civil do Pará sobre o assassinato de Dorothy Stang. | Rosângela Barros Assed Matheus de Oliveira Governadora do Rio de Janeiro |
| Senador Presidente SF | Renan Calheiros | OF/SF/728/2005 | 16/05/2005 | Encaminha um exemplar do Relatório Final nº 03/2005 (publicado no Diário SF de 07 de maio de 2005), da Comissão Externa criada para acompanhar as investigações da Polícia Federal e Polícia Civil do Pará sobre o assassinato de Dorothy Stang. | João Alves Filho Governador de Sergipe |
| Senador Presidente SF | Renan Calheiros | OF/SF/727/2005 | 16/05/2005 | Encaminha um exemplar do Relatório Final nº 03/2005 (publicado no Diário SF de 07 de maio de 2005), da Comissão Externa criada para acompanhar as investigações da Polícia Federal e Polícia Civil do Pará sobre o assassinato de Dorothy Stang. | Paulo Ganem Souto Governador da Bahia |

| | | | | | |
|--------------------------------|--------------------|----------------|------------|--|---|
| Senador Presidente SF | Renan Calheiros | OF/SF/726/2005 | 16/05/2005 | Encaminha um exemplar do Relatório Final nº 03/2005 (publicado no Diário SF de 07 de maio de 2005), da Comissão Externa criada para acompanhar as investigações da Polícia Federal e Polícia Civil do Pará sobre o assassinato de Dorothy Stang. | Jorge Nei Viana Macedo Neves Governador do Acre |
| Senador Presidente SF | Renan Calheiros | OF/SF/725/2005 | 16/05/2005 | Encaminha um exemplar do Relatório Final nº 03/2005 (publicado no Diário SF de 07 de maio de 2005), da Comissão Externa criada para acompanhar as investigações da Polícia Federal e Polícia Civil do Pará sobre o assassinato de Dorothy Stang. | Ivo Narciso Cassol Governador de Rondônia |
| Senador Presidente SF | Renan Calheiros | OF/SF/733/2005 | 16/05/2005 | Encaminha um exemplar do Relatório Final nº 03/2005 (publicado no Diário SF de 07 de maio de 2005), da Comissão Externa criada para acompanhar as investigações da Polícia Federal e Polícia Civil do Pará sobre o assassinato de Dorothy Stang. | Wilma Maria de Faria Governadora do Rio Grande do Norte |
| Senador Primeiro-Secretário | Efraim Morais | OF/SF/742/2005 | 16/05/2005 | Encaminha um exemplar do Relatório Final nº 03/2005 (publicado no Diário SF de 07 de maio de 2005), da Comissão Externa criada para acompanhar as investigações da Polícia Federal e Polícia Civil do Pará sobre o assassinato de Dorothy Stang. | Marina Silva Ministra do Meio Ambiente |
| Senador Presidente SF | Renan Calheiros | OF/SF/734/2005 | 16/05/2005 | Encaminha um exemplar do Relatório Final nº 03/2005 (publicado no Diário SF de 07 de maio de 2005), da Comissão Externa criada para acompanhar as investigações da Polícia Federal e Polícia Civil do Pará sobre o assassinato de Dorothy Stang. | José Wellington Barroso de Araújo Dias Governador do Piauí |
| Senador Primeiro-Secretário | Efraim Morais | OF/SF/750/2005 | 16/05/2005 | Encaminha um exemplar do Relatório Final nº 03/2005 (publicado no Diário SF de 07 de maio de 2005), da Comissão Externa criada para acompanhar as investigações da Polícia Federal e Polícia Civil do Pará sobre o assassinato de Dorothy Stang. | Milton Augusto de Brito Nobre Presidente TJPA |
| Senador Primeiro-Secretário | Efraim Morais | OF/SF/744/2005 | 16/05/2005 | Encaminha um exemplar do Relatório Final nº 03/2005 (publicado no Diário SF de 07 de maio de 2005), da Comissão Externa criada para acompanhar as investigações da Polícia Federal e Polícia Civil do Pará sobre o assassinato de Dorothy Stang. | Paulo Bernardo Silva Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão |
| Senador Primeiro-Secretário | Efraim Morais | OF/SF/743/2005 | 16/05/2005 | Encaminha um exemplar do Relatório Final nº 03/2005 (publicado no Diário SF de 07 de maio de 2005), da Comissão Externa criada para acompanhar as investigações da Polícia Federal e Polícia Civil do Pará sobre o assassinato de Dorothy Stang. | Miguel Soldatelli Rosseto Ministro do Desenvolvimento Agrário |
| Senador Primeiro-Secretário | Efraim Morais | OF/SF/748/2005 | 16/05/2005 | Encaminha um exemplar do Relatório Final nº 03/2005 (publicado no Diário SF de 07 de maio de 2005), da Comissão Externa criada para acompanhar as investigações da Polícia Federal e Polícia Civil do Pará sobre o assassinato de Dorothy Stang. | Claúdio Lemos Fonteles Procurador-Geral da República |
| Senador Primeiro-Secretário | Efraim Morais | OF/SF/746/2005 | 16/05/2005 | Encaminha um exemplar do Relatório Final nº 03/2005 (publicado no Diário SF de 07 de maio de 2005), da Comissão Externa criada para acompanhar as investigações da Polícia Federal e Polícia Civil do Pará sobre o assassinato de Dorothy Stang. | Márcio Thomaz Bastos Ministro da Justiça |

| | | | | | |
|--------------------------------|--------------------|----------------|------------|--|---|
| Senador Primeiro-Secretário | Efraim Morais | OF/SF/745/2005 | 16/05/2005 | Encaminha um exemplar do Relatório Final nº 03/2005 (publicado no Diário SF de 07 de maio de 2005), da Comissão Externa criada para acompanhar as investigações da Polícia Federal e Polícia Civil do Pará sobre o assassinato de Dorothy Stang. | Nilmir Miranda Ministro-Chefe da Secretaria Especial de Direitos Humanos |
| Senador Presidente SF | Renan Calheiros | OF/SF/723/2005 | 16/05/2005 | Encaminha um exemplar do Relatório Final nº 03/2005 (publicado no Diário SF de 07 de maio de 2005), da Comissão Externa criada para acompanhar as investigações da Polícia Federal e Polícia Civil do Pará sobre o assassinato de Dorothy Stang. | Marconi Ferreira Perillo Júnior Governador de Goiás |
| Senador Presidente SF | Renan Calheiros | OF/SF/730/2005 | 16/05/2005 | Encaminha um exemplar do Relatório Final nº 03/2005 (publicado no Diário SF de 07 de maio de 2005), da Comissão Externa criada para acompanhar as investigações da Polícia Federal e Polícia Civil do Pará sobre o assassinato de Dorothy Stang. | Jarbas de Andrade Vasconcelos Governador de Pernambuco |
| Senador Presidente SF | Renan Calheiros | OF/SF/747/2005 | 16/05/2005 | Encaminha um exemplar do Relatório Final nº 03/2005 (publicado no Diário SF de 07 de maio de 2005), da Comissão Externa criada para acompanhar as investigações da Polícia Federal e Polícia Civil do Pará sobre o assassinato de Dorothy Stang. | José Alencar Gomes da Silva Vice-Presidente da República |
| Senador Presidente SF | Renan Calheiros | OF/SF/741/2005 | 16/05/2005 | Encaminha um exemplar do Relatório Final nº 03/2005 (publicado no Diário SF de 07 de maio de 2005), da Comissão Externa criada para acompanhar as investigações da Polícia Federal e Polícia Civil do Pará sobre o assassinato de Dorothy Stang. | José Reinaldo Carneiro Tavares Governador do Maranhão |
| Senador Presidente SF | Renan Calheiros | OF/SF/740/2005 | 16/05/2005 | Encaminha um exemplar do Relatório Final nº 03/2005 (publicado no Diário SF de 07 de maio de 2005), da Comissão Externa criada para acompanhar as investigações da Polícia Federal e Polícia Civil do Pará sobre o assassinato de Dorothy Stang. | Francisco Flamarion de Roraima Governador de Roraima |
| Senador Presidente SF | Renan Calheiros | OF/SF/739/2005 | 16/05/2005 | Encaminha um exemplar do Relatório Final nº 03/2005 (publicado no Diário SF de 07 de maio de 2005), da Comissão Externa criada para acompanhar as investigações da Polícia Federal e Polícia Civil do Pará sobre o assassinato de Dorothy Stang. | José Oreiro Miranda dos Santos Governador de Mato Grosso do Sul |
| Senador Presidente SF | Renan Calheiros | OF/SF/738/2005 | 16/05/2005 | Encaminha um exemplar do Relatório Final nº 03/2005 (publicado no Diário SF de 07 de maio de 2005), da Comissão Externa criada para acompanhar as investigações da Polícia Federal e Polícia Civil do Pará sobre o assassinato de Dorothy Stang. | Carlos Eduardo Souza Braga Governador do Amazonas |
| Senador Presidente SF | Renan Calheiros | OF/SF/732/2005 | 16/05/2005 | Encaminha um exemplar do Relatório Final nº 03/2005 (publicado no Diário SF de 07 de maio de 2005), da Comissão Externa criada para acompanhar as investigações da Polícia Federal e Polícia Civil do Pará sobre o assassinato de Dorothy Stang. | Lúcio Gonçalo Alcântara Governador do Ceará |
| Senador Presidente SF | Renan Calheiros | OF/SF/731/2005 | 16/05/2005 | Encaminha um exemplar do Relatório Final nº 03/2005 (publicado no Diário SF de 07 de maio de 2005), da Comissão Externa criada para acompanhar as investigações da Polícia Federal e Polícia Civil do Pará sobre o assassinato de Dorothy Stang. | Cássio Rodrigues da Cunha Lima Governador da Paraíba |

| | | | | | |
|--|--------------------|----------------|------------|--|---|
| Senador Presidente SF | Renan Calheiros | OF/SF/735/2005 | 16/05/2005 | Encaminha um exemplar do Relatório Final nº 03/2005 (publicado no Diário SF de 07 de maio de 2005), da Comissão Externa criada para acompanhar as investigações da Polícia Federal e Polícia Civil do Pará sobre o assassinato de Dorothy Stang. | Marcelo de Carvalho Miranda Governador do Tocantins |
| Senador Presidente SF | Renan Calheiros | OF/SF/729/2005 | 16/05/2005 | Encaminha um exemplar do Relatório Final nº 03/2005 (publicado no Diário SF de 07 de maio de 2005), da Comissão Externa criada para acompanhar as investigações da Polícia Federal e Polícia Civil do Pará sobre o assassinato de Dorothy Stang. | Ronaldo Augusto Lessa Santos Governador de Alagoas |
| Senador Presidente SF | Renan Calheiros | OF/SF/722/2005 | 16/05/2005 | Encaminha um exemplar do Relatório Final nº 03/2005 (publicado no Diário SF de 07 de maio de 2005), da Comissão Externa criada para acompanhar as investigações da Polícia Federal e Polícia Civil do Pará sobre o assassinato de Dorothy Stang. | Accio Neves da Cunha Governador de Minas Gerais |
| Senador Presidente SF | Renan Calheiros | OF/SF/717/2005 | 16/05/2005 | Encaminha um exemplar do Relatório Final nº 03/2005 (publicado no Diário SF de 07 de maio de 2005), da Comissão Externa criada para acompanhar as investigações da Polícia Federal e Polícia Civil do Pará sobre o assassinato de Dorothy Stang. | Luiz Henrique da Silveira Governador de Santa Catarina |
| Senador Presidente SF | Renan Calheiros | OF/SF/716/2005 | 16/05/2005 | Encaminha um exemplar do Relatório Final nº 03/2005 (publicado no Diário SF de 07 de maio de 2005), da Comissão Externa criada para acompanhar as investigações da Polícia Federal e Polícia Civil do Pará sobre o assassinato de Dorothy Stang. | Germano Antonio Rigotto Governador do Rio Grande do Sul |
| Senador Presidente SF | Renan Calheiros | OF/SF/715/2005 | 16/05/2005 | Encaminha um exemplar do Relatório Final nº 03/2005 (publicado no Diário SF de 07 de maio de 2005), da Comissão Externa criada para acompanhar as investigações da Polícia Federal e Polícia Civil do Pará sobre o assassinato de Dorothy Stang. | Joaquim Domingos Roriz Governador do Distrito Federal |
| Senador Presidente SF | Renan Calheiros | OF/SF/751/2005 | 16/05/2005 | Encaminha um exemplar do Relatório Final nº 03/2005 (publicado no Diário SF de 07 de maio de 2005), da Comissão Externa criada para acompanhar as investigações da Polícia Federal e Polícia Civil do Pará sobre o assassinato de Dorothy Stang. | Mimison Edson Carvalho Vidigal Presidente STJ |
| Senador Presidente SF | Renan Calheiros | OF/SF/736/2005 | 16/05/2005 | Encaminha um exemplar do Relatório Final nº 03/2005 (publicado no Diário SF de 07 de maio de 2005), da Comissão Externa criada para acompanhar as investigações da Polícia Federal e Polícia Civil do Pará sobre o assassinato de Dorothy Stang. | Simão Roginson Oliveira Jatene Governador do Pará |
| Senador Presidente SF | Renan Calheiros | OF/SF/737/2005 | 16/05/2005 | Encaminha um exemplar do Relatório Final nº 03/2005 (publicado no Diário SF de 07 de maio de 2005), da Comissão Externa criada para acompanhar as investigações da Polícia Federal e Polícia Civil do Pará sobre o assassinato de Dorothy Stang. | Antonio Waldez Goes da Silva Governador do Amapá |
| Senador Tião Viana Primeiro Vice-Presidente | | OF/SF/816/2005 | 25/05/2005 | Referente ao OF 251/2005. Informa não haver encontrado em tramitação projeto sobre realização de concurso público para contratação de Agentes Comunitários, Auxiliares de Enfermagem, Enfermeiros e Médicos do Programa Saúde da Família. Encaminha cópia de tramitação do P.L.C. 75/2002 que originou a Lei 110.507/2002 que cria a profissão de Agente Comunitário de Saúde. | Isabela Pessanha de Direito Juiz de Direito da Quarta Vara Cível Comarca de São Gonçalo Estado do Rio de Janeiro |

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)**

| | | | |
|------|--------------------------|------|----------------------------|
| | BAHIA | PFL | Heráclito Fortes |
| PFL | Rodolpho Tourinho | PMDB | Mão Santa |
| PFL | Antonio Carlos Magalhães | | RIO GRANDE DO NORTE |
| PFL | César Borges | PTB | Fernando Bezerra |
| | RIO DE JANEIRO | PMDB | Garibaldi Alves Filho |
| PT | Roberto Saturnino | PFL | José Agripino |
| PL | Marcelo Crivella | | SANTA CATARINA |
| PMDB | Sérgio Cabral | PFL | Jorge Bornhausen |
| | MARANHÃO | PT | Ideli Salvatti |
| PMDB | João Alberto Souza | PSDB | Leonel Pavan |
| PFL | Edison Lobão | | ALAGOAS |
| PFL | Roscana Sarncy | PSOL | Heloisa Helena |
| | PARÁ | PMDB | Renan Calheiros |
| PMDB | Luiz Otávio | PSDB | Teotônio Vilela Filho |
| PT | Ana Júlia Carepa | | SERGIPE |
| PSDB | Flexa Ribeiro | PFL | Maria do Carmo Alves |
| | PERNAMBUCO | PSDB | Almeida Lima |
| PFI | José Jorge | PSB | Antonio Carlos Valadares |
| PFL | Marco Maciel | | AMAZONAS |
| PSDB | Sérgio Guerra | PMDB | Gilberto Mestrinho |
| | SÃO PAULO | PSDB | Arthur Virgílio |
| PT | Eduardo Suplicy | PDT | Jefferson Peres |
| PT | Aloizio Mercadante | | PARANÁ |
| PFL | Romeu Tuma | PSDB | Alvaro Dias |
| | MINAS GERAIS | PT | Flávio Arns |
| PL | Aelton Freitas | PDT | Osmar Dias |
| PSDB | Eduardo Azeredo | | ACRE |
| PMDB | Hélio Costa | PT | Tião Viana |
| | GOIÁS | PSOL | Geraldo Mesquita Júnior |
| PMDB | Maguito Vilela | PT | Sibá Machado |
| PFL | Demóstenes Torres | | MATO GROSSO DO SUL |
| PSDB | Lúcia Vânia | PMDB | Juvêncio da Fonseca |
| | MATO GROSSO | PT | Delcídio Amaral |
| PSDB | Antero Paes de Barros | PMDB | Ramez Tebet |
| PFL | Jonas Pinheiro | | DISTRITO FEDERAL |
| PT | Serys Slhessarenko | PMDB | Valmir Amaral |
| | RIO GRANDE DO SUL | PT | Cristovam Buarque |
| PMDB | Pedro Simon | PFL | Paulo Octávio |
| PT | Paulo Paim | | TOCANTINS |
| PTB | Sérgio Zambiasi | PSDB | Eduardo Siqueira Campos |
| | CEARÁ | PL | João Ribeiro |
| PSDB | Reginaldo Duarte | PMDB | Leomar Quintanilha |
| PPS | Patrícia Saboya Gomes | | AMAPÁ |
| PSDB | Tasso Jereissati | PMDB | José Sarncy |
| | PARAÍBA | PSB | João Capiberibe |
| PMDB | Ney Suassuna | PMDB | Papaléo Paes |
| PFL | Efraim Morais | | RONDÔNIA |
| PMDB | José Maranhão | PMDB | Amir Lando |
| | ESPÍRITO SANTO | PT | Fátima Cleide |
| PMDB | João Batista Motta | PMDB | Valdir Raupp |
| PMDB | Gerson Camata | | RORAIMA |
| PL | Francisco Pereira | PTB | Mozarildo Cavalcanti |
| | PIAUI | PDT | Augusto Botelho |
| PMDB | Alberto Silva | PMDB | Wirlande da Luz |

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
 (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
 Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|-----------------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| César Borges – PFL | 1. José Agripino – PFL |
| Edison Lobão – PFL | 2. Antonio Carlos Magalhães – PFL |
| Jonas Pinheiro – PFL | 3. Heráclito Fortes – PFL |
| Jorge Bornhausen – PFL | 4. João Ribeiro – PFL |
| Rodolpho Tourinho – PFL | 5. José Jorge – PFL |
| Romeu Tuma – PFL | 6. Roseana Sarney – PFL |
| Almeida Lima – PSDB | 7. Arthur Virgílio – PSDB |
| Eduardo Azeredo – PSDB | 8. Alvaro Dias – PSDB |
| Lúcia Vânia – PSDB | 9. Leonel Pavan – PSDB |
| Sérgio Guerra – PSDB | 10. Flexa Ribeiro – PSDB |
| Tasso Jereissati – PSDB | 11. Teotônio Vilela Filho – PSDB |
| PMDB | |
| Ramez Tebet | 1. Ney Suassuna |
| Luiz Otávio | 2. Hélio Costa |
| Garibaldi Alves Filho | 3. Valmir Amaral |
| Romero Jucá | 4. Pedro Simon |
| Sérgio Cabral | 5. Mão Santa |
| Maguito Vilela | 6. Gerson Camata |
| Valdir Raupp | 7. Papaléo Paes |
| José Maranhão | 8. João Batista Motta |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| Aloizio Mercadante | 1. Ideli Salvatti |
| Ana Júlia Carepa | 2. Aelton Freitas |
| Delcídio Amaral | 3. Antonio Carlos Valadares |
| Eduardo Suplicy | 4. Roberto Saturnino |
| Fernando Bezerra | 5. Flávio Arns |
| João Capiberibe | 6. Siba Machado |
| Patrícia Saboya Gomes | 7. Serys Shhessarenko |
| PDI | |
| Osmar Dias | Jefferson Peres |

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
 Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
 Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
 E – Mail: sscomcac@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|----------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| PMDB | |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| PDT | |

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|-----------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| PMDB | |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| PDT | |
| | |

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|-----------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| PMDB | |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| PDT | |
| | |

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail. sscomcat@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| PMDB | |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| PDT | |

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
 Reuniões: Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
 Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
 E - Mail: sscomeae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes - PPS

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|----------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Demóstenes Torres - PFL | 1. César Borges - PFL |
| Edison Lobão - PFL | 2. Heráclito Fortes - PFL |
| Jonas Pinheiro - PFL | 3. José Jorge - PFL |
| Maria do Carmo Alves - PFL | 4. Marco Maciel - PFL |
| Rodolpho Tourinho - PFL | 5. Romeu Tuma - PFL |
| Roseana Sarmey - PFL | 6. (vago) - PFL |
| Flexa Ribeiro - PSDB | 7. Eduardo Azeredo - PSDB |
| Leonel Pavan - PSDB | 8. Alvaro Dias - PSDB |
| Lúcia Vânia - PSDB | 9. Almeida Lima - PSDB |
| Reginaldo Duarte - PSDB | 10. Arthur Virgílio - PSDB |
| Teotônio Vilela Filho - PSDB | 11. Sérgio Guerra - PSDB |
| PMDB | |
| João Batista Motta | 1. Hélio Costa |
| Mário Calixto | 2. Ramez Tebet |
| Valdir Raupp | 3. José Maranhão |
| Mão Santa | 4. Pedro Simon |
| Sérgio Cabral | 5. Romero Jucá |
| Papaléo Paes | 6. Gerson Camata |
| (vago) | 7. (vago) |
| (vago) | 8. (vago) |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| Aelton Freitas | 1. Cristovam Buarque |
| Antonio Carlos Valadares | 2. Ana Júlia Carepa |
| Flávio Arns | 3. Francisco Pereira |
| Ideli Salvatti | 4. Fernando Bezerra |
| Marcelo Crivella | 5. Eduardo Suplicy |
| Paulo Paim | 6. Fátima Cleide |
| Patrícia Saboya Gomes | 7. Mozarildo Cavalcanti |
| Siba Machado | 8. João Capiberibe |
| PDT | |
| Augusto Botelho | 1. Juvêncio da Fonseca |
| (vago) | 2. (vago) |

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| PMDB | |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| PDT | |
| | |
| | |

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomeas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|----------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| PMDB | |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| PDT | |

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| PMDB | |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSD, PTB, PL e PPS) | |
| PDT | |
| | |

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE**(7 titulares e 7 suplentes)****Presidente:****Vice-Presidente:****Relator:**

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| PMDB | |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| PDT | |

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL

Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

| TITULARES | SUPLENTE |
|---|--|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Antonio Carlos Magalhães - PFL | 1. Romeu Tuma - PFL |
| César Borges - PFL | 2. Maria do Carmo Alves - PFL |
| Demóstenes Torres - PFL | 3. José Agripino - PFL |
| Edison Lobo - PFL | 4. Jorge Romhansen - PFL |
| José Jorge - PFL | 5. Rodolpho Tourinho - PFL |
| Almeida Lima - PSDB | 6. Tasso Jereissati - PSDB |
| Alvaro Dias - PSDB | 7. Eduardo Azeredo - PSDB |
| Arthur Virgílio - PSDB | 8. Leonel Pavan - PSDB |
| Osmar Dias - PDT (cedida pelo PSDB) | 9. Geraldo Mesquita Júnior - s/ partido (cedida pelo PSDB) |
| PMDB | |
| Ramez Tebet | 1. Luiz Otávio |
| Ney Suassuna | 2. Hélio Costa |
| José Maranhão | 3. Sérgio Cabral |
| Maguito Vilela | 4. Gérson Camata |
| Romero Jucá | 5. Leomar Quintanilha |
| Pedro Simon | 6. Garibaldi Alves Filho |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| Aloizio Mercadante | 1. Delcídio Amaral |
| Eduardo Suplicy | 2. Paulo Paim |
| Fernando Bezerra | 3. Sérgio Zambiasi |
| Francisco Pereira | 4. João Capiberibe |
| Ideli Salvatti | 5. Siba Machado |
| Antonio Carlos Valadares | 6. Mozarildo Cavalcanti |
| Serys Slhessarenko | 7. Marcelo Crivella |
| PDT | |
| Jefferson Peres | 1. Juvêncio da Fonseca |

Secretária: Gildete Leite de Melo

Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone: 3113972 Fax: 3114315

E - Mail: sscomcej@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|-----------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| PMDB | |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| PDT | |

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|-----------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Demóstenes Torres - PFL | 1. Edison Lobão - PFL |
| Jorge Bornhausen - PFL | 2. Jonas Pinheiro - PFL |
| José Jorge - PFL | 3. João Ribeiro - PFL |
| Maria do Carmo Alves - PFL | 4. José Agripino - PFL |
| Roseana Sarney - PFL | 5. Marco Maciel - PFL |
| (vago - cedida ao PDT) - PFL * | 6. Romeu Tuma - PFL |
| Teotônio Vilela Filho - PSDB | 7. Leonel Pavan - PSDB |
| Geraldo Mesquita Júnior - s/ partido (cedida pelo PSDB) | 8. Alvaro Dias - PSDB |
| Eduardo Azeredo - PSDB | 9. Lúcia Vânia - PSDB |
| Reginaldo Duarte - PSDB | 10. Tasso Jereissati - PSDB |
| PMDB | |
| Hélio Costa | 1. João Batista Motta |
| Maguito Vilela | 2. Garibaldi Alves Filho |
| Valdir Raupp | 3. Mário Calixto |
| Gerson Camata | 4. Papaléo Paes |
| Sérgio Cabral | 5. Mão Santa |
| José Maranhão | 6. Luiz Otávio |
| Leomar Quintanilha | 7. Romero Jucá |
| Gilberto Mestrinho** | 8. (vago) |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| Aelton Freitas | 1. Paulo Paim |
| Cristovam Buarque | 2. Aloizio Mercadante |
| Fátima Cleide | 3. Fernando Bezerra |
| Flávio Arns | 4. Delcídio Amaral |
| Ideli Salvatti | 5. Antonio Carlos Valadares |
| Roberto Saturnino | 6. Francisco Pereira |
| Sérgio Zambiasi | 7. Patrícia Saboya Gomes |
| PDT | |
| Augusto Botelho | 1. Juvêncio da Fonseca |

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|----------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| PMDB | |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| PDT | |
| | |

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|-----------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| PMDB | |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| PDT | |
| TITULARES | SUPLENTES |

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail. julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**

(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB

Vice Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|---------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Heráclito Fortes - PFL | 1. Jorge Bornhausen - PFL |
| João Ribeiro - PFL | 2. José Jorge - PFL |
| Jonas Pinheiro - PFL | 3. Alcides Lima - PSDB |
| Alvaro Dias - PSDB | 4. Leonel Pavan - PSDB |
| Arthur Virgílio - PSDB | 5. (vago) |
| Flexa Ribeiro - PSDB | 6. (vago) |
| PMDB | |
| Ney Suassuna | 1. Valmir Amaral |
| Luiz Otávio | 2. Romero Jucá |
| Gerson Camata | 3. (vago) |
| Valdir Raupp | 4. (vago) |
| Leomar Quintanilha | 5. (vago) |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| Aelton Freitas | 1. Mozarildo Cavalcanti |
| Ana Júlia Carepa | 2. Cristovam Buarque |
| Delcídio Amaral | 3. (vago) |
| Ideli Salvatti | 4. (vago) |
| Serys Slhessarenko | 5. (vago) |
| PDT | |
| Augusto Botelho | 1. Osmar Dias |

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| PMDB | |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| PDT | |

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| PMDB | |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| PDT | |

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA "OPERAÇÃO POROROCA"
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|-----------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| PMDB | |
| Bloco de Apoio ao Governo (P1, PSB, P1B, PL e PPS) | |
| PDT | |
| | |

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

| TITULARES | SUPLENTE |
|---|-----------------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Edison Lobão – PFL | 1. Antonio Carlos Magalhães – PFL |
| Jonas Pinheiro – PFL | 2. Demóstenes Torres – PFL |
| Jorge Bornhausen – PFL | 3. Heráclito Fortes – PFL |
| José Agripino – PFL | 4. Marco Maciel – PFL |
| Romeu Tuma – PFL | 5. Maria do Carmo Alves – PFL |
| Arthur Virgílio – PSDB | 6. Almeida Lima – PSDB |
| Lúcia Vânia – PSDB | 7. Alvaro Dias – PSDB |
| Reginaldo Duarte – PSDB | 8. Flexa Ribeiro – PSDB |
| PMDB | |
| Leomar Quintanilha | 1. Luiz Otávio |
| Valmir Amaral | 2. Maguito Vilela |
| José Maranhão | 3. Mão Santa |
| Sérgio Cabral | 4. Romero Jucá |
| Garibaldi Alves Filho | 5. Valdir Raupp |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| Cristovam Buarque | 1. Serys Slhessarenko |
| Fátima Cleide | 2. Siba Machado |
| João Capiberibe | 3. Antonio Carlos Valadares |
| Marcelo Crivella | 4. Mozarildo Cavalcanti |
| Paulo Paim | 5. Francisco Pereira |
| PDT | |
| Juvêncio da Fonseca | 1. Osmar Dias |

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|-------------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Heráclito Fortes – PFL | 1. César Borges – PFL |
| João Ribeiro – PFL | 2. Edison Lobão – PFL |
| José Agripino – PFL | 3. Maria do Carmo Alves – PFL |
| Marco Maciel – PFL | 4. Rodolpho Tourinho – PFL |
| Romeu Tuma – PFL | 5. Roseana Sarney – PFL |
| Alvaro Dias – PSDB | 6. Tasso Jereissati – PSDB |
| Arthur Virgílio – PSDB | 7. Lúcia Vânia – PSDB |
| Eduardo Azeredo – PSDB | 8. Flexa Ribeiro – PSDB |
| PMDB | |
| Gilberto Mestrinho* | 1. Ney Suassuna |
| Pedro Simon | 2. Ramez Tebet |
| Mão Santa | 3. Valdir Raupp |
| Hélio Costa | 4. Valmir Amaral |
| Gerson Camata | 5. Mário Calixto |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| Cristovam Buarque | 1. Marcelo Crivella |
| Eduardo Suplicy | 2. Flávio Arns |
| Mozarildo Cavalcanti | 3. Aelton Freitas |
| Roberto Saturnino | 4. Ana Julia Carepa |
| Sérgio Zambiasi | 5. Fernando Bezerra |
| PDT | |
| Jefferson Peres | 1. Osmar Dias |

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|----------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| PMDB | |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| PDT | |

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**(7 titulares e 7 suplentes)****Presidente:****Vice-Presidente:**

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| PMDB | |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| PDT | |

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 Plenário nº 7 Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB**

| TITULARES | SUPLENTE |
|---|-----------------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Heráclito Fortes – PFL | 1. Antonio Carlos Magalhães – PFL |
| João Ribeiro – PFL | 2. César Borges – PFL |
| José Jorge – PFL | 3. Jonas Pinheiro – PFL |
| Marco Maciel – PFL | 4. Jorge Bornhausen – PFL |
| Rodolpho Tourinho – PFL | 5. Maria do Carmo Alves – PFL |
| Leonel Pavan – PSDB | 6. Flexa Ribeiro – PSDB |
| Sérgio Guerra – PSDB | 7. Eduardo Azeredo – PSDB |
| Tasso Jereissati – PSDB | 8. Almeida Lima – PSDB |
| Teotônio Vilela Filho – PSDB | 9. Arthur Virgílio – PSDB |
| PMDB | |
| Gerson Camata | 1. Ney Suassuna |
| Alberto Silva | 2. Luiz Otávio |
| Valdir Raupp | 3. Pedro Simon |
| Valdir Amaral | 4. João Batista Motta |
| Gilberto Mestrinho* | 5. Mário Calixto |
| Mão Santa | 6. Romero Jucá |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| Delcídio Amaral | 1. Roberto Saturnino |
| Francisco Pereira | 2. Paulo Paim |
| João Capiberibe | 3. Fernando Bezerra |
| Mozarildo Cavalcanti | 4. Fátima Cleide |
| Serys Selhessarenko | 5. Sérgio Zambiasi |
| Siba Machado | 6. (vago) |
| Aelton Freitas | 7. (vago) |
| PDT | |
| Juvêncio da Fonseca | 1. Augusto Botelho |

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente

Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa

Telefone: 3114607 Fax: 3113286

E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|----------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Antonio Carlos Magalhães – PFL | 1. Demóstenes Torres – PFL |
| César Borges – PFL | 2. João Ribeiro – PFL |
| Rodolpho Tourinho – PFL | 3. Roseana Sarney – PFL |
| Leonel Pavan – PSDB | 4. Reginaldo Duarte – PSDB |
| Tasso Jereissati – PSDB | 5. Lúcia Vânia – PSDB |
| Teotônio Vilela Filho – PSDB | 6. Sérgio Guerra – PSDB |
| PMDB | |
| Gilberto Mestrinho* | 1. Ney Suassuna |
| Papaléo Paes | 2. Valdir Raupp |
| Garibaldi Alves Filho | 3. Luiz Otávio |
| José Maranhão | 4. Mão Santa |
| Maguito Vilela | 5. Leomar Quintanilha |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| Ana Júlia Carepa | 1. João Capiberibe |
| Fátima Cleide | 2. Deleídio Amaral |
| Fernando Bezerra | 3. Siba Machado |
| Mozarildo Cavalcanti | 4. Sérgio Zambiasi |
| Patrícia Saboya Gomes | 5. Aelton Freitas |
| PDT | |
| Jefferson Peres | 1. Augusto Botelho |

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|----------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Alvaro Dias – PSDB | 1. Reginaldo Duarte – PSDB |
| Flexa Ribeiro – PSDB | 2. Lúcia Vânia – PSDB |
| Sérgio Guerra – PSDB | 3. Leonel Pavan – PSDB |
| Jonas Pinheiro – PFL | 4. Edison Lobão – PFL |
| Marco Maciel – PFL | 5. Heráclito Fortes – PFL |
| Roseana Sarney – PFL | 6. Rodolpho Tourinho – PFL |
| PMDB | |
| Ramez Tebet | 1. Hélio Costa |
| Pedro Simon | 2. Mário Calixto |
| Leomar Quintanilha | 3. João Batista Motta |
| Gerson Camata | 4. Mão Santa |
| Maguito Vilela | 5. Valdir Raupp |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) | |
| Flávio Arns | 1. Serys Slhessarenko |
| Aelton Freitas | 2. Delcídio Amaral |
| Sibá Machado | 3. Francisco Pereira |
| Ana Júlia Carepa | 4. Sérgio Zambiasi |
| Antônio Carlos Valadares | 5. (vago) |
| PDT | |
| Osmar Dias | 1. Juvêncio da Fonseca |

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES²

| PMDB | | | | | |
|--|----|-------|---------------------------------------|----|-------|
| Titulares | UF | Ramal | Suplentes | UF | Ramal |
| (Vago) ¹⁰ | | | 1. Ney Suassuna | PB | 4345 |
| João Alberto Souza | MA | 1411 | 2. Pedro Simon | RS | 3232 |
| Ramez Tebet | MS | 2222 | 3. Gerson Camata ¹¹ | ES | 3256 |
| Luiz Otávio | PA | 3050 | 4. Alberto Silva | PI | 3055 |
| PFL ⁵ | | | | | |
| Paulo Octávio | DF | 2011 | 1. Jonas Pinheiro | MT | 2271 |
| Demóstenes Torres | GO | 2091 | 2. César Borges ⁴ | BA | 2212 |
| Rodolpho Tourinho | BA | 3173 | 3. Maria do Carmo Alves ¹² | SE | 1506 |
| PT ¹ | | | | | |
| Heloísa Helena ¹⁴ | AL | 3197 | 1. Ana Julia Carepa | PA | 2104 |
| Sibá Machado | AC | 2184 | 2. Fátima Cleide | RO | 2391 |
| (vago) ⁶ | | | 3. Eduardo Suplicy ⁷ | SP | 3213 |
| PSDB ³ | | | | | |
| Sérgio Guerra | PE | 2385 | 1. (Vago) ¹⁶ | | |
| Antero Paes de Barros | MT | 4061 | 2. Arthur Virgílio | AM | 1201 |
| PDT | | | | | |
| Juvêncio da Fonseca ⁸ | MS | 1128 | 1. Augusto Botelho | RR | 2041 |
| PTB ¹ | | | | | |
| (Vago) ⁶ | | | 1. Fernando Bezerra | RN | 2461 |
| PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS | | | | | |
| Magno Malta (PL) | ES | 4161 | 1. (Vago) ⁹ | | |
| Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93) | | | | | |
| Senador Romeu Tuma (PFL/SP) | | | | | 2051 |

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/P1-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 13.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04 GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

| | |
|---|--------------------------|
| Senador Romeu Tuma (PFL-SP) | Corregedor |
| Senador Hélio Costa (PMDB-MG) | 1º Corregedor Substituto |
| Senador Delcídio Amaral (PT-MS) | 2º Corregedor Substituto |
| Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) | 3º Corregedor Substituto |

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

| | |
|----------------------------|----------------------------------|
| Ramez Tebet (PMDB-MS) | PMDB e Bloco de Apoio ao Governo |
| Demóstenes Torres (PFL-GO) | Bloco Parlamentar da Minoria |
| Alvaro Dias (PSDB-PR) | Bloco Parlamentar da Minoria |
| Fátima Cleide (PT-RO) | Bloco de Apoio ao Governo |
| Amir Lando (PMDB-RO) | PMDB |

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
 Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
 aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
 Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

| |
|--|
| PMDB |
| Senador Papaléo Paes (AP) |
| PFL |
| Senadora Roseana Sarney (MA) |
| PT |
| Senadora Serys Slhessarenko (MT) |
| PSDB |
| Senadora Lúcia Vânia (GO) |
| PDT |
| Senador Augusto Botelho (RR) |
| PTB |
| Senador Sérgio Zambiasi (RS) |
| PSB |
| Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido |
| PL |
| Senador Magno Malta (ES) |
| PPS |
| Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) |

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
 Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

ÍNDICE ONOMÁSTICO

| | Pág. | | Pág. |
|---|------|--|------|
| AELTON FREITAS | | | |
| Parecer nº 685, de 2005 da Comissão de Relações Econômicas, sobre o Aviso nº 34, de 2004 (aviso nº 2140/2004, na origem) que versa sobre irregularidades no recolhimento do ICMS pela Petrobrás, no Estado do Mato Grosso do Sul, de acordo com o previsto na Resolução nº 69, de 1998, do Senado Federal (TC-011.582/2003-6). .. | 516 | da Câmara nº 36, de 2004 (PL nº 2.710, de 1992, na origem), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor. | 310 |
| ALMEIDA LIMA | | Encaminha para votação o parecer nº 680, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (PL nº 2.710, de 1992, na origem), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor. .. | 316 |
| Registro do editorial intitulado “Cargos e MPs”, publicado no jornal Folha de S.Paulo, edição de 10 de maio de 2005. | 44 | Dirige elogios à Senadora Heloísa Helena por seu discurso cujo assunto é o andamento da CPI dos correios. Aparte à Senadora Heloísa Helena. | 396 |
| Solicita apoio para aprovação de projeto de lei complementar de autoria de S.Exa., que tem por objeto a certificação e a utilização de créditos oriundos de precatórios judiciais. | 104 | Comenta que as desigualdades sócias só existem por haver corrupção. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. | 402 |
| Faz críticas quanto à atuação do Ministro José Dirceu. Aparte ao Senador Mão Santa. | 109 | Avaliação da atuação do governo do Partido dos Trabalhadores. | 406 |
| Faz críticas quanto às declarações do Presidente Lula acerca da CPI que vai investigar suspeita de corrupção nos Correios. Aparte ao Senador José Jorge. | 130 | Preocupação com os baixos salários dos militares. | 406 |
| Faz comentários acerca da reunião da bancada do PT que se reunirá para definir questões quem envolvem a instalação da CPI. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. | 170 | Transcrição, nos Anais do Senado Federal, de matéria intitulada “Fundo do poço de incompetência”, publicada no jornal Folha de S.Paulo, em sua edição de 7 de maio de 2005. | 502 |
| Requerimento nº 557, de 2005 que requer, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno, inserção em ata de voto de profundo pesar, apresentação de condolências à família e ao Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, pelo falecimento do Senhor Fernando Ribeiro Franco, ocorrido no dia 23 de maio de 2005, na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe. | 192 | Críticas as declarações do Ministro da Educação Tasso Genro em que critica os parlamentares do Partido dos Trabalhadores que assinaram o requerimento de criação da CPMI dos Correios. . | 566 |
| Comenta a respeito de depoimento dado pelo Senador Almeida Lima na CPI acerca de sua gestão. Aparte ao Senador Alvaro Dias. | 231 | Discute o Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 2005, que aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2004. | 680 |
| Discute o parecer nº 680, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei | | ALOIZIO MERCADANTE | |
| | | Refuta as afirmações de que a carga tributária aumentou no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. | 238 |

II

| | Pág. | | Pág. |
|---|------|--|------|
| Tréplica ao pronunciamento do Senador Arthur Virgílio, sobre a carga tributária. | 241 | nado Federal à realização, em Curitiba/PR, de duas conferências da ONU sobre biodiversidade e biossegurança. | 34 |
| Resposta ao pronunciamento do Arthur Virgílio. | 244 | Equívocos do Governo Lula que impedem a promoção do crescimento econômico. | 39 |
| Comenta acerca do crescimento do PIB paulista e da baixa da taxa de desemprego em São Paulo. Aparte ao Senador José Agripino. | 248 | Comenta acerca de seu descrédito do Governo Lula. | 43 |
| Faz considerações acerca da importância da Educação. Aparte ao Senador José Agripino. | 248 | Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2005 que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo de Recuperação Econômica de Foz do Iguaçu (FUNREF) e dá outras providências. | 90 |
| Discute o Parecer nº 673, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 138, de 2005, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Alexandre Antonio Tombini, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. | 280 | Comenta sobre os casos de corrupção envolvendo o governo. Aparte ao Senador Tião Viana. | 113 |
| Discute o parecer nº 680, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (PL nº 2.710, de 1992, na origem), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor. | 302 | Justificação a projeto de lei de sua autoria, que cria o Fundo de Recuperação Econômica de Foz do Iguaçu (Funref). | 121 |
| Referências ao pronunciamento do Sr. Antonio Carlos Magalhães do dia 23 de maio de 2005. | 334 | Comenta sobre o encaminhamento de um requerimento propondo a anulação da eleição do Dr. Alexandre Moraes, para integrar o Conselho Nacional de Justiça, devido irregularidade. Aparte ao Senador Romeu Tuma. | 216 |
| Considerações sobre a indicação do Dr. Alexandre de Moraes para compor o Conselho Superior da Magistratura. | 335 | Faz comentários acerca dos trabalhos realizados pela CPMI da Terra. Aparte ao Senador Pedro Simon. | 228 |
| ALVARO DIAS | | Protesto contra articulação dos líderes governistas para impedir a instalação da CPI dos Correios e faz relato sobre audiência realizada hoje na CPI da Terra, que comprova desvio de verbas federais destinadas à reforma agrária. | 230 |
| Anúncio da apresentação de projeto de lei que propõe uma nova política habitacional e elogios ao Dr. Márcio Antônio Rocha, estudioso do assunto. | 1 | Encaminha para votação o Requerimento nº 566, de 2005, que requer à presidência que determine, ouvido o Plenário, a realização de novo processo de votação do nome do Sr. Alexandre de Moraes como representante da Câmara dos Deputados no Conselho Nacional de Justiça. | 252 |
| Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2005, que institui o novo programa Social da Habitação no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências. | 7 | Crítica o ato “abafa CPI” feito pelo governo federal. Aparte ao Senador César Borges. | 374 |
| Comenta sobre o desmatamento da Amazônia. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. | 14 | Comentários a editorial do Jornal do Brasil, edição da semana passada, sobre os escândalos envolvendo a classe política brasileira. | 424 |
| Fundamentação de questão de ordem, também formulada na sessão de ontem pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, no sentido de declarar nula de pleno direito a votação que impôs rejeição ao nome do jurista Alexandre de Moraes para o Conselho Nacional de Justiça. | 19 | Transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo intitulado “A pista é o uniforme”, de autoria do articulista Tales Alvarenga, publicado na revista Veja, em sua edição de 25 de maio de 2005. | 503 |
| Sugere a instalação da CPI das privatizações. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. | 22 | Matéria intitulada “Ligações perigosas”, publicada na revista Veja, edição de 8 de maio de 2005. | 580 |
| Comenta a respeito da recondução do Dr. Cláudio Fonteles ao cargo de Procurador-Geral da República. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. | 33 | Comenta acerca da opinião popular sobre a CPMI dos Correios. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães. | 656 |
| Solicitação de apoio logístico da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Se- | | Críticas ao governo federal por comemorar índices de crescimento econômico do país, com- | |

| | Pág. | | Pág. |
|--|------|--|------|
| provando crescimento muito aquém dos demais países. | 666 | Critica a posição do governo quanto ao andamento da CPI dos Correios e a retirada de assinaturas. Aparte à Senadora Heloísa Helena. | 396 |
| Comenta acerca da necessidade de se criar uma política agrícola que alavanque a agricultura. Aparte ao Senador Nezinho Alencar. | 672 | Comenta acerca da retirada de assinatura do requerimento solicitando a instalação da CPI por parte dos integrantes do Partido dos Trabalhados. Aparte ao Senador Pedro Simon. | 415 |
| Considerações sobre a devastação da Amazônia. | 696 | Transcrição, nos Anais do Senado Federal, de matéria intitulada “O ‘bombeiro’ Lula em Ação”, publicada no jornal Correio Braziliense, em sua edição de 22 de maio de 2005. | 495 |
| Registro de artigo do jornalista Marcos Sá Corrêa, intitulado “No fogo para se queimar”, publicado no jornal O Estado de S.Paulo, edição de 26 de maio de 2005. | 696 | Proposta de Emenda à Constituição nº 25, de 2005, que altera a repartição com Municípios da receita estadual. | 636 |
| AMIR LANDO | | Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2005, que insere os parágrafos 1º a 3º no artigo 168 da Constituição Federal, limitando a dotação orçamentária para o Poder Legislativo Federal e estaduais. | 639 |
| Encaminha para votação o Parecer nº 519, de 2005, sobre o Ofício nº s/17, de 2005 (nº 87/2005, na origem), pelo qual o conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil submete à deliberação do Senado a escolha do Dr. Paulo Luiz Neto Lobo para compor o Conselho Nacional de Justiça. | 263 | Requerimento nº 576, de 2005, que requer, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para tratamento de saúde, no período de 31 de maio a 28 de setembro de 2005, conforme laudo médico anexo..... | 695 |
| ANA JÚLIA CAREPA | | Requerimento nº 577, de 2005, que requer, nos termos do art. 56, inciso II, da Constituição Federal e art. 43, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, licença para tratar de interesses particulares, no dia 29 de setembro de 2005. | 695 |
| Discute o parecer nº 680, de 2005 da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (PL nº 2.710, de 1992, na origem), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor. | 306 | ANTONIO CARLOS MAGALHÃES | |
| Valoriza a luta pela moradia. Aparte ao Senador Antônio Carlos Valadares. | 313 | Elogios ao trabalho da Dra. Fernanda Bianchini, apresentado no Programa Faustão, da Rede Globo de Televisão, que mostrou um corpo de balé integrado por cegos. | 141 |
| Comenta acerca de sua preferência da construção de uma siderúrgica no Pará, já que é de lá que o minério de ferro é retirado. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. | 379 | Apelo ao Ministro da Fazenda para a liberação de financiamento aos produtores de cacau do Estado da Bahia. | 141 |
| Trabalho desenvolvido pela Controladoria – Geral da União no Governo Lula. | 387 | Faz considerações acerca dos casos de corrupção que norteiam o governo. Aparte ao Senador José Agripino. | 151 |
| ANTERO PAES DE BARROS | | Faz Defesa do Governador do Estado do Mato Grosso, Blairo Maggi, apontado por setores da Oposição, como responsável pelo desmatamento no Estado. Aparte ao Senador Jonas Pinheiro. | 154 |
| Registro de matéria intitulada “Retificação de IR de Meirelles pode ter sido feita em computador da Receita”, publicada no jornal O Estado de S.Paulo, edição de 14 de abril de 2005. | 173 | Requerimento nº 553, de 2005, que nos termos do art. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requer homenagens pelo falecimento do Sr. Antonio Roberto Pelegrino, médico e jornalista, no dia 23 de maio de 2005. | 156 |
| Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2005, que modifica os § 4º e §5º do art. 273, e acrescenta os arts. 273-A, 273-8, 273-C e 273-D à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para permitir a estabilização da tutela antecipada. | 188 | Posicionamento contrário ao pronunciamento do Senador Aloizio Mercadante. | 166 |
| Considerações sobre a CPI dos Correios ... | 381 | | |

IV

| | Pág. | | Pág. |
|---|------|--|------|
| Comentários sobre manchete do jornal Folha de S.Paulo, edição de 24 de maio de 2005, sobre articulação do governo, no sentido de impedir a instalação da CPI dos Correios. | 232 | Parecer nº 682, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e cidadania, sobre o Ofício “S” nº 27, de 1999m, do Senhor Ministro Presidente do STF , encaminhando ao Presidente do Senador Federal, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, cópia do acórdão prolatado nos autos do Recurso Extraordinário nº 140773-5/210-SP, que declarou a inconstitucionalidade da Lei nº 2.200, de 3-6-1983, que acrescentou o § 4º ao artigo 27 da Lei nº 1.444, de 13-12-1966, ambas do Município de Sorocaba (SP), e em parte, a execução do art. 12 da Lei ordinária federal nº 5.868, de 12-12-1972, no ponto em que revogou o art. 15 do Decreto-Lei nº 57, de 18-11-1966. | 339 |
| Crítica ao Ministro Aldo Rebelo, por nota divulgada contra a oposição..... | 232 | Parecer nº 683 de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e cidadania, sobre o Ofício “S” nº 40, de 2000, do Senhor Ministro Presidente do STF , encaminhando ao Presidente do Senador Federal, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, cópia do acórdão prolatado nos autos do Recurso Extraordinário nº 232.896-3, que declarou a inconstitucionalidade da disposição inscrita no artigo 15 da Medida Provisória nº 1.212, de 28 de novembro de 1995 – “aplicando-se aos fatos geradores ocorridos a partir de 10 de outubro de 1995” – e de igual disposição inscrita nas medidas provisórias reeditadas e na Lei 9.715, de 25 de novembro de 1998, artigo 18. | 344 |
| Considerações sobre a CPI dos Correios. .. | 371 | Homenagem de pesar pelo falecimento do Desembargador Fernando Franco. | 383 |
| Aplauso à atitude do Senador Eduardo Suplicy, que impôs sua assinatura no requerimento de criação de CPMI dos Correios. | 563 | Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2005, que altera as Leis nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 10.962, de 11 de outubro de 2004, para, entre outras providências, considerar como prática abusiva a oferta à venda ou a venda de produtos ou serviços mediante a sistemática de pagamento a prazo pelo preço à vista. | 604 |
| Parecer nº 687, de 2005, da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/39, de 2005, de indicação do Senhor Luciano Chagas da Silva para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. | 595 | Justificativa no Projeto de lei 191, de 2005, de autoria de S.Exa., que altera o Código do Consumidor. | 650 |
| Parecer nº 688, de 2005, da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/40, de 2005, de indicação do Senhor Saint’Clair Luiz do Nascimento Junior para compor o Conselho Nacional do Ministério Público..... | 596 | ARTHUR VIRGÍLIO | |
| Crítica ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, Deputado Antonio Carlos Biscaia, por retirar assinatura do requerimento de instalação da CPI dos Correios, manifestando-se pela inconstitucionalidade da mesma. | 656 | Indicação dos membros do PSDB para compor as comissões parlamentares de inquérito que estão para ser instaladas no âmbito do Senado Federal ou do Congresso Nacional. | 3 |
| Solicita transcrição de editorial sobre a CPI, intitulado “Ataque à Hidra” publicado no jornal A Tarde, de Salvador-BA. | 656 | Requerimento nº 547, de 2005, que requer voto de pesar pelo falecimento, em Belém, da Senhora Luna de Souza Flexa Ribeiro, mãe do Senador Flexa Ribeiro. | 13 |
| ANTÔNIO CARLOS VALADARES | | Requerimento nº 548, de 2005, que requer informações à Ministra do Meio Ambiente, acerca | |
| Requerimento nº 564, de 2005, que requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de profundo pesar, apresentação de condolências à família e à Câmara de Vereadores do Município de Tobias Barreto, Sergipe, pelo falecimento do Prefeito Dr. José Airton Andrade, ocorrido no dia 23 de maio de 2005. | 250 | | |
| Requerimento nº 565, de 2005, que requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de profundo pesar, apresentação de condolências à família e ao Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe pelo falecimento do Desembargador Fernando Ribeiro Franco, ocorrido em 23 de maio de 2005. | 251 | | |
| Discute o parecer nº 680, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (PL nº 2.710, de 1992, na origem), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor. | 312 | | |

| | Pág. | | Pág. |
|--|------|--|------|
| dos dados sobre a devastação da Amazônia, com crescimento de 6,23% em 2004. | 13 | Encaminha para votação o Requerimento nº 566, de 2005, que requer à presidência que determine, ouvido o Plenário, a realização de novo processo de votação do nome do Sr. Alexandre de Moraes como representante da Câmara dos Deputados no Conselho Nacional de Justiça..... | 256 |
| Expectativa de que todas as investigações propostas no âmbito do Parlamento tenham curso, a exemplo do início do funcionamento da CPI do Setor Elétrico na Câmara dos Deputados. | 22 | Encaminha para votação o Parecer nº 519, de 2005, sobre o Ofício nº s/17, de 2005 (nº 87/2005, na origem), pelo qual o conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil submete à deliberação do Senado a escolha do Dr. Paulo Luiz Neto Lobo para compor o Conselho Nacional de Justiça. | 262 |
| Faz considerações a respeito do ex-Senador Arthur Virgílio Filho durante o governo Goulart. Aparte ao Senador Mão Santa. | 31 | Encaminha para votação o Parecer nº 520, de 2005, sobre o Ofício nº S/20, de 2005 (nº 157/2005, na origem), pelo qual o tribunal Superior do Trabalho submete à deliberação do Senador a escolha do Ministro Vantuil Abdala para compor o Conselho Nacional de Justiça. | 265 |
| Comenta sobre a recente majoração da taxa básica de juros pelo Comitê de Política Monetária - Copom. | 34 | Sugere que seja feita a votação de todos os nomes ligados ao Conselho Nacional de Justiça. | 273 |
| Referências ao pronunciamento do Senador Cristovam Buarque que trata da condução da atual política econômica. | 36 | Comenta acerca da importância da votação do Conselho Nacional de Justiça. | 275 |
| Comenta sobre o crescimento do desmatamento na Amazônia. | 53 | Faz considerações acerca do Conselho Nacional de Justiça. | 279 |
| Requerimento nº 550, de 2005, que requer voto de Pesar pelo falecimento do artista circense Waldemar Seyssel, o Palhaço Arrelia, ocorrido no dia 23 de maio de 2005. | 95 | Discute o Parecer nº 673, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 138, de 2005, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Alexandre Antonio Tombini, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. | 281 |
| Inevitabilidade da instalação da CPI dos Correios. | 106 | Discute o parecer nº 680, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (PL nº 2.710, de 1992, na origem), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor. | 303 |
| Considerações sobre a punição imposta pelo Partido dos Trabalhadores ao Deputado Virgílio Guimarães. | 106 | Encaminha para votação o parecer nº 680, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (PL nº 2.710, de 1992, na origem), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor. | 315 |
| Transcrição, nos Anais do Senado, do artigo “Desmatamento da Amazônia já demonstra o fracasso do Governo Lula na área do meio ambiente”, publicado no jornal O Estado de S.Paulo. | 109 | Faz considerações acerca da CPI dos Correios e de Mauricio Marinho. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães. | 371 |
| Comentário ao episódio da rejeição do nome Dr. Alexandre de Moraes, para compor o Conselho Superior da Magistratura. | 164 | Registro de editorial publicado no jornal O Estado de S.Paulo, edição de 25 de maio de 2005, a respeito da postura do Comissário Europeu do Comércio, Peter Mandelson, sobre a Amazônia. . | 423 |
| Critica a politização da discussão em torno do Sr. Alexandre de Moraes, um erro danoso para a implantação do Conselho Nacional de Justiça. . | 168 | Transcrição, nos Anais do Senado Federal, de matéria intitulada “Governo ausente, Estado | |
| Requerimento nº 560, de 2005 que requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e dos artigos 13 e 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a necessária autorização para participar em Paris, França da Semana da Amazônia, no período de 25 de maio a 01 de junho de 2005. | 193 | | |
| Críticas à tentativa do governo federal de impedir a instalação da CPI dos Correios. | 236 | | |
| Réplica ao pronunciamento do Senador Aloizio Mercadante, sobre a carga tributária. | 239 | | |
| Resposta ao pronunciamento do Aloizio Mercadante. | 243 | | |
| Transcrição de artigo do Jornal O Estado de S.Paulo sobre o desmatamento da região amazônica. | 245 | | |

VI

| | Pág. | | Pág. |
|---|------|---|------|
| capturado”, publicada no jornal Folha de S.Paulo, de 23 do corrente. | 509 | do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que impliquem na suspensão do oferecimento da merenda escolar. | 91 |
| AUGUSTO BOTELHO | | Elogia o Senador Paulo Octávio no que diz respeito à sua transparência. Aparte ao Senador Paulo Octavio. | 119 |
| Comenta acerca da carga tributária e as sanções fiscais indiretas. | 331 | Defesa do Governo Lula, destacando o oportunismo da Oposição na maneira como conduz a questão da criação da CPI dos Correios, e alardeia a idéia de que todo o Governo é corrupto. | 122 |
| Alerta para o aumento da obesidade no país. | 545 | Análise da política de alianças do atual Governo. | 122 |
| CÉSAR BORGES | | Elogia o Senador Paulo Paim por seu discurso em que defende o Partido dos trabalhos. Aparte ao Senador Paulo Paim. | 144 |
| Sugere a prorrogação da sessão do dia 23 de maio de 2005, afirmando de que todos que estavam inscritos possam fazer uso da palavra. | 157 | Parecer nº 684 de 2005 da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2005 (nº 520/2003, na Casa de Origem), que cria o âmbito do Ministério da Cultura o Prêmio de Artes Plásticas Marcantonio Vilaça e dá outras providências. | 351 |
| Gravidade da alta taxa de mortalidade infantil no país. | 160 | Comenta acerca da necessidade de estabelecer prioridades para uso do recurso público no Brasil. | 402 |
| Apoio ao Projeto de Lei do Senado 155, de 2005, de autoria do Senador Gerson Camata, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências. | 160 | Reconhece no Senador Pedro Simon, apesar de ser membro da oposição, alguém que não deseja mal ao governo. Aparte ao Senador Pedro Simon. | 415 |
| Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2005, que acrescenta § 1º e 2º ao art. 3º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para dispor sobre a frequência, pelos beneficiários do Seguro-Desemprego, de cursos de qualificação, requalificação, adaptação, reciclagem ou prestação de serviços voluntários e dá outras providências. | 184 | Justificativas pela sua postura em não assinar a “CPI dos Correios” e apela para que o Diretório Nacional do PT não puna os parlamentares que assinaram o requerimento de criação da referida CPI. | 479 |
| Falta de ação da Controladoria-Geral da União para fiscalizar a aplicação das verbas federais. ... | 372 | Requerimento nº 573, de 2005, que requer, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial no dia 10 de junho de 2005, em função do Dia Mundial pela Erradicação do Trabalho Infantil, que acontece no dia 12 de junho, e com o intuito de destacar a necessidade de continuar a luta para abolir esta tragédia no Brasil. | 574 |
| Considerações sobre a CPI dos Correios. .. | 372 | DELCÍDIO AMARAL | |
| Protesto sobre a falta de investimentos do governo federal. | 645 | Comenta acerca da reunião em que a bancada do PT resolverá assuntos referentes às orientações do Diretório Nacional. Aparte ao Senador Paulo Paim. | 144 |
| CRISTOVAM BUARQUE | | Faz comentários acerca do estudo do Banco Mundial relativo à burocracia do Estado brasileiro. | 144 |
| Defesa da recondução do Dr. Cláudio Fonteles ao cargo de Procurador-Geral da República. . | 32 | Comenta acerca da infra-estrutura do País. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. | 148 |
| Promete ao Senador Alvaro Dias, apoio da Comissão de relações exteriores de defesa nacional do Senado, às conferências da ONU sobre biodiversidade e biossegurança que serão realizadas em Curitiba/PR. | 34 | | |
| Demonstra preocupação com a condução da atual política econômica. | 35 | | |
| Comenta da necessidade de mudança na política social do Governo. | 41 | | |
| Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2005, que altera o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, para definir como crime de responsabilidade a aplicação indevida de recursos | | | |

| | Pág. | | Pág. |
|--|------|---|------|
| Faz considerações acerca do gasoduto Bolívia/Brasil. Aparte ao Senador Ramez Tebet. | 163 | fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor. | 310 |
| Requerimento nº 559, de 2005, que requer a retirada do Requerimento nº 515, de 2005, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 367, de 2004, além das comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização de Controle. | 193 | Requerimento nº 568, de 2005, que requer o adiamento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 12/2004, que “acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”, a fim de que seja feita na Sessão do dia 14 de junho 2005. | 323 |
| Parecer nº 674, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 122, de 2005, da Presidência da República (nº 389/2004, na origem), que encaminha ao Senado Federal a programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 2004. | 195 | Requerimento nº 569, de 2005, que requer, nos termos do art. 256, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Requerimento nº 544, de 2004. | 324 |
| Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 2005, que aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2004. | 196 | Requerimento nº 571, de 2005, que requer, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o PLC nº 27, de 2005 – Prêmio de Artes Plásticas Marcantônio Vilaça. | 392 |
| Parecer nº 675, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a mensagem nº 135, de 2005, da Presidência da República (Mensagem nº 262, de 2005, na origem), que encaminha ao Senado Federal a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2004. | 198 | Acusa o senador Eduardo Suplicy de ter quebrado a relação de confiança existente na bancada de senadores do PT. | 555 |
| Parecer nº 676, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem, sobre a Mensagem nº 136, de 2005, da Presidência da República nº 262/2005, na origem), que encaminha ao Senado Federal a programação monetária relativa ao primeiro trimestre de 2005. | 199 | Requerimento nº 574, de 2005, que requer, que sobre o PLS nº 177/2002, “que altera a Lei nº 7.998/90, com vistas a estabelecer que o FAT financie estágio remunerado em empresas e universidade”, seja ouvida também a comissão de Assuntos Econômicos, sobre seus aspectos financeiros, além das comissões constantes do despacho inicial. ... | 587 |
| Projeto de Decreto Legislativo nº 243, de 2005, que aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2005. | 201 | Discute o Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 2005, que aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2004. | 679 |
| Parecer nº 677, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 137, de 2005, da Presidência da República (Aviso nº 10, de 2005, da Presidência do Banco Central do Brasil, na origem), que encaminha ao Senado Federal a programação monetária relativa ao segundo trimestre de 2005. | 202 | Cumprimenta o Senador Osmar Dias por seu discurso em que pede Apelo para solução da crise dos agricultores brasileiros. | 692 |
| Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 2005, que aprova a Programação monetária para o segundo trimestre de 2005. | 203 | DEMÓSTENES TORRES | |
| Encaminha para votação o Requerimento nº 566, de 2005, que requer à presidência que determine, ouvido o Plenário, a realização de novo processo de votação do nome do Sr. Alexandre de Moraes como representante da Câmara dos Deputados no Conselho Nacional de Justiça. | 256 | Faz considerações acerca da votação do nome do Sr. Alexandre de Moraes como representante da Câmara dos Deputados no Conselho Nacional de Justiça. | 254 |
| Discute o parecer nº 680, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (PL nº 2.710, de 1992, na origem), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o | | Parecer nº 689, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 102, de 2005 (nº 1.361, de 2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ação Candeias FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Candeias, Estado da Bahia. | 598 |
| | | Parecer nº 690, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 104, de 2005 (nº 1.318, de 2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à empresa de Telecomunicações Góis Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itamaraju, Estado da Bahia. | 601 |

VIII

| | Pág. | | Pág. |
|--|------|---|------|
| Comentário à matéria publicada no jornal New York Times, sobre o programa Fome Zero do governo Lula. | 693 | Discute o parecer nº 680, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (PL nº 2.710, de 1992, na origem), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor. | 303 |
| EDISON LOBÃO | | | |
| Encaminha para votação o Requerimento nº 566, de 2005, que requer à presidência que determine, ouvido o Plenário, a realização de novo processo de votação do nome do Sr. Alexandre de Moraes como representante da Câmara dos Deputados no Conselho Nacional de Justiça. | 256 | No que tange à instauração da CPI dos correios, comenta que seja feita uma investigação séria, para que todos os fatos sejam apurados. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo. | 409 |
| Faz referência ao empréstimo de US\$ 30 milhões pra o combate à pobreza no interior do estado do Maranhão. Aparte ao Senador João Alberto Souza. | 482 | Comenta o quão seria importante se os membros do PT assinassem o requerimento solicitando a instalação da CPI. Aparte ao Senador Pedro Simon. | 414 |
| Comenta cerca da questão da reciclagem de pneus no país. | 483 | Comenta acerca da possibilidade de se promover uma partida de futebol entre as seleções do Brasil e uma mista envolvendo as duas Coréias como meio de se promover a confraternização entre os coreanos do sul e do norte. Aparte ao Senador Pedro Simon. | 414 |
| Preocupação frente aos dados divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, sobre o desmatamento da Amazônia. | 536 | Considerações sobre o Programa Bolsa-Família. | 416 |
| EDUARDO AZEREDO | | | |
| Comenta acerca da transposição do rio São Francisco. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. | 399 | Anúncio da decisão de S.Exa. de assinar requerimento para instalação da CPI dos Correios. | 416 |
| Comenta acerca da necessidade de um entendimento entre governo e oposição. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. | 403 | Comenta acerca das conseqüências da assinatura de S.Exa que cria a CPI dos Correios. | 547 |
| Crítica o ato da retirada de assinaturas para instauração da CPI. Aparte ao Senador Almeida Lima. | 407 | Faz referência às razões que levaram S.Exa. a assinar o requerimento que cria a CPI dos Correios. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. | 558 |
| Aplauda a iniciativa do Governador de Minas Gerais, Aécio Neves, que anunciou um conjunto de obras estruturais no valor de R\$ 270 milhões para Belo Horizonte/MG. | 408 | Considerações sobre o pronunciamento do Senador Delcídio Amaral, acerca da assinatura do Senador Eduardo Suplicy no requerimento de criação da CPI dos Correios. | 560 |
| EDUARDO SUPLICY | | | |
| Importância da reunião da bancada do Partido dos Trabalhadores, convocada para amanhã, a fim de tratar da questão da instalação da CPI dos Correios. | 169 | Faz considerações acerca da importância das CPIs. Aparte ao Senador José Agripino. | 562 |
| Proposta da realização de dois jogos de futebol da Seleção Brasileira com a seleção mista da Coréia do Sul e outro com a seleção da Coréia do Norte, visando à reunificação e pacificação entre a relação entre ambas as Coréias. | 169 | Faz referência aos trabalhos exercidos pelas CPIs. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães. | 564 |
| Comenta sobre o requerimento solicitando a anulação da votação do nome do Dr. Alexandre Moraes para integrar o Conselho Nacional de Justiça. Aparte ao Senador Romeu Tuma. | 217 | Discorda no que concerne é que um Senador diga que só votará em uma matéria se for designado por aquele que o nomeou. Aparte ao Senador Ney Suassuna. | 565 |
| | | Solicita que a investigação na CPMI dos Correios seja mais objetiva. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães. | 657 |
| | | Comenta acerca da carta que lhe foi enviada por Leonardo Boff cujo teor trata de sua decisão quanto à instalação da CPI dos Correios. | 687 |
| EFRAIM MORAIS | | | |
| | | Considerações sobre a instalação da CPI dos Correios. | 156 |

| | Pág. | | IX |
|--|------|---|------|
| | | | Pág. |
| Faz críticas ao PT e à atuação do Presidente Lula. | 157 | GERSON CAMATA | |
| Comenta acerca da incompetência e inépcia gerencial do Governo Lula. | 363 | Demonstra preocupação com o avanço do uso de drogas no país, especialmente no Estado do Espírito Santo. Aparte ao Senador Magno Malta. . | 662 |
| Discursa em defesa da criação da Universidade Federal do Sertão Paraibano. | 543 | HÉLIO COSTA | |
| FLÁVIO ARNS | | Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2005, que dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação, por parte das pessoas jurídicas de direito privado, concessionárias ou permissionárias de serviço público de relação de seus membros, sócios ou associados, à pessoa jurídica de direito público interno concedente ou permitente. | 190 |
| Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2005, que institui a data de 6 de junho como o “Dia Nacional do Teste do Pezinho”. | 354 | Registro da assinatura de convênio entre os governos do Brasil e do Japão para aplicação de recursos no saneamento da bacia de Furnas, no sul de Minas Gerais. | 213 |
| FLEXA RIBEIRO | | Requerimento nº 570, de 2005, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação. | 324 |
| Transcrição do artigo intitulado “Estradas continuam à míngua”, de autoria da jornalista Cláudia Safatle, publicado no jornal Valor Econômico, edição de 13 de maio de 2005. | 51 | HELOÍSA HELENA | |
| GARIBALDI ALVES FILHO | | Importância da criação e instalação de CPIs destinadas a apurar denúncias de corrupção no atual Governo. | 20 |
| Parecer nº 679, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (PL nº 2.710, de 1992, na origem), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor. | 297 | Considerações sobre a reforma política. | 20 |
| Comenta acerca da importância para o Nordeste do projeto de transposição do Rio São Francisco. | 375 | Sugere que haja convocação em julho, abrindo mão de qualquer remuneração. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. | 25 |
| Discute o Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 2005, que aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2004. | 681 | Comenta que o governo manteve a política do parasitismo e da privatização, assim como os governos anteriores. Aparte ao Senador Mão Santa. | 30 |
| GERALDO MESQUITA JÚNIOR | | Comenta sobre os aspectos da política econômica do Governo Lula que comprometem o desenvolvimento do País. | 38 |
| Requerimento nº 555, de 2005, que requer, nos termos do Parágrafo 2º do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja instado o Ministério de Minas e Energia a prestar informações acerca do programa denominado “Luz para todos” que está sendo implementado pelo Governo Federal nos estados. | 192 | Responsabilidade do Congresso Nacional na definição de prioridades sociais no Orçamento e na fiscalização do Poder Executivo. | 42 |
| Comenta sua estranheza em relação à reabertura da questão acerca da votação do Sr. Alexandre de Moraes como representante da Câmara dos Deputados no Conselho Nacional de Justiça, visto já ter ocorrido a votação. | 253 | Faz comentário acerca da articulação da base do governo para a rejeição do nome do Dr Alexandre Moraes para integrar o Conselho Nacional de Justiça. Aparte ao Senador Romeu Tuma. | 218 |
| Comenta acerca do descaso do governo federal. Aparte ao Senador César Borges. | 645 | Considerações sobre movimentação do governo contra a instalação da CPI dos Correios. | 235 |
| | | Encaminha para votação o Requerimento nº 566, de 2005, que requer à presidência que determine, ouvido o Plenário, a realização de novo processo de votação do nome do Sr. Alexandre de | |

X

| | Pág. | | Pág. |
|--|------|--|------|
| Moraes como representante da Câmara dos Deputados no Conselho Nacional de Justiça. | 255 | recursos distribuídos para recuperação das estradas. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães. ... | 661 |
| Discute o parecer nº 680, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (PL nº 2.710, de 1992, na origem), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor. | 304 | Critica o governo por não pôr em prática o Programa Fome Zero. Aparte ao Senador Demóstenes Torres. | 693 |
| Encaminha para votação o parecer nº 680, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (PL nº 2.710, de 1992, na origem), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor. .. | 314 | IDELI SALVATTI | |
| Avaliação das ações do governo para impedir o funcionamento da CPI dos Correios. | 394 | Faz considerações acerca da votação da “Pec Paralela” no Senado que trata da contribuição à previdência social. Aparte ao Senador Paulo Paim. .. | 143 |
| Saudação ao pronunciamento do senador Eduardo Suplicy, que decidiu assinar o requerimento para abertura da CPI dos Correios. | 420 | Referências à matéria “No rastro dos Corruptos”, publicada neste domingo no jornal O Globo, que relata as ações do governo no combate à corrupção. | 146 |
| Importância da efetividade dos trabalhos da “CPI dos Correios”, pois é instrumento precioso da democracia. | 466 | Elogios à decisão do governo federal de regulamentar as salvaguardas para entrada de produtos chineses. | 146 |
| Importância da apuração de fatos de corrupção em todas as esferas de governo. | 487 | Solenidade de início das obras da Agenda Portos, no Porto de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, no qual serão revitalizados mais dez portos brasileiros. | 146 |
| Faz considerações acerca das dificuldades financeiras pelas quais passam os idosos. Aparte ao Senador Ramez Tebet. | 543 | Comenta que não houve deliberação na votação do nome do Dr. Alexandre Moraes para integrar o Conselho Nacional de Justiça. Aparte ao Senador Romeu Tuma. | 216 |
| Dirige críticas ao Partido dos Trabalhadores. | 554 | Parecer nº 680, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (PL nº 2.710, de 1992, na origem), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor. | 301 |
| Críticas as novas estratégias do governo para impedir a Comissão Parlamentar de Inquérito. | 571 | Faz considerações acerca da criação do projeto que dispõe acerca do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor. Aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares. | 312 |
| Discute o Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 2005, que aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2004. | 680 | Encaminha para votação o parecer nº 680, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (PL nº 2.710, de 1992, na origem), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor. .. | 316 |
| Comenta acerca da propaganda enganosa que o governo faz em relação à agricultura. Aparte ao Senador Osmar Dias. | 691 | Critica às manifestações do Comissário Europeu para o Comércio, Peter Mandelson, sobre a necessidade de se internacionalizar a Amazônia. Aparte ao Senador Sibá Machado. | 358 |
| HERÁCLITO FORTES | | | |
| Faz considerações acerca do fato de o Senador Eduardo Suplicy ter assinado o requerimento que cria a CPI dos Correios. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. | 551 | Comenta acerca da aprovação no Senado do projeto de lei de iniciativa popular que cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) | |
| Comenta acerca da notícia publicada no jornal Folha de S.Paulo, sobre o mau uso dos recursos do fundo de pensão PREVI e a nomeação dos conselheiros com a intenção de atender sindicalistas. | 569 | | |
| Solicita que seja reunida a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e a de Assuntos Econômicos, para esclarecer como foram empregados os | | | |

| | Pág. | | Pág. |
|--|------|--|------|
| e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), beneficiando a população de baixa renda. | 377 | Projeto de Lei do Senador nº 189, de 2005, que altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados para reduzir alíquotas de veículos automotores de baixo consumo de combustível. .. | 353 |
| Registro de que as exportações brasileiras para a América Latina superam as vendas para os Estados Unidos. | 377 | Considerações acerca do trabalho escravo no país e defende as ações judiciais de descendentes de escravos que reivindicam compensação financeira pelos trabalhos forçados a que os negros foram submetidos no Brasil. | 538 |
| Expectativas para a viagem do Presidente Lula ao Japão e à Coreia. | 377 | Requerimento nº 572, de 2005, que requer, nos termos do art. 43 do Regimento Interno do Senado Federal, seu afastamento dos trabalhos da Casa pelo período de 130 (cento e trinta dias), a partir de 1º de junho de 2005, para tratamento de saúde, conforme laudo da Junta Médica do Senado Federal. | 573 |
| Registra participação no primeiro Encontro de Habitação para Agricultura Familiar, realizado no município de Cordilheira Alta - SC, no dia 27 do corrente e ressalta o programa habitacional para agricultores familiares oferecido pelo Governo Federal. | 530 | Considerações à proposta de emenda constitucional em tramitação no Senado Federal, que trata da sistemática da criação de novos municípios. | 673 |
| Transcrição, nos Anais, da Carta Aberta do 1º Encontro de Habitação para a Agricultura Familiar, realizado no dia de 27 de maio de 2005. | 530 | | |
| Critica o Senador Eduardo Suplicy por ter quebrado a relação de confiança existente na bancada de senadores do PT ao ter assinado o requerimento solicitando a instalação da CPI dos Correios. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. | 556 | JOÃO CAPIBERIBE | |
| Luta do governo Lula no combate a corrupção. | 570 | Defesa de uma política de desenvolvimento sustentável para a Amazônia, para coibir o desmatamento da região. | 667 |
| Considerações sobre os indicadores da economia brasileira, apesar dos últimos acontecimentos políticos. | 570 | JONAS PINHEIRO | |
| Expansão do crédito imobiliário no governo Lula. | 669 | Faz defesa do Governador do Estado do Mato Grosso, Blairo Maggi, apontado por setores da Oposição, como responsável pelo desmatamento no Estado. | 153 |
| JEFFERSON PÉRES | | JORGE BORNHAUSEN | |
| Comentários à coluna do jornalista Clóvis Rossi, publicada hoje no jornal Folha de S.Paulo. | 240 | Em defesa da instalação da CPI dos Correios e que a Relatoria para a oposição. | 643 |
| Encaminha para votação o Requerimento nº 566, de 2005, que requer à presidência que determine, ouvido o Plenário, a realização de novo processo de votação do nome do Sr. Alexandre de Moraes como representante da Câmara dos Deputados no Conselho Nacional de Justiça. | 254 | JOSÉ AGRIPINO | |
| Defende a posição do Ministro da Cultura sobre a legalização das drogas. Aparte ao Senador Magno Malta. | 663 | Comenta acerca do tratamento dispensado pelo Partido dos Trabalhadores para se evitar as investigações de denúncias de corrupção em órgãos do governo federal. | 150 |
| Alerta para o alto índice de desmatamento na Amazônia. Aparte ao Senador João Capiberibe. . | 668 | Defesa do Governador do Estado do Mato Grosso, Blairo Maggi, apontado por setores da Oposição, como responsável pelo desmatamento no Estado. Aparte ao Senador Jonas Pinheiro. | 155 |
| JOÃO ALBERTO SOUZA | | Comenta da necessidade da votação da MP do Código Florestal. Aparte ao Senador Jonas Pinheiro. | 155 |
| Comenta acerca da inoperância do Governo do Maranhão no sentido de viabilizar empréstimo do Banco Mundial para o combate à pobreza rural naquele Estado. | 481 | Comenta acerca da necessidade de instalação da CPI dos Correios. | 247 |

| | Pág. | | Pág. |
|---|------|--|------|
| Critica o preconceito e a apologia do não-estudo. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. | 248 | arrecadação do caixa partidário do Partido dos Trabalhadores - PT. | 233 |
| Encaminha para votação o Requerimento nº 566, de 2005, que requer à presidência que determine, ouvido o Plenário, a realização de novo processo de votação do nome do Sr. Alexandre de Moraes como representante da Câmara dos Deputados no Conselho Nacional de Justiça..... | 257 | Encaminha para votação o Requerimento nº 566, de 2005, que requer à presidência que determine, ouvido o Plenário, a realização de novo processo de votação do nome do Sr. Alexandre de Moraes como representante da Câmara dos Deputados no Conselho Nacional de Justiça. | 259 |
| Discute o Parecer nº 673, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 138, de 2005, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Alexandre Antonio Tombini, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. | 281 | Discute o Parecer nº 673, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 138, de 2005, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Alexandre Antonio Tombini, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. | 280 |
| Discute o parecer nº 680, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (PL nº 2.710, de 1992, na origem), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor. | 309 | Critica o Governo por não utilizar o orçamento de forma devida. Aparte ao Senador Efraim Moraes | 364 |
| Faz críticas quanto à atuação do Presidente Lula. Aparte à Senadora Heloísa Helena. | 397 | Demonstra preocupação com as manobras do governo para retirar as assinaturas para instalação da CPI dos Correios. | 368 |
| Faz considerações acerca da CPI dos correios. Aparte ao Senador Pedro Simon. | 472 | Comenta da falta de ação da Controladoria-Geral da União para fiscalizar a aplicação das verbas federais. Aparte ao Senador César Borges. | 373 |
| Necessidade de que os trabalhos da “CPI dos Correios” sejam agilizados e investigados como clama a sociedade brasileira. | 473 | Comunica que a Liderança da Minoria encaminhou ofício à Mesa indicando os Senadores que irão compor a CPI dos Correios. | 665 |
| Comenta cerca da questão da reciclagem de pneus no país. Aparte ao Senador Edison Lobão. | 484 | JOSÉ SARNEY | |
| Demonstra sua solidariedade ao posicionamento do Senador Eduardo Suplicy para a criação da CPMI dos Correios. | 561 | Saudações à publicação no Diário Oficial da União do decreto que institui o grupo de trabalho que destina a proceder a regularização das terras do Estado do Amapá. | 133 |
| Comunica que a instalação da CPI dos Correios não será impedida. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães. | 657 | Registro dos dez anos do Jornal do Senado. | 241 |
| JOSÉ JORGE | | LEOMAR QUINTANILHA | |
| Faz comentários acerca da estrutura partidária. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. | 124 | Comenta acerca do aumento da obesidade no país. Aparte ao Senador Augusto Botelho. | 546 |
| Declarações da Ministra Marina Silva sobre o desmatamento na Amazônia. | 130 | Necessidade de se adotar medidas com vistas a ajudar o grande prejuízo do setor primário. Aparte ao Senador Nezinho Alencar. | 673 |
| Comentários às declarações do Presidente Lula e do Ministro José Dirceu sobre a CPI que vai investigar suspeita de corrupção nos Correios. | 130 | Comenta acerca da crise do setor agropecuário brasileiro. | 733 |
| Faz comentário acerca da articulação da base do governo para a rejeição do nome do Dr Alexandre Moraes para integrar o Conselho Nacional de Justiça. Aparte ao Senador Romeu Tuma. | 215 | LEONEL PAVAN | |
| Comentários sobre matérias publicadas pelo jornal Folha de S.Paulo, a respeito do aumento na | | Requerimento nº 558, de 2005, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 488, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Desenvolvimento Regional e Turismo. | 193 |

| | Pág. | | Pág. |
|---|------|---|------|
| | | | XIII |
| Críticas ao governo federal pela redução na dotação prevista para a Polícia Rodoviária Federal em 2005. | 425 | | |
| Transcrição, nos Anais do Senado Federal, de matéria intitulada "O PT também quer ser governo", publicada na revista IstoÉ, na edição de 1º de maio de 2005. | 498 | | |
| LÚCIA VÂNIA | | | |
| Discute o parecer nº 680, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (PL nº 2.710, de 1992, na origem), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor. | 305 | | |
| Satisfação com a entrada em vigor, no próximo mês, da Lei de Recuperação de Empresas. ... | 511 | | |
| LUIZ OTÁVIO | | | |
| Projeto de Decreto Legislativo nº 242, de 2005, que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2004. | 199 | | |
| A importância do Projeto de Parcerias Público Privadas, para investimentos em infra-estrutura. . | 659 | | |
| Saudações ao Dr. Saint'Clair Luiz do Nascimento Júnior, representante do Estado do Espírito Santo, eleito para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. | 659 | | |
| MAGNO MALTA | | | |
| Demonstra preocupação com o avanço do uso de drogas no país, especialmente no Estado do Espírito Santo. | 662 | | |
| MAGUITO VILELA | | | |
| Discute o parecer nº 680, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (PL nº 2.710, de 1992, na origem), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor. | 306 | | |
| Balanço do Governo Íris Rezende na prefeitura de Goiânia/GO. | 330 | | |
| Comenta acerca da necessidade de se criar um seguro para os produtores rurais, por não saberem se haverá frustração da safra. Aparte ao Senador Nezinho Alencar. | 672 | | |
| | | MÃO SANTA | |
| | | Relações do Governo Federal com o Congresso Nacional. | 29 |
| | | Críticas à política econômica do Governo Lula. | 107 |
| | | Comenta sobre os casos de corrupção envolvendo o governo. Aparte ao Senador Tião Viana. . | 114 |
| | | Elogia o Senador Paulo Octávio no que diz respeito à sua transparência. Aparte ao Senador Paulo Octávio..... | 120 |
| | | Faz comentários acerca das desigualdades no poder do Judiciário. Aparte ao Senador Marco Maciel. | 140 |
| | | Faz considerações acerca dos casos de corrupção no governo. Aparte ao Senador José Agripino. | 151 |
| | | Considerações sobre os índices de desemprego e os empréstimos para os aposentados. | 356 |
| | | Crítica a atuação do Governo. Aparte à Senadora Heloísa Helena..... | 395 |
| | | Críticas à política econômica do governo. .. | 528 |
| | | Aponta política econômica Chilena como exemplo a ser seguido pelo Brasil. | 528 |
| | | Defende realização de comissões parlamentares de inquérito (CPIs) para apurar casos de corrupção denunciados pela imprensa. | 528 |
| | | Alerta sobre a gravidade da corrupção no país. | 528 |
| | | Elogia o trabalho da Polícia Federal, que fez e faz uma boa atuação Aparte à Senadora Heloísa Helena. | 572 |
| | | Comentários à pesquisa do CNT/Sensus, divulgada hoje, que mostra que a corrupção é, para os brasileiros o principal motivo de vergonha do Brasil. | 695 |
| | | MARCELO CRIVELLA | |
| | | Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2005, que altera a redação do art. 13, da Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998. | 185 |
| | | Repúdio contra reportagem da revista IstoÉ, imputando-lhe falsas acusações através de montagens de denúncias da época em que concorria à Prefeitura do Rio de Janeiro, em 2004. | 229 |
| | | Parecer nº 678, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (PL nº 2.710, de 1992, na origem), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), | |

XIV

| | Pág. | | Pág. |
|---|------|---|------|
| cria o fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor. | 284 | Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 2005 (nº 685/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Federativa do Brasil e da República Cooperativista da Guiana, celebrado em Brasília, 7 de fevereiro de 2003. | 6 |
| Discute o parecer nº 680, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (PL nº 2.710, de 1992, na origem), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor. | 307 | Requerimento nº 567, de 2005, que requer com urgência, nos termos do art. 336 do Regimento Interno, para o PDS nº 131 de 2005. | 283 |
| MARCO MACIEL | | NEY SUASSUNA | |
| Mostra-se solidário ao Senador Paulo Octavio no que concerne à denúncia da revista IstoÉ, que atribuiu a esse Senador a apropriação indevida de recursos da Funcef, destinados à construção de apartamentos em Brasília. Aparte ao Senador Paulo Octávio. | 118 | Protesto pelo tratamento dispensado ao Nordeste, especialmente no que tange à não liberação dos recursos empenhados para socorrer as vítimas da seca no Estado da Paraíba. | 152 |
| Faz elogios ao Senador José Sarney. Aparte ao Senador José Sarney. | 136 | Solicitação uma nova votação do pedido do nome do Dr. Alexandre Moraes para integrar o Conselho Nacional de Justiça. Aparte ao Senador Romeu Tuma. | 218 |
| Registro da realização do Encontro da Internacional Democrata de Centro, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro. | 139 | Discute o parecer nº 680, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (PL nº 2.710, de 1992, na origem), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor. | 309 |
| Discussão da questão do <i>aggiornamento</i> do Partido da Frente Liberal. | 139 | Comenta sobre o Desemprego no Brasil. ... | 324 |
| Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2005 que institui o ano de 2008 como “Ano Nacional Machado de Assis”. | 190 | Comenta que não devem ser aceitos “palpites” de outros países de como a Amazônia deve ser tratada. Aparte ao Senador Sibá Machado. | 359 |
| Requerimento nº 563, de 2005, que Requer, nos termos regimentais, ouvido o Plenário, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado João Falcão Ferraz, ocorrido no dia 23 de maio de 2005, apresentação de condolências à viúva Srª Ana Lúcia de Godoy Ferraz, à Assembleia Legislativa, e ao Governador do Estado de Pernambuco. | 250 | Comenta da importância da Cúpula Árabe, na qual o Presidente Lula esteve presente. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. | 379 |
| Considerações acerca da comissão instalada para promover a reforma do Regimento Interno do Senado Federal. | 410 | Parabeniza a atitude do Senador Eduardo Suplicy, pela assinatura do requerimento de criação da CPI dos Correios. | 565 |
| Questionamentos acerca da política externa brasileira e comenta sobre a importância da consolidação do Mercosul. | 476 | Necessidade de estudar grandes questões nacionais e planejar o futuro do país a longo prazo. | 664 |
| Faz referência ao empréstimo de US\$ 30 milhões pra o combate à pobreza no interior do estado do Maranhão. Aparte ao Senador João Alberto Souza. | 483 | NEZINHO ALENCAR | |
| Comenta acerca da rejeição da Constituição Européia pela França. Aparte ao Senador Pedro Simon. | 535 | Comenta acerca da necessidade de uma ação conjunta dos diferentes níveis de governo para debelar os graves problemas urbanos que afligem a população brasileira. | 325 |
| MOZARILDO CAVALCANTI | | Comenta a difícil situação pela qual estão passando os produtores rurais do país. Aparte ao Senador Paulo Paim. | 643 |

| | Pág. | | Pág. |
|--|------|--|------|
| Apelo para solução dos problemas dos pecuaristas e agricultores brasileiros. | 671 | cional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e institui seu conselho gestor. | 383 |
| OSMAR DIAS | | Comemoração do Dia da Indústria. | 383 |
| Apelo para solução da crise dos agricultores brasileiros. | 688 | Pede esclarecimentos quanto à PEC Paralela que trata da contribuição à Previdência Social. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. | 400 |
| PAPALÉO PAES | | Cumprimenta o Senador Cristovam Buarque por mostrar seu ponto de vista acerca da CPMI. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. | 405 |
| Reflexões sobre a constante alta da taxa SELIC, por decisão do Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil - COPOM. | 111 | Faz comentários acerca do seguro agrícola. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. | 531 |
| PAULO OCTÁVIO | | Faz comentários acerca do racismo. Aparte ao Senador João Alberto Souza. | 539 |
| Repúdio e esclarecimentos à denúncia da revista IstoÉ, que atribuiu a S.Exa. a apropriação indevida de recursos da Funcef, destinados à construção de apartamentos em Brasília. | 117 | Faz considerações acerca dos altos empréstimos que tem de ser feitos pelos idosos para conseguirem arcar com as despesas. Aparte ao Senador Ramez Tebet. | 542 |
| PAULO PAIM | | Comenta acerca do requerimento que solicitou a instalação da CPI dos Correios. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. | 552 |
| Comemoração do Dia da Etnia Italiana e registro dos 130 anos da chegada dos “homens do vinho” ao Rio Grande do Sul. | 52 | Comenta acerca do ato do Senador Eduardo Suplicy ter assinado o requerimento solicitando a instalação da CPI dos Correios. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. | 558 |
| Comenta da instalação da CPI que investigará casos de corrupção envolvendo o governo. Aparte ao Senador Tião Viana. | 114 | Encaminhará documento com os nomes dos senadores integrantes dos Partidos dos Trabalhadores que se dispuseram a assinar o requerimento de criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, por consenso a decisão da bancada. ... | 561 |
| Posicionamento sobre a instalação da CPI dos Correios. | 142 | Transcrição, nos Anais, do requerimento que pede a inclusão de nomes dos senadores no Requerimento nº 03/2005 – CN, que cria a CPMI dos Correios. | 567 |
| Expectativas com a votação da “PEC Paralela” no Senado que trata da contribuição à previdência social. | 142 | Satisfação com aprovação, na última terça-feira, do projeto de lei de iniciativa popular que cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. | 581 |
| Comentário sobre resultado de pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), sobre o ensino público no país e sobre a satisfação da aprovação, na Comissão de Educação, do Projeto de Lei do Senado 453/03, de sua autoria, que institui cota mínima para os estudantes de escolas públicas nas universidades públicas. | 210 | Protesto contra importação de arroz do Uruguai e Argentina e apóia às reivindicações dos produtores de arroz. | 641 |
| Comenta sobre o Projeto de Lei nº 58 que garante ao idoso e pensionista o recebimento do mesmo número de salários mínimos que recebia à época da aposentadoria. Aparte ao Senador Mão Santa. | 357 | Elogia o Senador Jorge Bornhausen por conduzir de forma tão tranqüila o discurso que trata de sua posição quanto à instalação da CPI. Aparte ao Senador Jorge Bornhausen. | 644 |
| Movimento para a construção do anel rodoviário metropolitano de Porto Alegre. | 383 | Projeto de Lei do Senado nº 192, de 2005, que altera o § 3º do art. 54 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para exigir que os caracteres impressos em contrato de adesão observem padrão mínimo de medida tipográfica. | 674 |
| Elogios à aprovação do projeto de lei de iniciativa popular que cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), o Fundo Na- | | Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2005, que altera os arts. 246 e 247 da Lei nº 4.737, de 15 | |

XVI

| | Pág. | | Pág. |
|---|------|---|------|
| de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral, e dá outras providências. | 675 | Parecer nº 686, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça de Cidadania, sobre o Ofício nº S/38, de 2005, de indicação do Senhor Paulo Sergio Prata Rezende para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. | 593 |
| PEDRO SIMON | | Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2005 – Complementar, que acrescenta parágrafo ao 1º artigo da Lei Completar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para excluir do benefício do sigilo bancário as pessoas que menciona. | 677 |
| Críticas ao rito da constituição de Comissões Parlamentares de Inquérito pelo Senado Federal. | 25 | RAMEZ TEBET | |
| Sugere o recolhimento de assinaturas demonstrando solidariedade à recondução do Dr. Cláudio Fonteles ao cargo de Procurador-Geral da República. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. | 33 | Faz considerações acerca da votação da “PEC Paralela” no Senado que trata da contribuição à previdência social. Aparte ao Senador Paulo Paim. | 143 |
| Requerimento nº 549, de 2005 que requer ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, informações relativas à estrutura administrativa do Governo Federal. | 94 | Prejuízos aos interesses do Brasil e também à integração sul-americana com a taxação dos royalties das riquezas minerais pelo Congresso boliviano..... | 162 |
| Elogia o Senador Paulo Octávio no que diz respeito à sua transparência. Aparte ao Senador Paulo Octávio. | 120 | Faz referência à votação do nome do Dr. Alexandre Moraes para integrar o conselho Nacional de Justiça. Aparte ao Senador Romeu Tuma. | 216 |
| Reflexões sobre a elevada taxa de juros praticada pelo Banco Central do Brasil e a fantástica e impagável dívida brasileira. | 125 | Requerimento nº 562, de 2005, que requer, nos termos dos artigos 74, inciso II e 75 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de comissão externa, composta de três Senadores, com o objetivo de avaliar as recentes alterações no marco regulatório para o gás boliviano e suas repercussões no Brasil. | 250 |
| Faz referência à votação do nome do Dr. Alexandre Moraes para integrar o conselho Nacional de Justiça. Aparte ao Senador Romeu Tuma. | 215 | Considerações sobre o endividamento dos aposentados, através de empréstimos a juros altos oferecidos pelas instituições financeiras. | 541 |
| Comentários sobre manchete do jornal Folha de S.Paulo, edição de 24 de maio de 2005, referente à pressão do governo pela retirada de assinaturas ao requerimento que permite a instalação da CPI dos Correios. | 227 | Reclama da falha no sistema de som durante as sessões. Aparte ao Senador César Borges..... | 646 |
| Discute o parecer nº 680, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (PL nº 2.710, de 1992, na origem), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor. | 313 | Crítica a obsessão de aumento do superávit do país. Aparte ao Senador César Borges..... | 646 |
| Avaliação das manobras do governo para impedir a instalação da CPI dos Correios e dos prejuízos para o Congresso Nacional pela não criação da mesma. | 411 | Elogia o Senador Nezinho Alencar por abordar os problemas enfrentados pelos produtores rurais. Aparte ao Senador Nezinho Alencar. | 672 |
| Homenagem ao Professor Jeter Jorge Bertolotti, natural de Caxias do Sul, indicado para concorrer ao Prêmio Kalinga para a Popularização da Ciência, criado em 1952 pela Unesco, órgão das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura. | 425 | REGINALDO DUARTE | |
| Conclama que os trabalhos da “CPI dos Correios” sejam o caminho para a busca da verdade. | 469 | Transcrição das matérias “Lula fabrica nova crise” e “Em busca de juros baixos”, publicadas no jornal Correio Braziliense, edições de 27 e 28 de abril de 2005, respectivamente. | 47 |
| Críticas aos constantes aumentos da taxa de juros do país. Aparte ao Senador Mão Santa. | 529 | Transcrição, nos Anais do Senado Federal, de artigo intitulado “O balanço final da Cúpula”, publicado no jornal O Estado de S.Paulo, em sua edição de 12 de maio de 2005. | 497 |
| Lamenta rejeição da Constituição Européia pela França. | 534 | | |

| | Pág. | | Pág. |
|--|------|--|------|
| RENAN CALHEIROS | | | |
| Preocupação com a crise que atinge os produtores brasileiros de coco. | 132 | gações tenham uma conclusão satisfatória. Aparte ao Senador Pedro Simon. | 229 |
| Faz referência ao Requerimento nº 566, de 2005, alegando que o procedimento da votação não será anulado, mas repetido. | 253 | Requerimento nº 566, de 2005, que requer à presidência que determine, ouvido o Plenário, a realização de novo processo de votação do nome do Sr. Alexandre de Moraes como representante da Câmara dos Deputados no Conselho Nacional de Justiça..... | 251 |
| ROBERTO SATURNINO | | | |
| Comenta sobre a matéria “Os grandes sertões” de Mauro Santana, publicado no Jornal do Brasil. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. | 148 | Encaminha para votação o Requerimento nº 566, de 2005, que requer à presidência que determine, ouvido o Plenário, a realização de novo processo de votação do nome do Sr. Alexandre de Moraes como representante da Câmara dos Deputados no Conselho Nacional de Justiça. | 251 |
| Encaminha para votação o Requerimento nº 566, de 2005, que requer à presidência que determine, ouvido o Plenário, a realização de novo processo de votação do nome do Sr. Alexandre de Moraes como representante da Câmara dos Deputados no Conselho Nacional de Justiça. | 255 | Discute o Parecer nº 673, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 138, de 2005, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Alexandre Antonio Tombini, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. | 281 |
| Comenta acerca da mudança do Brasil no cenário político-econômico mundial. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. | 379 | Elogia a criação do projeto que dispõe acerca do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor. Aparte ao Senador Arthur Virgílio..... | 303 |
| RODOLPHO TOURINHO | | | |
| Parecer nº 673, de 2005 da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 138, de 2005, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Alexandre Antonio Tombini, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. | 194 | Comenta acerca da proteção que deve ser feita na Amazônia. Aparte ao Senador Sibá Machado. | 359 |
| Preocupação com a questão do gás natural e os recentes acontecimentos na Bolívia. | 398 | Considerações acerca das investigações da CPI dos Correios. Aparte ao Senador Antero de Paes Barros. | 382 |
| Análise das alterações feitas pela Câmara dos Deputados à PEC Paralela que trata da contribuição à Previdência Social..... | 398 | Homenagem à TV Senado..... | 385 |
| ROMEU TUMA | | SÉRGIO GUERRA | |
| Requerimento nº 554, de 2005, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao Ex ^{mo} Sr. D. Cláudio Hummes, Cardeal-Arcebispo de São Paulo, pelo transcurso dos trinta anos de sua ordenação episcopal. | 191 | Transcrição do editorial intitulado “Sem Emprego”, publicado no jornal Folha de S.Paulo, edição de 7 de maio de 2005..... | 46 |
| Protesto contra a articulação da base do governo para a rejeição do nome do Dr Alexandre Moraes para integrar o Conselho Nacional de Justiça. | 214 | Faz considerações acerca da política de alianças do atual Governo. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. | 123 |
| Reestruturação da Febem, promovida pelo governo do Estado de São Paulo. | 214 | Registro do artigo “Um caso de assassinato empresarial”, publicado no jornal O Globo, edição do dia 23 de maio de 2005. | 328 |
| Comenta do esforço que deve ser feito por parte dos integrantes da CPI para que as investi- | | Transcrição, nos Anais do Senado Federal, de matéria intitulada “Diga-me com quem anda...” e “Mesada de 400.000 reais para o PTB”, ambas publicadas na revista Veja, edição de 2 de maio de 2005. | 505 |
| | | Registro de matéria do escritor João Ubaldo Ribeiro, intitulada “Somos um país corrupto”, publicada na revista Veja, edição de 18 de maio de corrente..... | 574 |

XVIII

| | Pág. | | Pág. |
|--|------|---|------|
| Comenta da necessidade de se das mais assistência aos agricultores. Aparte ao Senador Osmar Dias. | 690 | Comenta acerca da preservação que deve ser feita na Amazônia. Aparte ao Senador Sibá Machado. | 359 |
| SÉRGIO ZAMBIASI | | SIBÁ MACHADO | |
| Comenta acerca da importação de arroz da Argentina e do Uruguai. | 421 | Crítica às manifestações do Comissário Europeu para o Comércio, Peter Mandelson, sobre a necessidade de se internacionalizar a Amazônia. | 357 |
| Comenta acerca das turbulências nas relações entre Brasil e Argentina. | 421 | Requerimento nº 575, de 2005 que requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de congratulações aos membros da AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros - pelo Dia do Geógrafo ocorrido no dia 29 de maio. | 587 |
| Comenta acerca da criação do Parlamento do Mercosul. | 421 | Louva o governo pelas conquistas que vem conquistando no campo econômico. Aparte ao Senador César Borges. | 646 |
| Reflexão sobre a violência social. | 697 | Comenta acerca da situação de abandono das comunidades das Vilas Extrema e Nova Califórnia, na divisa dos estados do Acre e Rondônia que causou um protesto da comunidade interrompendo o tráfego na BR-364. | 649 |
| SERYS SLHESSARENKO | | Comemoração do Dia do Geógrafo, congratulações aos membros da Associação dos Geógrafos Brasileiros - OGB. | 667 |
| Possibilidade de instalação, em Mato Grosso, da fábrica de uréia e amônia da Petrobrás. | 13 | Comenta da necessidade de um aparato para coibir a ação dos que, fora da lei, provocam o desmatamento da Amazônia. Aparte ao Senador João Capiberibe. | 668 |
| Preocupação com o desmatamento da Amazônia, principalmente o ocorrido em Mato Grosso. | 13 | TASSO JEREISSATI | |
| Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2005, que estabelece que os benefícios da Previdência Social sejam reajustados com o mesmo percentual aplicado ao salário mínimo. | 94 | Requerimento nº 556, de 2005, que solicita tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 195, de 2002; 207, 339 e 361 de 2004. . | 192 |
| Requerimento nº 551, de 2005, que com fulcro no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requer a inserção em ata de aplauso ao jornalista e historiador Pedro Rocha Jucá pelo aniversário de circulação e manutenção na internet do site Varanda Cuiabana, primeiro periódico virtual da cultura mato-grossense, ocorrido no dia 14 de fevereiro de 2005, que pode ser acessado, de qualquer parte do mundo. | 95 | TEOTÔNIO VILELA FILHO | |
| Requerimento nº 552, de 2005, que com fulcro no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que requer a inserção em ata de aplauso ao jornalista Alberto Dines pelo duplo aniversário do Observatório da Imprensa: que está presente na internet há 9 anos e há 7 anos na versão televisada, e que agora de prepara para mais um desafio, a versão radiofônica. | 100 | Transcrição da matéria intitulada "Fundo do Poço", publicada no jornal Folha de S.Paulo, edição de 8 de maio de 2005. | 43 |
| Comenta acerca da necessidade de se mostrar explicitamente os casos de corrupção e as suas resoluções. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. | 148 | Condena o procedimento adotado pela Polícia Federal, na violação dos princípios básicos do Estado de Direito, para prisões feitas no Estado de Alagoas daqueles, que segundo noticiário da Imprensa, participaram em fraudes contra a merenda escolar. | 59 |
| Requerimento nº 561, de 2005, que requer, nos termos do Art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o Art. 53 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a realização de Sessão Especial conjunta do Congresso Nacional no dia 9 de junho de 2005, às 10:00 horas, para Comemoração do "Dia Internacional do Meio Ambiente". | 249 | Comentários ao Editorial "Entre a LRF e o investimento social", publicado no jornal Gazeta Mercantil, edição de 24 de maio de 2005. | 327 |
| | | Transcrição, nos Anais do Senado Federal, de matérias publicadas nos jornais Correio Braziliense, | |

| | Pág. | | XIX |
|--|------|--|------|
| | | | Pág. |
| Folha de S.Paulo e O Globo, em suas edições de 12 de maio de 2005, e que dizem respeito à Reunião de Cúpula América do Sul-Países Árabes, realizada em Brasília. | 488 | Parecer nº 691, de 2005, da comissão Diretora, que dá redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 2005..... | 682 |
| Registro de artigo intitulado “Boquinha livre”, de autoria do jornalista Valdo Cruz, publicado no jornal Folha de S.Paulo, edição de 22 de maio de 2005..... | 578 | Parecer nº 692, de 2005, da Comissão Diretora, que dá redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 242, de 2005..... | 683 |
| TIÃO VIANA | | Parecer nº 693, de 2005, da Comissão Diretora, que dá redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 243, de 2005..... | 683 |
| Cita matéria publicada no jornal O Globo, de 22 de maio, intitulada “No rastro dos corruptos”, que demonstra a determinação do Governo Lula no combate à corrupção no Brasil. | 112 | Parecer nº 694, de 2005, da Comissão Diretora, que dá redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 2005. | 684 |
| Parecer nº 681, de 2005 (Comissão Diretora), redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (nº 2.710, de 1992, na casa de origem). | 317 | VALDIR RAUPP | |
| Critica o Senador Eduardo Suplicy por ter quebrado a relação de confiança existente na bancada de senadores do PT ao ter assinado o requerimento solicitando a instalação da CPI dos Correios. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. | 557 | Comenta acerca da necessidade do governo de Rondônia realizar obras em Vila Extrema e Nova Califórnia. Aparte ao Senador Sibá Machado. | 650 |
| Defende vantagens comparativas para quem vive da plantação de fumo. | 647 | WIRLANDE DA LUZ | |
| Ressalta visita do Ministro da Saúde, Humberto Costa, ao Senado Federal, para tratar da votação do projeto de decreto legislativo que ratifica a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. | 647 | Considerações sobre o Calendário Esportivo Nacional de 2005, do Ministério do Esporte. | 426 |
| | | Considerações sobre notícia publicada no jornal Correio Braziliense a respeito de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios. | 540 |
| | | Elogios à pesquisa de opinião realizada pelo Senado Federal sobre a violência doméstica contra mulheres no país. | 540 |